



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2399

Sexta-feira - 01 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Descanso .....	287	Lindóia do Sul .....	583
Agronômica .....	4	Dionísio Cerqueira .....	288	Lontras .....	585
Água Doce .....	5	Doutor Pedrinho .....	289	Luis Alves .....	587
Alfredo Wagner .....	11	Eraldo Velho .....	328	Luzerna .....	590
Alto Bela Vista .....	22	Faxinal dos Guedes .....	335	Macieira .....	618
Anchieta .....	25	Flor do Sertão .....	336	Mafra .....	624
Antônio Carlos .....	31	Formosa do Sul .....	339	Major Vieira .....	625
Apiuna .....	46	Forquilha .....	340	Maracajá .....	626
Araribá .....	49	Fraiburgo .....	343	Marema .....	627
Arroio Trinta .....	51	Galvão .....	348	Massaranduba .....	652
Ascurra .....	55	Garopaba .....	349	Matos Costa .....	661
Atalanta .....	56	Garuva .....	352	Meleiro .....	663
Balneário Piçarras .....	59	Gaspar .....	353	Mondaí .....	666
Balneário Rincão .....	60	Governador Celso Ramos .....	355	Monte Carlo .....	667
Bandeirante .....	64	Grão Pará .....	364	Morro Grande .....	668
Barra Bonita .....	65	Gravata .....	365	Navegantes .....	670
Barra Velha .....	69	Guaraciaba .....	366	Nova Erechim .....	681
Bela Vista do Toldo .....	71	Guaramirim .....	373	Nova Itaberaba .....	700
Belmonte .....	72	Guatambú .....	379	Nova Trento .....	716
Benedito Novo .....	83	Herval d'Oeste .....	382	Nova Veneza .....	719
Biguaçu .....	86	Ibiam .....	386	Orleans .....	721
Blumenau .....	92	Ibicaí .....	387	Otaclio Costa .....	722
Bom Jardim da Serra .....	131	Ibirama .....	388	Ouro .....	723
Bom Jesus do Oeste .....	132	Ilhota .....	391	Ouro Verde .....	725
Bom Retiro .....	133	Imbituba .....	392	Palhoça .....	726
Botuvera .....	134	Indaial .....	396	Papanduva .....	759
Braço do Trombudo .....	135	Iomerê .....	416	Paraíso .....	761
Brusque .....	198	Ipira .....	417	Paulo Lopes .....	767
Caçador .....	213	Iporã do Oeste .....	419	Penha .....	768
Camboriú .....	214	Ipuacú .....	422	Peritiba .....	792
Campo Alegre .....	217	Ipumirim .....	423	Pescaria Brava .....	793
Campo Erê .....	223	Iraceminha .....	426	Pinhalzinho .....	795
Campos Novos .....	225	Irani .....	427	Pinheiro Preto .....	796
Canelinha .....	243	Irineópolis .....	428	Piratuba .....	804
Canoinhas .....	244	Itá .....	431	Pomerode .....	805
Capinzal .....	248	Itapema .....	432	Ponte Alta do Norte .....	806
Catanduvas .....	251	Itapiranga .....	433	Porto Belo .....	807
Caxambu do Sul .....	252	Itapoá .....	436	Porto União .....	809
Chapadão do Lageado .....	256	Ituporanga .....	450	Pouso Redondo .....	812
Chapecó .....	257	Jacinto Machado .....	451	Praia Grande .....	813
Cocal do Sul .....	258	Jaraguá do Sul .....	454	Presidente Castello Branco .....	814
Concórdia .....	259	Joaçaba .....	522	Presidente Nereu .....	815
Cordilheira Alta .....	260	José Boiteux .....	534	Princesa .....	835
Coronel Freitas .....	263	Lages .....	537	Rio do Campo .....	836
Correia Pinto .....	274	Laguna .....	539	Rio do Sul .....	842
Corupá .....	277	Lajeado Grande .....	543	Romelândia .....	853
Cunha Porã .....	279	Lauro Muller .....	544	Salto Veloso .....	865
Cunhataí .....	280	Lebon Regis .....	568	Santa Rosa do Sul .....	876
Curitibanos .....	281	Leoberto Leal .....	581	São Bento do Sul .....	879

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2399

Sexta-feira - 01 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

São Bonifácio .....	917	Schroeder .....	982	Tunápolis .....	1111
São Carlos .....	918	Seara .....	1030	Turvo .....	1112
São Domingos.....	919	Serra Alta .....	1062	União do Oeste .....	1114
São Francisco do Sul.....	921	Siderópolis.....	1063	Urussanga .....	1115
São João Batista.....	923	Tangará .....	1070	Videira.....	1117
São João do Oeste .....	932	Tigrinhos .....	1084	Vitor Meireles.....	1132
São Joaquim .....	936	Tijucas .....	1088	Xanxerê.....	1146
São José.....	937	Timbó .....	1090	Xavantina .....	1149
São José do Cedro.....	955	Timbó Grande.....	1100	Xaxim.....	1174
São Lourenço do Oeste.....	968	Três Barras .....	1101	Zortéa .....	1176
São Miguel do Oeste.....	970	Treze Tílias .....	1102		
São Pedro de Alcântara.....	977	Trombudo Central.....	1106		

## Consórcios

AGIR .....	1186
ARIS .....	1191
CIGA .....	1192
CISAM.....	1208
CONSAD .....	1208



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 117/2017

Publicação Nº 1442091

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 147/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 117/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO ANO 2017 OU SUPERIOR E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº. 844222/2017, MAPA/CAIXA, ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO D, DESTE EDITAL.

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 10:00hs. do dia 15 de dezembro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 29 de novembro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 118/2017

Publicação Nº 1442088

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 148/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 118/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TIJOLOS.

TIPO :Menor preço POR ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 14 de dezembro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 29 de novembro de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

# Agronômica

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 092/2017 de 01 de dezembro de 2017.

Publicação Nº 1441687

DECRETO Nº. 092/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

#### CONSIDERANDO:

-Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,  
-O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.081/2016 de 24 de novembro de 2016, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,  
- Que o Inciso I do Artigo 10º da Lei nº. 1.081/2016, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;  
- Que a dotação nº. 8 do Fundo Municipal de Assistência Social de Agronômica, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (8)

Programa – 81– Assistência Social

Ação – 2.047 – Apoio a Família Carente

Unidade – 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Função – 8 – Assistência Social

Subfunção – 244 – Assistência Comunitária

Valor R\$ 10.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado até o final do mês de dezembro de 2017, no importe de R\$ 10.000,00, fonte de recursos 0.02.0053 – Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social – FEAS (53).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de dezembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor de Administração e Finanças

### Decreto Nº. 093/2017 de 01 de dezembro de 2017.

Publicação Nº 1443020

DECRETO Nº. 093/2017 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

#### CONSIDERANDO:

-Que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,  
-O disposto no Art. 10º da Lei nº. 1.081/2016 de 24 de novembro de 2016, que autoriza nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada,  
- Que o Inciso I do Artigo 10º da Lei nº. 1.081/2016, autoriza a utilizar o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;  
- Que a dotação nº. 12 do Fundo Municipal de Saúde, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional especial, no orçamento geral do município, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no título da dotação orçamentária conforme abaixo:

Despesa – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas (12)

Programa – 25 – Saúde para Todos

Ação – 2.039 – Piso de Atenção Básica – PAB Fixo

Unidade – 09.01 – Fundo Municipal de Saúde

Função – 10 – Saúde

Subfunção – 301 – Atenção Básica

Valor R\$ 60.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º por conta do excesso ou provável excesso de arrecadação verificado até o final do mês de dezembro de 2017, no importe de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), fonte de recursos 0.02.0123 – PAB Fixo.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 01 de dezembro de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças



# Água Doce

## PREFEITURA

### BALANCETE FINANCEIRO 10/17 FMAS

Publicação Nº 1442800

### ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

### FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE

Exercício de 2017

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Período: Outubro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>9.466,83</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>33.271,45</b>
RECEITA PATRIMONIAL	490,96	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>33.223,13</b>
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.975,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.474,57
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.748,56
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>48,32</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48,32
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>9.250,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>-11.108,48</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	9.250,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	-11.108,48
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>68.372,59</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>82.459,01</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.425,43	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.425,43
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	33.836,69	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	33.675,71
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	33.110,47	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	47.357,87
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>157.940,19</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>140.407,63</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	148.222,40	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	127.622,05
BANCO C/ MOVIMENTO	9.717,79	BANCO C/ MOVIMENTO	12.785,58
<b>TOTAL</b>	<b>245.029,61</b>	<b>TOTAL</b>	<b>245.029,61</b>

AGUA DOCE, 31/10/2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO 10/17 FMS**

Publicação Nº 1442795

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Outubro

Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>192.637,61</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>564.632,74</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	209,22	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>559.719,20</b>
RECEITA PATRIMONIAL	9.328,31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	294.302,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	182.316,31	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	238.903,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	783,77	INVESTIMENTOS	26.512,57
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.913,54</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.913,54
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>269.136,50</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	269.136,50		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.238.118,10</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.268.235,74</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	65.678,75	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	65.671,01
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	572.285,78	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	605.266,99
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	600.153,57	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	597.297,74
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.046.192,08</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>1.913.215,81</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.976.342,69	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.777.437,14
BANCO C/ MOVIMENTO	69.849,39	BANCO C/ MOVIMENTO	135.778,67
<b>TOTAL</b>	<b>3.746.084,29</b>	<b>TOTAL</b>	<b>3.746.084,29</b>

AGUA DOCE, 31/10/2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO 10/17 SIMA**

Publicação Nº 1442803

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Outubro

Página: 1

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>72.702,85</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>31.710,46</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.255,53	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>31.710,46</b>
RECEITA PATRIMONIAL	13.289,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.710,46
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.311,04		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	16.846,60		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>63.420,92</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>95.881,66</b>
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	31.710,46	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	56,80
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	31.710,46	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	31.710,46
		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	64.114,40
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>2.258.187,09</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>2.266.718,74</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.258.187,09	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.266.718,74
<b>TOTAL</b>	<b>2.394.310,86</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.394.310,86</b>

AGUA DOCE, 31/10/2017

EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI  
Presidente do SIMANEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO EXEC. ORÇAMENTARIA -5ºBIM - FMS**

Publicação Nº 1442791

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
5º bimestre

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAÚDE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2017	Bimestre Set/Out/2017	Total até Out/2017
<b>RECEITAS</b>				
RECEITA TRIBUTÁRIA	41.552,00	48.749,18	616,43	49.365,61
RECEITA PATRIMONIAL	83.122,00	87.784,18	18.116,58	105.900,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.638.459,00	1.269.577,14	472.033,04	1.741.610,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	683,00	6.413,24	1.032,81	7.446,05
ALIENAÇÃO DE BENS	20.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	<b>1.818.816,00</b>	<b>1.412.523,74</b>	<b>491.798,86</b>	<b>1.904.322,60</b>
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAÚDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	4.844.907,20	4.372.905,71	1.062.823,14	5.435.728,85
Total da Entidade:	4.844.907,20	4.372.905,71	1.062.823,14	5.435.728,85
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>4.844.907,20</b>	<b>4.372.905,71</b>	<b>1.062.823,14</b>	<b>5.435.728,85</b>

AGUA DOCE , 31/10/2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO :

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO EXEC. ORÇAMENTARIA -5º BIM - SIMA**

Publicação Nº 1442802

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
5º bimestre

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**  
 Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
 Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2017	Bimestre Set/Out/2017	Total até Out/2017
<b>RECEITAS</b>				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	210.997,13	258.772,16	65.040,83	323.812,99
RECEITA PATRIMONIAL	132.102,66	145.240,96	26.501,64	171.742,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.229,25	67.626,08	18.934,08	86.560,16
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	221.910,00	140.301,30	33.785,98	174.087,28
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	<b>625.239,04</b>	<b>611.940,50</b>	<b>144.262,53</b>	<b>756.203,03</b>
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	625.239,04	537.792,37	96.717,10	634.509,47
Total da Entidade:	625.239,04	537.792,37	96.717,10	634.509,47
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>625.239,04</b>	<b>537.792,37</b>	<b>96.717,10</b>	<b>634.509,47</b>

AGUA DOCE , 31/10/2017

EDNA DE FÁTIMA LEMOS VIEIRA BISSANI  
Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO EXEC. ORÇAMENTARIA -5º BIM FMAS**

Publicação Nº 1442798

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
5º bimestre

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**  
Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2017	Bimestre Set/Out/2017	Total até Out/2017
<b>RECEITAS</b>				
RECEITA PATRIMONIAL	5.560,00	7.644,63	1.058,60	8.703,23
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	100.094,00	48.113,33	9.340,67	57.454,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	<b>105.684,00</b>	<b>55.757,96</b>	<b>10.399,27</b>	<b>66.157,23</b>
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	225.684,00	135.637,03	67.257,23	202.894,26
Total da Entidade:	225.684,00	135.637,03	67.257,23	202.894,26
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>225.684,00</b>	<b>135.637,03</b>	<b>67.257,23</b>	<b>202.894,26</b>

AGUA DOCE , 31/10/2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO  
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO :  
NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### 341/2017

Publicação Nº 1442008

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 341/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AO FUNCIONARIO ALESANDRO MAFFEI

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, ao funcionário ALESANDRO MAFFEI no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 05, a partir de 01/10/2017.  
2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 342/2017

Publicação Nº 1442018

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 342/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA ALINE MACHADO DE ANDRADE

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária ALINE MACHADO DE ANDRADE no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 04, a partir de 01/10/2017.  
2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 343/2017

Publicação Nº 1442022

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 343/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA CRISTIANE MARIOTI DE OLIVEIRA

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do

Município,

#### RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária CRISTIANE MARIOTI DE OLIVEIRA no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 05, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 344/2017

Publicação Nº 1442067

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 344/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA DALZIRA DOS SANTOS

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária DALZIRA DOS SANTOS no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 10, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 345/2017

Publicação Nº 1442078

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 345/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA ELIZETE SCHWEITZER COELHO

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária ELIZETE SCHWEITZER COELHO no

Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 12, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 346/2017

Publicação Nº 1442081

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 346/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AO FUNCIONARIO FABRICIO DORIGON

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, ao funcionário FABRICIO DORIGON no Ensino Fundamental, ficando no Nível I - Referência 04, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 347/2017

Publicação Nº 1442420

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 347/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA GENICLEI KUSTER

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária GENICLEI KUSTER no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 10, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 348/2017

Publicação Nº 1442426

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 348/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA GISELLE MARTINS

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária GISELLE MARTINS no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 09, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 349/2017

Publicação Nº 1442432

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 349/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA JANAINA SCHUTZ CECHETTO

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária JANAINA SCHUTZ CECHETTO no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 08, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 350/2017

Publicação Nº 1442437

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 350/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA JANE SIRLEI HUNTEMANN DA SILVA

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I,



Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária JANE SIRLEI HUNTEMANN DA SILVA no Ensino Fundamental Anos Iniciais, ficando no Nível II - Referência 09, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 351/2017

Publicação Nº 1442444

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 351/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA JANE SIRLEI HUNTEMANN DA SILVA

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária JANE SIRLEI HUNTEMANN DA SILVA no Ensino Fundamental Anos Finais, ficando no Nível II - Referência 04, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 352/2017

Publicação Nº 1442455

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 352/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AO FUNCIONARIO JORGE LUIS KUNTZE

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, ao funcionário JORGE LUIS KUNTZE no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 04, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 353/2017

Publicação Nº 1442457

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 353/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA JOSIANE HELENA CABRAL DA SILVA

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária JOSIANE HELENA CABRAL DA SILVA no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 08, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 354/2017

Publicação Nº 1442459

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 354/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA JUCELITA APARECIDA MARIOTI BORGES

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária JUCELITA APARECIDA MARIOTI BORGES no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 12, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 355/2017

Publicação Nº 1442460

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 355/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA LUCIMAR ANDRADE KLAUBERG

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária LUCIMAR ANDRADE KLAUBERG no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 22, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

**356/2017**

Publicação Nº 1442616

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 356/2017

CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA MARIA ALVINA IUNG DA SILVA

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária MARIA ALVINA IUNG DA SILVA no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 10, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

**357/2017**

Publicação Nº 1442629

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 357/2017

CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AO FUNCIONARIO MOACIR TEIXEIRA FILHO

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, ao funcionário MOACIR TEIXEIRA FILHO no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 04, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

**358/2017**

Publicação Nº 1442633

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 358/2017

CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AO FUNCIONARIO PIERRE JOCHEM

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, ao funcionário PIERRE JOCHEM no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 04, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

**359/2017**

Publicação Nº 1442829

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 359/2017

CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA SANDRA REGINA DE MELLO

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária SANDRA REGINA DE MELLO no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 11, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

**360/2017**

Publicação Nº 1442834

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 360/2017

CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA SILVIA HEIDERSCHIEDT

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I,

Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária SILVIA HEIDERSCHIEDT no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 09, a partir de 01/10/2017.  
2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 361/2017

Publicação Nº 1442842

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 361/2017  
CONCEDE PROGRESSÃO ATRAVÉS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO A FUNCIONARIA SUELEN MARIOTI

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo com a lei 907/2015 Capítulo VI, Seção I, Artigo 23, concede Progressão através da Avaliação de Desempenho, a funcionária SUELEN MARIOTI no Ensino Fundamental, ficando no Nível II - Referência 05, a partir de 01/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE - SE, PUBLIQUE - SE.

Alfredo Wagner, 01 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

### 362/2017

Publicação Nº 1442858

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 362/2017  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA NA FAMÍLIA A FUNCIONÁRIA JUCELI DA SILVA

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção III, artigo 102, Licença por Motivo de Doença na família por 07 (sete) dias, a funcionária JUCELI DA SILVA, no período de 02/10/2017 à 08/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 02 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

### 363/2017

Publicação Nº 1442870

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 363/2017  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONÁRIA ALINE MACHADO DE ANDRADE

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 15 (quinze) dias, a funcionária ALINE MACHADO ANDRADE, no período de 02/10/2017 à 16/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 02 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

### 364/2017

Publicação Nº 1442872

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 364/2017  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA A FUNCIONÁRIA PAMELA REGINA SCHLEMPER

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Conceder de acordo a Lei Complementar 005/2003, Capítulo IV Seção II, artigo 98, Licença por Motivo de Doença por 01 (um) dia, a funcionária PAMELA REGINA SCHLEMPER, no dia 04/10/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 04 de outubro de 2017.

NAUDIR ANTÔNIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA.

### 946/2017

Publicação Nº 1442590

LEI Nº 946/2017

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2018 e dá outras providências.

Naudir Antônio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Alfredo Wagner para o exercício de 2018 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

montante da dívida;

I – as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e

II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano

Plurianual para 2018/2021;

III – a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;

IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V – as disposições sobre dívida pública municipal;

VI – as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos; VII – as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e VIII – as disposições gerais.

#### I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são a aquelas identificadas nos ANEXOS I.1, I.2.2, I.2.3, I.2.4 e I.2.5 desta lei com os seguintes anexos complementares:

I – Anexo I.1 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

III – Anexo I.2.2 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa

IV – Anexo I.2.3 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

V – Anexo I.2.4 – Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VI – Anexo I.2.5 – Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VII – Anexo I.3 – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

VIII – Anexo I.4 – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

IX – Anexo I.5 – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

X – Anexo I.6 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XI – Anexo II – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XII – Anexo III – Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2018;

XIII – Anexo IV – Demonstrativo das obras que passarão para 2018 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

#### II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas

nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

#### III – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III – atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV – projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI – unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII – receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;

VIII – execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX – execução orçamentária – arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira – efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI – categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal – nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional vigente no Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica,



grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2012 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2018. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2018. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2018. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal e Fundo Municipal de Saúde que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central,

a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal e Fundo Municipal de Saúde.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada ação, ou de cada programa de governo, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação de governo para outra quando integrante dos programas relacionados à saúde e educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II – Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2013, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III – Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2014 e 2015 e despesa fixada para 2015 e 2016;

IV – Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V – Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2015 a 2018;

VI – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

VII – Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII – Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2017;

IX – Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2014 a 31/10/2017.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2018.

#### IV – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 11 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2018 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o

fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 12 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2018 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação prevista para o período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13 Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;  
II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;  
III – Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços em geral; e  
IV – Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do respectivo bimestre por indicação do Setor de Contabilidade.

Art. 15 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2018, demonstrada no Anexo I.10 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 16 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2017.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2015 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor, ou ainda para abertura de créditos adicionais por conta de rendimentos de aplicação de recursos de convênios, de forma que estes sejam aplicados no seu objeto.

Art. 17 O orçamento para o exercício de 2018 das Unidades Gestoras reservará recursos de até 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 16 desta lei.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2018 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção de contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no grupo "Execução da Administração Financeira" do novo Plano de Contas e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da liquidação da despesa.

Art. 21 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2018, constantes do ANEXO I.5, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistência social, recreativo, cultural, esportivo, sindical, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 23 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 15, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 15, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 24 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 25 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Alfredo Wagner quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão

orçadas para 2018 a preços projetados para 2018.

Art. 27 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 28 Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2018.

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 30 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas e contemplado na Lei Orçamentária para 2016, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 31 Na execução da Lei Orçamentária de 2018, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 40% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II – o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos;  
e

III – o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2018 fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 30% dentro da modalidade de aplicação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da modalidade de aplicação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada



projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 33 Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício e gastos com ações e serviços públicos de saúde serão apurados no mínimo bimestralmente para avaliação do cumprimento do percentual mínimo estabelecido na Constituição Federal, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerado as contribuições ao FUNDEB e as despesas empenhadas e/ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 – Recursos de Impostos para MDEB até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerado as despesas empenhadas e/ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.28.000000 – Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerado as despesas empenhadas e/ou liquidadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 – Recursos de Impostos para ASPS até o período de referência.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado n. 40/2001, 43/2002 e alterações posteriores.

Art. 35 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 34 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2018 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – eliminação das despesas com horas extras.

II – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Alfredo Wagner, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros ou não se refira a complementação de serviços da administração.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais, utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros e referir-se a serviços complementares, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2018 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, excepcionalmente para o exercício de 2018 até o dia 11/12/2017, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20/12/2016.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado em 2018 a assinar



convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e, eventualmente, confessar e parcelar dívidas para com a Receita Federal do Brasil.

Art. 46 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Alfredo Wagner, 28 de novembro de 2017.

PUBLICADA NESTA DATA

Naudir Antônio Schmitz

PREFEITO MUNICIPAL

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017

Publicação Nº 1443061

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA – SC  
ADENDO 001 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017

O Município de Alto Bela Vista, SC, através da Prefeitura Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é o Registro de Preços para possível aquisição de cestas básicas, destinados aos servidores municipais, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 665, de 06 de abril de 2015, sofreu alteração. Em virtude disto, o prazo para protocolo dos envelopes contendo a proposta de preços e a documentação de habilitação ficam alterados para o dia 14 de dezembro de 2017, às 08h50, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 09h. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.altobelavista.sc.gov.br](http://www.altobelavista.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Setor de Compras do Município de Alto Bela Vista, situado à Rua do Comércio, nº 1015, Centro, em horário de expediente normal, ou pelo telefone (49) 3455-9022.

Alto Bela Vista, SC, 30 de novembro de 2017.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 2.515, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1441730

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO E EFICIÊNCIA DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E ESTÁGIO PROBATÓRIO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do inciso VIII do artigo 99 da Lei Orgânica Municipal, artigos 188 e seguintes da Lei Complementar nº 011 de 10 de janeiro de 2005, artigo 7º da Lei Complementar nº 013 de 10 de janeiro de 2005;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a comissão permanente de avaliação periódica de desempenho e eficiência dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, e do Estágio Probatório, para a qual são designados os seguintes membros:

- I — Cassiano Martinazzo - Presidente;
- II — Gisele Koller Bianqui Castro – Secretário;
- III – Marcos Dahmer – Membro;
- IV – Marcia Schneider Nordt – Membro.

Art. 2º. Além dos membros da comissão, nomeados no artigo anterior, participará das respectivas avaliações, mediante prévia convocação realizada pelo presidente da comissão, o servidor avaliado e o chefe imediato do mesmo.

Art. 3º. As atribuições e responsabilidades dos membros da Comissão são aquelas definidas nos artigos 188 e seguintes da Lei Complementar nº 011 de 10 de janeiro de 2005, e artigo 7º da Lei Complementar nº 013 de 10 de janeiro de 2005.

Art. 4º. As avaliações serão realizadas segundo os requisitos estabelecidos no anexo "I" do presente decreto, seguindo a média aritmética de cada um dos itens identificados no referido anexo.

Art. 5º. Após as respectivas avaliações, os servidores serão notificados de forma pessoal, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestem de forma expressa, o seu inconformismo quanto a avaliação realizada, cujo recurso, será direcionado diretamente ao Prefeito Municipal, que no mesmo prazo, determinará nova avaliação ou homologará o resultado apresentado.

Art. 6º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Fica revogado o Decreto 2299 de 14 de Dezembro de 2016, e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 23 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.516, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442978

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017 REALIZADO PELA COMISSÃO JULGADORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA

Art. 1º Fica homologado o resultado final do julgamento do chamamento público nº 002/2017 realizado pela comissão designada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Cristiano Alex Auler  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.517, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1443065

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Sra. Gláucia Maria Ferreira no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, matrícula 838.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de novembro de 2017 e revogando os efeitos do Decreto de nº 2.415 de 05 de junho de 2017.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.518, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1443068

ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ARTIGO 1º DO DECRETO 2013, DE 07 DE ABRIL DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,;

DECRETA:

Art. 1º. O Artigo 1º do Decreto n.º 2013, de 07 de Abril de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação: "O Servidor Público Municipal que a serviço, afastar-se do Município em caráter eventual ou transitório, para qualquer ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens ou meio de transporte e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada e alimentação, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), desde que respeitadas as seguintes condições".

Art. 2º. Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 30 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº 145, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441729

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORE PÚBLICO MUNICIPAL PELO FALECIMENTO DE MEMBRO DA FAMÍLIA.

CATIA TESSMANN REICHERT Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do Cap. VI, Art. 105, Inciso II da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença ao Servidor Público, GERSON KIRSTEN, Matrícula 738, ocupante de provimento efetivo de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA, por 05 (cinco) dias consecutivos a contar de 23 de Novembro de 2017, em razão do falecimento de membro da família (Mãe).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 23 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº 146, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441727

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ANDREIA ROSANA AULER RAIZER, matrículas 197 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de 30 (Trinta) dias, a contar de 28 de Novembro de 2017, conforme atestado médico expedido pela Dr. Alex Sandro Vergara Borges CRM-SC 8.328.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS) no período de 28 de Novembro a 27 de Dezembro de 2017

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.  
CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA Nº 147, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441992

**CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, MARCELO CONTESSOTTO, matrículas 539 ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, no período de 93 (Noventa e três) dias, a contar de 28 de Novembro de 2017, conforme atestado médico expedido pela Dr. Manoel Carlos de Motta Junior CRM-SC 12.032.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 28 de Novembro a 12 de Dezembro de 2017, sendo que o reembolso do restante do período ficara a critério da Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de Novembro de 2017.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER  
Responsável Pelas Publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### CONTRATO 087/2017 - ANUAR MANTELLI - PMA

Publicação Nº 1443007

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 087/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 05A localizado na Unidade Básica de Saúde na Rua Olímpio Dal Magro, próximo ao antigo CNEC.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

CONTRATADO: ANUAR MANTELLI.

VALOR R\$: 461,00 (Quatrocentos e Sessenta e Um Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: ANUAR MANTELLI.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

### CONTRATO 090/2017 - ILÁRIO ALBERTON - PMA

Publicação Nº 1443010

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 090/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 02B localizado na Rua Vereador Geraldo Garlet esquina com a Avenida Anchieta nas proximidades do Bar do Biluca.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

CONTRATADO: ILÁRIO ALBERTON.

VALOR R\$: 481,00 (Quatrocentos e Oitenta e Um Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: ILÁRIO ALBERTON.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

### CONTRATO 088/2017 - DÉRICO PERIN - PMA

Publicação Nº 1443008

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 088/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 03A localizado na Rua Mato Grosso esquina com a Avenida Anchieta ao lado Banco do Brasil.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

CONTRATADO: DÉRICO PERIN.

VALOR R\$: 492,00 (Quatrocentos e Noventa e Dois Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: DÉRICO PERIN.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

### CONTRATO 091/2017 JOSÉ L. DA SILVA

Publicação Nº 1443011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 091/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 04A localizado no Terminal Rodoviário de Anchieta.

CONTRATADO: JOSÉ LAVARNINI DA SILVA.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

VALOR R\$: 471,00 (Quatrocentos e Setenta e Um Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: JOSÉ LAVARNINI DA SILVA.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

### CONTRATO 089/2017 - FIORAVANTE MENEGHINI - PMA

Publicação Nº 1443009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 089/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 03B localizado na Rua Mato Grosso esquina com a Avenida Anchieta ao lado Banco do Brasil.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

CONTRATADO: FIORAVANTE MENEGHINI.

VALOR R\$: 494,00 (Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: FIORAVANTE MENEGHINI.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

### CONTRATO 092/2017 - OSVALINO I. DO PRADO

Publicação Nº 1443012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

EXT. CONTRATO Nº 092/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 04D localizado no Terminal Rodoviário de Anchieta.

CONTRATADO: OSVALINO IVONE DO PRADO.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

VALOR R\$: 468,00 (Quatrocentos e Sessenta e Oito Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: OSVALINO IVONE DO PRADO.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.



**CONTRATO 092/2017 - PAULO CESAR SARTORI**

Publicação Nº 1443013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 093/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 04C localizado no Terminal Rodoviário de Anchieta.

CONTRATADO: PAULO CESAR SARTORI.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

VALOR R\$: 496,00 (Quatrocentos e Noventa e Seis Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: PAULO CESAR SARTORI.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

**CONTRATO 094/2017 - PEDRO A. ZUPPA - PMA**

Publicação Nº 1443014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 094/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 04B localizado no Terminal Rodoviário de Anchieta.

CONTRATADO: PEDRO ALCEDIR ZUPPA.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

VALOR R\$: 485,00 (Quatrocentos e Oitenta e Cinco Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: PEDRO ALCEDIR ZUPPA.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

**CONTRATO 095/2017 - PEDRO LASAROTTO**

Publicação Nº 1443016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 095/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 02A localizado na Rua Vereador Geraldo Garlet esquina com a Avenida Anchieta nas proximidades do Bar do Biluca.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

CONTRATADO: PEDRO LASAROTTO.

VALOR R\$: 493,00 (Quatrocentos e Noventa e Três Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: PEDRO LASAROTTO.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

**CONTRATO 096/2017 - VALÉRIO L. BASSOTTO - PMA**

Publicação Nº 1443017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 096/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 02C localizado na Rua Vereador Geraldo Garlet esquina com a Avenida

Anchieta nas proximidades do Bar do Biluca.

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

CONTRATADO: VALÉRIO LUIZ BASSOTTO.

VALOR R\$: 482,00 (Quatrocentos e Oitenta e Dois Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: VALÉRIO LUIZ BASSOTTO.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

**CONTRATO 097/2017 - VILSON DARIO WILLE - PMA**

Publicação Nº 1443019

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
EXT. CONTRATO Nº 097/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/2017.

OBJETO: Permissão dos serviços de utilidade pública de transporte de passageiros em automóveis de aluguel – TAXI, no Ponto nº 06A localizado na Linha João Café Filho. (Salão Comunitário Católico).

As permissões serão válidas por um período de 20 (vinte) anos, nos termos da legislação vigente.

CONTRATADO: VILSON DARIO WILLE.

VALOR R\$: 470,00 (Quatrocentos e Setenta Reais).

ASSINATURA: Pelo Município, IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal; e pelo Taxista: VILSON DARIO WILLE.

Anchieta, 01 de dezembro de 2017.

**DECRETO Nº 173/2017**

Publicação Nº 1443069

DECRETO Nº. 173, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GESTOR DA PARCERIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando a parceria firmada entre o Município de Anchieta/SC mediante formalização de Termo de Fomento com a Associação da Casa Familiar Rural de Guaraciaba/SC, conforme os preceitos da Lei nº 13.019/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado como gestor da parceria firmada com a Associação da Casa Familiar Rural o senhor JOSEMIR FORGIARINI.

Art. 2º Compete ao gestor da parceria:

I - Apreciar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;  
II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

IV - Dar publicidade ao Termo de Fomento através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

V - Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no Termo de Fomento.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 29 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin - Secretária de Administração e Gestão

## DECRETO Nº 174/2017

Publicação Nº 1443066

DECRETO Nº 174 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 248.761,33 (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.289, de 09 de dezembro de 2016 e Lei Municipal nº 2.346 de 29 de novembro de 2017;

DECRETA

### TÍTULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº 2.289 de 09 de dezembro de 2016, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 248.761,33 (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução as Funcionais Programáticas: 10.01.08.244.0488.1.158 – Ampliação do Centro de Referência Assistência Social - CRAS, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade Ampliação do Centro de Referência Assistência Social – CRAS.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 248.761,33 (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0488.1.158 - Ampliação do Centro de Referência Assistência Social - CRAS

( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0762 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 246.273,71

( ..... ) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.487,62

TOTAL ..... R\$ 248.761,33

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 0762 (00.01.0762 – Transferência de

Convenio com a União FNAS- PAIF/AMPLIAÇÃO CRAS, em conformidade com o disposto deste ato.

Art. 3º Para o atendimento parcial a abertura do Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do Provável Excesso de Arrecadação sob o código do Recurso 0762 (00.01.0762 – Transferência de Convenio com a União FNAS-PAIF/AMPLIAÇÃO CRAS, referente a Proposta Nº. 070695/2017, no valor de até R\$ 246.273,71 (duzentos e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e setenta e um centavos), Ministério de Desenvolvimento Social, conforme disposto no inciso II do § 1º, e § 3º do art 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais Constitucionais e Legais vigentes.

Art. 4º Para o complementação da abertura do Crédito autorizado fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo Orçamento, mais precisamente conforme abaixo:

04 – SECRETARIA DA FAZENDA  
02 - CONTADORIA GERAL  
04.124.0032.2.012 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Contadoria Geral  
(24) 3.1.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.487,62

#### CAPÍTULO III

##### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 5º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.278 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.279 de 27 de dezembro de 2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente Decreto.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a reabertura do Crédito Adicional Especial constante deste Decreto, nos limites de seus saldos, no exercício subsequente, em caso de prosseguimento do processo de aplicação dos recursos públicos conveniados no próximo exercício financeiro, em conformidade com o disposto no § 2º, do Art. 167, da Carta Constitucional Brasileira.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 29 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

**RESULTADO ELEIÇÃO DE DIRETORES**

Publicação Nº 1443052

**RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DE DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ANCHIETA/SC**

A Comissão Eleitoral, torna público o resultado da eleição para a escolha de diretores das Escolas Municipais no Município de Anchieta/SC, ocorrida no dia 30 de novembro de 2017:

**a) Centro Municipal de Educação:**

Resultado da votação					
Nome	Total de Votantes	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS
Ivete Snigura Fabonato	126	107	19	0	0
Diretora eleita: Ivete Snigura Fabonato com 84,93% dos votos					

**b) Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes:**

Resultado da votação					
Nome	Total de Votantes	SIM	NÃO	NULOS	BRANCOS
Sheila Fernanda Dornelles	50	40	10	0	0
Diretora eleita: Sheila Fernanda Dornelles com 80% dos votos					

Anchieta – SC, 30 de novembro de 2017.

Comissão Eleitoral:

Rosa Maria Camargo Brassiani

Katiane Wanzing Lima

Cleusa Dominga Prior Didomenico

Celete Piccoli Rostirolla

Marina da Rosa

Maria Eduarda Pansera

Aline de Gioacometti.

**TERMO DE FOMENTO CASA FAMILIAR**

Publicação Nº 1443053

MINUTA DE TERMO DE FOMENTO

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2017

Processo Administrativo n.º 02 /2017

O MUNICÍPIO DE ANCHIETA-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVAN JOSÉ CANCI, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 1.850.976-2– SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob n.º 625.835.909/44, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE GUARACIABA - SC, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 00.795.077/0001-03 sediada na Reinoldo Ritter, nº 256, centro de Guaraciaba – SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Presidente Marciano Ludwig, portador de RG nº 5.199.679 e CPF nº 060.564.859-00, residente e domiciliado na cidade de Anchieta - SC, resolvem celebrar o presente termo, dispensando-se a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei 8.742/1993, Lei Municipal nº 2.334/2017, Decreto Municipal nº 006/2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1- O presente Termo de Fomento tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR DE GUARACIABA - SC, com a finalidade de promover o acesso ao Ensino Médio Técnico em Agricultura para 5 (cinco) estudantes do Município de Anchieta – SC no ano de 2017, conforme plano de trabalho apresentado pela Associação devidamente aprovado pela Comissão de Seleção e Julgamento de Chamamento Público, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

2- São compromissos da CONTRATADA, desenvolver serviços de educação de nível médio técnico em agricultura conforme previsão contida na Cláusula Primeira, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;

2.1 - Dispor de corpo técnico necessário à realização das atividades pactuadas e previstas no Plano de Trabalho;

2.2 - Atender às necessidades dos alunos da educação de nível médio profissionalizante em agricultura, por meio de atividades voltadas à orientação para a implantação do projeto profissional em suas propriedades, formação integral que leva em consideração a realidade com o objetivo inicial de melhorar a propriedade na produção e diversificação de alimentos, aspecto organizacional e diversificação de atividades;

2.3 – Permitir o livre acesso dos servidores da CONTRATANTE, facilitando a obtenção de informações junto a CONTRATADA;

2.4 Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;

2.5 Não transferir ou subcontratar, ceder ou sub empreitar, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes da adjudicação do fornecimento, ressaltada, se necessária e plenamente justificável a intervenção de fornecedores ou serviços técnicos especiais, desde que devidamente autorizados pela CONTRATANTE sob pena de rescisão deste termo;

2.6 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;

2.7 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores da CONTRATANTE;

2.8 - Guardar, zelar, responsabilizar-se pela conservação e manutenção do patrimônio público municipal (bens móveis, equipamentos), cedidos para execução do Serviço e recebidos pela CONTRATADA;

2.9 - Prestar contas, perante a administração Municipal de Anchieta - SC, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recebimento dos recursos, para proceder à devida comprovação de sua aplicação, em conformidade com a legislação vigente.

2.10 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

2.11 - Utilizar a verba a ser repassada pela CONTRATANTE exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Fomento, sendo:

a) despesas na forma prevista no artigo 70 da LDB (Lei nº 9394/96);

b) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela CONTRATADA na realização da presente parceria;

c) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

d) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

e) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

f) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

2.12 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;

2.13 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da CONTRATADA e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

3- São compromissos do Município:

3.1- Transferir os recursos à CONTRATADA no valor equivalente a R\$ 1.000,00 (Um mil reais) mensais em novembro e dezembro de 2017, totalizando o valor de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) no ano de 2017.

3.2 – Designar o gestor que será responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle fiscalização incluindo:

3.3- Apreçar a prestação de contas apresentada pela CONTRATADA;

3.4- Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5- Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.6- Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;

3.7- Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à CONTRATADA quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho.

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.8 Para fins de interpretação do item 3.7 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a CONTRATADA, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

4- O CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, o montante de R\$ 1.000,00 (Um mil reais) mensais em novembro e dezembro de 2017, totalizando o valor de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) no ano de 2017.

4.1- A CONTRATADA movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil.

**CLÁUSULA QUINTA– DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

5.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo CONTRATANTE a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela CONTRATADA;

5.2- O responsável pela gestão da parceria poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6- A vigência do presente Termo de Colaboração é até 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7- O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

#### CLÁUSULA OITAVA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8- A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas de cada exercício financeiro, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.9;

8.1- A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

8.1.a- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.1.b- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

8.1.c- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;

8.1.d- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

8.1.e Todos e qualquer documentos exigidos pela IN nº 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

9- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.1- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10- As despesas com a execução da presente parceria correrão à conta do Orçamento Vigente as seguintes dotações: 05.04.12.362.0197.2.017 – (75) 3.3.50.00.00.00.00.0131 – Transferências a Instituições Provadas sem fins lucrativos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11- Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 006/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO DE ELEIÇÃO

12- Os partícipes elegem o Foro da comarca de Anchieta - SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Anchieta - SC, 20 de novembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

MARCIANO LUDWIG

Presidente da Associação da Casa Familiar Rural de Guaraciaba - SC

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**Antônio Carlos****PREFEITURA****AVISO - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

Publicação Nº 1441991

**EXTRATO DE EDITAL**

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2018, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, para os cargos de Agente de Serviços Gerais, Auxiliar Administrativo I, Auxiliar de Educação Infantil, Enfermeiro, Farmacêutico, Fiscal de Obras e Posturas, Fiscal de Tributos, Médico (clínico geral), Médico Ginecologista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Veterinário, Odontólogo, Professor e Técnico de Enfermagem. As inscrições poderão ser realizadas no site [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) no período de 01/12/2017 até às 23h59min do dia 31/12/2017. A íntegra do edital bem como todas as informações está disponível nos sítios [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br) O Processo seletivo será organizado pela empresa Acesse Concursos LTDA.

Antônio Carlos, 30 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 107/2017**

Publicação Nº 1442765

**DECRETO Nº 107/17 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 40.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.91.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 40.000,00

Art 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 40.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

Publicação Nº 1441999

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO para formação de cadastro de reserva para preenchimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2018, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal, com a execução técnico-administrativa da empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, o qual se regerá pelas instruções especiais contidas neste Edital e legislação municipal vigente.

**1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME**

DATA	ATO
30/11/2017	Publicação do Edital
01/12/2017até às 23h59min do dia 31/12/2017	Período de Inscrições

01/12/2017 a 02/01/2018	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
03/01/2018	Publicação do ROL DOS INSCRITOS
04 e 05/01/2018	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
08/01/2018	Homologação das Inscrições
14/01/2018	Realização das provas escritas objetivas.
14/01/2018	Publicação do gabarito provisório (após as 18 horas)
15 e 16/01/2018	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
22/01/2018	Publicação do julgamento dos recursos contra discordância do gabarito e formulação de questões.
22/01/2018	Publicação do gabarito definitivo, nota da prova objetiva e classificação provisória.
23 e 24/01/2018	Prazo para recurso contra nota da prova objetiva e classificação provisória.
25/01/2018	Publicação do julgamento dos recursos contra nota da prova objetiva e classificação provisória.
25/01/2018	Publicação do resultado final para Homologação posterior a esta data.

O CANDIDATO QUE NÃO APRESENTAR A HABILITAÇÃO MÍNIMA, EXIGIDA NO ANEXO I DO EDITAL, NO ATO DA CONTRATAÇÃO SERÁ DESCLASSIFICADO DO PROCESSO.

1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

## 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.

2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposta no Anexo I.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar, através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.antonio-carlos.sc.gov.br](http://www.antonio-carlos.sc.gov.br), as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

## 3. DAS VAGAS PARA NECESSIDADES ESPECIAIS PORTADORES DE

3.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 10% (dez por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei nº 2.907, de 17 de março de 2009.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal, por SEDEX até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para a empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, os seguintes documentos:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência..  
b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;

c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.2.1. Endereço para envio dos documentos:

ACESSE CONCURSOS LTDA  
RUA PARÁ, 162, BAIRRO ESTADOS, TIMBÓ/SC,  
CEP 89120-000

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 10% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 01/12/2017 a 31/12/2017.

Os candidatos que não possuem acesso à internet, a Prefeitura Municipal de Antônio Carlos disponibilizará local para realização da inscrição no seguinte endereço: Sede da Prefeitura Municipal, localizada a Praça Anchieta, nº 10, Centro de Antônio Carlos, com atendimento em horário de expediente a partir do dia 01/12/2017.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail [contato@acesseconcursossc.com.br](mailto:contato@acesseconcursossc.com.br).

4.5. A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos e a Empresa Acesse Concursos LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.



4.7. Os candidatos poderão se inscrever em até 02 (dois) cargos.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no e-mail contato@acesseconcursossc.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, enviando e-mail para contato@acesseconcursossc.com.br onde deve constar a solicitação e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante deve ser maior de idade, ou seja, 18 anos, deverá apresentar documento oficial com foto. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL FUNDAMENTAL/ALFABETIZADO	R\$ 40,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO	R\$ 50,00
PARA CARGOS DE FORMAÇÃO MÍNIMA DE NÍVEL SUPERIOR	R\$ 60,00

## 6. DAS PROVAS

### 6.1. DAS PROVAS, DAS NOTAS E DA CLASSIFICAÇÃO.

6.2. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.3. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 01 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.3.1. Serão considerados aprovados todos os candidatos que não zerarem na nota da prova objetiva.

6.3.2. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.4. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

6.5. Para os demais cargos a Nota Final será: PO = 100%.

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

NF = Nota Final

6.8. A classificação dos candidatos aos cargos de PROFESSOR será separada por HABILITADOS E NÃO HABILITADOS. Para contratação, primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS. Esgotadas as opções, passa-se a chamar os candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

6.9. A classificação para os demais cargos seguirá apenas uma lista.

## 7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA PARA TODOS OS CARGOS SERÁ REALIZADA NO DIA 14 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME A TABELA A SEGUIR:

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL.	MATUTINO
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO	VESPERTINO

É RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE O ACESSO AO LOCAL DA PROVA SERÁ FECHADO 10 MINUTOS ANTES DO INÍCIO.

7.1.1. O LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA SERÁ DIVULGADO JUNTAMENTE COM O ROL DE INSCRITOS.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos, sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva terá 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

**PARA TODOS OS CARGOS**

CONTEÚDO	QUANTIDADE	ORDEM	VALOR
LÍNGUA PORTUGUESA	05	01 A 05	0,30
MATEMÁTICA	05	06 A 10	0,30
CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES	05	11 A 15	0,30
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	07	16 A 22	0,55
LEGISLAÇÃO	03	23 A 25	0,55

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato, sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. É vedada, durante a realização da prova, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, transmissores, receptores e ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico ou o porte de armamento. Também é proibido fumar, a ingestão de alimentos, uso de medicamentos e óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova), chapéus ou bonés ou qualquer outro tipo de cobertura;

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar, interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.2.3.9. Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

7.2.3.10. Será permitido apenas água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo;

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 3 (três) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá, para realizar a prova, um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará a automática eliminação do candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito os cartões-respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões respostas, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-respostas serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso;

Para os demais candidatos será:

1º Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

2º Que obtiver melhor nota na prova de Língua Portuguesa;

3º Que tiver maior idade.

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o

resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

- a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
- b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

- 8.1.1. Da impugnação do presente Edital;
- 8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;
- 8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;
- 8.1.4. Da nota da prova objetiva;
- 8.1.6. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Administração, no Município de Antônio Carlos.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Acesse Concursos LTDA– [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) no campo RECURSOS, disposto na área referente a este processo seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo (ACESSE CONCURSOS) constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

## 9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

- 9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 9.1.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;
- 9.1.5 - Carteira de Identidade;
- 9.1.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- 9.1.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 9.1.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 9.1.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 9.1.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- 9.1.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- 9.1.12 - Certidão de casamento ou união estável;
- 9.1.13 - 01 foto 3x4
- 9.1.14 - PIS/PASEP (frente e verso);
- 9.1.15 - Número da conta corrente;
- 9.1.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda
- 9.1.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
- 9.1.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;
- 9.1.19 - Comprovante de endereço;
- 9.1.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

## 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período, a contar de sua homologação final, respeitando a sequência da ordem de classificação do primeiro ao último candidato.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

## 11. DA ESCOLHA DE VAGA

11.1. Na data e horário que será divulgado posteriormente ao resultado final deste Processo Seletivo, o candidato no ato da convocação deverá comparecer ao setor de RH da administração municipal com os documentos expressos no item 9 deste edital.

## 12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Antônio Carlos e nos sítios [www.acesseconcursossc.com.br](http://www.acesseconcursossc.com.br) e [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).



12.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

12.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

12.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecurável e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

12.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

12.5.1. Anexo I – Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;

12.5.2. Anexo II – Conteúdo Programático da Prova Objetiva;

12.5.3. Anexo III – Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;

12.5.4. Anexo V – Atribuições dos cargos.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, 01 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

#### QUADRO DE CARGOS, VAGAS, VENCIMENTOS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO MÍNIMA E TIPOS DE PROVA.

CARGO	VAGAS	C/HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Agente de serviços gerais	CR	40h	R\$ 1.445,74	Alfabetizado
Auxiliar administrativo I	CR	40h	R\$ 1.255,46	Ensino fundamental completo
Auxiliar de educação infantil	CR	Até 40h	R\$ 1.445,74	Ensino médio
		40h	R\$ 1.084,30	
Enfermeiro	CR	Até 40h	R\$ 3.802,59	Ensino superior e registro no órgão de classe
		40h	R\$ 1.980,93	
Farmacêutico	CR	40h	R\$ 3.802,59	Conclusão no Curso Superior de Farmácia
Fiscal de obras e posturas	CR	40h	R\$ 2.408,40	Formação em curso técnico em edificações, em nível de 2º grau, com 02 anos de atividade similar – Registro no órgão de classe
Fiscal de tributos	CR	40h	R\$ 2.408,40	Segundo grau completo ou 2 anos de experiência em atividade similar.
Médico (clínico geral)	CR	Até 40h	R\$ 7.605,10	Formação em curso superior de Medicina em Entidades Oficiais de Ensino ou por elas reconhecido. Registro no Conselho Regional de Medicina a experiência de 01 (um) ano de exercício profissional em clínica geral ou saúde pública, mediante comprovação.
		40h	R\$ 3.802,61	
Médico ginecologista	CR	20h	R\$ 3.802,61	Formação em curso superior de Medicina em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido. Registro no Conselho Regional de Medicina e especialização em ginecologia
Médico pediatra	CR	20h	R\$ 3.802,61	Formação em curso superior de Medicina em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido. Registro no Conselho Regional de Medicina e especialização em pediatria
Médico psiquiatra	CR	20h	R\$ 3.802,61	Formação em curso superior de Medicina em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido. Registro no Conselho Regional de Medicina e especialização em psiquiatria
Médico veterinário	CR	40h	R\$ 3.961,84	Formação em curso superior de Medicina Veterinária em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido. Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária e experiência de 01 ano de exercício profissional, mediante comprovação.
Odontólogo	CR	Até 40h	R\$ 7.605,10	Formação em curso superior de Odontologia em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido. Registro no Conselho Regional de Odontologia e experiência de 01 (um) ano de exercício profissional em clínica geral, mediante comprovação.
		40h	R\$ 3.802,59	
Professor de artes – HABILITADO	CR	40h	R\$ 2.298,80	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Artes em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido.
Professor de artes – NÃO HABILITADO	CR	40h	R\$ 2.298,80	Atestado de frequência a Partir da 5ª fase ou período em Licenciatura Plena em Artes em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido.
Professor de educação física – HABILITADO	CR	40h	R\$ 2.298,80	Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Educação Física em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido. Registro no Conselho Regional de Educação Física.
Professor de educação física – NÃO HABILITADO	CR	40h	R\$ 2.298,80	Atestado de frequência a Partir da 5ª fase ou período em Licenciatura Plena em Educação Física em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecido.
Professor de língua alemã – HABILITADO	CR	40h	R\$ 2.562,77	Conclusão em curso Superior de Licenciatura Plena em Alemão
Professor de língua alemã – NÃO HABILITADO	CR	40h	R\$ 2.562,77	Atestado de frequência a Partir da 5ª fase ou período em Licenciatura Plena em Alemão

Professor Licenciatura Plena (Pedagogia) – HABILITADO	CR	40h	R\$ 2.298,80	Conclusão em Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena em pedagogia
Professor Licenciatura Plena (Pedagogia) – NÃO HABILITADO	CR	40h	R\$ 2.298,80	Atestado de frequência a Partir da 5ª fase ou período em Licenciatura Plena em pedagogia
Professor graduação e licenciatura plena – HABILITADO	CR	30h	R\$ 1.724,10	Conclusão em Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena em pedagogia
Professor Licenciatura Plena (Pedagogia) – NÃO HABILITADO	CR	30h	R\$ 1.724,10	Atestado de frequência a Partir da 5ª fase ou período em Licenciatura Plena em pedagogia
Professor Licenciatura Plena (Pedagogia) – HABILITADO	CR	20h	R\$ 1.149,40	Conclusão em Curso de Nível Superior de Licenciatura Plena em pedagogia
Professor Licenciatura Plena (Pedagogia) – NÃO HABILITADO	CR	20h	R\$ 1.149,40	Atestado de frequência a Partir da 5ª fase ou período em Licenciatura Plena em pedagogia
Técnico de enfermagem	CR	40h	R\$ 1.293,78	Ensino médio completo e profissionalizante em enfermagem ou curso técnico em enfermagem – Registro no COREN

CR = CADASTRO RESERVA

## ANEXO II CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

#### LÍNGUA PORTUGUESA:

Classificação do sujeito – Ortografia, acentuação e pontuação – Classes Gramaticais – Formação de Palavras.

#### MATEMÁTICA:

Adição, Divisão, Subtração, Multiplicação, juros simples, problemas envolvendo Adição, Divisão, Subtração, Multiplicação.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Antônio Carlos. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Antônio Carlos.

#### LEGISLAÇÃO:

Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos

### CONTEÚDO COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR

#### LÍNGUA PORTUGUESA:

As palavras de relação – Estrutura do período, da oração e da frase – Concordância nominal e verbal – Regência nominal e verbal – Colocação pronominal – Ortografia, acentuação e pontuação. Sintaxe – Morfologia – Classes de Palavras – Manual de Redação da Presidência da República: CAPÍTULO I e II.

#### MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta), razões e proporções; Matemática Financeira: Juros simples e compostos.

CONHECIMENTOS GERAIS: Atualidades do Brasil, de Santa Catarina e de Antônio Carlos. Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Antônio Carlos.

#### LEGISLAÇÃO:

Lei Orgânica do Município de Antônio Carlos

### CONTEÚDO ESPECÍFICO POR CARGO

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS: Conhecimentos específicos na área de atuação: Noções básicas de conservação, manutenção, higiene e limpeza e conservação de móveis e instalações. Noções básicas de limpeza pública: equipamentos, utensílios e ferramentas utilizados na função. Coleta, remoção e reciclagem de lixo e detritos; tipos de lixo e reciclagem. Noções básicas sobre a utilização, guarda e armazenagem de materiais, utensílios e equipamentos de limpeza. Noções básicas sobre sequência correta das operações; uniformidade da limpeza; uso correto e manutenção dos utensílios e equipamentos; dosagem dos produtos e ingredientes destinados a limpeza, conservação e manutenção do patrimônio. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho e uso de Equipamentos de Proteção – EPIs inerente às atividades a serem desenvolvidas. Noções básicas de relacionamento humano no trabalho. Prevenção de acidentes.

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: Conceitos, Legislação e Histórico da Educação Infantil; Metodologia Científica; O Ambiente na Sala de

Aula, Cuidar, Brincar, Ler na Educação Infantil, LDB, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais. Legislação da educação básica; Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - DIDÁTICA GERAL.

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO I:** Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre poder executivo e legislativo municipal; características e atribuições dos órgãos municipais. Impostos e taxas. Noções de administração pública. - Administração e ambiente de trabalho: Atendimento. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Arquivo e técnicas de arquivamento. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. - Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ofício, memorando, decreto, edital, ata, carta, declaração, despacho, ordem de serviço, parecer, portaria, resolução, relatório, requerimento, atestado, decreto.

**ENFERMEIRO:** Programa Nacional de Imunização: Tipos de vacinas, Composição, conservação, rede de frio, indicação e contraindicação, prazo de validade após abertura do frasco, doses e vias de administração), Planejamento, Organização e operacionalização de Campanhas, bloqueios e intensificações de vacinas. Administração e Gerência de Serviços de Saúde e de Enfermagem em Saúde Coletiva: Administração de medicação; esterilização de material; Consulta de enfermagem; procedimentos de enfermagem. Assistência Integral à Saúde da Criança: avaliação do crescimento e desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação básica infantil, desnutrição, Controle de Doenças Diarreicas, infecções respiratórias agudas. Assistência integral à Saúde do Adolescente. Assistência Integral à Saúde da Mulher: Programa Nacional de Prevenção do Câncer de Mama Cérvico-Uterino. Assistência Integral à Saúde do Adulto e do Idoso: Assistência aos portadores de doenças Crônicas Degenerativas Programa Nacional de atenção ao Diabético e ao Hipertenso. Assistência Integral à Saúde do Trabalhador: Legislação, Patologias. Assistência Integral à Saúde do Portador de Sofrimento Mental. Noções básicas de psicopatologia e psicofarmacologia. Assistência Integral à Saúde do Portador de Doenças Transmissíveis: Programa de prevenção e Assistência em Doenças Sexualmente Transmissíveis DST; AIDS. Epidemiologia: Indicadores de saúde; Legislação; patologias; Programa Nacional de Controle da Tuberculose e Programa Nacional de Controle da Hanseníase. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001).

**FARMACÊUTICO:** Dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas. Farmacocinética. Farmacodinâmica. Agonistas e antagonistas adrenérgicos. Drogas que atuam no sistema nervoso central: hipnóticos, sedativos e ansiolíticos. Drogas anticonvulsivantes; hipnoanalgésicos; drogas antidepressivas; analgésicos e antiinflamatórios (esteroidais e não esteroidais); drogas diuréticas; drogas cardiovasculares; antihipertensivos, antiarrítmicos. Drogas que atuam no sistema gastrointestinal: fármacos que controlam a acidez gástrica. Drogas antiparasitárias: escabícida e parasitícida. Drogas antimicrobianas: penicilinas, cefalosporinas, cloranfenicol, eritromicina, aminoglicosídeos. Interações farmacológicas: interação medicamento Estrutura física e organizacional da farmácia popular; Gerenciamento de medicamentos e de produtos farmacêuticos de uso hospitalar; Seleção de medicamentos, Sistema de Distribuição de Medicamentos; Comissão de Farmácia e Terapêutica; Papel da Farmácia no Controle das Infecções Hospitalares; Farmacovigilância Hospitalar; Farmacoepidemiologia; Farmacoeconomia; Terapia Antineoplásica (quimioterapia); Nutrição Parenteral; Estudos de utilização de medicamentos; Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica; Cálculos em Farmácia Hospitalar. Medicamentos Genéricos (Lei Federal 9787/1999) Medicamentos Controlados Portaria da Secretaria de Vigilância Sanitária (Ministério da Saúde 344/98).

**FISCAL DE OBRAS E POSTURA:** Noções de serviços administrativos e municipais; Impostos privativos - imposto predial urbano (IPTU): zona urbana - incidência, alíquotas, base de cálculo e contribuintes, imposto sobre transmissão "inter vivos" de imóveis e de direitos reais (ITBI). Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo, pessoalmente ou através do telefone; recebimento, orientação e encaminhamento das pessoas ao setor específico. Noções de Arquivo: organização de arquivos e protocolos; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Noções de ética e cidadania. Conceitos sobre a Legislação Urbanística Municipal (disposições mínimas do Plano Diretor, Zoneamento e Índices Urbanísticos, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas, Lei de Parcelamento do Solo), instrumentos de outorga (Notificação, Auto de Infração e Auto de Apreensão). Conceito e Limites. Parcelamento do solo (loteamento, desmembramento, fracionamento de lotes, - Leis Federais n.º 6.766/79 e n.º 10.406-02). Controle de acesso a prédios e serviços públicos e particulares para Deficientes, Idosos, Gestantes e Pessoas acompanhadas de crianças de colo (Leis Federais n.º 10.048-00, n.º 10.098-00; Decreto n.º 5.985-04). Licença para Edificar (conceito, procedimentos, alteração do projeto): HABITE-SE, Licença para Reforma e Reconstrução, Licença para Demolições, Controle sobre o uso e ordenamento do solo, Sinalização de vias e obras públicas. Noções de legislação tributária; lançamento; a arrecadação cobrança de tributos, aplicando penalidades; circulação de bens, mercadorias e serviços; Impostos; Taxas; Emolumentos; Contribuição de melhoria.

**FISCAL DE TRIBUTOS:** O Sistema Tributário Brasileiro. Os princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. A repartição das receitas tributárias. O Código Tributário Nacional. Tributos e suas espécies. Características. Normas gerais de Direito Tributário. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação tributária. Fato gerador, sujeito ativo e sujeito passivo. Solidariedade e capacidade tributária. Domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Renúncia fiscal. Garantias e privilégios. Administração tributária. Fiscalização, dívida ativa e penalidades tributárias. Código Tributário Municipal de Antônio Carlos - SC. Normas Gerais. Características dos tributos municipais. Administração tributária municipal.

**MÉDICO CLÍNICO GERAL:** Atenção ao adulto no Programa de Saúde da Família. Urgências e emergências em clínicas. Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças. Sistema cardiovascular: insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana, arritmias cardíacas, doença reumática, aneurismas da aorta, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque. Sistema neurológico: coma, cefaléias, epilepsia, acidente vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias. Sistema digestivo: neoplasias do sistema digestivo, gastrite e úlcera péptica, colicistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatite, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças intestinais inflamatórias, doença diverticular de cólon, tumores de cólon. Sistemas endócrino e metabólico: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes mellitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal. Sistema Hematológico: anemias hipocrônicas, macrocíticas e hemolíticas, anemia aplástica, leucopenia, púrpuras, distúrbios de coagulação, leucemias e linfomas, acidentes de transfusão. Doenças pulmonares e respiratórias: síndromes febris, gripe Influenza,

insuficiência respiratória aguda e crônica, asma, sinusite, otite, amigdalite, doença pulmonar obstrutiva crônica, pneumonia, tuberculose, trombo-embolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, neoplasias. Doenças renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólitos e do sistema ácido base, nefrolitíase, infecções urinárias. Doenças reumatológicas: osteoartrose, doença reumatóide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno e degenerativas do sistema locomotor. Doenças psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão, ansiedade, demências, quadros reativos e drogadição. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001).

**MÉDICO GINECOLOGISTA:** Urgência em ginecologia e obstetrícia. Violência sexual. Lesões do colo uterino. Carcinoma de colo, útero, vulva e vagina. Patologia benigna e maligna de mama. Ciclo menstrual. Alterações no desenvolvimento sexual. Puberdade precoce. Anovulação crônica. Amenorréias. Infertilidade. Climatério. Hiperandrogenismo. Obstetrícia: Pré- natal. Medicina fetal. Morte fetal. Aborto. Nascimento pré-termo. Gestação pós- termo. Ruptura prematura das membranas. Doença hemolítica perinatal. Crescimento intra-uterino restrito. Gemelaridade. Avaliação da saúde fetal. Avaliação da maturidade pulmonar fetal. Infecções pré-natais. Assistência ao trabalho de parto. Indução ao parto. Fórceps Cesariana. Apresentação pélvica. Parto disfuncional. Puerpério. Amamentação. Doença hipertensiva na gestação. Diabetes Mellitus gestacional. Gestação e HIV Droga e gestação. Hemorragia ante-parto e pós-parto. Gestação ectópica. Doença trofoblástica gestacional. DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. - Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. - Imunizações, imunologia e vacinas. - Epidemiologia. - Prevenção e Combate a Doenças. - Direitos dos usuários da saúde. - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. - Ética Profissional. - Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). - Anatomia. - Embriologia. - Fisiologia. - Genética. - Patologia. - Semiologia. - Farmacologia. - Toxicologia. - Epidemiologia Clínica. - Cuidados em Ambiente Hospitalar. - Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. - Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. - Doenças Alérgicas. - Doenças Infecciosas e Parasitárias. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações - Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências; PORTARIA MS/GM Nº 2.048 DE 03/09/2009 - Aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica.

**MÉDICO PEDIATRA:** Assistência ao recém-nascido de baixo peso. - Distúrbios metabólicos do recém nascido. - Distúrbios respiratórios do recém-nascido. - Icterícia neonatal. - Infecções neonatais. - Lesões ao nascimento: asfixia neonatal, hemorragia intracraniana, luxações e fraturas. - Triagem neonatal: erros inatos do metabolismo. - Aleitamento materno. - Avaliação do crescimento e do desenvolvimento normais. - Imunizações. - Nutrição do lactente, da criança e do adolescente. - Prevenção de trauma. - Anemias. - Asma brônquica. - Constipação. - Convulsão. - Desidratação e terapia de reidratação oral. - Diarreias. - Distúrbios nutricionais. - Doenças infectocontagiosas. - Transplantes em pediatria: princípios básicos e doação de órgãos. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001).

**MÉDICO PSIQUIATRA:** Transtorno de Déficit de Atenção. - Transtornos de Personalidade e Transtornos Somatoformes. - Outras Transtornos, Doenças e Distúrbios relacionados à Psiquiatria. - Teorias, conceitos, abordagens e tratamentos. - Psic análise e tratamentos. - Avaliação e Entrevista Psiquiátrica. - Distúrbios Psiquiátricos da Criança. - Transtornos Globais do Desenvolvimento e Psicose Infantil. - Aspectos psiquiátricos das lesões do SNC. DSTs, AIDS, saúde mental, tuberculose, hanseníase, diabetes, hipertensão, desnutrição infantil. - Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública. - Imunizações, imunologia e vacinas. - Epidemiologia. - Prevenção e Combate a Doenças. - Direitos dos usuários da saúde. - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde. - Ética Profissional. - Legislação (considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados). - Anatomia. - Embriologia. - Fisiologia. - Genética. - Patologia. - Semiologia. - Farmacologia. - Toxicologia. - Epidemiologia Clínica. - Cuidados em Ambiente Hospitalar. - Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação, testes e diagnósticos. - Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos. - Doenças Alérgicas. - Doenças Infecciosas e Parasitárias. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001).

**MÉDICO VETERINÁRIO:** Clínica medica e cirúrgica de animais, parasitologia, nutrição e sanidade. Práticas zootécnicas, ecologia, biologia, zoologia e clínica de animais silvestres. Noções de epidemiologia, vigilância sanitária e saúde pública. Execução, aplicações, e todo conteúdo relacionado às práticas de inseminação artificial. Conteúdos relativos a atividades fiscalização e inspeção de produtos de origem animal para a promoção da saúde pública. - Aspectos Gerais de Biossegurança, Epidemiologia e Análise de Risco. - Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de bovinos e bubalinos aplicadas ao Código Zoosanitário. - Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de aves aplicadas ao Código Zoosanitário. - Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de suínos aplicadas ao Código Zoosanitário. - Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de ovinos e caprinos aplicadas ao Código Zoosanitário. - Epidemiologia, etiologia, patogenia, patologia, prevenção, controle e diagnóstico das enfermidades de equinos aplicadas ao Código Zoosanitário. - Inspeção Sanitária e Industrial de produtos de Origem Animal. - Abate Humanitário e Bem Estar Animal. - Resíduos e Contaminantes: Microbiologia de Alimentos, Métodos Analíticos e Parâmetros de Qualidade - Microbiológica (Planos de Amostragem). Toxinfecções e Intoxicações Alimentares - Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Padrões de Identidade e Qualidade de Produtos.

**ODONTÓLOGO:** Técnicas restauradoras; Preparos cavitários; Nomenclatura e classificação das cavidades; Princípios gerais do preparo cavitário; Interrelação periodontia/dentística; Oclusão; Procedimentos preventivos e restauradores (características gerais). /Desenvolvimento e morfologia dos dentes decíduos; Erupção dos dentes: fatores locais, sistêmicos e congênitos que influenciam o processo; Cárie dentária e tratamentos preventivos e restauradores na criança e no adolescente; Abordagem dos traumatismos nos dentes e tecidos de suporte. /Pares cranianos; Osteologia; Miologia; Vascularização da face. /Prevenção das doenças bucais; Recursos humanos direcionados para a promoção da saúde bucal. /Características do periodonto sadio; Etiologia das doenças periodontais; Patologia periodontal e tratamento. /Fármacos; Equipamentos; Técnicas e complicações; (anestésicos). /Defeitos de desenvolvimento da região maxilofacial e oral; Anomalias dos dentes; Doenças da polpa e do periápice; Doenças periodontais; Infecções Bacterianas virais; Tumores dos tecidos moles; Patologia óssea; Cistos e Tumores odontogênicos; Manifestações orais de doenças sistêmicas. /Princípios de exodontias simples e complicadas – particularidades. /



Preparo, moldagem e cimentação para prótese fixa. Sistema Único de Saúde (SUS): Seus princípios, Suas diretrizes. Leis (8.080/90 e 8.142/90); Normas e Portarias atuais; Norma Operacional Básica (NOB/SUS/96) e (NOAS/2001).

**PROFESSOR DE ARTES:** Metodologia de ensino de Artes; A paisagem artística sob a ótica do teatro, da música, das artes visuais e da dança – suas particularidades e diferenças em relação ao tempo e espaço; A paisagem artística a partir da diversidade cultural; Aspectos formais do teatro, música, artes visuais e dança. Estudo da arte e de sua manifestação nas diferentes poéticas: visuais, cênicas e musicais; Poéticas, meios e substâncias expressivas; Composição, estrutura e organização da expressão; Técnicas, modos e procedimentos criativos; Modalidades expressivas visuais, cênicas e musicais. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais (histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas). Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina,

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR DE LÍNGUA ALEMÃ:** A metodologia da Língua Estrangeira. Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna. O ensino de língua para a comunicação. Dimensões comunicativas do alemão. Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira. A escrita e a linguagem oral do alemão. O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira. Interpretação de textos em alemão, morfologia da língua alemã. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**PROFESSOR GRADUAÇÃO E LICENCIATURA PLENA:** Direitos de Aprendizagem do aluno; Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais; Educação no mundo atual, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Métodos de Alfabetização Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rousseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Direitos de Aprendizagem do aluno, Importância dos gêneros textuais e do lúdico no ciclo de alfabetização, Currículo e articulação das áreas do conhecimento, Avaliação no ciclo de alfabetização e retenção do aluno, planejamento do professor (rotina, sequência didática, projeto didático). Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia. Lei nº 9.394/96 LDB; Lei nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003 – Educação das Relações Étnico-raciais. Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S.

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM:** Conhecimento de anatomia e fisiologia humana; microbiologia; parasitologia; farmacologia, higiene e profilaxia; saneamento básico; nutrição e dietética; psicologia aplicada à saúde e saúde mental; Prevenção e controle das infecções relacionadas aos serviços de saúde e infecções hospitalares. Acidentes de trabalho com material biológico. Emprego de precauções por via de transmissão de doenças e medidas de biossegurança. Boas práticas para o processamento de produtos para saúde (classificação de produtos para saúde e superfícies hospitalares, desinfecção, limpeza, esterilização de material). Ética Profissional; Legislação do Exercício Profissional. Processos fundamentais da execução do trabalho (habilidade manual, técnica e científica) através da fundamentação teórico-prática: colheita de material para exames; reconhecimento e descrição de sinais e sintomas, terminologia científica; preparo e administração de medicamentos; administração de hemoderivados; realização de controles (hídrico, sinais vitais e diurese); prevenção e tratamento de feridas e diferentes tipos de curativos; oxigenoterapia; inaloterapia; enemas; aplicação de frio e calor; cuidados com cateteres urinários; cuidados de higiene, conforto e segurança; limpeza e preparo da unidade do paciente; preparo de pacientes para exames/procedimentos e consultas; cuidados na alimentação oral e por sondas; realizar registros de enfermagem; cateterismo vascular; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento clínico (portadores de afecção gastrointestinal, cardiovascular, respiratória, renal, endócrina, neurológica, imunológica e hematológica); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes em tratamento cirúrgico (submetidos às cirurgias de cabeça e pescoço, tórax, de abdome, de membros e vascular) nos períodos pré, trans e pós-operatórios; Centro cirúrgico e aspectos fundamentais para a enfermagem; Cirurgia Segura; Assistência de enfermagem materno-infantil: à gestante, à parturiente, à puérpera, ao recém-nascido e à criança; Assistência de enfermagem em situações de urgência e emergência (suporte básico e avançado de vida em situações clínicas e traumáticas); Assistência de enfermagem a clientes/pacientes pediátricos em estado grave; Assistência de enfermagem a clientes/pacientes adultos em estado grave; Organização do processo de trabalho em enfermagem (Administração em Enfermagem); Assistência de enfermagem na área de saúde pública/saúde coletiva/atenção primária e secundária a saúde: administração e conservação de imunobiológicos (vacinas e soros e suas indicações); doenças transmissíveis e notificação de doenças, agravos e eventos em saúde pública; vigilância epidemiológica e investigação de casos; atuação do técnico de enfermagem nos programas do Ministério da Saúde (mulher, homem, criança, adolescente, família, saúde do trabalhador, doenças crônico-degenerativas e transmissíveis, idosos e vigilância epidemiológica); educação em saúde; Programa Nacional de Segurança do Paciente, Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS: Constituição da República Federativa do Brasil (Com as Emendas Constitucionais): Art.196 a 200; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações - Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências; PORTARIA MS/GM Nº 2.048 DE 03/09/2009 - Aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica.



**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
RG:	
CARGO PRETENDIDO:	

**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 "d" do Edital nº \_\_\_\_\_ do município \_\_\_\_\_ para que surta os efeitos legais que:

- 1 - A necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;
- 2 - Fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:


\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

**ANEXO IV**  
**ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****Agente de Serviços Gerais**

- Desenvolver atividades relacionadas com o preparo e distribuição de merenda escolar. Limpeza das dependências internas e externas das Escolas.
- Alfabetizado. - Exames de capacidade física e de saúde específicos para o cargo.

**Auxiliar Administrativo I**

- Executar sob supervisão imediata, trabalhos de recepção ao público, arquivo e protocolo de correspondência, bem como, registro e controle simples nas diversas áreas da Prefeitura. - Primeiro grau completo ou 1 ano de experiência em atividade similar.

**Fiscal de Obras e Posturas**

- Fiscalizar obras de construção civil, verificando se as estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado e/ou legislação em vigor. Intimar, comunicar e/ou embargar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos. Fiscalizar os procedimentos relativos às posturas municipais, aplicando a legislação específica. Informar andamento de processos e emitir parecer. Fazer cumprir as normas de segurança física das obras em andamento. Efetuar vistoria de habite-se.
- Formação em curso técnico em Edificações, a nível de 2º grau, com 02 anos de experiência em atividade similar.
- Registro no Conselho Regional da Classe.

**Técnico de Enfermagem**

- Participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão nas Unidades de Saúde do Município e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);
- Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento;
- Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento das Unidades de Saúde do Município.
- Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados com a sua formação profissional;
- Planejar e executar as políticas locais relacionadas com a sua formação profissional;
- Participar e apresentar sugestões para a elaboração do PPA, LDO e LOA relativos às metas, programas e ações a serem desenvolvidas pelo Município, relacionadas com a sua área de atuação;
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
- Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
- Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

**Requisito**

- Ensino médio completo.

- Prova de conclusão do curso técnico em enfermagem.
- Registro profissional no conselho de fiscalização da profissão.

#### Enfermeiro

- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde;
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição;
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem;
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição;
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem;
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais;
- Prestar assessoria quando solicitado;
- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas;
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada;
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado;
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades do Município e as normas de saúde pública;
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida, observada a legislação que regulamenta o exercício da profissão;
- Fazer notificação de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pelo Município;
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde;
- Participar de programas de saúde desenvolvidos pela comunidade;
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos;
- Elaborar informes técnicos para divulgação;
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação.
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
- Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
- Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

#### REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Possuir diploma devidamente registrado, de curso de graduação em nível superior em Enfermagem.
- Registro profissional no órgão de fiscalização da profissão.

#### Farmacêutico

- Assumir a responsabilidade pela execução de todos os atos farmacêuticos praticados na farmácia, cumprindo-lhe respeitar e fazer respeitar as normas referentes ao exercício da profissão farmacêutica:
- Fazer com que sejam prestados ao público esclarecimentos quanto ao modo de utilização dos medicamentos, nomeadamente de medicamentos que tenham efeitos colaterais indesejáveis ou alterem as funções nervosas superiores:
- Articular a integração com serviços (unidades de saúde da família, básicos de saúde, urgência, entre outros), com profissionais de saúde, centros de estudos e informação sobre medicamentos existentes em universidades, entre outros:
- participar de comissões técnicas:
- Adotar normas e procedimentos operacionais para todos as atividades desenvolvidas:
- Programas por critérios epidemiológicos os medicamentos necessários ao fluxo de abastecimento:
- Assegurar a disponibilidade da informação sobre medicamentos, apoiando os profissionais de saúde, com a finalidade de racionalizar o uso e promover melhoria da qualidade da farmacoterapia
- Articular-se com a rede de farmácias notificadoras da ANVISA
- Elaborar instrumentos de controle e avaliação de cobertura e atendimento de demanda:
- Garantir condições adequadas para armazenamento de medicamentos:
- Controlar e analisar a movimentação físico-financeira dos estoques de medicamentos:
- Estabelecer mecanismo de controle e avaliação das atividades desenvolvidas:
- Manter cadastro atualizado de usuário de medicamentos e de prescritores, com ênfase nos programas de saúde existentes:
- Participar dos programas de capacitação em serviço dos profissionais de saúde:
- Realizar estudos de farmacoeconomia e estudos farmacoepidemiológicos :
- Prestar orientação individual e coletiva quanto ao uso correto de medicamentos:
- Realizar a dispensação de medicamentos:
- Realizar o seguimento da farmacoterapia, com ênfase na adesão ao tratamento, de reações adversas para implementação da farmacovigilância :
- Sinalizar a equipe de saúde a necessidade de busca ativa de pacientes:
- Guardar sigilo profissional.art.4 fica revogado em especial a lei municipal 1.149, de 14 de novembro de 2007, que cria o cargo de farmacêutico bioquímico.

- Registro no Conselho Regional de Farmácia

#### Médico

- Realizar atendimento ao público, prescrevendo tratamento quando necessário e possível, encaminhar pacientes e tratamento especializado quando as circunstâncias recomendarem, assim como executar outros serviços inerentes à profissão, notadamente os de saúde pública e atendimento ambulatorial, ou aqueles exigidos pelas Autoridades Sanitárias com as quais a Prefeitura Municipal tenha vinculação legal ou

técnica.

- Formação em curso superior de Medicina em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos. - Registro no Conselho Regional de Medicina a experiência de 01 (um) ano de exercício profissional em clínica geral ou saúde pública, mediante comprovação.

**Médico Ginecologista**

- Realizar atendimento ao público, prescrevendo tratamento quando necessário e possível, encaminhar pacientes e tratamento especializado quando as circunstâncias recomendarem, assim como executar outros serviços inerentes à profissão, notadamente os de saúde pública e atendimento ambulatorial, ou aqueles exigidos pelas Autoridades Sanitárias com as quais a Prefeitura Municipal tenha vinculação legal ou técnica.

- Formação em curso superior de Medicina em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos. - Registro no Conselho Regional de Medicina e especialização em ginecologia.

**Médico Pediatra**

- Realizar atendimento ao público, prescrevendo tratamento quando necessário e possível, encaminhar pacientes e tratamento especializado quando as circunstâncias recomendarem, assim como executar outros serviços inerentes à profissão, notadamente os de saúde pública e atendimento ambulatorial, ou aqueles exigidos pelas Autoridades Sanitárias com as quais a Prefeitura Municipal tenha vinculação legal ou técnica.

- Formação em curso superior de Medicina em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos. - Registro no Conselho Regional de Medicina e especialização em pediatria.

**Médico Psiquiatra**

- Realizar atendimento ao público, prescrevendo tratamento quando necessário e possível, encaminhar pacientes e tratamento especializado quando as circunstâncias recomendarem, assim como executar outros serviços inerentes à profissão, notadamente os de saúde pública e atendimento ambulatorial, ou aqueles exigidos pelas Autoridades Sanitárias com as quais a Prefeitura Municipal tenha vinculação legal ou técnica.

- Formação em curso superior de Medicina em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos. - Registro no Conselho Regional de Medicina e especialização em psiquiatria

**Odontólogo**

- Realizar atendimento ao público, prescrevendo tratamento quando necessário e possível, encaminhar pacientes a tratamento especializado quando as circunstâncias recomendarem, assim como executar serviços de extrações e restaurações de dente, e realizar outros relativos à profissão, notadamente os de saúde pública e atendimento ambulatorial, ou aqueles exigidos pelas Autoridades Sanitárias com as quais a Prefeitura Municipal tenha vinculação legal ou técnica

- Formação em curso superior de Odontologia em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos.

- Registro no Conselho Regional de Odontologia e experiência de 01 (um) ano de exercício profissional em clínica geral, mediante comprovação.

**Professor Licenciatura Plena**

- Realizar o exercício da docência, em classes de ensino fundamental e educação infantil.

- Participar da elaboração do regimento escolar e proposta pedagógica da escola;

- Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem;

- Participar do processo de planejamento das atividades da escola;

- Elaborar programas, planos de curso, atendendo o avanço da tecnologia educacional e as diretrizes do ensino.

- Executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola;

- Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino;

- Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

- Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regime escolar, nos prazos estabelecidos;

- Estabelecer formas alternativas de recuperação para alunos que apresentarem menor rendimento;

- Atualizar-se em sua área de conhecimento;

- Cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, e orientação educacional;

- Zelar pela aprendizagem do aluno;

- Manter-se atualizado sobre a legislação de ensino;

- Participar de reuniões, atividades cívicas, culturais e conselhos de classe;

- Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de sua classe;

- Seguir as diretrizes do ensino, emanados do órgão superior competente;

- Constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento;

- Zelar pela disciplina e pelo material docente;

- Executar, outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

**Pedagogia**

Habilitação profissional: Nível Superior de licenciatura plena em Pedagogia ou Normal Superior

**Educação Física**

- Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Educação Física em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos.

- Registro no Conselho Regional de Educação Física.

**Artes**

- Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Artes em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos.

**Língua Alemã**

- Formação em curso superior de Licenciatura Plena em Língua Alemã em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos.

**Auxiliar de educação infantil**

- Acompanhar o professor nas atividades pedagógicas realizadas com as crianças.
- Auxiliar o professor nas providências, controle e guarda do material pedagógico.
- Auxiliar o professor e responsabilizar-se na ausência do mesmo, pelos objetos individuais da criança.
- Auxiliar a criança, prontamente, na sua higiene pessoal e em todas as suas necessidades.
- Auxiliar, sempre que necessário, as crianças nas refeições, inclusive no preparo das mamadeiras, quando for o caso.
- Auxiliar em todas as atividades desenvolvidas pelas crianças no Centro de Educação Infantil.
- Fazer trocas de fraldas e se necessário, dar banho e troca de vestuário das crianças.
- Auxiliar em passeios e idas ao Parque.
- Auxiliar no recreio e intervalos a orientação das crianças, objetivando sua segurança.
- Participar em todas as aulas como auxiliar de cuidados às crianças.
- Organizar o ambiente e orientar as crianças para o repouso, permanecendo com as mesmas todo o tempo em que estiverem dormindo, quando for o caso.
- Responsabilizar-se pelas crianças que aguardam os pais ou o transporte escolar até a chegada dos mesmos, zelando pela segurança e bem estar de todos.
- Responsabilizar-se pela limpeza e desinfecção de brinquedos e equipamentos utilizados pelas crianças.
- Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

**Médico Veterinário**

- Realizar assistência técnica veterinária aos produtores rurais e ao público urbano, prestar atendimento, prescrevendo o tratamento quando necessário e possível, bem como desenvolver em conjunto com outros órgãos campanhas educativas ou programas de defesa sanitária animal, e exercer a fiscalização sanitária de competência municipal, de acordo com as orientações das autoridades sanitárias, além de executar outros serviços da sua competência, prescritos pela lei que regulamenta a profissão.
- Habilitação Profissional: Formação em curso superior de Medicina Veterinária em Entidades Oficiais de Ensino ou por ela reconhecidos.
- Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária e experiência de 01 (um) ano de exercício profissional, mediante comprovação.

**Fiscal de Tributos**

- Executar atividades de fiscalização, relativas as obrigações tributárias dos contribuintes para com o Município.
- Habilitação Profissional: Segundo grau completo ou 2 anos de experiência em atividade similar.

**PORTARIA N 548/2017**

Publicação Nº 1442705

**PORTARIA Nº 548/2017**

Concede Licença Maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.225/2009;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, por 180 dias, a servidora CHRISCHELLE WEBER MENDES, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA 20H, a partir de 13 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2017.

**PORTARIA N 549/2017**

Publicação Nº 1442706

**PORTARIA Nº 549/2017**

Dispensa servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Dispensar, por término de contrato, SILVIA REGINA COSTA, do cargo temporário de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 30 de novembro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 30 de novembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2017.

# Apiuna

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS, APOSTILAS, ADITIVOS NOVEMBRO/2017

Publicação Nº 1441116

#### PREFEITURA DE APIÚNA

Contrato Nº : 10/2017  
Aditivo Nº : 2/2017  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : WG QUADRATEC PISOS ESPORTIVOS LTDA - ME  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 12/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES JORGE LUIZ FISTAROL - "NHÉCA" COM ÁREA TOTAL DE 1.300,27 M²  
Vigência : Início: 01/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 01/11/2017  
Valor R\$: 4.008,60 (Quatro Mil, Oito Reais e Sessenta Centavos )  
Dotação : 138 - 13.001.2130.344905107000000.01000000  
Dotação : 441 - 13.001.2130.344905107000000.03000000  
Dotação : 442 - 13.001.2130.344905107000000.03640400  
Dotação : 443 - 13.001.2130.344905107000000.01640400  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 23/2017  
Aditivo Nº : 4/2017  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 33/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES JORGE LUIZ FISTAROL - "NHÉCA" COM ÁREA TOTAL DE 1.300,27 M²  
Vigência : Início: 20/11/2017 Término: 20/01/2018  
Assinatura : 20/11/2017  
Valor R\$: 0,00 (Zero )  
Dotação : 138 - 13.001.2130.344905107000000.01000000  
Dotação : 441 - 13.001.2130.344905107000000.03000000  
Dotação : 442 - 13.001.2130.344905107000000.03640400  
Dotação : 443 - 13.001.2130.344905107000000.01640400  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 26/2016  
Aditivo Nº : 6/2017  
Tipo Aditivo : Supressão  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA  
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 129/2015  
Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NOS BAIRROS DE SUBIDA E RIBEIRÃO VINTE, APIÚNA/SC  
Vigência : Início: 22/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 22/11/2017  
Valor R\$: 21.656,36 (Vinte e Um Mil, Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais e Trinta e Seis Centavos )  
Dotação : 132 - 06.001.1063.344905199000000.01000000  
Dotação : 250 - 06.001.1063.344905199000000.01830000  
Jose Gerson Gonçalves

Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 29/2017  
Aditivo Nº : 6/2017  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 31/2017  
Objeto : REFORMA DA COBERTURA DO GINÁSIO DE ESPORTES JORGE LUIZ FISTAROL, ÁREA TOTAL DA COBERTURA 1.412,00 M2  
Vigência : Início: 11/11/2017 Término: 11/12/2017  
Assinatura : 09/11/2017  
Valor R\$: 0,00 (Zero )  
Dotação : 441 - 13.001.2130.344905199000000.03000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 55/2017  
Aditivo Nº : 1/2017  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : TERRA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - EPP  
Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 50/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL, PAVIMENTAÇÕES DIVERSAS E LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO  
Vigência : Início: 17/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 17/11/2017  
Valor R\$: 8.426,64 (Oito Mil, Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Sessenta e Quatro Centavos )  
Dotação : 17 - 05.001.1050.333903905000000.01020000  
Dotação : 72 - 04.001.1041.333903905000000.01010000  
Dotação : 165 - 06.001.2060.333903905000000.01390300  
Dotação : 166 - 06.001.1063.333903905000000.01000000  
Dotação : 179 - 03.001.2030.333903905000000.01390300  
Dotação : 214 - 03.001.2030.333903905000000.01000000  
Dotação : 235 - 06.001.2060.333903905000000.01000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 56/2016  
Aditivo Nº : 06/2017  
Tipo Aditivo : Supressão  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA  
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 42/2016  
Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA PONTA GROSSA - CENTRO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC  
Vigência : Início: 21/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 21/11/2017  
Valor R\$: 49.177,95 (Quarenta e Nove Mil, Cento e Setenta e Sete Reais e Noventa e Cinco Centavos )  
Dotação : 132 - 06.001.1063.344905199000000.01000000  
Dotação : 250 - 06.001.1063.344905199000000.01830000  
Dotação : 445 - 06.001.1063.344905199000000.03000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna



Contrato Nº : 56/2016  
Aditivo Nº : 07/2017  
Tipo Aditivo : Normal  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA  
Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 42/2016  
Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA PONTA GROSSA - CENTRO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC  
Vigência : Início: 21/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 21/11/2017  
Valor R\$: 11.987,89 (Onze Mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Oitenta e Nove Centavos )  
Dotação : 132 - 06.001.1063.344905199000000.01000000  
Dotação : 250 - 06.001.1063.344905199000000.01830000  
Dotação : 445 - 06.001.1063.344905199000000.03000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 57/2017  
Aditivo Nº : 5/2017  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 76/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA QUADRA DA LOCALIDADE DE SANTO ANTÔNIO INCLUINDO EDIFICAÇÃO DE CANTINA, SANITÁRIOS, PARQUE/GINÁSTICA E QUADRA DE AREIA, FECHAMENTO, CERCADO E ILUMINAÇÃO DO CAMPO  
Vigência : Início: 10/11/2017 Término: 10/12/2017  
Assinatura : 09/11/2017  
Valor R\$: 0,00 (Zero )  
Dotação : 471 - 13.001.1301.344905199000000.01890000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 58/2015  
Aditivo Nº : 05/2017  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 114/2015  
Objeto : EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA ESTRADA GERAL MARGEM ESQUERDA, COM EXTENSÃO DE 520,00M, CONVÊNIO SICONV 809663/2014 E OPERAÇÃO 1017166-64/2014  
Vigência : Início: 20/11/2017 Término: 20/02/2018  
Assinatura : 09/11/2017  
Valor R\$: 0,00 (Zero )  
Dotação : 227 - 06.001.1063.344905199000000.01340100  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 59/2017  
Aditivo Nº : 1/2017  
Tipo Aditivo : Prazo  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : DI FATTO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP  
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 70/2017  
Objeto : AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CAROLINE DO NASCIMENTO E DA ESCOLA VICTÓRIA CERUTTI PETTERS  
Vigência : Início: 17/11/2017 Término: 17/02/2018  
Assinatura : 17/11/2017

Valor R\$: 0,00 (Zero )  
Dotação : 180 - 04.001.1041.344905199000000.01010000  
Dotação : 186 - 04.001.1041.344905199000000.01360000  
Dotação : 232 - 04.001.1044.344905199000000.01010000  
Dotação : 459 - 04.001.1041.344905199000000.01190000  
Dotação : 466 - 04.001.1044.344905199000000.03010000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 69/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : OSCAR REINERT 62961411904-MEI  
Licitação : Concorrência para Concessões 115/2017  
Objeto : CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE ESPAÇO FÍSICO EDIFICADO, COM ÁREA DE 130 M2, NA PRAÇA AQUIDABÃ, PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS DE BAR/LANCHO-NETE  
Vigência : Início: 01/11/2017 Término: 01/11/2019  
Assinatura : 01/11/2017  
Valor R\$: 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais )  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 70/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : MARCOS FERRARI 83464484904  
Licitação : Concorrência para Concessões 108/2017  
Objeto : CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EDIFICADO, NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES JORGE LUIZ FISTAROL  
Vigência : Início: 06/11/2017 Término: 06/11/2018  
Assinatura : 06/11/2017  
Valor R\$: 3.000,00 (Três Mil Reais )  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 71/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : REGIBRAS LTDA - EPP  
Licitação : Dispensa de Licitação 133/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PRORROGAÇÃO DA MARCA REGISTRADA "TANGEFEST"  
Vigência : Início: 08/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 08/11/2017  
Valor R\$: 2.410,00 (Dois Mil e Quatrocentos e Dez Reais )  
Dotação : 84 - 08.001.2085.333903999000000.01000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 72/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : ACESSE CONCURSOS LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 127/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESADORA DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
Vigência : Início: 17/11/2017 Término: 30/06/2018  
Assinatura : 17/11/2017  
Valor R\$: 14.900,00 (Quatorze Mil e Novecentos Reais )  
Dotação : 10 - 05.001.2050.333903948000000.01020000  
Dotação : 191 - 09.001.2091.333903948000000.01000000  
Dotação : 214 - 03.001.2030.333903948000000.01000000  
Dotação : 215 - 04.001.2047.333903948000000.01010000  
Dotação : 235 - 06.001.2060.333903948000000.01000000  
Dotação : 465 - 06.001.2060.333903948000000.03000000  
Dotação : 486 - 09.001.2091.333903948000000.03000000  
Dotação : 491 - 03.001.2030.333903948000000.03000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 73/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : AMAN MANTA ASFÁLTICA LTDA.  
Licitação : Pregão Presencial 130/2017  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELHADO COM MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA 3MM NO CRACK DE 60/70 MICRONS  
Vigência : Início: 20/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 20/11/2017  
Valor R\$ : 59.500,00 (Cinquenta e Nove Mil e Quinhentos Reais )  
Dotação : 138 - 13.001.2130.344905107000000.01000000  
Dotação : 237 - 13.001.1301.344905107000000.01000000  
Dotação : 441 - 13.001.2130.344905107000000.03000000  
Dotação : 471 - 13.001.1301.344905107000000.01890000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 74/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : GERSON LUIZ WUTTKE 78776333949  
Licitação : Concorrência para Concessões 117/2017  
Objeto : CONCESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS EDIFICADOS, SENDO 01 NA QUADRA DE ESPORTES DO RIBEIRÃO BASÍLIO, 01 NA QUADRA DE ESPORTES DA VARGEM GRANDE E 01 NA QUADRA DE ESPORTES DA SUBIDA  
Vigência : Início: 20/11/2017 Término: 20/11/2018  
Assinatura : 20/11/2017  
Valor R\$ : 1.800,00 (Um Mil e Oitocentos Reais )  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 75/2017  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : GILBERTO PEREIRA DA SILVA 34289802800  
Licitação : Concorrência para Concessões 117/2017  
Objeto : CONCESSÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS EDIFICADOS, SENDO 01 NA QUADRA DE ESPORTES DO RIBEIRÃO BASÍLIO, 01 NA QUADRA DE ESPORTES DA VARGEM GRANDE E 01 NA QUADRA DE ESPORTES DA SUBIDA  
Vigência : Início: 20/11/2017 Término: 20/11/2018  
Assinatura : 20/11/2017  
Valor R\$ : 4.200,00 (Quatro Mil e Duzentos Reais )  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 77.2014/2014  
Aditivo Nº : 005/2017  
Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : MANOEL REZINI  
Licitação : Dispensa de Licitação 120/2014  
Objeto : LOCACAO DE IMOVEL NA LOCALIDADE DE RIO NEISSE, NO MUNICIPIO DE APIUNA, PROPRIEDADE DE MANOEL REZINI, TENDO COMO OBJETO A EXTRACAO DE MATERIAL (MACADAME) PARA USO NA MANUTENCAO DE ESTARDAS NAO PAVIMENTADAS NESTE MUNICIPIO  
Vigência : Início: 10/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 10/11/2017  
Valor R\$ : 1.316,50 (Um Mil, Trezentos e Dezesesseis Reais e Cinquenta Centavos )  
Dotação : 165 - 06.001.2060.333903615000000.01390300  
Dotação : 235 - 06.001.2060.333903615000000.01000000  
Dotação : 465 - 06.001.2060.333903615000000.03000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 77.2014/2014  
Aditivo Nº : 006/2017  
Tipo Aditivo : Apostila  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : MANOEL REZINI  
Licitação : Dispensa de Licitação 120/2014  
Objeto : LOCACAO DE IMOVEL NA LOCALIDADE DE RIO NEISSE, NO MUNICIPIO DE APIUNA, PROPRIEDADE DE MANOEL REZINI, TENDO COMO OBJETO A EXTRACAO DE MATERIAL (MACADAME) PARA USO NA MANUTENCAO DE ESTARDAS NAO PAVIMENTADAS NESTE MUNICIPIO  
Vigência : Início: 13/11/2017 Término: 31/12/2017  
Assinatura : 13/11/2017  
Valor R\$ : 1.316,50 (Um Mil, Trezentos e Dezesesseis Reais e Cinquenta Centavos )  
Dotação : 165 - 06.001.2060.333903615000000.01390300  
Dotação : 235 - 06.001.2060.333903615000000.01000000  
Dotação : 465 - 06.001.2060.333903615000000.03000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

Contrato Nº : 83.2014/2014  
Aditivo Nº : 002/2017  
Tipo Aditivo : Prorrogacao  
Contratante : MUNICIPIO DE APIUNA  
Contratada : IPM SISTEMAS LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 124/2014  
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INFORMATICA PARA LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTAO PUBLICA EM AMBIENTE WEB, PROVIMENTO DE DATACENTER E SERVICOS DE INFORMATICA, PARA ATENDER DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL E SEUS FUNDOS  
Vigência : Início: 25/11/2017 Término: 25/11/2018  
Assinatura : 16/11/2017  
Valor R\$ : 144.227,60 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Duzentos e Vinte e Sete Reais e Sessenta Centavos )  
Dotação : 179 - 03.001.2030.333903911000000.01390300  
Dotação : 214 - 03.001.2030.333903911000000.01000000  
Dotação : 214 - 03.001.2030.333909299000000.01000000  
Jose Gerson Gonçalves  
Prefeito de Apiúna

# Arabutã

## PREFEITURA

### CONTRATO ACT 61.2017

Publicação Nº 1441901

#### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 061/2017

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e CIRLEI SILVEIRA MICHAELSEN, inscrita no CPF/MF sob o nº. 093.725.539-48, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Agente de Saúde da micro área 07, devido a licença maternidade da servidora titular da vaga e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 003/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 01 de dezembro de 2017 até o fim da licença maternidade.
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.268,99 (mil duzentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos) conforme Lei Complementar nº. 158, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Agente de Saúde;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria municipal de Saúde
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 30 de novembro de 2017.

Cirlei Silveira Michaelsen    Leani Kapp Schmitt  
Contratada                      Prefeita

Testemunhas:

Cléo Fernando Morche                      Dulci Driemeier Lösch  
CPF/MF nº. 069.405.499-27                  CPF/MF nº. 009.112.609-60

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº. 003 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1441906

#### PORTARIA Nº. 003, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARABUTÃ, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Municipais, RESOLVE:

Aprovar a Escala de Férias nos termos do art. 132 da Lei Complementar 159 de dezembro de 2014, conforme segue:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO CONCESSIVO - Art. 129º.			
			1º. Período		2º. Período	
MARCIO FERNANDO KOLLING	05/06/2016	04/06/2017	02/01/2018	31/01/2018		
MAURICIO PATZLAFF	15/09/2016	14/09/2017	02/01/2018	31/01/2018		
NEI EDUARDO KNOB	01/07/2016	30/06/2017	26/12/2017	24/01/2018		
NEUSA SAATKAMP SCHRAMMEL	14/01/2016	13/01/2017	02/01/2018	31/01/2018		
SABRINA LOISA FINGER	05/01/2017	04/01/2018	02/01/2018	31/01/2018		

GERSON ARTIFON  
Presidente

Registrado e Publicado em 30/11/2017, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling  
Secretário Geral - Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº. 004 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441923

PORTARIA Nº. 004, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARABUTÃ, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Municipais, RESOLVE:

Conceder ao Servidor MÁRCIO FERNANDO KOLLING, ocupante do cargo de Secretário Geral, férias regulamentares de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 05 de Junho de 2016 a 04 de Junho 2017.

Arabutã - SC, 28 de Novembro de 2017.

GERSON ARTIFON

Presidente

Registrado e Publicado em 30/11/2017, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling

Secretário Geral - Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº. 005 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441925

PORTARIA Nº. 005, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARABUTÃ, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Municipais, RESOLVE:

Conceder a Servidora NEUSA SAATKAMP SCHRAMMEL, ocupante do cargo de Agente Operacional, férias regulamentares de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 14 de Janeiro de 2016 a 13 de Janeiro de 2017.

Arabutã - SC, 28 de Novembro de 2017.

GERSON ARTIFON

Presidente

Registrado e Publicado em 30/11/2017, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling

Secretário Geral - Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº. 006 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441926

PORTARIA Nº. 006, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARABUTÃ, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Municipais, RESOLVE:

Conceder ao Servidor MAURICIO PATZLAFF, ocupante do cargo CC – Assessor Jurídico, férias regulamentares de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 15 de Setembro de 2016 a 14 de Setembro 2017.

Arabutã - SC, 28 de Novembro de 2017.

GERSON ARTIFON

Presidente

Registrado e Publicado em 30/11/2017, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling

Secretário Geral - Responsável pelas publicações

**PORTARIA Nº. 007 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441927

PORTARIA Nº. 007, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ARABUTÃ, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município e no Estatuto dos Servidores Municipais, RESOLVE:

Conceder a Servidora SABRINA LOISA FINGER, ocupante do cargo de Assessora Parlamentar, férias regulamentares de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 05 de Janeiro de 2017 a 04 de Janeiro 2018.

Arabutã - SC, 28 de Novembro de 2017.

GERSON ARTIFON

Presidente

Registrado e Publicado em 30/11/2017, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling

Secretário Geral - Responsável pelas publicações



# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0090/2017 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Publicação Nº 1441723

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
CONTRATO Nº 0090/2017

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na R. XV de Novembro, 26, Centro, na cidade de Arroio Trinta - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, Sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Aplicam-se ao Contrato de Prestação de Serviços as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei n. 1677/2014.

1.2 - O presente contrato é celebrado por dispensa de licitação, por se tratar de município consorciado ao CIMCATARINA, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07.

1.3 - A execução dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano será mediante o regime de empreitada por preço unitário. O preço será fixado por unidade determinada (hora técnica por profissional) e os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados conforme Resolução no 0052/2016 e sua alteração (Resolução 0025/2017).

1.4 - Nas contratações diretas de consórcios públicos, pelo ente consorciado, para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a execução de horas

técnicas por profissional do CIMCATARINA para prestação de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano no Município de Arroio Trinta.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor estimado de R\$ 3.800,00 (TRÊS MIL E OITOCENTOS REAIS).

Parágrafo único. Este valor refere-se a uma estimativa de 38(trinta e oito) horas de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano, por horas técnicas por profissional para execução das atividades inerentes a capacidade técnica dos profissionais disponibilizados pelo CIMCATARINA, o quantitativo de horas deverá ser ajustado para mais ou para menos, conforme as necessidades e ou exigências que surgirem durante a execução dos serviços.

3.2 - O valor da hora técnica profissional para a prestação de serviços será de R\$ 100,00 (cem reais), conforme a Resolução no 0052/2016 e alterações, que dispõe sobre os valores da tabela de prestação de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano, e da outras providências. O valor está com redução de 20%, pelo fato do município contratante participar do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA, conforme dispõe o Art. 2º da referida Resolução.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - Os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados, o CONTRATADO emitirá os respectivos Recibos, para pagamento através de Boleto Bancário ou depósito em Banco.

4.2 - O pagamento deverá ser realizado em até 5(cinco) dias após a apresentação do Relatório de Execução das Atividades, que constará a quantidade das horas técnicas por profissional relativa aos serviços executados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Os trabalhos serão prestados por profissionais devidamente qualificados, composto pela equipe técnica multidisciplinar do CIMCATARINA.

5.2 - As especificações dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano estarão detalhadas nas respectivas "Ordens de Serviços".

5.3 - A execução das horas se dará de acordo com a necessidade do município, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos pelo município ao CIMCATARINA;

5.4 - O tempo de deslocamento para realização de visitas e ou serviços in-loco será cobrado o valor correspondente a hora técnica de 1 profissional.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho



Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 - O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos do CONTRATANTE:

- Acompanhar e receber informações sobre a elaboração dos serviços;
- Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- Propor inclusão de itens e materiais considerados importantes para melhoria dos serviços;
- Exigir alterações no material elaborado conforme novas informações relevantes;
- Ter acesso a todo o material produzido, inclusive os mapas, em arquivos desbloqueados, conforme o formato solicitado.

7.2 - São deveres do CONTRATANTE:

- Fornecer informações necessárias para a elaboração dos serviços;
- Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da elaboração dos serviços;
- Emitir aprovação dos serviços após conclusão dos trabalhos;
- Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados conforme medições;
- Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato terá a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 2002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Funcional: 4 - ADMINISTRAÇÃO

Dotação: 105 – 3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos

Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.93.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

8.2 - Os empenhos serão ser estimados podendo ser emitidos para cada Ordem de Serviço.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado.

#### CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 - O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato poderá ser rescindido por:

- descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- superveniência de norma legal ou fato administrativo que o

torne, formal ou materialmente inexequível;

c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.

d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Arroio Trinta – SC, 16 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC CLAUDIO SPRICIGO PREFEITO MUNICIPAL	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA ELÓI RONNAU DIRETOR EXECUTIVO
---	--

TESTEMUNHAS:

GIZELI MAFFIOLETTI

CPF Nº: 088.733.359-18

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0090/2017: CIMCATARINA – OBJETO PLANEJAMENTO URBANO

CONTRATADA : CONSÓRCIO CIMCATARINA

VALOR:R\$3.800,00

### CONTRATO Nº 0091/2017 - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Publicação Nº 1441735

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0127/2017 – DL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0067/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0091/2017

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede na R. XV de Novembro, 26, Centro, na cidade de Arroio Trinta - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa,

inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, Sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal nº 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Aplicam-se ao Contrato de Prestação de Serviços as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei nº 1677/2014.

1.2 - O presente contrato é celebrado por dispensa de licitação, por se tratar de município consorciado ao CIMCATARINA, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal nº 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal nº 6.017/07.

1.3 - A execução dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano será mediante o regime de empreitada por preço unitário. O preço será fixado por unidade determinada (hora técnica por profissional) e os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados conforme Resolução nº 0052/2016 e sua alteração (Resolução 0025/2017).

1.4 - Nas contratações diretas de consórcios públicos, pelo ente consorciado, para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a execução de horas técnicas por profissional do CIMCATARINA para prestação de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano no Município de Arroio Trinta.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor estimado de R\$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

Parágrafo único. Este valor refere-se a uma estimativa de 80 horas de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano, por horas técnicas por profissional para execução das atividades inerentes a capacidade técnica dos profissionais disponibilizados pelo CIMCATARINA, o quantitativo de horas deverá ser ajustado para mais ou para menos, conforme as necessidades e ou exigências que surgirem durante a execução dos serviços.

3.2 - O valor da hora técnica profissional para a prestação de serviços será de R\$ 100,00 (cem reais), conforme a Resolução nº 0052/2016 e alterações, que dispõe sobre os valores da tabela de prestação de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano, e das outras providências. O valor está com redução de 20%, pelo fato do município contratante participar do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA, conforme dispõe o Art. 2º da referida Resolução.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - Os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados, o CONTRATADO emitirá os respectivos

Recibos, para pagamento através de Boleto Bancário ou depósito em Banco.

4.2 - O pagamento deverá ser realizado em até 5(cinco) dias após a apresentação do Relatório de Execução das Atividades, que constará a quantidade das horas técnicas por profissional relativa aos serviços executados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Os trabalhos serão prestados por profissionais devidamente qualificados, composto pela equipe técnica multidisciplinar do CIMCATARINA.

5.2 - As especificações dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano estarão detalhadas nas respectivas "Ordens de Serviços".

5.3 - A execução das horas se dará de acordo com a necessidade do município, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos pelo município ao CIMCATARINA;

5.4 - O tempo de deslocamento para realização de visitas e ou serviços in-loco será cobrado o valor correspondente a hora técnica de 1 profissional.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 - O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a elaboração dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor inclusão de itens e materiais considerados importantes para melhoria dos serviços;
- d) Exigir alterações no material elaborado conforme novas informações relevantes;
- e) Ter acesso a todo o material produzido, inclusive os mapas, em arquivos desbloqueados, conforme o formato solicitado.

7.2 - São deveres do CONTRATANTE:

- a) Fornecer informações necessárias para a elaboração dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da elaboração dos serviços;
- c) Emitir aprovação dos serviços após conclusão dos trabalhos;
- d) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados conforme medições;
- e) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato terá a seguinte

classificação orçamentária:

Órgão: 2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 2002 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Funcional: 4 - ADMINISTRAÇÃO  
Dotação: 105 – 3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos  
Recurso: 100 – Recursos Ordinários  
Elemento: 3.3.93.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

8.2 - Os empenhos serão ser estimados podendo ser emitidos para cada Ordem de Serviço.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado.

#### CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 - O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Arroio Trinta – SC, 16 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE ARROIO  
TRINTA - SC  
CLAUDIO SPRICIGO  
PREFEITO MUNICIPAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIMCATARINA  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

TESTEMUNHAS:

GIZELI MAFFIOLETTI  
CPF Nº: 088.733.359-18

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0127/2017 – DL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0067/2017  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0091/2017  
EMPRESA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA  
OBJETO: TRABALHOS AMBIENTAIS  
VALOR: R\$ 8.000,00

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 72/2017

Publicação Nº 1442146

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 72/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 13/12/2017, às 9 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, pelo sistema de registro de preços, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA VISANDO A EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS, DE JARDINAGEM E DE LIMPEZA DE FUGA NOS LOCAIS EM QUE HOUVER NECESSIDADE NO MUNICÍPIO DE ASCURRA, COM O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme informações previstas no edital e termo de referencia.

Ascurra, 1º de dezembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

ENILSON ERLEY DE FREITAS

Secretário de Saúde e Assistência Social

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 73/2017

Publicação Nº 1442148

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N. 73/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que acontecerá no dia 13/12/2017, às 11 horas, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, pelo sistema de registro de preços, para a EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE ASCURRA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, A SEREM FORNECIDOS MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA VENCEDORA, conforme informações previstas no edital e termo de referencia.

Ascurra, 1º de dezembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal

ENILSON ERLEY DE FREITAS

Secretário de Saúde e Assistência Social

# Atalanta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 15/2017

Publicação Nº 1442440

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 8/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017

CONTRATO Nº 15/2017

CONTRATADA: AGROPRATA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.  
- EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA ROÇADEIRA, DOIS DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO LIQUIDO E TRÊS ESPALHADORES DE CALCÁRIO PARA A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO MUNICIPIO DE ATALANTA. Contrato: 816801/2015, Operação 1022978-54/MAPA/CAIXA

VALOR TOTAL: R\$ 47.140,00 (Quarenta e sete mil cento e quarenta reais).

Atalanta, em 11 de maio de 2017 – JOAREZ MIGUELRODERMEL - Prefeito Municipal.

### CONTRATO Nº 16/2017

Publicação Nº 1442441

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 8/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2017

CONTRATO Nº 16/2017

CONTRATADA: JEAN PYER VIVIAN EIRELI - EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA ROÇADEIRA, DOIS DISTRIBUIDORES DE ADUBO ORGÂNICO LIQUIDO E TRÊS ESPALHADORES DE CALCÁRIO PARA A SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO MUNICIPIO DE ATALANTA. Contrato: 816801/2015, Operação 1022978-54/MAPA/CAIXA

VALOR TOTAL: R\$ 33.800,00 (Trinta e três mil e oitocentos reais).

Atalanta, em 11 de maio de 2017 – JOAREZ MIGUELRODERMEL - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 055/2017

Publicação Nº 1442373

DECRETO Nº 055/2017

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1506 de 10 de agosto de 2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 445.000,00 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 35.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 70.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 65.000,00

12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 70.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências



do Fundeb 60% no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO  
04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

06.182.0039.2.046 – Manutenção da Defesa Civil  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
27.812.0058.1.004 – Construção e Reformas de Dependências Esportivas

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental  
3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

12.361.0046.2.017 – Manutenção da Capacitação Educacional  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

12.361.0049.2.019 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental  
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

12.367.0049.2.023 – Assistência a Pessoas com Necessidades Especiais  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Inst. Privadas sem Fins Luc ..... R\$ 25.000,00

12.366.0052.2.024 – Educação de Jovens e Adultos  
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde  
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 22 de novembro de 2017.  
JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1519/2017

Publicação Nº 1442733

LEI N.º 1519/2017

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0076.2.042 – Manutenção dos Serviços de Proteção e Atend. Integral a Família - PAIF

4.4.90.00.00.00.00.00.0029 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 23.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.241.0067.2.029 – Assistência ao Idoso

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 9.000,00

08.244.0076.2.042 – Manutenção dos Serviços de Proteção e Atend. Integral a Família - PAIF

3.1.90.00.00.00.00.00.0029 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0029 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 3.000,00

08.244.0073.2.032 – Assistência a Família

3.1.71.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Consórcios Públicos .....  
..... R\$ 6.000,00

08.241.0070.2.045 – Acolhimento Institucional para Idosos  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 5.000,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC) 30 de novembro de 2017.  
JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1520/2017**

Publicação Nº 1442737

LEI Nº 1520/2017

“Institui Feriado Municipal para os Professores Municipais e dá Outras Providências”.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL, Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído feriado municipal o dia do professor, no dia 15 de outubro dos anos correntes, para todo professor municipal.

Parágrafo Único – Quando o dia 15 de outubro cair num sábado ou domingo, o dia será comemorado na segunda-feira subsequente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2017.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Município de Atalanta, 30 de novembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1521/2017**

Publicação Nº 1442740

LEI N.º 1521/2017

“Autoriza o Poder Executivo a Realizar Despesas no Natal Premiado entre as Crianças do Município e dá Outras Providências”.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal de Atalanta – SC

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas de premiação de brinquedos entre as crianças do município presentes no evento Natal Premiado promovido pelo Município, até o limite de 1.000 UFMs (Unidade Fiscal Municipal).

Parágrafo Único - A premiação de brinquedos será na modalidade de sorteio entre as crianças residentes no Município de Atalanta e presentes no evento Natal Premiado.

Art. 2º - A premiação deverá ser adquirida no Comércio Municipal, pelo Poder Executivo.

Art. 3º - Será constituída por meio de decreto uma comissão de três pessoas para realização de entrega dos brinquedos, que façam parte da Câmara de Dirigentes Lojistas de Atalanta.

Art. 4º - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, SC, 30 de novembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1522/2017**

Publicação Nº 1442743

LEI Nº 1522/2017

“Autoriza o Poder Legislativo a Conceder Abono Salarial aos seus Servidores Efetivos e dá Outras Providências”.

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal, do Município de Atalanta, autorizado a conceder abono salarial individual no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) aos servidores da Câmara de Vereadores, excetuando-se os cargos em Comissão e Agentes Políticos.

Parágrafo Único. O abono salarial de que trata o caput deste artigo será em parcela única a ser incluído na folha de pagamento do mês de dezembro de 2017.

Art. 2º - O valor pago a título de abono salarial de que trata a presente Lei, não servirá de base de cálculo para nenhuma vantagem ou gratificação adicional, também não se incorporando ao salário base, pagos a qualquer título.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento do Exercício de 2017, sob a rubrica:

Projeto Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores  
Item de Despesa: 31.90.11.00.00.00.00 – Vencos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Fonte de Recurso: 080 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1.095/2009 de 15 de abril de 2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 30 de novembro de 2017.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA RP PREGÃO 14/2017 FME

Publicação Nº 1442694

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017- FMED

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - FMED

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATAÇÃO: REFERENTE A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO VISANDO A AQUISIÇÃO DE CARNE SUÍNA, FRANGO E PEIXE PARA SEREM DISTRIBUÍDOS NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, em um prazo que se estende de 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BALNEARIO PICARRAS

A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses, a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

CLAUDIO ESTEVÃO JUNIOR EIRELI EPP - Total do Fornecedor: R\$50.240,00

OESA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES S/A - Total do Fornecedor: R\$163.900,00

Balneário Piçarras(SC), 30 novembro de 2017.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

### ATA RP PREGÃO 47/2017 PMBP

Publicação Nº 1442857

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2017 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017 - PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO PICARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 47/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para (LICITAÇÃO) REFERENTE A ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO DE ORGANIZAÇÃO E ARBITRAGEM DE TODOS CAMPEONATOS DE FUTEBOL, OLEPI E SELETIVA ESCOLARES E OUTROS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame

SUL ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS ESPORTIVOS, CULT. E TURISTICOS LTDA,

O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$120.450,00 (cento e vinte mil, quatrocentos e cinquenta reais)

Balneário Piçarras (SC), 30 de Novembro de 2017

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - FMAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - FMAS

Publicação Nº 1442057

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017 - FMAS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço por global, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXÍLIO FUNERAL DESTINADO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Recebimento dos Envelopes até: 20/12/2017 às 14h. Data da Sessão Pública: 20/12/2017 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 30 de novembro de 2017. Ana Paula Stiebler – Secretária Municipal de Assistência Social.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2017 - PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2017 - PMBP

Publicação Nº 1441975

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2017 - PMBP

TOMADA DE PREÇOS Nº 0012/2017 - PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO – EAS, PLANOS E PROGRAMAS AMBIENTAIS, INVENTÁRIO FLORESTAL E FAUNÍSTICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA JUNTO A SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU/SC) PARA PROLONGAMENTO NORTE DA AVENIDA JOSÉ TEMÍSTOCLES DE MACEDO. Data/horário recebimento envelopes: 20/12/2017 às 09h. Data/horário abertura envelopes: 20/12/2017 às 09h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 30 de novembro de 2017.

Leonel José Martins - Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 093/PMBR/2017

Publicação Nº 1442013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 093/PMBR/2017.

Tipo: MENOR VALOR POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 14/12/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de utensílios para cozinha para uso no atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Secretaria de Assistência Social e nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Balneário Rincão/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 30 de Novembro de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

### EXTRATO DE ADITIVO DE RESCISÃO - INNOVATI

Publicação Nº 1442268

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL ao Contrato Nº. 146/PMBR/2014. OBJETO: Fica rescindido unilateralmente, a partir de 23/11/2017, o Contrato Nº. 146/PMBR/2014, nos termos do art. 79 I c/c art. 78 I e V, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes. ASSINATURA: 23/11/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal

**ATA 024/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 073/PMBR/2017**

Publicação Nº 1442477

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2017**

Número do Registro de Preços: 24/2017			Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra:			REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE FRETAMENTO EVENTUAL DE PESSOAS COM ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VANS, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINÇÃO/SC.,					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO VAN, COM NO MÍNIMO 15 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO.	UN	ROTEIROS DO SUL AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME (1637)		0	1,7300	1	
2	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS, COM NO MÍNIMO 20 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 10 ANOS DE USO.	UN	ROTEIROS DO SUL AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME (1637)		0	3,0800	1	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2017**

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 24/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE FRETAMENTO EVENTUAL DE PESSOAS COM ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VANS, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR QUILOMETRO RODADO UTILIZANDO VEÍCULO ÔNIBUS COM BANHEIRO, COM NO MÍNIMO 42 LUGARES ADULTOS E COM NO MÁXIMO 15 ANOS DE USO.	UN	ROTEIROS DO SUL AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME (1637)		0	4,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 24/2017					Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS, SOB DEMANDA, DE FRETAMENTO EVENTUAL DE PESSOAS COM ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS E VANS, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.,										
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2017  
PROCESSO Nº 73/2017

(1637) - ROTEIROS DO SUL AGENCIA DE VIAGENS LTDA ME

Balneário Rincão, 30 de Novembro de 2017.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 67/2017 PMB

Publicação Nº 1442399

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2017

Objeto: COMPRA DE 01 (UMA) RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS NOVA, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DESEMPENHADAS AOS MUNICÍPIOS DE BANDEIRANTE EM CONVÊNIO COM O PROGRAMA "APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO - PRODESA", MEDIANTE CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 851809/2017/MAPA/CAIXA, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 13/12/2017 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).  
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 30 de novembro de 2017.  
Celso Biegelmeier- Prefeito Municipal.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 988, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442364

DECRETO Nº 988, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 003/2017

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final, relativo ao Processo Seletivo Edital nº 003/2017 da Prefeitura Municipal de Barra Bonita- SC, conforme segue:

AUXILIAR DE CRECHE								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
67	Michele Fontana Neto Zaccaron	07/04/1982	6,00	1,40	0,35	7,75	1º	
134	Juliana Turmina Da Silveira	09/09/1988	5,40	1,40	0,70	7,50	2º	
129	Marcia Pinheiro	19/12/1989	5,40	1,05	1,05	7,50	3º	
138	CloeSpada	28/03/1986	4,80	1,05	0,35	6,20	4º	
57	Danieli Pereira	16/09/1995	4,80	0,70	0,35	5,85	5º	
112	PatriciaZwirtes	26/06/1997	4,20	0,35	1,05	5,60	6º	
73	Eliane Salete De Morais Gwozdz	04/07/1978	5,40	0,00	0,00	5,40	7º	
62	Daniela Stella	06/09/1998	2,40	1,05	0,70	4,15	8º	
39	Tatiane De Jesus Campos	Faltante					Desc.	
125	Tatiane BergmannKozerski	Faltante					Desc.	
SERVIÇOS GERAIS								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
132	Adriana Carla Ferreira Christofoli	22/01/1991	4,80	0,70	0,00	5,50	1º	
136	Nilvânia Márcia Wismann	04/06/1995	4,80	0,70	0,00	5,50	2º	
108	Joice Adriana Da Silva De Campos	Faltante					Desc.	
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
116	Felipe De Andrade Alves	16/09/1986	5,40	1,40	0,00	6,80	1º	
95	Junior Jose Mix Gonçalves	27/05/1991	4,20	1,40	0,70	6,30	2º	
130	Paulo Cesar Merigo	29/07/1979	3,00	1,40	0,70	5,10	3º	
16	Agatha Bertolini	16/10/1995	2,40	0,70	0,70	3,80	Desc.	
103	Antonio Marcos Roth	Faltante					Desc.	
105	Bruno Henrique Costa	Faltante					Desc.	
141	Rafael Moretto Mezalira	Faltante					Desc.	
50	Alexandre Vinicius Giongo	Faltante					Desc.	
INSTRUTOR DE MUSICA								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.	
101	Carlos Augusto Schneider	24/01/1995	4,20	1,40	0,70	6,30	1º	
PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
97	Luciana Maria ZantedeschiBernat	12/05/1980	5,00	0,84	0,60	0,70	7,14	1º
109	Rosane Marlene TonelloDresch	22/11/1971	3,50	0,84	0,60	0,80	5,74	2º

78	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	12/10/1981	3,50	0,84	0,40	0,70	5,44	3º
49	Cátia Fronza	06/07/1994	3,50	0,56	0,40	0,80	5,26	4º
10	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	3,50	0,84	0,20	0,00	4,54	5º
60	Disiane Ferronato	06/09/1985	3,00	0,84	0,40	0,20	4,44	6º
63	Josiane Da Silva	27/09/1983	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
124	MarcianeFrare	05/05/1985	3,00	0,56	0,40	-	3,96	Desc.
69	Delisiane Da Rosa Schallenger	30/12/1980	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
85	Marta Cristina Dos Santos	06/06/1992	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
55	Marcia Bogus	17/02/1990	1,50	0,56	0,60	-	2,66	Desc.
22	Geane Marcia Christofoli Da Silva	30/11/1973	1,00	0,56	0,60	-	2,16	Desc.
79	Elaine Neumann Paula	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
137	Adriana TurminaSchmitz	03/02/1981	4,00	0,56	0,40	0,00	4,96	1º
29	Bárbara Feltes	17/05/1996	1,50	0,84	0,40	-	2,74	Desc.

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
115	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	3,50	1,12	0,60	0,10	5,32	1º
25	Cleusa F. Nunes de ArnoteKlgenberg	19/02/1973	3,00	0,84	0,40	0,50	4,74	2º
8	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	3,50	0,56	0,40	0,00	4,46	3º

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
28	Viviane Do Carmo KinselJuver	27/04/1977	3,50	0,84	0,60	0,80	5,74	1º
44	Marcos Alberto Ahlf	27/04/1984	4,00	0,84	0,60	0,00	5,44	2º
118	GelavirPicinin	05/06/1976	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
128	Diego Alencar Chechi	17/10/1986	4,50	0,84	0,60	0,10	6,04	1º
31	Carolina Brustolin	20/10/1995	3,50	1,12	0,60	0,00	5,22	2º
32	Jeane Muller	31/03/1996	3,00	0,28	0,60	-	3,88	Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
107	Deisi Isabel Filippin	19/07/1995	4,50	0,56	0,40	0,00	5,46	1º
76	Gabriel Feldkircher	23/08/1996	4,00	0,84	0,60	0,00	5,44	2º
131	Everson Silvan Flores	17/06/1996	3,50	0,84	0,60	0,00	4,94	3º
121	Luiz Felipe Pinheiro De Barros	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
110	Rosane Marlene TonelloDresch	22/11/1971	4,50	0,84	0,60	0,80	6,74	1º
77	Bernardete Aparecida Furlan Buratti	12/10/1981	4,50	1,12	0,40	0,70	6,72	2º
90	Gabriela Paludo	13/06/1995	5,00	0,84	0,60	0,00	6,44	3º
64	Josiane Da Silva	27/09/1983	4,50	0,56	0,40	0,70	6,16	4º
71	Simone Martinazzo Spinelli	12/12/1986	4,50	1,12	0,40	0,10	6,12	5º
82	Jeanice Muller	17/04/1986	4,00	1,12	0,20	0,70	6,02	6º



48	Cátia Fronza	06/07/1994	4,50	0,28	0,40	0,80	5,98	7º
15	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	4,50	0,84	0,20	0,00	5,54	8º
127	MarcianeFrare	05/05/1985	4,00	0,84	0,40	0,30	5,54	9º
34	Prescila Elena Moreira	08/06/1992	4,00	0,84	0,20	0,20	5,24	10º
102	Silvia Rebonatto	23/02/1980	3,00	1,12	0,60	0,30	5,02	11º
122	Neura Maria Schonardie Deres	10/08/1970	3,00	0,56	0,60	0,60	4,76	12º
68	Delisiane Da Rosa Schallenger	30/12/1980	3,00	0,56	0,60	0,00	4,16	13º
21	Geane Marcia Christofoli Da Silva	30/11/1973	2,50	0,28	0,60	-	3,38	Desc.
56	Marcia Bogus	17/02/1990	2,00	0,56	0,60	-	3,16	Desc.
106	Joice Franzosi	01/09/1982	1,50	0,56	0,60	-	2,66	Desc.
80	Elaine Neumann Paula	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
33	Carla Claudia Dos Santos	13/04/1985	4,00	1,12	0,40	0,00	5,52	1º
37	AndrieliMuskopfAlt	06/10/1997	3,50	0,28	0,60	0,00	4,38	2º
59	Neuza Darif	14/07/1975	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.
111	Glauca GracieleBremm	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
35	Nádia Roberta SturmerZacaron	20/08/1979	5,50	0,84	0,60	2,00	8,94	1º
86	Marister Fontana	10/05/1969	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
120	Debora Eliane Antunes Picinin	18/03/1977	4,00	0,84	0,60	0,50	5,94	1º
117	Patricia Maria VaniZanotti	12/02/1989	4,00	0,28	0,60	0,20	5,08	2º
5	Lucilda Alves De Oliveira	03/10/1984	2,00	0,56	0,40	-	2,96	Desc.
30	Dinorá Merigo	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
139	Isabel Miezmowski	10/03/1982	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Desc.

## PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
75	Raquel Meurer	15/06/1982	2,50	0,84	0,40	-	3,74	Desc.

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
119	GelavirPicinin	05/06/1976	5,50	0,56	0,60	0,60	7,26	1º
100	LorianeSmaniotto	25/01/1981	4,00	1,12	0,40	0,50	6,02	2º
18	Ana Balensiefer	24/07/1964	3,50	0,84	0,40	0,60	5,34	3º
123	Neura Maria Schonardie Deres	10/08/1970	3,00	0,84	0,60	0,60	5,04	4º
92	Adriana BalestroFritzen	10/03/1985	2,50	0,56	0,60	-	3,66	Desc.

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
133	Reginaldo Paiva Da Silva	Faltante						Desc.

Art. 2º São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova Objetiva.

Art. 4º Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 30 de novembro de 2017.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

## **PORTARIA N.º375, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.**

Publicação N° 1442032

PORTARIA N.º375, de 27 de outubro de 2017.

“Concede licença a servidora e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Melia Tereza Martinelli, ocupante do cargo de Professora, matrícula nº19703, do Quadro de Pessoal do Magistério Municipal, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 27 de novembro a 26 de dezembro de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 27.11.2017.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 30 de novembro de 2017.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA 001/2017 PP 061/2017 PMBV

Publicação Nº 1442622

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017  
Contratada: SETA CONSTRUTORA LTDA ME. Objeto: Prestação de serviço para manutenção de ar condicionado para Secretaria de Administração.  
Valor do Contrato: R\$ 61.053,00  
Data de Assinatura: 28/11/2017  
Data de Vencimento: 28/11/2018  
Barra Velha, 28 de novembro de 2017.  
MARCELO BITTENCOURT  
Pela Empresa Contratada  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

### ERRATA 001/2017 PP 063/2017 PMBV

Publicação Nº 1442240

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 092/2017 - Pregão Presencial nº 063/2017  
ERRATA 001  
A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE Aquisição de Uniforme e tênis escolar. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 05/12/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 05/12/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 30 de novembro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

### INEX 021/2017 FUMTEC

Publicação Nº 1442287

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 028/2017 – FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 021/2017 - FUNTEC  
Contratada: LEANDRO MARCELO MELLIES 05309195912 Objeto: Apresentação Musical com GRUPO CANDIEIRO que acontecerá no dia 02 de dezembro de 2017 na Sociedade Recreativa do Município em comemoração ao 56º aniversário do Município. Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Barra Velha, 30 de novembro de 2017.  
LEANDRO MARCELO MELLIES - Contratado  
VALTER MARINO ZIMMERMANN - Prefeito

### INEX 022/2017 FUMTEC

Publicação Nº 1441781

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 029/2017 – FUMTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 022/2017 - FUMTEC  
Contratada IVAN JUNIOR PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA Objeto: Contratação de Show com PADRE ALESSANDRO CAMPOS E BANDA que irá acontecer no dia 07 de dezembro de 2017 na praia central em comemoração aos 56 anos do município de Barra Velha. Valor do Contrato: R\$ 77.900,00  
Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Barra Velha, 30 de novembro de 2017.  
IVAN JUNIOR PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA - Contratado  
VALTER MARINO ZIMMERMANN - Prefeito

### INEX 023/2017 FUMTEC

Publicação Nº 1441800

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 030/2017 – FUNTEC  
Inexigibilidade de Licitação nº 023/2017 - FUNTEC  
Contratada: JOEL MENEGAZZO ME  
Objeto: Apresentação Musical com DUO DE PIONO E VIOLINO com GABRIEL VIEIRA E EDILSON FORTE, que acontecerá no dia 01 de dezembro de 2017 na praça Lauro Carneiro de Loyola.  
Valor do Contrato: R\$ 13.500,00  
Fund. Legal: Art. 25, Inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Barra Velha, 30 de novembro de 2017.  
JOEL MENEGAZZO - Contratado  
VALTER MARINO ZIMMERMANN - Prefeito

### PP 066/2017 PMBV

Publicação Nº 1441809

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Processo Administrativo nº 096/2017 - Pregão Presencial nº 066/2017  
A Prefeitura de Barra Velha, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor Preço por LOTE Aquisição de material escolar e material de expediente para rede Municipal de ensino de Barra Velha. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 15/12/2017 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 15/12/2017 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Pregoeiro Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário: 8:00 às 12:00 horas e 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 30 de novembro de 2017. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 77/2017**

Publicação Nº 1442261

PORTARIA Nº 77/2017

Estabelece Ponto Facultativo

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 47, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 10, inciso VII, do RICV.

**RESOLVE:**

Art. 1º - ESTABELECEPonto Facultativo, no âmbito da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no dia 08 de dezembro de 2017, sexta-feira.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência, 28 de novembro de 2017.

Alex Sandro Correia dos Santos
--------------------------------

Presidente da Câmara Municipal
--------------------------------

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Publicação Nº 1442056

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 043/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Bela Vista do Toldo/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA (TRATOR E PLAINA NIVELADORA DE ARRASTO) CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 1.041.996-68/2017 SIAFI 844157, com data de abertura para o dia 30/11/2017 às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência de interessados.

Bela Vista do Toldo, 30 de Novembro de 2017.  
FRANCISCO JOSUÉ KARVAT  
Pregoeiro

### PREGÃO Nº 030/2017 - 2ª PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1442321

Aviso de Licitações  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO 046/2017 - PREF  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2017 - PREF  
2ª PUBLICAÇÃO

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA (TRATOR E PLAINA NIVELADORA DE ARRASTO) CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 1.041.996-68/2017 SIAFI 844157.  
ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 13/12/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 13/12/2017 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC [www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br). Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail [compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br](mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br).

Bela Vista do Toldo, 01 de Dezembro de 2017.  
FRANCISCO JOSUÉ KARVAT  
Pregoeiro



**Belmonte****PREFEITURA****DECRETO Nº 116/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441678

DECRETO Nº 116/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 53.504,00, para o exercício financeiro de 2017, no Orçamento Geral do Município de Belmonte, Estado de Santa Catarina.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.935 de 08 de novembro de 2017,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica efetuada a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 53.504,00, com o objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas correntes de Manutenção das Atividades do Legislativo.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 53.504,00, suprimindo as Dotações Orçamentárias para cobertura das Despesas Correntes de Manutenção das Atividades do Legislativo.

Órgão	01.00	PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	
Unidade	01.01	Câmara Municipal de Vereadores	
Projeto/Ativ.	01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000		Aplicações Diretas	R\$ 53.504,00
TOTAL .....			R\$ 53.504,00

Art. 3º. Para cobertura e suplemento dos créditos adicionais suplementares, fica efetuada a redução na ordem de R\$ 53.504,00, das dotações a seguir discriminadas, em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão	01.00	PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	
Unidade	01.01	Câmara Municipal de Vereadores	
Projeto/Ativ.	01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades do Poder Legislativo	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0000		Aplicações Diretas Decorrentes de Op. Entre Órgão	R\$ 976,00
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000		Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$ 10.528,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000		Aplicações Diretas	R\$ 42.000,00
TOTAL .....			R\$ 53.504,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 53.504,00, objetivando suprir a dotação orçamentária destinada a despesas correntes da Câmara Municipal de Vereadores, conforme artigo 3º deste ato.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, efetuada a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância R\$ 53.504,00, objetivando suprir a Dotação Orçamentária destinada a Folha de Pagamento da Câmara Municipal de Vereadores no exercício de 2017.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 13 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUP

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

**DECRETO Nº 117/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441680

DECRETO Nº 117/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO VALOR DE R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.938 de 17 de novembro de 2017,

DECRETA:

TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica efetuada a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas de cooperação técnica e financeira para construção de um memorial junto ao Quartel de São Miguel do Oeste/SC, em homenagem a 05 bombeiros militares mortos no resgate e salvamento das vítimas do trágico acidente ocorrido em 09 de outubro de 2007, na BR – 282.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Abre Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	16.00	ENCARGOS GRAIS DO MUNICIPIO	
Unidade:	16.01	ENCARGOS GRAIS DO MUNICIPIO	
Proj./Ativ.	04.122.0000.2.050	Manut.e Desenvolv.Serv.Corpo de Bombeiros	
4.4.40.00.00.00.00.30000		Transferências à Municípios	5.000,00
T O T A L è			5.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado o Superávit Financeiro de recursos próprios do Erário Municipal, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias no orçamento Geral do Município.

## CAPÍTULO IV

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, alterada a Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias necessárias aos serviços da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 13 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUP

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

**DECRETO Nº 118/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441683

DECRETO Nº 118/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.937 de 08 de novembro de 2017,

DECRETA:

TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica efetuada a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços, com recursos do Fundo Especial do Petróleo-FEP.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRET.MUN.TRANSP.,OBRAS E SERV.	
Unidade:	07.02	Obras, Urbanismo, Infraestrutura e Serv.Gerais	
Proj./Ativ.	15.451.0009.1.012	Constr.,Ampl.e Pavim.Ruas e Avenidas do Município	
4.4.90.00.00.00.00.10039		Aplicações diretas	R\$ 23.000,00
T O T A L è			R\$ 23.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, no valor de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	07.00	SECRET.MUN.TRANSP.,OBRAS E SERV.	
Unidade:	07.01	Transp.na Sede do Município e Interior	
Proj./Ativ.	26.782.0015.2.023	Manut.e Func.Depto Transp.e Obras	
77 - 3.3.90.00.00.00.00.10039		Aplicações diretas	R\$ 23.000,00
T O T A L è			R\$ 23.000,00

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com o Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços.

## CAPÍTULO IV

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, alterada a Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias necessárias aos serviços da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 13 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUP

Sônia T.G. Morosini

Sec. da Administração

**DECRETO Nº 119/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441685

DECRETO Nº 119/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 720,75 (SETECENTOS E VINTE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1.904 de 23 de março de 2017,

DECRETA:

TÍTULO I

## CAPÍTULO I

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 720,75 (setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas de custeio no Orçamento Geral do Município, com recursos do FNDE Programa Dinheiro na Escola - PDDE.

## CAPÍTULO II

## DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 720,75 (setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade:	05.02	Ensino Fundamental
Proj./Ativ.	12.361.0005.2.009	Manut.e Funcion.das Ativ.Ensino Fundamental
3.3.90.00.00.00.00.30422		Aplicações diretas R\$ 450,75
Unidade:	05.03	Educação Infantil
Proj./Ativ.	12.365.0005.2.012	Manut.e Funcion.da Educação Infantil
3.3.90.00.00.00.00.30422		Aplicações diretas R\$ 270,00
T O T A L è		R\$ 720,75

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizada o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, de recursos do FNDE, no valor de R\$ 720,75 (setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos), em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Agência / Banco / Conta Bancária	Recursos	Valor (R\$)
Banco do Brasil S/A - Agência 1385-4 / Banco 001 / Conta FNDE PDDE – nº 5.674-X	30422	R\$ 720,75

## CAPÍTULO III

## DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterada a Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 720,75 (setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas de custeio.

## CAPÍTULO IV

## DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica da mesma forma, efetuada a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 720,75 (setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos), objetivando suprir dotações orçamentárias necessárias ao desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 21 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUP

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

**DECRETO Nº 120/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441688

DECRETO Nº 120/2017, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

NOMEIA PESSOA EM SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO QUE PEDIU A SAÍDA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Lei Municipal nº 589/2002 de 25/03/2002,

CONSIDERANDO que os servidores Gustavo Sartori, Liane Teresinha Pawlak pediram afastamento por não serem mais funcionários públicos municipais, Dair Borges dos Santos por motivos particulares pediu afastamento definitivo do Conselho Municipal de habitação de interesse social;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada, em substituição do servidor Gustavo Sartori, para compor a vaga de titular dos representantes da Secretaria Municipal de Administração, a servidora suplente: Elisabete Karlinski CPF: 020.827.679-30, em substituição da servidora Elisabete Karlinski, para compor a vaga de suplente dos representantes da Secretaria Municipal de Administração, a servidora Marisete Radke CPF: 056.496.559-60 e em substituição da Senhora Dair Borges dos Santos, representantes dos usuários ou de defesa de direitos dos usuários de Assistência Social na vaga de suplente Senhor Paulo Cesar Karlinski CPF:032.194.079-27, para compor a vaga de suplente dos representantes da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo Senhor Lucas Pancotte CPF:097.299.489-09 que exercerá o referido encargo até o final do mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de habitação de interesse social estabelecido através do Decreto nº 028/2017.

Art. 2º O Conselho Municipal de habitação de interesse social irá se reunir para deliberar, formalmente, com registro em ata, acerca da as alterações do referido conselho.

Art. 3º Os demais membros do Conselho Municipal de habitação de interesse social permanecerão como estão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte, SC, 21 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA.

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

**LEI Nº 1.936/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441689

LEI Nº 1.936/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA, MEDIANTE DESAFETAÇÃO, A BAIXA DE BENS MÓVEIS PERMANENTES INSERVÍVEIS DO REGISTRO DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENÉSIO BRESSIANI Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, mediante desafetação, autorizado a proceder à baixa de bens móveis permanentes inservíveis do Patrimônio do Município de Belmonte, sob os registros constantes do anexo I, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Para efeitos desta Lei são considerados bens móveis permanentes, aqueles fabricados para duração mínima de 02 (dois) anos de vida útil e que, em razão da utilização, não perdem a identidade física.

Art.3º São bens móveis permanentes inservíveis, todos os bens desativados, danificados ou obsoletos, podendo ser considerados como recuperáveis ou irrecuperáveis.

Parágrafo Único. Considera-se, também, como bens inservíveis:

I – Os bens móveis em que o modelo ou padrão não atenda mais as necessidades para o qual foi adquirido;

II – Quando a recuperação ou atualização tecnológica seja inferior ou igual a 60% (sessenta por cento) do bem novo de mesma finalidade, podendo ser considerados ainda como sucateáveis ou incineráveis.

III – Os irrecuperáveis, considerados incineráveis, aqueles com estrutura de madeira ou que apresentam riscos à saúde pública.

Art. 4º Para cada item será informado o número de patrimônio, código de espécie, código contábil, o valor contábil e o motivo da baixa, se por excesso ou inservibilidade.

Art. 5º Os bens móveis permanentes, com estrutura de madeira, considerados inservíveis e irrecuperáveis pela Comissão de Avaliação Patrimonial, que não apresentarem valor econômico, poderão ser incinerados em local seguro pela Administração Municipal, após vistoria e autorização por escrito da Comissão para este fim e formalização de Termo de Incineração de Bens Móveis, encaminhado à Divisão de Material e Patrimônio.

Art. 6º O bem a ser baixado permanecerá guardado em local próprio e sob responsabilidade da unidade responsável até a aprovação da baixa, ficando expressamente proibido o uso do bem durante a tramitação do processo de baixa até o destino final do mesmo.



Art. 7º Sempre que possível, deverá ser atestado o estado de conservação dos bens móveis e opinando sobre o valor dos bens tidos como inservíveis, através de parecer técnico feito por empresa especializada.

Art. 8º É caracterizada a baixa patrimonial pela perda do poder exercido sobre o bem, valor ou direito pelo uso intensivo ou prolongado do bem, tornando-o obsoleto ou acarretando-lhe desgastes, quebras ou avarias que não justifiquem mais a inversão de recursos para sua recuperação.

Art. 9º Antes de considerar o bem como inservível, a Unidade responsável deverá, quando necessário, solicitar o conserto do bem e, uma vez constatado que não vale a pena à inversão de recursos para sua recuperação, deverá solicitar junto à empresa um laudo técnico justificando a baixa patrimonial.

Art. 10 Uma vez que o bem foi considerado obsoleto, não interessando o seu uso na unidade responsável, mas estando em condições de uso (em estado regular de conservação), a unidade deverá, primeiramente, colocá-lo em disponibilidade na Divisão de Material e Patrimônio do Município, para conhecimento, bem como, verificar junto as demais unidades se existe interesse na transferência dos mesmos.

Art. 11 A Comissão de Avaliação Patrimonial constituída através de Portaria, composta de, no mínimo, 03 (três) servidores, sendo pelo menos 02 (dois) efetivos e estáveis, como membros designados pelo Prefeito Municipal, expedirá parecer técnico para atestar o estado de conservação de bens vistoriados.

Art. 12 Ficam igualmente autorizados a Divisão de Material e Patrimônio e o Departamento de Contabilidade e Controle Interno a procederem aos trâmites legais para efetuar o devido registrado, demonstrando a baixa patrimonial dos bens inservíveis, bem como os lançamentos contábeis exigidos na legislação atinente.

Art. 13 As despesas decorrentes da presente Lei serão oneradas à conta da dotação própria, constante da Lei de Meios vigente.

Art. 14 A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 Revogam-se as disposições em contrário.

Belmonte - SC, 08 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

#### ANEXO I

#### RELAÇÃO DE ITENS PARA BAIXA DO PATRIMÔNIO

Município de Belmonte		
Nº Patrimônio	Descrição	Motivo
103	CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
109	CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
156	CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
230	CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
275	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
279	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
280	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
281	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
291	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
349	CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
375	VENTILADOR DE TETO MARCA MALLORY	Inservível
425	ARMARIO EM MADEIRA 02 PORTAS METADE EM VIDRO DE CORRER	Inservível
448	MOTO BOMBA D'AGUA C/ MOTOR 1 HP	Inservível
577	ESTABILIZADOR PHOENIX	Inservível
602	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
621	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
728	ESPRESSO DE FRUTA MARCA BRITANIA	Inservível
743	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
744	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
776	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
778	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
779	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
780	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
782	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível

786	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
789	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
800	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
857	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
867	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
868	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
873	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
874	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
875	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
876	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
878	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
897	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
906	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
922	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
925	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
926	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
928	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
930	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
931	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
935	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
938	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
942	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
946	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
951	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
965	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
966	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
979	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
981	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
994	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
998	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
999	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1005	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1012	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1016	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1036	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1049	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1049	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1058	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1111	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1112	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1182	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
1198	ARMARIO EM MDF 4 PORTAS E 3 GAVETAS	Inservível
1238	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
1249	TV 14 POL C/ VIDEO ACOPLADO MARCA GRADIENTE	Inservível
1281	ESCADA EM FERRO 02 DEGRAUS	Inservível
1282	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
1319	BALCÃO P/ ATENDIMENTO MEIA LUA C/ 03 GAVETAS EM MADEIRA	Inservível
1334	SUPORTE P/ TV E VIDEO EM FERRO	Inservível
1375	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
1393	ARQUIVO EM ACO 4 GAVETAS	Inservível

1406	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
1427	ARQUIVO EM AÇO 4 GAVETAS	Inservível
1428	ARQUIVO EM AÇO 04 GAVETAS PEQUENO	Inservível
1450	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
1465	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
1475	ARQUIVO EM AÇO 04 GAVETAS	Inservível
1488	MESA P/ COMPUTADOR EM MDF	Inservível
1496	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
1505	ARMARIO EM MADEIRA 05 PORTAS E 08 GAVETAS	Inservível
1512	MESA P/ COMPUTADOR EM MDF 01 GAVETA	Inservível
1515	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO	Inservível
1530	MESA P/ COMPUTADOR EM MDF	Inservível
1535	MAQUINA DE CALCULAR OLIVETTI LOGOS 682	Inservível
1564	BALÇÃO P/ ATENDIMENTO EM MADEIRA 03 GAVETAS	Inservível
1565	ARQUIVO EM AÇO 04 GAVETAS	Inservível
1570	MESA P/ COMPUTADOR EM MDF	Inservível
1577	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
1611	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO COM ENCOSTO DE BRAÇO	Inservível
1682	CADEIRA ESCOLAR EM MADEIRA	Inservível
1744	MONITOR 14 POL SAMSUNG	Inservível
1789	ARQUIVO EM AÇO 04 GAVETAS	Inservível
1798	CADEIRA EM MADEIRA	Inservível
1856	AR CONDICIONADO MARCA SPRINGER 7500	Inservível
1946	ESTANTE EM AÇO P/ LIVROS	Inservível
1955	TELEVISOR 20 POL MARCA LG	Inservível
1997	IMPRESSORA HP 3535	Inservível
1999	MICROCOMPUTADOR PENTIUM 4 256 MB	Inservível
2016	MICROCOMPUTADOR	Inservível
2030	MICROCOMPUTADOR PENTIUM 4 3.06 GHZ 1024MB	Inservível
2055	MONITOR MARCA SAMSUNG 17 POL	Inservível
2057	ESTABILIZADOR SMS	Inservível
2065	MONITOR MARCA AOC 15 POL	Inservível
2073	MONITOR	Inservível
2145	MONITOR MARCA POSITIVO 15 POL	Inservível
2232	MONITOR MARCA SAMSUNG 17 POL	Inservível
2234	MONITOR MARCA POSITIVO 15 POL	Inservível
2254	ESTABILIZADOR MARCA TS SHARA	Inservível
2278	MONITOR LCD MARCA LEADER TECH 17 POL	Inservível
2309	CARTEIRA PRE-ESCOLAR	Inservível
2311	CARTEIRA PRE-ESCOLAR	Inservível
2343	NOBREAK	Inservível
2350	NOBREAK	Inservível
2406	APARELHO TELEFONICO	Inservível
2435	MONITOR LCD AOC 19 POL	Inservível
2512	VENTILADOR DE PAREDE MARCA VENTISOL	Inservível
2615	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
2616	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
2628	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
2666	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA	Inservível
2975	MONITOR 15 POL AOC	Inservível

3001	MICROCOMPUTADOR AMD SEMPRON 1.58 GHZ 512 MB MEMORIA	Inservível
3068	MICROCOMPUTADOR INTEL CELERON	Inservível
3169	NOTEBOOK PROCESSADOR TM 5600 CELERON 600	Inservível
Câmara Municipal de Vereadores de Belmonte		
1783	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM CORVIN	Inservível
1836	MICROCOMPUTADOR AMD SEMPRON 2.4 256 MB	Inservível
1837	MONITOR 17 POL MARCA LG	Inservível
1843	MICROCOMPUTADOR AMD K-6	Inservível
1844	MONITOR 14 POL MARCA LG	Inservível
1846	IMPRESSORA HP 610C	Inservível
1848	DESUMIDIFICADOR DE PAPEL MENNO	Inservível
1855	FOTOCOPIADORA XEROX XD 100	Inservível
1858	MONITOR 14 POL MARCA AOC	Inservível
1859	ESTABILIZADOR PHOENIX	Inservível
1865	APARELHO DE FAX TCE 400	Inservível
1891	MICROCOMPUTADOR AMD ATHLON 704 MB	Inservível
1898	NOBREAK SMS NET +	Inservível
2755	NOBREAK TS SHARA	Inservível
2797	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP F4280	Inservível
2908	LAVA JACTO MARCA WAP	Inservível

## LEI Nº 1.937/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1441696

LEI Nº 1.937/2017, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EFETUAR A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$ 23.000,00 (VINTE E TRÊS MIL REAIS), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TITULO I

#### CAPÍTULO I

##### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços, com recursos do Fundo Especial do Petróleo-FEP.

#### CAPÍTULO II

##### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, abrir um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRET.MUN.TRANSP.,OBRAS E SERV.	
Unidade:	07.02	Obras, Urbanismo, Infraestrutura e Serv.Gerais	
Proj./Ativ.	15.451.0009.1.012	Constr.,Ampl.e Pavim.Ruas e Avenidas do Município	
4.4.90.00.00.00.00.10039		Aplicações diretas	R\$ 23.000,00
T O T A L è			R\$ 23.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar a anulação total e/ou parcial das dotações especificadas abaixo, no valor de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em conformidade com inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Órgão:	07.00	SECRET.MUN.TRANSP.,OBRAS E SERV.	
Unidade:	07.01	Transp.na Sede do Município e Interior	
Proj./Ativ.	26.782.0015.2.023	Manut.e Func.Depto Transp.e Obras	

77 - 3.3.90.00.00.00.10039	Aplicações diretas	R\$ 23.000,00
TOTAL è		R\$ 23.000,00

**CAPÍTULO III****DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 4º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a alteração da Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, relativo à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas com o Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços.

**CAPÍTULO IV****DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 5º Fica da mesma forma, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente no que tange a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), objetivando de suprir dotações orçamentárias necessárias aos serviços da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 09 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

**LEI Nº 1.938/2017, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1441713

LEI Nº 1.938/2017, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE BELMONTE - SC E O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, BEM COMO, A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE ATÉ R\$ 5.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENÉSIO BRESSIANI, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de cooperação técnica e financeira com o Município de São Miguel do Oeste – SC, como objetivo a união de esforços para construção de um memorial junto ao Quartel de São Miguel do Oeste, em homenagem aos 05 bombeiros militares mortos no resgate e salvamento das vítimas do trágico acidente ocorrido em 09 de outubro de 2007, na BR – 282, no município de Descanso, totalizando em 27 mortos.

Art. 2º A Cooperação Técnica e Financeira se dará entre os Municípios de Bandeirante, Belmonte, Descanso, Paraíso e São Miguel do Oeste, bem como o Corpo de Bombeiros de São Miguel do Oeste.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Belmonte – SC, autorizado a repassar sua cota-parte ao Município de São Miguel do Oeste equivalente ao montante de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo as demais despesas financeiras em parceria com as entidades relacionadas no artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Fica a responsabilidade pela execução física e financeira, bem como a Prestação de Contas do respectivo repasse financeiro, ao Município de São Miguel do Oeste-SC, conforme legislação vigente.

Art 5º A Prestação de Contas obedecerá às normas vigentes da Instrução Normativa N.TC 14 de 13 de junho de 2012, mais especificamente no artigo 57 da Seção III do Capítulo VIII e Anexo X.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração da Lei Municipal nº 1.885, de 29 de novembro de 2016 - Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como a Lei nº. 1.883, de 29 de novembro de 2016, Plano Plurianual – PPA e a Lei nº. 1.884, de 29 de novembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), destinados a atender o objeto da presente Lei.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar abrir um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para fazer face às despesas com o convênio ora autorizado, o qual correrá à conta da dotação a seguir especificada:

Órgão:	16.00	ENCARGOS GRAIS DO MUNICÍPIO
Unidade:	16.01	ENCARGOS GRAIS DO MUNICÍPIO



Proj./Ativ.	04.122.0000.2.050	Manut.e Desenvolv.Serv.Corpo de Bombeiros	
4.4.40.00.00.00.30000		Transferências à Municípios	5.000,00
T O T A L è			5.000,00

Art. 8º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a utilizar o Superávit Financeiro de recursos próprios do Erário Municipal, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2016, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belmonte, SC 17 de novembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

SONIA T. G. MOROSINI

Sec. da Administração

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO TP 95/2017

Publicação Nº 1442644

#### ATA DE CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

DATA: 30/11/2017 - HORA DE INÍCIO: 10 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2017.

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 95/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MUROS DE CONTENÇÃO, MUROS SIMPLES E ESCADA PARA A CRECHE DA AVENIDA BRASIL, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº 002/2017, para dirimir a respeito da conclusão do processo licitatório supracitado. Na ata da sessão de julgamento da licitação ocorrida no dia 21/11/2017 chegou-se ao vencedor do referido processo a licitante TERRAPLENAGEM POFFO LTDA ME com o valor total global de R\$ 133.026,67 (cento e trinta e três mil, vinte e seis reais e sessenta e sete centavos). Foi o resultado deste julgamento publicado na imprensa oficial e intimadas as empresas para, querendo apresentar recurso nos termos do art. 109, alínea "b" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação da ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame. Após decorrido o prazo recursal concedido não houve qualquer manifestação por parte dos licitantes interessados, ficando, portanto, viabilizada a continuidade do certame. Sendo assim, declara-se a licitante TERRAPLENAGEM POFFO LTDA ME vencedora do referido processo licitatório. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da comissão de licitações. Encaminhe-se os autos devidamente instruídos e conclusos para análise jurídica e apreciação da autoridade superior.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

JOICE APARECIDA COSTA

Membro

### DECRETO Nº 119/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 1442725

DECRETO Nº 119, 27 de novembro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito em Exercício do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito

suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 9.554,37 (nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

08.001.0015.0451.0080.2050		
MANUTENCAO DE MAQUINAS VIARIO	01390000	9.554,37
3339000000000000 - Aplicações diretas		

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela pelo excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 27 de novembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 119/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 27 de novembro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

### DECRETO Nº 120/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 1442729

DECRETO Nº 120, DE 27 de novembro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

05.001.0013.0392.0052.2035 - APOIO A EDUC. E A CULTURA		
3339000000000000 - Aplicações diretas	01000000	9.200,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

05.001.0013.0392.0052.2035 - APOIO A EDUCAÇÃO E A CULTURA.3335000000000000 – Transf. Instit.. privadas s/ fins lucrativos	01000000	9.200,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 27 de novembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 120/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 27 de novembro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

**DECRETO Nº 121/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1442735

DECRETO Nº 121 de 27 de novembro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 12.574,42 (doze mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), conforme dotação orçamentária abaixo:

08.001.0015.0451.0080.2050 - MANUTENCAO DE MAQUINAS E DO SISTEMA VIA-RIO.3339000000000000 - Aplicações diretas	033900000	4.574,42
08.001.0015.0451.0080.2050 - MANUTENCAO DE MAQUINAS E DO SISTEMA VIA-RIO.3339000000000000 - Aplicações diretas	030000000	3.000,00
07.001.0020.0606.0071.2041 - ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL.3339000000000000 - Aplicações diretas	030000000	5.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit		030000000	8.000,00
Superávit		033900000	4.574,42

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 27 de novembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 121/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 27 de novembro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

**DECRETO Nº 122/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 1442742

DECRETO Nº 122, 29 de novembro de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito em Exercício do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

05.001.0012.0361.0051.2027 - TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.3339000000000000 - Aplicações diretas	01620001	130.000,00
---	----------	------------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela pelo excesso de arrecadação.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 29 de novembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 122/2017 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 29 de novembro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2017**

Publicação Nº 1442746

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 47/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 57/2017

Contratada: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DE PARTE DA RUA BELO HORIZONTE, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Finalidade do Aditivo: Prorrogação de prazo

Vigência: 29/11/2017 a 28/01/2018

Data Assinatura: 21/11/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 52-2017-FMS

Publicação Nº 1442599

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PP 52/2017 FMS

Comunicamos às empresas interessadas no PP 52/2017 FMS, que tem como objeto "Aquisição de oxigênio medicinal para atendimento aos pacientes de Secretaria Municipal de Saúde", informamos que houve alterações nos itens do Anexo nº 01 do Edital, de modo que as empresas deverão retirá-lo novamente no site do Município de Biguaçu.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Até às 13:45 horas, do dia 14 de dezembro de 2017;

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 de dezembro de 2017;

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 244/2017

Publicação Nº 1442956

DECRETO Nº 244/2017 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3681/2016 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3696/2016 - Lei Orçamentária para 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2017, Lei Municipal nº 3696/2016:

#### 11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2056	Proteção Social Especial de Média Complexidade	
	ANULA:	
3.3.90.00/0.3.37.000213	Outras Despesas Correntes	25.000,00
3.3.90.00/0.3.37.000211	Outras Despesas Correntes	20.343,01
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.3.37.000213	Pessoal e Encargos Sociais	25.000,00
3.1.90.00/0.3.37.000211	Pessoal e Encargos Sociais	20.343,01
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	13.114,71
	ANULA:	

3.1.90.00/0.1.37.000066	Pessoal e Encargos Sociais	5.261,73
3.3.90.00/0.3.37.000066	Outras Despesas Correntes	5.346,21
3.1.90.00/0.3.81.000081	Pessoal e Encargos Sociais	2.506,77
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.3.81.000081	Investimentos	2.506,77
4.4.90.00/0.3.37.000066	Investimentos	5.346,21
4.4.90.00/0.1.37.000066	Investimentos	1.660,00
3.3.90.00/0.1.37.000066	Outras Despesas Correntes	3.601,73

#### 18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.305.0004.2046	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	9.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.2.28.000107	Pessoal e Encargos Sociais	9.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.2.28.000107	Outras Despesas Correntes	9.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### DECRETO Nº 245/2017

Publicação Nº 1442957

DECRETO Nº 245/2017 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3681/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.00.000000. A dotação abaixo relacionada:

1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	5.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	5.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	5.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária



**DECRETO Nº 246/2017**

Publicação Nº 1442958

DECRETO Nº 246/2017 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
PRORROGA A DATA FINAL PARA REQUERER A ADESAO AO PROGRAMA MUNICIPAL DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS – REFIS – MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu,

**DECRETA:**

Art. 1º Nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 107/2016, fica prorrogada para o dia 20/12/2017 (vinte de dezembro do ano de dois mil e dezessete) a data final para requerer a adesão ao REFIS Municipal.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**EDITAL 02/2017 - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1442940

**EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2017**

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU - SC torna público a Retificação nº 002 ao Edital de Processo Seletivo Público nº 008/2017 – EDUCAÇÃO que passa a ser assim definido:

**1. DA ALTERAÇÃO DA NOMECLATURA DO CARGO:**

Fica alterado a nomenclatura do Cargo de MOTORISTA DO TRANSPORTE ESCOLAR para MOTORISTA III (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA).

**2. DO CADASTRO RESERVA**

Na página 7, item 5, Anexo III do Edital 008/2017 onde se lê:

5. Além dos quantitativos de vagas expressas na tabela constante no item 7, os Candidatos classificados acima das vagas estabelecidas figurarão como Cadastro Reserva para posterior análise de aproveitamento pela Administração Municipal.

**Leia-se:**

5. Os Candidatos classificados neste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO figurarão como Cadastro Reserva.

5.1 Os Candidatos inscritos no Cargo de MOTORISTA III (CARTEIRA D - ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA) somente serão convocados após esgotar a lista de Candidatos aprovados no Edital de Processo Seletivo nº 003/2017 – ADMINISTRAÇÃO homologado em 17/08/2017.

Biguaçu – SC, 29 de Novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO Nº 103 DE PREÇOS DO PP 218/2017**

Publicação Nº 1442449

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO Nº 103 DE PREÇOS DO PP 218/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE BIGUAÇU ATRAVÉS DE POSTO DE COMBUSTÍVEL PARA OS ANOS DE 2017 E 2018.

EMPRESA VENCEDORA: AMA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 508.654,80

VIGÊNCIA: 20/11/2017 A 20/11/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net).

Biguaçu, 20 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 3587/2017**

Publicação Nº 1442558

PORTARIA Nº 3587 de 30 de novembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, FERNANDA ESPINDOLA FERNANDES, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 3 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3588/2017**

Publicação Nº 1442559

PORTARIA nº 3588 de 30 de novembro de 2017

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) LUANA DE FATIMA ANACLETO, detentor do cargo de provimento temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 22/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 22/11/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3589/2017**

Publicação Nº 1442560

PORTARIA nº 3589 de 30 de novembro de 2017

Concede remoção ao(a) servidor(a), nos termos do art. 91, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Remoção ao(a) servidor(a) Sandra Rodrigues Jacinto, detentor do cargo de provimento efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, com jornada de 40 horas semanais, inscrito(a) na matrícula funcional nº 310, para a Unidade Escolar C.E.I.M. Cecília Alaíde de Faria, nos termos do art. 91, caput da Lei Complementar nº 54/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3590/2017**

Publicação Nº 1442561

PORTARIA nº 3590 de 30 de novembro de 2017

Concede remoção ao(a) servidor(a), nos termos do art. 91, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Remoção referente a 20 horas, ao(a) servidor(a) Maria Luiza Coutinho Vieira, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor II, com jornada de 40 horas semanais, inscrito(a) na matrícula funcional nº 9994, para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Polo Escola Eloísa, nos termos do art. 91, caput da Lei Complementar nº 54/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3591/2017**

Publicação Nº 1442563

PORTARIA nº 3591 de 30 de novembro de 2017

Concede remoção ao(a) servidor(a), nos termos do art. 91, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Remoção referente a 10 horas, ao(a) servidor(a) Maria Glady Vieira Couñago Moraes, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor III (Espanhol), com jornada de 30 horas semanais, inscrito(a) na matrícula funcional nº 13202, para a Unidade Escolar E.B.M. Fernando Brugmann Viegas de

Amorim, nos termos do art. 91, caput da Lei Complementar nº 54/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3592/2017**

Publicação Nº 1442566

PORTARIA nº 3592 de 30 de novembro de 2017

Concede remoção ao(a) servidor(a), nos termos do art. 91, caput da Lei Complementar nº 54/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Concede Remoção referente a 10 horas, ao(a) servidor(a) Maria Terezinha Soares, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor I, com jornada de 30 horas semanais, inscrito(a) na matrícula funcional nº 14784, para a Unidade Escolar C.E.I.M. Professora Lindóia Maria Souza de Faria, nos termos do art. 91, caput da Lei Complementar nº 54/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3593/2017**

Publicação Nº 1442567

PORTARIA nº 3593 de 30 de novembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), KAROLINE REGINA SAGAZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de FONOAUDIOLOGO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal de 30 horas semanais, no período de 01/01/2018 a 18/04/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/01/2018.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 3594/2017**

Publicação Nº 1442569

**PORTARIA Nº 3594/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), SILVANA NEIVA DA SILVA CRES-  
CÊNCIO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções labora-  
tivas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme  
processo nº 11324/2017 em anexo no período de 21/11/2017 a  
20/12/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3595/2017**

Publicação Nº 1442570

**PORTARIA Nº 3595/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSILANE CAPISTRANO NUNES DA  
SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA  
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções labora-  
tivas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme  
processo nº 11305/2017 em anexo no período de 16/11/2017 a  
05/12/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3596/2017**

Publicação Nº 1442572

**PORTARIA Nº 3596/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARINEUZA MARIA DOS SANTOS,  
ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICI-  
PAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em  
virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo  
nº 11380/2017 em anexo no período de 21/11/2017 a 20/12/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3597/2017**

Publicação Nº 1442573

**PORTARIA Nº 3597/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), SALETE NOGUEIRA, ocupante do  
Cargo efetivo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA –  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas  
funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saú-  
de, conforme processo nº 11415/2017 em anexo no período de  
24/11/2017 a 08/12/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3598/2017**

Publicação Nº 1442575

**PORTARIA Nº 3598/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA REGINA GONÇALVES MA-  
CHADO, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO  
AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o  
afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença  
para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11295/2017 em  
anexo no período de 13/11/2017 a 17/11/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3599/2017**

Publicação Nº 1442577

**PORTARIA Nº 3599/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), FABIANA MARY TONELLI, ocupante  
do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em vir-  
tude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº  
11280/2017 em anexo no período de 18/11/2017 a 23/11/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3600/2017**

Publicação Nº 1442582

**PORTARIA Nº 3600/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), CLAUDIA VICTORINO, ocupante  
do Cargo temporário de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL  
DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em vir-  
tude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processos  
nº 11211 e 11390/2017 em anexo no período de 17/11/2017 a  
29/11/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3601/2017**

Publicação Nº 1442584

PORTARIA Nº 3601/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), IDINEIA CARLA BIOEU, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11373/2017 em anexo no período de 21/11/2017 a 30/11/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3603/2017**

Publicação Nº 1442587

PORTARIA Nº 3603/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KARLA DA SILVA VICENTE, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11288/2017 em anexo no período de 20/11/2017 a 26/11/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3604/2017**

Publicação Nº 1442588

PORTARIA Nº 3604/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANDREIA LÚCIA GOULARTE ROSA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11436/2017 em anexo no período de 24/11/2017 a 08/12/2017.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3605/2017**

Publicação Nº 1442643

PORTARIA Nº 3605 de 30 de novembro de 2017

Instaura Processo Disciplinar, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Sandro Andretti da Costa, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Veterinário; por possível infração praticada no exercício de suas atribuições, conforme Memorando Eletrônico nº 2.020/2017, nos termos do art 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Designar os(as) servidores(as) Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, Leandro de Souza Cunha, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, e André Schweitzer, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nomeados pela Portaria nº 2693/2017, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Disciplinar instaurada nesta Portaria.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 04/12/2017 a 01/02/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PP237-2017-PMB**

Publicação Nº 1442734

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 237/2017 PMB

OBJETO: Contratação de empresa para confecção de portão de ferro para casa de gás nas unidades de ensino do Município.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 16:00 horas, do dia 14 dezembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:10 horas, do dia 14 dezembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL



**REPUBLICAÇÃO DO PP 227/2017 PMB**

Publicação Nº 1442236

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
REPUBLICAÇÃO DO PP 227/2017 PMB

OBJETO: Aquisição de brinquedos, para distribuição gratuita, nas confraternizações natalinas realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer - SECETUL.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:50 horas, do dia 13 dezembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 13 dezembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Biguaçu, 30 de novembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**CONVOCAÇÃO CONCURSO Nº 001/2013**

Publicação Nº 1442637

**CONVOCAÇÃO**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU, utilizando-se das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 24, item III, letra "a" do Regimento Interno da Câmara e art. 54, item VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Edital 001/2013, para comparecerem na Câmara de Vereadores de Biguaçu, situada na Rua Hermógenes Prazeres nº 79, Ed. Coml. Nagib Garcia, 1º andar, centro de Biguaçu, neste Estado, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e do CPF (originais), a fim de dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS (A) CANDIDATOS (A) ABAIXO RELACIONADA É INDISPENSÁVEL, RESTANDO ENTENDIDO QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO ESTABELECIDO ENSEJARÁ A DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Após aprovação do referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do respectivo cargo.

Biguaçu, 01 de dezembro de 2017.

Vereador Ângelo Ramos Vieira  
Presidente

Cargo 1047 – Redator - Bruna Porto Martins

Cargo 2018 – Assistente Administrativo - Jaqueline Besen

- Edite Loize Machado
- Ana Paula Granja Saccomani Sana
- Letícia Medeiros e Silva
- Luiz Eduardo Borgert Coelho
- Grazielly Della Giustina Guesser

Cargo 3010 – Aux. de Conserv. e Manutenção - Marcos Pereira Minsky

Cargo 3023 – Copeira - Jean Gustavo Schultz Munhoz

Cargo 3037 – Motorista - Sérgio Werlich



# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.513/2017

Publicação Nº 1442701

LEI Nº 8.513, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

INSTITUI O "FINAL DE SEMANA DO SOM AUTOMOTIVO" NO MUNICÍPIO EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Final de Semana do Som Automotivo, a ser realizado, anualmente, no segundo final de semana de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.514/2017

Publicação Nº 1442711

LEI Nº 8.514, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA DENOMINAÇÃO DE ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI Nº 5.238, DE 1º DE JUNHO DE 1999.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada para Associação de Pais e Professores da Escola Básica Municipal Pastor Faulhaber – CNPJ nº 81.160.194/0001-94, a denominação da Associação de Pais e Professores da Escola Reunida Municipal Pastor Faulhaber, declarada de utilidade pública pela Lei nº 5.238, de 1º de junho de 1999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.515/2017

Publicação Nº 1442713

LEI Nº 8.515, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS", EM BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou

e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º É instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau, o Dia Municipal do Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a ser comemorado, anualmente, no dia 26 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.516/2017

Publicação Nº 1442715

LEI Nº 8.516, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

SUBSTITUI ANEXOS DA LEI Nº 8.438, DE 16 DE JUNHO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos abaixo descritos, integrantes da Lei nº 8.438, de 16 de junho de 2017, que "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2018", ficam substituídos pelos Anexos de iguais números e denominações que acompanham esta Lei, passando a vigorar com as novas ações e valores neles consignados:

ANEXO I – Anexo de Metas Fiscais

Tabela 1 – Demonstrativo I – Metas Anuais;

Tabela 3 – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

ANEXO II - Metas Físicas Priorizadas para o Exercício de 2018

Tabela 9 – Metas Físicas Priorizadas para o Exercício de 2018;  
ANEXO III – Anexo de Riscos Fiscais

Tabela 1 – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 8.517/2017**

Publicação Nº 1442717

LEI Nº 8.517, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463, de 08/06/1979, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais – Recursos Próprio - SEMED;

II – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463, de 08/06/1979, no valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais – Recursos Fundeb - SEMED;

III – Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647, de 01/12/1989, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais – Recursos Fundeb – SEMED;

IV – Centro de Educação Amiguinho Feliz, inscrito no CNPJ sob o nº 83.795.963/0001-56, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.594, de 05/07/1989, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais – Recursos Fundeb - SEMED;

V – Sociedade Beneficiária Arnaldo Hadlich, inscrito no CNPJ sob o nº 00.065.973/0001-09, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.378, de 14/09/1994, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais – Recursos Fundeb – SEMED;

VI – União Cristã – Associação Social e Educacional, inscrito no CNPJ sob o nº 73.794.810/0001-30, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.448, de 21/12/1994, no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), destinados a Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais – Recursos Fundeb - SEMED;

VII – Associação Casa São Simeão, inscrito no CNPJ sob o nº 79.371.696/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.133, de 17/12/1975, no valor de R\$ 1.616.000,00 (um milhão, seiscentos e dezesseis mil reais), destinados a cooperação técnica/financeira entre o Município de Blumenau e a referida entidade visando a prestação do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio - SEMUDES;

VIII – Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrito no CNPJ sob o nº 82.653.163/0001-38, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 896, de 04/07/1959, no valor de R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), destinados a abertura de quatro (04) vagas para atendimento de idosos, com grau de dependência III, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - SEMUDES;

IX – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754, de 20/08/1990, no valor de R\$ 201.600,00 (duzentos e um mil, seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - SEMUDES;

X – Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879, de 22/09/1997, no valor de R\$ 68.600,00 (sessenta e oito mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Capacitação/Intervenção ao Uso e Abuso de Substância Psicoativa, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - SEMUDES;

XI – Centro Terapêutico Vida – CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251, de 09/11/1993, no valor de R\$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - SEMUDES;

XII – Pólo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau - BLUSOFT, inscrito no CNPJ sob o nº 81.160.376/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.981, de 04/09/2002, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinados à promover a mútua cooperação técnico-financeira para a inclusão de jovens no mercado de trabalho, utilizando o Programa Entra 21Blusoft, bem como desenvolvimento e avanço técnico do setor de TI no município de Blumenau, através de incubadora de empresas de base tecnológicas no Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 012/14 – SEDEC;

XIII – Cooperprove Cooperativa Prove de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 03.535.274/0001-73, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.620, de 04/05/2001, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados a atender cooperação técnico-científico e financeiro para a

execução de ações que visam o desenvolvimento e fortalecimento das pequenas agroindústrias familiares localizadas no município de Blumenau, permitindo a viabilização econômica desta entidade, termo de convenio 011/14 - SEDEC;

XIV – Blumenau Convention & Visitors Bureau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.376.323/0001-34, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.943, de 03/07/2002, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade - SECTUR;

XV – Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade - SECTUR;

XVI – Sociedade de Amigos da Banda Municipal de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 05.543.193/0001-40, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.312, de 09/10/2003, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinados a cooperação técnica/financeira entre os convenientes para a operacionalização na difusão da cultura musical popular e clássica, cfe. Termo de Colaboração nº 5/2017 - FCB;

XVII – Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade - PROEB;

XVIII – Fundação Hospitalar de Blumenau, inscrito no CNPJ sob o nº 82.654.088/0001-20, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.812, de 09/12/1971, no valor de R\$ 8.087.000,00 (oito milhões, oitenta e sete mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 007/14, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC – FMS;

XIX – Hospital Santa Isabel, inscrito no CNPJ sob o nº 83.883.306/0011-32, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 898, de 17/08/1959, no valor de R\$ 4.728.000,00 (quatro milhões, setecentos e vinte e oito mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 015/15, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC - FMS;

XX – Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrito no CNPJ sob o nº 82.653.163/0001-38, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 896, de 04/07/1959, no valor de R\$ 787.000,00 (setecentos e oitenta e sete mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 009/14, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC - FMS;

XXI – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrito no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706, de 05/04/1990, no valor de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXII – Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.791.343/0001-23, com foro

no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.172, de 23/10/2007, no valor de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXIII – Associação de Cegos do Vale do Itajaí - ACEVALI, inscrito no CNPJ sob o nº 79.363.776/0001-26, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.407, de 06/11/1987, no valor de R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXIV – Associação Beneficente Bom Samaritano da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, inscrito no CNPJ sob o nº 79.365.060/0001-68, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.505, de 20/10/1988, no valor de R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXV – Sociedade Casa da Esperança, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577, de 16/06/1989, no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXVI – Associação Casa de Apoio, inscrito no CNPJ sob o nº 06.789.418/0001-06, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.576, de 13/10/2004, no valor de R\$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS

XXVII – Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879, de 22/09/1997, no valor de R\$ 44.800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXVIII – Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/2005, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXIX – Associação de Educação Complementar Puro Amor, inscrito no CNPJ sob o nº 08.677.364/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.272, de 29/04/2008, no valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXX – Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647, de 01/12/1989, no valor de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;



XXXI – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrito no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463, de 08/06/1979, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS

XXXII – Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN, inscrito no CNPJ sob o nº 08.791.343/0001-23, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.172, de 23/10/2007, no valor de R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXXIII – Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831, de 29/05/1958, no valor de R\$ 851.000,00 (oitocentos e cinquenta e um mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXXIV – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754, de 20/08/1990, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS,

XXXV – Centro Terapêutico Vida – CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251, de 09/11/1993, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção em ações do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS

XXXVI – Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.523, de 28/08/2000, no valor de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXXVII – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau-APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.412, de 02/06/1967, no valor de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço Centro Dia para Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXXVIII – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrito no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706, de 05/04/1990, no valor de R\$ 72.800,00 (setenta e dois mil e oitocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XXXIX – Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLU-DEF, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.072, de 24/09/1992, no valor de R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado - FMAS;

XL – Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831, de 29/05/1958, no valor de R\$ 33.662,45 (trinta e três mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Dia do Passeio Legal" - FMDCA;

XLI – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau-APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.412 de 02/06/1967, no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), destinados a custear despesas para o projeto "Despertar e Estimular a Criatividade" - FMDCA;

XLII – Sociedade Casa da Esperança, inscrito no CNPJ sob o nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577, de 16/06/1989, no valor de R\$ 14.920,00 (catorze mil e novecentos e vinte reais), destinados a custear despesas para o projeto "Vivenciando a Cultura" - FMDCA;

XLIII – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754, de 20/08/1990, no valor de R\$ 686,84 (seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Educando pelo Esporte" - FMDCA;

XLIV – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754, de 20/08/1990, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), destinados a custear despesas para o projeto "Educando no Tratamento" - FMDCA;

XLV - Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879, de 22/09/1997, no valor de R\$ 3.065,27 (três mil, sessenta e cinco reais e vinte e sete centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Habita Kids" - FMDCA;

XLVI - Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879, de 22/09/1997, no valor de R\$ 4.936,70 (quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e setenta centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Movimento Vida" - FMDCA;

XLVII - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/2005, no valor de R\$ 36.096,00 (trinta e seis mil e noventa e seis reais) destinados a custear despesas para o projeto "Múltiplos Saberes – Formas diversificadas para o aprender" - FMDCA;

XLVIII - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrito no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/2005, no valor de R\$ 18.660,00 (dezoito mil, seiscentos e sessenta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Protagonizarte – Uma

proposta compartilhada" - FMDCA;

XLIX – Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0002-01, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647, de 01/12/1989, no valor de R\$ 3.874,30 (três mil, oitocentos e setenta e quatro reais e trinta centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Diversidade em Expansão" - FMDCA;

L – Associação Voluntários de São Roque, inscrito no CNPJ sob o nº 83.779.264/0002-01, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647, de 01/12/1989, no valor de R\$ 10.798,50 (dez mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Formação Continuada de Educadores" - FMDCA;

Art. 2º As despesas previstas nos incisos I a XV, do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

#### 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0049.2046 – Manut. Des. Ens. Educ. Bás.- Fundeb/Creche

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 2.000.000,00  
Fonte de Recurso 0119.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2340 – Man. Des. Ens. Educ. Bás.- Fundeb/Pré-Esc.

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.300.000,00  
Fonte de Recurso 0119.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2413 – Man. das Ativ. de Educ. Infantil-Creche

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 90.000,00  
Fonte de Recurso 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2414 – Man. das Ativ. de Educ. Infantil-Pré-Escola

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 90.000,00  
Fonte de Recurso 0101.00000

#### 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1201 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.01.08.241.0054.2380 – Apoio Fin. à Ent. de Acolhimento ao Idoso

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.780.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

1205 – Fundo de Recurso Municipal p/ Ações sobre Drogas

Atividade 12.05.08.244.0053.2267 – Man. Ações Prev. Atend. Esp. e Demais Ações s/ Drogas

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 440.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

#### 15 – SECRETARIA MUN.DE DESENV.ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREEND.

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0096.2083 – Apoio Financeiro a BLUSOFT

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0095.2096 – Apoio Fin.Coop.Prove BnaucOOPERPROVE

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

#### 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0080.2099 – Apoio Fin. Blumenau Conv. & Visit. Bureau

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 16.02.23.695.0080.2100 – Apoio Fin. Associação Clubes Caça e Tiro

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 3º As despesas previstas nos incisos XVI a XX do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

#### 23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0084.2131 – Banda Municipal

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 400.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

#### 26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – Proeb

Atividade 26.01.23.695.0080.2338 – Assoc.dos Clubes de Caça Tiro de Bnauc

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 120.000,00  
Fonte de Recursos 0206.00000

#### 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0059.2387 – Apoio Fin.a Entid.de Serv. Compl.Saúde

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 13.602.000,00  
Fonte de Recurso 0102.00000

Art. 4º As despesas previstas nos incisos XXI a XXXIX do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

#### 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0055.2313 – Serv. Acolhimento Inst. p/ Cças/Adol.

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 696.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 160.000,00  
Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 23.000,00  
Fonte de Recursos 0265.00000

Atividade 29.01.08.244.0055.2155 – Man. Imp. Serv. Prot. Social de Média Comp.

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 240.000,00  
Fonte de Recursos 0100.000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 144.000,00  
Fonte de Recurso 0235.00000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 10.000,00  
Fonte de Recursos 0265.00000

Atividade 29.01.08.244.0055.2159 – Serv. Acol. p/ Adult/Idos/Mul. Ví. Violência

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 1.000,00  
Fonte de Recursos 0100.000000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.000,00  
Fonte de Recurso 0235.00000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 2.000,00  
Fonte de Recursos 0265.00000

Atividade 29.01.08.244.0056.2152 – Serv. Atend. Int. Conv. Fort. Vinc.-Prot. Soc. Bás.

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 600.000,00  
Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 250.000,00  
Fonte de Recursos 0235.00000

Art. 5º As despesas previstas nos incisos XL a L do artigo 1º desta



Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

30 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3001 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
Atividade 30.01.08.243.0086.2400 – Prom. Prot. Def. Atend. Dir. da Cça/Adol.

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 200.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0206.000,00

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 305.000,00

Fonte de Recursos 0209.000,00

Atividade 30.01.08.243.0086.2401 – Ações Atend. Med. Esp. Prot. à Cça/Adol.

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0206.000,00

Modalidade 3.3.50 - Tran. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0209.000,00

Art. 6º As entidades beneficiadas prestarão contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Parágrafo único – As entidades beneficiadas com recursos da Secretaria Municipal de Educação, referentes a termos dos convênios firmados para atendimento da educação infantil – primeiro nível da educação básica, poderão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data do repasse, sob pena de ficarem impedidas de receberem novos recursos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de novembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 11.560/2017

Publicação Nº 1442719

DECRETO Nº 11.560, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 11.475, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUE "INSTITUI A REDE MUNICIPAL INTERSETORIAL E TRANSDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E AÇÕES PARA UMA 'BLUMENAU MAIS LEVE'".

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, V, combinado com o artigo 75, I, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º O §1º do art. 4º do Decreto nº 11.475, de 27 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º [...]

[...]

§1º Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará um representante e um suplente de cada Secretaria Municipal e da FMD, indicados por seus respectivos titulares".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de novembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 11.561/2017

Publicação Nº 1442721

DECRETO N. 11.561, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NO DECRETO Nº 11.387, DE 18 DE JULHO DE 2017, QUE CONSTITUI O COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA "VIVA VILA ITROUPAVA" E DESIGNA SEUS MEMBROS".

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, V, e 75, I, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo a solicitação efetuada pelo Secretário Municipal de Turismo e Lazer, por meio do Memorando nº 292/2017, de 29/11/2017,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º do Decreto n. 11.387, de 18 de julho de 2017, passa a vigorar acrescido do inciso IX e parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 2º [...]

[...]

IX – CASSIA HELUISE KOEHLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, cedida à Fundação Cultural de Blumenau – Centro Cultural da Vila Itoupava.

Parágrafo único. A coordenação dos trabalhos do Comitê ficará sob a responsabilidade do servidor designado no inciso I deste artigo, e a secretaria-executiva a cargo da servidora designada no inciso IX".

Art. 2º O parágrafo único do art. 4º do Decreto n. 11.387, de 18 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º [...]

Parágrafo único – A logomarca oficial e o Plano de Trabalho do Comitê Gestor do programa Viva Itoupava, com o cronograma das ações previstas para execução nos anos de 2017 e 2018 passam a integrar o presente Decreto, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de novembro de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 11.561/2017 - ANEXOS I, II E III**

Publicação Nº 1442723

**ANEXO I - METAS PREVISTAS PARA O ANO DE 2017  
PROGRAMA VIVA VILA ITROUPAVA**

	Meta/Ação	Secretaria Responsável
1	Aprovar Lei Municipal oficializando a transferência simbólica da sede da Prefeitura para a Intendência Distrital, anualmente, em 13 de Setembro.	GAPREF
2	Expansão de cinco novos pontos do programa Blumenau Conecta na região da Vila Itoupava: sede da Intendência, Praça Johanna Conrad, Centro Cultural (Cervejaria Feldmann), ESF Franz Zimdars e ESF Dr. Alfredo Hoess.	SEGT
3	Instalação de novas placas de sinalização turística, embelezamento do trevo entre Rua Henrique Conrad e SC 108 e pinturas no centro do Distrito valorizando a cultura alemã.	SEURB SECTUR FCB
4	Elaboração de projeto para expansão de duas ruas no Centro da Vila (Rua Josef Woerne até Rua Emil Manke Sênior; e Rua Ervino Schanke até Rua Henrique Conrad).	SEDUR
5	Manutenção da agência dos Correios no Distrito de Vila Itoupava.	GAPREF, junto aos parlamentares da bancada federal catarinense que representam Blumenau no Congresso Nacional
6	Melhorias na iluminação das ruas de acesso ao Hospital (Ruas Max Haufe e Paulo Eugênio Schlegel)	SEURB
7	Realização de Desfile de 7 de Setembro no Centro do Distrito.	SEMED/IDIVI
8	Retirada das duas lombadas eletrônicas desativadas que estão fixadas na SC 108 (trevo principal e divisa Massaranduba).	GAPREF
9	Doação de quatro totens símbolos da Capital Brasileira da Cerveja para Intendência Distrital e Centro Cultural	SECTUR
10	Compra de novos ares-condicionados para a sede da Intendência Distrital, aquisição de novo mobiliário para os setores administrativos e aluguel de uma patrôla e uma retroescavadeira para os serviços de manutenção da região.	IDIVI
11	Convocação de mais cinco servidores efetivos para a Intendência Distrital (um auxiliar administrativo, dois motoristas e dois agentes de zeladoria) e envio de Projeto de Lei para a Câmara Municipal, criando quadro vagas efetivas para o cargo de Operador de Máquinas.	SEDEAD
12	Melhoria/expansão de seis pontos de ônibus localizados na SC 108 e na Rua Henrique Conrad.	SETERB
13	Realização de Desfile/Parada Oficial da Oktoberfest no Centro do Distrito.	SECTUR
14	Reestruturação institucional e fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Vila Itoupava.	GAPREF e COMDEVI
15	Execução de obras de melhorias de abastecimento de água - expansão de rede na Rua Sarmento.	SAMAE

16	Eliminação de estacionamento em um lado da Rua Henrique Conrad, mais instalação de 8 travessias elevadas (também na Rua Erwin Manske), conforme solicitação do COMDEVI.	SEDUR
17	Inauguração da pavimentação do primeiro trecho da Rua Leopoldo Kostetzer, e início da obra de pavimentação da Rua Braço Sul.	SEINFRA
18	Embelezamento e revitalização da região da Saxônia, e melhorias na galeria/tubulação da Rua Cristiano Hertel.	IDIVI
19	Realizar balanço/levantamento de todos os projetos/propostas de emendas parlamentares cadastradas pelo Município junto ao governo federal em benefício da Vila Itoupava entre 2013 e 2017, para apresentação em evento de prestação de contas a comunidade.	SEGT
20	Entrevista coletiva na Vila Itoupava - Sociedade Serrinha, com toda a imprensa de Blumenau para apresentar as ações em andamento em benefício do Distrito.	SECOM
21	Organizar também o projeto Magia de Natal no Distrito.	SECTUR
22	Resolver de forma definitiva a oferta de transporte aos alunos da APAE residentes no Distrito.	SEMED
23	Pleitear junto a Câmara de Vereadores a realização de sessão solene/itinerante no Distrito dia 13 de Setembro.	GAPREF
24	Instalação novo trecho de iluminação pública na Rua Otto Manske.	SEURB
25	Envio a Câmara de Vereadores de projeto de Lei concedendo recursos adicionais do Município ao Hospital Misericórdia de Vila Itoupava.	GAPREF
26	Implantação de nova iluminação no Campo de Futebol do Município, localizado na Rua Hermann Hein (em frente a Sociedade Serrinha).	SEURB
27	Denominar ponte localizada na Rua Hermann Hein de "Ponte Alwin Hein", em homenagem a um dos pioneiros da comunidade.	GAPREF
28	Realização de reforma geral na sede da Intendência Distrital, além da construção de rampa de acesso para deficientes físicos.	IDIVI
29	Buscar junto a RIC TV Record a instalação de um totem da campanha "Sou bem Blumenau", na praça Johanna Conrad.	GAPREF
30	Instalação de pólo do programa PARADESPORTO ESCOLAR na sede do Distrito de Vila Itoupava.	SEMED
31	Instalação de um totem "Você está na Capital Brasileira da Cerveja" (similar ao instalado na Rua Humberto de Campos), na praça Klaus Feldmann, em frente a IDIVI.	SECTUR
32	Instalação de um letreiro turístico do programa Viva Vila Itoupava no trevo da SC 108 com Rua Henrique Conrad.	IDIVI

**ANEXO II - METAS PREVISTAS PARA O ANO DE 2018  
PROGRAMA VIVA VILA ITROUPAVA**

	Meta/Ação	Secretaria Responsável
1	Elaborar projeto e captar recurso, via fundo do Centro Cultural da Vila Itoupava, para construção de um portal turístico/cultural (em estilo germânico) na Rodovia SC 108 – em frente ao Centro Cultural, juntamente com uma Central de Atendimento ao Turista.	SEDUR/FCBlu/GAPREF

2	Viabilizar ampliação do CEI Johanna Conrad, com aluguel da estrutura rente ao prédio da unidade.	SEMED
3	Melhorar estrutura no entorno no ponto turístico denominado "Galinha da Kasulke", com iluminação, sinalização de acesso e deck.	IDIVI/SEURB/URB
4	Realizar obras e intervenções em todos os órgãos públicos municipais situados no Distrito, de modo a adaptar suas estruturas as normas de acessibilidade.	IDIVI
5	Efetivar o recalçamento da Rua Max Haupe e o ajardinamento no entorno do Hospital de Misericórdia.	IDIVI/SEURB
6	Viabilizar, por meio de aluguel ou cessão gratuita de imóvel, a transferência da sede do ESF Dr. Alfredo Hoess.	SEMUS
7	Instalação de luminárias para pedestres (padrão rústico/antigo), com suporte para vasos de flores, em toda extensão pavimentada das Ruas Henrique Conrad, Joseph Woerne, Hermann Hein, Otilia Passold, Sarmento, Erwin Manske e Emil Manke Sênior.	SEURB
8	Aquisição de dez novos totens (bala-chões) da Capital Brasileira da Cerveja, para instalação em pontos turísticos estratégicos.	SECTUR
9	Regularização das denominações de todas as pontes do núcleo urbano do Distrito; pintura de todas as pontes e a instalação de novas placas metálicas de identificação, dentro do projeto "Resgatando nossa história".	FCBlu/IDIVI
10	Convocação de mais dois servidores efetivos para a Intendência Distrital (operadores de máquina).	IDIVI
11	Melhoria/expansão/instalação de mais 10 abrigos de passageiros (pontos de ônibus) no Distrito.	SETERB/SEURB
12	Realização do desfile de Magia de Natal na Rua Henrique Conrad, bem como, instalação de decoração de Natal em todo o trecho urbano compreendido entre o Centro Cultural e a Intendência Distrital.	SECTUR/SEURB
13	Caracterização/pintura em estilo enxaimel da fachada da Intendência Distrital e da caixa d'água do SAMAE localizada na SC 108.	SECTUR/SAMAE/IDIVI
14	Construir 5 novas travessias elevadas no Distrito.	SEDUR/SEURB
15	Iniciar a oferta dos serviços de Alistamento Militar e de emissão de Carteira de Trabalho na Intendência Distrital.	GAPREF/SEDEAD/IDIVI
16	Construção de calçadas (passeios públicos) nas regiões das Ruas Erwin Manske e Saxônia.	SEDUR
17	Instalar pergolados nas praças públicas e principais trevos do Distrito.	IDIVI
18	Realizar festividades alusivas aos 75 anos de criação do Distrito, comemorados em 31/12/2018.	IDIVI/GAPREF/SECTUR
19	Inaugurar a galeria dos ex-Intendentes Distritais, na sede da IDIVI.	SECOM/IDIVI
20	Sediar reuniões extraordinárias dos Conselhos Municipal e Estadual de Turismo.	IDIVI/SECTUR

21	Assinatura de decretos de utilidade pública de mais dois terrenos situados na Rua Henrique Conrad, para negociação via permuta: em frente a Intendência (para expansão da Praça Claus Feldmann), e ao lado do Sindicato Têxtil (para futura construção da praça pública "Ricardo Lowndes", com parquinho e área de lazer para crianças).	IDIVI/PROGEM
22	Iniciar obra de pavimentação (primeira etapa) das Ruas Saxônia e Sarmento.	IDIVI/SEINFRA
23	Viabilizar a poda de árvores em toda extensão da Rua Augusto Bauer, para cessarem os problemas com a fiação elétrica.	GAPREF/IDIVI/CELESC
24	Instalar totens turísticos nas praças Claus Feldmann, Johanna Conrad, e em frente a Sociedade Serrinha.	SECTUR
25	Em parceria com o Ministério Público e a Momento Engenharia, enviar a Câmara de Vereadores de projeto de Lei transferindo a sede do Centro Cultural da Vila Itoupava para o edifício histórico localizado na Rua Henrique Conrad, em frente a Companhia Haco.	GAPREF
26	Efetivar melhoria da iluminação pública e expansão da rede nas Ruas Arthur Hertel e Cristiano Hertel.	SEURB
27	Efetivar melhorias na iluminação pública em toda a região do Treze de Maio.	GAPREF
28	Comemorar os 168 anos de aniversário de Blumenau com a realização de desfile cívico em 02/09/2018, seguido de corte de cuca com 168 metros (em parceria com o Sindicato de Panificação, Confeitarias e Afins).	SEMED/IDIVI
29	Pleitear a Secretaria de Estado da Educação a abertura de curso técnico de turismo e hospedagem em uma das Escolas Estaduais situadas no Distrito.	IDIVI/COMDEVI/SECTUR
30	Pleitear a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Estado da Infraestrutura a esta-dualização da Rodovia Luiz Alves-Vila Itoupava-Pomerode.	SEMED
31	Revitalizar a trilha da cachoeira (fundos da Cervejaria Feldmann), com recursos do fundo próprio do Centro Cultural.	IDIVI/FCBlu/FAEMA
32	Solicitar emendas a bancada federal para viabilizar a obra de revitalização da Rua Henrique Conrad (entre trevo SC108 e a Rua Erwin Manske).	IDIVI

#### ANEXO III – LOGOMARCA OFICIAL DO PROGRAMA VIVA VILA ITOUPAVA\*

\* Símbolo elaborado em Maio/2017 pelo então gerente de publicidade da SECOM, Thiago Schwaemmle.

**DECRETO Nº 11.563/2017**

Publicação Nº 1442728

DECRETO Nº 11.563, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Município por conta do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 5.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Conservação do Pat.

Modalidade 4.4.90 (821) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0389.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.408/2017**

Publicação Nº 1442736

PORTARIA Nº 21.408, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANEZA HERCULINA PEREIRA DE CASTRO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 33, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 925/2017, de 20 de novembro de 2017, resolve:

CONCEDER, a contar de 22 de agosto de 2017, a gratificação pelo desempenho de atividades de COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA DE ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, conforme o artigo 33 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal VANEZA HERCULINA PEREIRA DE CASTRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.409/2017**

Publicação Nº 1442739

PORTARIA Nº 21.409, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KARINE FRANCKE MOSER, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 32, inciso III, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 0931/2017, de 21 de novembro de 2017, resolve:

CONCEDER, a contar de 16 de novembro de 2017, a gratificação pela participação em ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, de que trata o artigo 32, inciso III, combinado com o parágrafo único do artigo 55 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal:

KARINE FRANCKE MOSER, contratada em caráter temporário para a função de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.410/2017**

Publicação Nº 1442744

PORTARIA Nº 21.410, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA DIRLEI MARIA DALA VALE GONÇALVES PARA CONSTITUIR O ÓRGÃO COLEGIADO DA CONTROLADORIA MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g", ambos da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade como art. 4º da Lei Complementar nº 437, de 22/12/2003 e o Decreto nº 9.168, de 03/05/2010, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 437, de 22 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 9.168, de 03 de maio de 2010, para constituir o Órgão Colegiado da Controladoria Municipal, juntamente com os demais membros:

DIRLEI MARIA DALA VALE GONÇALVES, representante suplente da Secretaria Municipal de Gestão Financeira - SEGEFI, em substituição a EDSON CARLOS DE JESUS, nomeado pela Portaria nº 20.684 de 31 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 21.411/2017**

Publicação Nº 1442745

PORTARIA Nº 21.411, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal EIME DAS GRAÇAS OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 23 de novembro de 2017, conforme Processo Administrativo nº 9278/11/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.412/2017**

Publicação Nº 1442748

PORTARIA Nº 21.412, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DESIGNA LUAN FELIPE LUIZ PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017 e alterações posteriores, e Memorando SEDUR/GAD nº 103/2017, de 16/11/2017, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, resolve:

DESIGNAR, no dia 01 de novembro de 2017, o servidor público municipal LUAN FELIPE LUIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, lotado na Secretaria Municipal

**PORTARIA SEDEAD Nº 31.968/2017**

Publicação Nº 1442752

PORTARIA SEDEAD Nº 31.968/2017

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

RETIFICAR PORTARIA SEDEAD Nº 31.843, DE 09 DE OUTUBRO DE 2017.

Onde se lê:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
19116-7	DEBORA GUIMARÃES PEREIRA MOLIN	2017/628	30.09.2017	28/11/2017

Leia-se:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
19116-7	DEBORA GUIMARÃES PEREIRA MOLIN	2017/628	30.09.2017	03/11/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de novembro de 2017

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, para o exercício da função gratificada de confiança de Assessor de Cadastro Territorial - FGC-30%, naquela Secretaria, estabelecida no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 30 de novembro de 2017.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2017**

Publicação Nº 1442750

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2017  
Objeto: Registro de Preços - materiais médico hospitalares, pelo período de 01(um) ano – SEMUS/FMS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 25 de janeiro de 2018, às 09h00min. Início da sessão: dia 25 de janeiro de 2018, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no sítio do site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 30/11/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2017**

Publicação Nº 1442751

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2017  
Objeto: Aquisição de divisórias e porta para divisórias (incluindo rodapés e todos montantes necessários em perfis de aço tratado), conforme especificações no edital, sem instalação. SEDUR. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 13 de dezembro de 2017, às 09h00min. Início da sessão: dia 13 de dezembro de 2017, às 09h30min. Participação exclusiva de ME e EPP de acordo com o art. 48 da Lei Comp. 123/2006 e alterações. Edital completo: via e-mail: pregoes@blumenau.sc.gov.br e/ou no sítio do site oficial do Município: <http://www.blumenau.sc.gov.br/portalttransparencia>. Base Legal: Decretos Municipais nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 30/11/2017 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**PORTARIA Nº 7045/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1442754

PORTARIA Nº 7045/17

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL – 25 ANOS, AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE: CONCEDER

Prêmio Especial de 25 anos, conforme Artigo 130, "Caput", da Lei Complementar de nº 660, de 28 de novembro de 2007, à:

ANGELO STIEHLER FILHO, cadastro 1301-3, servidor público autárquico municipal desde 01/06/1994, ocupante do cargo de provimento efetivo de Encanador de Manutenção Oficial, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo nº. 594/1711;

Samae, 30 de novembro de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Diretor Presidente**PORTARIA Nº 7046/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1442756

PORTARIA Nº 7046/17

CONCEDE A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RELACIONADO.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

CONCEDER

Licença Prêmio em Pecúnia Parcial, conforme art. 146 e art. 151, parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº. 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, em seus artigos 5º e 6º, ao servidor:

MARCELO ALEXANDRE LEITE, Cadastro nº. 1396-0, servidor público autárquico municipal desde 01/04/1997, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saneamento, lotado na Diretoria Financeira, referente ao decênio 2007/2017, conforme Processo Administrativo nº. 591/1711.

Samae, 30 de novembro de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Diretor Presidente**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2224/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1442763

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2224/2017 - Processo Licitação Pregão Presencial 2223/2017

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de materiais elétricos e soft starter da marca Weg modelo SSW 0845A 220/380/440 V (BRSSW080045T5SZ) para uso (reposição) na Elevatória Iporã. pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Empresa(s):

ACM SOLUÇÕES ELÉTRICAS EIRELI EPP. CNPJ: 05.885.865/0001-04

Item 01: Valor unitário R\$ 1,46 (um real e quarenta e seis centavos) e valor total R\$ 21,90 (vinte e um reais e noventa centavos).

Item 02: Valor unitário R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais) e valor total R\$ 11.400,00 (onze mil, quatrocentos reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) e valor total R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 10,26 (dez reais e vinte e seis centavos) e valor total R\$ 102,60 (cento e dois reais e sessenta centavos).

Item 05: Valor unitário R\$ 11,46 (onze reais e quarenta e seis centavos) e valor total R\$ 343,80 (trezentos e quarenta e três reais e oitenta centavos).

Item 06: Valor unitário R\$ 27,58 (vinte e sete reais e cinquenta e oito centavos) e valor total R\$ 275,80 (duzentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).

Item 07: Valor unitário R\$ 39,87 (trinta e nove reais e oitenta e sete centavos) e valor total R\$ 996,75 (novecentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos).

Item 08: Valor unitário R\$ 39,87 (trinta e nove reais e oitenta e sete centavos) e valor total R\$ 996,75 (novecentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos).

Item 09: Valor unitário R\$ 0,80 (oitenta centavos) e valor total R\$ 80,00 (oitenta reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 2,28 (dois reais e vinte e oito centavos) e valor total R\$ 2.280,00 (dois mil, duzentos e oitenta reais).

Item 12: Valor unitário R\$ 4,64 (quatro reais e sessenta e quatro centavos) e valor total R\$ 4.640,00 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais).

Item 13: Valor unitário R\$ 3,94 (três reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais).

Item 14: Valor unitário R\$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) e valor total R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais).

Item 15: Valor unitário R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos) e valor total R\$ 202,00 (duzentos e dois reais).

Item 16: Valor unitário R\$ 8,81 (oito reais e oitenta e um centavos) e valor total R\$ 881,00 (oitocentos e oitenta e um reais).

Item 17: Valor unitário R\$ 19,63 (dezenove reais e sessenta e três centavos) e valor total R\$ 196,30 (cento e noventa e seis reais e trinta centavos).

Item 18: Valor unitário R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos) e valor total R\$ 33,90 (trinta e três reais e noventa centavos).

Item 19: Valor unitário R\$ 2,17 (dois reais e dezessete centavos) e valor total R\$ 43,40 (quarenta e três reais e quarenta centavos).

Item 20: Valor unitário R\$ 1,96 (um real e noventa e seis centavos) e valor total R\$ 196,00 (cento e noventa e seis reais).

Item 21: Valor unitário R\$ 30,98 (trinta reais e noventa e oito centavos) e valor total R\$ 309,80 (trezentos e nove reais e oitenta centavos).

Item 22: Valor unitário R\$ 5,35 (cinco reais e trinta e cinco centavos) e valor total R\$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco reais).

Item 23: Valor unitário R\$ 3,94 (três reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 78,80 (setenta e oito reais e oitenta centavos).

Item 27: Valor unitário R\$ 0,43 (quarenta e três centavos) e valor total R\$ 43,00 (quarenta e três reais).

Item 29: Valor unitário R\$ 2,15 (dois reais e quinze centavos) e valor total R\$ 21,50 (vinte e um reais e cinquenta centavos).

Item 31: Valor unitário R\$ 0,96 (noventa e seis centavos) e valor total R\$ 9,60 (nove reais e sessenta centavos).

Item 32: Valor unitário R\$ 6,81 (seis reais e oitenta e um centavos) e valor total R\$ 136,20 (cento e trinta e seis reais e vinte centavos).

Item 33: Valor unitário R\$ 16,57 (dezesseis reais e cinquenta e sete centavos) e valor total R\$ 331,40 (trezentos e trinta e um reais e quarenta centavos).



Item 34: Valor unitário R\$ 5,02 (cinco reais e dois centavos) e valor total R\$ 251,00 (duzentos e cinquenta e um reais).  
 Item 35: Valor unitário R\$ 5,00 (cinco reais) e valor total R\$ 500,00 (quinhentos reais).  
 Item 36: Valor unitário R\$ 10,29 (dez reais e vinte e nove centavos) e valor total R\$ 1.029,00 (um mil e vinte e nove reais).  
 Item 37: Valor unitário R\$ 10,70 (dez reais e setenta centavos) e valor total R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais).  
 Item 38: Valor unitário R\$ 19,94 (dezenove reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 99,70 (noventa e nove reais e setenta centavos).  
 Item 39: Valor unitário R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) e valor total R\$ 59,40 (cinquenta e nove reais e quarenta centavos).  
 Item 40: Valor unitário R\$ 8,03 (oito reais e três centavos) e valor total R\$ 80,30 (oitenta reais e trinta centavos).  
 Item 41: Valor unitário R\$ 2,05 (dois reais e cinco centavos) e valor total R\$ 41,00 (quarenta e um reais).  
 Item 42: Valor unitário R\$ 1.447,12 (um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e doze centavos) e valor total R\$ 1.447,12 (um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e doze centavos).

Item 43: Valor unitário R\$ 77,00 (setenta e sete reais) e valor total R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais).

RP COMERCIAL LTDA ME. CNPJ: 20.604.417/0001-70

Item 44: Valor unitário R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e valor total R\$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais).  
 Item 45: Valor unitário R\$ 14,80 (quatorze reais e oitenta centavos) e valor total R\$ 444,00 (quatrocentos e quarenta e quatro reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 09 de Novembro de 2017.

Alexandro Eduardo Fernandes - Diretor Presidente

## EXTRATO Nº 629/2017 - FURB

Publicação Nº 1442766

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 629/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
 E RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

OBJETO: Serviço de Fornecimento de Óleo Diesel S-500 para abastecimento dos Geradores utilizados pela FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 478/2017 e Contrato nº 266/2017 firmado em 27 de novembro de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária do presente Contrato é o abaixo informado, de acordo com a respectiva proposta constante das Fls 82 do Processo de Dispensa de Licitação nº. 478/2017.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	36502	2.000	Litro	Óleo diesel S500, com serviço de abastecimento nos gerados da FURB. Em conformidade com a ANP	3,45	6.900,00
Valor Total Registrado (em R\$)						6.900,00
Valor Total por Extenso						Seis mil e novecentos reais

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva prestação dos serviços de abastecimento com fornecimento do combustível, desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

.PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser encerrado por ambas as partes, através de aviso emitido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias consecutivos.

DATA: 30/11/2017.

## EXTRATO Nº 630/2017 - FURB

Publicação Nº 1442767

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 630/2017

Dispensa de Licitação nº. 593/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, V da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 608/2017/PROGEF e demais alterações, para AQUISIÇÃO DE INGRESSOS E PULSEIRAS PERSONALIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DOS EVENTOS DE PUBLICIDADE E FORMATURA DE ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE. Contratada: BRAPIX INDUSTRIA E COMERCIO DE ETIQUETAS LTDA EPP (CNPJ: 08.986.298/0001-62). Forma de Pagamento: Em até 30(trinta) dias consecutivos, contados do recebimento definitivo dos materiais e da Nota Fiscal. Valor Total/ Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 836,00 (oitocentos e trinta e seis reais) / 01.28.12.364.0076.2028 (Coordenadoria de Comunicação e Marketing)/ 3.3.90.30 (Material de Consumo)/ 3.3.90.30.99.99 (Materiais de Consumo - Diversos).

Blumenau, 30 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 631/2017 - FURB**

Publicação Nº 1442768

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 631/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 584/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 606/2017/PROGEF e demais alterações, para a AQUISIÇÃO MÓDULO ENVI FEATURA EXTRACTION PARA USO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA FLORESTAL NO PROJETO DE MONITORAMENTO DA COBERTURA FLORESTAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. CONVÊNIO FIRMADO COM A FURB. Contratada: SULSOFT SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA (CNPJ: 73.571.994/0001-70). Forma de Pagamento: Imediato. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 6.840,00 (seis mil, oitocentos e quarenta reais) / 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.11 (Locação de Softwares).

Blumenau, 30 de novembro de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 632/2017 - FURB**

Publicação Nº 1442769

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 632/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

ELECTROVIDRO S.A.

OBJETO: Isoladores de Vidro (CMN 120 kN) para Linhas de Transmissão para Uso no PROJETO FURB/CEEE-GT/9952082í.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 503/2017 e Contrato nº 294/2017 firmado em 20 de novembro de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 159.614,46 (cento e cinquenta e nove mil seiscentos e catorze reais e quarenta e seis centavos), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação nº. 503/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 28 a 31, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, sendo este o preço total dos itens descritos:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Valor Total (em R\$)
1	38109	850	Peça	Isolador de vidro CMN 120 kN, perfil padrão, distância de escoamento 320mm, engate IEC 60120 classe 16 A, passo 146mm, diâmetro 254 mm, pino com luva de Zn, galvanização reforçada, recobrimento de silicone de espessura na superfície superior de 320 µm e na superfície interna de 280 µm.	159,61	135.672,32
2	38110	150	Peça	Isolador de vidro CMN 120 kN, perfil plano, distância de escoamento 350mm, engate IEC 60120 classe 16 A, passo 127mm, diâmetro mínimo 380 mm, pino com luva de Zn, galvanização reforçada, recobrimento de silicone de espessura na superfície superior de 320 µm e na superfície interna de 280 µm.	159,61	23.942,17
Preço Total dos Itens (em R\$)				159.614,49		
Preço Total (em reais, por extenso)				Cento e cinquenta e nove reais e seiscentos e catorze reais e quarenta e nove centavos.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos equipamentos e seus acessórios, desde que o mesmo seja aprovado pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

.PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao recebimento dos Isoladores ou, alternativamente, ao término do respectivo exercício financeiro, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 30/11/2017.

**EXTRATO Nº 633/2017 - FURB**

Publicação Nº 1442770

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 633/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 592/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, exigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, inciso II da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 610/2017/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO PROFESSORA DEYSE E. ORTIZ SUMAN CARPENTER PARA ATUAR NO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE MATERIAIS DA FURB. Contratada: DEYSE CARPENTER (CPF: 294.522.100-44). Forma de Pagamento: Até 15 dias após o término das disciplinas. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 5.943,86 (cinco mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e seis centavos) / 01.19.12.364.0076.2019 (Centro de Ciências Tecnológicas)/ 3.3.90.36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física)/ 3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau, 30 de novembro de 2017.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 634/2017 - FURB**

Publicação Nº 1442773

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 634/2017

Dispensa de Licitação nº. 563/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, exigiu o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 24, IV da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 609/2017/PROGEF e demais alterações, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DO EQUIPAMENTO ANALISADOR DE ENXOFRE MULTI EA 500 EM USO NO LABORATÓRIO DE ANÁLISE DE COMBUSTÍVEIS - LAC. Contratada: INOVATEC INSTRUMENTAÇÃO ANALÍTICA E CIENTÍFICA LTDA ME (CNPJ: 14.673.407/0001-94). Forma de Pagamento: Até 21 (vinte e um) dias a partir da emissão da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 9.000,00 (nove mil reais) / 01.27.12.364.0076.2027 (Instituto FURB)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.17.03 (Manutenção de Máquinas e Equipamentos Diversos).

Blumenau, 30 de novembro de 2017.  
Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado  
Reitor da FURB

## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442780



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Recetas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Recetas Realizadas			Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECETAS (Exceto intra-orçamentárias) (I)	2.055.524.000,00	2.055.524.000,00	219.130.623,03	10,66%	1.076.918.080,18	52,39%
RECETAS CORRENTES	1.352.652.000,00	1.352.652.000,00	209.077.229,67	15,46%	1.035.105.953,98	76,52%
RECEITA TRIBUTÁRIA	328.847.000,00	328.847.000,00	51.278.372,33	15,59%	276.967.474,48	84,22%
IMPOSTOS	271.200.000,00	271.200.000,00	43.647.892,02	16,09%	234.800.670,24	86,58%
TAXAS	56.517.000,00	56.517.000,00	7.627.025,01	13,50%	42.110.728,78	74,51%
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.130.000,00	1.130.000,00	3.455,30	0,31%	56.074,46	4,96%
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	62.681.000,00	62.681.000,00	10.626.845,00	16,95%	57.002.642,06	90,94%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	38.291.000,00	38.291.000,00	7.017.088,20	18,33%	37.047.543,49	96,75%
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	24.390.000,00	24.390.000,00	3.609.746,80	14,80%	19.955.088,57	81,82%
RECEITA PATRIMONIAL	70.177.000,00	70.177.000,00	7.943.100,37	11,32%	50.450.191,43	71,89%
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.468.000,00	2.468.000,00	633.004,02	25,65%	1.961.363,23	79,47%
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	52.695.000,00	52.695.000,00	7.309.288,85	13,87%	43.486.310,70	82,52%
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	15.012.000,00	15.012.000,00	807,50	0,01%	5.002.517,50	33,32%
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RECEITA AGROPECUÁRIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RECEITA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS INDUSTRIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
RECEITA DE SERVIÇOS	86.373.000,00	86.373.000,00	14.673.740,43	16,99%	74.424.006,20	86,17%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	726.817.000,00	726.817.000,00	106.474.493,25	14,65%	520.731.162,41	71,65%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	697.937.000,00	697.937.000,00	105.210.104,53	15,07%	516.392.370,43	73,99%
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	798.000,00	798.000,00	117.925,43	14,78%	153.605,51	19,25%
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00%	11.260,10	0,00%
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	376.000,00	376.000,00	0,00	0,00%	50,00	0,01%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	27.706.000,00	27.706.000,00	1.146.463,29	4,14%	4.173.876,37	15,06%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	77.751.000,00	77.751.000,00	18.080.678,29	23,25%	55.530.477,40	71,42%

Continua (1/5)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação (2/5)

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
MULTAS E JUROS DE MORA	16.191.000,00	16.191.000,00	3.943.883,80	24,36%	16.759.776,59	-568.776,59
INDENIZACOES E RESTITUICOES	18.908.000,00	18.908.000,00	896.588,03	4,74%	10.349.038,57	8.558.961,43
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	15.108.000,00	15.108.000,00	7.279.980,31	48,19%	16.545.783,75	-1.437.783,75
RECEITAS DECORRENTES DE APORTES PERIÓDICOS P/AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	27.544.000,00	27.544.000,00	5.980.226,15	21,64%	11.875.878,49	15.668.121,51
RECEITAS DE CAPITAL	702.872.000,00	702.872.000,00	10.053.393,36	1,43%	41.812.126,20	661.059.873,80
OPERACOES DE CREDITO	374.481.000,00	374.481.000,00	8.156.219,17	2,18%	36.770.604,64	337.710.395,36
OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	281.967.000,00	281.967.000,00	3.043.279,17	1,16%	22.525.537,64	239.441.462,36
OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	112.514.000,00	112.514.000,00	5.112.940,00	4,54%	14.245.067,00	98.268.933,00
ALIENACAO DE BENS	86.000,00	86.000,00	0,00	0,00%	0,00	86.000,00
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	86.000,00	86.000,00	0,00	0,00%	0,00	86.000,00
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	328.305.000,00	328.305.000,00	1.887.174,19	0,58%	5.041.521,56	323.263.478,44
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00%	98.000,00	1.202.000,00
TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00%	440.100,38	-440.100,38
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE OUTRAS INSTITUICOES PUBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	327.005.000,00	327.005.000,00	1.887.174,19	0,58%	4.503.421,18	322.501.578,82
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA PROVENIENTE DE AMORTIZACAO DE EMPRES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	88.305.000,00	88.305.000,00	0,00	0,00%	0,00	88.305.000,00
RECEITAS (Intra-orçamentárias) (II)	88.305.000,00	88.305.000,00	18.371.538,71	20,80%	80.538.444,54	7.766.555,46
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	2.143.829.000,00	2.143.829.000,00	237.502.161,74	11,08%	1.157.456.524,72	986.372.475,28
OPERACOES DE CREDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00

Continua (2/5)





**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

Continuação (3/5)

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "g" e "h" do inciso II e § 1º)

Recetas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo (a-c)			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	2.143.829.000,00	2.143.829.000,00	237.502.161,74	11,08%	1.157.456.524,72	53,99%	986.372.475,28			
DEFÍCIT (VI)							0,00			
TOTAL (VII) = (V + VI)	2.143.829.000,00	2.143.829.000,00	237.502.161,74	11,08%	1.157.456.524,72	53,99%	986.372.475,28			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	49.739.687,04		49.739.687,04					
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00								
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00	49.739.687,04		49.739.687,04					
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00					0,00			
Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (VII)	2.056.176.300,00	2.101.915.405,32	193.217.172,70	1.175.066.244,38	926.849.160,94	209.721.158,59	1.002.486.683,45	1.099.428.721,87	970.955.121,63	172.579.560,93
DESPESAS CORRENTES	1.241.162.800,00	1.293.247.761,46	168.606.345,29	1.059.626.782,15	233.620.979,31	190.477.259,66	936.271.201,24	356.976.560,22	906.153.261,94	123.355.580,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	626.201.000,00	615.928.279,55	93.577.358,21	508.745.251,15	107.183.028,40	93.655.731,90	508.671.977,34	107.256.302,21	499.556.832,21	73.273,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.765.000,00	9.300.563,45	2.237.826,14	7.983.172,59	1.317.390,86	2.237.826,14	7.983.172,59	1.317.390,86	7.983.172,59	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	605.196.800,00	668.018.918,46	72.791.160,94	542.898.358,41	125.120.560,05	94.583.701,62	419.616.051,31	248.402.867,15	398.613.257,14	123.282.307,10
DESPESAS DE CAPITAL	814.809.000,00	808.463.143,86	24.610.827,41	115.439.462,23	693.023.681,63	19.243.898,93	66.215.482,21	742.247.661,65	64.801.859,69	49.223.980,02
INVESTIMENTOS	788.976.000,00	786.515.975,14	20.045.577,18	97.621.009,81	688.894.965,33	14.678.648,70	48.397.029,79	738.118.945,35	46.983.407,27	49.223.980,02
INVERSÕES FINANCEIRAS	500.000,00	3.500.000,00	0,00	0,00	3.500.000,00	0,00	0,00	3.500.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	25.333.000,00	18.447.168,72	4.566.250,23	17.818.452,42	628.716,30	4.565.250,23	17.818.452,42	628.716,30	17.818.452,42	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	204.500,00	204.500,00	0,00	0,00	204.500,00	0,00	0,00	204.500,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	204.500,00	204.500,00	0,00	0,00	204.500,00	0,00	0,00	204.500,00	0,00	0,00
DESPESAS (intra-orçamentárias) (IX)	68.341.700,00	79.021.316,04	10.216.774,88	68.234.382,15	10.786.933,89	10.799.836,13	67.067.544,03	11.953.772,01	59.668.575,44	1.166.838,12
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	2.124.518.000,00	2.180.936.721,36	203.433.947,58	1.243.300.626,53	937.636.094,83	220.520.994,72	1.069.554.227,48	1.111.382.493,88	1.030.623.697,07	173.746.399,05
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	2.124.518.000,00	2.180.936.721,36	203.433.947,58	1.243.300.626,53	937.636.094,83	220.520.994,72	1.069.554.227,48	1.111.382.493,88	1.030.623.697,07	173.746.399,05

Continuação (3/5)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação (4/5)

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "g" e "h" do inciso II e § 1º)

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>SUPERÁVIT (XII)</b>						16.981.167,02	87.902.297,24		126.832.827,65	
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	2.124.518.000,00	2.180.936.721,36	203.433.947,58	1.243.300.626,53	937.636.094,83	1.157.456.524,72		19.311.000,00	1.157.456.524,72	
<b>RESERVA DO RPPS</b>	19.311.000,00	19.311.000,00			19.311.000,00			19.311.000,00		

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			Saldo (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERACOES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES	88.305.000,00	88.305.000,00	18.371.538,71	20,80%	80.538.444,54	7.766.555,46
RECEITA TRIBUTARIA INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	50.000,00	50.000,00	350,29	0,70%	6.265,13	43.734,87
TAXAS	50.000,00	50.000,00	350,29	0,70%	6.265,13	43.734,87
CONTRIBUICOES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	86.432.000,00	86.432.000,00	18.036.501,64	20,87%	79.015.196,40	7.416.803,60
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	86.432.000,00	86.432.000,00	18.036.501,64	20,87%	79.015.196,40	7.416.803,60
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	752.000,00	752.000,00	108.492,87	14,43%	531.732,46	220.267,54
TRANSFERENCIAS CORRENTES - INTRA ORÇAMENTÁRIAS	460.000,00	460.000,00	27.320,68	5,94%	54.641,36	405.358,64
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	460.000,00	460.000,00	27.320,68	5,94%	54.641,36	405.358,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS	611.000,00	611.000,00	198.873,23	32,55%	930.609,19	-319.609,19
MULTAS E JUROS DE MORA	9.000,00	9.000,00	153.204,65	1.702,27%	428.705,70	-419.705,70
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	597.000,00	597.000,00	45.668,58	7,65%	501.730,99	95.269,01
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00%	0,00	3.000,00
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00%	172,50	1.827,50
<b>TOTAL</b>	88.305.000,00	88.305.000,00	18.371.538,71	20,80%	80.538.444,54	7.766.555,46

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	63.615.700,00	65.045.924,89	7.877.553,41	54.368.527,55	10.677.397,34	8.460.614,66	53.201.689,43	11.844.235,46	45.802.720,84	1.166.838,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	59.592.000,00	59.870.737,01	7.763.585,82	50.241.169,15	9.629.567,86	7.763.585,82	50.241.169,15	9.629.567,86	43.043.971,25	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	831.000,00	1.306.876,68	315.335,82	1.305.876,68	1.000,00	315.335,82	1.305.876,68	1.000,00	1.305.876,68	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.192.700,00	3.868.311,20	-201.368,23	2.821.481,72	1.046.829,48	381.693,02	1.654.643,60	2.213.667,60	1.452.872,91	1.166.838,12
DESPESAS DE CAPITAL	4.726.000,00	13.975.391,15	2.339.221,47	13.865.854,60	109.536,55	2.339.221,47	13.865.854,60	109.536,55	13.865.854,60	0,00
INVESTIMENTOS	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	4.701.000,00	13.975.391,15	2.339.221,47	13.865.854,60	109.536,55	2.339.221,47	13.865.854,60	109.536,55	13.865.854,60	0,00

Continua (4/5)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

Continuação (5/5)

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 32, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g)=(e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i)=(e-h)	Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas Restos a Pagar Não Processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
	68.341.700,00	79.021.316,04	10.216.774,88	68.234.382,15	10.786.933,89	10.798.836,13	67.067.544,03	11.953.772,01	59.668.575,44	1.166.838,12
<b>TOTAL</b>										

Fonte: Sistema ThemaGRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 02h e 48m

**NAPOLEÃO BERNARDES**  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

**RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL**  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

**CLEYTON LUIS GRIESHABER**  
 Contador - CRC/SC-0296360-1  
 CPF 033.166.469-06

## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442784

PREFEITURA  
DE BLUMENAU

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.		
			%			%					
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre				
(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)						
DESPESAS (Exceto intra-orçamentárias) (1)	2.075.487.300,00	2.121.226.405,32	193.217.172,70	1.175.066.244,38	94,51%	946.160.160,94	209.721.158,59	1.002.486.683,45	93,73%	1.118.739.721,87	172.579.560,93
LEGISLATIVA	31.896.000,00	31.196.000,00	2.456.993,02	20.904.396,92	1,68%	10.291.603,08	3.823.924,62	19.603.406,76	1,83%	11.592.593,24	1.300.990,16
ACAO LEGISLATIVA	31.896.000,00	31.196.000,00	2.456.993,02	20.904.396,92	1,68%	10.291.603,08	3.823.924,62	19.603.406,76	1,83%	11.592.593,24	1.300.990,16
ESSENCIAL A JUSTICA	9.669.000,00	9.679.605,17	1.341.204,30	6.647.317,47	0,53%	3.032.287,70	1.332.043,96	6.610.015,58	0,62%	3.069.589,59	37.301,89
DEFESA DA ORDEM JURIDICA	5.902.000,00	5.912.605,17	811.131,57	4.207.903,66	0,34%	1.704.701,51	801.948,67	4.170.736,61	0,39%	1.741.868,56	37.167,05
REPRESENTACAO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	3.767.000,00	3.767.000,00	530.072,73	2.439.413,81	0,20%	1.327.566,19	530.095,29	2.439.278,97	0,23%	1.327.721,03	134,84
ADMINISTRACAO	160.374.000,00	193.114.815,73	17.118.191,19	110.031.894,42	8,85%	83.082.921,31	20.489.289,37	98.960.576,51	9,25%	94.154.239,22	11.071.317,91
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.685.000,00	1.757.000,00	226.953,31	1.201.379,41	0,10%	555.620,59	242.673,31	1.176.480,21	0,11%	580.519,79	24.899,20
ADMINISTRACAO GERAL	114.385.000,00	140.248.702,14	11.351.927,71	63.274.034,72	5,09%	76.974.667,42	11.699.969,32	55.822.069,36	5,22%	84.426.632,78	7.451.965,36
ADMINISTRACAO FINANCEIRA	10.227.000,00	15.269.613,59	1.370.760,89	14.339.052,74	1,15%	930.560,85	1.773.552,01	13.355.417,64	1,25%	1.914.195,95	983.635,10
CONTROLE INTERNO	545.000,00	545.000,00	83.336,59	445.340,69	0,04%	99.659,31	83.916,59	443.689,59	0,04%	101.310,41	1.651,10
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	30.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00%	2.500,00	0,00	0,00	0,00%	2.500,00	0,00
TECNOLOGIA DA INFORMACAO	3.482.000,00	4.082.000,00	402.248,31	2.799.496,45	0,23%	1.282.503,55	527.465,98	2.539.672,32	0,24%	1.542.327,68	259.824,13
FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	17.620.000,00	17.450.000,00	2.129.169,87	16.397.013,02	1,32%	1.062.986,98	3.391.174,27	14.820.156,10	1,39%	2.629.843,90	1.586.856,92
ADMINISTRACAO DE RECEITAS	7.548.000,00	7.948.000,00	1.276.991,55	6.350.463,60	0,51%	1.597.536,40	1.318.256,81	6.161.660,08	0,58%	1.786.339,92	188.803,52
COMUNICACAO SOCIAL	4.852.000,00	5.812.000,00	276.802,96	5.235.113,79	0,42%	576.886,21	1.452.281,08	4.641.431,21	0,43%	1.170.568,79	593.682,58
SEGURANCA PUBLICA	42.378.500,00	47.469.898,17	3.441.683,82	23.207.179,10	1,87%	24.262.707,07	4.618.483,11	18.830.147,37	1,76%	28.639.738,80	4.377.031,73
ADMINISTRACAO GERAL	2.052.000,00	3.233.216,20	340.692,95	1.865.437,63	0,15%	1.367.778,57	197.941,12	1.652.143,89	0,15%	1.581.072,31	213.293,74
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	19.076.000,00	21.693.328,12	2.549.357,45	18.874.864,74	1,52%	2.818.463,38	3.544.073,69	14.881.822,72	1,39%	6.811.505,40	3.993.042,02
DEFESA CIVIL	21.250.500,00	22.543.341,85	551.633,42	2.466.876,73	0,20%	20.076.465,12	876.468,30	2.296.180,76	0,21%	20.247.161,09	170.695,97
ASSISTENCIAL SOCIAL	39.495.000,00	42.214.918,86	4.496.059,15	23.268.741,09	1,87%	18.946.177,77	4.373.117,72	21.617.554,64	2,02%	20.597.364,22	1.651.186,45
ASSISTENCIA AO IDOSO	2.700.000,00	2.818.000,00	284.932,93	1.616.779,78	0,13%	1.201.220,22	324.216,29	1.373.779,90	0,13%	1.444.220,10	242.999,88
ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	8.119.000,00	9.240.826,00	792.767,74	4.548.804,35	0,37%	4.692.021,65	785.293,52	4.390.656,29	0,41%	4.850.169,71	158.148,06
ASSISTENCIA COMUNITARIA	28.676.000,00	30.156.092,86	3.418.358,48	17.103.156,96	1,38%	13.052.935,90	3.263.607,91	15.853.118,45	1,48%	14.302.974,41	1.250.038,51
PREVIDENCIA SOCIAL	158.998.000,00	158.998.000,00	22.733.264,06	114.949.416,52	9,25%	44.048.583,48	22.489.889,96	114.443.317,05	10,70%	44.554.682,95	506.099,47
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	158.998.000,00	158.998.000,00	22.733.264,06	114.949.416,52	9,25%	44.048.583,48	22.489.889,96	114.443.317,05	10,70%	44.554.682,95	506.099,47
SAUDE	370.047.000,00	375.859.469,40	23.279.434,50	318.389.826,39	25,61%	57.469.643,01	49.258.505,52	264.621.272,69	24,74%	111.238.196,71	53.768.553,70
PREVIDENCIA DO REGIME ESTATUTARIO	1.130.000,00	1.150.000,00	178.342,74	918.213,17	0,07%	231.786,83	178.342,74	918.213,17	0,09%	231.786,83	0,00
ATENCAO BASICA	168.987.000,00	173.662.025,36	17.699.362,70	147.264.134,69	11,84%	26.397.890,67	21.123.121,61	138.269.710,54	12,93%	35.392.314,82	8.994.424,15
ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	197.249.000,00	197.344.849,00	5.198.534,74	167.508.349,57	13,47%	29.876.499,43	27.396.175,31	123.027.482,97	11,50%	74.357.366,03	44.480.866,60
VIGILANCIA SANITARIA	1.226.000,00	1.564.453,10	144.251,84	1.085.914,31	0,09%	478.538,79	273.942,74	1.003.284,00	0,09%	561.169,10	82.630,31

Continua (1/5)



PREFEITURA  
DE BLUMENAU

Continuação (2/5)

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a-d)	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%		
SAUDE	370.047.000,00	375.859.469,40	23.279.434,50	318.389.826,39	25,61%	57.469.643,01	49.258.505,52	264.621.272,69	24,74%	111.238.196,71	53.768.553,70
VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	1.455.000,00	2.098.141,94	58.942,48	1.613.214,65	0,13%	484.927,29	286.923,12	1.402.582,01	0,13%	695.559,93	210.632,64
TRABALHO	10.921.500,00	10.519.000,00	209.576,22	1.806.023,64	0,15%	8.712.976,36	234.156,61	1.737.113,52	0,16%	8.781.886,48	68.910,12
FOMENTO AO TRABALHO	10.921.500,00	10.519.000,00	209.576,22	1.806.023,64	0,15%	8.712.976,36	234.156,61	1.737.113,52	0,16%	8.781.886,48	68.910,12
EDUCACAO	315.502.000,00	319.256.715,48	50.208.717,85	242.989.181,75	19,54%	76.267.533,73	46.407.134,94	218.800.919,79	20,46%	100.455.795,69	24.188.261,96
ADMINISTRACAO GERAL	4.145.000,00	2.698.442,54	466.214,67	2.389.391,71	0,19%	309.050,83	363.579,58	2.012.103,63	0,19%	686.338,91	377.288,08
PREVIDENCIA BASICA	6.612.000,00	5.612.000,00	1.054.616,36	5.242.700,09	0,42%	369.299,91	1.054.616,36	5.242.700,09	0,49%	369.299,91	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	154.999.000,00	159.974.470,78	22.081.710,43	113.252.619,30	9,11%	46.721.851,48	20.703.941,49	101.918.253,92	9,53%	58.056.216,86	11.334.365,38
ENSINO SUPERIOR	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
EDUCACAO INFANTIL	145.171.000,00	149.382.723,11	26.600.118,43	121.894.341,03	9,80%	27.488.382,08	24.240.768,91	109.438.542,61	10,23%	39.944.180,50	12.455.798,42
EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	950.000,00	386.379,05	-317,10	9.692,91	0,00%	376.686,14	1.759,62	4.597,15	0,00%	381.781,90	5.095,76
EDUCACAO ESPECIAL	1.625.000,00	1.202.700,00	6.373,06	200.436,71	0,02%	1.002.263,29	42.466,98	184.722,39	0,02%	1.017.977,61	15.714,32
CULTURA	8.274.500,00	8.484.346,27	1.064.811,88	3.482.424,46	0,28%	5.001.921,81	1.075.195,39	3.385.125,80	0,32%	5.099.220,47	97.298,66
PATRIM. HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOG	960.500,00	1.044.788,00	18.265,75	89.176,23	0,01%	955.611,77	15.450,53	76.873,43	0,01%	967.914,57	12.302,80
DIFUSAO CULTURAL	7.314.000,00	7.439.558,27	1.046.546,13	3.393.248,23	0,27%	4.046.310,04	1.059.744,86	3.308.252,37	0,31%	4.131.305,90	84.995,86
DIREITOS DA CIDADANIA	1.309.000,00	2.469.014,63	18.428,07	174.256,51	0,01%	2.294.758,12	22.926,43	111.315,65	0,01%	2.357.698,98	62.940,86
DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.309.000,00	2.469.014,63	18.428,07	174.256,51	0,01%	2.294.758,12	22.926,43	111.315,65	0,01%	2.357.698,98	62.940,86
URBANISMO	641.316.000,00	594.576.458,69	32.347.118,58	151.588.059,27	12,19%	442.988.399,42	21.027.987,05	92.657.109,27	8,66%	501.919.349,42	58.930.950,00
ADMINISTRACAO GERAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00%	500.000,00	0,00	0,00	0,00%	500.000,00	0,00
NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	5.005.000,00	5.040.000,00	711.116,64	3.812.677,40	0,31%	1.227.322,60	714.985,74	3.801.021,84	0,36%	1.238.978,16	11.655,56
ORDENAMENTO TERRITORIAL	57.986.000,00	38.094.000,00	632.660,27	4.480.188,34	0,36%	33.613.811,66	833.948,66	4.131.017,41	0,39%	33.962.982,59	349.170,93
PATRIM. HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOG	451.000,00	451.000,00	0,00	0,00	0,00%	451.000,00	0,00	0,00	0,00%	451.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	460.228.000,00	453.133.913,44	18.993.381,15	90.744.474,37	7,30%	362.389.439,07	12.228.904,93	49.936.334,30	4,67%	403.197.579,14	40.808.140,07
SERVICOS URBANOS	46.791.000,00	74.652.890,76	11.890.335,40	48.836.198,80	3,93%	25.816.691,96	6.627.777,70	31.810.970,44	2,97%	42.841.920,32	17.025.228,36
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	65.915.000,00	16.473.731,57	0,00	2.057.187,80	0,17%	14.416.543,77	379.499,98	2.057.187,80	0,19%	14.416.543,77	0,00
LAZER	4.440.000,00	6.230.922,92	119.625,12	1.657.332,56	0,13%	4.573.590,36	242.870,04	920.577,48	0,09%	5.310.345,44	736.755,08
HABITACAO	17.990.000,00	18.685.000,00	382.733,65	1.442.454,38	0,12%	17.242.545,62	331.031,24	1.306.428,89	0,12%	17.378.571,11	136.025,49
HABITACAO URBANA	17.990.000,00	18.685.000,00	382.733,65	1.442.454,38	0,12%	17.242.545,62	331.031,24	1.306.428,89	0,12%	17.378.571,11	136.025,49
SANEAMENTO	127.111.500,00	129.162.543,41	14.180.029,10	80.438.254,60	6,47%	48.724.288,81	14.737.548,81	68.913.926,24	6,44%	60.248.617,17	11.524.328,36
SERVICOS URBANOS	38.215.500,00	36.155.000,00	8.995.000,78	34.100.666,28	2,74%	2.054.333,72	5.761.133,42	26.638.462,46	2,49%	9.516.537,54	7.462.203,82
SANEAMENTO BASICO URBANO	3.105.000,00	2.130.000,00	74.342,42	446.545,43	0,04%	1.683.454,57	83.345,42	439.602,69	0,04%	1.690.397,31	6.942,74
PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	136.000,00	126.000,00	0,00	0,00	0,00%	126.000,00	0,00	0,00	0,00%	126.000,00	0,00

Continua (2/5)





**PREFEITURA  
DE BLUMENAU**

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**

**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

Continuação (3/5)

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

R\$ Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	(e) = (a-d)	
(a)							(d/total d)		(f)
SANEAMENTO	127.111.500,00	129.162.543,41	14.180.029,10	80.438.254,60	6,47%	14.737.548,34	68.913.926,24	60.248.617,17	11.524.328,36
ABASTECIMENTO	85.655.000,00	90.751.543,41	5.110.685,90	45.891.042,89	3,69%	8.893.069,50	41.835.861,09	48.915.682,32	4.055.181,80
GESTÃO AMBIENTAL	5.060.000,00	5.294.588,21	618.021,65	3.628.226,72	0,29%	1.666.341,49	3.310.030,50	1.984.537,71	318.196,22
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	732.000,00	832.088,21	36.664,39	142.497,61	0,01%	21.072,97	92.359,57	739.708,64	50.138,04
CONTROLE AMBIENTAL	4.328.000,00	4.462.500,00	581.357,26	3.485.729,11	0,28%	976.770,89	3.217.670,93	1.244.829,07	268.058,18
AGRICULTURA	5.082.000,00	5.459.449,23	378.566,05	1.698.052,06	0,14%	376.139,17	1.589.357,24	3.870.091,99	108.694,82
EXTENSÃO RURAL	4.562.000,00	4.939.449,23	378.566,05	1.698.052,06	0,14%	324.139,17	1.589.357,24	3.350.091,99	108.694,82
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	520.000,00	520.000,00	0,00	0,00	0,00%	520.000,00	0,00	520.000,00	0,00
INDÚSTRIA	1.010.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	1.010.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00%	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	38.187.000,00	59.141.184,06	6.376.042,67	14.895.785,45	1,20%	44.245.398,61	12.286.063,73	48.855.120,33	2.609.721,72
TURISMO	38.187.000,00	59.141.184,06	6.376.042,67	14.895.785,45	1,20%	44.245.398,61	12.286.063,73	48.855.120,33	2.609.721,72
TRANSPORTE	4.931.800,00	9.398.858,82	718.544,05	4.649.174,94	0,37%	4.749.883,88	4.101.239,14	5.297.619,68	547.935,80
ADMINISTRAÇÃO GERAL	510.000,00	2.005.000,00	0,00	0,00	0,00%	2.005.000,00	0,00	2.005.000,00	0,00
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	4.411.800,00	5.883.858,82	718.544,05	4.649.174,94	0,37%	1.234.883,88	623.839,32	1.782.619,68	547.935,80
TRANSPORTE AEREO	10.000,00	1.510.000,00	0,00	0,00	0,00%	1.510.000,00	0,00	1.510.000,00	0,00
DESPORTO E LAZER	9.924.000,00	30.405.623,76	1.822.909,54	5.667.302,74	0,46%	24.738.321,02	1.208.437,01	25.530.712,91	792.391,89
DESPORTO E RECREAMENTO	7.874.000,00	8.155.623,76	1.822.909,54	5.667.302,74	0,46%	2.488.321,02	1.208.437,01	3.280.712,91	792.391,89
LAZER	2.050.000,00	22.250.000,00	0,00	0,00	0,00%	22.250.000,00	0,00	22.250.000,00	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	96.495.000,00	50.315.447,43	10.024.843,35	45.208.275,95	3,64%	5.107.171,48	44.726.852,23	5.588.595,20	481.423,72
SERVIÇO DA DIVIDIDA INTERNA	33.642.000,00	23.791.732,17	4.477.343,33	22.674.925,93	1,82%	1.116.806,24	22.674.925,93	1.116.806,24	0,00
SERVIÇO DA DIVIDIDA EXTERNA	1.453.000,00	3.953.000,00	2.325.733,04	3.126.699,08	0,25%	826.300,92	3.126.699,08	826.300,92	0,00
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	21.400.000,00	22.570.715,26	3.221.766,98	19.406.650,94	1,56%	3.164.064,32	18.925.227,22	3.645.488,04	481.423,72
Reserva de Contingência	204.500,00	204.500,00	0,00	0,00	0,00%	204.500,00	0,00	204.500,00	0,00
Reserva de Contingência	204.500,00	204.500,00	0,00	0,00	0,00%	204.500,00	0,00	204.500,00	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	19.311.000,00	19.311.000,00	0,00	0,00	0,00%	19.311.000,00	0,00	19.311.000,00	0,00
Reserva de Contingência do RPPS	19.311.000,00	19.311.000,00	0,00	0,00	0,00%	19.311.000,00	0,00	19.311.000,00	0,00
DESPESAS (intra-orçamentárias) (II)	68.341.700,00	79.021.316,04	10.216.774,88	68.234.382,15	5,49%	10.799.836,13	67.067.544,03	11.953.772,01	1.166.838,12
TOTAL (III)=(I + II)	2.143.829.000,00	2.200.247.721,36	203.433.947,58	1.243.300.626,53	100,00%	956.947.094,83	220.520.994,72	1.130.693.493,88	173.746.399,05

Continuação (3/5)



**PREFEITURA  
DE BLUMENAU**

Continuação (4/5)

**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e")

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (btotal b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (dtotal d)	
DESPESAS (intra-orçamentárias)	68.341.700,00	79.021.316,04	10.216.774,88	68.234.382,15	5,49%	10.786.933,89	67.067.544,03	6,27%	11.963.772,01
LEGISLATIVA	965.000,00	1.665.000,00	254.858,58	1.143.435,73	0,09%	255.969,77	1.136.588,45	0,11%	528.411,55
AÇÃO LEGISLATIVA	965.000,00	1.665.000,00	254.858,58	1.143.435,73	0,09%	255.969,77	1.136.588,45	0,11%	528.411,55
ESSENCIAL A JUSTIÇA	1.227.000,00	906.952,00	102.963,58	839.910,10	0,07%	67.041,90	102.963,58	0,08%	67.041,90
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	1.227.000,00	906.952,00	102.963,58	839.910,10	0,07%	67.041,90	102.963,58	0,08%	67.041,90
ADMINISTRAÇÃO	11.155.000,00	9.340.631,52	1.118.231,66	8.604.175,94	0,69%	736.455,58	8.505.236,93	0,80%	835.394,59
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	365.000,00	254.126,00	29.435,11	253.125,98	0,02%	1.000,02	253.125,98	0,02%	1.000,02
ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.172.000,00	7.647.253,10	858.055,74	6.963.590,66	0,56%	683.662,44	6.876.565,11	0,64%	770.687,99
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	211.000,00	452.241,42	127.658,17	401.449,18	0,03%	50.792,24	401.449,18	0,04%	50.792,24
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	50.000,00	62.000,00	0,00	62.000,00	0,00%	0,00	50.086,54	0,00%	11.913,46
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	1.216.000,00	842.751,00	93.861,65	842.750,91	0,07%	0,09	842.750,91	0,08%	0,09
COMUNICAÇÃO SOCIAL	141.000,00	82.260,00	9.220,99	81.259,21	0,01%	1.000,79	81.259,21	0,01%	1.000,79
SEGURANÇA PÚBLICA	402.200,00	1.244.230,24	218.633,35	1.089.967,09	0,09%	154.263,15	1.089.031,58	0,10%	155.198,66
NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	402.200,00	1.244.230,24	218.633,35	1.089.967,09	0,09%	154.263,15	1.089.031,58	0,10%	155.198,66
ASSISTÊNCIA SOCIAL	177.000,00	168.055,00	-843,20	6.064,96	0,00%	161.990,04	853,68	0,00%	163.970,64
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	10.000,00	1.055,00	-290,15	763,96	0,00%	291,04	763,96	0,00%	291,04
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	167.000,00	167.000,00	-553,05	5.301,00	0,00%	161.699,00	787,11	0,00%	163.679,60
PREVIDÊNCIA SOCIAL	368.000,00	368.000,00	50.264,33	264.759,20	0,02%	103.240,80	264.759,20	0,02%	103.240,80
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	368.000,00	368.000,00	50.264,33	264.759,20	0,02%	103.240,80	264.759,20	0,02%	103.240,80
SAÚDE	20.950.000,00	20.950.000,00	3.686.058,50	18.119.146,62	1,46%	2.830.853,38	3.697.435,46	1,69%	2.860.538,84
ATENÇÃO BÁSICA	20.950.000,00	20.950.000,00	3.686.058,50	18.119.146,62	1,46%	2.830.853,38	3.697.435,46	1,69%	2.860.538,84
TRABALHO	452.000,00	332.531,00	37.857,25	328.530,09	0,03%	4.000,91	328.530,09	0,03%	4.000,91
FOMENTO AO TRABALHO	452.000,00	332.531,00	37.857,25	328.530,09	0,03%	4.000,91	328.530,09	0,03%	4.000,91
EDUCAÇÃO	22.720.000,00	24.826.500,00	2.125.209,04	19.617.214,73	1,58%	5.209.285,27	21.801.812,12	1,77%	5.884.704,16
ADMINISTRAÇÃO GERAL	720.000,00	457.000,00	48.680,93	451.691,80	0,04%	5.308,20	48.915,53	0,04%	9.249,83
ENSINO FUNDAMENTAL	12.040.000,00	12.903.000,00	976.715,15	9.059.048,15	0,73%	3.443.951,85	1.001.624,84	0,82%	3.745.414,99
EDUCAÇÃO INFANTIL	9.920.000,00	11.866.500,00	1.099.812,96	10.106.474,78	0,81%	1.760.025,22	9.736.460,66	0,91%	2.130.039,34
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00
CULTURA	231.500,00	234.500,00	39.502,54	204.897,44	0,02%	29.602,56	204.538,60	0,02%	29.961,40
PATRIM. HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓG.	4.500,00	4.500,00	58,38	299,01	0,00%	4.200,99	299,01	0,00%	4.200,99

Continuação (4/5)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Continuação (5/5)

**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RS Reais

Função / Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Inscr. em Restos a Pagar Não Proc.
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
		(a)		(b)	(c) = (a-b)		(d)	(e) = (a-d)	(f)
				% (b/total b)			% (d/total d)		
CULTURA	231.500,00	234.500,00	39.502,54	204.897,44	0,02%	39.554,16	204.538,60	29.961,40	358,84
DIFUSÃO CULTURAL	227.000,00	230.000,00	39.444,16	204.598,43	0,02%	39.495,78	204.239,59	25.760,41	358,84
URBANISMO	153.000,00	153.000,00	0,00	48.000,00	0,00%	2.277,60	9.876,97	143.123,03	38.123,03
ORDENAMENTO TERRITORIAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	1.000,00	0,00
INFRA-ESTRUTURA URBANA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	40.000,00	0,00
SERVIÇOS URBANOS	112.000,00	112.000,00	0,00	48.000,00	0,00%	2.277,60	9.876,97	102.123,03	38.123,03
SANEAMENTO	2.428.000,00	1.873.000,00	327.536,56	1.511.873,83	0,12%	327.536,56	1.511.873,83	361.126,17	0,00
SERVIÇOS URBANOS	140.000,00	100.000,00	22.331,04	86.269,63	0,01%	22.331,04	86.269,63	13.730,37	0,00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	173.000,00	78.000,00	12.620,24	58.133,76	0,00%	12.620,24	58.133,76	19.866,24	0,00
ABASTECIMENTO	2.115.000,00	1.695.000,00	292.585,28	1.367.470,44	0,11%	292.585,28	1.367.470,44	327.529,56	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	424.000,00	594.760,55	33.649,55	302.404,51	0,02%	33.649,55	299.007,15	295.753,40	3.397,36
CONTROLE AMBIENTAL	424.000,00	594.760,55	33.649,55	302.404,51	0,02%	33.649,55	299.007,15	295.753,40	3.397,36
AGRICULTURA	8.000,00	8.000,00	0,00	3.000,00	0,00%	143,46	769,28	7.230,72	2.230,72
EXTENSÃO RURAL	8.000,00	8.000,00	0,00	3.000,00	0,00%	143,46	769,28	7.230,72	2.230,72
COMÉRCIO E SERVIÇOS	922.000,00	734.169,62	-488.398,34	665.451,01	0,05%	-5.834,87	383.583,54	350.586,08	281.867,47
TURISMO	922.000,00	734.169,62	-488.398,34	665.451,01	0,05%	-5.834,87	383.583,54	350.586,08	281.867,47
TRANSPORTE	191.000,00	313.718,28	55.667,09	305.892,93	0,02%	55.947,97	279.188,98	34.529,30	26.703,95
TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	191.000,00	313.718,28	55.667,09	305.892,93	0,02%	55.947,97	279.188,98	34.529,30	26.703,95
DESPORTO ELAZER	38.000,00	28.000,00	1.027,10	7.926,69	0,00%	1.027,10	7.576,69	20.423,31	350,00
DESPORTO E RECREAÇÃO	38.000,00	28.000,00	1.027,10	7.926,69	0,00%	1.027,10	7.576,69	20.423,31	350,00
ENCARGOS ESPECIAIS	5.530.000,00	15.280.267,83	2.654.557,29	15.171.731,28	1,22%	2.654.557,29	15.171.731,28	108.536,55	0,00
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	5.530.000,00	15.280.267,83	2.654.557,29	15.171.731,28	1,22%	2.654.557,29	15.171.731,28	108.536,55	0,00
TOTAL	68.341.700,00	79.021.316,04	10.216.774,88	68.234.382,15	5,49%	10.799.836,13	67.067.544,03	11.953.772,01	1.166.838,12

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 02h e 50m

\_\_\_\_\_  
**NAPOLEÃO BERNARDES**  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
**RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL**  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

\_\_\_\_\_  
**CLEYTON LUIS GRIESHABER**  
 Contador - CRC/SC-029636/0-1  
 CPF 033.166.469-06

## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442785



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**NOVEMBRO / 2016 A OUTUBRO / 2017**

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	Previsão Atualizada 2017
	Nov/16	Dez/16	Jan/17	Fev/17	Mar/17	Abr/17	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Sep/17	Out/17		
RECEITAS CORRENTES (I)	99.702.236,17	145.793.045,97	100.797.586,57	131.382.315,05	103.128.308,47	109.085.986,56	105.593.003,21	103.784.491,87	107.440.779,65	110.661.585,98	107.886.886,45	113.041.037,84	1.338.157.525,79	1.424.112.000,00
Receita Tributária	21.175.877,88	28.543.255,61	21.875.111,07	50.627.819,25	25.047.598,29	25.527.448,60	27.555.921,58	24.588.158,82	23.888.179,22	27.068.265,32	24.928.987,57	26.348.384,76	328.686.607,97	328.847.000,00
IPTU	2.876.182,50	3.176.623,59	2.263.867,93	32.865.171,10	6.630.935,77	3.278.650,95	3.395.611,78	3.137.868,03	3.223.413,77	3.265.057,23	3.276.513,50	3.352.695,15	70.742.391,30	66.000.000,00
ISS	10.138.092,36	10.377.026,36	10.267.111,88	8.442.916,69	9.538.485,55	10.536.616,97	10.407.979,11	10.966.930,53	11.316.832,66	11.793.043,70	11.995.336,89	12.425.658,90	132.200.000,00	132.200.000,00
ITBI	2.404.177,49	2.867.747,48	862.915,24	2.081.156,85	1.990.661,29	1.963.940,20	2.593.375,63	2.438.058,30	2.486.117,19	2.388.128,62	1.917.367,78	2.956.024,69	26.899.670,96	30.500.000,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	5.757.425,53	12.121.859,52	8.482.016,02	7.238.574,61	6.887.505,68	9.748.240,48	10.658.955,06	8.045.301,96	6.901.815,60	9.652.035,57	7.740.789,40	8.394.388,38	101.618.886,81	100.147.000,00
Receita de Contribuições	4.823.916,11	5.152.047,34	7.937.191,96	5.081.642,59	5.323.260,71	6.033.426,78	5.734.366,41	5.593.182,34	5.321.759,58	5.359.877,69	5.314.423,54	5.312.421,46	66.978.605,51	62.681.000,00
Receita Patrimonial	-1.212.621,08	22.384.315,23	8.316.898,38	8.063.255,18	2.862.645,46	7.395.109,48	318.776,36	3.488.749,67	6.742.789,90	5.318.866,63	5.302.750,95	2.640.349,42	71.621.885,58	70.177.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.908.301,55	7.744.929,37	6.645.244,87	6.661.140,53	8.612.197,76	7.001.862,94	8.259.733,25	7.288.265,63	7.140.394,29	8.131.426,50	7.131.462,61	7.542.277,82	89.077.237,12	86.373.000,00
Transferências Correntes	61.461.761,48	75.894.039,77	52.385.731,08	57.726.688,00	56.148.647,87	59.256.883,33	57.724.058,33	58.612.672,04	59.386.295,01	58.701.366,55	58.729.002,74	59.596.105,13	715.573.251,33	798.277.000,00
Cota-Parte do FPM	7.316.659,46	8.846.017,00	4.872.069,76	6.245.862,34	3.913.415,45	4.715.000,26	5.348.354,02	4.929.662,03	3.807.299,65	4.317.932,35	3.625.608,63	4.108.849,64	62.046.730,79	57.000.000,00
Cota-Parte do ICMS	19.391.271,47	21.341.807,14	20.973.392,81	18.617.413,23	19.524.324,72	20.259.801,18	18.535.975,07	19.468.389,38	19.503.684,14	19.905.797,14	21.782.246,19	20.566.134,51	239.870.036,88	251.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	3.038.722,29	2.087.736,03	2.059.007,17	2.717.002,08	4.149.637,78	3.817.144,39	4.303.059,65	4.474.689,20	4.467.833,41	4.025.745,50	4.322.976,79	4.003.377,75	44.003.377,75	44.000.000,00
Cota-Parte do ITR	305,46	266,10	282,99	482,65	43,61	725,49	239,00	499,69	499,69	146,51	3.386,48	16.953,82	23.620,86	100.000,00
Transferências da LC 87/1996	75.550,56	75.550,56	71.344,82	71.344,82	71.344,82	71.344,82	71.344,82	71.344,82	71.344,82	71.344,82	71.344,82	71.344,82	864.549,32	1.000.000,00
Transferências da LC 61/1989	295.620,44	314.511,80	263.391,00	289.624,92	227.594,22	274.820,70	257.858,62	259.260,45	291.247,20	272.539,31	291.103,97	387.350,09	3.404.952,72	4.200.000,00
Transferências do FUNDEB	11.803.945,63	13.253.085,15	11.559.912,75	11.063.438,80	11.400.074,40	11.687.242,02	11.264.082,24	11.730.827,87	10.983.569,51	11.300.068,60	11.968.256,32	11.652.251,33	139.652.654,62	148.900.000,00
Outras Transferências Correntes	19.541.786,17	28.975.265,99	12.566.329,78	18.721.519,16	16.862.212,87	18.450.804,47	17.704.310,94	17.849.888,84	20.223.980,80	18.365.704,41	16.961.310,63	18.484.214,13	225.707.328,19	292.077.000,00
Outras Receitas Correntes	6.625.002,23	6.084.458,65	3.647.169,21	3.221.789,50	5.133.949,38	3.871.235,43	6.300.147,28	4.203.483,37	4.981.351,65	6.090.683,29	6.479.179,04	11.801.469,25	68.219.938,28	77.751.000,00
DEDUÇÕES (II)	9.784.356,17	11.224.403,42	12.385.395,38	8.858.774,17	8.904.079,21	9.185.909,24	12.309.456,78	9.963.961,67	9.764.679,28	9.972.762,21	10.125.357,86	9.376.738,44	121.735.873,63	118.538.000,00
Contribuição para Plano de Seguridade Social do Servidor	3.111.635,85	3.436.843,72	6.109.265,24	3.270.428,39	3.328.807,31	3.395.142,10	3.399.514,56	3.484.644,74	3.477.647,76	3.484.524,49	3.500.187,86	3.486.010,74	43.465.652,76	38.111.000,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	629.494,60	1.254.422,20	638.232,65	0,00	0,00	0,00	3.058.809,42	672.926,12	657.282,85	671.119,26	665.283,08	0,00	8.237.570,18	8.967.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	6.023.225,72	6.533.137,50	5.647.897,49	5.588.345,78	5.577.271,90	5.827.767,14	5.751.132,80	5.806.390,81	5.629.748,67	5.807.118,46	5.959.886,92	5.890.727,70	70.042.650,89	71.460.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	90.017.882,00	134.568.642,55	88.402.551,19	122.523.540,88	94.224.229,26	99.900.057,32	93.183.546,43	93.820.530,20	97.676.100,37	100.688.823,77	97.761.448,59	103.664.299,40	1.216.421.651,96	1.305.574.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP. Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão: 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão: 03h e 01m

**NAPOLÉÃO BERNARDES**  
Prefeito Municipal  
CPF 038.738.439-19

**RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL**  
Secretário Municipal de Fazenda  
CPF 033.008.809-20

**CLEYTON LUIS GRIESHABER**  
Contador - CRC/SC-0296360-1  
CPF 033.166.469-06

## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442786



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO**  
**REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO								
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016				
RECEITAS CORRENTES (I)	178.647.000,00	178.647.000,00		159.413.664,37			137.924.059,50	
Recargas de Contribuições dos Segurados	38.111.000,00	38.111.000,00		36.907.173,19			54.630.893,66	
Civil	38.111.000,00	38.111.000,00		36.907.173,19			54.630.893,66	
Ativo	35.805.000,00	35.805.000,00		34.492.937,76			52.700.733,30	
Inativo	2.129.000,00	2.129.000,00		2.252.739,34			1.790.126,67	
Pensionista	177.000,00	177.000,00		161.496,09			140.033,69	
Militar	0,00	0,00		0,00			0,00	
Ativo	0,00	0,00		0,00			0,00	
Inativo	0,00	0,00		0,00			0,00	
Pensionista	0,00	0,00		0,00			0,00	
Recargas de Contribuições Patronais	86.432.000,00	86.432.000,00		79.015.196,40			22.263.365,70	
Civil	51.136.000,00	51.136.000,00		40.163.104,22			0,00	
Ativo	51.136.000,00	51.136.000,00		40.163.104,22			0,00	
Inativo	0,00	0,00		0,00			0,00	
Pensionista	0,00	0,00		0,00			0,00	
Militar	0,00	0,00		0,00			0,00	
Ativo	0,00	0,00		0,00			0,00	
Inativo	0,00	0,00		0,00			0,00	
Pensionista	0,00	0,00		0,00			0,00	
Em Regime de Parcelamento de Débitos	35.296.000,00	35.296.000,00		38.852.092,18			22.263.365,70	
Recarga Patrimonial	44.882.000,00	44.882.000,00		36.588.488,30			54.297.061,30	
Recargas Imobiliárias	328.000,00	328.000,00		234.179,54			263.277,85	
Recargas de Valores Mobiliários	44.554.000,00	44.554.000,00		36.354.308,76			61.965.850,37	
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00		0,00			-7.932.066,92	
Recarga de Serviços	0,00	0,00		0,00			0,00	
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00		0,00			0,00	
Outras Receitas Correntes	9.222.000,00	9.222.000,00		6.902.806,48			6.732.738,84	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	8.967.000,00	8.967.000,00		6.353.653,38			6.262.320,52	
Demais Receitas Correntes	255.000,00	255.000,00		549.153,10			470.418,32	
RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00		0,00			0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	30.000,00	30.000,00		0,00			0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00		0,00			0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00			0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	178.677.000,00	178.677.000,00		159.413.664,37			137.924.059,50	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	159.366.000,00	159.366.000,00	115.214.175,72	99.375.287,47	114.708.076,25	99.066.449,22	0,00	253.538,58
Benefícios - Civil	154.842.000,00	154.842.000,00	112.982.726,77	0,00	112.982.726,77	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	154.842.000,00	154.842.000,00	97.143.360,19	0,00	97.143.360,19	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	12.194.775,04	0,00	12.194.775,04	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	3.644.591,54	0,00	3.644.591,54	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	4.524.000,00	4.524.000,00	2.231.448,95	99.375.287,47	1.725.349,48	99.066.449,22	0,00	253.538,58
Compensação Previdenciária do RGPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	4.524.000,00	4.524.000,00	2.231.448,95	99.375.287,47	1.725.349,48	99.066.449,22	0,00	253.538,58
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	159.366.000,00	159.366.000,00	115.214.175,72	99.375.287,47	114.708.076,25	99.066.449,22	0,00	253.538,58
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	19.311.000,00	19.311.000,00	44.199.488,65	38.548.772,03	44.705.588,12	38.857.610,28		
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES								
VALOR								0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
VALOR								19.311.000,00
APORTE DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Pré-definidos								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA							
			2017	2016				
Caixa e Equivalentes de Caixa			41.328,56	142.829,17				
Investimentos e Aplicações			424.565.680,28	387.821.607,91				
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00				

Continua (1/2)





**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO**  
**REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

Continuação (2/2)

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO FINANCEIRO									
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS						
			Até o Bimestre / 2017			Até o Bimestre / 2016			
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00		0,00		0,00		0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00		0,00		0,00		0,00	
Civil		0,00		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00		0,00	
Militar		0,00		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00		0,00	
Receita de Contribuições Patronais		0,00		0,00		0,00		0,00	
Civil		0,00		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00		0,00	
Militar		0,00		0,00		0,00		0,00	
Ativo		0,00		0,00		0,00		0,00	
Inativo		0,00		0,00		0,00		0,00	
Pensionista		0,00		0,00		0,00		0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00		0,00		0,00		0,00	
Receita Patrimonial		0,00		0,00		0,00		0,00	
Receitas Imobiliárias		0,00		0,00		0,00		0,00	
Receitas de Valores Mobiliários		0,00		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas Patrimoniais		0,00		0,00		0,00		0,00	
Receita de Serviços		0,00		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes		0,00		0,00		0,00		0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00		0,00		0,00		0,00	
Demais Receitas Correntes		0,00		0,00		0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (IX)		0,00		0,00		0,00		0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00		0,00		0,00		0,00	
Amortização de Empréstimos		0,00		0,00		0,00		0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00		0,00		0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (X) = (VIII + IX)		0,00		0,00		0,00		0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016	
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTE DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS		APORTES REALIZADOS							
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00							
Recursos para Formação de Reserva		0,00							

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 03h e 02m

\_\_\_\_\_  
 NAPOLEÃO BERNARDES  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
 RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

\_\_\_\_\_  
 CLEYTON LUIS GRIESHABER  
 Contador - CRC/SC-029636/0-1  
 CPF 033.166.469-06

**RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI**

Publicação Nº 1442789



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A OUTUBRO / 2017 <>> BIMESTRE SETEMBRO / OUTUBRO**

RREO - Anexo 5 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	31/Dez/2016 (a)	31/Ago/2017 (b)	31/Out/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	273.528.808,09	334.416.294,89	333.384.710,14
DEDUÇÕES (II)	72.791.126,34	118.290.469,55	117.892.563,65
Disponibilidade de Caixa	62.297.933,00	107.772.869,86	107.089.837,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	100.304.813,90	108.651.480,74	107.875.391,16
(-) Restos a Pagar Processados	38.006.880,90	878.610,88	785.553,87
Haveres Financeiros	10.493.193,34	10.517.599,69	10.802.726,36
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	200.737.681,75	216.125.825,34	215.492.146,49
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	200.737.681,75	216.125.825,34	215.492.146,49

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
RESULTADO NOMINAL	-633.678,85	14.754.464,74

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	11.341.972,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 03h e 03m

\_\_\_\_\_  
 NAPOLEÃO BERNARDES  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
 RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

\_\_\_\_\_  
 CLEYTON LUIS GRIESHABER  
 Contador - CRC/SC-029636/0-1  
 CPF 033.166.469-06

## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442792



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

**JANEIRO A OUTUBRO / 2017 <>> BIMESTRE SETEMBRO / OUTUBRO**

RREO - Anexo 6 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ Reais

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	1.384.734.000,00	1.065.274.911,41	954.460.553,82
Receita Tributária	328.897.000,00	276.973.739,61	249.521.645,44
IPTU	66.000.000,00	64.689.585,21	61.049.624,37
ISS	132.200.000,00	106.910.540,52	95.913.132,96
ITBI	30.500.000,00	21.627.745,99	22.228.454,46
IRRF	42.500.000,00	41.572.798,52	32.649.340,24
Outras Receitas Tributárias	57.697.000,00	42.173.069,37	37.681.093,41
Receita de Contribuições	149.113.000,00	136.017.838,46	96.171.531,20
Receita Previdenciária	124.723.000,00	116.062.739,89	77.017.100,38
Outras Contribuições	24.390.000,00	19.955.098,57	19.154.430,82
Receita Patrimonial Líquida	13.954.000,00	80.704,32	-6.166.322,03
Receita Patrimonial	70.177.000,00	50.450.191,43	65.457.921,29
Aplicações Financeiras (-)	56.223.000,00	50.369.487,11	71.624.243,32
Transferências Correntes	727.277.000,00	520.785.803,77	496.109.393,99
FPM	47.100.000,00	39.264.896,97	35.700.566,18
ICMS	200.800.000,00	159.309.727,59	149.264.978,76
IPVA	35.200.000,00	31.103.136,35	29.736.957,30
Convênios	27.706.000,00	4.173.876,37	3.131.140,91
Outras Transferências Correntes	416.471.000,00	286.934.166,49	278.275.750,84
Demais Receitas Correntes	165.493.000,00	131.416.825,25	118.824.305,22
Dívida Ativa	15.523.100,00	16.552.259,82	9.022.702,56
Diversas Receitas Correntes	149.969.900,00	114.864.565,43	109.801.602,66
RECEITAS DE CAPITAL (II)	702.872.000,00	41.812.126,20	55.343.250,50
Operações de Crédito (III)	374.481.000,00	36.770.604,64	33.263.719,54
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	86.000,00	0,00	414.640,00
Transferências de Capital	328.305.000,00	5.041.521,56	21.664.890,96
Convênios	327.005.000,00	4.503.421,18	14.164.405,09
Outras Transferências de Capital	1.300.000,00	538.100,38	7.500.485,87
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	328.305.000,00	5.041.521,56	21.664.890,96
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	1.713.039.000,00	1.070.316.432,97	976.125.444,78

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCR. EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bim./2017	Até o Bim./2016	Até o Bim./2017	Até o Bim./2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.358.293.686,35	1.113.995.309,70	998.600.224,86	989.472.890,67	888.516.990,89	124.522.419,03	36.067.981,53
Pessoal e Encargos Sociais	675.799.016,56	558.986.420,30	478.572.293,66	558.913.146,49	478.323.907,83	73.273,81	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	10.607.440,13	9.289.049,27	8.637.420,12	9.289.049,27	8.637.420,12	0,00	0,00
Outras de Despesas Correntes	671.887.229,66	545.719.840,13	511.390.511,08	421.270.694,91	401.555.662,94	124.449.145,22	36.067.981,53
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.347.686.246,22	1.104.706.260,43	989.962.804,74	980.183.841,40	879.879.570,77	124.522.419,03	36.067.981,53
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	822.438.535,01	129.305.316,83	144.619.194,02	80.081.336,81	102.334.352,23	49.223.980,02	15.295.849,08
Investimentos	786.515.975,14	97.621.009,81	106.154.944,19	48.397.029,79	63.870.102,40	49.223.980,02	15.295.849,08
Inversões Financeiras	3.500.000,00	0,00	1.995.317,43	0,00	1.995.317,43	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	3.500.000,00	0,00	1.995.317,43	0,00	1.995.317,43	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	32.422.559,87	31.684.307,02	36.468.932,40	31.684.307,02	36.468.932,40	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	790.015.975,14	97.621.009,81	108.150.261,62	48.397.029,79	65.865.419,83	49.223.980,02	15.295.849,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	204.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	19.311.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	2.157.217.721,36	1.202.327.270,24	1.098.113.066,36	1.028.580.871,19	945.744.990,60	173.746.399,05	51.363.830,61
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	-444.178.721,36	-132.010.837,27	-121.987.621,58	41.735.561,78	30.380.454,18	-173.746.399,05	-51.363.830,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	49.739.687,04	51.118.723,88	49.739.687,04	51.118.723,88	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
------------------------------	----------------

Meta de Resultado Primário Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência

-401.906.000,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 03h e 06m

\_\_\_\_\_  
 NAPOLEÃO BERNARDES  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
 RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

\_\_\_\_\_  
 CLEYTON LUIS GRIESHABER  
 Contador - CRC/SC-029636/0-1  
 CPF 033.166.469-06



## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442796



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO**

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. ENÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES			RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Reais	
	Inscritos		Saldo (a)	Inscritos		Liquidades	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016		Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
Restos a Pagar (Exceção Intra-orçamentários) (I)	575.253,89	29.585.941,97	29.760.493,18	629.062,29	51.356.433,31	39.519.596,03	39.095.344,96	9.194.310,06	3.695.840,58	4.062.733,38
Executivo	575.253,89	29.584.203,52	29.758.754,73	629.062,29	51.344.663,31	39.514.213,88	39.089.962,81	9.187.922,21	3.695.840,58	4.062.733,38
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	0,00	28.415,26	28.415,26	0,00	380.065,62	485.747,24	485.747,24	34.318,38	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE	0,00	100,00	100,00	0,00	50.109,91	43.818,55	43.818,55	6.291,36	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	14.496,68	14.496,68	0,00	0,00	1.012,64	1.012,64	37,11	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	17.540,12	78.557,85	92.441,85	12.971,04	148.068,69	114.425,57	114.425,57	45.557,50	1.056,66	4.226,58
FUNDAÇÃO PROMOT DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	201.065,60	283.138,51	283.457,15	87.579,90	261.371,28	239.057,02	239.057,02	22.314,26	87.579,90	308.326,86
FUNDO MUNIC. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	0,00	21.559,64	20.049,64	0,00	740,47	632,47	632,47	106,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	387.672,57	378.471,27	0,00	680.185,24	615.505,49	615.376,23	60.309,75	4.499,26	4.499,26
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	3.304.336,63	3.302.875,13	0,00	22.336.064,29	17.537.401,99	17.537.401,99	4.220.014,21	578.648,09	578.648,09
GABINETE DO PREFEITO	0,00	32.947,60	32.947,60	0,00	37.566,15	25.568,38	25.568,38	11.997,77	0,00	0,00
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	20.641,47	20.641,47	0,00	14.773,93	7.986,26	7.986,26	6.777,67	0,00	0,00
INSTITUTO SEGUR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU	0,00	1.097.252,25	1.091.662,25	0,00	253.538,58	215.254,20	215.254,20	40.836,85	130,35	5.720,35
INTENDENCIA DISTRIAL DE VILA ITUPAVA	0,00	55.471,17	55.471,17	0,00	216.430,48	75.433,27	75.433,27	140.997,21	0,00	0,00
INTENDENCIA DISTRIAL DO GRANDE GARCIA	0,00	2.331,47	2.331,47	0,00	455,80	3.000,00	3.000,00	2.247,83	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	20.684,88	20.684,88	0,00	11.232,48	5.528,11	5.528,11	5.704,37	0,00	0,00
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	291.091,84	291.060,74	31,10	14.586,52	798.768,19	798.768,19	86.999,02	2.292,37	2.292,37
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	0,00	83.966,75	83.966,75	0,00	204.723,08	172.893,46	172.893,46	3.423,51	28.406,11	28.406,11
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	59.400,00	1.395.111,81	1.454.511,81	0,00	43.333,07	1.447.471,02	1.447.471,02	43.333,07	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	20.369,30	705.726,05	705.726,05	0,00	320.992,02	115.414,47	115.414,47	205.577,55	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	283.534,84	283.534,84	0,00	0,00	3.244,00	3.244,00	67.348,13	680,00	680,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	8.588,50	12.728,97	21.317,47	0,00	163.412,94	7.521,49	7.521,49	6.129,03	173.290,36	173.290,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.403,50	222.519,63	224.173,13	750,00	299.537,46	97.234,62	97.234,62	194.924,82	7.378,02	7.378,02
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	14.591.077,31	14.591.076,64	0,67	12.093,39	4.998.830,60	1.304.113,64	1.409.794,21	2.297.016,14	2.297.016,14
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	193.114,80	1.270.597,53	1.463.712,33	0,00	63.272,52	10.096.235,69	8.463.810,42	1.684.517,10	415.536,18	415.536,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	0,00	32.247,46	32.247,46	0,00	0,00	59.976,63	59.976,63	62.721,20	6.225,76	6.225,76
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	1.509,90	3.025.899,43	3.027.409,33	0,00	22.425,50	1.605.201,67	1.588.794,04	674.182,04	17.245,86	17.245,86
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	1.094,61	1.094,61	0,00	68.248,79	36.377,21	36.377,21	5.366,35	38.835,59	38.835,59
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	761,52	663.660,04	642.170,56	0,00	528.603,89	498.467,59	498.467,59	9.076,02	21.060,28	43.311,28

Continua (1/3)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO**

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER /ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)		
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos		Cancelados	
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	70.500,65	1.657.341,47	1.612.707,19	0,01	115.134,92	0,00	5.684.796,62	5.531.820,08	5.531.820,08	137.016,89	15.959,65	131.084,57
Legislativo	0,00	1.738,45	1.738,45	0,00	0,00	0,00	11.770,00	5.382,15	5.382,15	6.387,85	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU	0,00	1.738,45	1.738,45	0,00	0,00	0,00	11.770,00	5.382,15	5.382,15	6.387,85	0,00	0,00
Restos a Pagar (intra-orçamentários) (II)	0,00	8.955.237,15	877.959,26	8.077.277,89	0,00	0,00	7.397,30	6.487,70	6.487,70	909,60	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	575.253,89	38.541.179,12	30.638.452,44	8.111.087,77	366.892,80	629.062,29	51.363.830,61	39.526.083,73	39.101.832,66	9.195.219,66	3.695.840,58	4.062.733,38

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Pagos	Cancelados		Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				
Restos a Pagar Intra-orçamentários	0,00	8.955.237,15	877.950,26	8.077.277,89	0,00	0,00	7.397,30	6.487,70	6.487,70	909,60	0,00
Executivo	0,00	8.871.206,69	793.928,80	8.077.277,89	0,00	0,00	7.397,30	6.487,70	6.487,70	909,60	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU	0,00	39.219,44	0,00	0,00	0,00	0,00	269,22	250,14	19,08	0,00	0,00
FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	457,22	318,12	139,10	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	106,92	193,08	0,00	-0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	62.374,45	62.374,45	0,00	0,00	0,00	706,18	147,84	558,34	0,00	-0,00
FUNDAÇÃO PROMOT. DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB	0,00	15.302,46	15.302,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	8.071.501,04	0,00	8.071.501,04	0,00	0,00	5.664,68	5.664,68	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO SEGUR. SOCIAL DO SERVIDOR DE BNAU - ISSBLU	0,00	12.299,86	12.299,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTENDENCIA DISTRIITAL DE VILA ITUPAIVA	0,00	231,99	231,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTENDENCIA DISTRIITAL DO GRANDE GARCIA	0,00	131,01	131,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	0,00	89,43	89,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.890,84	1.890,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	0,00	95,37	95,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	0,00	1.800,83	1.800,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	41.884,32	41.884,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	1.079,81	1.079,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (2/3)





**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO A OUTUBRO**

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 7 (LRF, Art. 53, inciso V)

Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROC. E NÃO PROC. LIQUID. EM EXERC. ANTERIORES			RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016							
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	263,34	0,00	0,00	263,34	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUTON. MUN. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB	0,00	173.742,81	0,00	0,00	173.742,81	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE	0,00	449.299,69	0,00	5.776,85	443.522,84	0,00	0,00	0,00	0,00
Legislativo	0,00	84.030,46	0,00	0,00	84.030,46	0,00	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU	0,00	84.030,46	0,00	0,00	84.030,46	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL Intra-orçamentários	0,00	8.955.237,15	0,00	8.077.277,89	877.959,26	6.487,70	6.487,70	909,60	0,00

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 03h e 09m

NAPOLEÃO BERNARDES  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

CLEYTON LUIS GRIESHABER  
 Contador - CRC/SC-029636/0-1  
 CPF 033.166.469-06

## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442799



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art.212 da Constituição)	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	285.800.000,00	285.800.000,00	249.980.824,37	87,47%
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	76.900.000,00	76.900.000,00	76.756.023,02	99,81%
1.1.1 - IPTU	66.000.000,00	66.000.000,00	64.689.585,21	98,01%
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	10.900.000,00	10.900.000,00	12.066.437,81	110,70%
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	30.800.000,00	30.800.000,00	21.761.512,27	70,65%
1.2.1 - ITBI	30.500.000,00	30.500.000,00	21.627.745,99	70,91%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	300.000,00	300.000,00	133.766,28	44,59%
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	135.600.000,00	135.600.000,00	109.890.490,56	81,04%
1.3.1 - ISS	132.200.000,00	132.200.000,00	106.910.540,52	80,87%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.400.000,00	3.400.000,00	2.979.950,04	87,65%
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.500.000,00	42.500.000,00	41.572.798,52	97,82%
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	358.800.000,00	358.800.000,00	289.989.103,17	80,82%
2.1 - Cota-Parte FPM	58.500.000,00	58.500.000,00	48.441.707,29	82,81%
2.1.1 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea b	57.000.000,00	57.000.000,00	45.884.054,33	80,50%
2.1.2 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00%
2.1.3 - Parcela Referente à CF, art.159, I, alínea e	1.500.000,00	1.500.000,00	2.557.652,96	170,51%
2.2 - Cota-Parte ICMS	251.000.000,00	251.000.000,00	199.137.158,37	79,34%
2.3 - ICMS - Desoneração - LC 87/1996	1.000.000,00	1.000.000,00	713.448,20	71,34%
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	4.200.000,00	4.200.000,00	2.794.820,48	66,54%
2.5 - Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	23.049,40	23,05%
2.6 - Cota-Parte IPVA	44.000.000,00	44.000.000,00	38.878.919,43	88,36%
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00%
3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	644.600.000,00	644.600.000,00	539.969.927,54	83,77%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	37.906.000,00	37.906.000,00	15.693.668,84	41,40%
5.1 - Transferências do Salário-Educação	15.000.000,00	15.000.000,00	12.041.400,75	80,28%
5.2 - Transferências Diretas PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
5.3 - Transferências Diretas PNAE	4.583.000,00	4.583.000,00	2.169.393,06	47,34%
5.4 - Transferências Diretas PNATE	162.000,00	162.000,00	67.249,12	41,51%
5.5 - Outras Transferências do FNDE	17.920.000,00	17.920.000,00	1.124.220,72	6,27%
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	241.000,00	241.000,00	291.405,19	120,92%
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	14.165.000,00	14.165.000,00	818.327,14	5,78%
6.1 - Transferências de Convênios	14.155.000,00	14.155.000,00	818.327,14	5,78%
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00%
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	52.071.000,00	52.071.000,00	16.511.995,98	31,71%

<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	71.460.000,00	71.460.000,00	57.486.290,04	80,45%
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB (20% de 2.1.1)	11.400.000,00	11.400.000,00	9.176.810,87	80,50%
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB (20% de 2.2)	50.200.000,00	50.200.000,00	39.827.431,67	79,34%
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB (20% de 2.3)	200.000,00	200.000,00	142.689,64	71,34%
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB (20% de 2.4)	840.000,00	840.000,00	558.964,10	66,54%
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB (20% de 1.5 + 2.5)	20.000,00	20.000,00	4.609,88	23,05%
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB (20% de 2.6)	8.800.000,00	8.800.000,00	7.775.783,89	88,36%
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	149.200.000,00	149.200.000,00	114.806.866,31	76,95%
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	148.900.000,00	148.900.000,00	114.595.723,84	76,96%
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	300.000,00	300.000,00	211.142,47	70,38%

Continua (1/3)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

Continuação (2/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

FUNDEB								
RECEITAS DO FUNDEB	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS					
			Até o Bimestre (b)		% (c)=(b/a)x100			
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	77.440.000,00	77.440.000,00	57.109.433,80		73,75%			
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 57.109.433,80								
DESPESAS DO FUNDEB	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100		
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	137.327.000,00	137.327.000,00	107.929.676,87	78,59%	107.929.676,87	78,59%		0,00
13.1 - Com Educação Infantil	65.800.000,00	65.800.000,00	56.109.954,26	85,27%	56.109.954,26	85,27%		0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	71.527.000,00	71.527.000,00	51.819.722,61	72,45%	51.819.722,61	72,45%		0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	11.895.000,00	11.895.000,00	9.083.601,52	76,36%	8.835.957,41	74,28%		247.644,11
14.1 - Com Educação Infantil	6.300.000,00	7.150.000,00	5.231.829,11	73,17%	4.984.185,00	69,71%		247.644,11
14.2 - Com Ensino Fundamental	5.595.000,00	4.745.000,00	3.851.772,41	81,18%	3.851.772,41	81,18%		0,00
15 - TOTAL DAS DESPESA DO FUNDEB (13 + 14)	149.222.000,00	149.222.000,00	117.013.278,39	78,42%	116.765.634,28	78,25%		247.644,11
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					Valor			
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB								0,00
16.1 - FUNDEB 60%								0,00
16.2 - FUNDEB 40%								0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB								0,00
17.1 - FUNDEB 60%								0,00
17.2 - FUNDEB 40%								0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)								0,00
INDICADORES DO FUNDEB					Valor			
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)								116.765.634,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) * 100)%								94,01%
19.2 - Máximo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) * 100)%								7,70%
19.3 - Máximo de 5% não aplicado no exercício (100 - (19.1 - 19.2))%								-1,71%
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					Valor			
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS								0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017								0,00

**ATENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUN**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100		
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	139.811.000,00	143.769.007,15	113.451.112,16	78,91%	101.967.082,65	70,92%		11.484.029,51
22.1 - Creches	127.260.000,00	132.837.007,15	104.258.423,83	78,49%	95.199.565,09	71,67%		9.058.858,74
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	72.100.000,00	72.950.000,00	61.341.783,37	84,09%	61.094.139,26	83,75%		247.644,11
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	55.160.000,00	59.887.007,15	42.916.640,46	71,66%	34.105.425,83	56,95%		8.811.214,63
22.2 - Pré-escola	12.551.000,00	10.932.000,00	9.192.688,33	84,09%	6.767.517,56	61,91%		2.425.170,77
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	12.551.000,00	10.932.000,00	9.192.688,33	84,09%	6.767.517,56	61,91%		2.425.170,77
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	131.548.000,00	136.621.850,31	110.113.464,32	80,60%	101.133.996,84	74,02%		8.979.467,48
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	77.122.000,00	76.272.000,00	55.671.495,02	72,99%	55.671.495,02	72,99%		0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	54.426.000,00	60.349.850,31	54.441.969,30	90,21%	45.462.501,82	75,33%		8.979.467,48
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		0,00
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%		0,00
27 - OUTRAS	12.792.000,00	9.256.142,54	20.001.161,06	216,09%	19.604.578,91	211,80%		396.582,15
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	286.151.000,00	289.647.000,00	243.565.737,54	84,09%	222.705.658,40	76,99%		20.860.079,14
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					Valor			
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (12)								57.109.433,80
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO								0,00

Continua (2/3)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO-MDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017 / BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

Continuação (3/3)

RREO - Anexo 8 (LDB, art. 72)

R\$ Reais

**ATENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUN**

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
31 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (49)	211.142,47
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
33 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
35 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (46 g)	1.168.795,11
36 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)	58.489.371,38
37 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - 36)	144.611.708,11
38 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	26,78%

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	15.080.000,00	15.080.000,00	13.411.364,43	88,93%	10.119.248,44	67,10%	3.292.115,99
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
42 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	36.991.000,00	38.602.637,56	4.974.294,51	12,89%	4.262.808,79	11,04%	711.485,72
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	52.071.000,00	53.682.637,56	18.385.658,94	34,25%	14.382.057,23	26,79%	4.003.601,71
44 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	338.222.000,00	343.329.637,56	261.951.396,48	76,30%	237.087.715,63	69,06%	24.863.680,85

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	Saldo Até o Bimestre	Cancelado em 2017 (j)
45 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	8.486,35	1.168.795,11
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	8.486,35	1.168.795,11
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	Salário Educação
46 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	650.630,82	1.488.348,74
47 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	114.595.723,84	12.041.400,75
48 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	115.770.810,03	10.552.828,45
48.1 - Orçamento do Exercício	115.770.810,03	10.116.158,94
48.2 - Restos a Pagar	0,00	436.669,51
49 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	211.142,47	134.055,05
50 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-313.312,90	3.110.976,09
51 - (+) Ajustes	0,00	3.103,56
51.1 - Retenções	0,00	3.103,56
51.2 - Conciliação Bancária	0,00	0,00
52 - SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	-313.312,90	3.114.079,65

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 03h e 13m

\_\_\_\_\_  
 NAPOLEÃO BERNARDES  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
 RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

\_\_\_\_\_  
 CLEYTON LUIS GRIESHABER  
 Contador - CRC/SC-029636/0-1  
 CPF 033.166.469-06

## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442806



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017**

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (b)	% ((b/a) x 100)
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	286.700.000,00	286.700.000,00	249.980.824,37	87,19%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	66.000.000,00	66.000.000,00	64.689.585,21	98,01%
Imposto Sobre a Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.500.000,00	30.500.000,00	21.627.745,99	70,91%
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	132.200.000,00	132.200.000,00	106.910.540,52	80,87%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	42.500.000,00	42.500.000,00	41.572.798,52	97,82%
Imposto Territorial Urbano - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	300.000,00	300.000,00	91.085,49	30,36%
Dívida Ativa dos Impostos	14.900.000,00	14.900.000,00	15.087.744,78	101,26%
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	300.000,00	300.000,00	1.323,86	0,44%
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	357.300.000,00	357.300.000,00	287.431.450,21	80,45%
Cota-Parte FPM	57.000.000,00	57.000.000,00	45.884.054,33	80,50%
Cota-Parte ITR	100.000,00	100.000,00	23.049,40	23,05%
Cota-Parte IPVA	44.000.000,00	44.000.000,00	38.878.919,43	88,36%
Cota-Parte ICMS	251.000.000,00	251.000.000,00	199.137.158,37	79,34%
Cota-Parte IPI-Exportação	4.200.000,00	4.200.000,00	2.794.820,48	66,54%
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	1.000.000,00	1.000.000,00	713.448,20	71,34%
Desoneração ICMS (LC 87/96)	1.000.000,00	1.000.000,00	713.448,20	71,34%
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) =</b>	<b>644.000.000,00</b>	<b>644.000.000,00</b>	<b>537.412.274,58</b>	<b>83,45%</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	Previsão inicial	Previsão atualizada (c)	Receitas realizadas	
			Até o bimestre (d)	% ((d/c) x 100)
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	235.897.000,00	235.897.000,00	152.326.155,98	64,57%
Provenientes da União	203.766.000,00	203.766.000,00	145.764.644,17	71,54%
Provenientes dos Estados	30.922.000,00	30.922.000,00	5.621.981,90	18,18%
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas do SUS	1.209.000,00	1.209.000,00	939.529,91	77,71%
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	11.260,10	100,00%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.032.000,00	1.032.000,00	1.394.400,76	135,12%
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>236.929.000,00</b>	<b>236.929.000,00</b>	<b>153.731.816,84</b>	<b>64,89%</b>

DESPESAS COM SAÚDE	Dotação inicial	Dotação atualizada (e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (f)	% ((f/e) x 100)	Até o bimestre (g)	% ((g/e) x 100)	
DESPESAS CORRENTES	375.557.000,00	382.528.164,73	332.643.511,80	86,96%	280.982.014,01	73,45%	51.661.497,79
Pessoal e Encargos Sociais	134.124.000,00	135.878.862,96	129.949.999,69	95,64%	129.949.999,69	95,64%	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras Despesas Correntes	241.433.000,00	246.649.301,77	202.693.512,11	82,18%	151.032.014,32	61,23%	51.661.497,79
DESPESAS DE CAPITAL	15.440.000,00	14.281.304,67	3.752.337,21	26,27%	1.634.449,84	11,44%	2.117.887,37
Investimentos	15.440.000,00	14.281.304,67	3.752.337,21	26,27%	1.634.449,84	11,44%	2.117.887,37
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>390.997.000,00</b>	<b>396.809.469,40</b>	<b>336.395.849,01</b>	<b>84,78%</b>	<b>282.616.463,85</b>	<b>71,22%</b>	<b>53.779.385,16</b>

Continua (1/2)





**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017**

Continuação (2/2)

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

Reais

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (h)	% ((h/IVf) x 100)	Até o bimestre (i)	% ((i/IVg) x 100)	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	880.347,73	0,26%	880.347,73	0,31%	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	236.928.000,00	241.640.469,40	186.662.197,27	55,49%	141.029.972,69	49,90%	45.632.224,58
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	216.880.000,00	220.884.658,00	183.194.164,53	54,46%	139.235.184,12	49,27%	43.958.980,41
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outros Recursos	20.048.000,00	20.755.811,40	3.468.032,74	1,03%	1.794.788,57	0,64%	1.673.244,17
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	8.162.036,42	2,43%	8.162.036,42	2,89%	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>236.928.000,00</b>	<b>241.640.469,40</b>	<b>195.704.581,42</b>	<b>58,18%</b>	<b>150.072.356,84</b>	<b>53,10%</b>	<b>45.632.224,58</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>154.069.000,00</b>	<b>155.169.000,00</b>	<b>140.691.267,59</b>	<b>41,82%</b>	<b>132.544.107,01</b>	<b>46,90%</b>	<b>8.147.160,58</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%</b>							<b>24,66%</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - ((15 x IIIb)/100)]</b>							<b>51.932.265,82</b>

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	Inscritos	Cancelados/ prescritos	Pagos	A pagar	Parcela considerada no limite
Inscritos em 2016	33.676.578,54	12.291.831,40	20.806.099,05	578.648,09	22.327.662,83
Inscritos em 2015	41.735.328,13	6.283.569,60	35.451.758,53	0,00	26.276.702,55
Inscritos em 2014	37.372.771,77	6.173.380,17	31.199.391,60	0,00	32.272.697,70
Inscritos em 2013	9.053.027,72	606.182,68	8.446.845,04	0,00	5.386.818,70
Inscritos em 2012	4.556.464,60	398.321,35	4.158.143,25	0,00	3.838.175,66
Exercícios anteriores ao de referência - Somatório	36.802.494,96	2.392.428,57	34.410.066,39	0,00	22.172.642,46
<b>Total</b>	<b>163.196.665,72</b>	<b>28.145.713,77</b>	<b>134.472.303,86</b>	<b>578.648,09</b>	<b>112.274.699,90</b>

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE - ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo final (não aplicado)
<b>Total (VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 e 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo final (não aplicado)
<b>Total (IX)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			Até o bimestre (l)	% ((l/total l) x 100)	Até o bimestre (m)	% ((m/total m) x 100)	
Atenção Básica	189.937.000,00	194.612.025,36	165.270.157,31	49,13%	156.264.901,70	55,29%	9.005.255,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	197.249.000,00	197.384.849,00	167.508.349,57	49,80%	123.027.482,97	43,53%	44.480.866,60
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Vigilância Sanitária	1.226.000,00	1.564.453,10	1.085.914,31	0,32%	1.003.284,00	0,35%	82.630,31
Vigilância Epidemiológica	1.455.000,00	2.098.141,94	1.613.214,65	0,48%	1.402.582,01	0,50%	210.632,64
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Outras subfunções	1.130.000,00	1.150.000,00	918.213,17	0,27%	918.213,17	0,32%	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>390.997.000,00</b>	<b>396.809.469,40</b>	<b>336.395.849,01</b>	<b>84,78%</b>	<b>282.616.463,85</b>	<b>71,22%</b>	<b>53.779.385,16</b>

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 03h e 18m

\_\_\_\_\_  
**NAPOLEÃO BERNARDES**  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
**RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL**  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

\_\_\_\_\_  
**CLEYTON LUIS GRIESHABER**  
 Contador - CRC/SC-029636/0-1  
 CPF 033.166.469-06

## RELATORIOS LRF - RREO 5º BIM 2017 - SEGEFI

Publicação Nº 1442810



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		2.143.829.000,00			
Previsão Atualizada		2.143.829.000,00			
Receitas Realizadas		1.157.456.524,72			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		49.739.687,04			
DESPESAS					
Dotação Inicial		2.124.518.000,00			
Créditos Adicionais		56.418.721,36			
Dotação Atualizada		2.180.936.721,36			
Despesas Empenhadas		1.243.300.626,53			
Despesas Liquidadas		1.069.554.227,48			
Despesas Pagas		1.030.623.697,07			
Superávit Orçamentário		87.902.297,24			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		1.243.300.626,53			
Despesas Liquidadas		1.069.554.227,48			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		1.216.421.651,96			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Geral de Previdência Social					
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		0,00			
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Receitas					
Previdenciárias Realizadas(IV)		159.413.664,37			
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		114.708.076,25			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		44.705.588,12			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		11.341.972,00	14.754.464,74	130,09%	
Resultado Primário		-401.906.000,00	41.735.561,78	-10,38%	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		39.116.433,01	8.111.087,77	30.638.452,44	366.892,80
Poder Executivo		39.030.664,10	8.111.087,77	30.552.683,53	366.892,80
Poder Legislativo		85.768,91	0,00	85.768,91	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		51.992.892,90	9.195.219,66	39.101.832,66	3.695.840,58
Poder Executivo		51.981.122,90	9.188.831,81	39.096.450,51	3.695.840,58
Poder Legislativo		11.770,00	6.387,85	5.382,15	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		91.109.325,91	17.306.307,43	69.740.285,10	4.062.733,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		144.611.708,11	25,00%	26,78%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino		107.929.676,87	60,00%	94,01%	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo Não Realizado	
Receita de Operação de Crédito		36.770.604,64		337.710.395,36	
Despesa de Capital Líquida		80.081.336,81		742.357.198,20	

Continua (1/2)



**CONSOLIDAÇÃO GERAL MUNICÍPIO DE BLUMENAU**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017**

Continuação (2/2)

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Reais

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício 2016	10º Exercício 2025	20º Exercício 2035	35º Exercício 2050
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias (IV)	97.944.595,10	273.923.140,30	359.941.396,56	318.980.323,14
Despesas Previdenciárias (V)	82.547.675,80	166.588.023,44	245.622.436,48	260.411.278,75
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	15.396.919,30	107.335.116,86	114.318.960,08	58.569.044,39
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	86.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			41.753,72	137.512,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	132.544.107,01	15,00%	24,66%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL (%)	0,00%			

Fonte: Sistema Thema/GRP, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Blumenau, Data da emissão 30 de Novembro de 2017 e hora da emissão 03h e 51m

\_\_\_\_\_  
 NAPOLEÃO BERNARDES  
 Prefeito Municipal  
 CPF 038.738.439-19

\_\_\_\_\_  
 RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL  
 Secretário Municipal da Fazenda  
 CPF 033.008.809-20

\_\_\_\_\_  
 CLEYTON LUIS GRIESHABER  
 Contador - CRC/SC-029636/0-1  
 CPF 033.166.469-06

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### PR 07/2017 FMS

Publicação Nº 1441775

FMS / Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 14/2017

Modalidade: Pregão presencial 07/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS, INSUMOS E MATERIAIS EM ITENS REMANESCENTES PARA O ANO 2017 E 2018

Forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia 14/12/2017 às 13horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 30 de novembro de 2017.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

# Bom Jesus do Oeste

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO EXONERAÇÃO Nº 158.DOC

Publicação Nº 1442777

DECRETO LEGISLATIVO Nº158 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção II (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 13, inciso III da Lei orgânica, cominado com o inciso XXX, do artigo 44 do Regimento

#### DECRETA:

Art. 1º - Tendo em vista a realização do Concurso Público de nº 01/2017 para o Cargo de Controlador Interno para ocupar de forma efetiva a vaga no lugar do servidor Ricardo Luiz Copini e tendo em vista que este era somente contratado por livre nomeação do Presidente e tendo em vista ainda a legalidade de ocupar o cargo aquele que foi aprovado no Concurso para atuar no Cargo de Controlador Interno, fica pelo presente Decreto Exonerado a partir da data de 30/11/2017 o Servidor RICARDO LUIZ COPINI, matrícula nº 329/1, Portador do CPF/MF sob o nº 078.506.489-35 com Lotação junto a Câmara Municipal de Vereadores em que ocupava o Cargo de Controlador Interno.

Art. 2 - Este Decreto Legislativo entrar em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 30 de novembro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO  
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Elmer Zimmermann  
1º Secretário da Mesa Diretora

Art. 1º Pelo presente Decreto Legislativo fica nomeada a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 01/2017, da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste- SC, objetivando o preenchimento temporário do cargo do quadro de pessoal do Poder Legislativo composto pelos membros Adriana Estefani, Leonir Lamb, Fernando Melchior e Ismael Antonio Hann sob a presidente da primeira.

§ 1º A Comissão Especial nomeada pelo presente Decreto Legislativo terá a competência para acompanhar a organização, coordenação, fiscalização e deliberação sobre todas as fases para a realização do Processo Seletivo.

§ 2º Caso se faça necessário, a Comissão Especial poderá requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias à consecução do objetivo proposto, submetendo tais requerimentos à apreciação da Presidência da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Os membros da Comissão Especial ora nomeados não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação adicional pela respectiva nomeação, sendo considerado prestação de serviço relevante ao Poder Legislativo.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste SC, 30 de Novembro de 2017.

ANTONIO NASCIMENTO  
Presidente da Câmara

Registrado e publicado em data supra.

Elmer Zimmermann  
1º Secretário da Mesa Diretora

### DECRETO LEGISLATIVO N. 1572017.NOMEIA COMISSAO PROCESSO SELETIVO.DOCX

Publicação Nº 1442684

DECRETO LEGISLATIVO Nº157/17, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO N. 01/2017 PARA PREENCHIMENTO DE CARGOS DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO DE BOM JESUS DO OESTE-SC E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS" ANTONIO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 220/2017

Publicação Nº 1442576

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 220/2017 Ata de Registro de Preços nº 01/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Qualifar Farmácia & Manipulação Ltda. ME.

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Similar: R\$ 7.342,80 (sete mil trezentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

Bom Retiro, 01 de dezembro de 2017.

Vilmar Jose Neckel

Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 197 A 2017

Publicação Nº 1441930

PORTARIA Nº 197 / A /2017

"Demite Empregado temporário do Quadro de Empregados Públicos do Município de Botuverá".

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando:

1- TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO;

Resolve:

Art. 1º- Demitir o (a) empregado (a) temporário (a) Sr.(a) SAMARA DOS SANTOS, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 08/11/2017.

Art.2º - A demissão do Artigo anterior decorre do término do contrato temporário.

Art.3º - Fica ab-rogada a Portaria 197/2017 contendo o mesmo conteúdo da presente Portaria, por duplicidade de número.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo à data de 08 de novembro de 2017.

Botuverá, 30 de novembro de 2017

José Luiz Colombi

Prefeito do Município de Botuverá

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 33/2017

Publicação Nº 1442445

#### EXTRATO DE CONTRATO 33/2017

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Sílvia Terezinha Machado do Nascimento

CPF: 003.954.599-74

Rua Laudelino Ferreira Lopes, 279

Bairro Sobrado 2

Curitiba - PR.

Objeto: Locação de Imóvel da Sra. Sílvia Terezinha Machado do Nascimento com aproximadamente 200 m² para fins de utilização para Instalação de Equipamentos da ETA (Estação Tratamento de Água), Localidade Serril, Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 442,40 (quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos)

Vigência até 31/12/2017.

Data da assinatura: 30/11/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017

Publicação Nº 1442257

#### EXTRATO DO 3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017

Contratante: Prefeitura municipal de Braço do Trombudo CNPJ 95.952.230/0001-67

Sito a Praça da Independência, 25 , município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis Ltda

CNPJ 01.602.498/0001-25

Rua Alberto Muller, 5000

Limeira

Brusque - Santa Catarina

Objeto: O presente Contrato tem por objeto aquisição de diesel S500 (comum) e diesel S10 para abastecer a bomba da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Óleo Diesel S500 (comum): R\$ 3,17 (três reais e dezessete centavos) por litro.

Óleo Diesel S10: R\$ 3,28 (três reais e vinte e oito centavos) por litro.

Vigência até 31.12.2017

Data da assinatura: 30/11/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°02/2017 FMS

Publicação N° 1441243

Página: 1/48

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2017

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Acidovir 200mg, comprimido (17743)	compr	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PHARLAB	0	0,2980	1
2	Acidovir 50mg/g creme - bisnaga 10 gramas (1860)	BISN	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	2,8000	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	2,8400	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	2,8900	3
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	PRATI-DONAL	0	2,9100	4
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	2,9800	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduz	0	3,0130	6
3	Acido acetilsalicílico 100mg, comprimido (17744)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Imec	0	0,0150	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SOBRAL	0	0,0160	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SOBRAL	0	0,0190	3
4	Acido acetilsalicílico tamponado 100 mg, comprimido (17745)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,2630	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BAYER	0	0,4200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 2/48

Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018							
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Acido acetilsalicílico tamponado 200 mg, comprimido (17748)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,2370	1
6	Acido Fólico 5 mg, comprimido (17747)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,0440	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,0450	2
			Extra Distribuidora de Medic. e Prod. Hosp. EIRELI (6881)	NUNESFARMA	0	0,0460	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	NATULAB	0	0,0490	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,0490	5
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	NATULAB	0	0,0490	6
7	Albendazol 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 10 ml (17748)	FR	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,9500	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,9800	2
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	1,0590	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	1,0600	4
8	Albendazol 400mg comprimido mastigável. (17749)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GEOLAB	0	0,4250	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,4290	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 3/48

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018  
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Alendronato sódico 70 mg, comprimido (17750)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GREEN PHAR	0	0,4450	3
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	GREENPHAR	0	0,4500	4
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	PRATI-DONAL	0	0,4750	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,4800	6
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Green Pharma	0	0,4840	7
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Elofar	0	0,2300	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ELOFAR	0	0,2400	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ELOFAR	0	0,2690	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ELOFAR	0	0,2700	4
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	ELOFAR	0	0,2880	5
10	Alopurinol 300mg, comprimido (17751)	compr	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	PRATI-DONAL	0	0,1350	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1400	2



Página: 4/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Prati Donaduzz	0	0,1420	3
11	Alprazolam 0,5 mg, comprimido (17752)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	EMS	0	0,1040	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6659)	HYPERMARC	0	0,1050	2
12	Ambroxol sal cloridrato 3 mg/ml, xarope infantil, frasco com 100 ml (17753)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Natulab	0	1,4970	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	1,4980	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6659)	FARMACE	0	1,6900	3
13	Ambroxol sal cloridrato 6 mg/ml, xarope adulto, frasco com 100 ml (17754)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Natulab	0	1,5790	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	1,5790	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	FARMACE	0	1,7500	3
14	AMINOFLUNA 100 MG COMPRIMIDO (253)	COMP	LA DALLA PORTA JUNIOR (6659)	VITAMEDIC	0	0,0540	1
15	Amiodarona 200 mg, comprimido (17755)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,2690	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,2700	2
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	GEOLAB	0	0,3000	3

Página: 5/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017			Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018		
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Amiripitilina cloridrato 25 mg, comprimido (17756)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	0,0330	1
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	TEUTO	0	0,0350	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0360	3
17	Amiripitilina cloridrato 75 mg, comprimido (17757)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,1980	1
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	CRISTALIA	0	0,2080	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	EMS	0	0,2260	3
18	Amoxicilina 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60 ml (17758)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	3,2000	1
19	Amoxicilina 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006 (17759)	UND	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,2870	1
20	Amoxicilina associada com clavulanato de Potássio 500 mg + 125 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (17760)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	0,6600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	GSK	0	0,7890	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	SANDOZ	0	0,8400	3
21	Amoxicilina associada com clavulanato de Potássio 250+62.5 mg/ml, acondicionado de forma unitária frascos com 75 ml. (17761)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	GSK	0	8,4890	1

Página: 6/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Ampicilina 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60 ml. (17762)	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	8,4900	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GLAXO	0	9,8700	3
			Chúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	PRATI-DONAL	0	2,5800	1
23	Ampicilina 500 mg, cápsula, em embalagem primária acondicionada de forma unitária fracionável conforme RDC 802/2006 (17763)	cap	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	2,6100	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	2,8400	3
			Chúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	PRATI-DONAL	0	0,2100	1
24	Antidopino besilato 10 mg, comprimido (17764)	compr	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Prati Doraduz	0	0,2110	2
			Chúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	GEOLAB	0	0,0539	1
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	GEOLAB	0	0,0540	2
25	Antidopino besilato 5 mg, comprimido (17765)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HYPERMARC	0	0,0540	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0590	4
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	0,0180	1
			Chúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	GEOLAB	0	0,0210	2

Página: 7/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,0220	3
26	atenolol 100 mg, comprimido (17766)	compr	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,0530	1
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA, (6690)	PRATH-DONAL	0	0,0540	2
			PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6136)	PRATI	0	0,0570	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	PRATI D.	0	0,0570	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0580	5
27	atenolol 25 mg, comprimido (17767)	compr	Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA, (6690)	PRATH-DONAL	0	0,0270	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	PRATI D.	0	0,0280	2
28	atenolol 50 mg, comprimido (17768)	compr	METROMED-COMIDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Prati Doraduz	0	0,0360	1
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA, (6690)	PRATH-DONAL	0	0,0370	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0390	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,0390	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 8/48

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	0,0390	5
29	Azitromicina 40 mg/ml, suspensão oral, frasco acompanhado de diluente com 15 ml após reconstituição (17769)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	3,4900	1
30	Azitromicina 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (17770)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,5800	1
			Clínica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	PRATI-DONAL	0	0,5900	2
31	Bedometasona dipropionato 250 mcg/dose, pó para inalação oral frasco 120 doses (17771)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CHIESI	0	56,5000	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	CHIESI	0	56,9000	2
32	Benzilpenicilina benzatina, 1200000 UI, frasco ampola com 4 ml. (17772)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,2760	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,2780	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	TEUTO	0	0,2970	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	3,0900	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	3,3000	5
33	Benzafibrato 200 mg, comprimido, em embalagem primária (17773)	compr	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	GERMED	0	0,4200	1

Página: 9/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
34	Biperideno 2 mg, comprimido (17774)		MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GERMED	0	0,5450	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	GERMED	0	0,6170	3
			compr Chirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	UNIÃO QUIMIK	0	0,1550	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO QUIMIK	0	0,1780	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U.QUIMICA	0	0,1950	3
35	Bloqueador solar fator de proteção 50, locão, frasco 120 ml. (17775)	FR	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Nutrex	0	12,5600	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cosmodema	0	13,1580	2
			PRONIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	COSMODERIV	0	14,5000	3
36	Bromazepam 3 mg, comprimido (17776)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,0450	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	TEUTO	0	0,0470	2
37	Bromazepam 6 mg, comprimido (17777)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0480	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0520	1
38	Bromoprida 4 mg/ml, suspensão oral, frasco (17778)	FR	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MARIOL	0	0,8450	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 10/48

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	Bupropiona cloridrato 150 mg, comprimido (17779)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Marol	0	0,8500	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MAROL	0	0,9230	3
			compr MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	EMS	0	0,4260	1
40	Captopril 25 mg, comprimido sulcado, (17780)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,4790	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	EMS	0	0,5700	3
			compr Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA, (6890)	GEOLAB	0	0,0180	1
41	Captopril 50 mg, comprimido sulcado, (17781)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,0190	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0200	3
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	GEOLAB	0	0,0200	4
42	Cartamazepina 20 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml, (17782)	FR	compr METROMED-COM-DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Prati Donaduzzi	0	0,0490	1
			Chirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA, (6890)	UNIAO QUIMIK	0	4,7300	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	5,5300	2
43	Cartamazepina 200 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006, (17783)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	CRISTALLA	0	0,3200	1

Página: 11/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	Carbamazepina 400 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (17784)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALLIA	0	0,3380	1
45	Carbonato de cálcio 500 mg, comprimido (17785)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Imec	0	0,0400	1
46	Carbonato de Cálcio + vitamina D3 500 mg + 400 UI (17786)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,1600	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BIONATUS	0	0,1630	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,2200	3
47	Carbonato de Lítio 300 mg, comprimido (17787)	compr	Chirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	HIPOLABOR	0	0,1780	1
48	Carvedilol 12,5 mg, comprimido (17788)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1220	1
49	Carvedilol 25 mg, comprimido (17789)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1770	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BILAB	0	0,1780	2
			Chirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	BIOLAB	0	0,1850	3
50	Carvedilol 6,25 mg, comprimido (17790)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,1090	1
51	Cetalexina 50 mg/ml suspensão oral, frasco com 60 ml (17791)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	4,9800	1

Página: 12/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	4,9900	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	TEUTO	0	5,1300	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	TEUTO	0	5,4900	4
52	Cefalexina 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 820/2006. (17792)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	AUROBINDO	0	0,5040	1
53	Cetocozazol 2%, xampu, frasco com 100 ml. (17793)	FR	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	NATIVITA	0	4,1000	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	NATIVITA	0	4,1500	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATIVITA	0	4,8900	3
54	cetoconazol 20 mg/g, creme tópico, bisnaga com 20 g (17794)	BISN	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	1,5900	1
55	Cetoconazol 200 mg, comprimido (17795)	compr	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,1360	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Prati Donaduzz	0	0,1390	2
56	Ciclobenzaprina cloridrato 10 mg, comprimido (17796)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,1820	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,1830	2
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	GERMED	0	0,2200	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 13/48

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
57	Clostezal 100 mg, comprimido. (17797)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	EUROFARMA	0	0,4480	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	EUROFARMA	0	0,4500	2
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	EUROFARMA	0	0,5400	3
58	Cinartizina 25 mg, comprimido. (17798)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BRAINFARMA	0	0,0980	1
59	Cinartizina 75 mg, comprimido. (17799)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BRAINFARMA	0	0,1280	1
60	Ciprofibrato 100 mg, comprimido (17800)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BRAINFARMA	0	0,3980	1
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	BIOLAB	0	0,3990	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HYPERMARCA	0	0,4090	3
61	Ciprofloxacino, cloridrato, 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (17801)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,3590	1
62	Clomipramina 25 mg cp. (17802)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	EMS	0	0,6700	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	EMS	0	0,6750	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GERMED	0	0,7980	3

Página: 14/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
63	Clonazepam 2 mg, comprimido (17803)	compr	Chirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	GEOLAB	0	0,0480	1			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0500	2			
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GEOLAB	0	0,0500	3			
64	Clonazepam 2,5 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 20 ml (17804)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	1,5900	1			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,7110	2			
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	HIPOLABOR	0	1,8200	3			
65	Clopidogrel bissulfato 75 mg, comprimido (17805)	compr	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	AUROBINDO	0	0,3490	1			
66	Clopromezina 100 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19126)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALLIA	0	0,1920	1			
			Chirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	UNIÃO QUIMIK	0	0,1950	2			
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U.QUIMICA	0	0,2040	3			
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,2040	4			
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Uniao Quimica	0	0,2130	5			
67	Clopromezina 25 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19128)	compr	Chirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	CRISTALLIA	0	0,2130	1			

Página: 15/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017**      **Data do Registro: 27/02/2017**      **Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	0,2360	2
68	Clorpromazina 40 mg/ml, solução oral, frasco gotas com 20 ml. (19129)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	5,0000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cristalia	0	5,0920	2
69	Colegenase associado cloranfenicol 0,6 UI + 1%/g, pomada dermatológica 30 g. (19130)	UND	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ABBOTT	0	6,7130	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	CRISTALIA	0	9,4300	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	11,6900	3
70	Colecalciferol 5.600 UI/ml, solução gotas, frasco 10 ml. (19131)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ARTE NATIVA	0	14,5000	1
71	Complexo B (vitamina B1+B2+B3+B5+B6+B12) comprimido. (19132)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	VITAMED	0	0,0400	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VITAMED	0	0,0400	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,0470	3
72	Complexo B (vitaminas B1+B2+B3+B5+B6+B12) solução oral gotas frasco 30 ml. (19133)	FR	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PHARMASOIE	0	2,1160	1
73	Cumarina associada com troxerutina 15 mg + 90 mg, comprimido (19134)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIFARMA	0	0,1500	1



Página: 16/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

74	Dexametasona 1 mg/ml, suspensão oftálmica, frasco 5 ml (19135)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CIFARMA	0	0,1670	2
75	Dexametasona 0,1%, creme, bisnaga com 10g. (19136)	BISN	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cifarma-Mabra	0	0,1710	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIFARMA	0	0,1710	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	NOVARTIS	0	7,5410	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANVAL	0	0,6450	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MULTILAB	0	0,7100	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MULTILAB	0	0,7500	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,8650	4
76	Dexametasona fosfato 4 mg/ml, solução injetável. (19137)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HYPOFARMA	0	0,7100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,7570	2
77	Dexclorfeniramina 0,4 mg/ml maleato, solução oral, frasco 100 ml (19138)	FR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	FARMACE	0	1,0000	1
78	Dexclorfeniramina 2 mg maleato, comprimido. (19139)	compr	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,0540	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0630	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 17/48

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GEOLAB	0	0,0680	3
79	Diazepam 10 mg, comprimido. (19140)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanitisa	0	0,0340	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	SANTISA	0	0,0348	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANTISA	0	0,0350	3
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,0360	4
80	Diazepam 5 mg/ml, solução injetável, ampola de 2ml. (19141)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanitisa	0	0,6000	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	SANTISA	0	0,6040	2
81	Diclofenaco sódico 25 mg/ml, solução injetável. (19142)	AMP	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,4500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farnace	0	0,4740	2
			CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,5600	3
82	Diclofenaco Sódico 50 mg, drágea ou comprimido. (19143)	compr	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	VITAMED	0	0,0220	1
			CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	VITAMED	0	0,0240	2
			Clínica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	VITAMED	0	0,0250	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 18/48

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitamed	0	0,0290	4
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	VITAMED	0	0,0290	5
83	Digoxina 0,05 mg/ml, elixir, frasco com 60 ml ou mais, embalagem individual (19144)	FR	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	6,6950	1
84	Digoxina 0,25 mg, comprimido. (19145)	compr	Clínica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	PHARLAB	0	0,0430	1
85	Diltiazem 60 mg, comprimido (19146)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	0,1290	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,1300	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,1450	3
86	Dimeticona 40 mg, comprimido. (19147)	compr	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	BELFAR	0	0,0830	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,1040	2
87	Diosmina, associada a hesperidina 450 mg + 50 mg, comprimido. (19148)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Brainfama	0	0,3330	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HYPERMARC	0	0,3500	2
88	Dipirona sódica 500 mg, comprimido. (19149)	compr	CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GREEN PHAR	0	0,0660	1

Página: 19/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	GREENPHAR	0	0,0670	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Green Pharma	0	0,0760	3
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GREEN	0	0,0770	4
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TELITO	0	0,3800	1
88	Dipirona sódica 500 mg / ml, solução injetável, ampola. (19150)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,3960	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANTISA	0	0,3990	3
90	Dipirona sódica 500 mg / ml, solução oral gotas, frasco 20 ml. (19151)	FR	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARIOL	0	0,9590	1
91	Domperidona 1 mg/ml, suspensão oral, frasco 100 ml. (19152)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	MEDLEY	0	8,7500	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medley	0	8,7900	2
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	MEDLEY	0	8,9700	3
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HYPERMARC	0	9,7900	4
92	Doxazosina mesilato 2 mg, comprimido (19153)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	0,1290	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	EMS	0	0,1420	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 20/48

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018  
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
94	Erelapril maleato 10 mg, comprimido. (19155)	compr (6879)	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,1430	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	EMS	0	0,1800	4
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MEDQUIMICA	0	0,0320	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0350	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	SANVAL	0	0,0360	3
95	Erelapril maleato 20 mg, comprimido. (19156)	compr (6879)	NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MEDQUIMICA	0	0,0360	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0400	5
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MEDQUIMICA	0	0,0380	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MEDQUIMICA	0	0,0430	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0460	3
96	Erelapril maleato 20 mg, comprimido. (19156)	compr (6879)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0460	4
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BELFAR	0	0,0500	5

Página: 21/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
96	Epinefrina 1 mg/ml, solução injetável, ampola de 1 ml. (19157)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	2,8950	1
97	Escopolamina butilbrometo associada com dipirona sódica 6,67 + 333,4 mg/ml solução oral frasco 20 mL (19158)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farmace	0	4,6050	1
98	Escopolamina butilbrometo associada com dipirona sódica 10 + 250 mg comprimido. (19159)	compr	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PHARLAB	0	0,3980	1
			Chirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6890)	PHARLAB	0	0,3990	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	0,4340	3
100	Espironolactona 25 mg, comprimido, em embalagem primária (19161)	compr (6879)	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6237)	ASPEN	0	0,1090	1
			CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ASPEN PHARI	0	0,1400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ASPEN	0	0,1420	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	ASPEN	0	0,1480	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aspen	0	0,1480	5
101	Estríol 1 mg/g, creme vaginal, bisnaga com 50g. (19162)	BISN	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sanval	0	7,6060	1
102	Estrogênios conjugados 0,625 mg, comprimido (19163)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MABRA	0	0,3690	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Mabra	0	0,3700	2



Página: 22/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIFARMA	0	0,3980	3
103	Fenitibina sódica 100 mg, comprimido. (19164)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	0,1900	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,1940	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,2000	3
			Chirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6890)	TEUTO	0	0,2190	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,2300	5
104	Fenobarbital sódico 100 mg, comprimido. (19165)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	0,0660	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,0790	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0920	3
105	Fenobarbital sódico 40 mg/ml, solução oral-gotas, frasco 20 ml. (19166)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO QUIMI	0	2,7800	1
106	Finasterida 5 mg, comprimido, em embalagem primária. (19167)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	AUROBINDO	0	0,3000	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	AUROBINDO	0	0,3090	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 23/48

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
107	Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia capilar, para automonitoramento domiciliar, com fornecimento de aparelho em comodato para 1.000 tiras 1 aparelho. (19168)	UND	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	On Call	0	0,4000	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ACON	0	0,4050	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ONCALLPLUS	0	0,4690	3
			Vital Produtos Médicos Hospitalares Ltda (6789)		0	0,4800	4
108	Fluconazol 150 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19169)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,3500	1
109	Fluoxetina 20 mg, capsulas. (19170)	caps	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,0350	1
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	TEUTO	0	0,0370	2
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	0,0390	3
110	Furosemida 10 mg/ml, solução injetável, ampola. (19171)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,4550	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,4610	2
111	Furosemida 40 mg, comprimido. (19172)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	0,0280	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,0290	2

Página: 24/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,0320	3
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,0340	4
112	Gabapentina 300 mg, comprimido. (19173)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	0,3500	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,3540	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,3590	3
113	Gentamicina 5 mg/ml, solução oftálmica, frasco com 5 mL (19174)	FR	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	ALLERGAN	0	8,6500	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ALLERGAN	0	8,7000	2
114	Glibendanzida 5 mg, comprimido (19175)	compr	Chirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	GEOLAB	0	0,0200	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MEDQUIMICA	0	0,0210	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Geolab	0	0,0240	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0240	4
115	Glicosamina, sulfato+condroitina, sulfato 1,5 + 1,2 g sachê (19176)	sache	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	ZODIAC	0	3,6450	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ACHE	0	3,6500	2

Página: 25/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
116	Glicosamina, sulfato+condroitina, sulfato 500 + 400 mg cápsula. (19177)	caps	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	ZODIAC	0	1,8000	1
117	Glicose 50%, solução injetável, ampola de 10 ml. (19178)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Samtec	0	0,2370	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SAMTEC	0	0,2700	2
118	Glimepirida 2 mg, comprimido. (19179)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0680	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,0690	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cined	0	0,0920	3
119	Haloperidol 1 mg, comprimido (19180)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,1190	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	CRISTALIA	0	0,1280	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CRISTALIA	0	0,1420	3
120	Haloperidol 2 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 30 ml. (19181)	FR	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	UNIÃO QUIMIK	0	2,3300	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO QUIMIK	0	2,3400	2
121	Haloperidol 5 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19182)	compr	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	UNIÃO QUIMIK	0	0,0810	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	U.QUIMICA	0	0,1140	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2017**

Página: 26/48

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018  
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO QUIMIK	0	0,1260	3
122	Habopentidol decanoato 50 mg/ml, solução injetável. (19183)	AMP	Chirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6890)	UNIÃO QUIMIK	0	6,5100	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Uniao Quimica	0	8,2890	2
123	Heparina sodica 5000 ui/ml, injetável subcutânea, frasco com 5 ml, embalagem em cartucho individual ou com no máximo 50 frascos. (19184)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Blausiegel	0	9,6580	1
124	Hidrodorotiazida 25 mg, comprimido (19185)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CIMED	0	0,0140	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MEDQUIMICA	0	0,0150	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,0150	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0180	4
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0180	5
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,0180	6
125	Hidrodorotiazida 50 mg, comprimido (19186)	compr LTDA. (6237)	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARLAB	0	0,0350	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	0,0390	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 27/48

**Número do Registro de Preços: 2/2017**      **Data do Registro: 27/02/2017**      **Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PHARLAB	0	0,0400	3
126	Hidrocortisona succinato sódico 100 mg, pó liofilizado (19187)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	2,8950	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BLAU	0	3,1950	2
127	Hidrocortisona succinato sódico 500 mg, pó liofilizado (19188)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	4,9500	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	4,9990	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	5,6900	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	6,2000	4
128	Hidróxido de alumínio 6%, suspensão oral, frasco 100 ml (19189)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	IFAL	0	1,8200	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	IFAL	0	1,8700	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Imec	0	2,0390	3
129	Ibuprofeno 50 mg/ml, suspensão oral, frasco gotas 30 ml (19190)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,9800	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	1,0000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 28/48

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018  
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
130	Ibuprofeno 600 mg comprimido (19191)	compr (6331)	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	1,0400	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	NATULAB	0	1,0500	4
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	1,0800	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	TEUTO	0	0,0700	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0780	2
131	Imipranina cloridrato 25 mg. comprimido (19192)	compr (6237)	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	0,0860	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALLIA	0	0,2880	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALLIA	0	0,2840	2
132	Ipratrópio, brometo 0,25 mg/ml sol. Inalante, frasco 20 ml. (19193)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	0,6850	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	0,6910	2
133	Isossorbida dinitrato 10 mg. comprimido,em embala (19194)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,2630	1
134	Isossorbida dinitrato 5 mg. comprimido sublingual (19195)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	E.M.S	0	0,3290	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 29/48

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018  
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
135	Isossorbida mononitrato 20 mg, comprimido. (19196)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ZYDUS	0	0,0660	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Zydus	0	0,0680	2
136	Ivermedina 6 mg comprimido. (19197)	compr	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VITAMEDIC	0	0,1960	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Vitapan-Vitame	0	0,1990	2
137	Levodopa associado a Benserazida 100 mg + 25 mg, comprimido. (19198)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ROCHE	0	1,2800	1
138	Levodopa associado a Carbidopa 250 mg + 25 mg, comprimido. (19199)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Taato	0	0,3500	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,3650	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALIA	0	0,4900	3
139	Levofloxacino, 500 mg, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19200)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	EMS	0	0,8500	1
140	Levomopromazina 40 mg/ml, solução oral, frasco gotas. (19201)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	7,2900	1
			Chirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	CRISTALIA	0	7,5100	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Crístalia	0	8,8720	3

Página: 30/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
141	Levonorgestrel associado a Etilestradiol 25 mg, comprimido (19202)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALLIA	0	0,3470	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALLIA	0	0,3870	2
142	Levonorgestrel associado a Etilestradiol 0,15mg + 0,03mg, cartelas com 21 comprimidos. (19203)	CART	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	MABRA	0	0,4430	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MABRA	0	0,4450	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MABRA	0	0,6300	3
143	Levotiroxina 100 mcg, comprimido. (19204)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,0950	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MERCK	0	0,0960	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MERCK	0	0,0980	3
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	MERCK	0	0,1100	4
144	Levotiroxina 25 mcg, comprimido. (19205)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MERCK	0	0,0950	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MERCK	0	0,0960	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MERCK	0	0,0980	3

Página: 31/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	MERCK	0	0,1100	4
145	Levotiroxina 50 mcg, comprimido. (19206)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6882)	MERCK	0	0,0960	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MERCK	0	0,0960	2
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MERCK	0	0,0980	3
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	MERCK	0	0,1100	4
146	Levotiroxina 75 mcg, comprimido. (19207)	compr	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	MERCK	0	0,1850	1
147	Lidocaina (cloridrato) 2% com vasoconstritor, frasco 20 ml. (19208)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofarma	0	3,0260	1
148	Lidocaina (cloridrato) 2% sem vasoconstritor, frasco 20 ml. (19209)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	0	1,9740	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	2,2400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	2,3380	3
149	Lidocaina (cloridrato) 2%, geléia, bisnaga com 20 g. (19210)	BISN	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PHARLAB	0	1,7000	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	1,7110	2
150	Loratadina 1 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 ml. (19211)	FR	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARIOL	0	1,7000	1

Página: 32/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	Loratadina 10 mg, comprimido, em embalagem primária. (19212)	compr	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	GEOLAB	0	0,0440	1
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6680)	CIMED	0	0,0450	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GEOLAB	0	0,0510	3
152	Losartana potássica 100 mg comprimido. (19213)	compr	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,2000	1
153	Losartana potássica 50 mg comprimido (19214)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0320	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	GEOLAB	0	0,0340	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0350	3
			NOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6680)	GEOLAB	0	0,0380	4
154	Medroxiprogesterona acetato 150 mg, solução injetável (19215)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	União Química	0	11,8420	1
155	Meloxicam 15 mg, comprimido. (19216)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PHARLAB	0	0,0990	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PHARLAB	0	0,1000	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Pharlab	0	0,1080	3
156	Metformina cloridrato 500 mg, comprimido. (19217)	compr	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	MULTILAB	0	0,0540	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2017**

Página: 33/48

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	0,0660	2
157	Metformina cloridrato 850 mg, comprimido. (19218)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6879)	PRATI	0	0,0660	1
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,0570	2
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	PRATI-DONAI	0	0,0600	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	0,0630	4
158	Metildopa 250mg, comprimido (19219)	compr	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	TKSVenopres	0	0,1750	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	SUN PHARMA	0	0,1900	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SUNPHARMA	0	0,1950	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tks / Sun Phar	0	0,1950	4
159	Metildopa 500 mg, comprimido (19220)	compr	METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	TKSVenopres	0	0,2200	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TKS	0	0,2210	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Tks / Sun Phar	0	0,2630	3
160	Metoprolamida cloridrato 4 mg/ml, solução oral, frasco 10 mL (19221)	FR	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MARIOL	0	0,4920	1



Página: 34/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MARIOL	0	0,4950	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Merid	0	0,4990	3
161	Metoprolamida cloridrato 5 mg/ml, solução injetável. (19222)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Isofama	0	0,3160	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	ISO FARMA	0	0,3450	2
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Isofama	0	0,3490	3
162	Metoprolamida cloridrato 10 mg, comprimido. (19223)	compr	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HIPOLABOR	0	0,0670	1
163	Metronidazol (benzimidazolidol) 50 mg/ml, solução oral, frasco 100 mL (19224)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	2,0570	1
164	Metronidazol 100mg/g, geléia vaginal, bisnaga com 50 g. (19225)	BISN	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6877)	TEUTO	0	3,7400	1
167	Neomicina sulfato associada com Bacitracina 5 mg + 250 UI/g tubo com 10 g. (19228)	tubo	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GREEN PHAR	0	1,0400	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	HIPOLABOR	0	1,0500	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SOBRAL	0	1,0990	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	1,1580	4

Página: 35/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
168	Nifedipina 20 mg, comprimido. (19229)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Brainfarma	0	0,0310	1
169	Nimesulida 100 mg, comprimido (19230)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HYPERMARC	0	0,0320	2
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,0490	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIMED	0	0,0500	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6659)	CIMED	0	0,0580	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	CIMED	0	0,0590	4
170	Nimesulida 50 mg/ml, suspensão oral-gotas, frasco 15 ml. (19231)	FR	Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	VITAPANVITA	0	1,0800	1
171	Nistatina 100000 UI/ml, suspensão oral, frasco com 50 ml. (19232)	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	2,5900	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6659)	NATULAB	0	2,7300	2
			METROMED-COMDE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Prati Doraduzz	0	2,8250	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Doraduzz	0	2,8320	4
172	Nistatina 25000 UI/g, creme vaginal, bisnaga com 60g, com no mínimo 07 aplicadores para cada bisnaga. (19233)	BISN	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	HYPERMARC	0	3,7800	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	GREEN PHAR	0	3,8000	2

Página: 36/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Donaduzz	0	4.6840	3
173	Nitrofurantoina 100 mg, cápsula, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 80/2006. (19234)	cap	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	TEUTO	0	0,1900	1
174	Noretisterona 0,35 mg, cápsula c/ 35 comprimido (19235)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	BIOLAB	0	0,1900	1
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	BIOLAB	0	0,1990	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BIOLAB	0	0,2150	3
175	Noretisterona enantato associada com estradiol valerato 50+5 mg/ml seringa pré-carregada com 1ml + agulha. (19236)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Cifarma-Mabra	0	7,8950	1
176	Notriptilina cloridrato 25 mg, cápsula. (19237)	caps	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	RAMBAXY	0	0,2700	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	RANBAXY	0	0,2750	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Ranbaxy	0	0,3030	3
177	Óleo mineral 100% (petrolato químico), solução oral frasco com 100 ml. (19238)	FR	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MARIOL	0	1,7300	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	MARIOL	0	1,7390	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Imec	0	1,9870	3

Página: 37/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017 Data do Registro: 27/02/2017 Válido até: 27/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	Omeprazol 20 mg, cápsula, (19239)	caps	PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HIPOLABOR	0	0,0400	1
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	CIFARMA	0	0,0420	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PHARLAB	0	0,0450	3
			ALTERMED NAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Gedlab	0	0,0470	4
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,0470	5
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0480	6
179	Oxcarbazepina 300 mg, comprimido, (19240)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	RANBAXY	0	0,4350	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	RANBAXY	0	0,4360	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	RANBAXY	0	0,4390	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	RANBAXY	0	0,4880	4
180	Oxcarbazepina 60 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100 mL (19241)	FR	Chirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	GENOMUNIA	0	27,1200	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	28,8000	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, (6237)	UNIAO QUIMIK	0	29,7500	3

Página: 38/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Uniao Quimica	0	30,2630	4
181	Óxido de Zinco associado com retinol e colecalciferol 150 mg+ 5.000 UI+900 UI/g bisnaga 45 g (19242)	tubo	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	VITAMEDIC	0	2,2300	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	VITAMEDIC	0	2,2400	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SOBRAL	0	2,2900	3
182	Paracetamol 200 mg/ml, solução oral, frasco gotas com 20 ml (19243)	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HIPOLABOR	0	0,4890	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	HIPOLABOR	0	0,5900	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farmace	0	0,6910	3
183	Paracetamol 500 mg, comprimido (19244)	compr	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	HIPOLABOR	0	0,0390	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	0,0450	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,0510	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	0,0510	4
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,0510	5

Página: 39/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018		Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
184	Paracetamol 750 mg, comprimido (19245)	compr (6331)	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6880)	SUN FARMA	0	0,0650	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ZYDUS	0	0,0660	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	0,0690	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	0,0750	4
185	Paracetamol associado com Carisoprodo, clorfeniracina 300mg + 125mg + 50mg + 30mg comprimido (19246)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Brainfarma	0	0,1330	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BRAINFARMA	0	0,1520	2
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GEOLAB	0	0,1520	3
186	Paroxetina cloridrato 20 mg, comprimido. (19247)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	ZYDUS	0	0,1400	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	ZYDUS	0	0,1540	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Aurobindo	0	0,1740	3
187	Permanganato de Potássio 100 mg, comprimido. (19248)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Farmax-Amara	0	0,0540	1
188	Permetrina 5%, loção tópica, frasco com 60 ml. (19249)	FR	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	NATIVITA	0	1,3650	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	IFAL	0	2,4300	2



Página: 40/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Multilab	0	2.5000	3
188	Piroxicam 20 mg, comprimido. (19250)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	GEOLAB	0	0,0830	1
190	Prednisolona 3 mg/ml, solução oral, frasco com 60 ml (19251)	FR	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	2.9700	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	2.9750	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	PRATI	0	2.9800	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	3.4200	4
191	Prednisona 5 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 82/2006. (19252)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,1600	1
192	Prednisona 20 mg, comprimido, acondicionado de forma unitária fracionável conforme RDC 82/2006. (19253)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	0,3500	1
193	Prometazina cloridrato 25 mg, comprimido (19254)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,0790	1
194	Prometazina cloridrato 25 mg/ml, solução injetável, ampola 2 ml (19255)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	SANVAL	0	1,2780	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Saival	0	1,3160	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	CRISTALIA	0	1,4800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 41/48

**Número do Registro de Preços: 2/2017**      **Data do Registro: 27/02/2017**      **Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
195	Propalitrato 10 mg, comprimido. (19256)	compr	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	FARMOQUIMIK	0	0,4200	1
196	Propranolol cloridrato 40 mg, comprimido. (19257)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	FARMOQUIMIK	0	0,4250	2
197	Ranitidina cloridrato 150 mg, comprimido (19258)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	OSORIO	0	0,0160	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	OSORIO DE IV	0	0,0170	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,0180	3
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	MEDQUIMICA	0	0,0590	1
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	MEDQUIMICA	0	0,0750	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Medquimica	0	0,0790	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	MEDQUIMICA	0	0,0820	4
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,0820	5
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	TEUTO	0	0,0820	6
198	Ranitidina 25 mg/ ml ampola 2 ml. (19259)	AMP	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HIPOLABOR	0	0,4260	1

Página: 42/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços:** 2/2017      **Data do Registro:** 27/02/2017      **Válido até:** 27/02/2018  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
199	Risperidona 2 mg, comprimido. (19260)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,4440	2
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	0	0,5000	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	CRISTALLIA	0	0,2260	1
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	UNIAO QUIMIK	0	0,2270	2
200	Rosuvastatina cálcica 10 mg, comprimido. (19261)	compr	Clínica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	CRISTALLIA	0	0,2700	3
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	UNIAO QUIMIK	0	0,2850	4
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	0,4070	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	NOVA QUIMIC	0	0,5500	2
201	Rosuvastatina, cálcica 20 mg, comprimido em embal (19262)	compr	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,5600	3
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Torrent	0	0,9800	1
			DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA (6882)	SANDOZ	0	0,9900	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	1,1950	3

Página: 43/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017**      **Data do Registro: 27/02/2017**      **Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	SANDOZ	0	1,4200	4
202	Saccharomyces boulardii - 17, 200 mg, pó liofilizado, envelope 1 g. (19263)	sache	LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	CIFARMA	0	0,9000	1
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	CIFARMA	0	0,9300	2
203	Sais para Reidratação Oral, pó para solução oral. (19264)	sache	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	IFAL	0	0,4990	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	NATULAB	0	0,5000	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	NATULAB	0	0,5400	3
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	0,5850	4
204	Salbutamol 0,4 mg/ml, xarope, frasco com 100 ml (19265)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Sobral	0	1,1240	1
206	Sentalina cloridrato 50 mg, comprimido (19267)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	GEOLAB	0	0,1000	1
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6890)	GEOLAB	0	0,1100	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	GEOLAB	0	0,1200	3
207	Sinvastatina 20 mg, comprimido. (19268)	compr	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,0580	1

Página: 44/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

**Número do Registro de Preços: 2/2017      Data do Registro: 27/02/2017      Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Brago do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	SANDOZ	0	0,0590	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	SANVAL	0	0,0720	3
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	CIMED	0	0,0770	4
			compr DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	0,1200	1
			INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	MULTILAB	0	0,1220	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	SANVAL	0	0,1320	3
			BISN ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Nativita	0	3,8160	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	PRATI	0	4,3700	2
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	PRATI, DON	0	4,3780	3
			FR LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	TEUTO	0	0,8800	1
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,8900	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	0	1,0900	3

208 Simvastatina 40 mg, comprimido. (19289)

209 Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%), creme, bisnaga 50 g (19270)

210 Sulfametoxazol associado com trimetoprima 200 mg + 40mg/5ml, suspensão oral frasco com 50 ml (19271)

Página: 45/48

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018	
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Classif.
211	Sulfametoxazol associado com trimetoprima 400 mg + 80mg comprimido (19272)	compr	MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	PRATI	1
			METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSP.LTD (6011)	Prati Doraduz	2
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	SANVAL	3
212	Sulfato Ferroso 25 mg/ml de Fe II, frasco com 30 ml (19273)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hipolabor	1
213	Sulfato Ferroso 40 mg de Fe II, comprimido revestido (19274)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	VITAMED	1
215	Timolol 0,5% solução oftálmica, frasco com 5ml. (19276)	FR	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	1
216	Tramadol, Cloridrato 50 mg cápsula. (19277)	caps	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Teuto	1
217	Valproato de sódio 250mg, cápsula. (19278)	caps	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ABBOTT	1
			Cirurgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	BIOLAB	2
			PROMIEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (6879)	BIOLAB	3
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BIOLAB	4
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	BIOLAB	5
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Biolab	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017**

Página: 46/48

**Número do Registro de Preços: 2/2017**      **Data do Registro: 27/02/2017**      **Válido até: 27/02/2018**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LA DALLA PORTA JUNIOR (6559)	BIOLAB	0	0,2760	7
218	Valproato de sódio 50 mg/ml, xarope, frasco com 100ml (19279)	FR	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	2,2700	1
219	Valproato de sódio 500 mg, cápsula. (19280)	caps	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (6452)	ABBOTT	0	0,5490	1
			DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (6331)	BIOLAB	0	0,6780	2
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	BIOLAB	0	0,6920	3
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	BIOLAB	0	0,7000	4
220	Varfarina 5 mg, comprimido. (19281)	compr	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (6880)	TEUTO	0	0,1000	1
			Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA. (6690)	TEUTO	0	0,1100	2
			CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	TEUTO	0	0,1260	3
221	Verapamil cloridrato 80 mg, comprimido. (19282)	compr	CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. (6237)	PRATI D.	0	0,0680	1
			ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Prati Doraduzz	0	0,0690	2
222	Vitaminas do complexo B, B1,B2,B3,B5,B6 e PP, solução injetável, ampola com 2 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas (19283)	AMP	ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA (6039)	Hypofarma	0	0,7630	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 2/2017

Página: 47/48

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MEDICAMENTOS DE AZ LTDA (6677)	HYPOFARMA	0	0,8240	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2017

Número do Registro de Preços: 2/2017		Data do Registro: 27/02/2017		Válido até: 27/02/2018			
Objeto da Compra: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2017  
PROCESSO Nº 3/2017

- (6011) - METROMED-COM.DE MATERIAL MEDICO HOSPLTD
- (6039) - ALTERMED MATME. HOSPITALAR LTDA
- (6136) - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6237) - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
- (6331) - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
- (6452) - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6559) - LA DALLA PORTA JUNIOR
- (6677) - MEDICAMENTOS DE AZ LTDA
- (6690) - Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA.
- (6789) - Vital Produtos Médicos Hospitalares Ltda
- (6879) - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
- (6880) - INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
- (6881) - Extra Distribuidora de Medic. e Prod. Hosp. EIRELI
- (6882) - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA

Braço do Trombudo, 27 de Fevereiro de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°06/2017 PMBT

Publicação N° 1441233

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 6/2017

Número do Registro de Preços: 6/2017 Data do Registro: 24/02/2017 Válido até: 24/02/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante para manutenção da frota de caminhões e máquinas da Secretaria Obras e Serviços Urbanos e Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Óleo mineral 15w/40, API CH-4/SJ, ACEA-E-704, que atende as normas MB-228.3, VOIVO VDS-3 e CUMMINS CES-20078, a granel em tambor de 200 lts, controle de consumo com bomba digital e acompanhamento de rota. Não re-manufaturado. (19280)	LTS	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	PETRONAS	0	12,7500	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2017**

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

(7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Braço do Trombudo, 24 de Fevereiro de 2017.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº27/2016 PMBT

Publicação Nº 1441230

Página: 1/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2016**

**Número do Registro de Preços: 27/2016**      **Data do Registro: 01/12/2016**      **Válido até: 01/12/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braco do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bloco prestação de serviço particular 50x3, formato 14x20, numerado, papel copiativo (14568)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	4,0000	1
2	Bloco 100x1 de cupons ref. conti. de impostos e taxas. 10x7, 4x0, numerado, 75g. (14570)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	4,1500	2
2				PRINTSUL	0	0,8000	1
2			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,8500	2
3			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	1,7000	3
3	Bloco inseminação 50x3, formato 10x14, numerado, papel copiativo (14571)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	3,9000	1
2			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	3,9500	2
3			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	5,6000	3
4	Pastas triplex 33x51, papel triplex 300 gr, verniz localizado, impressão 4x0 santonada (14572)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	4,9000	1
2			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	5,0000	2
5	Capa de camê de IPTU , 44x10,5, couche 150, 4x4, com recorte/faca especial (14573)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,1700	1
2			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Gráfica Guarar	0	0,1800	2
6	Envelope branco 11x22, 90gr, impressão 4x0. (14576)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,6400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2016**

Página: 2/8

**Número do Registro de Preços: 27/2016**      **Data do Registro: 01/12/2016**      **Válido até: 01/12/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Envelope branco 16x22, 90gr, impressão 4x0. (14577)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,6900	1
8	Envelope branco 24x34, 90gr, impressão 4x0. (14578)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,0300	1
9	Folhas tirbradas, formato A4, Papel sulfite 90 gr, com impressão (18857)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,0700	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,0800	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0900	3
10	Pastas triplex 33x44, papel triplex 300 gr, 4x0 com encarte (18856)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,7400	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,7500	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,9200	3
11	Blocos de requisição 50x3, formato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (14581)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	5,2500	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	5,3000	2
12	Blocos de Patrimônio 50x3, formato 20x14, numerado, copiativo, impressão 1x0 (14582)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	6,3000	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	10,0000	2
13	Blocos de rascunho com timbre com 50 fls, formato 14x20, impressão 1x0, colado, papel sulfite 56 gr (8319)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,6000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2016**

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 27/2016		Data do Registro: 01/12/2016		Válido até: 01/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	Blocos de rascunho com timbre com 50 fls, formato 10x14, impressão 1x0, colado, papel sulfite 56 gr (8318)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	1,6500	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	1,8500	3
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	1,3000	1
15	Folhas Pictoladas, 20x30, 3 picotes ( 6 partes) 75g, sem impressão (14586)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	1,3800	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	2,2000	3
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,0400	1
16	Folhas Pictoladas, 20x30, 3 picotes ( 3 partes) 75g, sem impressão (14586)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0500	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,0700	3
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,0400	1
17	Carteira controle do Diabetes. Com impressão frente e verso tam. 21x15, papel cartão (17125)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0500	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,0700	3
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,2900	1
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,3000	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2016**

Página: 4/8

**Número do Registro de Preços: 27/2016**      **Data do Registro: 01/12/2016**      **Válido até: 01/12/2017**  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braco do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,9500	3
18	Carteira controle da Pressão Arterial. Com impressão frente e verso tam. 21x15, papel cartão. (17126)	UND	GRAFICA GUAPAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,1700	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,1900	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,8500	3
19	Cartão de agendamento. Com impressão frente e verso tam. 30x11, papel cartão. (17127)	UND	GRAFICA GUAPAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,1800	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,3000	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,4300	3
20	Cartão de identificação da Família (estratégia saúde da família), com impressão frontal tam. 7,5x10,5 papel cartão. (17128)	UND	GRAFICA GUAPAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,1000	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,1500	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,2100	3
21	Ficha de atendimento odontológico. Com impressão frente e verso, tam. 21,5x13,5 papel cartão. (17129)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,1100	1
			GRAFICA GUAPAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	0,1200	2
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,3300	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2016**

Página: 5/8

**Número do Registro de Preços: 27/2016**      **Data do Registro: 01/12/2016**      **Válido até: 01/12/2017**

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	Bloco recatatório medico c/ 100x1. Com impressão frontal. Tam. 21,5x15,5. Papel branco. (17130)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,8500	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	1,8800	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	2,7500	3
23	Bloco requisição com 100x1 - resultados de exames. Com impressão frontal. Tam. 21,5x15,5. Papel branco. (17131)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,8500	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	1,8800	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	2,7500	3
24	Bloco c/ 50x1 folhas - atestado médico. Com impressão frontal. Tam. 21x15. Papel branco. (17132)	UND	GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	1,8000	1
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,8500	2
25	Bloco recatatório controle especial c/ 100x1. Com impressão frontal. Tam. 21,5x15,5. Papel branco. (17133)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	1,8700	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	1,8800	2
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	3,2000	3
26	Etiquetas adesivas horário medicamentos diversos. Tam. 6x2. Papel adesivo. (17134)	UND	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	0,0300	1
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRÁFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	0,0500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2016**

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 27/2016		Data do Registro: 01/12/2016		Válido até: 01/12/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
27	Bloco notificação de receita B1 bloco 50x1.Papel azul com cantoto picotado. Tam. 25x10. (18888)	Bloco	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	2,7000	1		
			PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	2,7300	2		
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	2,9000	3		
28	Bloco notificação de receita B2 bloco 50x1.Papel azul com cantoto picotado. Tam. 25x10. (17136)	UND	PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME (9362)	PRINTSUL	0	11,3000	1		
			GRAFICA GUARAMIRIM LTDA (8832)	Grafica Guarar	0	11,4000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2016

Página: 78

Número do Registro de Preços: 27/2016		Data do Registro: 01/12/2016		Válido até: 01/12/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braço do Trombudo/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME (8835)	ALBGRAF	0	11,7000	3

Página: 8/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2016**

Número do Registro de Preços: 27/2016      Data do Registro: 01/12/2016      Válido até: 01/12/2017  
 Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material gráfico para as diversas secretarias do Município de Braco do Trombudo/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2016**

**PROCESSO Nº 47/2016**

(8832) - GRAFICA GUARAMIRIM LTDA

(8835) - ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA ME

(9362) - PRINT RIOSUL INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME

Braco do Trombudo, 1 de Dezembro de 2016.

**ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PREGÃO 13 2017 FMS**

Publicação Nº 1442515

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO</b>  CNPJ: 11.481.782/0001-44 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 13/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: 20/2017 Processo de Licitação: 20/2017 Data do Processo: 18/10/2017
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Aquisição de equipamentos odontológicos de acordo com proposta do Ministério de Saúde Nº 114817821160-01 para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 30/2017 (Sequência: 4)**

Ao(s) 29 de Novembro de 2017, às 10:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 006/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 20/2017, Licitação nº 13/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:****Participante: 6039 - ALTERMED MAT.ME. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	Mocho, aço/ferro pintado, com encosto, regulagem altura a gás.	UND	1,00	Metalic	0,0000	285,00	285,00
10	Compressor odontológico potência 1,0 HP, capacidade de 30 a 40 litros.	UND	1,00	Compbrasil	0,0000	1.199,00	1.199,00
<b>Total do Participante ———&gt;</b>							<b>1.484,00</b>

**Participante: 6156 - PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E OD**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Ultrassom odontológico, jato de bicarbonato integrado, modo de operação digital, caneta, transdutor do ultrassom autoclavável.	UND	1,00	Kondentech Scaler	0,0000	1.450,00	1.450,00
3	Jato de bicarbonato, base metálica para instabilidade, desumidificador, filtro de ar com demagem automática e caneta.	UND	1,00	Kondentech Pratical	0,0000	346,00	346,00
4	Aparelho de raio odontológico, 01 faixa de tensão ( KVP), instalação coluna móvel, modo de operação digital.	UND	1,00	Procion Coluna Movel	0,0000	4.000,00	4.000,00
6	Cadeira odontológica completa( equipo, sugador e refletor, com pedal, cuba porcelana/cerâmica, 01 ponta de auxiliar, seringa triplíce, equipo acoplado pneumático, refletor multifocal, terminais em até 3, cabeceira biarticulada).	UND	1,00	KAVO UNIK C4	0,0000	8.680,00	8.680,00
11	Autoclave horizontal de mesa digital, câmara de esterelização aço inoxidável, capacidade 25 litros, 220 volts. Itens que devem acompanhar o equipamento 2 bandejas, de alumínio, 1 cabo de energia, 1 copo medidor de plástico, manual de instrução e possuir registro na Anvisa.	UND	1,00	STERMAX EXTRA	0,0000	2.900,00	2.900,00
<b>Total do Participante ———&gt;</b>							<b>17.376,00</b>

**Participante: 6249 - MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Bomba de vácuo até 2HP/CV, potência, vácuo 0,5 HP/450 MMHG.	UND	1,00	ONIX	0,0000	1.995,00	1.995,00
5	Caixa de desinfecção de limas endodônticas, capacidade até 9 limas.	UND	1,00	FAVA	0,0000	59,00	59,00
<b>Total do Participante ———&gt;</b>							<b>2.054,00</b>

**Participante: 6538 - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	Fotopolimerizador de resinas, tipo led sem fio, diplay digital, tempo de aplicação disponíveis 10,20,60 e 99 segundos. Com bateria de lítio. Luz fria (azul) gerada por LED de alta potência 1250mW/CM2, bivolt automático. Desligamento automático ao final tempo solicitado. Corpo da caneta constituído em ABS e alumínio anodizado. Ponteira condutora da luz com giro de 360°. Alimentação 90-240V, comprimento da onda 420 a 480nm, bateria 3,7v 750 MA, rampa contínua e pulsado. Indicado para fotopolimerização compostas, ionômeros de vidro e adesivos, sessões de clareamento dental a base de peróxido de hidrogênio, colagem de bráquetes e acessórios.	UND	1,00	SCHUSTER	0,0000	592,79	592,79

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

CNPJ: 11.481.782/0001-44  
 PRAÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25  
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 13/2017 - PR**

Processo Administrativo: 20/2017  
 Processo de Licitação: 20/2017  
 Data do Processo: 18/10/2017

Folha: 2/2

**Participante: 6538 - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	Biombo plumbífero, curvo, estrutura em aço ou alumínio espessura de 02mm.	UND	1,00	NMARTINS	0,0000	3.000,00	3.000,00

**Total do Participante ———>** 3.592,79

**Total Geral —————>** 24.506,79

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 29 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
 Jean Carlos Correa da Costa Scharf - ..... - Membro  
 Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - Membro

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

Luiz Carlos dos Santos - ..... - Repr> Pro Hospital Sul Comerc



**ATA JULGAMENTO PROPOSTAS PREGÃO 32 2017**

Publicação Nº 1442554

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</b>  CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 32/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: 44/2017 Processo de Licitação: 44/2017 Data do Processo: 01/11/2017
Folha: 1/2	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Registro de Preços para a contratação de empresa especializada em serviços de arbitragem para os Campeonatos Municipais organizados pela CME (Comissão Municipal de Esportes) no município de Braço do Trombudo, envolvendo somente equipes do município.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 48/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 20 de Novembro de 2017, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 44/2017, Licitação nº 32/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Em seguida ao credenciamento das empresas, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura dos envelopes contendo as propostas, sendo as mesmas analisadas e rubricadas pelos membros da comissão e representantes. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Houve lances verbais. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

**LOTE: 1**

**Participante: 9217 - LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIAO DA CEBOLA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Arbitragem para futsal (contendo 2 (dois) árbitros e 1 (um) mesário	JG	200,00		0,0000	116,1127	23.222,53
2	Arbitragem para futebol suíço contendo 1 (um) árbitro e 1 (um) mesário	JG	70,00		0,0000	103,7821	7.264,75
3	deslocamento de arbitragem	D	60,00		0,0000	45,212	2.712,72
<b>Total do Participante ———&gt;</b>							<b>33.200,00</b>
<b>Total Geral —————&gt;</b>							<b>33.200,00</b>

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 20 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

Alair Franz Hein - ..... - Pregoeiro(a)  
Jean Carlos Correa da Costa Sharf - ..... - membro  
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz - ..... - membro

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO</div> <div>CNPJ: 95.952.230/0001-67</div> <div>PRACA DA INDEPENDENCIA,25</div> <div>C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC</div>	
<div>PREGÃO PRESENCIAL</div> <div>Nr.: 32/2017 - PR</div>	
Processo Administrativo:	44/2017
Processo de Licitação:	44/2017
Data do Processo:	01/11/2017
Folha: 2/2	

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CARLOS ELOI VALENTINI

- ..... - REP. ZANATA SPORTS & EVENTOS E

JACKSON RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS

- ..... - REP. LIGA DESPORTIVA DA MICROR

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 012-2017- LISTA FINAL DE INSCRITOS

Publicação Nº 1442899

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 012/2017

LISTA FINAL DE INSCRIÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 012/2017

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA Lista Final de Inscritos em ordem alfabética do Processo Seletivo para o cargo de PROFESSORES E COORDENADOR PEDAGÓGICO, MONITOR ESCOLAR I, MONITOR ESCOLAR II, MONITOR ESCOLAR III e EDUCADOR SOCIAL, conforme segue:

#### EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Professor de Educação Infantil

1741741 1JAQUELINE ADRIANA DREYER  
1741792 ADRIANA DEUCHER DE JESUS  
1740401 ADRIANA KOHLER  
1740600 ADRIANA SCHLINDWEIN LEITE  
1741544 ADRIANA SOUSA  
1741939 ADRIELLY LUANA PEZZINI  
1741442 ALINE DA SILVA MENDES  
1740060 AMANDA ZANCANARO  
1741798 ANA CAMILA RIBEIRO DE DEUS  
1741631 ANA CARLA DE OLIVEIRA  
1740475 ANA CAROLINA ANDRADE SANTOS  
1741304 ANA CRISTINA VIECELI  
1740791 ANA FLAVIA PAES DO NASCIMENTO  
1740054 ANA LUCIA DA SILVA LIMA  
1741920 ANA MARIA DE FARIAS FONTES  
1741540 ANA PAULA BERTOLINI  
1740818 ANDERSON DE SOUZA  
1741135 ANDRÉIA PALHANO SASSEMANN  
1741148 ANDREIA ANDRADE BRITO  
1740406 ANDRÉIA DE OLIVEIRA LARA  
1740553 ANDRÉIA IBERS DA SILVA BERTOLDI  
1741652 ANDRÉIA MINAS VIEIRA DOS SANTOS  
1741695 ANDRESSA MORELLI VICENTINI  
1740301 ANDREZA DOS SANTOS SILVA BRITO  
1741011 ANGELA CRISTINA BAGATIM TAVARES  
1741925 ANIELLI DAIANE DE OLIVEIRA  
1741533 ANIETE NUSKE BERNDT  
1740043 ANNE KAROLINE MORAES SILVA BARRETO  
1741732 APARECIDA DERUNGS EUZEBIO  
1740352 ARIANA TAISA SILVA  
1740328 ARIANA THAIZA DIDONE  
1741023 BEATRIZ LUCIA FELIPIM DA SILVA  
1741028 BEATRIZ PERÃO  
1740370 BERENICE BEATRIZ LIMA NATIVIDADE  
1740360 BIANCA LEITE  
1741521 BRUNA GERMANO  
1740697 BRUNA MARIA HODECKER  
1742078 CAMILA CÂNDIDA CRISPIM CARDOSO  
1741867 CAMILA COSTA  
1740536 CÁRIDA MARIA FUMAGALI  
1741817 CARLA PATRÍCIA SCHAEFER  
1740400 CARLA SILENE DE SOUSA  
1741278 CARLA XAVIER DA SILVA LIMA  
1741078 CARMEM LUCIA COELHO DA SILVA

1741670 CAROLINE STAROSCKY  
1740790 CELINA SANCHES DA SILVA  
1740954 CHIRLE MEYER MARQUES  
1741183 CIDNEIA VANIN MACEDO  
1741297 CINARA DEBATIN REIS  
1740913 CLAUDETE DARIA DE ARAUJO  
1740270 CLÁUDIA BOSS  
1740223 CLEOMARA WILLIAMS TURMAN  
1740808 CLEUSA DOS SANTOS  
1740253 CONCEIÇÃO ALBUQUERQUE FERREIRA  
1741568 CRISTHIANE GISELLE AYROSO ZIMMERMANN  
1740683 CRISTIANE FERREIRA DA SILVA  
1741819 CRISTIANE REIS SANTOS  
1740245 CRISTINA KOHLER FAGUNDES  
1741309 CRISTINE REIS SANTOS  
1740283 DAIANE APARECIDA DOS SANTOS MIRANDA  
1740626 DAIANE DE AGUIAR MARMENTINI ÁVILA DE SOUZA  
1740853 DAIANE ZIMMERMANN  
1740063 DALVA BLANDINA MARCELINO  
1740427 DANIELA BRAND  
1742005 DANIELA FERNANDA MAFRA NICOLETTI  
1741870 DANIELE BROGNI  
1740094 DANIELI DOS SANTOS COSTA  
1741303 DANIELLA GONÇALVES OLIVEIRA  
1741131 DANIELLY FURTADO  
1740403 DANILA TRIPODI LEONARDI AMARAL  
1740705 DÉBORA DOS SANTOS SILVA  
1740520 DÉBORA GUSTMANN  
1740655 DÉBORA SILVA SANTOS  
1741333 DEBORAH KEILA FIGLIUOLO  
1741541 DENISE POLLHEIM FUECHTER  
1740633 DENISE SERAFIM  
1740126 DENIZE COLOMBI CORREIA  
1740686 DIANA PATRICIA FUECHTER  
1741113 DIELMA MONTEIRO DA SILVA MOREIRA DA SILVA  
1741572 EDILAINE BRUNO  
1740502 EDINEIA SOARES DA SILVA  
1740156 EDNAIDE VICENTE DA SILVA  
1740638 EDNILVIA VICENTE DA SILVA  
1740454 ELAINE CRISTINA RICKEN DOERNER  
1740215 ELAINE CRISTINA SLOMSKY DE MELO  
1741893 ELAINE FORSTER  
1741635 ELIANE PELISSARO POSSERA SOLIGO  
1741665 ELIANI ANSELMO  
1741537 ELISÂNGELA ADAMI  
1740614 ELISÂNGELA MARQUES DA SILVA  
1740815 ELISANGELA RIBEIRO ROUX  
1740524 ELISANGELA SILVA SOUSA  
1740261 ELISIANE VIANA DA SILVA BROCARDO  
1740159 ELIZA BEATRIZ SCHMITZ  
1740500 ELIZETE JESUS DOS SANTOS  
1741924 ELIZETE SCHAPPO  
1740477 ELIZIANE APARECIDA RIBEIRO  
1740150 ELOÁ ANDRADE DE AZEVEDO DE MENEZES  
1740217 ELOÁ DE FÁTIMA VELHO GODINHO PEIXER  
1740031 ELOISA DALMOLIN  
1741409 EMÍLIA DE FÁTIMA COSTA FALCADE  
1741353 EMILY RODERMEL  
1740768 EREDIANE GUERRA  
1742011 ESTER GOMES SANTOS  
1741578 FABIANA DE ALMEIDA BORGIA  
1740456 FABIANA MAIA DA GRAÇA PINHEIRO PEREIRA

1740595 FABIANA RODRIGUES MARTINS	1741288 JULIANA ZICATTI SANTANA MARCOLLA
1740303 FABIANA TRIDAPALLI DELL'AGNOLO	1741795 JUSSARA BARON
1741473 FABRICIA CECHIN	1741044 KENIA BATISTA DA COSTA
1741604 FERNANDA APARECIDA LUCACHINSKI	1740681 KETINI CAROLINE TARTER
1741707 FERNANDA MONTIBELER CECATO	1741818 LARISSA DALAGNOL
1740588 FERNANDA PEREIRA DOS SANTOS PINHEIRO	1740822 LARISSA PÖPPER CASSANIGA
1741360 FERNANDA POLLHEIM JESKE	1740157 LARISSA ZANON FISCHER
1740096 FERNANDA RAISER BORK	1742104 LAURENIR DE JESUS SOUSA
1741160 FERNANDA SEVERINO BARBARESCO	1741889 LEIDIJANE SANTOS VEIGA
1741481 FLAVIA WOLF	1740488 LEILA LUPAS DE SOUZA SILVA
1741031 FRANCIELE MÁRCIA MAYER	1740435 LEILA MARINA SAUERBECK
1740115 FRANCIELLE NUNES DOS SANTOS	1741430 LENITA DA VEIGA
1741190 FRANCINE POLHEIM REIS	1741424 LENITA SILVA MANOEL
1740725 FRANCINE RAMOS DE CARVALHO	1740276 LETÍCIA BENVENUTTI
1740165 GABRIELA VOSS	1740658 LETICIA CARTURANO
1741027 GEISE HUGEN	1740724 LETICIA GOULART PACHECO GOMES
1740602 GERUSA MATILDE PAZA DE MELO	1741781 LICINIA DE SOUZA MAGALHÃES
1740470 GÉSSICA DIAS	1741441 LIDIA DERNER ALTINO DE FRANÇA
1740672 GILIN CASSEMIRO DA SILVA	1741780 LIDIANE DE SOUZA MAGALHÃES
1741636 GILVANETE SILVA DOS SANTOS	1740741 LILIA DE ALMEIDA SILVA
1741774 GILVIA EMMERT	1741589 LILIANE HAMES
1740642 GISELE BEATRIZ LOFHAGEN	1740066 LILIANE JOANA DE MENEZES
1741570 GISELE GELATTI	1741229 LINÉIA CARLISE SAVARIZ MONTEIRO
1740900 GISLAINE BRAZ DE OLIVEIRA	1740064 LIRIANE TOMASI
1740663 GLADYS REGINA GUIMARAES	1741892 LORENA TARGINO DE ALMEIDA
1741184 GLAZIELY APARECIDA DE OLIVEIRA ESSER	1741626 LUANA MARIA PEDRINI DEBATIN
1741021 GRACIELI MAGNAGNAGNO REBELO	1740322 LUCIANA MOLVERSTET
1741800 GRAZIELE DUARTE COTA	1740517 LUCIENE AMPARO DE SOUZA
1741197 HÉLEN CRISTIANE DIVINO	1740737 LUCIENE BATISTA DE LIMA
1740965 HOSANA APARECIDA ALVES MIGUEL	1741264 LUIZA CARLA MASERA DA SILVA
1740393 IDIANE SBERSE	1740353 LUZIA FURLANETTO DOS SANTOS
1741355 ILDA SOARES BECKER	1740495 MAIARA KLANN
1740141 INAJARA ANTUNES	1740446 MAIARA REIS SEMANN
1741952 INGRED MARA ECCEL MONTEIRO	1741793 MAINDRA MARIA BAMBINETTI
1740589 IOLITA CASSIANA DESIDERIO	1741134 MAÍSA OLIVEIRA DE MENEZES
1741397 IRONY ZMOZINSKI	1740582 MANUELA SOUZA BARBOZA
1740388 ISADORA ARAUJO DE OLIVEIRA	1741115 MANUELLA PEREIRA
1740200 IVAMAIRE ANDRADE GUIMARÃES MARTIMIANO	1741265 MARCIA BOHATCZUK RUDEK
1741153 IZABEL CRISTINA MACEDO	1740752 MÁRCIA REGINA ANGIOLETTI IMHOF
1740712 IZABEL OLIVEIRA CRUZ RODRIGUES	1742007 MARCIA STOCKI
1741014 JACIANE SILVA DOS SANTOS	1740762 MARCIANA STEDILE
1741950 JAKELINE ANGIOLETTI KOHLER	1742055 MARIA APARECIDA LANA DE OLIVEIRA
1741067 JAMILE SOARES DA SILVA	1741632 MARIA CRISTINA CORREA
1740476 JANAINA DA SILVA	1741060 MARIA DE FATIMA PEREIRA
1741438 JANAINA TAIS BRANDT	1740797 MARIA DE FÁTIMA PEREIRA FONSECA MARCOLLA
1740372 JANDIRA ANTONIA DE SOUZA	1741566 MARIA ELISABETE GROH BECHTOLD
1740409 JANETE ALVES	1742003 MARIA ELIZANDRA SCHAEFER ALVES DO SANTOS
1741628 JANETE SCHABERLE GOVEIA	1741305 MARIA ERNESTINA GONÇALVES OLIVEIRA
1742041 JANETE SCHMITZ MOREIRA	1741371 MARIA ESTER SILVA
1741345 JANICE COELHO SOARES	1741683 MARIA JAQUELINE CETTOLIN
1741022 JANIÉLI BEATRIZ HAHN	1741010 MARIA JÚLIA DOS SANTOS DOMINGOS
1740750 JAQUELINE MARIA SELEVON	1740613 MARIA JULIA FELLER PFLEGER
1742120 JAQUELINE PEDROTTI	1741161 MARIA LUCILENE PINHEIRO CORREA
1740591 JAQUELINE PÜHLER	1741844 MARIA MARCHI FANTINI
1741607 JENNYFER DAYAN APOLINÁRIO	1740382 MARIA ODETE RODRIGUES PEDROSO
1741462 Jennyffer Aparecida de Jesus Coelho	1741661 MARIA REGINA AGUIAR DOS SANTOS
1741942 JÉSSICA ANGIOLETTI HOFFMANN	1741126 MARIA SABRINA MOTTA
1741063 JÉSSICA EMANOELI KORMANN	1740274 MARIANA LUIZA SESTARI BERTHOLDI
1741508 JÉSSICA MONIQUE BUSS	1741157 MARIANE DUBIELLA DE FARIAS
1741315 JÉSSICA RONCÁLIO	1740051 MARIELE BERNARDO
1740953 JÉSSICA VANESSA GROH	1740860 MARILDA NEDUZIÁK DE LIMA
1742099 JOSIANE APARECIDA FRANÇA LEITNER	1741538 MARILÉIA LAURINDO ZANCANELA
1740073 JOSIANE ASSIS DA SILVA	1740748 MARILENE VISCONTI
1741744 JUCIMARA COELHO SALVADOR	1740734 MARÍLIA BARBOSA DE TOLEDO
1741668 JULIANA DA SILVA	1742026 MARILIAAPARECIDA BUENO
1741348 JULIANA DOS SANTOS	1741222 MARILU LUIZ CORDEIRO DA SILVA
1741831 JULIANA GONÇALVES DA SILVA	1740680 MARINEI DE SOUZA
1740794 JULIANA SGROTT VEBER	1742070 MARISTELA CRISTANI PAZ
1740767 JULIANA SILVEIRA KOHLER	1740107 MARISTELA SILVEIRA GAMBA

1740622 Marli de Lourdes Balotin  
 1740771 MICHELE GONÇALVES SCHWAMBERGER  
 1740320 MILEIDE GONÇALVES ALBARNAS  
 1740984 MILENA BENVENUTI  
 1740647 MIRIAN LUCIELE DE MOURA ESTIVALET  
 1741030 MONICA OLIVEIRA DE JESUS  
 1741257 MONIQUE BRAZ PAIÃO  
 1740652 MORGANA CARINA GERMER PEREIRA  
 1740465 NÁDIA SCHAEFER COMPER  
 1740330 NADIR APARECIDA WILBERT  
 1740850 NEIDE NECKEL AMANCIO  
 1740304 NEILA BECKER ALBERTON  
 1741247 NICOLE SUAVI MENDES  
 1740940 NOELI MATTIOLI FISCHER  
 1740874 OSMERINDA GOMES DA SILVA NICOLAUS  
 1740196 PAMELA HARLOS  
 1741370 Patrícia Coutinho Puccini  
 1741584 PATRICIA DE CAMPOS PAVESI  
 1740533 PATRICIA MENNA BARRETO  
 1740219 PATRICIA OLINGER  
 1741588 PATRICIA QUINDOTA  
 1740449 PRISCILA BIANCA ECCEL  
 1740143 PRISCILA DE PAULA SOUSA  
 1741797 PRISCILA LUIZA ROTTA  
 1740451 QUESIA SILVEIRA DE MIRANDA  
 1740398 RAFAELA VISENTAINER GONÇALVES  
 1741760 RAFAELLA FERNANDA DA SILVA  
 1740153 RAQUEL CRISTINA HAAG NASCIMENTO  
 1740185 RAQUEL DE JESUS NUNES  
 1740432 RAQUEL LEONILDA DOS SANTOS TOLEDO  
 1740689 RAQUEL SILVEIRA FERREIRA  
 1741608 REGIANE RODRIGUES  
 1740275 REGINA COELI TOCANTINS DA CRUZ  
 1741858 REINILDE STAROSKY  
 1741227 RENATA BETINELLI  
 1740387 RENATA TAMAZIA  
 1741480 ROBERTA KEISY MATOS FERNANDES  
 1741019 ROSANE BARRETO CLAUDINO NOGUEIRA  
 1741114 ROSANE MORAIS DE REZENDO  
 1740431 ROSANI MINATTI  
 1742111 ROSANI ROVERSI HILLESHEIR  
 1740302 ROSEMARI NUNES DA SLVA  
 1740512 ROSEMEIRE DA SILVA OLIVEIRA  
 1741111 ROSEMERI BREHM  
 1740806 ROSIANE DE OLIVEIRA  
 1740979 ROSIANE ORTMANN  
 1740826 ROSIMAR APARECIDA DA SILVA GONZAGA  
 1740519 RUTE MARIA DOS SANTOS GONZAGA  
 1741859 SABRINA NUSS  
 1740268 SABRINA OLIVEIRA PEREIRA  
 1741639 SALETE PALMA BONETTI  
 1740485 SAMAR EGER MASSANEIRO  
 1741457 SAMARA EVELYN ALBINO  
 1741186 SANDRA OLIVEIRA DE SOUZA  
 1740251 SANDRA REGINA GEVAERD DA SILVA ANDRADE  
 1740929 SANDRA REGIS DELMONDES GOIATTI  
 1741207 SANDRA RIOS  
 1741358 SANDRIELE RUTHS  
 1741785 SCHIRLEI SCHAMBACH TAVARES  
 1741765 SEVERINA DE ARAUJO CRISPIM  
 1740169 SHEILA MARA PAZA  
 1741865 SHEILA SCHOFFEL  
 1741530 SHEILA SESTREM  
 1740840 SIDNÉIA DUTRA  
 1740592 SILVANA APARECIDA DOS SANTOS  
 1741645 SILVANA MARTINS FONSECA  
 1740092 SILVANA SILVA LIMA  
 1741594 SILVIA CRISTINA SEIBEL RONCHI  
 1740703 SILVIA DECKER TEIXEIRA

1740650 SIMONE KOHLER  
 1741610 SIMONE LOURENÇO  
 1740367 SIMONE PEREIRA  
 1740646 SONIA NASCIMENTO ARAUJO  
 1740072 SONIA REGINA MAFRA BOURDOT  
 1741477 STEPHANY ESTEVO DE SOUZA  
 1741705 SUELI DA CONCEIÇÃO  
 1742114 SUZANA MARIA DA SILVA BACHES  
 1740566 SUZANE DONINI  
 1740061 SUZETE CATARINA DIEGOLI  
 1741363 TAIANA CAROLINE KLETTIMBERG  
 1741375 TAINÁ MORITZ  
 1741097 TAÍS CARDOSO OLIVEIRA  
 1740839 TALITA TAMBOSI  
 1740321 TAMIRES APARECIDA COMPER  
 1740260 TAMIRES CURCIO SOARES CERVI  
 1740522 TAMIRES GONÇALVES DA SILVA  
 1741350 TÂNIA ADRIANA DE GODOY DUARTE  
 1741905 TÂNIA MARA DO NASCIMENTO  
 1742122 TAYNARA ZEITZ  
 1740305 TEREZINHA DE SOUZA DA SILVA  
 1740988 TEREZINHA DE SOUZA FORTES  
 1740583 THAIS HANK FERREIRA  
 1740085 THAIS SCHLINDWEIN  
 1740184 THAYNARA THAÍS WIPPEL  
 1741727 THAYS BALBINO FERNANDEZ  
 1741064 TUANNY FERNANDA MELO DA SILVA MENEZES  
 1740670 VALDECY DOS SANTOS NASCIMENTO  
 1740942 VALDENICE DO ROSÁRIO DA PAZ NASCIMENTO  
 1740252 VALDIRENE DA SILVA PAIXAO SANTOS  
 1740390 VALQUIRIA FELIPE ODISI  
 1741401 VANESSA CASTRO REZENDE  
 1741769 VAQUIRIA DE AMORIM  
 1741576 VERIDIANA MARIA DOS SANTOS PEZZINI  
 1741857 VILMA DA FONSECA FRUTUOSO MONTIBELLER  
 1741778 VIVIAN MARIA BARNI  
 1741018 VIVIANA RAUX LASCH  
 1740721 VIVIANE BERNARDI  
 1740870 VIVIANE DE OLIVEIRA SANTOS  
 1740700 VIVIANE LIMA DOS SANTOS  
 1740964 WALQUIRIA ASSIS DA SILA.  
 1740214 WALY GONÇALVES DE OLIVEIRA  
 1740761 ZENAIDE ALEXANDRE JACINTHO  
 1741701 ZENILDES SOUZA SANTOS

## Professor Anos Iniciais

1742013 ADELIN BELLO  
 1741554 ADELITA TEREZINHA DOS SANTOS  
 1742049 ADRIANA DE PROENÇA SANTOS  
 1740531 ADRIANA SILVA JUREMA  
 1741418 ADRIANE MARTA AROZI GABOARDI  
 1740354 ADRIANO ZANCANARO  
 1740293 ALAN AVES PAZ  
 1741655 Aleandra Carla Bechtold  
 1740781 ALEXANDRE ANTÔNIO DUARTE  
 1740510 AMÁBIL MONTEIRO RIOS  
 1741823 AMANDA RUDOLF BATTISTI ARCHER  
 1741547 ANA CRISTINA SCHORK  
 1741884 ANA MARIA WILBERT  
 1740205 ANA PATRICIA DA SILVA COSTA  
 1741340 ANA PAULA RODRIGUES FERREIRA  
 1740627 ANDREA MARILEY MOSER ERTAL  
 1740093 ANDREA SILVA DOS SANTOS  
 1740349 ANDREIA CRISTINA SCHWEIGERT WILBERT  
 1742034 ANGELA MARIA DE SOUZA E SILVA  
 1741175 ANGÉLICA APARECIDA HOFFMANN  
 1741032 ARIANA APARECIDA DE LIZ  
 1741082 BEATRIZ MAGALHÃES CAMPOS  
 1741686 BRUNA BARBORZA



1741891 CAMILA DE OLIVEIRA	1741951 MARIA DA GLÓRIA DA SILVA
1740801 CARINA ALESSANDRA SPIESS	1741206 MARIA RAQUEL LOPES MACÊDO
1741068 CARINA VENTURELLI	1741390 MARIA SELITA TOMASI
1741696 CAROLINE BITTENCOURT	1740637 MARIA SONIA DASILVA
1740314 CHRISTIANE MARIA MORA	1740134 MARIANA DE OLIVEIRA MADUREIRA
1740893 CLAUDINÉIA LÁZARI DE FREITAS MARCOS	1740624 MARIANA MAESTRI CAVILHA
1741482 DAIANE RODRIGUES DOM	1740259 MARINILZA OLIVEIRA SANTANA DA SILVA
1741723 DANIEL ANTUNES TALMA	1741150 MARISE SOARES BRAGA
1741001 DANIELA HERR MARTINS	1740857 MARISTELA VIEIRA AMORIM
1740625 DANIELI MARTINS PEREIRA	1741130 MARLI DA CRUZ
1741326 DEBORA REGINA VENÂNCIO	1742082 MARTHA ALEXANDRA PEIXOTO SOUZA PAIVA DE SOUZA
1742065 DÉBORA RIBEIRO	1740678 MAYARA DA SILVA
1740198 DENICE MARIA MOREIRA CARGININ	1741420 MICHELE FERNANDA COSTA
1740136 DEYSE DE ANDRADE BEZERRA	1741802 MICHELE MAIERLING BARON
1740191 DIANA MARIA PEREIRA	1741641 MILENE FERREIRA CAMPOS DIAS
1740437 EDIANE IZABEL CAPPELLARO FRANCISCO	1742044 MORGANA GELATTI BIANCHINI
1741317 ELAINE CRISTINA DALAGNOLLI	1741209 MORGANA TACHINI
1742038 ELEANDRO DE JESUS CONCEIÇÃO	1740480 NÁDIA CRISTINA SEDREZ
1741898 ELIANE OLIVEIRA DOS SANTOS	1741379 NADLLA NASCIMENTO BEZERRA
1741582 ELLEN CRISTINA MORAES DE SOUSA	1740555 Nanci MARIA DOS SANTOS
1741810 EMILIANA FACHINI HORT	1741693 NILZA MARILIA NAZARÉ DA COSTA HAICK
1740521 ERICA RENATA FREIRES DA CRUZ	1741426 OLIVIA ZEN MANEA
1741820 ÉVELIN TUXEN CUNHA DE SOUZA	1740864 OZIELITAS DA SIVA SANTOS
1741038 EVENITA BEATRIZ BONOMINI	1740032 PALOMA SOSSMEIER
1742004 FABIANA BATISTA FROESCHLIN	1740926 PATRÍCIA FENSKE VIEIRA
1740513 FABIANA ELISA GOMES	1740430 PATRICIA INÊS COLOMBI RISTOW
1740548 FÁTIMA DO SOCORRO RABELO CHAVES	1740493 PAULA KARINE LIMA SEBALD
1741003 FLAVIA GIZELE COSTA DA SILVA	1742042 PRISCILA ALVES DE SOUZA
1742022 FRANCINE MARCOLLA CASAGRANDE	1740203 PRISCILA DE CASSIA ALVES
1741496 FRANCINE TAÍS BUTSCH PONTICELLI	1742090 RAQUEL DE FARIAS RIBEIRO
1740070 GENIVAL FARIAS DE SOUSA	1741436 RENATA BUOSI MONTEIRO
1741808 GISELLE MARCIANA DE PAULA	1741617 RITA DE CÁSSIA SANDERSON DOS SANTOS
1740766 GRAZIELA BOASZCZYK DALCASTAGNER	1741581 RODINELI@HOTMAIL.COM
1741440 HEIDE BRUNS VAILATI	1740287 ROGER LUIZ MOTA
1740511 HELOISE DE AMORIM DE FERREIRA	1740247 ROSANA PAULA DE ABREU PAZ
1741915 IRMGARDT HORN CONSTANTINI	1742051 ROSANGELA PEREIRA
1741343 ISABEL SOARES BENITES	1740359 ROSANIA SOARES CARMINATI
1740376 JACIONE LONGUINHO DA SILVA	1742009 ROSIMARY DE SOUZA ALBUQUERQUE
1740736 JAINE DOS SANTOS PEREIRA SABINO	1740127 ROSIMEIRE OLIVEIRA SANTOS
1740990 JAQUELINE MALESKI	1741872 ROSIMERI MERIZIO
1740528 JERUSA BRAGA DA SILVA	1741307 RUDVAN QUINTO DE SOUZA SANTOS
1741600 JOICE DE OLIVEIRA DUARTE	1741609 SAMARA DO SOCORRO FERREIRA AATAIDE
1740963 JOSÉ EDERALDO SANTANA DA SILVA	1740890 SANDRA REGINA CARVALHO DOS SANTOS
1741208 JOSÉ LUIS RODRIGUES DO ROSÁRIO	1741171 SILVANA APARECIDA REZINI
1741563 JOSEMERY LUCY POFFO RONCAGLIO	1740859 SILVANA VARAL DE LIMA
1742125 JUÇARA SPENGLER	1740804 SIMONE CHIMINELLI
1740970 JUCIARA DA SILVA PEREIRA OLIVEIRA	1741147 SIMONE DA SILVA
1740998 JULIANA MARIA SCHOVAMBACH GOMES	1741106 SIMONE DE CAMARGO FIEBIK DE PAULA
1740106 JULIANA PEDROSO BRUNS	1740282 SIMONE PEDROSO DE SOUZA PRIOR
1740109 KARINA PINTO	1740590 SIMONE SARDÁ DE SOUZA SCHLICHTING
1740244 KARLA PINHEIRO GRIMM	1741986 SOLANGE VIERA
1741335 KEILA DI PELLI MACHADO PEREIRA	1741204 SOLANGE EGER MICHEL
1741381 KEILA KALBUSCH SANTANA	1741319 SOLANGE PEDROSO ALEXANDRINO FERREIRA
1741325 KENIA BEATRIZ KRIEGER	1740448 SUELLEN HOFFMANN
1740108 LEIVI CRISTIANI MINATTI	1740807 SUSANA DA SILVA OLIVEIRA
1741446 LENEMAR CAVICHIOLI ZIRKES	1740578 SUZANA DE SOUZA
1741076 LIDIANA KARVAK ABREU BONFANTI	1740164 SUZANE BECKER
1740102 LISIANE DELCASTANHER	1741504 TAIANI VICENTINI
1741459 LÍVIA ZUCCOLI BARBOZA	1741218 TAINA REGINA WILL
1741881 LUANA CONTANTINO WESTARB	1741354 TAÍRIS DA SILVA POLETO
1742008 LUANA DOS SANTOS RUDOLFO	1741072 TALITA SILVEIRA BORGES
1741427 LUANA SCHWAMBERGER	1740947 TAMIRES DADA HODECKER
1741526 LUCIANA APARECIDA ZUCHETTI VISMARA	1741648 TAMIRES RODRIGUES BEZERRA
1740554 LUCILENE KOHLER	1740049 TAMMY PIACENTINI ROVARIS
1740486 LUCINÉIA BARBOSA DE OLIVEIRA	1740928 TÂNIA MARIA SPENGLER RAMPELOTTI
1740281 MARCELA PEIXE	1740022 TANIA TODT
1740717 MARCIA ROSIN GASPAS	1741919 TATIANA KLOSTER DE OLIVEIRA
1740991 MARIA ANGELICA SEDREZ MÜLLER	1740018 TATIANA NADIA DOS REIS RAIMUNDO
1740821 MARIA APARECIDA NEVES DE ANDRADE	1741714 URDELINA CLARICE VECHI

1740561 VALDETE DE CARVALHO ANDRADE  
 1740599 VANDA MARIA RUARO DA SILVA  
 1740058 VANDENILCIA DE SOUZA BARTH  
 1740256 VÂNIA CRISTINA DA FONSECA NAVES MARTINS  
 1740992 VITÓRIA ELENA WERNER STAACK  
 1740564 VIVIAN MACHADO FLORIANO RIBEIRO  
 1740971 VIVIANE FRANCISCO DE ASSIS  
 1741848 YHASCARA AMORIM SILVA SOUZA

#### ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS E ENSINO MÉDIO

Professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira

1741937 ANDRYELE BATISTA VALENTE  
 1740299 ARON SILVEIRA FIALHO  
 1741515 BRUNO MARQUES DUARTE  
 1740331 CLAUDIA MARA DIAS RODRIGUES  
 1740620 DANIELA RODRIGUES  
 1741561 DAYANA DA SILVA MENDES  
 1741999 DÉBORA REGINA AMORIM  
 1740824 EUNICE ALBRECHT  
 1741452 GIANNE MALINVERNI PAGLIOSA PEIRÃO  
 1740644 JAQUELINE CACHOEIRA DIAS  
 1740726 JESUA EVANGELISTA DOS SANTOS  
 1740024 JULIANA COSTA MASERA  
 1741929 KARINE MAESTRI  
 1740830 LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS  
 1740306 MARANÚBIA DA SILVA RAMOS REIS  
 1741789 MARCUS VINICIUS FONSECA DO VALE  
 1742126 MARELI FERREIRA ZIMMERMANN  
 1741258 OSÉIAS COUTO DOS SANTOS  
 1742123 RAQUEL MARIA CARDOSO PEDROSO  
 1741776 REGIANI BERTOLDI  
 1741763 ROGÉRIO PEREGO  
 1741565 ROSELI STOLFI SCHLINDWEIN  
 1740119 THAIS HELENA TARTER  
 1741783 VALDINEI APARECIDO DA SILVA CHAVES

Professor de Língua Estrangeira Moderna / Inglês

1740885 BRAIAN FELIPE HOCHSPRUNG  
 1741653 DANIELA WILCKE 1741590 EMILIANE ELI HUBER  
 1741156 GABRIELA KNIHS DA LUZ  
 1740858 HELOISE FERNANDA MACHADO KÜNTZER  
 1742043 HENRIETTE DIAS MEDEIROS SILVEIRA  
 1740955 JORGE LUIS MOREIRA JUNIOR  
 1740579 KARLA KAROLINE KRUGER  
 1741081 LARISSA CRISTINA RIFFEL  
 1740764 LARISSA PEIXE  
 1740323 MAIARA PETRUSCHKY  
 1740399 MARCOS ROBERTO KLANN  
 1741962 MARIA REGINA POLICARPO PAULO  
 1741847 MARIANA BARBOSA DE TOLEDO  
 1740155 MONICA RIFFEL  
 1741474 RODRIGO VILMAR TEIXEIRA  
 1741717 THAISE FLORIANI  
 1740845 VALÉRIA VENCIGUERRA ROMAGNOLO DOS SANTOS  
 1740651 VERÔNICA SENEM RAMOS

Professor de Língua Estrangeira Moderna / Espanhol

1741888 HELOISA SCHLINDWEIN  
 1741749 NILZA PIERITZ

Professor de Matemática

1740284 ADRIANE MAPELLI  
 1741399 ALEX LEVY SOUSA SILVA  
 1740782 ALEXANDRA CIM  
 1741904 ALEXANDRE DE SOUZA  
 1741376 ANELISE HODECKER  
 1740160 CAROLINE PAVESI  
 1740395 CRISTIANO MARCONI DA LUZ

1741062 DRIELLI DOS ANJOS  
 1740758 EDINEI POPPER  
 1740854 EDUARDO ZANCA  
 1740394 ERICK DE PAULA PATRICIO  
 1740509 EVERTON ODISI  
 1740910 FABIANE ALVES DA SILVEIRA  
 1740162 FERNANDA SCHULENBURG  
 1742084 FREDDY VINICIUS COSTA  
 1741050 GUSTAVO DE LIMA ANDRADE  
 1741868 ISAC WASHINGTON BECKER  
 1740187 JOBERTH SANTOS COSTA BOLSANELLO  
 1741383 JOSÉ ANTÔNIO SILVA DA SILVA  
 1741605 JOSELAINE DOEGE  
 1740087 JULIA GABRIELLA PEDRINI  
 1741961 LUANA SCHLINDWEIN IMHOF  
 1741057 MANOEL CARVALHO FELIX  
 1741392 MARCIO FURBRINGER  
 1740880 MARCOS VINÍCIUS BERTHOLDI  
 1742027 MARIA VANETE PIEPER  
 1741128 MÁRIO SIDNEI SCHAEFER  
 1742017 MARLIANE MOSER  
 1740048 RAFAEL KLABUNDE  
 1741684 RAFAELA PERAZZA  
 1741239 RICHARD ARIEL KLANN  
 1741499 ROBERTA NEGRELLO  
 1740934 RUBENS CESAR MORESCO  
 1741649 SAMUEL HAAG  
 1741219 SANDRA DENISE FLORIANI  
 1740694 SHAIANI ALINI HODECKER  
 1741567 SILVANA APARECIDA MARTINS  
 1740715 SOLANGE MARIA BATISTA  
 1740280 TAINÁ DA SILVA  
 1741107 VILMAR COELHO

Professor de História

1741365 AGNALDO BUENO LOPES  
 1741634 ALAN RODRIGO ROCHA  
 1740619 ALISSON PEREIRA DOS SANTOS  
 1741878 ANDRÉ APARECIDO MENDES  
 1741716 BRUNO ZORRER  
 1741703 CARLOS EDUARDO DA SILVA  
 1741742 CATIA HELENA SOARES BARNI  
 1741510 CLEUVIR ANTONIO PEROTONI  
 1740876 EDU GEVAERD NETO  
 1741644 ELISANGELA HOFFMANN  
 1741460 FRANCK ALEXANDRE DUTRA FARIAS  
 1740972 GLADSON MATOS CANUTO  
 1742131 GRAZIELA MAFFEZZOLLI  
 1740951 ISRAEL PRADO GRIMM  
 1740311 ISRAEL SCHARAN  
 1742128 JAEI JAIME RAINERT  
 1741189 JANAINA BORGONHA SANTANA  
 1741164 JOÃO SOARES DA SILVA  
 1742089 JULIANA DE OLIVEIRA SÉRIO  
 1740846 LEANDRO SÁVIO CARVALHO DAMASCENO  
 1740656 LETICIA THOMAZ  
 1741211 LUANA MAFRA  
 1740666 LUCIANO AMORIM  
 1741523 MAICON JOSE BAMBINETTI  
 1741416 MARCIA ERBS  
 1741368 MARIA ZUILA DE OLIVEIRA  
 1740664 NATHALIA LÚCIA SOBRINHO PEREIRA  
 1741751 NELMA LIMA TIMM  
 1741562 PAOLA VANESSA ZANOTTI PITONI  
 1740239 ROBERTO HOCHSPRUNG  
 1740994 ROBSON ARLAM DOS REIS GUEDES  
 1742085 ROGÉRIO SANTOS PEDROSO  
 1740369 SILVIA HELENA DIAS BELLO  
 1741633 SILVIA NATHÁLIA VAZ TAVARES



1741170 SONIA MARTINS DE ARAUJO

1741711 TIAGO DA SILVA SANTOS

1741596 VALMIR CHEROBIN

1741282 VANIO CESAR BUSSOLO

## Professor Geografia

1740617 CARLA CRISTIAN UHLMANN

1740881 CASSIANI DE FATIMA PEROVANO

1741614 FILIPE DE SOUZA

1741084 FRANCIELE BERNARDI

1741611 GUILHERME CEZAR SOUSA VIEIRA

1740660 JANDERSON MARANHÃO GOMES

1741002 JHEMERSON AUGUSTO DOS SANTOS LIMA FRIAES

1741837 JOELCI MACIEL SANTETTI

1740129 JOSUÉ ALVES DO NASCIMENTO JÚNIOR

1740609 LEONARDO DA SILVA CARVALHO

1741940 LIGIA DALMARCO

1740608 LUCAS PANDOLFI LEVANDOSKI

1740374 LUIZ ANTONIO BEUTING

1740019 LUZIA HORNER SCHLINDWEIN SGROTT

1740361 MATEUS JOSE CONRADI

1741731 MAURICIO GALVAO BENTO

1741428 PAULA ROBERTA CAVIQUIOLI

1740506 SELMA CILENE KORMANN VERWIEBE

1741149 SYLMARA FERREIRA DUARTE HYARUP

1741692 TIAGO RAFAEL VICENTINI

## Professor de Arte

1741758 ADRIANA BEATRIZ PACHER RAACH

1741047 ALICE HOFFMANN KNIHS

1740576 ANA PAULA KERME HARTHMAN DE OLIVEIRA

1740181 ANA SOLANGELA LACERDA BENDER

1741766 AZENIR DEICHMANN LEMES

1741676 BEATRIZ ZANCANARO DOS ANJOS

1741619 BIANCCA BAILLO LOPES

1741483 CINTIA TORRESANI PAGEL

1740639 CLEIDE REIS SILVA

1741592 DENISE TARCIANA TACHINI

1740026 ELISANGELA BERTOLINI BRASIL

1740539 ELISEMAR JACOB PERING

1741907 JONATHAN SCHIESL

1741949 LEONARDO HECKERT

1740182 LOUISE CLEMENTE

1741821 LUCIANA FERREIRA DA SILVA

1741875 LUIS HENRIQUE PETERMANN

1740677 MARLY GAIGUER

1740743 MARLY LIMA DOS SANTOS LUNARDELLI

1741557 MATHEUS TEIXEIRA

1740922 MICHELE SCHMITZ RICCIO

1740175 SALETE ADAMI LOPES

1741972 SANDRA HODECKER SCHARF

1741362 SÉRGIO LUIZ WESTRUPP

1740606 SILVANA DOS SANTOS

1741896 SUELI PEDROSO DE SOUZA

1740183 TACIANA DADA

1741167 TANIA REGINA SILVA DA ROSA NUNES DA SILVA

## Professor de Química

1741601 ADRIANE VIEIRA CARDOSO

1741752 ALEXANDRE CID BARROS

1741846 CÍNTIA MERISIO PEDRINI

1741916 CLEITON ODISI

1740832 JANAINA DE MENDONÇA PANDINI

1741431 MARIA PAULA SANTANA

1740586 MARTA ELIANE DOUMER

1741883 PAULA ELAINE BUSSOLO

1740546 THAYNNA DA ROSA HECKERT

1740690 VANTUIR DIONISIO JUNIOR

## Professor de Física

1742145 DANILO FURLAN KAID

1741105 DORIVAL MANOEL SOUZA JR.

1740866 JADSON DA SILVA SANTOS

1741470 MARLON COMANDOLLI

1741747 PRISCILA WEILER

## Professor de Biologia

1741650 ALESSANDRA TRINDADE CID BARROS

1741234 FERNANDA LIPPERT

1740695 GLAUCO UBIRATAN KOHLER

1741908 LUCIANA CARAPUNARLA

1741475 MARCELO BOCCIA LEITE

1740537 NATALIE REALI

1740236 SARAH DE PAIVA SALES RABELO

## Professor de Filosofia

1740220 ANDRÉ MOTTA MACEDO

1740147 DIRCEU SCAPIM

1740273 FÁTIMA APARECIDA PONTES

1741719 GILMAR ANTONIO MALLMANN FEIL

1740786 JOEL PEDRO FÜHR

1741597 LUIS CARLOS AIRES

1741775 MATHEUS OBEIDI CRUZ DIAS

1740385 MAYARA BARREIROS DE MATOS

1740865 PAULO JUNIOR MARINHO GOMES

1742061 PAULO RUCARDO GAYER PEREIRA DA COSTA

1740778 REGINALDO SOUZA DA ROCHA

1740291 SERGIO DE OLIVEIRA RODRIGUES

## Professor de Sociologia

1742064 ADRIEL DE FARIAS RIBEIRO

1741791 ILSE KRIEGER

1741662 JULIANA INEZ DA SILVA DIAS

1742101 PABLO AUGUSTO SILVA

## Professor de Ensino Religioso

1741256 MARIA UMBELINA TEIXEIRA DE SOUSA

1740266 VAGNER JOSÉ KOHLER

## Professor de Ciências

1740674 ALINE COELHO DOS SANTOS

1740062 APARECIDA ASSUNTA PALMA FERREIRA

1741545 CAMILA DO ESPIRITO SANTO

1740754 CLEITON BRUNO PIRES

1741801 DANIELE LIMA DOS SANTOS

1740800 DANIELLE TEIXEIRA DOS SANTOS

1740272 DAVID MARCELO GONÇALVES

1741117 DIOGENES PRADO DE OLIVEIRA

1741860 EDERSON CARLOS DE CAMARGO JUNIOR

1741053 FABIANO BUTSCH 1740977 FABIO BOSIO

1741006 GERUZA FERREIRA HAUBERT

1741016 GISELE MORAES BUCH

1741787 INES GABRIELA WEBER NUNES CAMARGO

1740098 JOSEANE DE SOUZA ESTEVAO

1740898 JOSIANE NUNES

1742010 LUANA GABRIELA SCHWARZ HOLETZ

1741314 MAURICIO SOARES HALAIKO

1740605 MOISES KRIEGER

1741583 PAMELA C. FELIPIM DA SILVA FISCHER

1741506 VANESSA REGINA GONÇALVES

## EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

## Professor de educação Física

1741556 ADONIS MARCOS LISBOA

1740463 ADRIEL FELIPE DUARTE

1740436 ALBINA ROSA CABRAL

1741729 ALEX KREUSCH

1740649 ALEXANDRE BARROS DA ROCHA	1741975 GUSTAVO JOSENDE CAETANO
1740324 ALEXANDRE SILVA FONSECA	1742148 GUSTAVO LUIZ DE SOUZA VINOTTI
1741216 ALEXANDRO LEAL SEIDLER	1740208 HELIO PEREIRA DOS SANTOS
1741328 AMANDA DALBOSCO	1741855 IRINEU MARQUES
1741852 AMILTON SARAIVA DA SILVA	1741342 ISRAEL LUIZ PEREIRA
1740798 ANA PAULA DE SOUZA	1740206 IZABEL DIAS SANTANA
1742045 ANA PAULA RODRIGUES	1740987 JACI FRANCISCO VECHANI
1741933 ANDERSON JEISON ADOLFO DA SILVA	1741777 JACKSON DOUGLAS DE MATTOS
1742141 ANDERSON ROSA CAVALCANTI	1741172 JAIR MACHADO JÚNIOR
1740501 ANDRÉ FABIANO GNOATTO	1742016 JAMERSON VANDRESEN
1740997 ANDRÉ MOSER	1741497 JEAN IUNCEK
1740410 ANDREIA BOSIO	1740811 JEAN PIERRE VINOTTI
1740742 ANTONIO WILLIAM DA SILVA	1741623 JEFERSON DE SOUZA
1741292 ANTONY MARCIO TARGINO DE FREITAS	1740877 JEFERSON GONÇALVES DOS SANTOS
1741815 ARIANE PETROSKI DE BRITTO	1740936 JENIFER LUANA DIETRICH
1741666 ARIEL DA LUZ SILVA	1740180 JENIFFER MATTIOLI
1740944 ARIELA BOAVENTURA BRASIL	1741981 JESSICA KOVALEC
1740418 BENTO ELIOMAR SGROTT	1740042 JESSICA PAMELLA BENEDET DE MORAES
1740514 BRUNO FERREIRA DE FERREIRA	1740140 JÉSSICA ROTHERMEL BRETZKE
1740828 CAMILA JORGE	1741425 JHONATA KLEBER MANOEL
1740802 CAROLINA DIAS CENIZ	1741725 JOAO RAFAEL DIAS
1740131 CAROLINA DA SILVA	1740610 JOSE CARLOS DE OLIVEIRA
1740716 CAROLINE BEZERRA	1740573 JOSÉ EDUARDO FAGUNDES
1741759 CÁSSIO SCHAUEMBERG DE CAMPOS	1740584 JOSE LUIS BAMBINETI
1742001 CINTHIA GOMES PEREIRA	1741323 JOSÉ OTÁVIO FURTADO RAMOS
1741069 CLAUDIA JANE NYLAND	1741923 JOSEMARI ALVES
1741828 CLAUDINEY FLORIANO DA ROCHA	1741613 JOVANI BARON
1741688 CLAUDIO LUIS SANTIAGO	1741965 JULIANO FARIA
1741254 CLEBER VERMOEHEN	1741037 KARILENE RODRIGUES RESSEL
1742135 CLEDIANE MACHADO MOREIRA	1740021 LAURA RAQUEL BURG
1741880 CLEITON SCHMIDT	1741090 LEONARDO BOEING
1740458 CRISTIANE MARQUES	1741145 LETICIA SARDAGNA
1741237 CRISTIANE TEOLINDA BODNAR	1740028 LUANA TOMASI
1740891 CRISTIANO ULLMANN	1741948 LUCAS DE SOUZA
1741503 DAIANE JOHANN	1740552 LUCAS DUARTE
1740871 DAISY PAULA DE SOUZA	1741203 LUCINEIDE BERNARDO DA CUNHA
1741445 DANIEL BATISTA	1741289 LUIZ ANTONIO MORETTO
1741507 DANIEL DE PAULA	1741762 LUIZ GUSTAVO FEUSER
1741902 DANIEL RICARDO PIEPER	1740604 LUIZ RICARDO DE SOUZA
1740290 DANIELA JOVELINA REINERT ALVES	1740461 MAIARA NICOLETTI
1740286 DÉBORA KREUSCH	1740412 MAICON FRANCISCO DE MENDONÇA
1740785 DEISE FÁTIMA DE SOUZA	1740065 MAIRON ZUQUI
1741845 DEIVISON FOPPA	1740104 MANOEL MESSIAS SAPORITO DA SILVA
1740630 DEJONIVALDO RECH	1741782 MARCEL LAURENCE PAZA
1740950 DENISE CADORIN	1740199 MARCELO ALVES BOERA
1740993 DORIEDSON GARCIA PEREIRA	1740687 MARCELO AMORIM
1741514 EDEN MARCOS DOS SANTOS	1740829 MÁRCIO ALEXANDRE RIBEIRO
1741155 EDILENE HODECKER	1741339 MARCO AURELIO ARAUJO DE OLIVEIRA
1740233 EDUARDO MATOS BORGES JUNIOR	1740235 MARIA EDUARDA BARON
1742137 ELAINE CRISTINA APOLINÁRIO	1740735 MARIANA MAFRA BIANCHEZZI
1740842 ELIAS MELLO DE OLIVEIRA	1740030 MARILEI DE MELLO
1741231 ELISÂNGELA BRACHTVOGEL	1742012 MARINA ANDREIA SEIDEL
1741708 ELVIS MARTINS	1741198 MARLA MALLMANN
1741275 ÉMERSON TONETTO DE QUADROS	1740673 MARLETE MARIA RANGHETI DADA
1741124 EVANDRO DALMARCO	1740567 MARTA LIDIANE MASIERO
1740212 ÉVERTON LUIZ DO NASCIMENTO	1740186 MATEUS GAMBA
1740568 FABIO FERREIRA DE LIMA	1740981 MATHEUS FRAGA
1741484 FRA	1740667 MATHEUS VICTORINO
1741058 FRANCIELLE EVANGELISTA	1740288 MAURÍCIO ROSIN
1740618 FRANCINE KLABUNDE	1740503 MELISSA PAULINI
1741225 FRANKLIN ANDRÉ DOS SANTOS SILVA	1740074 MILANA ZANON
1742116 FREDERICO CILON CAMARGO BRITES	1741713 MILIANA ROSELI RICARDO
1740452 GABRIELA FRITZE	1740905 MURILLO DE AGUIAR SEVERO
1741298 GABRIELA MAYER	1740468 NATALYA CAROLINE DE OLIVEIRA
1740713 GABRIELA NOLDIN	1742092 PAMELA SCHUARTZ CAVIQUIOLI
1740384 GABRIELLE DE MELLO	1740340 PATRICIA MINELLA
1741936 GERLEISON RIBEIRO BARROS	1740482 PATRÍCIA RAMOS HASSMANN
1740634 GISLAINE GREPA	1741959 RAFAEL LEOMAR LANA
1741520 GRAZIELI TALLMANN	1741136 RAFAEL MAÇANEIRO

1741456 RAQUEL CRISTIANE TEIXEIRA RODRIGUES FARIAS  
 1740088 RENATA CHIMINELLI  
 1741863 RENATA CORREA GARCIA  
 1741443 RICARDO OLIVEIRA DA ROCHA  
 1740760 ROBSON BUSS  
 1741448 ROBSON DIEGO DOS SANTOS BRAZ  
 1740941 ROBSON ERTAL  
 1741640 RODRIGO NATALINO SCHAADT  
 1740124 ROSELAINE MACIEL MARTINS  
 1740052 RUAN CARLO PEREIRA  
 1741901 RUAN CASOLA  
 1740518 SABRINA CAVIQUIOLI  
 1740135 SANDRA SILVA VIEIRA MARQUES  
 1740145 SANDRO ALEX LEMMERMEIER DA ROSA  
 1741169 SCHEILA TOMAZ  
 1740783 SELMA DIEGOLI  
 1740756 SÉRGIO LUÍS GONÇALVES  
 1740177 SILVIANE APARECIDA DA SILVA  
 1740574 SINARA COLZANI  
 1741913 SOLANGE SCHUERMANN  
 1741101 SUELI TEREZINHA COELHO  
 1741659 SUSANA MARTINS COLAÇO  
 1740071 TAIANE RIBEIRO FLOR  
 1740540 TAÍS CRISTÓVÃO DA SILVA  
 1741928 TALITA JARA ALBUQUERQUE PICAÑO  
 1741945 TCHIAGO BRIGO  
 1740835 THAILA FERNANDA SERPA  
 1742018 THIEZERE CALDAS  
 1741073 TUANE CRISTÓVÃO DA SILVA  
 1740889 VAGNER DE SOUZA  
 1740939 VALMIR FERREIRA DE OLIVEIRA  
 1740386 VLADIMIR ANTUNES NEUBUSER  
 1740809 WAGNER RICARDO BATISTOTI  
 1740915 WENDER RICHARD DE LIMA

#### EDUCAÇÃO ESPECIAL

Professor de Atendimento Educacional Especializado

1740213 ANA CARLA DE SOUZA FARIA  
 1740751 ANDIARA VALDEREZ LUCAS PINHEIRO  
 1740020 BRUNA LUIZA XAVIER BAY  
 1740603 CÉLIA ÁVILA DE SOUZA  
 1741419 CERENA BONONINI  
 1741046 CLEONICE DOS SANTOS  
 1740572 EVANDRO KOHLER  
 1741699 JOELMA DA SILVA  
 1742052 MAISA DAS VITORIA COSTA HEIDERSCHIEDT  
 1740023 PAULYANI VISSOCI  
 1740459 ROSANE DA COSTA  
 1741488 SANDRA REGINA PACHECO  
 1740906 SHERLINE DA SILVA LIMA

Professor de Educação Especial (intérprete)

1742023 CINEIDE DO NASCIMENTO  
 1740342 CLEMILDO COSTA BRANDAO  
 1740504 JOSÉ MAURICIO SOARES PINHEIRO  
 1741324 MARISETTE MIORANDO  
 1740615 MEIRIANE DE JESUS OLIVEIRA SANTANA  
 1740570 TARCIANA DONINI DE JESUS  
 1741796 TIRZA NATACH DUTRA MEDEIROS HERAI  
 1741786 VANESSA BARBOSA DE ARAUJO LIMA

EJA- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Alfabetização

1742091 AMANDA ALEXSSANDRA VAILATE FIDELIS  
 1740103 CÉLIA BITTENCOURT  
 1740419 GIOVANI COELHO  
 1741478 IVONICE LOFY COELHO

1740843 LUCI DOLORES PEDRINI IMHOF  
 1740045 MUNICK GABRIELLE DA SILVA  
 1741479 NEUSA SAPELI TEIXEIRA  
 1741103 SHIRLENE MARCELINO ANTONELLO

Professor de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna / Inglês

1741346 ALCINO MÜLLER  
 1740902 ANIVIA TEREZINHA OTTO  
 1740749 FRANCINE SENS  
 1741411 JACIR MARTINS DA SILVA  
 1741395 MARCELO WEIWANKO LUCAS  
 1741259 NOÉLIA ALEXANDRE ROCHA  
 1741977 QUÉDIA CABRAL MARTINS  
 1741492 SANDRO VERGÍLIO FRANCISCO

Professor de Matemática e Ciências

1741244 SILVIA DE FÁTIMA LIANDRO

Professor de Geografia, História , Filosofia, Arte e Cultura e História das Religiões

1742127 ALEDUSASEIBERT  
 1741444 ANDRE DA SILVA  
 1741745 ASDRÚBAL NICOLÁS FERREIRA GONZÁLEZ BARTZ  
 1740867 CARLOS ALBERTO DE SOUZA  
 1741992 DEBORA ZIMERMANN DE SOUZA  
 1741700 GIMAR PIRES DE SOUZA  
 1741223 GUILHERME PAIXÃO CAMPELO  
 1740706 JOSE BATISTA DOS SANTOS JUNIOR  
 1741279 LUCIA RAQUEL ARCE SMYKALUK  
 1741591 LUISA HELENA COUCEIROS DE MATOS  
 1740326 MILTON ROQUE PAVESI  
 1741213 RENATO HÖRNER  
 1741552 ROBERTO SCAPPINI

#### COORDENADOR PEDAGÓGICO

1741177 ADRIANA HELENA DA SILVA  
 1740170 ALTAIR DE SOUZA  
 1740316 AURIO DA SILVA  
 1741433 CILENE ANGELINA FANTINI DADA  
 1741179 CLEONICE ZANCANARO DOS ANJOS  
 1740238 DANIELI VOGEL ROHVEDER  
 1740224 EVA APARECIDA FERNANDES ARAÚJO  
 1740355 IVANETE DA SILVA MAFRA  
 1740924 LUZIA VIEIRA NASCIMENTO  
 1741832 MARCELE MISAEI  
 1740392 MARILENE BENDINI SEDREZ  
 1740969 SANDRA APARECIDA BORBA DE ARAUJO  
 1740731 SANDRA LUIZA ROGELIN LISBOA  
 1741476 TAMIRES TEIXEIRA  
 1741856 TÂNIA LUIZA GRAUPNER DE MODESTI  
 1740702 TERESINHA DE FATIMA PEIXE BASTIANI  
 1741498 VALDIVA TEIXEIRA  
 1740225 VALZETE MARIA MAESTRI  
 1741242 VANIA MAURICI

#### MONITOR E EDUCADOR SOCIAL

Monitor Escolar I

1740144 ALINE GOMES LENZ  
 1740986 ALISSON MIGUEL LOFY  
 1740097 ANDREA APARECIDA CECCATO  
 1741070 APARECIDA DE FATIMA DE SOUZA  
 1740294 BEATRIZ DE LIMA  
 1742039 BIANCA GIULIA TODT  
 1741979 BREYLA KAFINNY DE SOUZA BATISTA  
 1740335 BRUNA ALVES BOTEGA  
 1740227 CATIA HODECKER

1741519 CLAUDIA VALERIA DA SILVA CARVALHO  
1741761 CLEUSA ALVES DA SILVA  
1740895 CRISTINA WANAT RIBEIRO  
1741163 CRISTINE BEATRIS HAGGE  
1741555 DAIANE GARCIA DA CUNHA  
1741276 DALVANA ODETE CARDOSO MARTINS  
1741899 DANIEL NASCIMENTO ARAUJO  
1740453 DANIELA REGINA FAVERO  
1741842 DANILO DA CRUZ PEREIRA  
1741351 DEISENARA MARCOS  
1740569 DENISE FORMENTO  
1741382 DENISE LOFHAGEN MOTTA ARAGAO  
1741455 DURVAL ALVES PRADO CUNHA  
1740966 EBERTON AMARAL DE OLIVEIRA  
1741603 EDILAINE SILVA DO NASCIMENTO  
1741946 EDUARDA SETRAGNI RABELO DE ARAUJO  
1740738 FABIANE HELENA RODRIGUES  
1741573 FABRÍCIO LOFY  
1740375 FRANCIDALVA RIBEIRO DA SILVA  
1740952 GEANE DA SILVA  
1740943 GESSICA CORSO  
1741841 GIOVANNA GEORGIA PEDRINI SILVA  
1741957 GRACIANE CERATTI  
1741494 ISRAEL VERMOHLEN  
1740894 IVONEI JOÃO TORMENA  
1742019 JAQUELINE DE SOUZA  
1740621 JAQUELINE RITA BERTOLDI  
1741306 JEOVANE MOREIRA DOS SANTOS  
1741642 JOCÉLIA PAISANI DE LIMA  
1741015 JOCEMAR DA SILVA DE OLIVEIRA  
1740856 JONATHAN DUARTE PERUZZOLO  
1741302 JOSE NANTAN PEREIRA CRISPIM  
1741517 JOSE NILDO DOS SANTOS NASCIMENTO  
1742138 JOSIANE APARECIDA DE ANDRADE OLIVEIRA  
1741329 JOSIANE DA SILVA  
1740350 JOSIANE PAVESI  
1741971 JOSIANE PEREIRA  
1740727 JUCILEIDE VIANA FELISBERTO DE LIMA  
1741158 JÚLIA MARCOLIN GIACHINI  
1742112 JULIANA ALVES NEVES CODECO  
1741374 JULIANA MENNA BARRETO DA SILVA  
1740577 JULIO CESAR LANG  
1741577 KELLEN MARIA FERREIRA SE SOUZA  
1740117 LARISSA MAFRA  
1740704 LEANDRO SCHAEFER DE FARIA  
1741839 LETÍCIA DA CRUZ PEREIRA  
1740308 LUCAS DIAS  
1740562 LUCIANA DOS SANTOS FRANCISCO  
1741122 LUCIENE DA SILVA MONTEIRO  
1740879 LUIZA NUNES DA SILVEIRA  
1741647 MARCELO ALVES LEITE  
1741327 MARIA APARECIDA GONÇALVES  
1741334 MARIA BÉ SGUARIO  
1740861 MARINILDE SANTIAGO MAIA  
1741487 MICHELE CAVALHEIRO DA SILVA SCHWARTZ  
1741917 MIQUEIA DOS SANTOS DIAS DE CARVALHO  
1740983 MÔNICA AÇUCENA GEROLA  
1741548 NATHÁLIA SCHAUENBERG DE CAMPOS  
1740358 NILCEIA DAS GRACAS GARCIA DE SOUZA  
1741873 RENATA KAROLINE GOMES BORGES  
1741599 RODOLPHO MAXIMILIANO  
1740234 ROSEANE MIGUEL  
1741144 ROSELI HOFFELMANN  
1740872 ROSELI NASCIMENTO LOREIRA  
1741352 RUBERVAL GRIMM  
1740962 SALETE NUNES  
1742079 SARAJANE DA SILVA SANTOS  
1740371 SILVANA MORETE DE ANDRADE  
1742129 SIMONE DÉBORA TORMENA

1740379 SONIA ADRIANA GOMES  
1741372 STELA LOPES DE LIMA  
1741251 TAINARA CRISTINA DA VEIGA  
1741941 TAISE DA SILVA NOVAIS  
1741386 TANIA PEDRINI  
1740297 TATIANA REGINA PETERMANN  
1742063 VANESSA GOMES CURCINO  
1742110 VITORIA FERNANDA FELIPE CARDOSO  
1741262 VIVIANE SCHIPITOSKI  
1741505 WETHYA BARBOSA DA SILVA

## Monitor Escolar II

1741722 18021990CLEUVI ALVES DE OLIVEIRA  
1740769 ADRIANA PEREIRA PINHEIRO DA SILVA  
1740825 ADRIANA RECH  
1741754 AGATHA HELLEN LEONARDO OLIVEIRA  
1740139 ALCIONE DOS SANTOS BRUCH  
1741704 ALÉXIA FLÁVIA SILVA  
1740918 ALICE PEREIRA  
1740529 ALINE ADRIANA DE MATOS  
1741142 ALINE ANA ROHDEN DEMATÉ  
1740597 ALINE DO NASCIMENTO AMARAL  
1741458 ALINE ESTER DA SILVA BODEMULLER  
1740332 ALINE RAFAELA MANTOVANI  
1740714 ALINE SOUZA DOS ANJOS  
1741270 AMÁBILE BETINELLI  
1741465 AMANDA MORANDI DA SILVA  
1740118 AMANDA NASCIMENTO  
1740571 AMANDA SCHAADT  
1740995 ANA BEATRIZ SOTINI BIZARRI  
1740956 ANA CARLA NOVAIS FLORENTINO  
1741099 ANA CLAUDIA ALVES  
1741912 ANA CLAUDIA MACHADO SEIDLER  
1740250 ANA CRISTINA TORRESANI RIBEIRO  
1741205 ANA FABRICIA FERREIRA BROGNI  
1740262 ANATIELLI BASTOS CAMARGO LUCIANO  
1741182 ANDREA FERNANDA PEDROZO  
1742105 ANDREIA APARECIDA DA SILVA FARIA  
1741380 ANDREIA DIANGELES SALES DOS SANTOS  
1740068 ANDRESA DA SILVA KORMANN  
1740612 ANDRESSA MACHADO  
1741866 ANE CAROLINE DE SOUZA SOARES  
1741224 ANGELA FERREIRA DA SILVA  
1741973 ANGELA MARIA DA SILVA PEREIRA  
1741773 ANILORE T. GOEDERT TORMENA  
1741531 ARIANE APARECIDA MARTINS SIQUEIRA ROMA CORREA  
1741525 ARIANI SILVA AMARAL COSTA  
1741217 ARLETE BENINCÁ  
1740166 BEATRIZ APARECIDA AMORIM  
1740684 BEATRIZ BATISTI  
1740896 BEATRIZ CAROLINA RUTHES  
1741005 BEATRIZ DA SILVA PAIO  
1741493 BEATRIZ GRIPA  
1741471 BERENICE TERESA DE OLIVEIRA  
1740264 BIANCA CORRÊA  
1740057 BIANCA DIAS  
1740901 BIANCA HOEPERS MASCARENHAS  
1741039 BRUNA DARCELI BONAMENTE  
1740161 BRUNA LUIZE SILVEIRA  
1740474 BRUNA MAIA  
1740231 BRUNA NATÁLIA RIBEIRO DE ALMEIDA  
1741997 CAIANE DA SILVA SANTOS  
1740216 CALINE DALVA MENDES  
1740232 CAMILA LEITE  
1741199 CAMILA CAMPOS  
1741702 CAMILA ECCEL  
1741753 CAMILA PAOLI  
1740433 CARINA APARECIDA DA SILVA DE SOUZA  
1741388 CARINA CARVALHO



1741245 CARINA HODECKER VANELLI	1740538 FABIANA BARBOSA CAETANO
1741922 CARLA MYLAINE CAMARGO	1741138 FABIANA BATISTA DE MELO
1740776 CARLA REGINA KREISCH	1741730 FABIANA LANG
1742071 CARLEANE DOS SANTOS COSTA	1740745 FABIANA MARIA CRUZ DUARTE NASCIMENTO
1740585 CARMEN INES UHLMANN	1741311 FERNANDA CHIEZA
1740279 CAROLINA PACHUK DA LUZ RODEN	1741697 FERNANDA COSTA DO AMARAL
1741560 CAROLINE BARBIERI	1740189 FERNANDA FERNANDES VICTOR FACHINELLI
1741123 CAROLINE DAROCESKI	1741903 FERNANDA MASCARENHAS ANDRADE
1740194 CAROLINI AMABILI BALONI	1741369 FRANCIANE FLORIANI
1741932 CECÍLIA NETA DE JESUS	1741347 FRANCIELE LUANA DELL AGNOLO
1742053 CLAUDIANE FURTADO DE SOUZA DA SILVA	1741098 FRANCIELE MEDEIROS SEDREZ
1740827 CLEICY ANNY TOURINHO CORSO	1741033 FRANCIELI DA SILVA MATOS
1740434 CLESIA CORREA MELIM	1741968 FRANCISCA MARQUES DA ROCHA
1740173 CRISTIANE CELESTE RESCAROLLI	1741202 GABRIEL GERMANO REIS
1741285 CRISTIANE GONÇALVES	1740267 GABRIELA BERTOLDI
1741486 CRISTIANE NECKEL WILLEMANN	1741025 GABRIELA DE SOUZA
1741910 CRISTIANE SACRAMENTO DA SILVA ALMEIDA	1740125 GABRIELA MARIOTI DE SOUZA
1740862 CRISTIANI QUINELATO DE OLIVEIRA	1741043 GABRIELI RICARDO
1740174 DAIANA CRISTINA IACZZAK	1740960 GABRIELLI DA CONCEIÇÃO BOSSA
1740046 DAIANE FUCKNER MORITZ	1741998 GEANE DA SILVA
1740792 DAIANE HASSE DA LUZ	1740772 GENOVEVA BATISTA ALBUQUERQUE
1741154 DAIANE LARISSA ZORRER DA CRUZ	1740541 GESLINA DAYANA DOS SANTOS
1741451 DAIANE MUNIZ BURINI	1740841 GEYSA DA SILVA LESSA
1742068 DAMARIS RIBEIRO	1740377 GILVANA DANIELA BATISTEL
1740034 DANDERA AMABILE DOS SANTOS THAMASIA	1741669 GIOVANI BRETZKE
1740462 DANIELA DOS SANTOS	1741811 GISELE DAIANA DELL AGNOLO
1741625 DANIELA FONTES DA SILVA	1740457 GISELE PAZA
1740258 DANIELA PEREIRA	1740263 GLEICIANE PEREIRA DOS SANTOS CAVALHEIRO
1741404 DANIELA ROSSET	1740739 GRACIELA PEREIRA SCHNEIDER
1740601 DANIELA SEVERINO WIETCOVSKY	1740937 GRASIELA SEVERINO
1741799 DANIELE DOBENER ANTUNES DAS NEVES	1742066 GUILHERME MARTINS DA SILVA
1740779 DANIELI RODRIGUES KROLL	1740471 GUSTAVO COSTA
1741989 DAVID MATOS DA SILVA	1740507 HELENA MARIA GONÇALVES
1741052 DEBORA DALTROS KOHLER	1740863 HELOISA CAVICHIOI
1740116 DÉBORA FABIANE DA PIEDADE	1740229 HELYN CRISTINE DE SOUZA
1740464 DEBORA THAIS DE AZEVEDO CAETANO	1741246 HIRLANDA MARIA FISCHER STAAK
1741268 DEJAINÉ BELLER	1741168 INGRID DA SILVA
1740542 DHEBORA DANTAS DA SILVA	1741550 INGRID EMANUELLE DE OLIVEIRA MARTINS
1741065 DIENIFER DAIANA DO NASCIMENTO	1742031 IONE IATZAC FISCHER
1740550 DINARA THAMIREZ DE AZEVEDO	1741678 ISaura OLIVEIRA COSMO
1741812 DIRLEI MARIA SUZIN OLDONI	1740450 ITAMARA VIEIRA CAMARGO
1741255 DORIMAR DE JESUS	1740228 IVANI CRISTIANE DESIDERIO
1740218 DOUGLAS MANASSES	1741384 IVONE KALBUSCH
1741620 EDIANA MARISA GERARDI	1741736 JACNICELIA NINA DE FARIAS
1741210 EDIÉLE JARDIM	1741536 JANAINA ANTÔNIA CAVALCANTE GARCIA
1740803 EDILAINÉ BORGES GOMES TORRESANI	1741396 JANAINA FERREIRA DOS SANTOS
1741964 EDINALVA LUCIA DA SILVA	1740347 JANAINA MOLINARI
1741978 EDINARA FERREIRA LEAL	1741450 JANAINA VENTURA GELATI
1740271 EDINEIA APARECIDA SILVA	1740380 JANARA SAPELLI
1740887 EDUARDA ANDRADE VILLAR	1740478 JANESSA ROCHA MACHADO DE SOUZA
1741553 ELAINE CRISTINA DE SOUZA	1741534 JAQUELINE CAMARGO
1741250 ELIANA DA ROCHA	1740325 JAQUELINE CARNEIRO SANTOS
1740298 ELIANA LOPES GRACIANO	1741274 JAQUELINE DESIDERIO
1740847 ELIANE DOS SANTOS	1741301 JEAN CARLO MACCARINI FISCHER
1741417 ELISA WITT DE OLIVEIRA	1740336 JENIFER PITZ
1741214 ELISA ZIERKE DOS PASSOS DA MAIA	1742113 JÉSSICA FERNANDA GOES
1741990 ELISABETE PEREIRA	1740221 JESSICA RIBEIRO
1741728 ELISANGELA RAMOS ALMEIDA	1740084 JÉSSICA SAYONARA GRAF
1740982 ELIZABETH MACHADO	1741706 JOELMA DOS SANTOS OLIVEIRA
1740718 ELIZANGELA DA CRUZ GERATI	1741984 JOELMA M. DEZSI DO NASCIMENTO
1741226 ELOIZABETE APARECIDA SOARES	1741061 JOELMA ROSA DOS ANJOS
1741029 ELZA MARA PEREIRA GOULARTE	1741132 JOSÉ MATEUS VINOTTI
1741587 EMANUELE SIBELE ANTUNES BITTENCOURT	1742073 JOSEANE DOS SANTOS GARCIA
1740397 EMANUELLA SOMENSI	1740278 JOSELITA SOUSA ROCHA PEREIRA
1741194 EMILENE DAS ALMAS PEREIRA PAULO TEIXEIRA	1740277 JOSIANI BROGNI
1740908 EMILIA JAQUELINE BRIZOLA	1740923 JOSIANI LEGAL FEUZER
1741439 EMILY DOS SANTOS COLETH	1740730 JOZIANE CARDOSO
1740888 ERIANE COUTO FERREIRA	1740172 JUANA DA ROCHA CHAVES
1740035 ERNA LINA SOARES	1741672 JUCELITA ALEXANDRE MEIRA

1741535 JUCINÉIA DA SILVA	1741454 NATHALIA IEMBO DOS SANTOS
1740497 JULIA CAROLINA MINELLA ARRUDA	1740823 NATHALIA MARTINS GOMES
1742097 JULIA MARQUES	1741947 NICOLE LIMA
1740833 JULIANA BERTULINI	1740490 NILCÉIA DOS SANTOS DE PAULA CARVALHO
1741746 JULIANA DOS SANTOS ROSA	1741241 NILZA NASCIMENTO
1741193 JULIANA MARLOCH	1741337 NOELI DE FÁTIMA SIMÃO
1740257 JULIANA MORAES PADILHA	1740499 PALESTINA DE JESUS BATISTA DE ALMEIDA
1740114 JULIANE SANTANA CERQUEIRA	1740899 PÂMELA RIBEIRO DA SILVA
1742024 JULIANE TEREZINHA ROSS	1740241 PATRICIA APARECIDA SILVA VALENTINI
1741995 JUSSARA DE OLIVEIRA RAMOS	1741236 PATRICIA MONTEIRO DOS ANJOS
1741041 KARINA MACHADO ALVES	1740744 PATRICIA SOARES LIMA
1740423 KARINE NINAUS SOARES	1740149 PAULA MARY BOESCH
1740547 KARLA ANDREA SILVA MOREIRA	1742050 POLIANA OLIVEIRA SIMAO SILVA
1741822 KATHRYN CRISTINA DO NASCIMENTO	1741336 PRISCILA ANTUNES DIAS SILVA
1741914 KATIA REGINA MESCHKE MARTINENGHI	1741894 PRISCILA BITTELBRUNN SCHNEIDER
1740167 KELLEN CRISTIANE DE OLIVEIRA PEREIRA	1740202 PRISCILA KALKMANN
1741895 KESSI RESENDES CARDOSO	1742109 PRISCILA MAFRA
1740081 LARISSA AVANCINI	1740892 PRISCILA SILVA PEREIRA
1742121 LARISSA DA SILVA MASTRANDREAS	1740961 QUITÉRIA MARIA DOS SANTOS ALVES
1740774 LARISSA KNIHS LAURITZEN	1740919 RAFAEL HENRIQUE RABITTO PACHECO
1740365 LAVINIA NAFRA	1740930 RAFAELE MOREIRA OLIVEIRA
1740755 LEIDEMARA CEDORAK	1741248 RAFAELLA BRITO DOS SANTOS NASCIMENTO
1740914 LEIDIANE CRISTINA DE ASSIS	1742115 REGINA LEPKOSKI DA SILVA
1740151 LEILIANI ALTINO DE FRANÇA BLASZAK	1740999 RENAM GOMES BORGES
1741559 LETIANA APARECIDA PIMENTEL	1741724 ROBERTA WEBER
1740441 LETICIA DOS SANTOS LOPES	1740921 RODRIGO HENRIQUE RABITTO PACHECO
1741181 LETÍCIA MORETE DEZSI	1740974 ROSA LUCIA GASTALDI
1740040 LETÍCIA TOMASI	1742086 ROSANGELA FERNANDES RAIMONDI
1741660 LIDIANE ROSA PRADELA	1740789 ROSELI FIDELIS RIBEIRO
1740989 LUANA ELIAS	1740765 ROSELI TERESINHA DE ARAUJO
1740740 LUCIA ANDREIA MUNIZ DA SILVA GOMES	1741048 ROSELI TERESINHA WOSNIAK
1742025 LUCIANA ANDRADE VILLAR	1740473 ROSIMÉRI DEINANI
1741804 LUCIANA DE OLIVEIRA CORDEIRO MINELLA	1741886 ROZENILDA CRUZ
1740255 LUCIANA DELLAGNOLO DE SOUZA	1741055 RÚBIA MARA VEQUINI
1741051 LUCIANA FERNANDES	1741322 RUBIA VANESSA FOSTER
1740265 LUCIANA VENTURELLI	1741042 SABRINA BORGES DE OLIVEIRA
1741406 LUCIANE SOSSOLOTTI DAGUES DO NASCIMENTO	1740985 SABRINA FELIPIM KLEEMANN
1740226 LUCIELE MAGNAGNAGNO	1741624 SABRINA NUNES DO CARMO
1742106 LUCIMARA DE OLIVEIRA	1740640 SAMANTA CARLA DESPLANCHES
1740996 LUISE DA SILVA	1741007 SAMARA SILVERIO RODRIGUES
1740163 MAINDRA MAFRA VISCONTI	1741094 SANDRA COELHO DA SILVA
1741871 MAIRA MARIA RODRIGUES CORREA	1741524 SANDY ARIEL SILVA RODRIGUES
1740123 MAÍSA DE OLIVEIRA DE MOURA	1741764 SARA REGINA DE OLIVEIRA
1741313 MANOELE FERREIRA ROMERO	1741637 SHAIANE DE OLIVEIRA
1741743 MARA SILVIA SCODRO	1741453 SHEILA APARECIDA POSSAMAI FUCKNER
1740882 MARCIA KNICHS MARTINS	1740526 SHIRLEY ANDRADE BARBOSA
1740556 MARIA EDUARDA BECKER	1740795 SILVANA DE OLIVEIRA GONÇALVES
1741575 MARIA EDUARDA DE ALMEIDA DA CUNHA	1741890 SILVANA PAOLI
1741034 MARIA ROSANGELA WERNER DEICHMANN	1741472 SILVANIA LEAL DE SOUZA SILVIA
1740668 MARIA VALERIA DE REZENDE GOMES	1740496 SIMARA FLORIANI
1740154 MARIANA DA SILVA BROCARDIO	1740424 SIMONE APARECIDA RODEN DOS SANTOS
1741630 MARIANA TEIXEIRA	1740708 SIMONE BERTOL
1740309 MARIÂNGELA RIBEIRO DOS SANTOS	1740413 SIRLEI RODRIGUES BISCAIA
1742029 MARINALVA RODRIGUES NEVES DE SOUZA	1740692 SIRLENE DO ROSÁRIO ALMEIDA
1740095 MARINE KRAUS	1741569 SOELI TERESINHA FREITAS
1740631 MARISA APARECIDA DARIZ	1741118 SOLANGE TABONI
1741712 MARISE GRAUPNER SCHWARZ	1740593 SÔNIA SOARES TEIXEIRA
1740137 MARLENE ALVES DREHER WEIBER	1741755 STEFANI CRISTINA SCHVEITZER
1740110 MILENA ANACLETO DEMATE	1740428 SUELEN PEREIRA GATTIS
1740373 MILENE TAVARES DE ARAÚJO	1740243 SUZANA BEATRIZ SANTI SOARES
741129 MÔNICA CARDOSO BARBOSA	1740878 TAINARA PRADELA
1740230 MONIKA KELLI BATISTA RAMOS LAZER	1741615 TAISE KISTENMACHER
1741835 MORGANA KLING PEPER	1740195 TAMIRES MANRICH BERTOLDI
1741277 NÁDIA CAMILA GOMES DA SILVA	1741879 THAIS HELENA THOMAZ
1740444 NAIARA SCHAEFER	1741026 THAMIRES PERÃO DIONYSIO
1740075 NAIARA SOUZA DE JESUS	1741829 THAMIRIS MARIA JUNQUEIRA LIMA
1740641 NATÁLIA BOHN DE SOUZA SOEIRA	1740849 THAYLA RAPHAELA RODRIGUES
1740912 NATALIA DE SOUZA	1741293 THAYS DE ARAUJO
1740679 NATALIA MARTINS DA SILVA	1740643 VALDELISSA SAYONARA DOURADO

1740699 VALÉRIA FORTUNA FERREIRA  
 1740158 VALQUIRIA ANDREZA COSTA SILVA  
 1741679 VANDERLÉIA ARALDI  
 1741414 VANESSA FAGUNDES  
 1740285 VANETE DOS SANTOS QUEIROZ SILVA  
 1740719 VANIA MARIA CHAVES CESARI  
 1741710 VERA LUCIA DE OLIVEIRA HECK  
 1741921 VILMA APARECIDA MARTINS VIEIRA DE PAULA  
 1741280 VILMA MARIA DOS SANTOS LANG  
 1740916 VIVIANE FERREIRA REBELO  
 1741377 VIVIANE KARINE TAVARES DE AMORIM CHAVES  
 1741230 VIVIANE MONTEIRO  
 1740669 ZENI APARECIDA DA SILVA AMARAL  
 1740883 ZENILDA DA A PARECIDA PADILHA REIS

## Monitor Escolar III

1740408 ADINALDO PASSINHO LOPES  
 1741490 ALEF HAÁMED ZUNINO  
 1740341 ALINE CRISTINE SUAVI  
 1740197 ALINE ELAINE DIAS  
 1740698 ANA CAROLINE GOBATTO  
 1740055 ANA CLAUDIA GOMES DA SILVA  
 1741140 ANA MRIA COMANDOLLI  
 1741734 ANA PAULA GOMES  
 1740851 BIANCA MARINHO ABELLI  
 1742054 BRENNDA DE OLIVEIRA PIRES  
 1741286 BRUNO FERNANDO FEITOZA  
 1742032 BRUNO RODRIGO LYRA  
 1741389 CARLOS EDUARDO FERREIRA BONIFÁCIO  
 1741089 CAROLINE FIDELIS JENSEN  
 1740685 CAROLINE ULLER  
 1741996 DANÚBIA DE OLIVEIRA  
 1740317 DEISE BARON  
 1741585 DIOGO GRIMM LOPES  
 1740344 DURVALINO PEREIRA  
 1742096 EDILSON RAFAEL ODORIZZI  
 1740855 EDSON IMHOF  
 1742098 ELIZANGELA MIRIAM GUISELIM  
 1740946 ERICK AUGUSTO DE ARAUJO MUSSINI  
 1740976 ERVINO ADONIS HAAG  
 1740543 FILIPI PRADO GRIMM  
 1741861 GUILHERME BATTISTI BORBA  
 1741054 GUSTAVO APARECIDO DE SOUZA LOPES  
 1740775 GUSTAVO ASSI 1742077 JOSÉ HENRIQUE  
 1742067 JULIA SCHNEIDER  
 1741434 LEILA MARIA FERREIRA  
 1740886 LIDIANE FERREIRA RIBEIRO  
 1740345 LUANA CARVALHO MATTER  
 1740339 LUCCAS BAILLO LOPES  
 1741491 LUELE MAYARA FEMININO NASCIMENTO ALMEIDA  
 1740192 MAIKON JHONATAN CEREZOLLI  
 1740086 MARCELO KAIPERS  
 1740091 MARIANA VAILATI  
 1741341 MATEUS FILIPE FERREIRA MACHADO  
 1740729 MATHEUS HENRIQUE SALSÍ  
 1741511 PAULA REGINA SUTIL DE MELOS  
 1740036 RAFAEL DA ROSA RODRIGUES  
 1740101 RODOLFO DROSDOSKY BODENMÜLLER  
 1740100 RODOLFO DUTRA NETO  
 1740014 THALES DE OLIVEIRA BORGES  
 1740903 THIAGO ORLANDI FERNANDES  
 1741558 THIAGO RODRIGO LUIZ  
 1742080 VANUSA ELEUTERIO DA SILVA  
 1741680 VINÍCIUS GRIGOLO TONDOLO  
 1741137 VINÍCIUS NUNES BENFICA DOS SANTOS  
 1740819 VIXROR GABRIEL BIGLIARDI MELLO

## Educador social

1741980 ADRIELI GONZAGA KATZWINKEL

1741188 ALANA CAROLINE SOUSA MOTA  
 1741235 ALEXSANDRA COELHO MODESTO  
 1740911 ALEXANDRA VALLE  
 1741385 ALINE MARQUES  
 1741772 ALISSON AVELAR  
 1741885 ALTAIRO MARTINS DE MELO  
 1741253 AMANDA DALMOLIN  
 1741794 AMANDA FELICIO BEUTING  
 1740904 AMÉRICO ELEUTÉRIO  
 1740813 ANA CLAUDIA GOMES SANTOS CONCEIÇÃO  
 1740016 ANA MARCIA GIANESINI  
 1740310 ANA PAULA CARVALHO  
 1741767 ANA PAULA DA SILVA  
 1741012 ANA PAULA DE MORAIS  
 1740077 ANA PAULA GOMES DA SILVA  
 1741220 ANA PAULA JUANINI  
 1740654 ANALI APARECIDA BASTOS  
 1740770 ANDREA DE FATIMA SILVA  
 1740343 ANDREIA BERTOLINI DELL AGNOLO  
 1741393 ANDRÉIA PAULA DA SILVA  
 1741737 ANDRESSA KOLER MACHADO  
 1741551 ANDREZA FUSÃO  
 1740659 ANNA CAROLINA LAMIM PEDRINI  
 1740820 ANNA MARTHA SCHAEFER SCHMIDT  
 1740975 APARECIDA DE FÁTIMA DA SILVA  
 1740788 ARIADNE PINHEIRO TOLEDO  
 1741119 AUDETE RODRIGUES FREITAS  
 1741233 BIANCA COELHO MODESTO  
 1741918 BRUNO CORRÊA DE MORAES  
 1740558 CAMILA OLIVEIRA MONTEIRO  
 1740391 CANANDA PRIM  
 1741120 CARLA LORENZET BIANCHETTI  
 1740090 CARLOS EDUARDO DOS SANTOS MATOS  
 1740875 CAROLINE DELLAI  
 1741930 CASSIA MARIA MORENO MORAIS  
 1742072 CHARLENE COST DE AQUINO  
 1740557 CINTHIA VOSS NASCIMENTO  
 1740122 CINTIA REITZ  
 1740816 CLAUDIA APARECIDA PALMA CALLEGARI  
 1741083 CLAUDIO STEIN FILHO  
 1740508 CLEIDE PAVESI ORTHMANN  
 1742074 CLEIDI TARTER WILKE  
 1740083 CLEITON FILIPE BARROS DA SILVA  
 1742056 CLEITON SCUISSIATO  
 1742134 CLERIA GEIB  
 1740661 CREUZA SANTOS CERQUEIRA  
 1741579 CRISTIANE APARACIDA SCHILINDWIN  
 1740505 CRISTIANE DE GOIS MARTINS  
 1740549 CRISTIANO VIEIRA DE OLIVEIRA  
 1741629 CRISTOFER TOMIO  
 1740773 DAIANE ALINE MOTTA  
 1740295 DAIANE DE CAMARGO  
 1741085 DANIEL JOSÉ PAVESI  
 1741740 DANIELA PETERMANN HOEFELMANN  
 1741574 DARI DOUGLAS CORREA VARGAS  
 1740210 DÉBORA MARA LEITE HODECKER  
 1741260 DENISE FERREIRA DE OLIVEIRA  
 1741960 Deysiane Carla Martinhago  
 1740047 DIANA DAMACENO SILVA  
 1740920 DIANA MARIA ZORRER  
 1741429 DIANA RIBEIRO DA SILVA  
 1741784 DIEGO BARBOSA  
 1741240 EDUARDO COMPIANI  
 1740015 ELAINE MOHR MAGALHÃES  
 1740925 ELAINE TDT  
 1740179 ELANE LOUISE DE CARVALHO ANDRADE  
 1740479 ELIANE CAPPELLARO DE SOUZA  
 1741685 ELISA REGINA DEBATIN TESTONI  
 1740948 ELIZABETE BORGES DOS SANTOS



1740884 ELIZETH PEREIRA DA SILVA	1740967 LINDALVA SATURNINO DA CUNHA OLIVEIRA
1740978 ENZO VINICIUS DONAT COSTA	1740237 LOURDES DA LUZ
1740111 ERENICE BECKER	1741020 LOURENÇO LUCIANO CARNEIRO FILHO
1740168 ERICA DA SILVA FAGUNDES	1741720 LUANA JORDAN
1741196 ERICA TAIS SBARDELATTI	1740757 LUANA PEIXER
1741133 EVELINE MARIA FACHINI ORSO	1742076 LUANA RIBAS PEREIRA
1741143 FABIO BRITO DA SILVA	1741564 LUCAS JOSUÉ CAVACO
1740927 FABIO NOVAK DOS SANTOS	1741086 LUCAS KORMANN MAURICI
1741009 FELIPE SALES SALUM DA COSTA	1740848 LÚCIA BAIO
1740113 FERNANDA CASOLA	1741813 LÚCIA SIBIONI DA SILVA
1740211 FERNANDA GRAF OLIVEIRA	1741853 LUCIANA DA SILVA
1740414 FRANCIELE APARECIDA CEMERES CUNHA	1740089 LUCIANA GOMES GIRALDI
1740487 FRANCIELE APARECIDA QUEVEDO	1741663 LUCIANA KARINA WAGNER BETT
1740494 FRANCIELE MORSCH PERON	1740481 LUCIANA P. DA SILVA PISSANGO
1741969 FRANCIELE PAULO CARVALHO	1741035 LUCILEIDE ARAUJO DE SOUZA BEZERRA
1740112 FRANCIESCA SOUZA PINTO	1740935 LUCIMAR GRAF
1741330 FRANCINE PIRES DA SILVA	1740411 LUCIMAR ZORRER
1742048 FRANCISCO ANTONIO SCHMITT	1740148 LUISE DOS SANTOS ROOS
1741040 FRANCISCO TIAGO DA SILVA NASCIMENTO	1741074 LUIZ OTÁVIO DE OLIVEIRA VIANA
1741295 FRANCISLAINE APARECIDA COSTA DE MELO	1740056 MAGALI CONCEIÇÃO INÁCIO
1742088 GABRIELA KAROLINE FERNANDES DOS SANTOS	1741421 MAIARA PANTOJA DE SOUZA
1741079 GABRIELA NUNES DE OLIVEIRA	1740142 MANOELA EBEL
1741698 GABRIELI ALVINA FAGUNDES	1740422 MANUELA CADORI FRANZOI
1741882 GESIEL RODRIGO DE OLIVEIRA	1740958 MARCELO DA SILVA GOMES
1741461 GHEISE FRANCIANE LANG	1742103 MARCELO SILVA DA ROCHA
1740580 GISELE APARECIDA HANG LOPES	1741266 MARCIA BARBOSA NOBREGA
1741004 GIZELI MARQUES	1740038 MARCIA DOS SANTOS PADILHA FERNANDES
1740128 GRAZIELLY CRISTININY ZERMIANI REBELO	1741654 MARCIANE INOCENTE LIBARDO
1740682 GUILHERME CANELLAS	1741927 MARCIO AUGUSTO CASTRO
1741378 HELOISA BETANIA SILVA OLIVEIRA	1741367 MARCONDES CÂNDIDO DA SILVA
1740793 HELOISA HECKERT	1741432 MARIA APARECIDA FRANCO GOMES
1741321 HELOÍSA HELENA CRUZ DUARTE	1741529 MARIA BERNADETE VALIATI SCHROEDER
1742107 HUGO MAURICIO GRUBERT	1740188 MARIA DE FATIMA NUNES DE CARVALHO
1741373 Islândia Maria Dos Santos De Jesus Brandão	1741522 MARIA IVANA FAYTERNA
1741109 IURE SOUSA SANTOS	1741176 MARIA JOSE DA SILVA MORESCO
1740515 IVANEUZA KIENEN	1740805 MARIA PÁSCOA DE NAZARÉ CRUZ DUARTE NASCIMENTO
1742062 IVANIA GOMES DA SILVA	1741187 MARIA VITORIA LIMA CARVALHO
1740201 JACIARA BITTENCOURT	1741673 MARILUZ DA SILVA VIEIRA
1742095 JACKELINE BENEDET IZIDORO DE MORAES	1741359 MARINA DA SILVA
1741826 JAQUELINE COMPER SCHLICHTING	1741993 MARISA SARDO
1741364 JENIFFER CRISTINE DA SILVA	1742087 MARISTELA LISBOA
1742020 JESSÉ DA SILVA	1741549 MARLI APARECIDA CARVALHO
1741512 JOÃO LUIZ DE LIMA MOREIRA	1740246 MARLON EDUARDO SILVERIO DE AMORIM
1741953 JOQUELINE MIRANDA DE FREITAS OLIVEIRA	1740356 MARLON KUNESKI DE SOUZA
1741283 JOZIANE HEIL	1740611 MAX ALVES DE MORAES
1740269 JUCIANE DE CAMPOS	1740653 MELQUEZEDEQUE DE SOUZA GOMES
1740837 JULIA IZELLI BRABO	1741850 MICHELLE CAROLINE CARDOSO PEDREIRA
1741750 JULIANA DA SILVA	1741771 MIKAEL SCUISSIATO
1741165 JULIANA DA SILVA	1740466 MINELLI SILVA CARVALHO
1740027 JULIANA SAPELLI DA SILVA	1740059 MIRELA THAMARA HECKERT LOPES
1741281 KALYNA DO SOCORRO NOGUEIRA COELHO	1742102 MÔNICA CORREA MAESTRI
1740132 KARIANE KUHNEN MACHADO	1741834 MORGANA FLÔR GELATI
1741221 KARINA SCHIPITOSKI	1741803 NATALIA ARYELLE DE LIMA
1740209 KARINE EDLA LACERDA	1742057 NATALIA RODRIGUES DA SILVA
1741691 KATIA REGINA DE LORENA THOME	1740810 NATALLY CRISTINA HENCHEN
1741543 KATIANE LIRIO DE ALMEIDA	1741056 NEIDE PACHECO
1740532 KATIE MORAES BUCH	1741139 NICOLE DE CASSIA HECHT
1741447 KELLY CHRISTINE BODEMULLER	1742006 NILZA DE CAMARGO JUSTINO
1740254 KÉTILIN DE ARAÚJO ROCHA	1741877 NOELI DUTRABURKO
1740897 KLICIA ANDRADE PEREIRA	1741215 NOÉLITO DA CONCEIÇÃO SILVA
1741513 LANA CRISTIANE SARMENTO BARSOTTELLI	1741646 OTNIEL FERNANDES
1741658 LARISSA DANIELE DE JESUS DA SILVA	1741854 PABLO VINICIUS BEIRA DA SILVA
1741788 LAURIANI BERTOLDI CORREIA	1742036 PATRICIA BORBA DE OLIVEIRA TRIERWEILER
1740932 LECIGIANE ALVES	1741954 PATRICIA JANAINA FONSECA DE SOUZA
1741656 LEONORA ALVES CELESTE GUBERT	1740348 PATRICIA PEREIRA
1741595 LETICIA NICOLLETTI VALDEZ	1740133 PATRICIA SCHMITZ
1741956 LIDIANE ALMEIDA COELHO	1741024 RAFAEL NASCIMENTO VARGAS
1741667 LIGIA FISCHER	1742139 RAFAELA SCHUARTZ CAVIQUIOLI
1742033 LIGIA TORRESANI ZIMMERMANN	1741739 RAQUEL EDELBERG

1741296 RAQUEL FENSKE HOFFMANN  
1740044 RICARDO LUCIANO PEREIRA DA SILVA  
1740296 ROCHELLE MAGALHÃES ALVES  
1742117 RODOLPHO AUGUSTO PADILHA  
1740443 RODRIGO MENDES MASENE REIS  
1741864 RONALDO ADRIANO DE ALBUQUERQUE  
1740671 ROSA MARIA FIGUEIREDO DA SILVA  
1740439 ROSAMÉLIA BONONOME DA LUZ  
1741332 ROSANA GOMES SALES  
1741827 ROSANGELA CAVIQUIOLI WERNER  
1741958 ROSANGELA SILVA ZORZATO PEIXOTO  
1741408 ROSANI DOS SANTOS  
1740516 ROSELIS CAVIQUIOLI LEMMERMEIER DA ROSA  
1740041 RUBIA DA SILVA  
1740240 SABRINA LUCIANE MAÇANEIRO MINATTI  
1740440 SABRINA SOUZA DE OLIVEIRA  
1741093 SABRINA SUELEN SIQUEIRA DOS SANTOS  
1741013 SAID SILVA DE MATOS  
1740472 SALETE ZEITZ  
1740709 SAMIRA ALESSANDRA PINHEIRO SILVA  
1741638 SARA BARROS FIDENCIO PEDRINI  
1740445 SARA ROLIM DE SOUZA  
1741926 SEFANILDA PINA MAGNO SANTANA  
1741991 SHEILA CRISTINA RIBEIRO SANTANA  
1740722 SHEILA JERUZA GOMES PEREIRA  
1742046 SILVIA ARRUDA COSTA CHAVES  
1741516 SILVIA HELENA AMORIM SILVA  
1740357 SIMONE LIMAS MORETTE  
1740696 SOELI TRIGALO PINHEIRO  
1740178 SUZANA SOUZA MARINHO  
1741994 TAINARA CRISTINA PEREIRA GRAF  
1740105 TAMI TEIXEIRA SILVA  
1741338 TATIANA CUNHA CARMINATTI  
1740759 TATIANA JACAUNA ANDRADE  
1741770 TATIANE DA SILVA AVELAR  
1740796 TAYNA JACINTHO  
1741838 THAIS DE SOUZA ALCÂNTARA SANTANA  
1741422 VALMI BRITO FAVACHO  
1741435 VANDERLÉIA GUCKERT  
1741412 VANESSA CORREA  
1740190 VANESSA MERISIO DA SILVA  
1740489 VIVIANE HELENA PEREIRA  
1740242 WILLIAN CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA  
1741162 WILLIAN CARLOS BARBARESCO  
1741413 YAGO FILIPE DUNKA

Brusque, 29 de NOVEMBRO de 2017.  
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033-2017

Publicação Nº 1442900

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 033/2017

Pregão nº 014/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS

Impugnante: ALPHA MONITORAMENTO LTDA ME

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: Pelo exposto, conhecer a impugnação apresentada pela empresa ALPHA MONITORAMENTO LTDA ME, para suprimir do edital os subitens 7.4.3 e 7.4.4.  
30/11/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA  
Diretora de Licitações e Contrato

### PORTARIA Nº 320-2017

Publicação Nº 1442901

Portaria nº 320/2017

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a Valentim Bianchezzi

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e o Diretor – presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 1º, §2º, 33, I, c, 61 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 356/2017, benefício de Aposentadoria Voluntária a VALENTIM BIANCHEZZI, CPF 309.778.789-53.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2017, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, em 30 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor – presidente

SAMAE

### PORTARIA Nº 4195-2017

Publicação Nº 1442902

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 4.195/2017

Concede benefício de Pensão por morte a Elizete Floriano da Silva dependente do servidor instituidor Edison Cardoso

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento nos artigos 1º, §1º, 33, II, a, e 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, I da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 287/2017, benefício de pensão por morte a ELIZETE FLORIANO DA SILVA, CPF 309.511.609-82, dependente do servidor instituidor EDISON CARDOSO, CPF: 066.443.179-87.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 08/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de novembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
RECURSOS HUMANOS  
Diretora

# Caçador

## PREFEITURA

### **AVISO DE ERRATA - PROCESSO DE LICITAÇÃO 148/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 88-2017-PREFEITURA**

Publicação Nº 1441942

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

AVISO DE ERRATA - PROCESSO DE LICITAÇÃO 148/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 88-2017-PREFEITURA – COM COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR – S.C.

Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital RETIFICADO completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais. A data de abertura mantém-se a mesma.

Caçador, 29 de novembro de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 155/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 93-2017 - PMC**

Publicação Nº 1442944

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 155/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 93-2017-PREFEITURA – COM ITENS EXCLUSIVOS E COM COTA DE ATÉ 25% PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E DE EXPEDIENTE PARA DISTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL PARA O ANO LETIVO DE 2018.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/12/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/12/2017 às 14h05min. Maiores informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 30 de novembro de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### **EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO SYSMATEC**

Publicação Nº 1442912

Extrato do Termo de Rescisão/distrato amigável do item 1 do Contrato Administrativo 30/2017, entre a Câmara Municipal de Caçador e Sysmatec Informática EIRELI ME. O contrato a ser rescindido tem por objeto a prestação de serviço de hora técnica em informática, manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica nos equipamentos de informática (computadores, rede e servidor) da Câmara Municipal, mediante atendimento in loco, na sede da Câmara Municipal, no prazo de até 01 dia útil do chamado, os quais serão utilizados de acordo com a necessidade da Câmara Municipal. Vigência: a partir de 09/11/2017. Assinatura: 09/11/2017. Fundamento legal: Art. 78, inciso XII, da lei 8.666/93. Assinam: Antonio Rubiano Schmidt pela Contratante e Paulo de Oliveira Ramos pelo Contratado.

# Camboriú

## PREFEITURA

### PR 11/17 - FME

Publicação Nº 1442154

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2017- FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR (BERMUDA E SHORT SAIA) PARA OS ALUNOS MATRICULADOS NO ANO LETIVO DE 2018 NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:10 horas do dia 19 (Dezenove) de Dezembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 29 de novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### PR 124/17 - PMC

Publicação Nº 1442821

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 124/2017-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DE DAM - DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, SENDO OS CARNES DE IPTU E OS CARNES DE COSIP AMBOS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 13 (Treze) de Dezembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 30 de novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### TERMO DE ERRATA PR 120/2017 - PMC

Publicação Nº 1442873

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 120/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 120/2017 - PMC, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO PADRÃO CELESC, COM 01 (UM) E 02 (DOIS) RELÓGIOS MONOFÁSICO EM DOIS TAMANHOS DE 7 E 8 METROS, DESTINADOS PARA A AVENIDA SANTA CATARINA NA REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA, NOS LOCAIS ONDE HOUVER NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO DE POSTES NAS RESIDÊNCIAS DE MORADORES, EM DECORRÊNCIA DO ALARGAMENTO DA AVENIDA. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o texto do item 1 do Anexo X (Termo de Referência) do Edital;

Onde lê-se:

(...) Poste de concreto 150 Dan (...).

Leia-se:

(...) Poste de concreto 100 Dan (...).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 30 de Novembro de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### TP 011/17 - PMC

Publicação Nº 1442238

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 011/2017 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:30 horas do dia 18 (Dezoito) de Dezembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 30 de novembro de 2017

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal



**CAMBORIÚ PREV****PORTARIA 35/2017 - IARUSA CARLA SPRADA FONSECA**

Publicação Nº 1441824

PORTARIA Nº. 35/2017

Concede aposentadoria por Invalidez a servidora pública municipal IARUSA CARLA SPRADA FONSECA.

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art.171 da Lei Municipal nº 990 de 27 de Agosto de 1993.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais a servidora IARUSA CARLA SPRADA FONSECA, matrícula nº.12331, ocupante do cargo de SERVENTE, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com vigência a partir de 01/12/2017, com fundamento nos termos do art.40, §1º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art.27, §6º da Lei Complementar Municipal nº 007/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Em 01 de Dezembro de 2017.

Publicado no Mural Público Municipal na data supra

Rutinéia Fonseca Quinzen  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen Rutinéia Fonseca Quinzen  
Prefeito Municipal Presidente

**PORTARIA 36/2017 - CRISTINA POLCHOW**

Publicação Nº 1441830

PORTARIA Nº.36/2017

Concede aposentadoria por Invalidez a servidora pública municipal CRISTINA POLCHOW.

Élcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art.171 da Lei Municipal nº 990 de 27 de Agosto de 1993.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder aposentadoria por Invalidez, com proventos proporcionais à servidora CRISTINA POLCHOW, matrícula nº.11637, ocupante do cargo de AUXILIAR DE COZINHA, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com vigência a partir de 01/12/2017, com fundamento nos termos do art. 40, §1º, I, da Constituição Federal de 1988 e art. 27 da Lei Complementar Municipal nº. 007/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Em 01 de Dezembro de 2017.

Publicado no Mural Público Municipal na data supra

Rutinéia Fonseca Quinzen  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen Rutinéia Fonseca Quinzen  
Prefeito Municipal Presidente

**PORTARIA 39/2017 - ROSANE MARIZA SANTOS VIEIRA**

Publicação Nº 1441841

PORTARIA Nº. 39/2017

Concede aposentadoria por Invalidez a servidora pública municipal ROSANE MARIZA SANTOS VIEIRA.

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art.171 da Lei Municipal nº 990 de 27 de Agosto de 1993.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder aposentadoria por Invalidez, com proventos integrais a servidora ROSANE MARIZA SANTOS VIEIRA, matrícula nº.11760, ocupante do cargo de SERVENTE, na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, com vigência a partir de 01/12/2017, com fundamento nos termos do art.40, §1º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art.27, §6º da Lei Complementar Municipal nº 007/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Em 01 de Dezembro de 2017.

Publicado no Mural Público Municipal na data supra

Rutinéia Fonseca Quinzen  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen Rutinéia Fonseca Quinzen  
Prefeito Municipal Presidente

**PORTARIA 41/2017 - NELSON ALVES PEREIRA**

Publicação Nº 1441832

PORTARIA Nº.41/2017

Concede aposentadoria voluntária por Idade ao servidor público municipal NELSON ALVES PEREIRA.

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art.171 da Lei Municipal nº 990 de 27 de Agosto de 1993.

**RESOLVE:**

Art.1º - Conceder aposentadoria voluntária por implemento de idade, com proventos proporcionais ao servidor, NELSON ALVES PEREIRA, matrícula nº 6133-5, ocupante do cargo de VIGIA na Secretaria Municipal de Educação, com vigência a partir de 01/12/2017, com fundamento nos termos do art.40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal de 1988, e no art. 30 da Lei Complementar nº 007/2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Em 01 de Dezembro de 2017.

Publicado no Mural Público Municipal na data supra

Rutinéia Fonseca Quinzen  
Presidente do CAMBORIUPREV

Elcio Rogério Kuhnen Rutinéia Fonseca Quinzen  
Prefeito Municipal Presidente

**PORTARIA 42/2017 - CONVOCAÇÃO DE AGENDAMENTO**

Publicação Nº 1441747

**PORTARIA Nº 42/2017**

Fica aberto o prazo para o comparecimento dos segurados aposentados por invalidez permanente filiados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município Camboriú - CAMBORIÚPREV.

CONSIDERANDO a necessidade da reavaliação médica anual dos aposentados por invalidez permanente, de acordo com a determinação do art.64 da Lei Complementar Municipal 07/2006, junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município Camboriú:

A Presidente do CAMBORIÚPREV, à Sra. Rutinéia Fonseca Quinzen, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.78, alínea "j" da Lei Complementar Municipal 007/2006, convoca os aposentados por invalidez permanente, a comparecer no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú, para fins de manutenção ao direito do benefício.

**DO PRAZO:**

Art. 1º Os segurados aposentados por invalidez permanente do CamboriúPrev, têm do dia 29 de Novembro a 13 de Dezembro de 2017, para comparecer ao Instituto de Previdência do Município e realizar o agendamento para Inspeção da Junta médica, conforme prevê art.1º, inciso VIII da Lei 1009/1993, que terá início em Janeiro do ano de 2018.

**DO LOCAL:**

Art. 2º O agendamento ocorrerá na sede do CamboriúPrev, Rua José Francisco Bernardes, 429, Bairro Centro, Camboriú/SC, no período compreendido entre as 13:30hs e 18:30hs.

**DA DOCUMENTAÇÃO**

Art. 3º No ato do agendamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I – Cópia da Cédula de identidade;
- II – Cópia do CPF;
- III – Cópia do Comprovante de residência atual (máximo 60 dias);

Art. 4º O não comparecimento do aposentado na data determinada poderá gerar a suspensão do pagamento do benefício até o devido comparecimento.

Publique-se.

Camboriú, 29 de Novembro de 2017.  
Rutinéia Fonseca Quinzen  
Presidente

**PORTARIA 43/2017 - NOMEAÇÃO DA JUNTA MÉDICA**

Publicação Nº 1441750

**PORTARIA N.º 43/2017**

"Dispõe sobre nomeação da Junta Médica Oficial do Município com a finalidade de reavaliar todos os segurados aposentados por invalidez permanente filiados ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú - CamboriúPrev".

Elcio Rogério Kuhnen, Prefeito Municipal de Camboriú, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art.79, inciso VII da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 2º da Lei 1009 de 22 de Outubro de 1993,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear os médicos Dr. José Gaya Neto inscrito no CRM/SC 6619 - presidente da junta médica, Dr. César Augusto Caros Goulart inscrito no CRM/SC 11.230/RE 11136 e Dra. Ludimila Onorina dos Santos inscrita no CRM/SC 18.977/ RQE15241, para compor a Junta Médica Oficial do Município, com a finalidade de reavaliar, requerer exames complementares quando necessário, e emitir parecer conclusivo sobre a incapacidade/capacidade física/mental de todos os segurados aposentados por invalidez permanente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú - CamboriúPrev, conforme determina o art.64 da Lei Complementar Municipal nº 07/2006.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Camboriú (SC), 30 de novembro de 2017.  
Elcio Rogério Kuhnen  
Prefeito Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL 110/2017

Publicação Nº 1442256

ADITIVO CONTRATUAL Nº 110/2017

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº032.PL/2017 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do contrato nº 32/2016 (originado do Processo Licitatório nº 90/2015, modalidade Concorrência);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 32/2016, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA HOEFT & HOEFT CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 32/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência e de execução do Contrato nº 32/2016 fica prorrogado até o dia 31 dezembro de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 32/2016 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 09 de novembro de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	EDSON ARTHUR HOEFT Hoeft & Hoeft Construções Civis Ltda Contratada
---	--

### ADITIVO CONTRATUAL 111/2017

Publicação Nº 1442265

TERMO ADITIVO Nº 111/2017 AO CONTRATO N.º 23/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA., PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Bairro Centro, na Cidade de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.102.749/0001-77, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Administração, Sra. Lucilaine Mókfa Schwarz, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a EDITORA POSITIVO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, CIC, em Curitiba, Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 79.719.613/0001-33, Inscrição Estadual nº 10.114.735-51, neste ato representada por seu procurador, Emerson Walter dos Santos, portador do RG nº 25.637.734-0 SSP/SP e inscrito no CPF nº 162.327.328-55, conforme incluso instrumento particular de procuração, adiante simplesmente CONTRATADA, têm justo e acordado o presente Aditivo ao Contrato nº 23/2015, que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, e pelas Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO 2018 - O presente aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, com vigência de 01/01/2018 a 31/12/2018, em conformidade com o disposto na Cláusula Terceira do Contrato original e no art. 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS QUANTIDADES – Estimam-se para o ano letivo de 2018 as quantidades inicialmente contratadas, acrescidas de 25%, totalizando 378 alunos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR GLOBAL – O valor global do presente contrato, atualizado para o ano letivo de 2018, fica estimado em R\$ 64.147,72 (sessenta e quatro mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos), o que representa um acréscimo de R\$ 12.714,80 (doze mil, setecentos e quatorze reais e oitenta centavos) ao valor inicial do contrato atualizado.

Objeto	Quant.	Valor unit.	Valor total
Material do Aluno	378	R\$ 167,30	R\$ 63.239,40
Material do Professor	16	R\$ 56,77	R\$ 908,32
		Valor global	R\$ 64.147,72

**CLÁUSULA QUARTA: DO REAJUSTE FUTURO** - Conforme ajuste entre as partes, os valores unitários contratados serão reajustados em 1,73%, a partir de 19/01/2018, respeitando-se a data base contratual, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - As despesas com a execução deste instrumento correrão às expensas do orçamento da Contratante, à conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	5.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar as Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo

**CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO** - Ratificam-se as demais cláusulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Campo Alegre, 09 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE CONTRATANTE Lucilaine Mókfa Schwarz	EDITORA POSITIVO LTDA. CONTRATADA Emerson Walter dos Santos
---	---

**TESTEMUNHAS:**

Maria Cristina M. Munhoz CPF: 004.572.629-90	
Daniela Saldanha CPF: 067.764.489-22	

**PORTARIA Nº 14.835 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442000

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.835 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, ELISABETE PERPÉTUA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000532, Registro no Sistema Sob nº 954635, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 03 de março de 2013 a 03 de março de 2016.

Art. 2º A Servidora gozará a Licença Prêmio no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 22 de novembro de 2017 sob nº 14385.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.836 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442001

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.836 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal DANIEL MARINO MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000528, Registro no Sistema sob nº 954631, ao Cargo Público Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º O Assessor de Gabinete gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 04 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 20 de novembro de 2017 sob nº 14339.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 30 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.837 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442092

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.837 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000573, Registro no Sistema Sob nº 954745, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, exercendo a Função de Odontólogo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 16 de março de 2012 a 15 de março de 2015.

Art. 2º O Servidor gozará a Licença Prêmio no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de outubro de 2017 sob nº 13925.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.838 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442167

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.838 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora INGRID KURZAWA ZWIENER OSTERMAYER, Matrícula Funcional nº 000850, Registro no Sistema sob nº 955549, ocupante do Cargo Público de Médico, exercendo a Função de Médico II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 30 de dezembro de 2017 a 27 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. A prorrogação da Licença de que trata o caput deste artigo, em atenção ao requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 05 de setembro de 2017, sob nº 12688.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 30 de dezembro de 2017.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 30 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.839 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442168

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.839 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, AURIONIZE COSENTINO, Matrícula Funcional nº 000574, Registro no Sistema sob nº 954749, ao Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 22 de abril de 2012 a 03 de abril de 2015.

Art. 2º A Servidora gozará a Licença Prêmio no período de 05 de janeiro de 2018 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 22 de novembro de 2017 sob nº 14384.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.840 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442473

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.840 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 9º e seus respectivos Parágrafos, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Prorrogar a Licença Maternidade da Servidora VANESSA HACKE DE FARIAS, Matrícula Funcional nº 000861, Registro no Sistema sob o nº 955560, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 09 de janeiro de 2018 a 09 de março de 2018.

Parágrafo único. A prorrogação da Licença de que trata o caput deste artigo, em atenção ao requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 02 de outubro de 2017, sob nº 13275.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, com efeitos a partir de 09 de janeiro de 2018.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 30 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe do Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.841 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442475

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.841 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal CLÓVIS NENEVÊ, Matrícula Funcional nº 000583, Registro no Sistema sob nº 954778, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 07 de agosto de 2016 a 06 de agosto de 2017.

Art. 2º O Assessor de Gabinete gozará as férias no período de 15 de janeiro de 2018 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 28 de setembro de 2017 sob nº 13219.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 30 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 14.843 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442801

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.843 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE  
À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade por um período de 120 (cento e vinte) dias, a Servidora Pública Municipal LUCIANE RAQUEL BRANCO CARVALHO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000805, Registro no Sistema sob nº 955473, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo pelo período de 30 de novembro de 2017 à 29 de março de 2018, conforme Atestado Médico emitido e devidamente assinado pelo Médico Dr. Francisco Marques, em data de 30 de novembro de 2017, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14630.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2017.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
30 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.844 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442804

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.844 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 47 (quarenta e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000874, Registro no Sistema sob nº 955593, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos 17 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 = 37 (trinta e sete) dias; 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 = 10 (dez) dias.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente aos

períodos aquisitivos: 17 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 e 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 10 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14656.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 28 de novembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 29/11/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 14.845 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442844

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 14.845 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao parágrafo 6º do artigo 37 da Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias a Conselheira Tutelar, ELIANA PESSOA MACHADO COLLÊT, Registro no Sistema sob nº 955544, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º A Conselheira Tutelar gozará as férias no período de 15 de janeiro de 2018 à 29 de janeiro de 2018, comunicação da Presidente do Conselho Tutelar pelo ofício nº 003-2017-CT, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017, sob nº 14617.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 30 de novembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 20 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442741

IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
Rua: Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC.  
E-mail: iprecal@campoalegre.sc.gov.br Fone 47 3632-1574

PORTARIA Nº 20 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL.

O Diretor Executivo do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Diretor Executivo do IPRECAL, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 000337, Registro no Sistema sob nº 78, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo a Função Comissionada de Diretor Executivo do IPRECAL, lotado no IPRECAL – Instituto de

Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC., referente aos períodos aquisitivos: 08 de junho de 2016 a 07 de junho de 2017 = 10 (dez) dias, 08 de junho de 2017 a 07 de junho de 2018 = 10 (dez) dias).

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 08 de junho de 2017 a 07 de junho de 2017.

Art. 2º O Diretor Executivo, gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14681.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 30 de novembro de 2017.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 01/12/2017.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA 02-2017**

Publicação Nº 1442935

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC.  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2017  
"DISPÕE SOBRE A PUBLICIDADE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DAR CUMPRIMENTO AO ESTABELECIDO NO PÁRAGRAFO ÚNICO, DO ART. 377 DO REGIMENTO INTERNO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos Municípios que:

CONSIDERANDO, que esta Câmara Municipal deverá cumprir o quanto determina o Parágrafo Único do Art. 377 do Regimento Interno desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO, que a LRF determina a participação popular e realização de Audiências Públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, Lei de Diretrizes Orçamentária e Orçamento;

**RESOLVE:**

Art.1º Fica marcada para o dia 04 (quatro) do mês de Dezembro do corrente ano, Audiência Pública da Lei Orçamentária Anual – LOA – para o exercício de 2018, do Município de Campo Alegre/SC.

§ 1º A Audiência que trata o caput deste artigo será realizada no Plenário Ladislau Laska da Câmara Municipal, sito na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 640 – Centro neste Município, às 17:00 hs.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste Município, bem como todos os Municípios, para dar ciência do quanto determinado no Inciso I do Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art.2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre/SC., 28 de novembro de 2017.

JOSNEI ROGÉRIO CCHALOUPECK  
Presidente da Câmara Municipal de Campo Alegre

# Campo Erê

## PREFEITURA

### Portaria 677/2017

Publicação Nº 1441979

PORTARIA N. 677, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a contratação de servidor público municipal, por tempo determinado para atender situação de excepcional interesse público, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto na Lei Complementar nº 076/2015;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, homologado pelo Decreto 1.144, de 17 de fevereiro de 2017;

Considerando a necessidade urgente da manutenção da contratação de Professor de Educação Infantil substituto, no período da Licença para Tratamento de Saúde concedida legalmente à servidora Janete Maria Kuhn;

#### RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR por tempo determinado e por excepcional interesse público, VANCREIA LEITE, para o cargo de Professor de Educação Infantil – Habilitado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período compreendido de 27/11/2017 à 12/12/2017. Parágrafo único. O contratado, terá prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação deste ato para a apresentação da documentação para o ingresso no cargo, sob pena de anulação do mesmo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê/SC, 27 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

### Portaria 678/2017

Publicação Nº 1441990

PORTARIA N. 678, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar 03/2017, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art.134, da Lei Complementar 011/2002;

Considerando o que consta no processo Administrativo Disciplinar nº 03/2017 e no memorando nº 02/2017;

Considerando que o prazo para o término do processo administrativo findou-se em 21/11/2017, porém o procedimento de recebimento das defesas e análise das mesmas ainda não foi concluído;

RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão

dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 475, de 21 de julho de 2017, publicada sob o nº 5.297/17, de 21 de julho de 2017, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Processante constantes do Memorando nº 02/2017, de 21 de novembro de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21/11/2017.

Campo Erê/SC, 28 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3

### Portaria 679/2017

Publicação Nº 1442004

PORTARIA N. 679, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar 04/2017, e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art.134, da Lei Complementar 011/2002;

Considerando o que consta no processo Administrativo Disciplinar nº 04/2017 e no memorando nº 03/2017;

Considerando que o prazo para o término do processo administrativo findou-se em 21/11/2017, porém o procedimento de recebimento das defesas e análise das mesmas ainda não foi concluído;

#### RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 476, de 21 de julho de 2017, publicada sob o nº 5.298/17, de 21 de julho de 2017, em face das razões apresentadas pelo Presidente da Comissão Processante constantes do Memorando nº 03/2017, de 21 de setembro de 2017.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21/11/2017.

Campo Erê/SC, 28 de novembro de 2017.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

DANIELA VAZ

Assistente Administrativo

Matrícula nº 10662-3



**CÂMARA MUNICIPAL****RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL**

Publicação Nº 1441986

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL CAMPO ERE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	701.133,70	0,00
Pessoal Ativo	701.133,70	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>701.133,70</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>26.624.428,08</b>	<b>-</b>
<b>(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)</b>	<b>-</b>	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>	<b>26.624.428,08</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>701.133,70</b>	<b>2,63</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>1.597.465,68</b>	<b>6,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>1.517.592,40</b>	<b>5,70</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>1.437.719,11</b>	<b>5,40</b>

FONTE:

Campo Erê, 23/10/2017

Nei Luiz Pagani  
Contador CRC/SC 031845/O-9

Adelir Antonio Bussolaro  
Presidente

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 7.898 / 2017 DE 29/11/2017 ESTABELECE HORARIO DE FUNCIONAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Publicação Nº 1441675

DECRETO Nº 7.898 / 2017 DE 29/11/2017  
ESTABELECE HORARIO DE FUNCIONAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica estabelecido que, a partir de 01 de dezembro de 2017, o horário de funcionamento da sede da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Assistência Social será:

Expediente interno:

Das 13 às 19 horas

Expediente externo:

Das 13:15 as 18:30 horas

Art. 2º. O horário das demais Secretarias permanece inalterado.

Art. 3º. Este Decreto revoga o Decreto nº. 7.895/17 e entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 29 de novembro de 2017.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

**ATA RP 11/2017 - FHJA**

Publicação Nº 1441861

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 26/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2017**

No dia 30 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) ADMINISTRADOR GERAL, o Sr(a). STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER, inscrito no CPF sob o nº. 025.483.919-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 19/2017, Processo Licitatório nº. 26/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA LAVANDERIA HOSPITALAR PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7655	PROLINTEC OMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	
6998	SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA	1, 2, 3, 4, 5
7533	SUDOESTE QUIMICA LTDA - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PROLINTEC OMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	01.733.086/0001-24	ARIEL ANTONIO GOMES	080.179.759-45
SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA	08.950.231/0001-78	CRISTIANO PIRES CARDOSO	003.344.889-23
SUDOESTE QUIMICA LTDA - EPP	23.119.877/0001-00	JOSEANO FRIEDERICH	051.440.629-11

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA LAVANDERIA HOSPITALAR PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6998 - SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	DETERGENTE PARA LAVAGEM DE ROUPAS EMBALAGEM 20 LITROS QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO QUÍMICA TENSOATIVOS NÃO IÔNICOS, ADITIVOS ESPECÍFICOS, SEQUESTRANTE, DISPERSANTE, NEUTRALIZANTE E ÁGUA.	GL		60,000	205,6776	12.340,66
2	NEUTRALIZADOR DE ALCALINIDADE E ALVEJANTE EMBALAGEM 20 LITROS QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO QUÍMICA CLORO ADITIVOS ESPECIAIS PARA ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS DE CLORO ORGÂNICO E ALCALINIDADE.	GL		24,000	161,8989	3.885,57
3	ALVEJANTE E DESINFETANTE PARA ROUPAS - EMBALAGEM 20 LTS - QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO QUÍMICA CLORO ORGANICO E ESTABILIZANTES.	GL		60,000	165,2029	9.912,17

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**Página: 2/7  
Processo Nº.: 26/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017**Fornecedor: 6998 - SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AMACIANTE PARA ROUPAS - EMBALAGEM 20 LTS - QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO QUÍMICA CLORETO DE DIALQUIL DIMETIL AMÔNIO MÍNIMO DE 75%, ESSENCIA E CORANTE	GL		50,000	132,1623	6.608,12
5	DETERGENTE LÍQUIDO ALCALINO PARA LAVAGEM DE ROUPAS - EMBALAGEM 20 LTS - QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO QUÍMICA AGENTES ALCALINIZANTES, SEQUESTRANTE E ÁGUA.	GL		50,000	199,0695	9.953,48

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 3/7  
Processo N°.: 26/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 19/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 26/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 26/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 26/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 26/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 30 de Novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
**STEVAN ALEXANDRE BOHNEBERGER**  
**ADMINISTRADOR GERAL**

**Empresas Participantes:**

PROLINTEC OMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA	CNPJ: 01.733.086/0001-24	_____
SANCAPEL SOLUÇÕES PARA HIGIENE PROFISSIONAL LTDA	CNPJ: 08.950.231/0001-78	_____
SUDOESTE QUIMICA LTDA - EPP	CNPJ: 23.119.877/0001-00	_____

**RG 55\_17 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

Publicação Nº 1441755

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/9  
 Processo Nº.: 135/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 55/2017**

No dia 30 do mês de Novembro do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 89/2017, Processo Licitatório nº. 135/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10724	ARMANDO LUCCA EPP	4, 5, 25, 27, 28, 39, 40, 42, 43
11100	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	6, 7, 20, 26, 29, 30, 32, 34, 37, 38, 41, 45, 46, 47
10467	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	31
8922	LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	8, 9, 17, 19, 23, 33, 36
10462	RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	10, 11, 18, 35, 44
8887	SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	1, 2, 3, 12, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 24

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ARMANDO LUCCA EPP	10.428.739/0001-52	JANAINA DO Rocio SANTOS ROCHA	038.932.099-48
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTD/	00.226.324/0001-42	ERMINIO DE ARAUJO	006.122.368-97
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	07.336.749/0001-53	GILSON MALAQUIAS BATISTA	521.964.299-53
RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	13.709.256/0001-14	RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA	058.823.429-02
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	07.038.642/0001-29	REINALDO ANGELO WAGNER	045.939.249-28

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELETRICOS PARA A ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8887 - SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CABO FLEXÍVEL DE COBRE ANTICHAMA ISOL. 0,6/1 KV 2,5 mm, Cor preto.	M	SC CABLE	1.000,000	0,9500	950,00
2	ARRUELA QUADRADA GALVANIZADA A FOGO DE 38X38X3,0MM, COM FURO Ø18,0MM PARA PARAFUSO 5/8".	PÇ	OLIVO	100,000	0,4500	45,00
3	BASE PARA RELÉ FOTOELÉTRÔNICO 10A 220V GIRO DA TOMADA EM 360, HOMOLOGADO PELA CELESC.	UN	TAKTGTN	1.200,000	4,5000	5.400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/9  
 Processo Nº.: 135/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2017

**Fornecedor: 8887 - SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	CONECTOR CUNHA TIPO II. MATERIAL DE LIGA COBRE ESTANHADO, COM CAMADA MINIMA DE 8 MICRAS, PARA LIGAÇÕES BIMETÁLICAS	UN	INTELLI	1.000,000	3,0000	3.000,00
13	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE EM MATERIAL POLIMÉRICO. CONEXÃO PRINCIPAL 25-120 mm	UN	INTELLI	200,000	9,8000	1.960,00
14	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFURANTE EM MATERIAL POLIMÉRICO. CONEXÃO PRINCIPAL 10-70 mm	UN	INTELLI	300,000	3,6000	1.080,00
15	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50A ELETROMAGNÉTICO, COM CERTIFICADO INMETRO.	PÇ	WEG	50,000	6,3000	315,00
16	FITA ISOLANTE. MEDIDAS APROXIMADAS: 19MM X 20M, CONFORME NBR 5037. APRESENTAR CERTIFICAÇÃO INMETRO.	PÇ	LORENZETTI	200,000	3,2000	640,00
21	LAMPADA VAPOR METÁLICO 1000W, ALTA PRESSÃO, BULBO TUBULAR, BASE E-40.	UN	AVANT	80,000	117,0000	9.360,00
22	Parafuso cabeça quadrada 16x150mm aço zincado a fogo. Comprovar Homologação na CELESC.	UN	OLIVO	200,000	4,2900	858,00
24	PARAFUSO MÁQUINA, CABEÇA QUADRADA 16X250MM. AÇO ZINCADO A FOGO COM PORÇA. PRODUTO HOMOLOGADO PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SC.	PÇ	OLIVO	200,000	5,7900	1.158,00

**Fornecedor: 8922 - LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	CINTA METÁLICA PARA POSTE CIRCULAR Ø180MM, COM DOIS PARAFUSOS CABEÇA FRANCESA 16X070MM. AÇO ZINCADO A FOGO. PRODUTO HOMOLOGADO PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SC.	PÇ	ROMAGNOLE	100,000	19,9000	1.990,00
9	CINTA METÁLICA PARA POSTE CIRCULAR Ø200MM, COM DOIS PARAFUSOS CABEÇA FRANCESA 16X070MM. AÇO ZINCADO A FOGO. PRODUTO HOMOLOGADO PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SC.	PÇ	ROMAGNOLE	100,000	18,8000	1.880,00
17	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO 150W ALTA PRESSÃO, BULBO TUBULAR, BASE E-40, HOMOLOGADA PELA CELESC.	UN	EMPALUX	100,000	20,5000	2.050,00
19	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO 400W EM ALTA PRESSÃO, BULBO TUBULAR, BASE E-40, VIDA MEDIANA DE 32.000 HORAS OU MAIOR, EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 139 LMW, GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO, E CERTIFICADO DE HOMOLOGADO DO ITEM JUNTO A EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SC. CHP EM ORIGINAL OU COPIA AUTENTICADA.	PÇ	EMPALUX	700,000	28,9000	20.230,00
23	PARAFUSO MÁQUINA, CABEÇA QUADRADA 16X200MM. AÇO ZINCADO A FOGO COM PORÇA. PRODUTO HOMOLOGADO PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SC.	PÇ	ROMAGNOLE	100,000	5,0000	500,00
33	BOCAL E 40 HOMOLOGADO PELA CELESC	UN	DECORLUX	200,000	5,0000	1.000,00
36	LUMINÁRIA INTEGRADA LS7 (CONFORME NORMA E-313.0043 DA CELESC).	UN	EMPALUX	300,000	148,5000	44.550,00

**Fornecedor: 10462 - RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	CINTA METÁLICA PARA POSTE CIRCULAR Ø300MM, COM DOIS PARAFUSOS CABEÇA FRANCESA 16X070MM. AÇO ZINCADO A FOGO. PRODUTO HOMOLOGADO PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SC.	PÇ		200,000	25,2500	5.050,00
11	CONECTOR CUNHA TIPO II. MATERIAL DE LIGA DE COBRE ESTANHADO, COM CAMADA MÍNIMA DE 8 MICRAS.	UN		1.000,000	2,5200	2.520,00
18	LÂMPADA DE VAPOR DE SÓDIO 250W EM ALTA PRESSÃO, BULBO TUBULAR, BASE E-40, VIDA MEDIANA DE 32.000 HORAS OU MAIOR, EFICIÊNCIA LUMINOSA MÍNIMA DE 101 LMW, GARANTIA MÍNIMA: 12 MESES. APRESENTAR SELO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DE BAIXO CONSUMO, E CERTIFICADO DE HOMOLOGADO DO ITEM JUNTO A EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE SC., CHP EM ORIGINAL OU COPIA AUTENTICADA.	UN		900,000	20,2000	18.180,00
35	RELE FOTOELETRONICA TEMPORIZADA	UN		20,000	34,0000	680,00
44	LAMPADA VAPOR METÁLICO 400W ALTA PRESSÃO, BULBO TUBULAR, BASE E-40, COR BRANCA.	UN		100,000	30,0000	3.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/9  
 Processo Nº.: 135/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2017

**Fornecedor: 10467 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	LAMPADA METALICA COLORIDA 400 WATTS	UN	MANPLEX	80,000	38,5000	3.080,00

**Fornecedor: 10724 - ARMANDO LUCCA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 3 METROS GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE, HOMOLOGADO PELA CELESC.	UN	TAKTGTN	200,000	73,0000	14.600,00
5	BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - 1 METRO RETO GALVANIZADO POR IMERSÃO A QUENTE, HOMOLOGADO PELA CELESC.	UN	TAKTGTN	200,000	19,6000	3.920,00
25	REATOR VAPOR DE SÓDIO 70W - 220V, USO INTERNO, BAIXA PERDA, GALVANIZADO, HOMOLOGADO PELA CELESC (DEVE POSSUIR SELO PROCEL ELETROBRÁS DE ECONOMIA DE ENERGIA)	UN	TAKTGTN	300,000	35,0000	10.500,00
27	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250W - 220V, USO INTERNO, BAIXA PERDA, GALVANIZADO, HOMOLOGADO PELA CELESC. (DEVE POSSUIR SELO PROCEL ELETROBRÁS DE ECONOMIA DE ENERGIA).	UN	TAKTGTN	300,000	58,0000	17.400,00
28	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400W - 220V, USO EXTERNO, BAIXA PERDA, GALVANIZADO, HOMOLOGADO PELA CELESC. (DEVE POSSUIR SELO PROCEL ELETROBRÁS DE ECONOMIA DE ENERGIA).	UN	TAKTGTN	400,000	93,0000	37.200,00
39	BRAÇO PARA LUMINÁRIA INTEGRADA TIPO 1 (CONFORME NORMA E-323.0043 DA CELESC)	UN	TAKTGTN	300,000	34,0000	10.200,00
40	BRAÇO PARA LUMINÁRIA INTEGRADA TIPO2 (CONFORME NORMA E-313.0043 DA CELESC).	UN	TAKTGTN	400,000	75,0000	30.000,00
42	KIT REMOVÍVEL VS 250W (CAPACITOR, IGNITOR E REATOR) CONFORME NORMA E-313.0054 DA CELESC)HOMOLOGADO.	UN	TAKTGTN	200,000	59,0000	11.800,00
43	KIT REMOVÍVEL VS 400W (CAPACITOR, IGNITOR E REATOR ). (CONFORME NORMA E-323.0054 DA CELESC), HOMOLOGADO.	UN	TAKTGTN	200,000	84,0000	16.800,00

**Fornecedor: 11100 - ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	CHAVE PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 1X50 A, HOMOLOGADO PELA CELESC.	UN	EXATRON	60,000	131,0000	7.860,00
7	CHAVE PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 2X30 A, HOMOLOGADO PELA CELESC.	UN	EXATRON	40,000	153,0000	6.120,00
20	LAMPADA DE VAPOR DE SÓDIO 70W ALTA PRESSÃO, BULBO TUBULAR, BASE E-27, HOMOLOGADA PELA CELESC.	UN	EMPALUX	1.500,000	14,6000	21.900,00
26	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250w - 220v, USO EXTERNO, BAIXA PERDA, GALVANIZADO, HOMOLOGADO PELA CELESC (DEVE POSSUIR SELO PROCEL ELETROBRÁS DE ECONOMIA DE ENERGIA).	UN	DEMAPE	400,000	60,8000	24.320,00
29	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400W - 220V, USO INTERNO, BAIXA PERDA, GALVANIZADO.	UN	JRC	300,000	59,0000	17.700,00
30	REATOR VAPOR DE SÓDIO/METÁLICO EXTERNO 1000 W AFP COM IGNITOR E CAPACITOR JÁ MONTADO JUNTO AO REATOR	UN	JRC	30,000	123,0000	3.690,00
32	LAMPADA METALICA COLORIDA 250 WATTS	UN	EMPALUX	80,000	39,5000	3.160,00
34	BOCAL E 27 HOMOLOGADO PELA CELESC	UN	GERMER	200,000	2,1500	430,00
37	LUMINÁRIA INTEGRADA LS25 (CONFORME NORMA E-313.0043 DA CELESC).	UN	EMPALUX MIF	200,000	225,0000	45.000,00
38	LUMINÁRIA INTEGRADA LS40 (CONFORME NORMA E-313.0043 DA CELESC).	UN	EMPALUX MIF	200,000	223,0000	44.600,00
41	KIT REMOVÍVEL VS 70/100/150 W (CAPACITOR, IGNITORE REATOR) CONFORME NORMA E-313.0054 DA CELESC) HOMOLOGADO.	UN	DEMAPE	300,000	45,0000	13.500,00
45	REATOR VAPOR METÁLICO 400W, GALVANIZADO, USO EXTERNO.	UN	JRC	150,000	62,0000	9.300,00
46	REATOR VAPOR METÁLICO 250W, GALVANIZADO, USO EXTERNO.	UN	JRC	80,000	53,5000	4.280,00
47	REATOR VAPOR METÁLICO 1000W, USO EXTERNO, GALVANIZADO.	UN	JRC	80,000	155,2500	12.420,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/9  
Processo Nº.: 135/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/9  
Processo N°.: 135/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 89/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/9  
Processo Nº.: 135/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/9  
Processo Nº.: 135/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 8/9  
Processo Nº.: 135/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 9/9  
Processo N°.: 135/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 89/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 30 de Novembro de 2017.

**SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

ARMANDO LUCCA EPP	CNPJ: 10.428.739/0001-52	_____
ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	CNPJ: 00.226.324/0001-42	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
LUZERNA INSTALACOES ELETRICAS LTDA - ME	CNPJ: 07.336.749/0001-53	_____
RAFAEL FELIPE FERREIRA DA SILVA - ME	CNPJ: 13.709.256/0001-14	_____
SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC	CNPJ: 07.038.642/0001-29	_____

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****PREGÃO PRESENCIAL 322017**

Publicação Nº 1442414

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

**AVISO LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:  
1-LICITAÇÃO Nº 39/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017.

2-OBJETO: Aquisição de materiais, produtos, reagentes e bombas, a serem utilizados no laboratório da ETA do SAMAE e bombas para reserva nos distritos

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 09h00min do dia 11/12/2017, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e transporte do Samae, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, no seguinte horário: das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR DO SAMAE

**PREGÃO PRESENCIAL 332017**

Publicação Nº 1442416

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

**AVISO LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:  
1-LICITAÇÃO Nº 36/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017.REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2017.

2-OBJETO: A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, SENDO (21.000 LITROS DE GASOLINA COMUM, 12.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL COMUM E 25.000 LITROS ÓLEO S 10), VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO SAMAE, estimativo para o exercício de 2018.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 14h00min do dia 14/12/2017, para recebimento e abertura de invólucros.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e transporte do Samae, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, no seguinte horário: das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR DO SAMAE

# Canelinha

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº119/PMC/17

Publicação Nº 1442136

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 119/PMC/2017

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de materiais para implantação e manutenção da rede de iluminação pública do Município de Canelinha - SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 13 de dezembro de 2017, às 07h30min horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 30 de novembro de 2017. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 009/2017

Publicação Nº 1442689

#### CONVÊNIO Nº 009/2017

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANOINHAS – SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS E, DO OUTRO LADO, O HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS.

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 11.206.680/0001-10, situado à Rua Felipe Schmidt nº10, neste ato representado pelo excelentíssimo senhor GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito, portador do CPF nº. 003.649.429-16, doravante denominado CONCEDENTE e o HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS, com sede nesta cidade de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.192.096/0001-64, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor ARTUR BURGARDT, doravante denominado CONVENENTE, amparados na Lei Municipal nº 6.132 de 10 de novembro de 2017, resolvem por mútuo acordo celebrar o presente termo de convênio, em consonância com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto geral, propiciar o atendimento à saúde dos municípios, repassando esses recursos à referida entidade que atua na manutenção dos serviços hospitalares do Município de Canoinhas, suplementando os serviços do Sistema Único de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE compromete-se a repassar ao CONVENENTE o valor total de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), o qual poderá ser dividido em parcelas.

Parágrafo Único: O recurso pecuniário de que trata o presente convênio deverá ser depositado em conta nominal do CONVENENTE, específica para movimentações relativas ao objeto deste instrumento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

Utilizar o recurso para cobrir as despesas com material hospitalar, medicamentos, despesas com pessoal e encargos sociais, material de expediente, material de limpeza e outros materiais e serviços que concorram para manutenção das atividades da referida entidade.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

As prestações de contas dos recursos recebidos deverão obrigatoriamente seguir as normas gerais de contabilidade pública, a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei Complementar nº101/2000, em especial o que trata os artigos 25 e 26, e, ainda, no que couber, as Instruções Normativas de números 13 e 14 e suas alterações, expedidas pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Não se aplicam as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014, conforme o disposto no seu próprio art. 3º, inciso IV, este que excetua a aplicação da mesma quando da celebração de convênios e contratos com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199, da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro: É vedada a realização de despesas em data anterior à assinatura do termo de ajuste a ser firmado entre esta

Municipalidade e a Entidade Beneficiária, e posterior à data de vigência do mesmo, nos termos do art. 35 da Instrução Normativa TCE nº14/2012, devendo obrigatoriamente, quando aplicável, todas as despesas seguirem o ditado nos artigos 58 a 70 da Lei Federal 4.320/64, salvo justificativa fundamentada para atender o interesse público.

Parágrafo Segundo. O CONVENENTE deverá prestar ao CONCEDENTE quaisquer esclarecimentos solicitados sobre a aplicação dos recursos financeiros vinculados ao presente Termo de Convênio.

Parágrafo Terceiro. A falta da prestação de contas suspende a eficácia do presente convênio até que seja regularizada a situação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Órgão/Unidade: 17.01 – Fundo Municipal de Saúde – Elemento: 3.3.50.00.00.00.00 – Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos – Atividade: 2.062 – Apoio ao HSCC – Recurso: 10200 – Rec. Imp. e de Transf. Imp. – Saúde.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio compreende o período de 23 de novembro de 2017 a 23 de fevereiro de 2018.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos existentes na conta corrente específica se não utilizados no prazo de 30 (trinta) dias deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em cadernetas de poupança, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA UTILIZAÇÃO DOS RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos decorrentes da aplicação de recursos no mercado financeiro serão computados a créditos do presente Termo de Convênio e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, ficando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas.

#### CLÁUSULA NONA – DA RENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente convênio poderá ser renunciado por qualquer uma das partes, não havendo mais interesse em mantê-lo, ou ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo Único – Em caso de norma legal ou fato que o torne formalmente inexecutável, este Convênio será rescindido, independentemente de aviso ou notificação, não havendo direito às partes a qualquer reclamação ou indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

O CONCEDENTE deverá providenciar a publicação do presente instrumento no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

O presente termo poderá ser alterado mediante acordo entre as partes, através de Termo Aditivo, não podendo haver alteração quanto ao objeto do presente instrumento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Canoinhas/SC, para qualquer



procedimento judicial cabível, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente convênio em quatro vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam um só efeito.

Canoinhas/SC, 23 de novembro de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS     ARTUR BURGARDT  
Prefeito                             Presidente do HSCC

Marina Haag  
Assessoria Jurídica Municipal

TESTEMUNHAS:

Assinatura Assinatura

Nome: Renato Jardel Gurtinski     Nome: Diogo Carlos Seidel  
CPF: 812.584.379-53     CPF: 008.606.289-14

## PORTARIA Nº 1018/2017

Publicação Nº 1442427

PORTARIA Nº. 1018/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

Art. 1º - Fica autorizada a averbação nos assentamentos funcionais da servidora IARA LUCIA ARTNER LEANDRO, detentora da matrícula nº430, e do cargo de provimento efetivo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, da Certidão de Tempo de Serviço/ Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20024010.1.00047/17-0, da qual se extraiu o período de 16 (dezesesseis) anos, 04 (quatro) meses e 00 (zero) dia, no período de 01/04/2000 a 31/07/2016, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de outubro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

OSMAR OLESKOVICZ  
Secretário Municipal de Educação  
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/10/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº FUNR 05/2017 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1442003

FUMREBOMPM DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FUNR 06/2017  
PREGÃO N.º FUNR 05/2017 (PRESENCIAL)

### AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, no uso de suas atribuições legais, torna público a anulação do Pregão n.º 05/2017 (PRESENCIAL), que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA

RECUPERAÇÃO DO MOTOR DO VEÍCULO MERCEDES BENZ 1519, DA VIATURA AT-19, PLACA LZG 9854, DE USO DO 9º BATALHÃO DE BOMBEIRO MILITAR DE CANOINHAS. Motivo DEVIDO AO FATO DE, APÓS VERIFICAÇÃO IN LOCO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PELO SR. CB BM RR ALTAIR FRANCISCO SIQUEIRA, MTCL 912237-0, CONSTATOU QUE O CABEÇOTE DO MOTOR APRESENTA TRINÇAS E NÃO TEM MAIS CONDIÇÕES DE USO. VERIFICOU-SE TAMBÉM A NECESSIDADE DE TROCA DE OUTRAS PEÇAS. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos  
Prefeito / Presidente do Fundo

## PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 126/2017 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1442617

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 188/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 126/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/12/2017, às 09h05min, licitação REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS À OPERAÇÃO TAPA-BURACO E EXECUÇÃO DE ONDULAÇÕES TRANSVERSAIS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 14/12/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## PUBLICAÇÃO DO DESPACHO AO RECURSO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 13/2017

Publicação Nº 1442759

### DESPACHO

Assunto: Recurso Administrativo – Concorrência Pública n.º 13/2017.

Despacho referente à resposta da Comissão de Licitação desta Prefeitura, relativamente ao recurso Administrativo interposto pela Sra. GISELE BECKER, CPF 005.687.869-98, através do protocolo n.º 6637, datado de 13 de novembro de 2017.

Acolho na íntegra a decisão da Comissão, por seus próprios fundamentos e determino o prosseguimento do Processo licitatório n.º 88/2017, Concorrência Pública n.º 13/2017, passando-se a homologação.

Intime-se o impetrante,

Dê-se continuidade ao Processo,

29 de novembro de 2017  
Gilberto dos Passos  
Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI N.º 6.143 DE 28/11//2017**

Publicação Nº 1441736

LEI N.º 6.143, de 28/11//2017

**"INSTITUI A PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PRESTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL"**

O Vereador Wilmar Sudoski, Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

**LEI**

Art. 1º Fica instituída, no Município de Canoinhas, a pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados pelas unidades da Administração Municipal de Canoinhas que devem observar ao disposto nesta Lei.

§ 1º São unidades da Administração Municipal especialmente sujeitas às disposições desta Lei:

- I – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo;
- II – Secretaria de Educação;
- III – Secretaria de Saúde;
- IV – Secretaria de Administração, Finanças e Orçamento;
- V – Secretaria de Assistência Social;
- VI – Secretaria de Habitação;
- VII – Secretaria de Meio Ambiente;
- VIII – Secretaria de Desenvolvimento Rural;
- IX – Secretaria de Obras;
- X – Secretaria de Planejamento;
- XII – Gabinete do Prefeito;
- XIII – Defesa Civil;
- XIV – PROCON;
- XV – Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer;
- XVI – Fundação de Esportes e Lazer;
- XVII – Departamento de Trânsito de Canoinhas.

§ 2º Para fins desta Lei considera-se:

- I – Ouvidoria Municipal: Órgão da Administração Municipal que irá coordenar os trabalhos relacionados a pesquisa de satisfação dos usuários de serviços públicos municipais;
- II – Comissão Especial de Avaliação: grupo de trabalho, especificamente, formado por no mínimo, 03 (três) membros, de diferentes Conselhos Municipais e entidades da sociedade civil, sendo a maioria absoluta composta por membros não governamentais, sob a coordenação do responsável pela Ouvidoria Municipal;
- III – Pesquisa de satisfação: formulário impresso ou "on-line" preenchido exclusivamente pelos usuários para avaliarem o conjunto básico de serviços públicos prestados, que deverá estar disponível próximo a urna, em local visível e de fácil acesso, o qual será enviado a cada quadrimestre para o responsável pela Ouvidoria Municipal;
- IV – Urna: recipiente lacrado onde será depositado o formulário de pesquisa de satisfação preenchido pelos usuários, que deverá estar disponível em local visível e de fácil acesso em todas as secretarias, acessado, apenas pela Ouvidoria Municipal, em até 05 (cinco) dias após o encerramento do quadrimestre;
- V – Relatório de avaliação: documento emitido pela Ouvidoria Municipal, em até 30 (trinta) dias após o encerramento do quadrimestre, elaborado com apoio e relatoria da Comissão Especial de Avaliação;
- VI – Gestores públicos: conjunto de agentes políticos e servidores públicos responsáveis pela prestação de serviços públicos no Município de Canoinhas.

§ 3º O formulário da pesquisa de satisfação que trata o inciso III será criado pela Ouvidoria Municipal, sendo que a versão "on-line" deverá ser disponibilizada no portal do Governo Municipal de Canoinhas, podendo ainda, conforme possibilidade orçamentária do executivo, ser utilizado um App com a mesma finalidade.

Art. 2º A pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados pelas unidades da Administração do Município de Canoinhas tem por objetivo:

- I – apresentar um diagnóstico do grau de satisfação ou insatisfação dos usuários em geral e por unidade de Administração;
- II – subsidiar os gestores públicos com informações sobre deficiências na prestação de serviços públicos, inclusive para tomada de decisão, implantação e implementação de medidas saneadoras;
- III – fomentar uma cultura de eficiência e cordialidade na prestação de serviços públicos.

Art. 3º Compete à cada unidade da Administração Municipal nos termos do § 1º da art. 1º desta Lei, implementar as seguintes medidas:

- I – instalar as urnas, disponibilizar os formulários da pesquisa de satisfação e publicar o material gráfico e eletrônico sobre a pesquisa de satisfação;
- II – criar material gráfico e eletrônico para divulgar a pesquisa de satisfação e estimular a participação dos usuários, no qual deverá ser enfatizada a importância para melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população;
- III – disponibilizar equipe de apoio à Ouvidoria Municipal para coletar os formulários da pesquisa de satisfação e elaborar o relatório de avaliação;
- IV – disponibilizar cópia do último relatório de avaliação no balcão da Unidade da Administração, em local de fácil acesso, para consulta dos usuários.

Parágrafo único. O relatório de avaliação quadrimestral deverá ser publicado e disponibilizado no portal eletrônico do Governo Municipal de Canoinhas, até 30 (trinta) dias após o final de cada quadrimestre.

Art. 4º Compete a Ouvidoria Municipal de Canoinhas:

- I – eleger, sob orientação do Poder Executivo, a Comissão Especial de Avaliação, que obrigatoriamente deve conter no mínimo 01 (um) representante governamental, 01 (um) não governamental, além de 01(um) terceiro que poderá ser de qualquer entidade representativa que tenha interesse em assumir a responsabilidade em operacionalizar a pesquisa de satisfação prevista nesta Lei;
- II – aprovar o material gráfico e eletrônico que será utilizado para divulgar a pesquisa de satisfação e estimular a participação dos usuários, verificando, sobretudo, se está sendo enfatizada a importância da adesão para melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população;
- III – elaborar o relatório de avaliação quadrimestral;
- IV – remeter cópia do relatório de avaliação, com parecer da Comissão Especial de Avaliação:
  - a) ao Prefeito Municipal;
  - b) aos Secretários Municipais ou responsáveis pelas unidades administrativas nos termos do § 1º da art. 1º desta Lei;
  - c) ao Presidente da Câmara Municipal de Canoinhas, para que disponibilize cópia aos Vereadores.
- V – coletar, a cada quadrimestre, os formulários da pesquisa de satisfação preenchidos pelos usuários;
- VI – autuar um processo específico, no sistema oficial de protocolo

e processo do Governo Municipal, e anexar todos os formulários da pesquisa de satisfação, numerando sequencialmente todas as páginas;

VII – elaborar o relatório de avaliação quadrimestral.

Parágrafo único. Poderá participar voluntariamente da Comissão Especial de Avaliação, membros de qualquer Conselho Municipal criado por Lei, ou representantes de entidades da sociedade civil, respeitando sempre a proporcionalidade e 2 (dois) membro não governamentais para cada membro 1 (um) membro governamental.

Art. 6º Compete à Comissão Especial de Avaliação:

I – dar parecer sobre relatório de avaliação quadrimestral realizado pela Ouvidoria Municipal;

II – fiscalizar a implementação das medidas previstas nos art. 3º e 4º desta Lei.

Art. 7º A pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos prestados pelas unidades da administração, previstos nesta Lei, deverá contemplar, pelo menos, a avaliação da satisfação quanto aos seguintes quesitos:

I – adequação da estrutura física e localização;

II – horário de funcionamento e atendimento;

III – atendimento dos servidores públicos municipais;

IV – atendimento dos Secretários Municipais ou demais responsáveis técnicos;

V – tempo de espera para o atendimento;

VI – os documentos necessários para o registro da demanda;

VII – eventuais taxas cobradas pelo serviço;

VIII – os prazos para o cumprimento dos serviços;

IX – as formas de comunicação com os usuários;

X – o sistema de sinalização visual.

§ 1º A resposta aos quesitos da pesquisa de satisfação deverá permitir a seleção da seguinte escala de conceito:

I – Ótimo;

II – Bom;

III – Regular;

IV – Ruim;

V – Péssimo.

§ 2º O formulário de pesquisa de satisfação deverá conter:

I – a identificação da Secretaria ou Unidade da Administração Municipal, nos os termos do § 1º da art. 1º desta Lei;

II – a identificação do usuário, apenas pelo número de identificação da Carteira de Identidade (RG), reservado o direito a sigilo se assim desejar o usuário, sendo que a identificação possui o objetivo de evitar a fraude no processo;

III – a data;

IV – o espaço livre para registro de reclamações, críticas, sugestões ou elogios.

Art. 8º Em caso de descumprimento dos termos desta Lei, inclusive fraude no preenchimento de formulários de avaliação ou violação da urna, fica a cargo da Ouvidoria Municipal de Canoinhas comunicar o fato:

I – aos Secretário Municipais ou responsáveis pelas unidades administrativas, para instauração de sindicância ou de processo disciplinar, com o objetivo de apurar responsabilidade e, se for o caso, aplicar as sanções previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canoinhas;

II - ao Prefeito(a) Municipal, em se tratando também de servidor ocupante de cargo de provimento em comissão, função de

confiança ou função de chefia, recomendando a substituição do ocupante;

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 28 de Novembro de 2017.

Vereador Wilmar Sudoski

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 28/11/2017.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

# Capinzal

## PREFEITURA

### PMC CONTRATO 0305/2017

Publicação Nº 1442036

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº...: 0305/2017		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: ENIO OLÍMPIO AZEVEDO - ME		
Valor ..... : 5.000,00 (cinco mil reais)		
Vigência ..... : Início: 30/11/2017 Término: 31/12/2017		
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 0009/2017 Processo_Licitatório....: 0171 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Contratação da empresa ENIO OLÍMPIO AZEVEDO ME, inscrita no CNPJ 27.202.830/0001-58, via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, em consonância com o Edital de Credenciamento nº 001/2017, item 1 (veiculação de matérias em jornal de circulação regional), conforme documentação anexa para o exercício de 2017		
Capinzal, 30 de Novembro de 2017		

### PMC CONTRATO 0306/2017

Publicação Nº 1442038

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Contrato Nº...: 0306/2017		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada....: RP COMERCIO DE PECAS E FERRAMENTAS EIRELI - ME		
Valor ..... : 13.950,00 (treze mil novecentos e cinquenta reais)		
Vigência ..... : Início: 30/11/2017 Término: 31/12/2017		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0116/2017 Processo_Licitatório....: 0168 / 2017		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : Aquisição de peças para recuperação do veículo Ônibus 17.210 motor X10 placa MCy 8206, ano 2004, chassi 9BWRF82W94R429036 do Transporte Coletivo deste Município. Com Recursos Próprios		
Capinzal, 30 de Novembro de 2017		

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0172/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0033/2017

Publicação Nº 1442710

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0172/2017  
Dispensa de Licitação Nº 0033/2017

IVAIR LOPES RODRIGUES, Secretário de Desenvolvimento Econômico, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citado do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório 0172/2017 conforme segue:

#### OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de serviços de Som e Iluminação para a Abertura Oficial do Natal Encantado 2017, no dia 03/12/2017, na Praça Pedro Lélis da Rocha. Com Recursos Próprios.

## FORNECEDOR

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Serviços de som e iluminação para a Abertura Oficial do Natal Encantado 2017, no dia 03/12/2017, com equipamentos e serviços técnicos: 04 caixas de grave, 04 lines, Mesa de Som, Potenciais, Periféricos, Caixas de retorno, Cabeamento, Microfones com e sem fio, Pedestais, 04 Muving, 08 Leds, 01 Máquina de fumaça, 02 trave de treliça, 02 técnicos de som, 01 Palco de Bateria, suporte técnico e ART.	BONATO Show e Sonorização	1.500,00	1.500,00
Total						1.500,00

## JUSTIFICATIVA

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, representada por seu Secretário Interino Ivair Lopes Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso III do art. 24 da Lei n. 8.666/93, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem:

CONSIDERANDO a necessidade de contratar o som e a iluminação para a realização da Abertura Oficial do NATAL ECANTADO – 2017, no dia 03/12/17 (domingo), na Praça Pedro Lelis da Rocha;

CONSIDERANDO que foi solicitado orçamento para a sonorização e iluminação do Natal Encantado 2017 em 03 (três) empresas, sendo que a empresa "Bonato Show e Sonorização" foi a empresa vencedora pelo menor valor orçado, conforme orçamentos anexos; Considerando a Lei de Licitações abaixo transcrita:

"Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94:

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;"

Assim, diante das considerações acima, houve aceite na contratação de empresa especializada no som e iluminação para realização da Abertura Oficial do NATAL ENCANTADO – 2017.

## VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
LERIO BONATO SHOW E SONORIZAÇÃO LTDA	1
R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais)	

## PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e o que apresentou menor valor foi selecionado para o fornecimento do objeto.

## JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço relacionado foi obtido por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

## DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 181 - Promoção de feiras e eventos

Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 695 - Turismo

Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos

Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas

Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 30 de Novembro de 2017

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretario de Desenvolvimento Econômico



**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0173/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 0010/2017**

Publicação Nº 1442757

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0173/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0010/2017

IVAIR LOPES RODRIGUES, Secretario de Desenvolvimento Econômico do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei No 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório 0173/2017 conforme segue:

**OBJETO**

Contratação de GRUPO ETNIA, cujo representante é vinculado à pessoa jurídica denominada MAICO FABRICIO WELTER 05256090917, CNPJ 22.511.211/0001-21, com sede na Rua Canadá, 338, Bairro Nações, município de Concórdia, para realização de Show de abertura do Natal Encantado 2017, a realizar-se no dia 03 de dezembro de 2017, na Praça Pedro Lélis da Rocha. Com Recursos Próprios.

Item	Qtidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN	GRUPO ETNIA	Contratação de Show para Abertura do Natal Encantado 2017, no dia 03 de dezembro de 2017, na Praça Pedro Lélis da Rocha, às 20 horas, com duração de uma hora e trinta minutos, com apresentações de músicas clássicas	2.700,00	2.700,00
Total						2.700,00

**VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)**

Vencedores	
Fornecedor	Itens
MAICO FABRICIO WELTER 05256090917	001
R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais)	

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**JUSTIFICATIVA**

A Administração Municipal escolheu o Show com o "GRUPO ETNIA", para abertura do "NATAL ENCANTADO 2017", no dia 3 de dezembro de 2017, na Praça Pedro Lélis da Rocha, por considerar que este grupo atingiria a essência do espírito natalino, encantando e surpreendendo a comunidade através de suas músicas clássicas, lembrando também que o grupo tem em seu repertório melodias de diferentes etnias, em especiais as italianas, alemãs e brasileiras, as quais irão relembrar a história de vida de muita gente aqui do Sul do Brasil.

Considerando que foi solicitado 03 (três) orçamentos para Show de abertura do Natal Encantado 2017, conforme orçamentos anexos;

Diante do exposto, neste caso constitui inexigibilidade de licitação pública, conforme preceitua o inciso III do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, a seguir especificado, houve aceite na contratação do "GRUPO ETNIA", de Concórdia – SC, para a abertura do NATAL ENCANTADO – 2017.

"Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública."

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

Despesa: 181 - Promoção de feiras e eventos  
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Função: 23 - Comércio e Serviços  
Subfunção: 695 - Turismo  
Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos  
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
Recurso: 0 - Recursos Ordinários Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 1 de Dezembro de 2017  
IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretario de Desenvolvimento Econômico

# Catanduvas

## PREFEITURA

### LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE 0001/2017

Publicação Nº 1442667

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

AVISO DE LEILÃO - Nº 01/2017

EDITAL DE LEILÃO - Nº 01/2017

O Município de Catanduvas (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ: nº 82.939.414/0001-45, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 1.435, Centro, em Catanduvas, SC, através do Prefeito, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, no uso de suas atribuições legais, TORNA PUBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de LEILÃO PRESENCIAL E ONLINE, através do Leiloeiro, RUY WALTER BALDISSERA, JUCESC AARC 013, às 09H30 horas, do dia 18 de Dezembro de 2017, no Auditório da Câmara de Vereadores, sito Rua Severiano Guerreiro, neste município de Catanduvas (SC).

Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site [www.baldisseraleiloeiros.com.br](http://www.baldisseraleiloeiros.com.br). Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei nº 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Catanduvas (SC), 18 de novembro de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE CATANDUVAS (SC)



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### Decreto nº 0119/2017

Publicação Nº 1442010

DECRETO MUNICIPAL N.º 119/2017, de 30 de SETEMBRO de 2017.

"Autoriza abertura de credito adicional suplementar no orçamento programa de 2017 do município de Caxambu do Sul e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Autorizativa Municipal n.º 1.394 de 05 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na Entidade 03 – Fundo Municipal de Saúde, no orçamento geral do Município de Caxambu do Sul o valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil, reais) a serem distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	05
Unidade	Departamento de Saúde	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE PÚBLICA	0005
Projeto	Man. Progr. de Saúde Pública bloco Atenção Básica	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
	Aplicação Direta – 3.3.90	01.64 – Atenção Básica
Valor Total R\$:		150.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, no total de 150.000,00 (Cento e cinquenta mil, reais), serão por meio do anulação de dotações orçamentárias dentro da mesma categoria de despesa, conforme demonstrativo abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	05
Unidade	Departamento de Saúde	01
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE PÚBLICA	0005
Projeto	Man. Progr. de Saúde Pública bloco Atenção Básica	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
	Aplicação Direta – 3.1.90	01.64 – Atenção Básica
Valor Total R\$:		150.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, em 30 de setembro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

### Decreto nº 0125/2017

Publicação Nº 1442011

DECRETO MUNICIPAL N.º 125/2017, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017.

"Autoriza abertura de credito adicional suplementar no orçamento programa de 2017 do município de Caxambu do Sul e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Autorizativa Municipal n.º 1.394 de 05 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município de Caxambu do Sul o valor de R\$ 321.767,93 (trezentos e vinte e um mil, setecentos e sessenta e sete reais e noventa e três centavos) a serem distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

Entidade 01 – Prefeitura Municipal

a) Suplementação por Superávit Financeiro do Exercício Anterior

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		04
Unidade	Departamento de educação		01
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO		0006
Projeto	Manutenção geral da Secretaria de Educação		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.3.90	03.58 – Salário educação	29.366,46
Valor Total R\$:			29.366,46

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		04
Unidade	Departamento de educação		01
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO		0006
Projeto	Manutenção do programa de Merenda Escolar		2.015
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.3.90	03.60 – PNAE	11.601,47
Valor Total R\$:			11.601,47

## b) Suplementação por Provável excesso de Arrecadação

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		04
Unidade	Departamento de educação		01
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO		0006
Projeto	Manutenção geral da Secretaria de Educação		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.3.90	01.58 – Salário educação	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00

## c) Suplementação por Anulação de Dotações

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		04
Unidade	Departamento de educação		01
Função	Educação		12
Sub-função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO		0006
Projeto	Manutenção geral da Secretaria de Educação		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.3.90	01.58 – Salário educação	9.000,00
Valor Total R\$:			9.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE		04
Unidade	Departamento de Esportes		03
Função	Esporte Amador		27
Sub-função	Desporto e Lazer		812
Programa	ESPORTES		0007
Projeto	Manutenção geral do Departamento de Esportes		2.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Ordinário	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		06
Unidade	Departamento de Assistência Social		01
Função	Assistência Social		08
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTENCIA SOCIAL		0002
Projeto	Manutenção geral da sec. De Assistência Social		2.018

Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Ordinário	30.000,00
Valor Total R\$:			30.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	09	
Unidade	Departamento de Serviços Urbanos	01	
Função	Urbanismo	15	
Sub-função	Serviços Urbanos	452	
Programa	SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	0012	
Projeto	Manutenção geral dos Serviços Urbanos	2.024	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.3.90	01.00 – Ordinário	40.000,00
Valor Total R\$:			40.000,00

## Entidade 03 – Fundo Municipal de Saúde

## a) Suplementação por Superávit Financeiro do Exercício Anterior

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	05	
Unidade	Departamento de Saúde	01	
Função	Saúde	10	
Sub-função	Atenção Básica	301	
Programa	SAÚDE PÚBLICA	0005	
Projeto	Man. Progr. de Saúde Pública bloco Atenção Básica	2.006	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.3.90	03.64 – Atenção Básica	151.800,00
Valor Total R\$:			151.800,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, letra "c", no total de 99.000,00 (noventa e nove mil reais), serão por meio do anulação de dotações orçamentárias dentro da mesma categoria de despesa, conforme demonstrativo abaixo:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	04	
Unidade	Departamento de educação	01	
Função	Educação	12	
Sub-função	Ensino Fundamental	361	
Programa	EDUCAÇÃO	0006	
Projeto	Manutenção geral da Secretaria de Educação	2.010	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 4.4.90	01.58 – Salário educação	9.000,00
Valor Total R\$:			9.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	04	
Unidade	Departamento de Esportes	03	
Função	Esporte Amador	27	
Sub-função	Desporto e Lazer	812	
Programa	ESPORTES	0007	
Projeto	Manutenção geral do Departamento de Esportes	2.016	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 – Ordinário	15.000,00
	Aplicação Direta – 4.4.90	01.00 – Ordinário	5.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	06	
Unidade	Departamento de Assistência Social	01	
Função	Assistência Social	08	
Sub-função	Assistência Comunitária	244	
Programa	ASSISTENCIA SOCIAL	0002	
Projeto	Manutenção geral da sec. De Assistência Social	2.018	
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 – Ordinário	30.000,00

Valor Total R\$:		30.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	09
Unidade	Departamento de Serviços Urbanos	01
Função	Urbanismo	15
Sub-função	Serviços Urbanos	452
Programa	SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	0012
Projeto	Manutenção geral dos Serviços Urbanos	2.024
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
	Aplicação Direta – 3.1.90	01.00 – Ordinário
Valor Total R\$:		40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, em 23 de outubro de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 124, 30.11.2017

Publicação Nº 1441807

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 124, 30.11.2017

Paralisa atividades de Centro Educacional e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 50, inciso VII da Lei Orgânica do Municipal, conforme dispõe a Lei Municipal nº 055/98 (Sistema Municipal de Educação), e Parecer nº 001/2017, de 27 de novembro de 2017, do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica paralisada a partir do ano letivo de 2018, as atividades do Centro Educacional e Esportivo Valdemiro Manoel Chiquio, Código INEP 42095689, localizado na comunidade de Rio Saltinho - Município de Chapadão do Lageado/SC.

Art. 2º A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, procederá os atos de remanejamento dos servidores efetivos para outras unidades escolares municipais, bem como será responsável pela guarda e manutenção dos documentos relacionados com a vida escolar dos alunos que frequentaram o educandário.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de 01.01.2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 30 de novembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### SUSPENSÃO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13 DE 2017

Publicação Nº 1442481

DECISÃO: SUSPENSÃO DA SESSÃO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n. 26/2017  
Pregão Presencial n. 13/2017

Objeto: contratação de Serviço Móvel Pessoal, compreendendo o fornecimento de 40 (quarenta) acessos para originar e receber chamadas nacionais ilimitadas para fixo e móvel, de qualquer operadora, incluindo-se as despesas de roaming nacional; acesso a pacote de dados, tecnologia 4G, com, no mínimo, 3GB; serviços de envio de mensagens instantâneas (SMS) ilimitado e software gerenciador de contas (gestor online).

Tendo em vista a manifestação do Departamento de Compras e Licitações informando o protocolo de impugnações referente ao Edital do Pregão Presencial n. 13/2017, a complexidade e o conteúdo das alegações e a possível necessidade de revisão do edital de licitação, decido por suspender a sessão de licitação de recebimento de proposta e documentos de habilitação referente ao pregão presencial n. 13/2017, agendada para o dia 04/12/2017, às 14 horas.

Publique-se, notifiquem-se os impugnantes.

Chapecó, 30 de novembro de 2017.  
Valmor Junior Scolari  
Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 38/FMS/2017

Publicação N° 1442418

CONTRATO N°: 38/2017.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: LABORATÓRIO MC LABOR LTDA – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 17/FMS/2017.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°: 02/FMS/2017.  
CRENCIAMENTO N° 02/FMS/2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Clínicas de Citopatologia, no conjunto de procedimentos dos grupos da tabela SUS, para atendimento a rede Municipal de Saúde de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 01/11/2017.

Vigência: Início: 01/11/2017 Término: 01/11/2018.

### EXTRATO DO CONTRATO 39/FMS/2017

Publicação N° 1442487

CONTRATO N°: 39/2017.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: LABORATÓRIO MC LABOR LTDA – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 16/FMS/2017.  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°: 01/FMS/2017.  
CRENCIAMENTO N° 01/FMS/2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de Análises Clínicas, no conjunto de procedimentos dos grupos da tabela SUS, para atendimento a rede Municipal de Saúde de Cocal do Sul/SC.

Assinatura: 01/11/2017.

Vigência: Início: 01/11/2017 Término: 01/11/2018.

### EXTRATO DO CONTRATO 76/PMCS/2017

Publicação N° 1442105

CONTRATO N°: 76/2017.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: IMOBILIÁRIA MARCON LTDA.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 77/PMCS/2017.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°: 11/PMCS/2017.

Objeto: Locação de uma casa residencial de alvenaria, com a seguinte descrição: 03 dormitórios, sendo 01, suíte, sala de estar, cozinha, bwc social e área de serviço, situada à Rua Professor Paulo Galli, n° 201, Bairro Centro, Cocal do Sul.

Assinatura: 20/11/2017.

Vigência: Início: 01/12/2017 Término: 01/12/2020.

Valor: R\$ 28.080,00 (vinte e oito mil e oitenta reais).



# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 55/2017 – PMC - AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1442424

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017 ☐ PMC  
Contratação de Serviços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO visando à prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Concórdia, Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros Militares, com fornecimento de peças e acessórios originais e novos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 14/12/2017.

Abertura: dia 14/12/2017 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link ☐ Licitações ☐. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2160.

Concórdia, SC, 30 de novembro de 2017.

JOÃO VALMOR REITEL

Secretário Municipal de Transportes

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 809/2017

Publicação Nº 1443028

DECRETO Nº 809/2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 2 (dois) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. MARIA EUGENIA PAZ CAVALHEIRO ocupante do cargo de Professor (a), Matrícula nº1355601, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 30 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 810/2017

Publicação Nº 1443029

DECRETO Nº 810/2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 2 (dois) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. PATRICIA MACHADO ocupante do cargo de Assessora de Secretaria, Matrícula nº1350303, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 27/11/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 30 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 811/2017

Publicação Nº 1443031

DECRETO Nº 811/2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde da Servidora Municipal, Sra. PATRICIA MACHADO ocupante do cargo de Assessora de Secretaria, Matrícula nº1350303, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado médico, anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 30 de Novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 125/2017

Publicação Nº 1441771

#### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº59/2017

JULGAMENTO: Menor preço Global.

PROCESSO: 125/2017

SOLICITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E PLANEJAMENTO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVO DE GESTÃO PÚBLICA, QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$19.779,00(Dezenove mil setecentos e setenta e nove reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declara vencedora a empresa: BETHA SISTEMAS LTDA, no valor de R\$19.779,00 adjudicado em favor da empresa mencionada, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do

Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;  
Cordilheira Alta, SC, em 30 de Novembro de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco  
Pregoeiro

## **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC.124/2017**

Publicação Nº 1442189

### **EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº58/2017

JULGAMENTO: Menor preço por Lote.

PROCESSO: 124/2017

SOLICITANTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E PLANEJAMENTO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, A FIM DE ELABORAR OS PROGRAMAS DE SAÚDE DO TRABALHO E REALIZAR EXAMES OCUPACIONAIS E COMPLEMENTARES EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$68.366,00(Sessenta e oito mil trezentos e sessenta e seis reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: PRONTOMED- ASSISTENCIA MEDICA E SEGURANÇA DO TRABALHO S/S no valor de R\$68.366,00 adjudicado em favor das empresas mencionadas, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;  
Cordilheira Alta, SC, em 30 de Novembro de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco  
Pregoeiro

## **EXTRATO EDITAL PROC. 132/2017 PPR 64/2017**

Publicação Nº 1442122

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 132/2017

Pregão Presencial RP n. 64/2017

Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10) COM A

FINALIDADE DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 14/12/2017.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 14/12/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 30 de novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

## **EXTRATO EDITAL PROC. 133/2017 PPR 65/2017**

Publicação Nº 1442169

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 133/2017

Pregão Presencial RP n. 65/2017

Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTSAL, DE FUTEBOL DE CAMPO, DE FUTEBOL SETE E DE BOCHA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 10:00 horas do dia 14/12/2017.

Abertura dos Envelopes: 10:30 horas do dia 14/12/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 30 de novembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

## **LEI COMPLEMENTAR N. 148/2017**

Publicação Nº 1442062

LEI COMPLEMENTAR N. 148/2017

"INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 93/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O prefeito municipal de cordilheira alta, estado de santa catarina, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinto, no quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal, o cargo de provimento em comissão de Diretor

do Serviço Municipal de Abastecimento de Água, autorizando-se a consolidação dos anexos da Lei Complementar n. 93/2013.

Art. 2º Fica extinto, no quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal, o cargo de provimento em comissão de Gerente de Meio Ambiente, autorizando-se a consolidação dos anexos da Lei Complementar n. 93/2013.

Art. 2º Fica alterada a nomenclatura do cargo de provimento em comissão de Gerente de Agricultura para Gerente de Agricultura e Meio Ambiente, autorizando-se a consolidação dos anexos da Lei Complementar n. 93/2013.

Art. 2º Fica criado, no quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal, o cargo de provimento em comissão de Gerente de Água e Saneamento Básico, conforme anexo I desta Lei Complementar, autorizando-se a consolidação dos anexos da Lei Complementar n. 93/2013.

Art. 3º Fica ampliado, no quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal, de 6 para 7 o número de vagas do cargo de Secretário Municipal, autorizando-se a consolidação da tabela do Anexo II da Lei Complementar n. 93/2013.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 01 de dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

#### ANEXO I

#### DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIREÇÃO, GERÊNCIA E ASSESSORAMENTO

Cargo	Vagas	Remuneração/Nível
Gerente de Água e Saneamento Básico	01	110

#### Atribuições:

I - gerenciar os programas, ações, obras e serviços executados pela Secretaria Municipal de Água e Saneamento Básico;

II - coordenação de programas e projetos de desenvolvimento sustentável nas microbacias;

III - coordenar ações e medidas visando à aplicação correta de defensivos e fertilizantes, incentivando a proteção do solo e dos mananciais de água;

IV - coordenar ações visando à proteção do meio ambiente;

V - acompanhar e orientar as ações voltadas à execução de açudagens, irrigação e outras práticas que utilizem recursos hídricos;

VI - coordenar ações voltadas para o abastecimento de água potável e saneamento básico na cidade e interior do município;

VII - desenvolver outras atividades afins.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em exercício

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS - CONCORRÊNCIA Nº 07/2017

Publicação Nº 1441858

Processo administrativo nº 93/2017  
Edital de Concorrência nº 07/2017

#### AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS – SC, por meio de seu Presidente da CPL, torna público para conhecimento de todos os representantes legais das empresas para sessão a ser realizada no dia 07 de dezembro de 2017, às 09:00 horas na sala da Comissão de Licitação para dar continuidade ao julgamento da licitação Concorrência nº 07/2017, que tem como objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, conforme especificações do anexo V do edital, com a abertura dos envelopes de proposta de preços das empresas habilitadas e devolução do envelope da empresa inabilitada. Ainda, deve ser observado a retirada de um dos itens a serem licitados, o que ocorreu por conveniência da administração pública. Coronel Freitas – SC, 30 de novembro de 2017. RAFAEL FÁBIO TREVISAN, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES (DEC. 7.955/2017), PREGOEIRO TITULAR (DEC. 7.956/2017)

### DECRETO Nº 7963/2017

Publicação Nº 1441880

DECRETO Nº. 7.963, 21 de novembro de 2017.  
DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO DE PRAZOS PARA ENCERRAMENTO CONTÁBIL DO EXERCÍCIO DE 2017.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando – a necessidade de definição de datas limites para assim possibilitar o cumprimento dos prazos legais estabelecidos para a elaboração e divulgação de demonstrativos contábeis consolidados, bem como propiciar a disponibilização de informações contábeis tempestivas para a tomada de decisão:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica definido o cronograma para encerramento do exercício contábil de 2017 com os prazos e procedimentos:

Cronograma para Fechamento Contábil do Exercício de 2017.

Eventos	Data Limite
Solicitação para emissão de AF - Autorização de Fornecimento e Empenhos	08/12/2017 (externos)
Recebimento de notas fiscais	15/12/2017
Emissão de ordens bancárias	29/12/2017
Empenho e pagamento de subvenções sociais	20/12/2017
Prestação de contas de subvenções sociais	22/12/2017
Empenho e pagamento de adiantamento	20/12/2017
Prestação de contas de adiantamento	26/12/2017
Cancelamento de restos a pagar	29/12/2017
Anulação de empenhos	29/12/2017

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de novembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

### DECRETO Nº 7968/2017

Publicação Nº 1441980

DECRETO Nº. 7.968, 28 De Novembro De 2017.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 98/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2017, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 98/2017 – Pregão Presencial Nº. 55/2017, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: a CARINE DA SILVA 08388513982 com os itens Nºs: 2 e 3, no valor de R\$ 8.880,00 (oito mil e oitocentos e oitenta reais); DEISI SILVESTRIN 04792201900 com o item Nº: 6, no valor de R\$ 1.782,00 (um mil e setecentos e oitenta e dois reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Novembro de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

### TERMO DE REVOGAÇÃO DE ITEM - CONCORRÊNCIA Nº 07 2017

Publicação Nº 1441847

Termo de revogação de Licitação

Processo licitatório nº 93/2017

Edital de pregão presencial nº 07/2017

Trata-se de licitação na modalidade Concorrência nº 07/2017, cujo objeto é a locação de imóveis para atender as necessidades do Município.



Reverso os motivos que nos levaram a deflagrar o presente certame, constatamos que ainda não foi firmado o convênio com o Governo Estadual para municipalizar o trânsito.

Diante disso, não será possível para o Município contratar o serviço de guincho para recolher os veículos apreendidos pela polícia.

Assim, é inoportuna a contratação apenas do terreno para o depósito de veículos enquanto não existir o serviço de guincho.

Então, entre as prerrogativas da Administração Pública, há a possibilidade de revogar atos que não sejam mais convenientes e oportunos para o atendimento do interesse público, bem como de invalidá-los (anulá-los) em caso de ilegalidade.

Nesse sentido, a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade,

respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Portanto, entre preservar o erário público ou efetuar uma contratação desnecessária, opto em favor do erário público e ao interesse público, motivo que REVOGO PARCIALMENTE a licitação na modalidade Concorrência nº 07/2017, especificamente em seu item 03: "locação de imóvel, com área de no mínimo 1800m², protegido por cerca, localizado no perímetro urbano do Município de Coronel Freitas, com uma cobertura fixa ou desmontável com área total de no mínimo 300m²."

Publique-se. Coronel Freitas – SC, 28 de novembro de 2017. Izeu Jonas Tozetto, Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 03/2017

Publicação Nº 1442703

Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO – RETIFICAÇÃO DE DATA

Edital de Pregão Presencial Nº 03/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADORES PARA O AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES.

A nova data do pregão é 13/12/2017

Tipo: Menor Preço por Item

Entrega dos envelopes: até às 09h00min do dia 13/12/2017.

Abertura dos envelopes: na sequência às 09h15min do dia 13/12/2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Amazonas, nº. 39, Centro, nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 49 3347-0424.

Coronel Freitas (SC) 29 de Novembro de 2017.

DIOVANI PAGNOCELLI

Presidente

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 03/2017

Publicação Nº 1442707

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

#### 1 - PREÂMBULO

1.1- A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, com sede na Rua Amazonas, nº. 39, Centro, Coronel Freitas, SC - CEP 89840000, através de seu Presidente, Sr. Diovani Pagnocelli, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR 147

DE 07/08/2014, (vide item 3.5), no dia 08 de dezembro de 2017, às 09h, para possível aquisição do objeto indicado no item 2 deste instrumento. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 -

DOCUMENTAÇÃO, contendo respectivamente as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á

até às 09h do dia 13 de dezembro de 2017, na Secretaria da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, situada na Rua Amazonas, nº. 39, Centro, Coronel Freitas.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 09:15h do dia 13 de dezembro de 2017, em sessão pública, realizada na Sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, situada no endereço citado no item acima.

#### 2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADORES NOVOS, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DOS CLIMATIZADORES PARA O AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, em conformidade com as especificações constantes no Anexo "D" deste Edital.

2.2 Os equipamentos deverão ser entregues e instalados, estando devidamente prontos para serem utilizados.

#### 3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência ou concordata decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

3.4 - A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste Edital e em seus anexos.

3.5 Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte:

3.5.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte que QUI- SEREM participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.5.2 - A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

3.5.3 - Cópia autenticada da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão somente será considerada válida quando emitida dentro do corrente ano.

3.5.4 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação dos documentos descritos nos subitens, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006.

3.5.5 - Empresas que não se credenciem como Microempresas e ou Empresas de Pequeno Porte não serão credenciadas a participar do presente processo licitatório exceto quando não for alcançado o número mínimo de participantes conforme disposto no artigo 49 da Lei Complementar 123/2006, que preceitua o seguinte:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

#### 4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o(a) Pregoeiro(a) inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

A) ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL

DA EMPRESA \_\_\_\_\_

À CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

B) ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

DA EMPRESA \_\_\_\_\_

À CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

4.2 - Em seguida se realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a

formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração - reconhecida firma em cartório, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do Anexo "A", reconhecido firma em cartório, juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do item 6.5, o representante da licitante deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no item 1.2 deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicado para protocolo. A Câmara de Vereadores de Coronel Freitas e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no item 1.2, na Secretaria desta Câmara. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

#### 5 - DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - O Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;

b) Número deste Pregão;

c) Número dos itens, descrição dos itens nos termos do Anexo "D" deste Edital, quantidade, unidade de medida, marca, preço unitário e preço total dos Itens, conforme exemplificado abaixo:

Item Descrição Quantidade Marca Preço Unitário Preço Total

d) Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalhos em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, nos termos do § 3º, artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/1993, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01, estabelecida no item 1.3 deste edital. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á



o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1. Os preços apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

## 6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e INSS;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) autêntica de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS autêntica), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- e) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B";
- f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- g) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº5.452, de 1º de maio de 1943.
- i) Declaração identificada e assinada pelo Representante Legal, de que a empresa não

possui emitida contra si, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas alíneas "a" até "e" do item 6.1, pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC expedido pela Comissão de Licitações da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no item 6.2 e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de

validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no item 1.3 deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Câmara de Vereadores, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo site do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.1, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas "a" até "e", relativos à regularidade fiscal, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Câmara, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.9.3 - Em caso de ausência de algum documento exigido no item 6.1, alíneas "a" a "e", "h" e "i", ou com data de validade vencida, o pregoeiro juntamente com a comissão de licitação poderá consultar através do órgão emissor e caso os mesmos não tiverem restrição à regularidade fiscal será a empresa habilitada.

## 7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração verbal ou escrita, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do Anexo "C" deverá vir anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as

exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de desclassificação as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos itens 5.1 a 5.5 deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o preço unitário do ITEM objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também poderão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada. Neste momento o Pregoeiro convocará a empresa mais bem classificada para que confirme seu último lance.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" deste Item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no Item 7.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no Item 7.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no Item 7.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro inabilitará as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no item 6 e seus subitens, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no item 7.8, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 03 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade

com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

## 8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será considerada vencedora a licitante que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM desde que atendidas às especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, por sorteio, que será realizado na própria Sessão.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, pelo MENOR PREÇO POR ITEM, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

## 9 - DO PREÇO

9.1 - O valor discriminado no ANEXO "D" deve ser considerado pelos proponentes como PREÇO MÁXIMO para elaboração da proposta comercial para este certame.

## 10 - DO PRAZO, FORMA DE RECEBIMENTO, LOCAL DE ENTREGA DO

### OBJETO E DAS GARANTIAS.

10.1 - A licitante vencedora obriga-se a entregar o objeto desta licitação, no prazo máximo de até 10 (DEZ) dias, contados da data de recebimento da autorização de fornecimento, na Câmara de Vereadores.

10.2 - Os climatizadores deverão ser entregues e instalados, estando devidamente prontos para serem utilizados, sem qualquer acréscimo no seu valor.

10.2.1 - O fornecedor obriga-se a entregar e instalar os objetos desta licitação, em conformidade com o que fora solicitado na autorização de fornecimento, JUNTAMENTE COM UMA CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, CORRESPONDENTE A ENTREGA, para que a responsável pelo recebimento possa conferir o produto.

10.3 - Imediatamente após a entrega do objeto desta licitação, o mesmo será devidamente inspecionado pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos bens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se a contratada às penalidades constantes da Cláusula Nona do respectivo Contrato (minuta constante do Anexo "E").

10.5 - O do objeto desta licitação deverá ter garantia mínima de dois anos contra quaisquer defeitos de fabricação.

## 11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - A Tesouraria efetuará o pagamento à empresa CONTRATADA da seguinte forma: após instalação e inspeção do bem, será efetuado pagamento até o último dia útil do mês seguinte, mediante a entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal / Fatura, com assinatura do responsável pelo recebimento.

11.2. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância de responsabilidade da licitante vencedora que desaprove a liquidação da despesa pela Gerência de Tesouraria, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias.

11.3. O preço a ser pago será o constante da proposta da licitante

vencedora.

11.4 - As despesas decorrentes do fornecimento correrão à dotação prevista na Lei Orçamentária do Exercício vigente.

Órgão 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade 01.01 – Câmara de Vereadores

Função 01 - Legislativa

Subfunção 031 - Ação Legislativa

Programa 0001 - Processo Legislativo

Projeto/Atividade 1.002 – Aquisição de móveis, equipamentos e mobiliário em geral.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações diretas.

Órgão 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade 01.01 – Câmara de Vereadores

Função 01 - Legislativa

Subfunção 031 - Ação Legislativa

Programa 0001 - Processo Legislativo

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das atividades da Câmara

Elemento: 3.3.90 – Aplicações diretas.

11.3 - Durante a vigência do contrato a empresa vencedora do certame deverá manter atualizados todos os documentos relacionados nas alíneas "a" até "e" do item 6.1 deste Edital, para que a Câmara de Vereadores possa efetuar o pagamento.

## 12 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Da impugnação do edital reger-se nos termos do artigo 41 e dos recursos administrativos reger-se nos termos do artigo 109.

## 13 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

13.1 - Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar o pertinente contrato (minuta constante do Anexo "E"), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16, deste Edital.

13.1.1 - A convocação para assinatura do Contrato se fará através de e-mail ou contato telefônico.

13.1.2 - Para a assinatura do Contrato, será considerado o simples fato da empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, por esta Comissão, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial.

13.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Câmara de Vereadores poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

13.3 - O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência até o vencimento das respectivas garantias.

13.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

## 14 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - O contrato poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

14.2 - Os preços, durante a vigência do Contrato, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

14.3 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Câmara de Vereadores, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o Contrato.

14.4 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras



ou serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

15.2.3 - E ainda:

a) se não forem realizadas as solicitações do Município relacionadas as correções dos defeitos ou deficiências devidamente notificadas, do objeto licitado.

b) no descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, bem como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

#### 16 - DAS PENALIDADES

16.1 - À CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I - Advertência, em caso de pequenas irregularidades na execução das Cláusulas Contratuais, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da administração.

#### II – Multa:

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto da licitação não realizado, na hipótese da rescisão administrativa, se a CONTRATADA recusar-se a assiná-lo.

b) de 20% (vinte por cento) pela inexecução total ou parcial do Contrato, incidente sobre o valor do Contrato em caso de inexecução total) ou parte não cumprida (em caso de inexecução parcial).

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do contrato. Parágrafo único - Entende-se por valor total do objeto da licitação o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando o objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - Suspensão temporária e a Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, que serão cominadas nas condições definidas pela CONTRATANTE, em caso de faltas graves ocorridas na vigência do Contrato, apuradas em processo administrativo que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

16.2 - As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

16.3 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitida às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

16.4 - Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16.5 - Quando comprovada uma dessas hipóteses previstas no item 16 deste edital, a Câmara de Vereadores de Coronel Freitas poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem

prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

16.6 - Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente na Secretaria da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3347-0424, de segunda à sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

17.2 - Informações verbais prestadas por integrantes da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.3 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006 e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.4 - No interesse da Câmara, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) adiada a abertura da licitação;

b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

17.5 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Coronel Freitas, SC, excluído qualquer outro.

#### 18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

a) Anexo "A" - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

b) Anexo "B" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;

c) Anexo "C" - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART.4º, DA LEI Nº10.520/2002;

d) Anexo "D" - RELAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS ITENS DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

e) Anexo "E" - MINUTA DO CONTRATO

d) Anexo "F" - MODELO DECLARAÇÃO DE IDONIEDADE.

Coronel Freitas, SC. 29 de novembro de 2017.

DIOVANI PAGNOCELLI

Presidente da Câmara de Vereadores

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

ANEXO "A"

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

À Câmara de Vereadores de Coronel Freitas – SC.

Credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_,

portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a participar do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017, instaurada pela Câmara de Vereadores de Coronel Freitas – SC, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

(Local e data)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor/ número do cadastro de pessoa física)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

#### ANEXO "B"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

DECLARAÇÃO Ref.: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2017.

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ). (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva).

(Local e data)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor/ número do cadastro de pessoa física)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

#### ANEXO "C"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002

(\*) (\*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:

#### DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017, instaurado pela

Câmara de Vereadores de Coronel Freitas, SC.

(Local e data)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor/ número do cadastro de pessoa física)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

#### ANEXO "E"

MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS E A EMPRESA \_\_\_\_\_, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE \_\_\_\_\_.

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017, na Câmara de Vereadores de Coronel Freitas - SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.561.874/0001-71, com sede na Rua Amazonas, nº 39, Coronel Freitas, SC, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor DIOVANI PAGNOCELLI, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93, e das demais normas legais aplicáveis, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ-MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato, pelo seu(ua) \_\_\_\_\_, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF-MF sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2017 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 03/2017, e que se regerá pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento de contrato é a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CLIMATIZADORES PARA O AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES, conforme especificações, constantes no item \_\_\_\_\_ adjudicado à contratada, conforme as descrições constantes na proposta comercial da CONTRATADA e no Anexo "D" do Edital.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 05/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 03/2017, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DE FORNECIMENTO

2.1. O prazo máximo de entrega e instalação do objeto será de até 10 (DEZ) dias, contados a partir da data de recebimento da autorização de fornecimento.

2.2. O objeto deverá ser entregue na respectiva na Câmara de Vereadores de Coronel Freitas sem quaisquer acréscimos, inclusive despesa com o transporte do objeto licitado que é de responsabilidade da empresa vencedora do certame licitatório.

2.1. Os climatizadores deverão ser entregues e instalados, estando devidamente prontos para serem utilizados, SEM QUALQUER ACRÉSCIMO NO SEU VALOR.

2.3. A O fornecedor obriga-se a entregar e instalar os objetos desta licitação, em conformidade com o que fora solicitado na autorização de fornecimento, JUNTAMENTE COM UMA CÓPIA DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, CORRESPONDENTE A ENTREGA, para

que a responsável pelo recebimento possa conferir o produto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência do presente contrato é até o vencimento das respectivas garantias.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pelo fornecimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, da qual a CONTRATADA se sagrou vencedora a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2017:

Órgão 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade 01.01 – Câmara de Vereadores

Função 01 - Legislativa

Subfunção 031 - Ação Legislativa

Programa 0001 - Processo Legislativo

Projeto/Atividade 1.002 – Aquisição de móveis, equipamentos e mobiliário em geral.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.000000 – Aplicações diretas.

Órgão 01.01 – Câmara de Vereadores

Unidade 01.01 – Câmara de Vereadores

Função 01 - Legislativa

Subfunção 031 - Ação Legislativa

Programa 0001 - Processo Legislativo

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das atividades da Câmara

Elemento: 3.3.90 – Aplicações diretas.

4.3. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, sociais ou trabalhistas, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da CONTRATADA.

4.4. Em caso de incidência de imposto sobre o serviço ou produto, poderá a Câmara realizar a retenção do valor relativo ao mesmo, ou até não realizar o pagamento de alguma parcela até que seja comprovado o recolhimento do imposto devido.

#### CLAUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A Tesouraria efetuará o pagamento à empresa CONTRATADA da seguinte forma: após instalação e inspeção do bem, será efetuado pagamento até o último dia útil do mês seguinte, mediante a entrega do objeto e apresentação da Nota Fiscal / Fatura, com assinatura do responsável pelo recebimento.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Não serão concedidos reajustes aos preços contratados durante a vigência do contrato, salvo em caso de quebra do equilíbrio econômico-financeiro do mesmo, no qual será executada a recomposição dos preços nos termos do artigo 65 da Lei 8.666/1993 e alterações posteriores.

I - Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inciso II, do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o Contrato e iniciar outro processo licitatório, ou negociar com o segundo colocado do certame,

II - Optado pela recomposição dos valores, aplicar-se-á na forma que segue:

a) Pelos índices de aumento aplicado pelos fornecedores da empresa contratante, nos termos do Inciso XI do artigo 40 e Alínea "d", do inciso II do Artigo 65 da Lei 8.666/93 com redação dada pela Lei 8.883/94, desde que observado o que segue:

a.1- A comprovação do aumento, obrigatoriamente, dar-se-á através de apresentação de documentação tais como: folhas de pagamento dos trabalhadores comprovando o aumento dos encargos financeiros e salários ou outras despesas, na proposta e serem emitidas com data anterior ao aumento e outras com data

posterior, para levantamento do índice.

a.2 - Só serão aceitas folhas de pagamento e outras despesas, conforme previsto na alínea anterior, cuja data de emissão seja superior a apresentação da proposta no certame licitatório e inferior a data de vigência do presente contrato.

a.3 - O valor verificado após a aplicação do índice de reajuste não poderá ser superior ao praticado pela empresa no mercado geral, devendo-se, neste caso, aplicar a redução no respectivo índice de modo a manter a compatibilidade dos preços.

6.1.2. Em caso de prorrogação de contrato os valores serão reajustados a cada doze meses, tendo como marco inicial, a data limite para apresentação da proposta no processo licitatório.

6.1.2.1. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou o índice que vier substituí-lo será utilizado para aplicar o reajuste.

6.2. A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do CONTRATO na forma estabelecida no § 1º do artigo 65 da Lei 8666/1993 e alterações posteriores.

6.2.1. As supressões ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante aditamento contratual e justificativa.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1. São obrigações da CONTRATANTE:

7.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido na Cláusula Quinta, desde que a execução do objeto deste Contrato tenha sido devidamente aprovada pelo Presidente da CONTRATANTE.

7.1.2. Verificar se o equipamento entregue está de acordo com o solicitado no Edital.

7.1.3. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.2. São obrigações da CONTRATADA:

7.2.1. Entregar o objeto deste Contrato na forma, condições e prazos por ele estipulados.

7.2.2. Realizar o fornecimento do objeto conforme estipulado neste Contrato, observada a data estabelecida ou solicitação realizada pela Câmara.

7.2.3. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, em especial, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, incluída a alimentação, transporte ou outro benefício dos profissionais, pertinentes à execução do objeto do presente Contrato.

7.2.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da entrega do objeto.

7.2.5. Aceitar, integralmente, a fiscalização a ser adotada pela CONTRATANTE, realizada pelo Secretário da Câmara.

7.2.5.1. A existência e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao cumprimento do objeto contratado, e as suas consequências e implicações que porventura possam ocorrer.

7.2.6. A CONTRATADA durante a vigência do contrato deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, conforme prevê o inciso XIII, art. 55 da Lei 8.666/93.

7.2.6.1. A não apresentação dos documentos mencionados no item 7.2.6 e os que ainda possam ser requeridos pela Câmara de Vereadores, com a finalidade de comprovação da execução do objeto, implicará no bloqueio do pagamento até o atendimento pela CONTRATADA.

7.2.7. Substituir imediatamente o objeto licitado se este apresentar defeitos ou se apresentar divergente da proposta e das características exigidas no edital.



**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

8.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

8.2. A rescisão contratual poderá ser:

8.2.1. Determinada por ato unilateral da Câmara, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

8.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Câmara.

8.3. Judicialmente, na forma da legislação vigente.

8.4. E ainda:

a) se não forem realizadas as solicitações da Câmara relacionadas as correções dos defeitos ou deficiências devidamente notificadas, do objeto licitado.

b) no descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, bem como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

9.1. À CONTRATADA poderão ser aplicadas as seguintes penalidades de acordo com o capítulo IV, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 sem prejuízos do direito à rescisão do Contrato e às perdas e danos, ficando garantida a prévia defesa da CONTRATADA, nos termos da Lei, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da comunicação do ato, pela autoridade competente:

I - Advertência, em caso de pequenas irregularidades na execução das Cláusulas Contratuais, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o descumprimento, que só serão aceitas mediante crivo da Câmara;

II - Multa

a) de 10 % (dez por cento) sobre o valor do objeto da licitação não realizado, na hipótese da rescisão administrativa, se a CONTRATADA recusar-se a assiná-lo.

b) de 20% (vinte por cento) pela inexecução total ou parcial do Contrato, incidente sobre o valor do contrato em caso de inexecução total, ou parte não cumprida em caso de inexecução parcial.

c) de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) pelo atraso injustificado na entrega do objeto deste edital, sobre o valor total da(s) obrigação(ões) não cumprida(s), por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento) do contrato. Parágrafo único. Entende-se por valor total do objeto da licitação o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando o objeto que lhe tenham sido adjudicados.

III - Suspensão temporária e a Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara de Vereadores, que serão cominadas nas condições definidas pela CONTRATANTE, em caso de faltas graves ocorridas na vigência do Contrato, apuradas em processo administrativo que assegure ao acusado o direito prévio da citação e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

9.2. As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93;

9.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

9.4. As multas previstas no subitem II deverão ser recolhidas através do DAR (Documento de Arrecadação) em uma das agências Bancárias credenciadas pela Câmara de Vereadores, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, em favor da Câmara. Essa notificação ocorrerá através de competente notificação expressa.

9.5. A aplicação das multas aqui referidas independerá de qualquer

interpelação, notificação ou protesto judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que tiver dado causa à notificação extrajudicial.

9.6. A Câmara de Vereadores poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

9.7. Nenhum pagamento será realizado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.8. Quando comprovada uma dessas hipóteses prevista nesta cláusula, a Câmara de Vereadores de Coronel Freitas poderá indicar o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para a aplicação de penalidades.

9.9. Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, se as licitantes, deixarem de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejarem o retardamento da execução de seu objeto, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedidas de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderão ser descredenciadas do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

10.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

11.1. Será responsável pela fiscalização do presente contrato o Fiscal de Contratos da Câmara de Vereadores de Coronel Freitas/SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

12.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato. E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Coronel Freitas-SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

DIOVANI PAGNOCELLI \_\_\_\_\_

Presidente Representante da Contratada

TESTEMUNHA 1 TESTEMUNHA 2

Nome: Nome:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

ANEXO "F"

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Razão Social:

Endereço:

Cidade/Estado:

CNPJ:



**D E C L A R A Ç Ã O**

....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida ....., cidade e Município de ....., por intermédio de seu titular e responsável legal pela empresa, DECLARA, para efeito de participação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº05/2017, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL de nº 03/2017, que sua empresa NÃO FOI CONSIDERADA INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o § II do artigo 32 da referida lei.

(Local e data)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de  
\_\_\_\_\_ de 2017.

(nome e assinatura do responsável legal) (número da carteira de identidade e órgão emissor/ número do cadastro de pessoa física)

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1238/2017

Publicação Nº 1441951

DECRETO Nº 1238/2017  
DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Municipal, DECRETA:

"AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO EM UMA ÁREA DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE NEUSA MARIA ALVES RODRIGUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art. 1º - Autoriza o desmembramento de duas áreas de terras, dentro de uma área maior com superfície total de 190.833,33 m<sup>2</sup> (cento e noventa mil, oitocentos e trinta e três metros quadrados e trinta e três decímetros), matrícula sob o n.º 3.342 do Ofício de Registro de Imóveis de Correia Pinto.

Art. 2º - A primeira área desmembrada ficará com área superficial de 10.000,00 (dez mil metros quadrados), com a seguinte confrontação: Inicia-se a descrição do perímetro no vértice -M-0002, de coordenadas N 6.948.593,307 m e E 561.698,171 m, deste segue confrontando com GLEBA 03, com os seguintes azimutes e distâncias: 152°17'14" e 63,93 m até o vértice -M-0005, de coordenadas N 6.948.536,706 m e E 561.727,903 m; deste, segue confrontando com GLEBA05 com os seguintes azimutes e distâncias: 242°17'14" e 144,14 m até o vértice -P-0080, de coordenadas N 6.948.469,678 m e E 561.600,301 m; deste, segue confrontando com RUA ALFREDO HENRIQUE LIPOSKI (Antiga Estrada Municipal) com os seguintes azimutes e distâncias: 311°53'16" e 36,44 m até o vértice -P-0081, de coordenadas N 6.948.494,006 m e E 561.573,175 m; 309°08'00" e 32,39 m até o vértice -M-0003, de coordenadas N 6.948.514,449 m e E 561.548,050 m; deste, segue confrontando com GLEBA02 com os seguintes azimutes e distâncias: 62°17'14" e 169,57 m até o vértice -M-0002, de coordenadas N 6.948.593,307 m e E 561.698,171 m; chegando ao vértice inicial da descrição do perímetro.

Art. 3º - A segunda área desmembrada ficará com a área superficial de 14.200,00 m<sup>2</sup> (quatorze mil e duzentos metros quadrados), com as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição do perímetro no vértice -M-0001, de coordenadas N 6.948.678,075 m e E 561.859,544 m, deste segue confrontando com ANTONIO CARLOS ALVES RODRIGUES - Matrículas 13.217 e 13.215, com os seguintes azimutes e distâncias: 101°02'55" e 90,51 m até o vértice -P-0003, de coordenadas N 6.948.660,730 m e E 561.948,377 m; 100°44'54" e 11,68 m até o vértice -M-0004, de coordenadas N 6.948.658,551 m e E 561.959,856 m; deste, segue confrontando com GLEBA05 com os seguintes azimutes e distâncias: 242°17'14" e 262,01 m até o vértice -M-0005, de coordenadas N 6.948.536,706 m e E 561.727,903 m; deste, segue confrontando com GLEBA04 com os seguintes azimutes e distâncias: 332°17'14" e 63,93 m até o vértice -M-0002, de coordenadas N 6.948.593,307 m e E 561.698,171 m; deste, segue confrontando com GLEBA02 com os seguintes azimutes e distâncias: 62°17'14" e 182,28 m até o vértice -M-0001, de coordenadas N 6.948.678,075 m e E 561.859,544 m; chegando ao vértice inicial da descrição do perímetro.

Art. 4º - A primeira área remanescente ficará com a área superficial 68.326,33 m<sup>2</sup> (sessenta e oito mil trezentos e vinte e seis metros quadrados e trinta e três decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição do perímetro no vértice -P-0001, de coordenadas N 6.948.776,370 m e E 561.349,263 m,

deste segue confrontando com ANTONIO CARLOS ALVES RODRIGUES - Matrículas 13.217 e 13.215, com os seguintes azimutes e distâncias: 100°50'24" e 362,03 m até o vértice -P-0002, de coordenadas N 6.948.708,285 m e E 561.704,831 m; 101°02'55" e 157,63 m até o vértice -M-0001, de coordenadas N 6.948.678,075 m e E 561.859,544 m; deste, segue confrontando com GLEBA03 com os seguintes azimutes e distâncias: 242°17'14" e 182,28 m até o vértice -M-0002, de coordenadas N 6.948.593,307 m e E 561.698,171 m; deste, segue confrontando com GLEBA04 com os seguintes azimutes e distâncias: 242°17'14" e 169,57 m até o vértice -M-0003, de coordenadas N 6.948.514,449 m e E 561.548,050 m; deste, segue confrontando com RUA ALFREDO HENRIQUE LIPOSKI (Antiga Estrada Municipal) com os seguintes azimutes e distâncias: 309°08'00" e 5,20 m até o vértice -P-0082, de coordenadas N 6.948.517,730 m e E 561.544,018 m; 308°42'22" e 72,78 m até o vértice -P-0083, de coordenadas N 6.948.563,241 m e E 561.487,223 m; 306°34'45" e 59,71 m até o vértice -P-0084, de coordenadas N 6.948.598,822 m e E 561.439,278 m; 305°35'18" e 64,17 m até o vértice -P-0085, de coordenadas N 6.948.636,168 m e E 561.387,090 m; 313°23'36" e 25,13 m até o vértice -P-0086, de coordenadas N 6.948.653,435 m e E 561.368,827 m; 321°28'50" e 29,24 m até o vértice -P-0087, de coordenadas N 6.948.676,313 m e E 561.350,616 m; 332°12'08" e 26,15 m até o vértice -P-0088, de coordenadas N 6.948.699,444 m e E 561.338,422 m; deste, segue confrontando com HERDEIROS DE ISAQUE HOEGEN - Matrícula= R-1/10.656 com os seguintes azimutes e distâncias: 8°01'19" e 77,69 m até o vértice -P-0001, de coordenadas N 6.948.776,370 m e E 561.349,263 m; chegando ao vértice inicial da descrição do perímetro.

Art. 5º- A segunda área remanescente ficará com área superficial 98.307,00m<sup>2</sup> (noventa e oito mil trezentos e sete metros quadrados), com as seguintes confrontações: Inicia-se a descrição do perímetro no vértice -M-0004, de coordenadas N 6.948.658,551 m e E 561.959,856 m, deste segue confrontando com ANTONIO CARLOS ALVES RODRIGUES - Matrículas 13.217 e 13.215, com os seguintes azimutes e distâncias: 100°44'54" e 124,15 m até o vértice -P-0004, de coordenadas N 6.948.635,397 m e E 562.081,826 m; deste, segue confrontando com RUA ALOGOAS e RUA GUATEMALA com os seguintes azimutes e distâncias: 244°05'49" e 128,29 m até o vértice -P-0005, de coordenadas N 6.948.579,355 m e E 561.966,427 m; deste, segue confrontando com RUI DE AGUIAR BARBOSA e MARIA SANTA ALVES BARBOSA - Matrícula R-1-2.361 com os seguintes azimutes e distâncias: 248°07'49" e 34,49 m até o vértice -P-0006, de coordenadas N 6.948.566,508 m e E 561.934,419 m; 225°51'39" e 11,09 m até o vértice -P-0007, de coordenadas N 6.948.558,788 m e E 561.926,464 m; 210°02'15" e 11,45 m até o vértice -P-0008, de coordenadas N 6.948.548,877 m e E 561.920,733 m; 200°26'55" e 4,64 m até o vértice -P-0009, de coordenadas N 6.948.544,526 m e E 561.919,111 m; 160°37'58" e 8,13 m até o vértice -P-0010, de coordenadas N 6.948.536,852 m e E 561.921,809 m; 86°25'06" e 7,02 m até o vértice -P-0011, de coordenadas N 6.948.537,290 m e E 561.928,818 m; 32°35'48" e 9,39 m até o vértice -P-0012, de coordenadas N 6.948.545,203 m e E 561.933,878 m; 41°31'57" e 16,65 m até o vértice -P-0013, de coordenadas N 6.948.557,669 m e E 561.944,919 m; 71°25'14" e 4,96 m até o vértice -P-0014, de coordenadas N 6.948.559,248 m e E 561.949,618 m; 116°36'11" e 7,12 m até o vértice -P-0015, de coordenadas N 6.948.556,059 m e E 561.955,984 m; 141°01'52" e 11,31 m até o vértice -P-0016, de coordenadas N 6.948.547,263 m e E 561.963,099 m; 154°40'17" e 6,99 m até o vértice -P-0017, de coordenadas N 6.948.540,941 m e E 561.966,092 m; 181°13'30" e

10,01 m até o vértice -P-0018, de coordenadas N 6.948.530,930 m e E 561.965,878 m; 172°32'01" e 28,28 m até o vértice -P-0019, de coordenadas N 6.948.502,894 m e E 561.969,552 m; 186°18'59" e 6,40 m até o vértice -P-0020, de coordenadas N 6.948.496,537 m e E 561.968,849 m; 260°51'38" e 3,94 m até o vértice -P-0021, de coordenadas N 6.948.495,911 m e E 561.964,957 m; 275°37'54" e 15,62 m até o vértice -P-0022, de coordenadas N 6.948.497,443 m e E 561.949,414 m; 274°48'29" e 8,68 m até o vértice -P-0023, de coordenadas N 6.948.498,171 m e E 561.940,767 m; 194°05'50" e 11,13 m até o vértice -P-0024, de coordenadas N 6.948.487,373 m e E 561.938,055 m; 156°35'25" e 4,43 m até o vértice -P-0025, de coordenadas N 6.948.483,311 m e E 561.939,814 m; 90°01'00" e 9,40 m até o vértice -P-0026, de coordenadas N 6.948.483,308 m e E 561.949,216 m; 97°10'08" e 7,34 m até o vértice -P-0027, de coordenadas N 6.948.482,392 m e E 561.956,499 m; 158°22'41" e 11,59 m até o vértice -P-0028, de coordenadas N 6.948.471,618 m e E 561.960,769 m; 177°49'35" e 1,40 m até o vértice -P-0029, de coordenadas N 6.948.470,219 m e E 561.960,822 m; deste, segue confrontando com RUI DE AGUIAR BARBOSA e MARIA SANTA ALVES BARBOSA - Matrícula R-1-2.362 com os seguintes azimutes e distâncias: 177°49'35" e 18,44 m até o vértice -P-0030, de coordenadas N 6.948.451,790 m e E 561.961,522 m; 203°36'13" e 11,27 m até o vértice -P-0031, de coordenadas N 6.948.441,466 m e E 561.957,010 m; 231°13'48" e 13,26 m até o vértice -P-0032, de coordenadas N 6.948.433,164 m e E 561.946,674 m; 220°32'51" e 13,63 m até o vértice -P-0033, de coordenadas N 6.948.422,808 m e E 561.937,814 m; 194°17'03" e 7,03 m até o vértice -P-0034, de coordenadas N 6.948.415,995 m e E 561.936,079 m; 145°45'23" e 5,97 m até o vértice -P-0035, de coordenadas N 6.948.411,059 m e E 561.939,439 m; 138°28'32" e 9,66 m até o vértice -P-0036, de coordenadas N 6.948.403,827 m e E 561.945,843 m; 179°30'02" e 7,90 m até o vértice -P-0037, de coordenadas N 6.948.395,923 m e E 561.945,912 m; 187°18'06" e 0,20 m até o vértice -P-0038, de coordenadas N 6.948.395,726 m e E 561.945,887 m; 187°18'06" e 8,94 m até o vértice -P-0039, de coordenadas N 6.948.386,861 m e E 561.944,751 m; 184°29'30" e 21,57 m até o vértice -P-0040, de coordenadas N 6.948.365,355 m e E 561.943,062 m; 187°23'24" e 14,28 m até o vértice -P-0041, de coordenadas N 6.948.351,196 m e E 561.941,225 m; 197°41'06" e 19,66 m até o vértice -P-0042, de coordenadas N 6.948.332,469 m e E 561.935,254 m; 193°13'56" e 29,97 m até o vértice -P-0043, de coordenadas N 6.948.303,298 m e E 561.928,395 m; 185°21'55" e 9,47 m até o vértice -P-0044, de coordenadas N 6.948.293,869 m e E 561.927,509 m; 99°59'39" e 16,48 m até o vértice -P-0045, de coordenadas N 6.948.291,009 m e E 561.943,738 m; 82°50'26" e 8,83 m até o vértice -P-0046, de coordenadas N 6.948.292,109 m e E 561.952,496 m; 157°36'37" e 9,74 m até o vértice -P-0047, de coordenadas N 6.948.283,100 m e E 561.956,207 m; 225°33'23" e 9,25 m até o vértice -P-0048, de coordenadas N 6.948.276,624 m e E 561.949,605 m; 232°34'05" e 12,41 m até o vértice -P-0049, de coordenadas N 6.948.269,083 m e E 561.939,753 m; 213°14'42" e 7,65 m até o vértice -P-0050, de coordenadas N 6.948.262,687 m e E 561.935,560 m; 146°57'52" e 4,88 m até o vértice -P-0051, de coordenadas N 6.948.258,594 m e E 561.938,222 m; 104°34'21" e 10,08 m até o vértice -P-0052, de coordenadas N 6.948.256,058 m e E 561.947,978 m; 161°11'00" e 4,29 m até o vértice -P-0053, de coordenadas N 6.948.251,993 m e E 561.949,363 m; 229°15'09" e 7,12 m até o vértice -P-0054, de coordenadas N 6.948.247,343 m e E 561.943,965 m; 156°38'53" e 10,56 m até o vértice -P-0055, de coordenadas N 6.948.237,646 m e E 561.948,152 m; 161°02'57" e 4,61 m até o vértice -P-0056, de coordenadas N 6.948.233,286 m e E 561.949,649 m; 161°02'57" e 7,32 m até o vértice -P-0057, de coordenadas N 6.948.226,362 m e E 561.952,026 m; 204°10'32" e 8,37 m até o vértice -P-0058, de coordenadas N 6.948.218,731 m e E 561.948,600 m; 204°10'32" e 18,87 m até o vértice -P-0059, de coordenadas N 6.948.201,513 m e E 561.940,871 m; deste, segue confrontando com RUA ALFREDO HENRIQUE LIPOSKI (Antiga Estrada Municipal) com os seguintes azimutes e distâncias: 303°24'49" e 21,68 m até o vértice -P-0060, de coordenadas N 6.948.213,451 m e E 561.922,775 m; 303°48'56"

e 17,37 m até o vértice -P-0061, de coordenadas N 6.948.223,117 m e E 561.908,345 m; 303°13'18" e 13,71 m até o vértice -P-0062, de coordenadas N 6.948.230,629 m e E 561.896,875 m; 295°04'59" e 24,72 m até o vértice -P-0063, de coordenadas N 6.948.241,110 m e E 561.874,483 m; 277°59'01" e 16,86 m até o vértice -P-0064, de coordenadas N 6.948.243,451 m e E 561.857,790 m; 285°26'13" e 3,01 m até o vértice -P-0065, de coordenadas N 6.948.244,253 m e E 561.854,887 m; 287°05'30" e 32,96 m até o vértice -P-0066, de coordenadas N 6.948.253,939 m e E 561.823,383 m; 290°41'38" e 8,90 m até o vértice -P-0067, de coordenadas N 6.948.257,085 m e E 561.815,056 m; 294°12'01" e 56,85 m até o vértice -P-0068, de coordenadas N 6.948.280,388 m e E 561.763,206 m; 296°09'19" e 17,39 m até o vértice -P-0069, de coordenadas N 6.948.288,051 m e E 561.747,600 m; 300°18'00" e 9,64 m até o vértice -P-0070, de coordenadas N 6.948.292,916 m e E 561.739,276 m; 302°55'28" e 13,14 m até o vértice -P-0071, de coordenadas N 6.948.300,056 m e E 561.728,248 m; 304°25'42" e 20,83 m até o vértice -P-0072, de coordenadas N 6.948.311,831 m e E 561.711,070 m; 306°58'38" e 12,45 m até o vértice -P-0073, de coordenadas N 6.948.319,317 m e E 561.701,127 m; 309°26'50" e 12,55 m até o vértice -P-0074, de coordenadas N 6.948.327,294 m e E 561.691,433 m; 314°51'09" e 20,56 m até o vértice -P-0075, de coordenadas N 6.948.341,798 m e E 561.676,854 m; 321°13'44" e 11,81 m até o vértice -P-0076, de coordenadas N 6.948.351,008 m e E 561.669,456 m; 327°40'37" e 26,93 m até o vértice -P-0077, de coordenadas N 6.948.373,764 m e E 561.655,058 m; 330°32'58" e 77,80 m até o vértice -P-0078, de coordenadas N 6.948.441,514 m e E 561.616,804 m; 331°29'22" e 11,41 m até o vértice -P-0079, de coordenadas N 6.948.451,540 m e E 561.611,358 m; 328°38'03" e 21,24 m até o vértice -P-0080, de coordenadas N 6.948.469,678 m e E 561.600,301 m; deste, segue confrontando com GLEBA04 com os seguintes azimutes e distâncias: 62°17'14" e 144,14 m até o vértice -M-0005, de coordenadas N 6.948.536,706 m e E 561.727,903 m; deste, segue confrontando com GLEBA03 com os seguintes azimutes e distâncias: 62°17'14" e 262,01 m até o vértice -M-0004, de coordenadas N 6.948.658,551 m e E 561.959,856 m; chegando ao vértice inicial da descrição do perímetro.

Art. 6º - O desmembramento autorizado neste decreto se dá conforme memorial descritivo e solicitação do proprietário.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de novembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 29 de novembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

**ERRATA EXTRATO DE CONTRATO - I TERMO ADITIVO - PROCESSO 11/2017 PMCP**

Publicação Nº 1442024

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 11/2017  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE VALOR  
ERRATA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao extrato de contrato, vinculado ao Processo Licitatório 11/2017, onde se lê: "Item 6", passa a ser lido: "Item 7".

**Instrumentos:**

Contrato 0868/2017 PMCP, de aditivo ao contrato nº 0541/2017 PMCP;  
Contrato 0869/2017 FMS, de aditivo ao contrato nº 0542/2017 FMS;  
Contrato 0870/2017 FMAS, de aditivo ao contrato nº 0543/2017 FMAS;  
Contrato 0871/2017 FHM, de aditivo ao contrato nº 0544/2017 FHMCP;  
Contrato 0872/2017 FMEC, de aditivo ao contrato nº 0545/2017 FMEC;  
Contrato 0873/2017 FUNREBOM, de aditivo ao contrato nº 0546/2017 FUNREBOM.

Item	Quantidade inicial cotada	Valor unitário	Quantidade solicitada p/ aditivo	Valor total do aditivo
1	800	R\$ 65,00	200	R\$ 13.000,00
3	500	R\$ 30,00	125	R\$ 3.750,00
7	300	R\$ 70,00	75	R\$ 5.250,00
			Total geral R\$ 22.000,00	

Quantidade/valor a serem distribuídos de acordo com a demanda, entre as Secretarias, Fundos e Fundações municipais, conforme edital 11/2017 PMCP.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

# Corupá

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 4562/17 DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/17.**

Publicação Nº 1441967

PORTARIA Nº 4562/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução da ata de registro de preço nº 031/17, a senhora JÉSSICA JOANA PEREIRA, matrícula funcional nº 1101403, ocupante do cargo de GERENTE PROMOÇÃO E ASSISTENCIA EM SAUDE, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto desta Ata de Registro de Preços visa o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica com fornecimento de peças para manutenção de aparelhos odontológicos para atender o Setor de Odontologia da Secretaria de Saúde do Município de CORUPÁ/SC.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preço, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
24 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### **PORTARIA Nº 4563/17 DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032, 033, 034 E 035/17.**

Publicação Nº 1441968

PORTARIA Nº 4563/17

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032, 033, 034 e 035/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução das atas de registro de preço nº 032, 033, 034 e 035/17, o senhor LEONARDO FELIPE AGUIAR POERNER, matrícula funcional nº 1545801, ocupante do cargo de Técnico processamento de dados, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto desta Ata de Registro de Preços visa o Registro de Preço para eventual aquisição parcelada de computador, notebooks, impressora e equipamento de informática para uso das Secretarias do Município de Corupá.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preço, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
24 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PORTARIA Nº 4564/17 DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 036 E 037/17.**

Publicação Nº 1441969

PORTARIA Nº 4564/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 036 e 037/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução das atas de registros de preços nº 036 e 037/17, a senhora ANDREIA MIOTTO, matrícula funcional nº 1547501, ocupante do cargo de GERENTE DIVISÃO DE FROTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto desta Ata de Registro de Preços visa o registro de preços para futuras e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica mecânica e eletro hidráulica nos veículos leves e pesados e serviços de balanceamento, geometria e suspensão nos veículos leves da Frota Municipal, com fornecimento não exclusivo de peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro (guincho).

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata de registro de preço, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
24 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

**PORTARIA Nº 4565/17 DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 166/17.**

Publicação Nº 1441970

PORTARIA Nº 4565/17

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 166/17.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 166/17, a senhora MIRIAM TAUFFENBACH, matrícula funcional nº 1176508, ocupante do cargo de Secretaria de Educação, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa o fornecimento do Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Plataforma Virtual de Aprendizagem com conteúdo educacionais; Assessoramento dos resultados educacionais municipais, do qual a CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
29 de novembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### ERRATA EXTRATO CONTRATO Nº 143/2017

Publicação Nº 1441792

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Errata Contrato Administrativo nº 0143/2017

Onde se lê: R\$ 7.980,00.

Leia-se: R\$ 6.080,00.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.



# Cunhataí

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 235/2017

Publicação Nº 1440535

PORTARIA Nº 235/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Exonera Servidor Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, por motivo de Aposentadoria, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seus Art. 100, Inciso II, o Inciso V, do Artigo 49 e 136, da Lei Complementar nº. 002/2007 e de acordo com o Comunicado de Concessão de Aposentadoria emitido pela Previdência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a partir de 01 de dezembro 2017, por motivo de Aposentadoria concedida através do Regime Geral de Previdência Social, ao Servidor Municipal, ELIO MORSCHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nomeada através de Concurso Público nº. 001/2002 e Portaria nº. 057/2002.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário  
Cunhataí - SC, 01 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 237/2017

Publicação Nº 1440538

PORTARIA Nº. 237/2017, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera a lotação de servidor público municipal em cargo efetivo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 23, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 002/2007; e art. 75, parágrafo 6º da Lei Complementar 002/2007.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar, no interesse público municipal, a partir de 01 de dezembro de 2017, a lotação do servidor público ODAIR FREY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Obras para Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento.

Art. 2º A partir dessa data é concedido o direito ao adicional de insalubridade de 20% ao servidor, tendo em vista os riscos oriundos da função.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 01 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### PORTARIA Nº 238/2017

Publicação Nº 1441769

PORTARIA Nº 238 DE 01 DE DEZEMBRO 2017.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº. 002/2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 15 dias de licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal SONIA MARIA LIMBERGER ROHDEN do dia 29 de novembro 2017 a 13 de dezembro 2017, ocupante do cargo de provimento Comissionado de Assessora Nível II - GEAS, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a 29/11/2017.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 01 de dezembro 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 83/2017

Publicação Nº 1442162

Estado de Santa Catarina

Município de Cunhataí

Aviso de Licitação

O Município de Cunhataí, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo nº 83/2017.

Tomada de Preço nº 09/2017.

Tipo: Menor preço.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL E CONTRA TERCEIROS DE VEÍCULOS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 15/12/2017.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 15/12/2017.

O Edital poderá ser obtido no site [www.cunhatai.sc.gov.br](http://www.cunhatai.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Avenida 29 de Setembro, n. 450, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3338-0010.

Cunhataí, SC, 30 de Novembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 RETIFICAÇÃO Nº 02/2017

Publicação Nº 1442835

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017  
RETIFICAÇÃO Nº 02/2017

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, com sede administrativa na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos, SC, CEP 89520-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a RETIFICAÇÃO Nº 02/2017, conforme segue:

I- Retifica-se o item 2.5 para adequar-se ao Decreto nº 4811/2016:

Onde se lê:

2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos e apresentar os documentos a seguir:

2.5.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;  
2.5.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;  
2.5.3 - Laudo Médico Admissional através da apresentação dos seguintes exames:

a) Sangue: hemograma, glicemia e sorologia para lues

b) Parcial de urina

c) Raio-X de tórax

d) Creatinina

e) Transaminase

f) Quando se tratar de candidato com mais de 35 anos de idade, deverá ser incluído o ECG de repouso.

g) Para o exercício das funções do cargo de serviços gerais, motoristas e operador de máquina deverá ser incluído RX de coluna lombo sacra e bacia.

h) Para o ingresso na carreira de magistério o candidato deverá se submeter também à avaliação da saúde mental.

i) Outros exames que o Médico Perito vier a solicitar.

2.5.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.5.5 - Carteira de Identidade;

2.5.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.5.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.5.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

2.5.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.5.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.11 - Certidão de nascimento;

2.5.12 - Certidão de casamento ou união estável;

2.5.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.5.14 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

2.5.15 - Cópia da Carteira de Trabalho;

2.5.16 - Comprovante de endereço;

2.5.17 - Cópia autenticada do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso;

2.5.18 - Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde comprovante de que reside na Área de atuação conforme art. 6º, I da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

2.5.19 - Demais documento que o município vier a exigir.

Leia-se:

2.5. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos e apresentar os documentos a seguir, conforme o Decreto nº 4811/2016:

2.5.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

2.5.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.5.3 - Laudo Médico Admissional através da apresentação dos seguintes exames:

a) Sangue: hemograma, glicemia e sorologia para lues

b) Parcial de urina

c) Raio-X de tórax

d) Creatinina

e) Transaminase

f) Quando se tratar de candidato com mais de 35 anos de idade, deverá ser incluído o ECG de repouso.

g) Para o exercício das funções do cargo de serviços gerais, motoristas e operador de máquina deverá ser incluído RX de coluna lombo sacra e bacia.

h) Para o ingresso na carreira de magistério o candidato deverá se submeter também à avaliação da saúde mental.

i) Outros exames que o Médico Perito vier a solicitar.

Obs.: Os exames e laudos médicos previstos serão de responsabilidade do candidato e custeados por ele quando não realizadas pela rede pública de saúde.

2.5.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.5.5 - Carteira de Identidade;

2.5.6 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.5.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral ou documento apto a comprovar que o candidato se encontra no gozo dos direitos políticos;

2.5.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

2.5.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.5.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.5.11 - Certidão de nascimento;

2.5.12 - Certidão de casamento ou união estável;

2.5.13 - PIS/PASEP - comprovante de cadastramento;

2.5.14 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;

2.5.15 - Comprovação de eventual vínculo de trabalho anterior no serviço público, do órgão ou entidade nos quais o candidato trabalhou, bem como as datas da posse e exoneração, caso ocorrida;

2.5.16 - Cópia da Carteira de Trabalho;

2.5.17 - Certidão de tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social - RGPS ou de Regime Próprio de Previdência Social caso tenha vinculação anterior;

2.5.18 - Comprovante de endereço;

2.5.19 - Cópia autenticada do Registro no Conselho de Classe, quando for o caso;

2.5.20 - Para o cargo de Agente Comunitário de Saúde comprovante de que reside na Área de atuação conforme art. 6º, I da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

2.5.21 - Formulário de inclusão de dados, Declaração de Bens, Declaração de inacusabilidade e Declaração de ausência de parentesco conforme Anexo III do Decreto nº 4811/2016.

2.5.22 - Demais documento que o município vier a exigir.

II- Altera-se o item 10.5 do edital para adequar-se ao que preconiza a Lei Municipal nº 5754/2016:

Onde se lê:

10.5. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

10.5.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso Público, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso; Para os demais casos, será:

10.5.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

10.5.3. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais;

10.5.4. Que tiver maior idade.

10.5.5. Que tiver maior número de filhos;

10.5.6. Sorteio Público

Leia-se:

10.5. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

10.5.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Concurso Público, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações – Estatuto do Idoso; Para os demais casos, será:

10.5.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

10.5.3. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais;

10.5.4. Que tiver maior idade;

10.5.5. Doador regular de sangue ou medula óssea, conforme documentação entregue na forma do item 5.2.1 e seus subitens;

10.5.6. Que tiver maior número de filhos;

10.5.7. Sorteio Público.

III- Os demais itens do edital seguem inalterados.

Prefeitura Municipal de Curitiba, 30 de novembro de 2017.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 RETIFICAÇÃO Nº 01/2017**

Publicação Nº 1442833

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017

RETIFICAÇÃO Nº 01/2017

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, com sede administrativa na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba, SC, CEP 89520-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a RETIFICAÇÃO Nº 02/2017, conforme segue:

I- Altera-se o item 3.8.1 e exclui-se o item 3.8.2 a fim de isentar a taxa de inscrição do segundo cargo do magistério (Professores) escolhido pelo candidato:

Onde se lê:

3.8. Os candidatos aos cargos de Professor poderão se inscrever para até 02 destes cargos e/ou disciplinas desde que possuam habilitação específica exigida.

3.8.1. Cada inscrição gera uma taxa. Para confirmar as duas inscrições, ambas devem ser quitadas até o vencimento previsto no Cronograma deste Edital.

3.8.2. Para o candidato que efetivar mais de duas inscrições, serão consideradas válidas somente as duas últimas inscrições efetivadas.

Leia-se:

3.8. Os candidatos aos cargos de Professor poderão se inscrever para até 02 destes cargos e/ou disciplinas desde que possuam habilitação específica exigida.

3.8.1. O candidato que deseja se inscrever em dois cargos de Professor deverá:

1) Realizado o Cadastro ou efetuado o login com o cadastro já existente, conforme CPF e senha, e aceitado os termos e condições de uso,

2) Escolha a primeira inscrição do cargo/área escolhida,

3) Finalize a primeira inscrição e emita o comprovante e o boleto bancário, o qual deverá efetuar o pagamento.

No momento da segunda inscrição, o candidato deverá:

1) Realizado o Cadastro ou efetuado o login com o cadastro já existente conforme CPF e senha, e aceitado os termos e condições de uso,

2) Escolha a segunda inscrição do cargo/área escolhida,

3) Assinale o campo "sim" para solicitar isenção de pagamento da segunda inscrição e assinale "TIPO ISENÇÃO DE SEGUNDA INSCRIÇÃO", finalize a inscrição e não emita e não pague o boleto bancário desta inscrição. Havendo mais de duas inscrições para o mesmo candidato, será deferida (validada) as inscrições mais recentes, devidamente pagas.

II- Os demais itens do edital seguem inalterados.

Obs.: Os candidatos que porventura já realizaram o pagamento das duas taxas de inscrição, deverão solicitar a devolução da segunda taxa de inscrição diretamente à Secretaria de Administração após o dia 15/12/2017.

Prefeitura Municipal de Curitiba, 30 de novembro de 2017.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 RETIFICAÇÃO Nº 01/2017**

Publicação Nº 1442836

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017  
RETIFICAÇÃO Nº 01/2017**

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, com sede administrativa na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba, SC, CEP 89520-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a RETIFICAÇÃO Nº 01/2017, conforme segue:

1- Retifica-se parte do item 2.1 do edital, conforme segue:

Onde se lê:

2.1. Quadro de cargos, vagas, carga horária semanal, habilitação mínima e remuneração e tipo de provas:

CONCURSO PUBLICO 001/2017								
CARGO	SECRETARIAS	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	REGIME	REMUNERAÇÃO	TIPO DE PROVA	TIPO DE PROVA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE BOM JESUS	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	TEMPORÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE COHAB I	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	TEMPORÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE EXPOCENTRO	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	TEMPORÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE GETÚLIO VARGAS	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	TEMPORÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE SÃO FRANCISCO	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	TEMPORÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE SÃO JOSÉ	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	TEMPORÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO LUIZ	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	TEMPORÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE NOSSA SENHORA APARECIDA	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	TEMPORÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X

Leia-se

CONCURSO PUBLICO 001/2017								
CARGO	SECRETARIAS	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE	CARGA HORÁRIA	REGIME	REMUNERAÇÃO	TIPO DE PROVA	TIPO DE PROVA
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE BOM JESUS	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	ESTATUTÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE COHAB I	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	ESTATUTÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE EXPOCENTRO	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	ESTATUTÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE DE GETÚLIO VARGAS	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	ESTATUTÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE SÃO FRANCISCO	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	ESTATUTÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE SÃO JOSÉ	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	ESTATUTÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO LUIZ	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	ESTATUTÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE NOSSA SENHORA APARECIDA	SEC/SAÚDE	1 + CR*	NIVEL MÉDIO COMPLETO E RESIDIR NA ÁREA DA COMUNIDADE EM QUE ATUAR	40H	ESTATUTÁRIO	R\$ 1.172,32	OBJETIVA	X

Prefeitura Municipal de Curitibaanos, 27 de novembro de 2017.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2017

Publicação Nº 1442818

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2017

O Fundo Municipal de Educação de Curitibaanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE BERÇO COM COLCHÃO PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE CURITIBANOS NO ANO LETIVO DE 2018. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços, o envelope contendo a Documentação de Habilitação e o Credenciamento até as 14:00 horas do dia 14/12/2017, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 14/12/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibaanos, 29 de Novembro de 2017.

Kleberon Luciano Lima

Presidente do Fundo

## EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2017

Publicação Nº 1442816

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2017

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXOS DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/12/2017, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibaanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 15/12/2017, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibaanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibaanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibaanos, 29 de Novembro de 2017.

Kleberon Luciano Lima

Presidente do Fundo



**EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL Nº 001/2017**

Publicação Nº 1442822

**EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2017**

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS faz saber a quem possa interessar que realizará CONCURSO PÚBLICO para preenchimento de vagas de provimento efetivo e de emprego público de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal e para a formação de cadastro de reserva com execução técnico-administrativa da empresa SC Treinamentos, para ocupar as vagas de Agente Administrativo, Agente Comunitário de Saúde, Auxiliar de Serviços Gerais (Masculino), Contador II, Coveiro, Cozinheira, Eletricista, Especialista em Assuntos Educacionais, Médico, Monitor de Educação Infantil, Operador de Motoniveladora, Professor Artes, Professor Ciências, Professor de Series Iniciais, Professor Educação Física, Professor Educação Infantil, Professor Geografia, Professor História, Professor Língua Inglesa, Professor Língua Portuguesa, Professor Matemática, Servente De Limpeza e Servente/Merendeira.

As provas serão realizadas na data provável de 14 de janeiro de 2018. As inscrições serão realizadas somente através da internet no sítio [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br), no período de 24/11/2017 até às 23h59min do dia 24/12/2017. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba e nos sítios [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br) e [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br).

Prefeitura Municipal de Curitiba, 28 de novembro de 2017.  
JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº  
004/2017**

Publicação Nº 1442826

**EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017**

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, faz saber a quem possa interessar que realizará PROCESSO SELETIVO para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA de excepcional interesse público, para ocupar vagas constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal com execução técnico-administrativa da empresa SC Treinamentos, para ocupar as vagas de Agente Comunitário de Saúde, Assistente Social, Auxiliar de Consultório Odontológico, Cozinheira, Educador/Cuidador, Enfermeiro, Especialistas em Assuntos Educacionais, Farmacêutico/Bioquímico, Fonoaudiólogo, Médico Clínico Geral, Monitor de Educação Infantil, Motorista III, Motorista Socorrista (Samu), Odontólogo, Operador de Retroescavadeira, Professor de Artes Nível II, Professor de Ciências Nível II, Professor de Educação Física Nível II, Professor de Educação Infantil Nível I, Professor de Educação Séries Iniciais Nível I, Professor de Ensino Religioso Nível II, Professor de Geografia Nível II, Professor de História Nível II, Professor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) Nível II, Professor de Língua Inglesa Nível II, Professor de Língua Portuguesa Nível II, Professor de Matemática Nível II, Professor de Tecnologia Educacional e Informática Nível II, Psicólogo, Segundo Professor Nível I, Servente de Limpeza, Servente I, Servente/Limpeza, Servente/Merendeira, Técnico em Enfermagem, Técnico em Enfermagem (Samu), Terapeuta Ocupacional e Vigia. As provas serão realizadas na data provável de 17 de dezembro de 2017. As inscrições serão realizadas somente através da internet no sítio [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br), no período de 24/11/2017 até às 23h59min do dia 07/12/2017. As demais informações encontram-se no edital completo afixado no mural oficial da Prefeitura Municipal de Curitiba e nos sítios [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br) e [www.sconconcursos.com.br](http://www.sconconcursos.com.br).

com.br.

Prefeitura Municipal de Curitiba, 28 de novembro de 2017.  
JOSÉ ANTONIO GUIDI  
Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 89/2017**

Publicação Nº 1442939

**JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 89/2017**

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa M. G. REFRIGERAÇÃO LTDA ME, com o valor de R\$ 665,00 (Seiscentos e sessenta e cinco reais)

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE GELADEIRA DA SALA DE VACINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ART. 25 INCISO 1 DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Secretário, sugerindo a referida contratação.

Diego Sebem Wordell Daiane Penteado  
Presidente da Comissão Membro

Luci de Fátima Mello Angela de Fátima Menegazzo  
Membro Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25, o inciso I dou como aprovada.  
Curitiba, 30 de novembro de 2017.

Hérion Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.  
Curitiba, 30 de novembro de 2017.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário Municipal de Saúde

**CÂMARA MUNICIPAL****PREGÃO PRESENCIAL 11/2017**

Publicação Nº 1442632

**MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017**

O Poder Legislativo do Município de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 14/12/2017, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Licitações.

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 12/12/2017, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico [contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br) ou [compras@camaracuritiba.sc.gov.br](mailto:compras@camaracuritiba.sc.gov.br).

A partir das 14:30 horas do dia 14/12/2017, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 29 de novembro de 2017.

Ivan França Moreira  
Presidente

Ronaldo Spricigo  
Pregoeiro



# Descanso

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 94/2017 AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA EVENTUAL SUBSTITUIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO CAMINHÃO M. BENZ L1620, Nº 13, PLACAS MHQ-3877, ANO 2010/10**

Publicação Nº 1442620

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2017

Objeto: aquisição de peças para eventual substituição para manutenção do Caminhão M. Benz l1620, nº 13, placas MHQ-3877, ano 2010/10, com recursos próprios, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08:00 horas do dia 13/12/2017, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. A integra do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 01 de Dezembro de 2017.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

# Dionisio Cerqueira

## PREFEITURA

### PP 41-2017 - CONTRATO - FMS

Publicação Nº 1442053

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 053-2017 FMS  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: LAVALL E LORENZON LTDA - ME  
Valor ..... : 15.450,00 (quinze mil quatrocentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 17/11/2017 Término: 16/11/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAR DIVISÓRIAS E ACESSÓRIOS PARA PORTAS ACOPLADAS E JANELAS ACOPLADAS PARA O NOVO ESPAÇO FÍSICO DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DA SAÚDE, COM A ENTREGA DE MATERIAIS, E INSTALAÇÕES DOS MESMOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, E ITENS CONSTANTES NA PROPOSTA DE PREÇOS.  
Dionísio Cerqueira, 30 de Novembro de 2017

### PP 41-2017 - HOMOLOGAÇÃO - FMS

Publicação Nº 1442060

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/17  
HOMOLOGAÇÃO: 05/10/17  
CONTRATADO: LAVALL E LORENZON LTDA - ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAR DIVISÓRIAS E ACESSÓRIOS PARA PORTAS ACOPLADAS E JANELAS ACOPLADAS PARA O NOVO ESPAÇO FÍSICO DE ATENDIMENTO DA SECRETARIA DA SAÚDE, COM A ENTREGA DE MATERIAIS, E INSTALAÇÕES DOS MESMOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, E ITENS CONSTANTES NA PROPOSTA DE PREÇOS.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.450,00 (quinze mil quatrocentos e cinquenta reais)  
DATA: 30/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 22-2017 - 4º T.A. CONTRATO 17-2017 - PMDC

Publicação Nº 1441836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 4º T.A. 17-2017 - Contrato Nº: 17-2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: G B VALDUGA & CIA LTDA  
Valor ..... : 14.908,77 (quatorze mil novecentos e oito reais e setenta e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 29/11/2017 Término: 30/11/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.102.3.3.90.00.00.00.00 (34)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO NAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.  
RECURSO PROVENIENTE DO GOVERNO DO ESTADO.  
Dionísio Cerqueira, 30 de Novembro de 2017

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 50-2017- CONTRATO - FMS

Publicação Nº 1442184

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 054-2017 FMS  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
Contratada...: PIRAMIDE VEICULOS LTDA  
Valor ..... : 80.000,00 (oitenta mil reais)  
Vigência ..... : Início: 30/11/2017 Término: 29/11/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS, PARA USO JUNTO AO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME EMENDA DO GOVERNO FEDERAL.  
Dionísio Cerqueira, 30 de Novembro de 2017

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 50-2017- HOMOLOGAÇÃO - FMS

Publicação Nº 1442111

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/17  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/17  
HOMOLOGAÇÃO: 30/11/17  
CONTRATADO: PIRAMIDE VEICULOS LTDA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS, PARA USO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC, CONFORME EMENDA DO GOVERNO FEDERAL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)  
DATA: 30/11/17 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO  
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### LEI Nº 887/2017

Publicação Nº 1442614

LEI nº 887, de 24 de novembro de 2017.

Promove adequação ao Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

SIMONI MERCIA MESCH NONES, Prefeita do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovada a adequação ao Plano Municipal de Educação de que trata a Lei nº 717, de 20/11/2008 e Lei nº 855, de 02 de setembro de 2015, em conformidade com Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005, de 25/06/2014), consolidado na forma do documento anexo, parte integrante, desta Lei.

Art. 2º. O Município, em articulação com a sociedade civil, procederá a avaliação do Plano Municipal de Educação, a cada período de dois anos de vigência desta Lei e seu monitoramento será feito anualmente.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, e o Conselho Municipal de Educação acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º. Os planos plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º. O Município ficará responsável pelo financiamento das metas previstas no Plano Municipal de Educação, seja por recursos próprios ou mediante convênios e programas estaduais e/ou federais da educação pública.

Art. 5º. Os poderes do Município comprometem-se pela divulgação deste Plano e pela progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 24 de novembro de 2017; 29º ano de Fundação; 28º ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 24 dias do mês de novembro de 2017.

TASSIANA OURIQUES BECKER  
Agente Administrativo II.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOUTOR PEDRINHO 2017-2024

Anexo I

Anexo I

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2017-20124

Administração: 2017-2020  
Prefeita Municipal: SIMONI MERCIA MESCH NONES  
Vice Prefeito: ARTINO DALPIAZ  
Secretário Municipal de Educação: JANAINA LENZI DE CASTILHO

Decreto Nº016 de 06 de abril de 2017 - Nomeia as Comissões Técnica e Organizadora do Plano Municipal de Educação de DOUTOR PEDRINHO-SC

COMISSÃO TÉCNICA  
MARIANE LÚCIA BOWENS  
NILTON BRUNO TOMELIN  
JANAINA LENZI DE CASTILHO

COMISSÃO COORDENADORA  
ANDRÉ MAZZI

JULIANA FRAINER  
 PATRICIA PEREIRA NONES  
 WALKIRIA TEREZINHA FRAINER FRONZA  
 EDIR MAZZI  
 MARLI LEWIN SCHURT  
 MIRIAM APARECIDA FLORIANO KISNER  
 VALMIRFARIAS

## SUMÁRIO

1.0 – PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	06
2.0 IMPORTANCIA DO PME .....	06
3.0 APRESENTAÇÃO .....	07
4.0 INTRODUÇÃO .....	08
5.0 HISTÓRICO .....	09
6.0 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO .....	18
7.0 CARACTERÍSTICAS GEOPOLÍTICAS .....	18
8.0 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO .....	21
9.0 EDUCAÇÃO EM DOUTOR PEDRINHO EM NÚMEROS .....	23
10.0 CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	26
11.0 CARACTERÍSTICAS SOCIO ECONOMICAS DE DOUTOR PEDRINHO....	27
12.0 NÍVEIS ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO EM DR. PEDRINHO ....	30
13.0 .EDUCAÇÃO INFANTIL .....	31
14.0 .PRESSUPOSTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	32
15.0 DIAGNOSTICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	34
16.0 DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	36
17.0 OBJETIVOS E METAS ED. INFANTIL .....	37
18.0 PRÉ ESCOLAR .....	38
19.0 ENSINO FUNDAMENTAL .....	40
20.0 PRESSUPOSTO ENSINO FUNDAMENTAL1º AO 5º .....	40
21.0 DIAGNÓSTICO .....	43
22.0 DIRETRIZES .....	44
23.0 OBJETIVOS E METAS .....	46
24.0 EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	47
25.0 PRESSUPOSTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL .....	47
26.0 DIAGNOSTICO .....	48
27.0 DIRETRIZES .....	48
28.0 OBJETIVOS E METAS .....	49
29.0 EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS .....	50
30.0 PRESSUPOSTO ED. JOVENS E ADULTOS .....	51
31.0 DIAGNOSTICO .....	51
32.0 DIRETRIZES .....	52
33.0 OBJETIVOS E METAS .....	52
34.0 FORMAÇÃO EDUCADORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO .....	53
35.0 DIAGNOSTICO .....	53
36.0 DIRETRIZES .....	53
37.0 OBJETIVOS E METAS .....	55
38.0 FINANCIAMENTO E GESTÃO .....	56
39.0 DIAGNÓSTICO .....	56
40.0 DIRETRIZES .....	56
41.0 OBJETIVO E METAS DO FINANCIAMENTO .....	57
42.0 OBJETIVOS E METAS DA GESTÃO .....	58
43.0 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO .....	58
44.0 REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA .....	60

## LISTA DE SIGLAS

ANA - Avaliação Nacional de Alfabetização  
 CEI – Centro de Educação Infantil  
 CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos  
 FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
 FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica  
 GERED - Gerência de Educação  
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
 IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
 INEP – Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira  
 LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA - Lei Orçamentária Anual  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
PARFOR– Plano nacional de Formação de Professores  
PDE Escola - Plano de Desenvolvimento da Escola  
PEE – Plano Estadual de Educação  
PME – Plano Municipal de Educação  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático  
PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático de Ensino Médio  
PPA - Plano Pluri Anual  
PNAIC- Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa  
PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas  
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica  
SME – Secretaria Municipal de Educação

## 1. PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 1.1 A IMPORTÂNCIA DO PME

A construção de um Plano Municipal de Educação constitui-se como o momento de um planejamento conjunto do governo com a sociedade civil. Configura-se numa política educacional fundamentada na luta pelo reconhecimento da educação como direito, nos desafios da sua oferta e organização e nos conflitos decorrentes da busca por qualidade e —uma política é, ao mesmo tempo, um constructo social e um constructo de pesquisa. (MULLER e SUREL, 2002, p.12). Como conjunto de reflexões, de intenções e de ações estabelecido frente às demandas levantadas o PME não é simplesmente um projeto ou um somatório de propostas de uma rede de ensino; ele transcende a isso, incorpora todas as esferas administrativas que tratam da educação presentes no território do município, e pautada também na sua construção, pressupõe-se que seja configurada uma cultura de planejamento democrático, científico e sistêmico, que envolva todos os cidadãos em realizações pessoais e comuns cada vez mais qualificadas.

### 1.2 APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação, elaborado segundo os ditames do Art. 214 da Constituição Federal/88, Art. 166 da Constituição Estadual, da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Lei nº 10.172/01 – Plano Nacional de Educação, e da Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, além da Lei Orgânica do Município de Doutor Pedrinho, nos seus artigos 109 a 121, tem por finalidade constituir-se num documento consoante a legislação educacional vigente nas diferentes esferas públicas e afinado aos interesses e demandas da educação local.

Outro aspecto significativo deste documento é a democratização na participação em sua elaboração, o que nos remete a compreendê-lo como um marco histórico na educação local. Esta característica lhe é atribuída pelo fato de consistir num documento alinhavado por diferentes segmentos da educação local.

Seu início se deu em 06 de fevereiro de 2008, quando desencadeou-se um processo de acompanhamento pedagógico pela SEMED, junto aos educadores, quando então foi apresentada a estes, as perspectivas e projetos para a equipe.

Desejava-se assim, elaborar um documento que se caracterizasse pela presença efetiva de cada educadora e educador, fazendo com que o comprometimento fosse apenas um apêndice do grande propósito estabelecido pela educação pedrinhense: o sucesso do ato educativo e a qualificação dos saberes compreendidos e contextualizados.

A contextualização sócio-histórica confere ao documento, uma identidade individualizada e característica da educação pedrinhense, especificando particularidades e elementos comuns. Com este documento a sociedade pedrinhense passou a acompanhar, participar, criticar e subsidiar a educação e formação de novas gerações.

Tratou-se, portanto, de uma mobilização permanente em favor da inovação pedagógica, a qual deve culminar com um processo educativo capaz de (trans)formar gerações. É, pois, um documento que transcende o tempo e o espaço histórico ideológico de um governo, caracterizando-se por tornar-se institucional, impessoal e independente.

Noutra perspectiva, é conveniente dizer que não é um documento imparcial, mas uma opção ideológica que se caracteriza pela efetiva formação de cidadãos, compreendidos como sujeitos dignos, os quais merecem ser tratados solidariamente.

Por isso, a partir das exigências trazidas pelo novo Plano Nacional de Educação – PNE, de que trata a Lei nº 13.005, de 25/06/2014, foi constituída a Comissão Especial encarregada de organizar e coordenar a adequação e/ou revisão do Plano Municipal de Educação, conforme Decreto nº 16, de 22/04/2015.

Neste aspecto, a Comissão Especial, com apoio da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, exerceu suas atividades com imparcialidade e autonomia, proporcionando a ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Assim, a adequação e/ou revisão do Plano Municipal de Educação é resultado do debate efetivo e democrático de educadores e gestores

e de segmentos educacionais diversos, devendo vigorar até 2024, acompanhando a vigência do Plano Nacional, sem prejuízo de novas adequações e revisões durante este tempo. O objetivo do PME é mobilizar a população do município acerca da importância de um Plano Educacional, com a participação de toda a sociedade na elaboração do documento, sedimentando uma ação democrática. O PME é composto de 20 metas, organizadas e sistematizadas pelas Comissões Técnica e Organizadora, as quais serão responsáveis também pelo Acompanhamento e Avaliação do documento, por meio do Fórum Permanente de Educação, ao longo de sua vigência, legalmente instituído para esse fim, por meio de Decreto Municipal.

Janaina Lenzi de Castilho – Secretária Municipal de Educação e Promoção Social

## 2.0 . INTRODUÇÃO:

Um dos aspectos mais significativos e contributivos de um documento de cunho institucional é resgatar a historicidade e a complexidade constitutiva de seu conteúdo. Compreende-se, portanto, que elaborar ou adequar/revisar um plano municipal de educação é também inserir na historicidade local, uma inovadora concepção da educação. Para que possa ser efetivado com instrumento de ação sobre o processo educativo há que se enquadrá-lo no tempo e no espaço histórico.

Nota-se que a história da educação se confunde com a própria história do Brasil. Não há como dissociá-las, uma vez que uma é consequência da outra. Assim, cumpre resgatar alguns aspectos da educação brasileira, para compreender a edificação da educação catarinense e da pedrinhense.

Analisaremos os dados mais significativos da história brasileira e da educação para que se possa compreendê-la de forma sistemática.

## 3.0 - HISTÓRICO

### Período de 1500 a 1870:

Com o fracasso da descentralização governamental das capitanias hereditárias surge o governo-geral que trata de elaborar uma série de diretrizes para o ensino público. Em 1549 chega ao Brasil um grupo de Jesuítas. Estes foram incumbidos de “catequizar os índios”. Desde então se percebe uma relação entre o sistema de ensino e a política econômica vigente.

Com o fim da extração do pau-brasil adota-se no Brasil o sistema agrário-exportador, o qual dependia totalmente do litoral. Para executar esta mudança elementos da elite precisavam ser escolarizados, o que fez provocar mudanças no ensino na colônia, especialmente em torno das metrópoles já criadas.

Estas escolas ainda eram jesuítas e a preocupação era manter o método escolástico medieval. Por esta razão a elite colonial foi privada de qualquer contato com a ciência moderna, que muito se desenvolveu durante o século XVII. Mas não era apenas a colônia que sofria a privação da modernidade.

Portugal, ao final do século XVIII, encontrava-se em decadência intelectual. Isto fez com que surgissem mudanças econômicas e a modernização da cultura. O marquês de Pombal idealiza uma proposta de mudança que inclui a expulsão da Companhia de Jesus.

A nova orientação pedagógica diversifica os conteúdos e propicia a difusão dos conhecimentos de natureza científica, já que estes garantiam aos monarcas a ‘permanência absoluta’ no poder, segundo as ideias do Movimento Iluminista, que se propaga, intensamente, a partir do final do século XVII.

Com a vinda da família real ao Brasil em 1808, a colônia, passa a receber uma nova estrutura de ensino como a do império, dividido em: primário, secundário e superior. Com a independência em 1822, torna-se necessário implementar um sistema de ensino para atender a demanda da nova nação. Mesmo assim, grande parte da população não era atendida, devido aos poucos recursos, o que comprometia também a qualidade.

O ensino secundário foi privatizado e o superior atendia ao ensino das humanidades e das ciências jurídicas (este último para atender as necessidades das camadas em ascensão). Estas fragilidades do ensino provem da política capitalista e se estende até hoje. A educação como privilégio, no Brasil, é comum desde a colonização e mais intensificada no início do século XIX.

Entre 1850-70 o modelo econômico passa de rural agrícola para urbano-agrícola-comercial. Surge então, a pequena burguesia, a classe média e um contingente de imigrantes. Esta estratificação social nova impôs mudanças à Corte, o que, porém não rompeu com o dualismo e a aristocracia, mesmo durante a primeira república.

### 1.2 - Período de 1870 a 1930:

#### 1.2.1 - Período de 1870 - 1894:

O modelo econômico (agrário-comercial-exportador-dependente) entra em crise e esta se estende à política, pois estamos ante o império e a república. Assim a educação é forçada a encarnar a função de propulsora do processo de resolução dos problemas.

O ensino deixaria de ser humanista clássico, passando a cientificista pautado pelo modelo positivistas importado dos Estados Unidos, que por sua vez se inspiraram nos modelos europeus. O ensino torna-se enciclopédico. A reforma Benjamin Constant desejava fortalecer as ideias positivistas que sustentavam o modelo econômico e político de então. A introdução de disciplinas científicas vem reforçar o poder das classes homogêneas e dominantes.



### 1.2.2 - Período de 1894 – 1920:

A crise econômica agrava-se. Para resolver o problema o Brasil se alia a burguesia internacional mudando novamente a estrutura sociopolítica interna. A classe média é afastada do poder e se fortalece uma economia agrícola sustentada pelo capital estrangeiro.

A sociedade passa por um processo de modernização em favor da classe burguesa em detrimento da trabalhadora. As melhorias propostas visam às áreas urbanas, excluindo a grande maioria da população que trabalhava nos grandes latifúndios de monocultura. Surge a burguesia agrário-exportadora.

Neste período (1894 – 1920), a organização escolar brasileira, como resultado da dependência econômico cultural, ora se caracteriza por propostas curriculares que dão ênfase à postura humanista tradicional, ora à postura liberal (positivista). Isto contribui para que se acentuasse o processo de marginalização das massas populares, em relação ao acesso e manutenção na escola.

Em relação ao ensino das ciências não havia preocupação em fazer ciência, apenas se copiava o que a literatura já trazia. Estudava-se apenas o resultado da atividade científica. Isto não difere em muito do que temos hoje nas escolas.

### 1.2.3 - Período de 1920 – 1930:

Este período é marcado por fortes mudanças em consequência das mudanças de cunho econômico. Estava se concluindo a fase da economia agrícola e iniciando-se a da industrialização. O operariado se organiza e passa a se manifestar contra a política econômica do país.

### 1.3 - Período de 1930 a 1950:

O modelo econômico agroexportador é substituído pelo importador e pela industrialização, o que provoca mudanças na sociedade civil e na política. O período anterior ao Estado Novo (1930-37) é período do conflito de ideias em relação ao sistema educacional, pois o governo ainda não definira o que fazer em relação às propostas da década anterior.

Em 30 cria-se o Ministério da Educação e Saúde o que fez surgir uma sequência de mudanças. Em 32, ocorre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual estão as diretrizes da educação nacional. Este manifesto serviu de referência para a LDB de 1961, pois esta nos diz que "as propostas de transformação provinham ainda do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), cujas ideias eram analisadas para discussão do projeto de lei sobre 'Diretrizes e Bases da Educação Nacional'".

Com os debates surgem duas posições conflitantes: a tradicional e a moderna. A primeira defendia a posição da Igreja Católica que lutava por um ensino diferenciado por sexo, privado e transmissor de informações. Este grupo defendia o modelo econômico agrário-exportador. A segunda defendia no ensino a laicidade, a gratuidade, e a responsabilidade pública do ensino. Este grupo defendia o modelo urbano industrial. A constituição de 34 procura contemplar interesses dos dois grupos (católicos e escolanovistas).

Em 37, com o Estado Novo o governo assume características ditatoriais. O governo passa a controlar o universo civil, que inclui a educação. O presidente Vargas não criou uma ditadura tradicional, mas um governo populista. O texto constitucional de 1937 mantém as linhas gerais da política educacional da Constituição de 34, destacando-se, porém, a introdução da obrigatoriedade de ensino profissionalizante, através do artigo 129, para as 'classes menos privilegiadas'. Assim, o uso do sistema educacional, pelo governo, como garantia à consolidação das mudanças econômicas implementadas, continua, tradicionalmente, acontecendo.

Em 1942, a reforma Capanema divide o ensino secundário em ginásio e colegial. O ginásio foi dividido em curso clássico (letras) e científico (ciências). O grau médio foi estruturado em industrial e comercial. Esta reforma vigorou até 1961 com a LDB. A reforma Capanema privilegiou o modelo humanista clássico em detrimento do humanista de base científica.

Pela reforma Capanema a escola era a incumbida de determinar quem iria ser escolhido dentre a classe alta para fazer parte da classe dirigente. A escola passa a ser o "Aparelho Ideológico do Estado". Neste período, o ensino era organizado e concebido, predominantemente, à luz do fazer pedagógico tradicional. Este se caracteriza por uma absoluta passividade e receptividade dos alunos frente a um professor (detentor de um grande saber), o que produz a configuração social: os que sabem e os que não sabem.

A formação superior se dava no esquema três mais um, em que o bacharel era formado com três anos de estudos e se licenciava com mais um ano cursando disciplinas da área didática. A formação ocorria em faculdades de Filosofia, Ciências e Letras surgidas nos anos 30. Com a queda de Vargas em 45, muda a postura política da classe dirigente.

### 1.4 - Período de 1950 a 1960:

O retorno de Vargas ao poder marca uma dura crise entre a maioria da população e os interesses das indústrias udenistas. Com a morte de Vargas em 54 e a ascensão de Kubitschek surge a "política desenvolvimentista", a qual pretende colocar o Brasil no caminho da industrialização moderna. Mais capital estrangeiro penetra no país um desenvolvimento industrial é experimentado com nunca no país. Aumenta com isso a oferta de emprego e a necessidade de qualificação da mão de obra. No contexto internacional o mundo busca se recuperar dos efeitos do pós-guerra pelo desenvolvimento da indústria e da tecnologia.

Até o início dos anos JK o ensino pautou-se num modelo tradicional de repasse e transmissão de conhecimento, quase dogmático. Foi neste período que se começou a discutir a LDB, o que promoveu algumas mudanças. Começa aí a se enfatizar as aulas práticas (metodologia ativa). A preocupação era a formação profissional sem levar em consideração aspectos sócio político-econômico.

### 1.5 - Período de 1960 a 1970:

O panorama político deste período marca uma série de mudanças de ordem social, política e educacional. O período que antecedeu o golpe de 64 foi marcado pela decadência econômica e uma profunda crise. Este período é marcado pela revolta das massas que foram esquecidas nos anos JK em favor da industrialização.

Com Jânio Quadros a UDN assume o poder e o que era para ser um governo organizador das massas torna-se um período de moralismos. Com a sua renúncia Jango assume o poder tentando atender aos anseios populares. Em seus atos deixava clara a sua preocupação com a situação da maioria do povo. É nesta fase que é promulgada a LDB de 1961. Este período era um período de transição em que a classe trabalhadora parece mais politizada. Surgem então movimentos de politização das massas e os movimentos de cultura popular e os movimentos de educação de base. Em 1963 implanta-se o Plano Nacional de Educação de Alfabetização com base na "educação dialógica" de Paulo Freire.

Este período é marcado também pela criação em 1962 da UnB (Universidade de Brasília). Todas estas mudanças não são bem vistas pelos conservadores e reacionários. Em 1964 estes grupos se unem aos militares. A educação passa a ser de ensino e aprendizagem de conteúdos. Novamente se ostenta um desenvolvimento industrial moderno. A formação das massas é apenas técnica sem uma preocupação com aspectos humanos e técnicos.

Nesta época surgem convênios como o MEC/USAID em que agências internacionais passam a financiar o ensino no Brasil. Ocorre a reforma universitária (Lei nº 5540/68) e a reforma dos ensinos de primeiro e segundo graus (Lei nº 5692/71). Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 adota-se a metodologia escolanovista que tem por pressuposto maior a concepção política. Com isso se valorizava o trabalho em grupo sem desconsiderar o ritmo individual do aluno. Projetos norte-americanos foram traduzidos e adaptados à nova realidade.

### 1.6 - Período de 1970 a 1980:

O processo de industrialização continua, porém agora o Brasil vê sua dívida externa aumentar sempre mais, gerando inclusive, dependência tecnológica. Tal situação faz com que o governo encare a educação como um investimento, concebendo-a assim como um fator de desenvolvimento.

A Lei nº 5692/71 vem atender a necessidade de formar a classe trabalhadora para que o almejado desenvolvimento seja possível. O ensino passa a ser impregnado de um pensamento tecnicista e economicista, em que as diversas ciências são tratadas separadamente. Em relação à metodologia, adotou-se a ativa, onde os experimentos passam a ser a forma mais eficiente de investigação.

Há que se perceber que o desvio para o tecnicismo tem outro objetivo: fazer com que a culpa do sub-desenvolvimento seja atribuída a má qualificação do trabalhador, ignorando-se com isso uma discussão de ordem sociopolítico-econômica. O ensino passa a pressupor que a ciência e o conhecimento são neutros, que o ensino deve ser disciplinar, as técnicas individualizadas, os conteúdos sem qualquer relação com valores e o livro texto como peça fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Estimulava-se ainda a competitividade para incutir a necessidade de se produzir sempre mais.

Na sala de aula se percebia a execução de atividades experimentais inúteis e atrofiantes. As experiências serviam para comprovar o que já se sabia e não para se compreender o fenômeno. Isto fez surgir no final da década de 70 uma tendência que buscava um ensino mais integrado e menos compartimentalizado. Porém o alcance desta tendência foi tímido.

Em relação à formação docente a Resolução CFE nº 30/74 previu a adequação do currículo das licenciaturas a Lei nº 5692/71. Por esta resolução os portadores de Licenciatura em Ciências poderiam complementá-la habilitando-se em Física, Química, Biologia e Matemática.

### 1.7 - Período de 1980 a 1990:

O final da década de 70 é marcado pela tendência de se pensar a escola numa perspectiva crítica, criativa e histórica no intuito de promover a mudança social necessária. Os movimentos sindicais e o processo de redemocratização dominam os debates políticos deste período. O retorno de exilados políticos, recorrente do processo de anistia, injetou uma nova perspectiva intelectual em todos os campos do conhecimento, inclusive na educação.

Pode-se dizer que a década de 80 foi marcada por profundas mudanças que apesar de não proverem um ensino ideal, vem implementando mudanças significativas que se sentem até os dias atuais. Os livros-texto e a formação de professores nas áreas científicas continuam ocultando a dimensão política da ciência, considerando-a neutra. Mas as ciências sociais retomam seus espaços aos poucos, contribuindo com a (re)construção democrática do Brasil. A promulgação da constituição em 05 de outubro de 1988, representou um divisor de águas, garantindo aos cidadãos uma nova perspectiva sócio-histórica, que não se parece com o ideal, mas transmite uma sensação de liberdade e criação poucas vezes percebido na história.

Nesta fase temos uma ciência dominante que busca privilegiar as dicotomias do tipo: opressor/oprimido, teoria/prática, ciência/produção. As teorias de importantes pensadores com Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Anyasio Teixeira e Paulo Freire passam a ser (re)discutidas de forma mais sensível tendo em vista o momento de ruptura e conflito gerado pelos fatos acima descritos. Em 1996, a Lei nº 9394 determinou as novas diretrizes da educação nacional. Com ela, novas exigências e demandas e novos temas passam a ser debatidos de forma mais consistentes. O que antes era apenas um conjunto de teorias agora passa a ser instrumento legal para a edificação de uma nova educação.

No campo da proteção da criança e do adolescente surge o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o qual constitui-se instrumento de garantias básica a esta faixa etária, incluindo a educação. Os gestores públicos necessitam atentar-se para esta nova perspectiva, incorrendo em crime, em caso de descumprimento. As novas demandas geradas supõem um novo sistema educacional, através do qual será possível

incluir a todos, partindo do princípio da universalidade do ensino. O que antes era apenas um problema distante, do qual a solução era apenas uma utopia, agora se torna uma problemática que impõe soluções imediatas.

O século XXI emerge neste complexo cenário, em que a democracia e a universalidade tornam-se o caminho para uma educação incluyente, solidária e cidadã. Assim em 9 de janeiro de 2001, foi sancionada a Lei nº 10.172, que estabelece o Plano Nacional de Educação. Seu art. 2º determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborem seus Planos Municipais de Educação, em consonância com o nacional. O fértil terreno do processo de constante (re)construção da democracia inspira novos ideais e por conseguinte novas demandas.

Tais demandas não se baseiam apenas no aumento quantitativo (número de matrículas, ampliação de vagas na educação básica), mas também no qualitativo. Questões relativas à ética e a ecologia passam a transitar de forma frequente nos foros de debate e nas salas de aula, que são os foros mais adequados para se exercer o compromisso que cada educador e educadora devem estabelecer consigo mesmos.

#### 1.8 - Dados Históricos da Educação em Santa Catarina:

De acordo com dados do site <http://www.sed.sc.gov.br> os aspectos mais significativos da história da educação em Santa Catarina são:

- 1834, Ato Adicional de âmbito nacional, marcou o começo de uma nova fase para o ensino público de SC, quando instalou-se em cada uma das Províncias uma Assembleia Provincial que, entre outras atribuições, tinha a de legislar sobre a instituição pública do ensino primário e secundário;
- 1836, a Lei nº 35, de 14 de maio de 1836, primeiro ato de Assembleia Provincial de Santa Catarina, outorgava ao Presidente da Província todo o poder de mando sobre os aspectos administrativos e pedagógicos das escolas públicas;
- 1848, a Lei nº 268, de 1º de maio, apresentou uma estrutura hierárquica, onde o Presidente da Província era quem exercia, efetivamente, as funções de diretor geral do ensino, passando a ser auxiliado pelos Diretores Municipais e Diretores Paroquiais, responsáveis pela inspeção do ensino. Porém ainda não estava institucionalizado um órgão ou uma repartição responsável pela administração e orientação do ensino;
- 1854, com a Lei nº 382, de 1º de julho de 1854, foi delegado, ao Diretor-Geral das Escolas de Instrução Primária, a responsabilidade da orientação e administração do ensino público. Surgiu então a Diretoria-Geral das Escolas de Instrução Primária, convertida mais tarde em virtude da Lei nº 600, de 13 de abril de 1868, em Inspeção da Instrução Pública;
- 1881, com o Ato Adicional de 21 de fevereiro de 1881, a Diretoria da Instrução Pública tornou-se responsável pelo ensino público no Estado. Em 5 de janeiro de 1935, através do Decreto nº 713, foi extinta e criado o Departamento de Educação;
- 1901, a Lei nº 518, de 4 de setembro, criou a Secretaria-Geral dos Negócios do Estado, posteriormente Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça, cessando a subordinação da Instrução Pública aos presidentes da Província e mais tarde aos governadores, visto que a expansão dos serviços educacionais se tornava difícil e trabalhosa ao chefe do Poder Executivo;
- 1942, com o Decreto-lei nº 658, de 4 de julho, a palavra “educação” foi expressa na denominação da Secretaria. Com o crescente desenvolvimento dos serviços de educação e saúde, o Governo resolveu mudar a denominação da Secretaria do Interior e Justiça para Secretaria da Justiça, Educação e Saúde;
- 1949, por força da Lei nº 308, de 24 de setembro de 1949, essa Pasta passou a ser chamada de Secretaria do Interior e Justiça, Educação e Saúde. Em 1952, sancionada a Lei 785, de 27 de outubro, criou a Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social, desvinculando-a da Secretaria do Interior e Justiça;
- 1956, novamente essa Pasta foi desmembrada, em 30 de abril de 1956, pela Lei nº 1663, com a criação da Secretaria de Educação e Cultura, adquirindo mais autonomia e liberdade para administrar e orientar o ensino público. Quatro diretorias passaram a constituir a estrutura da Secretaria: a de Administração, a de Estudos e Planejamento, a de Ensino e a de Cultura. Foram criadas as Delegacias de Ensino em várias regiões do Estado, para administração, orientação e fiscalização do ensino. Os delegados ficaram subordinados diretamente ao Secretário de Estado;
- 1970, com a Lei nº 4.547 foi concentrada numa só pasta a Secretaria, passando a denominar-se Secretaria da Educação, ficando os serviços de cultura, afetos à Secretaria do Governo;
- 1969, em decorrência do Plano Estadual de Educação, implantado pela Lei 4.394, de 20 de novembro de 1969, Santa Catarina foi o primeiro Estado a adotar uma nova filosofia e sistemática educacional: o “Avanço Progressivo” consagrada na Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971 (Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus);
- 1978, em conformidade com o Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 5.039, de 7 de junho de 1978, foi implantada a estrutura organizacional da Secretaria da Educação e Cultura. No quadriênio 1975-1978 houve preocupação no cumprimento de metas de expansão e melhoria do potencial humano envolvido no campo educacional, fixando atenção no atendimento ao excepcional, através da Fundação Catarinense de Educação Especial e ao ensino de pré-escolar e de 1º e 2º graus, assim como a criação da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – UDESC e o fortalecimento das Fundações Educacionais;
- 1980, no período de 1980-1983 o Plano Estadual de Educação previa uma política educacional voltada para a democracia e reforçou as diretrizes de democratização da educação, que atenderam reivindicações do magistério;
- 1988, a Lei nº 7.375, de 20 de julho de 1988, dispoñdo sobre a estrutura organizacional básica do Poder Executivo, denominou como Órgão Central a Secretaria de Estado da Educação. O quadriênio 1987-1990 foi marcado, principalmente pela produção da Proposta Curricular de Santa Catarina, contando com a dinâmica de discussão de vários educadores de todo o Estado, sendo o documento publicado definitivamente em 1991;
- 1991, pela Lei nº 8.240, de 12 de abril de 1991, o Órgão Central passou a denominar-se Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto. Em 17 de fevereiro de 1995, a Lei nº 9.831 definiu-a como Secretaria de Estado da Educação e do Desporto - SED. A Cultura passou a integrar a Fundação Catarinense de Cultura;
- 1995, a gestão 1995-1998 concentrou esforços na Proposta Curricular de Santa Catarina, no Programa de Qualidade Total e no processo de nucleação de escolas de séries iniciais do Ensino Fundamental;
- 1999, a gestão 1999-2002 teve como referencial a Proposta Curricular de Santa Catarina, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a implementação da gestão democrática das escolas públicas, objetivando a melhoria da qualidade do ensino e a elevação dos níveis de aprendizagem;
- 2003, na gestão 2003-2006 a Lei Complementar nº 243, de 30/01/03, estabelece a nova Estrutura Administrativa do Poder Executivo, onde a Secretaria passa a ser denominada Secretaria de Estado da Educação e Inovação;
- 2005, a segunda reforma administrativa, trazida pela Lei Complementar nº 284, de 28/02/05, estabelece o modelo de gestão para a

Administração Pública e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo, objetivando a desburocratização, a descentralização e a desconcentração dos circuitos de decisão para uma eficiente, eficaz e efetiva gestão dos serviços públicos, associando sistematicamente os órgãos e entidades públicos a objetivos e resultados.

A execução das atividades da Administração Pública Estadual de forma descentralizada e desconcentrada dar-se-á por intermédio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional – Mesoregional (8) ou Microregional (22) e dos órgãos e entidades públicos estaduais, com atuação regional, ligados às Secretarias de Estado Setoriais, que são órgãos normativos, formuladores de políticas em suas áreas de atuação, coordenadores dos programas e ações inter-regionais.

Nessa Lei, a sua denominação altera-se para Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, ocupando-se da missão de “Garantir uma educação de qualidade para todos os catarinenses”, primando pelo “Desenvolvimento de uma gestão descentralizada, com democracia participativa, trabalhando em equipe e sobrepondo o social ao individual, o público ao privado, o coletivo ao particular, o estratégico ao rotineiro e burocrático. Tem como desafio, mais do que administrar a realidade educacional, não se contentar com menos do que mudá-la, para dar um salto de qualidade na educação em Santa Catarina”.

À Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, como secretaria setorial, compete a formulação, a coordenação, o controle e a execução de políticas educacionais e tecnológicas, o desenvolvimento de projetos e preparos educacionais, a expansão de reformas e manutenção das estruturas físicas, implementação de planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico no Estado de Santa Catarina, articulação de políticas de gestão de pessoal, promovendo a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para garantir a unidade da Proposta Curricular no Estado de Santa Catarina.

### 3.1. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO:

Assim como todo o país a região é habitada por seres humanos desde os idos da pré-história. Estes indivíduos que o europeu chamou de índios são verdadeiramente os primeiros habitantes locais. Frequentemente são encontrados restos de instrumentos de caça e pesca, porém não há estudos que tratem deste assunto. Na maioria dos relatos que tratam da história de Doutor Pedrinho, fala-se dos europeus, cujos descendentes diretos e indiretos alcançaram a localidade entre os anos de 1910 e 1920.

O primeiro europeu a chegar ao Vale do Rio Benedito foi Fritz Donner. Em sua homenagem temos um bairro com seu nome: Salto Donner. Orientados pelo pioneiro, os sertanistas Germano Rigo, Natal Notari e Fausto Noriller também se estabeleceram ao longo do Rio Benedito, chegando a Barra do Rio Forçação, onde hoje se localiza o centro da cidade. Por esta razão é muito comum o uso da expressão “barra”, especialmente pelos moradores mais antigos. A ação destes “desbravadores” não está muito clara nos relatos históricos, preferindo-se dizer que seriam os responsáveis pela colonização local.

Paralelamente colonos vindos de Rodeio, Rio dos Cedros, Luiz Alves e Nova Trento se estabelecem na região, destacando-se as famílias Moser, Giacomozzi, Bona, Uber e tantas outras. As terras foram exploradas e divididas entre as famílias e gerenciado pela Companhia Longo e Bona. Em 29 de março de 1949, o governador Aderbal Ramos da Silva transforma o local em Distrito do então município de Rodeio. Na década de 60, com a emancipação do município de Benedito Novo, Doutor Pedrinho, passa a integrar o novo município. Em 04 de janeiro de 1988, no governo Pedro Ivo Campos pela Lei Estadual nº 1.101 criou-se município de Doutor Pedrinho e em 01 de junho de 1989 o município passa a ter administração própria.

Conforme veremos a seguir o comando do município tem sofrido certa rotatividade, o que demonstra uma forte tendência de politização e esclarecimento da população. Há que se constituir em breve, um estudo mais aprofundado e imparcial sobre a historicidade do município para que tenhamos a oportunidade de oferecer um relato histórico menos parcial possível.

### 3.2 – Das Características Geopolíticas:

O município de Doutor Pedrinho, localiza-se no médio vale do Itajaí, fazendo parte da 35ª Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, com sede em Timbó. Pertence também a AMMVI (Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí) e do Consórcio Intermunicipal compreendendo nove municípios da região.

Fonte: CIASC

O município de Doutor Pedrinho localiza-se próximo as cidades de Benedito Novo, Rodeio, Rio dos Cedros, Rio Negrinho, Itaiópolis e José Boiteux e pertence também ao Médio Vale do Itajaí. Sua latitude é 26° 42' 52" e sua longitude 49° 29' 00" e situa-se a 197 km de Florianópolis.

#### Relevo:

O relevo varia de 400 a 800 metros de altitude ao longo da parte baixa dos rios Forçação e Benedito, mas eleva-se até 1.200 metros na Serra da Moema a esquerda do Município e nas partes mais altas a noroeste de Doutor Pedrinho.

#### Geologia:

A geologia do município é formada de solos altamente erodíveis e que possuem uma estrutura muito frágil. Há também formação de baixadas de aluvião importantes como matéria prima para indústria oleira e cerâmica.

#### Vegetação:

A vegetação caracteriza-se pelos remanescentes da Floresta Tropical Pluvial Atlântica de montanha, cujas espécies mais significativas são: as canelãs (*Ocotea Catharinensis*), canela-preta, o sassafrás (*Ocotea pretiosa*), cedros (*Cedrela fissilis*), peroba vermelha (*Aspidosperma olivaceum*), páu-óleo (*Copaifera Trapezifolia*), canela fogo (*Onyptocarya aschersoniana*), e licurana (*Hieronyma alchorneoides*), além da garauva, canharana, pindabuna e pindaíba.

#### Hidrografia:

A hidrografia é bastante variada, na qual se destacam as nascentes do rio Benedito e com seus afluentes: Ribeirão Esperança, Ribeirão Lima e Rio Forquão. A maioria com águas de boa qualidade, porém com margens sofrendo rápido processo erosivo ocasionado pelo desmatamento intensivo.

#### Clima:

O clima do Município classifica-se como mesotérmico úmido sem estação seca, com variações quentes, apresentando temperatura média anual de 19,7º C e precipitação total anual entre 1.600 a 1.700 milímetros.

#### Altitude:

O Município possui altitude média de 530 metros.

#### Da Evolução da População:

Ano base	Habitantes
1980	2870
1991	2997
1996	2981
2000	3055
2001	3062
2002	3100
2003	3108
2004	3126
2005	3190
2006	3135
2007	3280
2008	3402
2009	3432
2010	3604
2011	3645
2012	3683
2013	3828
2014	3883

Fonte: IBGE

Nos anos de 2007 e 2010 houve contagem/censo. Para os demais anos, a partir de 2007, os dados são uma estimativa.

#### Dos Gestores e Legisladores Municipais:

Nestes 20 e poucos anos de história Doutor Pedrinho está em sua 5ª administração e 5ª Legislatura.

Ao longo deste período o executivo e o legislativo foram assim constituídos:

##### 1ª Administração:

Prefeita: Maria Francisca Batisti Archer – PDS;

Vice-Prefeito: Ari Aurélio Buzzi – PDS;

Vereadores: Altair Marcarini – PMDB; Arno Gadotti – PFL; Hartwig Persuhn – PDS (Pres. 1991/1992); Horácio Cristofolini – PDS (Pres. 1989/1990); Mário Dalven – PMDB; Silvino Purim – PDS; Tibério Valcanaia – PDS; Waldemar Stollmeier – PDS; e Walmor Stulzer – PFL.

##### 2ª Administração:

Prefeito: Ari Aurélio Buzzi – PPR;

Vice-Prefeito: Leonir Buzzi – PFL;

Vereadores: Adalberto Maas – PPR; Alexandre Claudino dos Santos – PPR (Pres. 1993/1994); Altair Marcarini – PMDB; Artino Dalpiaz – PMDB; Ervino Langa – PPR (Pres. 1995/1996); Leonel Ruprecht – PFL; Márcio Cristofolini – PFL; Tercílio João Moser – PRN; e Walmor dos Santos – PPR.

##### 3ª Administração:

Prefeito: Antônio Nereu Girardi – PMDB;

Vice-Prefeito: Walmor Stulzer – PFL;



Vereadores: Adalberto Maas – PPB; Altair Marcarini – PMDB (Pres. 1999/2000); Bento Carlos Girelli – PFL; João Langa – PPB; Jorge Hager – PFL; José Arildo de Castilho – PPB; Marlise Maria Mazzi Frainer – PPB; Orlando Wollert – PMDB; e Tercílio João Moser – PSDB (Pres. 1997/1998).

#### 4ª Administração:

Prefeito: Aderbal Viviani – PPB;

Vice-Prefeito: Hartwig Persuhn - PPB;

Vereadores: Aílton de Souza e Silva – PPB (Pres. 2002); Alexandre Claudino dos Santos – PPB (Pres. 2001); Aparecida Maria Giacomozzi – PPB; Artino Dalpiaz – PMDB; José Arildo de Castilho – PPB (Pres. 2003); Josenir Bonatti – PFL; Luiz Henrique Stollmeier – PPB (Pres. 2004); Tercílio João Moser – PFL; e Wigold Hoeltgebaum – PFL.

#### 5ª Administração:

Prefeito: Ercides Giacomozzi – PMDB;

Vice-Prefeito: Alexandre Claudino dos Santos - PSDB;

Vereadores: Antônio Ivo Fiamoncini – PP; Artino Dalpiaz – PMDB; Gabriel Augustinho – PP; Ingrid Becker – PP; José Arildo de Castilho – PP (Pres. 2007/2008); Luiz Henrique Stollmeier – PP; Manoel Volnei Floriano – PP (Pres. 2006); Tercílio João Moser – DEM (Pres. 2005); Valdir André Bagio – PT; e Marco Aurélio Ferreira - PMDB.

#### 6ª Administração:

Prefeito: Hartwig Persuhn – PP;

Vice-Prefeito: José Arildo de Castilho – PP;

Vereadores: Antônio Ivo Fiamoncini – PP; Ingrid Becker – PP; Luiz Henrique Stollmeier – PP; Manoel Volnei Floriano – PP; Mansueto Galkowski – PMDB; Marco Aurélio Ferreira - PMDB (Pres. 2011 a 2012); Merquides Martins – PMDB; Rubens Konell - PSDB (Pres 2009 a 2010); e Valentim Schoen - PMDB.

#### 7ª Administração:

Prefeito: Hartwig Persuhn – PP;

Vice-Prefeito: José Arildo de Castilho – PP;

Vereadores: Américo Nones – PMDB; Dulcemar Gonzaga – PMDB (Pres. 2013 a 2014); Eleonora Uber Borchardt – PP; Lúcia Fátima Kisner Moser – PSD (Pres. 2015 a 2016); Luiz Henrique Stollmeier – PP; Márcio Travaglia – PSDB; Tony Tadeu Nones – PT; Valmir Farias – PMDB; e Vilmar Terezinha Viviani – PP.

### 3.3 – Da História da Educação e da Rede Municipal de Ensino de Doutor Pedrinho:

Os registros históricos das primeiras unidades de ensino no município datam de períodos anteriores ao da criação do distrito de Doutor Pedrinho, que ocorreu em 29 de março de 1949 pelo governador Aderbal Ramos da Silva. Neste período Doutor Pedrinho pertencia ao município de Rodeio.

Cronologicamente identificam-se as seguintes unidades escolares e seus respectivos professores:

Ano de fundação	Unidade Escolar	Localidade	Primeiros Professores
1941	Escola Isolada Estadual do Rio Lima	Rio Lima	Maria do Carmo Magalhães Mário Cristofolini Valmor Vailati
1944	Escola Mista Municipal de Forcação	Forcação	Irmã Anice Ochmer Irmã Celestina Fusinatto Irmã Dália Tomelin Irmã Lúcia Cenzi
1944	Escola Municipal de São João da Esperança	São João da Esperança	Braulina da Silva Alânia Castilho Francisco Castilho
1946	Escola Municipal Doutor Nereu Ramos	São João da Esperança	Maria do Carmo Magalhães Jútilia Largura João Roberto de Maria Maria de Castilho
1948	Escola Municipal do Ribeirão Rigo	Ribeirão Rigo	Irmã Terezinha Deluca Irmã Erma Vicenzi Irmã Hilda Bazzinni Irmã Catarina Lazarotto
1952	Escola Mista Municipal de Faxinal	Salto Donner	Giacomo Zomer Veneranda de Oliveira
1962	Escola Municipal São João	São João	Francisco Castilho Jútilia da Silva
1976	Escola Municipal de Campinas	Campinas	Izalde Lenzi Irmã Carolina Cubani

A educação tem sido um dos pontos de destaque em Doutor Pedrinho desde a sua fundação em 1988. Leis de incentivo e programas de



parcerias com os governos do Estado e da União fazem com que todo o pedrinhense possa frequentar a educação básica sem qualquer custo e auxílios que facilitam o mesmo sucesso em relação à Educação Superior e aos cursos profissionalizantes em outras cidades.

Foram gestores da educação municipal em Doutor Pedrinho:

- José Arildo de Castilho: 1989/1992 e 1993/1996;
- Ilse Maria Girardi: 1997/2000;
- Mônica Maria Baruffi: 2001/2003;
- João Oslin Odorizzi: 2004;
- Nilton Bruno Tomelin: 2005;
- Tânia Tomelin Giovanella: 2006/2007;
- Janaína Lenzi de Castilho: 2008;
- João Oslin Odorizzi: 2009/2012;
- João Oslin Odorizzi: 2013/2016.
- Janaina Lenzi de Castilho : 2017

Uma das marcas positivas historicamente construídas em Doutor Pedrinho tem sido a qualidade do ensino oferecido a crianças e adolescentes. Os investimentos são significativos e há pretensões de buscar novos horizontes neste sentido. Acredita-se que haja muito por se fazer, especialmente no aspecto pedagógico e de planejamento. Um dos desafios tem sido incluir a educação infantil no plano de carreira do magistério, tornando-a parte integrante das discussões que deliberam sobre a educação.

Outra grande dificuldade percebida tem sido a adoção de políticas educacionais que permitam a integração entre as redes públicas estadual e municipal, uma vez que há um constante distanciamento entre ambas. Estes desafios e outros já identificados caracterizam as preocupações que norteiam as discussões referentes à educação em Doutor Pedrinho.

### 3.4 – A Educação em Doutor Pedrinho em Números (2003/2014):

Os quadros abaixo destacam, em números, o movimento de alunos na rede municipal ao longo dos últimos doze anos. Todas as informações são extraídas do sistema SERIE e do sistema INTELLIBR, que corresponde ao controle absoluto de informações quantitativas da SEMED.

Núcleo Educacional Sol Nascente  
Ensino Fundamental – Anos Iniciais:

Situação	2003	2004	2005	2006	2007
Aprovados	26	28	34	25	23
Reprovados	1	2	1	0	2
Transferidos	1	1	3	6	5

  

Situação	2008	2009	2010	2011	2012
Aprovados	30	22	17	16	11
Reprovados	0	0	0	0	0
Transferidos	6	2	4	7	5

A Unidade foi nucleada em 2013, donde os alunos foram transferidos para o Núcleo Educacional Fritz Donner.

Núcleo Sete Estrelas  
Ensino Fundamental – Anos Iniciais:

Situação	2003	2004	2005	2006	2007*
Aprovados	37	33	53	39	
Reprovados	4	2	4	3	
Transferidos	4	2	3	0	

A unidade foi nucleada em 2007, donde os alunos foram transferidos para o Núcleo Educacional Fritz Donner.

Unidade de Educação Infantil Frei Antônio Carlos Rechia  
Educação Infantil:

Situação	2003	2004	2005	2006	2007
Aprovados	19	20	15	16	13
Reprovados	0	0	0	0	0
Transferidos	1	0	1	1	2

  

Situação	2008	2009	2010	2011	2012
Aprovados	14	9	12	10	
Reprovados	0	0	0	0	
Transferidos	0	1	0	0	

A Unidade foi nucleada em 2011, donde os alunos foram transferidos para o Núcleo Educacional Fritz Donner.

Núcleo Educacional Fritz Donner  
Educação Infantil:

Situação	2003	2004	2005	2006	2007
Aprovados	21	28	22	33	29
Reprovados	0	0	0	0	0
Transferidos	0	1	6	1	2

Situação	2008	2009	2010	2011	2012
Aprovados	20	39	41	47	50
Reprovados	0	0	0	0	0
Transferidos	14	19	21	16	15

Situação	2013	2014
Aprovados	45	41
Reprovados	0	0
Transferidos	36	35

Núcleo Educacional Fritz Donner  
Ensino Fundamental:

Situação	2003	2004	2005	2006	2007
Aprovados	53	53	43	50	84
Reprovados	3	2	3	13	11
Transferidos	2	5	7	7	7

Situação	2008	2009	2010	2011	2012
Aprovados	94	85	89	130	146
Reprovados	0	3	3	3	5
Transferidos	14	19	21	16	15

Situação	2013	2014
Aprovados	174	166
Reprovados	0	1
Transferidos	36	35

Unidade de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho  
Educação Infantil:

Situação	2003	2004	2005	2006	2007
Aprovados	19	24	12	10	32
Reprovados	0	0	0	0	0
Transferidos	1	0	4	0	0

Situação	2008	2009	2010	2011	2012
Aprovados	15	19	20	24	25
Reprovados	0	0	0	0	0
Transferidos	0	1	0	1	6

Situação	2013	2014
Aprovados	23	27
Reprovados	0	0
Transferidos	2	5

Centro de Educação Infantil Frei Bruno Linden  
Educação Infantil:

Situação	2003	2004	2005	2006	2007
Aprovados	34	64	70	76	82
Reprovados	0	0	0	0	0
Transferidos	0	1	0	0	0

Situação	2008	2009	2010	2011	2012
Aprovados	80	112	121	118	120
Reprovados	0	0	0	0	0
Transferidos	1	5	10	10	14

Situação	2013	2014
----------	------	------

Aprovados	120	104
Reprovados	0	0
Transferidos	16	14

Em relação ao ano de 2015, os dados são os seguintes:

Unidade	Modalidade	Quantidade de alunos
Núcleo Educacional Fritz Donner	Educação Infantil	34
Núcleo Educacional Fritz Donner	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	171
Unidade de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho	Educação Infantil	21
Centro de Educação Infantil Frei Bruno Linden	Educação Infantil	97
TOTAL EDUCAÇÃO INFANTIL		152
TOTAL ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)		171
TOTAL GERAL		323

#### 4.0 A CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM DOUTOR PEDRINHO

Construído o diagnóstico, intenso trabalho de pesquisa junto às instituições que prestam atendimento na área da educação, foram também provocados estudos nas escolas públicas e privadas para construção dentro dos grupos da comunidade educativa sobre a construção do PME, feitos sobre o marco situacional da educação do município e com base nas informações estatísticas no propósito de sensibilização da comunidade quanto à discussão de suas metas e estratégias. Na sequência foram designadas subcomissões (Subcomissão da Educação Infantil, do Ensino Fundamental; do Ensino Médio; da Educação Especial; da Educação em Tempo Integral; da Educação de Jovens e Adultos; da Educação Profissional; da Educação Superior; da Gestão Democrática; da Valorização dos Professores) responsáveis pelo estudo, análise do Plano Nacional da Educação, (aprovado pela lei 13005 de 25/06/2014) E Plano Estadual da Educação de Santa Catarina (2015/2024), em sua versão preliminar e construção das metas e estratégias do PME factíveis e coerentes com o PNE e o PEE. A meta que trata do Financiamento da Educação foi pauta de discussão de todas as subcomissões. Além desses documentos o PME considerou os marcos legais da legislação educacional: a Constituição da República Federativa do Brasil (art. 205 e 214) e respectivas Emendas Constitucionais nº 14, 53 e 59; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (em especial os artigos referentes ao sistema municipal de ensino, ao currículo, às etapas e modalidades da educação básica, aos profissionais da educação e ao financiamento também mereceram especial atenção) e a Lei Orgânica do Município. É preciso reforçar a consideração de que o Plano Municipal de Educação deve respeitar o previsto na legislação educacional e orçamentária vigente, sem esquecer que suas metas devem incidir no conteúdo das leis e planos futuros, que terão vigência no período de duração do Plano Municipal de Educação. Sem esta incidência, o Plano Municipal de Educação é apenas uma carta de intenção. Sem os mecanismos legais e financeiros disponíveis para a sua viabilização – tais como o Plano Diretor, Plano Pluri Anual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Leis Orçamentária Anual- LOA – suas metas ficam sujeitas à vontade dos gestores e a quaisquer variações políticas e econômicas. Portanto, para garantir sua execução, não basta somente atuar em prol da inserção de propostas e metas no Plano Municipal de Educação, é também preciso acompanhar e incidir nestes demais instrumentos, que têm como objetivo orientar o desenvolvimento urbano e o uso dos recursos públicos.

##### 4.1 CARACTERÍSTICA SOCIOECONÔMICA E EDUCACIONAL DE DOUTOR PEDRINHO

O município de DOUTOR PEDRINHO localiza-se ao Norte do Estado de Santa Catarina, Região Sul do País. Sua Área é de 375,758 km<sup>2</sup> (IBGE 2010). A população de Doutor Pedrinho estimada pelo IBGE em 2011 foi de 3.644 habitantes. Em 2010, a população do município foi contada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 3.604 habitantes. Segundo o censo de 2010, 1.794 habitantes eram homens e 1.810 habitantes eram mulheres. Ainda segundo o mesmo censo, 56% dos habitantes (2.019) viviam na zona urbana e 44% (1.585) na zona rural.

Localização de Doutor Pedrinho em Santa Catarina

##### POPULAÇÃO DE DOUTOR PEDRINHO POR FAIXA ETÁRIA

O crescimento da população pedrinhense nas últimas décadas tem acontecido sem que haja desestabilização da população rural, que vem se mantendo.

O Índice de Desenvolvimento Humano<sup>1</sup> (IDH) do município de DOUTOR PEDRINHO, encontra-se em 1.782º no ranking nacional (PNUD, 2010).

OBS: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM é um indicador sintético que varia de 0 a 1 e é composto por três outros indicadores: IDHM-Longevidade, IDHM-Renda e IDHM-Educação. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano do país, dos estados ou municípios.

A ampliação da oferta da qualidade dos serviços básicos (saúde, educação, emprego, moradia e saneamento básico) contribui para a melhoria da qualidade de vida da população pedrinhense, consequentemente, para o aumento na expectativa de vida ao nascer. Essa realidade expressa por meio de indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

#### . ESTRUTURA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL

Rede Municipal de Ensino - 2017

Núcleo Educacional Fritz Donner - Jardim ao 5º Ano( Séries Iniciais)

Centro de educação Infantil Frei Bruno Linden - Berçário e Maternal

Unidade de educação infantil Chapeuzinho Vermelho - Berçário e Maternal

Unidade de educação infantil Frei Antonio Carlos Rechia - Pré e Jardim

Total: 353 Matrículas

Rede Estadual de Ensino - 2017

Escola de Educação Básica Frei Lucinio Korte - Séries Iniciais ao Ensino Médio

Polo do CEJA  
Total 323 alunos  
ENTIDADE PRIVADA - FILANTROPICA Educação Especial  
APAE de Timbó  
Total: 8

#### 4.2 NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO EM DOUTOR PEDRINHO

Desde sua aprovação, a LDB, Lei 9.394/1996 passou por diversas alterações sempre no propósito de assegurar o direito à educação para todos os brasileiros. Essas modificações aconteceram na oferta das etapas e modalidades de ensino da educação básica. No tocante às etapas da Educação Básica, destacam-se as modificações no tempo de duração e na idade de ingresso em algumas dessas que, a partir das Leis nº 11.114/2005 e nº 12.796/2013, ficam assim organizadas: a) Educação Infantil, compreende a Creche (crianças de 0 a 3 anos de idade) e a Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos de idade); b) Ensino Fundamental com duração de 9 (nove) anos e ingresso obrigatório a partir dos 6 anos de idade (6 a 14 anos); c) Ensino Médio com duração mínima de 3 anos (15 a 17 anos).

A Educação Básica passou a ter o fator significativo da obrigatoriedade não somente no Ensino Fundamental (dos 6 aos 14 anos de idade), ampliando esse fator dos 4 aos 17 anos de idade, amparado pela Lei nº 12.796/2013 (que modifica o Artigo. 4º da LDB), compreendendo, desta forma, as seguintes etapas:

- a) Pré-escola;
- b) Ensino Fundamental;
- c) Ensino Médio.

Convém observar que a Emenda Constitucional nº 59, de 2009, já havia alterado o Artigo 208, inciso I, da Constituição Federal (CF) que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Quanto às modalidades da Educação Básica, em consonância com o que preconiza a LDB e demais atos legais, o município atende Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial (convenio com APAE de Timbó), Educação Infantil, Ensino Fundamental. São contempladas em instituições municipais, estaduais.

Ao considerar todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em 2016, registrou um total de 730 matrículas, distribuídas em 4 estabelecimentos de ensino, cujas dependências administrativas são Estadual, Municipal.

#### 5.0 Educação Infantil

A Educação Infantil é atendida em DOUTOR PEDRINHO em 3 instituições de ensino.

CEI Frei Bruno Linden - centro

Unidade de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho - Capivari

Unidade de Educação Infantil Frei Antonio Carlos Rechia – Forcação ( reabertura em Fevereiro de 2017)

#### 5.1 Matrículas da Educação Infantil (0 a 3 anos, 4 e 5 anos)

Entretanto, de acordo com a Meta 1 do PME, pretende-se atender 50% (0 a 3 anos) até o final da vigência do PME e universalizar até 2016 o atendimento de crianças de (4 e 5 anos).

Houve crescimento de matrículas, entretanto, neste ano vigente/2017 obtém-se, ainda, números de matrículas iniciais quando possivelmente haverá o crescimento proporcional aos anos anteriores. Em relação ao ano de 2015 e 2016, os dados são os seguintes:

Unidade	Modalidade	Quantidade de alunos 2015- 2016
Núcleo Educacional Fritz Donner	Educação Infantil	34 - 69
Núcleo Educacional Fritz Donner	Ensino Fundamental – Anos Iniciais	171 - 179
Unidade de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho	Educação Infantil	21- 19
Centro de Educação Infantil Frei Bruno Linden	Educação Infantil	97 – 81
TOTAL EDUCAÇÃO INFANTIL		152 - 169
TOTAL ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)		171 - 179
TOTAL GERAL		323 - 348

O acesso gratuito a Educação Infantil é um direito social constitucional e cabe aos municípios a expansão da oferta, com cooperação técnica e financeira da União e dos Estados (artigo 211, §§ 2º e 4º, e artigo 30, inciso VI, da Constituição Federal). Os sujeitos do processo educativo dessa etapa da Educação Básica devem ter a oportunidade de se sentirem acolhidos, amparados e respeitados pela escola e pelos profissionais da educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade. (Brasil, 2013b, p. 36).

Uma preocupação presente na formação do sujeito é a integralidade do processo, contemplando assim o contato da criança com a instituição escolar desde o início de sua vida. O homem é o que ele faz socialmente: não é, torna-se. Gramsci afirmou que o homem é um processo de seus atos. Desta maneira a valoração deste primeiro contato com a formação e transformação, que denominamos educação, é algo inerente ao processo de formação do sujeito com parte de um contexto social, político e econômico.

Sendo que a Educação Infantil foi inserida na educação básica, portanto, seus profissionais requerem o mesmo tratamento dos outros que nela atuam.

#### 5.2 - Pressupostos da Educação Infantil:

O surgimento histórico da Educação Infantil se deu basicamente da necessidade das famílias 'depositarem' seus filhos em alguma instituição durante o tempo em que os seus membros adultos estariam cumprindo seus afazeres ou atividades profissionais. Houve um aumento significativo disto a partir do momento em que a mulher conquistou mais espaços no mercado de trabalho. Em decorrência disto houve a

necessidade de se ampliar ainda mais a oferta de vagas, sem uma concreta preocupação com a (trans)formação ocorrida nesta fase da vida. Assim ao longo dos anos a Educação Infantil sequer existia com esta configuração. Cometeram-se equívocos altamente comprometedores durante gerações. Mãos assassinas giraram sobre a inteligência infantil, com a intenção de cometer o delito de procrastinar, ao mais distante, uma infância que pense com a própria cabeça. Que surja uma escola aberta à inovação e à mudança, com uma consequente didática da individualização do ensino-aprendizagem, onde reine o respeito pela igualdade das oportunidades formativas, mas também que esteja em grau de validar as potencialidades cognoscitivas dos alunos.

Esta sensibilização em torno do que se tem feito sobre as crianças e sua formação inicial tem imposto uma nova forma de se perceber o que se chamava de creche. Esta expressão denota uma tendência assistencial e não educativa, descaracterizando o verdadeiro compromisso formador da instituição de presente no processo.

Hoje o termo creche, foi substituído pela denominação Centro de Educação Infantil, onde se busca intensificar as atividades lúdico-pedagógicas para fazer da criança um sujeito em permanente (trans)formação. A mudança de paradigmas em torno da formação infantil requer uma nova postura da educadora e do educador frente a esta nova demanda. A criança não está simplesmente depositada, mas presente numa instituição que lhe oferecerá condições elementares para que o tempo seja utilizado de forma adequada. Há que se pensar nas potencialidades presentes em cada sujeito para que se tenha, efetivamente um processo contínuo e crescente de (trans)formação. Assim é notório o fato de que a criança é, por vocação, um pesquisador curioso e compulsivo. A escola não pode atrapalhar esta característica infantil, privilegiando em excesso disciplina, ordem, atenção subserviente, imitação do comportamento adulto, como se lá estivesse para escutar e fazer o que os outros lhe mandam. Isto também faz parte, mas não é o mais importante. Um profissional competente não perderia a ocasião de aproveitar esta motivação lúdica para impulsionar ainda mais o questionamento (re)construtivo, fazendo dele processo tanto mais produtivo, provocativo, instigador e prazeroso.

A descoberta de que é possível fazer com que um espaço antes tomado pelo lúdico possa ser transformado num espaço de construção cognitiva de sujeitos, partindo do próprio lúdico, impõe uma reflexão cotidiana de nossa prática pedagógica. Atualmente se percebe que há uma constante necessidade do educador em compreender psicológica e biologicamente a construção social do sujeito. O que se percebe é que os sistemas de ensino não tem manifestado a mesma preocupação, ou, pelo menos, não na mesma escala, o que tem dificultado o reconhecimento desta modalidade de ensino como importante, insubstituível e digna de preocupação. Assim a atrofia das potencialidades da criança é debitada com grande profundidade por boa parcela da comunidade acadêmica. Influenciada, não pouco, por uma pedagogia anticognoscitiva, dominante em nossos Ministérios da Educação, a escola tende sempre mais a desinteressar-se pelas inteligências que estão abaixo e acima da normalidade. Percebe-se uma "cultura contra" o potencial intelectual da criança.

Diante deste desafio, a Educação Infantil de Doutor Pedrinho norteia sua ação pelos seguintes propósitos:

Desenvolver atividades lúdico-pedagógicas que promovam a (trans)formação do sujeito aprendente;

Criar um ambiente de socialização e convívio entre as crianças;

Iniciar o sujeito na construção de conceitos e definições acerca do seu entorno;

Explorar as diferentes potencialidades presentes em cada sujeito tornando-o capaz de construir sua própria identidade;

Imprimir no ambiente de convívio das crianças noções de diversidade, promovendo um convívio harmônico e dotado de valores.

### 5.3 - Diagnóstico da Educação Infantil:

Os tempos atuais têm conduzido a diferentes concepções acerca do que seja efetivamente formar um ser humano. Se há poucos anos um ser humano era considerado como tal apenas mediante seu nascimento e sua formação cognitiva era atribuída exclusivamente a instituições especializadas, hoje se percebe que desde o momento da concepção já se tem um ser humano e que aprende-se desde a fase intrauterina. Assim não é difícil perceber que a preocupação com a formação da criança ocorre desde os momentos mais tenros da vida.

Diante deste quadro, percebe-se que a educação das crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos específicos de Educação Infantil vem crescendo no mundo inteiro e de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, muito embora se confunda a presença da criança na Educação Infantil, apenas como uma forma da família poder desenvolver suas atividades laborais.

Em Doutor Pedrinho, estas preocupações estão presentes nos debates referentes a educação e se intensifica a medida que novas tendências e paradigmas se avistam. Educar não é atribuição exclusiva desta ou daquela instituição. Entende-se que seja um compromisso estabelecido entre as famílias, sociedade e poder público de forma a garantir que haja uma formação dinâmica e diferenciada, para que se possa cumprir o que pedem a legislação atinente. A Educação Infantil, além de trazer por base o que estabelece a legislação, tem a intenção de imprimir valores de diferentes ordens, para que consolide o compromisso da gestão pública com a qualidade de vida das pessoas.

Graças à ciência que investiga o processo de desenvolvimento da criança se pôde notar que a cognitividade se forma a partir do nascimento o que caracteriza este momento como o de se iniciar a potencialização da utilização de recursos e vivências. Para tanto, é fundamental investir neste nível de ensino através de diferentes formas de que contemplam diferentes aspectos, desde a manutenção de edifícios adequados para receber cada criança até o investimento em profissionais especializados capazes de estabelecer um processo de aprendizagem que parta do que a criança já conhece e o que pode conhecer. Tal investimento significa investir no desenvolvimento humano de forma efetiva e profunda tendo por objetivo alcançar os resultados mais valiosos que se pode esperar: cidadania e qualidade de vida.

A não consideração destes aspectos e consequente não investimento pode representar uma perda humana irreparável e que poderá causar grandes prejuízos que não se limitam a questões de ordem financeira. A Educação Infantil passa a ser então, um espaço de formação de sujeitos, primando pela qualidade do convívio e de relação do sujeito com o saber.

O cuidado com a criança não será apenas o que figura como assistência ao menor, mas o de cuidar para que não se percam etapas e



possíveis caminhos que conduzam cada sujeito a sua própria caminhada. Uma educação de qualidade é pois, construção de pessoas, desenvolvimento e integração do ser humano no contexto sócio ambiental de forma qualificada.

A Constituição Federal estabelece o direito dos trabalhadores, pais e responsáveis, à educação de seus filhos e dependentes de 0 a 5 anos. Assim o município de Doutor Pedrinho historicamente demonstra uma intensa preocupação em relação a este nível de educação.

A expansão da oferta da Educação foi, é e será norteadada pelo princípio de oferecer não apenas vagas para que famílias matriculem seus filhos, mas preocupações no sentido de oferecer um ambiente de intensa aprendizagem. Historicamente se percebe que no Brasil, a educação das crianças menores de 6 anos remonta a década de 50 do século XX, com um forte crescimento, a partir dos anos 70 deste século e foi mais acelerado até 1993.

Esta mudança de paradigmas e de concepções tem se traduzido em dados estatísticos e mudanças no atendimento efetivo de crianças que se percebem nitidamente nestes últimos anos. Assim, segundo dados do MEC em 1998, a educação infantil estava presente em 5.320 Municípios, que correspondem a 96,6% do total. Este resultado decorre da mobilização da sociedade civil, que implicou em decisões políticas e programas governamentais que têm sido meios eficazes de expansão das matrículas e de aumento da consciência social sobre o direito, a importância e a necessidade da Educação Infantil.

Em nível municipal isso, tem sido uma constante preocupação desde a sua fundação, sendo que nunca houve falta de vagas neste nível de ensino. Algumas crianças ficaram sem atendimento em algumas regiões da cidade pela distância, que foi suprido em 2007, com a inauguração de nova Unidade de Educação Infantil.

Os ambientes destinados a Educação Infantil são preparados com mobiliário, brinquedos e materiais pedagógicos para tal nível de ensino e contam com profissionais qualificados. Conforme estabelece a LDB, as creches atenderão crianças de 0 a 3 anos, ficando a faixa de 4 a 5 para a pré-escola, e deverão adotar objetivos educacionais, transformando-se em Instituições de Educação, segundo as diretrizes curriculares nacionais emanadas do Conselho Nacional de Educação.

O Plano Municipal de Educação deseja contemplar este aspecto e será instrumento e garantia de que cada criança seja atendida e apresentada ao saber de forma qualificada. Valores e concepções passam a contemplar a Educação Infantil como espaço de efetiva formação humana. As diversas metodologias e concepções adotadas neste nível de ensino oferecem a cada criança a oportunidade de iniciar sua consolidação como cidadão.

#### 5.4 - Diretrizes da Educação Infantil:

Como enfatizamos a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. Como tal sabe-se que esta fase da formação do sujeito apresenta inúmeras características através das quais é possível determinar diferentes estratégias, que oferecem a cada sujeitos diferentes oportunidades de aprendizagem. Apelando a psicologia e outras ciências humanas, diferentes teorias afirmam que é nela que se estabelecem as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. Tudo isto deriva quase que exclusivamente da experiência sensorial e de contato, sendo por isso, importante garantir que este espaço oportunize a consolidação de tais aspectos.

De acordo com estudos desenvolvidos em diferentes áreas do saber quando as experiências se caracterizam por positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. Tais ciências ao longo dos últimos cinquenta anos, investigando como se processa o seu desenvolvimento, afirmam que a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento do ser humano como tal. Por conta disto tem empreendido grande suporte para a Educação formular seus propósitos e fortalecer sua atuação a partir do nascimento. Em razão disto a pedagogia faz uso destas perspectivas garantindo a cada criança o direito de se tornar efetivamente sujeito de sua formação, respeitando suas características e especificidades.

Outro aspecto a considerar neste nível de formação é a participação da família, a qual não pode se isentar de suas responsabilidades. Ao contrário, o que cabe a família, é de sua exclusiva e intransferível responsabilidade. A desestabilização dos vínculos familiares tem sido uma das causas de grandes dificuldades na inserção da criança no processo educativo. A ausência de tais vínculos faz da Educação Infantil uma espécie de depósito de crianças providas de ambientes em que a criança é apenas um apêndice.

Como propósito fundamental deste Plano Municipal de Educação é além de manter o atendimento universal a criança menor de 5 anos, no âmbito da Educação Infantil, fortalecer aspectos qualitativos de tal nível de ensino. Conforme necessidades pretende-se oferecer a Educação Infantil, um caráter de formação integrada àquela recebida na família e noutras instituição às quais a criança encontra-se agregada.

Será, pois, a Educação Infantil, um espaço de investimentos financeiros e humanos permanentes, baseados em políticas públicas gerenciadas, acompanhadas e fiscalizadas pela sociedade civil organizada. Tal processo se embasará na legislação vigente e nas atribuições de órgãos deliberativos e executivos diretamente relacionados. Participam deste conjunto a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Educação e Câmara Municipal de Vereadores.

Em termos de legislação as competências referentes à Educação Infantil, tanto a Constituição Federal quanto a LDB são explícitas na co-responsabilidade das três esferas de governo, Municípios, Estado e União e da família. Apesar de ser responsabilidade da municipalidade, esta pode e dever ser subsidiada pela União e pelo Estado, conforme estabelece o Art. 30, VI, da Constituição Federal.

Até o presente, a Educação Infantil é um direito da criança mas, ainda não se configura como uma obrigação do poder público, sendo por isso, comum ocorrer a chamada demanda reprimida. Tal demanda se configura num conjunto de crianças com faixa etária abrangida pelo direito, mas, que não é atendida pelas esferas oficiais. Tal fato não ocorre em Doutor Pedrinho, e é compromisso dos responsáveis pela Educação Infantil, para que nunca ocorra.



É importante ressaltar que as demandas não se restringem exclusivamente a oferecer matrícula a todas as crianças de 0 a 5 anos, mas também em lhe oferecer profissionais formadas para atuar neste nível de ensino. Assim a formação dos profissionais da Educação Infantil será um compromisso que merecerá uma atenção especial, dada a relevância de sua atuação como mediadores no processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Além disso, devem ser oferecidos espaços de formação permanente para que os profissionais possam discutir sua prática e socializar experiências, leituras e ações que efetivamente contribuam para a sua formação. Um exemplo disto é a participação efetiva de cada profissional na elaboração deste plano municipal.

Pedagogicamente falando, um dos grandes desafios da Educação Infantil foi o de transformá-la num espaço educativo e de formação inserindo a criança num contexto de aprendizagem efetiva. Isto é fortalecido pelo fato de que em Doutor Pedrinho toda a criança de 0 a 5 anos frequenta a Educação Infantil, o que diminui traumas e impactos negativos no momento em que a criança migra para o Ensino Fundamental. Conforme estabelece a Constituição Federal em seu artigo 208, IV, a Educação Infantil é um direito de toda criança e uma obrigação do Estado. Paralelo a isso é preciso reiterar que a criança não está obrigada a frequentar uma instituição de Educação Infantil, mas sempre que sua família deseja e sentir a necessidade terá o direito de fazê-lo.

Assim como no Ensino Fundamental o presente PME recomenda atenção e prioridade ao atendimento e acompanhamento àquelas crianças mais sujeitas a exclusão e que apresentem necessidades específicas.

#### 5.5- Objetivos e Metas da Educação Infantil:

- 1) Manter o atendimento a 100% da demanda de Educação Infantil - crianças 0 e 5 anos;
- 2) Construir prédio para a demanda da Educação Infantil (0 a 5 anos), localização, bairro: Centro e Salto Donner do Município de Doutor Pedrinho;
- 3) Zelar pela preservação, manutenção e melhorias de espaço físico para o atendimento desta parcela do ensino, as quais nos remetem aos seguintes itens:
  - a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
  - b) instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
  - c) instalações para preparo e/ou serviço de alimentação;
  - d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;
  - e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados;
  - f) adequação às características das crianças especiais.
- 4) Ao se construir, reformar, ampliar ou modificar instalações garantir a observância dos requisitos definidos no item 3;
- 5) Estabelecer um programa de formação dos profissionais da Educação Infantil, com a colaboração da União, Estado e das universidades e institutos superiores de educação e organizações não-governamentais;
- 6) Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino aprendizagem e as teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
- 7) Elaborar de forma coletiva, participativa e permanente, o projeto pedagógico da Educação Infantil, considerando demandas, necessidades, conceitos e valores a explorar no contexto da Educação Infantil;
- 8) Estabelecer o comprometimento efetivo de setores da educação, saúde e assistência na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento das crianças de 0 a 5 anos de idade;
- 9) Garantir a participação representativa da Educação Infantil nos diferentes órgãos deliberativos e executivos da educação do Município;
- 10) Manter o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 5 anos;
- 11) Promover discussões com a sociedade civil sobre o direito dos trabalhadores à assistência gratuita a seus filhos e dependentes em CEIs e Pré-Escolas, estabelecido no art. 7º, XXV, da Constituição Federal, porém caracterizando-os como espaços educativos;
- 12) Realizar estudos sobre a Educação Infantil com base nos parâmetros de qualidade, com vistas a otimizar a eficiência e garantir a generalização da qualidade do atendimento;
- 13) Respeitar a data base (31 de março) para o ingresso.

#### 5.6 - O Pré-Escolar:

O período da Educação Infantil, que corresponde ao denominado pré-escolar, engloba crianças de 4 e 5 anos de idade especificamente. Entretanto é preciso identificar verdadeiramente o sentido deste período. O prefixo pré incide sobre um estágio anterior a alguma coisa,

quando seus agentes, espaços ou conceitos ainda não se define. Em se tratando de educação este termo não contempla a real condição dos seres humanos que lá se encontram. Não há ser que esteja efetivamente completo, esteja em que período da vida estiver, dentro ou fora da escola. Assim a incompletude é parte da condição humana e não uma característica temporária que se supera após um processo de êxito numa instituição de ensino.

Em Doutor Pedrinho, faixa etária correspondente ao pré-escolar é uma etapa da formação com suas peculiaridades, sem, no entanto desconectar-se das demais fases pelas quais a vida humana se debruça. Desta forma trata-se de uma época em que renovam-se conceitos e se dá continuidade ao processo alfabetizador, utilizando-se múltiplos meios para tal.

Ao se fazer referência ao processo de alfabetização não se está necessariamente fazendo alusão ao reconhecimento de letras e decodificação de símbolos específicos. Compreende-se a alfabetização com forma de (se) reconhecer no contexto espacial em que a vida acontece. É tempo de ruptura, tanto quanto os demais tempos em que se vive. Se não houver ruptura, não há novo e a replicação torna o contexto escolar inadequado, inoportuno e desprovido de sabor. Pode-se dizer que este é um período em que diferentes rupturas ocorrem, sem, no entanto, caracterizá-las como as mais ou menos importantes. São rupturas deste tempo, que ocorrem de diferentes formas e resultam em diferentes resultados em diferentes pessoas.

Tal diferenciação se expressa numa característica fundante do ser humano: a complexidade. A complexidade do gênero humano e suas ações o fazem altamente diferenciado dos demais sujeitos do convívio planetário. Desta forma, pensar em sua formação é algo altamente complexo e por isso, o interesse em inserir diferentes elementos na formação é um fato a ser refletido. Costuma-se dizer que este é um período em que o lúdico se expressa de forma contundente, porém não é seu espaço exclusivo. É pois um momento de aprofundar a possibilidade de otimizar tempo e recursos no sentido de estabelecer um espaço de formação e (trans)formação das crianças. Questionamentos e embates são fundamentais para que cada sujeito seja compreendido como parte de um processo que busca qualificá-lo de forma equilibrada.

Educar significa, então, capacitar, potencializar, para que o educando seja capaz de buscar a resposta do que pergunta, significa formar para a autonomia. A escola no ideal de Sócrates deveria instituir-se toda ela em torno da autonomia. Seu método: o diálogo. O discípulo é quem deve descobrir a verdade e mais do que isso, o fato de que ela não existe e este é fato que garante a sobrevivência da ciência.

A pré-escola, como parte da Educação Infantil é, pois um espaço de formação para a qual devem ser recrutados profissionais que compreendam a educação com um espaço de comprometimento efetivo de todos os envolvidos. Movimentos que descaracterizam a educação como espaço de intensa construção de sujeitos impõe ao pré-escolar um papel secundário em relação a formação efetiva de seres humanos.

O direito à educação nunca será garantido por um clube de amigos. Já temos amigos e amigas da cultura, de animais de estimação ameaçados, de crianças de rua, de órfãos e agora a mídia e os governos lançam a campanha Amigos da Escola. Mais um capítulo de nossa longa história, de sua descaracterização. A educação escolar tratada como uma terra estéril, sem cercas, facilmente invadida por aventureiros ou amigos.

A Educadora e o Educador da pré-escola é um agente a quem se deposita uma responsabilidade que em nada lembra o papel de qualquer ente familiar (tia, por exemplo). O estigma do parentesco e da vocação de ensinar faz com que a professora, não seja uma Educadora, mas uma missionária que por bondade e determinação de forças supremas deve assumir seu papel sem questionar qualquer tipo de ação que deponha contra seu profissionalismo.

Na Educação Infantil e no pré-escolar é que deverá ocorrer esta caracterização, não apenas no modo como os alunos se referem a ela, mas na concepção que terão do Educador ao longo de toda a sua vida. A falta de reconhecimento profissional a que muitos Educadores e Educadoras que costumam se referir deriva em partes desta prática distorcida. A consolidação profissional do Educador e da Educadora, que só pode ser determinada por eles mesmos, é um passo de grande relevância em direção ao resgate da dignidade do profissional.

Finalmente é preciso dizer que Educar é um ato menos mecânico e mais subjetivo, porém não o isenta de intenso compromisso profissional. Também não impede que o Educador e a Educadora tenham uma forte tendência em converter suas ações em favor de sentidos outrora renegados. O verdadeiro compromisso é a solidariedade com aqueles que, na situação concreta, se encontram coisificados. Ser solidário não é expressar de forma compassiva, mas ao contrário, é agir de forma corajosa para as mazelas sejam identificadas e corrigidas.

## 6.0 DO ENSINO FUNDAMENTAL:

### 6.1 - Pressupostos de 1º ao 5º ano:

Esta é a etapa que compreende o início da Educação Básica e do Ensino Fundamental. Nota-se aqui uma ruptura onde muitos traumas são percebidos e que causam grandes dificuldades em relação a formação de cada sujeito. Há uma ruptura também no campo pedagógico muitas vezes produzida pelos próprios Educadores e Educadoras, criando estigmas que impõem um novo ritmo processual. Tal ruptura é necessária, porém deve ser conduzida de forma racional e equilibrada para que o novo não se torne indesejável.

O que ocorre é uma inserção gradual num novo contexto, no qual novos métodos e formas de relacionar os sujeitos ao conhecimento. A qualidade com que isso ocorre fará a diferença, fazendo com que cada qual se sinta atraído e desejo por alcançar o saber. Fortalecer a qualidade deste contato é um compromisso que cada Educador haverá de assumir, respeitando diferentes, convivendo com desiguais e considerando a multiplicidade de concepções nos diferentes conceitos. Educar e instruir são atos éticos e políticos determinados pela liberdade e opção. Desta forma a ruptura não atinge apenas os Educandos e Educandas, mas os Educadores e Educadoras de maneira que um novo contexto de ensino seja constituído.

Toda esta mudança é decorrente de um intenso processo de democratização nos diferentes contextos sociais. O que noutros tempos era

uma grande utopia, hoje é algo possível e só não se faz caso se opte por não fazer. As relações estabelecidas entre os atores e autores que idealizam o processo educativo são unidas de um espírito de busca pela liberdade de ação e reflexão. Como lembra Paulo Freire, a libertação é um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. Este novo paradigma é, pois, um elemento inovador, que exige coragem e ousadia, para desprender o sujeito de modelos convencionais.

Uma importante consideração é que qualquer investimento, não apenas financeiro, terá um retorno a médio e longo prazo. É importante dizer também que este retorno não será apenas econômico, mas principalmente humano, cidadão e solidário. A este respeito é importante lembrar a ação do Educador e da Educadora e dos sistemas educacionais em geral frutificará no futuro. Um futuro que ninguém conhece. Um futuro no qual estarão agindo as crianças que hoje estão nas mãos de Educadores e Educadoras. Esta convicção motiva ao sistema de ensino em imaginar que o futuro é o presente planejado e articulado de forma democrática e solidária em relação ao novo.

Se efetivamente se pretende formar novas gerações é necessário também preparar um espaço para que estas possam viver. Como direito de cada ser humano, viver é também um ato solidário que exigem seres humanos sensíveis ao verdadeiro sentido da civilidade necessária a um convívio pautado pela tolerância e respeito. Para tal há valores preponderantes a considerar dentre os quais a universalidade, individualidade e autonomia.

A complexidade humana representa então uma característica, antes então conhecida e ignorada, passa a ser a orientação para o trato da questão Educacional. As características citadas por Japiassu fazem com se dimensione de forma diversa a construção de um paradigma educacional que priorize os seres humanos. Edgar Morin lembra que a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. A Educação deve promover a inteligência geral, para poder compreender estes conceitos. Não se trata apenas de compreender o conceito, mas de apreender a sua significação para que se estabeleça uma relação de respeitabilidade entre todos os seres humanos.

Na perspectiva (re)construção dos saberes e dos conceitos científicos, filosóficos, sociais e humanos, compreende-se que o Ensino Fundamental buscará aprofundar o vigor do processo (re)construtivo. Tal vigor rompe paradigmas e pré-conceitos e faz com que se assuma a condição de ser humano, que aprende e necessita estar em constante estado de aprendizagem. Assim Ubiratan D'Ambrósio lembra que o reconhecimento da incapacidade de conhecimento total leva o homem à humildade da busca. O ser humilde é também uma das proposições do Ensino Fundamental e se baseia na ideia de que o conhecimento compromete o ser humano com seus pares. Desvela-se de prepotência e arrogância para assumir um papel estratégico de autor de sua própria formação, reconhecendo sua condição de incompletude.

O Ensino Fundamental não tem a pretensão de fazer com que o ser humano alcance sua completude, mas que acredite e aposte na utopia do possível. O possível aqui se refere ao que se aproxima do ideal, porém se comprometer com isso de forma absoluta, uma vez que o ideal é uma permanente aspiração. Trata-se de empreender um espírito (trans)formador, herdado da história recente da humanidade, pela qual transcendemos padrões e limites. É um processo civilizatório, através do qual a inovação e ousadia permitem ao homem inventar, criar, criticar e se compadecer. Não é, pois um movimento isolado e neutro, mas integrado a algo infinitamente superior e complexo. Darcy Ribeiro concebia a evolução sociocultural como o movimento histórico de mudança dos modos de ser e de viver dos grupos humanos, desencadeado pelo impacto de sucessivas revoluções tecnológicas sobre sociedades concretas, tendentes a conduzi-las a transição de uma etapa evolutiva a outra, ou de uma formação sociocultural.

Desta forma, Educar não será apenas um compromisso formal de apresentar o conhecimento ao ser humano, mas de fazer com que esta relação seja estabelecida de forma consistente e comprometida. É um compromisso histórico, humano, solidário e ético, através do qual não se pode isentar ninguém a qualquer tempo.

O Ensino Fundamental (séries iniciais) em Doutor Pedrinho, tem como pretensão manter seu atendimento conforme a legislação vigente, porém buscando implementar elementos teóricos que fortaleçam tal compromisso. Alguns princípios serão fundantes neste processo:

– democracia: identificada como princípio fundamental de participação coletiva e irrestrita a todos os agentes educativos. Sua presença se dá na gestão, no planejamento institucional e individual, na relação professor – aluno, na relação aluno – aluno, no acesso a recursos físicos e tecnológicos. Assim, para caracterizá-la é preciso que todos, sem exceção possam ter seu direito de participação. Em contrapartida quem é convidado a participar tem o direito e o dever de usufruir desta prerrogativa de forma solidária e ética;

– inclusão: todo e qualquer indivíduo em faixa etária adequada tem o direito de estar na rede, independente de suas condições. É o reconhecimento do direito universal e inalienável de cada cidadão estar efetivamente usufruindo da possibilidade de se (re)construir. O acolhimento solidário e comprometedor de todos quantos tenham o direito de sê-lo é um princípio que garante o exercício efetivo da cidadania. Desta forma não se estará apenas verbalizando tal exercício, mas materializando aquilo que parece elementar e em função do qual tanto se luta;

– humanidade: refletir sobre o Ser (substantivo) humano e sobre Ser (verbo) humano são indispensáveis a Educação de Doutor Pedrinho. A aparente redundância do termo se deve ao fato de que historicamente o Ser humano tem se afastado de sua característica essencial, a humanidade. A complexidade do termo não permite que se caracterize de forma linear, como conjunto de elementos (físicos, históricos, espaciais, sociais e políticos) que permitam ao ser humano assumir sua condição e exercê-la de forma solidária, ética e planetária;

– solidariedade: a Educação pedrinhense será mentora e genitora de sujeitos solidários, comprometidos por sua condição a exercer de forma convicta a necessidade de se somar aos oprimidos, marginalizados, esquecidos e velados. Assumir o exercício da compaixão, não no sentido piedoso e prosaico, mas no âmbito da afetividade comprometida. Não se trata de promover uma atitude missionária por parte dos educadores, mas o de um profissional capaz de reconhecer valores que não se expressam de maneira forma, cartesiana e linear;

– ética: a defesa incondicional da vida, sob todas as formas de manifestação e expressão põe uma ressignificação não apenas de conteúdos, mas no sentido da existência da instituição educativa. O convívio, a divisão de espaços e tempos de forma ética é a consolidação da condição humano na sua essência. Cidadania, liberdade, coragem, criticidade, criatividade e transcendência figuram entre os complexos nós que

sustentam a rede de valores que configuram a ética como instrumento de (trans)formação de sujeitos autores de sua própria existência.

## 6.2 – Diagnóstico:

Durante muito tempo considerou-se que a criança estaria apta a iniciar seu processo de escolarização a partir de uma idade menos tenra, o que corresponde a aproximadamente 7 anos. Isto, não de forma generalizada determinou a estruturação das redes de ensino a iniciarem a vida estudantil dos seres humanos a partir desta idade. Assim de acordo com a Constituição Brasileira, o Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito e inicia-se aos 7 anos de idade. Porém já concebe a ideia de que mesmo fora desta faixa etária o cidadão terá o direito de frequentá-la conforme determina o artigo 208 da constituição federal, o qual preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Este período marca o início da chamada Educação Básica que é descrita na LDB em seu artigo 32 como sendo o período de pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, os quais constituem meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira. Ainda no artigo 208, § 1º, da Constituição Federal encontramos que: O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, e seu não-oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente.

A preocupação do legislador, como se percebe encontra-se no campo quantitativo, não havendo qualquer especificidade de cunho qualitativo ou pedagógico. Este é um compromisso a ser assumido pelos Educadores, o que parece ter sido velado pela grande exacerbação em torno do cumprimento do dispositivo legal da obrigatoriedade de frequência a este nível de Ensino.

Em 2001, já existia, no Brasil, um amplo consenso sobre a situação e os problemas do Ensino Fundamental. As matrículas do Ensino Fundamental brasileiro superam a casa dos 35 milhões, número superior ao de crianças de 7 a 14 anos representando 116% dessa faixa etária. Isto significa que há muitas crianças matriculadas no Ensino Fundamental com idade acima de 14 anos.

Este inchaço é derivado da incúria e omissão do Poder Público, da família e da sociedade e se caracteriza como cruel relação que se estabelece entre oprimidos e opressores, dominados e dominantes. A perversidade desta lógica pouco ortodoxa é pois decorrente da inobservância dos pressupostos fundantes supracitados. Os que são apontados, por educadores, com 'alunos problema' noutro tempo eram cruelmente convidados a se retirar de cena. A escola era para os 'bons'. Os 'fracos' haveriam de se conformar com uma condição (sub-des)humana. A naturalidade com que se procedeu durante décadas fez surgir um aglomerado de homens e mulheres mortos na sua essência, sobrevivendo apenas para dar sustentabilidade aos que se valiam da exclusão para preservar seu statu quo.

A consciência desse fato e a mobilização social que dela decorre têm promovido esforços coordenados das diferentes instâncias do Poder Público que resultaram numa evolução muito positiva do sistema de Ensino Fundamental como um todo, em termos tanto de cobertura quanto de eficiência. De acordo com dados do MEC, considerando-se o número de crianças de 7 a 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental, o índice de atendimento dessa faixa etária (taxa de escolarização líquida) aumentou, de 86% para cerca de 91% entre 1991 e 1996. O progresso foi impressionante, principalmente se tomarmos os dados já disponíveis de 1998: taxa bruta de escolarização de 128% e líquida, de 95%.

Ainda segundo o MEC, a taxa de atendimento subiu para 96%, na faixa de 7 a 14 anos. As diferenças regionais estão diminuindo, pois nas regiões Norte e Nordeste a taxa de escolarização líquida passou a 90%, portanto aproximando-se da média nacional. Em 1998, o ensino privado absorvia apenas 9,5% das matrículas, mantendo a tendência decrescente de participação relativa. Estes números alimentam muitas esperanças, uma vez que para levar formação às crianças e adolescentes é preciso que estejam disponíveis fisicamente para tal. Mas isto obviamente não é o suficiente. As demandas são muitas, os sujeitos são diversos e as realidades muito particulares.

Em casos extremos é possível ousar dizer que é preferível que a criança e o adolescente esteja fora da escola a estar num ambiente de castração, impugnação e opressão. Ensinar o a obedecer, a se subordinar e não revidar é algo tão desumano quanto não permitir que a criança e o adolescente frequentem o espaço escolar. Evidentemente que esta não é a regra e em se tratando de Doutor Pedrinho veremos que os resultados tanto quantitativos quanto qualitativos nos qualificam a dizer que as crianças e adolescentes encontram-se efetivamente incluídos num processo de permanente (re)construção e (trans)formação.

A potencial supressão desta demanda abre um precedente para uma outra discussão tão polêmica e consistente quanto a anterior: a ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos de curso, com acréscimo de um ano no aglomerado dos anos iniciais. A criança passa então a frequentar o Ensino Fundamental a partir dos 6 anos de idade. Esta é uma prática adota por quase todos os países latinos e o Brasil passa a ser signatária da mesma concepção. A partir de 2008, a rede municipal de ensino conta com 5 anos no Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Isto não demandará grandes mudanças no funcionamento físico das instituições de Ensino Fundamental da rede municipal de Doutor Pedrinho, porém acarreta numa ampla discussão acerca do que se pretende em termos de conceitos, conteúdos, metodologias e práticas educativas. Embora se esteja fazendo migrar de um nível para outro de ensino, há que se considerar o fato de que pedagogicamente tal mudança não ocorre por obra de decreto ou lei. Há pois uma preocupação concreta no sentido de se estabelecer rumos possíveis para esta nova faixa etária inclusa no Ensino Fundamental.

## 6.3 – Diretrizes:

Do ponto de vista da legalidade as diretrizes norteadoras da Educação Fundamental estão contidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. Em relação ao Estado de Santa Catarina, estão contidas na proposta curricular de Santa Catarina.

Aderindo a estes princípios, o Plano Municipal de Educação de Doutor Pedrinho, terá como diretrizes básicas:

– o Ensino Fundamental deverá ser um direito universal sob a responsabilidade do Poder Público;



- acesso, permanência e qualidade da educação escolar serão características indissociáveis do Ensino Fundamental;
- direito ao Ensino Fundamental não se refere apenas à matrícula, mas ao ensino de qualidade;
- definição de estratégias e/o parcerias com outras instâncias de ensino e entes federados para dirimir desequilíbrios causados pelo atraso no percurso escolar resultante da repetência e da evasão. Tal fenômeno é suprido através de parcerias em especial com a Secretaria de Estado de Educação no que diz respeito ao Ensino Supletivo e com a Associação de Pais e Amigos do Excepcional em relação a Educação Especial;
- permanente preocupação com a erradicação total do analfabetismo;
- possibilidade de se analisar e viabilizar turno integral e as classes de aceleração quanto se manifestar necessário e possível de acordo com as disposições físicas, pedagógicas e orçamentárias e em consonância com o que reza a LDB, em seu art. 34, § 2º;
- manter a política de transporte escolar que tem garantido a acessibilidade e qualidade de ensino para todas as crianças;
- intensificação e valorização dos trabalhos deliberativos dos conselhos escolares os quais imprimem um caráter participativo, através da interação dos seus membros com o efetivo processo educativo, na elaboração de políticas públicas e estratégias de qualificação da educação;
- permanente atualização de conceitos a inserção de novos conteúdos e estratégias pedagógicas para a inovação seja uma característica importante do processo educativo.
- os projetos pedagógicos deverão ser elaborados sob a égide de teorias que consolidem a função de (trans)formação humana e melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes;
- estabelecer políticas públicas e parcerias com diferentes instituições e entes federados, de permanente melhoria da infraestrutura física das escolas, generalizando inclusive as condições para a utilização das tecnologias educacionais em multimídia, contemplando-se desde a construção física, com adaptações adequadas a portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artísticas culturais, esportivas, recreativas e a adequação de equipamentos;
- estabelecimento de programas de formação e de qualificação de professores através de cursos para a habilitação de todos os profissionais do magistério por meio de compromisso efetivo das instituições de educação superior e dos sistemas de ensino;
- observância dos resultados advindos do censo escolar, assim como de outras instâncias externas de avaliação institucional e/ou de conhecimentos;
- oportunizar a realização de avaliações de conhecimento por ano ou série, a partir dos conteúdos delimitados por proposta pedagógica específica;
- criar espaços para conselho de classe para fins de discussão relativa ao processo educativo (ensino-aprendizagem, avaliação) para diagnosticar e efetivar mudanças e intervenções;
- previsão de dia para entrega de boletins aos pais nos três primeiros bimestres;
- Participação em atividades ligadas ao cultivo de hora de ordem pedagógica.

#### 6.4 - Objetivos e Metas:

- 1) Universalizar o Ensino Fundamental de 09 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME;
- 2) Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;
- 3) Manter e ampliar aulas semanais, ministradas por um professor de apoio e reforço durante o ano letivo e de recuperação paralela ao longo do curso, garantindo efetiva aprendizagem, visando evitar taxas de repetência e evasão, nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano);
- 4) Ampliar e atualizar os padrões de infraestrutura para o Ensino Fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos, com os primados da mobilidade e com a realidade local, incluindo:
  - a) espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
  - b) instalações sanitárias e para higiene;
  - c) espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;
  - d) adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;
  - e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
  - f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados;
  - g) telefone e serviço de reprodução de textos;
  - h) informática e equipamento multimídia para o ensino.
- 5) Exigir que ao se construir novos prédios sejam observadas as determinações anteriores;
- 6) Estabelecer parcerias para que, com o apoio da União, Estado e da comunidade escolar, sejam criados programas para reequipar e atualizar todas as escolas;
- 7) Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes;
- 8) Prover de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor;
- 9) Manter o transporte escolar, com colaboração financeira da União e Estado;
- 10) Manter, com a colaboração da União e do Estado, o programa de alimentação escolar;
- 11) Ampliar quando possível, progressivamente a jornada escolar visando expandir a escola de tempo integral, que abranja um período de, pelo menos, sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente;

- 12) Estimular a educação ambiental, como uma prática educativa integrada, contínua e permanente;
- 13) Organizar atividades agrícolas junto a horta pedagógica, que facilitará o desenvolvimento de conteúdos de diferentes áreas do conhecimento;
- 14) Manter aulas de informática, língua estrangeira (Inglês), artes e ou outras aulas nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- 15) Manter o acompanhamento semanal com fonoaudióloga, psicóloga, dentista e outros especialistas.

## 7.0. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:

### 7.1 - Pressupostos da educação especial:

A inclusão é uma grande empreitada não apenas para a Educação, mas, para todo o poder público. Especificamente, em se tratando de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais o processo é ainda mais complexo e gera amplos debates e discussões. Esta especificidade é atendida de forma a cumprir os dispositivos legais e éticos estipulados para os portadores de tais necessidades. Para tanto o município de Doutor Pedrinho atende, através de parcerias com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Timbó. Para tanto são realizados repasses periódicos para a manutenção do atendimento a cada criança.

Desta forma as diretrizes, metodologias e diagnósticos são realizados pela instituição com quem a municipalidade estabelece convênio. Além disto, de acordo com avaliações pedagógicas, médicas, psicológicas, psiquiátricas e fonoaudiológicas, os alunos que frequentam turmas especiais junto a APAE também integram a rede regular de ensino, para fins de socialização e integração junto aos demais indivíduos de sua faixa etária.

Analisando os sujeitos partícipes deste processo, um dos exercícios mais presentes está em conceber a singularidade como essência do processo educativo. Efetivamente isto é exclusivo desta modalidade de ensino, mas se manifesta de forma mais eminente. Para Edgar Morin a singularidade está doravante profundamente inscrita no universo; e, ainda que o princípio da universalidade permaneça no universo, ele vale para um universo singular onde aparecem os fenômenos singulares, e o problema consiste em combinar o reconhecimento do singular e do local com a explicação universal. Trata-se, pois da suma necessidade, mais do que simplesmente um apêndice do entendimento da complexidade que envolve o ser humano.

Compreender cada sujeito como único, diferente e ao mesmo tempo igual em relação aos direitos e deveres é um passo importante para o que chamamos de inclusão. Incluir os seres humanos é pois, mais do que inseri-los numa escola ou num ambiente social, é fazê-los parte efetiva de um processo cidadão, complexo, ético e solidário.

Se não for possível imprimir o conhecimento científico, nos padrões que se pré-estabeleceram, a todos, será obrigação da sociedade através de diferentes veículos, inclusive da Educação, promover a felicidade e a qualidade de vida de todos. Este é um objetivo comum a Educação como um todo, mas em se tratando de Educação especial, isto é mais evidente e essencial. Aguçam-se valores fundamentais como a ética, a qual impõe a todo o ser humano o desejo contumaz de garantir a todos e a todas as condições mínimas de sobrevivência. Sobrevivência não apenas no sentido biológico, mas ao contrário na multiplicidade de faces presentes no ser humano.

### 7.2 – Diagnóstico:

Um dos grandes avanços históricos em relação a este contexto de ensino foi a Constituição de 1988. Esta estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem Educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). Além disso, a diretriz atual é a da plena integração dessas garantindo assim, seu acesso à Educação e ao contato com outras pessoas. Para os casos mais complexos é garantido o direito de acessar a um ambiente de educação específica para tais casos.

A Secretaria de Educação de Doutor Pedrinho vem cumprindo fielmente o que determina a legislação oferecendo atendimento a todos os que dele precisarem através de convênio junto a APAE de Timbó. É importante destacar que segundo a OMS cerca de 10% da população é portadora de necessidades educacionais especiais, o que deve constituir-se numa dado que merece atenção específica.

### 7.3 – Diretrizes:

Esta modalidade de ensino se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, ocasionadas por deficiência ou limitação física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. Os estudos inerentes a estes fenômenos conduzem a denominar esta qualificação como necessidade educacional especial.

A organização de um currículo próprio em instituições próprias foi por muito tempo um meio para se isolar da sociedade, qualquer sujeito que não se perfilasse nos padrões pré-estabelecidos. Porém, a integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III), fazendo parte de políticas governamentais destes últimos anos. Conforme mencionado, em Doutor Pedrinho esta preocupação tem se expressado através e ações de inclusão em turmas regulares e no estabelecimento de parcerias com instituições próprias (APAE do município de Timbó).

Esta é, pois uma forma de se garantir o cumprimento da legislação e de garantir um convívio digno de cada cidadão, independente de suas limitações num contexto educativo e de interação social.

Assim trata-se de uma política de duas faces bem definidas: social, no que diz respeito ao reconhecimento da cidadania de crianças, jovens



e adultos especiais como cidadãos integrado-as sociedade o mais plenamente possível; educacional, no sentido de proporcionar a cada sujeito, mecanismos, materiais e profissionais que possam permitir uma formação qualificada, digna e não limitante.

Tal processo não se resume a instituição contratada, mas também à escola regular que necessita assumir um papel de integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos. Não nos ateremos a discutir diretrizes à escola especial, pois esta não existe no município de Doutor Pedrinho e Municipalidade tem por pretensão manter permanente convênio com a APAE de Timbó ou outra que eventualmente ofereça seus serviços.

Entretanto esforços deverão ser devotados à Educação Especial, como modalidade de educação escolar, a ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante, observando especificidades e necessidades educativas específicas.

Acredita-se que quanto mais cedo se der a intervenção promovida pelo poder público através da escola, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos. Sugere-se que a integração se inicie já na Educação Infantil, para que tanto o portador de necessidade Educativa Especial, quanto os demais possam conviver e permitir a convivência de forma solidária e ética.

É importante destacar que muitas limitações e deficiências são percebidas exatamente no ambiente escolar, como é o caso de deficiências visuais e auditivas o mesmo acontecendo com as crianças com altas habilidades (superdotadas ou talentosas). Assim é necessário um permanente diálogo entre as instituições de ensino e órgãos da área da saúde e assistência social. Tal processo envolve diferentes especialidades como serviço social, medicina, psicologia, psiquiatria, fonoaudiologia entre outros.

Um compromisso a ser assumido pelos gestores da educação será o de formar profissionais capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas pré-escolas, Centros de Educação Infantil, escolas regulares de Ensino Fundamental que pertençam a Rede Municipal de Educação.

Faz-se necessário assim, um esforço das autoridades educacionais para valorizar a permanência dos alunos nas classes regulares, eliminando a prática de encaminhamento para classes especiais daqueles que apresentam dificuldades comuns de aprendizagem, problemas de dispersão de atenção ou de disciplina. Neste caso, é fundamental que se dê oportunidades diferentes através de métodos e estratégias que atraíam a atenção e o entendimento, visto que na maioria dos casos o problema não está na criança, mas na forma como esta é submetida ao contato com o saber.

#### 7.4 - Objetivos e Metas:

- 1) Universalizar, para a população de 4 (anos) a 17 (anos) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados;
- 2) Estabelecer parcerias para implementação de programas destinados a integração da criança portadora de necessidade Educativa Especial;
- 3) Proporcionar, através de parcerias, formação para os professores em exercício na Educação Infantil e no Ensino Fundamental – anos iniciais;
- 4) Aplicar testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de Educação Infantil e do Ensino Fundamental – anos iniciais, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais;
- 5) Manter, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, inclusive através de parceria com instituições especializadas, quando necessário, provendo, nestes casos, o transporte escolar;
- 6) Estabelecer programas para equipar as instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental – anos iniciais para o atendimento de crianças portadoras de necessidades Educativas Especiais;
- 7) Estabelecer padrões mínimos de mobilidade e infraestrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais;
- 8) Assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades;
- 9) Implantar gradativamente, programas de atendimento aos alunos com altas habilidades nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- 10) Assegurar auxílio às instituições privadas sem fim lucrativo com atuação exclusiva em Educação Especial, que realizem atendimento de qualidade, atestado em avaliação conduzida pelo respectivo sistema de ensino.

#### 8.0. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

##### 8.1 - Pressupostos da educação de jovens e adultos:

O direito a Educação é inquestionável e merece a atenção de autoridades, famílias e sociedade em geral. Por força da legislação e dos princípios teóricos que norteiam a Educação, negá-la se constitui numa postura criminosa, pré-conceituosa e excludente. Isso tem estabelecido, por parte de poder público, em diferentes instâncias. O resultado disto é que praticamente 100% das crianças e adolescentes em faixa etária escolar estão efetivamente frequentando a escola.

Esta é sem dúvida uma importante conquista da comunidade pedrinhense a exemplo de praticamente todo o país. Porém outra preocupação irrompeu desde a fundação da cidade: reduzir e erradicar o analfabetismo dentre os munícipes. O volume de cidadãos semi-analfabetos também era expressivo, uma vez que a primeira e única escola de Ensino Fundamental – anos finais iniciou suas atividades neste nível a partir de 1970 e de ensino médio a partir de 1989. A grande maioria das pessoas que frequentaram a escola antes destas datas não frequentaram os referidos níveis e mesmo os que frequentaram até a década de 90, muitos se evadiram antes de sua conclusão.

O grande compromisso desta inclusão é de oferecer aos cidadãos uma oportunidade de (trans)formar a si e ao seu entorno. Paulo Freire afirma que se a Educação não pode tudo, o mínimo que se pode dizer que é que alguma coisa fundamental a Educação pode. Se a Educação não é a chave das transformações sociais, não é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. Não se pode, portanto, negar a ninguém o direito de participar como autor e ator do processo de construção de sua própria história.

A educação libertadora que se deseja impõe a necessidade de incluir a todos no universo letrado, para que se possa concretamente exercer a cidadania que se prega. Além da conquista de espaços no mercado de trabalho, permite que eleve sua capacidade de transcender e de superar suas limitações. Compreende-se por alfabetização, a oportunidade de se inserir no processo de construção histórica. É correto afirmar que o processo de alfabetização, quando não universal, pode representar um item a mais no processo de taxonomização de seres humanos, fadando muitos a sucesso em detrimento do fracasso de uma parcela significativa dos seres humanos de um determinado grupo.

Assim trata-se de um programa emergencial e que deverá gradativamente se extinguir, uma vez que a tendência é de que todos frequentem o ensino regular nas suas diversas modalidades. Apesar disto sabe-se que a necessidade de se promover um ensino de qualidade nesta modalidade é essencial e deve ocorrer enquanto houver indícios de analfabetismo. Oportunizar esperança a quem se vê marginal é revitalizar, dar um novo saber, uma nova razão a quem teve o seu direito de ser (verbo) humano na sua plenitude, tolhido por motivos torpes.

A complexidade humana nos remete a necessidade de se promover não apenas ao acesso ao ensino, mas, a valores fundamentais que constituem os diferentes nuances que contemplam a diversidade dos seres humanos. Segundo Edgar Morin a educação deve contribuir para a autoformação da pessoa e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria. O que se supõe nele a exata compreensão e absorção do conceito de identidade nacional.

Um sujeito munido de conhecimento estéril é alguém incapaz de calcular sua própria razão de ser. Exercer cidadania e humanidade é, pois o mais complexo dos exercícios e exige mais do que noções de letras e conceitos. Isto serve para todos os níveis de ensino, mas se aplica de forma diferenciada a Educação de jovens e adultos.

## 8.2 – Diagnóstico:

Com as alterações produzidas pela legislação educacional, o número de crianças e adolescentes excluídas do processo educativo tende a se reduzir o que efetivamente garante a todos os cidadãos o direito e dever de frequentar a escola, no mínimo durante 9 anos (Ensino Fundamental). A Constituição Federal determina em seu artigo 214, I, ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo, o que inclui quem já não se encontra na faixa etária de frequentar o Ensino Fundamental.

A nova demanda gerada por esta determinação legal exige esforços e empenho de gestores públicos no sentido de oferecer alternativas a quem se encontra nesta condição. Historicamente percebe-se que os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o Ensino Fundamental obrigatório.

Tal preocupação fez com os gestores de Educação em Doutor Pedrinho tivessem uma grande preocupação em oportunizar a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. O número de analfabetos e semi-alfabetizados era grande, especialmente na zona rural, o que se constituiu numa demanda evidente na cidade. Assim estabeleceu-se convênio com a Secretaria de Estado da Educação, através do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Blumenau, criando-se uma extensão do mesmo na cidade.

Coube à Secretaria Municipal de Educação local espaço para o desenvolvimento das atividades, contratar parte dos profissionais (no seu início e na sua totalidade atualmente) e à Secretaria de Estado da Educação, oferecer a outra parte dos profissionais (no seu início), gerir o estabelecimento, disponibilizar materiais e metodologias e certificar os alunos.

Assim passou-se a oferecer nivelamento, Ensino Fundamental e Médio atendendo diferentes públicos em diferentes faixas etárias. Desta forma abrangeu-se desde a alfabetização até o Nível Médio de Ensino.

## 8.3 – Diretrizes:

As demandas estabelecidas pelo contexto em que vivemos requerem da Educação um compromisso com o ser humano e faz da Educação um agente de inovação. Concordando ou não com o sistema estabelecido, será a Educação o passo primeiro em direção a emancipação do homem e da mulher. Vale ressaltar que ao discordar, o discordante necessita de argumentos consistentes para que outro seja aplicado.

O que antes servia apenas para repor conhecimentos ou completar fases não concluídas, agora apresenta uma nova dimensão. Para tanto há a necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar essas transformações o que alterou a concepção tradicional de Educação de Jovens e Adultos, não mais restrita a um período particular da vida ou a uma finalidade circunscrita.

De acordo com artigo 208, I, da Constituição Federal, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, no nível Fundamental, deve ser oferecida gratuitamente pelo Estado a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. De acordo com o parágrafo primeiro deste mesmo artigo, trata-se de um direito público subjetivo o que justifica o investimento do poder público para disponibilizar os recursos para atender a essa Educação.

A especificidade deste nível de ensino há que se produzir materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do corpo docente. A clientela desta modalidade de ensino normalmente ou está ou pretende se inserir no mercado de trabalho ou ainda manter-se nele. Portanto, trata-se de um nível de formação que exige dos profissionais Educadores, uma dedicação especial a esta demanda.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos não é uma mera correção de rumos, mas um resgate de seres humanos e de seus valores essenciais. É, pois, um compromisso de estado que gestores, educadores e sociedade devem assumir de forma total e irrestrita.

#### 8.4 - Objetivos e Metas:

- 1) Estabelecer, a partir de convênios com a Secretaria de Estado da Educação, a manutenção do Núcleo de Ensino Supletivo para o atendimento à jovens e adultos matriculados na educação básica;
- 2) Realizar, anualmente, levantamento de informações acerca de novas demandas no sentido de erradicar o analfabetismo, em parceria com órgãos governamentais e/ou privados;
- 3) Elaborar currículo próprio para atender as necessidades de demandas locais considerando as demandas expressas pelo mercado de trabalho e especialmente pelos modernos conceitos sobre ecologia, ética e humanidade;
- 4) Articular as políticas de educação de jovens e adultos com a participação de empresas e organizações locais para estimular a matrícula de seus funcionários neste nível de ensino, caso não tenham a formação por ele oferecida;
- 5) Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as culturais, de sorte que sua clientela seja beneficiária de ações que permitam ampliar seus horizontes culturais, como eventos festivos, festivais, simpósios e seminários.

#### 9.0. DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E DA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO:

##### 9.1 – Diagnóstico:

Os anseios de qualificar a Educação, descritos neste Plano Municipal de Educação, só se concretizarão pela qualificação dos Educadores e Educadoras, seja pela sua remuneração, pelas condições de trabalho ou pela sua formação. Especificamente em relação a este último aspecto há que se considerar que temos um grande número de cursos de formação e habilitação, o que não representa efetivamente uma melhoria na qualidade do trabalho desenvolvido pelos Educadores e Educadoras.

Noutro aspecto é preciso reconhecer que há profissionais amplamente qualificados e que precisam ser mantidos em seus postos de trabalho para que possam estabelecer um processo educativo qualificado. A Secretaria Municipal de Educação de Doutor Pedrinho tem neste sentido se ocupado em oferecer condições favoráveis para que os Educadores e Educadoras se mantenham na rede como, por exemplo, a efetiva participação na elaboração do Plano Municipal de Educação.

Nestes últimos anos através de convênio firmado entre a Secretaria Municipal de Educação e a UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) a grande maioria dos Educadores e Educadoras da rede municipal de Doutor Pedrinho concluiu sua graduação em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil ou Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Uma demanda ainda perceptível no tocante a formação profissional de Educadores e Educadoras diz respeito à Educação Especial e de Jovens e Adultos.

Em relação a remuneração grandes alterações foram percebidas com a criação do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e mais recentemente com sua substituição pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério) determinado pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

De acordo com a legislação atinente a estes fundos fica estabelecido que pelo menos 60% dos seus recursos devem ser aplicados ao pagamento dos salários dos Educadores e Educadoras. Isto contribuiu para a melhoria na qualidade salarial em muitos estados e municípios, como no caso de Doutor Pedrinho, porém com a transição entre FUNDEF e FUNDEB houve prejuízos consideráveis na quantidade de recursos disponibilizados para vários estados e municípios como no caso de Santa Catarina e Doutor Pedrinho respectivamente.

No quadro abaixo está o retrospecto do recebimento de recursos por meio de convênios:

Fonte	2004	2005	2006	2007	2008*
FNDE	R\$ 35.801,98	R\$ 39.377,75	R\$ 41.289,73	R\$ 55.890,00	R\$ 70.000,00
Transporte Escolar	R\$ 47.970,00	R\$ 54.172,32	R\$ 55.890,00	R\$ 60.958,32	R\$ 70.000,00
		+ 11,66%	+ 3,87%	+ 20,04%	+ 20,00%
Total	R\$ 83.771,98	R\$ 93.550,07	R\$ 97.179,73	R\$ 116.659,93	R\$ 140.000,00

  

Fonte	2009	2010	2011	2012	2013
FNDE	R\$ 61.455,45	R\$ 70.028,59	R\$ 105.103,91	R\$ 128.785,63	R\$ 70.804,73
Transporte Escolar	R\$ 91.189,00	R\$ 114.568,00	R\$ 147.473,73	R\$ 180.474,00	R\$ 80.914,60
		+ 11,66%	+ 3,87%	+ 20,04%	+ 20,00%
Total	R\$ 152.644,45	R\$ 184.596,59	R\$ 252.577,64	R\$ 309.259,63	R\$ 151.719,33

  

Fonte	2014
-------	------

FNDE	R\$ 81.957,05
Transporte Escolar	R\$ 69.152,00
Total	R\$ 151.109,05

Fonte: Secretaria de Finanças de Doutor Pedrinho.

\* Valores estimados.

Com base nestes dados é possível projetar ações pelos próximos anos, considerando o ritmo de crescimento de valores ao longo dos últimos anos. Assim, sugere-se permanente estudo referente a investimentos em ampliação de obras; aquisição de materiais e instrumentais didáticos; Plano de Carreira do Magistério Municipal, considerando-se a necessidade de melhorar a qualidade do Ensino e de garantir o cumprimento da legislação fiscal em vigor.

#### 9.2 – Diretrizes:

As exigências relativas a formação do magistério e sua contínua capacitação demandam diretrizes específicas dentre as quais:

- incentivo a formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do Educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;
- estabelecimento de um sistema de formação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo que seja inclusivo, solidário e ético;
- salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;
- comprometimento social e político do magistério.

Percebe-se, portanto, que não se trata exclusivamente de um compromisso do poder público, mas do Educador e da educadora também. Entende-se que na formação inicial é preciso superar a histórica dicotomia entre teoria e prática e o abismo traçado entre a formação pedagógica e a formação no campo dos conhecimentos específicos que serão trabalhados na sala de aula. Afinal além, conhecer métodos e estratégias de trabalho, é necessário que Educadores e Educadoras conheça saberes possam manter-se atualizados através de leituras e contatos diretos e qualificados com estes saberes.

Este papel pode e deve ser desempenhado pela formação continuada que assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. O suprimento destas demandas será alcançado através de convênios e parcerias com universidades, institutos de formação ou contratação de pessoas qualificadas para tal, além do empenho próprio Educador e Educadora.

Do ponto de vista conceitual é preciso ampliar a variedade e diversidade de conceitos que permeiam o ato educativo, tais como ética, solidariedade e humanidade. Mais do que ensinar conceitos é fundamental que se compreenda como e o que fazer com eles. Diferenças locais, culturas e tradições e peculiaridades temporais e locais impõe um caráter imprevisto acerca do que ainda virá.

#### 9.3 - Objetivos e Metas:

- 1) Promover revisão do Plano de Carreira do Magistério, de forma gradativa e em conformidade com as possibilidades financeiras e legais do Município;
- 2) Destinar gradualmente 1/3 da carga horária dos professores para hora atividade (preparação de aulas, avaliações, reuniões pedagógicas, formação continuada, capacitação, etc.);
- 3) Participar de programas de educação a distância que possam ser utilizados também em cursos semipresenciais modulares;
- 4) Manter formação continuada dos professores e demais profissionais da Educação Básica, através de seminários, palestras, congressos, viagens de estudo entre outros, em âmbito Nacional;
- 5) Prever no Plano de Carreira do Magistério licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional inclusive em nível de pós-graduação e de stricto sensu.

### 10. DO FINANCIAMENTO E GESTÃO:

#### 10.1 – Diagnóstico:

O processo de consolidação de mudanças no processo educativo exige empenho, comprometimento e investimento. Este último é de responsabilidade do poder público e deve ser planejado de forma ética e solidária. Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino devem representar o ponto de partida para a formulação e implementação de metas educacionais. A mesma previsão é observada também na Lei Orgânica de Doutor Pedrinho.

Mesmo diante disto, Estados e Municípios com pouca receita e amplas demandas não tem conseguido atingir positivamente seus objetivos. Para corrigir esta situação foi concebido o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que passou a ser conhecido como FUNDEF. Este foi constituído por uma cesta de recursos equivalentes a 15% de alguns impostos do estado (FPE, ICMS, cota do IPI-Exp.) e dos Municípios (FPM, cota do ICMS, cota do IPI-Exp), além da compensação referente às perdas com a desoneração das exportações, decorrentes da Lei Complementar nº 87/96.

Recentemente o período de vigência do FUNDEF se esgotou e foi substituído pelo FUNDEB. Tal fundo será constituído por 20% do imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos; do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação; do imposto sobre a propriedade de veículos automotores de parcela do produto da arrecadação do imposto que a União eventualmente instituir no exercício da competência que lhe é atribuída; por parcela do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente a imóveis situados nos Municípios; por parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE; por parcela do produto da arrecadação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados devida ao Fundo de Participação dos Municípios – FPM; por parcela do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados devida aos Estados e ao Distrito Federal e por receitas da dívida ativa tributária relativa aos impostos previstos neste artigo, bem como juros e multas eventualmente incidentes.

Havendo necessidades explícitas acerca do financiamento a união, estados e municípios estão autorizados a complementar mediante aprovação legislativa.

#### 10.2 – Diretrizes:

O uso do dinheiro público é algo que merece controle e aplicação da responsabilidade social e fiscal. Assim é preciso utilizá-lo de forma a promover qualidade de vida e dignidade à população. Outros valores transitam neste debate e estão inscritos na Declaração Universal de Direitos do Homem e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. Inspirada nisto a Constituição Federal, em seu artigo 205, determinou expressamente que a Educação é um direito de todos e dever do Estado, e em seu artigo 227 que a mesma deve ser assegurada, com absoluta prioridade, à criança e ao adolescente pela família, pelo Estado e pela sociedade.

O financiamento é um compromisso do poder público e é a garantia do cumprimento no disposto na Constituição Federal. Não se trata de discuti-lo do ponto de vista econômico, mas, partindo do fato de que se trata de um compromisso cidadão. Historicamente é possível perceber que diferentes momentos foram marcados pela busca de instrumentos legais que pudessem garantir o cumprimento deste dever pelo Estado garantindo o direito de cada cidadão.

Diferentes constituições e leis foram firmadas culminando com o FUNDEB que é uma excelente forma de garantir ao poder público meios para cumprir com seu dever constitucional e ao cidadão a garantia de consolidar-se como parte da nação. É um passo importante em direção a universalização do ensino e ensino de qualidade. Em outros tempos se fez cálculos para se alcançar o chamado valor mínimo, onde se determinava, o quanto cada aluno custaria por ano. Hoje se fala em custo-aluno-qualidade. Esta será então referência para a política de financiamento da Educação.

A redistribuição dos recursos, previsto pela Constituição Federal, em seu artigo 211, é algo impreterível para que seja possível garantir o direito a escola. Assim é possível compreender também que a tarefa de promover Educação não é exclusividade da Secretaria Municipal de Educação, mas do poder público com um todo. Por isso este Plano Municipal de Educação não é um Plano para um governo, mas um plano de gestão estratégica da Educação.

Participam deste processo, agentes da própria comunidade que se faz representar através de Conselhos de Educação e os órgãos de controle social, como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB entre outros. Ademais, o que facilita as ações de gestores públicos é a utilização de sistemas de informatização da rede municipal de Educação.

Outro ponto importante, previsto em Lei e amplamente defendido, é a gestão democrática da rede, com a participação efetiva da comunidade escolar na tomada de decisões e na defesa de estratégias de planejamento e ação. Isto não significa retirar do gestor a sua autoridade e sua autonomia, ao contrário, lhe confere maior credibilidade e sustento no momento de definir estratégias que representem o interesse público e possa dividir responsabilidades.

#### 10.3 - Objetivos e Metas do Financiamento:

- 1) Implementar mecanismos de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e desenvolvimento do Ensino;
- 2) Estabelecer parcerias que permitam efetivar as ações previstas neste PME e na legislação vigente;
- 3) Orientar os orçamentos na esfera Municipal, de modo a cumprir de forma sistemática e gradual as metas estabelecidas por este PME ao longo dos próximos dez anos;
- 4) Promover a equidade entre os alunos do Sistema Municipal de ensino e das escolas de mesmo nível presentes no Município;
- 5) Integrar e estabelecer metas comuns entre a Secretaria Municipal de Educação e de outras secretarias nas áreas de atuação comum;
- 6) Financiar convênios e parcerias com instituições que ofereçam serviços educacionais não prestados no Município como a APAE e EJA.

#### 10.4 - Objetivos e Metas da Gestão:

- 1) Aperfeiçoar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino com vistas a uma ação coordenada entre entes federativos, compartilhando responsabilidades, a partir das funções constitucionais próprias e supletivas e das metas deste PNE;
- 2) Estimular as ações do Conselho Municipal de Educação;



- 3) Definir, coletivamente normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade;
- 4) Inovar através de ações que fortaleçam a flexibilidade e dinamização do processo gestor;
- 5) Estabelecer políticas e ações que possibilitem a inserção de elementos culturais locais às práticas educativas;
- 6) Apoiar tecnicamente Educadores na elaboração e execução de sua proposta pedagógica;
- 7) Prover o Sistema Municipal de Educação de programas de formação continuada através de contratos e convênios;
- 8) Estabelecer políticas de avaliação institucional através de diferentes modalidades, para que se possa acompanhar de forma efetiva o desenvolvimento de ações que se pautem na melhoria da qualidade de ensino;
- 9) Estabelecer uma proposta em que conste um referencial teórico básico para a Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- 10) Contribuir decisivamente para que o presente PME seja cumprido e avaliado permanentemente.

#### 11. O ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO:

Historicamente avaliar era um ato diagnóstico desprovido de qualquer comprometimento processual e institucional. Sabe-se que a avaliação passou por diferentes contextos, sendo um dia considerada como instrumento de responsabilização, ou como instrumento de julgamento, ou ainda de controle. José Dias Sobrinho afirma que na avaliação não cabe punição, não constituindo portanto, numa busca de culpados e vítimas. Processos de avaliação educativa são construtivos, provativos, antropológicos e obviamente pedagógicos. Contemporaneamente se tem dado outras conotações a este importante elemento processual. Avaliar torna-se um processo intrínseco ao viver humano. Avaliar passa a ser uma diretriz em favor da (re)construção e (trans)formação de sujeitos e como no caso de instituições.

Para desenvolver qualquer atividade é preciso pensar em propósitos e desafios. O propósito desta Secretaria será o de avaliar o presente PME, de forma que seja garantida sua eficiência, sua eficácia e sua efetividade. O desafio é avaliar o processo como um todo, buscando identificar como estão funcionando as coisas, como é desenvolvida cada uma das atividades que levam os alunos a aprenderem a se tornarem cidadãos, afinal este é o propósito deste PME e da Secretaria Municipal de Educação como um todo.

Sabe-se que a avaliação se apresenta de diferentes formas conforme o contexto a que se aplica. Em relação ao PME será de caráter: a) educacional – refere-se à avaliação da aprendizagem ou desempenho dos alunos (ou de profissionais) e à avaliação de currículos. Concentra-se no processo de ensino-aprendizagem e nos fatores que interferem em seu desenvolvimento; b) institucional – destina a avaliação de instituições (como a escola, o Sistema Educacional), políticas e projetos. Sua atenção está centrada em processos, relações, decisões e resultados das ações de uma instituição ou Sistema Educacional como um todo; c) para a (trans)formação e transcendência – é utilizada como um instrumento para a melhoria da educação. Ela prioriza a identificação de dificuldades e sucessos e, a partir daí formula ações com objetivos de transformação e aperfeiçoamento da escola ou do Sistema Educacional.

O PME fará uso destas três modalidades para compor suas ações estratégias para implementação de suas metas e objetivos, de tal forma que haja uma atenção especial em direção ao uso ético e legal dos recursos, aplicação solidária de propostas de qualificação do processo de ensino e gestão democrática da Rede Municipal de Ensino de Doutor Pedrinho.

Quanto ao objeto de avaliação do PME trata-se efetivamente do conjunto dos atores e autores devendo ser de forma impessoal, coerente e gradativa, não ocorrendo apenas ao final de uma etapa sem que se faça a devida correção de desvios e irregularidades.

Sabe-se também que se deve observar com cuidado e critério o que está disposto na legislação Federal, Estadual e Municipal, para que efetivamente não haja o cometimento de irregularidades que possam comprometer eticamente o processo Educativo. A utilização de dados estatísticos e parâmetros quantitativos e qualitativos devem ser fundamental para que sejam traçadas metas e ações condizentes com a realidade.

#### REFERÊNCIAS

- ATLAS Brasil 2013. FIESC. IDHM Julho 2013. Disponível em: <http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVR016a3hNdZ09>. Acesso em: 10 mar. 2017. BRASIL.
- Ministério da Educação. Fórum Nacional de Educação. Conferência Nacional de Educação: documento-referência. Brasília: MEC/ Secretaria Executiva Adjunta, 2013a. Disponível em: [http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc\\_referencia.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia.pdf). Acesso em: 10 abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. PDE: Plano de Desenvolvimento de Educação: Prova Brasil: Ensino Fundamental: matrizes de referência, tópicos e descritores. Brasília: MEC/SEB/INEP, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC/PNFCE, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Manual operacional de Educação Integral. Brasília: MEC/SEB/DCEI, 2013b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013c.



BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

SANTA CATARINA. Plano Estadual de Educação 2015-2024: versão preliminar. Florianópolis. 2015. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/plano-estadual-de-educacaosc-versao-preliminar>. Acesso em: 12 fev. 2015.

## ANEXO II

### METAS E ESTRATÉGIAS PME DOUTOR PEDRINHO

#### METAS E ESTRATÉGIAS

**META 1:** Manter a universalização da educação infantil de 0 a 03 anos de idade e na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade

1.1 Buscar recursos para construção de novo edifício para o Centro de Educação Infantil Frei Bruno Linden, visto que o prédio atual encontra-se arquitetonicamente em desconformidade para as demandas legais estabelecidas para este nível de ensino.

1.2 Elaborar critérios para matrícula na Educação Infantil das crianças até 3 (três) anos em parceria com o sistema de garantia dos direitos, para cumprimento da estratégia 1.2 do PNE.

1.3 Realizar, anualmente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por Centro de Educação Infantil para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município.

1.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração com entes públicos das esferas estadual e federal, programa de construção e reestruturação de unidades escolares, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de instituições públicas de educação infantil, respeitando as normas de acessibilidade e segurança.

1.5 Implantar até o segundo ano de vigência do Plano, avaliação institucional e pedagógica anual da , a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes.

1.6 Facilitar a formação inicial e continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior em parceria com entidades públicas de formação ou por meio de concessão de benefícios como auxílio transporte e bolsas de estudos parciais.

1.7 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos.

1.8 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar as crianças com deficiência, transtornos do espectro do autismo e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.

1.9 Colaborar , em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

1.10 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte o que corrobora com o apontado no item 1.1.

1.11 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância.

1.12 Colaborar com a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade, atendo para a preservação da universalização do acesso, conforme enunciado para esta meta.

1.13 Em caso de aumento de demanda o Município, como forma de planejar e verificar o atendimento e garanti-lo.

1.14 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.15 Estimular gradualmente nas escolas de Educação Infantil os serviços de coordenação pedagógica até o final de vigência do PME.

1.16 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional e de acordo com as especificidades.

1.17 Estimular o ensino de Arte, Música e Educação Física na Educação Infantil por profissionais devidamente habilitados, em parceria com os setores de esportes e cultura da municipalidade, até o final da vigência deste Plano.

Meta 2: Preservar a universalização do ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade

2.1 Pactuar com a União e o Estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental.

2.1.2 Fortalecer os mecanismos já existentes e criar novos para acompanhamento individualizado dos alunos.

2.2 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar de todos os estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.3 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades humanas, temporais e locais.

2.4 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a do calendário escolar em acordo com as demais redes e com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

2.5 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.6 Promover atividades artísticas e culturais interligadas com entidades culturais das mais diversas linguagens artísticas do município.

2.7 Mobilizar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.8 Facilitar o atendimento específico, aos povos nômades (povos de origem cigana, refugiados) povos originais profissionais itinerantes.

2.9 Facilitar a participação em atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos de âmbito estadual e nacional.

2.10 Promover, em parcerias com outras redes, feiras ou mostras de trabalho para possibilitar a socialização de experiências e práticas inovadoras entre os envolvidos.

2.11 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional, em parceria com outras entidades.

2.12 Efetivar e fortalecer, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender o público da educação especial.

2.13 Manter o serviço de atendimento pedagógico para alunos em condições de aprendizagem especial.

2.14 Viabilizar o programa de transporte escolar de acordo com a legislação vigente, atendendo as normas de segurança, visando ao acesso e à permanência dos estudantes na educação pública.

2.15 Investir nas bibliotecas escolares atualizando seu acervo com obras variadas, literárias ou não, que contemplem o princípio da consciência política e histórica da diversidade, bem como o do fortalecimento de identidades e de direitos.

2.16 Manter e ampliar os recursos de materiais didático/pedagógicos (jogos didáticos, mobiliário adequado, laboratório científico, entre outros) buscando a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

2.17 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional.

2.18 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes.

2.19 Estabelecer programas educacionais que, efetivamente, promovam a correção das distorções idade/série com qualidade, promovendo ao educando condições de inserção e acompanhamento nas séries posteriores.

2.20 Definir e garantir padrões de qualidade, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, dando a igualdade de condições para acesso e permanência no ensino fundamental.

2.21 Garantir a implementação das Diretrizes Curriculares, Nacional e Estadual, de maneira a assegurar a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos nas diferentes etapas e modalidades da educação.

2.22 Garantir a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições escolares do ensino regular, com adaptação dos meios físicos e capacitação dos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento de seu potencial cognitivo, emocional e social.

2.23 Atentar para o cumprimento , até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano, de acordo com a legislação vigente, o número de estudantes por turma.

2.24 Realizar um estudo sobre a forma de registro de avaliação de crianças com dificuldades de aprendizagem, estabelecendo ações de recuperação paralela permanentemente discutidas em conselhos de classe.

2.25 Implementar gradualmente o ensino de música, de acordo com a Lei 11.769/08, como conteúdo obrigatório no componente curricular do ensino fundamental das redes pública e privada, até o final da vigência deste plano.

Meta 3: Manter a universalização do acesso para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) no ensino .

3.1 Apoiar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais.

3.2 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

3.3 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

3.4 Participar de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho, como princípio educativo de acordo com a legislação vigente.

Meta 4: Garantir acesso , para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, públicos ou conveniados, nos termos do Art. 208, inciso III, da Constituição Federal, do Art. 163 da Constituição Estadual , até o último dia de vigência desse Plano.

4.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado.

4.2 Contribuir na contabilização, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), das matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494/2007.

4.3 Promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

4.4 Fomentar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo.

4.5. Estimular e incentivar a parceria com centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social e educação, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com os alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

4.5.1 Criar política pública municipal para a Educação Especial em parceria com órgãos e entidades.

4.6 Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, da alimentação escolar adequada a necessidade do estudante, garantindo a segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação.

4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas inclusivas, nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille para cegos e surdo-cegos.

4.8 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da

permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.

4.9 Fomentar estudos e a formação continuada para os profissionais ligados a educação especial voltados para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação.

4.10 Incentivar a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

4.11 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino.

4.12 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

4.13 Adquirir, sempre que possível, materiais pedagógicos adaptados à educação inclusiva para as bibliotecas da educação básica.

4.14 Disponibilizar, sempre que possível, recursos de tecnologia assistiva, serviços de acessibilidade e formação continuada de professores, para o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar nas escolas.

4.15 Manter convenio para dispor de equipe multidisciplinar da Educação Especial (APAE) para identificar e acompanhar estudantes com altas habilidades ou superdotação, por meio, de formação continuada da equipe e dos profissionais envolvidos com os alunos, realizar parcerias com instituições acadêmicas, culturais e com a sociedade civil.

4.16 Incentivar a formação inicial dos professores em Educação Especial.

4.17 Mediar junto às instituições de ensino superior a oferta de cursos de graduação em educação especial.

4.18 Incluir sempre que possível, no currículo escolar da educação básica a disciplina da Língua Brasileira de Sinais; de acordo com o decreto nº 5626/2005.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até ao final do 2º (segundo) ano do ensino fundamental.

5.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

5.2 Aplicar instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças.

5.3 Selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.

5.4 Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5 Garantir a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, metodologias diferenciadas e desenvolver instrumentos de acompanhamento;

5.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

5.7 Criar políticas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

5.8 Implementar os programas de incentivo à leitura de acordo com as diretrizes do Programa Nacional do Livro.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 10% (dez por cento) dos alunos da educação básica.

6.1 Promover, com o Buscar apoio da União, para a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas ao longo da vigência deste plano.

6.1.1. Ampliar progressivamente a jornada de trabalho de professores em uma única escola.

6.1.2 Buscar parceria com as demais esferas de governo para implantar programa de formação continuada para os professores que atuam nas escolas de tempo integral.

6.2 Buscar parcerias com as demais esferas de governo para, em regime de colaboração adequar as de escolas com padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral

6.3 Aderir, em regime de colaboração, ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

6.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários, zoológico na região em que se localiza o município.

6.5 Elaborar uma proposta curricular de educação integral até o final da vigência desse plano.

6.6 Estimular a parceria entre entidades empresariais e organizações não governamentais a fim de proporcionar aos alunos vivências teóricas e práticas, que ampliem a leitura de contexto.

6.7 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, irecionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com projetos que contemplem atividades recreativas, esportivas, culturais, ações de educação sexual, nutricional, ambiental e tecnológica.

6.8 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as médias do IDEB projetadas para o município

7.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local.

7.2 Assegurar que:

a) ao final da vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

7.3 Instituir, programa de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino, fortalecendo o planejamento estratégico e democratização da gestão escolar.

7.4 Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

7.5 Colaborar no desenvolvimento de indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos.

7.6 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA.

7.7 garantir transporte gratuito por meio de convênio com a Secretaria de Estado da Educação para todos os estudantes da educação do campo situadas na zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.

7.8 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

7.9 Universalizar, em colaboração com a União e Estado até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade

7.10 Manter programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas



suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

7.11 assegurar, de forma adequada, a todas as escolas públicas de educação básica o abastecimento de energia elétrica, água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

7.12 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração com a União e o Estado, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet.

7.13 Participar em regime de colaboração com a União e o Estado na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino.

7.14 Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como manter programa de formação continuada para o pessoal técnico.

7.15 Garantir políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

7.16 Participar das políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

7.17 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das diretrizes curriculares nacionais e estadual para a educação básica, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.

7.18 Incentivar a educação escolar no campo, de populações itinerantes, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerando as práticas socioculturais, e as formas particulares de organização do tempo.

7.19 Incentivar a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

7.20 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais fortalecendo os conselhos escolares e de controle social.

7.21 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.22 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

7.23 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

7.24 Implementar os programas de incentivo à leitura de acordo com as diretrizes do Programa Nacional do Livro.

7.25 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB.

7.26 Orientar as escolas de forma a buscar atingir as metas do IDEB,

7.27 Regulamentar programas e desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, tendo por finalidade o sucesso do aluno.

7.28 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas com todos os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais especializados e capacitados para a formação de leitores.

7.29 Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados e organizações da própria comunidade, política de preservação da memória municipal.

7.30 Promover a regulação e supervisão da oferta da educação básica nas redes pública e privada, de forma a garantir a qualidade e o



cumprimento da função social da educação.

7.31 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar.

7.32 Incentivar as práticas pedagógicas no ensino fundamental e médio com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares com conteúdos obrigatórios e eletivos, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

7.33 Apoiar, técnica e financeiramente, a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática.

Meta 8: Contribuir para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano

8.1 Colaborar com os órgãos governamentais, de forma intersetorial, no acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, específico para os segmentos populacionais considerados nesta meta, identificando motivos de absenteísmo e colaborando com o Estado para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.

8.2 Colaborar com os órgãos governamentais, de forma intersetorial, na busca ativa de jovens fora da escola, pertencentes aos segmentos populacionais aqui considerados.

8.3 Estabelecer parceria com o Centro de Educação de Jovens e Adultos (Rede Estadual) para seja mantido uma Unidade Descentralizada para o atendimento desta demanda.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 99% (noventa e nove por cento) até o final da vigência deste Plano, bem como reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

9.1 Auxiliar o Estado no levantamento de demanda de matrículas para a Educação de jovens e adultos.

9.2 Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

9.3 Apoiar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

9.4 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no ampo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica.

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional

10.1 - manter parceria com estado no programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2 - expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

Meta 11: Estimular a elevação do número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, nos segmentos público e privado.

11.1 Apoiar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino.

11.2 Cooperar na institucionalização de sistema nacional de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes pública e privada.

11.3 Estimular a matrícula e permanência de pessoas com deficiência nos cursos da educação profissional.

Meta 12: Apoiar a União e o Estado na elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 40% (quarenta por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, nas instituições de ensino superior público.

12.1 Contribuir com a União e o Estado para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, disponibilizando um percentual para pagamento de transporte aos acadêmicos economicamente carentes.

12.2 Procurar auxílio financeiro noutros entes governamentais para o programa de bolsas de estudo para a formação continuada de qualidade, para os profissionais da educação.

12.3 Apoiar programas de extensão das IES relacionados com as áreas de conhecimento em que a população de Doutor Pedrinho tenha maior necessidade/demanda.

12.4 Apoiar a oferta de estágio como parte da formação na educação superior.

12.5 Apoiar as IES, com fomento, no desenvolvimento de pesquisas que venham subsidiar as políticas públicas do município.

Meta 13: Articular, com a União e o Estado, a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 80% (oitenta por cento), sendo, do total, no mínimo, 40% (quarenta por cento) doutores, até ao final da vigência do Plano

13.1 Mediar, em articulação com o Estado e a União, a formação de consórcios entre instituições de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.2 Articular com universidades proximais apoio financeiro ou pessoal, para eventos que possibilitem o debate sobre temáticas atuais relacionados as diversas esferas do Ensino.

13.3 Assessorar o Estado, através da secretaria regional, nas decisões referentes às necessidades emergentes relacionadas às políticas regionais da educação, visando o cumprimento da meta.

Meta 14: Apoiar a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu.

14.1 Incentivar através de bolsas e/ou dispensa de ponto os profissionais da educação básica a cursarem Pós-graduação Stricto Sensu.

Meta 15: Colaborar com a União e o Estado, com a política nacional de formação dos profissionais da educação previstos na LDB, para que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

15.1 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada em serviço, em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do respectivo sistema de ensino.

15.2 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão.

15.3 Estimular a participação em programa federal de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de educação básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam.

Meta 16: Formar 75% (setenta e cinco por cento) dos professores da educação básica em nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

16.1 Colaborar com o planejamento estratégico para o dimensionamento da demanda por formação em cursos de pós-graduação, para fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e Municípios.

16.2 Consolidar política municipal de formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica, definindo diretrizes municipais e áreas prioritárias.

16.3 Criar um programa, definido em legislação, de afastamento remunerado dos professores e profissionais da educação básica, para cursar pós-graduação Stricto Sensu, considerando as necessidades mais urgentes, prevendo revisão no plano de carreira do magistério do município de Doutor Pedrinho para que este nível de formação seja nele previsto.

16.4 Articular programa federal de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

16.5 mobilizar profissionais da educação para participar da criação e manutenção e uso do portal eletrônico, subsídio a atuação dos professores da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.

16.6 Articular, junto ao governo federal e estadual, bolsas de estudo integral de pós-graduação Stricto Sensu aos professores e demais profissionais da educação básica da rede pública.

16.7 Viabilizar a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final da vigência deste PNE.

17.1 Criar grupo de estudos para analisar intersetorialmente, a adequação da ampliação dos custos para o atingimento desta meta.

17.2 Estabelecer programa de cooperação com os demais entes governamentais, para que estes repassem à municipalidade, recursos para suprir a nova demanda financeira.

Meta 18: Estabelecer a revisão do plano de Carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal e como preocupação o cumprimento da meta (anterior) 17 deste plano.

18.1 Realizar, no prazo de dois anos, a implantação ou a atualização do plano de carreira para os profissionais da educação básica da Rede Municipal de Ensino.

18.2 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação.

18.3 Estabelecer rede de atenção voltada para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

18.4 Estruturar a rede municipal de ensino, de modo a que pelo menos 90% (noventa por cento) dos profissionais do magistério e 70% (setenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo

18.5 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente, excedentes e permanentes.

18.6 Realizar acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório

18.7 Implementar, no âmbito do Município, planos de carreira para os profissionais do magistério da rede municipal de educação básica, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

18.8 Garantir, nos planos de carreira, os cargos de coordenação pedagógica ou orientação educacional, supervisão e administração escolar, ocupados por profissionais habilitados na área de atuação.

18.9 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede municipal.

18.10 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto à jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede municipal de ensino.

18.11 Criar normativa sobre o dimensionamento do quadro administrativo e serviços gerais das unidades escolares de educação básica da rede municipal de ensino em relação a quantidade de alunos a serem atendidos por profissional.

18.12 Estimular os profissionais da educação a participar de programas de formação sobre educação especial e inclusiva.

18.13 Implantar e implementar programas e atividades que visem à reabilitação funcional dos profissionais readaptados, promovendo a sua reintegração.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas da Rede Municipal de Ensino.

19.1 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos inerentes aos assuntos colegiados da educação, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.

19.2 Criar, no primeiro ano de vigência do Plano Municipal de Educação, o Fórum Permanente de Educação do Município de Doutor Pedrinho, envolvendo gestores, trabalhadores das redes públicas e privadas, bem como a sociedade civil, para efetuar o acompanhamento da execução do PNE e do PME.

19.3 estimular a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

19.4 Fortalecer os conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.

19.5 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes

e gestores escolares.

19.6 Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

19.7 Garantir, em regime de colaboração, programa de formação continuada para gestores das escolas públicas.

19.8 Criar dispositivo legal que dispõe sobre a implantação, execução e avaliação da gestão escolar da educação básica e profissional da rede pública, no prazo de dois anos após a publicação deste Plano.

19.9 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência.

19.10 Consolidar fóruns decisórios de políticas públicas educacionais, conselhos municipais de educação, conselhos escolares ou equivalentes, conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB e da alimentação escolar (CAE), conselho de controle social envolvendo gestores públicos, trabalhadores da educação e organizações da sociedade civil, com representação paritária dos setores envolvidos com a educação e com as instituições educativas.

19.11 Aperfeiçoar a ação do Conselho Escolar, com base nos princípios democráticos, realizando cursos através do FNDE, para pais, professores, funcionários e estudantes; e, fomento à integração entre os Conselhos Escolares em nível municipal.

19.12 Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando os resultados no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão.

19.13 Definir, até o segundo ano de vigência deste plano, critérios técnicos para o provimento dos cargos comissionados e gratificados, e que estes sejam ocupados por profissionais habilitados na área da educação

19.14 Utilizar, amplamente, os veículos de comunicação de massa objetivando a participação da sociedade na definição das prioridades educacionais e na divulgação das experiências emancipadoras de participação, em âmbito municipal.

19.15 A partir de um amplo debate com a comunidade escolar realizar ou não eleições diretas para direção de unidades da educação básica no prazo de até três anos da vigência desse plano.

Meta 20: Contribuir para que o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência deste Plano e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

20.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do Art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do Art. 75, da Lei nº 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

20.2 Aumentar , a vinculação das receitas resultantes de impostos, compreendida as de transferências, do município para a educação, de forma a atingir 30%, até o final da vigência deste plano.

20.3 Cooperar com a União no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário educação.

20.4 Otimizar a destinação de recursos à manutenção e o desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do Art. 212, da Constituição Federal.

20.5 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, com a redação dada pela Lei Complementar nº 131/2009, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, com a colaboração com a Secretaria de Educação do Estado, do Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público.

20.6 Desenvolver, com apoio da contabilidade geral da Secretaria Municipal de Administração e Finanças estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudante da educação, em todos os níveis, etapas e modalidades.

20.7 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) (R\$ 3694,37 AI EF em 2015 e o FUNDEB R\$ 2.576,36) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da educação básica.

20.8 Acompanhar a regulamentação do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre o Estado e o Município, com o equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais.

20.9 Acompanhar a elaboração da Lei de Responsabilidade Educacional, a ser amplamente discutida com os diversos setores da sociedade, com os gestores da educação e com a comunidade educacional, sendo agente de implementação.

20.10 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofundem o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal.

20.11 Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a ser pactuado na instância prevista no Art. 7º, da Lei nº 13.005/2014.

20.12 Fortalecer os conselhos de acompanhamento e fiscalização dos recursos da educação para garantir a aplicação dos recursos financeiros que devem ser destinados à melhoria da qualidade do ensino, na formação e valorização do magistério e na organização das escolas públicas.

20.13 Garantir aplicação dos recursos destinados à manutenção, reformas, construção, aquisição de equipamentos e materiais de escolas públicas com infraestrutura adequada às etapas e modalidades de ensino, inclusive a acessibilidade.

20.14 Vincular à educação, no primeiro ano de vigência deste plano, 100% (cem por cento) das receitas recebidas pelo município advindas de petróleo e gás.

# Erval Velho

## PREFEITURA

### DECRETO 2265/2017

Publicação Nº 1442173

DECRETO 2265, de 13 de novembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 70.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV – 2.016 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
58 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTOAMBIENTAL  
UNIDADE 01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEAMENTO

AMBIENTAL  
PROJ/ATIV – 2.029 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E SANEMANETO AMBIENTAL  
116 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

..... R\$ 30.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0000 E 0001 – Recursos Ordinários, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 13 de novembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretario de Administração e Finanças

### DECRETO 2266/2017

Publicação Nº 1442174

DECRETO 2266, de 16 de novembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 6º, inciso I da Lei

Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 30.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ/ATIV – 2.032 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

122 – 3.1.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 25.000,00

PROJ/ATIV – 2.056 – CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

152 – 3.3.90.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 0000 – Recursos Ordinários, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,

em 16 de novembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretario de Administração e Finanças

### DECRETO 2267/2017

Publicação Nº 1442175

DECRETO 2267, de 20 de novembro de 2017.

Homologa o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Erval Velho - CONCIDADE e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Municipal nº 1442, de 26 de julho de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Erval Velho – CONCIDADE de Erval Velho, anexo ao presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina,  
em 20 de novembro de 2017.



Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 20 de novembro de 2017.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

CONCIDADE DE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
Dispõe sobre a aprovação e alteração do Regimento Interno do CONCIDADE ERVAL VELHO e dá outras providências.

O Conselho da Cidade de Erval Velho - CONCIDADE DE ERVAL VELHO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o título II, capítulo I, seção I, artigo 6º, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 1442, de 26 de julho de 2017, que trata da constituição do Conselho da Cidade de Erval Velho - CONCIDADE DE ERVAL VELHO, e, considerando decisão emanada de sua Reunião Ordinária, de 13 de setembro de 2017 que aprovou o Regimento Interno do Conselho e Reunião Ordinária, de 13 de novembro de 2017 que promoveu alterações, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho da Cidade de Erval Velho - CONCIDADE DE ERVAL VELHO, considerando decisão emanada de sua Reunião Ordinária, de 13 de setembro de 2017.

Art. 2º Aprovar as alterações no Regimento Interno do Conselho da Cidade de Erval Velho - CONCIDADE DE ERVAL VELHO, considerando decisão emanada de sua Reunião Ordinária de 13 de novembro de 2017 que deliberou e aprovou a Proposta De Alteração Do Regimento Interno Nº 1/2017 e Proposta De Alteração Do Regimento Interno Nº 2/2017.

Art. 3º O Regimento Interno do Conselho da Cidade de Erval Velho - CONCIDADE ERVAL VELHO passará a vigorar na forma do Anexo Único, sendo parte integrante desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Erval Velho (SC), em 14/11/2017.

RAFAEL ANTUNES DOS SANTOS  
Vice-Presidente no Exercício da Presidência do CONCIDADE DE ERVAL VELHO

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CIDADE DE ERVAL VELHO/SC

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I  
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º. O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade, órgão colegiado que reúne representantes do poder público e da sociedade civil, de caráter deliberativo, fiscalizador, propositivo, orientador e consultivo, será regido pelo presente Regimento Interno.

Art. 2º. O Conselho tem por finalidade analisar e recomendar diretrizes para a formulação e a implementação da política municipal de desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO II  
DA SEDE E INFRAESTRUTURA

Art. 3º. O Conselho da Cidade de Erval Velho, doravante denominado CONCIDADE ERVAL VELHO, instituído pela Lei Nº 1442, de

26 de junho de 2017, tem sua sede na Prefeitura Municipal, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, no município de Erval Velho, utilizando-se da infraestrutura proporcionada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CAPÍTULO III  
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 4º. Compete ao O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade:

I - propor e deliberar sobre programas, instrumentos, normas e prioridades da Política de Desenvolvimento do Município;

II – acompanhar, fiscalizar, deliberar e aprovar a implementação da Política de Desenvolvimento do Município, em especial os programas relativos à política de gestão do solo urbano e rural, de habitação de interesse social, de saneamento básico e ambiental, de mobilidade e transporte e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;

III - propor e deliberar sobre a edição de normas gerais relacionadas à Política de Desenvolvimento do Município e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente;

IV - emitir orientações, recomendações e zelar pela aplicação da legislação municipal relacionada à implementação do Plano Diretor, Lei Complementar nº 068/2016, bem como, do Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/2001, do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, Lei Complementar nº 031/2011, do Plano Municipal de Saneamento Básico, Lei Complementar nº 035/2012 e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento do Município;

V - promover a cooperação entre o poder público e a sociedade civil na formulação e execução da Política de Desenvolvimento do Município, e ainda atuar como canal de discussões, sugestões, queixas e denúncias relativas às ações de implementação dessa política;

VI - estimular ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos para a população do Município;

VII - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelos programas e projetos desenvolvidos pelo Município;

VIII - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social visando fortalecer o desenvolvimento sustentável do Município;

IX – participar, propor e acompanhar o processo de elaboração do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, visando estabelecer diretriz e critérios para a execução da Política de Desenvolvimento do Município;

X - propor e deliberar sobre a criação de mecanismos de articulação entre os programas e os recursos federais que tenham impacto sobre o desenvolvimento do Município;

XI – promover audiências públicas, conferências, seminários e encontros sobre temas relacionados à Política de Desenvolvimento do Município, bem como estudos sobre a definição de convênios na área de desenvolvimento sustentável do Município a serem firmados com a União, Estados e outros organismos nacionais e internacionais públicos e privados;

XII - convocar e organizar a Conferência Municipal das Cidades;

XIII - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões;

XIV – participar da elaboração, aprovação e fiscalização da execução do plano de aplicação dos recursos financeiros, destinados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, Fundo Municipal de Saneamento Básico, solicitando se necessário, o auxílio do órgão do Controle Interno, Contabilidade, Jurídico e Gestão Orçamentária.

XV - aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros;

XVI – estabelecer programa de formação continuada, visando a permanente qualificação de seus membros;

XVII - interagir com os demais conselhos municipais, visando a integração no controle social das ações de planejamento e implementação do Plano Diretor do Município;

XVIII - acompanhar e avaliar a execução das Leis que compõem o Plano Diretor LEI nº068/2016, LEI nº069/2016 Do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, LEI nº070/2016 Do Código de Posturas e LEI nº071/2016 Do Código de Edificações, recomendando as providências necessárias ao cumprimento dos seus respectivos objetivos;

IXX - acompanhar e avaliar a execução da Lei do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, LEI nº031/2011 e Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico, LEI nº035/2012;

XX - monitorar e acompanhar conjuntamente com o Poder Executivo as ações e propostas de Política de Desenvolvimento Municipal, Política Habitacional de Interesse Social e Política de Saneamento Básico contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Orçamento Municipal;

XXI – incorporar a este conselho, as competências dos Conselhos de Desenvolvimento Municipal, Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e Conselho Municipal de Saneamento Básico, unificados pelo CONCI DADE ERVAL VELHO;

XXII - participar com os governos da União, dos Estados, demais Municípios e Sociedade Civil na formulação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano e rural;

#### CAPÍTULO IV

##### DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

Art. 5º. O Conselho é composto por:

- I – Presidente;
- II – Vice-presidente;
- III - Plenário;
- IV – Secretaria Executiva;
- V – Comissões Técnicas

#### SEÇÃO I

##### DA PRESIDÊNCIA

Art. 6º. O CONCI DADE ERVAL VELHO – Conselho da Cidade, será presidido por membro titular, eleito pelos conselheiros, que será substituído, em suas ausências, pelo vice-presidente ou, na falta deste, pelo secretário executivo.

Parágrafo único. O Presidente terá mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido, por mais um mandato.

Art. 7º. Ao Presidente compete:

- I - convocar e presidir as reuniões do Plenário;
- II - ordenar o uso da palavra;
- III - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário;
- IV - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;
- V - encaminhar ao Prefeito Municipal exposições de motivos e informações sobre as matérias de competência do Conselho;

- VI - delegar competências aos Conselheiros, quando necessário;
  - VII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;
  - VIII - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
  - IX - nomear e organizar o funcionamento das Comissões Técnicas, quando necessário;
  - X - homologar deliberações e atos do Conselho;
  - XI - assinar e fazer público as atas aprovadas das reuniões do Conselho;
- Parágrafo único. Em caso de vacância de cargo por perda de mandato ou renúncia de conselheiro, será convocada reunião extraordinária com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência, com a finalidade de eleição para a recomposição do cargo vago.

#### SEÇÃO II

##### DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art. 8º. Ao Vice-presidente compete substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos.

§ 1º. O Vice-presidente deverá ser eleito dentre os conselheiros titulares e terá mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido.

§ 2º. O Vice-presidente será eleito na reunião ordinária subsequente a reunião de posse dos conselheiros titulares.

§ 3º. A eleição do Vice-presidente se dará por maioria absoluta dos votos dos conselheiros titulares do O CONCI DADE ERVAL VELHO .

§ 4º. Em caso de vacância de cargo por perda de mandato ou renúncia de conselheiro, será convocada reunião extraordinária com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência, com a finalidade de eleição para a recomposição do cargo vago.

#### SEÇÃO III

##### DO PLENÁRIO

##### SUBSEÇÃO I

##### COMPOSIÇÃO

Art. 9º. O Plenário do Conselho, órgão superior de decisão, é composto por 20 (vinte) membros titulares, doravante denominados conselheiros representantes do poder público e de entidades oriundas dos segmentos da sociedade, com direito à voz e voto, a saber: I – 8(oito) conselheiros do Poder Público, sendo:

- a) 1 Representante da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação.
- b) 1 Representante da Secretária Municipal de Saúde.
- c) 1 Representante Municipal de Educação, Cultura e Desporto.
- d) 1 Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Diretoria de Planejamento.
- e) 1 Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Saneamento Ambiental.
- f) 1 Representante da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.
- g) 1 Representante do Poder Legislativo.
- h) 1 Representante CASAN.

II – 12 (doze) conselheiros da sociedade civil, sendo:

- a) Movimentos Sociais e Populares:
  - 2 Representante das Associações de Moradores de Bairros.
  - 2 Representante das Associações de Produtores Rurais.
- b) Área Empresarial:
  - 2 Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas –CDL.
- c) Área Trabalhadora
  - 2 Representante do Sindicato Rural
- d) Entidades Profissionais
  - 2 Representantes, do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU
  - 2 Representante da OAB.

Parágrafo Único – Caberá a cada conselheiro titular representante da entidade um suplente.

## SUBSEÇÃO II MANDATO

Art. 10. O mandato dos conselheiros do O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade será de 02 (dois) anos, sendo admitida recondução.

Art. 11. O conselheiro perderá seu mandato se computada sua falta em 02 (duas) reuniões ordinárias consecutivas ou em 03 (três) reuniões ordinárias ou extraordinárias de forma consecutiva ou alternada no mesmo ano, nas quais não houve substituição pelo suplente.

§1º Não será computada a falta da entidade se o conselheiro titular se fizer representar pelo suplente, sendo de exclusiva responsabilidade do titular convocar seu suplente.

§2º O não comparecimento do titular e do suplente nos termos do caput deste artigo acarretará na perda do mandato de ambos os membros.

§3º O membro indicado para vaga vacante terminará o mandato de seu antecessor, podendo ser reconduzido.

Art. 11-A. Na hipótese do conselheiro não fazer mais parte da entidade que representa, este será imediatamente desligado do conselho, devendo a Secretaria Executiva cumprir o que disposto no artigo 20, IV.

Art. 11-B. Se por alguma razão o conselheiro esteja impedido de exercer suas funções o Conselho por maioria simples de seus membros poderá determinar o seu afastamento definitivo e a assunção do suplente, nesta hipótese deverá ser observado o artigo 20, IV.

Art. 11-C. Se o conselheiro exercer as funções de Presidente, Vice-Presidente ou da Secretaria Executiva e esteja impedido de exercer suas funções o Conselho por maioria simples de seus membros poderá afastá-lo e realizar nova eleição para aquele determinado cargo, permanecendo os demais membros eleitos, por se tratar de eleição individual.

## SUBSEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13. Ao conselheiro compete:

- I - discutir e votar todas as matérias submetidas ao Conselho;
- II - apresentar proposições, propostas de resoluções e moções;
- III - colaborar com a Presidência e Secretaria no cumprimento de suas atribuições;
- IV - requerer, na forma deste regimento, a convocação de reunião extraordinária para a apreciação de assunto relevante;
- V - propor antecipadamente, por escrito, via secretaria, a inclusão de matérias na pauta das reuniões;
- VI - propor a criação e integrar Comissões Técnicas, quando necessário;
- VII - propor votação nominal;
- VIII - solicitar o registro em ata de seu ponto de vista;
- IX - propor convite a colaboradores para acrescentar subsídios aos assuntos de competência do Conselho.

## SUBSEÇÃO IV DAS REUNIÕES

Art. 14. O Plenário do Conselho reunir-se-á, ordinariamente, a cada 60 (sessenta) dias, ou extraordinariamente, por convocação de seu presidente, ou em decorrência de requerimento da maioria de seus membros e terão duração máxima de 2 (duas) horas.

§ 1º. As convocações para as reuniões do Conselho serão feitas com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, 3 (três) dias de antecedência.

§ 3º. As reuniões poderão, havendo necessidade e sendo aprovada pelo Conselho, manter-se em caráter permanente até a solução da matéria objeto de deliberação.

§ 4º. As reuniões deverão ser agendadas previamente, através de proposta para o período de um ano apresentada pela Presidência e aprovada pelo Conselho, especificando dia, hora e local de sua realização, a serem confirmados nas convocações.

§ 5º. A minuta da ata da reunião anterior, a convocação e pauta da

reunião subsequente deverão ser previamente elaboradas e encaminhadas pelo presidente, via secretaria, aos conselheiros.

Art. 15. As reuniões do Plenário devem ser relatadas em atas nas quais constará:

- I - relação de participantes e órgão ou entidade que representa, em lista de presença que deverá ser arquivada na secretaria;
- II - resumo de cada informe;
- III - relação dos temas abordados; e
- IV - deliberações tomadas a partir do registro dos votos a favor, contra e abstenções.

Parágrafo único. As atas das reuniões, do O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade, deverão estar disponíveis em sua Secretaria.

## SUBSEÇÃO V DA VOTAÇÃO

Art. 16. Os conselheiros poderão fazer uso da palavra para esclarecer suas proposições, respeitando-se a ordem cronológica de inscrição das mesmas junto à presidência da mesa.

Art. 17. As deliberações do O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade serão tomadas por maioria simples dos presentes com direito a voto.

§ 1º. O quórum mínimo para instalação dos trabalhos será de 1/3 (um terço) dos conselheiros com direito a voto que compõem o Plenário, em primeira chamada, ou, com qualquer número, em segunda chamada após 15 minutos.

§ 2º. O quórum mínimo para as deliberações será de metade mais 1 (um) dos conselheiros presentes.

§ 3º. Os conselheiros que perderem seu mandato, sem que haja substituição pelo (s) suplente (s) não serão considerados para efeito de estabelecimento de quórum regimental.

Art. 18. O Presidente do Conselho exercerá o voto de desempate.

Art. 19. As deliberações, pareceres e recomendações do O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade serão formalizadas mediante resoluções homologadas pelo seu presidente.

## SEÇÃO VI DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 20. A Secretaria do O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade será constituída por um membro titular eleito pelos conselheiros para um mandato de 2 (dois) anos e terá como atribuições:

- I - organizar e ter a guarda do arquivo do Conselho;
- II - providenciar a anotação dos presentes e colher suas assinaturas;
- III - providenciar o envio das comunicações, convocações e as atas aos conselheiros;
- IV - comunicar a entidade para que substitua o seu representante que tenha renunciado ou tenha sido afastado por perca de mandato, pelas hipóteses previstas neste Regimento.
- V - providenciar a elaboração e arquivo das atas das reuniões, assentadas em livro próprio;
- VI - organizar o Expediente do Conselho;
- VII - encaminhar os pedidos de informações, fazendo-os constar do expediente do Conselho;
- VIII - receber e encaminhar ao presidente as proposições dos conselheiros.

Parágrafo único. Em caso de vacância de cargo por perda de mandato ou renúncia de conselheiro, será convocada reunião extraordinária com, no mínimo, 7 (sete) dias de antecedência, com a finalidade de eleição para a recomposição do cargo vago.

## CAPÍTULO V DAS COMISSÕES TÉCNICAS, FINALIDADE, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO

Art. 21. Poderão ser criadas Comissões Técnicas, de caráter permanente ou temporário, compostos por conselheiros titulares para subsidiar o debate do Plenário.

§ 1º. As Comissões Técnicas serão criadas por deliberação da maioria simples dos conselheiros.

§2º. As Comissões Técnicas terão prazo definido para realizar o seu

trabalho, sendo designado um coordenador e um relator, escolhido entre os pares participantes de cada um deles.

Art. 22. São atribuições das Comissões Técnicas:

I – preparar as discussões temáticas para apreciação e deliberação do Conselho;

II – promover a articulação com os órgãos e entidades promotoras de estudos;

III – apresentar relatório conclusivo ao plenário do O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade, sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado por este, acompanhado dos documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 23. Poderão ser convidados a participar de reuniões das Comissões Técnicas, pelo respectivo coordenador, representantes de segmentos interessados nas matérias em análise e colaboradores, inclusive do poder legislativo.

Art. 24. As Comissões Técnicas poderão constituir grupos de trabalho com caráter permanente ou transitório, com a função de complementar a atuação dos mesmos.

Art. 25. As reuniões das Comissões Técnicas serão convocadas por seu coordenador, dando ciência a Secretaria do Conselho.

Art. 26. O quórum mínimo para instalação dos trabalhos e elaboração das propostas será de um terço dos representantes que compõem a comissão.

Parágrafo único. Serão levadas ao Plenário do Conselho todas as propostas que alcançarem a aprovação de, no mínimo, um terço dos presentes.

Art. 27. Os debates e conclusões das reuniões serão registrados em ata própria que, depois de assinada, deverá ser encaminhada ao Conselho, para análise e aprovação.

## CAPÍTULO VI DOS PARECERES

Art. 28. Os pareceres do O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade constarão de duas partes fundamentais:

I - análise global;

II - parecer conclusivo, propondo aprovação ou rejeição do projeto e quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emendas.

Parágrafo único. Nas hipóteses em que os projetos apresentados estejam bem fundamentados e com toda a documentação acostada, o Conselho poderá apenas emitir parecer de aprovação.

Art. 29. Os pareceres serão aprovados pela maioria simples dos conselheiros.

Art. 30. Os substitutivos ou emendas à matéria em pauta só serão objeto de discussão se forem apresentados por escrito pelo conselheiro à Secretaria.

Art. 30-A. Os pareceres serão assinados pelo Presidente, Vice-presidente ou Secretaria Executiva tão somente representando a decisão da plenária do Conselho e deverá fazer referência à Ata da reunião que deliberou a matéria.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. As funções dos membros do Conselho não serão remuneradas, sendo seu Exercício considerado serviço de relevante interesse público.

Art. 32. O Conselho poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado(s).

Art. 33. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado mediante apresentação de proposta de emenda subscrita por um terço dos conselheiros e aprovada por maioria absoluta dos conselheiros titulares do Conselho do CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade.

Art. 34. As alterações aprovadas do Regimento Interno serão oficializadas por meio de Resolução do O CONCIDADE ERVAL VELHO - Conselho da Cidade e publicadas no Diário Oficial por meio de Decreto de homologação do Chefe do Poder Executivo Municipal

de Erval Velho-SC.

Erval Velho-SC, 13 de novembro de 2017.

Rafael Antunes dos Santos

Vice-Presidente no Exercício da Presidência.

André Luiz Mocelin

Secretário Executivo

## DECRETO 2268/2017

Publicação Nº 1442176

DECRETO 2268, de 21 de novembro de 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL QUE ESPECIFICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E POSTERIOR DESTINAÇÃO PÚBLICA.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de regularização de ruas para uso público na Cidade de Erval Velho e com fundamento no DECRETO -LEI Nº 3.365, de 21 de junho de 1941, especificamente no artigo 5º, alínea "i,"

Decreta:

Artigo 1º- Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação conforme Memorial Descritivo, Mapa e Matrícula em anexo, que fazem parte integrante deste decreto, área do imóvel abaixo relacionado:

I- Área de 3.325,77m2 (Três mil e trezentos vinte e cinco metros e setenta sete centímetros quadrados) da matrícula nº 5.161 do Registro de Imóveis da Comarca de Herval d' Oeste- SC de propriedade do Sr. Valmir Brocardo, ocupado pela Estrada Municipal Linha Canhadão.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 21 de novembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO 2269/2017

Publicação Nº 1442178

Decreto nº 2269, de 27 de novembro de 2017.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD - LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES E PROVIDÊNCIAS DE SEGURANÇA EM DECORRÊNCIA DOS FATOS NARRADOS NOS AUTOS Nº 0900068-60.2017.8.24.0235, EM DESFAVOR DE ALESSANDRA TONIAL, SERVIDORA PÚBLICA OCUPANTE DO CARGO DE EFETIVO DE TÉCNICO EM TESOUREARIA, MATRÍCULA Nº 950.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso XXVI do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento na Lei Federal nº 12.846/2013 e suas alterações,



e Lei Complementar nº 039, de 14 de janeiro de 2013 que Cria o Estatuto Jurídico Disciplinar no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Erval Velho – SC

#### DECRETA

Artigo 1º - Fica determinado a instauração de PAD – Processo Administrativo Disciplinar tendo como investigado Alessandra Tonial, cargo efetivo de Técnico em Tesouraria, matrícula nº 950, CPF: 068.458.289-97, RG: 4.877.038 SESPDC – SC, nascida em 23/11/1989, filiação Luiz Antonio Tonial e Dulce Terezinha Danielli Tonial, com endereço na Rua Coronel Honorato Vieira, 903 Centro em Erval Velho – SC.

Artigo 2º - Os fatos a serem apurados são os que constam na denúncia do Ministério Público do Estado de Santa Catarina contida nos autos do processo nº 0900068-60.2017.8.24.0235 da Comarca de Herval d'Oeste es desfavor de Alessandra Tonial.

Artigo 3º - Para o cumprimento do presente Decreto a Secretaria Municipal de Administração e Assessoria Jurídica deverão seguir as seguintes diretrizes:

I – Proceder a nomeação de comissão de processo administrativo disciplinar na forma dos artigos 27 e 31 da Lei Complementar nº 039 de 14 de janeiro de 2013;

II – Importar do processo judicial nº 0900068-60.2017.8.24.0235 da Comarca de Herval d'Oeste para o PAD o instrumento de denúncia do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e todo o conjunto probatório – acusatório e defensivo – documental, pericial e testemunhal já produzido e que venha a ser produzido até o final da fase de instrução do processo judicial;

III – Dar ciência pessoalmente à servidora investigada do teor do presente Decreto, cientificando também pessoalmente de todos os atos da comissão e fases do PAD, cientificando-a do teor do artigo 45 da Lei Complementar 039/2013;

IV – Deixa-se de impor o afastamento preventivo da servidora de suas funções na forma do artigo 76 da Lei Complementar 039 porquanto assim já se determinou em processo judicial;

V – Por cautela e para garantir absoluta segurança jurídica ao PAD deve ser por tempo razoável, inicialmente 12 meses, ser sobrestado o PAD após a nomeação da Comissão, primeiros atos desta, notificação da investigada e importação de provas do processo judicial criminal para aguardar a solução judiciária e avaliar o alcance e repercussão desta no PAD.

Artigo 4º - Determino a Controladoria Interna, Secretaria Municipal de Administração e Departamento de Contabilidade que valendo-se do apoio técnico que for necessário da Assessoria Jurídica, do provedor do sistema de informática da prefeitura (Betha) e do Técnico de Informática da Prefeitura, avaliem o ocorrido, adotem efetivamente medidas saneadoras e medidas preventivas de eventos futuros, devendo de tudo o que for avaliado e providenciado ser informado de forma circunstanciada o Chefe do Executivo Municipal.

Artigo 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 27 de novembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### DECRETO 2270/2017

Publicação Nº 1442181

DECRETO 2270, de 27 de novembro de 2017.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Erval Velho e dá outras providências;

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e de conformidade com o artigo 4º, da Lei Municipal n. 1430, de 22 de novembro de 2016 - LOA, e, tendo presentes razões de interesse público,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 13.000,00 para suplementar as seguintes dotações orçamentárias;

ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJ/ATIV – 2.050 – BLOBO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE  
171 - 3.1.90.00.00.00.00.03.0035-34 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 13.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para cobrir à presente suplementação, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:  
ÓRGÃO 07 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
PROJ/ATIV – 2.050 – BLOBO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE  
173 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0035-34 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 27 de novembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### EDITAL 002/2017 JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO

Publicação Nº 1442172

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2017

DIVULGAÇÃO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, Senhor Walter Kleber Kucher Junior, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal/88, Lei Complementar nº 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar nº 020, de 08 de abril de 2009, Lei Complementar nº 021, de 07 de maio de 2009 e demais legislação aplicável, autorizando por meio do Processo Licitatório nº 065/2017, Dispensa nº 019/2017, Contrato Administrativo nº 108/2017, e a Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina, divulgam o julgamento da impugnação ao edital:

Trata-se de impugnação ao edital datada de 27.11.2017 objetivando a alteração da data de realização da prova objetiva (28.01.2018) sob o fundamento de que na referida data haverá a realização de provas dos concursos públicos da Defensoria Pública de Santa

Catarina, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e da Defensoria Pública de Pernambuco. Aduz a impugnante que a alteração da data proporcionará maior número de candidatos participantes.

A impugnação é tempestiva, pois apresentada dentro do prazo estabelecido o Anexo II do Edital.

No mérito, a impugnação não merece prosperar.

O edital do concurso público poderá ser impugnado por qualquer interessado, promovendo uma das espécies de controle externo, visando recompor a legalidade, quando agredida, bem como impugnar exigências desarrazoadas, discriminatórias e que não guardem pertinências com o cargo, dentre outras. Não é o caso.

A data previamente estabelecida para realização da prova objetiva

não apresenta nenhuma irregularidade, tampouco fere qualquer princípio administrativo. Estar à mercê da adequação das datas de realização das provas e/outras questões ligadas a outras provas de concurso público afetaria o interesse da Administração realizadora do presente concurso.

Eventual alteração com base no interesse particular afronta o princípio da impessoalidade e da moralidade da Administração Pública. Assim, mantém-se a data de realização da prova objetiva com o consequente indeferimento da impugnação.

Erval Velho/SC, em 29 de novembro de 2017.  
WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR  
Prefeito

## PORTARIA 3392/2017

Publicação Nº 1442183

PORTARIA 3392, de 16 de novembro de 2017.

Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 16 de novembro a 15 de dezembro de 2017, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Ronei Dalla Costa	Téc. em Informática	05/04/2016	A	04/04/2017

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 16 de novembro de 2017.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças



# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 0093/2017

Publicação Nº 1442641

#### AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0073/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0073/2017 – Melhor Preço – Preço por Lote, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA O CAMINHÃO/ BASCULANTE/ MERCEDES BENZ/ MB 11.13/ ANO E MODELO 1977/ PLACAS N. LZV 8277 de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 13 de Dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 30 de Novembro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 0072/2017

Publicação Nº 1442670

#### AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0072/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0072/2017 – Melhor Preço – Preço por Lote, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA O CAMINHÃO/ BASCULANTE/ VOLKSWAGEN/ VW 14.150/ ANO E MODELO 1994/ PLACAS N. LZK-3862 de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 07h30m às 08h00m horas do dia 13 de Dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h00m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e

Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 30 de Novembro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 0073/2017

Publicação Nº 1442672

#### AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0073/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0073/2017 – Melhor Preço – Preço por Lote, visando registro de preços para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA O CAMINHÃO/ BASCULANTE/ MERCEDES BENZ/ MB 11.13/ ANO E MODELO 1977/ PLACAS N. LZV 8277 de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 13 de Dezembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 30 de Novembro de 2017.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

### TERMO ADITIVO 0002 AO CONTRATO 0009/2017

Publicação Nº 1442640

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
TERMO ADITIVO N. 0002 AO

Contrato nº 00092017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: TRR GILIOLI LTDA

Objeto: reajuste de valor passando dos atuais, R\$ 2,89 (dois reais e oitenta e nove centavos), para R\$ 3,00 (três reais) para o litro do óleo diesel S500 e, de R\$ 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos) para, R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos), para o litro do óleo diesel S10.

Prazo de vigência: até 31 de Dezembro de 2017.

Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de Novembro de 2017

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 110/2017

Publicação Nº 1441726

DECRETO N.º0110 /2017

SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n.º 678/2017.

#### DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria de Administração, Secretaria de Educação Cultura Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Agricultura, Secretaria Infraestrutura Transportes e desenvolvimento Urbano, a importância de R\$ 311.200,00 (Trezentos e onze mil e duzentos reais) na dotação orçamentária seguinte:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
04.122 – Administração Geral	
04.122.0004 – Administração Geral e Planejamento	
04.122.0004.2.004 – Manutenção Atividades de Adm. Geral do Município	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 0100 - Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	30.000,00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o futuro	
12.361.0010.2.014 – Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	36.000,00
Fonte: 0101 – Rec. Imp. Transf. Imp. - Educação	
TOTAL FONTE	36.000,00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.361 – Ensino Fundamental	
12.361.0010 – Educar para o futuro	
12.361.0010.2.015 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 0101 – Rec. Imp. Transf. Imp. - Educação	
TOTAL FONTE	30.000,00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.365 – Educação Infantil	
12.365.0008 – Educação Infantil de Qualidade	
12.361.0008.2.011 – Manutenção de Atividades de Educação Infantil	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 0101 – Rec. Imp. Transf. Imp. - Educação	
TOTAL FONTE	30.000,00

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	
08.243.0016 - Serviços de Proteção Social Básica	
08.243.0016.2.031 – Manut. Ativ. Conselho Tutelar e Cons. Contr. Social.	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	4.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	9.000,00

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244 – Assistência Comunitária	
08.244.0016 - Serviços de Proteção Social Básica	
08.244.0016.2.032 – Apoio a Gestão Bolsa Familia e Gerenc. IGD-PBF	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	600,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	600,00

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.244 – Assistência Comunitária	
08.244.0016 - Serviços de Proteção Social Básica	
08.244.0016.2.051 – Manutenção das Atividades da Secr. De Assist. Social	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	600,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	600,00

09.00 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.02 – Departamento de Transportes e Desenvolvimento Urbano	
26.782 – Transporte Rodoviário	
26.782.0025 – Estradas Vicinais	
26.782.0025.2.033 – Manutenção Ativ. Secr. Infraestrutura e Transp.	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	25.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	125.000,00

08.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.01 – Departamento de Agricultura	
20.606 – Extensão Rural	
20.606.0029 – Agricultura Sustentável	
20.605.0029.2.036 – Manut. das Atividades da Secr. da Agricultura	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	50.000,00
Fonte: 0100 - Recursos próprios	
TOTAL FONTE	50.000,00

VALOR TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 311.200,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente, conforme discriminação a seguir:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 – Departamento de Administração	
04.122 – Administração Geral	
04.122.0005 – Fortalecimento do Municipalismo	
04.122.0005.2.007 – Apoio a Entidades Municipalistas	
3.3.50.00.00 – Aplicações Diretas	23.000,00
Fonte: 0100 - Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	23.000,00

02.00 – GABINETE DO PREFEITO	
02.01 – Gabinete do Prefeito	
04.124 – Controle Interno	
04.124.0002 – Administração Superior	
04.122.0002.2.003 – Manutenção de Atividades de Controle Interno	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 0100 - Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	15.000,00

04.00 – SECRETARIA DA FAZENDA	
04.01 – Departamento de Contabilidade e Finanças	
04.123 – Administração Financeira	
04.123.0006 – Administração Financeira	
04.123.0006.2.044 – Participação no CIGA-FECAM	
3.3.93.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 0100 - Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	10.000,00

08.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.01 – Departamento de Agricultura	
20.605 – Abastecimento	
20.605.0029 – Agricultura Sustentável	
20.605.0029.1.015 – Construção da Casa do Agricultor	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	16.500,00
Fonte: 0100 - Recursos próprios	
TOTAL FONTE	16.500,00

08.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
08.01 – Departamento de Agricultura	
20.543 – Recuperação de Areas Degradadas	
20.543.0031 – Adubação Verde	
20.543.0031.2.038 – Manutenção do Programa de Adubação Verde e Correção do Solo	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	11.500,00
Fonte: 0100 - Recursos próprios	
TOTAL FONTE	11.500,00

09.00 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.01 – Departamento de Infra-Estrutura	
15.451 – Infra-Estrutura Urbana	
15.451.0024 – Urbanização de Vias Publicas	
15.451.0024.1.007 – Pavimentação de Vias Urbanas e Rurais	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	35.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	35.000,00

09.00 – SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA, TRANSPORTES E DES. URBANO	
09.02 – Departamento de Transportes e Desenvolvimento Urbano	
26.782 – Transporte Rodoviário	

26.782.0025 – Estradas Vicinais	
26.782.0025.1.008 – Ampliação da Garagem p/ Veículos e Máquinas	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 0100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	30.000,00

05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER	
05.01 – Departamento de Educação	
12.365 – Educação Infantil	
12.365.0008 – Educação Infantil de Qualidade	
12.365.0008.1.025 – Implantação da Creche Municipal	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte: 0101 – Rec. Imp. Transf. Imp. - Educação	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte: 0101 – Rec. Imp. Transf. Imp. - Educação	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	46.000,00
Fonte: 0101 – Rec. Imp. Transf. Imp. - Educação	
TOTAL FONTE	96.000,00

04.00 – SECRETARIA DA FAZENDA	
04.01 – Departamento de Contabilidade e Finanças	
04.123 – Administração Financeira	
04.123.0006 – Administração Financeira	
04.123.0006.2.008 – Manutenção das Ativ. de Contabilidade e Finanças	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	74.200,00
Fonte: 0100 - Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	74.200,00

VALOR TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 311.200,00

ART. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,  
aos 29 dias do mês de novembro de 2017

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado  
Em data supra.

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 273/2017

Publicação Nº 1442304

	PORTARIA Nº 273/2017
CONCEDE VANTAGEM ESPECIAL A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO VANTAGEM ESPECIAL na ordem de 80% (oitenta por cento), calculada sobre o vencimento base ao servidor municipal CARLINHO FALKOSKI, a referida vantagem será concedida no mês de Dezembro/2017 para substituir o servidor Vanderlei José Zanella que se encontra de Licença Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, ao 01 dia do mês de Dezembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 79/2017

Publicação Nº 1442438

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 79/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 39/2017  
 Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)  
 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS  
 Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 13/12/2017.  
 Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 13/12/2017.  
 O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0010 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 30 de Novembro de 2017  
 RUDIMAR CONTE  
 PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4333/2017

Publicação Nº 1442465

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
 DECRETO MUNICIPAL N.º 4333, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
 "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

DECRETA:1º

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 9.318,62 (nove mil trezentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.02 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV. 2.013 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
(146) 4.4.90.00.00.00.00.00.3235- Aplicações Diretas	R\$ 2.425,33
(171) 4.4.90.00.00.00.00.00.3065- Aplicações Diretas	R\$ 6.893,29

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.02 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV. 2.013 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
(143) 3.3.90.00.00.00.00.00.3235- Aplicações Diretas	
Fonte de Recurso: 3235 – Índice de Gestão Descentr.	R\$ 2.425,33
(145) 3.3.90.00.00.00.00.00.3065- Aplicações Diretas	

Fonte de Recurso: 3065 – Transferência Sistema Único de Saúde	R\$ 6.893,29
---	--------------

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 29 de novembro de 2017.

RUDIMAR CONTE  
 PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4334/2017

Publicação Nº 1442466

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4334, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
 "ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais ) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJ./ATIV. 1.016 CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES	
(13) 4.4.90.00.00.00.00.00.0164- Aplicações Diretas	R\$ 148.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente a fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
Fonte de Recurso: 0164 – Transferências de Convênios	R\$ 148.000,00

Art. Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 29 de novembro de 2017.

RUDIMAR CONTE  
 PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 150/PMF/2017

Publicação Nº 1441937

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 150/PMF/2017

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 150/PMF/2017, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA CRUZ COM ÁREA DE 1.244,01M2, LOCALIZADO NA RUA JOÃO JOSÉ BENTO, BAIRRO SANTA CRUZ, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia trinta do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 150/PMF/2017. Aberto os trabalhos pelo Sr. Presidente, Valdecir Tiscoski, mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas

KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA ME; CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA; RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME e ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Os preços globais apresentados foram: KAMILLA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA ME, R\$ 1.946.675,09 (um milhão novecentos e quarenta e seis mil seiscentos e setenta e cinco reais e nove centavos); CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA, R\$ 1.780.340,22 (um milhão setecentos e oitenta mil trezentos e quarenta reais e vinte e dois centavos); RTM RINCÃO TERRAPLANAGEM E MÃO DE OBRA EIRELI ME, R\$ 1.784.380,71 (um milhão setecentos e oitenta e quatro mil trezentos e oitenta reais e setenta e um centavos) e ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, R\$ 2.147.681,57 (dois milhões cento e quarenta e sete mil seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global e certificou-se de que a mesma está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAKS LTDA. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 30 de novembro de 2017. VALDECIR TISCOSKI TAINARA REDIVO RENATA PEREIRA FRITZEN Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão Membro da Comissão

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 179/PMF/2017;

Publicação Nº 1442171

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 179/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de 02 (dois) automóveis equipados com fim específico no serviço de policiamento ostensivo, para atender as necessidades da Polícia Militar do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 18 de dezembro de 2017 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 30 de novembro de 2017.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 177/PMF/2017

Publicação Nº 1442164

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 177/PMF/2017.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços de pavimentação asfáltica da Rua Dos Manacás (extensão de 220,00 metros – Trecho OPP a 11+0,00) localizada no Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC, conforme Contrato de Repasse 828520/2016, Processo 1029446-42/2016 firmado entre o Município de Forquilha e o Ministério das Cidades, por meio da Caixa Econômica Federal.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de janeiro de 2018 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 30 de novembro de 2017.  
VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação



**AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 178/PMF/2017.**

Publicação Nº 1442165

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 178/PMF/2017.

**OBJETIVO:** A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços de pavimentação asfáltica da Rua Bento da Silva Martins (extensão de 541,714 metros – Trecho Rodovia SC 108) localizada no Bairro Santa Ana, Município de Forquilha/SC, conforme Contrato de Repasse 828524/2016, Processo 1029445-27/2016 firmado entre o Município de Forquilha e o Ministério das Cidades, por meio da Caixa Econômica Federal.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de janeiro de 2018 às 10:30 horas.

**EDITAL:** Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail editais@forquilha.sc.gov.br ou www.forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 30 de novembro de 2017.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

**DECRETO Nº. 202, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1441760

DECRETO Nº. 202, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

REAJUSTA EM 10,79% (DEZ VIRGULA SETENTA E NOVE POR CENTO) OS VALORES EXPRESSOS EM REAIS DA TABELA CONSTANTE DO ART. 5º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2002.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, com suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, institui a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, prevista no art. 149-A da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 08, de 22 de dezembro de 2005, incluiu o § 3º ao art. 5º da Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, dispondo que os valores da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, serão reajustados automaticamente na mesma época e mesmo percentual do reajuste repassado a tarifa de energia elétrica;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 08, de 22 de dezembro de 2005, incluiu o § 4º ao art. 5º da Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2002, dispondo que caso os valores arrecadados com a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, não estejam sendo suficientes para o equilíbrio entre receita e despesa, fica o Poder Executivo autorizado a fixar reajuste diferenciado do percentual concedido a tarifa de energia elétrica para restabelecer o equilíbrio fiscal;

CONSIDERANDO que a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.327 de 31 de outubro de 2017, homologou reajuste tarifário da Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA, reajustando em 10,79% a média

da tarifa de energia elétrica;

CONSIDERANDO que os reajustes na tarifa e instituição do Sistema de Bandeiras Tarifárias efetuados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL causaram desequilíbrio entre receita e despesa, suscitando a necessidade de se reajustar o valor da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP em valores módicos;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica reajustado em 10,79% (dez virgula setenta e nove por cento) os valores expressos em reais constantes na tabela do art. 5º da Lei Complementar nº 03, de 27 de dezembro de 2003, que instituiu a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, conforme a tabela abaixo.

FAIXA DE CONSUMO	VALOR DA CONTRIBUIÇÃO EM REAIS (R\$)
0 – 50 kwh	-
51 – 100 kwh	5,09
101 – 150 kwh	7,65
151 – 200 kwh	10,07
201 – 250 kwh	12,77
251 – 300 kwh	15,35
301 – 400 kwh	15,88
401 – 500 kwh	20,46
501 – 1.000 kwh	25,56
1.001 – 2.000 kwh	27,05
2.001 – 10.000 kwh	42,31
10.001 – 20.000 kwh	116,47
20.001 – 50.000 kwh	209,10
50.001 – 100.000 kwh	582,35
Acima de 100.000 kwh	776,49

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de novembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 85/2017**

Publicação Nº 1441806

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 85/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 99/2017

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – LIVRARIA GP LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para a aquisição de livros de literatura e fantasias, a fim de atender as necessidades do projeto de literatura dos Centro de Educação Infantil e Escolas de Educação Básica do Município de Forquilha/SC, durante o exercício corrente

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato nº. 99/PMF/2017 o valor de R\$ 1.785,92 (um mil setecentos e oitenta e cinco reais e

noventa e dois centavos) conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 16 de novembro de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0005\_2017 - PMF - DOM

Publicação Nº 1442669

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
AVISO DE ANULAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0005/2017 – PMF  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO “PAL” 0247/2017 -PMF  
A Prefeita Municipal torna público a REVOGAÇÃO do Processo Administrativo Licitatório nº 0247/2017 - PMF, na modalidade de Concorrência Pública, cujo objeto era a execução de um ginásio de esportes em alvenaria com estrutura pre moldada, para o Centro de Educação Municipal Juviliano Manoel Pedroso, com fulcro no art. 49 da Lei de 8.666/93, nos termos da Decisão exarada nos autos do Processo, em razão da manifestação do Tribunal de Contas Estado do Estado de Santa Catarina, e consequentemente o cancelamento da abertura do certame prevista para o dia 04.12.2017, às 14:15 horas. Informações pelo fone (49) 3256-3039/3023. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br. site: www.fraiburgo.sc.gov.br. Fraiburgo (SC), 30 de novembro de 2017.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### Decreto nº 297 - 2017

Publicação Nº 1442867

DECRETO Nº 297, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores Elma Neli dos Santos Furtado (Presidente), Andrea Aparecida Rezzadori (Vice-Presidente), Marieli Mateucci (Secretária), Roalves Jorge Polese (Membro), Ene-lice Lídia Gerlach (Membro) e Luciana Cordeiro Frozza (Membro), para comporem a Comissão Permanente de Licitações de todos os órgãos da Administração Direta, Indireta, Autarquias, Fundos e Fundações do Município de Fraiburgo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 207/2017.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto nº 298 - 2017

Publicação Nº 1442869

DECRETO Nº 298, DE 27 DE OUTUBRO DE 2017.  
NOMEIA LEILOEIRO PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO.  
A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO/SC, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 61º da lei Orgânica do Município e da Lei Federal nº 8.666/93, especialmente o art. 25 e suas alterações e da Instrução Normativa DREI nº 17, de 5/12/2013:  
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. Júlio Ramos Luz, matrícula AARC 162, regularmente inscrito na JUCESC, como Leiloeiro Oficial, convidado por sua notória e comprovada experiência, para realizar Leilão dos bens móveis do Patrimônio Público Municipal.

Art. 2º A Inexigibilidade está fundamentada no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e na INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 17, DE 5/12/2013 da JUCESC.

Art. 3º O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e NADA RECEBERÁ DO MUNICÍPIO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS.  
Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 27 DE OUTUBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal  
ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### EXTRATO DE CONTRATO Nº CT17PMF156\_DOM

Publicação Nº 1442671

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT17PMF156  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: SPERANDIO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Objeto: Aquisição de um trator agrícola novo para compor a patrulha agrícola do Município. Valor Total do Contrato: R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais). Data do Contrato: 29.11.2017. Prazo de Vigência do Contrato: de 29.11.2017 a 31.12.2017. Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento. Processo Administrativo Licitatório: nº 0256/2017 – PMF. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 0003/2017. Recursos: 9281 (Contrato de Repasse Nº 847246/2017/MAPA/CAIXA, Processo Nº 2623.1042773-46/2017, celebrado com a União Federal, por intermédio do Gestor do Programa Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Município de Fraiburgo; e de contrapartida Recursos Próprios 1200 da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.  
Fraiburgo (SC), 29 de novembro de 2017.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo

### EXTRATO DE CONTRATO Nº CT17PMF157\_DOM

Publicação Nº 1442673

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT17PMF157  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA EPP. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de serviços complementares (para-raios, pintura e demarcação da quadra; equipamentos (traves, baliza e tabelas de basquete) para a Quadra de Esportes do Centro Educação Municipal São Miguel, localizada na Rua Alberto Wengrath/Esquina com a Guido Brandt, no bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo(SC), com fornecimento de material e mão

de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Valor Total do Contrato: R\$ 32.138,82 (trinta e dois mil, cento e trinta e oito reais e oitenta e dois centavos). Data do Contrato: 30.11.2017. Prazo de Vigência do Contrato: de 30.11.2017 a 28.02.2018. Prazo de execução: 60 dias após a emissão e entrega da Ordem de Serviços. Processo Administrativo Licitatório: nº 0220/2017 – PMF. Modalidade: Tomada de Preços nº 0015A/2017. Recursos: 1300, oriundos da Secretaria de Educação. Fraiburgo (SC), 30 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo

### EXTRATO DE CONTRATO Nº CT17PMF160\_DOM

Publicação Nº 1442675

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT17PMF160

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Contratante: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. Contratada: AUTO ELITE LTDA (FILIAL Nº 01). Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo automotor novo, carroceria sedan, ano de fabricação e modelo 2017/2018 ou superior, na cor branca, para uso do PROCON para melhorias no atendimento ao cliente. Marca/Modelo/Ano: Volkswagen/Voyage 1.6 Comfortline/2017-2018. Valor Total do Contrato: R\$ 56.900,00 (cinquenta e seis mil e novecentos reais). Data do Contrato: 30.11.2017. Prazo de Vigência do Contrato: de 30.11.2017 a 31.12.2017. Prazo de entrega: até 30 (trinta) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento. Processo Administrativo Licitatório: nº 0260/2017 – PMF. Modalidade: Pregão Presencial nº 0126/2017. Recursos: 9285 - Convênio Nº 07/2017/FRBL, Processo Nº 2017/013613/FRBL, celebrado com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por intermédio do Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, e o Município de Fraiburgo.; e de contrapartida Recursos Próprios 1213 e 3213 do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos-FMDD.

Fraiburgo (SC), 30 de novembro de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita de Fraiburgo

### Lei nº 2390 - 2017

Publicação Nº 1442859

LEI Nº 2390, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO A CRIAR O “BANCO DE MATERIAIS ORTOPÉDICOS” NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a criar o “Banco de Materiais Ortopédicos”, a ser gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. O banco de materiais será constituído por materiais ortopédicos usados ou novos, doados pela comunidade, tais como cadeira de rodas, andador, cadeira de banho, bengalas, muletas, tipoias, órteses, próteses entre outros.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Assistência Social será a responsável pelo recebimento e posterior cessão gratuita de uso dos materiais àqueles que deles necessitarem.

Art. 4º. Para viabilizar o funcionamento deste Banco, o Poder Executivo estimulará campanhas junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, entidades de classe, associações comunitárias e ONGs no sentido de receber doações de pessoas físicas e jurídicas.

Art. 5º. Após o uso do material, a pessoa que dele fez uso deverá devolvê-lo nas condições em que recebeu à Secretaria Municipal

de Assistência Social.

Art. 6º. O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC., 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Lei nº 2391 - 2017

Publicação Nº 1442865

LEI Nº 2391, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL ESPORTIVA E EDUCACIONAL ADAD – FB.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reconhecida e declarada de utilidade pública municipal a “ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL ESPORTIVA E EDUCACIONAL ADAD - FB”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, com duração por prazo indeterminado, com sede na Rua Padre Biagio Simonetti, nº 396, Centro, na cidade e Comarca de Fraiburgo-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 28.563.464/0001-25, conforme Assembleia de Fundação realizada aos 28 de março de 2017, registrada no Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Fraiburgo-SC sob o nº 1981, fls. 304, livro A-015, em 09 de maio de 2017.

Art. 2º. À entidade que se refere o art. 1º desta Lei ficam assegurados os direitos, vantagens e prerrogativas previstas na legislação para entidades declaradas de utilidade pública.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC., 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 31012017

Publicação Nº 1442682

PORTARIA Nº 3101, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Revoga portaria 0002/2016.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0002 de 04 de janeiro de 2016, que concedeu licença sem remuneração, ao servidor ADRIANO ROQUE LUCAS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 059.969.339-85,

nomeado no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 31022017

Publicação Nº 1442685

PORTARIA Nº 3102, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Concede Licença Sem Remuneração a Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4331/2017;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares à servidora MOSARA TAINÉ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 005.088.049-73, nomeada no cargo de provimento efetivo de ANALISTA EXECUTIVO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2017 até 30 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 31032017

Publicação Nº 1442687

PORTARIA Nº 3103, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 102/2017 da Secretaria de Finanças;

Considerando a necessidade dos serviços de Engenheiro Civil para atender excepcional interesse público;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário WELLINGTON ARTHUR KIM, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 335.092.038-10,

na função de ENGENHEIRO CIVIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2017 até de 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 31042017

Publicação Nº 1442688

PORTARIA Nº 3104, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0005 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 192/2017, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais o servidor Cleilton Rodrigo Pires, que pediu rescisão contratual;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALEXANDRA MARQUES LINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.657.949-53, na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de dezembro de 2017 até de 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 31052017

Publicação Nº 1442690

PORTARIA Nº 3105, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

#### RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de OLIVETE MARIZE FUNK ALONSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 036.244.939-22, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de dezembro de 2017.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 31062017

Publicação Nº 1442692

PORTARIA Nº 3106, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar ANDRÉ CARLOS CHELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 760.940.909-00, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 8970, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT17PMF157, Processo Administrativo Licitatório nº 0220/2017 - PMF, Tomada de Preços nº 0015A/2017, cujo objeto é a execução de serviços complementares (para-raios, pintura e demarcação da quadra; equipamentos (traves, baliza e tabelas de basquete) para a Quadra de Esportes do Centro Educação Municipal São Miguel, localizada na Rua Alberto Wengrath/Esquina com a Guido Brandt, no bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo(SC), com fornecimento de material e mão de obra, conforme planilha de orçamento, Projeto e Memorial Descritivo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria nº 31072017

Publicação Nº 1442693

PORTARIA Nº 3107, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor IVONIR DE ALMEIDA, brasileiro,

solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 848.010.939-49, nomeado no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Função Gratificada Nível 4, por ser responsável pelos serviços de coleta de entulho, tapa buracos e limpeza em geral na área urbana do Município, a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 1239 de 29 de março de 2017.

Fraiburgo, 30 de novembro de 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### TERMO DE CONVOCAÇÃO ANA CLAUDIA BRANDT 2017

Publicação Nº 1442677

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) ANA CLAUDIA BRANDT

Cargo: 3 – Enfermeiro

Classificação: 14º Lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 136 de 23 de maio de 2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Enfermeiro na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Enfermeiro qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 30/11/2017

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.



Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

ANA CLAUDIA BRANDT

**TERMO DE CONVOCAÇÃO DIOCLECIO BOGO 2017**

Publicação Nº 1442678

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Sr (a) DIOCLECIO BOGO

Cargo: Agente Operacional

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0006 DE 30 DE OUTUBRO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 000/2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Agente Operacional na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Agente Operacional ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 30/11/2107

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

DIOCLECIO BOGO

# Galvão

## CÂMARA MUNICIPAL

### PROCESSO LICITATÓRIO 010/2017

Publicação Nº 1442908

CÂMARA DE VEREADORES DE GALVÃO/SC

EXTRATO DO PROCESSO LICITATORIO Nº 010/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

A Câmara de Vereadores do Município de Galvão-SC, através de seu representante legal o Sr. VALMIR JOSÉ MARTINS, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que até às 14:00 horas do dia 15 de dezembro de 2017, estará recebendo, junto ao Setor de Licitações da Câmara Municipal, propostas de preços na forma de MENOR PREÇO POR ITEM, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, PARA UTILIZAÇÃO NA OBRA DA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA DE GALVÃO, CONFORME PLANILHA CONSTANTE DO ANEXO 01 DO EDITAL. Cópia na íntegra deste Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitações da Câmara de Vereadores, sita à Av. Sete de Setembro, 231, Centro, na cidade de Galvão, estado de Santa Catarina ou pelo site oficial [www.camaragalvao.sc.gov.br](http://www.camaragalvao.sc.gov.br).

Galvão/SC 28 de novembro de 2017.

Valmir José Martins

Presidente da Câmara de Vereadores de Galvão

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 248/2017

Publicação Nº 1442879

DECRETO N.º 248, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no Orçamento vigente:

13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	100.000,00
SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	100.000,00
23.695.00512.063 - Funcionamento e Manutenção do Setor Turístico	100.000,00
3.3.90.0.3.00.000000 Aplicações Diretas	100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 249/2017

Publicação Nº 1442943

DECRETO N.º 249, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 136.957,69 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 136.957,69 (cento e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos), no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	136.957,69
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	136.957,69
12.361.00282.022 - Manutenção do Transporte Escolar	136.957,69

3.3.90.0.1.22.001003 Aplicações Diretas

136.957,69

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 136.957,69 (cento e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 250/2017

Publicação Nº 1442954

DECRETO N.º 250, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 10.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	10.000,00
3.3.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	10.000,00
4.4.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 01/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 124/2017 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 1442413

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 124/2017  
CONCURSO PÚBLICO 001/2015

VERA LÚCIA RODRIGUES OSMAR

Candidato(a): 251041

Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H

Classificação: 47º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que em 26/10/2017 o Candidato se manifestou no prazo a ele determinado;

CONSIDERANDO que em 30/10/2017 o Candidato requereu o prazo de 30 dias para entrega de documentos;

CONSIDERANDO que o Candidato não realizou a entrega dos documentos exigidos no anexo II da carta de convocação no prazo a ele determinado, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 29/11/2017;

Fica o(a) Sr(a). VERA LUCIA RODRIGUES OSMAR, Candidato sob o nº. 251041, em atenção ao item 16.8 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, EXCLUÍDO e consequentemente DESCLASSIFICADO da vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40H, para a qual tinha se classificado em 47º lugar.

Garopaba, 30 de novembro de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 1346/2017.**

Publicação Nº 1442839

PORTARIA Nº 1346, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO EXTEMPORÂNEO DA CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, observado o Processo Administrativo nº 078/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer, extemporaneamente, a concessão de LICENÇA PARA TRATAMENTO DE INTERESSES PARTICULARES (Licença sem Vencimentos) à servidora OLGA MARIA DA SILVA ABREU, matrícula 88, no período de 01/05/1994 a 30/04/1995.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, E seus efeitos retroagem a 01/05/1994, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1354/2017.**

Publicação Nº 1442841

PORTARIA Nº 1354, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 3º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/2005, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA OLGA MARIA DA SILVA ABREU, A PARTIR DE 01/12/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005, à servidora OLGA MARIA DA SILVA ABREU, detentora da matrícula funcional nº 0088, inscrita no CPF nº. 521.048.349-53 e no PASEP nº. 1701694777-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.847,00 (um mil oitocentos e quarenta e sete reais), que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, III, da Lei Municipal nº 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/12/2017, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de novembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 01/12/2017, de acordo com a

Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

**RESOLUÇÃO 011/2017**

Publicação Nº 1442794

RESOLUÇÃO Nº. 11/2017

Aprova a Ata da Sessão Ordinária do dia 11/10/2017, elege a nova Diretoria do Conselho Administrativo e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba – IPREGOBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 9º do art. 72 da Lei Municipal nº. 677, de 06 de abril de 2000 e pelo art. 13 da Resolução nº. 001, de 20 de maio de 2009, torna público que o Conselho Administrativo do IPREGOBA aprovou e promulgou a seguinte,

RESOLUÇÃO

Art. 1º - Fica aprovada a Ata da Sessão Ordinária realizada em 11/10/2017.

Art. 2º - Fica a Diretoria do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Garopaba – IPREGOBA, assim composta:

Presidente: Gabriela Bernardi Zuglianello, Vice Presidente: Alce Verechuki Garcia Ribeiro da Silva, Secretário: Fernando da Silva Ferreira.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 23 de outubro de 2017.

Gabriela Bernardi Zuglianello

Presidente do Conselho Administrativo – IPREGOBA

Publicada a presente Resolução, no DOM/SC em 01/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

Enéas Guimarães Neto

Diretor Executivo – IPREGOBA

# Garuva

## PREFEITURA

### EDITAL - Nº 011/2017 - LISTA PRELIMINAR INSCRIÇÕES

Publicação Nº 1442239

LISTA PRELIMINAR DE INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO  
EDITAL - Nº 011/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, divulga a Lista Preliminar de Inscritos do PROCESSO SELETIVO N.º 011/2017.

Médico Clínico Geral:		
Nome do Candidato	Situação	Inscrição
Leandro Rosin	DEFERIDO	001
Francisco Jose Carvalho Vieira	DEFERIDO	002
Rômulo Bohr Frutuoso	DEFERIDO	003

Garuva, 30 de novembro de 2017.  
Isabela Aragao Pereira  
Presidente da Comissão  
Portaria 170/2017



# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017

Publicação Nº 1441731

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 215/2017

AVISO DE ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017

Objeto: Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de recomposição e manutenção de pavimentação asfáltica. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital de Licitação. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento dos envelopes e abertura da licitação, sendo dia 13/12/2017 às 9h, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar. Íntegra do ADITIVO no Depto. de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar, na Rua São Pedro, nº 128 (2º Andar) Centro, ou no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 30 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

Publicação Nº 1441724

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 233/2017

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de ração canina. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 13/12/2017, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 14h do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 30/11/2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 7.777, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442269

DECRETO Nº 7.777, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

EXONERA MARCOS ROBERTO DA CRUZ DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 30 de novembro de 2017, o servidor MARCOS ROBERTO DA CRUZ, inscrito no CPF sob o nº 007.937.979-69, do cargo em comissão de Diretor de Compras e Licitações, ref. 55, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 7.607, de 03 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos para 30 de novembro de 2017.

Gaspar, 29 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.778, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442270

DECRETO Nº 7.778, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA ISMAEL FERREIRA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir 01º de dezembro de 2017, o servidor ISMAEL FERREIRA, inscrito no CPF sob nº 010.759.229-09, para o exercício de cargo em comissão de Diretor de Compras e Licitações, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, ref. 55, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

### DECRETO Nº 7.779, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442273

DECRETO Nº 7.779, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

EXONERA A SERVIDORA MARCIA LOPES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 10 de novembro de 2017, a servidora MARCIA LOPES, inscrita no CPF sob o nº 796.060.169-00, do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotada com 40h semanais na Secretaria Municipal de Assistência Social, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.203, de 28 de janeiro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10 de novembro de 2017.

Gaspar, 29 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 7.780, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442275

DECRETO Nº 7.780, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EXONERA O SERVIDOR GUSTAVO JOSE HILARIO LOPES.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 01º de dezembro de 2017, o servidor GUSTAVO JOSÉ HILÁRIO LOPES, inscrito no CPF sob o nº 375.175.578-07, do cargo efetivo de Zelador, lotado com 40h semanais na Secretaria Municipal de Educação, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 5.047, de 21 de junho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 29 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**DECRETO Nº 7.782, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442276

DECRETO Nº 7.782, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
REVOGA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 4.807, DE 31 DE JANEIRO DE 2012.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam revogados os §4º e §5º do artigo 2º do Decreto nº 4.807, de 31 de janeiro de 2012, que "Regulamenta a Lei nº 3.328, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre o estacionamento rotativo nas vias e logradouros públicos no Município denominado de Área Azul e dá outras providências."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 6.075, de 09 de setembro de 2014.

Gaspar, 30 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**CÂMARA MUNICIPAL****TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO =  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017**

Publicação Nº 1442626

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

OBJETO: Contratação de serviços (produção de vídeo institucional), destina-se a suprir a necessidade atual da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, a qual necessita dessas produções para apresentações a outras Edilidades, a visitantes, em decorrência das menções honrosas e em reuniões diversas.

Tendo em vista que os procedimentos representados pelos presentes autos foram realizados em estrita observância às normas que regem o processo regular da modalidade escolhida e finalizados todos os atos pertinentes a seu devido prosseguimento e conclusão, o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições, procede ao encerramento do Processo de Dispensa de Licitação nº 006/2017.

Câmara de Vereadores de Gaspar, 30 de novembro de 2017.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1442037

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

Número do contrato: 20/2017

Data vigência: 23/11/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Número da Licitação: 29/2017 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: CALHAS SAYS LTDA. ME (21.457.705/0001-02)

Objeto: Prestação de serviços de manutenção de calhas, rufos e forros da cobertura da sede.

Valor de R\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos reais)

Gaspar (SC), em 23 de novembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2017- SAMAE**

Publicação Nº 1442034

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2017

Número do contrato: 21/2017

Data vigência: 23/11/2017

Data vencimento: 31/12/2017

Número da Licitação: 30/2017 - Modalidade: Dispensa

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: MULTI CONS. E TECNOLOGIA EIRELI - ME, (13.178.989/0001-70)

Objeto: Aquisição de equipamentos de monitoramento de circuito fechado de TV e mão de obra de instalação para ETA V- Belchior.

Valor de R\$ 5.224,00 (cinco mil duzentos e vinte e quatro reais)

Gaspar (SC), em 23 de novembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### ATA N.º 08 CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA

Publicação Nº 1442915

#### ATA N.º 08 CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADA

Objeto: Estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica para estruturação de projeto de parceria público-privada para a modernização, otimização, expansão, operação e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública do Município de Governador Celso Ramos/SC.

Ata do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privada, realizada no dia 30 de novembro de 2017, às 14:00 horas, no setor da Procuradoria da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC.

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na sala do setor da Procuradoria da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, reuniu-se o Comitê Gestor de Parcerias Público-Privadas do Município de Governador Celso Ramos/SC, com a presença dos Senhores Conselheiros: Everton Fabian Bauer, Glaucio Staskoviak Junior, Ediléia Mafra e Vania Mara Elias, para deliberar sobre a ordem do dia, constituída da seguinte pauta:

(i) seleção de projeto para fins de aproveitamento na modelagem final que irá instruir o processo de contratação.

Ato contínuo passou-se a avaliação dos estudos conforme critérios objetivos definidos no item 4.1.2 do Chamamento Público Nº 02/2017, conforme quadro que segue:

ITEM	CRITÉRIO	ANDRAUS	ENDEAL	ENERGILUZ	OMATIC
1	PRAZO DE CONCESSÃO	0	1	0	0
2	TIPO DE LICITAÇÃO	0	1	1	1
3	MODALIDADE DE CONTRATO	1	1	1	1
4	INVERSÃO DE FASES DE JULGAMENTO	1	0	0	1
5	PERMISSÃO DE CONSÓRCIO	1	1	1	0
6	PREVISÃO DE CONDIÇÕES PARA EMPRESA ESTRANGEIRA NO CONSÓRCIO	0	1	1	0
7	LIMITE MÁXIMO DE EMPRESAS NO CONSÓRCIO	0	1	0	0
8	PREVISÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE	1	1	0	0
9	GARANTIA DE PROPOSTA PELOS LICITANTES	1	1	1	0
10	VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	1	1	1	1
11	CAPITAL SOCIAL A INTEGRALIZAR	1	0	0	0
12	GARANTIA INICIAL DO VENCEDOR PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO	1	1	0	0
13	PRAZO MÁXIMO PARA MODERNIZAÇÃO DA REDE	0	1	1	0
14	APORTE	0	0	0	0
15	INVESTIMENTO NECESSÁRIO PARA PRIMEIRO CICLO DE MODERNIZAÇÃO	0	1	1	0
16	TIR	1	1	1	1
17	RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DA CONTA DE LUZ	1	1	0	0
18	CONTRAPRESTAÇÃO ESTIMADA PARA O PRIMEIRO ANO DE CONCESSÃO	1	1	1	0
19	INDICADORES DE DESEMPENHO E IMPACTO NA CONTRAPRESTAÇÃO	1	1	1	1
20	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ÍNDICES DE SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAIS	1	1	1	0
21	REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA	1	1	1	0
22	IMPACTO NA RCL E COSIP	1	1	1	1
23	DESATENDIMENTO AOS REQUISITOS DO EDITAL DE PMI	1	1	1	1
TOTAL		16	20	15	8

A pontuação dos critérios foi atribuída por voto de maioria dos membros do Comitê Gestor.

Outras considerações foram feitas pela comissão para seleção do projeto para fins de aproveitamento na modelagem final:

1) Luminárias com Telegestão: somente a Endeal e a Omatic projetaram instalar luminárias com 100% de telegestão, o que foi considerado pelos membros da comissão como um fator relevante, principalmente por possibilitar o aumento da vida útil das luminárias LED a serem instaladas.

2) Prazo de Concessão: A Endeal Engenharia apresentou projeto com prazo de concessão de 18 anos, o que foi considerado pela comissão como importante para a administração pública, que receberá o parque de iluminação de volta em um prazo menor e com luminárias com maior tempo de vida útil.

Assim sendo, os membros da comissão determinaram por consenso a seleção e o aproveitamento integral dos estudos apresentados pela empresa Endeal Engenharia justificando seus votos pela apuração dos critérios objetivos de seleção definidos no edital de chamada pública nº 002/2017 e demais considerações supracitadas.

Ato contínuo ficou determinado ao Membro Ediléia Mafra a função de providenciar para publicação do resultado da seleção no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM e disponibilização do estudo selecionado no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, em atendimento ao que estabelece o art. 18 do Decreto Municipal nº 137/2016.

Em seguida, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Ediléia Mafra, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros. Governador Celso Ramos, 30 de novembro de 2017.

EVERTON FABIAN BAUER GLAUCIO S. JUNIOR  
Presidente Conselheiro

EDILÉIA MAFRA VANIA MARA ELIAS Conselheira Conselheira

## **DECRETO 142/2017 - PRORROGA A DATA DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE ATIVIDADES AMBULANTES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ESTABELECIDOS NO DECRETO Nº 102/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1442934

DECRETO Nº 142/2017

PRORROGA A DATA DE PAGAMENTO DE TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE ATIVIDADES AMBULANTES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ESTABELECIDOS NO DECRETO Nº 102/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Considerando os problemas que estamos enfrentando com a maré alta nas nossas praias.

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado a data de pagamento dos tributos incidentes sobre atividades ambulantes e de prestação de serviços, conforme estabelecido no art. 19 do decreto nº 102/2017 para o dia 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, 30 de novembro de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

## **NOVA RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 117/2017**

Publicação Nº 1442280

RETIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL 117/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

ONDE SE LÊ:

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/12/2017 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 08/12/2017 às 14h30min.

LEIA –SE:

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/12/2017 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 12/12/2017 às 14h30min.

AS DEMAIS INFORMAÇÕES PERMANECEM INALTERADAS.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelsoamos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelsoamos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 27 de Novembro de 2017.  
Mariana de Souza Fernandes  
PREGOEIRA

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 1442945

### EDUCAÇÃO INFANTIL

CEI PROFESSOR ROBERTO MANOEL CALLADO

#### QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	MARISA M. DA SILVA OCKER	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	MARIA CECÍLIA DIAS ALVES	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	LUCIANA DOS SANTOS KLAUSEN	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	MARIA CECÍLIA DIAS ALVES	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

CEI PROFESSORA ELVIRA SARDÁ DA SILVA

#### QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	SELMA FRANCISCA GONÇALVES DE ÁVILA	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	-	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	MARINÉSIA VALDA SOARES	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

CEI SENHORA DOS NAVEGANTES

#### QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	CLAUDIANE DORVALINA ZEFERINO DA CRUZ	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	GRAZIANE SALETE DOS SANTOS	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	ANA PAULA DA SILVA SANTOS	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	JAILDE DA SILVA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	ROZÂNGELA IDINETE SOARES ZEFERINO	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	MARIA CLAUDIA DOS SANTOS	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	PATRÍCIA E. DA SILVA DUARTE	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	ROSIMAR NILDA DE OLIVEIRA	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

CEI PROFESSORA DULCE GODINHO NAZÁRIO

#### QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
JARDIM I	VESPERTINO	20H	ELAINE CRISTINA MARCELINO DA SILVA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	IZABEL CRISTINA COSTA ALVES	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	-	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	ELI ZALY ALVES	-

ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-
------------	-------------------------	-----	---	---

CEI PROFESSOR EUDES MAFRA

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
JARDIM I	VESPERTINO	20H	VIVIAN MAFRA FREITAS DA SILVA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	-	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	-	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	MARIA DAS GRAÇAS SANTOS CABRAL	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

CEI JÚLIA SAGÁS

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	SILVIA DA SILVA SOUZA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	ADRIANA MONTEIRO	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	ROZANI DIVALMA DA SILVA	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	CLAUDÉSIA DOS SANTOS PEREIRA	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

CEI PROFESSORA LÚCIA FRANCISCA SAGÁS

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

TURMA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
MATERNAL	VESPERTINO	20H	-	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	FLAVIA SILVA FRANÇA	-
JARDIM II	VESPERTINO	20H	-	-
PRÉ I	MATUTINO	20H	-	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	ELIZÂNGELA ARCILÉA SOARES	-
ED. FÍSICA	MATUTINO/ VESPERTINO	20H	-	-

Governador Celso Ramos, 28 de novembro de 2017.

PROF.º ADILSON COSTA

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - ENSINO FUNDAMENTAL I

Publicação N° 1442948

ENSINO FUNDAMENTAL I

E.E.B.M. ABEL CAPELLA

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	TÂNIA DE SOUZA DE OLIVEIRA	-
4º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
5º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
5º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
INGLÊS	VESPERTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO	20H	-	-

E.E.B.M. MARIA AMÁLIA CARDOSO



## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
4º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
5º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
5º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
INGLÊS	VESPERTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO	20H	-	-

E.E.B.M. PROFESSORA ELVIRA SARDÁ DA SILVA

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	SILVIANA MARLI MIRANDA GODÓI	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	GELVÂNIA MAILDE FLORES	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	CLEIDE MARLETE VENÂNCIO ALVES	-
4º ANO	VESPERTINO	20H	EDIR IOLANDA SIMÃO NAZÁRIO	-
5º ANO	VESPERTINO	20H	LÚCIA AZEVEDO DE MELO	-
5º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	MARIO JOSÉ SARTORATTO COSTA	-

E.M. PROFESSORA DALMA LUZ DE AZEVEDO

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	MARIA DAS NEVES IDESA SAGÁS	-
3º ANO	MATUTINO	20H	ADINÉIA ECLADIR OLIVEIRA FIRMO	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	ADINÉIA ECLADIR OLIVEIRA FIRMO	-
4º ANO	MATUTINO	20H	RAQUEL DAVINA ALVES DE SOUZA	-
5º ANO	MATUTINO	20H	IVANI BERNARDES FERNANDES	-
5º ANO	VESPERTINO	20H	JOVÂNIA MARQUES	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

E.M. PREFEITO JOÃO BALDANÇA SOBRINHO

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	PATRÍCIA REGIS DA SILVA	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	ANDRÉIA DA SILVA	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
4º ANO	MATUTINO	20H	-	-
5º ANO	MATUTINO	20H	ROSIMARI MARTA KLAUSEN	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	LUCIMERE M. DOS SANTOS ALVES	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

E.M. PROFESSORA SILVIA PRAZERES DE CARVALHO

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
------------	---------	---------------	------------------	------------------

1º ANO	VESPERTINO	20H	CLARICE SANTOS DE CARVALHO MANSKE	-
4º ANO	MATUTINO	20H	GIANE SILVI FLORES	-
JARDIM I	VESPERTINO	20H	-	-
PRÉ I	VESPERTINO	20H	MÔNICA PERLA NUNES	-
PRÉ II	MATUTINO	20H	ROSINEIDI DE SOUZA DA SILVA	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

E.M. PROFESSORA ALAÍDE DA SILVA MAFRA

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
1º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
2º ANO	VESPERTINO	20H	REGIANE ZENITE DE MELO	-
3º ANO	MATUTINO	20H	MARIA ALZIRA CÊA DOS SANTOS	-
3º ANO	VESPERTINO	20H	MARIA ALZIRA CÊA DOS SANTOS	-
4º ANO	VESPERTINO	20H	-	-
4º ANO	MATUTINO	20H	-	-
5º ANO	VESPERTINO	20H	ROSILENE ROSSINI	-
5º ANO	MATUTINO	20H	-	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	CLADIS VELHO MARTINS	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

E.M. PREFEITO MIGUEL PEDRO DOS SANTOS

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
4º ANO	VESPERTINO	20H	TEREZINHA FIRMINA F. DOS SANTOS	-
PRÉ I	VESPERTINO	20H	DIVALMA FLORES DA SILVA	-
PRÉ II	VESPERTINO	20H	ELIAS ELSON RAYCH	-
INGLÊS	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-
ED. FÍSICA	VESPERTINO/ MATUTINO	20H	-	-

Governador Celso Ramos, 28 de novembro de 2017.

PROF.º ADILSON COSTA  
Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

**QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - ENSINO FUNDAMENTAL II**

Publicação Nº 1442955

## ENSINO FUNDAMENTAL II

E.E.B.M. ABEL CAPELLA

## QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	-	-
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	20H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	20H	-	-
GEOGRAFIA	MATUTINO	30H	-	-
HISTÓRIA	MATUTINO	30H	-	-
INGLÊS	MATUTINO	30H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO	30H	-	-

CIÊNCIAS	MATUTINO	30H	-	-
ARTES	MATUTINO	20H	-	-

E.E.B.M. MARIA AMÁLIA CARDOSO

#### QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	-	-
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	20H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	20H	-	-
GEOGRAFIA	MATUTINO	30H	-	-
HISTÓRIA	MATUTINO	30H	-	-
INGLÊS	MATUTINO	30H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO	30H	-	-
CIÊNCIAS	MATUTINO	30H	-	-
ARTES	MATUTINO	20H	-	-

E.E.B.M. PROFESSORA ELVIRA SARDÁ DA SILVA

#### QUADRO DE VAGAS PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA PERMANENTE

DISCIPLINA	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VAGAS VINCULADAS	VAGAS EXCEDENTES
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	JOÃO BATISTA DE SOUZA	-
PORTUGUÊS	MATUTINO	20H	-	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	30H	VALDENIR A. COELHO	-
MATEMÁTICA	MATUTINO	10H	-	-
GEOGRAFIA	MATUTINO	30H	-	-
HISTÓRIA	MATUTINO	30H	-	-
INGLÊS	MATUTINO	20H	ISABEL CRISTINA PERES	-
INGLÊS	MATUTINO	10H	-	-
ED. FÍSICA	MATUTINO	30H	-	-
CIÊNCIAS	MATUTINO	30H	-	-
ARTES	MATUTINO	20H	-	-

Governador Celso Ramos, 28 de novembro de 2017.

PROF.º ADILSON COSTA

Secretário Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

### SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

#### EXTRATO DO CONTRATO 9/2017 ADVOGADA ELISABETH

Publicação Nº 1442300

#### CONTRATO Nº 09/2017

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO – SAMAE, Entidade Jurídica de Direito Público, registrada no CNPJ sob o nº 74.047.341/0001-59, com sede na Avinda Bela Vista S/N bairro Calheiros no Município de Governador Celso Ramos - SC, ora CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu diretor NEDISON NILDO MARTINS, brasileiro, Servidor Público, CPF nº 031.005.039-10, residente e domiciliado neste município contratante, e ELISABETH MAIER, brasileira, Divorciada, CPF nº 623.923.609,87 residente em: Rua Nicaraguá nº 289 - Bairro Nações- Cep 89120-000 Timbó SC, CONTRATADO, firmam o presente contrato de acordo com as seguintes cláusulas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto é a realização de serviços de ADVOGADO pelo contratado

de acordo com o plano de carreira do SAMAE, com carga horária semanal de 30 (Trinta) horas.

Parágrafo 1º. O ADVOGADO contratado compromete-se a trabalhar no estabelecimento da SAMAE, como prestador de serviços temporários para atender necessidade transitória de acréscimo extraordinário de serviços destinados a saneamento, manutenção e abastecimento de água.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A Contratação está amparada na lei nº 1.125 de 03 de Agosto de 2016, mais especificamente em seu art. 3º, inciso X, que regula a admissão de pessoal em caráter temporário para atender com saneamento, manutenção e abastecimento de Água.

#### CLAUSULA TERCEIRA – O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público, em função

de não haver Advogado concursado em exercício do cargo de provimento efetivo, bem como para atender necessidade transitória de acréscimo extraordinário de serviços destinados a saneamento, manutenção e abastecimento de água.

#### CLAUSULA QUARTA – DO VALOR E REAJUSTAMENTO

O contratante pagará ao contratado remuneração mensal estabelecida na tabela de vencimentos, nível inicial de carreira, correspondendo nesta oportunidade o valor de R\$ 4.100,00 (Quatro Mil e Cem Reais), conforme prevê a Lei 1086/2016 Plano de Carreira dos Servidores Efetivos do Município (SAMAE) e Lei nº 1197/2017 (que concedeu reajuste aos servidores do município) e será reajustado pelo mesmo índice de reajuste concedido ao servidor do quadro.

#### CLAUSULA QUINTA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO(A) – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O CONTRATADO(A) tem direito a gratificação natalina equivalente a 1/12 (avos) do 13º vencimento calculado sobre o vencimento de dezembro ou do mês em que for declarado extinto o seu contrato.

O CONTRATADO(A) tem direito as férias após transcorrido o interstício de tempo de serviço de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, acrescido do adicional de férias de 1/3.

Nos moldes do art. 8º, Incisos I – II – II parágrafo 1º e 2º da Lei Municipal 1125/2016, não serão indenizadas férias proporcionais, nem as férias não gozadas.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

Executado o contrato, o seu objeto será recebido pela Administração do CONTRATANTE, desde que esteja nos moldes exigidos por este contrato, não excluindo a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, dentro dos limites estabelecidos neste instrumento.

O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei; fiscalizar a execução do contrato; e, aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO(A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas – Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; e poderá ser alterado o presente contrato, por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO(A) fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.

O CONTRATADO (A) fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as suas obrigações assumidas.

DAS PENALIDADES – O contratado(a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

#### CLAUSULA SEXTA – DO PRAZO

A prestação do trabalho temporário encerrar-se-á quando houver o término da necessidade transitória que motivou esta contratação, tendo como limite máximo o prazo de 01 (um) ano, iniciando-se em 29 de Novembro de 2017 e se encerrando em 29 de Novembro 2018, podendo ser prorrogado 01 (uma) vez por igual período.

Parágrafo 1º - Findo o prazo previsto no caput desta Clausula, não havendo manifestação expressa do agente, não havendo interesse da SAMAE ou não sendo mais possível a prorrogação, o agente será desligado de ofício.

#### CLAUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Biguaçu para dirimir dúvidas relativas a este instrumento.

#### CLAUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em quatro vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, informaticamente, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

GOVERNADOR CELSO RAMOS, 29 de Novembro de 2017.

NEDISON NILDO MARTINS  
CONTRATANTE

ELISABETH MAIER  
CONTRATADA

### PORTARIA 70/2017 - EXONERAÇÃO ADVOGADA JOANA

Publicação Nº 1442284

PORTARIA Nº 70/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 1.125/2016,

RESOLVE:

Exonerar a Sra.: JOANA DE SOUZA SIERRA do Cargo Contratada

de Advogado(a), do Quadro de Pessoal do SAMAE pelo motivo de:  
Pedido de Demissão.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos- SC, 28 de Novembro de 2017.  
NEDISON NILDO MARTINS  
Diretor Geral do Samae

**PORTARIA 71/2047 - CONTRATAÇÃO ADVOGADA  
ELISABETH**

Publicação Nº 1442288

PORTARIA Nº 71/2017

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 1.125/2016,

**RESOLVE:**

Contratar por prazo determinado de 01 (um) ano, a Sra.: ELISABETH MAIER para o Cargo de Advogado(a), do Quadro de Pessoal do SAMAE.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 29 de Novembro de 2017.  
NEDISON NILDO MARTINS  
Diretor Geral do Samae

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 064/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1442180

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000064/17 de 30 de Novembro de 2017

O PREFEITO DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

(021)3.1.90.00.00.00.00.2.036-0002 - Aplicacoes Diretas 14.900,00

Total Suplementação: 14.900,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA

(023)3.3.90.00.00.00.00.2.036-0002 - Aplicacoes Diretas 14.900,00

Total Anulação: 14.900,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Novembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 30 de Novembro de 2017.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda



# Gravatal

## PREFEITURA

### CTR 72/2017 TRANSPORTES CAPIVARI

Publicação Nº 1441777

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL  
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017

OBJETO: "CONTRATO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, OBJETIVANDO ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL E A EMPRESA TRANSPORTES CAPIVARI LTDA."  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: TRANSPORTES CAPIVARI LTDA

ENDEREÇO: Av. Expedicionário José Pedro Coelho, nº 1.375, Bairro: Revoredo – Tubarão/SC.

CNPJ: 86.428.661/0001-38

VALOR: R\$ 12.031,40 (Doze mil e trinta e um Reais e quarenta Centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2017.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações. Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 14 de novembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

### LEI Nº 1.875

Publicação Nº 1442045

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.875

DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2017 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade:	2018 CONSTR. REF. AMP. MELHORIAS, ACESS. E MANUT. DAS UNID. SAÚDE
Despesa:	(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.0082 - R\$ 10.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 10.000,00	

Órgão:	02 – PODER EXECUTIVO
Unidade:	11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Projeto/Atividade:	1.011 OBRAS DE INFRA ESTRUTURA PARA ASSISTENCIA SOCIAL
Despesa:	(147) 4.5.90.00.00.00.00.00.0000 - R\$ 20.000,00
Unidade:	11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Projeto/Atividade:	2.039 MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
Despesa:	(112) 4.4.90.00.00.00.00.00.0000 - R\$ 10.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 30.000,00	

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade:	2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA
Despesa:	(5) 3.1.71.00.00.00.00.00.0082 - R\$ 40.000,00
Total do Projeto/atividade: R\$ 40.000,00	

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de Novembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito de Gravatal

Publicada no D.O.M em 01/12/2017

Bruna Mendonça Leandro

### LEI Nº 1.876

Publicação Nº 1442048

LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 1.876

DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DE POSSÍVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO PROGRAMA DO MAC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 25.000,00(Vinte e cinco mil reais).

Órgão:	03–FUNDO MUN. DE SAÚDE
Unidade:	01–Fundo Municipal de Saúde
Atividade:	2.019 Manutenção das Atividades da Atenção Básica
Despesa:	(46) 3.3.71.00.00.00.00.00.0705 25.000,00– Excesso -Mac

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes de possível excesso de arrecadação decorrentes recursos do MAC.

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de novembro de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito de Gravatal

Publicada no D.O.M em 01/12/2017

Bruna Mendonça Leandro

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO EDITAL 04/2017

Publicação Nº 1442862

DECRETO Nº 683/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
HOMOLOGA CONVOCAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO, REFERENTE AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2017 DO PROGRAMA MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS PARCELAS 01/2017 E 02/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENEZHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam convocados os beneficiados do Programa Bolsa de Estudo para realização dos trabalhos voluntários a que se inscreveram conforme Edital de Convocação nº 04/2017.

a) Período 01 – dia 01/12/2017, das 7h30min às 11h30min, na Secretaria Municipal de Educação:

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	ALESSANDRO MARCELO DIEHL
2.	CLAITON CEZAR NEUMANN
3.	NANCY CRISTINA PRESSE
4.	NATHANA GEIZA ROMIO FUNEZ
5.	LUCIMARA SCHMIDT
6.	GUILHERME MALDANER SCARAVONATTI
7.	SABRINA VICENTINI
8.	FERNANDA CAROLINA LOLATTO
9.	JOÃO AUGUSTO VOOS
10.	ÉVERLIN ISOTTON

b) Período 02 – dia 01/12/2017, das 13h30min às 17h30min, na Secretaria Municipal de Educação:

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	FELIPE GASPERIN
2.	TAINARA PALÚ
3.	FERNANDA CAROLINA LOLATTO
4.	MOISÉS GALINA
5.	LUANA CARLA SCAPIN
6.	ADRIANO POSSATO
7.	EDUARDO LETTRARI
8.	LAIRA DARIF TURRA
9.	GUILHERME MIGUEL KLEIN
10.	HUAN DIEGO FRANZOZI

c) Período 03 – dia 08/12/2017, das 8h00min às 12h00min, no Centro de Múltipluso Armando Domingos Montagna:

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	BRUNA DALPIAZ
2.	SAMARA VIEIRA
3.	SAMARA MAIKELI TONIAL
4.	KARINE DOS SANTOS
5.	EDIVANE KOSSMANN
6.	ELISON FRANCISCO PAPPPIS
7.	DÉBORA REGINA WEIMANN
8.	LUANA TREMEA
9.	NAIARA PERIN NOFRE
10.	LUCAS PRADO PEREIRA
11.	DAIANE ECKARDT

12.	PATRICIA TERCÍ
13.	LETÍCIA SCHMITT ZANETTI
14.	PATRÍCIA SILIANDRA BAUER KINZEL
15.	SABRINA VICENTINI
16.	EDUARDA CADORE
17.	MARIELE CRISTINA KLEIN
18.	EDUARDO LETTRARI
19.	RICKY ANTONIO RONCAGLIO
20.	LAURA THAÍS KROTH
21.	ADRIANO GIARETTA
22.	EDIVAN NERIQUE
23.	CLEBER CAVAGNOLI
24.	GUILHERME BAPTISTELLA
25.	JACIR LUIZ KNOB
26.	EMERSON DEQUIGIOVANI
27.	FABIANO GABRIEL DA FONTOURA
28.	MIKELI PATRICIA MAIGA
29.	JUSSARA ZILLI
30.	EZEQUIEL LETTRARI
31.	MARCO ANTONIO VINCENZI
32.	JULIA ARIELI FACCIN
33.	WILLIAN DONDONI
34.	GUILHERME MIGUEL KLEIN
35.	LUCIMARA SCHMIDT
36.	MATHEUS FINCO
37.	CLAUDIANA LAZZARI
38.	HUAN DIEGO FRANZOZI
39.	JAÍNE DEVICARI
40.	LUCAS BRUNETTO EL HAWAT DE MOURA
41.	ALEXANDRE MIGUEL SCHNEIDER
42.	CASSIANA PATRICIA BLAU
43.	ELIEZER LUNKES
44.	VITOR HUGO MORETTO
45.	GLEISSON SCHWARZ
46.	ÉVILIN FRUTUOSO
47.	MARCELO ECKARDT
48.	CRISTIANO GUILHERME REIS
49.	RENAN PELLEGRINI
50.	WILIAN PANDOLFO

d) Período 04 – dia 08/12/2017, das 13h00min às 17h00min, no Centro de Múltipluso Armando Domingos Montagna:

VAGA	NOME DO ESTUDANTE
1.	SAMARA VIEIRA
2.	GISELI CRISTINA CAPELESSO
3.	KEITHI CANEI
4.	MAIKÉLI REGINA CAPELESSO
5.	CRISTIANO GUILHERME REIS
6.	DAIANE ECKARDT
7.	WILIAN PANDOLFO
8.	MAIARA SCHULTZ
9.	ADRIANA FERRAZ
10.	LAIRA DARIF TURRA
11.	JENIFER TURANI
12.	EDUARDA CADORE
13.	EDIVANE KOSSMANN
14.	RICKY ANTONIO RONCAGLIO
15.	LUANA CARLA SCAPIN

16.	GABRIELA OLIVEIRA DE MERCEDES ASCOLLI
17.	FABRICIO BARIVIEIRA SCALCO
18.	EMERSON DEQUIGIOVANI
19.	EDUARDO LETTRARI
20.	BRUNA DALPIAZ
21.	LUANA TREMEA
22.	ALEXANDRE MIGUEL SCHNEIDER
23.	JEFERSON KLEINERT
24.	JOÃO AUGUSTO VOOS
25.	CASSIANA PATRICIA BLAU
26.	LETÍCIA SCHMITT ZANETTI
27.	ELISON FRANCISCO PAPPPIS
28.	ELIEZER LUNKES
29.	VITOR HUGO MORETTO
30.	GLEISSON SCHWARZ
31.	ÉVILIN FRUTUOSO
32.	MARCELO ECKARDT
33.	ENDIARA BAUER
34.	TAINARA STÉFANI DEMOZZI ROSSETTI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba/SC, aos 30 de novembro de 2017.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

## HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 140.2017. DOCX

Publicação Nº 1441751

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2017

PROCESSO Nº 140/2017 HOMOLOGAÇÃO: 30/11/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTALEINFANTIL, OBJETIVANDO A HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.303,00 (um mil trezentos e três reais)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.169,24 (dois mil cento e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos)

CONTRATADO: SCS COMERCIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.035,46 (dois mil e trinta e cinco reais e quarenta e seis centavos)

CONTRATADO: ROBERTO LUIZ MALDANER 73666254934

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.628,60 (um mil seiscentos e vinte e oito reais e sessenta centavos)

CONTRATADO: H C N COMERCIAL VAREJISTA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 935,98 (novecentos e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos)

=====

## RESULTADO FINAL APÓS RECURSOS PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 003/2017

Publicação Nº 1442027

DECRETO Nº 682/2017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº. 003/2017 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROQUE LUIZ MENECHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e, após o prazo de recursos da correção dos Cartões Resposta previsto no Edital do Processo Seletivo nº 003/2017

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2017 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC, conforme segue:

PROFESSOR I N1 ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
129	Adriani Dorigon	26/03/1976	4,05	1,00	0,60	2,50	8,15	1º
107	Karli Cristina Da Silveira	15/07/1989	4,50	1,00	0,40	2,20	8,10	2º
113	Vanessa Aline Gralow	20/12/1991	4,05	1,00	0,60	2,43	8,08	3º
74	Débora Trevisol	09/09/1981	4,05	0,40	0,60	2,66	7,71	4º
67	Deise Daniela Dassoler	16/10/1982	3,60	0,80	0,40	2,83	7,63	5º
168	Rosélia Balbinot	07/10/1964	4,05	0,60	0,40	2,54	7,59	6º
144	Daiane Pavin	27/10/1988	3,60	1,00	0,60	2,27	7,47	7º
24	Flávia Damin	26/02/1977	3,60	0,60	0,60	2,57	7,37	8º
80	Enelice Santin Filimbert	21/04/1967	3,15	0,80	0,40	3,00	7,35	9º
70	Cátia Fronza	06/07/1994	4,05	1,00	0,40	1,87	7,32	10º
22	Daniela Stoll Rinaldi	08/10/1987	4,05	0,60	0,40	2,09	7,14	11º
60	Fernanda Zilli	29/10/1987	4,05	0,80	0,60	1,61	7,06	12º
41	Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	3,15	0,40	0,60	2,87	7,02	13º
27	Andressa Ferronato	16/06/1993	4,05	0,80	0,40	1,75	7,00	14º
2	Ediane Benedito	08/10/1992	3,60	0,80	0,40	2,18	6,98	15º
102	Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	3,60	0,60	0,60	2,17	6,97	16º

158	Kátia Cristina Vidal Furlanetto	25/06/1985	3,60	0,60	0,20	2,54	6,94	17º
38	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	26/01/1977	3,60	0,60	0,40	2,13	6,73	18º
114	Simone Maria Romio Radavelli	26/02/1979	3,15	0,60	0,60	2,31	6,66	19º
157	Giana Barbosa Ortolan Volkweis	28/09/1969	3,15	0,60	0,40	2,50	6,65	20º
187	Greici Kely Muller	24/02/1993	3,60	1,00	0,60	1,42	6,62	21º
203	Dhenifer Coffferri Stuari	04/12/1993	4,50	0,60	0,40	1,00	6,50	22º
111	Naiane Patricia Faust De Oliveira	03/09/1990	3,60	0,40	0,40	2,10	6,50	23º
193	Leandra Valeria Schultz	03/01/1983	3,15	0,60	0,40	2,24	6,39	24º
109	Luciane Schneider	29/04/1985	3,15	0,60	0,40	2,24	6,39	25º
191	Marciane Frare	05/05/1985	4,05	0,60	0,60	1,00	6,25	26º
50	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,50	0,60	0,60	0,50	6,20	27º
105	Simone Martinazzo Spinelli	12/12/1986	4,05	0,60	0,40	1,00	6,05	28º
78	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	17/05/1983	3,60	1,00	0,20	1,23	6,03	29º
142	Marciele Huning Dos Santos	26/05/1990	3,15	0,80	0,40	1,50	5,85	30º
170	Simone Bedin	03/11/1986	3,60	0,60	0,60	1,00	5,80	31º
198	Kely Regina Dal Cin Franzosi	04/06/1985	3,15	0,80	0,40	1,45	5,80	32º
15	Fernanda Maria Welter	13/12/1985	3,15	0,60	0,40	1,48	5,63	33º
156	Gabriela Paludo	13/06/1995	3,60	0,40	0,60	1,00	5,60	34º
206	Aline Carla Menegotto	02/06/1995	4,05	0,80	0,60	0,00	5,45	35º
143	Maria Carolina Araujo Johner	08/05/1994	4,05	0,80	0,40	0,17	5,42	36º
10	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	3,60	0,60	0,60	0,59	5,39	37º
76	Thais Regina Santin	24/04/1995	3,60	0,60	0,40	0,74	5,34	38º
123	Denise Faust De Oliveira	01/08/1989	3,15	0,60	0,40	1,05	5,20	39º
133	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	21/09/1992	3,15	0,40	0,60	1,00	5,15	40º
97	Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	3,15	0,40	0,40	-	3,95	Desc.
151	Tânia Gonzatti Hoelscher	15/03/1975	3,15	0,40	0,40	-	3,95	Desc.
180	Sandra Fátima Welter Zilli	30/10/1982	3,15	0,40	0,40	-	3,95	Desc.
92	Marines Graff Mossmann	08/07/1983	3,15	0,40	0,40	-	3,95	Desc.
135	Marlene Santin Parisotto	02/09/1966	2,70	0,80	0,40	-	3,90	Desc.
136	Maiki Raquel Dalpozzo	27/04/1998	3,15	0,40	0,20	-	3,75	Desc.
8	Marivane Luiza Romio Geller	16/03/1979	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
56	Claudiane De Fatima Dos Santos	22/12/1985	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
18	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
153	Nair Lolato	22/02/1963	2,70	0,40	0,40	-	3,50	Desc.
33	Jeanice Muller	17/04/1986	2,70	0,60	0,20	-	3,50	Desc.
31	Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	2,25	0,60	0,60	-	3,45	Desc.
139	Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	2,25	0,60	0,60	-	3,45	Desc.
65	Prescila Elena Moreira	08/06/1992	3,15	0,20	0,00	-	3,35	Desc.
199	Eliane Borsatto Ferronato	25/11/1973	2,70	0,40	0,20	-	3,30	Desc.
47	Geane Marcia Christofoli Da Silva	30/11/1973	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
52	Kielin Zelinda Frare De Giacometi Minetto	20/05/1990	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.
100	Claudete Faust	02/01/1973	1,80	0,60	0,40	-	2,80	Desc.
68	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	1,80	0,40	0,40	-	2,60	Desc.
35	Loreci Marques	18/02/1975	1,80	0,60	0,20	-	2,60	Desc.
149	Ana Melita Lamb	23/06/1960	1,35	0,80	0,40	-	2,55	Desc.
54	Silvia Oliva Dondoni Isotton	19/03/1978	0,90	0,60	0,60	-	2,10	Desc.
166	Marcia De Lima	02/07/1988	0,00	0,00	0,00	-	0,00	Desc.
124	Elaine Neumann Paula	Faltante						Desc.

29	Vanessa Caroline Kuhn	Faltante							Desc.
PROFESSOR I N1 EDUCAÇÃO INFANTIL									
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.	
112	Vanessa Aline Gralow	20/12/1991	4,05	1,00	0,60	2,43	8,08	1º	
94	Enelice Santin Filimbert	21/04/1967	3,15	0,80	0,60	3,00	7,55	2º	
169	Rosélia Balbinot	07/10/1964	3,60	0,60	0,40	2,54	7,14	3º	
71	Cátia Fronza	06/07/1994	4,05	0,80	0,40	1,87	7,12	4º	
91	Gabriela Paludo	13/06/1995	4,50	0,60	0,60	1,00	6,70	5º	
23	Flávia Damin	26/02/1977	2,70	0,80	0,60	2,57	6,67	6º	
17	Cristiane Paula Frohlich Belló	13/05/1989	3,15	0,60	0,40	2,36	6,51	7º	
104	Simone Martinazzo Spinelli	12/12/1986	4,05	0,80	0,60	1,00	6,45	8º	
21	Daniela Stoll Rinaldi	08/10/1987	3,15	0,60	0,40	2,09	6,24	9º	
61	Fernanda Zilli	29/10/1987	2,70	0,80	0,60	1,61	5,71	10º	
192	Marciane Frare	05/05/1985	3,15	0,60	0,60	1,00	5,35	11º	
64	Prescila Elena Moreira	08/06/1992	3,15	0,60	0,40	1,08	5,23	12º	
121	Neuza Darif	14/07/1975	3,15	0,60	0,40	1,00	5,15	13º	
174	Joice Franzosi	01/09/1982	3,15	0,60	0,40	1,00	5,15	14º	
49	Josenara Tais Heck	23/07/1995	3,15	0,60	0,40	0,50	4,65	15º	
213	Carla Claudia Dos Santos	13/04/1985	3,60	0,40	0,60	0,00	4,60	16º	
1	Ediane Benedito	08/10/1992	2,70	0,80	0,40	-	3,90	Desc.	
6	Josiani Carine Comassetto	01/07/1993	2,70	0,80	0,40	-	3,90	Desc.	
190	Débora Luana Haupenthal	13/01/1995	2,70	0,80	0,40	-	3,90	Desc.	
40	Vanderlene Perin Bianchi	23/11/1979	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.	
181	Sandra Fátima Welter Zilli	30/10/1982	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.	
122	Denise Faust De Oliveira	01/08/1989	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.	
195	Marcia Bogus	17/02/1990	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.	
28	Andressa Ferronato	16/06/1993	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.	
75	Thais Regina Santin	24/04/1995	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.	
81	Elenice Cristina Camera	06/06/1972	2,25	0,80	0,60	-	3,65	Desc.	
101	Claudete Faust	02/01/1973	2,70	0,40	0,40	-	3,50	Desc.	
51	Marisane Aparecida Zimmer Antunes	08/11/1977	2,70	0,60	0,20	-	3,50	Desc.	
55	Silvia Oliva Dondoni Isotton	19/03/1978	2,70	0,60	0,20	-	3,50	Desc.	
93	Marines Graff Mossmann	08/07/1983	2,70	0,40	0,40	-	3,50	Desc.	
11	Cleide De Fatima Netto Isoton	20/05/1981	2,25	0,60	0,60	-	3,45	Desc.	
141	Marciele Huning Dos Santos	26/05/1990	2,25	0,80	0,40	-	3,45	Desc.	
154	Nair Lolato	22/02/1963	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.	
32	Ana Celia Lopes Pereira	17/03/1970	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.	
48	Geane Marcia Christofoli Da Silva	30/11/1973	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.	
3	Janaina Ramon Negri	17/10/1980	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.	
108	Luciane Schneider	29/04/1985	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.	
16	Fernanda Maria Welter	13/12/1985	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.	
106	Karli Cristina Da Silveira	15/07/1989	1,80	1,00	0,40	-	3,20	Desc.	
167	Marcia De Lima	02/07/1988	2,70	0,40	0,00	-	3,10	Desc.	
26	Fátima Hoffmann	16/07/1976	2,25	0,40	0,40	-	3,05	Desc.	
9	Marivane Luiza Romio Geller	16/03/1979	2,25	0,40	0,40	-	3,05	Desc.	
34	Jeanice Muller	17/04/1986	2,25	0,60	0,20	-	3,05	Desc.	
173	Silvia Rebonatto	23/02/1980	1,80	0,60	0,60	-	3,00	Desc.	



134	Vanessa Aparecida Nilsson Paulus	21/09/1992	1,80	0,60	0,60	-	3,00	Desc.
130	Adriani Dorigon	26/03/1976	1,35	1,00	0,60	-	2,95	Desc.
13	Tatiane Maria Kummer	20/11/1995	2,25	0,40	0,20	-	2,85	Desc.
36	Loreci Marques	18/02/1975	1,80	0,60	0,40	-	2,80	Desc.
210	Luciane Betina Kinsel Seibel	08/07/1985	1,80	0,40	0,60	-	2,80	Desc.
201	Rafaela Cristina Rebonatto	11/03/1989	1,80	0,80	0,20	-	2,80	Desc.
53	Kielin Zelinda Frare De Giacometi Minetto	20/05/1990	1,80	0,40	0,60	-	2,80	Desc.
19	Rubia Cristina Kosmann	21/05/1996	1,80	0,60	0,40	-	2,80	Desc.
200	Adriana Ismélia Weimann Palú	06/06/1974	1,80	0,40	0,40	-	2,60	Desc.
57	Claudiane De Fatima Dos Santos	22/12/1985	1,80	0,40	0,40	-	2,60	Desc.
39	Sandra Rodrigues Da Silva Isotton	26/01/1977	1,35	0,60	0,60	-	2,55	Desc.
115	Simone Maria Romio Radavelli	26/02/1979	1,35	0,60	0,60	-	2,55	Desc.
79	Ivanilde Batista Ribeiro Ritter	17/05/1983	1,35	1,00	0,20	-	2,55	Desc.
140	Maichele Daiane Passarin	26/10/1988	1,35	0,60	0,60	-	2,55	Desc.
103	Fabiane Cristina Weppo	22/10/1992	1,35	0,60	0,60	-	2,55	Desc.
98	Marisa Pedrinha Turani Alba	30/06/1968	1,35	0,40	0,60	-	2,35	Desc.
148	Ana Melita Lamb	23/06/1960	1,35	0,60	0,20	-	2,15	Desc.
155	Débora Regina Weimann	24/12/1996	1,35	0,40	0,40	-	2,15	Desc.
127	Ariane Devicari	25/10/1991	0,90	0,60	0,40	-	1,90	Desc.
125	Elaine Neumann Paula	Faltante						Desc.

## PROFESSOR II N1 ARTE

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
196	Cleusa de Fatima Nunes de Arnote Klgemberg	19/02/1973	3,15	0,60	0,40	2,04	6,19	1º
87	Nadio Diogo Reolon	16/09/1983	4,50	0,60	0,60	0,00	5,70	2º
150	Ivanda Cardoso Lago	25/06/1976	3,15	0,60	0,40	1,00	5,15	3º
177	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
72	Marinilze Juchen	29/06/1992	2,70	0,60	0,40	-	3,70	Desc.
160	Gracielle Isabel Corte	29/03/1980	2,25	0,40	0,40	-	3,05	Desc.
145	Silvana Ester Delevatti	24/08/1988	1,80	0,20	0,40	-	2,40	Desc.

## PROFESSOR II N1 CIÊNCIAS

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
165	Sandra Regiani Wastowski Gasperin	26/07/1979	4,50	0,80	0,40	3,00	8,70	1º
208	Marcieli Juliana Agostini	28/06/1983	4,05	0,60	0,40	2,85	7,90	2º
185	Gelavir Picinin	05/06/1976	4,50	0,80	0,60	1,85	7,75	3º
58	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	27/04/1977	3,60	0,60	0,40	2,06	6,66	4º

## PROFESSOR II N1 EDUCAÇÃO FÍSICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
146	Natieli Borla	11/03/1991	3,60	0,80	0,60	2,05	7,05	1º
184	Aclidio Pecos Valduga	17/07/1987	3,60	0,40	0,40	2,22	6,62	2º
99	Dionara Marcia Casagrande	05/11/1991	2,70	1,00	0,60	2,26	6,56	3º
4	Sabrina Priscila Simioni	17/05/1990	3,15	0,40	0,60	2,40	6,55	4º
178	Fernanda Lucia Rosanelli	09/04/1984	3,60	1,00	0,40	1,21	6,21	5º
176	Ana Paula Goncalves	26/07/1992	3,15	0,80	0,60	1,24	5,79	6º
63	Everlin Isotton	18/04/1994	3,15	0,80	0,60	0,38	4,93	7º
5	Jeane Muller	31/03/1996	3,15	0,40	0,60	0,16	4,31	8º



126	Emerson Maico Baierle	06/06/1992	2,70	0,60	0,60	-	3,90	Desc.
138	Giovani Macedo	12/08/1989	2,25	0,60	0,60	-	3,45	Desc.
77	Simoní Katia Lazarotto	02/11/1993	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
62	Carolina Brustolin	20/10/1995	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
202	Michael Back	03/02/1990	2,25	0,80	0,00	-	3,05	Desc.
7	Josiani Carine Comassetto	01/07/1993	1,80	0,80	0,40	-	3,00	Desc.
116	Paloma Mezzomo	07/04/1993	2,25	0,20	0,40	-	2,85	Desc.
82	Fernando Cavalli	21/11/1976	1,80	0,40	0,60	-	2,80	Desc.
128	Simone Cristina Bencke	13/10/1979	1,80	0,40	0,60	-	2,80	Desc.
197	Jaqueline Lazzari	25/05/1993	1,80	0,60	0,40	-	2,80	Desc.
25	Nelsi De Fátima Marques Hoelscher	10/08/1976	1,80	0,60	0,20	-	2,60	Desc.
88	Sirlei Rubin	30/03/1993	1,35	0,40	0,60	-	2,35	Desc.
175	Grazieli Loff Piola	11/11/1992	1,35	0,40	0,20	-	1,95	Desc.
189	Vanderlei Bortoluzzi	15/10/1981	0,90	0,60	0,40	-	1,90	Desc.

## PROFESSOR II N1 ESPANHOL

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
30	Vanderleia Aparecida Konflanz	11/10/1983	5,40	0,80	0,40	1,87	8,47	1º

## PROFESSOR II N1 GEOGRAFIA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
37	Samara De Fátima Ames Ritter	12/05/1980	4,50	0,40	0,60	2,88	8,38	1º
147	Marister Fontana	10/05/1969	3,15	0,60	0,40	0,00	4,15	2º
163	Leandro Manoel Pierozan	Faltante						Desc.

## PROFESSOR II N1 HISTÓRIA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
171	Debora Eliane Antunes Picinin	18/03/1977	4,05	0,80	0,60	1,30	6,75	1º
182	Patricia Maria Vani Zanotti	12/02/1989	2,70	0,40	0,60	-	3,70	Desc.
214	Isabel Miezmowski	Faltante						Desc.

## PROFESSOR II N1 INGLÊS

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
161	Thalles Finco	26/05/1998	2,25	0,60	0,40	-	3,25	Desc.
119	Raquel Meurer	15/06/1982	1,35	0,40	0,40	-	2,15	Desc.

## PROFESSOR II N1 MATEMÁTICA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
172	Loriane Smaniotto	25/01/1981	5,40	0,80	0,60	2,17	8,97	1º
159	Adriana Balestro Fritzen	10/03/1985	4,95	0,40	0,40	2,87	8,62	2º
164	Patrícia Cristina Macedo	29/05/1988	4,95	0,40	0,40	2,45	8,20	3º
186	Gelavir Picinin	05/06/1976	4,50	0,80	0,60	1,80	7,70	4º
179	Matheus Finco	26/05/1998	4,50	0,80	0,40	0,00	5,70	5º
42	Ana Balensiefer	24/07/1964	2,25	0,40	0,60	-	3,25	Desc.
96	Tainara Aprecida Nilsson Paulus	21/10/1998	1,35	0,40	0,40	-	2,15	Desc.

## PROFESSOR II N1 PORTUGUÊS

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
-------	-----------	------------	----	----	----	---------	-------	--------

118	Raquel Meurer	15/06/1982	3,60	0,60	0,40	1,16	5,76	1º
162	Thalles Finco	26/05/1998	3,15	0,60	0,40	0,00	4,15	2º
205	Gabriela Heinen	03/07/1990	2,70	0,80	0,20	-	3,70	Desc.
183	Bruna Pereira Da Luz	24/02/1995	2,25	0,80	0,20	-	3,25	Desc.
69	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	1,35	0,60	0,40	-	2,35	Desc.

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme determinado em edital.

Art. 3º. A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º. Os desempates estão de acordo com o Item 7 do Edital.

Art. 5º. Os cartões de resposta encontram-se disponíveis para consulta mediante acesso ao site da Ameosc [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br), na área de acesso restrito ao candidato.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba - SC, 30 de Novembro de 2017.

ROQUE LUIZ MENECHINI

Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 220/2017 PMG

Publicação Nº 1442376

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão Presencial 220/2017 PMG

Processo Licitatório: 220/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE TOQUE MUSICAL PARA ATENDER AO PROJETO CONVIVER (CLUBE DE IDOSOS).

Entrega dos Envelopes: 14/12/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 14/12/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 30 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 221/2017 PMG

Publicação Nº 1442378

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão Presencial 221/2017 PMG

Processo Licitatório: 221/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS NOVAS A BASE DE TROCA PARA A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 29/01/2018 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 29/01/2018 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 30 de novembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito

### AVISO LICITACAO 225 2017

Publicação Nº 1442775

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: TOMADA DE PREÇO -225/2017
Tipo : Menor Preço – Por Item
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF PADRE MATHIAS MARIA STEIN.
Entrega dos Envelopes: 18/12/2017 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 18/12/2017 às 09:00 h
Local : Secretaria de Educação de Guaramirim, Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00 – 13:00 às 17:00, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 29/11/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 853/2017

Publicação Nº 1442493

DECRETO Nº. 853/2017

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4464/2017, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura  
001 - Secretaria de Infraestrutura  
0026.0782.0011.2091 - Manutenção e Abertura de Estradas, Canais, Córregos e Valas  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 200.000,00

17 - Hospital Municipal Santo Antônio  
001 - Hospital Municipal Santo Antônio  
0010.0302.0006.2036 - Manutenção do Atendimento Hospitalar - HMSA  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01020000 -Receitas de Impostos – Saúde ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação do item abaixo relacionado:

01 - Câmara Municipal de Vereadores  
001 - Câmara Municipal de Vereadores  
0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3339000000000000 - Aplicações diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 250.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de novembro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 226/2017 – PMG.

Publicação Nº 1442574

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 226/2017 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E RETIRADA DE ARABESCOS E FIGURAS LUMINOSAS NOS POSTES DA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO.  
Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.  
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: KLARIN SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO LTDA-ME, sob o CNPJ nº 04.259.903/0001-42, estabelecida na Rua Silveira Junior, nº 69, Sala 01, Bairro Centro, Guaramirim - SC.  
Valor: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Guaramirim (SC), 30 de novembro de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DE ATA DE RP Nº15/2015 - HSA

Publicação Nº 1441944

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2017 - HSA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 15/2017

Objeto: Aquisição de material de enfermagem.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º15/2017 - HSA  
Órgão Gestor: Hospital Municipal Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 84.092.709/0001-54, com sede na Rua João Butschardt, n.º05, Município de Guaramirim (SC).

Fornecedor: ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, 2320, em Rio do Sul, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 00.802.002/0001-02

Valor: R\$ 975,01 (novecentos e setenta e cinco reais e um centavo).

Fornecedor: DISQUEMED DISTRIBUIDORA PROD HOSPITALARES LTDA, com sede na Rua Américo Vespúcio, 995, em Joinville, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 01.306.465/0001-38

Valor: R\$ 19.040,00 (dezenove mil e quarenta reais).

Fornecedor METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22, estabelecida na TRAVESSA BOA ESPERANCA, FUNDO CANOAS, município de Rio do Sul /SC

Valor: R\$ 1.954,08 (hum mil novecentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos).

Fornecedor: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.537.945/0001-05, estabelecida na VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUENRICH, ITROUPAVA NORTE, município de Blumenau /SC

Valor: R\$ 17.508,00 (dezessete mil quinhentos e oito reais).

Vigência: Início: 23/11/2017 Término: 22/11/2018.

Guaramirim-SC, 30 de novembro de 2017.

JOCELIO VOLTOLINI

GESTORA HSA

## EXTRATO DO CONTRATO 83/2017- PMG

Publicação Nº 1442384

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO 83/2017- PMG  
Processo Licitatório nº: 185/2017- PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM(SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: ELIANA CAMARGO CORREIA UTZIG- MEI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.457.149/0001-98, estabelecida na Rua Hugo Praun, n.º 78, apto. 504, bairro Centro, município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 24.450,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 17/11/2017 Vigência: 16/11/2018

GUARAMIRIM (SC), 30/11/2017  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 119/2017**

Publicação Nº 1442497

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 119/2017**

Cria cargos e altera dispositivos da Lei Complementar nº. 007/2001 de 23/11/2001.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Cria os cargos abaixo relacionados que passam a integrar o Anexo: III – Quadro Permanente, da Lei Complementar nº. 07/2001:

**I – OAG - Atividades Operacionais e de Administração Geral:**

Código	Nome do Cargo	Vagas	Horas semanais	Nível de Vencimentos
30205	Instrutor de Percussão	01	20	038-A ao 49A
30206	Instrutor de Violão	01	20	038-A ao 49A
30207	Instrutor de Artes Cênicas	01	20	038-A ao 49A

**II – ANS – Atividades de Nível Superior:**

Código	Nome do Cargo	Vagas	Horas semanais	Nível de Vencimentos
30208	Professor de Canto Coral	01	20	038-IB ao 48

Parágrafo único. Os Anexos da presente lei contêm as definições dos cargos criados neste artigo, do qual farão parte do Anexo VI - Definição dos Cargos, da Lei Complementar nº. 007/2001.

Art. 2º. O Anexo III – Quadro Permanente, da Lei Complementar nº. 07/2001, passa a vigorar com a alteração da nomenclatura do cargo abaixo relacionado:

**OAG - Atividades Operacionais e de Administração Geral:**

Código	Nome do Cargo
30085	Instrutor de Dança com Habilitação em Balé

Art. 3º. O Anexo VI da Lei Complementar nº. 07/2001 passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“ANEXO VI****GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS**

Título do Cargo: Professor de Música com especialização em trompete e trompa

Requisitos: Licenciatura plena em música, comprovação no mínimo de 3 anos de atuação em atividades de cultura ou educacional nos instrumentos de sopro de metal, trompete ou trompa;

**GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS**

Título do Cargo: Professor de Música com especialização em Tuba, Eufonio e Trombone de Vara

Requisitos: Licenciatura plena em música, comprovação no mínimo de 3 anos de atuação em atividades de cultura ou educacional nos instrumentos de sopro de metal, trombone, tuba ou eufônio;

**GRUPO II – ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – OAG**

Título do Cargo: Instrutor de Dança com Habilitação em Balé

Requisitos: Ensino médio completo, curso técnico em dança com especialização em Balé, comprovação no mínimo de 3 anos de atuação em atividades de cultura ou educacional em balé.

..... ” (NR)

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de novembro de 2017.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2001  
ANEXOVI – DEFINIÇÃO DOS CARGOS

GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG  
TÍTULO DO CARGO: Instrutor de Percussão

Descrição do Cargo:

Planejar e ministrar aulas de percussão em diferentes níveis; executar o instrumento, conhecer a fundamentação teórica do mesmo; executar e avaliar programas de ensino de percussão para os diferentes cursos oferecidos pela instituição e desenvolver outras atividades docentes, culturais e artísticas; zelar pela aprendizagem dos alunos; realizar o controle de frequência dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidas; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento.

Responsabilidade:

Pelo serviço executado;  
Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

Requisitos:

Ensino médio completo, curso técnico em percussão, comprovação no mínimo 3 anos de atuação em atividades de cultura ou educacional em percussão.

Promoção ou Acesso:

Conforme estabelecido neste Plano.

Atividades Típicas:

Ministrar aulas de percussão;  
Exercício das atribuições inerentes ao ensino de musicalização e de percussão;  
Trabalhar as técnicas instrumentais, incentivar o estudo específico do instrumento, fazer arranjos musicais e trabalhar diversos repertórios;  
Incentivar a formação de grupo, promover eventos e apresentações em benefício do município;  
Elaborar programas de atividades, baseando-se na comprovação de necessidades, capacidades e objetivos visados;  
Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2001  
ANEXOVI – DEFINIÇÃO DOS CARGOS

GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG  
TÍTULO DO CARGO: Instrutor de Violão

Descrição do Cargo:

Planejar e ministrar aulas de violão em diferentes níveis; executar o seu instrumento, conhecer a fundamentação teórica do mesmo; executar e avaliar programas de ensino de violão para os diferentes cursos oferecidos pela instituição e desenvolver outras atividades docentes, culturais e artísticas; zelar pela aprendizagem dos alunos; realizar o controle de frequência dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidas; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento.

Responsabilidade:

Pelo serviço executado;  
Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

Requisitos:

Ensino médio completo, curso técnico em Violão e experiência comprovada de no mínimo 3 anos de participação em atividades de cultura ou educacional em Violão.

Promoção ou Acesso:

Conforme estabelecido neste Plano.

Atividades Típicas:

Ministrar aulas de violão;  
Exercício das atribuições inerentes ao ensino de musicalização e do instrumento de violão;  
Trabalhar as técnicas instrumentais, incentivar o estudo específico do instrumento, fazer arranjos musicais e trabalhar diversos repertórios;  
Incentivar a formação de grupo, promover eventos e apresentações em benefício do município;  
Elaborar programas de atividades, baseando-se na comprovação de necessidades, capacidades e objetivos visados;



Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2001  
ANEXOVI – DEFINIÇÃO DOS CARGOS

GRUPO II - ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL - OAG  
TÍTULO DO CARGO: Instrutor de Artes Cênicas

Descrição do Cargo:

Orientar os alunos na aprendizagem de prestidigitação, auxiliando os alunos quanto à caracterização, orientando-os na escolha de vestimenta, máscaras, maquiagem, acessórios entre outros; elaborar ou selecionar pequenas peças e esquetes cômicos, de acordo com o nível de aprendizagem dos alunos e o interesse do público em geral; ensaiar com os alunos, pantomimas e outras pequenas peças cômicas para apresentação ao público em geral; acompanhar e supervisionar o trabalho de cada aluno, apontando e corrigindo falhas operacionais, para assegurar a eficiência da aprendizagem; avaliar os resultados da aprendizagem para verificar o aproveitamento e o grau de qualificação dos alunos; motivar e aconselhar os alunos, a fim de contribuir para a incorporação de hábitos e atitudes que facilitem o desenvolvimento psicossocial dos mesmos; elaborar, coordenar e desenvolver com os alunos eventos a serem apresentados à comunidade.

Responsabilidade:

Pelo serviço executado;

Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

Requisitos:

Ensino médio completo, curso em Artes Cênicas (teatro) e experiência comprovada de no mínimo 3 anos de participação em atividades de cultura ou educacional em Artes Cênicas.

Promoção ou Acesso:

Conforme estabelecido neste Plano.

Atividades Típicas:

Exercício das atribuições inerentes ao ensino de artes cênicas, conforme descrição do cargo;

Incentivar a formação de grupo, promover eventos e apresentações em benefício do município;

Elaborar programas de atividades, baseando-se na comprovação de necessidades, capacidades e objetivos visados;

Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.

LEI COMPLEMENTAR Nº 007/2001  
ANEXOVI – DEFINIÇÃO DOS CARGOS

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS  
TÍTULO DO CARGO: Professor de Canto Coral

Descrição do Cargo:

Planejar e realizar a prática de Canto Coral (infanto-juvenil e de adultos), congregando alunos dos diversos cursos mantidos pela instituição, participar do planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e atividades didáticas, culturais e artísticas, zelar pela aprendizagem dos alunos; realizar o controle de frequência dos alunos; ministrar os dias letivos e as horas-aula estabelecidos; participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento; conhecer a fisiologia da voz e a fundamentação teórica do canto, elaborar, executar e avaliar programas de ensino do canto para os diferentes cursos oferecidos pela instituição e desenvolver outras atividades docentes, culturais e artísticas.

Responsabilidade:

Pelo serviço executado;

Pelo material de consumo, equipamentos e material permanente à sua disposição.

Requisitos:

Licenciatura em Música ou equivalência e experiência comprovada no mínimo de 3 anos de participação em atividades de cultura ou educacional em Canto Coral.

Promoção ou Acesso:

Conforme estabelecido neste Plano.

Atividades Típicas:

Exercício das atribuições inerentes a descrição do cargo;

Orientar oficinas e atividades de canto coral visando o desenvolvimento de habilidades artísticas relacionadas a canto e formação de coral;

Incentivar a formação de grupo, promover eventos e apresentações em benefício do município;

Executar tarefas de mesma natureza ou nível de dificuldade.

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 120/2017**

Publicação Nº 1442498

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 120/2017**

Altera o Anexo VI da Lei Complementar nº. 007/2001, de 23/11/2001.

O Prefeito Municipal de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo VI da Lei Complementar nº. 07/2001 passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“ANEXO VI**

.....  
**GRUPO IV – TRANSPORTES E SERVIÇOS AUXILIARES - TSA**  
Título do Cargo: Motorista Automóvel/Furgão

.....  
Requisitos: 1º Grau completo, 01 (um) ano de experiência profissional comprovada na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou contrato de trabalho com órgão público e possuir Carteira Nacional de Habilitação para dirigir Automóvel e Furgão.

..... ” (NR)

Art. 2º. O novo requisito do cargo especificado no art. 1º será obrigatório apenas para as contratações a partir da publicação desta lei.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de novembro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4464/2017**

Publicação Nº 1442494

**LEI Nº. 4464/2017**

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a abertura de um crédito suplementar no valor de até 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura  
001 - Secretaria de Infraestrutura  
0026.0782.0011.2091 - Manutenção e Abertura de Estradas, Canais, Córregos e Valas  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 200.000,00

17 - Hospital Municipal Santo Antônio  
001 - Hospital Municipal Santo Antônio  
0010.0302.0006.2036 - Manutenção do Atendimento Hospitalar - HMSA  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01020000 - Receitas de Impostos – Saúde ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para o presente crédito suplementar provêm da anulação do item abaixo relacionado:

01 - Câmara Municipal de Vereadores  
001 - Câmara Municipal de Vereadores  
0001.0031.0001.2001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal  
3339000000000000 - Aplicações diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 250.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de novembro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4465/2017**

Publicação Nº 1442495

**LEI Nº. 4465/2017**

Cria a Cota de Contribuição Facultativa (CCF) da 2ª Companhia do 14º Batalhão de Polícia Militar.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Cota de Contribuição Facultativa (CCF) neste município, com a finalidade de prover recursos financeiros oriundos de contribuições facultativas de pessoas jurídicas ou físicas a serem destinados à Organização Policial Militar (OPM) sediada em Guaramirim para reequipamento, aquisição de viaturas e armamentos, de material permanente e de consumo, combustível, alimentação, serviços específicos de ordem geral e demais despesas correntes e de capital, aquisição de bens imóveis, construção, ampliação e conservação de instalações da OPM.

Art. 2º. Os recursos financeiros oriundos das contribuições de pessoas jurídicas ou físicas serão creditados na conta nº. 30.647-9 denominada PMSC/Guaramirim/Convênio, conforme previsão contida no inciso III, letra 'b' da Cláusula Segunda, do Convênio de Rádio Patrulha de nº. PMSC 35110/2017.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de novembro de 2017.  
Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Guatambú

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA RP 38/2017

Publicação Nº 1442480

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE GUATAMBU  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA Nº: 38/2017

DETENTORAS: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA –EPP; ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP; AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA –ME; NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME.  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDIMENTO AOS GRUPOS DO NASF E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Empresa	Itens	Descrição	Un	Qtde	VL.Unit.	Valor Total Item
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	2	Achocolatado em pó. Instantâneo, enriquecido com 6 vitaminas no mínimo, embalagem com aproximadamente 400g, prazo de validade mínimo 10 meses a contar da data de entrega.	Pct	20,00	4,65	93,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	6	Água mineral natural, fluoretada, sem gás, embalagem de 500 ml.	UN	50,00	1,55	77,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	7	Alecrim desidratado, embalagem de aproximadamente 5gramas	Pct	20,00	5,70	114,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	9	Aveia em flocos finos, embalada em caixa de papel com 200g cada	Pct	50,00	2,80	140,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	10	Azeite de Oliva, puro, extra virgem, frasco de vidro escuro, contendo aproximadamente 500 ml, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ser registrado no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde	UN	5,00	18,70	93,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	12	Bala dura sabor hortelã, embalagem com aproximadamente 700 gramas	Pct	10,00	10,15	101,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	13	Bala dura sabor tutti-frutti tamanho tipo miçanga, embalagem com aproximadamente 500 gramas	Pct	20,00	8,40	168,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	15	Bala mastigável de iogurte sabor morango embalagem com aproximadamente 560 gramas	Pct	10,00	7,05	70,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	22	Bolacha doce sortida. Embalagem de 400gr. Prazo de validade com no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	Pct	30,00	3,80	114,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	29	Canela em pó. Embalagem primária: tubo ou saco plástico contendo De 20 g. Validade mínima: 06 meses.	Pct	20,00	5,08	101,60
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	32	Chá em sachê nos sabores hortelã, camomila, cidreira, maçã com canela, erva-doce, frutas silvestres com 10 unidades. Embalagem com 20 gr.	CX	200,00	4,60	920,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	33	Colheres de café em plástico. Embalagem com 50 unidades.	Pct	60,00	4,70	282,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	39	Erva-mate para chimarrão sem açúcar. Embalagem com 1 quilo. Data de fabricação com no máximo 2 meses da data de entrega.	KG	100,00	12,30	1.230,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	44	Leite de vaca semidesnatado, UHT, embalagem tetra pack de 1L. Prazo de validade de 2 meses a contar da data da entrega	UN	100,00	3,40	340,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	49	Milho para pipoca tipo 1, preparados com matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas e parasitos e de detritos animais ou vegetais com no máximo de 15% de umidade - emb. 500g.	Pct	10,00	3,99	39,90
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	50	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	UN	10,00	4,05	40,50
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	51	Orégano desidratado, embalagem de aproximadamente 5g.	Pct	20,00	3,10	62,00
AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	56	Pêssego em calda, preparado com frutas maduras, sãs, limpas, em metades com consistência própria, sem caroço. Frutas com cor, cheiro e sabor característico. Embalagem: lata de folha de flandres com 830g, em perfeito estado de conservação, as latas não poderão estar amassadas. Prazo de validade mínimo 06 meses a partir da data de entrega.	UN	65,00	10,45	679,25

ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	3	Açúcar cristal, não refinado, pacote com 5 kg, origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, em embalagem plástica, transparente, resistente. Deve constar data de fabricação e validade mínima de 10 meses a contar da data de entrega.	Pct	40,00	12,40	496,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	4	Adoçante líquido a base de stévia ou sucralose, livre de ciclamato, sacarina, aspartame e acessulfame. Embalagem com aproximadamente 200ml.	UN	10,00	8,85	88,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	5	Água mineral natural, fluoretada, sem gás, embalagem de 5 litros.	UN	30,00	5,95	178,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	11	Azeitona verde, em conserva inteira sem caroço, imersos em salmoura de concentração apropriada, em recipientes herméticos, coloração uniformes, atendendo as condições gerais do código sanitário de alimentos. Acondicionada em embalagem com 200 g devendo ser considerado como peso líquido do produto drenado Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir data de entrega.	Pct	65,00	7,10	461,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	14	Bala mastigável de banana, embalagem com 700 gramas	Pct	10,00	10,20	102,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	17	Bebida láctea, embalagem em polietileno contendo 1litro do produto. Resfriado no máximo 10° C Prazo de validade 45 dias; sabores morango, coco e pêssego; e com registro no Ministério da Agricultura.	UN	50,00	5,20	260,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	20	Biscoito doce tipo champagne, formato retangular ovalado, coberto com açúcar. Acondicionadas em pacotes de polipropileno, atóxico, hermeticamente vedados e embalados em caixa de papelão limpa, íntegra e resistente. Produzido, embalado em entregue em conformidade com a legislação sanitária vigente. Embalagem contendo aproximadamente 180g, Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	Pct	65,00	4,99	324,35
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	21	Biscoito industrializado salgado integral. Embalagem com 400gr. Prazo de validade com no mínimo 6 meses a contar da data de entrega.	Pct	30,00	7,35	220,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	25	Bombom tipo wafer recheado com chocolate e flocos de arroz e cobertura sabor chocolate branco, peso unitário 21,5g. Embalagem de 1kg com prazo de validade de 6 meses a partir da data de entrega.	Pct	10,00	33,20	332,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	26	Bombons sortidos, caixa com 400 gramas, contendo bombons tipo: wafer recheado coberto com chocolate meio amargo, bombom chocolate ao leite, bombom de chocolate recheado com amendoim, bombom recheado coberto com flocos e chocolate, bombom de chocolate com recheio sabor morango, bombom de chocolate recheado com leite maltado, bombom recheado com coco, bombom de chocolate recheado com caramelo e leite maltado, entre outros.	CX	65,00	11,90	773,50
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	28	Café solúvel granulado, embalagem de vidro com 200g, com selo da ABIC	UN	60,00	14,50	870,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	41	Guardanapo de papel de folha simples de alta qualidade de 31cm x 30 cm. Embalagem com 50 unidades.	Pct	200,00	3,15	630,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	42	Iogurte integral, natural, obtido de leite pasteurizado, sem adição de polpa de frutas ou saborizantes, sem adição de açúcar, com consistência cremosa ou firme, com prazo de validade de 30 dias, a partir da data de recebimento. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, e registro nos órgãos competentes	Ltr	100,00	4,50	450,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	53	Panetone industrializado com gotas de chocolate embalado em caixa de papel. Embalagem com 500 grs.	UN	65,00	19,85	1.290,25
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	57	Sal refinado iodado, pacote com 1 kg, prazo de validade mínimo de 10 meses a contar da data de entrega.	Pct	2,00	2,00	4,00
ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME	60	Suco de fruta natural, industrializado, concentrado, líquido, sabores: maracujá, goiaba, uva e pêssego. Embalagem com 500ml.	UN	100,00	7,65	765,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	27	Café em pó. Embalagem fechada à vácuo, com grau de torra tradicional e com 500 gr. Prazo de validade com no mínimo 3 meses a contar da data de validade.	CX	60,00	13,40	804,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	34	Copo de isopor de 250 ml. Embalagem com 25 unidades	Pct	60,00	5,50	330,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	35	Copo de plástico de 250 ml. Embalagem com 50 unidades	Pct	100,00	5,00	500,00

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	61	Suco de laranja natural, integral, refrigerado, armazenado em embalagem plástica com dados de identificação de produto, contendo no mínimo: data de fabricação, prazo de validade, ingredientes, dados do fabricante e registro no órgão competente. O transporte deve ocorrer de forma a manter a temperatura do produto e proteja-o de quaisquer contaminações	Ltr	500,00	15,70	7.850,00
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	62	Suco integral de uva congelado. Embalagem com 1 litro.	UN	30,00	14,40	432,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	1	Abacaxi de 1ª qualidade, tamanho grande, isento de danos mecânicos e fisiológicos	UN	30,00	6,00	180,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	8	Alho in natura, coloração branca ou roxa. Cabeça redonda, firme, cheia sem brotado ou chocho. Parte exterior intacta sem presença de deterioração, perfuração de pragas, dano mecânico ou manchas. Dentes firmes, graúdos e unidos sem polpa exposta. Deve estar fresco isento de substâncias terrosas ou corpos estranhos aderidos a superfície externa e no ponto de consumo.	KG	10,00	19,00	190,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	16	Banana tipo caturra, de primeira qualidade, com grau de amadurecimento médio	KG	100,00	3,00	300,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	18	Bergamota tipo ponkan frescas, íntegras e firmes. Não estar amassada ou apresentando feridas, manchas na casca, ou qualquer alteração que afete a qualidade. Grau de maturação próprio para o consumo. Não conter terra, inseto ou corpos estranhos aderidos na casca. Com ausência de umidade e bolor.	KG	50,00	5,50	275,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	19	Beterraba de primeira qualidade, tamanho médio, ausentes de rachaduras ou cortes na casca. Livres de umidade externa, bolor, terra e resíduos de fertilizantes.	KG	5,00	3,70	18,50
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	30	Caqui fuyu frescos, íntegros e firmes. Não estar amassado ou apresentando feridas, manchas na casca, ou qualquer alteração que afete a qualidade. Grau de maturação próprio para o consumo. Não conter terra, insetos ou corpos estranhos aderidos na casca. Com ausência de umidade e bolor.	KG	50,00	5,30	265,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	31	Cenoura, de primeira qualidade, nova, de tamanho médio, com ausência de rachaduras ou cortes na casca. Livres de umidade externa, bolor, terra, parasitas e resíduos de fertilizantes.	KG	10,00	3,70	37,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	36	Couve tipo manteiga, folhas firmes, de primeira qualidade, com coloração e tamanho uniformes, sem manchas, bem desenvolvidas, livre de parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	UN	30,00	4,30	129,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	40	Gengibre, raiz fresca, tenro e firme, sem partes podres	KG	2,00	20,00	40,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	43	Laranja tipo Bahia frescas, íntegras e firmes. Não estar amassada ou apresentando feridas, manchas na casca, ou qualquer alteração que afete a qualidade. Grau de maturação próprio para o consumo. Não conter terra, insetos ou corpos estranhos aderidos na casca. Com ausência de umidade e bolor.	KG	100,00	3,30	330,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	45	Limão, fresco, íntegro e firme. Não estar amassado ou apresentando feridas, manchas na casca, ou qualquer alteração que afete a qualidade. Grau de maturação próprio para o consumo. Não conter terra, insetos ou corpos estranhos aderidos na casca. Com ausência de umidade e bolor.	KG	15,00	9,70	145,50
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	46	Maçã tipo nacional, de 1ª qualidade, tamanho médio, consistência firme, com ausência de rachaduras ou cortes na casca	KG	120,00	3,80	456,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	47	Mamão formosa, tamanho médio, com todas as partes comestíveis aproveitáveis	KG	30,00	3,80	114,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	48	Melancia de 1ª qualidade, isenta de danos mecânicos e fisiológicos	KG	100,00	2,00	200,00
AS & FILHOS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME	55	Pepino, frescos, íntegros, e firmes. Não estar amassado ou apresentando feridas, manchas na casca, ou qualquer alteração que afete a qualidade. Grau de maturação próprio para o consumo. Não conter terra, insetos ou corpos estranhos aderidos na casca. Com ausência de umidade e bolor.	KG	10,00	3,35	33,50

Vigência ..... : Início : 28/11/2017 Término : 27/11/2018.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 50/2017.

GUATAMBU/SC, 28 de Novembro de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 058/2017

Publicação Nº 1443057

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispensa de Licitação nº 015/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM

OBJETO: Execução de Projeto de fortalecimento institucional, através dos trabalhos de Revisão e Adequação do Plano de Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal de Herval d'Oeste, dos Servidores do Quadro Geral, bem como proposta de Revisão do Estatuto dos Servidores e da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal

VALOR: R\$ 142.500,00 (cento e quarenta e dois mil e quinhentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 06 de novembro de 2017.

Américo Lorini                      Paulo Timm  
Prefeito Municipal                  Pela Contratada

### CONTRATO Nº 059/2017

Publicação Nº 1443059

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2017 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA. - ME

OBJETO: Prestação de serviços de Levantamento Patrimonial, realizando registro de Inventário físico financeiro, registro fotográfico de bens e etiquetamento dos bens móveis de propriedade do município, bem como de seus Fundos e Secretarias Municipais

VALOR: R\$ 28.000,000 (vinte e oito mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 16 de novembro de 2017.

Américo Lorini Giovana      Carla Cassol Felipe  
Prefeito Municipal              Sócia- Administradora

### CONTRATO Nº 061/2017

Publicação Nº 1443060

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 061/2017 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA. EPP

OBJETO: Reforma da Escola Básica Municipal Estação Luzerna e a execução de calçadas externas no Centro Municipal de Educação Infantil Valdete Nodari, com fornecimento de material e mão de obra

VALOR: R\$ 23.665,13 (vinte e três reais, seiscentos e sessenta e cinco reais e treze centavos),

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 23 de novembro de 2017.

Américo Lorini Junior de Matos  
Prefeito Municipal Sócio- Administrador

### PORTARIA Nº 1412/2017

Publicação Nº 1441662

PORTARIA Nº 1412/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora VANESSA PORTO CLOS MARCON (Matr. 3081), ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Nutricionista, Nível – 12/1, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 29 de novembro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1413/2017**

Publicação Nº 1442006

**PORTARIA Nº 1413/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 30 de novembro de 2017, da servidora MONICA POZZOBOM (Matr. 4367), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 29 de Novembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1414/2017**

Publicação Nº 1442771

**PORTARIA Nº 1414/ 2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE,**

ALTERAR, a Nomenclatura do cargo de Diretor Administrativo, exercido pela Servidora JAQUELINE RAZERA (Matr. 96), junto ao IPREVI – HO (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste), cedida sem ônus ao erário, conforme Portaria nº 1061a/2012, cuja denominação está disposta no artigo 24 da Lei Complementar Nº 356/2017, para o cargo de Diretor de Gestão Administrativa.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d' Oeste (SC), 01 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1415/2017**

Publicação Nº 1442774

**PORTARIA Nº 1415/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 607/2016, que designou o Servidor SIDNEY DALLA VECHIA, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, do Quadro Geral de Carreira deste Município,

Matrícula nº 13, Nível 12/2, Referência "K", Anexo V da Lei Complementar Nº 280/2011, para responder pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1416/2017**

Publicação Nº 1442776

**PORTARIA Nº 1416/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 389/2013, da Servidora LÚCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI, ocupante do cargo efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Matrícula nº 15, Nível 11, Referência "N", Anexo V da Lei Complementar Nº 280/2011, cedida sem ônus ao erário municipal ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1417/2017**

Publicação Nº 1442778

**PORTARIA Nº 1417/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 902/2005, que cedeu sem ônus ao erário municipal, a Servidora LÚCIA DAS GRAÇAS VETORI GUARAGNI, ocupante do cargo efetivo de Técnico Tributário Financeiro, Matrícula nº 15, Nível 11, Referência "N", Anexo V da Lei Complementar Nº 280/2011, ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Herval d' Oeste – IPREVI-HO.

E, CONCEDER RETORNO à Servidora supracitada, a partir de 01 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1418/2017**

Publicação Nº 1442779

**PORTARIA Nº 1418/2017**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Autorizar a Servidora CHARLENE RAMPAZZO (Matr. 1008), CPF nº 038.919.389-50, responsável pela função de Diretor de Gestão Financeira, em conjunto com a servidora JAQUELINE RAZERA (Matr. 96), CPF nº 642.763.849-15, responsável pela função de Diretor de Gestão Administrativa, a realizar toda a movimentação financeira do IPREVI - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste (SC), com as seguintes atribuições: abrir contas de depósito; solicitar saldos e extratos; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; consultar contas/aplic. Programas Repasse Recursos Federais – RPG; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP; solicitar saldos/extratos de investimentos; solicitar saldos/extratos de operações de crédito; emitir comprovantes; efetuar transferência p/ mesma titularidade-meio eletrônico; encerrar contas de depósito; consultar obrigações do débito direto autorizado – DDA, referente às seguintes contas com o CNPJ nº 07.733.382/0001-01: Ag. 2103-2 – C.C. 221988-3; Ag. 2103-2 – C.C. 14.895-4; Ag. 2103-2 – C.C. 12.196-7; Ag. 2103-2 – C.C. 421.988-0.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 1331/2017.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Dezembro de 2017.  
Américo Lorini  
Prefeito Municipal

**PREGÃO Nº 063/2017**

Publicação Nº 1443063

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0108/2017****PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2017****UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE****TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM****OBJETO**

Aquisição de brinquedos para atendimento das entidades educacionais da rede pública de ensino municipal, nas quantidades estimadas e condições constantes no Termo de Referência.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**

Até às 14:00 horas do dia 15/12/2017.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 29 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PREGÃO Nº 064/2017**

Publicação Nº 1443064

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2017****PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017****UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL****TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM****OBJETO**

Registro de Preços para futura contratação de serviços de arbitragem para o campeonato de futsal masculino interiorano de Herval d'Oeste pelo período de 06 meses

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

08:30 horas do dia 15/12/2017

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:**

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Federal n.º 10.520/2002, e Leis Complementares n.º 123/ 2006 e 147/2014.

**EDITAL NA ÍNTEGRA**

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 29 de novembro de 2017.

AMÉRICO LORINI  
PREFEITO MUNICIPAL

**RETIFICAÇÃO PREGÃO 062/2017**

Publicação Nº 1443070

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

**OBJETO:**  
Registro de preços para eventual aquisição de materiais de cunho permanente para integrar o patrimônio do Município de Herval d'Oeste, suas Secretarias e Fundos, pelo período de 12 (doze) meses.

Pelo presente termo retifica-se o edital no seguinte item que passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I – DESCRIÇÃO DO OBJETO LICITADO E VALOR DE REFERÊNCIA.**

**I - DO OBJETO**

Item	Especificação	UND.	Quant.	Preço Unit. Referência	Preço Total.
2	NOTEBOOK - PROCESSADOR I3, AMD A10 OU SUPERIOR; WINDOWS 10 PRO 64 BITS; MEMÓRIA RAM DE 4GB, DDR3, 1600 MHZ; DISCO RÍGIDO MÍNIMO DE 1TB; UNIDADE DE DISCO ÓTICO CD/DVD/ROM; TECLADO ABNT 2 RESISTENTE A LÍQUIDOS; TOUCH PAD MULTITOQUE ATIVADO PARA GESTOS COM ROLAGEM INTEGRADA; INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI; WEBCAM; BATERIA COM SEIS HORAS DE DURAÇÃO; TELA MÍNIMA DE 15"; INTERFACE USB, HDMI, DISPLAY PORT OU VGA E CARTÃO DE MEMÓRIA; LICENÇAS CORPORATIVAS VEDADO O USO DE LICENÇAS HOME OU ESTUDANTES - GARANTIA MÍNIMA DE UM ANO.	UND	13,00	3.400,00	44.200,00

A presente retificação não altera o valor do item, apenas ajusta sua especificação.

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do edital, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, inclusive quanto a data de abertura.

Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 28 de outubro de 2017.  
AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 0187/2017**

Publicação Nº 1442874

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0187/2017  
"Concede férias à Funcionária da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

VANDERLEI ANTUNES DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias Regulamentares à servidora ANGELA MICHELON DA SILVA, CPF 824.988.309-87 ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Técnica Administrativa, Nível – 6, Referência "D", constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, no período de 11 (onze) de dezembro de 2017 a 09 (nove) de janeiro de 2018, referente aos períodos aquisitivos de 06 (seis) de junho de 2015 a 09 (nove) de fevereiro de 2016, interrompido por licença para tratamento de saúde, retornando a atividade laboral em 03 (três) de fevereiro de 2017 a 06 (seis) de junho de 2017.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 27 de novembro de 2017.  
VANDERLEI ANTUNES DA SILVA  
Presidente

# Ibiam

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITACAO PP 49 - PMI - PESQUISA

Publicação Nº 1441737

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE IBIAM  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 049/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 13 de dezembro de 2017, licitação modalidade Pregão Presencial n. 049/2017, visando à contratação de empresa especializada em avaliação de desempenho da Administração Pública Municipal em todas as áreas de atuação. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 13/12/2017 até as 14:00hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 14:15. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

**Ibicaré****PREFEITURA****EDITAL PREGÃO 5/2017 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA TÉCNICA FMS**

Publicação Nº 1441983

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ  
EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2017  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2017

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC (SC), através do Fundo Municipal de Saúde pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 11.408.074/0001-88, com sede na Av. Hercílio Luz, 459, Centro, Ibicaré-SC, representado neste ato por seu Gestor, Sr. Evandro Volpato, torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, do Decreto Municipal nº 008, de 13 de março de 2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os documentos para o credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo Pregoeiro, junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibicaré, situada na Rua Dom Pedro II, 133, Centro, Ibicaré-SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso, que por ventura possa ocorrer.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 14 de dezembro de 2017 às 09:00 horas, e será conduzido pelo Pregoeiro titular ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados por ato do Poder Executivo, conforme Portaria nº 01/2017, nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SAÚDE PÚBLICA, MONITORAMENTO, COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE INDICADORES DO MUNICÍPIO, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSAMENTO DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DA ATUAÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E DEMAIS ATRIBUIÇÕES ESPECIFICADOS NO EDITAL.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 30 de novembro de 2017  
Evandro Volpato  
Gestor

# Ibirama

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.154, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

Publicação Nº 1442097

DECRETO nº 4.154, de 16 de novembro de 2017.

"ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA."

ADRIANO POFFO, Prefeito Municipal em, no uso de suas atribuições legais e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa de Trabalho do orçamento, no montante de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) anulando parcialmente os Elementos dos Projetos Atividade à saber.

#### 09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2073 – Manutenção das Ações do Programa ACS

01380500 – AGENTES COMUNITÁRIOS - PACS

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00

0010.0301.0060.2076 – Manutenção das Ações do Progr. Saúde Bucal e Ceo

01380600 – SAÚDE BUCAL

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

0010.0301.0060.2077 – Manutenção das Ações de Vig. Sanit. e Epidemiológica

01381300 V.S. IPVS INCENTIVOS

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

TOTAL ..... R\$ 11.000,00

Art. 2º Por conta do recurso a que se refere o artigo 1º, ficam suplementados os Elementos dos Projetos Atividade à saber.

#### 09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde

0010.0301.0060.2073 – Manutenção das Ações do Programa ACS

01380500 – AGENTES COMUNITÁRIOS - PACS

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00

0010.0301.0060.2076 – Manutenção das Ações do Progr. Saúde Bucal e Ceo

01380600 – SAÚDE BUCAL

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

0010.0301.0060.2077 – Manutenção das Ações de Vig. Sanit. e Epidemiológica

01381300 V.S. IPVS INCENTIVOS

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

TOTAL ..... R\$ 11.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de novembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.155, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017 - ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA

Publicação Nº 1442913

DECRETO nº 4.155, de 16 de novembro de 2017.

"ALTERA O PROGRAMA DE TRABALHO DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA, MEDIANTE REMANEJAMENTO DE RECURSOS DENTRO DA MESMA PROGRAMAÇÃO DE DESPESA."

ADRIANO POFFO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Programa de Trabalho do orçamento, no montante de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), anulando parcialmente o Elemento do Projeto Atividade à saber:

#### 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0365.0050.2072 – Manutenção do Salário Educação – Pré-Escolar

01360000 – Salário Educação

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 66.000,00

TOTAL ..... R\$ 66.000,00

Art. 2º Por conta do recurso a que se refere o artigo 1º, fica suplementado o Elemento do Projeto Atividade à saber:

#### 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0365.0050.2072 – Manutenção do Salário Educação – Pré-Escolar

01360000 – Salário Educação

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 66.000,00

TOTAL ..... R\$ 66.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 16 de novembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças



**DECRETO Nº 4.160, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL DE PROPRIEDADE BANCO BRADESCO S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1442918

DECRETO nº 4.160, de 29 de novembro de 2017.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO O IMÓVEL DE PROPRIEDADE BANCO BRADESCO S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, conforme prevê o art. 5º, alínea "m" do Decreto-Lei 3.365/1941, para fins de desapropriação via amigável e/ou judicial, o imóvel registrados no Cartório de Registros de Imóveis sob nº 19.009, do Livro 2 RG e de propriedade de Banco Bradesco S/A, conforme cópia anexa, sendo:

Área a desapropriar: O terreno urbano, designado pelo lote nº 03, situado no lado ímpar da Rua Doutor Getúlio Vargas, esquina com o lado par da Rua Castro Alves, bairro Bela Vista, cidade e Comarca de Ibirama, SC, com a área de 855,69 m<sup>2</sup> (oitocentos e cinquenta e cinco metros e sessenta e nove decímetros quadrados), confrontando na FRENTE, com a Rua Doutor Getúlio Vargas, em 26,60 metros; nos FUNDOS, com o lote nº 2 do mesmo desmembramento, em linhas de 14,50 metros, 10,20 metros, 3,50 metros e 11,00 metros, com lote nº 01 do mesmo desmembramento, em 20,00 metros, e com terras de Efi e Dorly Treitinger (matrícula nº 18.051 no livro 2-RG), em 11,89 metros; do lado DIREITO, com Rua Castro Alves, em 15,40 metros, e do lado ESQUERDO, com terras de Guinter Ditmar Koepsel (matrícula nº 18.050 no livro 2-RG), em 55,40 metros, sem edificação.

Art. 2º O imóvel mencionado no artigo anterior, declarado de Utilidade Pública, terá por finalidade a construção de um trevo ligando a Rua Dr. Getúlio Vargas à Ponte do Ponto Chic.

Art. 3º A indenização do referido imóvel se dará pelo justo preço, avaliado através da comissão de avaliação mediante laudo circunstanciado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial do decreto nº 4.150, de 10 de novembro de 2017.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de novembro de 2017.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.161, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017-NOMEIAMEMBROSPARACOMPORACOMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1442923

DECRETO nº 4.161, de 29 de novembro de 2017.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Regularização Fundiária Urbana no Município de Ibirama, sendo composta pelos seguintes membros:

I - Filipe Ponchielli dos Reis – representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação e representante do Chefe do Executivo.

II - Inácio Pavanello e Iago Felipe Tottene – representantes da Procuradoria Geral do Município.

III - Alexandre Campregheer, Cristiane Schattenberg e Leonardo Rodrigo Bachmann, representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

IV - Lauro Mett – representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

V - Jeizer André Poffo e Matheos Abner Silva – representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

VI - Fernando Jost – representante do Departamento de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º A presidência da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Ibirama será exercida pelo membro do inciso I do artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º A Comissão desempenhará suas funções sem ônus para o erário municipal.

Art. 4º São Atribuições da Comissão:

§ 1º Quando o Município não for o Requerente da Regularização Fundiária Urbana:

I - Processar administrativamente o requerimento;  
II - Classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb;

III - Processar, analisar e aprovar o projeto de regularização fundiária;

IV - Sanear o procedimento administrativo;  
V - Elaborar a certidão de Regularização Fundiária – CRF

Art. 5º A Comissão de Regularização Fundiária Urbana ficará

instalada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, utilizando sua infraestrutura e corpo técnico sempre que necessário.

Art. 6º A Comissão de Regularização Fundiária Urbana publicará portaria com o fluxograma das fases dos procedimentos administrativos e a relação da documentação necessária para a efetivação da regularização.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 29 de novembro de 2017.  
ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2017**

Publicação N° 1442101

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2017

Objeto: Registro de Preços para eventuais compras parceladas de óleo diesel para abastecimento da frota de veículos e máquinas desta Prefeitura Municipal para o exercício de 2018, na forma da Lei 10.520/2002.

Abertura:: 13 de dezembro de 2017, as 09:15 h - Departamento de compras e Licitações - Prefeitura Municipal de Ibirama.

Recebimento envelopes: Até 09:00 h do mesmo dia 13/12/17.

Informações: (47) 3357 8523 - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br), [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial.

Ibirama, 30 de novembro de 2017.

Adriano Poffo – Prefeito Municipal

### **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 102/2017**

Publicação N° 1442110

MUNICÍPIO DE IBIRAMA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 102/2017

Objeto: Registro de Preços para eventuais compras parceladas de gasolina comum e etanol combustíveis, para abastecimento da frota de veículos e máquinas desta Prefeitura Municipal para o exercício do ano de 2018, na forma da Lei 10.520/2002.

Abertura:: 14 de dezembro de 2017, as 09:15 h - Departamento de compras e Licitações - Prefeitura Municipal de Ibirama.

Recebimento envelopes: Até 09:00 h do mesmo dia 14/12/17.

Informações: (47) 3357 8523 - [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br), [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) ou na Prefeitura Municipal, no horário comercial.

Ibirama, 30 de novembro de 2017.

Adriano Poffo – Prefeito Municipal

# Ilhota

## PREFEITURA

### ATA CC 2017-001 - PMI - AGUA 2

Publicação Nº 1443002

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	CONCORRENCIA Processo Nº: 508/2016 Data: 31/11/2017
---	---

Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA CONCORRENCIA	
---------------------------------------	--

Reuniram-se no dia 31/11/2017, as 12:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, a Comissão de Licitações, designados pelo Decreto 131/2011 com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de CONCORRENCIA Nº 001/2016 destinado a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA, VISANDO À OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EXISTENTE NO MUNICÍPIO DE ILHOTA/ SC, DEMAIS ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS

Aberto os trabalhos, para análise de toda documentação recebida do setor de engenharia e do setor contábil, como também para análise da documentação de regularidade fiscal e jurídica.

#### RESULTADO GERAL:

SANDRINI & BOTECA LTDA: Inabilitada por não atender o item 14.4.1, tendo em vista que apresentou balanço patrimonial de 2016 incompleto, conforme parecer técnico do setor contábil em anexo.

SANEATEC SANEAMENTO E TECNOLOGIA LTDA: Inabilitada por não atender os itens 14.5.1, 14.6.1, 14.6.2, 14.7.1, 14.7.2, 14.7.7, 14.7.8, conforme parecer técnico do setor da engenharia em anexo.

ITAJUI ENGENHARIA DE OBRAS LTDA: Inabilitada por não atender os itens 14.6.1, 14.6.2, 14.7.1, 14.7.2, conforme parecer técnico do setor da engenharia em anexo.

Desta forma, o Presidente da CPL abre o prazo de 5 (cinco) dias para as licitantes apresentarem recurso e o mesmo número de dias para as contrarrazões.

#### Assinatura da CPL:

Alvarilda Aparecida de Souza	Presidente	
Daisy Cristiane Pereira	Membro	
Joni Everton de Oliveira Pereira	Membro	

# Imbituba

## PREFEITURA

### CONTRATO SDR/OESTE 2013/141 - A/06 PROC 114/2013

Publicação Nº 1442479

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: PMI SDR/OESTE 2013/141 – A/06  
Contratada: VIGILÂNCIA TRIANGULO LTDA  
CNPJ: 79.894.168/0001-48

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo para até dia 31 de dezembro de 2017.

Fundamento: Processo nº 114/2013 Pregão nº 76/2016  
Imbituba, 15 de dezembro de 2016

Juliana Da Silva Ignacio  
Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura  
Contratante

VIGILÂNCIA TRIANGULO LTDA  
Representante legal  
Contratado

### DECRETO PMI Nº 171, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442303

DECRETO PMI Nº 171, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.764, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (catorze mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do C.R.E.A.S		
08.243.0013-2.068		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0785 (0005)	Aplicações Diretas	14.000,00
Total		14.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recurso do Cofinanciamento Social Especial Média Complexidade Estado.

Imbituba, 30 de novembro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Junior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira  
Chefe de Departamento de Atos Normativos

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO PROCESSO Nº 30/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017 (SEMUSA)

Publicação Nº 1442698

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - SEMUSA

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio da Secretaria Municipal de Saúde comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 30/2017, na modalidade de Pregão Presencial nº 24/2017, pelo Sistema de Registro de Preços, devidamente justificado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Imbituba, 01 de dezembro de 2017.  
Emanuele Martins Ávila  
Pregoeira Oficial  
(Suplente)

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 116/2017 PREGÃO 78/2017 PMI/SEDUCE

Publicação Nº 1442361

PREFEITURA DE IMBITUBA  
PMI / SEDUCE  
PROCESSO Nº 114/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2017

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 15 de Dezembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço Global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE VENTILADORES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES E ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DESTA MUNICÍPIO encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de dezembro de 2017  
Felipe Dias Antônio  
Secretário da SEDUCE

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 115/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017 (PMI-SEDETUR)

Publicação Nº 1442297

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI - SEDTUR  
PROCESSO Nº 115/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDTUR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 14 de Dezembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e,

subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS QUE SERÃO UTILIZADOS DURANTE OS EVENTOS PROMOVIDOS E APOIADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2018, QUE SERÃO INSTALADOS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 01 de dezembro de 2017  
Dorlin Nunes Junior  
Secretário da SEDETUR

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 771/2017

Publicação Nº 1442291

PORTARIA PMI/SEAD Nº 771, de 30 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a admissão de Fiscal de Obras e Posturas, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

### RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2017, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Gelson Gregório	Fiscal de Obras e Posturas – 40h	429.450.209-63	01/12/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2017.

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 772/2017

Publicação Nº 1442366

PORTARIA PMI/SEAD Nº 772, de 30 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical dos servidores municipais de carreira, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 4.492, de 11 de dezembro de 2014, ainda, Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

Considerando, que a Evolução Funcional mediante Promoção Vertical, se dá através da apresentação através de protocolo, do diploma ou certificado devidamente registrado na respectiva Instituição de Ensino e reconhecido pelo Ministério de Educação;

### RESOLVE:

Art. 1º Promover, os servidores municipais de carreira abaixo relacionados, através do instituto da Evolução Funcional mediante PROMOÇÃO VERTICAL, conforme estabelecido na tabela a seguir:

Matr.	Nome	CPF	Cargo	Nível/ Subnível Anterior	Nível/ Subnível Posterior	Proc./Adm.
8151	Elida dos Santos de Souza José	735.436.169-00	Professora	002 - 001	003 - 001	24982/2017
5339	Graziela Costa da Rosa	016.791.569-00	Agente Administrativa	8.1 - B	8.2 - B	25940/2017
8603	Katiane Tomaz Machado	050.832.039-95	Professora	002 - 001	003 - 001	24777/2017
6018	Luis André Machado	029.730.719-33	Motorista	3.1 - B	3.2 - B	24359/2017
4772	Ramon Pereira Silva	006.652.729-52	Motorista	3.2 - B	3.3 - B	23826/2017
8587	Rúbia de Espíndola	037.821.349-07	Professora	002 - 001	003 - 001	24778/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Amilton Gonçalves de Souza  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal



**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 070/2017**

Publicação Nº 1442890

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 070, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017. Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016; Considerando as informações no Processo nº 25945/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Av. Dr. João Rinsa, Centro, Imbituba-SC, em frente ao Açougue do Toco, ao Sr. CLAITON PEREIRA DE OLIVEIRA, com inscrição no CNPJ sob o nº 23.181.624/0001-58, residente na Av. Dr. João Rinsa, s/n, Centro, Imbituba-SC, para a atividade de Food Truck (kebab e churros gourmet), no período de segunda-feira a domingo, das 19:00h as 24:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2017.  
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER  
Diretora de Documentação e Patrimônio

**PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 071/2017**

Publicação Nº 1442499

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 071, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017. Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016; Considerando as informações no Processo nº 19388/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, área verde compreendida entre as Avenidas Álvaro Catão e Presidente Vargas Imbituba-SC, em frente ao antigo Imbituba Hotel, a Entidade Sem Fins Lucrativos representada pelo "LANCHE DA AMIZADE DE IMBITUBA" da Casa de Repouso Imaculada Conceição, com inscrição no CNPJ sob o nº 78.624.947/0001-60, situada na Rua Pedro Antônio Gonçalves, nº 416, Vila Santo Antônio, Imbituba/SC, para a prestação de serviços de Estacionamento, a ser realizado entre os dias 31/12/2017 a 02/01/2018.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado junto ao art. 1º deste ato, a contar da edição/publicação deste, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de novembro de 2017.  
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA  
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER  
Diretora de Documentação e Patrimônio



**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 051/2017**

Publicação Nº 1442909

Ato da Presidência nº 051/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 41ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 04 de dezembro de 2017 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
077	PL nº 4.955/2017 (Emendas)	11/09/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Executivo Municipal a instituir a Comissão Permanente de Processo Administrativo, no âmbito da Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Regime Especial	Única	1ª/2ª
089	PL nº 4.970/2017 (Projeto Substitutivo)	05/10/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências	Regime Especial	Única	1ª/2ª
097	PL nº 4.977/2017	23/10/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e dá outras providências.	Regime Especial	Única	1ª/2ª
100	PL nº 4.981/2017	13/11/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Regime Especial	Única	1ª/2ª
077	PL nº 4.985/2017	20/11/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Institui a Comissão de Seleção para as parcerias celebradas com as Organizações da Sociedade Civil e dá outras providências.	Regime Especial	Única	1ª/2ª
093	PLC nº 412/2017	18/10/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre a criação de emprego público e vaga no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
102	PLC nº 413/2017	13/11/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Cria Vaga de Emprego Público no Quadro Permanente de Pessoal no Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 30 de novembro de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Presidente	Vice-Presidente
Gilberto Pereira	Humberto Carlos dos Santos
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 202/2017

Publicação Nº 1441674

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 202/2017  
CONTRATADA: HAGE, FONSECA, SUZART E PRUDÊNCIO CONSULTORIA EM COMPLIANCE LTDA - EPP.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a contratação dos serviços de assessoria técnica para a elaboração do decreto regulamentador, na esfera municipal, da Lei Federal nº 12.846/13, conhecida como a Lei Anticorrupção, e elaboração do código de ética e conduta dos servidores municipais, que abordará os princípios, valores e as diretrizes gerais de como deverão ser as condutas e relacionamentos na Administração Pública Municipal, nos órgãos da administração direta e indireta, ambos com linguagem clara e acessível para que todos os servidores, de todos os níveis hierárquico possam compreendê-lo, abordando de forma objetiva, principalmente, questões de relacionamento e conflito de interesses.  
VALOR: R\$ 7.970,00  
PRAZO: 24 de novembro de 2017 até 22 de fevereiro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 24/11/2017.

### CONTRATO Nº 203/2017

Publicação Nº 1442210

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 203/2017  
CONTRATADA: DANIELA MICHELLE CAMPOS MARINHO 06711505964.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, concessão administrativa de uso de espaços para a exploração comercial de serviços de fornecimento de produtos relacionados a doces e guloseimas, na Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters, durante da realização do XXIV Natal em Indaial.  
VALOR: R\$ 3.800,00  
PRAZO: 27 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.  
DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017.

### CONTRATO Nº 204/2017

Publicação Nº 1442206

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 204/2017  
CONTRATADA: TUCIDIDES ANTÔNIO GODINHO DE OLIVEIRA NETO.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação de percussionista para a apresentação do 24º Natal em Indaial – Na Terra Indaiaí.  
VALOR: R\$ 900,00  
PRAZO: 28 de novembro de 2017 até 27 de janeiro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 28/11/2017.

### CONTRATO Nº 205/2017

Publicação Nº 1442207

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 205/2017  
CONTRATADA: PAULA TESSAROLO 00933592922.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação de soprano lírico para apresentação do 24º Natal em Indaial – Na Terra Indaiaí.  
VALOR: R\$ 500,00  
PRAZO: 28 de novembro de 2017 até 27 de janeiro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 28/11/2017.

### CONTRATO Nº 206/2017

Publicação Nº 1442202

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 206/2017  
CONTRATADA: DIONES RAFAEL SILVA.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação do profissional Diones Rafael Silva para a apresentação do espetáculo na Terra Indaiaí é Natal a se realizar nos dias 02 e 10 de dezembro.  
VALOR: R\$ 800,00  
PRAZO: 29 de novembro de 2017 até 28 de janeiro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 29/11/2017.

### CONTRATO Nº 207/2017

Publicação Nº 1442209

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 207/2017  
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação da Associação de Bandas de Jaraguá do Sul e Região, para duas apresentações culturais.  
VALOR: R\$ 2.000,00  
PRAZO: 29 de novembro de 2017 até 28 de janeiro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 29/11/2017.

### CONTRATO Nº 208/2017

Publicação Nº 1442199

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 208/2017  
CONTRATADA: ALLAN ANTÔNIO MARIA.  
OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação do profissional Allan Antônio Maria para a apresentação do espetáculo na Terra Indaiaí é Natal a se realizar nos dias 02 e 10 de dezembro.  
VALOR: R\$ 800,00  
PRAZO: 29 de novembro de 2017 até 28 de janeiro de 2018.  
DATA DA ASSINATURA: 29/11/2017.

### DECRETO Nº 962/17

Publicação Nº 1441739

. DECRETO Nº 962/17  
. De 28 de novembro de 2017  
CANCELA GRATIFICAÇÃO/  
LEILIANE REGINA BOJO HORDINA

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar 199/2017, e demais dispositivos em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica cancelado o Decreto nº323/17 que concedia o pagamento de gratificação a servidora LEILIANE REGINA BOJO HORDINA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2017.

Município de Indaial, em 28 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da lei.

## DECRETO Nº 965/17

Publicação Nº 1442114

. DECRETO Nº 965/17

. De 29 de novembro de 2017

AUTORIZA USO DE BANDEIRA II PARA OS TÁXIS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 8º, inciso XXV e artigo 92, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Decreto 1833/16 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado aos motoristas de táxi do município de Indaial, a usarem a Bandeira II durante as vinte e quatro horas do dia, a partir de 01 de dezembro de 2017 até o dia 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º - O preço da Bandeira II, cuja utilização é autorizada na forma do artigo 1º deste Decreto, será o constante do Decreto nº 1833/16 que estabelece o valor da Bandeira II à razão de R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 29 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

## DECRETO Nº 967/17

Publicação Nº 1442133

. DECRETO Nº 967/17

. De 30 de novembro de 2017

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a Lei Municipal nº 5496/2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 227.000,00 (Duzentos e vinte e sete mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE

30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
333900000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380900	PAB FIXO
	Valor: ( 80.000,00)

### Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
333900000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01385700	CAPS
	Valor: ( 7.000,00)

### Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
333900000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: ( 30.000,00)

### Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
333900000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC UNIÃO
	Valor: ( 28.000,00)

### Dotações Suplementadas

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAÚDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT. CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
333900000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC UNIÃO
	Valor: ( 82.000,00)

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição

30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGTO – FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380900	PAB FIXO
	Valor: ( 80.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGTO – FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC UNIÃO
	Valor: ( 82.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT.DAS AÇÕES DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC UNIÃO
	Valor: ( 28.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT. DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: ( 30.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0303	SUORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
30.001.0010.0303.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0303.0030.2440	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO CAPS
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01385700	CAPS

	Valor: ( 7.000,00)
--	--------------------

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de novembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

## DECRETO Nº 968/17

Publicação Nº 1442230

. DECRETO Nº 968/17

. De 30 de novembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL,PROVENIENTES DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5383 de 22 de dezembro de 2016.  
DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 87.000,00(oitenta e sete mil reais)) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2458	MANUT.CONTRATO SOC.BENEF.HOSPITAL BEATRIZ RAMOS.
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
01671709	IH/IAC ESTADO
	Valor: ( 87.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de novembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei.

**LEI Nº 5496/2017**

Publicação Nº 1442132

. LEI Nº 5496

. de 30 de novembro de 2017

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 227.000,00 (Duzentos e vinte e sete mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380900	PAB FIXO
	Valor: ( 80.000,00)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01385700	CAPS
	Valor: ( 7.000,00)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: ( 30.000,00)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2463	ALMOXARIFADO MATERIAL SECRET. SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC UNIÃO
	Valor: ( 28.000,00)
Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

30.001.0010.0302.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0302.0030.2445	MANUT. CONVENIOS/CONTRATOS SERV. ESPECIAL EM SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC UNIÃO
	Valor: ( 82.000,00)

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGTO – FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01380900	PAB FIXO
	Valor: ( 80.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGTO – FUNDO DE SAÚDE
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC UNIÃO
	Valor: ( 82.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2441	MANUT.DAS AÇÕES DEPARTAMENTO DE SAÚDE
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381701	MAC UNIÃO
	Valor: ( 28.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT. DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01381600	VSE
	Valor: ( 30.000,00)

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE



30.001.0010.0303	SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO
30.001.0010.0303.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0303.0030.2440	MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO CAPS
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01385700	CAPS
	Valor: ( 7.000,00)

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 30 de Novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA  
Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

## **PORTARIA Nº 1714/17**

Publicação Nº 1442272

PORTARIA Nº 1714/17

De 16 de novembro de 2017

Declara vacância do cargo de Clínica Médica I

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso II e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 14 de novembro de 2017, o cargo de Clínica Médica I, em virtude da demissão da servidora Angela Machado, conforme portaria nº 1713/17 de 16 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ADRIANE MACHADO FERRARI  
Secretária Municipal de Saúde

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 1715/17**

Publicação Nº 1442274

PORTARIA Nº 1715/17

De 16 de novembro de 2017

Declara vacância do cargo de Médico ESF

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, artigo 36, inciso II e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Declarar vago, a partir de 14 de novembro de 2017, o cargo de Médico ESF, em virtude da demissão da servidora Angela Machado, conforme portaria nº 1712/17 de 16 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de novembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ADRIANE MACHADO FERRARI  
Secretária Municipal de Saúde

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 098/2017**

Publicação Nº 1442212

**RESCISÃO AO CONTRATO Nº 098/2017**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.211.527/0001-70, com sede na Avenida Francisco Alves Pereira, nº 848, bairro Jardim Paraíso, CEP 86.360-000, na cidade de Bandeirantes - Estado do Paraná, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Gabriel da Silva Reis, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 052.754.179-69 e Cédula de Identidade nº 4.944.929, residente e domiciliado na Rua Uirapuru, nº 120, CEP 88.200-000, na cidade de Tijucas – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, resolvem rescindir o Contrato nº 098/2017, firmado em 22 de maio de 2017, nos termos que segue:

1 – O contrato firmado entre as partes fica rescindido a partir de 27 de novembro de 2017, conforme artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e cláusula décima terceira, item 13.2.2, do contrato, dando-se geral e total quitação do mesmo.

E, por estarem justos e acordados assinam o presente Termo de rescisão em 03 (três) vias de igual teor, forma e para os mesmos fins.

Indaial/SC, em 27 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	RODRIGUES DO AMARAL & AMARAL LTDA ME Gabriel da Silva Reis Contratada
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Sílvio César da Silva Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Fabiano dos Santos Secretário Municipal

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Rodrigo Koenig França  
OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 163/2017**

Publicação Nº 1442217



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE INDAIAL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

1

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 163/2017**

O **MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa, **BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.534.916/0001-36, estabelecida na Rua Amsterdam, nº 891, fundos, bairro Itoupavazinha, CEP 89.070-490, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. **Diego Alessandro Carl**, inscrito no CPF sob nº 048.425.629-78 e Cédula de Identidade nº 4.514.517 SSP/SC, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 163/2017, que tem como objeto a aquisição e instalação de piso laminado em PVC, visa o **acréscimo de 48m<sup>2</sup> as quantidades contratadas (25%)**, totalizando assim, a quantidade contratada em **240m<sup>2</sup> (oito) ao item 1**.

Diante disso, as **cláusulas terceira, item 3.1 e quarta, item 4.1**, do contrato original, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA TERCEIRA – OBJETO**

**3.1.** Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a aquisição e instalação de piso laminado em PVC, conforme quantitativos e especificações do quadro a seguir:

TEM	SERVIÇOS/ESPECIFICAÇÕES	NID.	Q UANT.	VA LOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Espessura de 3,0 mm;            Classificação de uso comercial pesado;            Capa de uso 0,50 mm; Superfície em            textura relevo e brilho natural;            Poliuretano Ultrarresistente; Dimensões            da Réqua/Placa (aproximada): 1000 x</p>	2	2 40,00	R\$ 92,50	R\$ 22.200,00

Processo Licitatório nº 125/2017



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2

200 mm; Resistência à abrasão grupo T; Identação residual 0,08 mm; Estabilidade Dimensional 0,20 mm; Resistência ao fogo classe B; Absorção do som ao impacto de 12 dB; Estabilidade de cor 6; e, apresentação de resistência a produtos químicos quanto à forma e coloração. Preparação do Piso: Aplicação de massa niveladora feita de mistura de cimento e cola PVA, preferencialmente realizada em três demãos, observada a perfeita instalação das placas vinílicas. Opções de cor: Castanho caju e Nogueira Darke. Garantia: 10 anos, considerando o uso comercial, para as placas vinílicas; e, 05 anos para os serviços de instalação.				
<b>VALOR TOTAL:</b>				<b>R\$ 22.200,00</b>

**CLÁUSULA QUARTA – VALOR DO CONTRATO**

**4.1.** O valor total do presente contrato é de **R\$ 22.200,00** (vinte e dois mil e duzentos reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 08 de novembro de 2017.

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

André Luiz Moser  
Contratante

**BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME**

Diego Alessandro Carl  
Contratada

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Sílvio César da Silva  
Secretário Municipal

**PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**

Rodrigo Koenig França  
OAB/SC 47.689

**Testemunhas:**

Assinatura:  
Nome Legível

Processo Licitatório nº 125/2017



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

3

CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível  
CPF.:

*Processo Licitatório nº 125/2017*

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 194/2016**

Publicação Nº 1441679

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

1

**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 194/2016**

O **MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE OBRAS – SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa, **GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na Rua João Antônio da Silva, nº 39, sala 01, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. **Gilberto Reis**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 003.649.019/93 e Cédula de Identidade nº 3.742.476, residente na Rua João Antônio da Silva, nº 39, bairro Warnow, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 194/2016, que tem como objeto a execução dos serviços de recuperação (tapa buraco) de pavimentação em paralelepípedos, lajotas, ladrilhos e piso cimentado, em área total de 20.700,00 m<sup>2</sup>, visa o acréscimo de quantidades e seus respectivos valores aos **itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9, 1.10, 1.11 e 1.12**, do **anexo VII**, pertencente ao objeto do contrato, totalizando em 25% o acréscimo para cada item.

Diante disso, as **cláusulas terceira, item 3.1 e sétima, item 7.1**, do contrato original, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA TERCEIRA: OBJETO**

**3.1.** *Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução dos serviços de recuperação (tapa buraco) de pavimentação em paralelepípedos, lajotas, ladrilhos e piso cimentado, em área total de 25.875,00 m<sup>2</sup>, conforme anexos VI e VII do edital mencionado na Cláusula Primeira.*

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO**

**7.1.** *O valor total do presente contrato é de **R\$ 662.753,75** (seiscentos e sessenta e dois mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.*

**Processo Licitatório nº 146/2016**





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 14 de novembro de 2017.

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

André Luiz Moser  
Contratante

**GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS  
LTDA**

Gilberto Reis  
Contratada

**SECRETARIA DE OBRAS**

Lindomar Lindner  
Secretário Municipal

**SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E  
MEIO AMBIENTE**

Jonas Luiz de Lima  
Secretário Municipal

**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO**

Fabiano dos Santos  
Secretário Municipal

**PROCURADOR GERAL DO  
MUNICÍPIO**

Rodrigo Koenig França  
OAB/SC 47.689

**Testemunhas:**

Assinatura:  
Nome Legível  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível  
CPF.:

*Processo Licitatório nº 146/2016*

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 117/2015**

Publicação Nº 1441677

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 117/2015**

O MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato por sua representante legal Sra. Katiúscia Simone Harbs, brasileira, Secretária de Assistência Social, inscrita no CPF sob nº 796.531.979-91 e Cédula de Identidade nº 2.967.699, residente e domiciliada à Rua Vitória, nº 99, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.354.317/0001-54, estabelecida à Rua Professor Francisco Bodenmuller, nº 100, Bairro Centro, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua representante legal Sra. Maria de Lourdes Dalago, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 506.988.699-15 e Cédula de Identidade nº 1.119.361-1-SESP/SC, residente à Rua ST 007, nº 50, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Brusque – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 117/2015, que tem como objeto a contratação de 01 (uma) vaga para adulto, feminino, para o acolhimento do Sra. Danúbia Angelita Zacarias da Silva, que necessita de atenção integral por estar com vínculos familiares rompidos, visa o reajuste de preços, bem como a prorrogação do prazo de vigência contratual.

Diante disso, as cláusulas quarta, itens 4.1., 4.1.1., 4.1.2. e sexta, item 6.2., do contrato original, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO**

4.1. O valor mensal/vaga contratado é de R\$ 4.578,00 (quatro mil, quinhentos e setenta e oito reais), perfazendo o valor anual de R\$ 54.936,00 (cinquenta e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais).

4.1.1. Do valor mensal, será subtraído o valor do BPC – Benefício de Prestação Continuada, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

4.1.2. Tendo o valor total e o valor do BPC, será de responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial o pagamento do valor unitário/mensal de R\$ 3.641,00 (três mil, seiscentos e quarenta e um reais), perfazendo o valor total anual de R\$ 43.692,00 (quarenta e três mil, seiscentos e noventa e dois reais).

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO**

6.2. O prazo de vigência do presente contrato será de 04 de junho de 2017 até 03 de junho de 2018, podendo ser prorrogado até o limite do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 02 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Katiúscia Simone Harbs Contratante
CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA EPP Maria de Lourdes Dalago Contratada	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF: :

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF: :

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 163/2017**

Publicação Nº 1442215

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

1

**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 163/2017**

O **MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa, **BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.534.916/0001-36, estabelecida na Rua Amsterdam, nº 891, fundos, bairro Itoupavazinha, CEP 89.070-490, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. **Diego Alessandro Carl**, inscrito no CPF sob nº 048.425.629-78 e Cédula de Identidade nº 4.514.517 SSP/SC, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a **cláusula oitava, item 8.1.**, do contrato original, que tem como objeto a aquisição e instalação de piso laminado em PVC, passa vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA OITAVA – VALIDADE DO CONTRATO**

**8.1.** O prazo de validade do presente contrato será de **17 de novembro de 2017 até 15 de fevereiro de 2018.**

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 14 de novembro de 2017.

*Processo Licitatório nº 125/2017*



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

André Luiz Moser  
Contratante

**BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI -  
ME**

Diego Alessandro Carl  
Contratada

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E  
FINANÇAS**

Sílvio César da Silva  
Secretário Municipal

**PROCURADOR GERAL DO  
MUNICÍPIO**

Rodrigo Koenig França  
OAB/SC 47.689

**Testemunhas:**

Assinatura:  
Nome Legível  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível  
CPF.:

*Processo Licitatório nº 125/2017*

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 145/2016**

Publicação Nº 1441676

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 145/2016**

O MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, neste ato representado pela Sra. Adriane Machado Ferrari, Secretária de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 710.570.649-04 e Cédula de Identidade nº 2.286.115-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Fritz Müller, nº 410, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM INDAIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.716.469/0001-97, estabelecida à Rua Oswaldo Cruz, nº 98, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por sua representante legal MAPA IMOBILIÁRIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, nº 234, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, por seu representante Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 484.728.839-49, RG sob nº 1.041.331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 145/2016, que tem como objeto a locação de um imóvel, com características de sala comercial, com área de 285,00 m², em alvenaria, contendo 01 (uma) sala, 03 (três) banheiros, além de 03 (três) vagas de estacionamento na área externa. Edificação em imóvel registrado no Livro de Transcrição das Transmissões nº 3-E, folha 78. Registro anterior sob nº 4.564, de Blumenau, que se destina ao uso exclusivo da Central de Abastecimento Farmacêutico, visa atualizar o valor referente a cobrança de taxa de água e esgoto, totalizando R\$ 62,27 (sessenta e dois reais e vinte e sete centavos), de responsabilidade do Locatário.

Diante disso, a cláusula terceira, item 3.1., do contrato original, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. O valor mensal contratado é de R\$ 3.062,27 (três mil, sessenta e dois reais e vinte e sete centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 36.747,24 (trinta e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 10 de outubro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Locatário	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Adriane Machado Ferrari Locatário
MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

**Testemunhas:**

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF:

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 188/2016**

Publicação Nº 1442218

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

1

**TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 188/2016**

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa, **POLI CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP**, Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.888.617/0001-46, com sede na Rua Engenheiro Odebrecht, nº 505, sala 01, bairro Garcia, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. **Valdenir José Melo**, brasileiro, engenheiro Civil, inscrito no CPF sob nº 547.005.829/87 e Cédula de Identidade nº 16R1609.269, residente à Rua Otto Laux, nº 445, m Apto 104, bairro Velha, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a **cláusula quinta, item 5.1.**, do contrato original, que tem como objeto a construção da ampliação da Unidade de Educação Infantil Ermínio Lanznaster, com área à construir de 220,55 m<sup>2</sup>, conforme **anexos VI, VII e VIII** do edital mencionado na Cláusula Primeira do contrato, passa vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO**

**5.1.** O prazo de execução é de **15 de dezembro de 2017 até 14 de março de 2018**, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela **CONTRATANTE**, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

*Processo Licitatório nº 108/2016*





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 29 de novembro de 2017.

**MUNICÍPIO DE INDAIAL**

André Luiz Moser  
Contratante

**POLI CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**

Valdenir José Melo  
Contratada

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Ozinil Martins de Souza  
Secretário Municipal

**PROCURADOR GERAL DO  
MUNICÍPIO**

Rodrigo Koenig França  
OAB/SC 47.689

**Testemunhas:**

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

**Processo Licitatório nº 108/2016**

**TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 179/2016**

Publicação Nº 1441682

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAIAL  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

1

**TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 179/2016**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, advogado, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa, **PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12, com sede na Rua Anelio Nicocelli, nº 1.720, bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim – Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. **Maurício Vogelsanger**, brasileiro, sócio/proprietário, inscrito no CPF sob nº 638.924.309/00 e Cédula de Identidade nº 2.191.067-7, residente à Rua Germano Marquardt, nº 187, bairro Vila Lalau, cidade de Jaraguá do Sul – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 179/2016, que tem como objeto a execução de reperfilamento e pavimentação asfáltica da Rua Maranhão, com extensão de 244,51 metros (início: Rua Mal. Floriano Peixoto – estaca 0+0,00 PP; término: interseção com a Rua Rio de Janeiro – estaca 12+4,51 PF), visa a **supressão do item 1.1**, da tabela planilha orçamentária, no valor de **R\$ 1.557,18** (um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e dezoito centavos), e **itens 2.1, 2.2 e 2.3**, da tabela planilha orçamentária, no valor de **R\$ 375,51** (trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), **totalizando R\$ 1.932,69** (um mil, novecentos e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos), conforme justificativa técnica emitida pela fiscalização do contrato.

Diante disso, a **Cláusula Sétima, item 7.1.**, do contrato original, passa vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO**

**7.1.** O valor total do presente contrato é de **R\$ 144.751,14** (cento e quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta e um reais e quatorze centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

**Processo Licitatório nº 112/2016**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE INDAL**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

2

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 16 de novembro de 2017.

**MUNICÍPIO DE INDAL**

André Luiz Moser  
Contratante

**PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Maurício Vogelsanger  
Contratada

**SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E  
MEIO AMBIENTE**

Jonas Luiz de Lima  
Secretário Municipal

**PROCURADOR GERAL DO  
MUNICÍPIO**

Rodrigo Koenig França  
OAB/SC 47.689

**Testemunhas:**

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

Assinatura:  
Nome Legível:  
CPF.:

*Processo Licitatório nº 112/2016*

# Iomerê

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017

Publicação Nº 1440980

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 46/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 46/2017 para aquisição de combustíveis. A abertura das propostas se dará no dia 14/12/2017 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 01 de dezembro de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

Publicação Nº 1440983

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 47/2017

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 47/2017 para recapagem de pneus. A abertura das propostas se dará no dia 14/12/2017 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 01 de dezembro de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### 1TAC112/2016- PMI

Publicação Nº 1442894

22/11/2017 22/10/2018 22/11/2017 2015 41 2122 1TAC112/2016 112/2016 3 Prestação de serviços de construção de obras visando impedir o deslizamento de encosta, mediante a realização de sondagens, testes, laudos, memoriais, projetos executivos de engenharia, muro de contenção, drenagens, impermeabilizações, asfaltos, planos e programas ambientais. 0 7992 Construtora Sganzerla Ltda J 1 0 0 0 31 C 0 0 15 RDC 3 2015 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### 1TAC136/2017- PMI

Publicação Nº 1442895

24/11/2017 31/12/2017 24/11/2017 2017 53 2127 1TAC136/2017 136/2017 2 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas. 1537,50 10607 Oroluz Com. de Mat. Construção LTDA - EPP J 1 115 2017 0 34 C 0 0 13 PR 39 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### 2TAC136/2017- PMI

Publicação Nº 1442896

24/11/2017 31/12/2017 24/11/2017 2017 53 2128 2TAC136/2017 136/2017 2 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas. 904,00 10607 Oroluz Com. de Mat. Construção LTDA - EPP J 1 115 2017 0 34 C 0 0 13 PR 39 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### 3TAC82/2016- PMI

Publicação Nº 1442897

10/11/2017 10/03/2018 10/11/2017 2016 28 2120 3TAC82/2016 82/2016 3 Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial nas Ruas 3 de Dezembro e Rua Santa Catarina, Ruas João Batista Riffel e Rua Oscar Riffel, centro, neste Município. 0 7693 Setep Construções S.A. J 1 0 0 0 33 C 0 0 4 TP 2 2016 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### 8TAC90/2016 -PMI

Publicação Nº 1442898

21/11/2017 21/12/2017 21/11/2017 2016 38 2121 8TAC90/2016 90/2016 3 Execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial das Ruas Edmundo Wolfart, Rua Hugo Leopoldo Kirst e recapeamento asfáltico da Rua Governador Colombo Machado Salles, em atenção ao Contrato nº 2015017501 - BADESC e execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, da Rua "A" através de Recursos Próprios centro, neste Município. 0 102173 SANTASUL - PAVIMENTACAO E OBRAS LTDA - EPP J 1 0 0 0 31 C 0 0 4 TP 6 2016 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 135/2017- PMI

Publicação Nº 1442875

07/11/2017 07/11/2018 07/11/2017 2017 53 2111 135/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas. 13545,00 8615 Franke Eletro Ferragens Ltda. J 1 0 0 0 34 C 0 0 13 PR 39 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 136/2017-PMI

Publicação Nº 1442876

07/11/2017 07/11/2018 07/11/2017 2017 53 2112 136/2017 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas. 11927,00 10607 Oroluz Com. de Mat. Construção LTDA - EPP J 1 0 0 0 34 C 0 0 13 PR 39 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 137/2017-PMI

Publicação Nº 1442877

07/11/2017 31/12/2017 07/11/2017 2017 56 2113 137/2017 0 1 Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE/PNAC, 2º semestre de 2017, descritos nos itens nº 01, 02, 03, 04 e 05 todos de acordo com a Chamada Pública n.º 004/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição. 7168,20 8132 Cooperativa dos Prod. Agroind. do Mun. de Ipira J 1 64 2017 0 35 C 0 0 9 IL 4 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 138/2017-PMI

Publicação Nº 1442878

08/11/2017 31/12/2017 08/11/2017 2017 57 2114 138/2017 0 1 Trata-se de um procedimento de Inexigibilidade de Licitação nos termos do artigo 25, III da Lei 8.666/93, para contratação de apresentação artística através de Banda Musical, aqui representada pela Banda/Grupo Musical BANDA CHOPPÃO, que representa a música popular para realização do Show do evento do KERB NA PRAÇA, no dia 28 do mês de janeiro de 2018 com início às 18 horas tendo duração de 03 horas. 5700,00 101836 Chopão Som e Eventos Ltda- ME J 1 115 2017 0 35 C 0 0 9 IL 5 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 139/2017- PMI

Publicação Nº 1442880

09/11/2017 31/12/2017 09/11/2017 2017 58 2115 139/2017 0 1 Contratação de apresentação artística através da Banda Musical. aqui representada pela Banda Radyola, para realização do Show do evento da Noite das Lanternas, no dia 25 do mês de novembro de 2017 com início às 23 horas tendo duração de 02:30 horas.

3500,00 102439 ALINE ANDRES - ME J 1 0 0 0 35 C 0 0 9 IL 6 2017  
1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 140/2017-PMI**

Publicação Nº 1442881

14/11/2017 31/12/2017 14/11/2017 2017 61 2116 140/2017 0 1  
Trata-se de um procedimento de Inexigibilidade de Licitação nos termos do artigo 25, III da Lei 8.666/93, para locação de 16 (dezesesseis) SPQ - sanitários portáteis químicos para realização do Evento da Noite das Lanternas, no dia 25 do mês de novembro de 2017 das 19:00 horas às 03:00 horas, na Praça Geraldo Clemente Dieckmann. 1452,80 8157 BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA -ME J 1 115 2017 0 35 C 0 0 9 IL 7 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 141/2017-PMI**

Publicação Nº 1442882

16/11/2017 16/11/2018 16/11/2017 2017 51 2117 141/2017 0 1  
"Aquisição de equipamentos e implementos agrícolas no Município de Ipira em atendimento ao convênio nº 833035/2016/MAPA/CAIXA - Operação nº 1033007-01 conforme especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital.

" 2399,80 102496 Simone L. Rosset - ME J 1 36 2017 0 34 C 0 0 14  
PE 2 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 142/2017-PMI**

Publicação Nº 1442885

17/11/2017 31/12/2017 17/11/2017 2017 54 2118 142/2017 0 1  
Aquisição de serviços para show pirotécnico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas no dia 25 de novembro de 2.017, conforme especificações constantes no ANEXO "D" deste Edital. 11000,00 102199 FAGULHA COMERCIO DE FOGOS DE ARTIFICIOS E PIPAS LT J 1 115 2017 0 34 C 0 0 13 PR 40 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 143/2017-PMI**

Publicação Nº 1442886

21/11/2017 21/11/2018 21/11/2017 2017 55 2119 143/2017 0 1  
A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico para manutenção da Rede de Iluminação Pública 36954,70 10607 Ouruluz Com. de Mat. Construção LTDA - EPP J 1 0 0 0 34 C 0 0 13 PR 41 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 144/2017-PMI**

Publicação Nº 1442887

23/11/2017 31/12/2017 23/11/2017 2017 60 2123 144/2017 0 1  
A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para a contratação de empresa para prestar serviços de vigilância orgânica para o Evento da Noite das Lanternas a realizar-se no dia 25 de novembro de 2017. 1668,00 102498 JOHN RR SEGURANCA LTDA - ME J 1 0 0 0 34 C 0 0 13 PR 43 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 145/2017-PMI**

Publicação Nº 1442889

24/11/2017 31/12/2017 24/11/2017 2017 59 2124 145/2017 0 1  
A presente licitação tem por objeto a aquisição de produtos natalinos (kits natalinos) para entrega aos Servidores Públicos Municipais e caixa de bombons natalinos para entrega no Natal da praça e alunos do CRAS, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 1623,90 102499 CAPINZAL CENTER LTDA - ME J 1 9 2017 0 34 C 0 0 13 PR 42 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 146/2017-PMI**

Publicação Nº 1442891

24/11/2017 31/12/2017 24/11/2017 2017 59 2125 146/2017 0 1  
A presente licitação tem por objeto a aquisição de produtos natalinos (kits natalinos) para entrega aos Servidores Públicos Municipais e caixa de bombons natalinos para entrega no Natal da praça e alunos do CRAS, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 10375,00 8414 Comércio de Carnes FINCO Ltda. J 1 9 2017 0 34 C 0 0 13 PR 42 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 147/2017-PMI**

Publicação Nº 1442892

24/11/2017 31/12/2017 24/11/2017 2017 59 2126 147/2017 0 1  
A presente licitação tem por objeto a aquisição de produtos natalinos (kits natalinos) para entrega aos Servidores Públicos Municipais e caixa de bombons natalinos para entrega no Natal da praça e alunos do CRAS, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 2016,00 101629 DOCIBEL COMERCIO DE DOCES E EMBALAGENS LTDA - ME J 1 9 2017 0 34 C 0 0 13 PR 42 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO 148/2017-PMI**

Publicação Nº 1442893

27/11/2017 31/12/2017 27/11/2017 2017 62 2129 148/2017 0 1  
A presente licitação tem por objeto a aquisição de Troféus e Medalhas, para o Campeonato Municipal de Futebol Suíço promovido pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Ipira, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 1171,25 7811 Alexandre Newton Moslinger - ME J 1 99 2017 0 34 C 0 0 13 PR 44 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA



# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 108/2017

Publicação Nº 1441804

Contrato nº 108/2017

Partes: Município de Iporã do Oeste e AM Enxovais Ltda

Objeto: Seleção e contratação de empresa para fornecimento de cortinas para o CIEF

Processo Administrativo: 136/2017

Pregão Presencial: 066/2017

Valor R\$ 14.450,00

Vigência: 30.11.2017 a 31.12.2017

Data: 30.11.2017

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

### Decreto 190/17

Publicação Nº 1441797

DECRETO MUNICIPAL Nº 190 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal art.109, inciso V e XXXI:

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Laudo de Avaliação de Imóvel, parte integrante deste decreto, elaborado pela Comissão Especial nomeada pelo Decreto Municipal nº 185 de 16 de novembro de 2017.

Art. 2º. Nos termos do Laudo de Avaliação, fica definido como imóvel viável para fins de Construção de Ginásio de Esportes a fração de 6.000,00 (seis mil) metros quadrados do imóvel Lote Colonial nº 50-AA, Gleba nº 10 (dez), do Imóvel Pepery, situado na Seção denominada Linha Macucozinho, no Município de Iporã do Oeste, Comarca de Mondaí, SC, sem benfeitorias, de propriedade de Alceu Hentz ME, com as seguintes confrontações:

NORTE: 1,50m + 63,98m com o Lote Colonial nº 50-AA de propriedade de Alceu Hentz – ME;

LESTE: em 31,23 m com o Lote Colonial nº 50-AA de Alceu Hentz-ME e em 108,64m com o Lote Colonial nº 50-A de Édio Kaiser;

SUDESTE: em 70,78m com a estrada municipal que o separa de parte do Lote Colonial nº 50-AA;

OESTE: em 103,43m com a estrada municipal que o separa do Lote Colonial nº 34.

Art. 3º. Fica fixado em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) o valor da área descrita no Art. 2º.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 24 de novembro de 2017.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 191/17

Publicação Nº 1441799

DECRETO MUNICIPAL Nº 191 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa, conferida no art. 109, inciso V e XV, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o contido nos art. 5º, alínea "m", e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de UTILIDADE PÚBLICA para fins de desapropriação a fração de 6.000,00 (seis mil) metros quadrados do imóvel Lote Colonial nº 50-AA, Gleba nº 10 (dez), do Imóvel Pepery, situado na Seção denominada Linha Macucozinho, no Município de Iporã do Oeste, Comarca de Mondaí, SC, sem benfeitorias, de propriedade de Alceu Hentz ME, com as seguintes confrontações:

NORTE: 1,50m + 63,98m com o Lote Colonial nº 50-AA de propriedade de Alceu Hentz – ME;

LESTE: em 31,23 m com o Lote Colonial nº 50-AA de Alceu Hentz-ME e em 108,64m com o Lote Colonial nº 50-A de Édio Kaiser;

SUDESTE: em 70,78m com a estrada municipal que o separa de parte do Lote Colonial nº 50-AA;

OESTE: em 103,43m com a estrada municipal que o separa do Lote Colonial nº 34.

Art. 2º. A área descrita no Art. 1º destinar-se-á Construção de Ginásio de Esportes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 24 de novembro de 2017.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH

Secretário de Administração e Finanças

### Decreto 192/17

Publicação Nº 1441818

DECRETO MUNICIPAL Nº 192 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A SUBDIVISÃO E ANEXAÇÃO DOS LOTES URBANOS Nº 171 (CENTO E SETENTA E UM) E 184 (CENTO E OITENTA E QUATRO), AMBOS COM FRENTE PARA A RUA 7 DE SETEMBRO, DA QUADRA Nº 225 (DUZENTOS E VINTE E CINCO), DESTA CIDADE E MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Complementar nº086, de 18 de julho de 2012 e suas alterações, e em conformidade com os incisos XXXI e XLI do art.109, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, o pedido do proprietário do imóvel,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovada: SUBDIVISÃO do LOTE URBANO Nº 171 (cento e setenta e um), da QUADRA Nº 255 (duzentos e cinquenta e cinco), com frente para a Rua 7 de Setembro, centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, Comarca de Mondai-SC, com a área total de 386,39m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e seis metros com trinta e nove decímetros quadrados), de propriedade de Franciele Pauletto, inscrita pelo CPF nº 057.146.299-57, imóvel objeto da Matrícula nº 15352, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis desta Comarca.

A divisão a que se refere está menção destacadará da gleba original a seguinte parcela:

I- Denominação: PARTE DO LOTE URBANO Nº 171 (cento e setenta e um) que será anexado ao lote urbano nº 184.

Destinação: RESIDENCIAL/COMERCIAL.

Zoneamento: ZIR2 – Zona de interesse residencial 2

Localização: QUADRA Nº 255 (cento e cinquenta e cinco), localizada com frente para a Rua 7 de Setembro, no centro, desta Cidade de Iporã do Oeste e Comarca de Mondai-SC.

Área: 9,66m<sup>2</sup> (nove metros com sessenta e seis decímetros quadrados).

Edificações: Não Há.

Confrontações:

NORDESTE: em 0,73 metros com o Lote Urbano nº 171;

SUDOESTE: em 1,20 metros com o Lote Urbano nº 72;

NOROESTE: em 10,07 metros do Lote Urbano nº 171;

SUDESTE: em 9,97 metros com o lote urbano nº 184;

Art. 2º. Fica aprovada: SUBDIVISÃO do LOTE URBANO Nº 184 (cento e oitenta e quatro), da QUADRA Nº 255 (duzentos e cinquenta e cinco), com frente para a Rua 7 de Setembro, centro, da Cidade e Município de Iporã do Oeste, Comarca de Mondai-SC, com a área total de 383,76m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e três metros com setenta e seis decímetros quadrados), de propriedade de Simone Jungkenn, inscrita pelo CPF nº 061.606.949-95, imóvel objeto da Matrícula nº 15353, do Livro nº 2, do Registro de Imóveis desta Comarca.

A divisão a que se refere está menção destacadará da gleba original a seguinte parcela:

I- Denominação: PARTE DO LOTE URBANO Nº 184 (cento e oitenta e quatro) que será anexado ao lote urbano nº 171.

Destinação: RESIDENCIAL/COMERCIAL.

Zoneamento: ZIR2 – Zona de interesse residencial 2

Localização: QUADRA Nº 255 (cento e cinquenta e cinco), localizada com frente para a Rua 7 de Setembro, no centro, desta Cidade de Iporã do Oeste e Comarca de Mondai-SC.

Área: 9,66m<sup>2</sup> (nove metros com sessenta e seis decímetros quadrados).

Edificações: Não Há.

Confrontações:

NORDESTE: em 0,50 metros com a Rua 7 de Setembro;

SUDOESTE: em 0,50 metros com o Lote Urbano nº 184;

NOROESTE: em 19,35 metros do Lote Urbano nº 171;

SUDESTE: em 19,38 metros com o lote urbano nº 184;

Art. 3º. Da anexação das áreas destacadas em parcelas, mencionadas, no Art. 1º e Art. 2º, com suas respectivas áreas remanescentes, passarão a constituir os seguintes Lotes Urbanos, com suas especificações e características atualizadas:

I- Denominação: LOTE URBANO Nº 171 (cento e setenta e um), da QUADRA Nº 255 (duzentos e cinquenta e cinco), com frente para a Rua 7 de Setembro, centro, desta Cidade e Comarca de Mondai-SC, com a área de 386,39m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e seis metros com trinta e nove decímetros quadrados) com a anexação da área mencionada no art. 2º.

Destinação: RESIDENCIAL/COMERCIAL.

Zoneamento: ZIR2 – Zona de interesse residencial 2

Confrontações:

NORDESTE: em 13,67 metros com a Rua 7 de Setembro;

SUDOESTE: em 1,23 metros com o Lote Urbano nº 184 e em 11,18 com o lote urbano nº 72;

NOROESTE: em 29,46 metros com o Lote Urbano nº 157;

SUDESTE: em 19,38 metros + 10,07 metros com o Lote Urbano nº 184.

II- Denominação: LOTE URBANO Nº 184 (cento e oitenta e quatro), da QUADRA Nº 255 (duzentos e cinquenta e cinco), com frente para a Rua 7 de Setembro, centro, desta Cidade e Comarca de Mondai-SC, com a área de 383,76m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e três metros com setenta e seis decímetros quadrados) com a anexação da área mencionada no art. 1º.

Destinação: RESIDENCIAL/COMERCIAL.

Zoneamento: ZIR2 – Zona de interesse residencial 2

Confrontações:

NORDESTE: em 12,67 metros com a Rua 7 de Setembro e em 1,23 metros com o lote urbano nº 171;

SUDOESTE: em 14,37 metros com o Lote Urbano nº 72 e 56;

NOROESTE: em 19,38 metros + 10,07 metros com o Lote Urbano nº 171;

SUDESTE: em 29,06 metros com o Lote Urbano nº 197.

Art. 4º. A operação é objeto da Anotação de Responsabilidade Técnica nº 6354599-8, firmada pelo Técnico em Agrimensura CHRISTOPHER FERRARI THUMS, CREA/SC nº 117683-3.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 24 de novembro de 2017.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH

Secretário de Administração e Finanças

## Decreto nº 187/17

Publicação Nº 1441788

DECRETO MUNICIPAL Nº 187 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

“INSTITUI A SALA DE SITUAÇÃO MUNICIPAL PARA COORDENAÇÃO, COMBATE E ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS TRANSMITIDAS PELO (MOSQUITO Aedes Aegypti), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e e, ainda, Considerando que, a teor do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Poder Público, a quem compete garanti-la mediante adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a lei estadual nº 15.243, de 29 de junho de 2010, que trata de medidas para evitar a existência de criadores para Aedes Aegypti e Aedes albopictus no Estado de Santa Catarina, bem como dá outras providências;

CONSIDERANDO que o combate eficaz à proliferação do mosquito Aedes Aegypti, transmissor da Dengue, do Zika Vírus e da Febre

Chikungunya, depende da indispensável mobilização da sociedade e participação da população;

CONSIDERANDO que a criação da Sala de Situação Municipal deverá definir diretrizes para intensificar a mobilização e o combate ao mosquito *Aedes Aegypti* em todo o território do Município de Iporã do Oeste, além de consolidar e divulgar informações sobre as ações e os resultados obtidos, também deverá coordenar ações com a disponibilização de recursos humanos, insumos, equipamentos e apoio técnico e logístico, em articulação com os órgãos estaduais e federais, e diante do relevante interesse público;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica instituída no Município de Iporã do Oeste a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue, que tem como objetivo gerenciar e monitorar a intensificação das ações de mobilização e combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, para o enfrentamento da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.

Art. 2º. A Sala de Situação Municipal funcionará nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, à Rua 2 de Novembro, 418, bairro Jardim Itália, em reuniões convocadas pela Coordenação de Combate a Dengue e atendimento através do telefone (49) 3634-1360.

Art. 3º. A Sala de Situação Municipal será composta por representantes dos seguintes órgãos da Estrutura Administrativa do Município e das seguintes entidades:

- I – Vice-Prefeito Municipal
- II - Secretaria Municipal da Saúde;
- III - Secretaria Municipal de Educação; (Diretores de Escolas Municipais e Estadual);
- IV - Secretaria de Transportes e Obras e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Urbano;
- V - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- VI – Câmara Municipal De Vereadores
- VII – Associação Comercial/CDL
- VIII – Agentes De Saúde
- IX – Defesa Civil
- X - Igrejas

§ 1º Havendo necessidade poderá ser requisitada a participação de outros órgãos da Estrutura Administrativa e de outras entidades do Município de Iporã do Oeste.

§ 2º Poderão integrar a Sala de Situação Municipal para Coordenação, Combate e Enfrentamento da Dengue, os seguintes órgãos do Governo Estadual e Federal:

- I - Batalhão do Corpo de Bombeiros de Iporã do Oeste;
- II - Batalhão da Polícia Militar de Iporã do Oeste;
- III - Delegacia de Polícia Civil de Iporã do Oeste.

Art. 4º. A participação na Sala de Situação Municipal será considerada prestação de serviço público relevante não remunerado.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iporã do Oeste – SC, 20 de novembro de 2017.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

NEREU JOSÉ BARTH

Secretário de Administração e Finanças

# Ipuaçu

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 208 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017. REVOGA PORTARIA 031/2017.**

Publicação Nº 1442606

PORTARIA Nº 208  
DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

REVOGA PORTARIA 031/2017.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica REVOGADA na sua integralidade a Portaria 031, de 20 de Janeiro de 2017, a qual dispensava o registro de ponto eletrônico aos Servidores ocupantes dos cargos de Assessores(as), Secretários(as) e Controlador(a) Geral.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu- SC, em 28 de novembro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretaria da Administração e Fazenda

# Ipumirim

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO 01-2017

Publicação Nº 1442731

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI

Resolução CMDCA nº. 01 de 27 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a homologação da inscrição do projeto academia de pilates.

O Conselho Municipal do Idoso - CMI no uso de suas atribuições, em Reunião Ordinária realizada em 27 de novembro de 2017, registrada em ata de nº. 12/2017:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a inscrição do projeto academia de pilates, em consonância com metodologia apresentada em reunião na data acima mencionada.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 27 de novembro de 2017.

Jurandi Bogoni Locatelli

Presidente do CMI

### RESOLUÇÃO 01-2017

Publicação Nº 1442738

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Resolução CMDCA nº. 01 de 27 de novembro de 2017.

Dispõe sobre a homologação da inscrição do projeto equoterapia.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA no uso de suas atribuições, em Reunião Ordinária realizada em 27 de novembro de 2017, registrada em ata de nº. 146/2017:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a inscrição do projeto equoterapia, em consonância com metodologia apresentada em reunião na data acima mencionada.

Art. 2º. O recurso financeiro para execução do referido projeto no ano de 2018 será custeado com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ipumirim.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 27 de novembro de 2017.

Cássio Canton

Presidente do CMDCA

### TERMO RETIFICAÇÃO PL 73-2017-PONTES

Publicação Nº 1442514

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 73/2017, TOMADA DE PREÇO Nº 02/2017.

Laudecir Francio, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, no uso de suas atribuições:

Considerando a necessidade de retificação do Processo Licitatório nº 73/2017, fica alterado o item 5.4.4 e 5.4.5, do edital acima transcrito, a saber :

#### R E T I F I C A

1- Fica alterado o item 5.4.4 e 5.4.5 do edital, que passa a vigorar com a seguinte redação:

5.4.4 Comprovante de que a empresa e o responsável técnico da mesma, possuam capacitação técnica-operacional, mediante a apresentação de ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA de execução de obra, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registradas no CREA, devendo apresentar a Certidão de Acervo Técnico com características iguais ou superiores para cada um dos objetos do presente edital. Poderá, contudo, ser apresentado um único Atestado no que se refere a edificação de pontes, desde que este atenda a exigência contida no presente item, para todas as pontes a serem edificadas.

5.4.5 Para fins de verificação de atendimento ao item 5.4.4, não será aceita a soma de dois ou mais atestados.

2- Em função da alteração não prejudicar a confecção das propostas, mantém-se a mesma data de abertura, no mesmo horário e local para entrega e abertura dos envelopes do certame sobredito.

3- As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

4 - Revogadas as disposições em contrário, comunica-se as empresas interessadas em participar do certame licitatório.

Ipumirim, 30 de novembro de 2017

Laudecir Francio

Presidente da Comissão de Licitações

**ATA DE JULGAMENTO DO PL Nº 76, PP Nº 44-2017-PM**

Publicação Nº 1442020

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 44/2017 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 76/2017</b> <b>Data do Processo: 10/11/2017</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

cont. de Oficina(o) p/ prestação de serviço com as seguintes habilidades: Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos datas comemorativas, biscuit, bordado, tricô, e auxílio no desenvolvimento de atividades/temáticas socioeducativas, atuação c/grupos do PAIF/CRAS (criança/adolescente, mulher, família beneficiadas do prog. Bolsa Família, bem como p/aulas de artesanato, p/ oficinas culturais, para o exercício de 2018 conforme anexo ao edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 374/2017 (Sequência: 2)**

Ao(s) 28 de Novembro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 76/2017, Licitação nº 44/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de 2017( dois mil e dezessete), às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Municipal Jucilene Goldoni Caliani, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 2265/2016, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa: ROSANI ZAMPROGNA-MI. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª. ROSANI ZAMPROGNA sócia proprietária da empresa ROSANI ZAMPROGNA-MI. Indagado pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, a empresa acima transcrita, se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para a fase seguinte do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelo participante presente, a parte não manifestou qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

**Participante: 9864 - ROSANI ZAMPROGNA- MI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de Oficina(o) para prestação de serviço com as seguintes habilidades: Pintura em tecido, pintura em madeira, pintura em emborrachado, pintura em tela, enfeites diversos datas comemorativas, biscuit, bordado, tricô, e auxílio no desenvolvimento de atividades/temáticas socioeducativas, atuação com grupos do PAIF/CRAS (criança/adolescente, mulher, família beneficiadas do programa Bolsa Família, bem como para aulas de artesanato, para oficinas culturais, para o exercício de 2018.	H	1.000,00		0,0000	25,00	25.000,00
<b>Total do Participante ———&gt;</b>							<b>25.000,00</b>
<b>Total Geral —————&gt;</b>							<b>25.000,00</b>



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P.:** 89790-000 - Ipumirim - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 44/2017 - PR****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 76/2017  
**Data do Processo:** 10/11/2017

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 28 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO	- ..... - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- ..... - Equipe de Apoio
SUZANA GIOMBELLI	- ..... - Equipe de Apoio
MOIRA COMBOSKI	- ..... - Equipe de Apoio
JULIE REGINATO	- ..... - Equipe de Apoio
PAULO DE BORTOLI	- ..... - Equipe de Apoio

# Iraceminha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 047/2017

Publicação Nº 1442531

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Prefeitura Municipal de Iraceminha  
Processo Licitatório 79/2017  
Edital de Pregão Presencial 047/2017

Objeto: O objeto do presente Edital consiste na contratação de empresa para regularização de confrontações de pontos cardeais e confinantes, por processo administrativo, dos imóveis matriculados sob o nº 15.256 e 4.398 na Comarca de Maravilha – SC e o imóvel matriculado sob o nº 1.914 na Comarca de Cunha Porã – SC. Necessitam retificação em função do desmembramento da área destinada ao cemitério ter sido feito erroneamente, sendo necessária a realização do levantamento topográfico e demais procedimentos administrativos para ajustes dos referidos imóveis.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 13/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.iraceminha.sc.gov.br](http://www.iraceminha.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@iraceminha.sc.gov.br](mailto:compras@iraceminha.sc.gov.br) ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 01 de dezembro de 2017.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

# Irani

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 33/2017

Publicação Nº 1443051

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2017

OBJETO: Contratação de empresa para realização de 02 (dois) Shows de Manobras Radicais para os dias 09 e 10 de dezembro – Natal de Luzes 2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: JOHN SILVA SAFFE 03548425100.

VALOR: R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso V do artigo 24, da Lei Federal nº 8666/93.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Irani, SC, 30 de novembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 011/2014

Publicação Nº 1442726

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 011/2014.

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO TIMBOZINHO.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.4055 - SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22, Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a Associação de Agricultores de São Sebastião do Timbozinho, com sede à localidade de São Sebastião do Timbozinho, Município de Irineópolis - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 18.382.794/0001-60, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente ADÍLIO SENN, portador do CPF nº 047.822.379-01 e RG nº 4.819.623, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.813/2014, de 18 de Setembro de 2014, celebram o presente Termo aditivo ao convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de alterar o prazo de vigência do Convênio nº 011/2014, conforme autoriza o artigo 6º da Lei Municipal nº 1.813/2014, de 18 de Setembro de 2014, e Cláusula Décima Primeira do Convênio nº 011/2014, bem como reajustar os valores a serem repassados à entidade conveniada, conforme autoriza o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.813/2014 e no parágrafo primeiro da Cláusula Segunda do ajuste original.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

A vigência do termo de convênio firmado entre as partes fica prorrogada pelo período de 24 de Outubro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

O valor a ser repassado mensalmente, será de R\$ 2.578,29 (dois mil quinhentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 30 de Outubro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal	Adílio Senn Presidente da Associação de Agricultores de São Sebastião do Timbozinho
Testemunhas:	
Rosani Rodrigues da Silva Mischka CPF nº 664.622.159-68	Patricia Fabiane Fronczak CPF nº 037.425.669-11

### 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 012/2014

Publicação Nº 1442730

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 012/2014.

3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE MORADORES NOVO HORIZONTE.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.4055 - SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22, Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a Associação de Desenvolvimento de Moradores Novo Horizonte, com sede à localidade de Serra de Boa Vista, Município de Irineópolis - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 11.061.548/0001-68, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente PORFÍRIO FERREIRA, portador do CPF nº 647.031.349-34 e RG nº 2.311.132, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.814/2014, de 18 de Setembro de 2014, celebram o presente termo aditivo ao convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Tem o presente Termo Aditivo objetivo de alterar o prazo de vigência do Convênio nº 012/2014, conforme autoriza o artigo 6º da Lei Municipal nº 1.814/2014, de 18 de Setembro de 2014, e Cláusula Décima Primeira do Convênio nº 012/2014, bem como reajustar os valores a serem repassados à entidade conveniada, conforme autoriza o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.814/2014 e no parágrafo primeiro da Cláusula Segunda do ajuste original.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

A vigência do termo de convênio firmado entre as partes fica prorrogada pelo período de 27 de Outubro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

O valor a ser repassado mensalmente, será de R\$ 2.578,29 (dois mil quinhentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Convênio ora aditado, ficando este Termo fazendo

parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo de Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo Aditivo em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 30 de Outubro de 2017.

Juliano Pozzi Pereira Prefeito Municipal	Porfírio Ferreira Presidente da Associação de Desenvolvimento de Moradores Novo Horizonte
Testemunhas:	
Rosani Rodrigues da Silva Mischka CPF nº 664.622.159-68	Patricia Fabiane Fronczak CPF nº 037.425.669-11

#### DECRETO Nº 3327/2017

Publicação Nº 1441963

DECRETO Nº 3.327, de 28 de Novembro de 2017.  
NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (CONDECON).

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 11, da Lei nº 1.937/2017, de 04 de julho de 2017, que DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SMDC – INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON, O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON, E INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – FMDC,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para integrar o CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (CONDECON), os membros titulares e suplentes, representantes das seguintes entidades:  
I – Coordenador Municipal do PROCON:

Titular: CASSIANA LAÍS BRAND  
Suplente: ANA MARIA ONEVETCH

II – Representante da Secretaria Municipal da Educação:  
Titular: LILIAN CIBELI DZIEDZIC  
Suplente: SEZINANDA APARECIDA DOS SANTOS

III – Representante do CDL:  
Titular: ANGELO MARCOS BORGES  
Suplente: CHAIANE PARTICA

IV – Representante da Sociedade Civil (Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida):  
Titular: ANDERSON DOS SANTOS  
Suplente: JUSSARA ALVES

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, admitida a sua recondução por mais um período.

Art. 3º A participação no Conselho será considerada serviço de natureza relevante e não remunerada.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 28 Novembro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2017 FMAS

Publicação Nº 1442686

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 19 de dezembro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE KITS MATERNIDADE E VESTUÁRIO PARA ATIVIDADES NAS OFICINAS E GRUPOS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV E DO CENTRO DE REFERÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 29 de novembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 413/2017

Publicação Nº 1441954

PORTARIA Nº 413/2017.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1st. DELEGAR à servidora LETICIA HAIDUK MAINARDI ocupante do emprego público Agente de Combate a Dengue, portadora da CNH Registro nº 06924339403, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Irineópolis (Fundo Municipal de Saúde) durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 28 de Novembro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 414/2017**

Publicação Nº 1441959

PORTARIA Nº 414/2017.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONCEDER Licença Maternidade a servidora CAROLINE FERNANDA DE LIMA ARBIGAUS, no período de 28/11/2017 a 27/03/2018.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 28 de Novembro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº 415/2017**

Publicação Nº 1441962

PORTARIA Nº. 415/2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	ADEMIR PASCHOALINI	01/12/2017 À 30/12/2017
2.	ADRIANA MICHAHOUSKI DENKE	04/12/2017 À 02/01/2018
3.	ARIADNE BARBOSA RODRIGUES	04/12/2017 À 02/01/2018
4.	BRUNO GUARACY PINTO	01/12/2017 À 30/12/2017
5.	CLAUDETE TILGNER BENDLIN	04/12/2017 À 02/01/2018
6.	EVANI STEIN KUHLER	01/12/2017 À 30/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 28 de Novembro de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 58/2017 - PM**

Publicação Nº 1442696

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 58/2017  
CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2017

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 17 de janeiro de 2018, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço com adjudicação Global de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO, DETONAÇÃO DE 15.000 M³ (QUINZE MIL METROS CÚBICOS) DE ROCHAS TIPO PEDRA FERRO, E DESMONTE ATRAVÉS DE ROMPEDOR DE 500 (QUINHENTAS) HORAS TRABALHADAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 30 de novembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA Nº 26/2017**

Publicação Nº 1442722

Portaria Nº 26/2017  
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE  
DE CARGO EM COMISSÃO.

SERGIO ROBERTO BINDER, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 13, inciso III, letra "A" e em conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Exonerar, a partir da data de 01/12/2017, o Sr. JOSENEI DE JESUS POLLI inscrito no CPF sob o nº 001.401.819-54, RG Nº 6.141.055-4 do cargo de Assessor de Comunicação Social, desta Casa de Leis, comunique – se com urgência o Departamento Pessoal para as providências na forma da Lei.

Gabinete da Presidência, em 30 de novembro de 2017.  
Sergio Roberto Binder  
PRESIDENTE DA MESA



# Itá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS 93 A 97 E ADITIVO ECGT E CONCISA

Publicação Nº 1442797

Contrato Nº.: 93/2017  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: EURO TRUCK INJEÇÃO ELETRONICA DIESEL LTDA ME  
Valor ..... : 15.500,00 (quinze mil quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 13/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 38/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (51)  
Objeto ..... : Aquisição de peças e mão de obra para reparo motor Cummins 6BT, para manutenção do veículo Caminhão Prancha VW 17210 placas MBE 6276.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 94/2017  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECR. CRUZEIRO  
Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
Vigência ..... : Início: 14/11/2017 Término: 13/11/2018  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (9) Saldo: 53.914,74  
Objeto ..... : Locação de espaço físico para treinamento de atletas e realização de reuniões e eventos.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 95/2017  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI - EPP  
Valor ..... : 192.901,62 (cento e noventa e dois mil novecentos e um reais e sessenta e dois centavos) Vigência ..... : Início: 16/11/2017 Término: 14/06/2018  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 6/2017  
Recursos ..... : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (167), 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (289) Objeto ..... : Contratação de empresa para revitalização do Belvedere Dona Roma, neste município.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 96/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA  
Contratada.: CLINICA MEDICA MACHADO MENDES LTDA  
Valor ..... : 15.000,00 (quinze mil reais)  
Vigência ..... : Início: 22/11/2017 Término: 31/12/2017  
Objeto ..... : Credenciamento para prestação de serviço consulta médica ambulatorial especializada (parapsicologia).  
JOICE ANITA SARTORETTO ZOTTI - Gestora do Fundo

Contrato Nº.: 97/2017  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: BRASIL SUL EVENTOS LTDA ME  
Valor ..... : 31.800,00 (trinta e um mil e oitocentos reais)  
Vigência ..... : Início: 27/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 40/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (52), 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00 (288)  
Objeto ..... : Contratação de empresa para fornecimento e

montagem de estrutura, e fornecimento de materiais e mão de obra para a realização da 7ª Festa da Suinocultura e Exposição de Gado Leiteiro nos dias 09 e 10 de dezembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 7AD 85/2016  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 16/11/2017 Término: 26/12/2017  
Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2016  
Objeto ..... : Aditivo de prazo de execução e vigência do contrato devido à atraso nas vistorias e partes burocráticas necessárias a prestação de contas e liberações por parte do BADESC.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº ..... : 5AD 84/2016  
Contratante.: MUNICIPIO DE ITA  
Contratada.: ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.  
Valor ..... : 20.588,00 (vinte mil quinhentos e oitenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 22/11/2017 Término: 22/01/2018  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2016  
Objeto ..... : Aditivo de supressão de valor devido necessidade de adequações na obra.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

# Itapema

## PREFEITURA

### PROCESSO 137/2017 – PREGÃO – 04.089.2017

Publicação N° 1442903

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO 137/2017 – PREGÃO – 04.089.2017  
ATA REGISTRO DE PREÇOS 089/2017

BASE LEGAL: Art. 15, Lei 8.666/93 e alterações.

OBJETO:  
Registro de Preços – aquisição de portas de Ferro para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital N°. 04.089.2017.

VALOR TOTAL: R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESA:

MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME

Itapema, 16 de outubro de 2017.  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita de Itapema

### PUBLICAÇÃO 299 - PROCESSO 170.2017 - PREGÃO PRESENCIAL 04.111.2017 - FOGOS DE ARTIFÍCIOS

Publicação N° 1442946

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO 111/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 04.111.2017  
PROCESSO N° 170/2017  
HOMOLOGAÇÃO: 30/11/2017

OBJETO: Registro de Preço - Contratação de empresa especializada no fornecimento e queima de fogos de artifício para os eventos a serem realizados nos anos de 2017 e 2018 no Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital N°. 04.111.2017

CONTRATADO: CEUFEST COMERCIO DE FOGOS DE ARTIFICIOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais)

Itapema, 30/11/2017  
NILZA NILDA SIMAS  
Prefeita Municipal

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 229/2017

Publicação Nº 1442783

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 229/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CORTINAS DE BLACKOUT E PERSIANAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 13/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 30 de novembro de 2017.

Nelson Klein

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

### AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 222/2017

Publicação Nº 1442856

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES DA  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 222/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO VIÁRIO URBANO PARA PAVIMENTAÇÃO, RESTAURAÇÃO, PAISAGISMO E URBANIZAÇÃO DOS LOGRADOUROS AVENIDA URUGUAI E AVENIDA JOHN KENNEDY, NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC, CONTENDO UMA EXTENSÃO TOTAL DE 1,90 KM E ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 76.000,00 M², CONFORME CONVÊNIO Nº 2017TR001570 / ESTADO DE SANTA CATARINA / AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE ITAPIRANGA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

O Município de Itapiranga, TORNA PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, que em razão do interesse público, de acordo com o disposto no § 2º do art. 21 da Lei 8.666/93, conforme mencionado a seguir: Fica PRORROGADA a data de abertura do dia 11 de dezembro de 2017 para o dia 26 de dezembro de 2017 às 13:30h.

Informações complementares: o Edital Retificado em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 30 de novembro de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

### DECRETO Nº 194, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1443025

DECRETO Nº 194, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", conforme Proposta de Transferência do Estado nº 0000018846 – Moleque Bom de Bola, na seguinte fonte de recursos: 122 - Outras Transf. Correntes - Estado1, no valor de R\$ 19.998,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e oito reais):

06.03 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes

27.812.0073.2022 – Manutenção das Atividades do Setor de Cultura e Esportes

33.90.00.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 19.998,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 28 de novembro de 2017.

Itapiranga, SC., 28 de novembro de 2017.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Lauro Schlickmann

Secretaria Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 195, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1443027

DECRETO Nº 195, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DA PREVISÃO DE "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.057, de 30 de novembro de 2016: Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta da previsão de "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de recursos: 111 – Transf. de Rec. da União - Merenda Escolar, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

06.03 – Secret. Mun. Educ. Cultura e Desporto – Outras Fontes

12.306.0134.2033 – Merenda Escolar

33.90.00.00.00.00.00.0111 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 28 de novembro de 2017.

Itapiranga, SC., 28 de novembro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Lauro Schlickmann  
Secretaria Municipal de Administração.

## **DECRETO Nº 196, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1443030

DECRETO Nº 196, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA ADMINISTRATIVA DO ESTATUTO E PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 75 da Lei Orgânica do Município;

**D e c r e t a:**

Art. 1º Fica designada a COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA ADMINISTRATIVA do Estatuto e Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Civis Municipais.

Art. 2º Compete à Comissão prevista neste Decreto:

I – desenvolver estudos, promover a elaboração de pré-requisitos fundamentais, planejar as atividades necessárias para a execução da reforma do Estatuto e Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Civis Municipais.

II – encaminhar ao Chefe do Poder Executivo Municipal o resultado dos estudos, análises, planejamento e execução, bem como das minutas das legislações pertinentes às matérias;

III – prestar os esclarecimentos necessários visando o pleno atendimento da proposta.

Art. 3º - Ficam nomeados para compor a Comissão:

I – Ivair Paulo Tavares (efetivo) Carlinhos Mallmann (suplente)

II – Renato Schlickmann (efetivo) Ademir Rohden (suplente)

III – Davino Rauber (efetivo) Nelson Klein (suplente)

IV – Doralino Walker (efetivo) Rosimere de Souza (suplente)

V - Ivo Bogorni (efetivo) Nélío Weigner (suplente)

VI – Nadir Teresinha Etges (efetivo) Paula Prost Welter (suplente)

Art. 4º A comissão terá prazo de até 06 (seis) meses, a partir da data de publicação do presente Decreto, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º As designações referidas no artigo 3º do presente Decreto não contam ônus para os cofres públicos municipais, por ser considerado serviço relevante prestado ao município de Itapiranga.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, SC, 29 de novembro de 2017.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

Lauro Schlickmann  
Secretário Municipal de Administração.

## **EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117/2017**

Publicação Nº 1442716

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º T.A 117/2017 - Contrato Nº: 117/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: EFICCAZ CONSTRUÇOES COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Vigência ..... : Início: 30/11/2017 Término: 31/03/2018

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 126/2017

Objeto ..... : PRORROGA PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA A EXECUÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, DA OBRA DE AMPLIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE SANTO ANTONIO, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. Itapiranga, 30 de Novembro de 2017

## **EXTRATO DO CONTRATO 022/2017 - FMS**

Publicação Nº 1442082

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 022/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA  
Valor ..... : 6.333,12 (seis mil trezentos e trinta e três reais e doze centavos)

Vigência ..... : Início: 30/11/2017 Término: 30/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Recursos ..... : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (25)

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOCOPIADORES, DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO.

Itapiranga, 30 de Novembro de 2017

**EXTRATOS DOS CONTRATOS 130 E 131/2017**

Publicação Nº 1442061

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 130/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: RODOLFO DA ROSA SCHONTAG

Vigência ..... : Início: 24/11/2017 Término: 24/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 213/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (12)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL, DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, VISANDO A REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Itapiranga, 30 de Novembro de 2017

Contrato Nº.: 131/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Contratada...: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA

Valor ..... : 23.665,92 (vinte e três mil seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 30/11/2017 Término: 30/11/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (12)

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS FOTOCOPIADORES, DESTINADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO.

Itapiranga, 30 de Novembro de 2017

**PORTARIA Nº 278/2017**

Publicação Nº 1442615

Portaria nº 278 de 1º de dezembro de 2017

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 1º de dezembro de 2017, Artur Weigner matrícula nº 6348/01, do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, tendo em vista sua aposentadoria junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 1º de dezembro de 2017

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

## Itapoá

## PREFEITURA

## AVISO DE ALTERAÇÃO E REABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO Nº 82/2017

Publicação Nº 1442571



**Prefeitura Municipal de Itapoá / SC**  
**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**  
 Rua Mariana Michels Borges(960), nº201–Itapema do Norte–89249-000- Itapoá (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

## MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

## AVISO DE ALTERAÇÃO E REABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO Nº 82/2017 - PROCESSO Nº 110/2017

DA ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS

DATA: 30 de novembro de 2017.

HORÁRIO: 14h:30min (abertura)

**OBJETO:** Contratação de seguro para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

O Município de Itapoá torna públicas as seguintes alterações ao edital epígrafe:

## ONDE CONSTA:

## DO ANEXO V – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS/TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO: Contratação de seguro para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

ITEM	VEÍCULO	ANO/ MODELO	COMBUSTÍVEL	CHASSI	PLACA	UF	REGIÃO DE RISCO (CEP)	CLASSE DE BÔNUS	COBERTURA	CASCO %	SEGURO RCO	TIPO DE FRANQUIA	DANOS MATERIAIS	DANOS PESSOAIS	APP	ASS. 24HS	PROTEÇÃO A VIDROS	CARRO RESERVA	VALOR MÁXIMO
1	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	ÁLC/GAS	9BD15822AA6267494	MHF6303	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub.	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
2	FIAT SIENA ESSENCE 1.6	2013/2014	ÁLC/GAS	9BD197163E3126263	MLC8625	SC	89249-000	2	Colisão, Ince, Roub.	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
3	FIAT SIENA EL 1.4	2013/2014	ÁLC/GAS	9BD372171E4038778	MLC9075	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub.	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
4	FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4	2013/2014	ÁLC/GAS	9BD373121E5045900	MLW1258	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub.	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
5	FIAT/ UNO /MILE/ ECONOMI	2013/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6887418	MLL9936	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub.	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
6	FIAT ESTRADA WORKING	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD27805MD7585309	MKT3586	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub.	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 1.100,00
7	FIAT ESTRADA WORKING	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD27805MD7585352	MKT3476	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub.	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 1.100,00
8	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6710302	MKK7773	SC	89249-000	0	Colisão,	1	NÃO	Red 50% da	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/	VD, RER,	SIM	R\$ 700,00

1/10





# Prefeitura Municipal de Itapoá / SC

**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**  
Rua Mariana Michels Borges(960), nº201-Itapema do Norte –89249-000- Itapoá (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

								Ince, Roub		Obrigatório		limite de Km	FAR E LA
9	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD150802AD6710165	MKK7703	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
10	NISSAN /LIVINA 1.6S	2013/2014	ÁLC/GAS	94DTAFL10EJ901956	MLY5713	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
11	NISSAN LIVINA 1.6	2014/2014	ÁLC/GAS	94DTAFL10EJ300234	MKH6711	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
12	RENAULT/LOGAN EXPRE 1.6	2014/2015	ÁLC/GAS	93Y4SRD64F436173	MLL2836	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
13	RENAULT/LOGAN EXPRE 1.6	2014/2015	ÁLC/GAS	93Y4SRD64F460577	OKE5646	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
14	RENAULT/LOGAN EXPRE 1.6	2010/2010	ÁLC/GAS	93YL5RK7UHAJ446614	MIF8774	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
15	VW/ GOL 1.0 GIV	2011/2012	ÁLC/GAS	9BWAA05W6CP065256	MIR9468	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
16	CHEVROLET/CELTA 1.0L LT	2013/2014	ÁLC/GAS	9BGRP48FOEG117617	MLC9045	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
17	VW/NOVA SAVEIRO CS	2013/2014	ÁLC/GAS	9BWKBO5UIEP041885	MLK7894	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
18	FIAT /FIORINO FLEX	2006/2007	ÁLC/GAS	9BD25504978791071	MKV8240	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
19	RENAULT/CLIO CAM 1.0 16V	2010/2010	ÁLC/GAS	8A1BB8VO5AL438678	MIF8724	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
20	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	ÁLC/GAS	9BD15822AA6263438	MHF6213	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
21	GM ASTRA SEDAN ELEGANCE	2005/2006	ÁLC/GAS	9BGUT69W06B139254	MEG7888	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA
22	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6710151	MKK7733	SC	89249-000	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA

2/10



## Prefeitura Municipal de Itapoa / SC

**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**  
Rua Mariana Michels Borges(960), nº201–Itapema do Norte –89249-000- Itapoa (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

23	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6710304	MKL2973	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
24	RENAULT/LOGAN EXPRE 1.6	2014/2015	ÁLC/GAS	93Y4SRD64FJ436496	OKES616	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
25	FIAT/ESTRADA	2017/2018	ÁLC/GAS	9BD57834FJY180800	QID6847	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
26	GM/ ONIX JOY 1,4	2017/2018	ÁLC/GAS	9BGKL48UOJB149845	QJP6107	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 1.200,00
27	GM/ VECTRA SEDAN 2.0	2009/2010	ÁLC/GAS	9BGAD69COAB141978	MHR6425	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
28	VW/ SAVEIRO CS	2010/2011	GASOLINA	9BWL45U6BP118886	MJR0899	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
29	VW/ FOX	2007/2007	ÁLC/GAS	9BWK805Z074087529	AOM1982	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
30	FIAT/CAMINHONETE /AMBUCCATO	2009/2009	DIESEL	93W245G3392043646	MGE1956	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	----	R\$ 7.200,00
31	FIAT/CAMINHONETE/AMB/ DUCATO	2009/2010	DIESEL	93W245G34A2050490	MIA1153	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	----	R\$ 7.100,00
32	FIAT/CAMINHONETE/AMB/D UCATO ADAPTADA	2012/2013	DIESEL	39W245G34D2100161	MKC2505	SC	89249-000	4	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	----	R\$ 7.400,00
33	FIAT/CAMINHONETE/AMB/ BOXER	2012/2013	DIESEL	936ZCVMNCD2104375	MLE1462	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	----	R\$ 7.400,00
34	MICROÔNIBUS /RENAUT MASTER EUROLAF P	2013/2013	DIESEL	93YADC1LGDJ550343	MLK0353	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	----	R\$ 7.500,00
35	CAMINHONETE KIA UK200 HD SC	2013/2014	DIESEL	SUWSHX76AEN013865	MMK8632	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	----	R\$ 1.500,00
36	CAMINHONETE KIA UK200 HD SC	2013/2014	DIESEL	SUWSHX76AEN013864	MMK8672	SC	89249-000	1	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	----	R\$ 1.500,00
37	TRATOR TL 85E NEW HOLLAND	2016/2016	DIESEL	HCCZTL85CGC453189	QIO7813	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	----	R\$ 4.000,00

3/10



## Prefeitura Municipal de Itapoa / SC

**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**  
Rua Mariana Michels Borges(960), nº201–Itapema do Norte –89249-000- Itapoa (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

38	ÔNIBUS VW/COMIL CAMPIONE R	1997/1998	DIESEL	9BWV2TJB5VRB06888	AHS1973	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	-----	R\$ 6.900,00
39	ÔNIBUS / IVECO CITYCLASS 70C17	2013/2014	DIESEL	93ZL68CO1E8456402	QHE4595	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	-----	R\$ 8.100,00
40	ÔNIBUS/VW 15.190 EOD E.HD ORE	2015/2015	DIESEL	953ZE82W2FR519402	QHT3953	SC	89249-000	1	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	-----	R\$ 8.300,00
41	HONDA /BIZ 110I	2016/2016	GASOLINA	9C2JC7000GR128903	QHT0559	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	-----	-----	R\$ 300,00
42	HONDA /BIZ 110I	2016/2016	GASOLINA	9C2JC7000GR128856	QHS8079	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	-----	-----	R\$ 300,00
43	YAMAHA / XTZ 125K	2009/2010	GASOLINA	9C6KE1260A0011719	MHE4271	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	-----	-----	R\$ 500,00
44	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	GASOLINA	9C2JC4110AR726486	MTS1839	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	-----	-----	R\$ 500,00
45	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	GASOLINA	9C2JC4110AR726198	MTS2059	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	-----	-----	R\$ 500,00
46	YAMAHA / XTZ 125E	2013/2014	GASOLINA	9C6KE1250E0036154	MLT5358	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	-----	-----	R\$ 500,00
47	CAMINHÃO FORD F1400.HD	1994/1995	DIESEL	98FXTNSMXXRD855639	LWT 3551	SC	89249-000	5	-----	-----	NÃO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$ 620,43	
48	CAMINHÃO FORD F1400.HD	1994/1995	DIESEL	98FXTNSM6RDB55542	LWT 3301	SC	89249-000	5	-----	-----	NÃO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$ 559,59	
49	CAMINHÃO M.BENZ / ATRON 2729 K 6x4	2014/2014	DIESEL	98M693388EB957961	OKF 0724	SC	89249-000	0	-----	-----	NÃO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$ 620,43	
50	CAMINHÃO IVECO /EUROCARGO 230E24	2010/2010	DIESEL	93ZE2KH00A8710206	MTI 2754	SC	89249-000	5	-----	-----	NÃO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$ 620,43	
51	CAMINHÃO GM /MATRA M22 993	1990/1990	DIESEL	98G782NXLCC018716	LYO 3927	SC	89249-000	5	-----	-----	NÃO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$ 620,43	
52	CAMINHÃO M.BENZ / LA1113	1978/1979	DIESEL	3440321 2422716	CNI 2630	SC	89249-000	5	-----	-----	NÃO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$ 620,43	
53	CAMINHÃO PIPA	1987/1987	DIESEL	1GDL6P1FOHV530146	LYZ 9635	SC	89249-000	0	-----	-----	NÃO	-----	-----	-----	-----	-----	-----	R\$ 800,00	

4/10



## Prefeitura Municipal de Itapóá / SC

**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**  
Rua Mariana Michels Borges(960), nº201–Itapema do Norte –89249-000- Itapóá (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

54	CAMINHONETA /TOYOTA /BAND.BJ55LP BL3	1999/1999	DIESEL	9RBRB0180X019816	MAV4516	SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 459,76
55	CAMINHONETA /TOYOTA /BAND	1988/1988	DIESEL	OJ87525	AEK 6143	SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 459,76
56	TRATOR/TR.RODAS/MO/JCB 214E	2010/2010	DIESEL	989214T04ABDT4680	MIT 9445	SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 201,04
57	TRATOR/TR.RODAS/MA/RAN DON	2012/2012	DIESEL	000CA406AMC4W3427	MJN 8003	SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 221,31
58	TRATOR VALTRA 785	2005/2005	DIESEL	7854519815		SC	89249-000	1		NÃO								R\$ 201,04
59	CATERPILLAR- MOTONIVELADORA 140 G	1992/1992	DIESEL	5MD00909		SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 201,04
60	CATERPILLAR- MOTONIVELADORA 120 K	2013/2013	DIESEL	CAT0120KVJAP05018		SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 201,04
61	CATERPILLAR- MOTONIVELADORA 140 B	1980/1981	DIESEL	20105993433		SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 201,04
62	CATERPILLAR- RETROSCAVADEIRA 416 E	2013/2013	DIESEL	CAT0416EVMFG04834		SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 800,00
63	MINI PA CARREGADEIRA COMPACTA	2010/2010	DIESEL	A3KY38484		SC	89249-000	5		NÃO								R\$ 201,04
64	DINAPAC ROLO COMPACTADOR	2005/2005	DIESEL	678B642		SC	89249-000	1		NÃO								R\$ 201,04
65	FATALLIS- PA CARREGADEIRA FR 120.2	2000/2000	DIESEL	669		SC	89249-000	1		NÃO								R\$ 201,04
Valor Máximo Global																		R\$ 102.40,89

### PASSA A VIGORAR:

#### DO ANEXO V – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS/TERMO DE REFERÊNCIA

1. **DO OBJETO:** Contratação de seguro para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Itapóá, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

ITEM	VEÍCULO	ANO/ MODELO	COMBUS- TÍVEL	CHASSI	PLACA	UF	REGIÃO DE RISCO (CEP)	CLASSE DE BÔNUS	COBERTURA	CASCO %	SEGURO RCO	TIPO DE FRANQUIA	DANOS MATERIAIS	DANOS PESSOAIS	APP	ASS. 24HS	PROTEÇÃO A VIDROS	CARRO RESERVA	VALOR MÁXIMO
------	---------	----------------	------------------	--------	-------	----	-----------------------------	--------------------	-----------	---------	------------	---------------------	--------------------	-------------------	-----	--------------	----------------------	------------------	-----------------

5/10



## Prefeitura Municipal de Itapoa / SC

**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**  
Rua Mariana Michels Borges(960), nº201–Itapema do Norte –89249-000- Itapoa (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

1	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	ÁLC/GAS	9BD15822AA6267494	MHF6303	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
2	FIAT SIENA ESSENCE 1.6	2013/2014	ÁLC/GAS	9BD197163E3126263	MLC8625	SC	89249-000	2	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
3	FIAT SIENA EL 1.4	2013/2014	ÁLC/GAS	9BD372171E4038778	MLC9075	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
4	FIAT PALIO WK ATTRAC 1.4	2013/2014	ÁLC/GAS	9BD373121E5045900	MLW1258	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
5	FIAT / UNO /MILE/ ECONOMI	2013/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6887418	MLL9936	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
6	FIAT ESTRADA WORKING	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD27805MD7585309	MKT3586	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 1.100,00
7	FIAT ESTRADA WORKING	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD27805MD7585352	MKT3476	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 1.100,00
8	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6710302	MKK7773	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
9	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6710165	MKK7703	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
10	NISSAN /LIVINA 1.6S	2013/2014	ÁLC/GAS	94DTAFL10EJ901956	MLY5713	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
11	NISSAN LIVINA 1.6	2014/2014	ÁLC/GAS	94DTAFL10EJ300234	MKH6711	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
12	RENAULT/LOGAN EXPRE 1.6	2014/2015	ÁLC/GAS	93Y4SRD64FJ436173	MLL2836	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
13	RENAULT/LOGAN EXPRE 1.6	2014/2015	ÁLC/GAS	93Y4SRD64FJ460577	OKE5646	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
14	RENAULT/LOGAN EXPRE 1.6	2010/2010	ÁLC/GAS	93YLSR7UHAJ446614	MIF8774	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
15	VW/ GOL 1.0 GTV	2011/2012	ÁLC/GAS	9BWAA05W6CP065256	MIR9468	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 800,00

6/10



## Prefeitura Municipal de Itapoa / SC

**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**  
Rua Mariana Michels Borges(960), nº201 – Itapema do Norte – 89249-000- Itapoa (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

16	CHEVROLET/CELTA 1.0L LT	2013/2014	ÁLC/GAS	9BGR48FOEG117617	MLC9045	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
17	VW/NOVA SAVEIRO CS	2013/2014	ÁLC/GAS	9BWK80SU1EPO41885	MLK7894	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 1.000,00
18	FIAT /FIORINO FLEX	2006/2007	ÁLC/GAS	9BD25504978791071	MKM8240	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
19	RENAULT/CLIO CAM 1.0 16V	2010/2010	ÁLC/GAS	8A1BB8VO5AL438678	MIT8724	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 800,00
20	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2009/2010	ÁLC/GAS	9BD15822AA6263438	MHF6213	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
21	GM ASTRA SEDAN ELEGANCE	2005/2006	ÁLC/GAS	9BGTU69W06B139254	MEG7888	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
22	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6710151	MKK7733	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
23	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	ÁLC/GAS	9BD15802AD6710304	MKL2973	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
24	RENAULT/LOGAN EXPRE 1.6	2014/2015	ÁLC/GAS	93Y45RD64FJ436496	OKE5616	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
25	FIAT/ESTRADA	2017/2018	ÁLC/GAS	9BD57834FY180800	QID6847	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
26	GM/ ONIX JOY 1,4	2017/2018	ÁLC/GAS	9BGL48UOJB149845	QIP6107	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 1.200,00
27	GM/ VECTRA SEDAN 2.0	2009/2010	ÁLC/GAS	9BGAD69COAB141978	MHR6425	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
28	VW/ SAVEIRO CS	2010/2011	GASOLINA	9BWL45U6BP118886	MJR0899	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 900,00
29	VW/ FOX	2007/2007	ÁLC/GAS	9BWK80SZ074087529	AOM1982	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roubo	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	SIM	R\$ 700,00
30	FIAT/CAMINHONETE /AMBUCAO	2009/2009	DIESEL	93W245G3392043646	MGE1956	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roubo	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 7.200,00

7/10





## Prefeitura Municipal de Itapoa / SC

**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**  
Rua Mariana Michels Borges(960), nº201–Itapema do Norte –89249-000- Itapoa (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

31	FIAT/CAMINHONETE/AMB/ DUCATO	2009/2010	DIESEL	93W245G34A2050490	MIA1153	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 7.100,00
32	FIAT/CAMINHONETE/AMB/D UCATO ADAPTADA	2012/2013	DIESEL	39W245G34D2100161	MKC2505	SC	89249-000	4	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 7.400,00
33	FIAT/CAMINHONETE/AMB/ BOXER	2012/2013	DIESEL	936ZCWMNCD2104375	MLE1462	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 7.400,00
34	MICROÔNIBUS /RENAULT MASTER EUROLAF P	2013/2013	DIESEL	93YADC1L6DJ550343	MLK0353	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 7.500,00
35	CAMINHONETE KIA UK200 HD SC	2013/2014	DIESEL	SUWSHX76AEN013865	MMK8632	SC	89249-000	3	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 1.500,00
36	CAMINHONETE KIA UK200 HD SC	2013/2014	DIESEL	SUWSHX76AEN013864	MMK8672	SC	89249-000	1	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 1.500,00
37	TRATOR TL 85E NEW HOLLAND	2016/2016	DIESEL	HCCZTL85CGC453189	QIO7813	SC	89249-000	0	R.C.F.	0	NÃO	ZERO	100.000,00	100.000,00	ZERO	NÃO	NÃO	R\$ 4.000,00	
38	ÔNIBUS VW/COMIL CAMPIONE R	1997/1998	DIESEL	98WY2TJB5V/B806888	AHS1973	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 6.900,00
39	ÔNIBUS / IVECO CITYCLASS 70C17	2013/2014	DIESEL	93ZL68CO1E8456402	QHE4595	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 8.100,00
40	ÔNIBUS/VW 15.190 EOD E:HD ORE	2015/2015	DIESEL	953ZE82W2FR519402	QHT3953	SC	89249-000	1	Colisão, Ince, Roub	1	SIM	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	VD, RER, FAR E LA	NÃO	R\$ 8.300,00
41	HONDA /BIZ 110I	2016/2016	GASOLINA	9C2JC7000GR128903	QHT0559	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	NÃO	NÃO	R\$ 300,00
42	HONDA /BIZ 110I	2016/2016	GASOLINA	9C2JC7000GR128856	QHS8079	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	NÃO	NÃO	R\$ 300,00
43	YAMAHA / XTZ 125K	2009/2010	GASOLINA	9C6KE1260A0011719	MHE4271	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	NÃO	NÃO	R\$ 500,00
44	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	GASOLINA	9C2JC4110AR726486	MIS1839	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	NÃO	NÃO	R\$ 500,00
45	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	GASOLINA	9C2JC4110AR726198	MIS2059	SC	89249-000	0	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	NÃO	NÃO	R\$ 500,00

8/10



## Prefeitura Municipal de Itapoa / SC

**Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos**

Rua Mariana Michels Borges(960), nº201–Itapema do Norte –89249-000- Itapoa (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

46	YAMAHA / XTZ 125E	2013/2014	GASOLINA	9C6KE1250E0036154	MLT5358	SC	89249-000	5	Colisão, Ince, Roub	1	NÃO	Red 50% da Obrigatório	100.000,00	100.000,00	30.000,00	S/ limite de Km	NÃO	NÃO	R\$	500,00
47	CAMINHÃO FORD F1400.HD	1994/1995	DIESEL	98FXTNSMXRDB55639	LWT 3551	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	620,43
48	CAMINHÃO FORD F1400.HD	1994/1995	DIESEL	98FXTNSM6RDB55542	LWT 3301	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	559,59
49	CAMINHÃO M.BENZ / ATRON 2729 K 6x4	2014/2014	DIESEL	98M693388EB957961	OKF 0724	SC	89249-000	0	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	620,43
50	CAMINHÃO IVECO /FEUOCARGO 230E24	2010/2010	DIESEL	93ZE2KH00A8710206	MIT 2754	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	620,43
51	CAMINHÃO GM /MATRA M22 993	1990/1990	DIESEL	98G782NXLLC018716	LYO 3927	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	620,43
52	CAMINHÃO M.BENZ / LA1113	1978/1979	DIESEL	3440321 2422716	CNI 2630	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	620,43
53	CAMINHÃO PIPA	1987/1987	DIESEL	1GDL6P1FOHV530146	LYZ 9635	SC	89249-000	0	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	800,00
54	CAMINHONETA /TOYOTA /BAND.BJ55LP BL3	1999/1999	DIESEL	9BRB30180X019816	MAV4516	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	459,76
55	CAMINHONETA /TOYOTA /BAND	1988/1988	DIESEL	OJ87525	AEK 6143	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	459,76
56	TRATOR/TR.RODAS/MO/JCB 214E	2010/2010	DIESEL	989214T04ABDT4680	MIT 9445	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	201,04
57	TRATOR/TR.RODAS/MA/RAN DON	2012/2012	DIESEL	000CA406AMC4W3427	MJN 8003	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	221,31
58	TRATOR VALTRA 785	2005/2005	DIESEL	7854519815	----	SC	89249-000	1	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	201,04
59	CATERPILLAR- MOTONIVELADORA 140 G	1992/1992	DIESEL	5MD00909	----	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	201,04
60	CATERPILLAR- MOTONIVELADORA 120 K	2013/2013	DIESEL	CAT0120KVJAP05018	----	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	201,04
61	CATERPILLAR- MOTONIVELADORA 140 B	1980/1981	DIESEL	20105993433	----	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	201,04
62	CATERPILLAR- RETROSCAVADEIRA 416 E	2013/2013	DIESEL	CAT0416EVMFG04834	----	SC	89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$	800,00

9/10



## Prefeitura Municipal de Itapoa / SC

### Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos

Rua Mariana Michels Borges(960), nº201–Itapema do Norte –89249-000- Itapoa (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

		2010/2010	DIESEL	A3KY38484	----	SC 89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$ 201,04
63	MINI PA CARREGADEIRA COMPACTA	2010/2010	DIESEL	A3KY38484	----	SC 89249-000	5	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$ 201,04
64	DINAPAC ROLO COMPACTADOR	2005/2005	DIESEL	678B642	----	SC 89249-000	1	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$ 201,04
65	FATALIS- PA CARREGADEIRA FR 120.2	2000/2000	DIESEL	669	----	SC 89249-000	1	R.C.F.	0	NÃO	zero	100.000,00	100.000,00	0	NÃO	NÃO	NÃO	R\$ 201,04
<b>Valor Máximo Global R\$ 102.40,89</b>																		

Conforme o Art. 21 § 4º da Lei nº 8.666/93, onde consta à DATA E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES passará a data de **14/12/2017** nos seguintes horários: até **15h:30m** para recebimento de envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, e às **16h:00m** a Sessão Pública de abertura de envelopes.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoa, 30 de novembro de 2017.

**MARLON ROBERTO NEUBER**  
PREFEITO MUNICIPAL

**SOLAMIR COELHO**  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**LUIZA MONTAVÃO DE OLIVEIRA**  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA**  
SECRETÁRIA DE SAÚDE

**ELISIANE DE SOUZA MARTINS**  
SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL

10/10

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017**

Publicação Nº 1442666

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017  
PROCESSO Nº 153/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, EXCLUSIVA às empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 16h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 16h:30min do dia 15 de dezembro de 2017, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de equipamentos de ar condicionado tipo Split nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 13h00min às 19h00min.

Itapoá, 30 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
Município de Itapoá/SC  
Prefeito MunicipalLUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA  
Secretária de Educação**PREGÃO 110/2017 - LAVAGEM DOS VEÍCULOS**

Publicação Nº 1442453

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2017  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2017  
PROCESSO Nº 150/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, EXCLUSIVAMENTE a empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:00min do dia 14 de dezembro de 2017, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAGEM DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E CONVENIADOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na

Secretaria de Administração – Licitações e Contratos das 13h00min às 19h00min.

Itapoá, 30 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	
SOLAMIR COELHO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	MIGUEL CARNEIRO BRAZ SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO RIBEIRO HAPONIUK SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
MARCOS ANTONIO FONTANA DIRETOR DE ESPORTE E LAZER	RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA CHEFE DE GABINETE
SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETARIA DE SAÚDE	LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ELISIANE DE SOUZA MARTINS SECRETARIA DE BEM ESTAR SOCIAL	CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR SECRETARIA DA FAZENDA	

**PREGÃO Nº 90/2017 - MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO**

Publicação Nº 1442664

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2017  
PROCESSO Nº 121/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global, EXCLUSIVAMENTE a empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 13h:30min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:00min do dia 18 de dezembro de 2017, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para Contratação de serviço de mão de obra especializada para manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado portáteis, de janela e tipo split, conforme especificações constantes no edital e seus anexos. O Edital poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 13h:00m às 19h:00m.

Itapoá, 30 de novembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER  
PREFEITO MUNICIPAL

SOLAMIR COELHO SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	MIGUEL CARNEIRO BRAZ SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO RIBEIRO HAPONIUK SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE	WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
MARCOS ANTONIO FONTANA SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER	RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA CHEFE DE GABINETE
SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	LUIZA MONTAVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
ELISIANE DE SOUZA MARTINS SECRETÁRIA DE BEM ESTAR SOCIAL	CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE SECRETÁRIO DE TURISMO E CULTURA
CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR SECRETÁRIO DA FAZENDA	RAFAEL VIDA ALMEIDA SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

**TERMO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 100/2017**

Publicação Nº 1441780

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS  
DATA: 01 de dezembro de 2017. HORÁRIO: 17:00min (abertura)

PREGÃO Nº 100/2017 – PROCESSO Nº 140/2017 - OBJETO: Contratação de empresa para locação, instalação e manutenção de estruturas de som, palco e iluminação para o Projeto Toque de Natal, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

**AVISO DE SUSPENSÃO**

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspenso, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar

possa para análise e deliberação da solicitação de esclarecimento protocolada sob o nº 7968/2017, pela empresa BECKUS ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LTDA, CNPJ/MF: 79.295.796/0001-07.

Itapoá, 30 de dezembro de 2017.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
Pregoeira Oficial

**TERMO DE SUSPENSÃO - PREGÃO Nº 95/2017 - PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA**

Publicação Nº 1442488

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS  
DATA: 01 de dezembro de 2017. HORÁRIO: 14h:30min (abertura)

PREGÃO Nº 95/2017 - PROCESSO Nº 132/2017 - OBJETO: Aquisição de placas de sinalização viária, conforme projeto, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital e seus Anexos.

**AVISO DE SUSPENSÃO**

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspenso, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa para análise e deliberação do pedido de esclarecimento protocolado sob o nº 9097/2017, pela empresa requerente: MM SINALIZAÇÃO VIÁRIA E CONSERVAÇÃO EIRELI ME, CNPJ/MF: 13.851.664/0001-06.

Itapoá, 30 de novembro de 2017.

Isabela Raicik Dutra Pohl  
Pregoeira Oficial do Município

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 34/2017- PUBLICA TABELA COM OS VALORES DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPOÁ, DEFINIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR 26/2010, E COM A ATUALIZAÇÃO DO REAJUSTES REMUNERATÓRIO DEFINIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 721/2017, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442213

Portaria nº 34/2017

Data: 29 de novembro de 2017.

PUBLICA TABELA COM OS VALORES DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPOÁ, DEFINIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR 26/2010, E COM A ATUALIZAÇÃO DO REAJUSTES REMUNERATÓRIO DEFINIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 721/2017, DE 11 DE SETEMBRO DE 2017, NO VALOR DE 1,00% (UM POR CENTO).

JONECIR SOARES, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos Inciso II, do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá, do art. 39, do Regimento

Interno e do art. 34 da Resolução nº 07/2014, e para cumprir o disposto no Parágrafo 6º, Art. 39, da Constituição Federal, CONSIDERANDO, que conforme determina o Parágrafo 6º, do Art. 39, da Constituição Federal, compete aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicar, anualmente, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

CONSIDERANDO, o princípio da publicidade como regra na Administração Pública, e a necessidade de transparência das despesas públicas, inclusive dos gastos de pessoal.

CONSIDERANDO, a atualização por reajuste dos valores dos vencimentos dos servidores públicos municipais de Itapoá, nos termos da Lei Municipal nº 721/2017, de 11 de setembro de 2017, no valor de 1,00% (um por cento).

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica publicado no Diário Oficial do Município de Santa Catarina, e com observância do Parágrafo 6º, do Art. 39, da Constituição Federal, os valores atualizados do vencimento dos servidores públicos e do subsídio dos agentes políticos deste Poder Legislativo.

Art. 2º - A tabela com os valores estão definidos no ANEXO I desta Portaria.

Art. 3º - Além da publicação anual, a Câmara Municipal de Itapoá também mantém, na internet e em tempo real, os valores



atualizados das remunerações dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos, conforme link <https://camaraitapoa.atende.net/?pg=transparencia>, para consulta pública.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 29 de novembro de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

**PORTARIA Nº 35/2017 - PRORROGA PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL, DEFINIDO NO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 15, DA RESOLUÇÃO 14/2017 E NA PORTARIA Nº 19/2017.**

Publicação Nº 1442264

Portaria nº 35/2017

Data: 29 de novembro 2017.

PRORROGA PRAZO PARA IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL, DEFINIDO NO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 15, DA RESOLUÇÃO 14/2017 E NA PORTARIA Nº 19/2017.

JONECIR SOARES, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais prevista no art. 30 da Constituição Federal, bem como nos termos Inciso II, do art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá, do art. 39, do Regimento Interno, e do art. 14 da Resolução Legislativa nº 14/2016, CONSIDERANDO, que o prazo para implantação do Processo Administrativo na Câmara Municipal de Itapoá inicialmente foi definido para iniciar no dia 1º de julho de 2017, conforme disposto no Parágrafo Único, do Art. 15, da Resolução nº 14/2016, e que foi dilatado o prazo para iniciar no dia 1º de dezembro de 2017, conforme disposto na Portaria nº 19/2017, mas que ainda apesar do esforço dos servidores, se faz necessário prorrogar esse prazo de início do processo administrativo digital, para melhor adequar as novas rotinas administrativas dos documentos com assinatura digital e para melhor regulamentar o fluxo de trabalho dos setores. CONSIDERANDO, o pioneirismo da Câmara Municipal de Itapoá na implantação do processo legislativo 100% digital, sendo reconhecido em nível nacional como um case de sucesso em evento em Brasília-DF, no Senado Federal, no evento do Interlegis - ENGITEC, e do desafio legal, processual e tecnológico para a implantação do processo administrativo 100% digital, a partir da percepção da necessidade de um maior esforço dos servidores da Casa e de prazo para a finalização dos trabalhos técnicos.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado a data de início do processo administrativo 100% digital, no âmbito da Câmara Municipal de Itapoá, para o dia 1º de julho de 2018.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 29 de novembro de 2017.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em



**ANEXO I DA PORTARIA Nº 34/2017**

Publicação Nº 1442214



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPOÁ**  
 Rua Mariana Michels Borges, nº 1115, Itapema do Norte – Itapoá/SC  
 CEP 89249-000 - Telefone: (47) 3443-6146 – Celular: (47) 99668-5690  
 E-mail: contato@camaraitapoa.sc.gov.br - Site: www.camaraitapoa.sc.gov.br

**ANEXO I, DA PORTARIA Nº 34/2017**

**TABELA COM OS VALORES DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES E O SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO DE ITAPOÁ, DEFINIDOS INICIALMENTE PELA LEI COMPLEMENTAR 26/2010, E COM ATUALIZAÇÕES DAS LEIS DE REVISÕES E REAJUSTES, COM A ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DEFINIDA PELA LEI MUNICIPAL Nº 721/2017**

Lei Complementar 26/2010 – Atualização		Padrão 1	Padrão 2	Padrão 3	Padrão 4	Padrão 5	Padrão 6	Padrão 7
Classe B	Progressão	R\$ 1.131,43	R\$ 1.492,93	R\$ 1.587,68	R\$ 1.927,38	R\$ 1.260,32	R\$ 4.813,30	R\$ 6.769,27
Classe C	4,14%	R\$ 1.178,27	R\$ 1.554,74	R\$ 1.653,41	R\$ 2.007,17			
Classe D	8,44%	R\$ 1.226,92	R\$ 1.618,93	R\$ 1.721,68	R\$ 2.090,05			
Classe E	12,93%	R\$ 1.277,72	R\$ 1.685,97	R\$ 1.792,97	R\$ 2.176,59			
Classe F	17,61%	R\$ 1.330,67	R\$ 1.755,83	R\$ 1.867,27	R\$ 2.266,79			
Classe G	22,47%	R\$ 1.385,66	R\$ 1.828,39	R\$ 1.944,43	R\$ 2.360,46			
Classe H	27,54%	R\$ 1.443,03	R\$ 1.904,08	R\$ 2.024,93	R\$ 2.458,18			
Classe I	32,82%	R\$ 1.502,77	R\$ 1.982,91	R\$ 2.108,76	R\$ 2.559,95			
Classe J	38,31%	R\$ 1.564,88	R\$ 2.064,87	R\$ 2.195,92	R\$ 2.665,76			
Classe K	44,04%	R\$ 1.629,71	R\$ 2.150,42	R\$ 2.286,89	R\$ 2.776,20			
Classe L	50,00%	R\$ 1.697,15	R\$ 2.239,40	R\$ 2.381,52	R\$ 2.891,07			
Classe M	55,96%	R\$ 1.764,58	R\$ 2.328,37	R\$ 2.476,15	R\$ 3.005,94			
Classe N	61,92%	R\$ 1.832,01	R\$ 2.417,35	R\$ 2.570,77	R\$ 3.120,81			
Classe O	67,88%	R\$ 1.899,44	R\$ 2.506,33	R\$ 2.665,40	R\$ 3.235,69			
Classe P	73,84%	R\$ 1.966,88	R\$ 2.595,31	R\$ 2.760,02	R\$ 3.350,56			
<b>Subsídio do vereador R\$5.334,08</b>								

**Jonecir Soares**

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO N° 295, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação N° 1442127

DECRETO N° 295, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

“CONSTITUI COMISSÃO PARA REAVALIAÇÃO DA PLANTA DE VALORES DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, bem como os incisos II e IV do artigo 178, da lei n° 1.488, de 21.12.93, e LC n° 002, de 21.12.01.

DECRETA

Art.1º - Fica constituída Comissão Municipal, com fim específico de reavaliar e emitir Parecer sobre a Planta de Valores do Município de Ituporanga/SC, com os seguintes membros:

Presidente: Antônio César Grahl  
Membro - Vilmar Schwambach  
Membro – Artur Alexandre Korb  
Membro – Eloisa de Souza  
Membro – Marcelo Clasen  
Membro – Maurício Amaral

Art. 2º - O mandato da Comissão composta no “caput” desse artigo não será remunerado, constituindo seu exercício em prestação de Serviço Público Relevante.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de novembro de 2017.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO 011 2017 SAMAE

Publicação Nº 1441812

DECRETO N. 011, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Homologa Resultado Final do Edital de Processo Seletivo Nº. 001/2017 e dá outras providências."

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Municipal n. 837/2017, que Reestrutura o Plano de Cargos e o Quadro de Funções Gratificadas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, combinado com o artigo 202 da Lei Municipal n. 245/2000, bem como e dá outras providências,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Resultado Final e respectivas notas do Processo Seletivo Simplificado, concernente ao Edital 001/2017 e dos candidatos a provimento a vaga dos cargos. Para preenchimento de cargos vagos e seu cadastro de reservas ao quadro temporário desta Autarquia, consagrando-se como exatos e definitivos os resultados das listagens.

Art. 2º - Publique-se a classificação definitiva.

Art. 3º - O Processo Seletivo Simplificado terá validade pelo prazo de 01 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para atender o interesse público da administração.

Art. 4º - Esta Homologação entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 29 de Novembro de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

Diretor do SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

3º Lucas da Silva Lino - Inscrição: 37355;

4º Kassiel Pedro Savi - Inscrição: 37490.

• O candidato a seguir, aprovado para a vaga de Contador:

1º Alexsander dos Santos- Inscrição: 37420;

Art. 2º O convocado por este Edital, deverá comparecer até o dia 14 de dezembro de 2017, no Departamento de Recursos Humanos, na Rua Abílio Tomasi, Nº 51, Centro, Jacinto Machado/SC, para dar início aos procedimentos de admissão e a entrega dos documentos necessários para a sua nomeação ao cargo pleiteado em conformidade com Art. 11 do Edital do Processo Seletivo Público nº. 01/2017, no horário das 07h00min às 13h00min horas.

Art. 3º O não comparecimento do candidato para apresentação da documentação especificada no Termo de Convocação previsto no Art. anterior, dentro do prazo estabelecido, será entendido como renúncia tácita.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado - SC, 29 de Novembro de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

DIRETOR DO SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2017

Publicação Nº 1441810

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 02/2017

O Diretor Geral do SAMAE de Jacinto Machado – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da LEI Nº. 837 DE 09 DE MAIO DE 2017.

Convoca aprovado para admissão imediata, em caráter temporário, nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº. 001/2017.

#### –CONVOCA:

Art. 1º Fica convocado para admissão imediata, considerando-se para tal no período de 15 (Quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a requerimento do interessado for protocolado antes do término do primeiro período respeitado a ordem de classificação.

• O candidato a seguir, aprovado para a vaga de Encanador (ETA):

1º Douglas Antunes - Inscrição: 37374;

2º Diego de Souza Simão - Inscrição: 37348.

• O candidato a seguir, aprovado para a vaga de Operador de ETA:

1º Vinicius Antoneli Furlanetto - Inscrição: 37382;

2º Vagner Giassi Darabas - Inscrição: 37402;

## ED001\_2017\_SJM\_CLASS\_FINAL

Publicação Nº 1441803



Estado de Santa Catarina  
SAMAE de Jacinto Machado/SC  
Processo Seletivo ACT - Edital 001-2017-SAMAE

## Lista de Classificação Final

### Área: 1 - Todos os Cargos

#### Cargo: 1 - Encanador (ETA)

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	DOUGLAS ANTUNES	5.50	09-06-1989	1
2º Lugar	DIEGO DE SOUZA SIMAO	5.00	27-05-1986	0
3º Lugar	HELITON MAIA DARABAS	5.00	09-06-1996	0
4º Lugar	HENRIQUE TRAMONTIN BORGES	4.50	09-10-1988	1
5º Lugar	WILLIAN RAFAEL BORGES PATRICIO	3.50	10-01-1994	1
6º Lugar	MAXIMILIANO SILVEIRA BEREZNICKI	3.50	15-10-1995	0
7º Lugar	WELLINGTON PEREIRA BOTEON	3.50	15-01-2000	0
8º Lugar	JEAN GLEBER GREGORINI	3.00	02-10-1978	2
9º Lugar	LEO BAUER MORAIS	3.00	28-05-1995	3
10º Lugar	GUSTAVO FRAGA BORGES	3.00	18-04-1996	0
11º Lugar	GUILHERME PICOLO	2.00	23-06-1974	0
12º Lugar	EDSON BORBA DOS SANTOS	2.00	01-12-1983	1
13º Lugar	PATRICHIS BALDINI DOS SANTOS	2.00	06-02-1986	0
14º Lugar	CRISLEI FEIJO	1.50	23-05-1960	0
15º Lugar	JUCILEIA GOMES	0.50	28-11-1979	2

#### Cargo: 2 - Operador de ETA

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	VINICIUS ANTONELI FURLANETTO	7.00	22-07-1992	1
2º Lugar	VAGNER GIASSI DARABAS	6.50	21-03-1990	0
3º Lugar	LUCAS DA SILVA LINO	6.50	07-12-1993	0
4º Lugar	KASSIEL PEDRO SAVI	6.50	24-02-1994	0
5º Lugar	ERICK BORGES ROSSO	6.00	11-04-1986	1
6º Lugar	ELISANDRO BERNA ARCINO	5.50	31-12-1981	0
7º Lugar	EZEQUIEL MACHADO	5.50	15-02-1986	0
8º Lugar	MICHELE DANIEL	5.00	21-12-1990	1
9º Lugar	AMANDA ZANATTA	5.00	23-11-1993	0
10º Lugar	PEDRO HENRIQUE AGUIAR GIASSI	4.50	08-01-1987	0
11º Lugar	RENATO DE NONI TREVISOL	4.50	28-02-1987	1
12º Lugar	TAMIRES DA SILVA DAMBROS	4.50	11-10-1990	0
13º Lugar	MARCIO RECCO DE ESTEFANI	4.50	15-02-1993	2
14º Lugar	CARLOS ALEXANDRE SCHEFFER	4.50	29-07-1994	1
15º Lugar	MARCOS LICHTENFELS	4.50	15-10-1996	0
16º Lugar	IVAM CARLOS FERNANDES BOZELLO	4.00	26-08-1199	1
17º Lugar	PAULO SERGIO SPECK	4.00	09-07-1975	1
18º Lugar	EMERSON BORBA DOS SANTOS	4.00	01-12-1983	0
19º Lugar	RAFAEL COLARES ANTUNES	4.00	21-12-1984	0



**Estado de Santa Catarina**  
**SAMAE de Jacinto Machado/SC**  
**Processo Seletivo ACT - Edital 001-2017-SAMAE**

20º Lugar	MARLON SANTOS DE BITENCOURT	4.00	15-03-1989	0
21º Lugar	ANDERSON LITWINSKI	3.50	06-09-1989	0
22º Lugar	DOGLAS ELIAS MATEUS	3.50	16-08-1990	0
23º Lugar	SAMUEL DUMINELLI PEREIRA	3.50	11-12-1990	0
24º Lugar	DOUGLAS SERGIO HIPOLITO	3.50	16-08-1993	0
25º Lugar	RAMON BORGES CARDOSO	3.50	15-05-1995	0
26º Lugar	NATALIEL PASCHOALI DOS SANTOS	3.50	29-11-1997	0
27º Lugar	IGOR LAZZARIN PAGANINI	3.50	19-03-1999	0
28º Lugar	MARGARETH ALMEIDA DA SILVA	3.00	25-10-1982	0
29º Lugar	ROBSON DA SILVA ONORIO	3.00	01-09-1985	1
30º Lugar	ELVIS DOS SANTOS SILVEIRA	3.00	26-05-1986	0
31º Lugar	GESICA DOS SANTOS	3.00	03-01-1990	0
32º Lugar	CLEITON COTTA	3.00	17-12-1995	0
33º Lugar	ÉDISON CARDOSO TEIXEIRA	2.50	19-04-1978	2
34º Lugar	EDEVALDO SILVEIRA BORGES	2.50	23-03-1979	2
35º Lugar	MAURICIO GIASSI FURLANETTO	2.50	27-06-1997	0
36º Lugar	ROGER THOMAZI MATEUS	1.50	26-10-1980	2

**Cargo: 3 - Contador**

Coloc	Nome do Candidato	Prova	Idade	Dep
1º Lugar	ALEXSANDER DOS SANTOS	7.50	15-10-1975	1
2º Lugar	FILIPI QUADROS EMIDIO	6.00	08-11-1988	0
3º Lugar	DANIEL FABRI DE CAMPOS	5.00	11-11-1985	0
4º Lugar	JAQUELINE SGARIONI DE SOUZA DE FREI	3.50	25-07-1987	0
5º Lugar	MAIANE DE SANTANA ROCHA	3.00	02-08-1991	1

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO

Publicação Nº 1443024

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
DIRETORIA DE HABITAÇÃO  
FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL – FROHAB

#### CONVOCAÇÃO PARA COMPARECIMENTO

O Município de Jaraguá do Sul, através da Diretoria de Habitação, convoca a munícipe LORENI FATIMA CORREA, inscrita no CPF sob nº 036.098.749-45, para tratar de assunto referente ao ressarcimento dos valores pagos pela municipalidade, a título de taxas da unidade consumidora 35559-3, na vigência do contrato 44013/2009 com o Fundo Rotativo Habitacional – FROHAB. Dando o prazo para comparecimento até dia 15 de dezembro de 2017, em observância ao Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, a comparecer na Diretoria de Habitação, situada junto a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, rua Walter Marquardt, nº 1111 – Barra do Rio Molha. Na ausência de manifestação a munícipe será inscrita em dívida ativa, para fins de cobrança pelos valores dispendidos pelo Município, através de ação de execução fiscal.

LUIS FERNANDO ALMEIDA  
Diretor de Habitação

### DECRETO Nº 11.692/2017

Publicação Nº 1441758

#### D E C R E T O Nº 11.692/2017

Autoriza Permissão de Uso de Bem Público Municipal à UNIÃO JARAGUAENSE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (UJAM), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no artigo 99, c/c §§ 3º e 5º, do artigo 102, ambos da LOM, e disposições contidas na Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017; e  
CONSIDERANDO o disposto no Processo PMJS Nº 0033163/2017, protocolado em 29/09/2017;

CONSIDERANDO o teor da Decisão Gabpref Nº 0122/2017/Gabpref, de 24/11/2017, do Gabinete do Prefeito;

#### DECRETA :

Art.1º Fica autorizada a permissão de uso, em caráter precário, gratuito e sem ônus, de 01 (uma) sala, com 11,96m², composta por 01 (um) lavabo com 1,65m², totalizando 13,61m² de área útil, situada à Avenida Getúlio Vargas, Nº 181, Centro, nesta cidade, edificada no entorno da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, integrante do patrimônio público municipal, à UNIÃO JARAGUAENSE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (UJAM).

Parágrafo único. A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar à Permissionária um espaço destinado às reuniões da União Jaraguense das Associações de Moradores (Ujam), entidade que reúne todas as associações de bairros de Jaraguá do Sul, desde que não haja qualquer ônus financeiro ao Município e que não seja

utilizada para qualquer outra atividade senão as reuniões dos dirigentes das associações de bairros de Jaraguá do Sul, sob pena de revogação imediata do Termo de Permissão de Uso.

Art.2º A permissão de uso terá prazo indeterminado, contado da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento das condições impostas à Permissionária, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.3º O Termo de Permissão de Uso poderá sofrer modificações no todo ou em parte, por ato unilateral do Permitente, ou ato bilateral, podendo, ainda, ser rescindido de pleno direito por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e/ou condições, independentemente da ação, modificação ou interpelação judicial, desde que a natureza do objeto do Termo de Permissão de Uso não seja alterada.

§1º Independentemente de notificação ou interpelação judicial, finda a Permissão, a Permissionária deverá restituir a sala em perfeito estado de conservação, sem direito a qualquer indenização.

§2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implica no dever de indenizar.

Art.4º As construções ou benfeitorias que forem lançadas na sala incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art.5º A conservação, zelo e segurança da sala constituem obrigação indeclinável e permanente da Permissionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Permissão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.6º Será firmado Termo de Permissão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

### DECRETO Nº 11.693/2017

Publicação Nº 1441759

#### D E C R E T O Nº 11.693/2017

Autoriza Permissão de Uso de Bem Público Municipal à MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no artigo 102, da Lei Orgânica Municipal, e disposições contidas na Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017; e

CONSIDERANDO o disposto no Processo PMJS Nº 0029082/2017,



protocolado em 15/08/2017;

CONSIDERANDO o teor da Decisão Gabpref Nº 0120/2017/Gabpref, de 23/11/2017, do Gabinete do Prefeito;

DECRETA :

Art.1º Fica autorizada a permissão de uso, em caráter precário, gratuito e sem ônus, de parte do imóvel público referenciado na Certidão de Transcrição Nº 10.595, Livro 119, com área de 2.865,40m2, com Cadastro Municipal Nº 46.871, área de terra de 10.000,00m2, com área edificada de 190,06m2, situado na JGS 481, Estrada Alto Jaraguá (rural), nesta cidade, no que está edificado o salão de festas da Comunidade Santa Cruz, integrante do patrimônio público municipal, à MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE, CNPJ/MF Nº 84.708.478/0001-60.

Parágrafo único. A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar à PERMISSIONÁRIA um espaço destinado à realização das atividades da Comunidade Santa Cruz.

Art.2º A permissão de uso terá vigência até 31/12/2027, contada da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município, podendo ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

Art.3º A permissão de uso poderá ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e em caso de descumprimento das condições impostas à Permissionária, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.4º O Termo de Permissão de Uso poderá sofrer modificações no todo ou em parte, por ato unilateral do Permitente, ou ato bilateral, podendo, ainda, ser rescindido de pleno direito por inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e/ou condições, independentemente da ação, modificação ou interpelação judicial.

§1º Independentemente de notificação ou interpelação judicial, finda a Permissão, a Permissionária deverá restituir o imóvel em perfeito estado de conservação, sem direito a qualquer indenização.

§2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implica no dever de indenizar.

Art.5º As construções ou benfeitorias que forem lançadas no imóvel incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art.6º A conservação, zelo e segurança do imóvel constituem obrigação indeclinável e permanente da Permissionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Permissão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.7º Será firmado Termo de Permissão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal da Administração

## DECRETO Nº 11.694/2017

Publicação Nº 1441761

D E C R E T O Nº 11.694/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 146.000,00 (Cento e quarenta e seis mil reais), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), a saber:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
06.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
06.02.28.843.00000.077 - Pagamento da dívida pública  
3.2.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
06.02.76 3.2.90 - Aplicações Diretas R\$ 146.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), a saber:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
06.02 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
06.02.28.843.00000.077 - Pagamento da dívida pública  
4.6.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA  
06.02.79 4.6.90 - Aplicações Diretas R\$ 146.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN  
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETO Nº 11.695/2017

Publicação Nº 1441762

D E C R E T O Nº 11.695/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 19.620,00 (Dezenove mil, seiscentos e vinte reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais de Assistência Social e Habitação (Semash); de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo (Semdeicst); e de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
37.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

37.01.08.122.03002.802 - Pagamento de despesas fixas - Social (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
37.01.325 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 2.800,00  
38 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO  
38.02 - TURISMO  
38.02.23.122.03004.050 - Manutenção das atividades administrativas - Turismo  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
38.02.394 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.520,00  
39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER  
39.04 - ESPORTE E LAZER  
39.04.27.122.03004.002 - Pagamento de despesas fixas - Desporto e Lazer (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
39.04.407 3.3.91 - Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos R\$ 7.300,00  
TOTAL R\$ 19.620,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais de Assistência Social e Habitação (Semash); de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo (Semdeicst); e de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO  
37.01 - ASSISTÊNCIA SOCIAL  
37.01.08.122.03002.802 - Pagamento de despesas fixas - Social (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
37.01.324 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.800,00  
38 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇOS E TURISMO  
38.02 - TURISMO  
38.02.23.122.03004.050 - Manutenção das atividades administrativas - Turismo  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
38.02.393 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 9.520,00  
39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER  
39.04 - ESPORTE E LAZER  
39.04.27.122.03004.002 - Pagamento de despesas fixas - Desporto e Lazer (água, energia elétrica, telefone, aluguel, seguro, etc.)  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
39.04.406 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.300,00  
TOTAL R\$ 19.620,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN  
Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETO Nº 11.696/2017

Publicação Nº 1441763

D E C R E T O Nº 11.696/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 1.115.880,67 (Um milhão, cento e quinze mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente das Secretarias Municipais de Obras e Serviços Públicos (Semop); e de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
09.01.15.122.04502.306 - Aquisição ou desapropriação de imóveis  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
09.01.553 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.060.880,67  
33 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO  
33.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO  
33.01.15.452.04002.200 - Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública  
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
33.01.545 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 55.000,00  
TOTAL R\$ 1.115.880,67

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 1.060.880,67 (Um milhão, sessenta mil, oitocentos e oitenta reais e sessenta e sete centavos); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Recursos Cosip, no valor de R\$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN  
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETO Nº 11.697/2017

Publicação Nº 1441764

D E C R E T O Nº 11.697/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920, para compor a Comissão da CONCORRÊNCIA Nº 122/2017, constituída pelo Decreto Municipal Nº 11.626/2017, de 26/10/2017, em substituição a Felipe Emmendorfer Scheuer.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 11.698/2017

Publicação Nº 1441765

D E C R E T O Nº 11.698/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 298.440,00 (Duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento (Semdra), a saber:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

12.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

12.01.20.511.05022.402 - Aquisição de macadame, pedras e artefatos de cimento

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

12.01.554 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 298.440,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados Conv. Saneamento Básico na Área Rural, no valor de R\$ 298.440,00 (Duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e quarenta reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN  
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

## DECRETO Nº 11.699/2017

Publicação Nº 1441766

D E C R E T O Nº 11.699/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 4.902,50 (Quatro mil, novecentos e dois reais e cinquenta centavos), para readequação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.452.04242.260 - Manutenção e investimentos em equipamentos

de controle de tráfego

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.02.289 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.902,50

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação total da dotação orçamentária da ação abaixo discriminada, constante do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:  
33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.02 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.02.15.452.04242.260 - Manutenção e investimentos em equipamentos

de controle de tráfego

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.02.291 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.902,50

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de novembro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI MÁRCIO ERDMANN  
Prefeito Secretário Municipal da Fazenda

## EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 152/2017

Publicação Nº 1441934

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 152/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para aplicação de pintura para demarcação viária em 53.500 m<sup>2</sup> (cinquenta e três mil e quinhentos metros quadrados) em diversas ruas do perímetro urbano do Município, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos, em conformidade com o Anexo III – Minuta de Contrato, Anexo V – Memorial Descritivo, Anexo VI – Planilha Orçamentária/Quantitativa e Anexo VII - Projeto Básico e demais anexos, que são partes integrantes deste Edital.

REGIMENTO: Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 19 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

ABERTURA dos ENVELOPES: 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 1.163.395,00 (um milhão cento e sessenta e três mil trezentos e noventa e cinco reais).

RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O edital em sua íntegra estará disponível na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 20 de outubro de 2017.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal



**EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 212/2017**

Publicação Nº 1441936

**EDITAL**

TOMADA DE PREÇOS Nº 212/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TIPO: Menor Preço Global

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de uma caixa de corrida para adequação de acessibilidade e uma plataforma elevatória vertical enclausurada com acionamento hidráulico para portadores de necessidades especiais, para o Centro Administrativo Municipal (CAM), localizado na Rua Walter Marquardt, 1111 no Bairro Barra do Rio Molha em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

**REGIMENTO:** Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores.

**PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** até as 13:30 horas do dia 19 de dezembro de 2017, no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

**ABERTURA dos ENVELOPES:** 14:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 80.342,74 (oitenta mil trezentos e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

**OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:** O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo.

Jaraguá do Sul (SC), 28 de novembro de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2017  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicação Nº 1441938

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2017  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público aos interessados que se encontra aberto CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, INCLUINDO ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, BEM COMO PRONTO ATENDIMENTO, destinados aos servidores municipais vítimas de acidente de trabalho, em atendimento a Lei Complementar nº 154/2014, nas condições e prazos estipulados no presente edital.

**JUSTIFICATIVA:** No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o credenciamento, posto que permite a seleção de todos os profissionais que atenderem aos requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público.

**FUNDAMENTO LEGAL:** inexistência de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do artigo 25, caput da Lei 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

**PRAZO E LOCAL PARA CREDENCIAMENTO:** a partir de 07 de

dezembro de 2017, de segunda a sexta feira, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs na Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal situada à Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, através da Comissão Permanente de Licitações, de acordo com o Decreto Municipal nº 11.185/2017.

**INFORMAÇÕES:** Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Gerência de Saúde Ocupacional pelo telefone 0(47) 2106-8098 na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Walter Marquardt nº 1111, no Bairro Barra do Rio Molha em Jaraguá do Sul/SC.

**OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital poderá ser obtido no endereço supracitado, ou via Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul, 28 de abril de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2017**

Publicação Nº 1442252

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2017**

**PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 e Processos: 003/2017-FROHAB e 002/2017-FROAGRO

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e Froagro

**CONTRATADA:** COMERCIO DE AREIAS CAMPESTRINI LTDA EPP

**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão  $\frac{3}{4}$ , escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos itens adjudicados conforme previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

**Pagamento:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos que após fará o encaminhamento da mesma às devidas Secretarias solicitantes.

**Prazo de execução dos serviços:** Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

**DATA DA ASSINATURA:** 06/11/2017.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul

**SIGNATÁRIOS:** Antídio Aleixo Lunelli, Daniel Peach, Luis Fernando Almeida e Alirio Campestrini

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Daniel Peach  
Gestor do Froagro

Luis Fernando Almeida  
Coordenador do Frohab

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2017

Publicação Nº 1442253

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017 e Processos: 003/2017-FROHAB e 002/2017-FROAGRO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e Froagro  
CONTRATADA: WANDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de caminhão caçamba, caminhão tanque, caminhão  $\frac{3}{4}$ , escavadeira hidráulica, trator de esteira, motoniveladora e retroescavadeira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se aos itens adjudicados conforme previstos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos que após fará o encaminhamento da mesma as devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Daniel Peach, Luis Fernando Almeida e Wanderlei Ademar Winter

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Daniel Peach  
Gestor do Froagro

Luis Fernando Almeida  
Coordenador do Frohab

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2017

Publicação Nº 1442255

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: ELIZANDRA MACIOROSKI ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de PARQUES INFANTIS, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de PREGÃO PRESENCIAL 144/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado e constante no item 2.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega e montagem de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal da Educação.

PRAZO DE ENTREGA E MONTAGEM: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega e montagem de cada item, deverão acontecer com prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: Os equipamentos deverão ser entregues diretamente nos locais informados pela Secretaria Municipal de Educação, conforme endereços constantes no Anexo IX do edital.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Paulo Clóvis Nunes.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº181/2017

Publicação Nº 1442254

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº181/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC

CONTRATADA: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de PARQUES INFANTIS, destinados para as Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Jaraguá do Sul ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de PREGÃO PRESENCIAL 144/2017, segundo as conveniências da administração direta. O preço registrado e o comprometimento da empresa vencedora referem-se ao seguinte item adjudicado e constante no item 2.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2017 e 2018, conforme previsto no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

PAGAMENTO: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega e montagem de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue na Secretaria Municipal da Educação.

PRAZO DE ENTREGA E MONTAGEM: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme interesse e solicitação do Município, formalizada através de Autorização de Fornecimento e em conformidade com a vigência da Ata do Registro de Preços. A cada pedido realizado, a entrega e montagem de cada item, deverão acontecer com prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados após

recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile ou e-mail.

LOCAIS DE ENTREGA: Os equipamentos deverão ser entregues diretamente nos locais informados pela Secretaria Municipal de Educação, conforme endereços constantes no Anexo IX do edital.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Waldemiro Krehnke

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 344/2017

Publicação Nº 1442258

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 344/2017

PROCESSO: Dispensa por valor pelo inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO RURAL – FROAGRO.

CONTRATADO: CLAUDIONEI JOSÉ ROMANO

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de serviços de inseminação artificial de grandes animais – bovinos, compreendendo aplicação direta em pipeta respeitando o horário do início do cio de cada animal.

DO PRAZO: O prazo de execução dos serviços será de 111 (cento e onze) dias, iniciando no dia 02 de outubro de 2017 com término no dia 21 de janeiro de 2018 inclusive. O prazo de vigência do contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA, a importância de R\$ 70,00 (setenta reais) por serviço realizado ou registro de visita mediante comprovação documental com devidas assinaturas. Será fornecido pela Secretaria do Desenvolvimento Rural e Agricultura na forma de Bloco de Ordens de Serviço que será devolvido devidamente preenchido e assinado pelo produtor rural para posterior recolhimento dos preços públicos conforme Lei Municipal nº 4860/2007 e Decreto Municipal nº 6359/2008.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão por conta do orçamento de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
18.01.20.122.0300.2.411	Manutenção das atividades administrativas do FROAGRO	3.3.90 – Aplicações Diretas	14	430

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul / SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Daniel Peach e Claudionei José Romano.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Daniel Peach  
Gestor do FROAGRO

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 398/2017

Publicação Nº 1442259

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 398/2017

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 153/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: DICKEL CORREA E FRAGA COMERCIO DE BEBIDAS E ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS LDTA-ME

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos de gestão financeira de bilheteria e do tiro ao alvo, com fornecimento de mão de obra, software e equipamentos necessários para gerenciamento financeiro, destinados à 29ª Schützenfest, no período de 09 a 19 de novembro de 2017, em conformidade com o ANEXO I – Especificações dos Serviços e ANEXO X – Termo de Referência, deste edital.

DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) incluindo mão de obra, software, materiais e os equipamentos necessários pela execução total do contrato. O pagamento será efetuado em até 30 dias após a conclusão dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal e do respectivo Relatório de Serviços prestados (Detalhamento do serviço realizado, com a nominata dos funcionários, carga horária, dias trabalhados, bem como dos comprovantes de recolhimento das guias previdenciárias) prestados para a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, bem como cópia das guias de recolhimento se for o caso de: INSS, ISS e do FGTS, observando-se também o disposto na ordem de serviço INSS/DAF nº 209, de 20/05/99.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários correrão por conta de verba própria do orçamento de 2017, conforme segue:



Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador-Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	366	0536 Próprios

DOS PRAZOS: O prazo para execução dos serviços será no período do dia 09 a 19 de novembro de 2017, conforme especificações e quantidades no ANEXO I – Especificações e Anexo X – Termo de Referência, deste edital. A vigência do presente será igual ao prazo de execução acima, acrescido de 60(sessenta) dias. Os serviços deverão ser prestados no Parque Municipal de Eventos, na Rua Walter Marquardt, 910, bairro Barra do Rio Molha no município de Jaraguá do Sul-SC.

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Eduardo Renzetti Muller.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 464/2017

Publicação Nº 1441802

### EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 464/2017

PERMITENTE: Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal da Administração. PERMISSIONÁRIA: UNIÃO JARAGUAENSE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (UJAM). DO OBJETO: A permissão de uso, em caráter precário, gratuito e sem ônus, de 01 (uma) sala, com 11,96m<sup>2</sup>, composta por 01 (um) lavabo com 1,65m<sup>2</sup>, totalizando 13,61m<sup>2</sup> de área útil, situada à Avenida Getúlio Vargas, Nº 181, Centro, nesta cidade, edificada no entorno da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, integrante do patrimônio público municipal, à UNIÃO JARAGUAENSE DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES (UJAM). DA FINALIDADE: A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar à PERMISSIONÁRIA um espaço destinado às reuniões da União Jaraguaense das Associações de Moradores (Ujam), entidade que reúne todas as associações de bairros de Jaraguá do Sul, desde que não haja qualquer ônus financeiro ao Município e que não seja utilizada para qualquer outra atividade senão as reuniões dos dirigentes das associações de bairros de Jaraguá do Sul, sob pena de revogação imediata do Termo de Permissão de Uso. DO VALOR: A permissão de uso dar-se-á a título gratuito. A gratuidade não elide as obrigações de caráter fiscal ou tributário a que a PERMISSIONÁRIA poderá estar sujeita pelo uso e ocupação, respeitada a imunidade tributária decorrente da propriedade da sala do PERMITENTE (IPTU e Contribuição de Melhorias). DA VIGÊNCIA: A permissão de uso terá prazo indeterminado, contado da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município. Na hipótese de revogação do ato de permissão, a PERMISSIONÁRIA terá o prazo de 30 dias para a entrega do local. As benfeitorias que forem lançadas na sala incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito à indenização ou retenção. Na devolução da sala, reverterão automaticamente ao Patrimônio Público as construções ou benfeitorias de caráter permanente realizadas na sala, vedado o pagamento de indenização. DA RESCISÃO, MODIFICAÇÃO E CADUCIDADE: A permissão de uso é outorgada de forma precária e sem prazo de duração, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir, ou em caso de descumprimento, pela PERMISSIONÁRIA, de qualquer uma de suas cláusulas, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 dias. A PERMISSIONÁRIA obriga-se a utilizar a sala, exclusivamente, para os fins previstos no Termo de Permissão de Uso, sob pena de caducidade da permissão. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: A permissão de uso será acompanhada e fiscalizada por servidor da Secretaria Municipal da Administração, ou outra que a suceder, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar o uso adequado da sala permitida, com prerrogativas para adoção das medidas alinhadas no Termo de Permissão de Uso. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 27/11/2017. SIGNATÁRIOS: ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, Prefeito; ARGOS JOSÉ BURGARDT, Secretário Municipal da Administração; e VALMIR FERREIRA CRISTOVÃO, Presidente da União Jaraguaense das Associações de Moradores (Ujam).

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

## EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 465/2017

Publicação Nº 1441801

### EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 465/2017

PERMITENTE: Município de Jaraguá do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal da Administração. PERMISSIONÁRIA: MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE. DO OBJETO: A permissão de uso, em caráter precário, gratuito e sem ônus, de parte do imóvel público referenciado na Certidão de Transcrição Nº 10.595, Livro 119, com área de 2.865,40m<sup>2</sup>, com Cadastro Municipal Nº 46.871, área de terra de 10.000,00m<sup>2</sup>, com área edificada de 190,06m<sup>2</sup>, situado na JGS 481, Estrada Alto Jaraguá (rural), nesta cidade, no que está edificado o salão de festas da Comunidade Santa Cruz, integrante do patrimônio público municipal, à MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE, CNPJ/MF Nº 84.708.478/0001-60. DA FINALIDADE: A permissão de uso tem por finalidade disponibilizar à PERMISSIONÁRIA um espaço destinado à realização das atividades da Comunidade Santa Cruz. DO VALOR: A permissão de uso dar-se-á a título gratuito. A gratuidade não elide as obrigações de caráter fiscal ou tributário a que a PERMISSIONÁRIA poderá estar sujeita pelo uso e ocupação, respeitada a imunidade tributária decorrente da propriedade do imóvel do PERMITENTE (IPTU e Contribuição de Melhorias). DA VIGÊNCIA: A permissão de uso terá vigência até 31/12/2027, contada da data de assinatura do Termo de Permissão de Uso, com eficácia a contar da publicação do respectivo extrato no órgão de publicações oficiais do Município, podendo ser prorrogada, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes. Na hipótese de revogação do ato de permissão, a PERMISSIONÁRIA terá o prazo de 30 dias para a entrega do local. As benfeitorias que forem lançadas no imóvel incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, sem direito à indenização ou retenção. Na devolução do imóvel, reverterão

automaticamente ao Patrimônio Público as construções ou benfeitorias de caráter permanente realizadas no mesmo, vedado o pagamento de indenização. DA RESCISÃO, MODIFICAÇÃO E CADUCIDADE: A permissão de uso é outorgada de forma precária, podendo ser revogada a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir, ou em caso de descumprimento, pela PERMISSIONÁRIA, de qualquer uma de suas cláusulas, mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 dias. A PERMISSIONÁRIA obriga-se a utilizar o imóvel, exclusivamente, para os fins previstos no Termo de Permissão de Uso, sob pena de caducidade da permissão. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO: A permissão de uso será acompanhada e fiscalizada por servidor da Secretaria Municipal da Administração, ou outra que a suceder, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação destinada a orientar, acompanhar e fiscalizar o uso adequado do imóvel permitido, com prerrogativas para adoção das medidas alinhadas no Termo de Permissão de Uso. FORO: Jaraguá do Sul - SC. DATA DE ASSINATURA: 27/11/2017. SIGNATÁRIOS: ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, Prefeito; ARGOS JOSÉ BURGARDT, Secretário Municipal da Administração; e Dom FRANCISCO CARLOS BACH, Administrador da Mitra Diocesana de Joinville.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito  
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

## **PORTARIA Nº 188/2017/COGEM**

Publicação Nº 1443021

PORTARIANº 188/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 293/2017/3ª CPAD, de 29/11/2017, da 3ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 29/11/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2017, instaurado pela Portaria Nº 760/2017, de 27/07/17.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29/11/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2017.  
VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

## **PORTARIA Nº 189/2017/COGEM**

Publicação Nº 1443022

PORTARIANº 189/2017/Cogem

A CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 294/2017/3ª CPAD, de 30/11/2017, da 3ª Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 03/12/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Terceira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 018/2015, instaurado pela Portaria Nº 565/2015, de 27/04/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/12/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2017.  
VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Controladora Geral do Município

**PORTARIA Nº 770/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441849

PORTARIA Nº 770/2017 – ISSEM  
De 13.11.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. NADIR RANGHETTI BORBA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.11.2017 a 02.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 771/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441852

PORTARIA Nº 771/2017 – ISSEM  
De 13.11.2017.  
Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. MARINA MARQUES FOGAÇA FREITAS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.11.2017 a 05.03.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 772/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441853

PORTARIA Nº 772/2017 – ISSEM  
De 13.11.2017.  
Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. TATIANA LUIZA MACHADO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 06.11.2017 a 05.03.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 06.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 773/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441854

PORTARIA Nº 773/2017 – ISSEM  
De 13.11.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CACILDA COSTA DEPIM, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 09.11.2017 a 05.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 774/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441855

PORTARIA Nº 774/2017 – ISSEM

De 13.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. EURICO GOMES DE CASTRO NETO, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 09.11.2017 a 23.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 09.11.2017.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 775/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441857

PORTARIA Nº 775/2017 – ISSEM

De 13.11.2017.

Revogação de Portaria

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR A PORTARIA Nº 676/2017, expedida pelo Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, na data de 10.10.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13.11.2017.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 13 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 776/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441859

PORTARIA Nº 776/2017 – ISSEM

De 14.11.2017.

Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005

de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. TATIANA IRINA MULLER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 08.11.2017 a 07.03.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08.11.2017.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 777/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441860

PORTARIA Nº 777/2017 – ISSEM

De 14.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SINARA ADRIANA LEMOS, lotada na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.11.2017 a 10.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.11.2017.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 778/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441862

PORTARIA Nº 778/2017 – ISSEM

De 14.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. VALDIR AMORIM DA SILVA, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 12.11.2017 a 31.01.2018.



Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 779/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441864

PORTARIA Nº 779/2017 – ISSEM

De 14.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. DENISE DA SILVA RIBEIRO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 13.11.2017 a 26.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 780/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441865

PORTARIA Nº 780/2017-ISSEM

De 16.11.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 516/2013,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. MARIZE BOLLAUF, inscrita no CPF sob nº 557.860.149-91, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, matriculada sob o nº 7169-2, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 01, Letra "G", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 781/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441868

PORTARIA Nº 781/2017-ISSEM

De 16.11.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 937,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. SILVINO MARIA, inscrito no CPF sob nº 436.422.929-68, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, matriculado sob o nº 7399-7, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 1 – Letra "G", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 13.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 782/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441869

PORTARIA Nº 782/2017-ISSEM

De 16.11.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações; art. 40, § 1º, III, "a", da Constituição

Federal de 1988 c/c art. 48 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 941,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. KARIN URSULA STUMM, inscrita no CPF sob nº 368.608.169-53, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo Professor de Educação Infantil – Ensino Superior, Referência salarial: Classe 7, letra “E”, triênios equivalentes a 30% (trinta por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculada sob nº 8780-5, com proventos integrais sobre o resultado da média aritmética simples das contribuições.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, “d”, da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 01.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor-Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 783/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441870

PORTARIA Nº 783/2017-ISSEM

De 16.11.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 946,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. CEZAR AUGUSTO CARNEIRO DE OLIVEIRA inscrito no CPF sob nº 566.163.767-53, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculado sob o nº 80058-9, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 7 – Letra “I”, triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, “c”, da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 27.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 784/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441871

PORTARIA Nº 784/2017 – ISSEM

De 16.11.2017.

Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. WANEISSA CAROLINE DORNELES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.10.2017 a 23.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 785/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441873

PORTARIA Nº 785/2017 – ISSEM

De 16.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ALIRIO FISCHER, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 30.10.2017 a 15.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 30.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017



**PORTARIA Nº 786/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441874

PORTARIA Nº 786/2017 – ISSEM

De 16.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA SUELI ARNOLD, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 11.11.2017 a 27.11.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 11.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 787/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441875

PORTARIA Nº 787/2017 – ISSEM

De 16.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. CARLOS FERNANDO PISKE, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 13.11.2017 a 12.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 788/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441876

PORTARIA Nº 788/2017 – ISSEM

De 16.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores

Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ADERBAL RODRIGO CASTELLAN LOPES, lotado na Fundação Instituto Jourdan do município de Jaraguá do Sul, no período de 14.11.2017 a 13.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 789/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441877

PORTARIA Nº 789/2017 – ISSEM

De 16.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ADEMIR PRIEBE, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.11.2017 a 22.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 790/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441878

PORTARIA Nº 790/2017-ISSEM

De 17.11.2017

Concede Benefício de Pensão por Morte

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - Issem, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 40, § 7º Inc. I e § 8º da Constituição Federal de 1988 e Art. 35, Inc. I, e Artigos 56 e 58, todos da Lei Complementar nº 33/2003 e ainda tendo em vista o contido no processo de Pensão por Morte nº 1019,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE a Sra. GRACIOSA BORTOLINI, inscrita no CPF sob nº 292.187.549-00, esposa do Ex-servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sr. FAUSTINO JOÃO BORTOLINI, inscrito no CPF sob nº 180.086.159-15, aposentado na data de 01.11.1995, conforme Portaria Nº 327/95 de 31.10.1995.

Art. 2º A Cota do benefício de pensão por morte devida à beneficiária será na ordem de 100% (cem por cento) sobre os proventos da aposentadoria do ex-segurado.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Previdência Social - FMPS, à conta do Issem, nos termos do art. 45, II, "a" da Lei Complementar Municipal nº 33/2003.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir da data do falecimento da servidora, ou seja 06.10.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 793/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441879

PORTARIA Nº 793/2017 – ISSEM

De 17.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. VALMIR JOSÉ SIQUEIRA, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.11.2017 a 25.11.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 794/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441881

PORTARIA Nº 794/2017 – ISSEM

De 20.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ADRIANA SOUZA DA SILVA HILBIG, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.11.2017 a 19.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 795/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441882

PORTARIA Nº 795/2017 – ISSEM

De 20.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. APARECIDA MARIA MARTINS, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.11.2017 a 08.03.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 796/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441884

PORTARIA Nº 796/2017 – ISSEM

De 20.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SIMONE CLAUDIA MIKALOVICZ, lotada na Secretaria

Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 14.11.2017 a 12.03.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 14.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 797/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441885

PORTARIA Nº 797/2017 – ISSEM

De 20.11.2017.

Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. MARISA TAVARES SLOTA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 20.04.2017 a 17.08.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 20.04.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 798/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441887

PORTARIA Nº 798/2017-ISSEM

De 20.11.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações; Art. 40, § 1º Inciso III "b" da Constituição Federal c/c Art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 935,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE a Sra. MATILDE DA SILVA, inscrita no CPF sob nº 866.613.379-15, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, Referência Salarial: Classe 2, Letra "E", triênios equivalentes a 30% (trinta por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculada sob nº 8501-4, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de

85,80% (oitenta e cinco vírgula oitenta por cento) sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 01.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 799/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441888

PORTARIA Nº 799/2017 – ISSEM

De 20.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

Considerando o teor da Sentença Judicial proferida no processo 0301555-37.2014.8.24.0036 da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaraguá do Sul;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ZENILDA MAIA, lotada na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 31.10.2017 a 28.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 800/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441890

PORTARIA Nº 800/2017-ISSEM

De 21.11.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 940,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. MARIA SUELÍ RITA, inscrita no CPF sob nº 471.880.229-68, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, matriculada sob o nº 7529-9, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 3, Letra "G", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor-Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 801/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441892

PORTARIA Nº 801/2017-ISSEM  
De 21.11.2017.

Concede Aposentadoria por Invalidez

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 inciso I e suas alterações e de conformidade com o disposto no Art. 46, parágrafos 2º, 6º e 7º, todos da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003; combinado com o Art. 40, § 1º, Inciso I da Constituição Federal/88 c/c Art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003 e com base no conteúdo do Processo Administrativo de Aposentadoria nº 579/2014,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ ao Sr. ANTONIO SCHLEPKA, inscrito no CPF sob nº 168.887.319-87, servidor do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matriculado sob o nº 385, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de 65,00% (sessenta e cinco vírgula zero por cento) sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Grupo 1, Letra "F", triênios equivalentes a 30% (trinta por cento) e carga horária de 40 (quarenta) horas semanais/ 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "a", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor-Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 802/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441893

PORTARIA Nº 802/2017 – ISSEM  
De 21.11.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SILVETE MARTINS, lotada na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 18.11.2017 a 11.02.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 18.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 803/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441894

PORTARIA Nº 803/2017 – ISSEM  
De 21.11.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. GEOVANI APARECIDO KOHELLA, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.11.2017 a 16.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do ISSEM  
Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 804/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441895

PORTARIA Nº 804/2017 – ISSEM  
De 21.11.2017.  
Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores



Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ARNALDO HORNBERG, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 19.11.2017 a 12.01.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 19.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 805/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441896

PORTARIA Nº 805/2017 – ISSEM

De 21.11.2017.

Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. JULIA NAPOLEÃO, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 16.11.2017 a 15.03.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 16.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 806/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441898

PORTARIA Nº 806/2017-ISSEM

De 22.11.2017.

Decisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2016

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem) de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23/12/2003, e suas alterações, e art. 240 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, e suas alterações; CONSIDERANDO as provas constantes nos autos do processo administrativo disciplinar nº 002/2016, instaurado pela portaria nº 783/2016-Issem, publicada no DOM nº 2142, de 12/12/2016; e CONSIDERANDO a decisão administrativa exarada;

**RESOLVE:**

Art. 1º. ABSOLVER os servidores públicos municipais, Daniele Chermak Francisco, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matriculada sob o nº 368, Gilséia Kassner Leoni, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, matriculada sob o nº 1162, e Vander Luiz Kunrath, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, matriculado sob o nº 1189, das supostas infrações disciplinares previstas no processo administrativo disciplinar nº 002/2016;

Art. 2º. APLICAR a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA ao servidor público municipal Roberto Luiz Correia, ocupante do cargo efetivo de Médico Auditor, matriculado sob o nº 1163, com base no art. 183 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, por infringência ao disposto no artigo 173, I e VI, da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art. 3º. Determinar que se faça o necessário e competente registro nos assentos funcionais dos servidores.

Art. 4º. Determinar que proceda-se às formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 807/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441899

PORTARIA Nº 807/2017 – ISSEM

De 17.11.2017.

Revoga Portaria 076/2015-Issem

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações; Considerando que não há processos de sindicância em tramitação;

**RESOLVE:**

Art.1º REVOGAR a partir de 22 de novembro de 2017, a Portaria nº 076/2015-Issem, que designou a Comissão de Sindicância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 808/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441900

PORTARIA Nº 808/2017 – ISSEM

De 24.11.2017.

Revogação de Portaria

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 33/2003 de 23.12.2003 e suas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR A PORTARIA Nº 754/2017, expedida pelo Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, na data de 08.11.2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.11.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 809/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441902

PORTARIA Nº 809/2017 – ISSEM

De 24.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. TALITA DA SILVA JOLY, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 02.10.2017 a 30.11.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02.10.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 810/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441903

PORTARIA Nº 810/2017 – ISSEM

De 24.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005

de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA DE LOURDES BAHR, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.11.2017 a 20.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 811/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441904

PORTARIA Nº 811/2017 – ISSEM

De 24.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. EUNICE CARMEN INNOCENTI ORTIZ, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 21.11.2017 a 04.01.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 21.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 812/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441905

PORTARIA Nº 812/2017 – ISSEM

De 24.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. FRANCISCO DONIZETE CERVI, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.11.2017 a 05.01.2018.



Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 813/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441908

PORTARIA Nº 813/2017 – ISSEM

De 24.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA ELIZA PEITRUKA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.11.2017 a 21.03.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 814/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441909

PORTARIA Nº 814/2017-ISSEM

De 27.11.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 585/2014,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. CARLOS FERNANDO PISKE, inscrito no CPF sob nº 247.133.849-68, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Posturas, matriculado sob o nº 8005-5, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 9, Letra "F", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 18.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 815/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441910

PORTARIA Nº 815/2017-ISSEM

De 27.11.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 953,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à Sra. MARILSE OECHSLER, inscrita no CPF sob nº 466.234.779-34, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, matriculada sob o nº 7296-6, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 6, Letra "G", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "c", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

### **PORTARIA Nº 816/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441911

PORTARIA Nº 816/2017-ISSEM

De 27.11.2017

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de

23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 961,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ao Sr. VANIO FLORIANI, inscrito no CPF sob nº 351.055.699-20, servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, matriculado sob o nº 2355-8, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 6 – Letra “J”, triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, “c”, da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 18.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor-Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 817/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441912

PORTARIA Nº 817/2017-ISSEM

De 27.11.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações, combinado com o disposto no Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 40, § 5º da Constituição Federal/88 e tendo em vista o contido no processo de aposentadoria nº 949,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA ESPECÍFICA DE MAGISTÉRIO a Sra. VANDERLEIA SALETE SCHIOCHET LUCIANI, inscrita no CPF sob nº 656.581.409-00, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, matriculada sob o nº 3063-5, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 07, Letra “J”, triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 200 (duzentas) horas mês.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, “c”, da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 18.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 818/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441913

PORTARIA Nº 818/2017 – ISSEM

De 27.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ELIANE SAUER, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.11.2017 a 08.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

#### **PORTARIA Nº 819/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441914

PORTARIA Nº 819/2017 – ISSEM

De 27.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA FRANZ MARTIN, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.11.2017 a 23.12.2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.11.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 820/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441916

PORTARIA Nº 820/2017 – ISSEM

De 27.11.2017.

Concede Auxílio Doença

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o art. 65-B da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. JEANA DANIELLY MISKIEVICZ, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.11.2017 a 07.01.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.11.2017.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 821/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441917

PORTARIA Nº 821/2017 – ISSEM

De 27.11.2017.

Concede Licença Maternidade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 33/2003 de 23.12.2003 e de conformidade com o Art. 65-A da Lei Complementar nº 45/2005 de 17.11.2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. EDNA LETICIA NUNES PEREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.11.2017 a 23.03.2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.11.2017.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor Presidente do ISSEM

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 822/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441918

PORTARIA Nº 822/2017-ISSEM

De 27.11.2017

Declara nulo o benefício de aposentadoria da Sra. Maria Amélia Cavalcanti da Silva

O DIRETOR-PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 de 23/12/2003 e suas alterações;

CONSIDERANDO a decisão administrativa do processo administrativo nº 005/2016, instaurado pela portaria nº 682/2016-Issem, publicada no DOM/SC 2118, de 08/11/2016;

CONSIDERANDO a resolução do Conselho de Administração do Issem nº 029/2017/CA/Issem, publicada no DOM/SC 2391, de 22/11/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. DECLARAR NULA a portaria nº 018/2012-Issem, de 31/01/2012, publicada no Jornal do Município nº 2050 a 2071, de 15/02/2012, que concedeu o benefício de Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade à servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, Sra. Maria Amélia Cavalcanti da Silva, inscrita no CPF sob o nº 313.333.899-49.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2017.

**REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 27 de novembro de 2017.

Ademar Possamai

Diretor-Presidente do Issem

Portaria nº 002/2017

**PORTARIA Nº 823/2017 – ISSEM**

Publicação Nº 1441919

PORTARIA Nº 823/2017-ISSEM

De 28.11.2017.

Concede Aposentadoria Voluntária por Implemento de Idade

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, de 23.12.2003, e suas alterações; Art. 40, § 1º Inciso III "b" da Constituição Federal c/c Art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 33/2003 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1011,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE à Sra. ELIZETE MARIA ROPELATO POSSAMAI, inscrita no CPF sob nº 552.044.909-06, servidora da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, Referência Salarial: Classe 3, Letra "G", triênios equivalentes a 42% (quarenta e dois por cento), carga horária de 200 (duzentas) horas mensais, matriculada sob nº 7621-0, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição na ordem de 72,63% (setenta e dois vírgula sessenta e três por cento) sobre o resultado da média aritmética simples.

Art. 2º As despesas correrão por conta do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 45, I, "d", da Lei Complementar Municipal nº 33/2003, e suas alterações.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 11.12.2017.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 28 de novembro de 2017.  
Ademar Possamai  
Diretor Presidente do Issem  
Portaria nº 002/2017

## RESOLUÇÃO Nº 031/2017/CA/ISSEM

Publicação Nº 1442260

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
- ISSEM  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### RESOLUÇÃO Nº 031/2017/CA/ISSEM

“Dispõe sobre reversão financeira e contábil, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), oriundos de reservas constituídas com sobras do custeio de exercícios anteriores das despesas administrativas, para pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro do ISSEM”.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais - ISSEM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 33/2003, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 30 de novembro de 2017, e

CONSIDERANDO a análise dos documentos anexados ao Ofício 1881/2017/ISSEM, solicitando a manifestação deste Conselho, para a reversão financeira e contábil, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), oriundos de reservas constituídas com sobras do custeio de exercícios anteriores das despesas administrativas, para pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro.

CONSIDERANDO que a Comissão de Finanças e Orçamento do Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de novembro de 2017, na sala de reuniões do Issem apreciou o objeto acima citado.

CONSIDERANDO que a demonstração financeira do cálculo atuarial, informada na data 31 de dezembro de 2016, de R\$ 3.225.414,65, conforme Parecer emitido pela empresa Acta Assessoria e Consultoria Técnica Atuarial, não foi contabilizada na projeção de pagamento de benefícios do plano previdenciário, portanto sua reversão não afetaria o cálculo atuarial apresentado.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 158 de 2014, em seu artigo 6º e 7º orienta que “o RPPS poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração”, não especificando a possibilidade de não fazer essa reserva;

CONSIDERANDO a possibilidade de que o ISSEM não tenha necessidade de constituir reserva com as sobras de custeio da taxa de administração dos anos anteriores;

CONSIDERANDO o Parecer Nº 02/2016/CFO/CLJ/CA/ISSEM/JS, que abordou toda a discussão e fundamentação legal, favorável a Reversão Financeira e Contábil.

CONSIDERANDO o Parecer Nº 011/2017/CFO/CA/ISSEM/JS favorável a Reversão Financeira e Contábil.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a reversão financeira e contábil, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões), oriundos de reservas constituídas com sobras do custeio de exercícios anteriores das despesas administrativas, para pagamento de benefícios previdenciários do Fundo Financeiro do ISSEM;

Art. 2º – que a presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de novembro de 2017.  
Charles Sérgio Pereira  
Presidente do Conselho de Administração do Issem

## RESOLUÇÃO Nº 058/2017/COMPHAAN/JS

Publicação Nº 1442241

### RESOLUÇÃO Nº 058/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 37443/2015 – Cadastro: 34.764, Alvará de construção civil comercial em alvenaria, tendo como requerente, Cizeski Incorporadora e Empreendimentos Imobiliários, Rua 12 – Av. Prefeito Waldemar Grubba – bairro: Vila Lalau - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2017.

CONSIDERANDO que o imóvel constante das MI's 869 e 20.185, do ano de 1978, se localiza no Eixo Histórico 1, próximo à Casa do Colonizador e à Praça dos Imigrantes.

CONSIDERANDO que sobre o imóvel existem 2 edificações em alvenaria com área total de 437,46m², do ano de 1978, que não possuem estilos arquitetônicos representativo para preservar como patrimônio histórico cultural edificado.

CONSIDERANDO que a nova construção estará localizada próxima à Casa do Colonizador e à Praça dos Imigrantes e para não interferir na visibilidade dos mesmos, deve adotar o afastamento frontal mínimo de 34 m a partir do meio-fio, desde que fique após a segunda linha da fachada frontal da loja Havan.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de construção civil comercial em alvenaria, concordando com o Parecer nº 054/2017 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, que concorda com o Parecer Administrativo nº 359/2017/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural de Jaraguá do Sul, com a seguinte determinação:

a) Adotar o afastamento frontal mínimo de 34 m a partir do meio-fio, desde que fique após a segunda linha da fachada frontal da loja Havan.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.  
Natália Lúcia Petry  
Presidente do COMPHAAN

## RESOLUÇÃO Nº 059/2017/COMPHAAN/JS

Publicação Nº 1442242

### RESOLUÇÃO Nº 059/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 14317/2013 – Cadastro: 228, Alvará de demolição, tendo como requerente, Cizeski Incorporadora e Empreendimentos Imobiliários (antigo Salão Vitória), Rua 10 – José



Theodoro Ribeiro, 3867 – bairro: Ilha da Figueira - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2017.

CONSIDERANDO que o imóvel constante da MI 58.265, o antigo Salão Vitória, edificação com área de 912,00m², do ano de 1965;

CONSIDERANDO que na vistoria “in loco” constatou-se que o mesmo havia sido demolido;

CONSIDERANDO que a edificação não estava inventariada no Cadastro de Bens Culturais do Município.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição, concordando com o Parecer nº 053/2017 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.  
Natália Lúcia Petry  
Presidente do COMPHAAN

### **RESOLUÇÃO Nº 060/2017/COMPHAAN/JS**

Publicação Nº 1442243

RESOLUÇÃO Nº 060/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 1561/2017 – Cadastro: 63.905, Recurso em 1ª Instância, tendo como requerente, Conembra Construções e Obras Ltda, Rua 14 – Jorge Czerniewicz, 896 – bairro: Czerniewicz - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2017.

CONSIDERANDO que trata-se de edificação de alvenaria autoportante, constante da MI 79.571, com área de 192,00m², do ano de 1955, localizada no Eixo Histórico 2.

CONSIDERANDO que a edificação, embora não integrasse o “Projeto de Preservação Memória e Identidade de Jaraguá do Sul – Patrimônio Arquitetônico dos Caminhos Históricos”, sofreu embargo para demolição por se enquadrar na Lei 1854/94 - edificação com mais de 40 anos.

CONSIDERANDO que foi apresentado pelo requerente, informações com registro de imagens, fotos e vídeos em que a edificação está sujeita a enchentes, enxurradas e alagamentos, comprometendo a preservação da edificação.

CONSIDERANDO que conforme o Regimento Interno do COMPHAAN – Decreto nº 6.933/2009, Art. 3º compete ao Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN; “Inciso I – avaliar cada um dos objetos cadastrados” e “Inciso X - pronunciar-se nos procedimentos administrativos e/ou judiciais relativos à utilização, reforma, ampliação, modificação ou demolição de bens de interesse de preservação, conforme a legislação e/ou tombados.”

CONSIDERANDO que o imóvel está notificado e ainda não foi tombado.

RESOLVE:

Art. 1º – Acatar o Recurso em 1ª Instância, com anuência também para a concessão do alvará de demolição.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.  
Natália Lúcia Petry  
Presidente do COMPHAAN

### **RESOLUÇÃO Nº 061/2017/COMPHAAN/JS**

Publicação Nº 1442244

RESOLUÇÃO Nº 061/2017/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 24948/2016 - Cadastro: rural, Outros requerimentos (pedido de tombamento voluntário – Inclusão da Ferraria), tendo como requerente, Charlei Fischer, Rua 8000 - Estrada Garibaldi – bairro: Garibaldi - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2017.

CONSIDERANDO que as edificações constantes da MI 17.989, foram construídas no ano de 1942, uma em técnica enxaimel, com 72,00 m², e outra, uma ferraria em madeira com 90,00 m², anexa à edificação enxaimel.

CONSIDERANDO que a edificação está implantada em área rural, próxima à rua e com boa visibilidade.

CONSIDERANDO que a edificação está implantada, na área que integra o roteiro de cicloturismo, e os proprietários querem exercer atividade comercial voltada ao turismo local.

CONSIDERANDO o reconhecimento de que a edificação além do valor arquitetônico agrega também o valor histórico, pois foi construída pelo senhor José Klug que foi dono da primeira ferraria de Jaraguá do Sul.

CONSIDERANDO o pedido de tombamento voluntário a nível municipal da referida Ferraria.

RESOLVE:

Art. 1º – Que é favorável à inclusão da Ferraria (um rancho em madeira com 90,00m²) juntamente com a edificação enxaimel para Tombamento Municipal, concordando com o Parecer Nº 57/2017, da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.  
Natália Lúcia Petry  
Presidente do COMPHAAN

**RESOLUÇÃO Nº 062/2017/COMPHAAN/JS**

Publicação Nº 1442245

**RESOLUÇÃO Nº 062/2017/COMPHAAN/JS**

Dispõe sobre o Processo: 880/2017 – Cadastro: 7.451, Inclusão no Cadastro de Inventário, tendo como requerente, Odair Schultz, Rua 11 – Roberto Ziemann esquina com Rua 94 – Carlos Meyer – bairro: Czerniewicz - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2017.

CONSIDERANDO que o imóvel constante da MI 6.935, uma edificação assobradada em alvenaria com área de 280,21m², do ano de 1950.

CONSIDERANDO que a edificação, embora não integre o “Projeto de Preservação Memória e Identidade de Jaraguá do Sul – Patrimônio Arquitetônico dos Caminhos Históricos”, se enquadra na Lei 1854/94, por possuir mais de 40 anos.

CONSIDERANDO que a edificação não é exemplar único e as construções posteriores agregadas à edificação, descaracterizaram a sua forma original.

CONSIDERANDO que a edificação não remete a fatos pretéritos de interesse para preservação.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Que é contrário à inclusão da edificação no Cadastro de Inventário de Bens Culturais edificados, concordando com o Parecer nº 055/2017 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS.

Art. 2º – Que é favorável à concessão do alvará de demolição.

Art. 3º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

**RESOLUÇÃO Nº 063/2017/COMPHAAN/JS**

Publicação Nº 1442246

**RESOLUÇÃO Nº 063/2017/COMPHAAN/JS**

Dispõe sobre o Processo: 27421/2017 – Cadastro: 16.050, Alvará de ampliação e reforma, tendo como requerente, JGM Empreendimentos e Participações Ltda, Rua 179 – Francisco Fischer - Centro - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2017.

CONSIDERANDO que o imóvel constante da MI 46.562, trata-se de uma edificação comercial em alvenaria com área a reformar de 360,24m² e área a ampliar de 810,00m², em terreno com 7.048,88m².

CONSIDERANDO que a edificação se localiza no Eixo Histórico 1 e

próximo a bens tombados ou cientificados, e a ampliação e reforma solicitados são apenas uma extensão da loja nos fundos, com afastamento de 30,00 m da Rua Francisco Fischer, não interferindo na paisagem local.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Que é favorável ao alvará de licença para ampliação e reforma, concordando com o Parecer Administrativo nº 358/2017/SPHC, do Setor de Patrimônio Histórico Cultural, concordando com o Parecer nº 056/2017 da Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN

**RESOLUÇÃO Nº 064/2017/COMPHAAN/JS**

Publicação Nº 1442247

**RESOLUÇÃO Nº 064/2017/COMPHAAN/JS**

Dispõe sobre o Processo: 16593/2017 - Cadastro: 4.334, Alvará de demolição, tendo como requerente, FAC Administradora de Bens Ltda, Rua 601 – Manoel Francisco da Costa, 136 - bairro: Vieira - Jaraguá do Sul – SC.

O Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 2.994/94 e em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 22 de novembro de 2017.

CONSIDERANDO que o imóvel constante da MI 31.345, trata-se de uma edificação residencial em alvenaria com área de 221,78m², do ano de 1962.

CONSIDERANDO que a edificação embora tenha características ecléticas da arquitetura neocolonial brasileira, não está relacionada a fatos pretéritos de relevância para o Município.

CONSIDERANDO que a edificação não está inserida no “Projeto de Preservação Memória e Identidade de Jaraguá do Sul – Patrimônio Arquitetônico dos Caminhos Históricos”.

CONSIDERANDO que está previsto o alargamento da via onde está inserida a edificação, e esta via está no traçado para dar vazão ao trânsito de veículos que ocorrerá em função da abertura do novo contorno da BR 280 que está em fase de construção.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Que é favorável a concessão do alvará de demolição.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 22 de novembro de 2017.

Natália Lúcia Petry

Presidente do COMPHAAN



**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017**

Publicação Nº 1442251

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 140/2017**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 140/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de materiais e equipamentos de Videomonitoramento e contratação de hora técnica de serviço de instalação ao longo de 12 (doze) meses, visando a conservação e segurança do patrimônio público do Município de Jaraguá do Sul, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant	Unid.	Descrição do objeto	Valor unitário do item (R\$)
01	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	06	Unid.	Gravador Digital de Imagem NVD, em conformidade com as exigências do item 01 do Anexo IX do Edital.	4700
02	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	30	Unid.	CÂMERA IP MINI BULLET 4MP, em conformidade com as exigências do item 02 do Anexo IX do Edital.	2150
03	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	50	Unid.	CÂMERA IP MINI BULLET 3MP, em conformidade com as exigências do item 03 do Anexo IX do Edital.	500
04	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	06	Unid.	HD 6 TB, em conformidade com as exigências do item 04 do Anexo IX do Edital.	1350
05	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	10	Unid.	Conversor Midia Fast Multimodo, em conformidade com as exigências do item 05 do Anexo IX do Edital.	180
06	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	15	Unid.	Switch POE, em conformidade com as exigências do item 06 do Anexo IX do Edital.	620
07	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	20	Unid.	PTO 2F (Ponto de Terminação Óptica), em conformidade com as exigências do item 07 do Anexo IX do Edital.	24
08	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	20	Unid.	Caixa Hermética, em conformidade com as exigências do item 08 do Anexo IX do Edital.	35
09	TOP CENTER COMERCIAL LTDA ME	1.000	M	Duto corrugado, em conformidade com as exigências do item 09 do Anexo IX do Edital.	3,15
10	FRUSTRADO	300	Horas	Serviço de Instalação/Configuração do CFTV, em conformidade com as exigências do item 10 do Anexo IX do Edital.	XXXX

Jaraguá do Sul, SC, 21 de novembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017-FMS**

Publicação Nº 1442248

**RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017-FMS**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 35/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de TIRAS DE GLICEMIA e LANCETAS para exames de glicose ao longo de 12(doze) meses, com fornecimento de glicosímetros e lancetadores a título de comodato, destinados para atendimento nas Unidades de Saúde e pacientes da Rede Municipal, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	DANIELE DAGIOS EPP	720.000 Disputa ampla	Unid.	TIRAS DE GLICEMIA – CODIGO 28826 Tiras para medição quantitativa de glicose que utilize sangue capilar, com capacidade de medição entre 10 a 600mg/dl, com tecnologia de glicose por desidrogenase, que meça por tecnologia de amperometria, com chip de codificação ou tiras codificadas ou que apresentem códigos impressos no lote das tiras. Caixas com 50 tiras, que podem ser embaladas individualmente, ou em embalagem múltipla. MARCA: ABBOTT	0,42

02	DANIELE DAGIOS EPP	80.000 10% do item 01	Unid.	TIRAS DE GLICEMIA – CODIGO 28826 Tiras para medição quantitativa de glicose que utilize sangue capilar, com capacidade de medição entre 10 a 600mg/dl, com tecnologia de glicose por desidrogenase, que meça por tecnologia de amperometria, com chip de codificação ou tiras codificadas ou que apresentem códigos impressos no lote das tiras. Caixas com 50 tiras, que podem ser embaladas individualmente, ou em embalagem múltipla. MARCA: ABBOTT	0,42
03	DANIELE DAGIOS EPP	30.000	Unid.	LANCETAS PARA EXAME DE GLICOSE – CODIGO 20430 Lanceta para punção capilar; sanguínea; em aço inox; com dispositivo de segurança, que atenda os requisitos da nr 32 do Ministério do Trabalho, com diâmetro aproximado da lanceta de 0,5mm (25g) a 0,3mm (30g); esterelizada por radiação gama, descartável; acondicionada em embalagem apropriada que garanta a integridade do produto, contendo número de lote, data de fabricação, validade, registro no MS. Embaladas em caixa com no mínimo 25 unidades. MARCA: TKL	0,22
04	NÃO HOMOLOGADO	150.000	Unid.	LANCETAS PARA LANCETADORES – CODIGO 28075 Lancetas com formato universal para lancetadores, para punção capilar; sanguínea; em aço inox; com protetor plástico; ponta trifacetada e siliconizada; diâmetro aproximado da lanceta de 0,8mm (21g) a 0,3mm (30g); esterilizado por radiação gama, descartável; acondicionada em caixa reforçada e apropriada que garanta a integridade do produto; rotulo com nº lote, data fabricação, validade, registro no MS. Apresentação: Embaladas em caixas com no mínimo 25 unidades. MARCA: G-TECH	CANCELADO

Jaraguá do Sul, SC, 22 de novembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

## RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017-FMS

Publicação Nº 1442249

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 36/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de MATERIAL LABORATORIAL ao longo de 12(doze) meses, destinados para uso no Laboratório Municipal de Saúde Pública, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	DISQUEMED DIST. LTDA EPP	150	Caixas	TUBOS PARA COLETA Á VÁCUO COM GEL SEPARADOR (TAMPA MARELA) – CÓDIGO 17057 Descrição: Vacutainer. Tubo de plástico para coleta de sangue à vácuo. Com gel separador. Sem trava. Volume: 5 ml. Medidas do tubo: 13 x 100 mm. Validade mínima de 2 anos. Só serão aceitos tubos de plástico. Caixas com 100 unidades.	58,40
02	DISQUEMED DIST. LTDA EPP	60	Caixas	TUBOS PARA COLETA Á VÁCUO COM EDTA 4ML (TAMPA ROXA C/ 100 UNIDADES) – CÓDIGO 32427 Descrição: Vacutainer. Tubo de plástico com reagente para coleta de sangue à vácuo. Modelo K2EDTA: 7,2 mg. Rolha siliconizada. Sem trava. Volume: 4 ml. Medida do tubo: 13 x 75 mm. Validade mínima de 2 anos. Só serão aceitos tubos de plástico. Caixas com 100 unidades.	51,00

03	MUNDIAL SOLUÇÕES LTDA EPP	20	Unid.	GARROTES INTANTIL – CÓDIGO 20515 Descrição: Garrotes (INFANTIL) em tecido elástico, evita o desconforto do procedimento. Processo de auto-trava e regulação de tensão, "Free Hand" permite ser utilizado com apenas uma das mãos.	9,50
04	DISQUEMED DIST. LTDA EPP	2.000	Unid	POTE COLETOR ESTÉRIL COM TAMPA – CÓDIGO 23659 Descrição: Pote coletor estéril capacidade 80 ml	0,31
05	MUNDIAL SOLUÇÕES LTDA EPP	40	Kit	ANTÍGENO RPR-BRÁS P/ VDRL – CÓDIGO 13208 Descrição: Antígeno RPR (suspensão de VDRL pronta para uso). Kit com 3 x 5ml. Validade mínima de 1 ano.	102,00
06	MUNDIAL SOLUÇÕES LTDA EPP	15	Unid.	KIT OGAWA SWAB DESCONTAMINANTE – CÓDIGO 25057 Descrição: Kit para cultura de Micobacterium tuberculosis, contendo: 1-Meio de cultura Ogawa Kudoh, embalados em tubo plástico transparente, de boca larga, contendo 9 mL de meio, para realização da prova em duplicata; 2- Descontaminante embalados em tubos plásticos contendo 5mL de NaOH1N; 3- Swab com haste plástica e cabeça de algodão com 5 cm de extensão. Kit para 10 testes. Todos os componentes devem estar contidos no kit (devem ser fornecidos de fábrica no mesmo kit). Não serão aceitos componentes separados.	124,00
07	DESERTO	05	Unid.	ADAPTADOR PARA COLETA A VÁCUO ADULTO – CÓDIGO 17059 Descrição: Adaptador plástico, reutilizável, não estéril, em quatro cores diferentes (rosa, verde, azul e amarelo), para agulha de coleta de sangue a vácuo e tubos 13 mm e 16 mm, flange, marca guia e exclusivo dispositivo de segurança junto a base do adaptador, diferenciado pela cor verde. Quando acionado descarta automaticamente a agulha à vácuo para coleta múltipla de sangue a vácuo, que se acopla através de rosqueamento assim como é feito com os outros adaptadores. Pode ser reutilizado até no máximo 100 vezes, quando então, deverá ser descartado em coletor próprio conforme normas vigentes. Caixas com 20 unidades multicor.	XXXX
08	MUNDIAL SOLUÇÕES LTDA EPP	15	Unid.	CONJUNTO DE COLORAÇÃO DE ZIEHL NEELSEN – CÓDIGO 25861 Descrição: Conjunto de corantes para pesquisa de bacilos álcool-ácido resistentes. Apresentação: • 1 frasco com 500 mL de Fucsina Fenicada segundo Ziehl-Neelsen; • 1 frasco com 500 mL de Azul de Metileno concentrado; • 1 frasco com 500 mL de Álcool Ácido 3%.	43,00
09	MUNDIAL SOLUÇÕES LTDA EPP	02	Unid.	CONJUNTO DE COLORAÇÃO DE ZIEHL GABBET – CÓDIGO 25862 Descrição: Kit para coloração de Ziehl Gabbet - azul de Gabbet 1 frasco com 500 ml e - fucsina de Gabbet, 1 frasco com 500 ml	130,00
10	MUNDIAL SOLUÇÕES LTDA EPP	10	Frascos	DESCORANTE PARA BAAR 3% 1 LITRO – CÓDIGO 20520 Descrição: • 1 frasco com 500 mL de Álcool Ácido 3%.	41,00
11	DISQUEMED DIST. LTDA EPP	40	Caixas	CURATIVO REDONDO C/500 unidades – CÓDIGO 20518 Descrição: Curativo redondo bege para punção de sangue em embalagem contínua com 200 unidades. Caixas de 200 unidades.	11,10
12	MUNDIAL SOLUÇÕES LTDA EPP	20	Pacotes	SACO PARA AUTOCLAVAÇÃO – CÓDIGO 25957 Descrição: Sacos plásticos para autoclavação capacidade 20 litros. Pacotes com 10 unidades.	14,00

13	MUNDIAL SOLUÇÕES LTDA EPP	10.000	Unid.	PONTEIRAS PARA MICROPIPETA – CÓDIGO 20519 Descrição: Ponteira amarela tipo universal, volume de 1 a 200 ul, sem filtro. Pacotes com 1.000.	0,012
14	DISQUEMED DIST. LTDA EPP	120	Caixas	Agulha 0,8 x 25 mm (21G1 ´ ´) para coleta múltipla de sangue à vácuo para análises clínicas, canhão cor verde, siliconizada. Caixas com 100 unidades.	24,90

Jaraguá do Sul, SC, 09 de novembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

## RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017-FMS

Publicação Nº 1442250

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 41/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de EQUIPAMENTOS DE ÓRTESES E PRÓTESES, destinadas para auxiliar o meio de locomoção de pacientes atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde, conforme nova regulação da Secretaria Estadual da Saúde (SES), que descreve a superintendência de serviços especializados e regulação sobre a concessão aos usuários da rede do sus, com a implantação da rede de cuidados a saúde da pessoa com deficiência estabelecida pela Portaria gm/ms 793 de 24/04/2012, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	ROYAL DISTRIBUIDORA ME	40	Unid	CADEIRAS DE RODAS – CÓDIGO 16317 CADEIRA DE RODAS. ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO CARBONO, DOBRÁVEL EM X DUPLO EM BARRAS DE AÇO CARBONO. PINTURA EPÓXI-PÓ CURADA ACIMA DE 180°C. ASSENTO, ENCOSTO, APOIO DE BRAÇOS E APOIO DE PANTURRILHA EM POLIÉSTER. APOIO DE BRAÇOS ESTOFADOS E REMOVÍVEIS. APOIO DE PERNAS ELEVÁVEIS, COM APOIO PARA PANTURRILHAS ESTOFADOS. APOIO DE PÉS EM PEDAL PLÁSTICO RETRÁTIL. RODAS TRASEIRAS DE 24" COM 4 ROLAMENTOS, PNEUS MACIÇOS E FREIOS BILATERAIS. RODAS DIANTEIRAS DE 6" COM PNEUS MACIÇOS. PARA PESSOAS COM PESO ENTRE 80 E 90 KG	1.268,00
02	DESERTO	05	Unid	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO – CÓDIGO 12116 CONSTRUÍDA COM TUBOS DE AÇO CARBONO; DOBRÁVEL EM DUPLO X REFORÇADO; BRAÇOS BILATERAIS ESCAMOTEÁVEIS; PROTETOR DE ROUPA; FREIOS BILATERAIS AJUSTÁVEIS; PEDAIS FIXOS COM APOIO DE PÉ REBATÍVEL E AJUSTÁVEL NA ALTURA; APOIO DE PANTURRILHA TIPO FAIXA; RODAS TRASEIRAS DE 24", PNEU INFLÁVEL ARO DE IMPULSÃO EM AÇO CARBONO, CUBO MONTADO COM ROLAMENTO BLINDADO; EIXO REMOVÍVEL; PLACA DE SUSTENTAÇÃO DAS RODAS TRASEIRAS REFORÇADA EM ALUMÍNIO; RODAS DIANTEIRAS DE 8" MONTADA COM ROLAMENTO BLINDADO, GARFO DE ALUMÍNIO FIXADO EM CUBO DIANTEIRO; ESTOFAMENTO CONFECCIONADO EM NYLON IMPERMEÁVEL COM FAIXA DE REFORÇO, ALMOFADA SOBRE O ASSENTO DE 4 CM DE ESPESSURA DE ALTA DENSIDADE; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA CAPACIDADE DE PESO ATÉ 200 KG. COMPRIMENTO DO ASSENTO APROXIMADAO DE 50 CM LARGURA TOTAL ABERTA APROXIMADADA DE 72 CM PESO DA CADEIRA APROXIMADADA DE 22 KG.	,00

03	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	20	Unidade	<p>ANDADOR – CÓDIGO 21157</p> <p>ANDADOR DE ALUMINIO DOBRÁVEL E ARTICULADO</p> <p>ANDADOR; EM ALUMINIO ANODIZADO; ADULTO; EM ALUMINIO DOBRAVEL; COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO; COM DUPLA BARRA DE SUSTENTACAO; COM REGULAGEM DE ALTURA DE 10 CM ENTRE 80 A 100 CM; PEGADORES DE BORRACHA ANATOMICO NA HORIZONTAL; COM APOIO COM 4 PONTEIRAS BORRACHA ADERENTE, RESISTENTE E FLEXIVEL; DEVERA OBEDECER LEGISLACAO VIGENTE .</p> <p>*RESISTÊNCIA ATÉ 130KG</p> <p>*INDICADO PARA PESSOAS DE 1,50M A 2,00M</p>	205,00
04	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	02	Unidade	<p>ANDADOR INFANTIL – CÓDIGO 33646</p> <p>ANDADOR; EM ALUMINIO ANODIZADO; INFANTIL; EM ALUMINIO DOBRAVEL; COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO; COM DUPLA BARRA DE SUSTENTACAO; REGULAGEM DE ALTURA DE 10 CM ENTRE 60 A 70 CM; COM PONTEIRAS TRASEIRAS DE BORRACHA ADERENTE, RESISTENTE E FLEXIVEL; COM 2 RODAS RESISTENTES NA PARTE DIANTEIRA; COM PEGADORES DE BORRACHA ANATOMICOS NA HORIZONTAL; DE ACORDO COM A LEGISLACAO ATUAL VIGENTE;</p>	170,00
05	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	03	Unidade	<p>CADEIRAS DE RODAS INFANTIL - CÓDIGO 26199</p> <p>FABRICADA EM AÇO CARBONO COM ASSENTO/ENCOSTO EM NYLON ALMOFADADO, DOBRÁVEL, FREIOS BILATERAIS, ARO IMPULSOR BILATERAL, APOIO PARA BRAÇOS REMOVÍVEIS, APOIO PARA OS PÉS COM ELEVAÇÃO DE PANTURRILHA E REGULAGEM DE ALTURA, RODAS DIANTEIRAS ARO 06" COM PNEUS MACIÇOS E RODAS TRASEIRAS ARO 20" EM ALUMÍNIO PNEUS INFLÁVEIS. ARO IMPULSOR BILATERAL.</p> <p>MEDIDAS APROXIMADAS:</p> <p>LARGURA DO ASSENTO: 36 CM</p> <p>PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 40 CM</p> <p>ALTURA ENCOSTO: 36 CM</p> <p>ALTURA DO ASSENTO AO CHÃO: 47 CM</p> <p>COMPRIMENTO TOTAL DA CADEIRA: 69 CM</p> <p>LARGURA TOTAL ABERTA: 61 CM</p> <p>LARGURA TOTAL FECHADA: 35 CM</p> <p>ALTURA DO CHÃO À MANOPLA: 94 CM</p> <p>PESO DA CADEIRA: 12 KG</p> <p>CAPACIDADE MÁXIMA DE PESO: 70 KG</p> <p>ALTURA DO CHÃO AO AP DE BRAÇO: 64 CM</p> <p>ALTURA DO ASSENTO AO AP DE BRAÇO: 16 CM.</p>	785,00
06	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	20	Unidade	<p>CADEIRAS DE BANHO – CÓDIGO 23402</p> <p>CADEIRA DE BANHO EM AÇO COM PINTURA EPOXY - APOIO PARA BRAÇOS REMOVÍVEL;</p> <p>APOIO PARA PÉS RETRÁTIL - DOBRÁVEL</p> <p>INDICADA PARA USUÁRIOS DE ATÉ 100 KG.</p> <p>GARANTIA: 01 ANO</p> <p>- REGISTRO ANVISA;</p> <p>- PESO: 10KG;</p> <p>- MEDIDAS: 40X60X100CM;</p> <p>- LARGURA DO ASSENTO 41 CM;</p>	307,00
07	DESERTO	02	Unidade	<p>CADEIRA DE BANHO OBESO – CÓDIGO 33649</p> <p>CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO 19,05MM X 1,20MM, BRAÇOS FIXOS, COM ASSENTO EM POLIPROPILENO, PARA HIGIENE EM GERAL, DUAS RODAS DIANTEIRAS DE 127MM E DUAS RODAS TRASEIRAS DE 76,20MM COM SISTEMA DE FREIO, EM PINTURA ELETROSTÁTICA PÓ (EPÓXI), APÓS TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO.</p> <p>DIMENSÕES: C 0,51M X L 0,64M X A 0,85M. CAPACIDADE MÁXIMA 200KG</p>	,00
08	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	15	Par	<p>MULETA CANADENSE - CÓDIGO 29307</p> <p>MULETA; DE ALUMÍNIO, COM BRACADEIRA ANATÔMICA, APOIO DE MÃO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO; TIPO CANADENSE; FORMATO ADULTO; COM REGULAGEM DE ALTURA COM PINO DE SEGURANCA; COM PONTEIRA DE BORRACHA ANTI DERRAPANTE É RECOMENDADA PARA PESSOAS COM ATÉ 100 KG DE PESO. CONTEM UM PAR</p>	99,95

09	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	08	Par	MULETA AXILAR - CÓDIGO 29308 CONTÉM UM PAR; COMPOSIÇÃO: PARTE METÁLICA: ALUMÍNIO; REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR: BORRACHA; PONTEIRA: BORRACHA COM PEÇA METÁLICA INTERNA; DEZ NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR ATRAVÉS DE PINO DUPLO COM MOLA; CINCO NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR.	119,00
10	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	03	Par	MULETA CANADENSE INFANTIL – CÓDIGO 33650 MULETA; DE ALUMINIO; TIPO CANADENSE COM BRAÇADEIRA EM AÇO INOX, INFANTIL; COM REGULAGEM ALTURA; COM PONTEIRA DE BORRACHA ANTI DERRAPANTE;	104,00
11	METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	03	Par	MULETA AXILAR INFANTIL - CÓDIGO 33651 CONTÉM UM PAR; COMPOSIÇÃO: PARTE METÁLICA: ALUMÍNIO; REVESTIMENTO DO APOIO DE MÃO E AXILAR: BORRACHA; PONTEIRA: BORRACHA COM PEÇA METÁLICA INTERNA; DEZ NÍVEIS DE REGULAGEM INFERIOR ATRAVÉS DE PINO DUPLO COM MOLA; COM NO MINIMO CINCO NÍVEIS DE REGULAGEM SUPERIOR.	135,00

Jaraguá do Sul, SC, 14 de novembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

### SEMED - PORTARIA Nº 571/2017

Publicação Nº 1441690

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

#### PORTARIA Nº 571/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 004/2016/SEMED/PMJS.

#### RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1085/2016, de 16.12.2016, que admitiu MILENE RIFFEL , para em Caráter Temporário atuar como Tradutor e Intérprete de Libras de Nível Médio , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### SEMED - PORTARIA Nº 572/2017

Publicação Nº 1441691

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

#### PORTARIA Nº 572/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

#### RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1070/2016, de 16.12.2016, que admitiu IDALINA BEATRIZ MINELLI , para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.



Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 573/2017**

Publicação Nº 1441692

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 573/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1071/2016, de 16.12.2016, que admitiu ELISABETH ZILS , para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 574/2017**

Publicação Nº 1441693

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 574/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1077/2016, de 16.12.2016, que admitiu ADAIR DE SOUZA FRONER, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de MATEMÁTICA , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 575/2017**

Publicação Nº 1441694

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 575/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1082/2016, de 16.12.2016, que admitiu LUZIA PICCOLI BORTOLINI , para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 576/2017**

Publicação Nº 1441695

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 576/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1078/2016, de 16.12.2016, que admitiu CARINA COSTA TEPASSÉ CRISTOVÃO, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA , no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 577/2017**

Publicação Nº 1441697

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 577/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1081/2016, de 16.12.2016, que admitiu SILVIA TERESINHA COSTA , para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 578/2017**

Publicação Nº 1441698

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 578/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1079/2016, de 16.12.2016, que admitiu VANUZA DOLINSKI DOS SANTOS , para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 579/2017**

Publicação Nº 1441699

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 579/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1073/2016, de 16.12.2016, que admitiu CARMEN LÚCIA INOCENTE JEREMIAS, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, ANOS INICIAIS, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 580/2017**

Publicação Nº 1441700

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 580/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1080/2016, de 16.12.2016, que admitiu MARI ANGELA PEREIRA TOMASI, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 581/2017**

Publicação Nº 1441701

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 581/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1072/2016, de 16.12.2016, que admitiu AUREA ZELINDA MARTIM HILLESHEIM, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 582/2017**

Publicação Nº 1441702

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 582/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 361/2017, de 23.06.2017, que prorrogou o contrato de, TANIA KARGER, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 583/2017**

Publicação Nº 1441703

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 583/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 017/2017, de 06/02/2017, que

admitiu DAIANE CRISTINA ZANELLA FREIBERGER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17/06/2017 até 15/12/2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 584/2017**

Publicação Nº 1441704

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 584/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº013/2017, de 06/02/2017, que admitiu, ANA CLAUDIA DE MORAES ALVES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 585/2017**

Publicação Nº 1441705

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 585/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 005/2017, de 06.02.2017, que admitiu, MARLI MARGARET FIRAKOVSKI para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 586/2017**

Publicação Nº 1441706

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 586/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 018/2017, de 06.02.2017, que admitiu, LAURECI APARECIDA ANTUNES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 587/2017**

Publicação Nº 1441707

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 587/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 009/2017, de 06.12.2016, que admitiu, SANDRA REGINA DO ESPÍRITO SANTO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 588/2017**

Publicação Nº 1441708

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 588/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 004/2017, de 06.02.2017, que admitiu, EVA DO CARMO RIBEIRO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 589/2017**

Publicação Nº 1441709

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 589/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 015/2017, de 06.02.2017, que admitiu, MAZILDA TEREZINHA DA SILVA KRZESINSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 590/2017**

Publicação Nº 1441710

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 590/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 003/2017, de 06.02.2017, que

admitiu, MARIA DE FÁTIMA VALESKI GONÇALVES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 591/2017**

Publicação Nº 1441711

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 591/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 011/2017, de 06.02.2017, que admitiu, ROSANA EWALD KNISS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 592/2017**

Publicação Nº 1441712

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 592/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 016/2017, de 06.02.2017, que admitiu, LEUZICLEIA DUARTE, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de PORTUGUÊS, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação



**SEMED - PORTARIA Nº 593/2017**

Publicação Nº 1441714

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 593/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 012/2017, de 06.02.2017, que admitiu, MARILDA LUNARDI BASSANI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 594/2017**

Publicação Nº 1441715

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 594/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 007/2017, de 06.02.2017, que admitiu, INÊS SIMEONI GEROLLA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 595/2017**

Publicação Nº 1441716

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 595/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 010/2017, de 06.02.2017, que admitiu, ROSIANE DE MACEDO BINI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 596/2017**

Publicação Nº 1441717

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 596/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 006/2017, de 06.02.2017, que admitiu, ANDREZA CARLA RAULINO ROTERS, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 597/2017**

Publicação Nº 1441718

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 597/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 020/2017, de 10.02.2016, que



admitiu, VIVIANE DOS PASSOS GONÇALVES, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 598/2017**

Publicação Nº 1441719

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 598/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 002/2017, de 10.02.2017, que admitiu, JOSEFA LINDOLFO DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 599/2017**

Publicação Nº 1441720

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 599/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 032/2017, de 14.02.2017, que admitiu, ANDREZA DE OLIVEIRA GUERBER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 600/2017**

Publicação Nº 1441721

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 600/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 021/2017, de 10.02.2017, que admitiu, SIRLENE VIEIRA MUNIZ para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017.

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **SEMED - PORTARIA Nº 601/2017**

Publicação Nº 1441722

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 601/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 008/2017, de 06.02.2017, que admitiu, PATRÍCIA REGINA DOS SANTOS CORREA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, no período de 17.06.2017 a 15.12.2017.

Jaraguá do Sul, 26 de junho de 2017

ROGÉRIO JUNG  
Secretário Municipal de Educação

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 145/2017**

Publicação Nº 1441933

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
CONCORRÊNCIA 145/2017

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento da CONCORRÊNCIA nº 145/2017, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.676/2017, constatei total

regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada.

ISTO POSTO, H O M O L O G O, por oportuno e conveniência, o procedimento licitatório realizado, adjudicando o objeto "Prestação de serviços de limpeza urbana, visando o atendimento das necessidades do município, conforme os quantitativos estimados e descrições das atividades a serem desenvolvidas" da CONCORRÊNCIA nº 145/2017, tipo Menor Preço Global à empresa: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com o valor Global de R\$ 2.241.469,20 (dois milhões duzentos e quarenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos), autorizando a despesa e determinando ainda que seja dada ciência ao participante.

Jaraguá do Sul (SC), 20 de novembro de 2017.  
ANTIDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO**  
**CONCORRÊNCIA Nº 145/2017**

A Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 11.676/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 145/2017, na modalidade de CONCORRÊNCIA, que tem como objeto a Prestação de serviços de limpeza urbana, visando o atendimento das necessidades do município, conforme os quantitativos estimados e descrições das atividades a serem desenvolvidas teve o seguinte resultado:

Empresa vencedora: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com o valor Global de R\$ 2.241.469,20 (dois milhões duzentos e quarenta e um mil quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos).

Jaraguá do Sul (SC), 20 de novembro de 2017.  
Onésimo José Sell  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto 11.676/2017

## RELATÓRIOS FISCAIS - 5º QUADRIMESTRE 2017

Publicação Nº 1442623

Município de JARAGUÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>646.453.028,00</b>	<b>646.453.028,00</b>	<b>110.755.332,36</b>	<b>17,13</b>	<b>580.502.334,25</b>	<b>89,80</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>621.925.773,00</b>	<b>621.925.773,00</b>	<b>106.985.548,61</b>	<b>17,20</b>	<b>552.468.382,37</b>	<b>88,83</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	113.237.333,00	113.237.333,00	13.918.087,27	12,29	96.883.644,75	85,56
IMPOSTOS	98.181.970,00	98.181.970,00	12.874.249,03	13,11	81.706.379,83	83,22
TAXAS	14.320.950,00	14.320.950,00	1.027.333,34	7,17	15.063.959,96	105,19
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	734.413,00	734.413,00	16.504,90	2,25	113.304,96	15,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	40.215.245,00	40.215.245,00	6.600.897,44	16,41	31.236.284,78	77,67
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	31.725.245,00	31.725.245,00	4.625.209,86	14,58	23.589.546,02	74,36
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	8.490.000,00	8.490.000,00	1.975.687,58	23,27	7.646.738,76	90,07
RECEITA PATRIMONIAL	46.190.953,00	46.190.953,00	8.567.560,69	18,55	47.553.509,94	102,95
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	238.000,00	238.000,00	12.466,16	5,24	52.877,80	22,22
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	45.920.453,00	45.920.453,00	8.179.880,59	17,81	47.000.161,46	102,35
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	32.500,00	32.500,00	375.213,94	1.154,50	500.470,68	1.539,91
RECEITA DE SERVIÇOS	54.174.887,00	54.174.887,00	9.828.229,80	18,14	47.104.614,80	86,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	335.565.820,00	335.565.820,00	59.625.488,35	17,77	297.412.005,72	88,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	331.324.326,00	331.324.326,00	58.893.426,58	17,78	293.306.929,38	88,53
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	272.000,00	272.000,00	400,00	0,15	58.010,00	21,33
TRANSF. DE PESSOAS	20.400,00	20.400,00	465,00	2,28	104.664,07	513,06
TRANSF. DE CONV.	3.949.094,00	3.949.094,00	731.196,77	18,52	3.942.402,27	99,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.541.535,00	32.541.535,00	8.445.285,06	25,95	32.278.322,38	99,19
MULTAS E JUROS DE MORA	14.152.900,00	14.152.900,00	2.702.362,94	19,09	12.104.351,93	85,53
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.608.555,00	7.608.555,00	4.600.287,30	60,46	14.229.990,08	187,03
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.385.220,00	9.385.220,00	972.905,58	10,37	5.105.737,67	54,40
RECEITAS DIVERSAS	1.394.860,00	1.394.860,00	169.729,24	12,17	838.242,70	60,10
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>24.527.255,00</b>	<b>24.527.255,00</b>	<b>3.769.783,75</b>	<b>15,37</b>	<b>28.033.951,88</b>	<b>114,30</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	19.750.000,00	19.750.000,00	2.551.779,08	12,92	19.790.128,41	100,20
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	19.750.000,00	19.750.000,00	2.551.779,08	12,92	19.790.128,41	100,20
ALIENAÇÃO DE BENS	11.308,00	11.308,00	0,00	0,00	8.439,45	74,63
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	11.308,00	11.308,00	0,00	0,00	8.439,45	74,63
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	380.000,00	380.000,00	112.108,84	29,50	336.037,24	88,43
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.385.947,00	4.385.947,00	1.105.895,83	25,21	7.899.346,78	180,11
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.680.947,00	2.680.947,00	57.591,07	2,15	83.180,12	3,10

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>646.453.028,00</b>	<b>646.453.028,00</b>	<b>110.755.332,36</b>	<b>17,13</b>	<b>580.502.334,25</b>	<b>89,80</b>	<b>65.950.693,75</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.705.000,00	1.705.000,00	1.048.304,76	61,48	7.816.166,66	458,43	-6.111.166,66
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>53.135.763,00</b>	<b>53.135.763,00</b>	<b>8.254.067,02</b>	<b>15,53</b>	<b>45.635.261,39</b>	<b>85,88</b>	<b>7.500.501,61</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>119.009.399,38</b>	<b>17,01</b>	<b>626.137.595,64</b>	<b>89,50</b>	<b>73.451.195,36</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>119.009.399,38</b>	<b>17,01</b>	<b>626.137.595,64</b>	<b>89,50</b>	<b>73.451.195,36</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>119.009.399,38</b>	<b>17,01</b>	<b>626.137.595,64</b>	<b>89,50</b>	<b>73.451.195,36</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>-</b>	<b>37.420.509,26</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.370.748,49</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Superávit Financeiro	-	37.323.109,26	-	-	15.342.777,11	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	97.400,00	-	-	27.971,38	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>646.456.470,00</b>	<b>741.482.733,88</b>	<b>77.991.146,43</b>	<b>517.619.229,16</b>	<b>223.863.504,72</b>	<b>96.107.704,85</b>	<b>455.097.701,81</b>	<b>286.385.032,07</b>	<b>438.906.381,23</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>539.274.034,85</b>	<b>570.863.248,65</b>	<b>68.768.021,81</b>	<b>463.658.662,12</b>	<b>107.204.586,53</b>	<b>86.348.818,81</b>	<b>415.616.455,93</b>	<b>155.246.792,72</b>	<b>401.957.991,09</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	301.830.723,24	312.253.354,03	46.846.902,52	254.832.851,20	57.420.502,83	50.527.770,49	242.499.998,67	69.753.355,36	232.707.529,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.486.829,00	4.485.829,00	821.252,94	3.538.832,47	946.996,53	821.252,94	3.538.832,47	946.996,53	3.538.832,47

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(i)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>646.456.470,00</b>	<b>741.482.733,88</b>	<b>77.991.146,43</b>	<b>517.619.229,16</b>	<b>223.863.504,72</b>	<b>96.107.704,85</b>	<b>455.097.701,81</b>	<b>286.385.032,07</b>	<b>438.906.381,23</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	230.956.482,61	254.124.065,62	21.099.866,35	205.286.978,45	48.837.087,17	34.999.795,38	169.577.624,79	84.546.440,83	165.711.629,02
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>47.461.792,15</b>	<b>111.398.842,23</b>	<b>9.223.124,62</b>	<b>53.960.567,04</b>	<b>57.438.275,19</b>	<b>9.758.886,04</b>	<b>39.481.245,88</b>	<b>71.917.596,35</b>	<b>36.948.390,14</b>
INVESTIMENTOS	40.250.561,15	104.187.611,23	8.091.947,62	48.468.044,90	55.729.566,33	8.627.709,04	33.978.723,74	70.208.887,49	31.445.868,00
INVERSOES FINANCEIRAS	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	7.210.731,00	7.210.731,00	1.131.177,00	5.502.522,14	1.708.208,96	1.131.177,00	5.502.522,14	1.708.208,96	5.502.522,14
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>59.720.643,00</b>	<b>59.220.643,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>59.220.643,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>59.220.643,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	59.720.643,00	59.220.643,00	0,00	0,00	59.220.643,00	0,00	0,00	59.220.643,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>53.132.321,00</b>	<b>56.566.881,00</b>	<b>7.257.730,10</b>	<b>42.393.102,99</b>	<b>14.173.778,01</b>	<b>8.303.782,59</b>	<b>41.062.079,35</b>	<b>15.504.801,65</b>	<b>35.499.612,49</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>798.049.614,88</b>	<b>85.248.876,53</b>	<b>560.012.332,15</b>	<b>238.037.282,73</b>	<b>104.411.487,44</b>	<b>496.159.781,16</b>	<b>301.889.833,72</b>	<b>474.405.993,72</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>798.049.614,88</b>	<b>85.248.876,53</b>	<b>560.012.332,15</b>	<b>238.037.282,73</b>	<b>104.411.487,44</b>	<b>496.159.781,16</b>	<b>301.889.833,72</b>	<b>474.405.993,72</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	699.588.791,00	798.049.614,88	85.248.876,53	66.125.263,49	—	—	129.977.814,48	—	151.731.601,92
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>59.540.643,00</b>	<b>59.040.643,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>59.040.643,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>59.040.643,00</b>	<b>—</b>

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>53.135.763,00</b>	<b>53.135.763,00</b>	<b>8.254.067,02</b>	<b>15,53</b>	<b>45.635.261,39</b>	<b>85,88</b>	<b>7.500.501,61</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>52.798.932,00</b>	<b>52.798.932,00</b>	<b>8.197.928,50</b>	<b>15,53</b>	<b>45.354.568,79</b>	<b>85,90</b>	<b>7.444.363,21</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	49.051.921,00	49.051.921,00	7.583.478,27	15,46	41.776.543,24	85,17	7.275.377,76
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	49.051.921,00	49.051.921,00	7.583.478,27	15,46	41.776.543,24	85,17	7.275.377,76
RECEITA DE SERVIÇOS	351.568,00	351.568,00	90.446,33	25,73	387.166,30	110,13	-35.598,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.395.443,00	3.395.443,00	524.003,90	15,43	3.190.859,25	93,97	204.583,75
Multas e Juros de Mora	2.765.584,00	2.765.584,00	418.553,66	15,13	2.433.204,72	87,98	332.379,28
Indenizações e Restituições	626.891,00	626.891,00	105.374,57	16,81	757.128,03	120,78	-130.237,03
Receita da Dívida Ativa	840,00	840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	840,00
Receitas Correntes Diversas	2.128,00	2.128,00	75,67	3,56	526,50	24,74	1.601,50
<b>RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>336.831,00</b>	<b>336.831,00</b>	<b>56.138,52</b>	<b>16,67</b>	<b>280.692,60</b>	<b>83,33</b>	<b>56.138,40</b>
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	336.831,00	336.831,00	56.138,52	16,67	280.692,60	83,33	56.138,40

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>53.132.321,00</b>	<b>56.566.881,00</b>	<b>7.257.730,10</b>	<b>42.393.102,99</b>	<b>14.173.778,01</b>	<b>8.303.782,59</b>	<b>41.062.079,35</b>	<b>15.504.801,65</b>	<b>35.499.612,49</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.382.282,00	50.276.642,00	6.310.243,10	37.643.311,17	12.633.330,83	7.353.918,71	36.398.743,39	13.877.898,61	30.864.197,15
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.762.789,00	2.762.789,00	400.225,36	2.066.515,07	696.273,93	418.340,58	2.065.106,97	697.682,03	2.065.106,97
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	355.096,00	895.296,00	135.058,04	622.258,75	273.037,25	119.319,70	537.210,99	358.085,01	509.290,37
INVESTIMENTOS	12.490,00	12.490,00	0,00	0,00	12.490,00	0,00	0,00	12.490,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.619.664,00	2.619.664,00	412.203,60	2.061.018,00	558.646,00	412.203,60	2.061.018,00	558.646,00	2.061.018,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 58.336.693,16

Continuação 4/5



Continuação 5/5

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK  
Contador CRC SC 037009/O-6

ANTIDIO ALEXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	108.082.870,00	108.082.870,00	86.173.164,99	79,73		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	26.200.970,00	26.200.970,00	28.170.372,75	107,52		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	12.260.000,00	12.260.000,00	9.018.127,46	73,56		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	39.210.000,00	39.210.000,00	28.478.714,93	72,63		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	20.511.000,00	20.511.000,00	16.039.164,69	78,20		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	148.800,00	148.800,00	211.554,28	142,17		
Dívida Ativa dos Impostos	7.503.100,00	7.503.100,00	3.491.818,67	46,54		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.249.000,00	2.249.000,00	763.412,21	33,94		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	213.362.179,00	213.362.179,00	191.617.356,27	89,81		
Cota-Parte FPM	56.235.000,00	56.235.000,00	45.884.054,33	81,59		
Cota-Parte ITR	29.879,00	29.879,00	31.304,50	104,77		
Cota-Parte IPVA	21.780.300,00	21.780.300,00	17.951.313,00	82,42		
Cota-Parte ICMS	132.300.000,00	132.300.000,00	125.542.244,01	94,89		
Cota-Parte IPI-Exportação	2.417.000,00	2.417.000,00	1.759.327,73	72,79		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	600.000,00	600.000,00	449.112,70	74,85		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	600.000,00	600.000,00	449.112,70	74,85		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	321.445.049,00	321.445.049,00	277.790.521,26	86,42		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	69.869.294,00	69.869.294,00	57.324.466,52	82,05		
Provenientes da União	64.562.130,00	64.562.130,00	53.368.780,84	82,66		
Provenientes dos Estados	5.282.130,00	5.282.130,00	3.955.298,96	74,88		
Provenientes de Outros Municípios	25.034,00	25.034,00	386,72	1,54		
RECETAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	656.000,00	656.000,00	894.974,52	136,43		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	70.525.294,00	70.525.294,00	58.219.441,04	82,55		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	160.973.899,00	169.656.443,68	139.537.696,47	82,25	128.054.890,21	75,48
Pessoal e Encargos Sociais	72.234.827,67	75.751.984,59	61.027.613,82	80,56	58.573.491,39	77,32
Outras Despesas Correntes	88.739.071,33	93.904.459,09	78.510.082,65	83,61	69.481.398,82	73,99
DESPESAS DE CAPITAL	4.894.880,00	7.053.077,07	1.035.416,21	14,68	25.169,27	0,36
Investimentos	4.894.880,00	7.053.077,07	1.035.416,21	14,68	25.169,27	0,36

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	4.894.880,00	7.053.077,07	1.035.416,21	14,68	25.169,27	0,36
Investimentos	4.894.880,00	7.053.077,07	1.035.416,21	14,68	25.169,27	0,36
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	165.868.779,00	176.709.520,75	140.573.112,68	79,55	128.080.059,48	72,48
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	71.159.704,00	80.096.156,52	63.367.865,05	45,08	57.049.624,63	44,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	71.159.704,00	79.066.156,52	62.456.938,91	44,43	57.049.624,63	44,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	1.030.000,00	910.926,14	0,65	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	71.159.704,00	80.096.156,52	63.367.865,05	45,08	57.049.624,63	44,54
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	94.709.075,00	96.613.364,23	77.205.247,63	54,92	71.030.434,85	55,46
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
			29.361.856,66			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE			
Inscritos em 2016	2.019.848,33	313.400,72	1.286.729,13	733.119,20	0,00			
Inscritos em 2015	243.435,83	0,00	0,00	243.435,83	0,00			
Inscritos em 2014	1.434.860,73	0,00	0,00	1.434.860,73	0,00			
TOTAL	3.698.144,89	313.400,72	1.286.729,13	2.411.415,76	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)						
	0,00			0,00				
	0,00			0,00				
	0,00			0,00				
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (K)						
	-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica	51.496.495,00	62.498.249,75	44.697.537,55	31,80	41.044.002,82			32,05
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	97.480.970,00	95.661.462,18	83.073.774,00	59,10	75.528.064,94			58,97
Vigilância Sanitária	6.075.397,00	6.925.397,00	5.219.111,17	3,71	5.014.349,99			3,92
Vigilância Epidemiológica	2.504.150,00	3.710.559,80	1.446.608,35	1,03	914.380,02			0,71
Alimentação e Nutrição	0,00	1.500,00	1.253,00	0,00	1.253,00			0,00
Outras Subfunções	8.311.767,00	7.912.352,02	6.134.828,61	4,36	5.578.008,71			4,36
TOTAL	165.868.779,00	176.709.520,75	140.573.112,68	100,00	128.080.059,48			100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "I+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total I".

³ O valor apresentado na interseção com a coluna "I" ou com a coluna "I+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

Atenção: este relatório foi elaborado com base nos dados constantes no Relatório de Gestão Financeira e Orçamentária do Município de Jaraguá do Sul, SC, em 2017.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de JARAGUA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

<sup>4</sup>Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Devera ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup>Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup>No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK Contador CRC SC 037009/O-6	ANTIDIO ALEIXO LUNELLI Prefeito Municipal
---	--

Município de JARAGUA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESpesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK  
Contador CRC SC 037009/O-6

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal



Município de JARAGUA DO SUL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		699.588.791,00		
Previsão Atualizada		699.588.791,00		
Receitas Realizadas		626.137.595,64		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		15.370.748,49		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		699.588.791,00		
Créditos Adicionais		98.460.823,88		
Dotação Atualizada		798.049.614,88		
Despesas Empenhadas		560.012.332,15		
Despesas Liquidadas		496.159.781,16		
Despesas pagas		474.405.993,72		
Superavit Orçamentário		129.977.814,48		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		560.012.332,15		
Despesas Liquidadas		496.159.781,16		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		644.656.021,27		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		92.089.664,15		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		33.752.970,99		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		58.336.693,16		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-10.527.167,61	-54.557.176,91	518,25
Resultado Primário		-46.748.529,00	75.729.867,87	-161,99
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	24.111.971,18	5.777.818,33	14.770.515,87	3.563.636,98
EXECUTIVO	23.860.403,68	5.771.418,33	14.525.348,37	3.563.636,98
LEGISLATIVO	251.567,50	6.400,00	245.167,50	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	41.838.261,61	7.777.253,02	31.963.954,68	2.097.053,91
EXECUTIVO	41.814.214,43	7.777.253,02	31.941.450,84	2.095.510,57
LEGISLATIVO	24.047,18	0,00	22.503,84	1.543,34
<b>TOTAL:</b>	<b>65.950.232,79</b>	<b>13.555.071,35</b>	<b>46.734.470,55</b>	<b>5.660.690,89</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		68.518.222,18	25%	24,44
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		62.383.209,44	60%	87,58

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de JARAGUA DO SUL - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL					Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito					19.790.128,41	-40.128,41
Despesa de Capital Líquida					41.542.263,88	72.488.732,35
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					8.439,45	2.868,55
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					14.189,30	120.231,31
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual
						% Mínimo a Aplicar no Exercício
						% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					71.030.434,85	15,00
						25,57
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK  
 Contador CRC SC 037009/O-6

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI  
 Prefeito Municipal

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	646.456.470,00	741.482.733,88	77.991.146,43	517.619.229,16	92,43	96.107.704,85	455.097.701,81	286.385.032,07
Ação Legislativa	10.140.000,00	9.960.000,00	227.273,63	8.248.755,66	1,47	1.415.304,92	6.714.829,54	3.245.170,46
Administração Geral	2.160.000,00	2.160.000,00	1.100,85	1.899.145,29	0,34	316.773,23	1.596.160,57	563.839,43
Comunicação Social	7.070.000,00	6.490.000,00	68.734,00	5.217.423,25	0,93	835.812,55	4.222.209,89	2.267.790,11
Previdência do Regime Estatutário	700.000,00	1.100.000,00	157.438,78	940.724,24	0,17	231.636,72	736.131,36	363.868,64
Administração	210.000,00	210.000,00	0,00	191.462,88	0,03	31.082,42	160.327,72	49.672,28
Administração Geral	37.978.304,00	44.192.937,78	5.639.010,19	32.312.532,95	5,77	5.932.933,41	29.237.727,19	14.955.210,59
Tecnologia da Informação	33.241.462,00	35.342.718,28	5.091.835,08	27.648.755,07	4,94	5.156.211,03	26.221.408,37	9.121.309,91
Ordenamento Territorial	2.794.000,00	5.794.000,00	5.155,07	2.175.749,97	0,39	490.750,73	1.633.674,99	4.160.325,01
Formação de Recursos Humanos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Comunicação Social	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	460.730,00	822.730,00	365.960,00	803.079,20	0,14	74.336,72	450.319,88	372.410,12
Fomento ao Trabalho	425.100,00	304.477,50	34.799,74	142.015,16	0,03	16.717,98	110.865,44	193.612,06
Telecomunicações	300.000,00	570.000,00	125.138,47	516.545,81	0,09	125.138,47	516.545,81	53.454,19
Desporto Comunitário	586.000,00	586.000,00	16.120,83	492.431,76	0,09	69.778,48	304.912,70	281.087,30
Segurança Pública	161.012,00	763.012,00	0,00	533.955,98	0,10	0,00	0,00	763.012,00
Administração Geral	2.689.968,87	4.778.790,87	553.146,11	3.724.484,75	0,67	483.153,42	3.557.432,26	1.221.358,61
Defesa Civil	882.722,00	266.316,41	6.824,00	175.784,48	0,03	2.504,10	188.598,48	97.717,93
Informação e Inteligência	5.600,00	5.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.600,00
Assistência Social	1.801.646,87	4.506.874,46	546.322,11	3.548.700,27	0,63	480.649,32	3.388.833,78	1.118.040,88
Administração Geral	42.143.332,00	45.909.048,27	4.319.977,27	34.853.353,11	6,22	6.703.434,31	29.433.117,46	16.475.930,81
Formação de Recursos Humanos	19.144.318,00	19.843.945,87	2.532.550,81	14.647.828,63	2,62	2.722.384,26	13.511.587,39	6.332.358,48
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	7.899,40	8.419,40	0,00	7.899,40	8.419,40	21.580,60
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.000,00	501.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501.000,00
Assistência Comunitária	737.334,00	2.972.222,94	29.442,86	121.037,00	0,02	30.845,06	120.947,00	2.851.275,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.324.444,00	3.655.643,46	234.926,26	2.009.081,03	0,36	332.367,86	1.584.602,74	2.071.040,72
Previdência Social	18.906.236,00	18.906.236,00	1.515.157,94	18.066.987,05	3,23	3.610.137,73	14.207.560,93	4.698.675,07
Administração Geral	45.024.588,00	47.444.588,00	10.408.438,06	35.562.349,61	6,35	10.235.698,43	33.284.474,80	14.160.113,20
Formação de Recursos Humanos	3.502.034,00	4.102.034,00	685.610,87	2.416.241,43	0,43	493.328,21	1.791.888,14	2.310.145,86
Previdência do Regime Estatutário	50.000,00	50.000,00	5.037,00	28.218,10	0,01	5.037,00	28.218,10	21.781,90
Saúde	41.472.554,00	43.292.554,00	9.717.790,19	33.117.890,08	5,91	9.737.333,22	31.464.368,56	11.828.185,44
Formação de Recursos Humanos	154.269.041,00	163.745.282,75	20.448.185,53	130.744.871,99	23,35	23.155.317,64	118.542.867,77	45.202.414,98
Administração Geral	7.250.932,00	6.972.517,02	730.461,72	5.438.945,97	0,97	975.276,82	4.905.829,77	2.066.687,25
Formação de Recursos Humanos	7.100,00	17.100,00	550,00	1.750,00	0,00	550,00	1.750,00	15.350,00

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	646.456.470,00	741.482.733,88	77.991.146,43	517.619.229,16	92,43	223.863.504,72	96.107.704,85	455.097.701,81	91,72	286.385.032,07
	154.269.041,00	163.745.282,75	20.448.185,53	130.744.871,99	23,35	33.000.410,76	23.155.317,64	118.542.867,77	23,89	45.202.414,98
	46.034.866,00	54.881.620,75	7.680.900,21	38.954.691,46	6,96	15.926.929,29	6.752.987,12	36.437.951,71	7,14	19.443.669,04
	93.586.509,00	92.426.501,18	11.023.094,87	80.575.615,49	14,39	11.850.885,69	14.094.231,72	73.133.049,15	14,74	19.293.452,03
	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	4.894.984,00	5.744.984,00	936.403,07	4.326.007,72	0,77	1.418.976,28	937.887,28	4.148.654,12	0,84	1.596.329,88
	2.494.150,00	3.700.559,80	76.775,66	1.446.608,35	0,26	2.253.951,45	393.556,70	914.380,02	0,18	2.786.179,78
	0,00	1.500,00	0,00	1.253,00	0,00	247,00	828,00	1.253,00	0,00	247,00
	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
	130.183.737,00	134.207.313,40	18.003.657,04	109.098.240,94	19,48	25.109.072,46	19.740.434,65	103.517.226,74	20,86	30.690.086,66
	180.000,00	180.000,00	40.500,00	180.000,00	0,03	0,00	27.000,00	121.500,00	0,02	58.500,00
	1.000,00	1.000,00	0,00	80,00	0,00	920,00	0,00	80,00	0,00	920,00
	3.929.332,00	4.084.823,41	103.069,96	3.992.101,19	0,71	92.722,22	1.000.524,57	2.957.923,20	0,60	1.126.900,21
	72.377.971,00	77.253.009,52	9.583.630,25	61.350.907,28	10,96	15.902.102,24	10.309.896,51	58.319.952,79	11,75	18.933.086,73
	250.000,00	277.000,00	37.345,78	225.891,99	0,04	51.108,01	37.345,78	225.891,99	0,05	51.108,01
	612.000,00	1.021.000,00	222.236,47	794.567,96	0,14	226.432,04	222.236,47	794.567,96	0,16	226.432,04
	50.824.420,00	49.381.466,47	7.897.765,94	41.117.871,85	7,34	8.263.594,62	7.882.209,18	39.832.501,13	8,03	9.548.965,34
	2.009.014,00	2.009.014,00	119.108,64	1.436.820,67	0,26	572.193,33	261.222,14	1.264.809,67	0,25	744.204,33
5.353.474,00	7.166.680,81	679.683,79	4.694.960,46	0,84	2.471.720,35	638.232,67	4.439.678,87	0,89	2.727.001,94	
2.942.717,00	4.951.274,00	429.755,87	4.338.448,76	0,77	612.825,24	506.514,23	4.257.691,41	0,86	693.582,59	
Formação de Recursos Humanos	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	129.600,00	377.477,98	10.394,04	82.260,83	0,01	295.217,15	31.491,76	56.592,79	0,01	320.885,19
Diffusão Cultural	2.261.157,00	1.837.928,83	239.533,88	274.250,87	0,05	1.563.677,96	100.226,68	125.394,67	0,03	1.712.534,16
Direitos da Cidadania	569.113,00	1.047.113,00	80.475,34	396.901,98	0,07	650.211,02	82.970,17	388.023,10	0,08	659.089,90
Administração Geral	388.413,00	848.413,00	80.186,59	386.441,88	0,07	461.971,12	80.186,59	378.532,88	0,08	469.880,12
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	180.700,00	198.700,00	288,75	10.460,10	0,00	188.239,90	2.783,58	9.490,22	0,00	189.209,78
Urbanismo	62.255.454,13	104.045.597,41	4.814.158,71	63.153.990,29	11,28	40.891.607,12	12.306.601,39	52.124.266,10	10,51	51.921.331,31
Administração Geral	25.249.923,82	27.464.682,85	3.662.131,92	21.829.314,51	3,90	5.635.368,34	4.469.670,60	20.683.277,59	4,17	6.781.405,26
Normalização e Fiscalização	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Tecnologia da Informação	200,00	200,00	0,00	75,00	0,00	125,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Formação de Recursos Humanos	92.500,00	742.500,00	52.288,00	614.624,38	0,11	127.875,62	89.048,40	412.654,45	0,08	329.845,55
Infra-Estrutura Urbana	111.000,00	859.233,50	0,00	370.849,53	0,07	488.383,97	0,00	316.974,17	0,06	542.259,33
Serviços Urbanos	36.699.830,31	73.276.981,06	1.099.738,79	38.879.568,15	6,94	34.397.412,91	7.610.716,02	29.830.619,29	6,01	43.446.361,77

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	646.456.470,00	741.482.733,88	77.991.146,43	517.619.229,16	92,43	96.107.704,85	455.097.701,81	286.385.032,07
Urbanismo	62.255.454,13	104.045.597,41	4.814.158,71	63.153.990,29	11,28	12.306.601,39	52.124.266,10	51.921.331,31
Recuperação de Áreas Degradadas	101.000,00	1.701.000,00	0,00	1.459.558,72	0,26	137.166,37	880.740,60	820.259,40
Habituação	1.798.788,00	2.387.188,00	408.802,14	1.239.512,33	0,22	258.907,92	1.021.570,67	1.365.617,33
Administração Geral	1.213.088,00	1.303.088,00	405.069,14	1.171.597,23	0,21	233.749,19	971.377,19	331.710,81
Habituação Urbana	585.700,00	1.084.100,00	3.733,00	67.915,10	0,01	25.158,73	50.193,48	1.033.906,52
Saneamento	66.972.365,00	81.232.154,03	8.108.699,88	67.644.105,14	12,08	9.626.525,22	49.099.176,54	32.132.977,49
Administração Geral	8.910.200,00	8.890.989,03	248.959,98	7.984.808,30	1,43	1.155.939,32	5.824.142,08	3.066.846,95
Saneamento Básico Urbano	56.982.165,00	72.226.165,00	7.847.559,90	59.615.666,84	10,65	8.470.585,90	43.258.660,62	28.967.504,38
Preservação e Conservação Ambiental	80.000,00	115.000,00	12.180,00	43.630,00	0,01	0,00	16.373,84	98.626,16
Gestão Ambiental	2.056.308,00	2.134.308,00	286.340,84	1.676.253,13	0,30	281.151,69	1.564.168,91	570.139,09
Administração Geral	1.970.308,00	2.048.308,00	280.472,59	1.648.669,94	0,29	281.151,69	1.542.453,97	505.854,03
Preservação e Conservação Ambiental	78.000,00	78.000,00	5.500,00	21.572,00	0,00	0,00	16.072,00	61.928,00
Controle Ambiental	8.000,00	8.000,00	368,25	6.011,19	0,00	0,00	5.642,94	2.357,06
Ciência e Tecnologia	133.000,00	3.218.940,38	0,00	1.824.640,39	0,33	579.863,58	902.740,12	2.316.200,26
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	133.000,00	3.218.940,38	0,00	1.824.640,39	0,33	579.863,58	902.740,12	2.316.200,26
Agricultura	2.772.088,00	3.233.654,39	447.055,70	2.285.495,63	0,41	417.640,44	2.184.831,32	1.048.823,07
Administração Geral	2.650.416,00	2.800.416,00	401.117,85	2.133.239,73	0,38	405.854,94	2.088.055,37	732.360,63
Saneamento Básico Rural	16.100,00	245.666,39	14.861,40	14.861,40	0,00	0,00	0,00	245.666,39
Extensão Rural	43.500,00	43.500,00	14.424,15	33.080,85	0,01	3.233,20	21.889,90	21.610,10
Promoção da Produção Agropecuária	58.000,00	140.000,00	16.634,80	103.856,15	0,02	8.534,80	94.428,55	45.571,45
Defesa Agropecuária	4.072,00	4.072,00	17,50	457,50	0,00	17,50	457,50	3.614,50
Indústria	416.000,00	2.164.400,00	236.937,91	1.916.609,22	0,34	346.859,08	1.559.319,46	605.080,54
Administração Geral	0,00	1.148.400,00	236.937,91	935.759,90	0,17	236.937,91	924.259,90	224.140,10
Promoção Industrial	400.000,00	1.000.000,00	0,00	980.849,32	0,18	109.921,17	635.059,56	364.940,44
Produção Industrial	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00
Comércio e Serviços	55.300,00	103.000,00	15.165,34	22.357,29	0,00	8.369,34	15.492,29	87.507,71
Administração Geral	14.100,00	74.800,00	15.165,34	22.357,29	0,00	8.369,34	15.492,29	59.307,71
Turismo	41.200,00	28.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.200,00
Desporto e Lazer	2.632.406,00	7.012.233,79	478.804,89	3.221.652,44	0,58	750.411,57	2.517.143,18	4.495.090,61
Administração Geral	2.381.106,00	2.811.754,29	263.422,86	1.779.160,62	0,32	336.445,67	1.687.988,65	1.143.785,64
Desporto de Rendimento	200.100,00	4.028.722,50	214.040,33	1.353.631,64	0,24	382.735,19	771.699,05	3.257.023,45
Desporto Comunitário	50.000,00	90.000,00	0,00	85.540,64	0,02	29.336,06	74.492,64	15.507,36
Lazer	1.200,00	81.757,00	1.341,70	3.319,54	0,00	1.894,65	2.982,84	78.774,16

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Encargos Especiais	646.456.470,00	741.482.733,88	77.991.146,43	517.619.229,16	92,43	96.107.704,85	455.097.701,81	91,72
Serviço de Divida Interna	20.291.560,00	18.277.860,00	2.835.334,06	14.998.161,85	2,68	3.143.895,00	14.993.615,49	3,02
Outras Transferências	13.697.560,00	11.696.560,00	1.952.429,94	9.041.354,61	1,61	1.952.429,94	9.041.354,61	1,82
Outros Encargos Especiais	3.550.000,00	3.557.300,00	690.299,02	3.431.068,63	0,61	690.299,02	3.430.335,99	0,69
Outros Encargos Especiais	3.044.000,00	3.024.000,00	192.605,10	2.525.738,61	0,45	501.166,04	2.521.924,89	0,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>								
	59.540.643,00	59.040.643,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Legislativa	53.132.321,00	56.566.881,00	7.257.730,10	42.393.102,99	7,57	8.303.782,59	41.062.079,35	8,28
Administração Geral	430.000,00	430.000,00	0,00	341.602,40	0,06	59.740,42	278.187,94	0,06
Administração Geral	410.000,00	410.000,00	0,00	326.930,93	0,06	57.319,38	266.174,53	0,05
Previdência do Regime Estatutário	20.000,00	20.000,00	0,00	14.671,47	0,00	2.421,04	12.013,41	0,00
Administração	5.028.520,00	6.149.702,11	930.342,93	4.940.336,87	0,88	1.057.723,31	4.816.069,81	0,97
Administração Geral	5.028.520,00	6.149.702,11	930.342,93	4.940.336,87	0,88	1.057.723,31	4.816.069,81	0,97
Segurança Pública	123.111,00	53.428,89	0,00	53.428,89	0,01	3.162,94	50.265,96	0,01
Administração Geral	123.111,00	53.428,89	0,00	53.428,89	0,01	3.162,94	50.265,96	0,01
Assistência Social	2.880.774,00	3.363.434,00	437.774,50	2.388.705,00	0,43	485.762,07	2.330.934,34	0,47
Administração Geral	2.806.238,00	3.233.238,00	431.450,78	2.308.387,19	0,41	476.276,49	2.250.616,53	0,45
Assistência Comunitária	74.536,00	130.196,00	6.323,72	80.317,81	0,01	9.485,58	80.317,81	0,02
Previdência Social	584.036,00	584.036,00	59.515,57	182.733,35	0,03	59.515,57	182.733,35	0,04
Administração Geral	584.036,00	584.036,00	59.515,57	182.733,35	0,03	59.515,57	182.733,35	0,04
Saúde	11.603.238,00	12.967.738,00	1.621.154,91	9.828.240,69	1,76	1.885.458,30	9.537.191,71	1,92
Administração Geral	1.056.735,00	925.735,00	101.577,11	694.132,64	0,12	120.811,76	670.428,94	0,14
Atenção Básica	5.461.629,00	7.616.629,00	937.322,53	5.742.846,09	1,03	1.066.410,40	5.606.051,11	1,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.894.461,00	3.234.961,00	411.691,30	2.498.159,51	0,45	500.264,63	2.395.015,79	0,48
Vigilância Sanitária	1.180.413,00	1.180.413,00	170.563,97	893.103,45	0,16	197.971,51	865.695,87	0,17
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	19.750.273,00	19.759.273,00	2.588.435,20	14.315.898,39	2,56	2.773.151,64	14.074.508,17	2,84
Ensino Fundamental	10.709.979,00	11.941.979,00	1.326.176,24	8.073.721,65	1,44	1.452.850,80	7.949.373,32	1,60
Educação Infantil	8.834.998,00	7.611.998,00	1.241.380,35	6.124.907,31	1,09	1.296.209,53	6.011.078,13	1,21
Educação Especial	205.296,00	205.296,00	20.878,61	117.269,43	0,02	24.091,31	114.096,72	0,02
Cultura	496.103,00	496.603,00	64.552,04	326.101,25	0,06	64.552,04	325.710,80	0,07
Administração Geral	496.103,00	496.603,00	64.552,04	326.101,25	0,06	64.552,04	325.710,80	0,07

Continuação 4/5



Continuação 5/5

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Direitos da Cidadania	53.132.321,00	56.566.881,00	7.257.730,10	42.393.102,99	7,57	8.303.782,59	41.062.079,35	15.504.801,65
Administração Geral	46.312,00	66.312,00	11.053,19	46.596,15	0,01	11.542,53	46.106,79	20.205,21
Urbanismo	46.312,00	66.312,00	11.053,19	46.596,15	0,01	11.542,53	46.106,79	20.205,21
Administração Geral	3.205.409,00	3.813.909,00	504.369,82	2.999.424,10	0,54	583.889,14	2.909.002,99	904.906,01
Administração Geral	3.205.409,00	3.813.909,00	504.369,82	2.999.424,10	0,54	583.889,14	2.909.002,99	904.906,01
Habituação	196.207,00	206.207,00	31.589,17	154.006,12	0,03	37.438,55	148.156,79	58.050,21
Administração Geral	196.207,00	206.207,00	31.589,17	154.006,12	0,03	37.438,55	148.156,79	58.050,21
Saneamento	2.271.798,00	2.296.798,00	60.000,00	1.980.004,96	0,36	306.585,96	1.536.695,33	760.102,67
Administração Geral	662.000,00	687.000,00	0,00	660.000,00	0,12	105.605,12	510.076,82	176.923,18
Saneamento Básico Urbano	1.609.798,00	1.609.798,00	60.000,00	1.320.004,96	0,24	200.980,84	1.026.618,51	583.179,49
Gestão Ambiental	235.533,00	187.533,00	26.702,50	134.144,84	0,02	26.702,50	134.144,84	53.388,16
Administração Geral	235.533,00	187.533,00	26.702,50	134.144,84	0,02	26.702,50	134.144,84	53.388,16
Agricultura	362.293,00	442.293,00	57.217,60	335.524,47	0,06	65.062,44	327.679,65	114.613,35
Administração Geral	362.293,00	442.293,00	57.217,60	335.524,47	0,06	65.062,44	327.679,65	114.613,35
Indústria	0,00	44.600,00	9.917,33	33.476,51	0,01	9.917,33	33.476,51	11.123,49
Administração Geral	0,00	44.600,00	9.917,33	33.476,51	0,01	9.917,33	33.476,51	11.123,49
Comércio e Serviços	0,00	300,00	70,68	208,13	0,00	70,68	208,13	91,87
Administração Geral	0,00	300,00	70,68	208,13	0,00	70,68	208,13	91,87
Desporto e Lazer	536.261,00	362.261,00	42.605,70	205.137,80	0,04	42.962,99	204.881,27	147.379,73
Administração Geral	536.261,00	362.261,00	42.605,70	205.137,80	0,04	42.962,99	204.881,27	147.379,73
Encargos Especiais	5.382.453,00	5.382.453,00	812.428,96	4.127.533,07	0,74	830.544,18	4.126.124,97	1.256.328,03
Serviço da Dívida Interna	5.382.453,00	5.382.453,00	812.428,96	4.127.533,07	0,74	830.544,18	4.126.124,97	1.256.328,03
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>699.588.791,00</b>	<b>798.049.614,88</b>	<b>85.248.876,53</b>	<b>560.012.332,15</b>	<b>100,00</b>	<b>104.411.487,44</b>	<b>496.159.781,16</b>	<b>301.889.833,72</b>

FONTE:

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK  
Contador CRC SC 037009/O-6

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO 2016 A OUTUBRO 2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>52.591.339,27</b>	<b>71.366.895,76</b>	<b>55.749.700,88</b>	<b>90.089.687,71</b>	<b>58.279.782,41</b>	<b>54.899.515,40</b>	<b>54.611.918,80</b>	<b>53.859.159,82</b>	<b>60.272.912,97</b>	<b>58.292.644,08</b>	<b>58.228.281,90</b>	<b>56.510.038,86</b>	<b>644.598.206,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.091.741,52	9.629.220,50	7.127.946,08	23.306.932,81	8.807.023,64	9.100.461,56	7.865.900,32	6.722.601,94	6.568.311,05	7.404.377,69	6.940.018,77	6.978.068,50	112.004.603,77
IPI/II	474.299,51	588.102,47	1.592.659,82	17.939.277,61	2.228.698,16	2.233.953,82	756.963,35	693.721,90	725.953,04	892.966,20	669.924,10	698.983,75	29.922.773,53
I.R.F.	1.587.052,16	3.846.557,03	1.776.639,71	1.531.143,58	1.549.720,95	1.391.653,42	1.640.193,69	1.683.194,69	1.559.697,60	1.617.432,31	1.600.815,85	1.656.635,49	20.511.000,00
I.S.S.	2.819.200,85	3.103.507,81	2.723.900,62	2.554.165,92	2.629.183,76	2.703.912,91	2.929.783,06	2.824.585,96	2.801.789,25	3.215.026,05	3.262.691,88	2.833.655,62	39.210.000,00
I.T.E.I.	882.716,21	1.696.597,52	434.633,08	854.715,84	922.740,60	688.142,57	918.982,77	828.855,36	1.055.159,34	1.131.665,56	813.935,87	1.358.236,47	12.260.000,00
Outras Receitas Tributárias	334.473,99	424.045,67	886.090,95	6.529.659,86	1.476.690,17	2.081.788,23	1.807.850,05	946.303,13	446.912,62	547.265,57	573.341,07	470.487,17	15.635.784,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.866.783,33	3.547.217,11	3.599.771,92	3.156.533,83	3.986.068,40	1.933.018,96	2.638.369,77	2.629.369,77	3.048.065,05	3.328.944,84	3.296.282,19	3.306.615,25	40.215.246,00
RECEITA PATRIMONIAL	292.106,05	5.606.152,25	6.689.647,64	6.894.690,51	3.437.033,23	3.089.141,74	1.944.996,95	3.246.476,41	7.827.384,15	5.567.596,62	6.111.123,59	2.457.825,84	46.190.563,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.687.023,09	4.551.296,53	4.015.590,95	3.884.585,14	4.905.758,13	4.593.075,20	5.046.947,29	4.865.402,89	4.815.928,11	5.165.194,49	4.981.749,57	4.846.480,23	54.174.887,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36.489.349,92	42.459.185,36	32.692.216,34	34.690.975,77	32.757.831,66	32.873.275,31	33.694.809,87	32.933.298,75	36.275.016,13	33.421.176,85	33.865.419,37	33.511.450,39	376.238.256,00
Cota-Parte do FPM	7.316.659,46	11.286.518,06	4.872.069,76	6.245.862,24	3.913.415,45	4.715.000,26	5.348.354,02	4.929.682,03	6.384.962,61	4.317.592,35	3.625.608,83	4.108.949,64	59.327.800,00
Cota-Parte do ICMS	12.887.896,08	14.184.124,14	13.230.037,30	11.719.594,07	12.280.461,10	12.753.460,43	11.668.319,07	12.256.928,99	12.314.977,78	12.568.106,24	13.746.323,12	12.984.686,02	132.300.000,00
Cota-Parte do IRPA	1.139.745,45	846.839,15	965.361,31	1.262.592,62	2.055.305,36	1.702.718,88	2.104.226,20	1.924.823,74	2.000.414,09	2.186.973,57	1.884.110,21	1.864.686,02	21.780.300,00
Cota-Parte do ITR	399,75	995,15	18,63	272,86	154,03	280,35	594,55	140,31	254,67	1.997,88	10.541,07	16.700,15	29.979,00
Outras Transferências Correntes	8.001.592,00	8.138.359,97	6.590.004,16	8.715.611,66	7.630.017,12	6.605.453,08	7.715.632,66	6.698.932,96	7.555.730,38	7.512.712,43	7.299.820,21	7.405.262,62	86.016.478,00
Transferências de LC 61/1969	196.476,13	209.031,78	165.803,51	162.317,67	143.269,59	172.666,46	162.320,91	163.203,96	183.338,90	171.562,36	183.246,73	231.284,22	2.417.000,00
Transferências de LC 87/1996	50.212,64	50.212,64	44.911,27	44.911,27	44.911,27	44.911,27	44.911,27	44.911,27	44.911,27	44.911,27	44.911,27	44.911,27	548.537,98
Transferências do FUNDEB	6.896.398,41	7.743.105,47	6.814.010,40	6.521.833,08	6.702.277,74	6.877.771,56	6.640.111,19	6.915.255,09	6.430.438,43	6.617.012,75	7.067.855,93	6.847.031,66	82.091.091,71
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.134.335,36	5.559.824,01	1.634.525,95	2.173.979,65	4.345.067,35	3.287.539,24	3.199.994,60	3.468.795,46	2.707.776,48	3.015.399,59	3.034.688,41	5.410.596,65	32.541.535,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>6.021.969,37</b>	<b>7.096.611,83</b>	<b>6.594.984,04</b>	<b>5.815.577,09</b>	<b>6.631.286,23</b>	<b>4.602.925,77</b>	<b>5.595.666,15</b>	<b>5.263.585,15</b>	<b>5.467.505,35</b>	<b>5.591.063,83</b>	<b>5.660.936,32</b>	<b>5.795.379,29</b>	<b>70.115.453,59</b>
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	233.696,30	468.237,20	0,00	442.069,68	434.172,32	203.376,28	231.177,42	278.447,63	299.386,33	221.397,94	296.148,85	443.222,42	4.056.500,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	1.463.306,92	1.781.817,01	2.739.345,98	1.465.039,79	2.467.375,55	516.673,57	1.505.322,77	1.121.515,62	1.467.881,02	1.501.375,44	1.495.239,07	1.498.935,12	21.786.727,00
Contrib.Servi.Ávio Civil PF-Fújima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.672,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Servi.Ávio Civil PF-Fújima	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.672,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB	4.316.273,68	4.827.443,74	3.855.640,06	3.891.105,92	3.696.507,10	3.877.869,92	3.865.812,96	3.863.621,90	3.670.239,00	3.869.290,45	3.863.221,75	3.863.221,75	42.672.436,00
Multas/Juros de Mora de Contrib.Patrimonia-PF	1.493,28	6.697,51	0,00	0,00	11.807,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.999,01
Multas/Juros de Mora de Contrib.Patrimonia-PF	209,19	2.616,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.804,00
Multas/Juros de Mora de Contrib.Servidor-PF	0,00	0,00	0,00	14.322,70	8.434,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.600,00
Multas/Juros de Mora de Contrib.Servidor-PF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.670,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) - (II)</b>	<b>46.569.369,90</b>	<b>64.300.283,93</b>	<b>49.154.716,84</b>	<b>74.277.160,62</b>	<b>51.648.496,18</b>	<b>50.296.589,63</b>	<b>49.015.250,48</b>	<b>48.595.573,67</b>	<b>54.805.016,62</b>	<b>52.711.580,25</b>	<b>52.567.345,58</b>	<b>50.714.657,57</b>	<b>596.070.272,00</b>

FONTE:

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

ANTONIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

EDILSON FERNANDO KOVALUK  
Controlador ORC SC 037009/046

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	105.302.436,00	105.302.436,00	91.808.971,55	85.993.251,73
Recarga de Contribuições dos Segurados	21.786.727,00	21.786.727,00	15.823.063,10	14.580.761,32
Civil	21.786.727,00	21.786.727,00	15.823.063,10	14.580.761,32
Ativo	21.521.897,00	21.521.897,00	15.596.200,81	14.401.677,35
Inativo	226.310,00	226.310,00	191.483,84	153.553,73
Pensionista	38.520,00	38.520,00	35.378,45	25.530,24
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	23.655.200,00	23.655.200,00	21.425.461,76	12.707.320,05
Civil	21.374.602,00	21.374.602,00	15.956.201,01	10.926.994,65
Ativo	21.374.602,00	21.374.602,00	15.956.201,01	10.926.994,65
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	2.280.598,00	2.280.598,00	5.469.260,75	1.780.325,40
Recarga Patrimonial	38.519.100,00	38.519.100,00	38.522.930,10	46.884.560,99
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	38.519.100,00	38.519.100,00	38.522.930,10	46.884.560,99
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	33.946,00	33.946,00	9.010,50	6.400,10
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	14.457.006,00	14.457.006,00	10.792.193,93	7.390.621,78
Outras Recargas Correntes	6.850.457,00	6.850.457,00	5.236.312,16	4.423.587,49
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	4.056.500,00	4.056.500,00	2.824.387,87	2.834.865,08
Demais Recargas Correntes	2.793.957,00	2.793.957,00	2.411.924,29	1.588.722,41
RECEITAS DE CAPITAL (II)	336.831,00	336.831,00	280.692,60	280.692,60
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	336.831,00	336.831,00	280.692,60	280.692,60
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>105.639.267,00</b>	<b>105.639.267,00</b>	<b>92.089.664,15</b>	<b>86.273.944,33</b>

Continua 1/3

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	1.590.855,12	2.190.855,12	1.099.745,24	3.369.461,92	625.241,16	1.991.749,36
Despesas Correntes	1.069.494,00	1.069.494,00	468.496,19	2.428.351,55	468.496,19	1.853.832,49
Despesas de Capital	521.361,12	1.121.361,12	631.249,05	941.110,37	156.744,97	137.916,87
PREVIDÊNCIA (V)	44.507.768,88	46.327.768,88	34.931.100,56	27.892.881,84	33.127.729,83	26.442.595,65
Benefícios - Civil	0,00	0,00	32.895.453,61	27.892.881,84	31.313.662,23	26.442.595,65
Aposentadorias	0,00	0,00	24.660.037,95	19.838.364,20	24.660.037,95	19.838.364,20
Pensões	0,00	0,00	4.222.573,88	3.641.835,80	4.222.573,88	3.641.835,80
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	4.012.841,78	4.412.881,84	2.431.050,40	2.962.395,65
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	44.507.768,88	46.327.768,88	2.035.646,95	0,00	1.814.067,60	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	44.507.768,88	46.327.768,88	2.035.646,95	0,00	1.814.067,60	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>46.098.624,00</b>	<b>48.518.624,00</b>	<b>36.030.845,80</b>	<b>31.262.343,76</b>	<b>33.752.970,99</b>	<b>28.434.345,01</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>59.540.643,00</b>	<b>57.120.643,00</b>	<b>56.068.818,35</b>	<b>55.011.600,57</b>	<b>58.336.693,16</b>	<b>57.839.599,32</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						59.040.643,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						-787,54
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			1.871,47			0,00
Investimentos e Aplicações			411.970.731,58		348.246.807,32	
Outros Bens e Direitos			0,00			0,00

Continua 2/3

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FONTE:  
JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK    ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Contador CRC SC 037009/O-6    Prefeito Municipal

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	129.509.845,69	137.610.385,11	137.876.677,49
DEDUÇÕES (II)	74.719.475,51	131.244.674,80	137.643.484,22
Disponibilidade de Caixa	74.255.808,90	130.826.410,22	137.145.175,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	115.335.216,30	150.742.396,20	158.547.630,92
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	41.079.407,40	19.915.985,98	21.402.455,48
Demais Haveres Financeiros	463.666,61	418.264,58	498.308,78
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	54.790.370,18	6.365.710,31	233.193,27
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>54.790.370,18</b>	<b>6.365.710,31</b>	<b>233.193,27</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>-6.132.517,04</b>	<b>-54.557.176,91</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-10.527.167,61</b>

FONTE:

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK  
Contador CRC SC 037009/O-6

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal



Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>628.804.302,00</b>	<b>550.822.822,67</b>	<b>492.053.568,30</b>
Receita Tributária	113.237.333,00	96.883.644,75	92.079.373,79
I.P.T.U.	26.200.970,00	28.170.372,75	23.720.529,76
I.S.S.	39.210.000,00	28.478.714,93	27.637.360,42
I.T.B.I.	12.260.000,00	9.018.127,46	9.477.511,48
I.R.R.F.	20.511.000,00	16.039.164,69	17.238.163,52
Outras Receitas Tributárias	15.055.363,00	15.177.264,92	14.005.808,61
Receita de Contribuição	89.267.166,00	73.012.828,02	54.979.778,06
Receitas Previdenciárias	59.898.933,00	48.040.718,79	34.678.703,15
Outras Contribuições	29.368.233,00	24.972.109,23	20.301.074,91
Receita Patrimonial Líquida	270.550,00	553.381,45	555.925,97
Receita Patrimonial	46.190.953,00	47.553.509,94	55.900.232,23
(-) Aplicações Financeiras	45.920.403,00	47.000.128,49	55.344.306,26
Transferências Correntes	335.565.820,00	297.412.005,72	280.847.034,19
F.P.M.	48.080.600,00	39.264.896,97	35.700.566,18
I.P.V.A	17.424.240,00	14.361.051,25	13.755.337,91
I.C.M.S.	105.840.000,00	100.433.796,10	99.228.708,26
Convênios	3.949.094,00	3.942.402,27	4.639.495,43
Outras Transferências Correntes	160.271.886,00	139.409.859,13	127.522.926,41
Demais Receitas Correntes	90.463.433,00	82.960.962,73	63.591.456,29
Dívida Ativa	9.386.060,00	5.105.737,67	4.130.008,15
Diversas Receitas Correntes	81.077.373,00	77.855.225,06	59.461.448,14
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>24.864.086,00</b>	<b>28.314.644,48</b>	<b>17.399.990,73</b>
Operações de Crédito (III)	19.750.000,00	19.790.128,41	11.675.123,62
Amortização de Empréstimos (IV)	716.831,00	616.729,84	606.574,47
Alienação de Ativos (V)	11.308,00	8.439,45	277.436,01
Transferências de Capital	4.385.947,00	7.899.346,78	4.840.856,63
Convênios	1.705.000,00	7.816.166,66	3.926.231,64
Outras Transferências de Capital	2.680.947,00	83.180,12	914.624,99
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>4.385.947,00</b>	<b>7.899.346,78</b>	<b>4.840.856,63</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>633.190.249,00</b>	<b>558.722.169,45</b>	<b>496.894.424,93</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>624.797.975,65</b>	<b>503.990.747,11</b>	<b>485.662.577,62</b>	<b>454.617.517,28</b>	<b>439.682.707,39</b>
Pessoal e Encargos Sociais	362.529.996,03	292.476.162,37	278.608.839,11	278.898.742,06	264.879.395,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	7.248.618,00	5.605.347,54	3.760.500,76	5.603.939,44	3.760.500,76
Outras Despesas Correntes	255.019.361,62	205.909.237,20	203.293.237,75	170.114.835,78	171.042.810,73
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>617.549.357,65</b>	<b>498.385.399,57</b>	<b>481.902.076,86</b>	<b>449.013.577,84</b>	<b>435.922.206,63</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>114.030.996,23</b>	<b>56.021.585,04</b>	<b>58.108.881,64</b>	<b>41.542.263,88</b>	<b>35.745.008,84</b>
Investimentos	104.200.101,23	48.458.044,90	48.291.453,48	33.978.723,74	25.927.580,68
Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	9.830.395,00	7.563.540,14	9.817.428,16	7.563.540,14	9.817.428,16
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>104.200.601,23</b>	<b>48.458.044,90</b>	<b>48.291.453,48</b>	<b>33.978.723,74</b>	<b>25.927.580,68</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>180.000,00</b>	-	-	-	-

Município de JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RESERVA DO RPPS (XVII)	59.040.643,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	780.970.601,88	546.843.444,47	530.193.530,34	482.992.301,58	461.849.787,31
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-147.780.352,88	11.878.724,98	-33.299.105,41	75.729.867,87	35.044.637,62
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	21.991.951,96	-	15.342.777,11	0,00
Superávit Financeiro	-	21.991.951,96	-	15.342.777,11	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-46.748.529,00	

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK  
Contador CRC SC 037009/O-6

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

**Município de JARAGUÁ DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO	Inscritos				Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos			Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+j)	Saldo Total L=(e+h)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Pagos (c)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)										
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	EXECUTIVO	764.330,57	23.720.885,35	22.447.333,62	966,99	2.036.925,31	3.270.075,37	20.829.597,30	14.902.966,90	14.765.996,27	5.776.190,58	3.557.485,82	5.594.411,13	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	762.787,23	23.706.981,67	22.435.429,94	966,99	2.035.381,97	3.270.075,37	20.578.029,80	14.857.799,40	14.520.828,77	5.769.790,58	3.557.485,82	5.592.887,79	
	CONTROLEADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	702.850,42	22.444.610,02	21.325.209,47	966,99	1.821.294,98	3.211.228,60	18.233.446,18	13.251.928,09	13.116.994,99	5.286.667,30	3.031.062,49	4.862.357,47	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-ASSEMFIAS	6.146,49	107.087,64	33.450,13	0,00	79.794,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.794,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.056.273,35	1.888.497,54	1.888.497,54	360.297,11	7.478,70	7.478,70	
	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.314,17	12.314,17	12.314,17	0,00	0,00	0,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	332,90	79,00	79,00	0,00	283,90	283,90	
	FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	262.223,77	261.758,17	465,60	0,00	2.000,00	225.889,83	192.473,03	192.473,03	31.403,00	4.012,80	4.012,80	
	FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL	0,00	3.320.494,64	3.320.494,64	0,00	0,00	1.930.383,59	5.056.674,01	3.210.575,59	3.209.332,04	2.976.280,08	799.475,48	799.475,48	
	GABINETE DO PREFEITO	75,32	594,00	0,00	0,00	75,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75,32	
	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	2.518,21	227.573,66	154.190,82	0,00	75.901,05	28.882,09	126.198,69	40.091,74	40.091,74	69.945,57	45.043,47	120.944,52	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	54.891,13	151.046,02	127.525,12	0,00	78.412,03	902,97	33.888,72	29.998,13	29.998,13	3.109,59	780,00	79.192,03	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	8.848,16	106.732,48	102.761,15	0,00	11.819,49	902,97	7.799,76	3.496,92	3.496,92	744,00	4.461,81	16.281,30	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	40.202,62	5.672.689,67	5.654.280,31	0,00	58.611,98	131.832,53	2.246.271,95	925.459,91	925.459,91	1.045.506,01	406.598,96	485.200,54	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REGISTRO	47.535,11	841.989,80	770.054,88	0,00	119.450,03	318.107,41	5.664,71	302.310,02	302.310,02	0,00	15.797,39	135.247,42	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	5.593,32	50.725,37	50.023,13	0,00	6.260,56	0,00	0,00	5.131,49	5.131,49	0,00	533,22	6.783,78	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	125.784,95	1.192.627,01	939.044,68	0,00	379.367,28	402.410,03	2.193.318,70	1.760.175,50	1.758.540,94	56.622,58	780.586,51	1.159.932,79	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	300,00	88.322,83	46.021,46	0,00	42.601,38	0,00	5.909,09	4.686,63	4.686,63	282,46	940,00	43.341,38	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	151.104,38	6.409.538,35	6.023.213,46	0,00	537.423,27	307.011,42	1.446.565,36	1.122.240,86	1.119.590,06	309.443,77	333.542,95	870.972,22	
	SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO	85.835,62	816.231,51	705.706,21	491,39	195.968,53	47.326,00	21.649,51	25.012,15	25.012,15	2,00	43.961,36	239.830,89	
	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	173.986,47	470.682,52	409.029,57	0,00	235.638,42	172.842,96	2.241.868,23	1.986.542,56	1.922.505,68	35,33	482.170,18	727.809,60	
	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	63,64	0,00	0,00	0,00	63,64	987,86	0,00	0,00	0,00	0,00	587,86	651,50	
	FUNDO MUNICIPAL DE PESQUISA DE SURDEZ	0,00	2.727.070,75	2.727.070,75	0,00	0,00	187.039,15	2.235.270,79	1.942.841,85	1.886.434,84	441.005,90	94.889,30	94.889,30	
	FUNDO MUNICIPAL DE PESQUISA DE PLANEJAMENTO URBANO	27.747,73	117.180,27	93.467,38	0,00	51.460,62	15.967,70	13.067,67	24.081,32	24.081,32	4.296,67	657,38	52.118,00	
	FUNDO MUNICIPAL DE PESQUISA DE PLANEJAMENTO URBANO	26.489,44	117.180,27	93.467,38	0,00	50.202,33	15.967,70	13.067,67	24.081,32	24.081,32	4.296,67	657,38	50.859,71	
	FUNDO MUNICIPAL DE PESQUISA DE PLANEJAMENTO URBANO	1.298,29	0,00	0,00	0,00	1.298,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.298,29	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL	17.550,28	130.128,34	9.125,99	0,00	138.552,63	6.434,00	283.923,75	171.555,12	171.511,92	32.831,13	66.014,70	204.367,33		
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL	10.469,57	122.348,03	9.125,99	0,00	138.552,63	6.434,00	283.923,75	171.555,12	171.511,92	32.831,13	66.014,70	204.367,33		
FUNDAÇÃO JARAGUENSE DE MEIO AMBIENTE - FJAMA	10.469,57	122.348,03	122.348,03	0,00	10.469,57	717,86	13.521,88	12.944,87	12.944,87	0,00	11.794,44	11.794,44		
FUNDAÇÃO JARAGUENSE DE MEIO AMBIENTE	10.469,57	122.348,03	122.348,03	0,00	10.469,57	717,86	13.521,88	12.944,87	12.944,87	0,00	1.294,87	1.294,87		
FUNDAÇÃO MUNDE ESPORTES E TURISMO JARAGUENSE	4.139,23	135.059,98	125.625,04	0,00	13.574,17	0,00	67.546,95	25.031,03	25.031,03	40.706,25	1.809,67	15.383,84		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO	4.139,23	135.059,98	125.625,04	0,00	13.574,17	0,00	67.546,95	25.031,03	25.031,03	40.706,25	1.809,67	15.383,84		
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	758.167,35	758.167,35	0,00	0,00	0,00	394.766,82	0,00	0,00	394.766,82	0,00	0,00		
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	758.167,35	758.167,35	0,00	0,00	0,00	394.766,82	0,00	0,00	394.766,82	0,00	0,00		
INSTITUTO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL JARAGUENSE	0,00	1.487,68	1.487,68	0,00	0,00	35.727,21	1.601.756,35	1.172.258,97	1.170.304,64	10.532,41	456.646,71	456.646,71		
INSTITUTO DE SEGURIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL JARAGUENSE	0,00	1.487,68	1.487,68	0,00	0,00	35.727,21	1.601.756,35	1.172.258,97	1.170.304,64	10.532,41	456.646,71	456.646,71		
LEGISLATIVO	1.543,34	11.903,68	11.903,68	0,00	1.543,34	0,00	251.567,50	245.167,50	245.167,50	6.400,00	1.543,34	1.543,34		
CÂMARA MUNICIPAL	1.543,34	11.903,68	11.903,68	0,00	1.543,34	0,00	251.567,50	245.167,50	245.167,50	6.400,00	1.543,34	1.543,34		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (III)	EXECUTIVO	130.593,59	17.222.482,10	9.516.621,06	7.776.296,03	60.126,60	1.692,50	10.906,01	4.519,60	4.519,60	1.627,75	6.151,16	66.279,76	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	130.593,59	17.222.482,10	9.516.621,06	7.776.296,03	60.126,60	1.692,50	10.906,01	4.519,60	4.519,60	1.627,75	6.151,16	6.151,16	66.279,76	
CONTROLEADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	129.424,12	16.954.626,68	9.248.765,64	7.776.296,03	59.988,13	1.393,44	10.906,01	4.519,60	4.519,60	1.627,75	5.822,10	5.822,10	64.811,23	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	64.587,61	21.363,08	0,00	59.988,13	1.393,44	10.906,01	4.519,60	4.519,60	1.627,75	5.822,10	5.822,10	64.811,23	
GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.153.568,30	2.396.147,23	2.757.421,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	185.390,19	93.869,75	91.600,44	-4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	0,00	207.385,02	100.559,41	106.325,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS	2.945,11	848.212,66	422.202,94	426.008,72	2.945,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.945,11	

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

Município de JARAGUÁ DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (mg) - (fi)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)				
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>											
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	130.563,59	17.222.482,10	9.516.621,06	7.776.296,03	60.128,60	1.692,50	10.606,01	4.519,60	4.519,60	1.627,75	6.151,16
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	129.424,12	16.954.626,68	9.248.765,64	7.776.296,03	60.128,60	1.692,50	10.606,01	4.519,60	4.519,60	1.627,75	6.151,16
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E REG. FUNDIÁRIA	16.347,03	1.233.956,13	606.613,26	636.342,88	56.988,13	1.363,44	10.606,01	4.519,60	4.519,60	1.627,75	5.822,10
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO	184,67	96.598,85	46.297,53	46.292,32	163.407,03	0,00	4.179,33	0,00	0,00	0,00	4.179,33
SECRETARIA MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL	35.158,64	871.179,68	436.025,65	435.154,03	35.158,64	1.287,37	0,00	0,00	0,00	0,00	1.287,37
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	0,00	66.725,43	32.207,33	34.518,10	0,00	76,07	0,00	0,00	0,00	0,00	76,07
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	1.009,92	6.416.347,93	4.016.878,23	2.394.469,70	1.009,92	0,00	279,33	0,00	0,00	0,00	279,33
SECRETARIA MUNICIPAL DO URBANISMO	73.725,55	911.233,31	608.891,15	371.977,15	3.290,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESG	53,00	705.444,77	344.912,18	360.532,59	53,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUN. INST. JOURDAN PESQ. PLANEJ. DES. URB. E ECON. S	131,78	9.232,00	9.232,00	0,00	0,00	0,00	6.147,35	4.519,60	4.519,60	1.627,75	0,00
FUN. INST. JOURDAN DE PESQ. E PLANEJ. AM. E C	131,78	43.000,36	43.000,36	0,00	131,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL	1.007,69	88.026,79	88.026,79	0,00	1.007,69	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL	1.007,69	88.026,79	88.026,79	0,00	1.007,69	6,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6,42
FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE - FI	0,00	33.565,59	33.565,59	0,00	0,00	322,64	0,00	0,00	0,00	0,00	322,64
FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE	0,00	33.565,59	33.565,59	0,00	0,00	322,64	0,00	0,00	0,00	0,00	322,64
FUNDAÇÃO MUNDE ESPORTES E TURISMO JARAC	0,00	91.662,52	91.662,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TURISMO	0,00	91.662,52	91.662,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>LEGISLATIVO</b>											
CÂMARA MUNICIPAL	0,00	10.600,16	10.600,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (II) = (I) + II:</b>	<b>884.894,16</b>	<b>40.943.367,45</b>	<b>31.963.954,68</b>	<b>7.777.253,02</b>	<b>2.087.053,91</b>	<b>3.271.767,87</b>	<b>20.840.203,31</b>	<b>14.907.486,50</b>	<b>14.770.515,87</b>	<b>5.777.818,33</b>	<b>3.563.636,98</b>

FONTE:

JARAGUÁ DO SUL, 28/11/2017

ANTONIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal

EDILSON FERNANDO KOVALUK  
Contador CRC SC 037009/O-6

**MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	108.082.870,00	108.082.870,00	86.173.164,99	79,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	33.180.370,00	33.180.370,00	31.673.315,56	95,46
1.1.1- IPTU	26.200.970,00	26.200.970,00	28.170.372,75	107,52
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	6.979.400,00	6.979.400,00	3.502.942,81	50,19
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	12.260.000,00	12.260.000,00	9.018.127,46	73,56
1.2.1- ITBI	12.260.000,00	12.260.000,00	9.018.127,46	73,56
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	42.131.500,00	42.131.500,00	29.442.557,28	69,88
1.3.1- ISS	39.210.000,00	39.210.000,00	28.478.714,93	72,63
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.921.500,00	2.921.500,00	963.842,35	32,99
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	20.511.000,00	20.511.000,00	16.039.164,69	78,20
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	216.454.779,00	216.454.779,00	194.175.009,23	89,71
2.1- Cota-Parte FPM	59.327.600,00	59.327.600,00	48.441.707,29	81,65
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	56.235.000,00	56.235.000,00	45.884.054,33	81,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	2.442.600,00	2.442.600,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	650.000,00	650.000,00	2.557.652,96	393,49
2.2- Cota-Parte ICMS	132.300.000,00	132.300.000,00	125.542.244,01	94,89
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	600.000,00	600.000,00	449.112,70	74,85
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	2.417.000,00	2.417.000,00	1.759.327,73	72,79
2.5- Cota-Parte ITR	29.879,00	29.879,00	31.304,50	104,77
2.6- Cota-Parte IPVA	21.780.300,00	21.780.300,00	17.951.313,00	82,42
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	324.537.649,00	324.537.649,00	280.348.174,22	86,38
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	10.835.338,00	10.835.338,00	9.853.824,79	90,94
5.1- Transferências do Salário-Educação	8.292.556,00	8.292.556,00	7.789.176,71	93,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.950.568,00	1.950.568,00	1.789.960,00	91,77
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.000,00	80.000,00	55.758,93	69,70
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	512.214,00	512.214,00	218.929,15	42,74
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	846.885,00	846.885,00	1.464.486,32	172,93
6.1- Transferências de Convênios	796.282,00	796.282,00	1.415.731,39	177,79
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	50.603,00	50.603,00	48.754,93	96,35
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	3.504.697,00	3.504.697,00	3.359.168,25	95,85
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	15.186.920,00	15.186.920,00	14.677.479,36	96,65

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	42.672.436,00	42.672.436,00	38.323.468,72	89,81
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	11.247.000,00	11.247.000,00	9.176.810,32	81,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	26.460.000,00	26.460.000,00	25.108.447,91	94,89
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	120.000,00	120.000,00	89.822,50	74,85
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	483.400,00	483.400,00	351.865,47	72,79
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	5.976,00	5.976,00	6.260,77	104,77
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	4.356.060,00	4.356.060,00	3.590.261,75	82,42
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	76.457.999,00	76.457.999,00	68.025.364,28	88,97
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	75.767.999,00	75.767.999,00	67.451.597,83	89,02
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	690.000,00	690.000,00	573.766,45	83,15
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	33.095.563,00	33.095.563,00	29.128.129,11	88,01

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	71.396.521,00	77.103.241,02	63.831.288,70	82,79	62.383.209,44	80,91
13.1- Com Educação Infantil	32.572.620,00	25.922.620,00	21.887.406,16	84,43	21.226.193,16	81,88
13.2- Com Ensino Fundamental	38.823.901,00	51.180.621,02	41.943.882,54	81,95	41.157.016,28	80,42
14- OUTRAS DESPESAS	5.061.478,00	6.111.478,00	3.665.678,61	59,98	3.657.030,65	59,84
14.1- Com Educação Infantil	2.517.933,00	4.667.933,00	2.544.723,48	54,51	2.544.723,48	54,51
14.2- Com Ensino Fundamental	2.543.545,00	1.443.545,00	1.120.955,13	77,65	1.112.307,17	77,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	76.457.999,00	83.214.719,02	67.496.967,31	81,11	66.040.240,09	79,36
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						2.806.720,02
17.1 - FUNDEB 60%						2.806.720,02
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						2.806.720,02
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						63.233.520,07
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						87,58
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						5,38
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						7,04
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						2.806.720,02
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 <sup>2</sup>						2.806.720,02
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	54.658.582,00	50.158.582,00	43.454.430,80	86,63	42.422.186,62	84,58
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	74.684.721,00	79.362.441,02	62.330.699,57	78,54	60.863.784,84	76,69
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	41.367.446,00	52.624.166,02	43.084.837,67	81,83	42.269.323,45	80,32
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	33.317.275,00	26.738.275,00	19.265.861,90	72,05	18.594.461,39	69,54
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	129.343.303,00	129.521.023,02	105.785.130,37	81,67	103.285.971,46	79,74
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						29.128.129,11
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						573.766,45
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						2.666.384,02
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						2.399.469,70
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						34.767.749,28
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						68.518.222,18
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						24,44
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	8.649.931,00	9.216.711,27	6.151.472,54	66,74	4.725.438,52	51,27
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.147.667,00	9.399.743,11	6.839.753,31	72,77	5.516.573,93	58,69
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	14.797.598,00	18.616.454,38	12.991.225,85	69,78	10.242.012,45	55,02
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	144.140.901,00	148.137.477,40	118.776.356,22	80,18	113.527.983,91	76,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		270.202,73		2.399.469,70		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		270.202,73		2.399.469,70		



Continuação 3/3

**MUNICÍPIO DE JARAGUA DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	10.769.633,80	1.705.574,67
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	67.451.597,83	7.789.176,71
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	73.196.676,97	58.153.365,99
48.1 Orçamento do Exercício	67.094.598,43	56.281.389,02
48.2 Restos a Pagar	6.102.078,54	1.871.976,97
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	573.766,45	126.962,34
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	5.598.321,11	(48.531.652,27)
51- (+) Ajustes	587.225,35	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	587.225,35	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	6.185.546,46	48.531.652,27

JARAGUA DO SUL, 28/11/2017

EDILSON FERNANDO KOVALIUK  
 Contador CRC SC 037009/O-6

ANTIDIO ALEIXO LUNELLI  
 Prefeito Municipal

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Joaçaba

## PREFEITURA

**06/2017 PMJ TA 02**

Publicação Nº 1442884

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2017/PMJ – TA 02

Aos 30 (trinta) dias do mês de novembro do ano de 2017, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como órgão gerenciador, representada neste ato pela Secretária, MARILENA ZANOELLO DETONI e a empresa TIAGO PIRES DE MELO - ME, estabelecida na Rua Severino Fuga, nº 117, fundos, Vila Pedrini, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.782.188/0001-56, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato por TIAGO PIRES DE MELO, portador do documento de identidade nº 4.434.562 e inscrito no CPF/MF sob o nº 041.284.089-80, celebram o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 06/2017/PMJ, firmada em 27/03/2017, originada do Processo de Licitação nº 14/2017/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 10/2017/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura, de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, do Cemitério Municipal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, das escolas e centros de educação infantil atendidos pela Secretaria Municipal de Educação de Joaçaba, SC., observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 1 e 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação, a contar do dia 1º de dezembro de 2017:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO ANTERIOR R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
1	Carga de gás GLP 45 kg	un	ULTRAGAZ	292,00	301,16
2	Carga de gás GLP 13 kg	un	ULTRAGAZ	66,00	70,68

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 06/2017/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 30 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Marilena Zanoello Detoni - Secretária

TIAGO PIRES DE MELO-ME  
TIAGO PIRES DE MELO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

## CALENDÁRIO 2018 DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 1442788

Prefeitura municipal de Joaçaba/SC  
Secretaria Municipal de Joaçaba  
CALENDÁRIO 2018 da rede municipal de ensino

Fevereiro 2018							
Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
5				1	2	3	4
6	5	6	7	8	9	10	11
7	12	13	14	15	16	17	18
8	19	20	21	22	23	24	25
9	26	27	28				

Março 2018							
Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
9				1	2	3	4
10	5	6	7	8	9	10	11
11	12	13	14	15	16	17	18
12	19	20	21	22	23	24	25
13	26	27	28	29	30	31	

Abril 2018							
Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
13							1
14	2	3	4	5	6	7	8
15	9	10	11	12	13	14	15
16	16	17	18	19	20	21	22
17	23	24	25	26	27	28	29
18	30						

Maio 2018							
Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
18		1	2	3	4	5	6
19	7	8	9	10	11	12	13
20	14	15	16	17	18	19	20
21	21	22	23	24	25	26	27
22	28	29	30	31			

Junho 2018							
Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
22					1	2	3
23	4	5	6	7	8	9	10
24	11	12	13	14	15	16	17
25	18	19	20	21	22	23	24
26	25	26	27	28	29	30	

Julho 2018							
Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
26							1
27	2	3	4	5	6	7	8
28	9	10	11	12	13	14	15
29	16	17	18	19	20	21	22
30	23	24	25	26	27	28	29
31	30	31					

Agosto 2018							
Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
31			1	2	3	4	5
32	6	7	8	9	10	11	12
33	13	14	15	16	17	18	19
34	20	21	22	23	24	25	26
35	27	28	29	30	31		

--	--	--	--	--	--	--	--

## Setembro 2018

Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
35						1	2
36	3	4	5	6	7	8	9
37	10	11	12	13	14	15	16
38	17	18	19	20	21	22	23
39	24	25	26	27	28	29	30

## Outubro 2018

Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
40	1	2	3	4	5	6	7
41	8	9	10	11	12	13	14
42	15	16	17	18	19	20	21
43	22	23	24	25	26	27	28
44	29	30	31				

## Novembro 2018

Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
44				1	2	3	4
45	5	6	7	8	9	10	11
46	12	13	14	15	16	17	18
47	19	20	21	22	23	24	25
48	26	27	28	29	30		

## Dezembro 2018

Nº	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sá	Do
48						1	2
49	3	4	5	6	7	8	9
50	10	11	12	13	14	15	16
51	17	18	19	20	21	22	23
52	24	25	26	27	28	29	30
1	31						

## CIENTIFICAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1442907

Processo Administrativo  
Portaria nº 936 de 13 de Abril de 2017.

Joaçaba, 23 de novembro de 2017.

## DESPACHO

Trata-se de Processo Administrativo aberto pela portaria supramencionada, com a finalidade de se apurar indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE, correspondente ao processo de Licitação nº 10/2016/FMS, pregão presencial n.º 06/2016/FMS.

A abertura do presente processo administrativo se deu em virtude do não fornecimento dos medicamentos Prednisolona e Diazepam pela empresa COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE.

Cumpridas as oitivas e a empresa apresentando sua defesa escrita, a comissão tomou como decisão final a aplicação de multa no valor de R\$ 21.057,34 (vinte e um mil, cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos), aplicando-se juntamente uma advertência.

Por se tratar de medicamento de fornecimento essencial da farmácia básica e também ao CAPS, a empresa deveria possuir em estoque,



pois é um objeto o qual foi vencedora na licitação para fornecê-lo, resultando desta forma em falta grave por parte da empresa vencedora da licitação, a qual atendeu de forma parcial o objeto licitado, não podendo o medicamento ser trocado por similar, pois estaria contrariando o edital.

Diante do explanado, tomo como decisão a aplicação das sanções administrativas previstas no item 11.1 do processo de licitação nº 10/2016/FMS, edital nº 06/2016/FMS, devido a empresa não atender a entrega dos medicamentos no prazo de até 10 (dez) dias, conforme item 1.2.4.1 do respectivo edital, falhando desta forma na execução do contrato.

Portanto, APLICA-SE assim, multa no valor de R\$200,00 duzentos reais por dia de atraso no fornecimento do medicamento, totalizando o valor de R\$ 21.057,34 (vinte e um mil, cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos) por se limitar em 20% (vinte por cento) do total registrado, conforme item 7.2 da Ata de Registro de Preços nº 05/2016/FMS/01. E cumulativamente com a multa, seja aplicada ADVERTÊNCIA conforme parecer da comissão, e de acordo com a Lei nº 8.666/93, artigo 87, §2º.

Intimem-se via Diário Oficial do Município.

Dê ciência à ré via Correios com Aviso de Recebimento.

Arquive-se.

Dioclésio Ragnini

Prefeito de Joaçaba

## CIENTIFICAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1442906

Processo Administrativo

Portaria nº 1.281 de 24 de julho de 2017.

Joaçaba, 23 de novembro de 2017.

### DESPACHO

Trata-se de Processo Administrativo, aberto pela portaria supramencionada, com a finalidade de proceder à análise de possível reconhecimento de dívida de exercício anterior referente ao pagamento junto ao credor GGNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA, em conformidade com documentos contábeis memorando n.º13/2017 e parecer jurídico.

A referida dívida é no valor de R\$ 2.782,89 (dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos), originários do processo Licitatório n.º77/2015/PMJ – Pregão Presencial n.º 49/2015/PMJ – cujo objeto era a contratação de empresa para provimento de acesso a internet no Município de Joaçaba, no âmbito do projeto Cidades Digitais do Ministério das Comunicações.

Conforme parecer jurídico de fl.02, por se tratar de débito de exercício anterior, deve ser observada a orientação do próprio TCE/SC no prejudgado nº1822, onde recomenda-se que seja realizada em processo administrativo específico a aferição da legitimidade das despesas de exercícios anteriores sem empenhamento ou liquidação.

Conforme informações do memorando n.º 13/2017, bem como relatório que foi emitido pelo setor de contabilidade da prefeitura, verifica-se a anulação de empenho. Verificou-se também a efetiva prestação de serviços a contento.

A comissão, diante da análise/apontamentos, entendeu que houve a efetiva prestação de serviço por parte da empresa, sendo atendido os pressupostos do pré-julgado do TCE n.º 1822, desta forma sugerindo que seja realizado o pagamento da referida nota.

Diante de exposto, acato à decisão da comissão. Solicito ao Setor de Contabilidade a liberação do empenho, e consequentemente o pagamento da referida nota.

Publique-se via Diário Oficial do Município.

Arquive-se.

Dioclésio Ragnini

Prefeito de Joaçaba

## CIENTIFICAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1442905

Processo Administrativo

Portaria nº 1.230 de 03 de julho de 2017.

Joaçaba, 23 de novembro de 2017.

### DESPACHO

Trata-se de Processo Administrativo, aberta pela portaria supramencionada, com a finalidade de se apurar indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa MIRANDA & MIRANDA LTDA, diante dos registros encaminhados pelo setor de compras e licitações, bem como, parecer jurídico, referente ao processo licitatório Pregão Presencial nº25/2015.

Realizada as oitivas, e a empresa renunciado o prazo para apresentar alegações finais, a comissão em seu parecer final sugeriu o arquivamento do respectivo processo tendo em vista a empresa não ter descumprido suas obrigações contratuais até o momento.

Diante dos relatos dos servidores, não se verifica o descumprimento contratual, não sendo tipificada qualquer infração. Desta forma, mantenho o entendimento da comissão e solicito o arquivamento do presente processo administrativo.

Publique-se.

Arquive-se.

Dioclésio Ragnini

Prefeito de Joaçaba

**CIENTIFICAÇÃO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 1442904

Processo Administrativo

Portaria nº 1.038 de 28 de Abril de 2017.

Joaçaba, 23 de novembro de 2017.

DESPACHO

Trata-se de Processo Administrativo aberto pela portaria supra-mencionada, com a finalidade de se apurar indícios de descumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa ANB FARMA, correspondente ao processo de Licitação nº 10/2016/FMS, Pregão Presencial nº 06/2016/FMS.

Citada em 10 de maio de 2017 via Diário Oficial do Município, não apresentou defesa, ou qualquer retorno quanto à tipificação.

Desta forma, a comissão de Processo Administrativo orientou em seu relatório final a aplicação de multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em face a empresa supracitada, em consonância ao edital do processo licitatório em questão.

Por se tratar de medicamento de fornecimento obrigatória por parte da municipalidade aos usuários, resulta-se em falta grave por parte da empresa vencedora da Licitação, a qual atendeu de forma parcial o objeto licitado, desta forma, APLICA-SE cumulativamente a suspensão/impedimento da empresa ANB FARMA de licitar com o Município pelo prazo de 12 meses, conforme Art. 7º da Lei 10.520/2002, com multa no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Intimem-se via Diário Oficial do Município.

Encaminhe-se o Documento de Arrecadação Municipal para a empresa com os valores e discriminação do motivo da cobrança.

Dê ciência à ré via Correios com Aviso de Recebimento.

Incluam-se os dados da empresa ANB FARMA no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/ CEIS/ CNEP.

Arquive-se.

Dioclésio Ragnini  
Prefeito de Joaçaba

**RESOLUÇÃO Nº 23, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442787

RESOLUÇÃO Nº 23, de 24 de Novembro de 2017.

Aprova o Calendário escolar da Rede Municipal de Ensino de Joaçaba.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião Ordinária do dia 20 de novembro de 2017, pelo Parecer nº 25/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Calendário escolar para o ano letivo de 2018 da Rede Municipal de Ensino de Joaçaba.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba-SC, 24 de Novembro de 2017.

Janete D'Agostini  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

**RESOLUÇÃO Nº 016/2017-CMAS-JBA**

Publicação Nº 1442315

RESOLUÇÃO Nº 016/2017-CMAS-JBA

Aprova o Plano Municipal de Assistência Social de Joaçaba-SC para o exercício de 2018 a 2021.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal 4281 de 2012 e de acordo com a Reunião extraordinária do Conselho, realizada em 15 de outubro de 2013.

CONSIDERANDO:

Ser condição aos municípios para o repasse de recursos, a efetiva instituição do Plano Municipal de Assistência Social, conforme a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Art. 30;

As orientações da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS/2012, em seu capítulo III;

Que o Plano de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 na perspectiva do SUAS;

Que a elaboração do Plano é de responsabilidade do órgão gestor da Política que o submete à aprovação do Conselho de Assistência Social reafirmando o princípio democrático e participativo;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Plano Municipal de Assistência Social - 2018 a 2021, anexo, apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, apreciada e deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Ivone Zanatta  
Presidente do CMAS

**RESOLUÇÃO Nº 10/2017 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 1442938

RESOLUÇÃO Nº 10/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

“DISPÕE SOBRE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO MÊS DE DEZEMBRO DE 2017”

A Secretária de Educação de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer, através da presente Resolução, os critérios de funcionamento da Secretaria de Educação no mês de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Será realizado recesso no período de 18 a 31/12 para os professores efetivos do Magistério Municipal, bem como auxiliares de creche, diretores de escola e assistentes de direção. Os mesmos fruirão férias a partir de 02/01/2018.

Art. 3º - Serão consideradas férias coletivas no período de 18 a



31/12, para professores temporários e auxiliares de serviços internos (temporários e efetivos). Para os funcionários que não possuem período aquisitivo completo, as férias serão concedidas de forma proporcional.

Parágrafo Único – Os demais casos serão tratados individualmente.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 30 de Novembro de 2017.

Marilena Zanoello Detoni  
Secretária Municipal de Educação

---

## PLASS

---

### **AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017/PLASS PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017/PLASS**

Publicação Nº 1442936

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL – PLASS  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017/PLASS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017/PLASS

Objeto: Fornecimento de medicamentos, conforme o interesse dos segurados do PLASS para o exercício de 2018, mediante desconto em folha de pagamento. Forma de julgamento: maior desconto global em relação ao valor máximo cobrado ao consumidor de acordo com a Tabela ABCFARMA. Credenciamento e entrega de envelopes: até 14h do dia 18/12/2017. Processamento do Pregão: às 14h do dia 18/12/2017 nas dependências do PLASS, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do edital: PLASS, situado na Avenida XV de novembro, 378, Centro, Joaçaba em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário das 13h às 19h ou site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação desse aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao PLASS, no endereço acima citado, pelo telefone 049 3527 8804 ou pelo e-mail: [plassjba@gmail.com](mailto:plassjba@gmail.com).

Joaçaba (SC), 30 de novembro de 2017  
JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

**BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO/2017**

Publicação Nº 1442933

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Outubro  
Página: 1

**Santa Catarina**  
**PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada



RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>416.587,07</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>292.794,97</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	228.443,40	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	<b>285.987,96</b>
RECEITA PATRIMONIAL	99.948,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.209,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5,64	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	279.778,72
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	88.189,87	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	<b>6.807,01</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.807,01
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>317.503,89</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>289.066,07</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.708,32	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	27.175,25
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	292.795,57	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	261.890,82
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>15.234.297,92</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>15.386.527,84</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	15.234.297,92	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	15.386.527,84
<b>TOTAL</b>	<b>15.968.388,88</b>	<b>TOTAL</b>	<b>15.968.388,88</b>

Joacaba, 23/11/2017

IVONE ZANATTA  
Presidente

JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO  
Contador

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS 06/2017**

Publicação Nº 1442363

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0005/2017

Autorizo por meio desta, a empresa T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA a iniciar os serviços de coleta, transporte e destinação final em aterro sanitário de lodo desidratado e estabilizado proveniente da estação de tratamento de esgoto – ETE - de HERVAL D'OESTE/SC, classificado como RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE II – A (NÃO PERIGOSOS) pertinente ao Processo Licitatório JHL 0060/2017, Pregão Presencial JHL 0050/2017, Protocolo JHL 2136/2017 formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0109/2017, de 22 de novembro de 2017. O valor total ora contratado é aquele consignado na proposta apresentada e declarada como vencedora no Processo de Licitação, ou seja, R\$ 271,50 (duzentos e setenta e um reais e cinquenta centavos) por tonelada, com prazo de execução de 60 (sessenta) dias corridos, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 30 de novembro de 2017.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

Contratado: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Responsável: Cleber Marques de Oliveira  
Gerente de Engenharia

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA ERRATA JHL 388/2017**

Publicação Nº 1441782

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ERRATA

Na portaria JHL 388/2017, publicada em 20.11.2017, edição 2389, p. 473, fica retificado:

Onde lê-se "referente aos seguintes afastamentos: 02.10.2017 à 11.10.2017; 25.10.2017 à 29.10.2017; 03.11.2017 à 04.11.2017 e 05.11.2017 à 03.05.2017", retificar por "referente aos seguintes afastamentos: 02.10.2017 à 11.10.2017; 25.10.2017 à 29.10.2017; 03.11.2017 à 04.11.2017 e 05.11.2017 à 03.05.2018".

Joaçaba-SC 30 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin/Diretor Presidente

Ciente:

Carina Daiana Recalcatti

**PORTARIA JHL 403/2017**

Publicação Nº 1442415

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 403/2016 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Helison Carvalho Ferreira (Matr. 171), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref.D-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.10.2016 a 30.09.2017, para serem fruídas no período de 15.12 a 29.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 404/2017**

Publicação Nº 1442421

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 404/2017 DE 30.11.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Leandro de Paula (Matr. 172), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.D-1, referente ao período aquisitivo de 01.10.2016 a 30.09.2017, para serem fruídas no período de 13.12.2017 à 22.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 13 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo César Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 405/2017**

Publicação Nº 1442435

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 405/2017 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Christiano Luiz Amâncio Ferreira (Matr. 138), ocupante do Cargo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.G-2, referente ao período aquisitivo de 01.02.2016 a 31.01.2017, para serem fruídas no período de 15.12.2017 à 29.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro

de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 15 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 406/2017**

Publicação Nº 1442452

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 406/2017 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, a Servidora Elizete Aparecida Bisatto (Matr. 90), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, P-1, N-2, Ref.I-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28.06.2016 a 27.06.2017, para serem fruídas no período de 20.12.2017 à 29.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2016.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 407/2017**

Publicação Nº 1442458

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 407/2017 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Jonas da Silva (Matr. 112), ocupante do Cargo de Operador de Máquinas, P-4, N-2, Ref.C-4, referente ao período aquisitivo de 01.08.2016 a 31.07.2017, para serem fruídas no período de 04.12.2017 à 13.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 408/2017**

Publicação Nº 1442462

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 408/2017 DE 30.11.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Vanderlei Nunes Ferreira (Matr. 190), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Pedreiro, P-4, N-1, Ref. B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 11.01.2016 a 10.01.2017, para serem fruídas no período de 20.12.2017 à 29.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003. .

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo César Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 409/2017**

Publicação Nº 1442468

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 409/2017 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Osmar Zampirão (Matr. 107), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Operador de ETA, P-6, N-2, Ref.D-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07.01.2016 a 06.01.2017, para serem fruídas no período de 11.12.2017 à 25.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 410/2017**

Publicação Nº 1442482

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 410/2016 DE 30.11.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao

Servidor Almir Penteado (Matr. 110), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-2, Ref. D-4, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.10.2016 a 30.09.2017, para serem fruídas no período de 04.12 à 23.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Novembro de 2017.  
Paulo César Lamin  
Diretor Presidente

## PORTARIA JHL 411/2017

Publicação Nº 1442491

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 411/2017 DE 30.11.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Hélio Pereira de Moraes (Matr. 154), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-1, Ref.E-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.08.2016 a 31.07.2016, para serem fruídas no período de 01.12 à 20.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Novembro de 2017.  
Paulo César Lamin  
Diretor Presidente

## PORTARIA JHL 412/2017

Publicação Nº 1442500

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 412/2016 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Darci de Lima (Matr. 62), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Operação, P-2, N-3, Ref.A-8, referente ao

período aquisitivo compreendido entre 08.11.2016 a 07.11.2017, para serem fruídas no período de 11.12.2017 à 30.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Novembro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

## PORTARIA JHL 413/2017

Publicação Nº 1442506

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 413/2017 DE 30.11.2017

Paulo César Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Valcir José de Oliveira (Matr. 50), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Encanador, P-4, N-2, Ref.D-6, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14.09.2016 a 13.09.2017, para serem fruídas no período de 11.12 à 30.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Novembro de 2017.  
Paulo César Lamin  
Diretor Presidente

## PORTARIA JHL 414/2017

Publicação Nº 1442513

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 414/2017 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Raimundo Kerschbaumer (Matr. 164), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Informática, P-4, N-1, Ref.D-1, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09.06.2016 a 08.06.2017, para serem fruídas no período de 11.12.2017 a 30.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar



nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 415/2017**

Publicação Nº 1442520

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 415/2017 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Rodrigo Mariana (Matr. 180), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Agente Administrativo, P-3, N-1, Ref.C, referente ao período aquisitivo de 24.03.2016 a 23.03.2017, para serem fruídas no período de 11.12 à 30.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 416/2017**

Publicação Nº 1442555

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 416/2017 DE 30.11.2017

Paulo César Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, 30 (trinta) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Osni José Galdino (Matr. 99), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Vigilante, P-2, N-2, Ref G-5, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01.10.2016 a 30.09.2017, para serem fruídas no período de 01 a 30.12.2017, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Novembro de 2017.

Paulo César Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 417/2017**

Publicação Nº 1442351

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 417/2017 DE 30.11.2017

Patrícia Callegari Warken, Diretora Adjunta do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Paulo Cesar Lamin, Químico, conforme Memorando JHL 324/2017 de 16 de novembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 02.06.2014 à 01.06.2015 de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Novembro de 2017.

Patrícia Callegari Warken  
Diretora Adjunta

#### **PORTARIA JHL 418/2017**

Publicação Nº 1442334

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 418/2017 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 24 (vinte e quatro) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Helison Carvalho Ferreira, Mecânico de Manutenção, conforme requerimento protocolado sob nº 3039/2017 de 06 de novembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.10.2015 à 30.09.2017, de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA JHL 419/2017**

Publicação Nº 1442314

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 419/2017 DE 30.11.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Inter-municipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias



de licença-prêmio do(a) Servidor(a) Almir Penteado, Auxiliar de Operações, conforme requerimento protocolado sob nº 3038/2017 de 06 de novembro de 2017, referente ao período aquisitivo de 01.10.2016 à 30.09.2017 de acordo com o Art. 80 A, parágrafo único da Lei Complementar 76/2003 de 11 de dezembro de 2003. Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de Novembro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

## **PORTARIA JHL 420/2017**

Publicação Nº 1443032

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 420/2017 01.12.2017

“REVERTE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Reverter, o senhor Luiz Carlos Callai, para exercer o cargo de Auxiliar de Operações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Diretoria Técnica, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n. 76 de 11 de dezembro de 2003 e n. 193 de 06 de setembro 2010, com base no artigo 25 e 26, mediante parecer da junta médica oficial.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 01 de dezembro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

## **PREGÃO JHL 0077/2017 AQUISIÇÃO MOTOCICLETA**

Publicação Nº 1439688

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0089/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0077/2017  
PROTOCOLO JHL3223/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0077/2017 – Licitação 0089/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de: Objeto: AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA MÍNIMO DE 150 CV + CAPACETE + BAÚ TRASEIRO, QUE SERÁ UTILIZADA PELO SETOR COMERCIAL PARA EXECUÇÃO DE LEITURAS E DEMAIS ATIVIDADES ATENDENDO AOS USUÁRIOS DOS MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 09h00min do dia 14/12/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 14/12/2017 às 09h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados

no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 01/12/2017 a 14/12/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 28 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

## **PREGÃO PRESENCIAL 0071/2017 - SIMAE**

Publicação Nº 1441651

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0083/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0071/2017  
PROTOCOLO JHL 3117/2017

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0071/2017 – Licitação 0083/2017, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de: Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CLORO GÁS E DICLOROISOCIANURATO DE SÓDIO A SEREM UTILIZADOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO A SER EFETUADO PELO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 14h00min do dia 14/12/2017 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 14/12/2017 às 14h10min, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 01/12/2017 a 14/12/2017.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 30 de novembro de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

# José Boiteux

## PREFEITURA

### Lei 1129/2017

Publicação Nº 1442447

Lei nº 1.129, de 30 de novembro de 2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina.

Faço Saber a todos Habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular a importância de R\$309.618,94 (trezentos e nove mil seiscentos e dezoito reais e noventa e quatro centavos) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

03	Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0000.2009	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
3329000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 14.000,00
3469000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
04	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0401.1002	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
0020.0606.0401.2014	Manutenção da Secretaria de Agricultura	
3319000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 7.000,00
06	Secretaria da Educação Cultura e Desporto	
001	Secretaria da Educação Cultura e Desporto	
0012.0365.0601.1004	Construção, Ampliação e Reforma de Cei's	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01010000	Recursos Ordinários - 25% Educação	R\$ 5.000,00
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01010000	Recursos Ordinários - 25% Educação	R\$ 5.000,00
0012.0365.0601.2017	Manutenção do Ensino Infantil	
3319000000000000	Aplicacoes Diretas	
01180000	Transferencias FUNDEB 60%	R\$ 40.000,00
01190000	Transferencias FUNDEB 40%	R\$ 80.000,00
07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
0026.0782.0701.1005	Investimentos para a Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
0026.0782.0701.1006	Reurbanização do Sistema Viário	
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 12.098,94
08	Secretaria do Índio	
001	Secretaria do Índio	
0014.0423.0801.2026	Integração e Assistência do Índio	
3319000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 7.000,00
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 18.000,00
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 3.000,00

09	Fundo Municipal de Assistência Social	
001	Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0243.0901.2036	Manutenção do Conselho Tutelar	
3319000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 4.000,00
10	Fundo de Habitação de Interesse Social	
001	Fundo de Habitação de Interesse Social	
0016.0481.1001.2032	Manutenção da Habitação Rural	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.500,00
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.500,00
0016.0482.1001.2034	Manutenção da Habitação Urbana	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.500,00
0016.0482.1001.2034	Manutenção da Habitação Urbana	
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 1.500,00
11	Fundo da Infância e Adolescência	
001	Fundo da Infância e Adolescência	
0008.0243.1101.2033	Apoio a Criança e ao Adolescente	
3335000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 50.000,00
12	Fundo Municipal da Defesa Civil	
001	Fundo Municipal da Defesa Civil	
0006.0182.1201.2035	Manutenção do Fundo Municipal da Defesa Civil	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 11.720,00
13	Fundo Municipal do Idoso	
001	Fundo Municipal do Idoso	
0008.0241.1301.2037	Fundo Municipal do Idoso	
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.1007	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	
3449000000000000	Aplicacoes Diretas	
01020000	Recursos Ordinários - 15% Saúde	R\$ 5.000,00
01380006	Pmaq (rab-pmaq-sb) (ab)	R\$ 6.800,00
3339000000000000	Aplicacoes Diretas	
01020000	Recursos Ordinários - 15% Saúde	R\$ 5.000,00
TOTAL		R\$309.618,94

Art. 2º Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux a seguir descritas:

06	Secretaria da Educacao Cultura e Desporto	
001	Secretaria da Educacao Cultura e Desporto	
0012.0361.0601.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	
3319000000000000	Aplicacoes Diretas	
01180000	Transferencias FUNDEB 60%	R\$ 40.000,00
01190000	Transferencias FUNDEB 40%	R\$ 80.000,00
03	Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administracao e Financas	
0004.0123.0301.2005	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	
3319000000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 37.818,94
06	Secretaria da Educacao Cultura e Desporto	

001	Secretaria da Educacao Cultura e Desporto	
0012.0361.0601.2016	Manutenção da Secretaria de Educação	
331900000000000	Aplicacoes Diretas	
01010000	Recursos Ordinários - 25% Educação	R\$ 40.000,00
0012.0361.0601.2019	Manutenção do Transporte Escolar	
331900000000000	Aplicacoes Diretas	
01010000	Recursos Ordinários - 25% Educação	R\$ 35.000,00
07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
001	Secretaria de Obras e Servicos Publicos	
0026.0782.0701.2024	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Publicos	
331900000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 60.000,00
0017.0512.0704.2015	Manutenção da Coleta de Lixo	
331900000000000	Aplicacoes Diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2030	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
333900000000000	Aplicacoes Diretas	
01380006	Pmaq (rab-pmaq-sb) (ab)	R\$ 6.800,00
TOTAL		R\$309.618,94

Art. 3º Esta Lei entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 30 de novembro de 2017.

Jonas Pudewell  
Prefeito Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 266/2017 - AUTO ELITE - PML

Publicação Nº 1442651

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 266/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: AUTO ELITE LTDA. inscrita no CNPJ sob nº 83.270.397/0004-01, estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 532, Bairro Coral, CEP 88502-255, Lages/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 257/2017, correlato ao Pregão Eletrônico nº 309/2017, aberto em 06/11/2017 e homologado em 29/11/2017.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de um Veículo automotivo 1.0 para Atividades do PROERD.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do presente Contrato;

2.2 Da Execução: da data da assinatura do contrato, até 31/12/2017;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 30 (trinta) dias a contar da data da solicitação. Local: Rua Benjamin Constant, 13 Centro Lages/SC;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).

Lages, 29 de novembro de 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 41/2017 - SOMEVAL - SMS

Publicação Nº 1442649

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 41/2017 PML – PE 309/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 83.706.788/0001-83, estabelecida na Rodovia BR 101, KM 336 S/N Edif. Bairro São João. CEP 88.78-352. Tubarão/SC.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 257/2017, correlato ao Pregão Eletrônico nº 309/2017, aberto em 06/11/2017 e homologado em 29/11/2017.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Aquisição de um Veículo SUV para Vigilância Epidemiológica.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: contar-se-á da data da assinatura do Contrato,

decorrente;

2.2 Da Execução: da data da assinatura do contrato, até 31/12/2017;

2.3 Da Entrega(s)/Local(is): em até 10 (dez) dias a contar da data da solicitação da Secretaria da Saúde, na Praça Leoberto Leal, 20, Centro – anexo ao Pronto Socorro Municipal de Lages;

2.4 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso; definitivamente, após a verificação de qualidade e consequente aceitação;

2.5 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2017. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

3.1 O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 96.500,00 (noventa e seis mil e quinhentos reais)

Lages, 29 de novembro de 2017.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

### PP 110/2017 PML, PP 109/2017 PML, PP 22/2017 FMASH, PP 09/2017 SEMASA, PE 315/2017 SMS, TP 03/2017 SEMASA

Publicação Nº 1442512

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 110/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Atendimento Médico Hospitalar, Materiais de Limpeza e Equipamentos de Proteção Individual para uso do Corpo de Bombeiros na Cidade de Lages.

Abertura: 13/12/2017 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 43.674,02

Modalidade: Pregão Presencial 109/2017 PML

Objeto: Locação de Barracão destinado à Coordenação de Segurança e Trânsito – DIRETRAN.

Abertura: 14/12/2017 às 09h

Valor Estimado Mensal: R\$ 5.333,33

Modalidade: Pregão Presencial 22/2017 FMASH

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Eletrodomésticos e Equipamentos Eletrônicos para utilização no Centro POP e nos CREAS I, II e III da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Abertura: 14/12/2017 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 99.297,93

Modalidade: Pregão Presencial 09/2017 SEMASA

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos, sendo os produtos pertinentes aos itens 1, 2, 3 e 5 acompanhados dos respectivos equipamentos em caráter de Comodato, para o Tratamento da Água - exercício 2018.

Abertura: 15/12/2017 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 1.741.230,00

Modalidade: Pregão Eletrônico 315/2017 SMS

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para

Fornecimento de Água Mineral para a Secretaria da Saúde.

Abertura: 19/12/2017 às 09h

Valor Estimado: R\$ 47.533,20

Modalidade: Tomada de Preços 03/2017 SEMASA

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para Execução dos Serviços de Coleta, Transporte e Destinação do Lodo da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) da SEMASA.

Abertura: 19/12/2017 às 09h

Valor Estimado: R\$ 136.032,72

Da retirada dos Editais: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 01 de dezembro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda



# Laguna

## PREFEITURA

### EXTRATOS 2017.7

Publicação Nº 1442753

CONTRATO: TERMO DE CONTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2016 - PML

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: ELAINE CRISTINA MATTOS - ME

OBJETO: O objeto deste Contrato é a contratação dos serviços de "PORTARIA E FISCAIS DE RONDA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA"

VIGÊNCIA: Este contrato vigorará até o dia 30 de novembro de 2017.

VALOR TOTAL: R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).

CONTRATO: Nº 041/2017 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: UNITÁ VEÍCULOS LTDA

OBJETO: aquisição de dois veículos automotores.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2017

VALOR TOTAL: R\$ 76.600,00 (setenta e seis mil e seiscentos reais).

CONTRATO: Nº 099/2017 – PML

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: MÉTRICA GEOENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços técnicos de engenharia para atualização da base cartográfica e do cadastro técnico imobiliário do município de Laguna, contemplando 500 (quinhentas) unidades pelo valor unitário de R\$ 15,00 (quinze reais) por unidade, totalizando R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará por 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

VALOR TOTAL: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

CONTRATO: CONTRATO DE COMODATO 002/2017 - PML

COMODATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

COMODANTE: COMISSÃO COMUNITÁRIA DE BANANAL

OBJETO: A COMODANTE é legítima proprietária de um imóvel localizado na Estrada Geral do Bananal, Laguna/SC, matriculado sob o nº 10.241, com área de 7.744 m² e uma edificação não averbada de 116,77m², e, pelo presente instrumento, a COMODANTE cede em COMODATO ao COMODATÁRIO o referido imóvel.

VIGÊNCIA: O contrato ora firmado terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data de assinatura do mesmo, podendo ser renovado com a anuência de ambas as partes.

CONTRATO: CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 47/2017 - FMS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ULTRA VIDA DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA – ME

OBJETO: O CREDENCIADO compromete-se a prestar o(s) serviço(s) de exames de diagnósticos por imagem

VIGÊNCIA: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 1(um) ano, podendo ser renovado por igual período

VALOR TOTAL: R\$ 463.260 (Quatrocentos e sessenta e três mil duzentos e sessenta reais).

CONTRATO: CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2017 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MANOEL JOSE CARVALHO FERNANDES - ME

OBJETO: O CREDENCIADO compromete-se a prestar o(s) serviço(s) de exames de diagnósticos por imagem

VIGÊNCIA: O prazo de execução do presente Termo de Credenciamento será de 1(um) ano, podendo ser renovado por igual período

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 070/2014 - FMS

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONVENIENTE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Convênio nº 070/2014 – PML até o dia 25/11/2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 016/2016 - PML

MUNICÍPIO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E SERVIÇOS PÚBLICOS

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA RODOVIÁRIA MUNICIPAL DE LAGUNA - AEROL

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Convênio nº 016/2016 – PML até o dia 11/09/2018.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2015 - PML

LOCATÁRIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LOCADOR: MARILENE RIBEIRO JOAQUIM AGUIAR

ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 007/2015 - PML até o dia 31/12/2018.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016 - FIV

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO IRMÃ VERA

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

ADITIVO DE VALOR: Em face da padronização das coberturas das apólices, conforme anexos a este Termo Aditivo, houve acréscimo de valor ao Contrato na importância de R\$ 260,94 (duzentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos) totalizando o contrato em R\$ 971,12 (novecentos e setenta e um reais e doze centavos).

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016 - FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

ADITIVO: CLÁUSULA SEGUNDA

Em face da exclusão dos itens descritos na cláusula primeira houve restituição à CONTRATANTE do valor de R\$ 255,02 (duzentos e cinquenta e cinco reais e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

Em face da inclusão dos itens descritos na cláusula primeira houve acréscimo de valor ao Contrato na importância de R\$ 1.260,18 (um mil duzentos e sessenta reais e dezoito centavos).

CLÁUSULA QUARTA

Em face da padronização das coberturas das apólices, conforme anexos a este Termo Aditivo, houve restituição de valor ao Contrato na importância de R\$ 49,65 (quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos).

CLÁUSULA QUINTA

Em face das alterações mencionadas nas cláusulas terceira e quarta houve um acréscimo ao Contrato do valor de R\$ 1.212,53 (mil duzentos e doze reais e cinquenta e três centavos).

CLÁUSULA SEXTA Em face das supressões e inclusões descritas nas cláusulas supra, este termo aditivo é no valor de R\$ 955,51 (novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) totalizando o contrato em R\$ 9.370,49 (nove mil trezentos e setenta

reais e quarenta e nove centavos).

#### CLÁUSULA SÉTIMA

E, por estarem todos de acordo, firmam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato.

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
ADITIVO: CLÁUSULA SEGUNDA

Em face da inclusão dos itens descritos na cláusula primeira houve acréscimo de valor ao Contrato na importância de R\$ 2.294,31 (dois mil duzentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Em face da padronização das coberturas das apólices, conforme anexos a este Termo Aditivo, houve diminuição no valor ao Contrato na importância de R\$ 250,30 (duzentos e cinquenta reais e trinta centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA

Em face das alterações mencionadas nas cláusulas terceira e quarta houve um acréscimo ao Contrato no valor de R\$ 2.044,01 (dois mil e quarenta e quatro reais e um centavo), totalizando o contrato em R\$ 18.612,64 (dezoito mil seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos).

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2016 - PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
ADITIVO: CLÁUSULA SEGUNDA

Em face da exclusão dos itens descritos na cláusula primeira houve restituição à CONTRATANTE do valor de R\$ 280,57 (duzentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Em face da inclusão dos itens descritos na cláusula primeira houve acréscimo de valor ao Contrato na importância de R\$ 1.567,09 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais e nove centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA

Em face da padronização das coberturas das apólices, conforme anexos a este Termo Aditivo, houve acréscimo de valor ao Contrato na importância de R\$ 2.027,55 (dois mil e vinte e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

#### CLÁUSULA QUINTA

Em face das alterações mencionadas nas cláusulas terceira e quarta houve um acréscimo ao Contrato do valor de R\$ 3.594,64 (três mil quinhentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos).

#### CLÁUSULA SEXTA

Em face das supressões e inclusões descritas nas cláusulas supra, este termo aditivo é no valor de R\$ 3.314,47 (três mil trezentos e quatorze reais e quarenta e sete centavos), totalizando o contrato em R\$ 39.624,68 (trinta e nove mil seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos).

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2016 - FIV

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO IRMÃ VERA

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 001/2016 – FIV até o dia 10/11/2018.

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016 - FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 001/2016 – FIV até o dia 10/11/2018.

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2016 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 001/2016 – FIV até o dia 10/11/2018.

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 030/2016 - PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
ADITIVO DE VALOR: O Valor total da prestação do serviço será de R\$ 39.624,68 (trinta e nove mil seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos) devendo ser pago em 03 (três) parcelas  
ADITIVO DE PRAZO: Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 001/2016 – FIV até o dia 10/11/2018.

#### QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2014 - PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: JBEDOC DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS  
ADITIVO DE PRAZO: Fica acrescido ao Contrato para o exercício até 31/12/2017, o valor de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

#### CONTRATO Nº 098/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 36.469,98 (Trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 30 (trinta) dias a contar de 01/10/2017, ou até a data da assinatura do Contrato oriundo do Pregão nº 026/2017, o que ocorrer primeiro.

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2017 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

ADITIVO DE CORREÇÃO: Fica acordado entre as partes, mediante análise dos preços estabelecidos no pregão presencial n. 002/2017 - FMS, o cancelamento do item 157/Lote 105: "Agulhas para acupuntura caixa com 1000 - 0,25x30mm"

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2017 - FIA

CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CONVENENTE: ASSOSSICAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

ADITIVO DE VALOR: Fica estabelecido no Convênio 003/2017 - FIA o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) abatidos os 20% previstos pela Resolução n. 137 - CONANDA, supracitada, totalizando assim, o valor real de R\$ 32.000,00 (Trinta e dois mil reais) a ser utilizado pela CONVENENTE.

#### QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2016 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

ADITIVO DE PRAZO: Em conformidade com o Memorando nº 365/2017 (Secretaria de Obras e Transportes) e Ofício nº 293/EE/2017 (CONTRATADA) e pareceres em anexo, os quais são parte integrante deste aditivo, fica prorrogada a vigência deste contrato até o dia 20/06/2018.

ADITIVO DE VALOR: Fica estabelecido que o valor do contrato para este período será no valor máximo de R\$ 1.611.509,88 (um milhão seiscentos e onze mil quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos), representando R\$ 179.056,65 (cento e setenta e nove mil e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) mensais, nos termos do já contido na cláusula primeira no primeiro termo aditivo deste contrato, em conformidade com o processo administrativo nº 0125.0005083/2016.

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017 – PML

COMPROMISSÁRIO: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

COMPROMITENTE: RINALDO GAZOLA CARDOSO - ME  
VALOR TOTAL: R\$ 313.200,00 (Trezentos e treze mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

CONTRATO Nº 001/2017 – FIA

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

CONTRATADA: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM  
VALOR TOTAL: O pagamento se dará em até 4 (quatro) parcelas de R\$ 3.475,00 (três mil quatrocentos e setenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será de 1 (um) ano a partir da data de sua assinatura

CONTRATO Nº 021/2017 – FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM  
VALOR TOTAL: R\$ 13.900,00 (Treze mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será de 1 (um) ano a partir da data de sua assinatura

CONTRATO Nº 050/2017 – FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL

VALOR TOTAL: R\$ 17.536,67 (Dezessete mil quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos)

VIGÊNCIA: O início dos trabalhos dar-se-á a partir da assinatura do contrato, com o prazo para execução dos mesmos, em 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado a pedido da CONTRATANTE por conveniência administrativa fundamentada pela CONTRATADA.

CONTRATO Nº 101/2017 – PML

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: AMVT CONSTRUÇÕES LTDA - ME

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA A PAVIMENTAÇÃO DE TRECHO DA ESTRADA GERAL DE RIBEIRÃO PEQUENO  
VALOR TOTAL: R\$ 105.916,75 (cento e cinco mil novecentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)

VIGÊNCIA: A vigência do Contrato será de 120 (cento e vinte dias) dias corridos a contar da assinatura deste.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº097/2017 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S/A

ADITIVO DE VALOR: Nos termos do processo administrativo nº 0125.0005058/2017 e documentos anexos a este Termo Aditivo, fica acrescido ao Contrato nº 097/2017 – PML a importância de R\$ 93.350,47 (noventa e três mil trezentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos), representando um acréscimo no percentual de 24,90% (vinte e quatro vírgula noventa por cento).

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 - FLAMA

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE

CONTRATADA: AUTO POSTO GONÇALVES LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro, passa a ser R\$ 4,099 (quatro reais e nove centavos) para Gasolina Comum.

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2017 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: AUTO POSTO GONÇALVES LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS busca fazer constar que o preço a

ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro, passa a ser R\$ 4,099 (quatro reais e nove centavos) para Gasolina Comum.

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017 - FMAS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA: AUTO POSTO GONÇALVES LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro, passa a ser R\$ 4,099 (quatro reais e nove centavos) para Gasolina Comum.

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017 - FUNREBOM

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUMREBOM

CONTRATADA: AUTO POSTO GONÇALVES LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro, passa a ser R\$ 4,099 (quatro reais e nove centavos) para Gasolina Comum.

TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017 - PML

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

CONTRATADA: AUTO POSTO GONÇALVES LTDA

ADITIVO DE VALOR: O objeto deste TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS busca fazer constar que o preço a ser praticado, em face do reequilíbrio econômico financeiro, passa a ser R\$ 4,099 (quatro reais e nove centavos) para Gasolina Comum.

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 18/2017

TERMO: CONSIDERANDO o processo administrativo 0125.0005248/2017, o MUNICÍPIO DE LAGUNA, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Osvaldo Cabral, nº 140, Centro, CNPJ nº 82.928.706/0001-82, Inscrição Estadual isenta, em Laguna/SC, representado pelo Prefeito Municipal MAURO VARGAS CANDEMIL, de outro lado, GP INDUSTRIA E COMERCIO DE PLACAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.314.355/0001-20, com sede na Rod. SC 438, S/N, KM 210, Gravatal/SC, representada no presente instrumento pelo Sr. GILANDRO JOSE CORRÊA DOS PASSOS, inscrito no CPF sob o nº 075.409.419-79, RESOLVEM: CANCELAR, a partir de 16 de novembro de 2017 a Ata de Registro de Preço nº 018/2017.

TERMO DE CONCESSÃO DE USO N. 001/2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONCESSIONÁRIO: PORCADA SUMMER EVENTOS LTDA ME

OBJETO: O presente instrumento tem como objeto a Concessão de Usoda Praça Seival, localizada na Av. Maurílio Kfourri, e parte do logradouro da Av. Maurílio Kfourri, no Bairro Mar Grosso, conforme croqui anexo ao processo administrativo 0125.0003861/2017, a fim de instalar estrutura para eventos que se realizarão na temporada de verão 2017/2018, entre os dias 15 de dezembro de 2017 e 31 de janeiro de 2018, período necessário para a realização dos eventos, montagem dos equipamentos e limpeza.

VALOR: A CONCESSIONÁRIA pagará a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a título de taxa de concessão de uso de espaço público, mediante guia que será expedida no ato da assinatura deste termo

TERMO DE FOMENTO 001/2017 - PML

PARTES: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTES E FUNDAÇÃO HERMON



**OBJETO:** O objeto do presente TERMO DE FOMENTO compreende o repasse de valores do MUNICÍPIO à FUNDAÇÃO HERMON relativo ao custeio do transporte dos atletas do projeto "HERMON FUTSAL", conforme plano de trabalho apresentado junto ao Processo Administrativo nº 0125.0000068/2017

**VALOR:** O valor do presente Termo de Fomento é de R\$ 27.626,00 (vinte e sete mil seiscentos e vinte e seis reais), o qual será pago em 4 (quatro) parcelas de R\$ 6.906,50 (seis mil novecentos e seis reais e cinquenta centavos), o qual custeará todas as despesas elencadas no plano de trabalho apresentado

**VIGÊNCIA:** O prazo estabelecido para a execução deste Termo será contado a partir da data de sua assinatura, incluindo-se o custeio de eventuais ações já constantes do plano de trabalho anteriormente aprovado, com término em 31 de dezembro de 2017.

**TERMO DE FOMENTO 002/2017 - PML/FIA**

**PARTES:** FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DE LAGUNA

**OBJETO:** O objeto do presente TERMO DE FOMENTO compreende o repasse de valores do MUNICÍPIO à ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DE LAGUNA relativo ao custeio do projeto "FORMATURA DO PROERD", conforme plano de trabalho apresentado junto ao Processo Administrativo nº 0125.0005295/2017 e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) – Resolução 09/2017 – CMDCA e Ata nº 13/2017 - CMDCA

**VALOR:** R\$ 12.361,50 (doze mil trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos)

**VIGÊNCIA:** O prazo estabelecido para a execução deste Termo será contado a partir da data de sua assinatura, incluindo-se o custeio de eventuais ações já constantes do plano de trabalho anteriormente aprovado, com término em 31 de dezembro de 2017.

**TERMO DE FOMENTO 003/2017 – PML (FIA)**

**PARTES:** FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DE LAGUNA

**OBJETO:** O objeto do presente TERMO DE FOMENTO compreende o repasse de valores do MUNICÍPIO à ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DE LAGUNA relativo ao custeio do projeto "EXECUÇÃO DO PROERD 2018"

**VALOR:** R\$ 21.550,00 (Vinte e um mil quinhentos e cinquenta reais)

**VIGÊNCIA:** O prazo estabelecido para a execução deste Termo será contado a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2018.

C.E.I. Pequeno Príncipe (Cabeçuda).

§ 1º O C.E.I. Irmã Vera (Pontas das Pedras) será atendido no C.E.I. Profª. Laurení Vieira de Souza (Vila Vitória).

§ 2º As salas de aulas atenderão os alunos com faixas etárias variadas, dependendo da demanda de cada Centro de Educação Infantil.

Art. 3º - Ficam estabelecidos os locais e períodos para as inscrições e a seleção das crianças:

I – As inscrições serão realizadas nos Centros de Educação Infantil que atenderão ao Programa Colônia de Férias e cuja criança frequenta.

II – O período de inscrição será no dia 07 e 08 de dezembro de 2017.

III – O processo de seleção das crianças será realizado pela Equipe Gestora no dia 11 de dezembro de 2017.

IV – A lista de resultados das crianças selecionadas e a lista de espera, em ordem de classificação, serão divulgadas no dia 13 de dezembro de 2017, nos Centros de Educação Infantil.

Art. 4º - No ato da inscrição, os pais e/ou responsáveis deverão apresentar os seguintes documentos:

I – Cópia da Carteira de Trabalho ou do contracheque atualizado dos pais ou responsáveis. Não apresentando trabalho formal, deverá ser preenchida a declaração de renda bruta familiar dos pais ou responsáveis, conforme modelo emitido pela Secretaria de Educação e Esportes.

Art. 5º - Se o número de inscrição for superior à capacidade de atendimento do Centro de Educação Infantil, fica estabelecido, para a seleção das crianças, o critério da menor renda per capita, cujos pais ou responsáveis trabalhem no mês de janeiro, no município de Laguna.

Art. 6º - A criança que não comparecer ao Centro de Educação Infantil, até o dia 10 de janeiro de 2018, bem como, aquela que apresentar 02 (dois) dias consecutivos de faltas, sem apresentação de uma justificativa por escrito ou atestado médico a equipe gestora, perderá o direito à vaga, sendo substituída por outra criança, observando-se a classificação da lista de espera.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação e Esportes poderá expedir normas complementares, quando se fizer necessário.

Art. 8º - Casos omissos serão resolvidos pela Equipe Gestora junto a Secretaria de Educação e Esportes.

Art. 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada as disposições em contrário.

Laguna, 29 de novembro de 2017.

Karmensita Almeida da Rocha Cardoso  
Secretária de Educação e Esportes

## PORTARIA SEDUC 04/2017

Publicação Nº 1442942

PORTARIA SEDUC Nº 04/2017

A Secretária de Educação e Esportes, no uso de suas atribuições legais, resolve estabelecer critérios operacionais para o Programa de Colônia de Férias a ser desenvolvido nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

Art. 1º - O Programa Colônia de Férias será desenvolvido no período de 08 a 26 de janeiro de 2018, com o objetivo de ampliar o período de atendimento na Educação Infantil.

Parágrafo Único – O atendimento decorrente do Programa Colônia de Férias somente será para alunos matriculados no ano de 2017 e que preencherem os requisitos estabelecidos no artigo 4º.

Art. 2º - O atendimento do Programa de Colônia de Férias será prestado em 04 (quatro) Centros de Educação Infantil:

C.E.I. Profª. Laurení Vieira de Souza (Vila Vitória);

C.E.I. Pequeno Cisne – CAIC (Portinho);

C.E.I. Padre Augustinho (Progresso);

# Lajeado Grande

## CÂMARA MUNICIPAL

### EDITAL DE CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação Nº 1442697

PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDADOS CLASSIFICADOS NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2017, HOMOLOGADO PELO EDITAL DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2017, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Lajeado Grande-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, as disposições da Lei Orgânica do Município e disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Lajeado Grande, faz saber a todos, que ficam convocados a se apresentarem junto ao setor de recursos humanos da Câmara de Vereadores de Lajeado Grande-SC, com prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação, para a posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Legislativo Municipal, os seguintes candidatos classificados no Concurso Público n. 001/2017:

Nome	Cargo	Classificação
Poliana Rissi	Agente Administrativo	1º
Katia Regina da Silva	Auxiliar Legislativo	1º

Os candidatos acima relacionados deverão apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Câmara de Vereadores os seguintes documentos:

- I – Carteira de Identidade;
- II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Certidão de Nascimento ou Casamento;
- V – Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
- VI – Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
- VII – 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
- VIII – Número de Inscrição no PIS/PASEP;
- IX – Carteira de Trabalho – CTPS;
- X - Comprovante de escolaridade;
- XI - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
- XII - Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
- XIII - Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
- XIV – Conta Bancária junto ao Banco do Brasil;
- XV - Declaração de bens e fontes de renda;

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

Os candidatos empossados e nomeados entrarão em exercício iniciando-se o estágio probatório nos termos do artigo 41 da Constituição Federal.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lajeado Grande-SC, em 01 de dezembro de 2017.

JURACI ANTÔNIO XAVIER  
Presidente da Câmara

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 185/2017

Publicação Nº 1442585

DECRETO Nº 185/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 266.000,00 (Duzentos e sessenta e seis mil reais), para reforço do seguinte item Orçamentário:

10 - HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE  
 10.01 - Hospital Municipal Henrique Lage  
 2.016 - Manutenção das Atividades do Hospital  
 3.1.90.00.00.00.0106 ..... Aplicação Direta .....  
 ..... R\$ 266.000,00  
 Total .....  
 ..... R\$ 266.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 0106 – Recursos de Impostos 15% Saúde

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
 VALDIR FONTANELLA  
 Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
 Sec. Administração, Fin. e Planej.

### DECRETO Nº 186/2017

Publicação Nº 1442591

DECRETO Nº 186/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), para reforço do seguinte item Orçamentário:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES  
 04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.020 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 3.1.90.00.00.00.0134 ..... Aplicação Direta .....  
 ..... R\$ 300.000,00  
 2.022 - Manutenção do Ensino Infantil  
 3.1.90.00.00.00.0134 ..... Aplicação Direta .....  
 ..... R\$ 300.000,00  
 Total .....  
 ..... R\$ 600.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 0134 – Transferências do Fundeb.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
 VALDIR FONTANELLA  
 Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
 Sec. Administração, Fin. e Planej.

### DECRETO Nº 187/2017

Publicação Nº 1442593

DECRETO Nº 187/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA), DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), para reforço do seguinte item Orçamentário:

07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
 2.015 - GERENCIAMENTO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE  
 3.1.90.00.00.00.0003...Aplicação Direta .....  
 ..... R\$ 250.000,00  
 TOTAL .....  
 ..... R\$ 250.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 0003 - Recursos de Impostos 15% Saúde

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.



LAURO MÜLLER, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 411/2017**

Publicação Nº 1441915

PORTARIANº 411/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JAQUELINE CRISTIANE PANDINI, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 412/2017**

Publicação Nº 1441921

PORTARIANº 412/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ANA PAULA LOCATELLI, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 413/2017**

Publicação Nº 1441924

PORTARIANº 413/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 414/2017**

Publicação Nº 1441928

PORTARIANº 414/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública HELOISA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 415/2017**

Publicação Nº 1441929

PORTARIANº 415/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública GISELE PAZ CIPRIANO, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 416/2017**

Publicação Nº 1441931

PORTARIANº 416/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DANIELLY SPRICIGO DA SILVA, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 417/2017**

Publicação Nº 1441935

PORTARIANº 417/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARINETE APARECIDA CORREA DOS SANTOS, elevando de Professora MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 418/2017**

Publicação Nº 1441940

PORTARIANº 418/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DAIANI DA SILVA REDIVO MAZON, elevando de Professora MAG - LP – 4A para MAG - LP – 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 419/2017**

Publicação Nº 1441943

PORTARIANº 419/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DEYSE CITADIN PEREIRA, elevando de Professora MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 420/2017**

Publicação Nº 1441945

PORTARIANº 420/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública BRUNA RAMOS GAZOLA, elevando de Professora MAG - LP - 4B para MAG - LP - 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 421/2017**

Publicação Nº 1441947

PORTARIANº 421/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública PAULA ROSSI GABRIEL, elevando de Professora MAG - LP - 1B para MAG - LP - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 422/2017**

Publicação Nº 1441948

PORTARIANº 422/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública TANIA RUZZA TOURNIER, elevando de Professora MAG - LP - 4A para MAG - LP - 4B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 423/2017**

Publicação Nº 1441950

PORTARIANº 423/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ESTER ANTUNES FERREIRA, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 424/2017**

Publicação Nº 1442106

PORTARIANº 424/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública VANESSA MARIOT PEDRO, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 425/2017**

Publicação Nº 1442107

PORTARIANº 425/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSINETE APARECIDA BAGIO FERNANDES, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 426/2017**

Publicação Nº 1442108

PORTARIANº 426/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública HELLEN VASIELEVSKI PESCADOR, elevando de Professora MAG - LP – 4C para MAG - LP – 4D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 427/2017**

Publicação Nº 1442109

PORTARIANº 427/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LUCAS LUCIANO MEDEIROS, elevando de Professora MAG - LP – 4B para MAG - LP – 4C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 428/2017**

Publicação Nº 1442112

PORTARIANº 428/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARCIA CARBONI, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 429/2017**

Publicação Nº 1442115

PORTARIANº 429/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JANAINA VIEIRA, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 430/2017**

Publicação Nº 1442116

PORTARIANº 430/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública AURIMAR MOTTA, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 431/2017**

Publicação Nº 1442117

PORTARIANº 431/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CHEILA CHAGAS VICENTE LOLE, elevando de Professora MAG - LP – 1B para MAG - LP – 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 432/2017**

Publicação Nº 1442118

PORTARIANº 432/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ALINE RIGHETTO TASCA, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 433/2017**

Publicação Nº 1442123

PORTARIANº 433/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública IONES DAS GRAÇAS VELHO, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 434/2017**

Publicação Nº 1442124

PORTARIANº 434/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CARLA DE FÁTIMA BEZ BATTI CARBONI, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 435/2017**

Publicação Nº 1442126

PORTARIANº 435/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ANDREZA GONÇALVES MARTINS COAN, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 436/2017**

Publicação Nº 1442128

PORTARIANº 436/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CLEMAR PACHECO, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 437/2017**

Publicação Nº 1442130

PORTARIANº 437/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 438/2017**

Publicação Nº 1442131

PORTARIANº 438/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CLÁUDIA CITADIN RIBEIRO, elevando de Professora MAG - LP – 1A para MAG - LP – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 439/2017**

Publicação Nº 1442135

PORTARIANº 439/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública HENRIQUE SILVESTRE, elevando de Professora MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 440/2017**

Publicação Nº 1442137

PORTARIANº 440/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública JULIANA PINHEIRO DA SILVA ASSUNÇÃO, elevando de Professora MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 441/2017**

Publicação Nº 1442310

PORTARIANº 441/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSANE DA SILVA ANTUNES MANARIN, elevando de Professora MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 442/2017**

Publicação Nº 1442313

PORTARIANº 442/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública MARINA SPRICIGO CITADIN, elevando de Professora MAG - LP - 1D para MAG - LP - 1E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 443/2017**

Publicação Nº 1442319

PORTARIANº 443/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública DÉBORA CRISTINA BITTENCOURT, elevando de Professora MAG - LP - 1A para MAG - LP - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 444/2017**

Publicação Nº 1442324

PORTARIANº 444/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública GIZELLI NAZARO FERREIRA, elevando de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MAG - ST - 1B para MAG - ST - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 445/2017**

Publicação Nº 1442327

PORTARIANº 445/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública VALDIRENE ALVES ESPINDOLA, elevando de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MAG - ST - 1A para MAG - ST - 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 446/2017**

Publicação Nº 1442331

PORTARIANº 446/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública ROSANE BUS, elevando de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MAG - ST - 1B para MAG - ST - 1C, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 447/2017**

Publicação Nº 1442333

PORTARIANº 447/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública CARLA APARECIDA DIAS, elevando de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MAG - ST – 1C para MAG - ST – 1D, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 448/2017**

Publicação Nº 1442338

PORTARIANº 448/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública SCHIRLEI SCHMITZ DE OLIVEIRA PEREIRA, elevando de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil MAG - ST – 1A para MAG - ST – 1B, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 449/2017**

Publicação Nº 1442342

PORTARIA Nº 449/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 304/2017, de 21 de Julho de 2017, que concedeu licença sem vencimentos à servidora pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, MARGARIDA GONÇALVES LUCIANO, ocupante do cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 450/2017**

Publicação Nº 1442346

PORTARIANº 450/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.491/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, ROSIANE DE BONA SCHRAIBER, Farmacêutica, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 451/2017**

Publicação Nº 1442350

PORTARIANº 451/ 2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público 002/2016 – Resultado Final das Provas, Homologado em 07/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JÉSSICA CRUZ CEHELLA, aprovada em 1º lugar no Concurso Público – Edital nº 02/2016, para o Quadro Funcional da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Engenheira Ambiental, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único – Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RÚBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

T E R M O D E P O S S E

No dia 16 do mês de outubro do ano de 2017, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora JÉSSICA CRUZ CEHELLA, aprovada no Concurso Público – Edital nº 02/2016, para o Quadro Funcional da Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de provimento efetivo de Engenheiro Ambiental, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 451/2017. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Valdir Fontanella, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pela Senhora Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 16 de Outubro de 2017.

JÉSSICA CRUZ CEHELLA

Servidora

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 452/2017**

Publicação Nº 1442354

PORTARIA Nº 452/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 16.10.2017 à 31.12.2017, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ROSANA MARTINHO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 16 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 453/2017**

Publicação Nº 1442360

PORTARIANº 453/ 2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal, e Edital de Concurso Público 004/2016 – Resultado Final das Provas, Homologado em 07/06/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, BIANKA ALZIRA NASCIMENTO DE ALMEIDA, aprovada em 3º lugar no Concurso Público – Edital nº 04/2016, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Farmacêutica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único – Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. Planej.



**TERMO DE POSSE**

No dia 17 do mês de outubro do ano de 2017, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora BIANKA ALZIRA NASCIMENTO DE ALMEIDA, aprovada no Concurso Público – Edital nº 04/2016, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 453/2017. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Valdir Fontanella, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pela Senhora Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 17 de Outubro de 2017.  
BIANKA ALZIRA NASCIMENTO DE ALMEIDA  
Servidora

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**PORTARIA Nº 454/2017**

Publicação Nº 1442362

PORTARIA Nº 454/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública MARGARIDA GONÇALVES LUCIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, que exerce atualmente na Unidade de Saúde Angélica Machado Luciano do Bairro Arizona para exercê-lo junto a Unidade de Saúde João Nazário do Bairro Sumaré.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 455/2017**

Publicação Nº 1442367

PORTARIA Nº 455/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.126/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública VALÉRIA CRISTINA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente, que exerce atualmente na Unidade de Saúde João Nazário, para exercê-lo no SAMU.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 456/2017**

Publicação Nº 1442369

PORTARIANº 456/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora CHEILA CHAGAS VICENTE LOLE, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 457/2017**

Publicação Nº 1442370

PORTARIANº 457/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal



nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora IEDA MARIA CUSTÓDIO, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 458/2017**

Publicação Nº 1442374

PORTARIANº 458/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora HELOISA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 459/2017**

Publicação Nº 1442375

PORTARIANº 459/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora PAULA ROSSI GABRIEL, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 460/2017**

Publicação Nº 1442377

PORTARIANº 460/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora VANESSA MARIOT PEDRO, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

### **PORTARIA Nº 461/2017**

Publicação Nº 1442380

PORTARIANº 461/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ESTER ANTUNES, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 462/2017**

Publicação Nº 1442382

PORTARIANº 462/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 463/2017**

Publicação Nº 1442385

PORTARIANº 463/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora MÁRCIA CARBONI, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 464/2017**

Publicação Nº 1442388

PORTARIANº 464/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ANA REGINA GERTRUDES DE CARVALHO, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

#### **PORTARIA Nº 465/2017**

Publicação Nº 1442390

PORTARIANº 465/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JANAINA VIEIRA, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 466/2017**

Publicação Nº 1442391

PORTARIANº 466/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ROSINETE APARECIDA BAGIO FERNANDES, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 467/2017**

Publicação Nº 1442392

PORTARIANº 467/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora JAQUELINE CRISTIANE PANDINI, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 468/2017**

Publicação Nº 1442394

PORTARIANº 468/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora ANA PAULA LOCATELLI, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 469/2017**

Publicação Nº 1442396

PORTARIANº 469/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora GIZELE PAZ CIPRIANO, elevando de MAG - LP – 1C para MAG - LP – 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 470/2017**

Publicação Nº 1442397

PORTARIA Nº 470/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 20, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por Nova Habilitação, da funcionária pública Professora DANIELLY SPRICIGO DA SILVA, elevando de MAG - LP - 1C para MAG - LP - 4A, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 471/2017**

Publicação Nº 1442398

PORTARIA Nº 471/2017.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 317/2017, de 01 de Agosto de 2017, que concedeu licença sem vencimentos ao servidor público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, ALEXANDRE AGUIAR DA SILVA, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
PEDRO BARP RODRIGUES  
Prefeito Em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 472/2017**

Publicação Nº 1442400

PORTARIA Nº 472/2017.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 25 da Lei Municipal nº 1.145/2001, de 25/09/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, até 31 de Dezembro de 2017, os efeitos da Portaria nº 294/2017, de 06/07/2017, que estabeleceu o contrato em Caráter Temporário ERIVELTO AUGUSTO, para a função de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/10/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
PEDRO BARP RODRIGUES  
Prefeito em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 473/2017**

Publicação Nº 1442401

PORTARIA Nº 473/2017.

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - DEMITIR A PEDIDO, FABRÍCIA MEDEIROS, Auxiliar de Classe, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE OUTUBRO DE 2017.  
PEDRO BARP RODRIGUES  
Prefeito em Exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 474/2017**

Publicação Nº 1442402

PORTARIANº 474/2017

PEDRO BARP RODRIGUES, PREFEITO EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal nº 1.491/2008,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, ALEXANDRE AGUIAR DA SILVA, Engenheiro Civil, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 25 DE OUTUBRO DE 2017.  
PEDRO BARP RODRIGUES  
Prefeito em exercício

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 475/2017**

Publicação Nº 1442403

PORTARIA Nº 475/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 334/2017, de 25 de Agosto de 2017, que concedeu licença sem vencimentos ao servidor público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, VANDERLEY TOMAZ, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, junto à Secretaria Municipal de Obras.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/11/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 476/2017**

Publicação Nº 1442404

PORTARIANº 476/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - DEDITIR A PEDIDO, MARIA CLÁUDIA DA ROSA ELIAS, Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro Funcional junto à Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 477/2017**

Publicação Nº 1442406

PORTARIANº 477/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função de confiança, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, JAILSON PADILHA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Soldador.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 30 DE OUTUBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 478/2017**

Publicação Nº 1442408

PORTARIANº 478/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função de confiança, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, IRIVAM DE MELO GARCIA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Inseminador Artificial.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 479/2017**

Publicação Nº 1442411

PORTARIANº 479/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, ao funcionário público do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, SERGIO DONATO MORONA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 480/2017**

Publicação Nº 1442417

PORTARIANº 480/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no Art. 17, da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004, efetuar a Progressão por mérito, da funcionária pública LARISSA FERNANDES DIAS, elevando de Professora MAG - LP - 4D para MAG - LP - 4E, seu nível/referência.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 481/2017**

Publicação Nº 1442419

PORTARIANº 481/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a Professora TANIA RUZZA TOURNIER, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.  
VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.



**PORTARIA Nº 482/2017**

Publicação Nº 1442423

PORTARIANº 482/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a professora CLÁUDIA CITADIN RIBEIRO, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 483/2017**

Publicação Nº 1442425

PORTARIANº 483/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora ALINE RIGHETTO TASCA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 484/2017**

Publicação Nº 1442428

PORTARIANº 484/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a Professora CLEMAR PACHECO, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal Ligia Chaves Cabral.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 485/2017**

Publicação Nº 1442430

PORTARIANº 485/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora ROSINETE APARECIDA BAGGIO FERNANDES, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 486/2017**

Publicação Nº 1442431

PORTARIANº 486/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora DÉBORA CRISTINA BITTEN-COURT, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola de Educação Infantil Sagrada Família.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 487/2017**

Publicação Nº 1442433

PORTARIANº 487/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora CARLA BEZ BATTI CARBONI, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola de Educação Infantil Sagrada Família.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 488/2017**

Publicação Nº 1442434

PORTARIANº 488/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a Professora JANIELLE MAFFIOLLETTI, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar no Centro de Educação Infantil Irani Vargas.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 489/2017**

Publicação Nº 1442436

PORTARIANº 489/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora CLÁUDIA ANTUNES CARDOSO, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Emília Mamede Soares.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 490/2017**

Publicação Nº 1442439

PORTARIANº 490/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a Professora VANDERLEIA BATISTA VELHO, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar no Centro de Educação Infantil Criança Feliz.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 491/2017**

Publicação Nº 1442442

PORTARIANº 491/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a Professora BRUNA RAMOS GAZOLA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar no Centro de Educação Infantil Criança Feliz.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 492/2017**

Publicação Nº 1442448

PORTARIANº 492/2017

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.145/2001 e Lei Municipal 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, a Professora LARISSA FERNANDES DIAS, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 03 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO  
Sec. Administração, Fin. e Planej.

**PORTARIA Nº 493/2017**

Publicação Nº 1442357

PORTARIA Nº 493/2017.

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA ANALISAR E APLICAR AS CAUSAS DE VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO À SERVIDORES QUE ESTEJAM INCURSOS NOS INCISO V E VI DO ART. 38 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 005/2017 E QUE NÃO TENHAM SE AFASTADO DO CARGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER/SC, no uso de suas atribuições legais, com respaldo na Lei Orgânica do Município, legislação vigente, e Constituição Federal, considerando a entrada em vigor do Estatuto do Servidor Público Municipal de Lauro Muller, através da Lei Complementar municipal nº 005/2017; que a Lei Complementar municipal nº 005/2017 prevê em seu artigo 38, incisos V e VI, causas de vacância do cargo público originadas de aposentadoria e de alcançar o servidor, aposentado ou não, aos 70 (setenta) anos; A existência de disposição legal, através do artigo 39 da Lei Complementar Municipal nº 005/2017, que prevê que será declarado vago o cargo com o afastamento imediato do servidor efetivo na data da concessão de sua aposentadoria, em qualquer de suas modalidades, e/ou quando o mesmo atingir seus 70 (setenta) anos de idade; O conhecimento, de forma pública e notória, da existência de servidores públicos municipais estáveis em situação de vacância do cargo prevista no art. 38, incisos V e VI, da Lei Complementar municipal nº 005/2017; A necessidade de garantir-se o contraditório e a ampla defesa antes de proceder-se ou não o desligamento do quadro por estes servidores e da declaração de vacância dos cargos; determina:

Art. 1º. Fica instaurado Processo Administrativo, garantido o contraditório e ampla defesa aos que forem notificados à

manifestarem-se, para analisar e aplicar as causas de vacância de cargo público à servidores que estejam incursos nos incisos V e VI do art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 005/2017 e que não tenham se afastado do cargo.

Art. 2º. Ficam designados como membros da comissão de Processo Administrativo, provisória e exclusivamente para o processo que se instaura por esta portaria, JULIANA ZANIN PIUCO, servidora pública efetiva no município de Lauro Muller/SC no cargo de Psicóloga, com exigência de ensino superior completo e registro no CRP -12/06324; JOSIANE GIRARDI, servidora pública efetiva no município de Lauro Muller/SC no cargo de Auxiliar Administrativo; e, por indicação do órgão representante da classe, CÁSSIO FERREIRA, servidor público efetivo no município de Lauro Muller/SC no cargo de Digitador.

Art. 3º. Compete à servidora JULIANA ZANIN PIUCO a função de presidente da Comissão Processante.

Art. 4º. O prazo para finalização do processo administrativo será de até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 5º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

LAURO MULLER, 10 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

## PORTARIA Nº 494/2017

Publicação Nº 1442537

PORTARIA Nº 494/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública PATRICIA VICENTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, que exerce atualmente no Hospital Municipal Henrique Lage para exercê-lo junto a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

## PORTARIA Nº 495/2017

Publicação Nº 1442545

PORTARIA Nº 495/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública JUCENIR AGUIAR LUCIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, que exerce atualmente na Unidade de Saúde Antônio José Leopoldino do Distrito de Guatá para exercê-lo junto a Unidade de Saúde Francisca Korb do Centro.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/11/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

## PORTARIA Nº 496/2017

Publicação Nº 1442552

PORTARIA Nº 496/2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.145/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - REMANEJAR, por necessidade de ordem administrativa e de interesse público, a funcionária pública GEUSA DIAS MIGUEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, que exerce atualmente na Unidade de Saúde Angélica Machado Luciano do Bairro Arizona para exercê-lo junto a Unidade de Saúde Francisca Korb do Centro.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

**REGISTRO DE PREÇO Nº. 159/PMLM/2017**

Publicação Nº 1442263

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER  
AVISO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO Nº. 159/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 14/12/2017 às 10h30min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para serviços hora maquina dos seguintes equipamentos: unidade móvel de Britagem, trator de esteira, escavadeira hidráulica e motoniveladora para o Município de Lauro Muller/SC, durante o ano letivo de 2018.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 30 de novembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2017**

Publicação Nº 1442562

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2017

Dispõe sobre a chamada publica da conselheira Tutelar JUCEMARA DE MEDEIROS, eleita em 2015 por ordem de classificação para Conselho Tutelar do Município de Lauro Muller- SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei municipal nº 1.855/2015.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.855/2015, Seção III, do processo de escolha e requisitos para a ocupação do cargo de conselheira tutelar.

CONSIDERANDO a resolução 06/2015 de 10 de outubro de 2016, que dispõe sobre o resultado final e homologa o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Lauro Müller.

RESOLVE

Art. 1º. Realizar chamada publica da conselheira Jucemara de Medeiros, eleita para conselho tutelar, na ordem classificatória de 13ª, para assumir no prazo de 05(cinco) dias a contar desta publicação a vaga de Conselheira Tutelar Titular.

Art. 2º - Este resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Muller, 28 de novembro de 2017.

Rosiméri Cândido

Presidente do CMDCA

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2017**

Publicação Nº 1442556

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2017

Dispõe a nomeação da Comissão Especial para escolha complementar Conselho Tutelar do Município de Lauro Muller- SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.855/2015.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 1.855/2015, Seção II, do processo de escolha e requisitos para a ocupação do cargo de conselheira tutelar.

RESOLVE

Art. 1º. Nomear a Comissão especial para escolha complementar do Conselho Tutelar do Município de Lauro Müller. Sendo composta paritariamente por:

- Adriana Antunes Rita e Daiane Querino- representantes governamentais;
- Claudio Lottin e Edna Bitencourt - representantes não governamentais;

Art. 2º - Este resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Muller, 28 de novembro de 2017.

Rosiméri Cândido

Presidente do CMDCA



# Lebon Régis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 085/2017 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442557

DECRETO Nº 085/2017 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1.602 de 30 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento geral do município de Lebon Régis no valor de R\$ 1.614.090,00 (Um milhão, seiscentos e quatorze mil e noventa reais) com as seguintes classificações orçamentárias.

Unidade Orçamentária:	2020 - GABINETE DO PREFEITO	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Despesa 2	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	186.000,00
Despesa 3	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.10 - Manutenção da Sec. de Adm. e Finanças	
Despesa 8	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	246.500,00
Despesa 10	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.090,00
Despesa 206	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	33.500,00
Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.16 – Manutenção da Educação Básica	
Despesa 28	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	132.500,00
Ação:	2.21- Manutenção da Educação Infantil	
Despesa 59	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	40.000,00
Unidade Orçamentária:	2065 – SECRETARIA DE JUVENTUDE, LAZER E ESPORTE	
Função:	27 – Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 – Desporto Comunitário	
Programa:	08 – Desporto Amador	
Ação:	2.13 – Manutenção das atividades esportivas e recreativas	
Despesa 68	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	9.500,00
Despesa 69	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Ação:	2.59 – Manutenção do Estádio Tiradentes	
Despesa 74	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	2.000,00
Unidade Orçamentária:	2080 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	



Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.32 – Manutenção dos Serviços Urbanos	
Despesa 99	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00
Função: 26 – Transporte		
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário		
Programa: 21 – Estradas Vicinais		
Ação: 2.34 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
Despesa 105	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Unidade Orçamentária:	2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PSICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Função:	20 – Agricultura	
Subfunção:	606 – Extensão Rural	
Programa:	23 – Promoção e Extensão Rural	
Ação:	2.36 – Manutenção da Secretaria de Agricultura	
Despesa 115	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	61.000,00
Unidade Orçamentária:	91010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	28 – Saúde Básica	
Ação:	2.41 – Manutenção do Fundo do Fundo Municipal de Saúde	
Despesa 121	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	380.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	
Programa:	26 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.39 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Despesa 185	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	23.000,00
Unidade Orçamentária:	94010 – HOSP E MAT MUN SANTO ANTONIO	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa:	29 – Saúde Médica e Sanitária	
Ação:	2.65 – Manutenção das atividades do Hospital	
Despesa 165	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	250.000,00
Despesa 167	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 2º - Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.614.090,00 (Um milhão, seiscentos e quatorze mil e noventa reais) ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.16 – Manutenção da Educação Básica	
Despesa 29	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	69.700,00
Despesa 30	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	60.000,00
Ação:	2.17 – Manutenção do Transporte Escolar	
Despesa 40	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	32.700,00
Despesa 43	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Ação:	2.53 – Aplicação Recurso PNATE	
Despesa 48	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Ação:	2.55 – Aplicação Recurso Salário-Educação	
Despesa 49	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	150.000,00
Ação:	2.57 – Aplicação Recurso FUNDEB	

Despesa 52	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	200.000,00
Despesa 201	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	8.300,00
Programa:	12 – Desporto Estudantil	
Ação:	1.45 – Construção, ampliação e reforma de escola	
Despesa 54	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	16.000,00
Subfunção:	366 – Educação de Jovens e Adultos	
Programa:	15 – Educação de Jovens e Adultos	
Ação:	2.58 – Aplicação Recursos BRALF	
Despesa 38	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	3.200,00
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.70 – Programa Recursos PNAE -EJA	
Despesa 67	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	8.600,00
Unidade Orçamentária:	2065 – SECRETARIA DE DESPORTO, TURISMO E JUVENTUDE	
Função:	27 – Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 – Desporto Comunitário	
Programa:	08 – Desporto Amador	
Ação:	1.6 – Reforma do Ginásio de Esportes e outros	
Despesa 73	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Unidade Orçamentária:	2080 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	451 – Infraestrutura Urbana	
Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.26 – Manutenção da Iluminação Pública	
Despesa 85	3.1.71.00.00 Transf. Consórcio Público mediante Contrato de Rateio	19.300,00
Despesa 177	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Despesa 184	3.3.72.00.00 Exec. orçamentária delegada a Consórcio	30.000,00
Ação:	2.27 – Manutenção do Terminal Rodoviário	
Despesa 88	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Programa:	19 – Serviços urbanos	
Ação:	2.12 – Pavimentação de ruas	
Despesa 102	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	270.000,00
Despesa 103	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	88.000,00
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.32 – Manutenção dos Serviços Urbanos	
Despesa 96	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	2.900,00
Função:	26 – Transporte	
Subfunção:	782 – Transporte Rodoviário	
Programa:	21 – Estradas Vicinais	
Ação:	2.34 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal	
Despesa 104	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	37.600,00
Unidade Orçamentária:	2085 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO	
Função:	04 – Administração	
Subfunção:	121 – Planejamento e Orçamento	
Programa:	25 – Habitação Popular	
Ação:	2.60 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Habitação	
Despesa 108	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	1.190,00
Função:	16 – Habitação	
Subfunção:	482 – Habitação urbana	
Programa:	25 – Habitação Popular	
Ação:	2.33 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	
Despesa 110	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 111	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00

Unidade Orçamentária:	2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PSICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Função:	18 – Gestão Ambiental	
Subfunção:	541 – Preservação e conservação ambiental	
Programa:	22 – Meio ambiente	
Ação:	2.35 – Manutenção das atividades do meio ambiente	
Despesa 112	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	53.500,00
Função:	20 – Agricultura	
Subfunção:	606 – Extensão Rural	
Programa:	23 – Promoção e extensão rural	
Ação:	2.36 – Manutenção da Secretaria\ e Agricultura	
Despesa 116	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Despesa 117	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	2010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Função:	22 – Indústria	
Subfunção:	661 – Promoção Industrial	
Programa:	24 – Incentivo para a Indústria	
Ação:	2.38 – Manutenção da Secretaria de Indústria e Comércio	
Despesa 199	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	31.800,00
Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	6 – Segurança Pública	
Subfunção:	181 - Policiamento	
Programa:	6 – Serviços de segurança pública	
Ação:	2.11 - Manutenção da Segurança Pública	
Despesa 208	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00
Unidade Orçamentária:	91010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	28 – Saúde Básica	
Ação:	2.42 – Aplicação Recurso do PAB-Fixo	
Despesa 132	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00
Ação:	2.43 – Aplicação Recurso do PACS	
Despesa 134	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	74.400,00
Ação:	2.44 – Aplicação Recurso do PSF	
Despesa 136	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	26.200,00
Ação:	2.49 – Aplicação Recurso do PER	
Despesa 138	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	242 – Assistência ao Portador de Deficiência	
Programa:	26 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.23 – Contribuição para a APAE	
Despesa 146	3.3.50.00.00 Aplicações Diretas	19.300,00
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	
Programa:	30 – Assistência Social	
Ação:	2.66 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	
Despesa 158	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Unidade Orçamentária:	92020 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	243 – Assistência à Criança e Adolescente	
Programa:	27 – Assistência à Criança e Adolescente	
Ação:	2.40 – Manutenção do Fundo da Crianças e do Adolescente	

Despesa 161	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	60.000,00
-------------	---------------------------------	-----------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Registre-se, Publique-se.  
GABINETE DO PREFEITO.

Lebon Régis, 30 de novembro de 2017.  
DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL Nº 1.602, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442507

LEI MUNICIPAL Nº 1.602, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento geral do município de Lebon Régis no valor de R\$ 1.614.090,00 (Um milhão, seiscentos e quatorze mil e noventa reais) com as seguintes classificações orçamentárias.

Unidade Orçamentária:	2020 - GABINETE DO PREFEITO	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Despesa 2	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	186.000,00
Despesa 3	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.10 - Manutenção da Sec. de Adm. e Finanças	
Despesa 8	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	246.500,00
Despesa 10	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.090,00
Despesa 206	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	33.500,00
Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.16 – Manutenção da Educação Básica	
Despesa 28	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	132.500,00
Ação:	2.21- Manutenção da Educação Infantil	
Despesa 59	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	40.000,00
Unidade Orçamentária:	2065 – SECRETARIA DE JUVENTUDE, LAZER E ESPORTE	
Função:	27 – Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 – Desporto Comunitário	
Programa:	08 – Desporto Amador	
Ação:	2.13 – Manutenção das atividades esportivas e recreativas	
Despesa 68	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	9.500,00
Despesa 69	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Ação: 2.59 – Manutenção do Estádio Tiradentes		
Despesa 74	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	2.000,00

Unidade Orçamentária:	2080 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.32 – Manutenção dos Serviços Urbanos	
Despesa 99	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00
Função: 26 – Transporte Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário Programa: 21 – Estradas Vicinais Ação: 2.34 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
Despesa 105	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Unidade Orçamentária:	2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PSICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Função:	20 – Agricultura	
Subfunção:	606 – Extensão Rural	
Programa:	23 – Promoção e Extensão Rural	
Ação:	2.36 – Manutenção da Secretaria de Agricultura	
Despesa 115	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	61.000,00
Unidade Orçamentária:	91010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	28 – Saúde Básica	
Ação:	2.41 – Manutenção do Fundo do Fundo Municipal de Saúde	
Despesa 121	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	380.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	
Programa:	26 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.39 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Despesa 185	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	23.000,00
Unidade Orçamentária:	94010 – HOSP E MAT MUN SANTO ANTONIO	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa:	29 – Saúde Médica e Sanitária	
Ação:	2.65 – Manutenção das atividades do Hospital	
Despesa 165	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	250.000,00
Despesa 167	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 2º - Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.614.090,00 (Um milhão, seiscentos e quatorze mil e noventa reais) ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.16 – Manutenção da Educação Básica	
Despesa 29	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	69.700,00
Despesa 30	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	60.000,00
Ação:	2.17 – Manutenção do Transporte Escolar	
Despesa 40	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	32.700,00
Despesa 43	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Ação:	2.53 – Aplicação Recurso PNATE	
Despesa 48	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Ação:	2.55 – Aplicação Recurso Salário-Educação	

Despesa 49	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	150.000,00
Ação:	2.57 – Aplicação Recurso FUNDEB	
Despesa 52	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	200.000,00
Despesa 201	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	8.300,00
Programa:	12 – Desporto Estudantil	
Ação:	1.45 – Construção, ampliação e reforma de escola	
Despesa 54	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	16.000,00
Subfunção:	366 – Educação de Jovens e Adultos	
Programa:	15 – Educação de Jovens e Adultos	
Ação:	2.58 – Aplicação Recursos BRALF	
Despesa 38	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	3.200,00
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.70 – Programa Recursos PNAE -EJA	
Despesa 67	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	8.600,00
Unidade Orçamentária:	2065 – SECRETARIA DE DESPORTO, TURISMO E JUVENTUDE	
Função:	27 – Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 – Desporto Comunitário	
Programa:	08 – Desporto Amador	
Ação:	1.6 – Reforma do Ginásio de Esportes e outros	
Despesa 73	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Unidade Orçamentária:	2080 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	451 – Infraestrutura Urbana	
Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.26 – Manutenção da Iluminação Pública	
Despesa 85	3.1.71.00.00 Transf. Consórcio Público mediante Contrato de Rateio	19.300,00
Despesa 177	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Despesa 184	3.3.72.00.00 Exec. orçamentária delegada a Consórcio	30.000,00
Ação:	2.27 – Manutenção do Terminal Rodoviário	
Despesa 88	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Programa:	19 – Serviços urbanos	
Ação:	2.12 – Pavimentação de ruas	
Despesa 102	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	270.000,00
Despesa 103	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	88.000,00
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.32 – Manutenção dos Serviços Urbanos	
Despesa 96	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	2.900,00
Função:	26 – Transporte	
Subfunção:	782 – Transporte Rodoviário	
Programa:	21 – Estradas Vicinais	
Ação:	2.34 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal	
Despesa 104	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	37.600,00
Unidade Orçamentária:	2085 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO	
Função:	04 – Administração	
Subfunção:	121 – Planejamento e Orçamento	
Programa:	25 – Habitação Popular	
Ação:	2.60 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Habitação	
Despesa 108	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	1.190,00
Função:	16 – Habitação	
Subfunção:	482 – Habitação urbana	
Programa:	25 – Habitação Popular	
Ação:	2.33 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	



Despesa 110	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 111	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Unidade Orçamentária:	2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PSICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Função:	18 – Gestão Ambiental	
Subfunção:	541 – Preservação e conservação ambiental	
Programa:	22 – Meio ambiente	
Ação:	2.35 – Manutenção das atividades do meio ambiente	
Despesa 112	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	53.500,00
Função:	20 – Agricultura	
Subfunção:	606 – Extensão Rural	
Programa:	23 – Promoção e extensão rural	
Ação:	2.36 – Manutenção da Secretaria\ e Agricultura	
Despesa 116	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Despesa 117	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	2010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Função:	22 – Indústria	
Subfunção:	661 – Promoção Industrial	
Programa:	24 – Incentivo para a Indústria	
Ação:	2.38 – Manutenção da Secretaria de Indústria e Comércio	
Despesa 199	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	31.800,00
Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	6 – Segurança Pública	
Subfunção:	181 - Policiamento	
Programa:	6 – Serviços de segurança pública	
Ação:	2.11 - Manutenção da Segurança Pública	
Despesa 208	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00
Unidade Orçamentária:	91010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	28 – Saúde Básica	
Ação:	2.42 – Aplicação Recurso do PAB-Fixo	
Despesa 132	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00
Ação:	2.43 – Aplicação Recurso do PACS	
Despesa 134	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	74.400,00
Ação:	2.44 – Aplicação Recurso do PSF	
Despesa 136	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	26.200,00
Ação:	2.49 – Aplicação Recurso do PER	
Despesa 138	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	242 – Assistência ao Portador de Deficiência	
Programa:	26 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.23 – Contribuição para a APAE	
Despesa 146	3.3.50.00.00 Aplicações Diretas	19.300,00
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	
Programa:	30 – Assistência Social	
Ação:	2.66 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	
Despesa 158	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Unidade Orçamentária:	92020 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	243 – Assistência à Criança e Adolescente	

Programa:	27 – Assistência à Criança e Adolescente	
Ação:	2.40 – Manutenção do Fundo da Crianças e do Adolescente	
Despesa 161	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 30 de novembro de 2017.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

## MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 62/2017.

Publicação Nº 1442755

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 62/2017. Processo Licitatório nº 72/2017 – Inexigibilidade nº 09/2017. Convênio nº 2017TR1720, firmado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador e o Município de Lebon Régis/SC.

Objeto: Prestação de serviço de INSTALAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO de 08 (oito) Geradores de Solo do sistema Anti-Granizo, em locais estes estabelecidos mediante estudo realizado pela empresa contratada, para a proteção no combate ao Granizo com eficiência média de 50-70 %.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: AGF ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA - ME - 03.910.392/0001-14.

Valor: R\$ 81.632,65 (oitenta e um mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos). Vigência: 21/11/2017. Término: 14 de novembro de 2018.. Lebon Régis, 21 de novembro de 2017.

DOUGLAS FEERNANDO DE MELLO - Prefeito Municipal

## PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2017 PREGÃO PRESENCIAL NºPR10/2017\_RP07 PROCESSO LICITATÓRIO Nº30/2017

Publicação Nº 1442059

PRIMEIRO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2017

PREGÃO PRESENCIAL NºPR10/2017\_RP07 PROCESSO LICITATÓRIO Nº30/2017

OBJETO: Fica alterada a cláusula terceira da Ata de Registros de Preços nº 07/2017, para aumentar o valor unitário do item Nº 50, em razão do aumento do valor comercial do produto, comprovado por nota fiscal de compra, visando o equilíbrio econômico-financeiro previsto no Art. 65, Parágrafo II, alínea "d" da lei 8.666/93.

Vigência a partir de 21/11/2017 até 05/12/2017.

Lebon Regis, 21/11/2017.

DOUGLAS F. DE MELLO - Prefeito Municipal

## PROJETO DE LEI 028-2017 ABERTURA CRÉDITO SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1441779

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 028/2017

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional no orçamento geral do município de Lebon Régis no valor de R\$ 1.614.090,00 (Um milhão, seiscentos e quatorze mil e noventa reais) com as seguintes classificações orçamentárias.

Unidade Orçamentária:	2020 - GABINETE DO PREFEITO	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.2 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Despesa 2	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	186.000,00
Despesa 3	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00

Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	4 - Administração	
Subfunção:	122 - Administração Geral	
Programa:	2 - Administração	
Ação:	2.10 - Manutenção da Sec. de Adm. e Finanças	
Despesa 8	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	246.500,00
Despesa 10	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.090,00
Despesa 206	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	33.500,00
Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.16 – Manutenção da Educação Básica	
Despesa 28	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	132.500,00
Ação:	2.21- Manutenção da Educação Infantil	
Despesa 59	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	40.000,00
Unidade Orçamentária:	2065 – SECRETARIA DE JUVENTUDE, LAZER E ESPORTE	
Função:	27 – Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 – Desporto Comunitário	
Programa:	08 – Desporto Amador	
Ação:	2.13 – Manutenção das atividades esportivas e recreativas	
Despesa 68	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	9.500,00
Despesa 69	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Ação: 2.59 – Manutenção do Estádio Tiradentes		
Despesa 74	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	2.000,00
Unidade Orçamentária:	2080 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.32 – Manutenção dos Serviços Urbanos	
Despesa 99	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00
Função: 26 – Transporte		
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário		
Programa: 21 – Estradas Vicinais		
Ação: 2.34 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
Despesa 105	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Unidade Orçamentária:	2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PSICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Função:	20 – Agricultura	
Subfunção:	606 – Extensão Rural	
Programa:	23 – Promoção e Extensão Rural	
Ação:	2.36 – Manutenção da Secretaria de Agricultura	
Despesa 115	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	61.000,00
Unidade Orçamentária:	91010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	28 – Saúde Básica	
Ação:	2.41 – Manutenção do Fundo do Fundo Municipal de Saúde	
Despesa 121	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	380.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	

Programa:	26 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.39 – Manutenção do Fundo de Assistência Social	
Despesa 185	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	23.000,00
Unidade Orçamentária:	94010 – HOSP E MAT MUN SANTO ANTONIO	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
Programa:	29 – Saúde Médica e Sanitária	
Ação:	2.65 – Manutenção das atividades do Hospital	
Despesa 165	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	250.000,00
Despesa 167	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 2º Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.614.090,00 (Um milhão, seiscentos e quatorze mil e noventa reais) ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária:	2060 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	
Função:	12 – Educação	
Subfunção:	361 – Ensino Fundamental	
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.16 – Manutenção da Educação Básica	
Despesa 29	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	69.700,00
Despesa 30	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	60.000,00
Ação:	2.17 – Manutenção do Transporte Escolar	
Despesa 40	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	32.700,00
Despesa 43	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Ação:	2.53 – Aplicação Recurso PNATE	
Despesa 48	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Ação:	2.55 – Aplicação Recurso Salário-Educação	
Despesa 49	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	150.000,00
Ação:	2.57 – Aplicação Recurso FUNDEB	
Despesa 52	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	200.000,00
Despesa 201	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	8.300,00
Programa:	12 – Desporto Estudantil	
Ação:	1.45 – Construção, ampliação e reforma de escola	
Despesa 54	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	16.000,00
Subfunção:	366 – Educação de Jovens e Adultos	
Programa:	15 – Educação de Jovens e Adultos	
Ação:	2.58 – Aplicação Recursos BRALF	
Despesa 38	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	3.200,00
Programa:	11 – Educação Básica	
Ação:	2.70 – Programa Recursos PNAE -EJA	
Despesa 67	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	8.600,00
Unidade Orçamentária:	2065 – SECRETARIA DE DESPORTO, TURISMO E JUVENTUDE	
Função:	27 – Desporto e Lazer	
Subfunção:	812 – Desporto Comunitário	
Programa:	08 – Desporto Amador	
Ação:	1.6 – Reforma do Ginásio de Esportes e outros	
Despesa 73	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Unidade Orçamentária:	2080 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	
Função:	15 – Urbanismo	
Subfunção:	451 – Infraestrutura Urbana	
Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.26 – Manutenção da Iluminação Pública	
Despesa 85	3.1.71.00.00 Transf. Consórcio Público mediante Contrato de Rateio	19.300,00
Despesa 177	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Despesa 184	3.3.72.00.00 Exec. orçamentária delegada a Consórcio	30.000,00
Ação:	2.27 – Manutenção do Terminal Rodoviário	

Despesa 88	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Programa:	19 – Serviços urbanos	
Ação:	2.12 – Pavimentação de ruas	
Despesa 102	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	270.000,00
Despesa 103	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	88.000,00
Subfunção:	452 – Serviços Urbanos	
Programa:	18 – Serviços de utilidade pública	
Ação:	2.32 – Manutenção dos Serviços Urbanos	
Despesa 96	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	2.900,00
Função:	26 – Transporte	
Subfunção:	782 – Transporte Rodoviário	
Programa:	21 – Estradas Vicinais	
Ação:	2.34 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal	
Despesa 104	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	37.600,00
Unidade Orçamentária:	2085 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO	
Função:	04 – Administração	
Subfunção:	121 – Planejamento e Orçamento	
Programa:	25 – Habitação Popular	
Ação:	2.60 – Manutenção da Secretaria de Planejamento e Habitação	
Despesa 108	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	1.190,00
Função:	16 – Habitação	
Subfunção:	482 – Habitação urbana	
Programa:	25 – Habitação Popular	
Ação:	2.33 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação	
Despesa 110	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Despesa 111	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.700,00
Unidade Orçamentária:	2090 – SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PSICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Função:	18 – Gestão Ambiental	
Subfunção:	541 – Preservação e conservação ambiental	
Programa:	22 – Meio ambiente	
Ação:	2.35 – Manutenção das atividades do meio ambiente	
Despesa 112	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	53.500,00
Função:	20 – Agricultura	
Subfunção:	606 – Extensão Rural	
Programa:	23 – Promoção e extensão rural	
Ação:	2.36 – Manutenção da Secretaria\ e Agricultura	
Despesa 116	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	20.000,00
Despesa 117	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	2010 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Função:	22 – Indústria	
Subfunção:	661 – Promoção Industrial	
Programa:	24 – Incentivo para a Indústria	
Ação:	2.38 – Manutenção da Secretaria de Indústria e Comércio	
Despesa 199	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	31.800,00
Unidade Orçamentária:	2050 – SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS	
Função:	6 – Segurança Pública	
Subfunção:	181 - Policiamento	
Programa:	6 – Serviços de segurança pública	
Ação:	2.11 - Manutenção da Segurança Pública	
Despesa 208	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	30.000,00
Unidade Orçamentária:	91010 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	

Programa:	28 – Saúde Básica	
Ação:	2.42 – Aplicação Recurso do PAB-Fixo	
Despesa 132	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	100.000,00
Ação:	2.43 – Aplicação Recurso do PACS	
Despesa 134	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	74.400,00
Ação:	2.44 – Aplicação Recurso do PSF	
Despesa 136	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	26.200,00
Ação:	2.49 – Aplicação Recurso do PER	
Despesa 138	4.4.90.00.00 Aplicações Diretas	10.000,00
Unidade Orçamentária:	93030 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	242 – Assistência ao Portador de Deficiência	
Programa:	26 – Assistência Social Geral	
Ação:	2.23 – Contribuição para a APAE	
Despesa 146	3.3.50.00.00 Aplicações Diretas	19.300,00
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária	
Programa:	30 – Assistência Social	
Ação:	2.66 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social	
Despesa 158	3.1.90.00.00 Aplicações Diretas	50.000,00
Unidade Orçamentária:	92020 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Função:	08 – Assistência Social	
Subfunção:	243 – Assistência à Criança e Adolescente	
Programa:	27 – Assistência à Criança e Adolescente	
Ação:	2.40 – Manutenção do Fundo da Crianças e do Adolescente	
Despesa 161	3.3.90.00.00 Aplicações Diretas	60.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis, 29 de novembro de 2017.

OSMAR COMPER

Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG

1º Secretário



**Leoberto Leal****PREFEITURA****DECRETO N.º 138/2017**

Publicação Nº 1442941

DECRETO Nº 138, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 8º Inciso II da Lei nº 1.341 de 30 de novembro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal Vigente, no valor de R\$ 2.891,82 de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	2.891,82
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	2.891,82
Função	12	Educação	2.891,82
Sub-função	361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.891,82
Programa	04	EDUCAÇÃO É TUDO	2.891,82
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	2.891,82
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.891,82
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.891,82
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.891,82
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	2.891,82
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....			2.891,82

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	2.891,82
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	2.891,82
Função	12	Educação	2.891,82
Sub-função	361	ENSINO FUNDAMENTAL	2.073,92
Programa	04	EDUCAÇÃO É TUDO	2.073,92
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental	2.073,92
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	553,92
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	553,92
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	1.520,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	1.520,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.073,92
Sub-função	365	EDUCAÇÃO INFANTIL	817,90
Programa	04	EDUCAÇÃO É TUDO	817,90
Projeto/ Atividade	2.005	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Infantil	817,90
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	817,90
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	817,90
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	817,90
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	817,90
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			2.891,82

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 30 de novembro de 2017.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - FMS**

Publicação Nº 1442851

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para a frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 026/2017. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 13h:30min (treze horas e trinta minutos), do dia 14 de dezembro de 2017. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 32681212. Em 30/11/2017. ROBERTA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017 - PMLL**

Publicação Nº 1442848

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017

Tipo: "Menor Preço por Item", visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Óleo Lubrificante, Fluido de Freio, Filtros de Óleo, Filtros de Combustível, Filtros de Ar e Filtros Hidráulicos para os veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 040/2017. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 16h00min (dezesesseis horas), do dia 14 de dezembro de 2017. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 30/11/2017. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.988/2.017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442100

DECRETO Nº 2.988/2.017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO LUIZ BENINI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Ordinária Nº 1.340/2016, de 15 de Dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.012 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.00.0022 – Aplicações Diretas ..... R\$ 6.159,08

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação dos recursos do transporte escolar do estado, mais rendimentos de aplicação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

FLAVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 28 de Novembro de 2.017

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

### DECRETO Nº 2.989/2.017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442102

DECRETO Nº 2.989/2.017, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FLAVIO LUIZ BENINI - Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Ordinária Nº 1.382/2017, de 30 de Novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE

Unidade 01 – Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e

Vice

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 17.000,00

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 47.000,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.018 – Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas ..... R\$ 7.512,96

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 03: SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 1.003 – Investimentos da Secretaria de Administração e Finanças

4.4.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 5.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 7.000,00

Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 04 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 2.036 – Habitação Urbana e Rural

3.2.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Infra Estrutura e Transportes

Projeto/Atividade 0.001 – Encargos Especiais - Transportes

3.2.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 01 – Diretoria de Agricultura e Ambiente

Projeto/Atividade 2.004 – Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. a Instituições Privadas sem

Finn Lucrativos ..... R\$ 4.500,00  
 3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 22.155,98  
 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 24.844,02

**Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.40.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a municípios .....  
 ..... R\$ 3.512,96

Projeto/Atividade 2.048 – Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a municípios .....  
 ..... R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

FLAVIO LUIZ BENINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se

Em, 30 de Novembro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

**LEI Nº 1.382, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442085

LEI Nº 1.382, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Remaneja recursos do exercício vigente e dá outras providências.

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

**Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO E VICE**

Unidade 01 – Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 17.000,00

**Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Unidade 01 – Secretaria de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 47.000,00

**Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES**

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.018 – Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00

**Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 7.512,96

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão 03: SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 1.003 – Investimentos da Secretaria de Administração e Finanças

4.4.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Consórcios Públicos .....  
 ..... R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade 2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

3.1.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Consórcios Públicos .....  
 ..... R\$ 5.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0104 – Transferências a Consórcios Públicos .....  
 ..... R\$ 7.000,00

**Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL**

Unidade 04 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 2.036 – Habitação Urbana e Rural

3.2.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.000,00

4.5.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 2.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.000,00

**Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES**

Unidade 02 – Diretoria de Infra Estrutura e Transportes

Projeto/Atividade 0.001 – Encargos Especiais - Transportes

3.2.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.000,00

**Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE**

Unidade 01 – Diretoria de Agricultura e Ambiente

Projeto/Atividade 2.004 – Ações de Incentivo a Indústria, Comércio e Turismo

3.3.50.00.00.00.00.00.0104 – Transf. a Instituições Privadas sem Finn Lucrativos ..... R\$ 4.500,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 22.155,98

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 24.844,02

**Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.028 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública

3.3.40.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a municípios .....  
 ..... R\$ 3.512,96

Projeto/Atividade 2.048 – Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.0214 – Transferências a municípios .....  
 ..... R\$ 4.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lindóia do Sul, 30 de novembro de 2017.

FLAVIO LUIZ BENINI

Vice-Prefeito Municipal, no exercício do cargo de Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 185/2017

Publicação Nº 1442648

DECRETO Nº 185/2017  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão da Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento nº 124/2017 em 30 de Novembro de 2017, pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação e Membros, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 124/2017, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação - Credenciamento para CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA COBRANÇA DE GUIAS E TAXAS EMITIDAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 30 de Novembro de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO

### LEI Nº 2322/2017

Publicação Nº 1441784

LEI Nº 2322 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera dispositivos da Lei nº 1.617/2006 – Que dispõe sobre a padronização das cores os prédios da administração Pública Municipal e dá outras providências.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 1.617/2006, de 13 de junho de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica estabelecida a padronização da pintura dos prédios da administração Pública Municipal, devendo ser respeitadas as tonalidades, azul cobalto, verde bandeira, amarelo ouro e branco, similares as existentes na Bandeira do Município de Lontras.

Art. 2º - O artigo 2º, incisos I e II, passam a vigorar com as seguintes redações:

[...]

I - Na fachada externa: uma das tonalidades, azul cobalto, verde bandeira, amarelo ouro ou branco, similares as existentes na Bandeira do Município;

II - Nos caibros e aberturas: a tonalidade branca, similar a existente na Bandeira do Município;

[...]

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal de Lontras

### LEI Nº 2323/2017

Publicação Nº 1441786

LEI Nº 2323 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
AUTORIZA CESSÃO DE USO DA AMBULÂNCIA PARA ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE LONTRAS, ESTABELECENDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a ceder pelo prazo de 03 (três) anos, à Associação de Serviços Sociais Voluntários de Lontras – “Bombeiros Voluntários de Lontras”, para sua utilização exclusiva, o seguinte veículo: a esp. Camioneta ambulância, marca 59, modelo 2875, Peugeot, placa MHU 2046, Chassi: 8AE5CN6A7AG525241, ano de fabricação/modelo 2009/2010.

Parágrafo único – O veículo objeto desta Lei deverá ter seu uso destinado exclusivamente à execução dos serviços prestados pela Associação de Serviços Sociais Voluntários de Lontras.

Art. 2º - As despesas decorrentes da conservação, manutenção e licenciamento do veículo serão de responsabilidade da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Lontras.

Art. 3º - A cessão de uso de que trata esta Lei, poderá ser rescindida a qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 2324/2017

Publicação Nº 1441787

LEI Nº 2324 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PAGAR DESPESAS E A PERMITIR O USO DE IMÓVEL PÚBLICO PARA ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA ESPORTIVA BONFORT PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO ESPORTIVO.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara

Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar as despesas de troféus, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a Associação Cultural Recreativa e Esportiva Bonfort, inscrita no CNPJ sob o nº 12.591.782/0001-60, com a finalidade de premiar os participantes da 5ª Marathon Lontras, que se realizará no dia 21 de janeiro de 2018.

Parágrafo único - A Associação Cultural Recreativa e Esportiva Bonfort, fica obrigada a apresentar a prestação de contas no prazo de 60 (sessenta) dias da realização do evento.

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a Permissão de Uso, a título gratuito e precário, do Pavilhão de eventos antigo, com aproximadamente 800,00m², localizado na Rua Otto Payer, s/nº, Riachuelo, Lontras/SC, para Associação Cultural Recreativa e Esportiva Bonfort, para realização do evento denominado 5ª Marathon Lontras, que acontecerá no dia 21 de janeiro de 2018.

Parágrafo único – A Associação Cultural Recreativa e Esportiva Bonfort fica responsável pela limpeza do Pavilhão de eventos antigo após a realização do evento.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal de Lontras



**Luis Alves****PREFEITURA****DECRETO 52/2017**

Publicação Nº 1441883

DECRETO N.º 52/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 33.460,00 (trinta e três mil e quatrocentos e sessenta reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 08 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

Unidade: 01 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.

23.695.0024.2.016 – Apoio e Realização de Eventos Turísticos

(88) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0098.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 2.260,00

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde.

10.301.0014.2.037 – Manutenção da Assistência Farmacêutica

(52) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.0906.0 (0.6.00067) – Aplicações Diretas R\$ 5.500,00

Órgão: 12 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

08.244.0030.2.050 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

(24) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500.0 (0.3.00000) – Aplicações Diretas R\$ 25.700,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2016, de recursos ordinários, na importância de R\$ 27.960,00 (vinte e sete mil e novecentos e sessenta reais), e dos recursos da Assistência Farmacêutica Básica – Estado, na importância de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), totalizando o montante de R\$ 33.460,00 (trinta e três mil e quatrocentos e sessenta reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 21 de junho de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luisalves.sc.gov.br](http://www.luisalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**DECRETO 56/2017**

Publicação Nº 1441886

DECRETO N.º 56/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e a Lei Municipal n.º 1.679/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0014.2.035 – Manutenção das Ações do Bloco de Atenção Básica

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502.0 (0.1.00002) – Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

10.301.0014.2.037 – Manutenção da Assistência Farmacêutica

(24) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502.0 (0.1.00002) – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descritas, na mesma importância:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0014.1.010 – Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0502.0 (0.1.00002) – Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 29 de junho de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luisalves.sc.gov.br](http://www.luisalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**DECRETO 62/2017**

Publicação Nº 1441889

DECRETO N.º 62/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 278.073,16 (duzentos e setenta e oito mil, setenta e três reais e

dezesseis centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.004 – Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

(94) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0098.0 (0.3.0000) – Aplicações Diretas R\$ 71.900,00

Órgão: 08 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

Unidade: 01 – Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo

23.695.0024.2.016 – Apoio e Realização de Eventos Turísticos

(88) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0098.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 11.648,00

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0014.2.035 – Manutenção das ações do Bloco de Atenção Básica

(56) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.0987.0 (0.6.00038) – Aplicações Diretas R\$ 178.000,00

10.301.0014.2.037 – Manutenção da Assistência Farmacêutica

(52) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.0906.0 (0.6.00038) – Aplicações Diretas R\$ 16.525,16

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Exercício de 2016, de Recursos Ordinários, na importância de R\$ 83.548,00 (oitenta e três mil, quinhentos e quarenta e oito reais), dos Recursos do Incremento Temporário do PAB, na importância de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais), dos Recursos da Assistência Farmacêutica Básica – Estado, na importância de R\$ 16.525,16 (dezesseis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e dezesseis centavos), totalizando um montante de R\$ 278.073,16 (duzentos e setenta e oito mil, setenta e três reais e dezesseis centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 07 de julho de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

## DECRETO 67/2017

Publicação Nº 1441891

DECRETO N.º 67/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 178.300,00 (cento e setenta e oito mil e trezentos reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.004 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Administração

(9) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão: 05 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos  
Unidade: 01 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos  
15.452.0004.2.009 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

(29) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

(31) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 07 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0005.2.014 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

(39) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0007.2.023 – Manutenção dos Serviços do Ensino Fundamental

(13) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0101.0 (0.1.00001) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 13 – Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

12.361.0007.2.023 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

(2) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Defesa Civil

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Defesa Civil

06.182.0006.2.054 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil

(4) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 1.300,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 03 – Secretaria de Administração

Unidade: 01 – Secretaria de Administração

04.122.0003.2.004 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Administração

(11) 4.4.71.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Órgão: 05 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

Unidade: 01 – Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

15.452.0004.2.009 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

(28) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Órgão: 07 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0005.2.014 – Manutenção dos serviços da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

(40) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0007.2.023 – Manutenção dos Serviços do Ensino Fundamental

(10) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0101.0 (0.1.00001) – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 13 – Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

12.361.0007.2.023 – Manutenção do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência

(1) 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Defesa Civil.

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Defesa Civil.

06.182.0006.2.054 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil.

(2) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500.0 (0.1.00000) – Aplicações

Diretas R\$ 1.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de julho de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 159.17

Publicação Nº 1442714

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 0xx/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2017 - PML  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2017 - PML

Aos 22 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - LUZERNA INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Doze de Maio, 152, sala 02, Bairro Vila Alemanha, na cidade de Luzerna/SC, CEP 89.609-000 inscrita no CNPJ sob o nº 07.336.749/0001-53, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. PAULO DELFINO PINTO, brasileiro, maior e capaz, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 1.704.431 SSPSC e inscrito no CPF/MF sob o nº 639.561.289-15, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 086/2017, Pregão Presencial nº 063/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, DE FORMA PARCELADA, E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS POR HORA TRABALHADA, AMBOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E GINÁSIOS DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC; E B) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONCLUSÃO DA ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO, CONFORME QUANTITATIVOS ESTIMADOS NO ANEXO I DO EDITAL, constituindo-se em:

##### 0.2.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
LOTE 01					
1	80,00	UN	BASE PARA RELE FOTO ELETRONICO, CORRENTE NOMINAL 10A, 220V, HOLOGADO PELA CELESC	6,60	528,00
2	50,00	UN	BOCAL DE PORCELANA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E-27	1,98	99,00
3	50,00	UN	BOCAL DE PORCELANA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E-40	4,50	225,00
4	40,00	UN	BRAÇO ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AÇO CARBONO 1010-1020, LAMINADO, DIÂMETRO EXTERNO 25MM, ESPESSURA DE TUBO 1,9MM (MÍNIMO), COMPRIMENTO TOTAL 1000 MM, ZINCAGEM A QUENTE, HOMOLOGADO PELA CELESC	21,84	873,60
5	40,00	UN	BRAÇO ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AÇO CARBONO 1010-1020, LAMINADO, DIÂMETRO EXTERNO 33MM (31 A 35MM), ESPESSURA DE TUBO 2,2MM (MÍNIMO), COMPRIMENTO TOTAL 1500 MM, ZINCAGEM A QUENTE, HOMOLOGADO PELA CELESC	58,00	2.320,00
6	40,00	UN	BRAÇO ESPECIAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, AÇO CARBONO 1010-1020, LAMINADO, DIÂMETRO EXTERNO 46-49 MM, ESPESSURA DE TUBO 3MM (MÍNIMO), COMPRIMENTO TOTAL 3000 MM, ZINCAGEM A QUENTE, HOMOLOGADO PELA CELESC.	105,00	4.200,00
7	900,00	M	CABO FLEXÍVEL 2,5MM <sup>2</sup>	1,20	1.080,00
8	500,00	M	CABO MULTIPLEXADO 35MM COM NEUTRO NÚ, ISOLAÇÃO DE XLPE 90°C. HOMOLOGADO PELA CELESC.	4,70	2.350,00
9	30,00	UN	CHAVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 1 X 50A, 198/242V, 60HZ, CONECTOR MAGNETICO NA HOLOGADO PELA CELESC	169,00	5.070,00
10	30,00	UN	CHAVE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2 X 30 A, 198/242V, 60 HZ, CONECTOR MAGNETICO NA HOLOGADO PELA CELESC	200,00	6.000,00
11	60,00	UN	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO 260 MM, PADRÃO CELESC	22,50	1.350,00
12	50,00	UN	CINTA PARA POSTE CIRCULAR COM DIAMETRO 230MM, PADRÃO CELESC	22,77	1.138,50
13	60,00	UN	CONECTOR AMPACTINHO TIPO I	5,18	310,80
14	60,00	UN	CONECTOR AMPACTINHO TIPO II	3,10	186,00
15	60,00	UN	CONECTOR AMPACTINHO TIPO III	2,29	137,40

16	1.000,00	HRS	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MANUTENÇÃO DAS REDES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DOS GINÁSIOS DE ESPORTE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, CONFORME ESTABELECIDO DO TERMO DE TRANSFERÊNCIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A CELESC.	74,30	74.300,00
17	100,00	M	FITA ISOLANTE ADESIVA, PVC, ESPESSURA 0,19MM, LARGURA 19MM, RESISTENTE À TRAÇÃO 3,09 DE N/CM DE LARGURA, COR PRETA, COMPRIMENTO 20 METROS	5,00	500,00
18	60,00	UN	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 150W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOIDE, BASE E-40, HOLOGOGADA PELA CELESC	21,00	1.260,00
19	260,00	UN	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 250W - 220V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOIDE, BASE E-40, HOLOGOGADA PELA CELESC	32,00	8.320,00
20	60,00	UN	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 400W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOIDE, BASE E-40, HOLOGOGADA PELA CELESC	27,80	1.668,00
21	310,00	UN	LAMPADA VAPOR DE SÓDIO 70W - 220 V, ALTA PRESSÃO, BULBO OVOIDE, BASE E-27, HOLOGOGADA PELA CELESC	19,90	6.169,00
22	100,00	UN	LUMINÁRIA INTEGRADA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA 70W À 150W	189,00	18.900,00
23	50,00	UN	LUMINÁRIA INTEGRADA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ATÉ 400W	236,00	11.800,00
24	50,00	UN	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 150W COM FLUXO LUMINOSO EFETIVO ACIMA DE 14.500/LM, COM CONSUMO MÁXIMO DE +/-5%, 150W, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO INJETADO COM PINTURA ELETROSTÁTICA; BIVOLT AUTOMÁTICO; FONTE DE ENERGIA COM CONTROLE DE CORRENTE EM MALHA FECHADA; AUTO FATOR DE POTÊNCIA - IGUAL OU SUPERIOR A 0,98; DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL DE CORRENTE INFERIOR A 10% (CONTABILIZANDO TODAS AS HARMÔNICAS); ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC) SUPERIOR A 70; PROTETOR CONTRA SURTOS DE 275VCA/10KA; SISTEMA DE ATERRAMENTO; LENTE COM DISTRIBUIÇÃO LONGITUDINAL CURTA E TRANSVERSAL TIPO III COMPROVADO PELO ENSAIO FOTOMÉTRICO; TEMPERATURA MÉDIA DE COR 4500 A 6500K; BASE E RELE FOTO CONTROLADOR CONFORME A NBR 5123 E E-313.0044; LED E DRIVER COM VIDA ÚTIL IGUAL OU SUPERIOR A 50.000 HORAS (L70). POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DO DRIVER, SE POSSÍVEL DE FORMA MODULAR.	1.126,69	56.334,50
25	40,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONADO 1010-1020, 16 X 300MM, GALVANIZADO A FOGO, COM ROSCA E PORCA, PADRÃO CELESC	9,63	385,20
26	100,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 100 MM GALVANIZADO A FOGO, COM ROSCA E PORCA, PADRÃO CELESC	3,80	380,00
27	40,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 200MM, GALVANIZADO A FOGO, COM ROSCA E PORCA, PADRÃO CELESC	6,35	254,00
28	80,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA, AÇO CARBONO 1010-1020, 16 X 250MM, GALVANIZADO A FOGO, COM ROSCA E PORCA, PADRÃO CELESC	6,35	508,00
29	15,00	UN	POSTE DUPLO-T EM CONCRETO ARMADO 10/150 DAN	540,00	8.100,00
30	15,00	UN	POSTE DUPLO-T EM CONCRETO ARMADO 7/100 DAN	276,75	4.151,25
31	50,00	UN	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SÓDIO/METÁLICO 400 W - 220 V, 60 HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92, USO EXTERNO, GALVANIZADO, COM IGNITOR INCORPORADO, HOMOLOGADO PELA CELESC.	130,29	6.514,50
32	50,00	UN	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SÓDIO 150 W - 220 V, 60 HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92, USO EXTERNO, GALVANIZADO, COM IGNITOR INCORPORADO, HOLOGOGADO PELA CELESC	78,81	3.940,50
33	80,00	UN	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SÓDIO 250 W - 220 V, 60 HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92, USO EXTERNO, GALVANIZADO, COM IGNITOR INCORPORADO, HOLOGOGADO PELA CELESC	106,97	8.557,60
34	110,00	UN	REATOR DE BAIXA PERDA, PARA LAMPADA VAPOR SÓDIO 70W - 220 V, 60 HZ, FATOR DE POTÊNCIA 0,92, USO EXTERNO, GALVANIZADO, COM IGNITOR INCORPORADO, HOLOGOGADO PELA CELESC	69,15	7.606,50
35	140,00	UN	RELE FOTO ELETRÔNICO, RE-98 105 A 305V, AUTOMÁTICO, HOLOGOGADO PELA CELESC	19,90	2.786,00
TOTAL LOTE 1					248.303,35
LOTE 02					
36	32,00	UN	ARRUELA QUADRADA 12MM	0,5194	16,62
37	16,00	UN	ARRUELA QUADRADA 16MM	0,5896	9,43
38	10,00	M	CABO FLEXÍVEL 750V 10MM² AZUL	4,3368	43,37



39	10,00	M	CABO FLEXÍVEL 750V 10MM² BRANCO	4,3368	43,37
40	10,00	M	CABO FLEXÍVEL 750V 10MM² PRETO	4,3368	43,37
41	2,00	M	CABO FLEXÍVEL 750V 10MM² VERDE	4,3368	43,37
42	10,00	M	CABO FLEXÍVEL 750V 10MM² VERMELHO	4,3368	43,37
43	8,00	UN	CONECTOR PIERCING CDP 70	4,5466	36,37
44	3,00	UN	CURVA 180° 1"	1,309	3,93
45	2,00	UN	KIT SUPRENS	21,7338	43,47
46	8,00	UN	LUVA PVC 1"	0,6695	5,36
47	4,00	UN	MÃO FRANCESA PERFILADA	22,4732	89,89
48	32,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 12X125MM	5,2761	168,84
49	4,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X125MM	4,4767	17,91
50	8,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X300MM	9,6228	76,98
51	8,00	UN	PARAFUSO CABEÇA QUADRADA 16X350MM	10,4322	83,46
52	32,00	UN	PORCA QUADRADA 12MM	0,6495	20,78
53	16,00	UN	PORCA QUADRADA 16MM	0,6795	10,87
54	4,00	UN	TUBO PVC 1"	6,2353	24,94
TOTAL LOTE 2					791,000
TOTAL (lote 1 + lote 2)					249,094,35

0.3. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 249.094,35 (duzentos e quarenta e nove mil e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos);

0.4. Os materiais e serviços de que trata o objeto desta licitação encontram-se devidamente especificados nesta Ata e no Anexo I do Edital, devendo o proponente vencedor disponibilizar a totalidade dos itens descritos.

Da manutenção de rede iluminação pública:

0.5. Os serviços para a manutenção da iluminação pública objetivam assegurar o bom estado de conservação do sistema ou recompor o funcionamento, em decorrência de defeitos apresentados pelos mesmos.

0.5.1. Os serviços de manutenção da iluminação pública englobam todas as atividades e cuidados técnicos necessários para assegurar o funcionamento regular e permanente do sistema, a correção de não conformidades detectadas, a substituição ou reparo nos equipamentos e acessórios, o atendimento a solicitações para substituição de lâmpadas apagadas, triagem, recuperação dos materiais retirados da rede e o descarte dos inservíveis.

0.5.2. Os serviços serão executados de forma continuada, com início imediato a partir da assinatura do contrato.

0.5.3. As providências relativas à manutenção da iluminação pública do Município deverão ser atendidas conforme estipulado a seguir:

0.5.3.1. Em condições normais, a empresa contratada deverá atender, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados da solicitação

0.5.3.2. Nos casos de urgência, o prazo máximo será de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da solicitação, todos os dias da semana.

0.5.4. Os materiais a serem utilizados deverão atender às especificações constantes nas instruções e nas normas técnicas da CELESC.

0.5.5. Caso haja necessidade da aplicação de algum material ou serviço não relacionado nos itens deste certame em caráter excepcional, a empresa contratada deverá comunicar essa circunstância ao Município, submetendo o preço à apreciação e aprovação da fiscalização antes da sua aplicação.

0.5.6. A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ DAR DESTINAÇÃO ÀS LÂMPADAS SUBSTITUÍDAS, DESCARTANDO-AS OU ARMAZENANDO-AS POR SUA CONTA E RISCO, EM LOCAL DEVIDAMENTE APROPRIADO QUE NÃO COMPROMETA A SAÚDE E SEGURANÇA DAS PESSOAS E NÃO TRAGA RISCO E CONTAMINAÇÃO AO MEIO AMBIENTE.

0.5.7. Todos os serviços executados e materiais fornecidos deverão ser garantidos por, no mínimo, 06 (seis) meses contados da entrada em funcionamento.

0.5.8. O suprimento de materiais para reposição no sistema de iluminação pública é de responsabilidade da empresa contratada, que deverá manter estoque de materiais em quantidade adequada para assegurar o pronto reestabelecimento do sistema de iluminação pública e a continuidade dos serviços de manutenção.

0.5.9. Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços.

0.5.10. A empresa contratada deverá emitir Relatório Mensal com a relação de serviços e materiais utilizados.

0.5.11. Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos projetos e serviços ora licitados, bem como, as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

Itens constantes do Anexo I:

0.6. A empresa contratada deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos materiais, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

0.6.1. Por ocasião do recebimento dos materiais e serviços, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.7. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos materiais e serviços objeto deste certame,



verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

0.8. A empresa contratada deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

0.9. O aceite do produto não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

0.10. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Cabe ao Município:

4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;

4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;

4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;

4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado no Edital;

4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.

4.2. Cabe ao FORNECEDOR:

4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);

4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.2.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA

##### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

#### Ação (s)

08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes

11.001.15.452.0061.2056 – Manutenção dos serviços de iluminação pública

08.001.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental

#### Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

4.4.90. Investimentos – Aplicações diretas

#### Fonte (s):

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários

1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

1.08 e 3.08 Detalhamento: 008 – Contrib. p/ custeio de Iluminação Pública - COSIP

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelos Srs. André Luis Toigo Diesel nomeado como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 23 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

PREFEITO

CONTRATANTE

PAULO DELFINO PINTO

LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME

FORNECEDOR 1

#### TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Nome:

CPF:

Ass.

Nome:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 160.17**

Publicação Nº 1442871

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 160/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2017 - PML  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017 - PML  
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Atílio Pagnoncelli, 210, térreo, Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, CEP: 89.610-000 inscrita no CNPJ sob o nº 14.292.313/0001-75, neste ato representada pela Senhora CLAUDETE MARIA FRIEDRICH PEROZA, brasileira, casada, autônoma, portadora da cédula de identidade nº 2.035.382 e inscrita no CPF/MF sob o nº 737.970.069-34, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº PML 087/2017, Pregão Presencial nº 064/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a aquisição, de forma parcelada, de agendas personalizadas, destinadas aos alunos da educação infantil e ensino fundamental da Escola Municipal São Francisco, deste Município de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I do presente edital, em conformidade com as especificações no anexo, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
01	700,00	UN	AGENDA ENSINO FUNDAMENTAL: agenda capa dura, capa frente tamanho 15,5x21,3 cm, cartão 1,8mm envolto em pvc camurça 20 micras, impressão papel coche 150g cor 4x0 envolto ao pvc cristal pó 20 micras, capa verso tamanho 15,5x21,3 com cartão 1,8 envolto em pvc camurça 20 micras, impressão de papel coche cor 4x0 envolto ao pvc cristal pó 20 micras. Miolo tamanho 15x21cm, papel 90 gramas cor 4x4 - 124 páginas. Acabamento wire-o, na cor que melhor combinar.	17,62	12.334,00
02	170,00	UN	AGENDA ENSINO INFANTIL: agenda capa dura, capa frente tamanho 15,5x21,3 cm, cartão 1,8mm envolto em pvc camurça 20 micras, impressão papel coche 150g cor 4x0 envolto ao pvc cristal pó 20 micras, capa verso tamanho 15,5x21,3 com cartão 1,8 envolto em pvc camurça 20 micras, impressão de papel coche cor 4x0 envolto ao pvc cristal pó 20 micras. Miolo tamanho 15x21cm, papel 90 gramas cor 4x4 - 124 páginas. Acabamento wire-o, na cor que melhor combinar.	21,56	3.665,20

0.1. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 15.999,20 (quinze mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos);

1.1.1. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do presente Edital, sendo que os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo a proponente vencedora, proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.1.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.1.3. O FORNECEDOR deverá fornecer os materiais na forma e nas características dos modelos a serem disponibilizados, em quantidade e nos prazos previstos no presente Edital e seus anexos.

1.1.4. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna, nas dependências da Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.1.5. O FORNECEDOR deverá apresentar uma prova da impressão ao setor solicitante, antes de proceder à impressão definitiva.

1.1.6. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca da mercadoria enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.1.7.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro



dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.1.9.1. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização da prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.1.10. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.1.11. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.1.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.1.12.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço somente será revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de reajuste, a exceção do previsto no art. 65, inciso I, letra 'b' e inciso II, letras 'c' e 'd', da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

2.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.5. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone: (049) 3551-4700 | ou do E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

2.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto do presente contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.



7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna, durante a vigência do presente contrato:

Ação (s):

07.001.12.361.701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental

07.001.12.365.701.2709 – Manutenção da Educação – Creche

07.001.12.365.701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Regina Carin Jacoby Cureau, nomeado como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 28 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

CLAUDETE MARIA FRIEDRICH PEROZA

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

Nome legível:

RG:

CPF:

Nome legível:

RG:

CPF:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 161.17**

Publicação Nº 1442911

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 0xx/2017  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2017 - PML  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2017 - PML  
 VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

01 – ADAGIL HIDRÁULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Francisco Lindner, 122, Centro, na cidade de Joaçaba/SC, CEP 89.600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.232.544/0001-20, neste ato representado por sua sócia-administradora MARISETE LINDNER, brasileira, solteira, vendedora, portadora da cédula de identidade nº 39222349 e inscrita no CPF/MF sob o nº 027.413.409-86, doravante denominado FORNECEDOR 01;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 089/2017, Pregão Presencial nº 065/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para manutenção de aparelhos de ar condicionado de diversas potências, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e insumos necessários à realização dos serviços, de acordo com as especificações constantes do Anexo I deste Edital, para atender as necessidades da Unidade Gestora – Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC, constituindo-se em:

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
<b>Lote 01</b>					
1	70,00	Ser.	LIMPEZA SIMPLES DE APARELHO DE AR CONDICIONADO: incluindo limpeza do filtro para todos os tamanhos de aparelhos.	20,00	1.400,00
2	70,00	Ser.	MANUTENÇÃO/LIMPEZA COMPLETA DO APARELHO DE AR CONDICIONADO - 9.000 até 24.000 BTUs	100,00	7.000,00
3	10,00	Ser.	MANUTENÇÃO/LIMPEZA COMPLETA DO APARELHO DE AR CONDICIONADO - 48.000 BTUs	170,00	1.700,00
4	10,00	Ser.	MANUTENÇÃO/LIMPEZA COMPLETA DO APARELHO DE AR CONDICIONADO - 60.000 BTUs	170,00	1.700,00
<b>TOTAL LOTE 01</b>					<b>11.800,00</b>
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
<b>LOTE 2</b>					
5	25,00	Ser.	Carga de gás, incluindo mão de obra, para aparelhos de ar condicionado de 9.000 até 12.000 BTUs.	290,00	7.250,00
6	25,00	Ser.	Carga de gás, incluindo mão de obra, para aparelhos de ar condicionado de 18.000 até 30.000 BTUs.	340,00	8.500,00
7	15,00	Ser.	Carga de gás, incluindo mão de obra, para aparelhos de ar condicionado de 36.000 até 60.000 BTUs.	400,00	6.000,00
<b>TOTAL LOTE 02</b>					<b>21.750,00</b>
Item	Qtde	Unid.	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
<b>LOTE 03</b>					
8	70,00	Ser.	Troca de tubulação de cobre, incluído materiais e mão de obra, para diâmetros de 1/2" e 1/4"	70,00	4.900,00
9	20,00	Ser.	Troca de tubulação de cobre, incluído materiais e mão de obra, para diâmetros de 3/4"	94,00	1.880,00
10	70,00	Ser.	Troca de isolante térmico, incluindo mão de obra e demais acessórios necessários ao serviço.	27,00	1.890,00
<b>TOTAL LOTE 03</b>					<b>8.670,00</b>

0.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 42.220,00 (quarenta e dois mil duzentos e vinte reais)

1.2.1. Os serviços de manutenção de aparelhos de ar condicionado de diversas potências, com fornecimento de materiais, equipamentos e insumos, deverão ser executados de forma parcelada, de acordo com as necessidades do Município, devendo o FORNECEDOR proceder à execução dos serviços em até 5 (cinco) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.2.1.1. A MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO SERÃO EFETUADOS NOS LOCAIS INDICADOS PELA MUNICIPALIDADE, DEVENDO A CONTRATADA PREVER O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, ENFIM, TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS.

1.2.1.2. As manutenções deverão atender a todas as normas técnicas aplicáveis, inclusive segurança na execução e especificações do fabricante, a fim de dar qualidade aos serviços bem como preservar a integridade dos instaladores e a garantia dos equipamentos.

1.2.2. O objeto licitado deverá ser cotado e entregue em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.2.3. Os empregados da empresa contratada, ao prestarem serviços em campo deverão dispor de uniforme, identificação e equipamentos de proteção individual e coletiva, além de possuir as ferramentas necessárias à perfeita execução dos serviços.

1.2.4. O FORNECEDOR deve responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, realizando criteriosamente a seleção e o preparo dos empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos com boa conduta e com qualificação técnica devidamente reconhecida, tendo funções profissionais registradas em suas carteiras de trabalho.

1.2.5. As despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, são de inteira responsabilidade do FORNECEDOR.

1.2.5.1. Serão de total responsabilidade do FORNECEDOR, eventuais danos decorrentes de acidentes de veículos quando do deslocamento para realização dos trabalhos contratados, sejam eles pessoais, materiais ou morais, inclusive de terceiros, além de notificações por infrações ao Código de Trânsito Brasileiro.

1.2.5.2. Caberá exclusivamente à empresa contratada, na prestação dos serviços, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e de acidentes do trabalho, referentes ao pessoal integrante de sua sociedade, e bem assim, empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a empresa contratada colocar a serviço no atendimento do objeto.

1.2.5.3. O FORNECEDOR deverá fornecer e disponibilizar, em tempo integral, todos os equipamentos de proteção individual e/ou coletiva, em conformidade com a legislação vigente, de forma a atender toda a equipe, orientando-a sobre seu correto e indispensável uso.

1.2.5.3.1. Deverá ainda, paralisar imediatamente os serviços caso o Município, por meio de sua fiscalização, verifique que os a proponente vencedora não esteja devidamente equipada ou munida de EPI's e EPC's, ficando o ônus pela paralisação por conta da proponente contratada, além da sujeição desta às penalidades cabíveis.

1.2.5.4. O FORNECEDOR deverá responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seu empregados, quando em serviço.

1.2.5.5. Caberá ao FORNECEDOR fornecer, às suas expensas, os veículos para o transporte de materiais e pessoal, as ferramentas e equipamentos, necessários à execução dos serviços ora contratados.

1.2.6. O FORNECEDOR deverá executar os serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, descritos neste edital, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo setor municipal competente.

1.2.7. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização da prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais objeto deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.2.8. A prestação dos serviços e o fornecimento de materiais de forma inadequada que não atenderem às exigibilidades não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

1.2.9. Em caso da recusa do serviço ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.11. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93;

- 2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;
- 2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;
- 2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br))
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Cabe ao Município:
  - 4.1.1. A definição do objeto desta Licitação;
  - 4.1.2. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
  - 4.1.3. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito, visando à fiscalização da execução do contrato;
  - 4.1.4. Efetuar o pagamento empresa vencedora de acordo com o estipulado neste Edital;
  - 4.1.5. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal protocolado pela proponente vencedora, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;
  - 4.1.6. Providenciar a publicação da Ata de Registro de Preços proveniente do presente processo, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;
  - 4.1.7. Emitir, quando da necessidade da aquisição dos materiais, através do setor municipal competente, autorização para o fornecimento dos mesmos.
- 4.2. Cabe à Proponente Vencedora:
  - 4.2.1. Executar o objeto do presente edital de acordo com o estipulado nos subitens 1.2 (Da Forma de Execução);
  - 4.2.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
  - 4.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
  - 4.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
  - 4.2.12. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLAÚSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
  - 5.1.1. Advertência;
  - 5.1.2. Multa;
  - 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
  - 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
  - 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
  - 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por



cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço,

nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

**Ação (s):**

02.001.04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito  
02.001.04.122.0004.2004 – Manutenção da Assessoria Jurídica  
02.001.04.122.0004.2005 – Manutenção da Assessoria de Planejamento  
02.001.04.124.0007.2007 – Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno  
06.001.04.122.0007.2006 – Manutenção do Departamento de Administração  
11.003.06.181.0010.2010 – Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha  
11.003.06.181.0010.2011 – Manutenção do Convênio do Corpo de Bombeiros  
11.003.06.181.0010.2012 – Manutenção do Convênio multas de trânsito – Polícia Militar  
11.003.06.181.0010.2013 – Manutenção do convênio multas de trânsito – Polícia Civil  
07.001.08.243.0022.2081 – Manutenção do Conselho Tutelar  
08.001.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental  
08.001.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil – Creches  
08.001.12.365.0028.2092 – Manutenção da Educação Infantil – Pre Escolar  
08.001.13.392.0046.2038 – Apoio para Difusão Cultural  
08.003.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes  
11.002.20.606.0052.2042 – Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente  
11.001.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos  
12.001.08.244.0020.2025 – Manutenção do Centro de Multiuso  
12.001.08.244.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral  
12.001.08.244.0025.2084 – Manutenção do CRAS  
13.001.10.301.0016.2017 – Atenção Básica  
13.001.10.301.0016.2018 – Manutenção dos serviços de vigilância sanitária e epidemiológica  
13.001.10.122.0103.2094 – Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde

**Modalidade de Aplicação (s):**

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

**Fonte (s):**

1.00 e 3.00 Detalhamento: 000 – Recursos Ordinários  
1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos – Educação  
1.02 Detalhamento: 002 – Rec. De Imp. E Transf. De Impostos – Saúde  
1.11 e 3.11 Detalhamento: 011 – Convênio de Trânsito – Civil  
1.12 e 3.12 Detalhamento: 012 – Convênio de Trânsito – Prefeitura  
1.19 e 3.19 Detalhamento: 019 – FUNDEB 40%  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 102 – Corpo de Bombeiros  
1.00 e 3.00 Detalhamento: 103 – Rádio Patrulha  
1.24 e 3.24 Detalhamento: 109 – FUNDAM  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 206 – Piso da Atenção Básica  
1.38 e 3.38 Detalhamento: 208 – PMAQ  
1.35 e 3.35 Detalhamento: 312 – BL PSB CLÁUSULA NONA

**DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Juliana Corbani, nomeada como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

**DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços. E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de novembro de 2017..

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO de Luzerna  
CONTRATANTE

MARISETE LINDNER  
ADAGIL HIDRÁULICA E CLIMATIZAÇÃO LTDA  
FORNECEDOR 1

**TESTEMUNHAS:**

1. -----	2. -----
Ass.	Ass.
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 162.17**

Publicação Nº 1442937

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 162/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2017 - PML  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2017 - PML  
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - DISTRIBUIDORA CURITIBA PAPÉIS E LIVROS S/A, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Marechal Floriano Peixoto, 1762, Rebouças, na cidade de Curitiba/PR, CEP 80230-110, inscrita no CNPJ sob o nº 79.065.181/0001-94, neste ato representada pelo Senhor JOB MARTA SILVA, brasileiro, casado, gerente de vendas, portador da cédula de identidade nº 4.993.813-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 672.869.419-68, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 090/2017, Pregão Presencial PML nº 066/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de livros de inglês destinados à manutenção das atividades da educação infantil e do ensino fundamental da Escola Municipal São Francisco, para o ano letivo de 2018, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	66,00	UN	STAR UP PRE BOOK 1 ELIETE CANESI/RITA FARIA ATICA	53,40	3.524,40
2	47,00	UN	STAR UP PRE BOOK 2 ELIETE CANESI/RITA FARIA ATICA	53,40	2.509,80
3	62,00	UN	STAR UP PRE BOOK 3 ELIETE CANESI/RITA FARIA ATICA	53,40	3.310,80
4	49,00	UN	STAR UP STAGE 1 ELIETE CANESI/RITA FARIA ATICA	51,40	2.518,60
5	72,00	UN	STAR UP STAGE 2 ELIETE CANESI/RITA FARIA ATICA	54,80	3.945,60
6	50,00	UN	STAR UP STAGE 3 ELIETE CANESI/RITA FARIA ATICA	54,80	2.740,00
7	71,00	UN	STAR UP STAGE 4 ELIETE CANESI/RITA FARIA ATICA	56,20	3.990,20
8	70,00	UN	STAR UP STAGE 5 ELIETE CANESI/RITA FARIA ATICA	56,20	3.934,00

1.1.1. O FORNECEDOR 01, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 26.473,40 (vinte e seis mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta centavos)

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo I do presente Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido de acordo com as necessidades da Secretaria de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária, devendo a proponente vencedora proceder à entrega dos materiais em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.3.1. Os materiais fornecidos deverão ser de primeira qualidade.

1.3.2. O FORNECEDOR deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.4. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos equipamentos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

1.5. Os materiais deverão ser entregues ao servidor responsável pelo Setor de Educação, Cultura e Esporte, nas dependências da Prefeitura de Luzerna, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.6.1. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.6.2. Não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.7. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização da prestação dos serviços e/ou o fornecimento de materiais objeto

deste certame, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade. Constatado o fornecimento de material ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

1.7.1. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

1.8. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.9. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento, e das eventuais consequências dele decorrentes.

1.10. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.10.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço somente será revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. Os preços contratados não sofrerão qualquer espécie de reajuste, a exceção do previsto no art. 65, inciso I, letra 'b' e inciso II, letras 'c' e 'd', da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

2.4. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.6. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.7. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.8. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.1.5. Facilitar todas as atividades de fiscalização da execução da Ata de Registro de Preço;

4.1.6. Exigir do Município, a emissão da ordem de serviço, para que proceda ao início da execução do objeto;

4.1.7. Submeter-se à fiscalização do Município, durante toda a vigência da Ata;

4.1.8. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações da Ata de Registro de Preços ou os dela resultantes, sem prévia e formal anuência do Município.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer

a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução desta Ata correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna, durante a vigência da presente Ata:

Ação (s):

07.001.12.361.701.2711 – Manutenção da Educação – Fundamental

07.001.12.365.701.2709 – Manutenção da Educação – Creche

07.001.12.365.701.2710 – Manutenção da Educação – Pré escola

Modalidade de Aplicação (s):

3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

Fonte (s):

1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Regina Carin Jacoby Cureau, nomeada como fiscal de execução da Ata de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 28 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

JOB MARTA SILVA

DISTRIBUIDORA CURITIBA PAPÉIS E LIVROS S/A

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### DECRETO 2488

Publicação Nº 1442855

DECRETO Nº 2488 de 30 de novembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2017”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os artigos 4º e 5º, da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado no detalhamento 00 - Recursos Ordinários, distribuídos na ação, Grupo de Natureza da Despesa (G.N.D.) e modalidade de aplicação abaixo descrita:

Ação: 06.001.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração

G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas

Fonte: 3.00 - S.F. Recursos Ordinários  
Detalhamento: 00 - Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 25.000,00

Parágrafo Único - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2016.

Art.2º- Ficam anuladas parcialmente, as dotações atribuídas às ações discriminadas até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar  
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.1.90. Despesas de Pessoal - Aplicações diretas  
Fonte: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
Valor: R\$ 2.212,03

Art.3º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas até os limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Ação: 08.001.12.365.0028.2092 - Manutenção da Educação Infantil - Pre escolar  
G.N.D. - Modalidade de Aplicação: 3.3.90. Outras despesas correntes - Aplicações diretas  
Fonte: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
Detalhamento: 001 - Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação  
Valor: R\$ 2.212,03

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna (SC), 30 de novembro de 2017.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

## **ERRATA - EDITAL DE CHAMAMENTO 003/2017 PROJETO DE ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA**

Publicação Nº 1441941

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 003/2017/PML  
Adote uma Praça Pública  
ERRATA 001/2017

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro, representado neste ato por seu Prefeito, Sr. MOISES DIERSMANN, torna público a INCLUSÃO das disposições da Lei nº 1551 de 28 de novembro de 2017, incluindo os PORTAIS DE ENTRADA DO MUNICÍPIO na Lei nº 1301 de 21 de outubro de 2014, passando assim os portais de entrada do Município a fazerem parte do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 003/2017/PML - Adote uma Praça Pública, que objetiva a adesão ao PROJETO DE ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, Lei nº 1.301 de 21 de outubro de 2014 e suas alterações.

As demais disposições do Edital de Chamada Pública nº 003/2017/PML permanecem inalteradas.

Luzerna/SC, 29 de novembro de 2017.  
Moisés Diersmann  
Prefeito  
Município de Luzerna  
.

## **PL 096/2017 - PP 071/2017 - MERENDA ESCOLAR - PML**

Publicação Nº 1441949

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE EDITAL  
Processo Licitatório nº 096/2017 - PML  
Pregão Presencial nº 071/2017 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2018.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h15min do dia 14 de dezembro de 2017.



ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h25min do dia 14 de dezembro de 2017.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

## REPUBLICADA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 140.17

Publicação Nº 1442953

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 140/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2017 - PML

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017 - PML

Aos 03 (três) dias do mês de novembro do ano de 2017, presentes de um lado, a PREFEITURA DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito Municipal MOISÉS DIERSMANN, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, Órgão Gerenciador, no uso de suas atribuições, resolve registrar os preços ofertados pela empresa:

2 – IRACI BERTOLLO & FILHOS LTDA ME pessoa jurídica de direito privada situada a Avenida Sul Brasil, nº 44, Centro, no Município de Maravilha/SC, CEP 89.874-000, inscrita no CNPJ sob o nº 05.984.005/0001-55, neste ato representado por sua sócia administradora IRACI BERTOLLO, brasileira, casada, comerciante, portadora da cédula de identidade nº 619.721 e inscrita no CPF/MF sob o nº 296.038.469-53, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 069/2017, Pregão Presencial nº 047/2017, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de Registro de Preços, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO E DO PREÇO

0.0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS, eventual, destinado a aquisição de material esportivo, com amostra, para as aulas de educação física da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Escola Municipal São Francisco, a fim de atender as necessidades e objetivos da disciplina, priorizar o estímulo pedagógico e o desenvolvimento dos alunos, conforme especificações constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital, no quantitativo disposto abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
5	4,00	UN	Redes de tênis de mesa com suporte alicate	71,50	286,00
6	50,00	UN	Bolas de tênis de mesa 3 estrelas composta de celuloide com 40mm	3,30	165,00
10	5,00	UN	Bola Suécia para Handebol, com as seguintes características mínimas: Peso 230-270 (H1L); construção: costurada PVC; 32 gomos; circunferência 49-51; câmara Airbilty; Miolo Slip System - removível e lubrificado.	140,00	700,00
14	30,00	UN	Cordas individuais com 2,60m, punhos em plástico	19,30	579,00
17	10,00	UN	Bolinhas para Bets de borracha com 50 cm de diâmetro	6,55	65,50

1.2. O FORNECEDOR, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 1.795,50 (um mil setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos);

1.2.1. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, após a aprovação das amostras pelo encarregado, de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, devendo a proponente vencedora proceder à entrega em até 15 (quinze) dias contados da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, sem a exigência de valor ou quantitativo mínimo e sem custos adicionais.

1.2.1.2. Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto contraentes no Edital e na presente Ata.

1.2.1.2. Os materiais deverão apresentar as características originais do fabricante – não serão aceitos produtos clonados, reciclados, remanufaturados ou que tenham sofrido qualquer alteração em suas características originais.

1.2.2. Os materiais deverão ser de 1ª qualidade e estar de acordo com as normas e legislação pertinente para cada um.

1.2.2.1. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.2.3. O FORNECEDOR deverá arcar com as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.



1.2.4. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.2.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.2.6. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.2.7. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.2.8. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.2.8.1. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax ou e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras via telefone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA

### DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA

### DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer

a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna/SC ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

##### Ação (s):

- 08.001.12.361.0031.2030 – Manutenção da Educação Básica Fundamental
- 08.001.12.365.0028.2091 – Manutenção da Educação Infantil – Creches
- 08.001.12.365.0028.2092 – Manutenção da Educação Infantil – Pre escolar

##### Modalidade de Aplicação (s):

- 3.3.90. Outras despesas correntes – Aplicações diretas

##### Fonte (s):

- 1.01 Detalhamento: 001 – Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

#### CLÁUSULA NONA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação.

9.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Sra. Regina Carin Jacoby Cureau que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

##### DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento e 02 (dois) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de novembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN  
PREFEITO de Luzerna  
CONTRATANTE

IRACI BERTOLLO  
IRACI BERTOLLO & FILHO LTDA ME  
FORNECEDOR 2

## TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Ass.

Ass.

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
 Administração Direta

Betha Sistemas  
 Exercício 2016  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Página: 2

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	1.611.039,93	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.717,29
ATIVO CIRCULANTE	1.611.039,93	PASSIVO CIRCULANTE	16.717,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.611.039,93	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	16.717,29
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	1.611.039,93	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	193.618,38
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.467,98
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	211.803,65
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	32.882.220,28	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.089.263,49
ATIVO CIRCULANTE	90.030,97	PASSIVO CIRCULANTE	564.212,65
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	60.116,32	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	564.212,65
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	11.440,93	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	505.050,84
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	213,47	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	505.050,84
ESTOQUES	12.000,00	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	1.089.263,49
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	6.260,25		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.792.189,31		
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	661.217,10		
INVESTIMENTOS	4.222,85		
IMOBILIZADO	32.126.749,36		
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	32.882.220,28		
SALDO PATRIMONIAL			33.212.193,07

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	0,00	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5.733.809,57
TOTAL	0,00	TOTAL	5.733.809,57
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL		
ORDINÁRIA	776.067,93		
VINCULADA	623.148,35		
Alienções de Bens destinados a Outros Programas	13.485,18		
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	333,30		
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	186.964,09		
Convênio Transfêro - Civil	3.952,19		
Convênio Transfêro - Militar	6.749,62		
Convênio Transfêro - Prefeitura	7.520,60		
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	83.020,23		
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	13.414,92		
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	4.302,79		
Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos	2.247,85		



Betha Sistemas  
Exercício 2016  
Período: Janeiro a Dezembro  
Página: 3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
Anexo 14 - Balanço Patrimonial  
Administração Direta

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
S.F.Alienações de Bens destinados a Outros Program	31.377,44
S.F.Contr.p/ o Custeio dos Serv. de Ilum.Públ. - C	90.419,60
S.F.Convênio Trânsito - Civil	13.229,97
S.F.Convênio Trânsito - Militar	411,26
S.F.Convênio Trânsito - Prefeitura	8.411,06
S.F.Outros Rec. do Fundo Nac. de Desenv. Educ-FND	55,78
S.F.Programa Naci. de Apoio ao Transp. Esc-PNATE	19,69
S.F.Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE	227,50
S.F.Transferências de Convênios - Educação	45,27
S.F.Transferências de Convênios - Outros	32.669,62
Salário Educação	2.133,05
Transferências de Convênios - Estado/Outros	88,99
Transferências de Convênios - Educação	435,67
Transferências de Convênios - Outros	6.141,33
Transferências do FUNDEB - 40%	115.491,75
<b>TOTAL</b>	<b>1.399.236,28</b>

Luzerna, 31/01/2017

DREONE MENDES  
CONTADOR - CRC/SC 36.461

MOISES DIERSMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

# Macieira

## PREFEITURA

### decreto 1675

Publicação Nº 1442017

DECRETO Nº1675, de 23 de novembro de 2017.  
Constitui e nomeia membros da Comissão do Processo Seletivo nº 01/2017 e da outras providências.

Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira –SC, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal e

Decreta:

Art. 1º Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo nº 01/2017, integrada pelos membros que seguem:  
Salete Catarina Liszkievich – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte;  
Cristiane Turmina – Diretora Educacional da Escola do KM 30;  
Iana Spanholo – Representante do Poder Executivo;

Para, sob a presidência do primeiro, organizar, supervisionar e acompanhar a execução do Processo Seletivo, destinado ao provimento de cargos públicos temporários conforme Edital nº 01/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º Ficando revogado Decreto nº1669/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
em 23 de outubro de 2017.  
Zelir Citadin  
Prefeito Municipal

### decreto 1676

Publicação Nº 1442023

DECRETO Nº1676, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2016.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 889, de 28/11/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2016.

10.00 Fundo Municipal de Saúde  
10.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.28 Manutenção das Atividades da saúde  
33.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### decreto 1677

Publicação Nº 1442026

DECRETO Nº1677, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Abre Credito Suplementar por contado superávit financeiro de 2016 .  
ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 892, de 28/11/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2016:  
03.00 Gabinete do Prefeito  
03.04 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
10.16 Ampliação da Área Esportiva  
44.90 Aplicações Diretas  
R\$ 17.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### decreto 1678

Publicação Nº 1442103

DECRETO Nº1678, de 29 de novembro de 2017.  
Constitui e nomeia membros da Comissão do Processo Seletivo nº 02/2017 e da outras providências.

Zelir Citadin, Prefeito Municipal de Macieira –SC, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal e

Decreta:

Art. 1º Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo nº 02/2017, integrada pelos membros que seguem:  
Salete Catarina Liszkievich – Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte;  
Marylucy Bonassa Setti – Presidente do Conselho Municipal de Educação -COMED;  
Iana Spanholo – Representante do Poder Executivo;

Para, sob a presidência do primeiro, organizar, supervisionar e acompanhar a execução do Processo Seletivo, destinado ao provimento de cargos públicos temporários conforme Edital nº 02/2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
em 29 de novembro de 2017.  
Zelir Citadin  
Prefeito Municipal

**Lei 888**

Publicação Nº 1441952

LEI nº888, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

PARA ALTERAR OS VALORES CORRESPONDENTES ÀS PENALIDADES EM UFIR'S ESTABELECIDAS NA LEI 880/2017, ADEQUANDO-A DE FORMA CONDIZENTE COM A REALIDADE MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Macieira, Zelir Citadin, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º. – Ficam alterados os artigos 32 e 40 da Lei 880/2017 para vigorarem conforme segue abaixo:

“Art. 32. Aos infratores dos dispositivos da presente Lei e de atos complementares e de instruções normativas que forem expedidas, podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

I multa de 05 (cinco) vezes o UFIR:

- a) aos que desobedecerem a quaisquer das exigências sanitárias em relação ao funcionamento do estabelecimento, e a higiene do equipamento e dependências, bem como dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias-primas e produtos, inclusive aos que fornecerem lei te adulterado, fraudado ou falsificado;
- b) aos responsáveis pela permanência, em trabalho, de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido pela autoridade competente de Saúde Pública;
- c) aos que acondicionarem ou embalam produtos em continentes ou recipientes não permitidos;
- d) aos responsáveis por estabelecimentos que não coloquem em destaque o carimbo da Inspeção Municipal nas testas dos continentes, nos rótulos ou em produtos;
- e) aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;
- f) aos que infringirem quaisquer outras exigências sobre rotulagem para as quais não tenham sido especificadas outras penalidades.

II multa de 12 (doze) vezes o UFIR:

- a) às pessoas que despacharem ou conduzirem produtos de origem animal para consumo privado, nos casos previstos neste Regulamento, e os destinarem a fins comerciais;
- b) aos que lançarem mão de rótulos e carimbos oficiais da Inspeção Municipal, para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos que não estejam registrados ou relacionados no S.I.M.;
- c) aos que receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados ou relacionados, ingredientes, ou matérias-primas proibidas que possam ser utilizadas na fabricação de produtos;
- d) aos responsáveis por misturas de matérias-primas em porcentagens divergentes das previstas neste Regulamento;
- e) aos que adquirirem, manipularem, expuserem à venda ou distribuírem produtos de origem animal oriundos de outros Municípios, procedentes de estabelecimentos não registrados ou relacionados no SIE Serviço de Inspeção Estadual;
- f) às pessoas físicas ou jurídicas que expuserem à venda produtos a granel, que de acordo com a legislação vigente devem ser entregues ao consumo em embalagens originais;
- g) às pessoas físicas ou jurídicas que embarçarem ou burlarem a ação dos servidores do S.I.M. no exercício das suas funções;
- h) aos responsáveis por estabelecimentos de lei te e derivados que não realizarem a lavagem e higienização do vasilhame, de frascos, de carros tanque e veículos em geral;
- i) aos responsáveis por estabelecimentos que após o término dos trabalhos industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização

rigorosa das dependências e equipamentos diversos destinados à alimentação humana;

- j) aos responsáveis por estabelecimentos que ultrapassem a capacidade máxima de abate, industrialização ou beneficiamento;
- k) aos que deixarem de apresentar os documentos expedidos por servidor do S.I.M., junto às empresas de transportes, para classificação de ovos nos entrepostos;
- l) aos que venderem, em mistura, ovos de diversos tipos;
- m) aos que infringirem os dispositivos da legislação vigente, quanto a documentos de classificação de ovos nos entrepostos, referentes ao aproveitamento condicional;
- n) aos responsáveis por estabelecimentos registrados ou relacionados que não promoverem no S.I.M. as transferências de responsabilidade, ou deixarem de fazer a notificação necessária ao comprador ou locatário sobre essa exigência legal, por ocasião do processamento da venda ou locação;
- o) aos que lançarem no mercado produtos cujos rótulos não tenham sido aprovados pelo S.I.M.;
- p) aos responsáveis pela confecção, impressão, litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Municipal a serem usados, isoladamente ou em rótulos por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro no S.I.M.;
- q) aos que lançarem no consumo produtos de origem animal sem a passagem pelo entreposto respectivo, nos casos exigidos, para serem submetidos à Inspeção Sanitária;
- r) aos responsáveis pela expedição de produtos de origem animal para o comércio interestadual ou internacional, sem apresentação do certificado sanitário, nos casos exigidos pelo presente Regulamento;
- s) às firmas responsáveis por estabelecimentos que preparem, com finalidade comercial, produtos de origem animal, novos e não padronizados, cujas fórmulas não tenham sido previamente aprovadas pelo S.I.M.

III multa de 25 (vinte e cinco) vezes o UFIR:

- a) aos que lançarem mão de certificados sanitários, rotulagens e carimbos de inspeção, para facilitar ao escoamento de produtos de origem animal, que não tenham sido inspecionados pelo S.I.M.;
- b) aos responsáveis por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pelo S.I.M.;
- c) aos que expuserem à venda produtos oriundos de um estabelecimento como se fosse de outro;
- d) aos que usarem indevidamente os carimbos de Inspeção Municipal;
- e) aos que despacharem ou transportarem produtos de origem animal em desacordo com as determinações da Inspeção Municipal;
- f) aos responsáveis por estabelecimentos sob Inspeção Municipal que enviarem para o consumo produtos sem rotulagem;
- g) aos responsáveis por estabelecimentos não registrados que enviarem para o comércio interestadual produtos não inspecionados pelo S.I.M.

IV multa de 50 (cinquenta) vezes o UFIR:

- a) aos responsáveis por quaisquer alterações, fraudes ou falsificações de produtos de origem animal;
- b) aos que aproveitarem matérias-primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;
- c) aos que, embora notificados, mantiverem na produção de leite, vacas em estado de magreza extrema, atacadas de tuberculose, brucelose, afecções da úbere, diarreias e corrimentos vaginais que tenham sido afastadas do rebanho pelo S.I.M.;
- d) às pessoas físicas ou jurídicas que mantiverem, para fins especulativos, produtos que, a critério do S.I.M., possam ficar prejudicados em suas condições de consumo;

e) aos que subornarem, tentarem subornar ou usarem de violência contra servidores do S.I.M.;

f) aos que burlarem a determinação quanto ao retorno de produtos destinados ao aproveitamento condicional no estabelecimento de origem;

g) aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pela Inspeção Municipal;

h) aos responsáveis por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados na legislação vigente ou nas fórmulas aprovadas ou, ainda, sonegarem elementos informativos sobre composição centesimal e tecnologia do processo de fabricação;

i) às pessoas físicas ou jurídicas que utilizarem rótulos de produtos elaborados em estabelecimentos registrados ou relacionados no S.I.M. em produtos oriundos de estabelecimentos que não estejam sob Inspeção Municipal;

j) aos responsáveis por estabelecimento que abaterem animais em desacordo com a legislação vigente, tendo se em mira a defesa da produção animal do País.

Art. 40. As taxas referentes aos serviços efetuados pelo Sistema de Inspeção Municipal são as seguintes:

I-fotocópia de documento (por unidade): 0,1 (zero vírgula um) vez o valor do UFIR;

II-entrada de requerimento: 0,5 (zero vírgula cinco) vezes o valor do UFIR;

III-vistorias inicial e final (por vistoria): 1 (um) vez o valor do UFIR;

IV - aprovação de rótulo e embalagem (por unidade): 0,5 (zero vírgula cinco) vezes o valor do UFIR."

Macieira, 21 de novembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL.

### lei 889

Publicação Nº 1441966

LEI Nº889, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre Credito Suplementar por conta do Superávit financeiro do exercício de 2016.

O Prefeito do Município de Macieira, Zelir Citadin, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:  
LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2016.

10.00 Fundo Municipal de Saúde  
10.01 Fundo Municipal de Saúde  
20.28 Manutenção das Atividades da saúde  
33.90.3 Aplicações Diretas  
R\$ 60.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2017.  
ZELIR CITADIN  
Prefeito Municipal

### lei 890

Publicação Nº 1441971

LEI Nº 890, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Altera o Artigo 5º da Lei nº 850 de 06 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício de 2016.

O Prefeito do Município de Macieira, Zelir Citadin, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º - Fica alterado o artigo 5º, Parágrafo Único da Lei nº 850 de 06 de Dezembro de 2016, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - (...)

Art. 2º - (...)

Art. 3º - (...)

Art.4º - (...)

Art. 5º - O poder executivo poderá suplementar receitas oriundas de convenio, provável excesso de arrecadação, superávit financeiro e remanejar dotações faltantes no orçamento através de ato próprio, dando de imediato conhecimento ao Legislativo.

Art. 6º - (...)

Art. 7º - (...)

Art. 8º - (...)

Art.9º - (...)

Art. 10º - A presente Lei entrará em vigor em 15 de dezembro de 2017, com sua validade até 31 de Dezembro de 2017, revogando as disposições em contrário.

Macieira, 28 de novembro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal.

**lei 891**

Publicação Nº 1441976

LEI Nº891, de 28 de novembro de 2017.

PARA ALTERAR A ORGANIZAÇÃO, CRIAR CARGOS, DEFINIR ATRIBUIÇÕES NO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA, FIXAR AS REMUNERAÇÕES, PARA OS CARGOS DE INVESTIDURA NA FUNÇÃO PÚBLICA PREVISTOS PELAS LEIS COMPLEMENTARES 39 DE 2009.

O Prefeito do Município de Macieira, Zelir Citadin, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º. – Fica alterado o Anexo IV-A da LEI COMPLEMENTAR Nº 39, de 28 de dezembro de 2009, acrescentando-se o cargo específico de "AUXILIAR EDUCACIONAL", bem como fixar o número de vagas e o vencimento respectivo à carga horária visando suprir às necessidades de atendimento do serviço público educacional, conforme segue abaixo:

**ANEXO IV – A**  
**TABELA DE VENCIMENTOS**

CARGO	Nº VAGA	ESCOLARIDADE MÍNIMA	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO R\$
Auxiliar Educacional	10 (dez)	Magistério ou estar cursando ensino superior na área da educação.	40 (quarenta) horas	R\$ 1.403,15

§1º. A carga horária para o referido cargo poderá ser de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas, de acordo com as vagas disponibilizadas e/ou atribuições requeridas.

§2º. A função de Auxiliar Educacional poderá ser atribuída na prestação de serviços de apoio escolar em diversas áreas como: biblioteca, secretaria escolar, auxiliar de educação infantil, auxiliar de ensino fundamental, auxiliar de inclusão, auxiliar de laboratório, entre outras funções afins, ligadas aos serviços educacionais.

§3º. O cargo de Auxiliar Educacional, quando exercido em caráter temporário, terá remuneração conforme consta no Anexo IV-A – Tabela de Vencimentos do Auxiliar Educacional, sem direito a qualquer adicional por habilitação superior à mínima exigida para o cargo.

§4º. O cargo de Auxiliar Educacional, quando exercido em caráter de provimento efetivo, terá sua carreira regida por meio do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

§5º. As atribuições para o cargo de Auxiliar Educacional fica previsto no Anexo VI – A – Quadro das Atribuições, conforme em anexo:

§6º. Cada vaga do cargo acima descrito pode ser dividido em até 2 vagas de 20 horas, quando necessário pela Secretaria de Educação, ficando seus vencimentos proporcionais a carga horária.

Art. 2º. Competências/atuações específicas na atuação nas diversas atividades de serviços e apoio escolar deverão ser definidas pelos estabelecimentos de ensino, em seu plano político pedagógico, obedecidas as diretrizes Curriculares Nacional e as normas específicas do Sistema Municipal de Ensino e demais orientações/ normatizações da Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º. – As demais disposições legais pertinentes à LEI COMPLEMENTAR 39 DE 2009, ficam inalteradas.

Art. 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**ANEXO VI – A**  
**QUADRO DAS ATRIBUIÇÕES**

DENOMINAÇÃO DO CARGO
AUXILIAR EDUCACIONAL

**ATRIBUIÇÕES**

1. Participar da Jornada Pedagógica do Município;
2. Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola;
3. Participar de Atividades Complementares dos professores da U.E;
4. Ajudar os professores com os alunos em horário de entrada e saída da escola, e intervalos de aulas (recreio);
5. Atender as crianças em suas necessidades básicas de higiene e alimentação, por meio de uma relação que possibilite o exercício da autonomia pessoal;
6. Propiciar brincadeiras e aprendizagens orientadas pelo professor;
7. Zelar pela segurança e bem-estar dos alunos;
8. Auxiliar os professores em aula, nas solicitações de materiais escolares ou de assistência aos alunos;
9. Colaborar na execução de atividades cívicas, sociais, culturais e trabalhos curriculares complementares da U. E;
10. Manter a equipe da direção informada sobre a conduta dos alunos, comunicando ocorrências e eventuais enfermidades;
11. Encaminhar os pais ou responsáveis a direção em caso de dúvida ou qualquer informação;
12. Eximir-se de passar orientações aos pais sem autorização da direção;
13. Atender as solicitações da direção e professores pertinentes ao trabalho pedagógico;
14. Comunicar a direção os acontecimentos relevantes do dia;
15. Levar ao conhecimento da Direção qualquer incidente ou dificuldade ocorrida em sala;
16. Na ausência do professor a sala será administrada pelo auxiliar educacional, com o planejamento que deverá ser deixado previamente;
17. Atuar em serviços de Apoio Escolar em espaços como secretaria escolar, biblioteca, auxiliar de Educação infantil, refeitórios, recreios/recreação, laboratórios, oficinas, instalações esportivas, jardins, hortas e outros ambientes requeridos pelas diversas modalidades de ensino, em conformidade com atribuições específicas constantes no plano político pedagógico da unidade escolar a que estiver vinculado.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**lei 892**

Publicação Nº 1441984

LEI Nº892, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre Credito Suplementar por contado superávit financeiro de 2016 .

O Prefeito do Município de Macieira, Zelir Citadin, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2016:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.04 Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

10.16 Ampliação da Área Esportiva

44.90 Aplicações Diretas

R\$ 17.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, 28 de novembro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3750**

Publicação Nº 1442030

PORTARIA N. º 3750/2017

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Liliane Cordeiro, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 20/10/2017, por 60 dias, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 21 de novembro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3751**

Publicação Nº 1442031

PORTARIA N. º 3751/2017

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal, Lucilene Prego, ocupante do cargo efetivo de Técnica de enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 23/10/2017, por 120 dias, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 23 de novembro de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal



**portaria 3752**

Publicação Nº 1442089

PORTARIA N.º 3752/2017

“Prorroga período de contratação, dos Servidores que Especifica”

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o estabelecido na Lei n. 786, de 09 de junho de 2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

Considerando, a inexistência de servidor efetivo disponível no quadro de servidores municipais, para atender as necessidades;  
Considerando tratar-se de situação temporária e excepcional para atendimento de interesse público que autoriza a prorrogação da contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º – PRORROGAR PERÍODO DE CONTRATAÇÃO, dos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	PRAZO ATUAL	PRORRO-GADO ATÉ	SECRETARIA
Anderson M Arconti	Gari	30/11/2017	29/12/2017	Infraestrutura
Fátima Paloschi	Serviços gerais II	30/11/2017	16/12/2017	Educação
Jucineia Ap dos Santos	Serviços gerais II 20h	30/11/2017	16/12/2017	Saúde
Moacir Maurina	Op Maq Pesadas	30/11/2017	29/12/2017	Infraestrutura
Olga Fatima dos Santos	Serviços gerais II	30/11/2017	15/12/2017	Adm

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 30 de novembro de 2017.

ZELIR CIATADIN

Prefeito Municipal

**portaria 3753**

Publicação Nº 1442096

PORTARIA N.º 3753/2017

“Exonera, os Servidores que Especifica”

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 75, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, os servidores efetivos abaixo relacionados:

NOME	CARGO	DATA DA EXONERAÇÃO
Renan Camuzzato	Dir Desenvolvimento Urbano	30/11/2017
Roque Locatelli	Assessor	30/11/2017
Suzana dos Santos	Serviços gerais II	30/11/2017
Elaine Mafioletti	Professora	23/11/2017

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 30 de novembro de 2017.

Zelir Ciatdin

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO RESUMIDA  
ADMINISTRATIVO Nº 0037/2017****CONTRATO**

Publicação Nº 1443023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA  
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Contrato Administrativo nº 0037/2017

Objeto: Prestação de serviços especializados na realização de Processo Seletivo contratação de servidores em caráter temporário para atuação em diversas Secretarias Municipais, em consonância com a legislação municipal vigente, conforme cargos constantes no Anexo I deste instrumento.

Contratada: AMARILDO PEDRO BISCARO MEI (40098737953)

Valor global: De R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Vigência do Contrato: Até o encerramento do Processo Seletivo.

Pagamento: Até 10 (dez) dias após a conclusão definitiva dos serviços.

Fiscal do Contrato: Cassiane Farinon.

Contato do fiscal: Através do telefone (49) 3574 2000 e/ou 3574 2018.

Macieira, 30 de novembro de 2017.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

Presidente da CPL

# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2017

Publicação Nº 1442665

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2017

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e cargas de gás, destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 18/12/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada à lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 30 de novembro de 2017.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2017

Publicação Nº 1441988

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: MF DE ALMEIDA & CIA. LTDA. - ME  
CNPJ Nº: 05.021.932/0001-34  
Valor Registrado: R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).  
Objeto: aquisição de material para o setor de fisioterapia e estruturação da Academia de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.  
Origem: Processo nº 582/2017, Pregão Presencial - RP nº 144/2017.  
Data de Assinatura: 29 de novembro de 2017.  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de novembro de 2018.  
Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2017

Publicação Nº 1441994

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME  
CNPJ Nº 20.525.422/0001-98  
Valor Registrado: R\$ 14.860,20 (quatorze mil, oitocentos e sessenta reais e vinte centavos).

Objeto: aquisição de material para o setor de fisioterapia e estruturação da Academia de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 582/2017, Pregão Presencial - RP nº 144/2017.  
Data de Assinatura: 29 de novembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de novembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2017

Publicação Nº 1441997

#### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: BV COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS LTDA  
CNPJ Nº 28.707.902/0001-81  
Valor Registrado: R\$ 15.172,61 (quinze mil cento e setenta e dois reais e sessenta e um centavos).  
Objeto: aquisição de material para o setor de fisioterapia e estruturação da Academia de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.  
Origem: Processo nº 582/2017, Pregão Presencial - RP nº 144/2017.  
Data de Assinatura: 29 de novembro de 2017.  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 29 de novembro de 2018.  
Foro: Comarca de Mafra.

# Major Vieira

## PREFEITURA

### CONVITE 014.2017

Publicação Nº 1441922

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE N.º 014/2017

Objeto: contratação de empresa especializada para efetuar reforma/revitalização do ginásio de esportes da Comunidade de Rio Claro. Tipo: Menor Preço – Global| Abertura/Data/hora: 08/12/2017 às 09h00min. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra site [www.majorvieira.sc.gov.br/Local](http://www.majorvieira.sc.gov.br/Local) da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: [Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br](mailto:Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br) Fone (47) 3655-1111. Prefeito Municipal. Orildo Antonio Severgnini

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO 112/2017

Publicação Nº 1442307

DECRETO Nº 112 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o artigo 264 da Lei Complementar nº 04 (Código Tributário Municipal) de 27 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário Fiscal no Município de Maracajá, para o exercício de 2018, está fixado da seguinte forma:

I - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadora de Serviços:

a) parcela única até 28 de Fevereiro de 2018.

II - Imposto Predial, Territorial Urbano e Taxas decorrentes da Utilização de Serviços Públicos:

a) pagamento em parcela única ou em até 05 (cinco) parcelas;	
b) vencimento da parcela única	15/05/2018;
c) vencimento da primeira parcela	15/05/2018;
d) vencimento da segunda parcela	15/06/2018;
e) vencimento da terceira parcela	15/07/2018;
f) vencimento da quarta parcela	15/08/2018;
g) vencimento da quinta parcela	15/09/2018;

Art. 2º Os tributos que não forem pagos no prazo, sofrerão um acréscimo de 1,00% (um por cento) de juros de mora ao mês e de trinta e três décimos por cento (0,33%) ao dia até o limite de dez por cento (10%) de multa sobre o valor corrigido.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Novembro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração, em 29 de Novembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt

Secretária de Administração

### DECRETO 113/2017

Publicação Nº 1442309

DECRETO Nº 113 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

FIXA O ÍNDICE DE ATUALIZAÇÃO DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o artigo 471 e artigo 475, da Lei Complementar nº 04 (Código Tributário Municipal) de 27 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado nos termos do Código Tributário Municipal o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, para o exercício de 2018.

Art. 2º A UFM (Unidade Fiscal Municipal) terá seu valor unitário, a partir de 1º de Janeiro de 2018, fixado em R\$ 145,35 (cento e quarenta e cinco reais, trinta e cinco centavos) conforme INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 29 de Novembro de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria Municipal de Administração, em 29 de Novembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt

Secretária de Administração

# Marema

## PREFEITURA

### III - TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 001/2015

Publicação Nº 1442296

**MINUTA**

Contrato nº: 001/2015

III - TERMO ADITIVO – PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

CNPJ/MF n. 08.982.125/0001-76

PRAZO: 30 DDEZEMBRO DE 2018

FORO: COMARCA DE XAXIM – SC

Marema, 06 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Marema

Adilson Barella

**BALANÇO ORÇAMENTARIO 5º BIMESRE 2017**

Publicação Nº 1442467

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.880.002,00</b>	<b>13.880.002,00</b>	<b>2.187.341,94</b>	<b>15,76</b>	<b>11.343.908,91</b>	<b>2.536.093,09</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.879.985,00	13.879.985,00	2.187.341,94	15,76	10.987.860,54	2.892.124,46
IMPOSTOS	462.450,00	462.450,00	42.131,24	9,11	363.187,31	99.262,69
TAXAS	410.420,00	410.420,00	42.088,07	10,25	337.718,13	72.701,87
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	25.410,00	25.410,00	43,17	0,17	25.469,18	-59,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	0,00	26.620,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	42.000,00	42.000,00	5.867,25	13,97	27.718,19	14.281,81
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	5.867,25	0,00	0,00	42.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	107.189,00	107.189,00	26.941,64	25,13	146.066,96	-38.877,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	107.189,00	107.189,00	26.941,64	25,13	146.066,96	-38.877,96
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	12.100,00	12.100,00	230,00	1,90	632,74	11.467,26
RECEITA DE SERVIÇOS	12.100,00	12.100,00	230,00	1,90	632,74	11.467,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	182.420,00	182.420,00	87.089,05	47,74	196.480,89	-14.060,89
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.954.181,00	12.954.181,00	2.016.733,12	15,57	10.198.976,09	2.755.204,91
TRANSF. DE CONV.	12.852.981,00	12.852.981,00	1.999.057,25	15,55	10.131.825,77	2.721.155,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	101.200,00	101.200,00	17.675,87	17,47	67.150,32	34.049,68
MULTAS E JUROS DE MORA	119.645,00	119.645,00	8.349,64	6,98	54.798,36	64.846,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.481,00	19.481,00	3.158,28	16,21	13.929,54	5.551,46
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00	24.200,00
RECEITAS DIVERSAS	25.410,00	25.410,00	4.022,03	15,83	30.589,86	-5.179,86
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>50.554,00</b>	<b>50.554,00</b>	<b>1.169,33</b>	<b>2,31</b>	<b>10.278,96</b>	<b>40.275,04</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	17,00	17,00	0,00	0,00	356.048,37	-356.031,37
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	17,00	17,00	0,00	0,00	356.048,37	-356.031,37
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>13.880.002,00</b>	<b>13.880.002,00</b>	<b>2.187.341,94</b>	<b>15,76</b>	<b>11.343.908,91</b>	<b>2.536.093,09</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Município de Marema - SC

[illegible]

Continua 2/3

Município de Marema - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro - Outubro

Continuação 3/3

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e-f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e-h)	Despesas Pagas até o Bimestre
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Amortização da Dívida-Refinanciamento (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	13.880.002,00	15.592.855,27	1.518.668,03	12.198.330,46	3.394.524,81	2.051.351,66	10.495.475,65	5.097.379,62	10.369.594,69
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	848.433,26	-	974.314,22
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	13.880.002,00	15.592.855,27	1.518.668,03	12.198.330,46	-	2.051.351,66	11.343.908,91	-	11.343.908,91
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-	0,00	-

FONTE:

Marema, 21/11/2017

ADILSON BARELLA

PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM

CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO 5º BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1442471

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>								
Legislativa	13.880.002,00	15.592.855,27	1.518.668,03	12.198.330,46	100,00	2.051.351,66	10.465.475,65	5.097.379,62
Ação Legislativa	810.000,00	810.000,00	102.733,46	565.830,13	4,64	90.585,28	534.190,36	275.809,64
Administração	810.000,00	810.000,00	102.733,46	565.830,13	4,64	90.585,28	534.190,36	275.809,64
Administração Geral	2.387.400,00	3.239.464,44	332.783,92	2.429.128,82	19,91	379.694,52	2.056.331,95	1.183.132,49
Administração Financeira	2.232.400,00	3.084.464,44	310.717,77	2.313.948,67	18,97	365.778,44	1.976.527,71	1.107.936,73
Segurança Pública	155.000,00	155.000,00	22.066,15	115.180,15	0,94	13.916,08	79.804,24	75.195,76
Policimento	16.349,00	24.349,00	4.106,61	8.802,61	0,07	6.058,92	8.455,92	15.893,08
Assistência Social	16.349,00	24.349,00	4.106,61	8.802,61	0,07	6.058,92	8.455,92	15.893,08
Assistência ao Idoso	982.501,00	1.082.166,42	60.946,07	694.880,74	5,70	131.295,97	571.406,11	510.780,31
Assistência à Criança e ao Adolescente	20.000,00	20.000,00	0,00	6.960,00	0,06	0,00	6.960,00	13.040,00
Assistência Comunitária	14.000,00	14.000,00	240,00	9.416,80	0,08	3.051,00	7.542,80	6.457,20
Saúde	948.501,00	1.048.166,42	60.706,07	678.503,94	5,56	128.244,97	556.903,31	491.263,11
Atenção Básica	3.231.163,15	3.606.114,06	308.262,70	2.961.100,10	24,27	539.428,18	2.564.830,61	1.041.283,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.046.710,15	3.326.594,63	311.344,70	2.723.112,73	22,32	506.006,61	2.434.157,70	892.406,93
Vigilância Sanitária	74.605,00	157.701,43	0,00	147.150,00	1,21	25.128,00	73.100,00	84.601,43
Vigilância Epidemiológica	12.000,00	12.000,00	0,00	3.285,00	0,03	0,00	3.285,00	8.715,00
Alimentação e Nutrição	16.605,00	16.605,00	2.760,00	11.118,99	0,09	2.760,00	11.118,99	5.486,01
Abastecimento	78.242,00	90.242,00	-5.842,00	76.433,38	0,63	5.533,57	43.168,92	47.073,08
Educação	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,00
Ersino Fundamental	2.112.027,25	2.220.899,61	279.443,83	1.695.261,46	13,90	344.462,13	1.606.867,63	614.031,98
Ersino Médio	1.812.026,25	1.887.898,61	225.212,53	1.462.288,49	11,99	289.360,87	1.378.570,50	509.328,11
Ersino Superior	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Educação Infantil	34.000,00	67.000,00	10.709,00	44.235,50	0,36	10.709,00	44.108,50	22.891,50
Cultura	264.001,00	264.001,00	43.522,30	188.737,47	1,55	44.392,26	184.188,63	79.812,37
Urbanismo	83.000,00	83.000,00	28.372,21	56.728,42	0,47	17.405,40	41.534,61	41.465,39
Infra-Estrutura Urbana	83.000,00	83.000,00	28.372,21	56.728,42	0,47	17.405,40	41.534,61	41.465,39
Serviços Urbanos	204.722,00	490.023,14	-300,00	454.906,66	3,73	27.570,50	244.102,77	245.920,37
Habituação	198.245,00	483.546,14	-300,00	453.306,66	3,72	27.475,10	243.585,77	239.980,37
Habituação Urbana	6.477,00	6.477,00	0,00	1.600,00	0,01	95,40	517,00	5.960,00
Saneamento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Saneamento Básico Urbano	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Gestão Ambiental	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00
Preservação e Conservação Ambiental	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.001,00
Agricultura	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Promoção da Produção Vegetal	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Extensão Rural	1.464.380,60	1.288.380,60	160.314,04	1.166.261,47	9,56	227.188,51	1.034.293,34	234.087,26
	686.000,00	740.000,00	68.864,34	676.375,67	5,54	136.645,26	545.313,99	194.686,01
	760.378,60	510.378,60	91.449,70	489.885,80	4,02	90.543,25	488.979,35	21.399,25

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>								
Agricultura	13.880.002,00	15.592.855,27	1.518.688,03	12.198.330,46	3.394.524,81	2.051.351,66	10.495.475,65	5.097.379,62
Promoção da Produção Agropecuária	1.464.380,60	1.288.380,60	160.314,04	1.166.261,47	102.119,13	227.188,51	1.034.293,34	234.087,26
Indústria	18.002,00	18.002,00	0,00	0,00	18.002,00	0,00	0,00	18.002,00
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00
Comércio e Serviços	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00	0,00	0,00	5.001,00
Turismo	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Transporte	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Transporte Rodoviário	2.166.536,00	2.346.535,00	230.528,29	1.933.950,82	412.584,18	254.685,33	1.660.820,63	685.714,37
Desporto e Lazer	2.166.536,00	2.346.535,00	230.528,29	1.933.950,82	412.584,18	254.685,33	1.660.820,63	685.714,37
Desporto Comunitário	75.000,00	75.000,00	8.255,50	70.772,25	4.227,75	8.014,77	40.304,43	34.695,57
Encargos Especiais	75.000,00	75.000,00	8.255,50	70.772,25	4.227,75	8.014,77	40.304,43	34.695,57
Outros Encargos Especiais	302.000,00	302.000,00	3.221,40	160.706,98	141.293,02	24.962,15	132.337,29	169.662,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	302.000,00	302.000,00	3.221,40	160.706,98	141.293,02	24.962,15	132.337,29	169.662,71
	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00	0,00	0,00	26.620,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	13.880.002,00	15.592.855,27	1.518.688,03	12.198.330,46	3.394.524,81	2.051.351,66	10.495.475,65	5.097.379,62

FONTE:

Marema, 21/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA 5º BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1442472

Município de Marema - SC  
RELATORIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Maio/2017	Jun/2017	Jul/2017	Agos/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (últ. 12 meses)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.610.031,61</b>	<b>2.185.687,72</b>	<b>1.245.482,96</b>	<b>1.412.296,33</b>	<b>1.196.977,41</b>	<b>1.235.094,71</b>	<b>1.383.912,06</b>	<b>1.271.932,13</b>	<b>1.423.779,97</b>	<b>1.350.130,00</b>	<b>1.202.403,08</b>	<b>1.388.131,44</b>	<b>16.549.538,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	78.410,05	74.065,76	14.855,15	10.533,71	28.832,91	9.631,30	91.350,21	12.138,62	19.702,30	134.011,87	32.454,46	9.676,78	515.663,12
IRPJ	1.457,15	0,00	0,00	0,00	0,00	10,60	61.683,22	4.849,04	6.224,90	408,07	829,49	953,36	76.106,62
IRPJF	55.610,47	62.196,09	725,78	0,00	9.679,16	1.629,37	12.279,84	0,00	1.210,26	121.648,61	17.992,66	2.075,91	285.049,15
I.S.S.	16.035,26	11.695,47	12.694,81	4.781,96	5.854,41	6.046,24	6.294,96	6.394,32	6.371,65	11.298,68	11.655,96	5.666,42	104.599,13
I.T.B.I.	5.150,80	1,00	0,00	4.430,05	1.311,95	0,00	3.416,69	488,00	5.895,49	0,00	1.976,36	1.438,93	24.109,27
Outras Receitas Tributárias	156,37	173,20	1.433,56	1.321,70	11.897,39	1.854,09	7.705,50	437,26	0,00	686,51	0,00	43,17	25.798,75
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.206,36	2.767,27	3.185,70	0,00	5.995,87	885,11	3.108,03	0,00	2.790,08	5.915,15	2.853,46	3.003,80	42.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.070,70	30.692,31	15.216,30	14.465,76	21.715,12	15.099,76	14.832,70	15.015,51	12.152,87	10.627,20	11.854,41	15.087,23	107.188,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50,74	80,00	101,76	0,00	0,00	0,00	0,00	50,98	250,00	0,00	230,00	0,00	763,48
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	24.198,41	7.077,01	7.645,21	8.255,81	24.916,06	9.663,84	6.589,32	6.043,27	8.805,75	37.470,58	35.803,48	51.285,57	227.796,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.482.873,53	2.069.694,22	1.200.244,46	1.376.381,16	1.101.559,66	1.194.775,14	1.295.610,14	1.232.094,77	1.375.394,02	1.157.211,59	1.116.049,81	1.303.875,89	15.622.735,00
Code-Parte do FPM	839.988,98	1.014.357,83	557.722,59	714.396,63	447.992,93	539.743,28	612.245,57	564.316,40	728.619,38	494.299,46	415.093,66	470.355,00	7.398.645,71
Code-Parte do ICMS	443.530,56	488.139,98	530.152,62	472.297,26	495.336,52	513.594,92	470.281,16	493.316,64	483.065,33	503.267,05	550.872,88	519.605,38	5.600.000,00
Code-Parte do IPI	10.311,10	4.461,38	10.716,21	10.409,16	17.182,52	17.697,10	21.109,47	24.199,85	24.515,35	25.399,98	21.962,37	14.862,13	202.423,62
Code-Parte do ITR	41,08	5,15	84,10	66,90	66,90	48,89	29,69	0,00	0,00	0,00	1.099,04	2.202,29	3.577,14
Outras Transferências Correntes	134.149,83	500.631,06	45.390,28	123.832,72	86.399,11	66.400,82	96.136,91	92.873,16	74.691,07	78.751,02	68.875,96	237.597,03	1.807.677,96
Transferências de LC 61/1989	6.761,70	7.193,53	6.692,24	5.774,14	6.972,28	6.541,91	6.577,50	6.577,50	7.399,03	6.914,40	7.395,30	9.319,81	84.859,69
Transferências de LC 87/1996	1.728,04	1.728,04	1.810,03	1.810,03	1.810,03	1.810,03	1.810,03	1.810,03	1.810,03	1.810,03	1.810,03	1.810,03	21.556,38
Transferências do FUNDEB	47.362,24	53.177,25	47.695,39	45.647,51	47.036,51	48.138,82	46.475,40	48.401,19	46.320,63	46.789,65	49.383,58	48.104,22	573.522,59
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.221,82	1.311,15	7.233,38	2.589,89	3.995,79	5.059,56	11.421,65	6.588,98	4.704,95	4.893,51	3.147,47	5.202,17	63.331,33
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>260.272,16</b>	<b>303.177,05</b>	<b>221.433,57</b>	<b>241.375,99</b>	<b>193.720,28</b>	<b>216.045,74</b>	<b>222.399,12</b>	<b>218.164,52</b>	<b>192.523,79</b>	<b>206.333,96</b>	<b>199.558,41</b>	<b>203.634,17</b>	<b>2.676.638,76</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	260.272,16	303.177,05	221.433,57	241.375,99	193.720,28	216.045,74	222.399,12	218.164,52	192.523,79	206.333,96	199.558,41	203.634,17	2.676.638,76
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.349.759,45</b>	<b>1.882.510,67</b>	<b>1.027.049,39</b>	<b>1.170.920,34</b>	<b>993.257,13</b>	<b>1.019.048,97</b>	<b>1.161.512,94</b>	<b>1.053.767,61</b>	<b>1.231.256,18</b>	<b>1.143.796,04</b>	<b>1.002.844,67</b>	<b>1.184.497,27</b>	<b>13.867.885,00</b>

FONTE:

Marema, 20/11/2017

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADOR(A)-CRC-SC 023004/03

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS 5º BIMESTRE 2017**

Publicação N° 1442502

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>	121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,00
Despesas de Capital	121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,00
Investimentos	121,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (II f + II g))	SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)
<b>Valor(III)</b>	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Marema, 20/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8



**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO PRIVADAS 5º BIMESTRE 2017**

Publicação Nº 1442504

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Marema, 21/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 5º BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1442503

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			423.851,00	423.851,00	343.729,78	81,10
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			50.000,00	50.000,00	74.649,67	149,30
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			50.000,00	50.000,00	18.957,47	37,91
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			110.000,00	110.000,00	76.868,40	69,88
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			200.420,00	200.420,00	167.242,59	83,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			2.420,00	2.420,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos			10.285,00	10.285,00	5.755,48	55,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Dívida Ativa			726,00	726,00	256,17	35,29
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			13.714.400,00	13.714.400,00	10.575.501,61	77,11
Cota-Parte FPM			7.502.000,00	7.502.000,00	5.252.515,04	70,01
Cota-Parte ITR			3.630,00	3.630,00	3.530,91	97,27
Cota-Parte IPVA			193.600,00	193.600,00	187.651,14	96,93
Cota-Parte ICMS			5.600.000,00	5.600.000,00	5.042.799,76	90,05
Cota-Parte IPI-Exportação			80.000,00	80.000,00	70.904,46	88,63
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			335.170,00	335.170,00	18.100,30	5,40
Desoneração ICMS (LC 87/96)			29.040,00	29.040,00	18.100,30	62,33
Outras			306.130,00	306.130,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			14.138.251,00	14.138.251,00	10.919.231,39	77,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			691.117,00	691.117,00	700.327,32	101,33
Provenientes da União			641.512,00	641.512,00	651.232,17	101,52
Provenientes dos Estados			49.605,00	49.605,00	49.095,15	98,97
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS			2,00	2,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			22.314,00	22.314,00	11.449,67	51,31
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			713.433,00	713.433,00	711.776,99	99,77
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
					Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES			3.054.908,15	3.390.809,06	2.790.176,72	82,29
Pessoal e Encargos Sociais			1.854.860,00	1.874.787,40	1.467.453,49	78,27
Outras Despesas Correntes			1.200.048,15	1.516.021,66	1.322.723,23	87,25
DESPESAS DE CAPITAL			95.012,00	122.062,00	94.490,00	77,41
Investimentos			95.012,00	122.062,00	94.490,00	77,41

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	95.012,00	122.062,00	94.490,00	77,41	93.800,00	76,85
Investimentos	95.012,00	122.062,00	94.490,00	77,41	93.800,00	76,85
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	3.149.920,15	3.512.871,06	2.884.666,72	82,12	2.521.661,69	71,78
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	688.792,00	953.936,56	748.205,82	25,94	614.680,39	24,38
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	697.580,00	952.724,56	748.205,82	25,94	614.680,39	24,38
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.212,00	1.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	688.792,00	953.936,56	748.205,82	25,94	614.680,39	24,38
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	2.451.128,15	2.558.934,50	2.136.460,90	74,06	1.906.981,30	75,62
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL IV(i) - (15 x IIIb)/100%6</b>						
			269.096,59			

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL						
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)					
0,00		0,00				
0,00		0,00				
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO						
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)				
-	-	-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
3.046.710,15	3.326.564,63	2.723.112,73	94,40	2.434.157,70	96,53	
74.605,00	157.701,43	147.150,00	5,10	73.100,00	2,90	
12.000,00	12.000,00	3.285,00	0,11	3.285,00	0,13	
16.605,00	16.605,00	11.118,99	0,39	11.118,99	0,44	
3.149.920,15	3.512.871,06	2.884.666,72	100,00	2.521.661,69	100,00	
TOTAL						

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+h)] - (15 \times IIIb)/100$

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO - MDE 5º BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1442490

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

## RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	423.851,00	423.851,00	343.729,78	81,10
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	62.584,00	62.584,00	80.661,32	128,88
1.1.1- IPTU	50.000,00	50.000,00	74.649,67	149,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	12.584,00	12.584,00	6.011,65	47,77
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	50.000,00	50.000,00	18.957,47	37,91
1.2.1- ITBI	50.000,00	50.000,00	18.957,47	37,91
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	110.847,00	110.847,00	76.868,40	69,35
1.3.1- ISS	110.000,00	110.000,00	76.868,40	69,88
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	847,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	200.420,00	200.420,00	167.242,59	83,45
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.408.270,00	13.408.270,00	10.868.285,47	81,06
2.1- Cota-Parte FPM	7.502.000,00	7.502.000,00	5.545.298,90	73,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.502.000,00	7.502.000,00	5.252.515,04	70,01
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.600.000,00	5.600.000,00	5.042.799,76	90,05
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	29.040,00	29.040,00	18.100,30	62,33
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	70.904,46	88,63
2.5- Cota-Parte ITR	3.630,00	3.630,00	3.530,91	97,27
2.6- Cota-Parte IPVA	193.600,00	193.600,00	187.651,14	96,93
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.832.121,00	13.832.121,00	11.212.015,25	81,06
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	114.420,00	114.420,00	79.823,11	69,76
5.1- Transferências do Salário-Educação	65.000,00	65.000,00	49.598,36	76,31
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.420,00	2.420,00	660,00	27,27
5.3- Transferências Diretas - PNAE	13.000,00	13.000,00	12.489,60	96,07
5.4- Transferências Diretas - PNATE	34.000,00	34.000,00	17.075,15	50,22
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	66.003,00	66.003,00	58.841,10	89,15
6.1- Transferências de Convênios	66.003,00	66.003,00	58.841,10	89,15
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	527.340,00	527.340,00	19.805,54	3,76
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	707.763,00	707.763,00	158.469,75	22,39

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.681.654,00	2.681.654,00	2.115.189,55	78,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.500.400,00	1.500.400,00	1.050.502,71	70,01
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.120.000,00	1.120.000,00	1.008.649,27	90,06
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	5.808,00	5.808,00	3.620,00	62,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	14.181,31	88,63
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	726,00	726,00	706,14	97,26
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	38.720,00	38.720,00	37.530,12	96,93
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	554.840,00	554.840,00	474.944,82	85,60
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	550.000,00	550.000,00	472.983,10	86,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.840,00	4.840,00	1.961,72	40,53
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-2.131.654,00	-2.131.654,00	-1.642.206,45	77,04
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	497.904,00	502.242,12	474.082,65	94,39	474.082,65	94,39
13.1- Com Educação Infantil	120.000,00	120.000,00	119.209,57	99,34	119.209,57	99,34
13.2- Com Ensino Fundamental	377.904,00	382.242,12	354.873,08	92,84	354.873,08	92,84
14- OUTRAS DESPESAS	56.936,00	56.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	56.936,00	56.936,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	554.840,00	559.178,12	474.082,65	84,78	474.082,65	84,78
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						474.082,65
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						99,82
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						0,18
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 <sup>2</sup>						4.338,12
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	260.000,00	260.000,00	187.862,47	72,25	184.188,63	70,84
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.646.316,25	1.700.654,37	1.329.901,24	78,20	1.258.661,25	74,01
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	434.840,00	439.178,12	354.873,08	80,80	354.873,08	80,80
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.211.476,25	1.261.476,25	975.028,16	77,29	903.788,17	71,65
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	1.906.316,25	1.960.654,37	1.517.763,71	77,41	1.442.849,88	73,59
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.642.206,45
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						1.961,72
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						-1.640.244,73
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						3.083.094,61
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						27,50
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	65.605,00	65.605,00	51.728,83	78,85	48.789,33	74,37
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	117.348,00	138.882,24	94.026,32	67,70	78.558,05	56,56
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	182.953,00	204.487,24	145.755,15	71,28	127.347,38	62,28
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	2.089.269,25	2.165.141,61	1.663.518,86	76,83	1.570.197,26	72,52
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	



MUNICÍPIO DE MAREMA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	0,00	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	472.983,10	49.598,36
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.961,72	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	474.944,82	49.598,36
51- (+) Ajustes	0,00	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	0,00	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	474.944,82	49.598,36

Marema, 21/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES 5º BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1442476

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	
RECEITAS CORRENTES (I)					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Imobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS					
ADMINISTRAÇÃO (IV)					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Marema - SC  
 Continuação 2/3  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa				0,00		0,00
Investimentos e Aplicações				0,00		0,00
Outros Bens e Direitos				0,00		0,00

FONTE:

Continua 2/3

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

Assinado  
Marema, 20/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL 5º BIMESTRE 2017**

Publicação N° 1442496

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)					
	0,00	0,00			0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.441.661,45	955.927,96	691.500,21	0,00	485.733,49
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.441.661,45	955.927,96	691.500,21	0,00	485.733,49
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.441.661,45	-955.927,96	-	-	-485.733,49

FONTE:

Marema, 20/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL 5º BIMESTRE 2017**

Publicação Nº 1442484

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	12.293,57	12.293,57	12.293,57
DEDUÇÕES (II)	1.672.064,73	2.505.530,43	2.765.552,41
Disponibilidade de Caixa	1.672.064,73	2.505.442,95	2.765.464,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.682.714,76	2.515.442,98	2.775.464,96
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.650,03	10.000,03	10.000,03
Demais Haveres Financeiros	0,00	87,48	87,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - Vlb)	Jan a Out 2017 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Marema, 21/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8



**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO 5º BIMESTRE 2017**

Publicação Nº 1442485

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.772.796,00	10.841.793,58	9.563.376,85
Receita Tributária	462.450,00	363.187,31	287.998,25
I.P.T.U.	50.000,00	74.649,67	57.999,39
I.S.S.	110.000,00	76.868,40	75.288,40
I.T.B.I.	50.000,00	18.957,47	31.332,57
I.R.R.F.	200.420,00	167.242,59	108.987,51
Outras Receitas Tributárias	52.030,00	25.469,18	14.390,38
Receita de Contribuição	42.000,00	27.718,19	30.901,65
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	42.000,00	27.718,19	30.901,65
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	107.189,00	146.066,96	99.902,67
(-) Aplicações Financeiras	107.189,00	146.066,96	99.902,67
Transferências Correntes	12.954.181,00	10.198.976,09	9.104.010,39
F.P.M.	6.001.600,00	4.494.796,19	3.894.845,39
I.P.V.A	154.880,00	150.121,02	136.921,60
I.C.M.S.	4.480.000,00	4.034.150,49	3.414.802,25
Convênios	101.200,00	67.150,32	105.226,69
Outras Transferências Correntes	2.216.501,00	1.452.758,07	1.552.214,46
Demais Receitas Correntes	314.165,00	251.911,99	140.466,56
Dívida Ativa	25.410,00	30.589,86	15.029,23
Diversas Receitas Correntes	288.755,00	221.322,13	125.437,33
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	356.048,37	476.090,28
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	26.000,00
Transferências de Capital	17,00	356.048,37	450.090,28
Convênios	17,00	356.048,37	450.090,28
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	356.048,37	450.090,28
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.772.813,00	11.197.841,95	10.013.467,13

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.124.573,82	11.242.402,50	10.455.411,53	9.803.975,44	9.422.078,03
Pessoal e Encargos Sociais	7.278.984,37	5.701.349,01	5.480.663,77	5.593.500,91	5.451.527,77
Juros e Encargos da Dívida (IX)	30.000,00	3.900,00	12.373,93	2.997,52	11.745,29
Outras Despesas Correntes	6.815.589,45	5.537.153,49	4.962.373,83	4.207.477,01	3.958.804,97
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.094.573,82	11.238.502,50	10.443.037,60	9.800.977,92	9.410.332,74
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.441.661,45	955.927,96	1.386.101,38	691.500,21	730.572,00
Investimentos	1.350.661,45	955.927,96	1.233.438,90	691.500,21	577.909,52
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	90.000,00	0,00	152.662,48	0,00	152.662,48
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.351.661,45	955.927,96	1.233.438,90	691.500,21	577.909,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.620,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.472.855,27	12.194.430,46	11.676.476,50	10.492.478,13	9.988.242,26

Município de Marema - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.700.042,27</b>	<b>-996.588,51</b>	<b>-1.663.009,37</b>	<b>705.363,82</b>	<b>25.224,87</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	<b>953.774,08</b>	-	<b>656.376,12</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	953.774,08	-	656.376,12	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

Marema, 21/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

## Publicação Nº 1442489

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

**FONTE:**

Marema, 21/11/2017

ADILSON BARELLA	SIDJANE FATIMA PERIM
PREFEITO MUNICIPAL	CONTA DORA CRC-SC 02300410-8

# DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2017

Publicação Nº 1442509

Município de Marema - SC

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		13.880.002,00	
Previsão Atualizada		13.880.002,00	
Receitas Realizadas		11.343.908,91	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		656.376,12	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		13.880.002,00	
Créditos Adicionais		1.712.853,27	
Dotação Atualizada		15.592.855,27	
Despesas Empenhadas		12.198.330,46	
Despesas Liquidadas		10.495.475,65	
Despesas pagas		10.369.594,69	
Superávit Orçamentário		848.433,26	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		12.198.330,46	
Despesas Liquidadas		10.495.475,65	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		14.220.130,66	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
<b>Regime Geral de Previdência Social</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	0,00
Resultado Primário		0,00	705.363,82
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.375,00	0,00	2.375,00
EXECUTIVO	2.375,00	0,00	2.375,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.650,03	0,00	650,00
EXECUTIVO	10.650,03	0,00	650,00
<b>TOTAL:</b>	<b>13.025,03</b>	<b>0,00</b>	<b>3.025,00</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.083.094,61	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		474.082,65	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		691.500,21	750.161,24
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>2017</b>	<b>2025</b>	<b>2035</b>
<b>Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores</b>			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de Marema - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	121,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.906.981,30	15,00	17,46
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Marema, 21/11/2017

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

SIDIANE FATIMA PERIM  
CONTADORA CRC-SC 023004/O-8

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 84.2017 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS (PMM)

Publicação Nº 1442492

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017

VALIDADE: 30/11/2017 a 30/11/2018

Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
ADL COMERCIAL EIRELI EPP, neste ato representado por IVANIR LAURINDO	15.267.298/0001-78
COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME, neste ato representado por ALTAIR SCHEER	18.138.763/0001-69
RP COMERCIAL LTDA ME, neste ato representado por ROBSON PATRIK SOARES	20.604.417/0001-70
BONA GENTE COMERCIAL LTDA EPP, neste ato representado por WILSON DE ANDRADE	01.150.822/0001-11
MICANTO MÓVEIS SOB MEDIDA LTDA EPP, neste ato representado por JEDIELSON PETRY TASSO	11.074.257/0001-04
COMERCIAL JR FILHOS LTDA - ME, neste ato representado por JUNIOR MIRANDA	24.747.469/0001-57
COMPTON COMERCIAL LTDA ME, neste ato representado por MAURINO EZIDIO JUNIOR	26.507.417/0001-39
PERFORMACE COMERCIO E SERVICOS EIRELI-ME, neste ato representado por ERALDO SALVADOR	26.682.219/0001-01
COMERCIAL RUBE LTDA, neste ato representado por RUBENS VERAS JUNIOR	12.143.465/0001-80
TECNOLAR LTDA ME, neste ato representado por HELIO ALMIR BAGATOLI	12.464.652/0001-66
ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI EPP, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	27.913.520/0001-41

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), de acordo com as especificações e quantitativa abaixo:



## FORNECEDOR: 274313 - ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI EPP

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	SMARTTV DE 55 POLEGADAS COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: TELA DE LED IPS COM RESOLUÇÃO FULL HD (1920X1080), FORMATO 16:9, FREQUÊNCIA DO PAINEL 120HZ, CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, SISTEMA DE SOM ESTÉREO/SAP, POTÊNCIA 20W (RMS), VIRTUAL SURROUND, WI-FI INTEGRADO, PROCESSADOR DUAL OU QUAD CORE, CONEXÕES VÍDEO COMPONENTE, ÁUDIO E VÍDEO, 2 ENTRADAS HDMI, 1 ENTRADA USB, LAN RJ(45), SAÍDA ÁUDIO DIGITAL ÓPTICA, ENTRADA RF PARA TV POR ASSINATURA E DIGITAL, CONTROLE, PILHAS AAA, CABO DE FORÇA PADRÃO ABNT, MANUAL, VOLTAGEM BIVOLT 100~240V, FURAÇÃO VESA 300X300, CONSUMO MÉDIO 130W E GARANTIA DE 12 MESES. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A. SELO PROCEL	UNID	PHILCO	1	R\$ 3.253,00	R\$ 3.253,00
3	FORNO MICRO-ONDAS DE 30 LITROS BRANCO, COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: POTÊNCIA DE 900W E GRILL 1000W, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA 55,3, CLASSIFICAÇÃO A, DISPLAY VERTICAL DIREITA, GRELHA, PRATO GIRATÓRIO, COM VISOR E COR VERDE, RELÓGIO, VOLTAGEM 220V. SELO PROCEL.	UNID	CONSUL	1	R\$ 407,00	R\$ 407,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.660,00

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	LAVADOURA DE ROUPAS, CAPACIDADE DE 10 À 15 KILOS, DEVE POSSUIR COMANDOS DE LAVAGEM E CENTRIFUGAÇÃO. A ABERTURA DA TAMPA SUPERIOR DEVE POSSUIR PROGRAMAS DE LAVAGENS, DISPENSER PARTA SABÃO, AMACIANTE E ALVEJANTE. DEVE POSSUIR SELO PROCEL A ((MAIS ECONÔMICA). DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA 100CMXLARGURA61CMX-PROFUNDIDADE 65CM. VOLTAGEM 220V	UNID	ELECTROLUX	4	R\$ 1.715,00	R\$ 6.860,00
4	SUORTE TV PARA TETO, COM 4 AJUSTES REGULÁVEIS DE ALTURA, ARTICULAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, PARA TODOS OS TIPOS DE TV'S LED, LCD, PLASMA, 3D E SMART TV DE 10" ATÉ 65". FURAÇÃO (VESA=MM): 400 X 400; VESA 210; 200X200; 300X300, 100X100 OU 75X75. FIXAÇÃO DA TV: 04 PONTOS, ACOMPANHAM PARAFUSOS E MANUAL DE INSTALAÇÃO. GIRO HORIZONTAL DE ATÉ 360°. INCLINAÇÃO: FRONTAL DE 0° OU 15°. MATERIAL: AÇO CARBONO E PINTURA ELETROSTÁTICA COM APLICAÇÃO DE FOSFATO (MAIOR DURABILIDADE). CARGA MÁXIMA: 35 K. GARANTIA : 5 ANOS, CONFORME NORMAS DO FABRICANTE.	UNID	BRASFORMA	1	R\$ 184,00	R\$ 184,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 7.044,00

## FORNECEDOR: 263001 - PERFORMACE COMERCIO E SERVICOS EIRELI-ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
5	TELEVISOR DE TELA PLANA LED, 32 HD, USB, HDMI, RESOLUÇÃO 1366X768.	UNID	AOC	11	R\$ 930,00	R\$ 10.230,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 10.230,00

## FORNECEDOR: 201286 - RP COMERCIAL LTDA ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
------	---------	------	-------	------	-----------	-----------

6	AR CONDICIONADO SPLIT HI-WALL, CAPACIDADE 24.000 BTU/H 220 VOLTS, MONOFÁSICO, COR BRANCA.	UNID	COMFEE	2	R\$ 2.605,00	R\$ 5.210,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 5.210,00						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
7	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GALÃO DE 20 LITROS. BEBEDOURO DE COLUNA REFRIGERADO PARA GARRAÇÃO, APROVADO PELO INMETRO, COM 1 ANO DE GARANTIA DE FÁBRICA, CUBA EM PLÁSTICO ATÓXICO, FORNECE ÁGUA GELADA E NATURAL. MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 98 CM, PROFUNDIDADE 33,3 CM, LARGURA 31,6 CM, 16 KG.	UNID	KARINA	5	R\$ 558,00	R\$ 2.790,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 2.790,00TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 2.790,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 28.934,00TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 28.934,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 28.934,00 (VINTE E OITO MIL E NOVECIENTOS E TRINTA E QUATRO REAIS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pela Prefeitura de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvada a Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pela a Prefeitura de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE ENTREGA

5.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue no local a ser definido na ordem de compra pela secretaria solicitante, em no MÁXIMO 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade de suprimento, em datas e quantidades estabelecidas nas requisições a serem fornecidas.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

5.3. A não entrega do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata.

5.4. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.5. Caso o objeto recebido não atenda às especificações constantes desta ata, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6. Decorrido o prazo da notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: NOTA FISCAL EMITIDA NA 1ª (PRIMEIRA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA 10 (DEZ) DO MÊS SUBSEQUENTE; NOTA FISCAL EMITIDA NA 2ª (SEGUNDA) QUINZENA DO MÊS EM VIGOR SERÁ PAGA NO DIA

25 (VINTE E CINCO) DO MÊS SUBSEQUENTE. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.1.1. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.1.2. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização da Prefeitura de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.6. Manter vigente durante a ata de registro de preços, os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

8.7. Entregar o objeto desta licitação no local a ser definido na ordem de compra pela secretaria solicitante, em no MÁXIMO 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão de ordem de compra.

8.8. Serão RECUSADOS os produtos que sejam imprestáveis, defeituosos, ou que não atendam as especificações constantes na ata e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

8.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata, sendo que o valor constante na mesma será a qualquer título a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório, sem prévia e expressa autorização da Administração Municipal.

#### CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro

de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de registro de preços.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial dos itens da ata de registro de preços.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata

de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 158/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Cirio Martini para compras da Prefeitura Municipal e pela Sra. Greice Griboski para compras dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, ambos servidores público municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	30	de	novembro	de	2017
--------------------	----	----	----------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

ARMINDO SESAR TASSI
---------------------

CONTRATANTE
-------------

COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME

ALTAIR SCHEER

CONTRATADA RP COMERCIAL LTDA ME

ROBSON PATRIK SOARES

CONTRATADA PERFORMACE COMERCIO E SERVICOS EIRELI-ME

ERALDO SALVADOR

CONTRATADA TECNOLAR LTDA ME

HELIO ALMIR BAGATOLI

CONTRATADA ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI EPP

EVANDRO DA SILVA

CONTRATADA

#### CO 31.2017 (FMS) JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVAO

Publicação Nº 1442306

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVAO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.

VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018

MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

#### CO 32.2017 (FMS) KIESELBACH SERVICOS MEDICOS LTDA - EPP

Publicação Nº 1442308

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: KIESELBACH SERVICOS MEDICOS LTDA – EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.

VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018

MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 33.2017 (FMS) FRANCISCO MARCIO CASARIM JUNIOR**

Publicação Nº 1442311

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: FRANCISCO MARCIO CASARIM JUNIOR  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 34.2017 (FMS) PEDRO SIMÃO BOSSI**

Publicação Nº 1442312

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: PEDRO SIMÃO BOSSI  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 35.2017 (FMS) MATHEUS CUNHA DEBIASI**

Publicação Nº 1442316

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: MATHEUS CUNHA DEBIASI  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 36.2017 (FMS) ISMAEL RODRIGO DIAS**

Publicação Nº 1442318

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: ISMAEL RODRIGO DIAS  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 37.2017 (FMS) RAIMUNDO RENATO DE ARAUJO**

Publicação Nº 1442322

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: RAIMUNDO RENATO DE ARAUJO  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 38.2017 (FMS) MIKAEL ANDREY SANTANA**

Publicação Nº 1442326

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: MIKAEL ANDREY SANTANA  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 39.2017 (FMS) DANILO AVANCI ORNELAS CHAVES**

Publicação Nº 1442328

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: DANILO AVANCI ORNELAS CHAVES  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL



**CO 40.2017 (FMS) HENRIQUE TOLEDO VICENTINI**

Publicação Nº 1442329

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: HENRIQUE TOLEDO VICENTINI  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 41.2017 (FMS) KATIA LOPES MARGHOTI**

Publicação Nº 1442332

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: KATIA LOPES MARGHOTI  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 42.2017 (FMS) PRIMA LA SALUTE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES**

Publicação Nº 1442335

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: PRIMA LA SALUTE PRESTADORES DE SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 43.2017 (FMS) ROBERTO GOMES FERACIN EIRELI - EPP**

Publicação Nº 1442339

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: ROBERTO GOMES FERACIN EIRELI – EPP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.

VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018

MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 44.2017 (FMS) DIMAS KONKOL JUNIOR**

Publicação Nº 1442341

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: DIMAS KONKOL JUNIOR  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 45.2017 (FMS) JUAREZ GOMES MEDEIROS**

Publicação Nº 1442344

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: JUAREZ GOMES MEDEIROS  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 46.2017 (FMS) FERNANDO HENRIQUE DE PAULA EIRELI - ME**

Publicação Nº 1442347

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: FERNANDO HENRIQUE DE PAULA EIRELI - ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 47.2017 (FMS) TAIUÃ VARDASCA MILAN**

Publicação Nº 1442348

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: TAIUÃ VARDASCA MILAN  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 48.2017 (FMS) MARINA CANUTO CORRÊA**

Publicação Nº 1442349

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: MARINA CANUTO CORRÊA  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**CO 49.2017 (FMS) MARIA FERNANDA QUEIROZ FERREIRA**

Publicação Nº 1442352

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATADO: MARIA FERNANDA QUEIROZ FERREIRA  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.  
VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.  
VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018  
MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.  
SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

**Matos Costa****PREFEITURA****PORTARIA 567/2017**

Publicação Nº 1442185

PORTARIA Nº 567/2017 – De 30 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR o servidor ACACIO CESAR DE OLIVEIRA, do cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DO PETI.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 30 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 568/2017**

Publicação Nº 1442186

PORTARIA Nº 568/2017 – De 30 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a servidora SILVIA MARCIA BLEIXUVEHL GREGOLIN, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SERVIÇOS.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 30 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 569/2017**

Publicação Nº 1442188

PORTARIA Nº 569/2017 – De 30 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - RESCINDIR o contrato da servidora ELIANE BALVEDI MEDEIROS, do cargo de provimento em Carreira do Grupo Ocupacional do PROFISSIONAL na categoria funcional de PSICOLOGO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 30 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 570/2017**

Publicação Nº 1442190

PORTARIA Nº 570/2017 – De 30 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - REINTEGRAR o Servidor CRISTIANO NAGINSKI, investido no cargo de provimento em Carreira de SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINAS RODOVIARIAS, o qual estava afastado de Licença para tratar de Assuntos particulares / Licença Sem Vencimentos.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 30 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 571/2017**

Publicação Nº 1442191

PORTARIA Nº 571/2017 – De 30 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Art. 1º - EXONERAR a pedido do servidor CRISTIANO NAGINSKI, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de OPE-RADOR DE MAQUINAS RODOVIARIAS, por motivos particulares.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 30 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 572/2017**

Publicação Nº 1442192

PORTARIA Nº 572/2017 – De 30 de Novembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora JEANE CRISTINA BENDLIN, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional PROFISSIONAL, na categoria funcional de ENFERMEIRA, 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 30 de Novembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO CARTA CONVITE Nº 098-2017

Publicação Nº 1442368

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CARTA CONVITE N.º 098/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 12/12/2017 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de CARTA CONVITE N.º 098/2017, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO C.E.I. PATO DONALD, LOCALIZADO NA RUA SETE DE SETEMBRO, 660 - CENTRO - MELEIRO/SC, COM ÁREA TOTAL DE 793,46 M² E UMA AMPLIAÇÃO DE 268,39 m², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FIANCEIRO E PROJETOS BÁSICOS ANEXOS AO PROCESSO.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 29 de novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020 -2017

Publicação Nº 1442619

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO N.º 020/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 14/12/2017, às 13:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2017, tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES (Alimentação para nutrição oral/enteral) A PACIENTES DO MUNICÍPIO, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – Termo de Referência" do presente edital. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 horas as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br)

Meleiro/SC, 30 de novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 007-2017 - SAMAE

Publicação Nº 1442526

PORTARIA nº 007/2017  
CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:  
CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias ao servidor público municipal GEAN ALBANO – matrícula 25, ocupante do cargo de Operador de Estação ETA/ETE, referente ao período aquisitivo de 21/03/2016 a 20/03/2017.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.  
Meleiro, 30 de Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

ELOIR CÔRNEO  
Diretor do SAMAE

### PORTARIA Nº 349-2017

Publicação Nº 1442529

PORTARIA nº 349/2017  
DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL REFERENTE AOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO/ATUALIZAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1º Ao servidor público municipal com cargo de Nível Superior, THIAGO MANFREDINI ZANETTE, a Progressão Funcional do nível 4F para o 4G, referente aos Cursos de Aperfeiçoamento / Atualização, prevista no artigo 21, §1º, da Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.



Meleiro, 30 de Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 350-2017**

Publicação Nº 1442533

PORTARIA n.º 350/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações, e Processo Seletivo n.º 001/2016, resolve:

### **EXONERAR**

Art. 1.º A pedido a Senhora ALINI VIEIRA FISCHER, do cargo de Técnico de Enfermagem - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 351-2017**

Publicação Nº 1442538

PORTARIA n.º 351/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 41 da Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e Lei Complementar nº 034/2011 de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

### **EXONERAR**

Art. 1.º A pedido a Senhora ERLEIARUTE CORRENTE PETERLE, do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais, em decorrência de aposentadoria junto à Presidência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 352-2017**

Publicação Nº 1442542

PORTARIA n.º 352/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA ACT.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1408/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009 de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações e Edital do Processo Seletivo 001/2017, resolve:

### **EXONERAR**

Art. 1.º A Senhora ANDRÉIA BORTOLOTO ANTUNES, do cargo de professor ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais na E.E.B.M. Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno de licença prêmio da servidora VANDERLEIA PIROLA ISE.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 353-2017**

Publicação Nº 1442544

PORTARIA n.º 353/2017

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS AOS SERVIDORES QUE RELACIONAM.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000 e suas alterações, resolve:

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.



Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA n.º 353/2017

NOME DO (A) SERVIDOR (A)	MATRÍCULA Nº
Tânia Alexandre Mota	1152
Marcio Bordignon Mafioletti	10348
Maurício Santos de Oliveira	10422
Remio Moraes de Souza	1301
Thamiris Bonfante	10321
Jacira Peterle	1160
Leonardo Cardoso Leandro	10333
Roberta Silvestre da Silva	10434
Eliege Gonçalves Cavaler Dela Vechia	10014
Fernanda Ferreira	863
Katrine Casagrande	1349

Meleiro, 30 Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 354-2017**

Publicação Nº 1442550

PORTARIA n.º 354/2017

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MOTORISTA DO SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações, e Processo Seletivo n.º 001/2016 - Saúde, resolve:

### **EXONERAR**

Art. 1.º A pedido o Senhor GEDERSON DA SILVA FRANK, do cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 355-2017**

Publicação Nº 1442708

PORTARIA n.º 355/2017

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA DO SAMU.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 031/2010, de 07 de Junho de 2010 e suas alterações, e Processo Seletivo n.º 001/2016 - Saúde, resolve:

### **CONTRATAR**

Art. 1.º O Senhor AIRES MEDEIROS GODINHO, para ocupar o cargo de Motorista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com o Processo Seletivo nº 001/2016 – Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 30 de Novembro de 2017.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.  
JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO DE REABERTURA DE TP Nº 012/2017 - PMM

Publicação Nº 1441897

#### AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127/2017  
TOMADA DE PREÇO Nº. 012/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que está REABRINDO PRAZO da Tomada de Preço Para Obras e Serviços de Engenharia nº 012/2017, tendo em vista a ocorrência de alterações substanciais aos termos do edital, conforme segue:

MODALIDADE: TP para Obras e Serviços de Engenharia nº. 012/2017.

TIPO: Menor Preço, em regime de Empreitada Global.

OBJETO: Contratação de empresas do ramo de engenharia ou construção civil para executar, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para substituição da cobertura da Escola de Ensino Fundamental e Infantil Professora Gessy Spier Averbek e fechamento de sua quadra coberta, conforme memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e de acordo com a especificação constante na relação dos itens da licitação (Anexo I), que fazem parte do Edital.

NOVA DATA PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 18 de Dezembro de 2017.

NOVA DATA PARA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h15min do dia 18 de Dezembro de 2017.

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br).

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br).

Mondaí – SC, 29 de Novembro de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2017/PM

Publicação Nº 1441981

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 117/2017/PM  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2017/PM  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de UNIFORMES ESCOLARES. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 04.dezembro.2017 até as 12:00 horas do dia 15.dezembro.2017. Abertura da sessão no dia 15.dezembro.2017 às 13:30 horas.

A presente licitação será do tipo menor preço – julgamento por lote, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 119/2017 de 16/novembro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo – SC, 29 de novembro de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

# Morro Grande

## PREFEITURA

### EXTRATO - CONTRATO Nº 20/2017 - FMS

Publicação Nº 1441664

Contrato nº:	20/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor:	R\$ 28.934,13
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

### EXTRATO - CONTRATO Nº 23/2017 - FMS

Publicação Nº 1441668

Contrato nº:	23/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	Metromed Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda
Valor:	R\$ 30.213,58
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

### EXTRATO - CONTRATO Nº 21/2017 - FMS

Publicação Nº 1441666

Contrato nº:	21/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	VMLX Comercio de Equipamentos Eletrônicos Eireli EPP
Valor:	R\$ 57.593,53
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

### EXTRATO - CONTRATO Nº 24/2017 - FMS

Publicação Nº 1441669

Contrato nº:	24/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	Haya Informática Ltda - EPP
Valor:	R\$ 3.600,89
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

### EXTRATO - CONTRATO Nº 22/2017 - FMS

Publicação Nº 1441667

Contrato nº:	22/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	Gold Computadores Ltda - EPP
Valor:	R\$ 27.035,10
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

### EXTRATO - CONTRATO Nº 25/2017 - FMS

Publicação Nº 1441670

Contrato nº:	25/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	Artedanio Silva Vieira – EPP
Valor:	R\$ 19.053,40
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

**EXTRATO - CONTRATO Nº 26/2017 - FMS**

Publicação Nº 1441671

Contrato nº:	26/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	Douglas Cardoso de Lima - ME
Valor:	R\$ 9.944,00
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

**EXTRATO - CONTRATO Nº 27/2017 - FMS**

Publicação Nº 1441672

Contrato nº:	27/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	W&Z Comércio e Serviços Hospitalares Ltda - EPP
Valor:	R\$ 5.349,90
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

**EXTRATO - CONTRATO Nº 28/2017 - FMS**

Publicação Nº 1441673

Contrato nº:	28/2017
Contratante:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratada:	Nova Casa Moveis EIRELI - ME
Valor:	R\$ 15.048,80
Data da Assinatura:	29/11/2017
Vigência Inicial:	29/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(22) 1101.2051.44905248
Modalidade:	Edital de Pregão Presencial nº 9/2017
Objeto Resumido:	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para manutenção das unidades de saúde do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bens permanentes

**EXTRATO - CONTRATO Nº 49/2017 - PMMG**

Publicação Nº 1441728

Contrato nº:	49/2017
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	X-9 Promoções Artísticas Ltda - ME
Valor:	R\$ 12.000,00

Data da Assinatura:	28/11/2017
Vigência Inicial:	28/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(128) 0903.2048.33903923
Modalidade:	Inexigibilidade de Licitação nº 2/2017
Objeto Resumido:	Contratação do grupo artístico musical Neguinho e Emanuel, visando a realização da 4º Noite Natalina do município de Morro Grande.
Espécie:	Prestação de Serviço

**EXTRATO - CONTRATO Nº 50/2017 - PMMG**

Publicação Nº 1441732

Contrato nº:	50/2017
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	Eneide Pasini Silvestre 91535590963
Valor:	R\$ 2.500,00
Data da Assinatura:	28/11/2017
Vigência Inicial:	28/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(128) 0903.2048.33903923
Modalidade:	Inexigibilidade de Licitação nº 2/2017
Objeto Resumido:	Contratação do grupo artístico musical Meninas da Sanfona, visando a realização da 4º Noite Natalina do município de Morro Grande.
Espécie:	Prestação de Serviço

**EXTRATO - CONTRATO Nº 51/2017 - PMMG**

Publicação Nº 1441733

Contrato nº:	51/2017
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratada:	Gestão, Consultoria e Eventos Colibri Ltda - Me
Valor:	R\$ 7.500,00
Data da Assinatura:	28/11/2017
Vigência Inicial:	28/11/2017
Vigência Final:	31/12/2017
Dotações:	(128) 0903.2048.33903923
Modalidade:	Inexigibilidade de Licitação nº 2/2017
Objeto Resumido:	Contratação do grupo artístico musical Mensageiros de Cristo com a participação do Frei Rinaldo Stecanela, visando a realização da 4º Noite Natalina do município de Morro Grande.
Espécie:	Prestação de Serviço

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 172/2017 PMN

Publicação Nº 1442813

#### ATA 172/2017 PMN

AS 14:00H (QUATORZE) HORAS DO DIA 27/07/2017, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSEZITE DOS SANTOS E VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA REUNIRAM-SE DAR INÍCIO AO PROCESSO EDITAL DE LICITAÇÃO 172-2017 PMN, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO PREGÃO PRESENCIAL VISANDO PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE PUBLICIDADE, ORGANIZAÇÃO, DIVULGAÇÃO E REALIZAÇÃO DO PROJETO VERÃO 2017/2018 EM TODA ORLA DA PRAIA DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE. ESTE CERTAME NÃO HOUE EMPRESA PARTICIPANTE, SENDO ESTE DESERTO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 14H10M. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DO MESMO.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 10/2017 FME - RETIFICADO E REPUBLICADO

Publicação Nº 1442702

#### PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 10/2017 FME –

##### REPUBLICADO E RETIFICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de produtos (copos de água mineral sem gás de 200ml), para atender todas as pessoas envolvidas nos eventos de competições no ano de 2018, promovidos pela Fundação Municipal de Esportes do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 13/12/2017 até às 8h50. Abertura/envelopes: 13/12/2017 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 16/2017 FMV

Publicação Nº 1442793

#### PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 16/2017 FMV

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de 2 (dois) semáforos eletrônicos, devidamente montados e instalados (com fornecimento de materiais), através da Fundação Municipal de Vigilância do município de Navegantes/SC.. Entrega/envelopes: 16/12/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 16/12/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 183/2017 PMN

Publicação Nº 1442847

#### PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 183/2017 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos para confecção, montagem e organização dos carnês de IPTU relativos ao exercício de 2018, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 13/12/2017 até às 13h50. Abertura/envelopes: 13/12/2017 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### CONTRATO Nº. 235/2017 FMS

Publicação Nº 1442926

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

##### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº. 235/2017 FMS

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / Fundação Municipal Hospitalar

Contratada....: Empreiteira de Mão de Obra VB Ltda

CNPJ: 83.102.855/0001-50

Vigência.: Início.:05/09/2017 Término: 03/03/2018.

Licitação: Concorrência nº 02/2016 FMH

Recursos: Dotação: 1.071 4.4.90.00.00

Objeto: Primeiro Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 155/2017, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DO "PROJETO DA RAMPAS PARA RESGATE DE MACAS" PARA O HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES/SC, conforme Concorrência nº 2/2016.

### DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2017 - JOSÉ ALEXANDRE ROSSETTO BORTOLOTTI

Publicação Nº 1442429

AUTOS: Procedimento Administrativo nº 19/2017

CONTRATO (S): Contrato nº 376/2014 (terceiro termo aditivo ao Contrato nº 209/2012) referente ao Pregão Presencial nº 163/2012 OBJETO: Locação de imóvel, situado à Rua Osmar Gaya n. 438, centro, no município de Navegantes/SC, sendo um galpão com área entre 300 a 380m² para armazenamento de mobiliários escolares.

REQUERENTE: José Alexandre Rossetto Bortolotto, portador do RG nº 2699235 e CPF nº 00696488914, residente e domiciliado à rua Miguel Matte, 429, apto. 1001, no bairro Pioneiros na cidade de Balneário Camboriú – SC.

ASSUNTO: Solicitação de pagamento pelo período em que o Município ocupou indevidamente o referido imóvel.

O documento de fl. 02 deflagrou o presente procedimento, reque-rendo o que segue: "(...) os valores dos meses em que o município



ocupou após o termino do contrato, indevidamente, sendo no período de janeiro a março de 2016. "

Instruem os autos os seguintes documentos:

1. Termo de Abertura (fl. 01);
2. Requerimento - (fl.02);
3. Cópia da Carteira de Identidade do Sra. Lygia Alves de Lima do Nascimento Bortolotto (fl.03);
4. Cópia da Conta Corrente da Caixa Econômica e Cópia da CNH em nome do Sr. José Alexandre Rossetto Bortolotto (fl. 03-A);
5. Cópia da Escritura de Compra e Venda do referido imóvel (fls. 04 a 05);
6. Cópia da Certidão de Inteiro Teor da Matrícula do referido imóvel (fl. 06 e verso);
7. Cópia do Contrato de Prestação de Serviços (NG Imobiliária) (fls.07 e 08);
8. Cópia do Comprovante de Residência da Sra. Lygia Alves de Lima do Nascimento Bortolotto (fl. 09);
9. Cópia das Faturas de Energia (Celesc) em nome do Município de Navegantes referentes a março e abril de 2017 (fls. 10 e 11);
10. Cópia do Contrato PMN nº 209/2012 (fls. 12 a 15);
11. Cópia do Contrato nº 20/2013 – 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 209/2012 (fls. 16 e 17);
12. Cópia do Contrato nº 272/2013 – 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 209/2012 (fls. 18 e 19);
13. Cópia do Contrato nº 376/2014 – 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 209/2012 (fls. 20 e 21);
14. Cópia de Comprovante de Pagamento de Concessionária Pública de Energia Elétrica (fl. 22);
15. Cópia de Subempenho referente a energia elétrica (fl. 23);
16. Cópia de Fatura de Energia (Celesc) em nome do Município de Navegantes referente a fevereiro de 2017 (fl. 24);
17. Cópia de Comprovante de Pagamento de Concessionária Pública de Energia Elétrica (fls. 25 e 26);
18. Cópia de Fatura de Energia (Celesc) em nome do Município de Navegantes referente a abril de 2017 (fl. 27);
19. Cópia de Comprovante de Pagamento de Concessionária Pública de Energia Elétrica (fl. 28);
20. Cópia do Ofício nº 01/2017 – Encaminhado à Secretaria de Educação datado em 04/07/2017 (fl. 29);
21. Resposta da Secretaria de Educação à Comunicação/PGM Interna nº 46/2017 datado em 24/01/2017 (fl. 30 e verso);
22. Resposta da Secretaria de Educação ao Ofício nº 01/2017 datada em 05/07/2017 (fl. 31);
23. Cópia do Ofício nº 01/2017 – Encaminhado à Secretaria de Finanças datado em 04/07/2017 (fl. 32);
24. Resposta da Secretaria de Finanças ao Ofício nº 01/2017 datado em 04/07/2017 (fls. 33 a 37);
25. Cópia do Ofício nº 02/2017 – Encaminhado à Secretaria de Educação datado em 06/07/2017 (fl. 38);
26. Ofício SME nº 388/2017 - Resposta da Secretaria de Educação ao Ofício nº 02/2017 datada em 07/07/2017 (fl. 39);
27. Cópia do Ofício nº 60/2017 – Encaminhado à Secretaria de Finanças datado em 29/09/2017 (fl. 40);
28. Resposta ao Ofício nº 60/2017 da Secretaria de Finanças encaminhada pelo Sr. Lucas Elton Moreira datado em 29/09/2017 (fls. 41 a 44);
29. Cópia do Ofício nº 62/2017 encaminhado à Secretaria Municipal de Educação datado em 02/10/2017 (fls. 45 e 46);
30. Ofício nº 630/2017 da Secretaria Municipal de Educação em resposta ao Ofício nº 62/2017, recebido em 06/11/2017 (fl. 47);
31. Cópia do Ofício nº 82/2017 – Encaminhado à Sra. Josezite dos Santos pedindo informações referentes à entrega das chaves do referido Imóvel datado em 13/11/17 (fl. 48);
32. Comunicação Interna – ADM nº 102/2017 - resposta referente ao Ofício nº 82/2017 (fls. 49 a 51).

#### 1. DOS FATOS

O Sr. José Alexandre Rossetto Bortolotto, representado pela empresa NG Negócios Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ 08.597.745/0001-91, participante da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 163/2012 – Contrato PMN nº 209/2012; cujo objeto é:

"Locação de 01 (um) galpão com área entre 300 a 380m<sup>2</sup> para armazenamento de mobiliários escolares a serem recebidos através do Plano de Ações Articuladas (PAR) nº 53 e 63 de 2012, localizado na Rua Osmar Gaya nº 438, bairro centro, município de Navegantes/SC".

No dia 19 de abril de 2017, nesta Secretaria de Administração e Logística, protocolou requerimento, solicitando "os valores dos meses em que o município ocupou, após o término do contrato, indevidamente, no período de janeiro a março de 2016". Para comprovar os fatos o mesmo anexou comprovantes de energia elétrica da Celesc em nome do Município de Navegantes, alegando que não fora feito o termo de entrega das chaves à imobiliária ou ao proprietário. Mediante ao alegando, originou-se a abertura deste PA nº 19/2017 para que se apurasse os fatos. Em seguida fora oficiada a Secretaria de Educação, para que se manifestasse sobre o requerimento, já que era tal secretaria quem detinha a posse/ocupação do referido imóvel. Em resposta, a Secretaria de Educação informou que apenas em janeiro deste ano, foi exigida a alteração de titularidade das contas de energia elétrica, já que o imóvel não era mais utilizado pela Secretaria, alegando também que os mesmos não foram informados pelo departamento competente acerca da pendência contratual, e solicitou que fossem realizadas a oitiva dos servidores responsáveis à época dos fatos.

Também foram encaminhados 02 (dois) ofícios à Secretaria de Finanças para que: 1. Informasse se havia ocorrido algum pagamento no período de janeiro a março de 2016. Em resposta a Secretaria de Finanças informou que todos os pagamentos ao credor findaram-se junto com o término contratual (dezembro de 2015). 2. Que informasse até qual período constava-se registrado os pagamentos das faturas de energia elétrica do referido imóvel, já que fora observado que as faturas anexadas pelo requerente ainda encontravam-se no nome da Prefeitura de Navegantes e têm data de vencimento até abril de 2017, sendo que, como relatado acima, tal contrato findou-se em 31 de dezembro de 2015. Em resposta a Secretaria de Finanças informou que após o término contratual (dezembro de 2015) os pagamentos continuaram a ser realizados entre o período de janeiro a dezembro de 2016.

É o relato necessário.

#### 1. DO DIREITO

Inicialmente, cabe ressaltar que a matéria em exame restringir-se-á à verificação acerca da possibilidade de pagamento, em virtude da ocupação do imóvel situado à Rua Osmar Gaya nº 438, bairro centro, neste Município, o qual é de propriedade do Sr. José Alexandre Rossetto Bortolotto (aqui denominado requerente) sem o devido contrato pelo período de 3 (três) meses (janeiro a março de 2016), em decorrência do término da vigência do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato PMN nº 209/2012 (fls. 12 a 15), Contrato nº376/2014(fls. 20 e 21).

Nesta senda, quando observadas possíveis infrações contratuais, a Administração, por meio da abertura do devido Processo Administrativo (PA nº 19/2017), tem o dever de levantar os documentos comprobatórios que possam elucidar o ocorrido, a fim de providenciar a apuração, da responsabilidade de quem deu causa ao fato ocorrido, por ato de negligência, omissão e atraso na entrega das chaves ao fim do período contratual, que gerou a utilização do imóvel pelo período de três meses sem abrangência contratual. Depois de recebido o pedido do requeinte (fl. 02), para se dar seguimento processual à lume do direito, fora encaminhado Ofício para Secretaria de Educação em 04/07/2017 (fl. 29), solicitando informações acerca do alegado. Em cumprimento ao solicitado (fl. 39) a Secretária da época, a Sra. Regina Célia Correia, informou

que havia exigido a alteração da titularidade das contas de energia elétrica em decorrência do término contratual (no entanto não fora juntada cópia de tal pedido ao processo), bem como alegou que não houve nenhuma comunicação do departamento competente acerca da possível pendência contratual.

Cumprir destacar, que conforme alega o requerente, até o presente momento não foi feita a formalização da entrega das chaves do imóvel, devendo ressaltar também que o término contratual ocorreu em 31/12/2015. Além do mais, o requerente anexou cópias de faturas de energia elétrica do imóvel referente ao ano de 2017 a qual ainda possui titularidade em nome do Município de Navegantes. Tal fato gerou estranheza a esta comissão, que decidiu, portanto, encaminhar um Ofício nº 60/2017 (fl. 40) à Secretaria de Finanças para que fosse informado até que período constava registros dos pagamentos das faturas de energia do referido imóvel. O mesmo foi respondido pelo Sr. Lucas Elton Moreira (fl. 41) em 29/09/2017, declarando que as faturas de energia elétrica foram pagas durante todo o ano de 2016, e que tal ato se deu mediante declaração da Secretária de Educação na época dos fatos, a Sra. Nerozilda Pinheiro Ferreira que declarou que o imóvel estava sendo organizado para entrega das chaves, justificando assim o pagamento das contas de energia e água em aberto (fl. 42).

Com objetivo de buscar provas acerca da possibilidade da entrega das chaves do referido imóvel, encaminhamos ofício a Sra. Josezite dos Santos (fl. 48), por saber que a funcionária lotada na Secretaria de Administração é responsável pelos contratos de aluguéis realizados pelas Secretarias. A mesma informou (fl. 49) que até a presente data não constava em seus arquivos nenhuma cópia do Termo de Vistoria referente à entrega formal das chaves, bem como encaminhou cópia de e-mail trocado entre ela e a Secretária da época na data de 04/02/2016 (fl. 50), solicitando que fossem feitas a vistoria, os reparos e a entrega das chaves do galpão de móveis da Educação em razão do término do contrato ter se dado em 31/12/2015. Encaminhou também cópia do requerimento da NG imobiliária datado em 01/03/2016 (fl. 51), solicitando que fossem tomadas providências referente ao péssimo estado de conservação, bem como informou que a Secretaria de Educação continuava sob o uso do imóvel, por ali conter coisas e materiais da referida Secretaria.

É sabido que a lei do inquilinato, nº 12.112/2009, institui vários direitos e deveres ao locador e locatário, pois os contratos de locação possuem prazo determinado para seu encerramento. No entanto sempre que administração pública (secretarias e setores competentes) se aproximam do término contratual, as mesmas tem o dever de observar alguns detalhes quanto à entrega do imóvel. É o que traz o artigo 23 da referida lei, vejamos:

O locatário é obrigado a:

(...)

III - restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;

V - realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si, seus dependentes, familiares, visitantes ou prepostos;

VI - não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador;

VII - entregar imediatamente ao locador os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, locatário;

VIII - pagar as despesas de telefone e de consumo de força, luz e gás, água e esgoto;

IX - permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27; (...).

Além do mais, tal obrigação é cláusula implícita no contrato firmado entre esta municipalidade e o requerente através do item de n. 6 do contrato de locação (fls. 13 e 14), já que ao fim do Contrato

de Locação nº 376/2014 (Terceiro Termo Aditivo), a Secretaria de Educação deveria realizar "a entrega do bem nas mesmas condições em que o recebeu", formalizando assim o fim da obrigação de pagamento do aluguel e demais encargos por meio de documento escrito, fazendo-se necessário devolver as chaves do imóvel alugado (vistoria final em comparação da inicial para que se constatasse que o imóvel estava sendo entregue conforme recebido). A entrega das chaves põe fim à relação locatícia, sendo devido o aluguel referente ao período que antecedeu referida extinção, devendo então o contrato ser rescindido, irregular ou regularmente. Desta forma, até a entrega formal das chaves, e diretamente ao proprietário/responsável ou a seu representante legal, a obrigação de pagamento de aluguel e demais encargos ainda seria da Secretaria de Educação como contraprestação pela utilização do bem.

Em ofício encaminhado à Secretaria de Educação em 07/10/17 (fls. 45 e 46), solicitamos informações a quem cabia a responsabilidade pela alteração de titularidade das contas de energia elétrica e pela entrega das chaves do referido imóvel, e se tal ato já havia sido realizado, por se de conhecimento deste Departamento quanto a responsabilidade ser totalmente da referida Secretaria. Em cumprimento ao solicitado (fl. 47), a Secretaria de Educação esclareceu que tanto a entrega das chaves do referido imóvel, bem como a mudança de titularidade das contas de energia elétrica, era de responsabilidade da Secretária de Educação da época (sendo esta a Sra. Nerozilda Pinheiro Ferreira conforme observado na fl. 45 que já fora citado).

De acordo com os documentos acostados aos autos, observa-se que os aluguéis são realmente devidos ao requerente, visto o uso de forma ininterrupta de seu imóvel locado para este Ente público, localizado na Rua: Osmar Gaya nº 438 – bairro centro, neste Município, pela inobservância aos trâmites burocráticos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação no que tange à Entrega das Chaves do Imóvel, perdurando-se o vínculo contratual devido ao uso do imóvel pelo período de 3 (três) meses (janeiro a março de 2016) após o término contratual em 31/12/2015.

Nos contratos de execução continuada ou diferida, impõe-se ao contratado o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo. Não existe uma ação específica ou definida cuja execução libera o devedor. São exemplos os contratos para conservação e limpeza, vigilância e locação de imóvel, como é o caso dos autos. Tentar valer-se da premissa de que não havia contrato para que fosse efetuado o pagamento do mesmo no período dos meses de janeiro a março, ensejaria, por si só, o locupletamento sem causa do Poder Público, já que o imóvel ainda se encontrava em uso por parte da Secretaria de Educação, de forma que presumiu-se prorrogada tacitamente a locação pelo mesmo valor do aluguel anteriormente pago.

Nesse sentido já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça, afirmando que a locação realizada por Empresa Pública não escapa dos preceitos do Direito Público:

STJ - RECURSO ESPECIAL RESP 1012815 MG 2006/0235306-6 (STJ)

Data de publicação: 13/05/2008 Ementa: CIVIL. INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE BEM. RESCISÃO DO CONTRATO. DEVOLUÇÃO DO BEM. DESNECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO. Findo o prazo do contrato, se o locatário continuar na posse da coisa, o contrato é prorrogado tacitamente, nos mesmos termos convencionados.

No mesmo sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e do Distrito Federal, a seguir transcrito:

TJ-MA - APELAÇÃO CÍVEL AC 27412011 MA (TJ-MA)

Data de publicação: 23/05/2011

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE LOCAÇÃO. PODER PÚBLICO. IMÓVEL PARTICULAR. FUNCIONAMENTO DE ESCOLA. PERMANÊNCIA DO LOCATÁRIO APÓS O TÉRMINO DO PRAZO LOCACIONAL. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DO LOCADOR. PRORROGAÇÃO TÁCITA. ALUGUÉIS DEVIDOS

PELO MESMO VALOR CONTRATADO. AÇÃO DE COBRANÇA PROCEDENTE. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRINCÍPIO DA MORALIDADE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR RAZOÁVEL. MANUTENÇÃO. I - Descabe falar em prescrição se os valores cobrados ao Poder Público decorrem de fatos verificados antes de ultimado o quinquênio do Decreto no 20.910 /32. Preliminar rejeitada. II - Se, findo o prazo da locação, o locatário continuar na posse da coisa alugada, sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação pelo mesmo aluguel. III - Comprovada a utilização, pelo Estado-membro, de imóvel particular como escola de ensino médio, e inexistindo prova do pagamento respectivo, deve a Administração quitar os aluguéis devidos, sob pena de se permitir o locupletamento sem causa do Poder Público e consequente afronta ao princípio da moralidade administrativa. IV - O termo inicial dos juros de mora deve ser a data da citação, e, para a correção monetária, a data em que deveriam ter ocorrido os pagamentos. V - Vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, que levará em conta os critérios das alíneas do § 3o do art. 20 do CPC, não estando adstrito aos limites percentuais de 10% a 20% previstos no caput do § 3o, podendo, ainda, adotar como base de cálculo tanto o valor da causa quanto o da condenação ou, ainda, valor fixo. VI - Apelação desprovida

TJ-DF - Apelação Cível APL 937498720098070001 DF 0093749-87.2009.807.0001 (TJ-DF)

Data de publicação: 14/06/2012 Ementa: EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. PRORROGAÇÃO TÁCITA. EFICÁCIA EXECUTIVA. I - O CONTRATO DE LOCAÇÃO CONSIGNOU EXPRESSAMENTE A APLICABILIDADE DOS ARTS. 56, PARÁGRAFO ÚNICO, E 57 DA LEI 8.245/91, POSSIBILITANDO A PRORROGAÇÃO TÁCITA E SEM PRAZO DETERMINADO DO CONTRATO SE, FINDA A SUA VIGÊNCIA, NÃO FOR FORMALIZADO TERMO ADITIVO. II - O CONTRATO DE LOCAÇÃO, AINDAQUE PRORROGADO TACITAMENTE, É DOTADO DE EFICÁCIA EXECUTIVA, NOS TERMOS DO ART. 585, INC. V, DO CPC, TENDO EM VISTA A LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO. III - APELAÇÃO DESPROVIDA.

Portanto, em tendo sido fornecido um bem ao Poder Público, este fato gera consequências jurídicas, principalmente em se tratar de Contratos de Locação, pois mesmo encerrando o prazo ajustado, se o locatário ainda estiver na posse do imóvel, perdurará o vínculo obrigacional, sendo devido o pagamento referente aos dias de utilização do imóvel de acordo com § 1º do artigo 46 da lei no 8.245 que versa:

§ 1º Findo o prazo ajustado, se o locatário continuar na posse do imóvel alugado por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

O que deve estar insuflado no conhecimento de ambas as partes contratantes, é que o contrato firmado administrativamente é um negócio jurídico bilateral e comutativo, ajustado entre a Administração Pública e o contratado, por meio do qual surgem obrigações e direitos para ambas as partes, devendo os mesmos serem cumpridos da maneira como foram firmados, é o que referencia o artigo 66 da Lei 8.666/93. a seguir transcrito:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

As obrigações resultantes do ato contratual deveriam ter uma vida um tanto quanto passageira, pois quando são cumpridas, exaurem sua finalidade no campo social, mas em não sendo o caso (como vemos nos documentos anexados aos autos), geram a responsabilização pelo dano material.

Ademais, ainda que inexista contrato verbal com a Administração Pública (artigo 60, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93), e em regra o Poder Público não possa realizar despesa sem prévio empenho,

há de considerar que o artigo 884 do Código Civil é taxativo ao prescrever que "aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários." Tal preceito legal de origem privatística decorre do princípio que veda o enriquecimento ilícito e também se aplica à Administração Pública que não pode se locupletar de terceiros.

Sendo assim, analisada toda a documentação acostada aos autos, considerando que a Secretaria de Educação à época dos fatos em 07/03/2016 atestou serem devido os pagamentos das faturas de energia elétrica e água, pelo fato do imóvel estar sendo organizado para a entrega das chaves (fl.42), bem como o informado pela Sra. Josezite dos Santos quanto a não haver registros de cópia do Termo de Vistoria referente à entrega das chaves, que deveria ser fornecido pela Secretaria de Educação (fl.49), deve-se, portanto, considerar a eventual omissão administrativa que resultou na não formalização da devolução das chaves ao requerente, não podendo servir de argumento ao descumprimento de obrigação que inegavelmente cabe ao Município, o fato do contrato não estar mais em vigência.

Para tanto, recebida a prestação executada pelo contratado, não pode a Administração se locupletar indevidamente, e, ao argumento do não cumprimento contratual, haja vista que o Locador cumpriu todas as cláusulas do Contrato fielmente, honrando com suas obrigações. De todo modo, depois de reconhecida a dívida como positiva, com a correta classificação contábil da despesa, o administrador deverá levar em consideração os preceitos legais da despesa pública, no tocante ao pagamento pela utilização do imóvel referente aos dias pleiteados que se encontrava sem contrato, o qual terá natureza indenizatória, sob pena de ser a ele atribuído o enriquecimento ilícito.

Ademais, é fundamental ainda, que não se perca de vista o caráter finalístico da norma, apurando-se também os fatos ou ocorrências que possivelmente foram praticados pela Secretaria de Educação, através da abertura do competente Processo de Sindicância para apurar quem deu causa à omissão quanto à entrega formal das chaves do imóvel e a mudança de titularidade das contas de energia elétrica e água, devendo se aplicar as penalidades legais cabíveis. Trata-se de serviços cotidianos da Administração Pública e geram responsabilidade ao gestor, razão pela qual se exigirá a imediata apuração de responsabilidade.

Por todo o exposto, com intuito de não se manter inerte frente ao dano causado ao requerente, esta decisão reflete a prova material indiscutível, razoável e legal, bem como a proporcionalidade, obrigatoriamente presentes nos atos praticados pela Administração Pública, considerado-se devido à natureza indenizatória a títulos materiais do valor pleiteado.

Desta forma, diante do que foi exposto, com fundamento na legislação, doutrina e jurisprudências dos Tribunais pátrios, bem como nos princípios basilares da Administração Pública, esta comissão passa a decidir.

## 2. DA DECISÃO

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a esta Comissão para deliberação, decide esta Administração:

2.1 Ser realmente devido o pedido formalizado através de requerimento do Sr. José Alexandre Rossetto Bortolotto, no qual solicita o pagamento de 03 meses de utilização do imóvel utilizado como galpão dos móveis da Secretaria de Educação, conforme documentos que instruem os presentes autos (fl. 02 a 51);

2.2 Não pode esta Administração gerar prejuízo físico – financeiro ao Locador no que tange a pagar o que lhe é devido. Devendo para tanto, ser apurada tal responsabilidade da Secretaria por ato de negligência pela falta de comprometimento quanto a formalização do Termo de Vistoria (entrega das chaves) do imóvel pertencente ao requerente, bem como à omissão pela mudança de titularidade das contas de energia elétrica e água, gerando danos ao Erário,



através de Processo Administrativo de Sindicância.

2.3 Frente aos documentos anexados pelo Sr. Lucas Elton Moreira (fls. 41 a 44), pela Sra. Josezite dos Santos (fls. 49 a 51) bem como o informado pela Secretaria de Educação (fl. 47), tendo em vista a efetiva comprovação nos autos da responsabilidade deste ente público em garantir a supremacia do interesse público frente à Legislação Vigente conforme artigo 66 da Lei 8.666/93, e Contratos firmados com o Locatário, notadamente do item 6 do Contrato 209/2012 (fl. 13 e 14), bem como o artigo 22 da Lei 8.245/91, entende esta Comissão que é dever pagar ao Locador o Referido Aluguel e providenciar a apuração quanto a não realização dos pagamentos em tempo hábil à sua liquidação.

2.4 Diante de todos os fatos e fundamentos expostos, SOMOS FAVORÁVEIS ao pagamento pleiteado, referente aos 03 (três) meses de aluguel decorrente do Contrato PMN nº 209/2012 ao Locador, Sr. José Alexandre Rossetto Bortolotto, nos termos do seu requerimento (fls. 02 a 28), acostado aos Autos.

2.5 Ante todo o exposto, esta Comissão manifesta-se pela POSSIBILIDADE do pagamento do saldo pendente no valor de R\$ 14.438,40 (quatorze mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), relativo ao uso do imóvel pelo período de 03 meses de locação após o término da vigência do Terceiro Termo Aditivo, contrato nº 376/2014 (fls. 20 e 21), julgando PROCEDENTE o pedido formulado pelo Locador Sr. José Alexandre Rossetto Bortolotto do PA nº 19/2017, não podendo o Município furtar-se à obrigação de pagar o valor correspondente, sob pena de configurar enriquecimento sem causa.

2.6 Cabe frisar que poderia a Administração rescindir o contrato em razão de descumprimento de uma de suas cláusulas e ainda imputar penalidade ao contratado descumpridor, se fosse o caso. Todavia a retenção do pagamento devido, por não constar do rol do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ofende o princípio da legalidade, insculpido na Carta Magna.

2.7 Sendo assim, mediante esta Decisão Administrativa, segue, após a publicação, toda documentação necessária para o Departamento Financeiro e Departamento de Sindicância para as medidas cabíveis, não podendo esta Administração causar prejuízo ao Locador, pois o mesmo cumpriu todas as cláusulas contratuais previstas na Locação do referido imóvel.

2.8

Intime-se. Publique-se. Arquive-se.

Navegantes, 29 de Novembro de 2017.

Ellinton Pedro de Souza

Presidente da Comissão de Apuração de Inexecução Contratual

Fernanda Hassmann Constâncio Patrícia Aparecida Gualberto

Membro da Comissão Membro da Comissão

Nelson da Cunha Maria Benedita Correa

Membro da Comissão Membro da Comissão

Vannucci Della Sotta da Silva Ferreira

Corresponsável pelos Processos Administrativos

Anna Claudia Gaya Costa

Responsável pelos Processos Administrativos

Emílio Vieira Karlile Cugnier

Prefeito Municipal de Navegantes Secretária de Administração e Logística

DECISÃO: Procedimento Administrativo nº 019/2017

REQUERENTE: Sr. José Alexandre Rossetto Bortolotto

## DECRETO 524/2017

Publicação Nº 1442608

DECRETO N º 524 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE ATENDIMENTO NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) E CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 60, item III,

CONSIDERANDO o melhor atendimento dos munícipes;  
CONSIDERANDO a redução da carga horária das assistentes sociais, e consequentemente a necessidade de adequação nos atendimentos;

DECRETA:

Art. 1 º Fica instituído o novo horário de atendimento na Secretaria de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social ( CREAS), cujo cumprimento será das 08:00s às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, a partir de 01/12/2017.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 10/2017 FME

Publicação Nº 1442451

ERRATA – PREGÃO RESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

OBJETO: "AQUISIÇÃO DE COPOS DE ÁGUA MINERAL SEM GAS, 200ML, CXA. COM 48 UNIDADES".

ONDE SE LÊ:

COPO DE ÁGUA MINERAL, sem gás, 200 ml, caixa com 48 unidades. Composição química aproximada, com tolerância máxima de 5% (Cinco) para mais ou para menos: Composição química MG/L cálcio 5,58, magnésio 7,39, potássio 2,01, cloreto 23,67, bicarbonato 52,13, características físico-químicas PH 2,25°C 6,28, temperatura da água na fonte 22,2 Cº, condutividade elétrica a 25°C 173,7 s/cm, acondicionada em copos transparentes resistentes a impactos e devidamente higienizados.

LEIA-SE:

COPO DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS 200 ML, CAIXA COM 48 UNIDADES. COMPOSIÇÃO QUÍMICA APROXIMADA: MG/L CÁLCIO 0,2 A 24, MAGNÉSIO 0,10 A 14,50, POTÁSSIO 0,40 A 2,10, SÓDIO 1,5 A 15,16, PH DA ÁGUA DE 6.0 A 9,5, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, RESISTENTES A IMPACTOS, DESCARTÁVEIS E HIGIENIZADOS. DEVERÃO SER ATENDIDAS E RESPEITADAS AS NORMAS DO DNPM (DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL); RDC 274 DA ANVISA; RDC 275 DA ANVISA; PORTARIA Nº 2914/2011 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE; PORTARIA Nº 36/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Navegantes, 30 de novembro de 2017

Depto. de Compras e Licitações

**ERRATA PORTARIA 3123/2017**

Publicação Nº 1441794

**ERRATA**

Na publicação da Portaria 3123 de 01 de NOVEMBRO de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL o senhor FERNANDO CARDOSO DE SOUZA, com a data de 01/11/2017.

Leia-se:

I Fica, por este ato, EXONERADO, A PEDIDO, da função de confiança de DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL o senhor FERNANDO CARDOSO DE SOUZA, com a data de 01/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE NOVEMBRO 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 234/2017**

Publicação Nº 1442922

Prefeitura Municipal de Navegantes

Extrato Contratual PMN Nº 234/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratado: CESAR AUGUSTO GONÇALVES ME

CNPJ: 95.086.948/0001-48.

Vigência ..... : Início: 05/09/2017 Término: 02/01/2018

Licitação ..... : TP46/2016.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Quarto Termo Aditivo visando a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 202/2016, referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DAS RUAS BELMIRO MANOEL PIERRE, COSTA PANORAMICA, JOSÉ H.C. PEREIRA E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DO TRECHO DA AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, LOCALIZADAS NO BAIRRO GRAVATA, MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Tomada de Preço nº 46/2016.

**LEI 3242/2017 ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 2671/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1441744

LEI Nº 3242, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 2671 DE 12 DE MARÇO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 2.671 de 12 de março de 2013, passa

a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. O Município de Navegantes, com a finalidade de aumentar as receitas municipais, resolve conceder adicional de produtividade aos ocupantes dos cargos efetivos de Fiscal de Tributos e Auxiliar de Fiscal de Tributos, do quadro de servidores da Prefeitura do Município de Navegantes".

Art. 2º. O artigo 3º da Lei nº 2.671 de 12 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O valor do adicional de produtividade será calculado pela execução de tarefas específicas, constante no Anexo I, não podendo ultrapassar a 2.500 (dois mil e quinhentos) pontos por mês.

§ 1º. Cada ponto refere-se ao equivalente 0,065% (zero virgula zero sessenta e cinco por cento) do valor correspondente ao padrão de vencimento "Referência A", de acordo com o nível "0" (zero), conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 11 de 04 de dezembro de 2003.

§ 2º. Somente serão remunerados os pontos que ultrapassarem o limite mínimo de 500 (quinhentos) pontos no mês de apuração.

§ 3º. Serão considerados na apuração dos pontos do mês seguinte os pontos excedentes adquiridos no mês anterior, limitados em 30% (trinta por cento) do excedente".

Art. 3º. O artigo 4º da Lei nº 2.671 de 12 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. O acompanhamento dos atos fiscais será efetuado através de relatório, sendo devidamente assinado pelo chefe imediato ou pelo Secretário de cada área.

§1º. O relatório deverá ser entregue pelo Chefe do departamento ao Setor de Recursos Humanos até o dia 10 do mês subsequente ao da produção, devendo a produção iniciar-se sempre no 1º dia e se encerram no último dia do mês.

§ 2º. O pagamento da gratificação de produtividade far-se-á na folha de pagamento do mês subsequente ao da produção".

Art. 3º. Fica acrescido à Lei nº 2.671 de 12 de março de 2013, o artigo 4º- A, com a seguinte redação:

"Art. 4º- A. Nos casos de serviços desenvolvidos em conjunto pelos servidores, por determinação de superior hierárquico, os pontos serão atribuídos igualmente a cada um dos participantes".

Art. 4º. Fica acrescido à Lei nº 2.671 de 12 de março de 2013, o artigo 4º- B, com a seguinte redação:

"Art. 4º- B. Os procedimentos fiscais que posteriormente vierem a ser invalidados por decisão administrativa ou judicial e que tenham sido considerados para o cálculo da produção fiscal serão decrescidos, no limite da respectiva pontuação, quando da apuração da produtividade do mês imediatamente subsequente.

Parágrafo Único - As deduções, acertos, remissões ou quaisquer acordos feitos pelo Executivo, não trarão prejuízo aos pontos adquiridos, considerando-se para tal efeito o valor efetivamente notificado".

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito Municipal

KARLILE CUGNIER

Secretária de Administração e Logística

ANEXO I - FIXA CRITÉRIOS PARA PONTUAÇÃO

I.AUXILIAR DE FISCAL

ITEM	ATO FISCAL	PON-TOS
1	Auto de Intimação e/ou Notificação Preliminar emitido	50
2	Auto de Intimação e/ou Notificação Preliminar quitado	50
3	Termo de Vistoria / Apreensão / Intimação / Demais termos	50
4	Processo de Arbitramento Fiscal	75
5	Emissão de guia de recolhimento	25
6	Emissão de notas fiscais avulsas	25
7	Verificação de notas fiscais ou documento equivalente, por grupo de cinquenta.	25
8	Análise de pedido de baixa	50
9	Análise de pedido de renovação de Alvará	25
10	Serviço de plantão fiscal (por dia)	50
11	Parecer Fiscal	50
12	Serviços especiais designados pelo Secretário de Fazenda ou de outras secretarias, por dia de trabalho	125
13	Prestar as informações requisitadas pelo órgão competente da Procuradoria do Município, para subsidiar a defesa judicial da Secretaria da Fazenda e do Poder Executivo Municipal nos assuntos relativos à Legislação Tributária, por informação	75
14	Liberação de acesso, orientação ao contribuinte e fiscalização do fly e-nota	25
15	Fiscalização de logradouros, com impedimento de passagem, obstrução e comercialização de qualquer coisa sem previa autorização do poder publico	50
16	Remoção de outdoors, banners, placas faixas, cartazes ou afins irregulares	05
17	Participar de cursos promovidos pela municipalidade ou cursos externos, congressos, simpósios, palestras, treinamentos, por dia, desde que autorizados pela Administração	50

## II. FISCAL DE TRIBUTOS

ITEM	ATO FISCAL	PON-TOS
1	Termo de Início/Encerramento de Fiscalização	75
2	Fiscalização, com escrita contábil ou fiscal, por exercício	50
3	Fiscalização de empresas com estimativa fiscal, por exercício	50
4	Auto de Intimação e/ou Notificação Preliminar emitido	50
5	Auto de Intimação e/ou Notificação Preliminar quitado	50
6	Termo de Vistoria / Apreensão / Intimação / Demais termos	50
7	Processo de Arbitramento Fiscal	75
8	Emissão de guia de recolhimento	25
9	Emissão de notas fiscais avulsas	25
10	Verificação de notas fiscais ou documento equivalente, por grupo de cinquenta.	25
11	Análise de pedido de baixa	50
12	Análise de pedido de renovação de Alvará	25
13	Serviço de plantão fiscal (por dia)	50
14	Parecer Fiscal	50
15	Serviços especiais designados pelo Secretário de Fazenda ou de outras secretarias, por dia de trabalho	125
16	Prestar as informações requisitadas pelo órgão competente da Procuradoria do Município, para subsidiar a defesa judicial da Secretaria da Fazenda e do Poder Executivo Municipal nos assuntos relativos à Legislação Tributária, por informação	75
17	Liberação de acesso, orientação ao contribuinte e fiscalização do fly e-nota	25

18	Fiscalização de logradouros, com impedimento de passagem, obstrução e comercialização de qualquer coisa sem previa autorização do poder publico	50
19	Remoção de outdoors, banners, placas faixas, cartazes ou afins irregulares	05
20	Participar de cursos promovidos pela municipalidade ou cursos externos, congressos, simpósios, palestras, treinamentos, por dia, desde que autorizados pela Administração	50

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito Municipal

KARLILE CUGNIER  
Secretária de Administração e Logística

### **LEI 3243/2017 INSTITUI ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS OCUPANTES DO CARGO DE FISCAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1441749

LEI Nº 3243, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
INSTITUI ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS OCUPANTES DO CARGO DE FISCAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito do Município de Navegantes, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou o projeto, EU o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Navegantes o adicional de produtividade aos ocupantes do cargo de Fiscais de Obras do quadro de servidores da Prefeitura do Município de Navegantes.  
Parágrafo Único – O adicional referido no caput deste artigo somente será devido àqueles servidores que estejam no efetivo exercício de suas funções, levando-se em conta a atuação pessoal do servidor.

Art. 2º O valor do adicional de produtividade será calculado pela execução de tarefas específicas, constante no Anexo I, não podendo ultrapassar a 2.500 (dois mil e quinhentos) pontos por mês.

§ 1º. Cada ponto refere-se ao equivalente 0,065% (zero vírgula zero sessenta e cinco por cento) do valor correspondente ao padrão de vencimento "Referência A", de acordo com o nível "0" (zero), conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 11 de 04 de dezembro de 2003.

§ 2º. Somente serão remunerados os pontos que ultrapassarem o limite mínimo de 500 (quinhentos) pontos no mês de apuração.

§ 3º. Serão considerados na apuração dos pontos do mês seguinte os pontos excedentes adquiridos no mês anterior, limitados em 30% (trinta por cento) do excedente.

Art. 3º Os procedimentos fiscais que posteriormente vierem a ser invalidados por decisão administrativa ou judicial e que tenham sido considerados para o cálculo da produção fiscal serão decrescidos, no limite da respectiva pontuação, quando da apuração da produtividade do mês imediatamente subsequente.

Parágrafo Único - As deduções, acertos, remissões ou quaisquer acordos feitos pelo Executivo, não trarão prejuízo aos pontos adquiridos pelos Fiscais de Obras, considerando-se para tal efeito o valor efetivamente notificado.

Art. 4º O adicional de produtividade constitui-se parcela autônoma, e não pode servir de base de cálculo para gratificações, adicionais de tempo de serviço ou qualquer outra vantagem pecuniária, à exceção da gratificação natalina, do 1/3 constitucional de férias,



aposentadoria, licença para tratamento de saúde, licença maternidade e licença prêmio, oportunidade em que será calculada pela média dos últimos 12 adicionais recebidas.

Art. 5º Nos casos de serviços fiscais desenvolvidos em conjunto, por determinação do Chefe Imediato ou do Secretário, os pontos serão atribuídos a cada um dos participantes.

Art. 6º A comprovação da produtividade será efetuada através de relatório mensal, cuja apresentação ao Chefe Imediato, dar-se-á até o segundo dia útil do mês subsequente contendo:

I - 01 (uma) via do relatório mensal individual;  
II - 01 (uma) via das notificações expedidas;  
III - 01 (uma) via dos autos de infração lavrados;  
IV - 01 (uma) via das intimações expedidas;  
V - 01 (uma) via das certidões expedidas;  
VI - 01 (uma) via dos termos de ocorrência de Fiscalização;  
VII - 01 (uma) via dos embargos de construções;  
VIII - 01 (uma) via dos despachos em requerimentos para expedição de habite-se;  
IX - 01 (uma) via da relação de visitas e vistorias;  
X - cópias dos despachos em requerimentos;  
XI - cópia de demais documentos emitidos no exercício da atividade.

Art. 7º Até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, e com referência ao mês anterior, o Chefe Imediato encaminhará relatório ao Secretário de Urbanismo, contendo:

I - relação dos Agentes Públicos Municipais, na especialidade de Fiscais de Obras no exercício de suas funções;  
II - valor dos pontos obtidos individualmente pelos Fiscais de Obras;  
III - relação de redução e suspensão de parcelas de produtividade determinadas pelo Gerente de Fiscalização da Secretaria de Urbanismo.

Parágrafo Único - Após aprovado o referido relatório e assinado, o Secretário de Urbanismo deverá encaminhá-lo à Diretoria de Recursos Humanos - DRH - até o dia 10.

Art. 8º - Os Fiscais de Obras não poderão entrar em gozo de férias sem ter apresentado o relatório mensal de produtividade referente ao mês anterior.

Art. 9º São atribuições específicas dos Fiscais de Obras quando do exercício de atividades de fiscalização:

I - fiscalizar e verificar taxas relativas às obras;  
II - executar vistorias técnicas para fins de habite-se;  
III - realizar plantões fiscais, conforme escala pré-estabelecida;  
IV - executar vistorias técnicas e diligências fiscais;  
V - fiscalizar obras;  
VI - lavrar auto de infração;  
VII - embargar obras;  
VIII - prestar informações aos contribuintes;  
IX - exercer demais funções inerentes à fiscalização.

Art. 10. Sem prejuízo dos direitos que a lei assegura ao servidor em geral, são prerrogativas dos Fiscais de Obras:

I - requisitar auxílio e colaboração da autoridade policial, civil ou militar, para o desempenho de suas funções;  
II - ser imediatamente assistido pela autoridade superior, quando sofrer embaraço ou coação quanto às atribuições legais ou necessitar de auxílio para bem desempenhar suas funções;  
III - ser desagravado publicamente pela Administração quando tiver sofrido infundada restrição ou acusação em decorrência do exercício regular de suas atribuições;  
IV - portar credencial oficial quando do desempenho de suas funções;

Art. 11 As despesas decorrentes desta lei complementar correrão

por conta de verbas próprias consignadas no orçamento.

Art. 12 Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 13 Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 1.662, de 13 de maio de 2.003, Lei nº 2.670, de 12 de março de 2.013 e a Lei nº 2.826 de 27 de dezembro de 2.013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito Municipal

KARLILE CUGNIER

Secretária de Administração e Logística

Anexo I

Tabela de Produtividade do Fiscal de Obras

ATO FISCAL	PONTUAÇÃO
1) Parecer / Relatório Fiscal	50 pontos
2) Auto de Embargo / Demolição / Multa	50 pontos
3) Notificação / Infração	50 pontos
4) Vistoria	35 pontos
5) Serviços de Plantão Fiscal, por dia	125 pontos
6) Habite-se ou BCI	
I – Até 200 mts <sup>2</sup>	25 pontos
II – De 201 mts <sup>2</sup> a 500 mts <sup>2</sup>	35 pontos
III – De 501 mts <sup>2</sup> a 1.000 mts <sup>2</sup>	40 pontos
IV – De 1.001 mts <sup>2</sup> a 2.000 mts <sup>2</sup>	45 pontos
V - Acima de 2.000 mts <sup>2</sup>	50 pontos
7) Prestar as informações requisitadas pelo órgão competente da Procuradoria do Município, para subsidiar a defesa judicial de Interesse do Município de Navegantes.	125 pontos
8) Serviços especiais designados pelo Secretário da pasta, Diretor da pasta ou Gerente da pasta, por dia	125 pontos
9) Serviços especiais designados pelo Secretário da pasta, Diretor da pasta ou Gerente da pasta, por ½ dia de trabalho	65 pontos
11) Sistema de abertura / alteração de empresas (REGIN)	25 pontos
10) Participar de cursos promovidos pela municipalidade ou cursos externos, congressos, simpósios, palestras, treinamentos, por dia, desde que autorizados pela Administração.	125 pontos

#### Anexo II

Para fins de pontuação da produtividade fiscal, serão considerados os documentos apresentados conforme relação abaixo:

1. Parecer / Relatório Fiscal: Comunicação escrita prestando esclarecimentos técnicos prestados acerca de edificações ou construções para outras Secretarias, Procuradoria por solicitação do Diretor ou Secretário, com a devida fundamentação.

2. Auto de Embargo: comunicação escrita ao responsável técnico ou ao proprietário, dando imediata ciência do mesmo à autoridade superior, quando ocorrer um dos casos:

I - estiver sendo executada sem o alvará válido, quando este for necessário;

II - for construída, reformada ou ampliada em desacordo com os termos do alvará;

III - não for observado o alinhamento predial;

IV - apresentar risco em sua estabilidade, com perigo para o público ou para o pessoal envolvido na obra.

V - Para todos os efeitos, o alvará deve estar dentro do seu prazo de validade.

3. Auto de Demolição: Intimação escrita imposta pela Poder Executivo Municipal, quando estiver embargada há mais de 60 dias, confirmada a permanência da irregularidade, salvos nos casos em que não seja possível a regularização da mesma, em que o Auto de Demolição poderá ser imediato.

4. Multa: Sanção imposta ao infrator pelo fiscal de obras, mediante lavratura do Auto de Infração, nos termos do art. 53 da Lei Complementar 056/2008.

5. Notificação / Infração: comunicação escrita ao responsável técnico ou ao proprietário, dando ciência ao mesmo das irregularidades da edificação ou construção e dando prazo para regularização e reparação das irregularidades.

6. Vistoria: Documento contendo informações da edificação ou construção, contendo no mínimo: foto, croqui do imóvel, endereço, nome e CPF do proprietário, dimensões e áreas da edificações, recuos e usos.

7. Habite-se: Vistoria efetuada pelo órgão competente municipal a fim de constatar que a obra está concluída e possui condições de habitabilidade, emitindo "Habite-se" da edificação, em documento-modelo expedido pelo órgão competente municipal.

8. BCI (Boletim de Cadastro Imobiliário): Preenchimento de relatório Modelo para fins de atualização do Cadastro Multifinalitário Municipal.

9. Vistoria de Sistema de Abertura de Empresas (REGIN): Preenchimento de relatório indicando as características de edificações comerciais; contendo o uso; área ocupada pela empresa; irregularidades, se houver; assinatura do fiscal atestando a regularidade das condicionantes da empresa e assinatura do proprietário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito Municipal

KARLILE CUGNIER  
Secretária de Administração e Logística

### **PORTARIA 3044/2017 CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE**

Publicação Nº 1441796

PORTARIA N º 3044 DE 19 DE OUTUBRO DE 2017  
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes,

I CONCEDER adicional periculosidade a servidora MARIA VIRGINIA HONORATO, matrícula 275404, por utilizar a motocicleta placa MJJ 7559, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 19/10/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE OUTUBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3191/2017 NOMEIA**

Publicação Nº 1441798

PORTARIA N º 3191 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL III o senhor UELITON MAFRA DE CARVALHO, com a data de 14/11/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE NOVEMBRO DE 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3238/2017 EXONERA**

Publicação Nº 1441834

PORTARIA N º 3238 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017  
EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora PATRICIA DE SOUZA, matrícula 6206907 do cargo de Conselheira Tutelar, a partir de 21/11/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.  
Emílio Vieira  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3243/2017 NOMEIA POR CONCURSO**

Publicação Nº 1441907

PORTARIA N º 3243 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017  
NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA

Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I – NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 002/2013 a Sra. FRANCIELE MAZIERO, para exercer o cargo efetivo de ASSISTENTE DE PRODUÇÃO CULTURAL, 40 horas semanais, a partir de 21/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 21/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3251/2017 DEMITE SERVIDOR**

Publicação Nº 1441920

PORTARIA N º 3251 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

DEMITE SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62 de 01/04/2009, RESOLVE:

I – DIMITIR, conforme o Termo de Julgamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 2/2017 a servidora BRUNA OLIVEIRA COSTA FERREIRA, do cargo efetivo de VIGIA, a partir de 24/11/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO DE NAVEGANTES

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3255 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO**

Publicação Nº 1442456

PORTARIA Nº 3255 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA E REVOGA, NA ÍNTEGRA, A PORTARIA Nº 3194 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar Ata de Registro de Preços nº 13/2017 FMV, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TINTAS E MICROESFERA DE VIDRO) PARA MANUTENÇÃO E DEMARCAÇÃO DA SINALIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 13/2017.

Fiscal: EDEMIR DE SOUZA - (Titular)  
Fiscal: IVAN CESAR BITTENOURT- (Suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação revogando na íntegra a portaria 3194 de 13 de novembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO 240/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1442278

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 240, de 27 de Outubro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	06	Segurança Pública	
Sub-função	181	Policimento	
Programa	0016	TRÂNSITO SEGURO	
Atividade	2029	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.54	R\$500,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	06	Segurança Pública	
Sub-função	181	Policimento	
Programa	0016	TRÂNSITO SEGURO	
Atividade	2029	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.54	R\$500,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 27 de Outubro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA  
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

### DECRETO 242/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1442279

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 242, de 30 de Outubro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$12.000,00 (Doze mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE –ATENÇÃO BÁSICA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.64	R\$12.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE –ATENÇÃO BÁSICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.64	R\$4.300,00
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.64	R\$7.700,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 30 de Outubro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO 243/2017 ABERTURA DE CRÉDITO**

Publicação Nº 1442281

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 243, de 30 de Outubro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$15.000,00 (Quinze mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.64	R\$15.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1830/2016 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.



Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 30 de Outubro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 246/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1442282

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 246, de 31 de Outubro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$10.000,00 (Dez mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2009	MANUT. ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$10.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2009	MANUT. ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.19	R\$10.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 31 de Outubro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO 247/2017 ABERTURA DE CRÉDITO**

Publicação Nº 1442283

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº , de 247 de 31 de Outubro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$1.600,00 (Um mil e seiscentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUT. SECRET. DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.52	R\$1.600,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUT. SECRET. DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.52	R\$1.600,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 31 de Outubro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO 250/2017 ABERTURA DE CRÉDITO**

Publicação Nº 1442285

DECRETO Nº 250, de 01 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PUBLICOS, TRANSPORTE E OBRAS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 2.500,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PUBLICOS, TRANSPORTE E OBRAS	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 2.500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabin. do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 01 de Novembro de 2017

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 252/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação N° 1442286

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO N° 252, de 14 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$5.000,00 (Cinco mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$5.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2010	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$5.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 14 de Novembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO 253/2017 ABERTURA DE CRÉDITO**

Publicação Nº 1442289

Estado de Santa Catarina  
Município de Nova Erechim  
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68  
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 253, de 14 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$3.800,00 (Três mil e oitocentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	06	Segurança Pública	
Sub-função	181	Policiamento	
Programa	0016	TRÂNSITO SEGURO	
Atividade	2029	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 03.56	R\$3.800,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1830/2016 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 14 de Novembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA  
Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO 255/2017 ABERTURA DE CRÉDITO**

Publicação Nº 1442290

DECRETO Nº 255, de 20 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$15.000,00 (Quinze mil e quinhentos reais), destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PUBLICOS, TRANSPORTE E OBRAS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 15.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	

Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PUBLICOS, TRANSPORTE E OBRAS	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabin. do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 20 de Novembro de 2017

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 256/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1442292

DECRETO Nº 256, de 20 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$500,00 (Quinhentos reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração Geral	
Programa	0020	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	
Atividade	2003	APOIO FINANCEIRO P/ AMOSC, CIDEMA, SAGA. FECAM	
Elemento	3.3.50.00	Transf. A Inst. Privadas sem fins lucrativos.	R\$500,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração Geral	
Programa	0020	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	
Atividade	2003	APOIO FINANCEIRO P/ AMOSC, CIDEMA, SAGA. FECAM	
Elemento	3.3.71.00	Transf. A Consórcios Públicos.	R\$500,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),

em 20 de Novembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 258/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1442293

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 258, de 27 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$20.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2007	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.01	R\$20.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 27 de Novembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA  
Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 259/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1442294

DECRETO Nº 259, de 27 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$3.000,00 (Três mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	01	GABINETE DO PREFEITO	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração Geral	
Programa	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	
Atividade	2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$3.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	01	GABINETE DO PREFEITO	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração Geral	
Programa	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	
Atividade	2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$3.000,00



Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 27 de Novembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 260/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1442295

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 260, de 27 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$9.007,00 (Nove mil e sete reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 03.64	R\$9.007,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, conforme art. 5º parágrafo primeiro inciso II da Lei Orçamentária nº1830/2016 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 27 de Novembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 261/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1442298

	Estado de Santa Catarina Município de Nova Erechim Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68 Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br
--	---

DECRETO Nº 261, de 27 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.64	R\$35.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.3.50.00	Transf. A Inst. Privadas sem fins Lucrativos D.R.01.64	R\$35.000,00

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 27 de Novembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

## DECRETO 262/2017 ABERTURA DE CRÉDITO

Publicação Nº 1443048

DECRETO Nº 262, de 29 de Novembro de 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Nova Erechim e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.852, de 29 de Novembro de 2017.

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, valor de R\$593.500,00 (Quinhentos e noventa e três mil e quinhentos reais), destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração Geral	
Programa	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	
Atividade	2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$30.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2009	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$120.000,00

Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PUBLICOS, TRANSPORTE E OBRAS	

Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$300.000,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUT. SECRET. DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.52	R\$18.500,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.02	R\$ 125.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	02	Finanças	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração geral	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Oper. Especial	0001	AMORTIZAÇÃO ENCARGOS DA DÍVIDA	
Elemento	4.6.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$120.000,00

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração geral	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Atividade	2004	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$100.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$120.000,00

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Sub-função	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$40.000,00

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência	
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2045	INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS, MANUT. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.52	R\$18.500,00

Órgão	08	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1030	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS MULTIUSO	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R.03.00	R\$50.000,00

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0014	HABITAÇÃO POPULAR	
Projeto	1035	PROGRAMA HABITAÇÕES POPULARES	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$47.000,00
Órgão	09	SECRET.MUNICIPAL DE TURISMO E DES. ECONÔM.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	23	Comercio e Serviços	
Sub-função	333	Empregabilidade	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Atividade	2050	MANUT. SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECONOMICO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 23.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Projeto	1019	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIP. P/ O FUNDO DE SAÚDE	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.02	R\$ 4.342,64
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 03.02	R\$ 70.657,36

Art 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 29 de Novembro de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

## LEI MUNICIPAL 1852/2017 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1443049

LEI MUNICIPAL Nº 1.852, de 29 de Novembro de 2017.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a movimentação de dotações orçamentárias, no Orçamento do Município de Nova Erechim, no valor de R\$ 593.500,00 (Quinhentos e noventa e três mil e quinhentos reais), destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração Geral	
Programa	0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	
Atividade	2002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO, VICE-PREFEITO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$30.000,00
Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	365	Educação Infantil	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2009	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$120.000,00
Órgão	06	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade	01	Obras e Serviços Públicos	
Função	26	Transporte	

Sub-função	782	Transporte Rodoviário	
Programa	0015	ESTRADAS VICINAIS	
Atividade	2028	MANUT. DOS SERVIÇOS PUBLICOS, TRANSPORTE E OBRAS	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$300.000,00

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2040	MANUT. SECRET. DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.52	R\$18.500,00

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2021	MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE SAÚDE NO MUNICÍPIO	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.02	R\$ 125.000,00

Art. 2º Os recursos destinados a atender a abertura do Crédito Adicional Suplementar, referido no artigo anterior, decorrerão da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	02	Finanças	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração geral	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Oper. Especial	0001	AMORTIZAÇÃO ENCARGOS DA DÍVIDA	
Elemento	4.6.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$120.000,00

Órgão	03	ADMINISTRAÇÃO	
Unidade	01	Administração	
Função	04	Administração	
Sub-função	122	Administração geral	
Programa	0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Atividade	2004	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$100.000,00

Órgão	04	SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
Unidade	01	Educação	
Função	12	Educação	
Sub-função	361	Ensino Fundamental	
Programa	0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	
Atividade	2006	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elemento	3.1.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.18	R\$120.000,00

Órgão	07	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Unidade	01	Fundo Municipal Agropecuário	
Função	20	Agricultura	
Sub-função	606	Extensão Rural	
Programa	0017	Produtor Rural Assistido	
Atividade	2037	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$40.000,00

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência	
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2045	INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS, MANUT. DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.52	R\$18.500,00

Órgão	08	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	241	Assistência ao Idoso	

Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Projeto	1030	CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE EVENTOS MULTIUSO	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R.03.00	R\$50.000,00
Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0014	HABITAÇÃO POPULAR	
Projeto	1035	PROGRAMA HABITAÇÕES POPULARES	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$47.000,00
Órgão	09	SECRET.MUNICIPAL DE TURISMO E DES. ECONÔM.	
Unidade	02	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
Função	23	Comercio e Serviços	
Sub-função	333	Empregabilidade	
Programa	0005	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
Atividade	2050	MANUT. SECRET. MUNIC. DE TURISMO E DESENV. ECONOMICO	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.00	R\$ 23.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Projeto	1019	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIP. P/ O FUNDO DE SAÚDE	
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 01.02	R\$ 4.342,64
Elemento	4.4.90.00	Aplicações Diretas D.R. 03.02	R\$ 70.657,36

Art 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 29 de Novembro de 2017.  
NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 1851/2017 ORÇAMENTO PARA 2018

Publicação Nº 1442301

LEI N.º 1.851 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Excelentíssimo Senhor Prefeito de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, Sr. NÉDIO ANTONIO CASSOL no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Nova Erechim, para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$24.781.201,00 (Vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e um mil, duzentos e um reais).

### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$24.781.201,00 (Vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e um mil, duzentos e um reais). E fixa a Despesa em R\$24.781.201,00 (Vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e um mil, duzentos e um reais). Sendo R\$1.465.000,00 (Um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais) para o Poder Legislativo e R\$23.316.201,00 (Vinte e três milhões, trezentos e dezesseis mil, duzentos e um reais) para o Poder Executivo.

Do Orçamento do Poder Executivo, destina-se ao Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018 as Receitas e Despesas o valor de R\$5.150.421,00 (Cinco milhões, cento e cinquenta mil quatrocentos e vinte e um reais), restando para as demais secretarias do Município o valor de R\$18.165.780,00 (Dezoito milhões, cento e sessenta e cinco mil, setecentos e oitenta reais).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de



Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

#### PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	22.478.900,00
1.1. Receita Tributária	1.845.500,00
1.2. Receita de Contribuições	320.000,00
1.3. Receita Patrimonial	76.400,00
1.6. Receita de Serviços	135.000,00
1.7. Transferências Correntes	19.996.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	106.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.837.500,00
2.1. Operações de Crédito	450.000,00
2.2. Alienação de Bens	100.000,00
2.3. Amortização de empréstimos	16.000,00
2.4. Transferências de Capital	3.271.500,00
Deduções da receita	-3.134.900,00
TOTAL	23.181.500,00

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	983.704,00
1.3. Receita Patrimonial	18.000,00
1.4. Transferências Correntes	965.704,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	615.997,00
2.1. Transferências de Capital	615.997,00
TOTAL	1.599.701,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal	1.465.000,00
02. Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	435.000,00
03. Secretaria Municipal de Adm. Fazenda e Planejamento	2.535.972,00
04. Secretaria Municipal de Educação.	5.305.508,00
04. Secretaria Municipal de Cultura e Esporte	780.000,00
06. Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos	5.437.800,00
07. Secretaria Municipal de Agricultura	775.500,00
08. Fundo Municipal de Assistência Social	1.514.000,00
08. Fundo Municipal da Criança e Adolescente	60.000,00
09. Secretaria Municipal de Turismo e Desenv. Econômico	805.000,00
04. Encargos Gerais do Município	487.000,00
05. Fundo Municipal de Saúde	5.150.421,00
99. Reserva de Contingência	30.000,00
TOTAL	24.781.201,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.465.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	3.342.972,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	90.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.574.000,00
10. SAÚDE	5.150.421,00
12. EDUCAÇÃO	5.305.508,00
13. CULTURA	345.000,00
15. URBANISMO	1.805.300,00
17. SANEAMENTO	620.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	10.000,00
19. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	75.000,00

20. AGRICULTURA	775.500,00
22. INDÚSTRIA	190.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	615.000,00
26. TRANSPORTE	2.837.500,00
27. DESPORTO E LAZER	435.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	115.000,00
99. RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
TOTAL	24.781.201,00

### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	12.773.780,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	6.030.908,00
3.2.00.00. – Juros e Encargos da Dívida	40.000,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	6.702.872,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	5.362.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	5.292.000,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	70.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00
TOTAL	18.165.780,00

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	4.343.704,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	1.595.000,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	2.748.704,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	806.717,00
4.4.00.00 – Investimentos	806.717,00
TOTAL	5.150.421,00

### CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	1.115.000,00
3.1.00.00. – Pessoal e Encargos Sociais	900.000,00
3.3.00.00. – Outras Despesas Correntes	215.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	350.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	350.000,00
TOTAL	1.465.000,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, através de abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme está previsto na LDO e quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Demandas Judiciais	150.000,00
2. Outros Riscos Fiscais	30.000,00
SOMA	180.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art.4º- A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderá sofrer alterações, inclusões ou exclusões, através

de ato do Poder Executivo, de acordo com as necessidades.

Art. 5º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (Trinta e cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

II - abrir créditos suplementares à conta dos recursos consignados sob a denominação de Reserva de Contingência, observado o disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

III - adotar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso das receitas, dentro dos limites constitucionais e legais; e

IV - abrir crédito especial durante a execução orçamentária quando as ações já estiverem programadas no Plano Plurianual 2018-2021.  
Parágrafo primeiro – Para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata este artigo, serão utilizados como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício, ou proveniente de cancelamento de restos a pagar;

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;

III – O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo segundo - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portaria STN.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art.7º Os recursos oriundos de convênios e seus rendimentos, não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.8º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art.9º Durante o exercício de 2018, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art.10º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da federação.

Art.11º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 28 de Novembro de 2017

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

**PORTARIA 138/2017 FÉRIAS ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1442002

PORTARIA nº 138, de 28 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO:**

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Ficam concedidas Férias para os Servidores Municipais abaixo relacionados, a serem usufruídas, conforme cada caso, assim como consta da tabela que segue.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE GOZO
Adriana Marchetto	2399/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Assistência Social	01.01.2017 a 31.12.2017	15.01.2018 a 13.02.2018
Belenice Galvão	5442/01	Monitor de Programas Sociais	Secretaria Municipal de Assistência Social	02.05.2017 a 31.12.2017	26.12.2017 a 14.01.2018
Fatima Belani Cortina	710/01	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Assistência Social	01.01.2017 a 31.12.2017	26.12.2017 a 24.01.2018
Franciely do Santos Nichetti	5443/01	Monitor de Programas Sociais	Secretaria Municipal de Assistência Social	03.05.2017 a 31.12.2017	26.12.2017 a 14.01.2018
Mariciana Mezzomo	2445/01	Assistente Social	Secretaria Municipal de Assistência Social	01.01.2017 a 31.12.2017	26.02.2018 a 27.03.2018

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 28 de novembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 139/2017 FÉRIAS ZENILDE SALAMI**

Publicação Nº 1442379

PORTARIA nº 139, de 30 de novembro de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

**CONSIDERANDO:**

Que conforme prevê o artigo 59 da Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

**R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 20 (vinte) dias de Férias para a Servidora Municipal ZENILDE NUNES PORTELLA SALAMI, matrícula 1520/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, a ser usufruída no período de 17.01.2018 a 05.02.2018, referente ao período 01.01.2017 a 31.12.2017.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 30 de novembro de 2017.  
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 290/2017

Publicação Nº 1442761

DECRETO Nº. 290/2017 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JOÃO ZARYCHTA, Prefeito Municipal Em Exercício de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2017, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), no Projeto Atividade 2.005 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda, na modalidade 3.1.90 - Aplicação Direta, na Fonte 0.1.00 – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração e Fazenda

Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Projeto/Atividade: 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMIN. E FAZENDA

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), provenientes da anulação de dotação do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
Unidade Orçamentária: 01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração e Fazenda

Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Projeto/Atividade: 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMIN. E FAZENDA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

JOAO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS.

Assessor Jurídico

### EDITAL PROCESSO SELETIVO 05/2017

Publicação Nº 1442772

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 005/2017

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, Sr. João Zarychta, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

#### 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo destina-se a contratação de servidor, em caráter temporário, para preenchimento de vagas existentes no Quadro de Pessoal do Município de Nova Itaberaba (SC), de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste Edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.2 - O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal n.º 002/2001 e suas alterações (DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS), Lei Municipal n.º 540/2003 (DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), Lei Federal n.º 11.788/2008 (DISPÕE SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES; ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 428 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT, APROVADA PELO DECRETO-LEI nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943, E A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996; REVOGA AS LEIS NºS 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, E 8.859, DE 23 DE MARÇO DE 1994, O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 82 DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E O ART. 6º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.164-41, DE 24 DE AGOSTO DE 2001; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS). Lei Complementar Municipal n.º 1.151/2017 (DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO) e demais Legislações relacionadas.

1.3 - É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes



ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo/função por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4 - A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.5 - Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições Editalícias.

1.6 - O Processo Seletivo será regido por este Edital, supervisionado por Comissão de Acompanhamento designada pela Administração Municipal, nomeada pelo Decreto n.º 288/2017, e executado em todas as suas fases pela Alternative Concursos.

1.7 - A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-á pela publicação de editais no Mural Oficial e site do Município de Nova Itaberaba (SC) [www.novaitaberaba.sc.gov.br](http://www.novaitaberaba.sc.gov.br), bem como no site da empresa contratada [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

1.8 - O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 ano, contando da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

## 2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO

2.1 - As vagas destinam-se aos cargos/funções abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e habilitação mínima exigidos no presente Edital, de acordo com o cargo/função a que pretendem concorrer.

2.2 - As atribuições dos cargos/funções são as constantes do Anexo II deste Edital, conforme Lei Municipal.

2.3 - Os candidatos que desejarem inscrever-se aos cargos/funções de Professor de Educação Infantil – Habilitado e Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – Habilitado poderão optar por apenas um dos cargos ou acumular a opção para ambos os cargos na mesma inscrição.

2.3.1 - Os candidatos Habilitados poderão inscrever-se cumulando os cargos/funções de Professor de Educação Infantil – Habilitado e Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – Habilitado conforme abaixo:

HABILITADO						
Opção 1	Professor de Educação Infantil – Habilitado					
Opção 2	Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado					

2.4 - Os demais candidatos poderão inscrever-se em apenas um dos seguintes cargos/funções:

### IDENTIFICAÇÃO DOS CARGOS

ENSINO	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
MÉDIO	Estagiária(o) Nível Médio	01	20 h.	Cursando Ensino Médio – 2º ou 3º Ano	372,00	Escrita Objetiva
SUPE- RIOR	Estagiária(o) Nível Superior	01	30 h.	Cursando Ensino Superior na Área da Educação	662,00	Escrita Objetiva

	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
ENSINO SUPERIOR	Professor de Artes – Habilitado	01	20 h.	Nível superior em licenciatura de graduação na área específica	1.198,50	Escrita Objetiva e Títulos
	Professor de Artes – Não Habilitado	-	20 h.	Cursando Artes	856,71	Escrita Objetiva
	Professor de Educação Especial – Habilitado	01	20 h.	Nível superior em Pedagogia e Habilitação em Educação Especial	1.198,50	Escrita Objetiva e Títulos
	Professor de Educação Especial – Não Habilitado	-	20 h.	Cursando Pedagogia	856,71	Escrita Objetiva
	Professor de Educação Física – Habilitado	01	20 h.	Nível superior em curso de Licenciatura de graduação plena na área específica	1.198,50	Escrita Objetiva e Títulos
	Professor de Educação Física – Não Habilitado	-	20 h.	Cursando Educação Física	856,71	Escrita Objetiva
	Professor de Educação Infantil – Habilitado	01	20 h.	Nível superior em curso de licenciatura em Pedagogia habilitação em Educação Infantil	1.198,50	Escrita Objetiva e Títulos
	Professor de Educação Infantil – Não Habilitado	-	20 h.	Cursando Pedagogia	856,71	Escrita Objetiva
	Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – Habilitado	01	20 h.	Nível superior em licenciatura pedagogia series iniciais	1.198,50	Escrita Objetiva e Títulos
	Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – Não Habilitado	-	20 h.	Cursando Pedagogia	856,71	Escrita Objetiva
	Professor de Informática - Habilitado	01	20 h.	Nível superior em curso de licenciatura de graduação plena na área específica, ou graduação de nível superior na área de Educação, com especialização na área específica.	1.198,50	Escrita Objetiva e Títulos
	Professor de Informática – Não Habilitado	-	20 h.	Cursando Nível Superior na Área da Educação	856,71	Escrita Objetiva
	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
ENSINO SUPERIOR	Professor de Língua Estrangeira – Inglês – Habilitado	01	20 h.	Nível superior em curso de licenciatura de graduação plena na área específica	1.198,50	Escrita Objetiva e Títulos
	Professor de Língua Estrangeira – Inglês – Não Habilitado	-	20 h.	Cursando Letras – Português/Inglês	856,71	Escrita Objetiva

### 3 - DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 - Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei n.º 7.853/1989 e Decreto n.º 3.298/99, são reservadas aos candidatos portadores de deficiência 5% do número total de vagas, arredondando para o próximo número inteiro seguinte caso fracionário, desde que a deficiência de que são portadores não seja incompatível com as atribuições do cargo a ser preenchido.

3.2 - Para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:

- Assinalar o campo destinado aos portadores de deficiência no Formulário de Inscrição;
- Preencher o requerimento contido no Anexo III do presente Edital;
- Anexar Laudo Médico (original ou cópia legível autenticada), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias.

3.2.1 - Os documentos acima descritos deverão ser enviados, via SEDEX, até o dia 20 de dezembro de 2017, para Empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, no seguinte endereço: Avenida Anita Garibaldi, n.º 303, Sala 02 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000.

3.3 - A não-observância do disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4 - O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no Formulário de Inscrição, bem como no requerimento constante no Anexo III deste Edital.

3.4.1 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural Oficial e site do Município de Nova Itaberaba (SC) [www.novaitaberaba.sc.gov.br](http://www.novaitaberaba.sc.gov.br), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), no dia 27 de dezembro de 2017.

3.5 - Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de provas e à nota mínima exigida.

3.6 - Os candidatos portadores de deficiência não estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, salvo no caso previsto no item 5.1 do presente Edital.

3.7 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.8 - Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência terão seus nomes publicados na lista geral de classificação, bem como em lista de classificação especial.

3.9 - Respeitada a ordem classificatória, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Processo Seletivo, por ocasião da admissão, serão submetidos à Avaliação Médica pelo Município de Nova Itaberaba (SC), o qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo Laudo de parecer, nos termos deste Edital.

3.10 - Será eliminado da lista de vagas reservadas o candidato cuja deficiência não seja constatada ou se mostre incompatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral, caso em que se convocará o candidato imediatamente seguinte, de mesma condição, com a estrita observância da ordem classificatória.

3.11 - Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

#### 4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de 01 a 20 de dezembro de 2017, exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

4.1.1 - Por vedação do próprio sistema de inscrição on-line, cada candidato poderá participar deste Processo Seletivo com apenas uma inscrição.

4.1.2 - Os candidatos que desejarem inscrever-se aos cargos/funções de Professor de Educação Infantil – Habilitado e Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado poderão optar por apenas um dos cargo/funções ou acumular a opção para ambos os cargos/funções na mesma inscrição.

4.2 - Para inscrever-se via internet o candidato deverá:

4.2.1 - Acessar o site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br) e no link "Concursos e Seletivos", "Inscrições Abertas" selecionar o Processo Seletivo do Município de Nova Itaberaba (SC);

4.2.2 - Baixar e Ler atentamente o Edital, inteirando-se das condições do certame, certificando-se de que preenche todos os requisitos exigidos;

4.2.3 - Acessar o link "Realizar inscrição", cadastrando-se com CPF, criando uma senha de acesso para a área do candidato (guarde essa senha pois será necessária para acessos futuros);

4.2.4 - Preencher o Formulário de Inscrição, conferindo os dados informados e transmiti-lo pela internet, imprimindo o Comprovante de Inscrição que deve ficar em seu poder (guarde esse comprovante pois será necessário apresentá-lo no dia da prova);

4.2.5 - Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário referente a taxa de inscrição até o dia do vencimento.

4.2.6 - O candidato inscrito em dois cargos/funções (Professor de Educação Infantil – Habilitado e Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – Habilitado) deverá imprimir dois Comprovalentes de Inscrição e dois boletos bancários, relativos a cada cargo/função.

4.3 - Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue deverão realizar suas inscrições, conforme item 5.2 do presente Edital, até o dia 10 de dezembro de 2017.

4.4 - O candidato deverá manter o(s) COMPROVANTE(S) DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO(S)) em seu poder e, necessariamente, apresentá-lo(s) no dia da prova juntamente com um DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTO.

4.4.1 - São considerados documentos de identidade a Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.

4.4.2 - Não serão aceitos documentos danificados, não-identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

4.4.3 - Em caso de perda do Comprovante de Inscrição, o candidato deverá reimprimi-lo no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), na Área do Candidato.

4.4.4 - O BOLETO BANCÁRIO NÃO SERVE COMO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.

4.4.5 - O candidato que não apresentar o Comprovante de Inscrição no dia da prova estará eliminado do Processo Seletivo.

4.4.6 - O candidato inscrito em dois cargos/funções deverá apresentar os dois Comprovalentes de Inscrição no dia da prova, sendo que a apresentação de apenas um ensejará na sua eliminação do Processo Seletivo.

4.5 - A taxa de inscrição será paga em qualquer banco até o vencimento e somente através de boleto bancário, não sendo aceito depósitos em conta e transferências bancárias.

4.5.1 - Em caso de perda ou extravio do boleto bancário o candidato deverá imprimir uma segunda via no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), na Área do Candidato.

4.6 - A empresa Alternative Concursos e o Município de Nova Itaberaba (SC) não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.6.1 - A empresa Alternative Concursos não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato.

4.7 - Somente serão acatadas as inscrições após o pagamento da taxa de inscrição.

4.7.1 - O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8 - Somente será admitida uma inscrição por candidato.

4.9 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não editalícia.

4.10 - Aos interessados que não possuem internet, o Município de Nova Itaberaba (SC) disponibilizará terminais de acesso e assistência durante o período das inscrições, em dias úteis, em sua sede, sito à Rua José Marocco, n.º 2.226 - Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

4.11 - O valor da taxa de inscrição será de:

CARGOS/FUNÇÕES	VALOR
Estagiária(o) Nível Médio / Estagiária(o) Nível Superior	R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Demais Cargos/Funções	R\$ 80,00 (oitenta reais)

4.11.1 - O candidato inscrito em dois cargos/funções pagará duas taxas de inscrição, totalizando R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

4.12 - O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este edital.

4.13 - As inscrições serão homologadas no dia 27 de dezembro de 2017, sendo divulgadas no Mural Oficial e no site do Município de Nova Itaberaba (SC), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

4.14 - Os candidatos que não tiverem as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de 28 e 29 de dezembro de 2017, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do presente Edital.

4.14.1 - A publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos interpostos será realizada no dia 03 de janeiro de 2018.

4.15 - O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do certame.

4.16 - Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão assinalar esta condição no Formulário de Inscrição, em campo específico para esta finalidade.

4.16.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal de realização da prova.

4.16.2 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no site e Mural Oficial do Município de Nova Itaberaba (SC), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br) no dia 27 de dezembro de 2017.

4.17 - Estão impedidos de participar deste Processo Seletivo os membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, os funcionários da empresa responsável pelo certame, bem como terceirizados desta, diretamente relacionados com a atividade de execução deste Certame.

4.17.1 - A vedação constante do item anterior se estende aos seus cônjuges, conviventes, pais, irmãos e filhos;

4.17.2 - Constatada, em qualquer fase do Processo Seletivo, inscrição de pessoas que tratam o item e subitem anteriores, esta será indeferida e o candidato será eliminado do certame.

## 5 - DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 - Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de candidato doador de sangue, nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997.

5.2 - Os candidatos doadores de sangue deverão realizar sua inscrição para o Processo Seletivo até o dia 10 de dezembro de 2017, procedendo da seguinte forma:

5.2.1 - Assinalar esta condição no Formulário de Inscrição;

5.2.2 - Preencher o Anexo IV do presente Edital (digitado ou manuscrito);

5.2.3 - Anexar o comprovante das doações;

5.2.4 - Providenciar fotocópia simples do comprovante de inscrição.

5.2.5 - O candidato inscrito em dois cargos/funções deverá providenciar fotocópia simples de ambos os Comproverantes de Inscrição.

5.2.6 - O Anexo IV devidamente preenchido, acompanhado do comprovante de doação, bem como da fotocópia do(s) comprovante(s) de inscrição, deverão ser enviados, VIA SEDEX, até o dia 11 de dezembro de 2017 (data do protocolo ou carimbo dos Correios), para a empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, no seguinte endereço: Avenida Anita Garibaldi, n.º 303, Sala 02 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000.

5.2.7 - O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data

em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferior a 03 doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.

5.2.8 - Equipara-se a doador de sangue a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.

5.3 - O resultado da homologação das isenções da taxa de inscrição será divulgado no dia 15 de dezembro de 2017.

5.3.1 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.3.2 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 21 de dezembro de 2017, sob pena de indeferimento da inscrição.

5.4 - Não haverá recurso do indeferimento de isenção da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue.

## 6 - DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA

6.1 - A prova escrita/objetiva será realizada no dia 07 de janeiro de 2018 das 09h00min às 12h00min no Núcleo de Ensino Fundamental Nova Itaberaba, sito à Rua José Marocco, s/n.º, Centro, no Município de Nova Itaberaba (SC).

6.2 - A prova escrita/objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, conterà 20 questões do tipo múltipla escolha, sendo subdivida em cinco alternativas, A, B, C, D e E, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.3 - A prova escrita/objetiva será composta de questões inéditas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo/função, de acordo com o Conteúdo Programático constante no Anexo I do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

6.3.1 - Para os cargos/funções de Professor de Artes – Habilitado, Professor de Educação Especial – Habilitado, Professor de Educação Física – Habilitado, Professor de Educação Infantil – Habilitado, Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – Habilitado, Professor de Informática – Habilitado e Professor de Língua Estrangeira – Inglês – Habilitado, a prova escrita/objetiva será composta de:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
Prova de Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Conhecimentos Gerais	05	0,40	2,00
Prova de Conhecimentos Específicos	Conteúdos de Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
TOTAL		20	-	8,00

6.3.2 - Para os demais cargos/funções a prova escrita/objetiva será composta de:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
Prova de Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	05	0,50	2,50
	Conhecimentos Gerais	05	0,50	2,50
Prova de Conhecimentos Específicos	Conteúdos de Conhecimentos Específicos	10	0,50	5,00
TOTAL		20	-	10,00

6.3.3 - O candidato que optar pela inscrição em dois cargos/funções, além de responder à 05 questões de Língua Portuguesa e à 05 questões de Conhecimentos Gerais, responderá a 20 questões de conhecimentos específicos, sendo 10 questões correspondentes a cada cargo/função, totalizando 30 questões.

6.3.3.1 - No dia da prova escrita/objetiva, o candidato inscrito sob essa condição receberá todas as demais orientações necessárias, por intermédio do Fiscal de Sala, não havendo acréscimo no tempo de realização da prova em função do maior número de questões a serem respondidas.

6.3.3.2 - O sistema de cômputo da Nota Final do candidato inscrito em duas áreas de atuação é aquele constante no Capítulo 10 do presente Edital.

6.4 - O Caderno de Questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha.

6.5 - O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

6.5.1 - ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

6.5.2 - Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

6.6 - O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE(S) DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO(S)).

6.6.1 - Em caso de perda, furto ou roubo do documento original de identidade, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 dias da data de realização da prova.

6.6.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade original com fotografia ou o registro de ocorrência em órgão policial, estará automaticamente excluído do Processo Seletivo.

6.6.3 - O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.



6.7 - Para realizar a prova é indicado ao candidato portar 2 canetas esferográficas de tinta azul ou preta de material transparente. Não serão fornecidas canetas no local.

6.8 - Durante a realização das provas é vedada toda e qualquer consulta a materiais, sejam estes equipamentos eletrônicos ou didáticos.

6.9 - A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e do Cartão Resposta, somente será permitida depois de transcorrido 30 minutos do início da mesma.

6.9.1 - O candidato poderá ausentar-se da sala de prova, momentaneamente, desde que acompanhado por um fiscal;

6.9.2 - Não será permitida a saída da sala com qualquer material referente à prova;

6.9.3 - Não haverá prorrogação do tempo normal de prova por motivo de afastamento do candidato.

6.10 - Na prova escrita/objetiva será realizado processo de desidentificação de provas.

6.10.1 - Não haverá identificação do candidato no Caderno de Questões.

6.11 - Os fiscais da equipe de aplicação de prova e da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo não fornecerão informações acerca do conteúdo da prova escrita/objetiva.

6.12 - Em caso de anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

6.13 - Os três últimos candidatos ao entregar a prova deverão permanecer juntos na sala para, juntamente com os fiscais de sala:

a) conferir os Cartões Resposta, identificar questões em branco e proceder a anulação das mesmas com um marca texto, assinando como testemunhas nos Cartões;

b) assinar a folha ata;

c) assinar e lacrar os envelopes que guardarão os Cadernos de Questões e os Cartões Resposta.

6.14 - Os Cadernos de Questões estarão disponíveis, no dia 08 de janeiro de 2018, no site do Município de Nova Itaberaba (SC), bem como no da empresa contratada [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

6.14.1 - Será facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de 09 e 10 de janeiro de 2018, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do presente Edital, em especial ao item 9.2.

6.15 - O ensalamento dos candidatos será divulgado no dia 03 de janeiro de 2018.

6.16 - Será automaticamente excluído do Processo Seletivo o candidato que:

a) chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões;

b) não apresentar o(s) COMPROVANTE(S) DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO(S)) e DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTOGRAFIA no dia de realização das provas;

c) tratar com descortesia os fiscais de sala ou membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo;

d) for surpreendido fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de equipamento eletrônico;

e) for flagrado em comunicação com os demais candidatos;

f) não devolver o Caderno de Questões;

g) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal;

h) utilizar-se de meios ilícitos para execução da prova;

i) perturbar de qualquer modo a ordem e execução dos trabalhos;

j) não comparecer para realização da prova;

k) nos demais casos previstos neste Edital.

## 7 - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA

7.1 - O candidato receberá juntamente com o Caderno de Questões o Cartão Resposta.

7.2 - O Cartão Resposta deverá ser preenchido cuidadosamente pelo candidato com seu Nome, Assinatura, N.º da Identidade e as respostas do Caderno de Questões.

7.2.1 - O candidato inscrito em dois cargos/funções receberá dois Cartões Resposta, devendo transcrever as respostas do Caderno de Questões de acordo com o cargo/função descrito no corpo do Cartão Resposta.

7.2.2 - Não haverá acréscimo de tempo para preenchimento do Cartão Resposta.

7.2.3 - O candidato deverá transcrever no Cartão Resposta suas respostas por questão, na ordem de 01 à 20, marcando de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões, conforme exemplo abaixo:

7.2.4 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não serão válidas as marcações feitas a lápis ou caneta de ponta porosa ou de cor diferente das anteriormente mencionadas.

7.2.5 - O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser realizado de acordo com as instruções especificadas anteriormente, sendo que os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, tais como dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido ou preenchido parcialmente, acarretarão a perda da pontuação da questão pelo candidato.



7.3 - Somente serão válidas as marcações contidas no Cartão Resposta que estiverem de acordo com as instruções da capa do Caderno de Questões.

7.4 - Nos Cartões Resposta que forem constatadas questões em branco será realizada a anulação das mesmas, nos termos do item 6.13 do presente Edital.

7.5 - NÃO será fornecido, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta, salvo no caso de erro de impressão.

7.6 - O Cartão Resposta é o único documento válido para a correção, devendo ser preenchido com atenção. A não entrega do Cartão Resposta implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.7 - Em nenhuma hipótese será considerado o Caderno de Questões para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação.

7.8 - O Gabarito Preliminar da prova escrita/objetiva estará disponível no Mural Oficial e site do Município de Nova Itaberaba (SC), [www.novaitaberaba.sc.gov.br](http://www.novaitaberaba.sc.gov.br), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), no dia 08 de janeiro de 2018.

## 8 - DA PROVA DE TÍTULOS

8.1 - A prova de títulos, de caráter classificatório, será aplicada aos candidatos inscritos aos cargos/funções de Professor de Artes – Habilitado, Professor de Educação Especial – Habilitado, Professor de Educação Física – Habilitado, Professor de Educação Infantil – Habilitado, Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – Habilitado, Professor de Informática – Habilitado e Professor de Língua Estrangeira – Inglês – Habilitado.

8.2 - Os pontos serão contados apenas para efeito de classificação.

8.3 - Os títulos deverão ser enviados em fotocópia devidamente autenticada em serventia pública (cartório), juntamente com o Anexo VI do presente Edital, VIA SEDEX, no período compreendido entre 01 a 20 de dezembro de 2017 (data do protocolo ou carimbo dos Correios) para a empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, no seguinte endereço: Avenida Anita Garibaldi, n.º 303, Sala 02 – Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000.

8.3.1 - Os candidatos inscritos em dois cargos/funções deverão encaminhar os títulos relativos a cada cargo/função separadamente. Para isso, deverão preencher o formulário previsto no Anexo VI do presente Edital para cada cargo/função anexando seus respectivos títulos.

8.4 - Serão considerados como títulos:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
a) Cursos de aperfeiçoamento / capacitação / atualização relacionados diretamente à área da Atuação (a cada 40 horas de cursos receberá a pontuação de 0,10 pontos, até o limite máximo de 200 horas, num total máximo de 0,50 pontos), realizados nos últimos 03 anos que antecederam a abertura do presente Edital.	0,50
Graduação em nível superior é pré-requisito ao cargo/função, não contará pontos.	
b) Comprovante de Pós-Graduação em Nível de Especialização	1,00
c) Comprovante de Pós-Graduação em Nível de Mestrado	1,50
d) Comprovante de Pós-Graduação em Nível de Doutorado	2,00

8.4.1 - Os títulos previstos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" somente poderão ser pontuados uma única vez.

8.4.2 - Os títulos previstos na alínea "a" somente serão pontuados se prescreverem expressamente a carga horária.

8.4.3 - A soma dos títulos não poderá ultrapassar 2,0 pontos.

8.4.4 - Não serão pontuados os títulos que vierem desacompanhados do Anexo VI - Formulário de Títulos.

8.5 - Para fins de análise e cômputo da respectiva pontuação, nos termos do quadro constante no item 8.4, serão aceitos Declarações ou Atestados de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Nível de Especialização, Pós-Graduação em Nível de Mestrado ou Pós-graduação em Nível de Doutorado), desde que acompanhados do correspondente Histórico, respeitadas as demais disposições editalícias correlatas.

8.6 - Não serão aceitas declarações ou atestados de frequência.

8.7 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e devem estar acompanhados de tradução oficial se redigidos em língua estrangeira.

8.8 - Entregue a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação. Do mesmo modo, não se admitirá os títulos enviados após o prazo previsto em item 8.3 deste Edital.

8.9 - Somente serão pontuados os títulos na área de atuação do cargo em que o candidato se inscreveu.

8.10 - Somente serão considerados como títulos, os diplomas que sejam expedidos por instituição de ensino credenciada pelo MEC.

8.11 - O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação etc) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

8.12 - Na Ata de Classificação Preliminar será feita a apresentação da pontuação da prova de títulos dos candidatos classificados.

8.13 - Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

## 9 - DOS RECURSOS

9.1 - É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos e prazos:

- 9.1.1 - Quanto ao indeferimento das inscrições, exceto no caso de doadores de sangue: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação da Homologação das Inscrições;
- 9.1.2 - Quanto às questões da prova escrita/objetiva: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação das provas;
- 9.1.3 - Quanto ao Gabarito Preliminar das questões objetivas: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação do mesmo;
- 9.1.4 - Quanto à Ata de Classificação Preliminar do Processo Seletivo: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação da mesma;
- 9.1.5 - Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Certame: no prazo de 2 dias úteis, a contar da ocorrência das mesmas.

9.2 - A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso previsto no Anexo V deste Edital, sendo:

- 9.2.1 - Encaminhado à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, nos prazos editais;
- 9.2.2 - Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da identidade e cargo para o qual se inscreveu;
- 9.2.3 - Os recursos contra questões da prova escrita/objetiva deverão ser apresentados em uma folha (Formulário) para cada questão recorrida, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.

9.3 - Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

9.3.1 - Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

9.4 - Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

9.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

## 10 - DO RESULTADO FINAL

10.1 - Para atribuição da nota final aos cargos/funções de Professor de Artes – Habilitado, Professor de Educação Especial – Habilitado, Professor de Educação Física – Habilitado, Professor de Educação Infantil – Habilitado, Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – Habilitado, Professor de Informática – Habilitado e Professor de Língua Estrangeira – Inglês – Habilitado, o resultado da prova escrita/objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

10.1.1 - Serão considerados aprovados nos cargos previstos no item 10.1 todos os candidatos que não obtiverem nota igual a 5,00 (cinco) na prova escrita/objetiva.

10.1.2 - A nota final do candidato inscrito em dois cargos/funções será calculada pela aplicação da fórmula prescrita no item 10.1 para cada cargo/função separadamente, tendo em vista que tratam-se de classificações distintas.

10.2 - Para atribuição da nota final aos demais cargos/funções, o resultado da prova escrita/objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

10.2.1 - Serão considerados aprovados nos cargos previstos no item 10.2 todos os candidatos que não obtiverem nota igual a 5,00 (cinco) na prova escrita/objetiva.

10.3 - Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
- b) obtiver maior número de acertos na prova de língua portuguesa;
- c) tiver maior idade;
- d) sorteio público.

10.3.1 - Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, estes terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 12 de outubro de 2003.

10.4 - A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

## 11 - DAS COMPETÊNCIAS

11.1 - À Empresa Alternative Concursos compete, através de seus departamentos, a confecção de editais; recebimento das inscrições e títulos; conferência de documentos; elaboração, aplicação, fiscalização, coordenação, correção e demais atos pertinentes as provas; emissão de atas e listagens diversas; recebimento e apreciação de recursos interpostos; divulgação das informações em site próprio; elaboração de dossiê sobre o Processo Seletivo com todos os atos decorrentes de sua aplicação para arquivamento pela contratante; prestação de informações sobre o certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Processo Seletivo.

11.2 - Ao Município de Nova Itaberaba (SC) compete, através do Prefeito Municipal e da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, disponibilização de Leis e demais informações; homologação das inscrições; divulgação dos atos pertinentes ao certame; informação acerca de impugnações contra este Edital; assinatura dos editais e demais atos; acompanhamento de todas as fases do certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Processo Seletivo.

## 12 - DO PROVIMENTO

12.1 - São requisitos básicos para provimento ao cargo/função:

12.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

12.1.2 - Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

12.1.3 - Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

12.1.4 - Ter nível de escolaridade, capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

12.1.5 - Idade mínima de 18 anos;

12.1.6 - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo, expedido pela junta médica designada pela administração municipal;

12.1.7 - Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador da Profissão;

12.1.8 - Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não-recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não-cumuláveis;

12.1.9 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 anos;

12.1.10 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 anos;

12.1.11 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

12.1.12 - Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura no cargo ou emprego público.

12.2 - Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado, para tomar posse do cargo.

12.3 - O candidato deverá manter seus dados atualizados no Município de Nova Itaberaba (SC).

12.4 - O candidato classificado no Processo Seletivo que for convocado para assumir a vaga e não aceitá-la ou não manifestar-se no prazo previsto em Edital de Convocação, perderá o direito a vaga, no entanto poderá ser convocado em futuras chamadas.

12.4.1 - Primeiramente serão convocados os candidatos Habilitados e esgotando-se estes, passarão a ser convocados os candidatos Não Habilitados.

## 12 - CRONOGRAMA

12.1 - O Processo Seletivo seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO
1. Período de Inscrição	01 a 20 de dezembro de 2017
2. Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	21 de dezembro de 2017
3. Período de envio dos títulos	01 a 20 de dezembro de 2017
4. Período de inscrição com isenção da taxa de inscrição (doadores de sangue)	01 a 10 de dezembro de 2017
5. Publicação da relação dos candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição	15 de dezembro de 2017
6. Período de pagamento do valor da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram o pedido de isenção indeferido	15 a 21 de dezembro de 2017
7. Publicação da homologação das inscrições	27 de dezembro de 2017
8. Divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva	27 de dezembro de 2017
9. Prazo para interposição de recurso quanto a não homologação das inscrições	28 e 29 de dezembro de 2017
10. Publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos	03 de janeiro de 2018
11. Divulgação do Ensaio dos Candidatos	03 de janeiro de 2018
12. Prova escrita/objetiva	07 de janeiro de 2018
13. Divulgação do Gabarito Preliminar e das provas escritas/objetivas	08 de janeiro de 2018
14. Prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar e questões das provas escritas/objetivas	09 e 10 de janeiro de 2018
15. Divulgação do Gabarito Definitivo	12 de janeiro de 2018
16. Divulgação da Ata de Classificação Preliminar	12 de janeiro de 2018
17. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	15 e 16 de janeiro de 2018
18. Divulgação da Ata de Classificação Final	18 de janeiro de 2018

12.2 - O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão

da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo e da empresa Alternative Concursos.

### 13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, com auxílio da Procuradoria Jurídica do Município.

13.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó (SC) para dirimir quaisquer questões em relação ao presente certame.

13.3 - Após a divulgação da Ata de Classificação Final do Processo Seletivo, a empresa Contratada encaminhará ao Município de Nova Itaberaba (SC) todos os registros escritos originais gerados no certame.

13.4 - Fazem parte deste Edital:

13.4.1 - Anexo I - Conteúdo Programático;

13.4.2 - Anexo II - Atribuições dos Cargos/Funções;

13.4.3 - Anexo III – Formulário de Requerimento de Vaga para Candidatos Portadores de Deficiência;

13.4.4 - Anexo IV - Formulário para Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;

13.4.5 - Anexo V - Formulário de Recurso;

13.4.6 - Anexo VI - Formulário de Títulos;

13.4.7 - Anexo VII - Cronograma.

13.5 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Nova Itaberaba (SC), 30 de novembro de 2017.

JOÃO ZARYCHTA

Prefeito Municipal em Exercício

### ANEXO I

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### CONHECIMENTOS BÁSICOS ENSINO MÉDIO

- Língua Portuguesa:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, estrutura textual, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

##### CONHECIMENTOS BÁSICOS ENSINO SUPERIOR

- Língua Portuguesa:

Compreensão e interpretação de palavra, frase ou texto, reconhecimento e compreensão de diferentes tipos e gêneros textuais, coesão e coerência, recursos coesivos, ponto de vista do autor, ideia central e ideias convergentes, informações literais e inferências, intertextualidade e extratextualidade. Ortografia: divisão silábica, pontuação, uso do hífen, acentuação gráfica, crase, uso dos Porquês, mas e mais, bem e bom, mal e mau, uso de x, ch, ss, s, sc, ç, g, j, adequação vocabular. Morfologia: processos de formação de palavras, artigo, adjetivo, advérbio, pronome, preposição, substantivo, verbo, conjunção, numeral, interjeição, flexões, conjugação verbal, sentido próprio e figurado. Sintaxe: sintaxe da oração e do período composto, voz passiva e ativa, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal. Semântica: relações de significados entre palavras e orações, polissemia, sinônimo, antônimo, homônimos e parônimos, figuras de linguagem, conotação, denotação, ambiguidades. Fonologia: fonemas e letras, sílabas, encontros consonantais e vocálicos (ditongo, tritongo, hiato). Literatura: períodos e estilos da literatura brasileira, estilos dos escritores, gêneros literários. Novo acordo ortográfico.

##### CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODOS OS CARGOS/FUNÇÕES)

Aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, esportes, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo.

##### CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Legislação (para todos os cargos/funções):

Constituição Federal (Dos Princípios Fundamentais; Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Da Organização do Estado; Da Organização dos Poderes). Estatuto dos Servidores do Município de Nova Itaberaba (SC). Lei Orgânica do Município de Nova Itaberaba (SC).

- Estagiária(o) Nível Médio:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. A educação infantil e saúde. Cuidados essenciais: higiene da criança (banho, dentes e trocas de fraldas). Educação Alimentar. Rotinas de atendimento à criança (proteção, sono, repouso e banho de sol). Instituição de educação infantil, tríade: comunidade, educadores e família. Cuidados com bebês e crianças na creche. Documentos Oficiais (requerimento, atestado, declaração, ata, ofício, exposição de motivos, parecer, carta, etc). Formas de tratamento. A imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura. Regras de comportamento no ambiente de trabalho. Regras de hierarquias no serviço público. Regras de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Zelo pelo patrimônio público. Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio. Conhecimentos básicos de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade. Noções básicas de informática. Atualidades profissionais.

- Estagiária(o) Nível Superior:

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; História da Educação. Teoria e Prática da Educação. Conhecimentos Político-Pedagógicos: função social e política da escola, perspectiva crítica e perspectiva neoliberal. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar. Colegiados escolares. Projetos político-pedagógicos. A educação básica no Brasil: acesso, permanência, inclusão e fracasso escolar. A organização da educação básica. Princípios e fins da educação nacional. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Conhecimentos da prática de ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem. Conhecimento na escola. A organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Cotidiano escolar: relações de poder na escola. Currículo e cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar. Educação inclusiva. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões na escola. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. Pressupostos filosóficos. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Gestão participativa na escola. Ética no trabalho. Noções básicas de informática. Atualidades profissionais.

- Professor de Artes - Habilitado/Não Habilitado:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. História da Arte. A Arte-Educação no Brasil. Diversidade cultural no ensino das Artes Visuais. As abordagens metodológicas no ensino das Artes Visuais. O papel da arte na educação. Parâmetros Curriculares Nacionais - Arte. O ensino e a aprendizagem em arte. O uso das imagens no ensino das Artes Visuais. Cultura afro-brasileira, africana e indígena. A educação musical no contexto atual. O ensino de música na educação básica. Pressupostos metodológicos do ensino de música. Música e sociedade. A diversidade cultural no ensino de música. História da música: da antiguidade aos tempos atuais. Arte e Artesanato. Arte e meio ambiente. Elementos Visuais. Contextualização, fruição e o fazer artístico. História do Teatro: da antiguidade aos tempos atuais. Pressupostos metodológicos do ensino do Teatro. O Teatro como produto cultural e apreciação estética. Linguagem cênica: elementos formais, formas teatrais. O ensino do teatro na Educação Básica. Contribuições de: Meininger, Stanislavski, Copeau, Brecht, Meyerhold, Grotowski, Eugênio de Barba e José Celso Martinez Correa. História da dança: das primeiras manifestações aos dias atuais. Aspectos culturais, sociais e históricos das diferentes formas de dança: erudita, popular, folclórica, antiga e contemporânea. Estrutura e funcionamento do corpo e os elementos que compreendem seu movimento. Pressupostos metodológicos do ensino da dança. Principais artistas plásticos da história. Noções básicas de informática. Atualidades Profissionais. Atribuições do cargo.

- Professor de Educação Especial - Habilitado/Não Habilitado:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Plano Nacional de Educação – PNE – Lei nº 13.005/2014. História da Educação. Teoria e Prática da Educação. Conhecimentos Político-Pedagógicos: função social e política da escola, perspectiva crítica e perspectiva neoliberal. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar. Colegiados escolares. Projetos político-pedagógicos. A educação básica no Brasil: acesso, permanência, inclusão e fracasso escolar. A organização da educação básica. Princípios e fins da educação nacional. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Conhecimentos da prática de ensino: processos e conteúdo do ensino e da aprendizagem. Conhecimento na escola. A organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Cotidiano escolar: relações de poder na escola. Currículo e cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar. Inatismo, empirismo e construtivismo. Educação inclusiva. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões na escola. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. Pressupostos filosóficos. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Gestão participativa na escola. Distúrbios, transtornos e dificuldades de aprendizagem. Tecnologias no contexto educacional. Ética no trabalho docente. Diversidade. Atendimento educacional especializado: aspectos legais, pedagógicos, organizacionais. Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. Atribuições do Professor do AEE. Sala de recursos multifuncionais. Deficiência Física e AEE. Deficiência Intelectual e AEE. Deficiência Visual e AEE. Pessoas com Surdez e AEE. Transtornos globais do Desenvolvimento e AEE. Teóricos: Paulo Freire, Piaget, Rousseau, Vygotsky, Wallon, Rubem Alves, Edgar Morin, Ovide Decroly, Maria Montessori, Celestin Freinet, Johann Heinrich Pestalozzi, Carl Rogers, Friedrich Froebel, Sigmund Freud. Noções básicas de informática. Atualidades Profissionais. Atribuições do cargo.

- Professor de Educação Física - Habilitado/Não Habilitado:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. A educação física no Brasil – sua história. A importância social da Educação física: na escola, no lazer, na formação do indivíduo e na transformação social. A educação física no desenvolvimento infantil, no ensino fundamental. Avaliação em educação física. A relação ensino aprendizagem numa visão construtivista sócio interacionista. As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola. Educação Física escolar e cidadania. Parâmetros Curriculares nacionais de Educação física. A educação inclusiva na educação física. Competição, cooperação e transformação didático pedagógica. Anatomia e Fisiologia Humanas. Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; nutrição e atividade física. Socorros de urgência aplicados à Educação Física. Fisiologia do exercício. Substâncias proibidas/permitidas. Esportes: atletismo, futebol de campo, futsal, basquete, vôlei, handebol, esportes com bastões, técnicas e táticas, regras e penalidades. Organização de eventos esportivos. Jogos pré-desportivos. Brincadeiras da cultura popular. Lutas: judô, capoeira. Atividades Rítmicas e Expressivas. Percepção corporal e espaço-temporal. Ginásticas de preparação e aperfeiçoamento para a dança; de preparação e aperfeiçoamento para os esportes, jogos e lutas; ginástica olímpica e rítmica desportiva. Organização e legislação do ensino da educação física. Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Noções básicas de informática. Atualidades Profissionais. Atribuições do cargo.



- Professor de Educação Infantil - Habilitado/Não Habilitado:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Plano Nacional de Educação – PNE. História da Educação. Teoria e Prática da Educação. Conhecimentos Político-Pedagógicos: função social e política da escola, perspectiva crítica e perspectiva neoliberal. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar. Colegiados escolares. Projetos político-pedagógicos. A educação básica no Brasil: acesso, permanência, inclusão e fracasso escolar. A organização da educação básica. Princípios e fins da educação nacional. Diretrizes curriculares para a educação Infantil. Parâmetros Curriculares Nacionais. Conhecimentos da Prática de Ensino: processos e conteúdo do ensino e da aprendizagem. Conhecimento na escola. A organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Cotidiano escolar: relações de poder na escola. Currículo e cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar. Educação inclusiva. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões na escola. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Gestão participativa na escola. Distúrbios, transtornos e dificuldades de aprendizagem. Tecnologias no contexto educacional. Contribuições de Piaget e de Vygotsky. Construtivismo. Noções de desenvolvimento infantil. O lúdico e os jogos na educação infantil. A importância da literatura infantil na infância. Adaptação da criança na creche. Ética no trabalho docente. Diversidade. Teóricos: Paulo Freire, Piaget, Rousseau, Vygotsky, Wallon, Rubem Alves, Edgar Morin, Ovide Decroly, Maria Montessori, Celestin Freinet, Johann Heinrich Pestalozzi, Carl Rogers, Friedrich Froebel, Sigmund Freud. Noções básicas de informática. Atualidades Profissionais. Atribuições do cargo.

- Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado/Não Habilitado:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Plano Nacional de Educação – PNE. História da Educação. Teoria e Prática da Educação. Conhecimentos Político-Pedagógicos: função social e política da escola, perspectiva crítica e perspectiva neoliberal. Gestão democrática e autonomia na organização do trabalho escolar. Colegiados escolares. Projetos político-pedagógicos. A educação básica no Brasil: acesso, permanência, inclusão e fracasso escolar. A organização da educação básica. Princípios e fins da educação nacional. Diretrizes curriculares para o ensino fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Conhecimentos da prática de ensino: processos e conteúdos do ensino e da aprendizagem. Conhecimento na escola. A organização do tempo e do espaço e a avaliação escolar. Projetos de trabalho e a interdisciplinaridade. Cotidiano escolar: relações de poder na escola. Currículo e cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar. Inatismo, empirismo e construtivismo. Educação inclusiva. Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento: conceito, correntes teóricas e repercussões na escola. A multidimensionalidade do processo ensino-aprendizagem. Pressupostos filosóficos. Visão interdisciplinar e transversal do conhecimento. Gestão participativa na escola. Ética no trabalho docente. Distúrbios, transtornos e dificuldades de aprendizagem. Tecnologias no contexto educacional. Diversidade. Alfabetização com letramento. Gêneros textuais, produção e reestruturação de textos, análise linguística; Campos Numéricos – Números Naturais, Números Racionais; Campos Geométricos – Geometria Espacial, Geometria Plana, Sistema de Medidas; Estatística; Ciências Naturais: meio biótico e abiótico, recursos tecnológicos, interdependências, saúde; Ciências humanas e sociais: tempo cronológico e histórico, temporalidade, espaço, relações e interações, cotidiano, memória e identidade/grupo, paisagem, localização, orientação, representação. Bullying. Teóricos: Paulo Freire, Piaget, Rousseau, Vygotsky, Wallon, Rubem Alves, Edgar Morin, Ovide Decroly, Maria Montessori, Celestin Freinet, Johann Heinrich Pestalozzi, Carl Rogers, Friedrich Froebel. Noções básicas de informática. Atualidades profissionais. Atribuições do cargo.

- Professor de Informática - Habilitado/Não Habilitado:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Computadores modernos, baseados em processador Pentium IV e superiores. Conceitos; etapas de processamento; hardware, software e peopleware. Arquitetura, constituição, componentes, características e funcionamento. Representação binária da informação e unidades de medidas. Componentes de um computador e periféricos. Vírus de computadores. Redes de computadores: conceitos, tipos e abrangência. Topologias lógicas e físicas. Protocolos TCP/IP, DNS, Telnet, FTP e HTTP. Ferramentas Telnet e FTP e comandos ping e tracert. Componentes de rede de computadores, cabeamento, equipamentos de rede. Instalação e configuração de placa de rede em estação de trabalho. Sistemas Operacionais Windows NT Server e Windows 2000 Server. Auditoria. Gerenciamento de usuários, administração de disco, compartilhamento de recursos, configuração dos serviços de rede no nível corporativo (DHCP, DNS e WINS). Noções de Banco de Dados. Sistemas operacionais (SO) Unix, Linux e Windows. Instalação e configuração dos SO Unix, Linux e Windows. Estruturação de diretórios do Unix e Linux (/root, /home, /etc, /lib, /sbin, /usr etc.). Microsoft Word, Microsoft Excel e Open Office. Internet, correio eletrônico e Word Wide Web. Manutenção de equipamentos. Comando Linux básico. Instalação e configurações de roteadores. Instalação Windows 7, 8 e 10. Inserir máquinas no domínio. Instalação de programas. Instalação de impressoras. Gerenciamento básico AD. Atualidades profissionais. Atribuições do cargo.

- Professor de Língua Estrangeira – Inglês - Habilitado/Não Habilitado:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Metodologia do ensino da língua estrangeira. Proposta curricular da língua estrangeira moderna. O ensino de língua para a comunicação. Dimensões comunicativas no ensino de inglês. Construção da leitura e escrita da língua estrangeira. A linguagem oral do inglês. Aspectos gramaticais da língua inglesa. Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Inglesa. Compreensão de texto. Preposições. Pronomes. Comparação de adjetivos. Superlativos. Todos os tempos verbais e formas afirmativa, negativa e interrogativa. Verbos regulares e irregulares (Passado). Falsos cognatos. Falsos Verbos. Conjunções. Plural. Discurso indireto. Caso genitivo. Fonologia. Noções básicas de informática. Atualidades Profissionais. Atribuições do cargo.

ANEXO II

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS/FUNÇÕES

- Professor (Todas as Modalidades):

- a) Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- b) Elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- c) Zelar pela aprendizagem dos alunos, dando condições para a manutenção da saúde física e psíquica dos alunos;
- d) Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;



- e) Ministrando os dias letivos e horas aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- f) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- g) Executar o trabalho diário de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- h) Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensável à eficiência da obra educativa;
- i) Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- j) Zelar pela conservação dos bens materiais, limpeza e o bom nome da escola;
- l) Executar as demais normas estabelecidas no regimento escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e legislação federal, estadual e municipal.

- Professor de Educação Especial – Habilitado/Não Habilitado:

Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público alvo da educação especial; Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade:

Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de aula de recursos multifuncional; Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; Estabelecer parcerias com as áreas intersectoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; Orientar os professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos de linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros, de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação;

Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;

Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social entre outros.

ANEXO III

#### FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

À Alternative Concursos

DADOS DO CANDIDATO
Nome:
Cargo/função pretendido:
N.º da Identidade:

De acordo com o Item 3.1 do Edital de Processo Seletivo 005/2017 do Município de Nova Itaberaba (RS), embasado no art. 37, VIII da Constituição Federal e Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989, venho requerer reserva de vaga a candidato portador de deficiência, apresentando laudo médico com CID em anexo, conforme deficiência abaixo:

Física Auditiva Visual

Mental Múltipla Outra: \_\_\_\_\_

Necessita de condições especiais para a realização da prova? Sim Não  
Qual? \_\_\_\_\_

Pede Deferimento.

Nova Itaberaba (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

Assinatura do Requerente

ANEXO IV

#### FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

À Alternative Concursos

DADOS DO CANDIDATO
Nome:
Cargo/função pretendido:
N.º da Identidade:

De acordo com o Item 5.1 do Edital de Processo Seletivo 005/2017 do Município de Nova Itaberaba (SC), embasado na Lei Estadual n.º 10.567, de 07 de novembro de 1997, venho requerer a isenção da taxa de inscrição por enquadrar-me na condição de doador de sangue.

Comprovo ter realizado 03 doações de sangue nos últimos 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital, conforme documento anexo.

**Descrição das doações:**

Data da doação: Entidade:  1° ____/____/_____ 2° ____/____/_____ 3° ____/____/_____ 	Para uso da Banca Examinadora:  1 - Deferido 2 - Indeferido
---	--

Pede Deferimento.

Nova Itaberaba (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

Assinatura do Requerente

ANEXO V

**FORMULÁRIO DE RECURSO**

À Alternative Concursos

<b>DADOS DO CANDIDATO</b>	
Nome:	
Cargo/função pretendido:	
N.º da Identidade:	
Tipo de Recurso: 1 – Indeferimento de inscrição; 2 – Questão da prova escrita objetiva; 3 – Gabarito Preliminar; 4 – Ata de Classificação Preliminar; 5 – Incorreções ou irregularidades do Processo Seletivo; 6 – Outros: _____	Para uso da Banca Examinadora:  1 - Deferido 2 - Indeferido
Fundamentação:	

Nova Itaberaba (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

Assinatura do Candidato

ANEXO VI

**FORMULÁRIO DE TÍTULOS**

<b>DADOS DO CANDIDATO</b>	
Nome:	
Cargo/função pretendido:	
N.º da Inscrição:	

De acordo com o Item 8.1 do Edital de Processo Seletivo 005/2017 do Município de Nova Itaberaba (SC), venho requerer o recebimento dos títulos, com suas respectivas cópias autenticadas, conforme anexo.

Relação dos Títulos		
Descrição	Carga Horária	Pontuação Para uso da Banca Examinadora
1.		
2.		
3.		
4.		

5.		
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		

Nova Itaberaba (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_ .

Assinatura do Requerente

ANEXO VII

#### CRONOGRAMA

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO
1. Período de Inscrição	01 a 20 de dezembro de 2017
2. Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	21 de dezembro de 2017
3. Período de envio dos títulos	01 a 20 de dezembro de 2017
4. Período de inscrição com isenção da taxa de inscrição (doadores de sangue)	01 a 10 de dezembro de 2017
5. Publicação da relação dos candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição	15 de dezembro de 2017
6. Período de pagamento do valor da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram o pedido de isenção indeferido	15 a 21 de dezembro de 2017
7. Publicação da homologação das inscrições	27 de dezembro de 2017
8. Divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva	27 de dezembro de 2017
9. Prazo para interposição de recurso quanto a não homologação das inscrições	28 e 29 de dezembro de 2017
10. Publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos	03 de janeiro de 2018
11. Divulgação do Ensalamento dos Candidatos	03 de janeiro de 2018
12. Prova escrita/objetiva	07 de janeiro de 2018
13. Divulgação do Gabarito Preliminar e das provas escritas/objetivas	08 de janeiro de 2018
14. Prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar e questões das provas escritas/objetivas	09 e 10 de janeiro de 2018
15. Divulgação do Gabarito Definitivo	12 de janeiro de 2018
16. Divulgação da Ata de Classificação Preliminar	12 de janeiro de 2018
17. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	15 e 16 de janeiro de 2018
18. Divulgação da Ata de Classificação Final	18 de janeiro de 2018

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 687/2017 "A"

Publicação Nº 1442358

PORTARIA Nº 687/2017 "A"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Virgílio José Tamanini, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

Concede Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal VANILDE GARBARI COSTA, matrícula 7433, ocupante do cargo de Auxiliar de manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Terminal Rodoviário Ângelo Maurici, Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90(noventa) dias, a contar de 07 de novembro de 2017 a 04 de fevereiro de 2018, conforme atestado médico datado de 07/11/2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 07 de novembro de 2017.

Virgílio José Tamanini

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 704/2017

Publicação Nº 1442277

PORTARIA Nº 704/2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de com o Artigo 102 da Lei 1.668/99 de 22/12/1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 690/2017 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal FABRICIO LEONEL DA SILVA, matrícula nº 7606, no cargo de Professor de Português Não Habilitado, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Distrito Agutí, Município de Nova Trento e 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho Distrito de Claraíba, pelo período de 60(sessenta) dias, a contar de 22 de novembro de 2017 até 20 de janeiro de 2018, conforme atestado médico datado de 22/11/2017, aguardando resultado

pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação, em exercício

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 705/2017

Publicação Nº 1442355

PORTARIA Nº 705/2017

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 667/2017, que CONCEDEU Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal MARINA ANTONIETA FACCHINI TOMAZI, matrícula nº 535, no cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, readaptada e em exercício na Biblioteca Pública Municipal, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 22 de novembro de 2017 até 21 de dezembro de 2017, conforme atestado médico datado de 22/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de novembro de 2017.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

### PORTARIA Nº 706/2017

Publicação Nº 1442325

PORTARIA Nº 706/2017

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JULIETE LORENZETTI, matrícula Nº 6725, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, na Creche Municipal Ciranda Cirandinha - Trinta Reis, do Quadro de Pessoal Efetivo deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 11 (onze) dias, a contar de 23 de novembro de 2017 a 03 de dezembro de 2017, conforme atestados médicos datados de 23/11/2017 e 24/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 707/2017**

Publicação Nº 1442330

PORTARIA Nº 707/2017  
Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

### **RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria de Nº 688/2017 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MÔNICA RAQUEL RAISER, matrícula nº 7464, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência "A", Educação Infantil, com 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, centro, do Quadro de Servidores deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 24 de novembro de 2017 a 21 de fevereiro de 2018, conforme atestado médico datado de 23/11/2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 708/2017**

Publicação Nº 1442317

PORTARIA Nº 708/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com

o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

### **RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria nº 688/2017 "A", que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21 de dezembro de 2016, convocada conforme Decreto nº 032/2017, GISLAINE MATIAS OLIVEIRA, matrícula nº 7517, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 24 de novembro de 2017 até 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Mônica Raquel Raiser, afastada conforme Portaria nº 707/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 204/2017**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora GISLAINE MATIAS OLIVEIRA, brasileira, amasiada, residente e domiciliada na Rua Santo Inácio, nº 536, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 067.409.709-20, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Professor Não Habilitado, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil – Pré Escola), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula primeira deste contrato.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 24 de novembro de 2017 até 20 de dezembro de 2017, em substituição a titular Mônica Raquel Raiser, afastada conforme Portaria nº 707/2017.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 23 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Gislaine Matias Oliveira  
Contratada

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato, em 23 de novembro de 2017.

TESTEMUNHA:

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

**PROCESSO Nº 123/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2017**

Publicação Nº 1442025

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 123/2017 – Pregão Presencial nº 095/2017  
Objeto: Constitui-se objeto do presente Pregão a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria nas áreas de planejamento orçamentário, contabilidade pública, atendimento à Lei (federal) nº 4320/64, atendimento à Lei Complementar (federal) nº 101/2000, sistema de controle interno, atualização permanente das normas de controle interno e capacitação de pessoal nessas áreas, conforme Projeto Básico constante do Anexo I deste Edital.

Julgamento: Menor preço, regime de empreitada por preço global.  
Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 18/12/2017 -  
Abertura das Propostas: 18/12/2017 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126,  
Centro, Fone: 48.3267 3211 – 48 32673213; e.mail: compras@  
novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**PROCESSO Nº 124/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017**

Publicação Nº 1442028

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 124/2017 – Pregão Presencial nº 096/2017  
Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de Combustíveis (Gasolina Comum, Etanol, Diesel S-10 e Arla 32), para uso na Frota Municipal de Nova Trento (Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde), para o ano de 2018, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I. Julgamento: Menor Preço por Lote. Entrega dos envelopes e Credenciamento: até as 09:00 horas do dia 19/12/2017; Abertura das Propostas: 09:30 horas do dia 19/12/2017. Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3211/3213 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**PROCESSO Nº 125/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 097/2017**

Publicação Nº 1442029

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 125/2017 – Pregão Presencial nº 097/2017  
Objeto: Constitui-se objeto do presente Pregão a Contratação de empresa para a prestação do serviço de transporte de Lixo Domiciliar para Aterro Sanitário, para atender necessidade do município de Nova Trento pelo período de 12 (doze) meses.

Julgamento: Menor preço Global. Entrega dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 20/12/2017 - Abertura das Propostas: 20/12/2017 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126,  
Centro, Fone: 48.3267 3211 – 48 32673213; e.mail: compras@  
novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito



# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 500, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1441872

DECRETO N.º 500, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

“ABRE AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, EM FAVOR DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE MENCIONA, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 310.000,00, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SÉRGIO ALBERTO SPILERE, Prefeito Municipal e.e. de Nova Veneza, SC, usando das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2.601, de 29 de novembro de 2017,

#### DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto ao Orçamento do Município de 2017, em favor das dotações orçamentárias abaixo consignadas, crédito suplementar no valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais):

#### Órgão 02: GESTÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO

Atividade 2.003 Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias  
Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.00.00 0700 (4) – Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00

#### Órgão 09 : SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TUR.

Atividade 2.058 Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.00.00 0700 (82) – Aplicações Diretas....R\$ 170.000,00

VALOR TOTAL .....  
..... R\$ 310.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior correrão por conta anulação dos seguintes créditos orçamentários:

#### Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Atividade 1.046 Aquisição de Máquinas Equipamentos e Veículos  
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.00.00 0700 (95) – Aplicações Diretas....R\$ 100.000,00

#### Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Atividade 1.049 Construção e Ampliação de Cemitérios  
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.00.00 0700 (103) – Aplicações Diretas....R\$ 50.000,00

#### Órgão 11: SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

Atividade 1.056 Incentivo para Implantação e Ampliação de Indústrias  
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.00.00 0700 (120) – Aplicações Diretas..R\$ 160.000,00

VALOR TOTAL .....  
..... R\$ 310.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 29 de novembro de 2017.

SÉRGIO ALBERTO SPILERE  
Prefeito Municipal e.e.

Publicado e registrado em 29 de novembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI N.º 2.601, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1441863

LEI N.º 2.601, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO EXERCÍCIO DE 2017, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

SÉRGIO ALBERTO SPILERE, Prefeito Municipal e.e. de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária nas Atividades abaixo discriminadas, por se apresentarem insuficientes para o empenhamento de despesas, limitado ao valor total de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), por conta da transposição de dotações, como segue:

#### Órgão 02: GESTÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO

Atividade 2.003 Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice e Assessorias  
Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.00.00 0700 (4) – Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00

#### Órgão 09 : SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TUR.

Atividade 2.058 Manutenção da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo  
Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.00.00 0700 (82) – Aplicações Diretas....R\$ 170.000,00

VALOR TOTAL .....  
..... R\$ 310.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior correrão por conta anulação dos seguintes créditos orçamentários:

#### Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Atividade 1.046 Aquisição de Máquinas Equipamentos e Veículos  
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.00.00 0700 (95) – Aplicações Diretas....R\$ 100.000,00

#### Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Atividade 1.049 Construção e Ampliação de Cemitérios  
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.00.00 0700 (103) – Aplicações Diretas....R\$ 50.000,00

#### Órgão 11: SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO

Atividade 1.056 Incentivo para Implantação e Ampliação de Indústrias  
Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.00.00 0700 (120) – Aplicações Diretas..R\$ 160.000,00

VALOR TOTAL .....  
..... R\$ 310.000,00

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 29 de novembro de 2017.  
SÉRGIO ALBERTO SPILERE  
Prefeito Municipal e.e.

Publicada e registrada em 29 de novembro de 2017.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2017**

Publicação Nº 1442016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2017.

Objetivo: Aquisição de combustível destinados aos veículos, máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal de Transportes e Obras de Nova Veneza/SC, durante o ano em exercício 2018.

Abertura: às 9:00 horas do dia 18/12/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 30 de novembro de 2017.  
Sérgio Alberto Spilere e.e  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2017**

Publicação Nº 1442021

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2017.

Objetivo: Aquisição de combustível destinado à frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação de Nova Veneza/SC, durante o ano em exercício de 2018.

Abertura: às 10:00 horas do dia 18/12/2017.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de

segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 30 de novembro de 2017.  
Sérgio Alberto Spilere e.e  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### **TOMADA DE PREÇOS N.º 183/2017**

Publicação Nº 1441815

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS N.º 183/2017.

Objetivo: Realização de iluminação externa, bem como confecção de 04 (quatro) portões de ferro destinados a quadra escolar coberta com vestiário localizada na Escola Municipal Bairro Bortolotto, Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 10:30 horas do dia 03/01/2018

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 29 de novembro de 2017.  
Sérgio Alberto Spilere  
Prefeito Municipal de Nova Veneza e.e

# Orleans

## PREFEITURA

### CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

Publicação Nº 1442113

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
ARLEI RODRIGUES MADALENA	Motorista	40 h

Orleans, 30 de novembro de 2017.  
JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

# Otacílio Costa

## PREFEITURA

### CONCESSÃO 003/2017

Publicação Nº 1442732

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
EDITAL DE CONCESSÃO 003/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará Chamada Pública para CONCESSÃO DE USO DA PRAÇA DO CENTRO ADMINISTRATIVO. Credenciamento será feito até às 14:00 h. do dia 15/12/2017 e abertura da sessão será às 15:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 49- 3221-8014. Otacílio Costa, 30/11/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

### PREGÃO 024/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1442927

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL PREGÃO Nº 024/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição de carro 0 km para uso da Secretaria de Saúde. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 15:30 h. do dia 13/12/2017 e abertura da sessão será às 15:45 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 49- 3221-8014. Otacílio Costa, 14/11/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

### PREGÃO 049/2017

Publicação Nº 1442823

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
EDITAL PREGÃO Nº 049/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a aquisição de uma mini carregadeira, para conservação de ruas e avenidas da cidade. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 13/12/2017 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 49- 3221-8014. Otacílio Costa, 17/11/2017.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

### TA2017

Publicação Nº 1441978

TERMO ADITIVO N. 06/2017 AO CONTRATO Nº 111/2013  
Processo Licitatório nº 0066/2013  
Pregão Presencial nº 0032/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES 02 AMIGOS LTDA - ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.  
ALTERAÇÃO: reequilíbrio econômico-financeiro.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
Valor do aditivo: R\$ 800 (oitocentos reais).  
VIGÊNCIA: 09.10.2017, até 15.12.2017.  
DATA DE ASSINATURA: 30/10/2017.

TERMO ADITIVO N. 07/2017 AO CONTRATO Nº 103/2013  
Processo Licitatório nº 0066/2013  
Pregão Presencial nº 0032/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTE BARTH & SAVARIS LTDA - ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.  
ALTERAÇÃO: reequilíbrio econômico-financeiro.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
Valor do aditivo: R\$ 1.600,00 ( um mil e seiscentos reais).  
VIGÊNCIA: 09.10.2017, até 15.12.2017.  
DATA DE ASSINATURA: 01/11/2017.

TERMO ADITIVO N. 03/2017 AO CONTRATO Nº 019/2016  
Processo Licitatório nº 0009/2016  
Pregão Presencial nº 0006/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES MAURÍCIO LTDA  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.  
ALTERAÇÃO: reequilíbrio econômico-financeiro.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
Valor do aditivo: R\$ 2.000 (dois mil reais).  
VIGÊNCIA: 01.10.2017, até 15.12.2017.  
DATA DE ASSINATURA: 18/11/2017.

TERMO ADITIVO N. 04/2017 AO CONTRATO Nº 020/2016  
Processo Licitatório nº 0009/2016  
Pregão Presencial nº 0006/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES LUMATUR LTDA – ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.  
ALTERAÇÃO: reequilíbrio econômico-financeiro.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
Valor do aditivo: R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais).  
VIGÊNCIA: 01.10.2017, até 15.12.2017.  
DATA DE ASSINATURA: 29/11/2017.

TERMO ADITIVO N. 01/2017 AO CONTRATO Nº 073/2017  
Processo Licitatório n. 0051/2017  
Pregão Presencial n. 0031/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: ZORTEATUR TRANSPORTES LTDA - ME  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.  
ALTERAÇÃO: reequilíbrio econômico-financeiro.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
Valor do aditivo: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).  
VIGÊNCIA: 01.10.2017, até 15.12.2017.  
DATA DE ASSINATURA: 18/11/2017.

TERMO ADITIVO N. 06/2017 AO CONTRATO Nº 109/2013  
Processo Licitatório nº 0066/2013  
Pregão Presencial nº 0032/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO  
CONTRATADO: TRANSPORTES MAURÍCIO LTDA  
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.  
ALTERAÇÃO: reequilíbrio econômico-financeiro.  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.  
Valor do aditivo: R\$ 2.000 (dois mil reais).  
VIGÊNCIA: 01.10.2017, até 15.12.2017.  
DATA DE ASSINATURA: 18/11/2017.



# Ouro Verde

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 071/2017

Publicação Nº 1442642

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 071/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 096/2017

O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de preço para aquisição de veículos novos destinado a Secretaria/Coord. de Educação e Esporte e ao Fundo Municipal de Saúde de Ouro Verde, conforme edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 14 de dezembro de 2017. Cred, sessão de lances e Hab.: Às 09h15min dia 14 dezembro de 2017. Obt. Infor. Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 30 de novembro de 2017. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PG 151-2017 AQUISIÇÃO DE PNEUS

Publicação Nº 1442478

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 151/2017, no dia 13 de dezembro de 2017, às 15h00min, na Sala de reunião da Secretaria de Administração -1º piso, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto desta licitação consiste na aquisição de pneus para veículos e máquinas pertencentes à Secretaria de Serviços Públicos e SAMAE de Palhoça SC, através de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 30 de novembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PG 152-2017 TONER E CARTUCHOS A. SOCIAL

Publicação Nº 1442655

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 152/2017, no dia 14 de dezembro de 2017, às 10h00min, na Sala de reunião da Secretaria de Administração -1º piso, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O objeto desta licitação consiste na aquisição de toner e cartuchos para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social e seus programas neste município, através de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 30 de novembro de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS - Prefeito Municipal.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 248, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442925

LEI COMPLEMENTAR Nº 248, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

ISS. altera a lei complementar nº 024, de 01 de julho de 2004 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados o caput do art. 3º, e os incisos X, XIV, XVII, e acrescenta os incisos XXI, XXII e XXIII, e o § 4º do mesmo dispositivo, na Lei Complementar nº 024, de 01 de julho de 2004, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local :

(...)

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

(...)

XIV – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem

11.02 da lista anexa;

(...)

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

(...)

XXI – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

(...)

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do art. 18-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado." (N.R.)

Art. 2º Fica acrescido o art. 18-A na Lei Complementar nº 024 de 01 de julho de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o §2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula." (N.R.)

Art. 3º Ficam acrescidos os incisos XII, XIII e XIV ao art. 37, da Lei Complementar nº 024 de 01/07/2004, que passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 37 (...)

(...)

XII - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 3 desta Lei Complementar.

(...)

XIII - No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

XIV - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 4º Ficam acrescidos os artigos 225-P, 225-Q e 225-R na Lei Complementar nº 018, de 30/12/2002, com a seguinte redação:

"Art. 225-P. Fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Créditos ou Débito – DESPCRED, de responsabilidade das Administradoras de Cartões de Crédito ou Débito ou Similares, mensal, cuja entrega é de caráter obrigatório por parte das Administradoras de Cartões de Crédito, Débito e Similares que operam junto a estabelecimentos credenciados (pessoas físicas ou jurídicas), sediados dentro da circunscrição deste Município.

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar que institui Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Créditos ou Débito e Similares, em relação aos estabelecimentos credenciados, a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem como pela captura e transmissão das transações dos Cartões de Crédito ou Débito ou Similares.

§ 2º Entende-se por Cartões Similares aos Crédito e de Débito, entre outros, os seguintes:

I – Moeda eletrônica (e-money): cartão com determinado valor monetário armazenado, registrado eletronicamente, que é debitado à

medida que o seu portador o utiliza para pagamento de bens e serviços;

II – Cartão pré-pago: aquele destinado ao pagamento de bens e serviços específicos, com uma carga de crédito pré-definida.

Art. 225-Q. A Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, a que se refere esta lei, deverá conter todas as receitas decorrentes das prestações de serviços, pelas Administradoras de Cartões de Crédito ou débitos ou Similares, junto a estabelecimentos credenciados (pessoas físicas ou jurídicas), sediados dentro da circunscrição deste Município.

§ 1º O prazo para inicial para entrega da Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, será a partir do fato gerador de janeiro de 2018, para todas Administradoras de Cartões de Crédito ou Débito ou Similares, podendo ser prorrogado o disposto neste parágrafo, por ato do Ato do Poder Executivo.

§ 2º O Modelo, Formato e demais requisitos, inclusive no preenchimento da Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, deverá ser especificado por Regulamento, que deverá ter, no mínimo as seguintes informações, além de outras:

I – Identificação da Administradora;

II – Identificação do Estabelecimento Credenciado;

III – Registro das Operações Realizadas;

IV – Registro dos valores para cálculo do ISSQN.

Art. 225-R. A Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, deverá ser apresentada, em meio digital, mediante utilização de aplicativo disponibilizado no endereço <https://palhoca.atende.net>, mensalmente, conforme dispuser o Regulamento, subsequente à ocorrência do fato gerador do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, com identificação dos estabelecimentos credenciados usuários de seus serviços e respectivos valores.

Parágrafo Único. A data de entrega da DESPCRED, a que se refere o caput deste artigo, será no 25º dia do mês seguinte a ocorrência do fato gerador, podendo ser alterado por Ato do Poder Executivo." (N.R.)

Art. 5º Fica acrescido a alínea "c" ao inciso III, e a alínea "g" ao inciso IV, do art. 256, da Lei Complementar nº 018 de 30/2002, com a seguinte redação:

"Art. 256 (...)

III - (...)

c) a não entrega da Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, nos termos que dispuser o Regulamento, ou a sua apresentação de forma inexata ou incompleta ou informações omitidas ou, ainda, entrega extemporânea, sujeitará as Administradoras de Cartões de Crédito ou Débito ou Similares, a infração prevista, pela inobservância da legislação, a p para cada declaração inexata ou incompleta ou contendo omissões de informações ou entrega extemporânea;

(...)

h) a não entrega da Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, nos termos que dispuser o Regulamento, ou a sua apresentação de forma inexata ou incompleta ou informações omitidas ou, ainda, entrega extemporânea, sujeitará as Administradoras de Cartões de Crédito ou Débito ou Similares, para cada declaração não entregue;" (N.R.)

Art. 6º O artigo 41 da Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - Compete a Secretaria Municipal da Fazenda a administração tributária municipal, inclusive a respectiva supervisão, controle, arrecadação, lançamento e demais situações da obrigação tributária de sua competência e procedimentos de fiscalização vinculada à carreira de auditoria fiscal tributária, ficando esta carreira hierarquicamente subordinada àquela Secretaria ou a qualquer outro nome que posteriormente parassará a ser dado." (N.R.)

Art. 7º Fica acrescido o art. 43-A na Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004, com a seguinte redação:

"Art. 43-A. O descumprimento do disposto previsto na legislação tributária, decorrente de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário, acarretará a aplicação das sanções previstas na lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e especificamente, os arts. 10-A, inciso IV, do 12, e o § 13º, do art. 17." (N.R.)

Art. 8º A lista de serviços, prevista no Anexo I da Lei Complementar nº 024, de 01 de julho de 2004, passa a vigorar com as alterações e acréscimos constantes do Anexo desta Lei Complementar.

Art. 9º Dá nova redação ao inciso III do Artigo 196 e inciso IV do Artigo 257, bem como dos artigos 259 e 261, todos da Lei Complementar 018, de 30 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 196 (...)

III – Multa de 0,33 (trinta três centésimos) ao dia, limitado ao montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo corrigido monetariamente, após o primeiro dia do vencimento." (N.R.)

" Art.257 (...)

IV – Multa de 0,33 (trinta três centésimos) ao dia, limitado ao montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo corrigido monetariamente, após o primeiro dia do vencimento por recolher espontaneamente, fora do prazo legal, o tributo destacado em documento fiscal ou não escriturado, antes de qualquer procedimento fiscal ou medida de fiscalização." (N.R.)

"Art. 259. O atraso no recolhimento dos créditos tributários e fiscais previstos nesta Lei Complementar sofrerá à incidência de:

I – Atualização monetária mensal do tributo desde a data do vencimento do crédito tributário até a data do efetivo pagamento, pela variação do INPC – Índice Nacional de preços ao Consumidor.

II - Juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao mês, aplicados por capitalização simples, a partir do mês subsequente ao do vencimento.

III – Multa de 0,33 (trinta três centésimos) ao dia, limitado ao montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo corrigido monetariamente, após o primeiro dia do vencimento.

"Art. 261. Em caso de extinção do INPC, a atualização monetária será realizada pelo índice que o substituir ou por outro índice oficial de preços, que reflita a variação de preços ao consumidor." (N.R.)

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após 90 (noventa) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias

Palhoça, 29 de novembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

Anexo I

(...)

1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	2%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	2%
	(...)	
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	2%
	(...)	
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	4,00%
	(...)	
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3%
	(...)	
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	3%
	(...)	
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.	3%
	(...)	
14.05	Restauração, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	3%
	(...)	
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3%
	(...)	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	5%
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5%
	(...)	

17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3%
	(...)	
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%
	(...)	
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%

**LEI Nº 4.550, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442924

LEI Nº 4.550, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

OBRAS. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. Estabelece Critérios de Aprovação em Caráter Excepcional para Projetos de Edificação no Município de Palhoça, através da Celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, através da Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município, em caráter excepcional, a aprovar projetos, licenciar obras e emitir habite-se para construções, ampliações e reformas de edificações já construídas que não atendam às determinações da legislação municipal urbanística em vigor (Plano Diretor, Código de Obras, Código de Posturas, entre outros) e estejam em condições de habitabilidade, de acordo com o parecer emitido pelo setor técnico da Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei aos projetos protocolizados até 31 de dezembro de 2017, desde que a obra esteja concluída e em condições de uso e habitabilidade, podendo ser prorrogado por seis meses, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para aprovação de projetos na forma desta Lei, bem como estabelecido o valor das multas aplicadas que serão referenciadas pelo valor da Taxa de Licenciamento de Obra (TLO) em vigor a cada item que se encontra em desacordo com legislação urbanística em vigor no Município:

I – Gabarito: 01(um) pavimento além do permitido.

a) Penalidade: 300% (trezentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

II – Recuos Frontais: 01(um) metro menor do que o exigido;

a) Penalidade: 300% (trezentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

III – Afastamentos laterais e fundos: dispensados para os 02 (dois) primeiros pavimentos, sem direito de abertura a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

IV – Taxa de Ocupação (TO): para uso residencial até 70% (setenta por cento), para os demais usos até 85% (oitenta e cinco por cento);

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

V – Índice de Aproveitamento (IA): até 50% (cinquenta por cento) maiores que o previsto na Lei de Zoneamento Urbano (Lei Municipal nº 16/93);

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

VI – Áreas e dimensões mínimas dos ambientes e das aberturas: até 30% menor que o exigido;

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

VII – Pé-direito mínimo permitido: 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) para uso comercial e 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) para uso residencial;

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

VIII – Vagas de estacionamento: até 20% (vinte por cento) a menos do que as vagas exigidas na Lei de Zoneamento Urbano (Lei Municipal nº 16/93), com as seguintes dimensões 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) x 5,00m (cinco metros).

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;



§ 2º A obra que contiver algum item com índice acima dos previstos neste artigo, será passível de aprovação, licenciamento e habite-se, condicionada a aplicação de multa de 2.000% (dois mil por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total.

§ 3º A aprovação de projetos, licenciamento de obras e emissão de habite-se formalizar-se-á através de Termo de Ajustamento de Conduta, doravante denominado TAC, celebrado entre as partes, de um lado o Município de Palhoça, representado pelo Prefeito Municipal, e de outro lado, o Compromissário.

I – No Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deverá constar:

a) o nome ou razão social do Compromissário;

b) endereço completo do Compromissário e da obra;

c) CPF ou CNPJ do Compromissário;

d) Número do protocolo;

f) Descrição detalhada da obra;

g) Descrição das infrações à legislação urbanística do Município (Plano Diretor, Código de Obras, Código de Posturas, entre outros), através de parecer técnico conclusivo da Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município, que deverá indicar expressamente os itens da edificação que estão sendo regularizados por meio do TAC, os eventuais itens que não são passíveis de regularização e os itens que eventualmente merecem ser adequados, removidos e/ou demolidos na edificação.

h) Valor da multa, devendo constar a rota de cálculo com indicação clara do valor e dos parâmetros utilizados para mensurar a penalidade imposta;

i) Cláusula esclarecendo que o TAC firmado entre as partes constitui título executivo extrajudicial, podendo ser diretamente executado em juízo caso descumprida alguma de suas cláusulas e condições;

j) Assinaturas do Compromissário, do Diretor de Infraestrutura e Urbanismo do Município e do servidor responsável pelo parecer técnico.

§ 4º As multas e penalidades previstas neste artigo, poderão ser reduzidas, nas seguintes proporções:

I – 30 % (trinta por cento) de redução para edificação que possuir acima de 10 (dez) e menos de 15 (quinze) anos de obra concluída;

II – 40 % (quarenta por cento) de redução para edificação que possuir mais de 15 (quinze) anos de obra concluída;

§ 5º Os postulantes à redução prevista no § 4º do art. 2º desta Lei deverão comprovar, documentalmente, as datas de conclusões das obras, para fins de obtenção dos benefícios, mediante apresentação:

I – fotografias datadas da edificação;

II – projeto arquitetônico da época da construção;

III – recibos e notas fiscais dos materiais utilizados na edificação;

IV – faturas de concessionárias públicas de energia elétrica ou serviços telefônico;

V – demais documentos que atestem a data da edificação.

§ 6º Considera-se conclusão da obra, para fins de redução das multas, a data em que a edificação foi finalizada entendendo-se como o momento em que a obra se encontrava coberta e apta ao uso e habitação, possuindo os itens mínimos de hidráulica, elétrica e acabamento;

§ 7º Fica concedido isenção de 100% (cem por cento) das multas e penalidades para as edificações concluídas antes da sanção da Lei nº 015 de 07 de abril de 1993, que deverá seguir a mesma regra previsto no § 5º deste artigo;

§ 8º Fica concedido isenção de 100% (cem por cento) das multas e penalidades desta Lei às instituições declaradas de utilidade pública no município de Palhoça e que possuam convênio, subvenção social, ou termo de parceria firmado com o Poder Executivo Municipal, dentro da área: educacional, assistencial, cultural, esportiva, beneficente, saúde, lazer e/ou habitacional, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º Fica autorizado o parcelamento das multas e penalidades previstas nesta Lei, mediante requerimento do interessado no próprio processo administrativo, em até 06 (seis) parcelas mensais, que serão corrigidas de acordo com o art. 374 da Lei Complementar nº 018/2002.

Parágrafo Único. A liberação do habite-se ficará condicionada ao pagamento integral do parcelamento, sob pena de inscrição em dívida ativa municipal.

Art. 4º Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, com o

objetivo de receber, gerir, administrar e aplicar os valores correspondentes às multas pagas pelos Compromissários dos TAC.

§ 1º É obrigatória a vinculação e a reversão dos valores das multas pagas pelos Compromissários dos TAC para a construção, ampliação e reformas de Centros de Educação Infantil deste Município.

§ 2º O pagamento das multas pelos Compromissários dos TAC realizar-se-á através de boleto ou guia de recolhimento, sempre em moeda corrente, recolhidas diretamente ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU.

§ 3º Fica terminantemente proibida a substituição ou a compensação dos valores das multas impostas aos Compromissários dos TAC por qualquer tipo de bem ou serviço.

Art. 5º Após a celebração do TAC, o seu extrato deverá ser publicado pela Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município no Diário Oficial do Município, a fim de dar publicidade ao ato.

Art. 6º Serão considerados passíveis de aprovação, nas condições desta Lei, projetos que apresentarem toda a documentação exigida, incluindo documento do terreno (Escritura Pública, Registro do Imóvel, Contrato de Compra e Venda de parcelamentos já aprovados pelo Município e registrados em Cartório de Registro de Imóveis atualizado em no mínimo 06 (seis) meses), viabilidade para construção aprovada e atualizada em no mínimo 06 (seis) meses, projeto arquitetônico completo, Certidão Negativa de Débitos Municipais (CND) e anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA/SC, respeitados os princípios de propriedade e as legislações estadual e federal.

Art. 7º Os aspectos sujeitos a aprovação ou regularização, em desconformidade com a legislação municipal urbanística em vigor, serão eminentemente técnicos, referentes especialmente ao Plano Diretor, Código de Obras e Código de Posturas, cabendo aos setores competentes da Prefeitura Municipal a análise e a aprovação dos projetos que não acarretem danos ou prejuízos diretos ao Município, à ordem urbanística da cidade e a terceiros.

§ 1º Caso se verifique que a obra ou edificação submetida à aprovação ou regularização seja passível de causar danos ou prejuízos ao Município, à ordem urbanística da cidade e a terceiros, a autoridade competente da Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município, mediante parecer técnico conclusivo, recusará a celebração do TAC, encaminhado imediatamente o processo administrativo ao Setor de Fiscalização de Obras do Município para que tome as providências relacionadas ao seu poder de polícia.

§ 2º É inadmissível a aprovação ou regularização de obras e edificações fora dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 2º desta Lei, sob pena de nulidade e apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal do servidor público que a efetuou.

§ 3º Existindo prévio auto de infração lavrado pela autoridade municipal competente, com cominação de multa, a obra ou a edificação somente poderá ser regularizada mediante a celebração de TAC após a quitação da referida penalidade, sob pena de indeferimento.

Art. 8º No prazo de vigência desta Lei, o Executivo Municipal fará campanha de esclarecimento ao público, à imprensa e especialmente aos profissionais credenciados no Município acerca dos dispositivos da presente Lei, bem como da importância do desenvolvimento urbano sustentado e com qualidade da cidade.

Art. 9º Os valores atualmente existentes em contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, referentes aos pagamentos de multas impostas em TAC firmados sob a égide da Lei Municipal nº 2.099/2005, deverão ser imediatamente remanejados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU.

Art. 10. A aprovação em caráter excepcional de que trata esta Lei não dispensará a apresentação do projeto hidrossanitário da edificação, que deverá ser aprovado pelo órgão municipal competente.

Art. 11. Fica revogada a Lei nº 2.099, de 08 de julho de 2005, e suas alterações posteriores, a Lei nº 4.251, de 08 de junho de 2015, e suas alterações posteriores e a Lei Municipal nº 4.328, de 16 de dezembro de 2015, e demais disposições contrárias.

Art. 12. Fica reprimada a Lei nº 3.466, de 16 de maio de 2011 reeditada pela Lei nº 3.493, de 05 de julho de 2011.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de novembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 65

Publicação Nº 1442928

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 65/2017.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o Memorando nº 39.993/2017 da Secretaria Municipal de Saúde

RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos envolvendo servidor E.E, nos termos do art. 229 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelo membro, que vai a seguir individuado:

A) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 31 de agosto de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA 95

Publicação Nº 1442930

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância

Portaria 95/2016

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 800.223, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar nº 2306/2017 em desfavor do (a) servidores (a) J.A.D.S.J, M.W.E.F e J.D.S, sob Portaria nº 87/2017.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça 28 de novembro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA 96

Publicação Nº 1442931

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 96/2017.

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o memorando nº 59.757/2017 da Secretaria de Educação.

**RESOLVE**

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229, 238, 239, 241 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 - Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 28 de novembro de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

**RESULTADO DO P.P SGP 132/2017**

Publicação Nº 1442353

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 132/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de água mineral para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, bem como demais Secretarias, Fundos e Autarquias, através de Registro de Preços, conforme discriminado no anexo I do edital. No dia da abertura dos envelopes somente a empresa Satélite Comercial Ltda-ME compareceu para participar do certame e apresentou sua proposta com o valor acima proposto no edital. Diante disto, o pregoeiro decide ARQUIVAR o presente processo e sugere a promoção de um novo certame por ter sido considerado FRACASSADO. Palhoça, 30 de novembro de 2017.

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA À LEI ORGÂNICA N. 04/2017**

Publicação Nº 1442914

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 04/2017  
Altera a Lei Orgânica Municipal de Palhoça. Altera, acrescenta e suprime artigos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a Emenda à Lei Orgânica

Art. 1º. O inciso XXIV do artigo 40 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40 (...)

XXIV - até o dia 10 de agosto, enviar ao Prefeito a proposta do plano plurianual (PPA) para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do Prefeito subsequente.(...)”

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo 3º do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. O inciso I do parágrafo 1º do artigo 93 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação :

“Art. 93 (...)

§1º (...)

I - o projeto de plano plurianual, para vigência até final do primeiro exercício financeiro do mandato do prefeito subsequente, será encaminhado até 10 de maio do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o dia 10 de agosto (...)”

Art. 4º. Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

## PROJETO DE LEI 132/2017

Publicação Nº 1442919

PROJETO DE LEI Nº 132/2017.

REVOGAÇÃO. Revoga a Lei Municipal nº 3.990, de 13 de março de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.990, de 13 de março de 2014 e demais disposições contrárias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

## PROJETO DE LEI 176/2017

Publicação Nº 1442916

PROJETO DE LEI Nº 176/2017

Dispõe sobre a garantia de vagas preferencialmente quando possível para irmãos no mesmo estabelecimento de ensino público no Município de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes acesso à escola pública, gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se preferencialmente quando possível vaga para irmãos de uma mesma família, quando já existe um deles devidamente matriculado no mesmo estabelecimento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

## PROJETO DE LEI 177/2017

Publicação Nº 1442917

PROJETO DE LEI Nº 177/2017.

Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC -, institui o Departamento de Defesa do Consumidor – PROCON/PALHOÇA – o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON - e o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC -, revoga as leis 1.304/2001 e 2.111/91, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica estabelecida a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, nos termos do inciso XXXII do art. 5º da Constituição Federal e dos arts. 4º e 105 da Lei Federal nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor -, e alterações posteriores, e do Decreto Federal 2.181/97.

Parágrafo Único. O Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC tem como finalidade promover no Município de Palhoça, ações de

defesa e representação dos consumidores juntamente com os diversos organismos estaduais e municipais, públicos ou privados, articulando-as com as ações exercidas pelas demais instituições integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC:

I - o Departamento de Defesa do Consumidor – PROCON/PALHOÇA;

II - o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON; e

III - o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC.

## CAPÍTULO II

### DO DEPARTAMENTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

#### SEÇÃO I

Art. 3º Fica instituído o Departamento de Defesa do Consumidor – PROCON/PALHOÇA, destinado a promover e a implementar, no âmbito do Município de Palhoça, ações direcionadas à formulação da política de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

Art. 4º Ao Departamento de Defesa do Consumidor – PROCON/PALHOÇA, órgão vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, compete:

I - assegurar a aplicabilidade da Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor e executar a política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

III - receber, analisar, avaliar e encaminhar reclamações, consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores e entidades de defesa do consumidor;

IV - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

V - informar, conscientizar e motivar os consumidores a buscar seus direitos, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;

VI - dar atendimento aos consumidores, processando, regularmente, as reclamações fundamentadas;

VII - orientar permanentemente os fornecedores e consumidores sobre seus direitos e deveres;

VIII - solicitar a instauração de inquérito para apuração de delito contra consumidores, nos termos da legislação vigente;

IX - representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições;

X - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

XI - solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros municípios, bem como auxiliar na fiscalização de preços, do abastecimento, da quantidade e da segurança de produtos e serviços;

XII - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação, pelos municípios, de entidades que tenham por objetivo a defesa dos direitos dos consumidores;

XIII - funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência e dentro das regras fixadas na Lei Federal nº 8.078/90, bem como pela legislação complementar, pelo Decreto e por Portaria;

XIV - celebrar Termos de Ajustamento de Conduta conforme previsto no Decreto nº 2.221/2017;

XV - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078/90, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;

XVI - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica para a consecução de seus objetivos;

XVII - convencionar com fornecedores de produtos e prestadores de serviços ou com suas entidades representativas a adoção de normas coletivas de consumo;

XVIII - realizar mediação individual ou coletiva de conflitos de consumo;

XIX - realizar estudos e pesquisas no interesse dos consumidores;

XX - atuar no mercado de consumo em conformidade com a legislação vigente;



XXI - elaborar e divulgar o cadastro nacional de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, a que se refere o art. 44 da Lei Federal 8.078/90;

XXII - notificar, constatar, apreender e autuar em cumprimento da legislação vigente; e

XXIII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

## SEÇÃO II DA ESTRUTURA

Art. 5º A regulamentação do funcionamento do Departamento Municipal de Defesa do Cidadão será definido pelo Secretário da pasta.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON os recursos humanos e financeiros, bem como os bens materiais necessários para o seu funcionamento.

## CAPÍTULO III DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 6º Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON – com as seguintes atribuições:

I - Atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;

II - Administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, destinando os recursos para projetos e programas de educação, proteção e defesa do consumidor;

III - Prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV - Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da lei nº 8.078/90;

V - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VI - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;

VII - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 7º O Conselho Municipal será composto por representantes do Poder Público assim discriminados:

I - o Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado;

II - um representante do PROCON;

III - um representante da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP;

IV - um representante da Secretaria Municipal da Saúde – Vigilância Sanitária;

V - um representante da Procuradoria do Município;

VI - um representante da Câmara Municipal de Palhoça;

VII - serão convidados a indicar um representante para compor o CONDECON:

a) a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça;

b) a Associação Comercial e Industrial de Palhoça (ACIP);

c) a Câmara de Dirigentes Lojistas de Palhoça (CDL).

§ 1º Todos os demais membros serão indicados pelos órgãos e pelas entidades que representam, sendo investidos na função de conselheiros mediante nomeação pelo Prefeito Municipal;

§ 2º As indicações para nomeações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos;

§ 3º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá o titular, com direito a voto em suas ausências ou seus impedimentos;

§ 4º Perderá a condição de membro do CONDECON o Representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano;

§ 5º Os órgãos e as entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes,

obedecendo o disposto no § 2º deste artigo;

§ 6º As funções dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica local.

§ 7º Os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e seus suplentes terão mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 8º O Conselho – CONDECON será presidido pelo Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado.

Parágrafo Único. O presidente do CONDECON deverá convidar para as reuniões do Conselho, por ofício, o representante do Ministério Público em exercício na Comarca, o qual poderá se manifestar quanto às deliberações.

Art. 9º O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses (bimestral) e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

§ 2º Ocorrendo falta de quorum mínimo de plenário, será convocada, automaticamente, nova reunião, que acontecerá após 48 horas, com qualquer número de participantes.

#### CAPÍTULO IV

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC

Art. 10. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor destina-se ao funcionamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, compreendendo especificamente:

I - Aquisição de material permanente ou de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das atividades de Defesa do Consumidor;

II - Realização de eventos, feiras e atividades relativas à educação, pesquisa e divulgação de informações visando a orientação do consumidor;

III - Estruturação e instrumentalização do órgão Municipal de Defesa do Consumidor.

Art. 11. Constituem recursos orçamentários e financeiros do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor:

I - as dotações constantes do orçamento do Município;

II - as contribuições, doações, subvenções e auxílios específicos de órgãos e entidades da Administração direta e indireta, federal, estadual e municipal;

III - os recursos provenientes de:

a) empréstimos internos e externos;

b) multas decorrentes da aplicação da Lei nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97;

c) Termos de Ajustamento de Conduta, conforme Decreto nº. 2.221/2017;

d) doações específicas de pessoas físicas e de entidades privadas;

IV - produto de convênios firmado com órgãos e entidades de direito público e privado;

V - outras receitas provenientes de fontes aqui não explícitas.

Parágrafo Único. As receitas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta específica e mantida em estabelecimentos oficial de créditos destinados exclusivamente ao fundo, conforme determina o art. 29 do Decreto Federal 2.181/97.

Art. 12. Os saldos financeiros do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, verificados no final de cada exercício, serão automaticamente transferidos ao exercício seguinte.

Art. 13. Todos os recursos que compõem a receita do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor deverão ser utilizados ao funcionamento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, previstas no artigo 2º deste regulamento.

Art. 14. A Administração do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC será regida pelo Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado, a quem compete:

I - Administrá-lo e propor políticas de aplicação de seus recursos;

II - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mensais de receitas e despesas do Fundo;

III - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos financeiros do fundo depende de autorização do Prefeito Municipal, podendo delegar ao Secretário da Fazenda do Município.

Art. 15. A Administração contábil do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor é exercida pelo Município através da unidade responsável a quem compete:

I - colaborar na elaboração da proposta orçamentária anual do Fundo;

II - emitir empenhos, subempenhos, guias de recolhimento, ordens de pagamento, em conjunto com o Administrador do Fundo;

III - efetuar pagamentos e transferências bancárias;

IV - efetuar a contabilidade do Fundo, organizar e expedir nos padrões e prazos determinados, os balancetes, balanços de outras demonstrações contábeis;

V - desenvolver outras atividades relacionadas com a administração financeira e contábil do Fundo, de acordo com as normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 16. A prestação de contas de gestão financeira do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor caberá ao Administrador do Fundo, e será feita, em cada exercício, ao Tribunal de Contas do Estado. Quando for o caso, ao Tribunal de Contas da União, por meio de balancetes, demonstrativos e balanços.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica com os seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências:

I - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça;

II - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor PROCON – ESTADUAL;

III - Promotoria de Justiça do Consumidor;

IV - Juizados Especiais;

V - Delegacia de Polícia;

VI - Secretaria de Saúde e da Vigilância Sanitária;

VII - Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (INMETRO);

VIII - Associações Cívicas da Comunidade;

IX - Receitas Federal e Estadual;

X - Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional; e

XI - Outras entidades relacionadas ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

Art. 18. Considera-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas e/ou privadas que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo Único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 19. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 20. Caberá ao Secretário o qual o PROCON está vinculado autorizar e aprovar o Regimento Interno do PROCON, que fixará o desdobramento dos órgãos previstos, bem como as competências e atribuições de seus dirigentes.

Art. 21. Em caso do PROCON de Palhoça não estiver vinculado a uma Secretaria, o Administrador do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC será o responsável imediato do PROCON.

Art. 22. Ficam revogadas as Leis Municipais n.º 1.304, de 30 de outubro de 2001 e, 2.111, de 27 de agosto de 1991.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

## PROJETO DE LEI 184/2017

Publicação Nº 1442921

(emenda modificativa 02/2017)  
PROJETO DE LEI Nº 184/2017.

OBRAS. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. Estabelece critérios de aprovação em caráter excepcional para projetos de edificação no município de Palhoça, através da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, através da Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município, em caráter excepcional, a aprovar projetos, licenciar obras e emitir habite-se para construções, ampliações e reformas de edificações já construídas que não atendam às determinações da legislação municipal urbanística em vigor (Plano Diretor, Código de Obras, Código de Posturas, entre outros) e estejam em condições de habitabilidade, de acordo com o parecer emitido pelo setor técnico da Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei aos projetos protocolizados até 31 de dezembro de 2017, desde que a obra esteja concluída e em condições de uso e habitabilidade, podendo ser prorrogado por seis meses, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para aprovação de projetos na forma desta Lei, bem como estabelecido o valor das multas aplicadas que serão referenciadas pelo valor da Taxa de Licenciamento de Obra (TLO) em vigor a cada item que se encontra em desacordo com legislação urbanística em vigor no Município:

I – Gabarito: 01(um) pavimento além do permitido.

a) Penalidade: 300% (trezentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

II – Recuos Frontais: 01(um) metro menor do que o exigido;

a) Penalidade: 300% (trezentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

III – Afastamentos laterais e fundos: dispensados para os 02 (dois) primeiros pavimentos, sem direito de abertura a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

IV – Taxa de Ocupação (TO): para uso residencial até 70% (setenta por cento), para os demais usos até 85% (oitenta e cinco por cento);

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

V – Índice de Aproveitamento (IA): até 50% (cinquenta por cento) maiores que o previsto na Lei de Zoneamento Urbano (Lei Municipal nº 16/93);

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

VI – Áreas e dimensões mínimas dos ambientes e das aberturas: até 30% menor que o exigido;

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

VII – Pé-direito mínimo permitido: 2,70 m (dois metros e setenta centímetros) para uso comercial e 2,40 m (dois metros e quarenta centímetros) para uso residencial;

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

VIII – Vagas de estacionamento: até 20% (vinte por cento) a menos do que as vagas exigidas na Lei de Zoneamento Urbano (Lei Municipal

nº 16/93), com as seguintes dimensões 2,40m (dois metros e quarenta centímetros) x 5,00m (cinco metros).

a) Penalidade: 200% (duzentos por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total;

§ 2º A obra que contiver algum item com índice acima dos previstos neste artigo, será passível de aprovação, licenciamento e habite-se, condicionada a aplicação de multa de 2.000% (dois mil por cento) do valor da TLO por metro quadrado de área construída total.

§ 3º A aprovação de projetos, licenciamento de obras e emissão de habite-se formalizar-se-á através de Termo de Ajustamento de Conduta, doravante denominado TAC, celebrado entre as partes, de um lado o Município de Palhoça, representado pelo Prefeito Municipal, e de outro lado, o Compromissário.

I – No Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) deverá constar:

a) o nome ou razão social do Compromissário;

b) endereço completo do Compromissário e da obra;

c) CPF ou CNPJ do Compromissário;

d) Número do protocolo;

f) Descrição detalhada da obra;

g) Descrição das infrações à legislação urbanística do Município (Plano Diretor, Código de Obras, Código de Posturas, entre outros), através de parecer técnico conclusivo da Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município, que deverá indicar expressamente os itens da edificação que estão sendo regularizados por meio do TAC, os eventuais itens que não são passíveis de regularização e os itens que eventualmente merecem ser adequados, removidos e/ou demolidos na edificação.

h) Valor da multa, devendo constar a rota de cálculo com indicação clara do valor e dos parâmetros utilizados para mensurar a penalidade imposta;

i) Cláusula esclarecendo que o TAC firmado entre as partes constitui título executivo extrajudicial, podendo ser diretamente executado em juízo caso descumprida alguma de suas cláusulas e condições;

j) Assinaturas do Compromissário, do Diretor de Infraestrutura e Urbanismo do Município e do servidor responsável pelo parecer técnico.

§ 4º As multas e penalidades previstas neste artigo, poderão ser reduzidas, nas seguintes proporções:

I – 30 % (trinta por cento) de redução para edificação que possuir acima de 10 (dez) e menos de 15 (quinze) anos de obra concluída;

II – 40 % (quarenta por cento) de redução para edificação que possuir mais de 15 (quinze) anos de obra concluída;

§ 5º Os postulantes à redução prevista no § 4º do art. 2º desta Lei deverão comprovar, documentalmente, as datas de conclusões das obras, para fins de obtenção dos benefícios, mediante apresentação:

I – fotografias datadas da edificação;

II – projeto arquitetônico da época da construção;

III – recibos e notas fiscais dos materiais utilizados na edificação;

IV – faturas de concessionárias públicas de energia elétrica ou serviços telefônicos;

V – demais documentos que atestem a data da edificação.

§ 6º Considera-se conclusão da obra, para fins de redução das multas, a data em que a edificação foi finalizada entendendo-se como o momento em que a obra se encontrava coberta e apta ao uso e habitação, possuindo os itens mínimos de hidráulica, elétrica e acabamento;

§ 7º Fica concedido isenção de 100% (cem por cento) das multas e penalidades para as edificações concluídas antes da sanção da Lei nº 015 de 07 de abril de 1993, que deverá seguir a mesma regra previsto no § 5º deste artigo;

§ 8º Fica concedido isenção de 100% (cem por cento) das multas e penalidades desta Lei às instituições declaradas de utilidade pública no município de Palhoça e que possuam convênio, subvenção social, ou termo de parceria firmado com o Poder Executivo Municipal, dentro da área: educacional, assistencial, cultural, esportiva, beneficente, saúde, lazer e/ou habitacional, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º Fica autorizado o parcelamento das multas e penalidades previstas nesta Lei, mediante requerimento do interessado no próprio processo administrativo, em até 06 (seis) parcelas mensais, que serão corrigidas de acordo com o art. 374 da Lei Complementar nº 018/2002.

Parágrafo Único. A liberação do habite-se ficará condicionada ao pagamento integral do parcelamento, sob pena de inscrição em dívida

ativa municipal.

Art. 4º Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU, vinculado à Secretaria Municipal de Infraestrutura, com o objetivo de receber, gerir, administrar e aplicar os valores correspondentes às multas pagas pelos Compromissários dos TAC.

§ 1º É obrigatória a vinculação e a reversão dos valores das multas pagas pelos Compromissários dos TAC para a construção, ampliação e reformas de Centros de Educação Infantil deste município.

§ 2º O pagamento das multas pelos Compromissários dos TAC realizar-se-á através de boleto ou guia de recolhimento, sempre em moeda corrente, recolhidas diretamente ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU.

§ 3º Fica terminantemente proibida a substituição ou a compensação dos valores das multas impostas aos Compromissários dos TAC por qualquer tipo de bem ou serviço.

Art. 5º Após a celebração do TAC, o seu extrato deverá ser publicado pela Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município no Diário Oficial do Município, a fim de dar publicidade ao ato.

Art. 6º Serão considerados passíveis de aprovação, nas condições desta Lei, projetos que apresentarem toda a documentação exigida, incluindo documento do terreno (Escritura Pública, Registro do Imóvel, Contrato de Compra e Venda de parcelamentos já aprovados pelo Município e registrados em Cartório de Registro de Imóveis atualizado em no mínimo 06 (seis) meses), viabilidade para construção aprovada e atualizada em no mínimo 06 (seis) meses, projeto arquitetônico completo, Certidão Negativa de Débitos Municipais (CND) e anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA/SC, respeitados os princípios de propriedade e as legislações estadual e federal.

Art. 7º Os aspectos sujeitos a aprovação ou regularização, em desconformidade com a legislação municipal urbanística em vigor, serão eminentemente técnicos, referentes especialmente ao Plano Diretor, Código de Obras e Código de Posturas, cabendo aos setores competentes da Prefeitura Municipal a análise e a aprovação dos projetos que não acarretem danos ou prejuízos diretos ao Município, à ordem urbanística da cidade e a terceiros.

§ 1º Caso se verifique que a obra ou edificação submetida à aprovação ou regularização seja passível de causar danos ou prejuízos ao Município, à ordem urbanística da cidade e a terceiros, a autoridade competente da Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo do Município, mediante parecer técnico conclusivo, recusará a celebração do TAC, encaminhado imediatamente o processo administrativo ao Setor de Fiscalização de Obras do Município para que tome as providências relacionadas ao seu poder de polícia.

§ 2º É inadmissível a aprovação ou regularização de obras e edificações fora dos parâmetros estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo 2º desta Lei, sob pena de nulidade e apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal do servidor público que a efetuou.

§ 3º Existindo prévio auto de infração lavrado pela autoridade municipal competente, com cominação de multa, a obra ou a edificação somente poderá ser regularizada mediante a celebração de TAC após a quitação da referida penalidade, sob pena de indeferimento.

Art. 8º No prazo de vigência desta Lei, o Executivo Municipal fará campanha de esclarecimento ao público, à imprensa e especialmente aos profissionais credenciados no Município acerca dos dispositivos da presente Lei, bem como da importância do desenvolvimento urbano sustentado e com qualidade da cidade.

Art. 9º Os valores atualmente existentes em contas da Prefeitura Municipal de Palhoça, referentes aos pagamentos de multas impostas em TAC firmados sob a égide da Lei Municipal nº 2.099/2005, deverão ser imediatamente remanejados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FMDU.

Art. 10. A aprovação em caráter excepcional de que trata esta Lei não dispensará a apresentação do projeto hidrossanitário da edificação, que deverá ser aprovado pelo órgão municipal competente.

Art. 11. Fica revogada a Lei nº 2.099, de 08 de julho de 2005, e suas alterações posteriores, a Lei nº 4.251, de 08 de junho de 2015, e suas alterações posteriores e a Lei Municipal nº 4.328, de 16 de dezembro de 2015, e demais disposições contrárias.

Art. 12. Fica reprimada a Lei nº 3.466, de 16 de maio de 2011 reeditada pela Lei nº 3.493, de 05 de julho de 2011.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2017.

FÁBIO COELHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 20**

Publicação Nº 1442883

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2017.

ISS. Altera a Lei Complementar nº 024, de 01 de julho de 2004 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alterados o caput do art. 3º, e os incisos X, XIV, XVII, e acrescenta os incisos XXI, XXII e XXIII, e o § 4º do mesmo dispositivo, na Lei Complementar nº 024, de 01 de julho de 2004, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXIII, quando o imposto será devido no local :

(...)

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

(...)

XIV – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

(...)

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

(...)

XXI – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

(...)

§ 4º - Na hipótese de descumprimento do disposto no caput ou no § 1º, ambos do art. 18-A desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado." (N.R.)

Art. 2º Fica acrescido o art. 18-A na Lei Complementar nº 024 de 01 de julho de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar.

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

§ 3º A nulidade a que se refere o §2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula." (N.R.)

Art. 3º Ficam acrescidos os incisos XII, XIII e XIV ao art. 37, da Lei Complementar nº 024 de 01/07/2004, que passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 37 (...)

(...)

XII - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 4º do art. 3 desta Lei Complementar.

(...)

XIII - No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

XIV - No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

Art. 4º Ficam acrescidos os artigos 225-P, 225-Q e 225-R na Lei Complementar nº 018, de 30/12/2002, com a seguinte redação:

"Art. 225-P. Fica instituída a Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Créditos ou Débito – DESPCRED, de responsabilidade das Administradoras de Cartões de Crédito ou Débito ou Similares, mensal, cuja entrega é de caráter obrigatório por parte das Administradoras de Cartões de Crédito, Débito e Similares que operam junto a estabelecimentos credenciados (pessoas físicas ou jurídicas), sediados dentro da circunscrição deste Município.

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar que institui Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Créditos ou Débito e Similares, em relação aos estabelecimentos credenciados, a pessoa jurídica responsável pela administração da rede de estabelecimentos, bem como pela captura e transmissão das transações dos Cartões de Crédito ou Débito ou Similares.

§ 2º Entende-se por Cartões Similares aos Crédito e de Débito, entre outros, os seguintes:

I – Moeda eletrônica (e-money): cartão com determinado valor monetário armazenado, registrado eletronicamente, que é debitado à medida que o seu portador o utiliza para pagamento de bens e serviços;

II – Cartão pré-pago: aquele destinado ao pagamento de bens e serviços específicos, com uma carga de crédito pré-definida.

Art. 225-Q. A Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, a que se refere esta lei, deverá conter todas as receitas decorrentes das prestações de serviços, pelas Administradoras de Cartões de Crédito ou débitos ou Similares, junto a estabelecimentos credenciados (pessoas físicas ou jurídicas), sediados dentro da circunscrição deste Município.

§ 1º O prazo para inicial para entrega da Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, será a partir do fato gerador de janeiro de 2018, para todas Administradoras de Cartões de Crédito ou Débito ou Similares, podendo ser prorrogado o disposto neste parágrafo, por ato do Ato do Poder Executivo.

§ 2º O Modelo, Formato e demais requisitos, inclusive no preenchimento da Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, deverá ser especificado por Regulamento, que deverá ter, no mínimo as seguintes informações, além de outras:

I – Identificação da Administradora;

II – Identificação do Estabelecimento Credenciado;

III – Registro das Operações Realizadas;

IV – Registro dos valores para cálculo do ISSQN.

Art. 225-R. A Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, deverá ser apresentada, em meio digital, mediante utilização de aplicativo disponibilizado no endereço <https://palhoca.atende.net>, mensalmente, conforme dispuser o Regulamento, subsequente à ocorrência do fato gerador do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, com identificação dos estabelecimentos credenciados usuários de seus serviços e respectivos valores.

Parágrafo Único. A data de entrega da DESPCRED, a que se refere o caput deste artigo, será no 25º dia do mês seguinte a ocorrência do fato gerador, podendo ser alterado por Ato do Poder Executivo." (N.R.)

Art. 5º Fica acrescido a alínea "c" ao inciso III, e a alínea "g" ao inciso IV, do art. 256, da Lei Complementar nº 018 de 30/2002, com a seguinte redação:

"Art. 256 (...)

III - (...)

c) a não entrega da Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, nos termos que dispuser o Regulamento, ou a sua apresentação de forma inexata ou incompleta ou informações omitidas ou, ainda, entrega extemporânea, sujeitará as Administradoras de Cartões de Crédito ou Débito ou Similares, a infração prevista, pela inobservância da legislação, a p para cada declaração inexata ou incompleta ou contendo omissões de informações ou entrega extemporânea;

(...)

h) a não entrega da Declaração Eletrônica de Serviços Prestados nas Operações de Cartões de Crédito ou Débito DESPCRED, nos termos que dispuser o Regulamento, ou a sua apresentação de forma inexata ou incompleta ou informações omitidas ou, ainda, entrega extemporânea, sujeitará as Administradoras de Cartões de Crédito ou Débito ou Similares, para cada declaração não entregue;" (N.R.)

Art. 6º O artigo 41 da Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 - Compete a Secretaria Municipal da Fazenda a administração tributária municipal, inclusive a respectiva supervisão, controle, arrecadação, lançamento e demais situações da obrigação tributária de sua competência e procedimentos de fiscalização vinculada à carreira de auditoria fiscal tributária, ficando esta carreira hierarquicamente subordinada àquela Secretaria ou a qualquer outro nome que posteriormente parassará a ser dado." (N.R.)

Art. 7º Fica acrescido o art. 43-A na Lei Complementar nº 024, de 01/07/2004, com a seguinte redação:

"Art. 43-A. O descumprimento do disposto previsto na legislação tributária, decorrente de Concessão ou Aplicação Indevida de Benefício Financeiro ou Tributário, acarretará a aplicação das sanções previstas na lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e especificamente, os arts. 10-A, inciso IV, do 12, e o § 13º, do art. 17." (N.R.)

Art. 8º A lista de serviços, prevista no Anexo I da Lei Complementar nº 024, de 01 de julho de 2004, passa a vigorar com as alterações e acréscimos constantes do Anexo desta Lei Complementar.

Art. 9º Dá nova redação ao inciso III do Artigo 196 e inciso IV do Artigo 257, bem como dos artigos 259 e 261, todos da Lei Complementar 018, de 30 de dezembro de 2002, que passam a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 196 (...)

III – Multa de 0,33 (trinta três centésimos) ao dia, limitado ao montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo corrigido monetariamente, após o primeiro dia do vencimento." (N.R.)

" Art.257 (...)

IV – Multa de 0,33 (trinta três centésimos) ao dia, limitado ao montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo corrigido monetariamente, após o primeiro dia do vencimento por recolher espontaneamente, fora do prazo legal, o tributo destacado em documento fiscal ou não escriturado, antes de qualquer procedimento fiscal ou medida de fiscalização." (N.R.)

"Art. 259. O atraso no recolhimento dos créditos tributários e fiscais previstos nesta Lei Complementar sofrerá à incidência de:

I – Atualização monetária mensal do tributo desde a data do vencimento do crédito tributário até a data do efetivo pagamento, pela variação do INPC – Índice Nacional de preços ao Consumidor.

II - Juros de mora equivalente a 1% (um por cento) ao mês, aplicados por capitalização simples, a partir do mês subsequente ao do vencimento.

III – Multa de 0,33 (trinta três centésimos) ao dia, limitado ao montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do tributo corrigido monetariamente, após o primeiro dia do vencimento.

"Art. 261. Em caso de extinção do INPC, a atualização monetária será realizada pelo índice que o substituir ou por outro índice oficial de preços, que reflita a variação de preços ao consumidor." (N.R.)

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor no exercício financeiro do ano de 2018 e após 90 (noventa) dias da data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

FÁBIO COELHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

Anexo I

(...)

1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	2%
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	2%
	(...)	

1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	2%
	(...)	
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	4,00%
	(...)	
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	3%
	(...)	
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	3%
	(...)	
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	3%
	(...)	
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	3%
	(...)	
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3%
	(...)	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	5%
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5%
	(...)	
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3%
	(...)	
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	3%
	(...)	
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2017

Publicação Nº 1442982

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA					CNPJ: 94.894.169/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total	
Especificação: Cinarizina 25mg						
39	2000,00	COMP	HYPER/BRAIN	R\$0,0830	R\$166,0000	
Especificação: Colchicina 0,5mg						
51	80000,00	COMP	APSEN	R\$0,2410	R\$19.280,0000	
Especificação: Ibuprofeno, 200mg						
106	400000,00	COMP	WYETH	R\$1,2800	R\$512.000,0000	
Especificação: Oxcarbamazepina 60mg/ml, suspensão oral, frasco 100mL						
153	200,00	FRS	UNIÃO QUIMICA	R\$23,3000	R\$4.660,0000	
Especificação: PIRIMETAMINA 25 MG						
156	5000,00	COMP	FARMOQUIMICA	R\$0,0880	R\$440,0000	
Especificação: Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml, amp. c/ 1 ml, injetável						



182	1000,00	AMP	GREENPHARMA	R\$1,8800	R\$1.880,0000
Especificação: Topiramato 100mg					
185	2000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,8900	R\$1.780,0000
Valor Total				(quinhentos e quarenta mil e duzentos e seis reais)	
				R\$540.206,00	

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2017**

Publicação Nº 1442983

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 02.520.829/0001-40	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amoxicilina 500mg - acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blíster fracionável.					
16	320000,00	CPS	PRATIDONADUZZI	R\$0,2900	R\$92.800,0000
Especificação: Azitromicina, 500 mg - acondicionada de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blíster fracionável.					
25	70000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,6590	R\$46.130,0000
Especificação: Cefalexina, 500mg - acondicionada de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blíster fracionável.					
35	500000,00	COMP	ABL	R\$0,3890	R\$194.500,0000
Especificação: Ciprofloxacino cloridrato, 500 mg-acondicionado de forma unitarizada, constando em cada unidade de comprimido, delimitada por picote, a seguinte informação: nome do princípio ativo, dosagem, lote e validade - blíster fracionável.					
40	150000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,3100	R\$46.500,0000
Especificação: Clopidogrel 75mg					
43	200000,00	COMP	AUROBINDO	R\$0,3790	R\$75.800,0000
Especificação: Estradiol, valerato associado com noretisterona enantato, 5mg + 50mg/mL, injetável, ampola 1mL					
77	5000,00	AMP	MABRA	R\$7,0000	R\$35.000,0000
Especificação: Isossorbida monitrato 40mg					
117	150000,00	COMP	ZYDUS	R\$0,1790	R\$26.850,0000
Especificação: Levonorgestrel 0,15mg + Etinilestradiol 0,03mg, cartela c/ 21 drg.					
126	15000,00	CART	MABRA	R\$0,5900	R\$8.850,0000
Especificação: Propranolol 40mg.					
160	900000,00	COMP	OSORIO DE MORAES	R\$0,0130	R\$11.700,0000
Especificação: Risperidona 1mg					
164	60000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,1329	R\$7.974,0000
Especificação: SINVASTATINA 40 MG					
172	700000,00	COMP	SANVAL	R\$0,1079	R\$75.530,0000
Valor Total				(seiscentos e vinte e um mil e seiscentos e trinta e quatro reais)	
				R\$621.634,00	

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2017**

Publicação Nº 1442984

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA				CNPJ: 05.782.733/0001-49	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total

Especificação: Acido Valpróico 250 mg					
6	500000,00	COMP	ABBOTT	R\$0,2430	R\$121.500,0000
Especificação: Ácido Valpróico 500mg					
7	600000,00	COMP	ABBOTT	R\$0,5700	R\$342.000,0000
Especificação: Colagenase associada com cloranfenicol, 0,6UI+ 1%, pomada, bisnaga com 30gramas					
50	40,00	TB	ABBOTT	R\$6,1500	R\$246,0000
Especificação: Depakote ER 500 mg, caixa com 30 comp.					
52	40,00	CX	ABBOTT	R\$57,1500	R\$2.286,0000
Especificação: Isossorbida monitrato de 20 mg					
116	200000,00	COMP	ZYDUS/CADILA	R\$0,0760	R\$15.200,0000
Especificação: Seretide diskus 50/500mcg c/ 60 doses					
169	25,00	CX	GLAXO	R\$123,3880	R\$3.084,7000
Especificação: Vilanterol + Umeclidínio 62.5 /25 mg (Anoro), frasco com 30 doses					
193	60,00	FRS	GLAXO	R\$210,2190	R\$12.613,1400
Valor Total		(quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos)			R\$496.929,84

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2017**

Publicação Nº 1442985

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais im-  
petradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clorpromazina 25mg					
47	150000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,1790	R\$26.850,0000
Especificação: Clorpromazina,40mg/mL, solução oral, gotas					
48	2000,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$4,9900	R\$9.980,0000
Especificação: Codeína, 30mg					
49	60000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,7070	R\$42.420,0000
Especificação: Fenitoína sódica 100mg.					
80	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,1990	R\$39.800,0000
Especificação: Fenitoína sódica, 50 mg/ml,solução injetável, amp. c/ 5 ml					
81	500,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,7400	R\$870,0000
Especificação: Fenobarbital sódico, 100 mg					
82	300000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,0850	R\$25.500,0000
Especificação: Fenobarbital sódico, 100 mg/mL, solução injetável, amp c/ 2 ml					
83	200,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$1,3900	R\$278,0000
Especificação: Fenobarbital sódico, 40mg/mL, solução oral-gotas, frasco com 20 ml					
84	3000,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$2,7900	R\$8.370,0000
Especificação: Fluconazol 100 mg					
86	1200,00	CPS	CRISTÁLIA	R\$1,1200	R\$1.344,0000
Especificação: Flumazenil, 0,1mg/mL, solução injetável, ampola c/5mL					
88	100,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$12,4000	R\$1.240,0000
Especificação: Haloperidol, sal decanoato, 50mg/mL, solução injetável, ampolas c/1mL					
101	10000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$6,4100	R\$64.100,0000



Especificação: Heparina sódica 5000UI/0,25ml - subcutânea.					
102	30000,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$3,8000	R\$114.000,0000
Especificação: Imipramina, cloridrato 25mg					
108	350000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,2500	R\$87.500,0000
Especificação: Levomepromazina 40mg/ml, solução oral, frs. c/ 20 ml					
123	2500,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$7,4100	R\$18.525,0000
Especificação: Levomepromazina, 100 mg.					
124	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,6400	R\$128.000,0000
Especificação: Levomepromazina 25mg					
125	200000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,3000	R\$60.000,0000
Especificação: Lidocaína Spray 10%, frs. c/ 50ml					
127	100,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$39,9000	R\$3.990,0000
Especificação: Metoprolol 1mg/mL c/5mL					
137	400,00	AMP	CRISTÁLIA	R\$15,5370	R\$6.214,8000
Valor Total		(seiscentos e trinta e oito mil, novecentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)			R\$638.981,80

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2017**

Publicação Nº 1442986

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.				CNPJ: 04.071.245/0001-60	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amantadina 100mg					
13	1000,00	COMP	MANTIDAN/EUROFARMA CX. C/20 COMP.	R\$0,4200	R\$420,0000
Valor Total		(quatrocentos e vinte reais)			R\$420,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2017**

Publicação Nº 1442987

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA				CNPJ: 81.706.251/0001-98	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Amoxicilina, associada com clavulanato de potássio, 50mg + 12,5mg/ml, frasco com 75ml.					
18	6000,00	FRS	SANDOZ GENERICO	R\$9,9900	R\$59.940,0000
Especificação: Anticoncepcional trifásico - Triquilar					
21	7000,00	CART	BAYER TRIQUILAR	R\$6,4900	R\$45.430,0000
Especificação: Cefalexina, 50mg/ml, pó para suspensão oral, frasco 60mL					

36	8000,00	FRS	TEUTO Genérico	R\$4,5000	R\$36.000,0000
Especificação: Dexametasona 0,1% creme bisnaga c/ 10 mg					
54	25000,00	BN	SANVAL GENERICO	R\$0,6990	R\$17.475,0000
Especificação: Hidróxido de Alumínio, 6%, frasco com 100ml					
103	10000,00	FRS	NATULAB ALUMIMAX	R\$1,7900	R\$17.900,0000
Especificação: Ibuprofeno 50mg/ml, suspensão oral, frasco c/30ml.					
105	15000,00	FRS	NATULAB IBUPROTRAT	R\$0,9390	R\$14.085,0000
Especificação: Metoclopramida cloridrato, 5mg/mL, solução injetável, amp c/ 2 ml					
134	10000,00	AMP	ISOFARMA NOPROSIL	R\$0,2490	R\$2.490,0000
Especificação: Noretisterona 0,35mg, cartela c/ 35 comp.					
150	4000,00	CART	BIOLAB NORESTIN	R\$6,0000	R\$24.000,0000
Especificação: RANITIDINA 150MG.					
162	300000,00	COMP	MEDQUIMICA GENERICO	R\$0,0609	R\$18.270,0000
Especificação: Sais para reidratação oral envelope com 10 gramas..					
167	35000,00	ENV	NATULAB HIDRAPLEX	R\$0,4400	R\$15.400,0000
Especificação: SINVASTATINA 20MG.					
171	1600000,00	COMP	SANDOZ GENERICO	R\$0,0537	R\$85.920,0000
Especificação: Vitamina B1 100mg + B6 100mg + B12 5000mcg solução injetável IM, IV 2mL c/3amp (cito-neurim ou bioequivalente)					
195	1000,00	CX	MERCK MEXICO CITONEURIN	R\$9,3000	R\$9.300,0000
Especificação: Vitamina C, 200mg/mL, solução oral, frasco com 20mL					
196	5000,00	FRS	NATULAB VITER C	R\$1,1780	R\$5.890,0000
Valor Total		(trezentos e cinquenta e dois mil e cem reais)			R\$352.100,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2017**

Publicação Nº 1442988

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP				CNPJ: 09.944.371/0001-04	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aciclovir 200 mg					
2	60000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,2780	R\$16.680,0000
Especificação: Deslanosído 0,2mg/mL IM, IV, ampola c/2mL					
53	1500,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$1,1600	R\$1.740,0000
Especificação: Diazepam, 5 mg					
56	1500000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,0350	R\$52.500,0000
Valor Total		(setenta mil e novecentos e vinte reais)			R\$70.920,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017**

Publicação Nº 1442989

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.



Nome da Empresa: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					CNPJ: 03.652.030/0001-70
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Carbonato de cálcio, associado com vitamina D3, 500mg de cálcio + 200UI D3					
31	250000,00	COMP	VITAMED	R\$0,0740	R\$18.500,0000
Especificação: Estrogênios Conjugados, 0,625mg					
78	30000,00	drag.	MABRA	R\$1,0600	R\$31.800,0000
Especificação: Ibuprofeno 100 mg c/20mL (genérico ou similar equivalente)					
104	60,00	FRS	BRAINFARMA	R\$2,4800	R\$148,8000
Especificação: SINVASTATINA 10MG					
170	5000,00	COMP	PHARLAB	R\$0,0600	R\$300,0000
Especificação: Sulfato ferroso, 40mg de ferro II					
180	700000,00	drag.	PHARMASCIENCE	R\$0,0330	R\$23.100,0000
Especificação: Vitaminas do complexo B					
197	300000,00	drag.	VITAMED	R\$0,0300	R\$9.000,0000
Especificação: Vitaminas+Sais Minerais					
198	180000,00	COMP	VITAMED	R\$0,0830	R\$14.940,0000
Valor Total		(noventa e sete mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)			R\$97.788,80

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2017**

Publicação Nº 1442990

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: VICTÓRIA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					CNPJ: 00.088.317/0001-21
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Espiramicina, 1.500.000 UI (1g)					
73	10000,00	COMP	Rovamicina 1,5mui cx c/ 16cp - Marca: Sanofi - Aventis Rovamicina 1,5mui cx c/ 16cp - Marca: Sanofi - Aventis	R\$3,0550	R\$30.550,0000
Especificação: Insulina glulisina (Apidra), 100 UI/ML 3ml, refil ou com sistema aplicador.					
109	150,00	R	Apidra 100UI/ML Solução Inj. 3ML - Marca: Sanofi - Aventis Apidra 100UI/ML Solução Inj. 3ML - Marca: Sanofi - Aventis	R\$23,5500	R\$3.532,5000
Especificação: Insulina glargina (Lantus) 3mL refil					
110	600,00	R	Lantus 100UI/ML Refil 3ML - Marca: Sanofi - Aventis Lantus 100UI/ML Refil 3ML - Marca: Sanofi - Aventis	R\$60,8600	R\$36.516,0000
Valor Total		(setenta mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)			R\$70.598,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2017**

Publicação Nº 1442992

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 140/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA				CNPJ: 00.802.002/0001-02	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Acetilcisteína 600mg, pó para solução oral, caixa com 30 envelopes.					
1	30,00	CX	GEOLAB Cisteil	R\$24,0900	R\$722,7000
Especificação: Aminofilina 100 mg					
14	40000,00	COMP	NeoQuimica-Brainfarma Asmapen	R\$0,0599	R\$2.396,0000
Especificação: Amitriptilina cloridrato, 25mg					
15	1100000,00	COMP	TEUTO TEUTO (GENERIC)	R\$0,0424	R\$46.640,0000
Especificação: Carbamazepina 200mg, comprimidos simples e sulcados					
30	1000000,00	COMP	TEUTO TEUTO (GENERIC)	R\$0,0630	R\$63.000,0000
Especificação: Carvedilol 3,125mg					
33	150000,00	COMP	TORRENT KARVIL 3,125 MG	R\$0,0950	R\$14.250,0000
Especificação: Carvedilol 6,25 mg					
34	500000,00	COMP	TORRENT KARVIL 6,25 MG	R\$0,0880	R\$44.000,0000
Especificação: Clonazepam 0,5mg.					
41	2000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA Uni Clonazepam	R\$0,0500	R\$100,0000
Especificação: Fentanila, 78,5 mcg, ampolas 2 ml					
85	300,00	AMP	HIPOLABOR HIPOLABOR (GENERIC)	R\$0,8000	R\$240,0000
Especificação: Isossorbida dinitrato de 10 mg					
115	50000,00	COMP	E.M.S ISORDIL	R\$0,3280	R\$16.400,0000
Especificação: ITRACONAZOL 100 MG					
118	5000,00	COMP	NeoQuimica-Brainfarma NEO ITRAX	R\$0,6540	R\$3.270,0000
Especificação: Metformina 500mg.					
131	1100000,00	COMP	TEUTO TEUTO (GENERIC)	R\$0,0499	R\$54.890,0000
Especificação: Metildopa 250 mg					
132	300000,00	COMP	SANVAL TENSIOVAL	R\$0,2400	R\$72.000,0000
Especificação: Midazolam 5mg/ml c/3ml					
140	500,00	AMP	TEUTO TEUTO (GENERIC)	R\$0,8080	R\$404,0000
Especificação: Mirtazapina 30mg					
144	1000,00	COMP	TORRENT MENELAT 30 MG	R\$1,1900	R\$1.190,0000
Especificação: Venlafaxina, sal cloridrato, 75mg					
190	3000,00	COMP	TORRENT VENLIFT OD 75 MG	R\$0,7600	R\$2.280,0000
Especificação: Zolpidem 10 mg					
199	1600,00	CX	NOVA QUIMICA NOVA QUIMICA (GENERIC)	R\$23,2500	R\$37.200,0000
Valor Total		(trezentos e cinquenta e oito mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta centavos)			R\$358.982,70

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2017**

Publicação Nº 1442993

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 05.531.725/0001-20	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Albendazol 40mg/ml, suspensão oral, frasco 10 ml					
9	18000,00	FRS	GEOLAB	R\$0,8990	R\$16.182,0000
Especificação: Albendazol 400mg.					
10	22000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,3500	R\$7.700,0000
Especificação: Benzilpenicilina benzatina 600.000UI - pó p/ susp. injetável + diluente					
26	3000,00	F/AM	TEUTO	R\$8,3000	R\$24.900,0000
Especificação: Diclofenaco, sal sódico, 25 mg/ml, solução injetável, ampola 3 ml					
59	5000,00	AMP	FARMACE	R\$0,3780	R\$1.890,0000
Especificação: Espironolactona 25 mg,					
74	400000,00	COMP	E.MS	R\$0,1300	R\$52.000,0000
Especificação: Espironolactona, 50 mg.					
75	200000,00	COMP	HIPOLABOR	R\$0,1890	R\$37.800,0000
Especificação: FLUOXETINA 20MG.					
89	2500000,00	CPS	TEUTO	R\$0,0420	R\$105.000,0000
Especificação: Haloperidol, 5mg/mL , solução injetável, ampola c/1mL (haloperidol simples, não é decanoato)					
100	600,00	AMP	HYP OFARMA	R\$0,9200	R\$552,0000
Especificação: Levodopa, associado à carbidopa 250 + 25 mg					
122	20000,00	COMP	TEUTO	R\$0,5000	R\$10.000,0000
Especificação: Loratadina 10 mg					
129	250000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,0430	R\$10.750,0000
Especificação: Noradrenalina 1mg/ml ampolas de 4ml					
149	300,00	AMP	HIPOLABOR	R\$2,0895	R\$626,8500
Especificação: Omeprazol 20mg.					
151	3500000,00	COMP	PHARLAB	R\$0,0619	R\$216.650,0000
Especificação: Ranitidina cloridrato, 25mg/ml, solução injetável, ampola de 2 ml					
161	20000,00	AMP	TEUTO	R\$0,3050	R\$6.100,0000
Especificação: Sulfametaxazol, associado à trimetropina 40mg + 8mg/ml suspensão oral, frasco com 50 mL					
178	3000,00	FRS	TEUTO	R\$0,9180	R\$2.754,0000
Especificação: Tobramicina 3mg/mL solução oftálmica - 5ml					
184	5000,00	FRS	BRAINFARMA	R\$4,1000	R\$20.500,0000
Especificação: Travoprost 0,004%, frasco com 2,5 ml					
186	40,00	FRS	GEOLAB	R\$18,9000	R\$756,0000
Especificação: Varfarina sódica 5 mg					
189	30000,00	COMP	TEUTO	R\$0,1050	R\$3.150,0000
Valor Total		(quinhentos e dezessete mil, trezentos e dez reais e oitenta e cinco centavos)			R\$517.310,85



**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2017**

Publicação Nº 1442994

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 142/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA				CNPJ: 67.729.178/0004-91	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Ácido Acetilsalicílico 100mg.					
4	2000000,00	COMP	IMEC DORMEC	R\$0,0168	R\$33.600,0000
Especificação: Carbonato de Lítio 300mg					
32	800000,00	COMP	HIPOLABOR CARBONATO DE LÍTIO	R\$0,1440	R\$115.200,0000
Especificação: Dobutamina cloridrato, 25mg/mL, solução injetável, ampola 10mL					
64	400,00	AMP	TEUTO DOBUTAMINA	R\$4,0000	R\$1.600,0000
Especificação: Etinilestradiol 0,035mg + Acetato de Ciproterona 2mg, cartela com 21 drgs					
79	10000,00	CART	MABRA FERANE	R\$2,1800	R\$21.800,0000
Valor Total		(cento e setenta e dois mil e duzentos reais)			R\$172.200,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2017**

Publicação Nº 1442995

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: MEDILAR IMP. E DIST. PROD. MÉDICO HOSPITALARES. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: MEDILAR IMP. E DIST. PROD. MÉDICO HOSPITALARES				CNPJ: 07.752.236/0001-23	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Água destilada, estéril e apirogênica, 10 ml injetável					
8	15000,00	AMP	FARMACE	R\$0,1080	R\$1.620,0000
Especificação: Anlodipino besilato, 10mg					
19	300000,00	FRS	GEOLAB	R\$0,0540	R\$16.200,0000
Especificação: Biperideno 2mg					
28	120000,00	COMP	UNIÃO QUIMICA	R\$0,1290	R\$15.480,0000
Especificação: Clorpromazina 100mg					
46	180000,00	COMP	CRISTÁLIA	R\$0,1660	R\$29.880,0000
Especificação: Diazepam, 5mg/mL, solução injetável, amp. c/ 2ml					
57	5000,00	AMP	SANTISA	R\$0,4860	R\$2.430,0000
Especificação: Digoxina 0,25 mg					
60	130000,00	COMP	PHARLAB	R\$0,0418	R\$5.434,0000
Especificação: Dipirona sódica 500mg/mL, solução oral-gotas, frasco com 10 ml					
62	40000,00	FRS	FARMACE	R\$0,5495	R\$21.980,0000
Especificação: Doxiciclina 100 mg					
65	50000,00	COMP	PHARLAB	R\$0,1360	R\$6.800,0000
Especificação: Enalapril maleato, 20mg					
67	1500000,00	COMP	MEDQUIMICA	R\$0,0380	R\$57.000,0000



Especificação: Escitalopram oxalato, 10mg					
71	1800,00	COMP	GEOLAB	R\$0,1700	R\$306,0000
Especificação: Escopolamina, butilbrometo, 20 mg/ml, solução injetável, ampola c/ 1 ml					
72	6000,00	AMP	FARMACE	R\$0,9000	R\$5.400,0000
Especificação: Fosfato dissódico de dexametasona 4 mg/ml - amp 2,5 ml					
90	6000,00	AMP	FARMACE	R\$0,4800	R\$2.880,0000
Especificação: Fumarato de Quetiapina 100mg					
91	2000,00	COMP	GEOLAB	R\$0,4640	R\$928,0000
Especificação: Fumarato de quetiapina 25mg					
92	1500,00	COMP	GEOLAB	R\$0,1500	R\$225,0000
Especificação: Glibenclamida 5 mg					
93	900000,00	COMP	MEDQUIMICA	R\$0,0170	R\$15.300,0000
Especificação: Haloperidol 2 mg/ml, sol. oral, frs. c/ 20ml					
99	2000,00	FRS	CRISTÁLIA	R\$2,1100	R\$4.220,0000
Especificação: Loratadina 1mg/mL, xarope, frasco c/ 100 ml					
128	100000,00	FRS	PRATI-DONADUZZI	R\$1,4200	R\$142.000,0000
Especificação: Metoclopramida cloridrato, 4mg/ml, solução oral, frasco com 10mL					
135	12000,00	FRS	MARIOL	R\$0,5600	R\$6.720,0000
Especificação: Metronidazol 100mg/g gel vaginal 50 gramas, com aplicador					
138	15000,00	TB	SOBRAL	R\$3,3000	R\$49.500,0000
Especificação: Petidina 50mg/ml solução injetável com 2 ml					
155	500,00	AMP	UNIÃO QUIMICA	R\$1,5500	R\$775,0000
Especificação: Retinol + colecalciferol + óxido de zinco, bisnaga com 45gr. (pomada de assadura)					
163	23000,00	BN	SOBRAL	R\$2,2700	R\$52.210,0000
Especificação: Sulfato ferroso, 25mg/ml de ferro II, solução oral, gotas, frasco c/30 mL					
179	5000,00	FRS	HIPOLABOR	R\$0,6400	R\$3.200,0000
Especificação: Tenoxicam 40mg iv/im (com diluente)					
181	10000,00	F/AM	UNIÃO QUIMICA	R\$4,5900	R\$45.900,0000
Especificação: Timolol, maleato 0,5% solução oftalmológica, 5ml.					
183	1000,00	FRS	TEUTO	R\$1,0000	R\$1.000,0000
Valor Total		(quatrocentos e oitenta e sete mil e trezentos e oitenta e oito reais)			R\$487.388,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017**

Publicação Nº 1442996

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: CIRURGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 94.516.671/0002-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Clonazepam, 2 mg					
42	2300000,00	COMP	Sun GENERICO	R\$0,0460	R\$105.800,0000
Especificação: Metoclopramida cloridrato, 10mg					
133	150000,00	COMP	HIPOLABOR NOVOSIL	R\$0,0590	R\$8.850,0000
Valor Total		(cento e quatorze mil e seiscentos e cinquenta reais)			R\$114.650,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2017**

Publicação Nº 1442997

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 145/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA				CNPJ: 76.386.283/0001-13	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Anlodipino besilato, associado à losartana potássica, 5+100mg					
20	500,00	COMP	BIOSINTETICA	R\$2,4000	R\$1.200,0000
Especificação: Atenolol, associado à clortalidona, 100+25 mg, caixa c/30 comprimidos					
23	30,00	CX	GERMED	R\$9,0000	R\$270,0000
Especificação: Bromidrato de darifenacina 15mg c/28cp (genérico ou similar equivalente)					
29	30,00	CX	ZODIAC	R\$136,0000	R\$4.080,0000
Especificação: Ciclobenzaprina cloridrato, 10mg, caixa com 30 comprimidos					
38	24,00	COMP	GERMED	R\$4,9000	R\$117,6000
Especificação: Diacereina 50 mg, caixa com 30 comp. (Artrodar)					
55	60,00	CX	TRB PHARMA	R\$110,0000	R\$6.600,0000
Especificação: Dicetel 100mg (genérico ou similar bioequivalente)					
58	1500,00	COMP	GERMED	R\$1,6000	R\$2.400,0000
Especificação: Glucosamina 1500 mg + condroitina 1200mg, caixa com 30 sachês					
95	20,00	CX	ZODIAC	R\$114,0000	R\$2.280,0000
Especificação: Glucosamina 500mg + condroitina 400mg, caixa com 30 cápsulas					
96	60,00	CX	ZODIAC	R\$54,0000	R\$3.240,0000
Especificação: Lamitor 100mg					
121	3000,00	COMP	TORRENT	R\$2,7000	R\$8.100,0000
Especificação: Metoprolol 25mg					
136	1000,00	COMP	MEDLEY	R\$0,3499	R\$349,9000
Especificação: Spiriva respimat, frasco com 60 doses					
174	150,00	FRS	BOEHRINGER	R\$251,3100	R\$37.696,5000
Especificação: Utrogestan 100mg, caixa com 30 comp. (genérico ou similar)					
187	25,00	CX	BESINS HEALT	R\$49,0000	R\$1.225,0000
Especificação: Valsartana 80mg, caixa com 30 comprimidos.					
188	40,00	CX	GERMED	R\$10,3000	R\$412,0000
Valor Total		(sessenta e sete mil e novecentos e setenta e um reais)			R\$67.971,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2017**

Publicação Nº 1442998

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 146/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA				CNPJ: 06.035.038/0001-86	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total

Especificação: Sulfadiazina, de prata creme 10 mg/g, pote com 100 gramas					
175	400,00	POTE	DERMAZINE SILVESTRE LABS	R\$14,9500	R\$5.980,0000
Especificação: Sulfadiazina de prata creme 10mg/g 400 gramas					
176	400,00	POTE	DERMAZINE SILVESTRE LABS	R\$18,2000	R\$7.280,0000
Valor Total		(treze mil e duzentos e sessenta reais)			R\$13.260,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2017**

Publicação Nº 1442999

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 147/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP				CNPJ: 23.240.000/0001-64	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Insulina Levemir, caixa com 5 refs de 3ml					
113	40,00	CX	NOVO NORDISK LEVEMIR PENFILL	R\$331,4700	R\$13.258,8000
Especificação: insulina Tresiba, 1 sistemas de aplicação preenchido com 3 mL equivalente a 300 U.					
114	400,00	R	NOVO NORDISK TRESIBA PENFILL	R\$113,3800	R\$45.352,0000
Valor Total		(cinquenta e oito mil, seiscentos e dez reais e oitenta centavos)			R\$58.610,80

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2017**

Publicação Nº 1443000

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 148/2017 – Pregão Presencial 52/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde e para uso nos atendimentos da UPA, SAMU, CEAP, CAPS e para o Bem Estar Animal.

DATA: 30/11/2017 à 29/11/2018.

Nome da Empresa: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS				CNPJ: 11.034.934/0001-60	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Aciclovir 50mg/g creme derm., bisnaga de 10g					
3	15000,00	BN	PRATIDONADUZZI	R\$2,5100	R\$37.650,0000
Especificação: Alopurinol 300mg					
12	150000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,1200	R\$18.000,0000
Especificação: Amoxicilina, 50mg/ml, pó para suspensão oral, frasco com 60ml					
17	30000,00	FRS	PRATIDONADUZZI	R\$3,3400	R\$100.200,0000
Especificação: Azitromicina 600 mg suspensão oral					
24	3500,00	FRS	PRATIDONADUZZI	R\$4,1000	R\$14.350,0000
Especificação: Cetoconazol 200mg					
37	2000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,1100	R\$220,0000
Especificação: Dipirona sódica, 500mg					
63	800000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,0620	R\$49.600,0000
Especificação: Eritromicina,estolato, 50mg/ml, suspensão oral, frasco com 60ml.					
70	1000,00	FRS	PRATIDONADUZZI	R\$3,7000	R\$3.700,0000

Especificação: Ibuprofeno 600 mg.					
107	800000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,0780	R\$62.400,0000
Especificação: Neomicina, associada com bacitracina, 5mg+250UI/g, pomada, bisnagas com 10gr					
145	50000,00	TB	PRATIDONADUZZI	R\$0,9900	R\$49.500,0000
Especificação: Nistatina creme vaginal 25.000UI, 50 gramas, com 07 aplicadores.					
147	1000,00	BN	PRATIDONADUZZI	R\$3,7000	R\$3.700,0000
Especificação: Nistatina, 100.000 UI/mL, suspensão oral, frasco c/50mL					
148	5000,00	FRS	PRATIDONADUZZI	R\$2,5000	R\$12.500,0000
Especificação: Paracetamol 500mg.					
154	1600000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,0360	R\$57.600,0000
Especificação: Sulfametaxazol, associado à trimetropina 400mg + 80mg					
177	100000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,0790	R\$7.900,0000
Especificação: Verapamil cloridrato, 80 mg					
191	150000,00	COMP	PRATIDONADUZZI	R\$0,0640	R\$9.600,0000
Valor Total		(quatrocentos e vinte e seis mil e novecentos e vinte reais)			R\$426.920,00

# Papanduva

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO TP 007/2017

Publicação Nº 1442072

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Objeto : Contrato nº 055/2017, referente a TOMADA DE PREÇOS 007/2017 , PROCESSO LICITATÓRIO 099/2017 . Objeto: Contratação de empresa para Realização de Readequações no CEI VÓ ELÍDIA . Contratadas : ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA , valor de R\$ 37.756,58(trinta e sete mil e setecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos) . Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura.

Papanduva, 30 de novembro de 2017.

Luiz Henrique- Prefeito municipal

### PRIMEIRO ADITIVO DA ATA Nº 026-2017

Publicação Nº 1442679

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE : Primeiro Termo Aditivo a ATA 026/2017, datado em 05 de Abril de 2017 CONTRATANTE : Município de Papanduva. CONTRATADA : COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA . Objeto : O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditamento de 25% do item conforme abaixo:

ITEM	UNID.	QUANTIDADE LICITADA	QUANTIDADE A SER ADITADA	DESCRIPTIVO DO ITEM
05	UNI	960	240	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 92,8º
08	UNI	142	35	AMACIANTE PARA ROUPAS 5LT
09	UNI	100	25	BALDE DE PLÁSTICO, CAPACIDADE 20 LT
12	UNI	100	25	CERA EM PASTA, LATA 4,5 KG
17	UNI	105	26	COADOR DE PANO 100%
22	UNI	534	133	DESINFETANTE EMBALAGENS COM 5 LT
32	UNI	438	110	ESPONJA DUPLA FACE PARA USO DOMÉSTICO-EMBALAGEM COM 03 UNIDADES
45	UNI	100	25	LIMPADOR DE VIDROS 5 LT
46	UNI	375	93	LIMPADOR MULTIUSO 5 LT
48	UNI	51	12	LIXEIRA EM PLÁSTICO 100 LT COM TAMPA
49	UNI	51	12	LIXEIRA EM PLÁSTICO 9 LT
50	UNI	48	12	LIXEIRA EM PLÁSTICO 60 LT COM TAMPA
51	UNI	84	21	LIXEIRA PARA BANHEIRO PLÁSTICO 12 A 14 LT
57	UNI	50	12	PÁ PARA LIXO PLÁSTICA 24x16,5x7 CM CABO 80 CM
58	UNI	60	15	PÁ COLETORA DE LIXO PLÁSTICA
62	PCT	500	125	PAPEL HIGIENICO –FARDO COM 64 ROLOS
63	PCT	332	83	PAPEL TOALHA INTER FOLHADO 1000 FOLHAS
70	UNI	112	28	RODO DE METAL DUPLO 40CM
71	UNI	117	29	RODO DE METAL DUPLO 60CM
73	UNI	60	15	RODO DUPLO DUPLO EM ALUMÍNIO COM REFORÇO CENTRAL, 45CM LARGURA E CABO DE ALUMINIO COM 1,4MT
74	UNI	132	33	RODO DUPLO DUPLO EM ALUMÍNIO COM REFORÇO CENTRAL, 55CM LARGURA E CABO DE ALUMINIO COM 1,4MT
75	UNI	60	15	RODO DUPLO DUPLO EM ALUMÍNIO COM REFORÇO CENTRAL, 65CM LARGURA E CABO DE ALUMINIO COM 1,4MT
79	UNI	407	101	SABÃO DESENGRAXANTE 5 LT
101	UNI	224	56	VASSOURA COM CERDAS DE PÊLO SINTETICO
102	UNI	205	51	VASSOURA DE PALHA 5 FIOS
104	UNI	373	93	VASSOURA NYLON 25x21x4,5 CM DE LARGURA

Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de aditamento; Considerando que a Lei Municipal nº 2083/2015 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade da entrega dos itens; Considerando o principio da economicidade, adita-se esta ata de Registro de Preços. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 30 de Novembro de 2017. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

**PRIMEIRO ADITIVO DA ATA Nº 026-2017**

Publicação Nº 1442650

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo a , datado em 05 de Abril de 2017 , vinculada ao processo licitatório na modalidade Pregão presencial nº 016/2017.OBJETO : O presente Termo Aditivo tem por objeto o aditamento de 25% do item conforme abaixo:

ITEM	UNID.	QUANTIDADE LICITADA	QUANTIDADE A SER ADITADA	DESCRIPTIVO DO ITEM
04	UNI	660	165	ÁGUA SANITÁRIA 2 A 2,5 % DE CLORO ATIVO
06	UNI	1310	327	ALCOOL GEL 70º INPM, EMBALAGENS COM CAPACIDADE DE 500 ML
10	PCT	300	75	CAFÉ EM PÓ, TRADICIONAL, EMBALAGEM A VÁCUO CONTENDO 500g
13	UNI	400	100	CERA LÍQUIDA INCOLOR PARA ASSOALHO DE MADEIRA, EMBALAGEM CONTENDO 750ML
14	UNI	236	59	CERA LIQUIDA VERMELHA 750ML
16	CX	222	55	CHÁ MATE SABOR NATURAL, CX CONTENDO 25 SAQUINHOS DE 40g
18	UNI	130	32	COPO PLÁSTICO DESCARTAVEL CAPACIDADE 180ML
20	UNI	50	12	COPO PLÁSTICO DESCARTAVEL, CAPACIDADE 200ML
24	UNI	1300	325	DETERGENTE PARA USO DOMÉSTICO, 500ML
25	UNI	450	112	DETERGENTE, EMBALAGEM COM 5 LT
28	UNI	75	18	ESCOVA PARA O CHÃO, COM CABO DE 1,20 CM
29	UNI	210	52	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO
31	UNI	706	176	ESPONJA DE AÇO INOX C/ 01 UM
33	CX	227	56	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ Nº 103
35	PCT	50	12	FRALDA DESCARTÁVEL, COM 38 UN TAM. G
36	PCT	50	12	FRALDA DESCARTÁVEL, COM 54 UN TAM. M
37	PC	50	12	FRALDA DESCARTÁVEL, COM 38 UN TAM. GG
38	UNI	322	80	GUARDANAPO DE PAPEL TAM. 30x31 CM
40	UNI	440	110	HIPOCLORITO, GALÃO 5LT
41	PCT	70	17	ISCAS PARA BARATA
42	PCT	70	17	ISCAS PARA RATO
43	PCT	430	107	LÃ DE AÇO- EMBALAGEM COM 08 UM
52	UNI	232	58	LUSTRA MÓVEIS, CREMOSO
53	UNI	542	135	LUVAS DE LÁTEX, BORRACHA NATURAL, DESCARTÁVEL, C/ PÓ BIOABSORVÍVEL
56	UNI	102	25	LUVAS DE VINIL, SEM PÓ
59	UNI	408	102	PANO DE CHÃO EM ALGODÃO, SACO ALVEJADO, 90%
61	UNI	500	125	PANO DE PRATO EM TECIDO 100%
64	PCT	664	166	PAPEL TOALHA, FOLHAS DUPLAS 22CM
65	UNI	232	58	PASTILHA ADESIVA SANITÁRIA CAIXA COM 01
66	UNI	860	215	PEDRA SANITÁRIA CX. C/01 UNID.
68	UNI	72	18	PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA, EMB. C/12
69	UNI	376	94	PROTETOR SOLAR
72	UNI	151	37	RODO DE PASSAR CERA, BASE DE MADEIRA
76	PCT	422	105	SABÃO EM BARRA GLICERINADO, NEUTRO
77	PCT	494	123	SABÃO EM PÓ, EMB. MAT. PLASTICO RES. 1KG
78	PCT	125	31	SABÃO EM PÓ, EMB. 01 KG
81	UNI	422	105	SABONETE LIQUIDO, PH FISIOLÓGICO EMB. 5LT
90	UNI	512	128	SACOS PLÁSTICOS C/500 UN CAP. 5KG
92	UNI	592	148	SAPONÁCEO CREMOSO 300ML
93	UNI	592	148	SAPONÁCEO EM PÓ 300g
98	UNI	230	57	TOALHA DE BANHO
99	UNI	245	61	TOALHA DE ROSTO

Considerando que as Leis Federais 8.666/93 e 10.192/2001 preveem este tipo de aditamento; Considerando que a Lei Municipal nº 2083/2015 contempla recursos para cobertura deste tipo de despesa; Considerando a necessidade da continuidade da entrega dos itens; Considerando o princípio da economicidade, adita-se esta ata de Registro de Preços.CONTRATANTE: Município de Papanduva CONTRATADA : PAPELARIA SÃO BENTO LTDA -EPP. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 30 de Novembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.



# Paraíso

## PREFEITURA

**1466/2017**

Publicação Nº 1441844

LEI MUNICIPAL Nº 1466/2017

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA:

FAÇO saber a todos os habitantes do município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar até o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Paraíso (SC) distribuído entre o Projeto/Atividade já existente conforme discriminação a seguir:

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO

04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.03.04.122.1030.2.020 – MANUT.DA DIVISÃO DE ADMINIS.E FANZENDA

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(23) ..... R\$ 15.000,00

04.03.28.846.0000.0.002 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(17) ..... R\$ 10.000,00

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

05.03.12.361.1031.2.035 – MANUT.DO PROGRAMA EDUCAÇÃO P/TODOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0231 – Aplicações Diretas(42) ..... R\$ 30.000,00

05.04 – DIRETORIA DE UNID.PRE-ESCOLA

05.04.12.365.1031.2.053 – MANUT.E FUNC.DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0212 – Aplicações Diretas(59) ..... R\$ 115.000,00

Total das Adições da Entidade Prefeitura .....R\$ 170.000,00

(cento e setenta mil reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo 1º desta Lei, até o valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

05.03.12.361.1031.1.003 – CONSTR,AMPL. E REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDU.BÁSICA

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(36) ..... R\$ 25.000,00

2.035 – MANUT.DO PROGRAMA EDUCAÇÃO P/TODOS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0212 – Aplicações Diretas(40) ..... R\$ 65.000,00

2.039 – TRANSPORTE ESCOLAR-EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0231 – Aplicações Diretas(48) ..... R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0213 – Aplicações Diretas(51) ..... R\$ 50.000,00

05.04 – DIRETORIA DE UNID.PRE-ESCOLA

05.04.12.365.1031.2.053 – MANUT.E FUNC.DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0231 – Aplicações Diretas(61) ..... R\$ 15.000,00

Total das Subtrações da Entidade Prefeitura .....R\$ 170.000,00

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de Crédito Adicional Suplementar até o valor de R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso (SC) distribuído entre o Projeto/Atividade já existente conforme discriminação a seguir:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

12.01.10.301.1071.2.086 – MANUT.E FUNC.DO PROG.ATENÇÃO À SAÚDE

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(2) ..... R\$ 38.000,00

2.089 – PROGRAMA SAÚDE BUCAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(8) ..... R\$ 25.000,00

2.101 – MANUT.DO PROGR.SAÚDE DA FAMÍLIA

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(27) ..... R\$ 190.000,00

Total das Adições da Entidade Fundo de Saúde .....R\$ 253.000,00

Art. 4º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo 3º desta Lei, até o valor de R\$ 253.000,00 (duzentos e cinquenta e

três mil reais), correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – SECR.MUN.DE ADM.FAZENDA E PLANEJAMENTO	
04.03 – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
04.03.28.843.0000.0.001 – AMORT.DO PRINCIPAL E ENCARGOS DA DÍVIDA	
4.6.90.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(16)	R\$ 70.000,00
05.00 – SECR.MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO	
05.03 – DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL	
05.03.12.361.1031.1.003 – CONSTR.AMPL. E REFORMA DA REDE FÍSICA DA EDU.BÁSICA	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(36)	R\$ 5.000,00
08.00 – SECR.MUN.DO DESENV.ECONOMICO E TECNOLOGIA	
08.02 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA	
08.02.22.661.1090.1.023 – INFRAESTRUTURA E INCENTIVO A INDUSTRIA	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(106)	R\$ 95.650,00
Total das Subtrações da Entidade Prefeitura	R\$ 170.650,00
12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.01.10.301.1071.1.006 – CONSTR.AMPL.E REFORMA DE POSTO E UNIDADES DE SAÚDE	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(1)	R\$ 10.000,00
12.01.10.301.1071.2.086 – MANUT.E FUNC.DO PROG.ATENÇÃO À SAÚDE	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(5)	R\$ 5.750,00
2.088 – SERVIÇOS AMBULATORIAL E HOSPITALAR	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(6)	R\$ 6.600,00
2.101 – MANUT.DO PROGR.SAÚDE DA FAMÍLIA	
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0203 – Aplicações Diretas(33)	R\$ 60.000,00
Total das Subtrações da Entidade Fundo de Saúde	R\$ 82.350,00

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 30 de novembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e  
Publicada na data supra.  
Paraíso 30 de Novembro de 2017

Servidor Responsável

**1467/2017**

Publicação Nº 1441851

LEI MUNICIPAL Nº 1467 /2017.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2018 Estima a Receita e Fixa Despesa em R\$ 17.116.600,00 (dezesete mil, cento e dezesseis mil e seiscentos reais).

ORÇAMENTO CONSOLIDADO			
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Prefeitura	15.945.600,00	Prefeitura	12.025.500,00
Fundo Municipal de Saúde	1.171.000,00	Fundo Municipal de Saúde	4.215.100,00
Câmara de Vereadores	0,00	Câmara de Vereadores	876.000,00
TOTAL	17.116.600,00	TOTAL	17.116.600,00
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
Prefeitura	0,00	Prefeitura	3.920.100,00
Fundo Municipal de Saúde	3.044.100,00	Fundo Municipal de Saúde	

Câmara de Vereadores	876.000,00	Câmara de Vereadores	
TOTAL	3.920.100,00	TOTAL	3.920.100,00
TOTAL GERAL	21.036.700,00	TOTAL GERAL	21.036.700,00

## DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º O Orçamento da prefeitura, para o exercício financeiro de 2018, Estima a Receita em R\$ 15.945.600,00(quinze milhões, novecentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais) e Fixa a Despesa em R\$ 12.025.500,00(doze milhões, vinte e cinco mil, quinhentos reais), e as transferências Financeira concedidas ao Fundo Municipal de Saúde em R\$ 3.044.100,00 (três milhões, quarenta e quatro mil e cem reais) e à Câmara Municipal de Vereadores em R\$ 876.000,00 (oitocentos e setenta e seis reais).

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1 – RECEITAS CORRENTES	15.803.600,00
1.1-Receita Tributária	1.006.600,00
1.2-Receita de Contribuições	130.000,00
1.3-Receita Patrimonial	138.800,00
1.4-Receita de Serviços	150.000,00
1.5-Transferências Correntes	14.343.200,00
1.6-Outras Receitas Correntes	35.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	142.000,00
2.1-Alienação de Bens	100.000,00
2.2 – Transferências de Convênios	42.000,00
TOTAL	15.945.600,00

§ 2º As Despesas da Prefeitura serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

## I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00-Gabinete do Prefeito	436.000,00
03.00-Procuradoria Geral do Município	95.000,00
04.00-Secr.Mun.de Administração, Fazenda e Planejamento	1.898.560,00
05.00-Secr.Mun.de Educação, Cultura e Desporto	5.051.150,00
07.00-Secr.Mun.do Desen.Social, da Família e Assuntos da Juventude	859.500,00
08.00-Secr.Mun.do Desen.Ecônomico e Tecnologia	120.000,00
09.00-Secr.Mun.da Agric.e Meio Ambiente	1.326.500,00
10.00-Secr.Mun.de Transp.Obras e Serviços Público	2.224.790,00
11.00-Reserva de Contingência	14.000,00
SOMA	12.025.500,00
Transferências Financeiras	3.920.100,00
Fundo Municipal de SAÚDE	3.044.100,00
Câmara Municipal de Vereadores	876.000,00
TOTAL	15.945.600,00

## II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO

04.Administração	2.171.350,00
06-Segurança Pública	77.000,00
08-Assistência Social	859.500,00
12-Educação	4.759.150,00
13-Cultura	138.000,00
15-Urbanismo	920.000,00
18-Gestão Ambiental	41.500,00
20-Agricultura	1.285.000,00
22-Industria	120.000,00
25-Energia	153.000,00
26-Transportes	1.151.790,00
27-Desporto e Lazer	154.000,00
28-Encargos Especiais	181.210,00
99-Reserva de Contingência	14.000,00
SOMA	12.025.500,00

Transferências Financeiras Concedidas	3.920.100,00
Fundo Municipal de SAÚDE	3.044.100,00
Câmara Municipal de Vereadores	876.000,00
TOTAL	15.945.600,00

### III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A NATUREZA

3 - DESPESAS CORRENTES	10.893.000,00
3.1.00.00-Pessoal e Encargos Sociais	5.741.350,00
3.3.00.00-Outras Despesas Correntes	5.151.650,00
4 – DESPESAS DE CAPITAL	1.118.500,00
4.4.00.00-Investimentos	1.118.500,00
9 – RESERVA DE CONTINGENCIA.	14.000,00
9.9.00.00-Reserva de Contingência	14.000,00
SOMA	12.025.500,00
Transferências Financeiras Concedidas	3.920.100,00
Fundo Municipal de SAÚDE	3.044.100,00
Câmara Municipal de Vereadores	876.000,00
TOTAL	15.945.600,00

### DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Art. 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Paraíso, para o Exercício financeiro de 2018, Estima a Receita Orçamentária em R\$ 1.171.000,00 (hum milhão, cento e setenta e um mil reais), e a receita proveniente de transferência Financeira da Prefeitura em R\$ 3.044.100,00 (três milhões, quarenta e quatro mil, cem reais) e fixa a Despesa Orçamentária no valor de R\$ 4.215.100,00 (quatro milhões, duzentos e quinze mil e cem reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de transferências da União relativo aos desembolsos de programas instituídos pelo Ministério da Saúde, de transferências de recursos do Estado, de Convênios celebrados com a União, com o Estado e Receita Tributária municipal, conforme quadro abaixo, com os seguintes desdobramentos.

### CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA SEGUNDO A NATUREZA

1 – RECEITAS CORRENTES	1.121.000,00
1.2-Receita Patrimonial	19.000,00
1.3-Transferências Correntes	1.102.000,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	50.000,00
2.1-Alienação de BENS	50.000,00
3 – Transferência Financeira	3.044.100,00
3.1- Transferência Financeira	3.044.100,00
TOTAL	4.215.100,00

§ 2º As despesas do Fundo Municipal de Saúde serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10-Saúde	4.215.100,00
TOTAL	4.215.100,00

### II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3 - DESPESAS CORRENTES	4.129.100,00
3.1.00.00-Pessoal e Encargos Social	2.339.100,00
3.3.00.00-Outras Despesas Correntes	1.790.000,00
4 – DESPESAS DE CAPITAL	86.000,00
4.4.00.00-Investimentos	86.000,00
TOTAL	4.215.100,00

### DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 4º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Paraíso, para o exercício financeiro de 2018, Estima a Receita proveniente de transferência financeira da Prefeitura em R\$ 876.000,00 (oitocentos e setenta e seis reais) e Fixa a Despesa Orçamentária em R\$ 876.000,00 (oitocentos e setenta e seis mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de transferências da Prefeitura, obedecidas as normas do Art.29-A da Constituição

Federal, conforme abaixo:

**CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA DA CÂMARA DE VEREADORES**

1 TRANSFERÊNCIAS	876.000,00
1.1 – Transferências Financeiras recebidas da Prefeitura	876.000,00
TOTAL	876.000,00

§ 2º As despesas da Câmara Municipal de Vereadores serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação funcional programática e natureza, distribuída da seguinte maneira:

**I – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO**

01-Legislativo	876.000,00
TOTAL	876.000,00

**II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A NATUREZA**

3 - DESPESAS CORRENTES	864.000,00
3.1.00.00-Pessoal e Encargos Social	684.000,00
3.3.00.00-Outras Despesas Correntes	177.000,00
4 – DESPESAS DE CAPITAL	15.000,00
4.4.00.00-Investimentos	15.000,00
TOTAL	876.000,00

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL**

Passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos	14.000,00
TOTAL	14.000,00

Parágrafo único: A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma natureza da despesa para outra dentro de cada projeto ou atividade.

Art. 7º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º, da Lei Federal nº 4.320/64, a efetuar, por ato próprio, abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando-se como fonte de recursos:

I – O excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2017.

Parágrafo único: Excluem-se desse limite os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 8º. Fica o Executivo Municipal autorizado, por ato próprio, a suplementar dotações orçamentárias consideradas insuficientes relativas as fontes nº 0.1.0231(TCE 01) – 25% de Impostos da Educação e nº 0.1.0203(TCE 02) – 15% de Impostos da Saúde, mediante utilização de recursos ordinários, Fonte nº 0.1.0200(TCE 00), e o remanejamento nas demais fontes de recursos, tendo como origem:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas dentro de cada projeto ou atividade.

Art. 9º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e outros, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para créditos adicionais suplementares por ato do Poder Executivo e para créditos especiais mediante lei específica.

Art. 10º Durante o exercício de 2018, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal e Estadual, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13º Excepcionalmente poderá a Administração Municipal ceder servidores efetivos, mediante convênio, acordo ou ajuste, com custos de remuneração e encargos sociais do servidor cedido suportados pelo órgão ou entidade cessionária ou ainda os custos suportados pelo Município.

Art. 14º A presente Lei vigorará no exercício de 2018 a partir de 1º de janeiro.

Art. 15º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Paraíso - SC, 30 de Novembro de 2017

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e

Publicada na data supra.

Paraíso 30 de Novembro de 2017

Servidor Responsável

**1468/2017**

Publicação Nº 1441866

LEI MUNICIPAL Nº 1468/2017

“AUTORIZA ALIENAR VEÍCULOS E MAQUINAS QUE ESPECIFICA, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PARAISO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, Prefeito Municipal de Paraíso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante prévia avaliação, os bens abaixo relacionados, todos de propriedade do Município de Paraíso.

I - RETROESCAVADEIRA RANDON MODELO RK406 4X4, ANO 2005 PATRIMONIO Nº 4867

II – TRATOR AGRICOLA MARCA MASSEY FERGUSON MOD. MF 292/4, ANO 2004 PATRIMONIO 4033.

III – TRATOR AGRICOLA MARCA MASSEY FERGUSON MOD. MF 292/4, ANO 2004 PATRIMONIO 3663

IV – CARRETA AGRICOLA MARCA TRITON MOD. TR 898 CAPACIDADE 5.000KG ANO 2006 PATRIMONIO 5033

V – CARRETA AGRICOLA MARCA TRITON MOD. TR 688 CAPACIDADE 4.000KG ANO 2008 PATRIMONIO 5892

VI – CARRETA AGRICOLA MARCA TRITON MOD. TR 997 CAPACIDADE 5.000KG ANO 2004 PATRIMONIO 4136

VII – MONTANA GM, ANO/MOD 2004, PLACAS DHZ-5932, PATRIMONIO 7502.

VIII - ARADO SUBSOLADOR MARCA NET2 MODELO 7 GRAMPOS, ANO 2010, PATRIMONIO Nº 6394.

IX - DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGANICO LIQUIDO CAPACIDADE 4000LT MARCA INCOMAGRI/NOGUEIRA, ANO 2000 PATRIMONIO Nº 3265

X - DISTRIBUIDOR DE ESTERCO LIQUIDO MARCA INCOMAGRI/NOGUEIRA CAPACIDADE 6000LT, ANO 2004 PATRIMONIO Nº 4133.

XI - COLHEDORA DE FORRAGEM MARCA JF MODELO JR 92Z1053 ANO 2008 PATRIMONIO 5891.

XII – ENSILADEIRA/COLHEDORA DE FORRAGEM MARCA CREMASCO ANO 2016 PATRIMONIO 7513.

XIII - ENSILADEIRA/COLHEDORA DE FORRAGEM MARCA CREMASCO ANO 2016 PATRIMONIO 7514.

XIV – FIAT UNO MILLE ECONOMY 04 PORTAS ANO/MODELO 2011/2012 PLACA MIU 5582 PATRIMONIO 6495.

Art. 2º A aplicação da receita proveniente da alienação ora autorizada, obedecerá o disposto no artigo 44º, da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 e será reinvestida na aquisição de veículos, maquinas, equipamentos, obras e ampliação de instalações e demais itens de origem patrimonial, para atendimento da legislação vigente.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal desde já, autorizado a utilizar recursos oriundos da Alienação de Bens Móveis, para o pagamento de despesas correntes ao regime geral da previdência social dos servidores públicos, em consonância com o Art. 44, da Lei Complementar nº101/2000.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paraíso - SC, 30 de Novembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e

Publicada na data supra.

Paraíso 30 de Novembro de 2017

Servidor Responsável



**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO 61/2017**

Publicação Nº 1441808

DECRETO Nº 61/2017

ACRESCENTA O PARÁGRAFO §4º NO ARTIGO 3º E ALTERA O ARTIGO 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 36/2015 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º O artigo 3º do Decreto Municipal nº 36/2015 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§4º Não poderá alterar carga horária o servidor que apresentar três faltas INJUSTIFICADAS ou mais, nos últimos doze meses.”

Art. 2º Fica alterado o artigo 4º do Decreto Municipal nº 36/2015, que passa vigorar da seguinte forma:

“Art. 4º A concessão da ampliação de jornada de trabalho do Profissional do Magistério far-se-á anualmente através de seleção entre os profissionais do quadro efetivo e será precedida de processo seletivo interno.

§1º A seleção que trata o caput deste artigo far-se-á pela seguinte ordem de critério:

- I. Se a vaga apresentada for na área de sua atuação;
- II. Maior formação profissional;
- III. Maior número de horas em cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e especificado no edital a ser publicado anualmente.
- IV. Maior tempo de serviço;
- V. O mais idoso;
- VI. Maior número de filhos;”

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 01 de dezembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2017 - FMS

Publicação Nº 1442837

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA., estabelecida à Estrada Boa Esperança nº. 2320, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.802.002/0001-02, telefone (47) 3520-9000, e-mail: licitacoes@altermed.com.br representada, neste ato pelo Sr. Maicon Córdova Pereira, CPF sob o nº. 015.886.939-70, procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 26/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos para serem utilizados na Unidade de Saúde - Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 538/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos materiais/produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO DO ITEM	PREÇO TOTAL DO ITEM
1	TRAMADOL - 50MG/ML ampola injetável EV.	AMP	5000	R\$ 0,457	R\$ 2.285,00
4	DOPAMINA 5MG - AMPOLA 10ml	AMP	150	R\$ 1,24	R\$ 186,00
7	DOBUTAMINA 12,5MG/ML SOL INJ 20 ML	AMP	150	R\$ 4,399	R\$ 659,85
10	FLUMAZENIL INJ. 0,1MG/ML 05ML	AMP	375	R\$ 9,99	R\$ 3.746,25
13	DIPIRONA - 2ML INJETAVEL	AMP	12000	R\$ 0,359	R\$ 4.308,00
14	HIDROCORTISONA 100MG S/ DILUENTE	AMP	1500	R\$ 2,25	R\$ 3.375,00
16	DIAZEPAM 5MG/ML AMPOLA 2ML	AMP	3500	R\$ 0,59	R\$ 2.065,00
18	DIMENIDRATO, associado com piridoxina 50 + 10mg - dramin B6.	AMP	2500	R\$ 0,179	R\$ 447,50
20	OCITOCINA 5 UI/ML INJ AMP 1 ML	AMP	150	R\$ 1,031	R\$ 154,65
26	FENTANIL 0,05 MG/ML INJETAVEL (AMPOLA)	UN	180	R\$ 0,866	R\$ 155,88
TOTAL GERAL					R\$ 17.383,13

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidade de Saúde – Pronto Atendimento (PA 24 horas), nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega dos produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 30 de novembro de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

ALTERMED MAT. MÉDICO E HOSPITALAR LTDA.

MAICON CORDOVA PEREIRA

Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2017 - FMS**

Publicação Nº 1442840

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI., estabelecida à Rua Rui Barbosa, nº.69, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.035.038/0001-86, telefone (48) 3524-4524, e-mail: comercial@extramedi.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Adroaldo Machado, CPF sob o nº. 910.323.859-87, sócio gerente, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 26/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos para serem utilizados na Unidade de Saúde - Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 538/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos materiais/produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO DO ITEM	PREÇO TOTAL DO ITEM
15	ESCOLPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA 4mg + 500	AMP	5000	R\$ 1,26	R\$ 6.300,00
TOTAL GERAL					R\$ 6.300,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidade de Saúde – Pronto Atendimento (PA 24 horas), nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:



- I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II - cumprir a data da entrega dos produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;
- XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

##### 7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
  - II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
  - III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
  - IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;
  - II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
  - III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
  - IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
  - V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

- 9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do

fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 30 de novembro de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. ADROALDO MACHADO Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:	Nome Completo:
CPF nº.:	CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017 - FMS

Publicação Nº 1442843

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., estabelecida à Rua Samuel Kruschin, nº.200, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 94.894.169/0001-86, telefone (55) 3212-2447, e-mail: licitacoes@mauromarciano.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Mauro Marciano Garcia de Freitas, CPF sob o nº. 374.624.900-72, sócio administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 26/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade

com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos para serem utilizados na Unidade de Saúde - Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 538/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos materiais/produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO DO ITEM	PREÇO TOTAL DO ITEM
5	HALOPERIDOL- AMPOLA 5MG/ML - 1ML - IM	AMP	250	R\$ 1,00	R\$ 250,00
TOTAL GERAL					R\$ 250,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidade de Saúde – Pronto Atendimento (PA 24 horas), nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega dos produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades



competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual

será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.



Penha/SC, 30 de novembro de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS Contratado

#### TESTEMUNHAS

Nome Completo:                      Nome Completo:  
CPF nº.:                                CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017 - FMS

Publicação Nº 1442845

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA., estabelecida à Rua Franco Grilo, nº.374, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.816.696/0001-54, telefone (42) 2101-5151, e-mail: pontamed@pontamed.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Fernando Parucker da Silva, CPF sob o nº. 248.710.109-10, sócio administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 26/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos para serem utilizados na Unidade de Saúde - Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 538/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos materiais/produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO DO ITEM	PREÇO TOTAL DO ITEM
6	DICLOFENACO DE SÓDIO 25mg/ml - ampola 3ML.	AMP	12000	R\$ 0,479	R\$ 5.748,00
8	CETOPROFENO 100mg - INJETAVEL - FRASCO AMPOLA USO IV	AMP	5000	R\$ 2,68	R\$ 13.400,00
11	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2ML IM/IV	AMP	3000	R\$ 0,65	R\$ 1.950,00

12	CLORPROMAZINA 5MG/ml - AMPOLA 5ML	AMP	150	R\$ 1,05	R\$ 157,50
25	HALOPERIDOL DECANOATO SOL INJ 50MG/ML.	AMP	225	R\$ 7,38	R\$ 1.660,50
27	ADENOSINA 3MG/ML INJETAVEL AMPOLA	UN	180	R\$ 9,11	R\$ 1.639,80
TOTAL GERAL					R\$ 24.555,80

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidade de Saúde – Pronto Atendimento (PA 24 horas), nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega dos produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI**

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 30 de novembro de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA FERNANDO PARUCKER DA SILVA Contratado

**T E S T E M U N H A S**

Nome Completo: \_\_\_\_\_ Nome Completo: \_\_\_\_\_  
CPF nº.: \_\_\_\_\_ CPF nº.: \_\_\_\_\_

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração



De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017 - FMS

Publicação Nº 1442846

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2017 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., estabelecida à Rua Leonidas Ferreira da Costa, nº.847, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 81.706.251/0001-98, (41) 3052-7921, e-mail: licita04@promefarma.com.br, representada, neste ato pela Sra. Sirlei Terezinha Zambrin, CPF sob o nº. 457.063.879-15, representante legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 26/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de medicamentos para serem utilizados na Unidade de Saúde - Pronto Atendimento (PA 24 horas) do Município, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 538/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos materiais/produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO DO ITEM	PREÇO TOTAL DO ITEM
2	DEXAMETASONA 4MG - 2,5ML	AMP	5000	R\$ 0,55	R\$ 2.750,00
TOTAL GERAL					R\$ 2.750,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidade de Saúde – Pronto Atendimento (PA 24 horas), nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega dos produtos, não sendo aceitos aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.



9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial,

implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 30 de novembro de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA. SIRLEI TEREZINHA ZAMBRIN Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:	Nome Completo:
CPF nº.:	CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

### **DECRETO Nº 3229/2017 PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1442153

DECRETO Nº 3229/2017  
PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA

Art. 1º No exercício de 2018, os prazos de lançamento dos tributos especificados nos incisos deste artigo ficam prorrogados:

I – A partir do dia 30 de janeiro de 2017: o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), incidentes sobre imóveis localizados no Município de Penha/SC;

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º fica prorrogado o prazo de vencimento da cota única e da primeira parcela do respectivo tributo , a saber:

I – após 30 (trinta) dias da data do lançamento: para o IPTU na hipótese prevista no § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº. 071/2013 que alterou o § 1º do artigo 251 da Lei Complementar nº. 013/2009.

Art. 3º Aos contribuintes dos tributos cujos prazos de vencimento estão sujeitos à prorrogação nos termos do art. 2º são asseguradas as condições previstas na legislação para o pagamento à vista ou parcelado, inclusive quanto aos descontos concedidos para cada situação específica.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, o parcelamento do IPTU não excederá, em qualquer hipótese, a data do vencimento da última parcela estabelecida para o lançamento anual quando efetuado em condições normais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 23 de novembro de 2017  
AQUILIES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 3230/2017 DEFINE CRITÉRIOS PARA COBRANÇA DO ISSQN (IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA), SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANANA BOAT, CAMPING, ESTACIONAMENTO E PROPAGANDA SONORA NA TEMPORADA DE VERÃO 2017/2018. ESTIPULA VALORES REFERENTES A TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E TAX**

Publicação Nº 1442159

DECRETO Nº 3230/2017

DEFINE CRITÉRIOS PARA COBRANÇA DO ISSQN (IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA), SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BANANA BOAT, CAMPING, ESTACIONAMENTO E PROPAGANDA SONORA NA TEMPORADA DE VERÃO 2017/2018. ESTIPULA VALORES REFERENTES A TAXA DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO E TAXA DE UTILIZAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO A SER APLICADA AO COMERCIO EVENTUAL E AOS AMBULANTES NO DECORRER DA TEMPORADA DE VERÃO 2017/18.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º - Fica estipulado, com base na Lei Complementar nº 013/09, estimativa de base de cálculo para cobrança do ISSQN na prestação de serviços de Banana Boat, Camping, Estacionamento e Propaganda Sonora.

Art. 2º - A cobrança de ISSQN terá por base para a aplicação da alíquota de 5%, em conformidade com o artigo 283 da Lei Complementar 013/2009.

Art. 3º - Ficam estipulados os seguintes valores a serem cobrados, conforme Art. 1º e 2º, e devida atividade, a seguinte base de cálculo:

I - Banana Boat (unidade) ..... R\$ 12.000,00 (mês)  
II - Camping (unidade) ..... R\$ 7.020,00 (mês)  
III - Estacionamento (unidade) ..... R\$ 7.020,00 (mês)  
IV - Propaganda Sonora (unidade) ..... R\$ 6.500,00 (mês)

Art. 4º - Fica Regulamentada a cobrança da Taxa de Licença para Funcionamento e Taxa de Utilização de Logradouro Público para o comércio eventual e comércio ambulante durante a Temporada de Verão 2017/18, em conformidade com a Lei Complementar 13/09, aplicada à TABELA DE VALORES AOS AMBULANTES E EVENTUAIS NA TEMPORADA DE VERA0 2017/18, ANEXO I.

Art. 5º - Ficam proibidas a exploração comercial das atividades de Jet-Ski e Disco "boat" em todas as praias do Município de Penha, Estado de Santa Catarina.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 23 de novembro de 2017  
AQUILIES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário Municipal de Administração

# LEI COMPLEMENTAR Nº. 100/2015 ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2005 E LEI COMPLEMENTAR Nº 57/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1442365

LEI COMPLEMENTAR Nº. 100/2015

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2005 E LEI COMPLEMENTAR Nº 57/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a tabela da categoria funcional do Grupo Ocupacional de Nível Superior constante do Art. 34 da Lei Complementar nº 01/05, passando a vigorar o seguinte teor:

Grupo Ocupacional de Nível Superior abrange as categorias funcionais de:

CARGO	Nº DE VAGAS
ARQUITETO URBANISTA*	01
PROCURADOR DO MUNICÍPIO	03
ASSISTENTE CONTÁBIL-FINANCEIRO**	02
ASSISTENTE SOCIAL	03
BIOQUÍMICO	03
CONTADOR**	02
CONTADOR DE FUNDOS **	02
ENFERMEIRO**	20
ENGENHEIRO AGRIMENSOR*	01
ENGENHEIRO AGRÔNOMO*	01
ENGENHEIRO CIVIL*	03
ENGENHEIRO SANITARISTA*	01
FARMACÊUTICO **	02
FISIOTERAPEUTA	06
FONOAUDIÓLOGO	04
GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS	01
MÉDICO CLÍNICO GERAL	06
MÉDICO DERMATOLOGISTA ***	01
MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA ***	01
MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA ***	01
MÉDICO MASTOLOGISTA ***	01
MÉDICO GINECOLOGISTA***	01
MÉDICO PEDIATRA***	02
MÉDICO CIRURGIÃO GERAL***	01
MÉDICO PSIQUIATRA***	02
MÉDICO ORTOPEDISTA***	01
MÉDICO CARDIOLOGISTA***	01
MEDICO RADIOLOGISTA***	01
MÉDICO OFTALMOLOGISTA***	01
MÉDICO DO TRABALHO***	01
MÉDICO VETERINÁRIO	02
NUTRICIONISTA	03
ODONTÓLOGO	12
PEDAGOGO SOCIAL**	01
PSICOPEDAGOGO**	01
PSICÓLOGO	03
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA **	01
PROFESSOR DE TECNOLOGIA **	03
TOPÓGRAFO**	01

OBS. JORNADA DE TRABALHO DE 20 HORAS SEMANAIS

\* = JORNADA DE TRABALHO DE 30 HORAS SEMANAIS

\*\* = JORNADA DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS

\*\*\*= JORNADA DE TRABALHO DE 10 HORAS SEMANAIS

Art. 2º - Fica acrescentado ao inciso II do Parágrafo I do Art. 19 da Lei Complementar nº 57/2013 01 (uma) vaga de DIRETOR CLÍNICO DO PA 24 HS:

-CARGO: DIRETOR CLÍNICO GERAL

**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

Dirigir, coordenar e orientar o Corpo Clínico do pronto atendimento; Supervisionar a execução das atividades de assistência médica; Promover e exigir o exercício ético da medicina; Zelar pela fiel observância do Código de Ética Médica; Observar as Resoluções do CFM e do CREMESC diretamente relacionadas à vida do Corpo Clínico da instituição.

**HABILITAÇÃO**

Curso de nível superior em medicina, com diploma registrado no órgão competente.

**VENCIMENTO**

R\$ 8.133,12

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo de Diretor Clínico do PA 24 hs, deve dispor de capacitação técnica e profissional, podendo ser designado dentre os servidores de provimento efetivo ou contrato temporário percebendo a título de gratificação de até 60% (sessenta por cento) sobre seu vencimento, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA JURIDICA

Art. 3 º- Ficam acrescidos ao anexo I, II, III e IV da Lei Complementar nº01/2005 as atribuições e vencimento dos cargos, com a seguinte redação:

-CARGO: MÉDICO DERMATOLOGISTA

**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

Realizar consultas e atendimentos médicos na área de dermatologia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica e acompanhamento dos pacientes; participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; participar de programa de treinamento, quando convocado. Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins, compatíveis com sua formação, prevista em lei, regulamento ou por determinação superior; executar outras atividades correlatas que lhe forem designadas pelo superior imediato.

**HABILITAÇÃO**

Curso de nível superior na área, com diploma registrado no órgão competente.

**VENCIMENTO**

R\$ 2.033,28

-CARGO: MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade; Efetuar e requisitar exames complementares de acordo com os protocolos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, analisar, interpretar resultados de exames de raios-X, Biométrico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais para emitir o diagnóstico; prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração; realizar cirurgias; manter registros dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença; exercer outras atividades, compatíveis com sua formação, prevista em lei, regulamento ou por determinação superior; executar outras atividades correlatas que lhe forem designadas pelo superior imediato.

**HABILITAÇÃO**

Curso de nível superior na área, com diploma registrado no órgão competente.

**VENCIMENTO**

R\$ 2.033,28

-CARGO: MÉDICO GASTROENTEROLOGISTA

**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

Realizar consultas e atendimentos médicos, levantando hipóteses diagnósticas, solicitando e efetuando exames, interpretando dados clínicos e de exames, prescrevendo tratamentos, drogas e medicamentos; Executar intervenções clínicas, tratamentos com agentes químicos, físicos e biológicos, monitorar estado de saúde de pacientes; Orientar enfermeiros, assistentes e outras pessoas envolvidas, para o adequado atendimento, tratamento e prestação do serviço médico e de saúde; Preservar sigilo médico. Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; Realizar outras atribuições afins, compatíveis com sua formação, prevista em lei, regulamento ou por determinação superior; executar outras atividades correlatas que lhe forem designadas pelo superior imediato.

**HABILITAÇÃO**

Curso de nível superior na área, com diploma registrado no órgão competente.

**VENCIMENTO**

R\$ 2.033,28

-CARGO: MÉDICO MASTOLOGISTA

**DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES**

Realiza consultas médicas em pacientes portadores de patologia mamária, emite diagnóstico, prescreve tratamento, realiza intervenções de pequenas cirurgias. Aplica seus conhecimentos utilizando recursos de Medicina preventiva e terapêutica para promover, proteger e recuperar a saúde dos clientes e da comunidade. Participa de Junta Médica quando convocado. Realiza exames clínicos, diagnósticos e tratamento médico. Desenvolve atividades de educação em saúde pública, junto com o paciente e a comunidade. Realizar outras atribuições afins, compatíveis com sua formação, prevista em lei, regulamento ou por determinação superior; executar outras atividades correlatas que lhe forem designadas pelo superior imediato.

**HABILITAÇÃO**

Curso de nível superior na área, com diploma registrado no órgão competente.

**VENCIMENTO**

R\$ 2.033,28

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 18 de dezembro de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

**SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 10/2017**

Publicação Nº 1442356

**TERMO DE JULGAMENTO**

Sindicância Administrativa nº 10/2017

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurada Sindicância Administrativa nº 10/2017 por meio da Portaria nº 694/2017 para apuração dos fatos referente a divergências de informações quanto à Lei Municipal que criou o cargo de farmacêutico em relação ao Projeto de Lei e a redação final que tramitou na Câmara de Vereadores.

Na instrução processual foi ouvida a Secretária de Administração à época, posto que a pessoa responsável pela publicação das leis e decretos já não faz mais parte do quadro da Administração Pública e, as diligências necessárias perante a Câmara de Vereadores.

Após a análise dos fatos e documentos, a comissão julgadora emitiu sua decisão e encaminhou para a consideração deste Chefe do Executivo.

É o relatório.

A Comissão Processante compreendeu que da análise da justificativa do projeto de lei encaminhado à Câmara de Vereadores, não foi objeto a alteração da carga horária do cargo de farmacêutico.

O Projeto de Lei Complementar de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, tramitou normalmente na Casa Legislativa sem qualquer emenda ou alteração.

Colheu-se o depoimento da Senhora Daniele Schweger de Souza Lunge onde declarou que a carga horária do Farmacêutico é de 40 horas e que o erro cometido na publicação da lei adveio da então funcionária responsável pelo ato que, inadvertidamente não percebeu que os asteriscos na função de farmacêutico não constavam na aprovação da lei.

Assim, dos procedimentos adotados, verificou-se que na publicação no Diário Oficial não saiu os devidos asteriscos (\*\*) para consignar que a carga horária do cargo de farmacêutico é de 40 (quarenta) horas. No entanto, no site das leis municipais, na função designada consta-se



os dois asteriscos, como deverá permanecer, consoante projeto de lei complementar juntado às fls. 10/16

Desta forma, concluiu-se que não houve a intenção de reduzir a carga horária do cargo de farmacêutico na legislação aprovada e publicada, ocorrendo, na verdade um erro de edição da Lei Complementar nº 100/2015 e publicação.

Consignou, também, que quem é nomeado por concurso antes da alteração da Lei, mantém a carga horária de acordo com o estabelecido no Edital do Concurso ao qual prestou, pois, do contrário, a carga horária só poderia ser modificada em documento previsto pela lei, dizendo que o funcionário concorda com a alteração feita pelo órgão em que trabalha.

Desta forma, em razão de todo o exposto verifica-se que ocorreu meramente um erro material na hora da formalização do texto legal, ora com a presença dos dois asteriscos, ora sem, consoante se verifica nas minutas anexas à este procedimento.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para determinar a republicação da Lei Complementar nº 100/2015 no Diário Oficial dos Municípios, com a correção dos dois asteriscos no cargo de FARMACÊUTICO, não havendo a quem imputar culpa ou responsabilidade, posto que a responsável pela publicação e encaminhamento dos atos normativos não mais faz parte dos quadros de funcionários da Administração Pública.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias a contar da presente data.

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 27 de novembro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 123/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 28/2017

Publicação Nº 1441995

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 123/2017 – Dispensa de Licitação 28/2017 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada para licenciamento, em caráter emergencial, para licença de uso de sistemas de gestão pública.

Dados do Contrato: Contrato nº 146/2017 / Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA - CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67- Data do Contrato: 29/11/2017 - Valor do Contrato R\$ 6.500,29 (Seis mil e quinhentos reais e vinte e nove centavos).

Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 24.

Peritiba SC., 29 de Novembro de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### RESUMO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 124/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2017

Publicação Nº 1442681

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preço 04/2017, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Processo de Licitação 124/2017.

Objeto: A contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para ampliação e edificação do Centro de Convivência dos Idosos com área de 230,87 m<sup>2</sup> em alvenaria, sito a Rua Miguel Balduino Boll, Bairro Progresso, Peritiba/SC.

Data da Entrega dos envelopes e abertura: até as 14:00h do dia 28/12/2017. Edital na íntegra e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### EDITAL DE RETIFICAÇÃO N° 001/2017

Publicação N° 1441972

#### EDITAL DE RETIFICAÇÃO N° 001/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PESCARIA BRAVA – SC torna público a Retificação n° 001/2017 ao Edital de Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial n° 12/2017, que passa a ser assim definido:

#### 1. Retifica-se o item n° 06 do Anexo VII: Termo de Referência

##### ITEM 06:

- Os cursos deverão ser ministrados em local indicado pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo que todas as despesas necessárias para realização dos mesmos serão por conta da contratada;
- É de responsabilidade da contratada disponibilizar todos os equipamentos e materiais para a realização do evento;
- A empresa contratada deverá fornecer material de apoio impresso, referente ao conteúdo ministrado nos cursos;
- Os dias da semana em que os cursos deverão ser realizados são terças e quintas feira, no mês de janeiro de 2018.

#### 2 Retifica-se a data de recebimento e abertura do Edital para:

- Recebimento das Propostas: até às 09:00 hs do dia 12/12/2017
- Abertura e Julgamento das Propostas: às 09:00 hs do dia 12/12/2017.

Pescaria Brava - SC, 30 de novembro de 2017.

EDSON DE OLIVEIRA SOUZA  
Pregoeiro

### EXTRATO DE ATA

Publicação N° 1442166

#### Extrato da Ata de Registro de Preço N° 25/2017

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Origem: Pregão Presencial N° 23/2017

Vencedor: Comércio de Pneus Oenning LTDA

Valor Global: R\$ 465.000,00

Vigência da Ata: 31/10/2017 a 31/12/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para serviços de borracharia, recapagem e aquisição de pneus novos para os veículos das secretarias da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Fundo Municipal de ASS. Social e convênio com a Polícia Militar do Município.

#### Extrato da Ata de Registro de Preço N° 26/2017

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Origem: Pregão Presencial N° 23/2017

Vencedor: FM Pneus LTDA

Valor Global: R\$ 74.100,00

Vigência da Ata: 31/10/2017 a 31/12/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para serviços de borracharia, recapagem e aquisição de pneus novos para os veículos das secretarias da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Fundo Municipal de ASS. Social e convênio com a Polícia Militar do Município.

#### Extrato da Ata de Registro de Preço N° 27/2017

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Origem: Pregão Presencial N° 24/2017

Vencedor: Central Elétrica Vale do Itajaí LTDA

Valor Global: R\$ 16.195,00

Vigência da Ata: 13/11/2017 a 31/12/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais elétricos para manutenção da Iluminação Pública do Município de Pescaria Brava

#### Extrato da Ata de Registro de Preço N° 28/2017

Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava

Origem: Pregão Presencial Nº 24/2017

Vencedor: João Eduardo Botega -ME

Valor Global: R\$ 26.927,40

Vigência da Ata: 13/11/2017 a 31/12/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais elétricos para manutenção da Iluminação Publica do Município de Pescaria Brava

## PORTARIA Nº 0324/2017

Publicação Nº 1442005

PORTARIA Nº 0324/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE

Art. 1º. Dispensar os servidores ACT por término de contrato, conforme tabela abaixo:

ANGELITA DA SILVA	PROFESSOR
JOSE PAULO GERMANO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
MILTON AVILA	PROFESSOR
SAMARA BORGES RODRIGUES HENRIQUE	PROFESSOR
SEBASTIAO JOSE VIANA	PROFESSOR
SELMA APARECIDA MENDES MARQUES	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
ALEX SANDRA DA ROSA SOUZA	PROFESSOR
ANA CLAUDIA FLORENTINO JARDIM FLOR	PROFESSOR
ELIANE ESPINDOLA MACHADO	PROFESSOR
GISELE CORREA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
IRACELI BITENCOURT DE BEM	PROFESSOR
LARISSY NASCIMENTO BORGES	PROFESSOR
MONIQUE FERMINO PEREIRA	CHEFE DE SETOR
SANIRA FIGUEIREDO MACHADO	PROFESSOR
VENICIUS ARILTON MARTINS ELISEU	PROFESSOR
DENISE DOS SANTOS VARGAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
JAIRA VIEIRA	PROFESSOR
JOSIANA GONÇALVES DE OLIVEIRA	PROFESSOR
TAISE VIEIRA	PROFESSOR
KELLYN PAQUELIN E SOUZA	PROFESSOR
MIKAEL DA ROSA FERNANDES	PROFESSOR
ALESANDRA CAMILO MENDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
KARINE MEDEIROS DA SILVA SILVERIO	PROFESSOR
SIRLEI TERESINHA ACORDI CLARINDO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
ANA CLAUDIA GOULART RODRIGUES	PROFESSOR
LUCIANA DE OLIVEIRA VANDREZEN BARRETO	PROFESSOR
MARILIA BARCELOS DE SOUZA	PROFESSOR
ROSILDA MARIANO MARCONDES DE AGUIAR	ASSESSOR DE SECRETARIA
EDILANE PERDONA BRESSAN	PROFESSOR
MAIARA FELISBERTO MATIAS	PROFESSOR
MARIA APARECIDA DOS SANTOS COSTA	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
VANIA LUCIA ULIANO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
ANA PAULA FERNANDES DOS SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
RONIEL CORREA BOETTGER	PROFESSOR
RAFAEL BASTOS SCOTT	PROFESSOR
MARIO FERREIRA COSTA	MOTORISTA I
VINICIUS RODRIGUES	PROFESSOR
CLAUDIA JEREMIAS DE ARAUJO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
NELI TEIXEIRA DE JESUS	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
MARIANA COSTA DOS SANTOS	MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 30 de Novembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO TOMADA DE PREÇOS 005-2017 - PMP

Publicação Nº 1443054

MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços – TP - Nº 005/2017 – PMP

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO DE APOIO COM SANITÁRIOS NO CAMPO MUNICIPAL DO BAIRRO BELA VISTA, de acordo com os Projetos e anexos do Edital.

Modalidade: Tomada de Preços.

Regime de Execução: Indireta.

Tipo: Empreitada por Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 09:00h do dia 18/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) e [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 01 de Dezembro de 2017.

Mario Afonso Woitexem

Prefeito Municipal

### AVISO TOMADA DE PREÇOS 006-2017 - PMP

Publicação Nº 1443055

MUNICIPIO DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços – TP - Nº 006/2017 – PMP

Objeto: Contratação de Empresas Especializadas em Obras e Serviços de Engenharia, objetivando a EXECUÇÃO DE ACABAMENTOS NO BARRACÃO DA NOVA SEDE DO DMER, localizado no Loteamento Boa Vista, de acordo com Projetos e anexos do Edital.

Modalidade: Tomada de Preços.

Regime de Execução: Indireta.

Tipo: Empreitada Global – Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até as 09:00 do dia 19/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) e [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 01 de Dezembro de 2017.

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO N.º 387/2017

Publicação Nº 1441753

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato n.º 387/2017

Pelo presente instrumento de Contrato de Prestação de Serviços, a teor das disposições constantes do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, decorrente da ratificação por lei pelos entes consorciados, do Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio, de um lado, o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, na cidade de Pinheiro Preto - SC, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. PEDRO RABUSKE, brasileiro, agente político, residente e domiciliado na cidade de Pinheiro Preto - SC, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, Sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Elói Rönna, ao final assinado, doravante denominado CONTRATADO, têm entre si justo e contratado, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Federal nº 11.107/2005, do Decreto Federal n. 6.017/07, do Protocolo de Intenções, das Leis de Ratificações, do Contrato de Consórcio Público do CIMCATARINA, as seguintes cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Aplicam-se ao Contrato de Prestação de Serviços as disposições da legislação federal de licitações, Lei nº 8.666/93, e de consórcios públicos, Lei nº 11.107/05, do Decreto nº 6.017/07, bem como a legislação municipal de ratificação do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Lei n. 1750/2014.

1.2 - O presente contrato é celebrado por dispensa de licitação, por se tratar de município consorciado ao CIMCATARINA, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05 e artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07.

1.3 - A execução dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano será mediante o regime de empreitada por preço unitário. O preço será fixado por unidade determinada (hora técnica por profissional) e os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados conforme Resolução no 0052/2016 e sua alteração (Resolução 0025/2017).

1.4 - Nas contratações diretas de consórcios públicos, pelo ente consorciado, para prestação de serviços ou aquisição de materiais, a modalidade de aplicação a ser utilizada será "93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe", conjugada com um elemento de despesa específico que represente gasto efetivo (30, 39, 51 etc.).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO DE HORAS TÉCNICAS POR PROFISSIONAL DO CIMCATARINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRABALHOS AMBIENTAIS E PLANEJAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES

3.1 - O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor estimado de R\$11.400,00 (Onze mil e quatrocentos reais)

Parágrafo único. Este valor refere-se a uma estimativa de 114 horas de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano, por horas técnicas por profissional para execução das atividades inerentes a capacidade técnica dos profissionais disponibilizados pelo CIMCATARINA, o quantitativo de horas deverá ser ajustado para mais ou para menos, conforme as necessidades e ou exigências que surgirem durante a execução dos serviços.

3.2 - O valor da hora técnica profissional para a prestação de serviços será de R\$ 100,00 (cem reais), conforme a Resolução no 0052/2016 e alterações, que dispõe sobre os valores da tabela de prestação de serviços de trabalhos ambientais e planejamento urbano, e da outras providências. O valor está com redução de 20%, pelo fato do município contratante participar do Programa Integrado de Ações de Proteção e Gestão do Meio Ambiente – PROAMA, conforme dispõe o Art. 2º da referida Resolução.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - Os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados, o CONTRATADO emitirá os respectivos Recibos, para pagamento através de Boleto Bancário ou depósito em Banco.

4.2 - O pagamento deverá ser realizado em até 5(cinco) dias após a apresentação do Relatório de Execução das Atividades, que constará a quantidade das horas técnicas por profissional relativa aos serviços executados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 - Os trabalhos serão prestados por profissionais devidamente qualificados, composto pela equipe técnica multidisciplinar do CIMCATARINA.



5.2 - As especificações dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano estarão detalhadas nas respectivas "Ordens de Serviços".

5.3 - A execução das horas se dará de acordo com a necessidade do município, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos pelo município ao CIMCATARINA;

5.4 - O tempo de deslocamento para realização de visitas e ou serviços in-loco será cobrado o valor correspondente a hora técnica de 1 profissional.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

6.1 - A fim de garantir a transparência da gestão econômica e financeira do objeto deste contrato, serão estritamente observadas as disposições legais, além das constantes no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público.

6.2 - A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do Conselho Fiscal do CONTRATADO, de representante do CONTRATANTE, da Casa Legislativa do Município Contratante e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.3 - O CONTRATADO não poderá opor qualquer resistência, afastar ou dificultar a fiscalização exercida pelos órgãos internos e externos de controle ou pela sociedade civil.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 - São direitos do CONTRATANTE:

- a) Acompanhar e receber informações sobre a elaboração dos serviços;
- b) Participar e ser informado sobre os resultados das reuniões de trabalho;
- c) Propor inclusão de itens e materiais considerados importantes para melhoria dos serviços;
- d) Exigir alterações no material elaborado conforme novas informações relevantes;
- e) Ter acesso a todo o material produzido, inclusive os mapas, em arquivos desbloqueados, conforme o formato solicitado.

7.2 - São deveres do CONTRATANTE:

- a) Fornecer informações necessárias para a elaboração dos serviços;
- b) Designar um servidor que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da elaboração dos serviços;
- c) Emitir aprovação dos serviços após conclusão dos trabalhos;
- d) Efetuar os pagamentos decorrentes dos serviços contratados/executados conforme medições;
- e) Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações estabelecidas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente contrato terá a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora:

2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:

2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:

2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Ação: 2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 255 3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos,

8.2 - Os empenhos serão ser estimados podendo ser emitidos para cada Ordem de Serviço.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado.

#### CLÁUSULA NONA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 - O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação, sendo suspensos os serviços do CIMCATARINA ao respectivo Município contratante até a regularização da dívida.

10.2 - Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o Município contratante poderá ser excluído do CIMCATARINA, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as disposições legais e regulamentares.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – O presente contrato poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações para execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, obrigando-se pelos serviços já prestados.
- d) ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

e) os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo que ensejou a contratação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

f) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que foi devidamente aprovado pela Assembleia Geral do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA.

Pinheiro Preto - SC (SC), 29 de novembro de 2017.

Município de Pinheiro Preto PEDRO RABUSKE Prefeito Municipal	CIMCATARINA ELÓI RÖNNAU Diretor Executivo
--	---

Testemunhas:

Assessoria Jurídica:

### PORTARIA 435

Publicação Nº 1442868

PORTARIA Nº 435, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS INSCRITOS ÀS PROVAS DO TESTE SELETIVO Nº 004/2017, DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO (SC).

PEDRO RABUSKE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital nº 004/2017,

#### RESOLVE

Art. 1º Ficam homologadas provisoriamente as inscrições dos candidatos inscritos às provas do teste seletivo nº 004/2017, do Município de Pinheiro Preto (SC) visando à contratação de servidores para o preenchimento de vagas de PROVIMENTO TEMPORÁRIO e formação de CADASTRO DE RESERVA, nos termos do presente edital:

#### ATENDENTE DE CRECHE I

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000051	ANDRESSA ELEODORO ROZA	53523814
000074	ANDRESSA NEIS	5927436
000032	BRUNA RODRIGUES RIBEIRO	6264055
000058	CAMILA DIANIFFER JARDIM CORDEIRO	13.638.182-2
000121	CRISTIANE RODRIGUES RIBEIRO	5520371
000130	ELAINE RODRIGUES RIBEIRO	7188738
000072	ENY JOYCE MARRANA MIILLER	135513890
000049	GISLIANE RIBEIRO	4784724
000096	GLÁUCIA BACKES RODRIGUES	6201289
000110	JESSICA DA SILVA	6066696
000048	LAURA NEIS	6201253
000098	MAITE CHAINE ZUCONELLI	5927469
000054	MICHELE ANA DALAPRIA	5.327.036
000126	NEILA REGINA BONADIMAN NORA	3427289
000085	SABRINA DA SILVA SLOGO	6917542
000115	SIRLEI MARIA DA FONSECA	2405587
000132	TATIANE BARRETO DA SILVA	5927327
000042	VIVIANE GESSI	6.201.185

#### OPERÁRIO BRAÇAL

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000057	ANTONIO FRANCISCO MANFROI	2142029
000034	FERNANDO HORST	5790953
000022	IVAN BONDICZ	1688851
000023	SUZANA DOS SANTOS	4508937

000128	VALDECIR BACKER	2821814
--------	-----------------	---------

**PROFESSOR DE ARTES - 20 HRS**

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000113	KARINA CHIARANI FACCIN	4059714
000080	MARIZETE MARIA CERON PIANA	2637306

**PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS**

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000157	JULIANA PASOLD GUZZI	3828853
000149	ROGERIO RICARDO	3033728

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 10 HRS**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000139	VIVIANE ANTUNES DE LIMA	5927468

**PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HRS**

Inscrição	Candidato	RG(Registro Geral)
000141	ANGELICA APARECIDA UBERTI	5615763
000028	DAIANY DA SILVA MONTARROYOS	3241460
000015	DANIELLA GRUTZMANN	5585753
000142	DOUGLAS WANDERSON ULIANO	7216361
000030	EVELIN CRISTINE ZIMMERMAM	5895458
000078	FERNANDA TALITA FERREIRA	5282081
000099	LANA OLIVEIRA DA SILVA	6115485
000006	PAULO ROBERTO RIBEIRO NUNES	1074117589

**PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL**

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000008	ANA CLAUDIA MENEGAO	3828163
000066	ANA LUCIA ANDRES CAZARIN	1706895
000137	BERNARDETE PASETTO FARINA	1888810
000060	CRISTIANE FACHIM	4928825
000090	DANIELLI POSSERA	6066708
000150	DANIELLI STREY FREDO	6247294
000122	ELIANE MOREIRA DOS SANTOS	3552092
000127	FABIANA KOPP BENQUE	4182630
000009	IDIMARA SAMISTRARO	4260560
000103	IVANIA BEAL BRESSAN	1707030
000100	IVONETE CERON PICCOLI	1.701.203
000087	JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO	3427930
000059	MARCELINA FALCHETTI PERETTI	2110588
000140	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DE ARAUJO	1913722
000104	MARINEZ BEAL PARTYKA	1073391
000111	MARITILDE DIOGO	3459013
000062	ROSANA CARLESSO ALBERTI	3158421
000063	ROSANA DOS SANTOS	3427560
000071	ROSANA MISTURINI BOGONI	2824213
000105	ROSELI SCHOFFEN	3563187
000041	SAMUEL STRAUSS MOZZ	5813423
000088	SIMONE MORAIS CORDEIRO	4785926
000012	SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA	3.676.823
000119	SOLOY APARECIDA KLEINIBING MANICA	2.633.085
000005	VERONICE FRITZEN	2.140.582

**PROFESSOR REGENTE DE CRECHE**

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000065	CELSO ALESSANDRO COITO	3805113
000136	DELESIA ORZZATTO MICHELUZZI	3828523
000133	ELIBIDA CASSIANO POCERA GASANIGA	3347259
000007	LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO	5843749

000086	SIMONE ZUCCO DAVILA SLOGO	3652491
000073	SOLANGE DALABRIDA SOTEL	5663278
000117	TATIANA APARECIDA SLOGO BRAND GUINDANI	4.499.436
000109	VANDERLEA ANA CARLETO DE SIQUEIRA	2819807

## PROFISSIONAL DE APOIO I - 20HRS

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000046	ANA CAROLINA VECENTIN	5927350
000153	ELIANE BONEMBERGER MULLER	4499401
000134	JOSIANE GABRIELE BACKER	5026842
000124	LUANA DO CARMO RAUBER	6.681.818
000120	MAIRA DE SOUZA SIMIONATTO	5927005
000061	VIVIANE MELLO DA VEIGA	5.327.465

## PROFISSIONAL DE APOIO I - 40HRS

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000036	ALEX BRUNO GASPARELLO RIZZOLLI	3805186
000079	ALINE TEREZINHA ANTUNES PAIVA DE SÁ	5276404
000143	ANA PAULA DE DEMORI CARLETO	2977374
000152	CAMILA PASOLD	3805127
000029	DAIANE THOMÉ	6247445
000094	DARA DE OLIVEIRA SOTEL	5.927.423
000038	FABIANE KUNZEL SILVA	5813624
000131	GIOVANA MANOELA DE ARAUJO	4978186
000083	INGRID FRITZEN VAZ	5520341
000145	IVETE MARIA MENEGATT DA IGREJA	1514511
000138	JAQUELINE PARAVISI DUQUESNE	5614522
000045	JÉSSICA PRUENÇA DA SILVA	5780560
000020	JESSICA SINTIA RACOSKI DOS SANTOS	6654575
000077	LAÍS PIOVESAN TITON	5.769.773
000144	LEILA DREON	4928204
000148	MARIANA GABRIELA DE ARAUJO	5060231
000033	MATEUS BELOTTO	5614056
000116	NAIARA DENARDI CASAGRANDE	6066648
000021	NATANIELA PANQ RODRIGUES	5927446
000016	PAULA FRITZEN DA SILVA	4928918
000118	TALITA PELLICIOLI	4.928.209
000013	TIAGO GONÇALVES LINS	5443288

## PROFISSIONAL DE APOIO II - 20HRS

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000050	MARLEI MARIA PANCERI	743 705
000108	OLIVETE VESCOVI DALL BOSCO	862908
000156	SALETE LURDES GRIS BENDER	293682

## PROFISSIONAL DE APOIO II - 40HRS

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000055	CLAUDINEIA MORAES	4785009

## SERVENTE

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
000064	ALESSANDRA RUFINO DAS NEVES	6903458
000067	ALINE CAMPOS VIEIRA	6201337
000011	ANA LUCIA RODRIGUES	5.443.468
000102	ANA PAULA BERNARDI	5127061
000081	ANALÚ DOS SANTOS	5.212.417
000069	DAIANE DAMASIO DOS SANTOS	6971484
000056	DENIZE NUNES DALMAZO	101856186
000035	DESOLINA PAIANO	3380254
000158	ELIANE RODRIGUES RIBEIRO HUBER	5520356

000003	ELISANGELA APARECIDA DA ROSA	5520327
000031	ENIR SALETE DE MATOS	2634029
000014	IVANILDA TERESINHA DEL PIZZOL SCHUCK	2630625
000155	JAQUELINE SPEGIORIN RODRIGUES	126089317
000154	JURACI DA SILVA	4928221
000135	KEILA SANTOS	5.995.566
000151	LINDACIR PEREIRA DOS SANTOS	5500738
000082	LUANA DE FÁTIMA RIBEIRO SEMAM	6466657
000002	MARCIA APARECIDA DA SILVA	6876369
000027	ROSANE RIBEIRO DA LUZ VIECELLI	3.538.730
000114	SIRLEI APARECIDA RIBEIRO MUGNOL	3282067
000125	VERA LUCIA RIBEIRO	2419739

## ATENDENTE DE CRECHE II

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
NÃO HOUVE INSCRITOS		

## PROFESSOR DE ARTES - 10 HRS

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
NÃO HOUVE INSCRITOS		

## PROFESSOR DE INGLÊS - 10 HORAS

Inscrição	Candidato	RG (Registro Geral)
NÃO HOUVE INSCRITOS		

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 30 de novembro de 2017  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 079/2017**

Publicação Nº 1440153

## TERMO ADITIVO 079/2017

## CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N.º: 0393/2017

Termo Aditivo de Contrato de FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TOTAL SPORTS LTDA autorizado através do Processo n.º 312/17, Licitação n. 081/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: TOTAL SPORTS LTDA  
CNPJ-MF n. 0.13.248.252/0001-86  
Endereço: Rua XV de novembro ,546 Centro – Videira/SC  
Representada por: Anderson Cordeiro Pirolli

## FUNDAMENTO LEGAL.

Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93; Processo Nº 0312/2017 Licitação Nº081/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

## CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O presente contrato tem por objeto a FORNECIMENTO DE BRINQUEDOS PARA AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO de Pinheiro Preto, destinados á presentes para a Noite Natalina.

## CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1 Para conseguir realizar a Festa Natalina 2017, a pedido da Secretaria de Educação fica aditado os itens abaixo listados; como forma de substituir os itens não contratados pela licitação 081/2017 modalidade Pregão Presencial.

2.2 Fica aditado o contrato na seguinte forma:

ITEM	CARACTERÍSTICAS DOS BRINQUEDOS	QTDE	UND	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
6	Bola de Futebol – Material: em couro sintético, com costura, e pino para calibrar. Dimensões de 20cm x 20 cm	135	UND	ALP	19,95	2.693,25

#### CLAUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

Em razão do aditivo, o valor a ser pago será de R\$ 2.693,25 (dois mil seiscentos e noventa e três reais e vinte e cinco centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 13 - Cultura  
Subfunção: 392 - Difusão Cultural  
Programa:13 - Desenvolvimento Cultural  
Ação: 2.36 - ATIVIDADES CULTURAIS E FESTIVIDADES MUNICIPAIS  
Despesa 233 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

#### CLAUSULA QUARTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 As demais cláusulas do contrato nº 393/2017 permanecem inalteradas.

4.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 29 de novembro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
TOTAL SPORTS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) .....  
Nome:  
CPF:

2) .....  
Nome:  
CPF:



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2017**

Publicação Nº 1442980

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 011/2017

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 009/2017

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento ao art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93, faz publicar o presente extrato.

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

EMPRESA CONTRATADA: Assessormed Assessoria Em Medicina Do Trabalho Ltda.

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de Serviços Técnicos de Medicina e Segurança do Trabalho para 2018.

- Elaboração do LTCAT – R\$ 280,00
- Elaboração PPRA – R\$ 280,00
- PCMSO – sem custo
- Laudo de Periculosidade/Insalubridade – sem custo
- Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP - R\$ 20,00 cada
- Realização de exames: admissional, periódico, mudança de função, retorno ao trabalho e demissional - R\$ 30,00 cada

VALOR TOTAL: R\$ 610,00 (Seiscentos e Dez Reais)

VIGÊNCIA: 01/01/2018 A 31/12/2018

DOTAÇÃO: 2.19 – 33.90.39.99 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto – SC, 30 de novembro de 2017.

Kelvin Brocardo

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

**PORTARIA Nº 016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442371

PORTARIA Nº 016, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

"CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA ALESSANDRA DE COSTA"

KELVIN BROCARD, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. II, do art. 49, da Lei Orgânica Municipal, e também o inciso XXVIII do art. 28 do seu Regimento Interno, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias a servidora ALESSANDRA DE COSTA, brasileira, residente e domiciliado em Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo estatutário de CONTADOR(A) – NÍVEL ANS-02, 20 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 10.03.2015 à 09.03.2016, com o gozo de 01 de DEZEMBRO de 2017 a 20 DE DEZEMBRO DE 2017, sendo que os 10 (dez) dias restantes serão convertidos em abono pecuniário, nos termos da LC 16/92, § 1º do art. 138, alterada pela LC 70/98.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM – SC.

PINHEIRO PRETO - SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

KELVIN BROCARD

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

# Piratuba

## PREFEITURA

### PORTARIA N. 501/2017

Publicação Nº 1442450

PORTARIA Nº 501/2017

NOMEIA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

KAROLINE PETRY, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua João Ritter, nº596, nesta cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.182.429 e CPF sob o nº 070.096.449-50, ocupante do cargo comissionado de Executiva de Gabinete, para responder concomitantemente como RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, sem alteração em sua remuneração, em substituição ao titular Giovani Gelson Meneghel.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 01 de dezembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 29 de novembro de 2017.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93

Em 29 de novembro de 2017

Karoline Petry

Responsável pela Secretaria de Administração e Finanças

# Pomerode

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2017 / FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR

Publicação Nº 1442929

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 006 / 2017 - FUNDETUR

Processo Administrativo n.º 007 / 2017.

Pregão Presencial n.º 002 / 2017.

Contratante: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE POMERODE - FUNDETUR.

Contratada: ANITA MARIA FAEZ SAGAZ ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO 11º VOLKSFRIENDS - ENCONTRO DE FUSCAS E DERIVADOS, A REALIZAR-SE NOS DIAS 01 A 03 DE DEZEMBRO DE 2017, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO OPERACIONAL, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS, LOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS, EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E TRELIÇAS, MÃO DE OBRA E OUTROS MATERIAIS, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total contratado: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) / Lote 01 – Itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09.

Prazo de Execução: Durante o 11º Volksfriends, nos dias 01, 02 e 03 de Dezembro de 2017.

Ass.: Gladys Dinah Sievert – Secretária de Turismo e Cultura – Contratante / Anita Maria Faez Sagaz – Sócia Administradora – Anita Maria Faez Sagaz ME – Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Novembro de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT  
Secretária de Turismo e Cultura

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### EXTRATO CARTA CONVITE 43/2017

Publicação Nº 1443050

#### EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 43/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria Nº 093/2017 de 11 de Maio de 2017, com a Devida autorização expedida pelo Sr. PREFEITO MUNICIPAL ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, exarada em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de CARTA CONVITE, no dia 08/12/2017, às 10:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER E INSTALAR LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA DE LED PARA SUBSTITUIÇÃO DE 12 PONTOS DE ILUMINAÇÃO DA AVENIDA ANERCINDO DA SILVA CALOMENO. CONFORME ANEXO I.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 01/12/2017.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1702, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442470

DECRETO Nº 1702, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso II, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 117.000,00 (Cento e dezessete mil reais), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Transportes e Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transportes e Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Atividade: 2.015 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.08 – Recurso: Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública

Valor: R\$ 17.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes das anulações das dotações abaixo elencadas na importância de R\$ 117.000,00 (Cento e dezessete mil reais):

Órgão: 05 – Secretaria de Transportes e Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transportes e Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Atividade: 2.015 – Manutenção e Ampliação da Rede de Iluminação Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.08 – Recurso: Contribuição para o Serviço de Iluminação Pública

Valor: R\$ 17.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de novembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

### DECRETO Nº 1703, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442474

DECRETO Nº 1703, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I, da Lei Municipal nº 2467/2016.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 05 – Secretaria de Transportes e Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Transportes e Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0021

Atividade: 2.013 – Manutenção da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 100.000,00

Órgão: 09 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Funcional Programática: 10.301.0010  
Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.02 – Impostos e Transferências de Impostos – Saúde  
Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 08 – Fundo Municipal de Educação  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação  
Funcional Programática: 12.365.0017  
Atividade: 2.023 – Manutenção da Educação Infantil  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.01 – Impostos e Transferências de Impostos - Educação  
Valor: R\$ 200.000,00  
Fonte de Recurso: 0.1.18 – Transferências do FUNDEB 60%  
Valor: R\$ 500.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.19 – Transferências do FUNDEB 40%  
Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 por conta do Recurso Ordinário no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), de Impostos e Transferências de Impostos – Educação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) e das Transferências do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no valor de R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais), totalizando R\$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 27 dias do mês de novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
PREFEITO

## **PORTARIA Nº 478/2017**

Publicação Nº 1442179

PORTARIA Nº: 478/2017

“Concede Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Senhor Rubens Cesar Martins”.

EMERSON LUCIANO STEIN, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 41, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e por estar de acordo com o Art. 6º, da Emenda Constitucional 41/2003, e ainda em conformidade com os artigos 53 e 64 da Lei Municipal 2.480/2017, e nos termos do processo nº 023/2017,

Resolve:

Art. 1º APOSENTAR POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, o Senhor Rubens Cesar Martins, ocupante do cargo de Técnico Administrativo Financeiro, lotado na Secretaria Municipal de Administração, com Proventos Integrais – Com Paridade, Última Remuneração, de acordo com esta regra, tornando sem efeito todas as disposições em contrário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, sendo seus efeitos a partir de primeiro de Dezembro do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo – SC, ao 28 dias do mês de Novembro de 2017.  
EMERSON LUCIANO STEIN  
Prefeito de Porto Belo



# Porto União

## PREFEITURA

### EDITAL 005/2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1441987

EDITAL 005/2017

A Secretaria Municipal da Educação, através de sua Secretária, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital, que estabelece instrução destinada aos professores efetivos, interessados em alterar temporariamente a carga horária para o ano letivo de 2018, e deverão preencher a ficha de inscrição em anexo e anexar junto a ficha de inscrição diploma de pós-graduação (Especialização mínimo 360 h/a) ou Mestrado.

Período de inscrições, 27 de novembro a 01 de dezembro de 2017, no setor do RH da Secretaria Municipal da Educação.

O presente Edital, destina-se ao provimento das vagas que ocorrerem no ano letivo de 2018, observada a necessidade da ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA.

Será observada a seguinte ordem de prioridade no processo de escolha dos professores, conforme Lei nº 3.885, de 22 de junho de 2011.

CAPÍTULO XIII – SEÇÃO I – Art.58.

I – Estar em exercício na própria unidade educacional e com maior tempo de serviço no Sistema Municipal de Ensino;

II – Estar em exercício em outra unidade educacional com maior tempo de serviço no Sistema Municipal de Ensino;

III – Em caso de empate, usa-se o critério de escolaridade, e após, se necessário, critério de idade.

Porto União, 27 de novembro de 2017.

ALDAIR WENGERKIEWICZ MUNCINELLI  
Secretária Municipal da Educação

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO

ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA  
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
ANOS INICIAIS

EDITAL 005/2017 – CONFORME LEI Nº 3.885 de 22/06/11

PROFESSOR (A): \_\_\_\_\_  
Núcleo Educacional em exercício em 2017: \_\_\_\_\_  
Data de ingresso no município (efetivo): \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_

Núcleo Educacional que pleiteia a Alteração Temporária para 2018:

NE \_\_\_\_\_

Porto União, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Professor (a)

FICHA DE INSCRIÇÃO

ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA  
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
EDUCAÇÃO INFANTIL

EDITAL 005/2017 – CONFORME LEI Nº 3.885 de 22/06/11

PROFESSOR (A): \_\_\_\_\_  
Núcleo Educacional em exercício em 2017: \_\_\_\_\_  
Data de ingresso no município (efetivo): \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_

Núcleo Educacional que pleiteia a Alteração Temporária para 2018:

NEI \_\_\_\_\_

Porto União, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Professor (a)

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA  
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
ANOS FINAIS

EDITAL 005/2017 – CONFORME LEI Nº 3.885 de 22/06/11

PROFESSOR (A): \_\_\_\_\_  
Área de Atuação: \_\_\_\_\_  
Núcleo Educacional em exercício em 2017: \_\_\_\_\_  
Data de ingresso no município (efetivo): \_\_\_\_\_  
Idade: \_\_\_\_\_

Núcleo Educacional que pleiteia a Alteração Temporária para 2018:

NE \_\_\_\_\_

Porto União, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Professor (a)

#### ANEXO II

Relação dos Núcleos Educacionais Fundamental Anos Finais

- Núcleo Educacional Frei Deodato
- Núcleo Educacional João Fernando Sobral
- Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis

Relação dos Núcleos Educacionais Fundamental Anos Iniciais

- Núcleo Educacional Jornalista Herminio Milis
- Núcleo Educacional Frei Deodato
- Núcleo Educacional João Fernando Sobral
- Núcleo Educacional São Bernardo Do Campo
- Núcleo Educacional São Pedro Do Timbó
- Núcleo Educacional da Lança
- Núcleo Educacional do Legru
- Núcleo Educacional Jangada do Sul

Relação dos Núcleos Educação Infantil

- Núcleo Educacional Frei Deodato
- Núcleo Educacional da Lança
- Núcleo Educacional do Legru
- Núcleo Educacional Jangada do Sul
- Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz
- Núcleo de Educação Infantil Arco Iris
- Núcleo de Educação Infantil Pingo De Gente
- Núcleo de Educação Infantil Berçário M<sup>a</sup> Luiza Waldruff
- Núcleo de Educação Infantil Moranguinho
- Núcleo de Educação Infantil Comecinho De Vida
- Núcleo de Educação Infantil Trem Da Alegria
- Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner
- Núcleo de Educação Infantil Castelo Encantado
- Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico
- Núcleo de Educação Infantil Sonho De Criança
- Núcleo de Educação Infantil Favo De Mel
- Núcleo de Educação Infantil Lina Sander

**JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2017**

Publicação Nº 1442461

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Justificativa De Dispensa De Licitação  
Processo Licitatório nº 253/2017  
Dispensa de Licitação n.º 021/2017

Caracterização da Situação: O município pretende contratar um artista para representar o Papai Noel na Vila do Papai Noel.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de um artista para representar o Papai Noel na Vila do Papai Noel.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Adão Rodrigues Lirio, inscrito no CPF sob o número 383.537.179-72, por ter apresentado o menor preço, conforme os orçamentos.

Do Preço: O valor total a ser pago será de R\$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União  
Unidade 0211 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo  
Atividade 2092 – Manutenção Secretaria de Cultura e Turismo  
Modalidade 3390-3100 – Aplicações diretas  
Cód. 222

Complemento 33903699 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Porto União, 30 de novembro de 2017.  
MIGUEL CHOKAILO NETO  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações  
Decreto 046/2017

**PORTARIA Nº 069/2017**

Publicação Nº 1441973

PORTARIA Nº 069, de 29 de novembro de 2017.  
Dispõe sobre conclusão final de Comissão Sindicante, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão Sindicante instaurada pela Portaria nº 036, de 09 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico exarado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º DECLARAR a inexistência de responsabilidade do servidor THIAGO HENRIQUE PADILHA DE MORAIS, com referência à Sindicância instaurada pela Portaria nº 036, de 09 de agosto de 2017.

Art. 2º DETERMINAR o arquivamento do processo, tendo em vista o que dispõe o artigo 241, inciso I, da Lei nº 2.055, de 20 de outubro de 1994.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de novembro de 2017.  
ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### PROCESSOS 091 - EPIS, 092 - LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS, E 093 2017 - EXECUÇÃO PONTES CONCRETO

Publicação Nº 1442578

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº91/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº75/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00Horas do dia 13.12.2017, para Aquisição de EPIS - Equipamentos de Proteção e Segurança e aquisição de Roupeiro para guardar objetos, pertences e EPI's. para uso dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700.

Pouso Redondo, em 30 de Novembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº92/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº76/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 15:00Horas do dia 13.12.2017, para Registro de Preços para locação de brinquedos para eventos da Secretaria de Educação e Cultura e demais repartições públicas a serem utilizados nos eventos, tais como Festa do Tropeiro, Semana da Criança, Rua do Lazer, Natal na Praça. dentre outros eventos realizados pelo Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700.

Pouso Redondo, em 30 de Novembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº93/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº77/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 15:00Horas do dia 14.12.2017, Registro de preços para Execução de duas pontes de concreto armado, sendo uma na localidade de Serra do Aterrado e outra na localidade de Santa Rita, de interesse do Município.. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700.

Pouso Redondo, em 30 de Novembro de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02

Publicação Nº 1442187

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO E CONSELHO FISCAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAMINHOS DOS CÂNIOS DO SUL

Através do presente edital, ficam CONVOCADOS todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para Assembleia Geral de Eleição do Conselho Administrativo do Consórcio Intermunicipal Caminho dos Cânions do Sul, que será realizada na Prefeitura Municipal de Praia Grande, à rua Irineu Bornhausen, nº 320, Centro, Praia Grande – SC, às 09:00 horas do dia 13 de dezembro de 2017, com a seguinte ordem do dia:

- 1 -Eleição do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- 2–Apresentação plano de metas;
- 3–Aprovação proposta orçamentária para 2018;
- 4 –Assuntos gerais de interesse do consórcio.

Praia Grande, 30 de novembro de 2017.

HENRIQUE MATOS MACIEL

Prefeito Municipal de Praia Grande e Presidente do Consórcio Diretor

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2017**

Publicação Nº 1442409

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2017

#### E X T R A T O

O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 17h00min (dezessete horas), do dia 15 (quinze) de dezembro de 2017, no Setor de Licitações, os documentos para CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO OFICIAL, que tem como objeto o credenciamento de profissional leiloeiro, para a realização leilão de bens móveis e imóveis inservíveis sob a administração deste Município, conforme as disposições do edital e de acordo com as condições previstas no Anexo I. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal



# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DECRETO 102/2017

Publicação Nº 1441977

Número da Lei:  
1508

Ano da Lei:  
2016

Data da Lei:  
24/11/2016

DECRETO Nº 102, de 27 de novembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 12.500,00( doze mil e quinhentos reais )

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0015.0451.1701.2021.33390000000000.01080000	12.500,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Anulação Dotação	Depto Municipal de Transp, Obras e Serv. Urbanos	08.001.0015.0451.1701.2021.34490000000000.01080000	12.500,00

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu - Santa Catarina, 27 de novembro de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

### LEI 1548/2017

Publicação Nº 1442014

LEI Nº 1548/2017, de 30/11/2017.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE PRESIDENTE NEREU, SEUS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO, INTER-RELAÇÕES ENTRE OS SEUS COMPONENTES, RECURSOS HUMANOS, FINANCIAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

#### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta lei regula no município de Presidente Nereu e em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Orgânica do Município, o Sistema Municipal de Cultura - SMC, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais.

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura – SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

#### TÍTULO I

##### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 2º - A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

#### CAPÍTULO I

##### Do Papel do Poder Público Municipal na Gestão da Cultura

Art. 3º - A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, no âmbito do Município de Presidente Nereu.

Art. 4º - A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no Município de Presidente Nereu.

Art. 5º - É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do Município de Presidente Nereu e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

Art. 6º - Cabe ao Poder Público do Município de Presidente Nereu planejar e implementar políticas públicas para:

I - assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;

II - universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;

III - contribuir para a construção da cidadania cultural;

IV - reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;

V - combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;

VI - promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;

VII - qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;

VIII - democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;

IX - estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;

X - consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;

XI - intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;

XII - contribuir para a promoção da cultura da paz.

Art. 7º - A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

Art. 8º - A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

Art. 9º - Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

#### CAPÍTULO II

##### Dos Direitos Culturais

Art. 10 - Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno exercício dos direitos culturais, entendidos como:

I - o direito à identidade e à diversidade cultural;

II - o direito à participação na vida cultural, compreendendo:

a) livre criação e expressão;

b) livre acesso;

c) livre difusão;

d) livre participação nas decisões de política cultural.

III - o direito autoral;

IV - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

**CAPÍTULO III****Da Concepção Tridimensional da Cultura**

Art. 11 - O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura – simbólica, cidadã e econômica – como fundamento da política municipal de cultura.

**SEÇÃO I****Da Dimensão Simbólica da Cultura**

Art. 12 - A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município de Presidente Nereu, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

Art. 13 - Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

Art. 14 - A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

Art. 15 - Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

**SEÇÃO II****Da Dimensão Cidadã da Cultura**

Art. 16 - Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

Art. 17 - Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 18 - O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal.

Art. 19 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

Art. 20 - O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

Art. 21 - O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

**SEÇÃO III****Da Dimensão Econômica da Cultura**

Art. 22 - Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Art. 23 - O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

I - sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;

II - elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social;

III - conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e desenvolvimento humano.

Art. 24 - As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

Art. 25 - As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

Art. 26 - O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município de Presidente Nereu deve ser estimular a criação e o

desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

Art. 27 - O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

## TÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

### CAPÍTULO I Das Definições e dos Princípios

Art. 28 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC se constitui num instrumento de articulação, gestão, fomento e promoção de políticas públicas, bem como de informação e formação na área cultural, tendo como essência a coordenação e cooperação intergovernamental com vistas ao fortalecimento institucional, à democratização dos processos decisórios e à obtenção de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Art. 29 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC fundamenta-se na política municipal de cultura expressa nesta lei e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Municipal de Cultura, para instituir um processo de gestão compartilhada com os demais entes federativos da República Brasileira - União, Estado e Município - com suas respectivas políticas e instituições culturais e a sociedade civil.

Art. 30 - Os princípios do Sistema Municipal de Cultura - SMC que devem orientar a conduta do Governo Municipal, dos demais entes federados e da sociedade civil, nas suas relações como parceiros e responsáveis pelo seu funcionamento são:

- I - diversidade das expressões culturais;
- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- VII - transversalidade das políticas culturais;
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- IX - transparência e compartilhamento das informações;
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

### CAPÍTULO II Dos Objetivos

Art. 31 - O Sistema Municipal de Cultura - SMC tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento - humano social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Município.

Art. 32 - São objetivos específicos do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

- I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural;
- II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município;
- III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município;
- IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições municipais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis;
- V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC.
- VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura.

### CAPÍTULO III Da Estrutura

#### SEÇÃO I Dos Componentes

Art.33 - Integram o Sistema Municipal de Cultura – SMC:

- I - coordenação:
  - a) Secretaria Municipal de Cultura.
- II - instâncias de articulação, pactuação e deliberação:
  - a) Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC;
  - b) Conferência Municipal de Cultura - CMC.
- III - instrumentos de gestão:
  - a) Plano Municipal de Cultura - PMC;
  - b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

- c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;
- d) Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC.

IV - sistemas setoriais de cultura:

- a) Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMPC;
- b) Sistema Municipal de Museus - SMM;
- c) Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;
- d) outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Parágrafo único - O Sistema Municipal de Cultura – SMC estará articulado com os demais sistemas municipais ou políticas setoriais, em especial, da educação, da comunicação, da ciência e tecnologia, do planejamento urbano, do desenvolvimento econômico e social, da indústria e comércio, das relações internacionais, do meio ambiente, do turismo, do esporte, da saúde, dos direitos humanos e da segurança, conforme regulamentação.

## SEÇÃO II

### Da Coordenação do Sistema Municipal de Cultura – SMC

Art. 34 - A Secretaria Municipal de Cultura é órgão superior, subordinado diretamente ao Prefeito, e se constitui no órgão gestor e coordenador do Sistema Municipal de Cultura – SMC.

Art. 35 - Integram a estrutura da Secretaria Municipal de Cultura, as instituições vinculadas indicadas a seguir:

- I - Biblioteca Pública Municipal "Tito Carvalho": criada pela Lei Nº 04/72, de 20/05/72;
- II - Museu "Os Expedicionários": criado pela Lei Nº 939/2000, de 04/09/2000;
- III - Banda de Música: criada pela Lei Municipal Nº 943/2000 de 04/12/2000;
- IV - Coral Municipal "Elfrida Staloch Raitz": criado pela Lei Nº 1276, de 10/05/2010;
- V - outras que venham a ser constituídos.

Art. 36 - São atribuições da Secretaria Municipal de Cultura:

- I - formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura - PMC, executando as políticas e as ações culturais definidas;
- II - implementar o Sistema Municipal de Cultura - SMC, integrado aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do Município, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;
- III - promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada no território do Município, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento local;
- IV - valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social do Município;
- V - preservar e valorizar o patrimônio cultural do Município;
- VI - pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Município;
- VII - manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área da cultura;
- VIII - promover o intercâmbio cultural a nível regional, nacional e internacional;
- IX - assegurar o funcionamento do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do Município;
- X - descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
- XI - estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional nas áreas de criação, produção e gestão cultural;
- XII - estruturar o calendário dos eventos culturais do Município;
- XIII - elaborar estudos das cadeias produtivas da cultura para implementar políticas específicas de fomento e incentivo;
- XIV - captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais.
- XV - operacionalizar as atividades do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e dos Fóruns de Cultura do Município;
- XVI - realizar a Conferência Municipal de Cultura - CMC, colaborar na realização e participar das Conferências Estadual e Nacional de Cultura;
- XVII - exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições.

Art. 37 - À Secretaria Municipal de Cultura como órgão coordenador do Sistema Municipal de Cultura - SMC, compete:

- I - exercer a coordenação geral do Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- II - promover a integração do Município ao Sistema Nacional de Cultura – SNC e ao Sistema Estadual de Cultura – SEC, por meio da assinatura dos respectivos termos de adesão voluntária;
- III - instituir as orientações e deliberações normativas e de gestão, aprovadas no plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e nas suas instâncias setoriais;
- IV - implementar, no âmbito do governo municipal, as pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB e aprovadas pelo Conselho Estadual de Política Cultural – CNPC;
- V - emitir recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matérias relacionadas com o Sistema Municipal de Cultura - SMC, observadas as diretrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;
- VI - colaborar para o desenvolvimento de indicadores e parâmetros quantitativos e qualitativos que contribuam para a descentralização dos bens e serviços culturais promovidos ou apoiados, direta ou indiretamente, com recursos do Sistema Nacional de Cultura – SNC e do Sistema Estadual de Cultura – SEC, atuando de forma colaborativa com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais;
- VII - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, para a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e sistemas de gestão;
- VIII - subsidiar a formulação e a implementação das políticas e ações transversais da cultura nos programas, planos e ações estratégicos do Governo Municipal.
- IX - auxiliar o Governo Municipal e subsidiar os demais entes federados no estabelecimento de instrumentos metodológicos e na classificação

dos programas e ações culturais no âmbito dos respectivos planos de cultura;

X - colaborar, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC, com o Governo do Estado e com o Governo Federal na implementação de Programas de Formação na Área da Cultura, especialmente capacitando e qualificando recursos humanos responsáveis pela gestão das políticas públicas de cultura do Município; e

XI - coordenar e convocar a Conferência Municipal de Cultura - CMC.

### SEÇÃO III

#### Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação

Art. 38 - Os órgãos previstos no inciso II do art. 33 desta Lei constituem as instâncias municipais de articulação, pactuação e deliberação do SMC, organizadas na forma descrita na presente Seção.

#### Do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC

Art. 39 - Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

§ 1º - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC tem como principal atribuição, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 2º - Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regulamento.

§ 3º - A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

§ 4º - A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve contemplar a representação do Município de Presidente Nereu, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

Art. 40 - O Conselho Municipal de Política Cultural será constituído por 08 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, com a seguinte composição:

I - 04 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público, através dos seguintes órgãos e quantitativos:

a) Secretaria Municipal de Cultura, 01 (um) representante, sendo este o Secretário de Cultura;

b) Secretaria Municipal de Educação, 01 (um) representante;

c) Secretaria Municipal de Assistência Social, 01 (um) representante;

d) Secretaria Municipal de Esportes e Turismo, 01 (um) representante;

II - 04 (quatro) membros titulares e respectivos suplentes, representando a sociedade civil através das seguintes entidades e quantitativos:

a) Coral Municipal, 02 (dois) representantes, sendo um deles membro da coordenação administrativa do Coral;

b) APP da Escola Municipal Vereador Jaime Gili, 01 (um) representante;

c) APP da EEB. João Tolentino Junior, 01 (um) representante.

§ 1º Os representantes de entidades da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Cultura – CMC serão eleitos democraticamente em fórum municipal específico, conforme regulamento a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura;

§ 2º Nenhum membro, titular ou suplente, representante de entidade da Sociedade Civil, poderá ser detentor de cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Poder Público Municipal;

§ 3º Os membros representantes da Administração Pública Municipal, titulares e suplentes, serão indicados pelo respectivo órgão da Administração Municipal com representação no Conselho;

§ 4º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deverá eleger, entre seus membros, o Presidente e o Secretário-Geral com os respectivos suplentes.

§ 5º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo mediante Decreto;

§ 6º O mandato do Conselheiro será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por mais um período.

§ 7º O exercício da função de membro do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC não será remunerado, constituindo serviço público relevante prestado ao Município.

Art. 41 - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Comitê de Integração de Políticas Públicas de Cultura;

III - Colegiados Setoriais;

IV - Comissões Temáticas;

V - Grupos de Trabalho;

VI - Fóruns Setoriais e Territoriais.



Art. 42 - Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, compete:

- I – propor e aprovar as diretrizes gerais, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura - PMC;
  - II - estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura - SMC;
  - III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;
  - IV - aprovar as diretrizes para as políticas setoriais de cultura, oriundas dos sistemas setoriais municipais de cultura e de suas instâncias colegiadas;
  - V - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;
  - VI - estabelecer para a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC do Fundo Municipal de Cultura as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;
  - VII - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
  - VIII - apoiar a descentralização de programas, projetos e ações e assegurar os meios necessários à sua execução e à participação social relacionada ao controle e fiscalização;
  - IX - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e de transferência de recursos, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura – SNC;
  - X - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias da área da Cultura;
  - XI - apreciar e apresentar parecer sobre os Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução, conforme determina a Lei 9.790/99.
- Parágrafo único - O Plenário poderá delegar essa competência à outra instância do CMPC.
- XII - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;
  - XIII - acompanhar a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município de Presidente Nereu para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura - SNC.
  - XIV - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;
  - XV - promover cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;
  - XVI - incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;
  - XVII - delegar às diferentes instâncias componentes do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC a deliberação e acompanhamento de matérias;
  - XVIII - apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que digam respeito à produção, ao acesso aos bens culturais e à difusão das manifestações culturais do município;
  - XIX - responder as consultas sobre proposições relacionadas às políticas públicas de cultura no município, dentro de sua esfera de competência;
  - XX - organizar as Conferências Municipais de Cultura e promover os Fóruns Setoriais de acordo com as áreas constantes do Cadastro Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;
  - XXI - elaborar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC;
  - XXII - debater as propostas de reformulação dos marcos legais da gestão cultural, para submeter posteriormente aos órgãos competentes;
  - XXIII - incentivar, apoiar e acompanhar a criação e o funcionamento de espaços culturais, de iniciativa de associações de moradores ou de outros grupos organizados, estimulando a busca de parcerias com o poder público e a iniciativa privada.

Art. 43 - Compete aos Colegiados Setoriais fornecer subsídios ao Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias dos respectivos segmentos culturais.

Art. 44 - Compete às Comissões Temáticas, de caráter permanente, e aos Grupos de Trabalho, de caráter temporário, fornecer subsídios para a tomada de decisão sobre temas específicos, transversais ou emergenciais relacionados à área cultural.

Art. 45 - Compete aos Fóruns Setoriais e Territoriais, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais e territórios.

Art. 46 - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com as demais instâncias colegiadas do Sistema Municipal de Cultura - SMC - territoriais e setoriais - para assegurar a integração, funcionalidade e racionalidade do sistema e a coerência das políticas públicas de cultura implementadas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC, para o desenvolvimento de forma integrada de programas, projetos e ações.

Art. 47 - O funcionamento do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC será definido em Regimento Interno, devendo ser proposto e aprovado por seus integrantes.

Da Conferência Municipal de Cultura – CMC

Art. 48 - A Conferência Municipal de Cultura – CMC constitui-se numa instância de participação social, em que ocorre articulação entre o Governo Municipal e a sociedade civil, por meio de organizações culturais e segmentos sociais, para analisar a conjuntura da área cultural no município e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas de Cultura, que comporão o Plano Municipal de Cultura - PMC.

§ 1º - É de responsabilidade da Conferência Municipal de Cultura – CMC analisar, aprovar moções, proposições e avaliar a execução das metas concernentes ao Plano Municipal de Cultura - PMC e às respectivas revisões ou adequações.

§ 2º - Cabe à Secretaria Municipal de Cultura convocar e coordenar a Conferência Municipal de Cultura – CMC, que se reunirá ordinariamente

a cada dois anos ou extraordinariamente, a qualquer tempo, a critério do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC. A data de realização da Conferência Municipal de Cultura – CMC deverá estar de acordo com o calendário de convocação das Conferências Estadual e Nacional de Cultura.

§ 3º - A Conferência Municipal de Cultura – CMC será precedida de Conferências Setoriais e Territoriais.

§ 4º - A representação da sociedade civil na Conferência Municipal de Cultura – CMC será, no mínimo, de dois terços dos delegados, sendo os mesmos eleitos em Conferências Setoriais e Territoriais.

Art. 49 - São atribuições e competências da Conferência Municipal de Cultura:

I - subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores da área cultural, propondo e aprovando as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMC, observando quando pertinentes às diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura e o Plano Estadual de Cultura;

II - aprovar o Regimento Interno da Conferência no ato da abertura desta;

III - mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância da cultura, bem como de suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do município;

IV - facilitar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular, no município, por meio de debates sobre os signos e processos constitutivos da identidade e diversidade cultural;

V - auxiliar o governo municipal, e subsidiar os governos Estadual e Federal, a consolidar os conceitos de cultura junto aos diversos setores da sociedade;

VI - identificar e fortalecer a transversalidade da cultura em relação às políticas públicas nos três níveis de governo;

VII - promover e viabilizar informações e conhecimentos estratégicos para a implantação efetiva do Sistema Municipal de Cultura e posteriormente a consolidação com os Sistemas Estadual e Nacional de Cultura;

VIII - avaliar a execução das diretrizes e prioridades das políticas públicas de cultura.

Art. 50 - Os Eixos Temáticos das Conferências Municipais de Cultura de Presidente Nereu serão definidos pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, levando-se em consideração o tema geral a ser definido pelo Ministério de Estado da Cultura.

Art. 51 - O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC poderá nomear um Grupo de

Trabalho Executivo – GTE, para organizar a Conferência Municipal de Cultura, com as seguintes funções:

I - coordenar e supervisionar os trabalhos para realização da Conferência, atendendo aos aspectos jurídicos, técnicos, políticos e administrativos;

II - propor o Regimento Interno da Conferência;

III - assegurar a veracidade de todos os procedimentos;

IV - elaborar ou indicar textos de apoio para debate, nos respectivos grupos de discussão;

V - envolver membros da sociedade civil, bem como integrantes de Fóruns Culturais, Poder Legislativo, entidades culturais, instituições comunitárias, entre outros;

VI - tornar público o local, data e eixos temáticos da referida Conferência;

VII - elaborar a lista de convidados para a conferência, somente com direito a voz e sem direito a voto;

VIII - receber os relatórios dos grupos de discussão, durante a conferência, sistematizar e elaborar relatório final e demais documentos por ela emitidos.

#### SEÇÃO IV

##### Dos Instrumentos de Gestão

Art. 52 - Constituem-se em instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura - SMC:

I - Plano Municipal de Cultura - PMC;

II - Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

III - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC;

IV - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC.

Parágrafo único - Os instrumentos de gestão do Sistema Municipal de Cultura – SMC se caracterizam como ferramentas de planejamento, inclusive técnico e financeiro, e de qualificação dos recursos humanos.

##### Do Plano Municipal de Cultura – PMC

Art. 53 - O Plano Municipal de Cultura - PMC tem duração decenal e é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Cultura na perspectiva do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 54 - A elaboração do Plano Municipal de Cultura - PMC e dos Planos Setoriais de âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura - CMC, desenvolve Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. Os Planos devem conter:

I - diagnóstico do desenvolvimento da cultura;

II - diretrizes e prioridades;

III - objetivos gerais e específicos;

IV - estratégias, metas e ações;

V - prazos de execução;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento;

IX - indicadores de monitoramento e avaliação.

#### Do Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC

Art. 55 - O Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC é constituído pelo conjunto de mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Presidente Nereu, que devem ser diversificados e articulados.

Parágrafo único - São mecanismos de financiamento público da cultura, no âmbito do Município de Presidente Nereu:

I - Orçamento Público do Município, estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA);

II – Fundo Municipal de Cultura, definido nesta lei;

III - Incentivo Fiscal, por meio de renúncia fiscal do IPTU e do ISS, conforme lei específica;

IV – outros que venham a ser criados.

#### Do Fundo Municipal de Cultura – FMC

Art. 56 - Fica criado o Fundo Municipal de Cultura - FNC, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração, de acordo com as regras definidas nesta Lei e Regimento a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Cultura e homologado por Decreto do Poder Público Municipal.

Art. 57 - O Fundo Municipal de Cultura – FMC se constitui no principal mecanismo de financiamento das políticas públicas de cultura no município, com recursos destinados a programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, em regime de colaboração e co-financiamento com a União e com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - É vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com despesas de manutenção administrativa dos Governos Municipal, Estadual e Federal, bem como de suas entidades vinculadas.

Art. 58 - São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Presidente Nereu e seus créditos adicionais;

II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

III - contribuições de mantenedores;

IV - produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;

V - doações e legados nos termos da legislação vigente;

VI - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VII - reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;

VIII - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;

IX - resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida à legislação vigente sobre a matéria;

X - empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;

XI - saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

XII - devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC;

XIII - saldos de exercícios anteriores; e

XIV - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

§ 1º - Os recursos do Fundo são depositados em estabelecimento oficial, em conta corrente denominada Prefeitura Municipal de Presidente Nereu / Fundo Municipal de Cultura – FMC;

§ 2º - A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao Fundo Municipal de Cultura – FMC, não utilizados, são transferidos para utilização pelo Fundo, no exercício financeiro subsequente.

Art. 59 - O Fundo Municipal de Cultura - FMC será administrado pela Secretaria Municipal de Cultura na forma estabelecida no regulamento, e apoiará projetos culturais por meio das seguintes modalidades:

I - não-reembolsáveis, na forma do regulamento, para apoio a projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos, preponderantemente por meio de editais de seleção pública; e

II - reembolsáveis, destinados ao estímulo da atividade produtiva das empresas de natureza cultural e pessoas físicas, mediante a concessão de empréstimos.

§ 1º - Nos casos previstos no inciso II do caput, a Secretaria Municipal de Cultura definirá com os agentes financeiros credenciados a taxa de administração, os prazos de carência, os juros limites, as garantias exigidas e as formas de pagamento.

§ 2º - Os riscos das operações previstas no parágrafo anterior serão assumidos, solidariamente pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC e pelos agentes financeiros credenciados, na forma que dispuser o regulamento.

§ 3º - A taxa de administração a que se refere o § 1º não poderá ser superior a três por cento dos recursos disponibilizados para o financiamento.

§ 4º - Para o financiamento de que trata o inciso II, serão fixadas taxas de remuneração que, no mínimo, preservem o valor originalmente concedido.

Art. 60 - Os custos referentes à gestão do Fundo Municipal de Cultura - FMC com planejamento, estudos, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, incluídas a aquisição ou a locação de equipamentos e bens necessários ao cumprimento de seus objetivos, não poderão ultrapassar cinco por cento de suas receitas, observados o limite fixado anualmente por ato da CMPC.

Art. 61 - O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

§ 1º - Poderá ser dispensada contrapartida do proponente no âmbito de programas setoriais definidos pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC.

§ 2º - Nos casos em que a contrapartida for exigida, o proponente deve comprovar que dispõe de recursos financeiros ou de bens ou serviços, se economicamente mensuráveis, para complementar o montante aportado pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC, ou que está assegurada a obtenção de financiamento por outra fonte.

§ 3º - Os projetos culturais previstos no caput poderão conter despesas administrativas de até dez por cento de seu custo total, excetuados aqueles apresentados por entidades privadas sem fins lucrativos, que poderão conter despesas administrativas de até quinze por cento de seu custo total.

Art. 62 - Fica autorizada a composição financeira de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC com recursos de pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, com fins lucrativos para apoio compartilhado de programas, projetos e ações culturais de interesse estratégico, para o desenvolvimento das cadeias produtivas da cultura.

§ 1º - O aporte dos recursos das pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado previsto neste artigo não gozará de incentivo fiscal.

§ 2º - A concessão de recursos financeiros, materiais ou de infraestrutura pelo Fundo Municipal de Cultura - FMC será formalizada por meio de convênios e contratos específicos.

Art. 63 - Para seleção de projetos apresentados ao Fundo Municipal de Cultura - FMC fica criada a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC, de composição paritária entre membros do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art. 64 - A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC será constituída por quatro (04) membros titulares e igual número de suplentes.

§ 1º - Os dois (02) membros do Poder Público serão indicados pela Secretaria Municipal de Cultura

§ 2º - Os dois (02) membros da Sociedade Civil serão escolhidos conforme regulamento.

Art. 65 - Na seleção dos projetos a Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve ter como referência maior o Plano Municipal de Cultura – PMC e considerar as diretrizes e prioridades definidas anualmente pelo Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 66 - A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

- I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e social;
- II - adequação orçamentária;
- III - viabilidade de execução; e
- IV - capacidade técnico-operacional do proponente.

#### Do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC

Art. 67 - Cabe à Secretaria Municipal de Cultura desenvolver o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC, com a finalidade de gerar informações e estatísticas da realidade cultural local com cadastros e indicadores culturais construídos a partir de dados coletados pelo Município.

§ 1º - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC é constituído de bancos de dados referentes a bens, serviços, infraestrutura, investimentos, produção, acesso, consumo, agentes, programas, instituições e gestão cultural, entre outros, e estará disponível ao público e integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Informações e Indicadores Culturais.

§ 2º - O processo de estruturação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC terá como referência o modelo nacional, definido pelo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC.

Art. 68 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC tem como objetivos:

- I - coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do Plano Municipal de Cultura – PMC e sua revisão nos prazos previstos;
- II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para

a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados, no âmbito do Município;

III - exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 69 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC fará levantamentos para realização de mapeamentos culturais para conhecimento da diversidade cultural local e transparência dos investimentos públicos no setor cultural.

Art. 70 - O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais - SMIIC estabelecerá parcerias com os Sistemas Nacional e Estadual de Informações e Indicadores Culturais, com instituições especializadas na área de economia da cultura, de pesquisas socioeconômicas e demográficas e com outros institutos de pesquisa, para desenvolver uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural e elaborar indicadores culturais que contribuam tanto para a gestão das políticas públicas da área, quanto para fomentar estudos e pesquisas nesse campo.

Do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC

Art. 71 - Cabe à Secretaria Municipal de Cultura elaborar, regulamentar e implementar o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura - PROMFAC, em articulação com os demais entes federados e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e instituições educacionais, tendo como objetivo central capacitar os gestores públicos e do setor privado e conselheiros de cultura, responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas de cultura, no âmbito do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 72 - O Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC deve promover:

I - a qualificação técnico-administrativa e capacitação em política cultural dos agentes envolvidos na formulação e na gestão de programas, projetos e serviços culturais oferecidos à população;

II - a formação nas áreas técnicas e artísticas.

## SEÇÃO V

### Dos Sistemas Setoriais

Art. 73 - Para atender à complexidade e especificidades da área cultural são constituídos Sistemas Setoriais como subsistemas do Sistema Municipal de Cultura - SMC.

Art. 74 - Constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do Sistema Municipal de Cultura – SMC:

I - Sistema Municipal de Patrimônio Cultural - SMPC;

II - Sistema Municipal de Museus - SMM;

III - Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura - SMBLLL;

IV - outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Art. 75 - As políticas culturais setoriais devem seguir as diretrizes gerais advindas da Conferência Municipal de Cultura – CMC e do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC consolidadas no Plano Municipal de Cultura - PMC.

Art. 76 - Os Sistemas Municipais Setoriais constituídos e os que venham a ser criados, integram o Sistema Municipal de Cultura, - SMC conformando subsistemas que se conectam a estrutura federativa, à medida que os sistemas de cultura nos demais níveis de governo forem sendo instituídos.

Art. 77 - As interconexões entre os Sistemas Setoriais e o Sistema Municipal de Cultura - SMC são estabelecidas por meio das coordenações e das instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais.

Art. 78 - As instâncias colegiadas dos Sistemas Setoriais devem ter participação da sociedade civil e considerar o critério territorial na escolha dos seus membros.

Art. 79 - Para assegurar as conexões entre os Sistemas Setoriais, seus colegiados e o Sistema Municipal de Cultura - SMC, as coordenações e as instâncias colegiadas setoriais devem ter assento no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC com a finalidade de propor diretrizes para elaboração das políticas próprias referentes às suas áreas e subsidiar nas definições de estratégias de sua implementação.

## TÍTULO III

### DO FINANCIAMENTO

#### CAPÍTULO I

##### Dos Recursos

Art. 80 - O Fundo Municipal da Cultura – FMC é a principal fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Parágrafo único - O orçamento do Município se constitui, também, fonte de recursos do Sistema Municipal de Cultura.

Art. 81 - O financiamento das políticas públicas de cultura estabelecidas no Plano Municipal de Cultura far-se-á com os recursos do Município, do Estado e da União, além dos demais recursos que compõem o Fundo Municipal da Cultura – FMC.

Art. 82 - O Município deverá destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC, para uso como contrapartida de transferências dos



Fundos Nacional e Estadual de Cultura.

§ 1º - Os recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura serão destinados a:  
I - políticas, programas, projetos e ações previstas nos Planos Nacional, Estadual ou Municipal de Cultura;  
II - para o financiamento de projetos culturais escolhidos pelo Município por meio de seleção pública.

§ 2º - A gestão municipal dos recursos oriundos de repasses dos Fundos Nacional e Estadual de Cultura deverá ser submetida ao Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

Art. 83 - Os critérios de aporte de recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC deverão considerar a participação dos diversos segmentos culturais e territórios na distribuição total de recursos municipais para a cultura, com vistas a promover a desconcentração do investimento, devendo ser estabelecido anualmente um percentual mínimo para cada segmento/território.

## CAPÍTULO II

### Da Gestão Financeira

Art. 84 - Os recursos financeiros da Cultura serão depositados em conta específica, e administrados pela Secretaria Municipal de Cultura e instituições vinculadas, sob fiscalização do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

§ 1º - Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Cultura – FMC serão administrados pela Secretaria Municipal de Cultura.

§ 2º - A Secretaria Municipal de Cultura acompanhará a conformidade à programação aprovada da aplicação dos recursos repassados pela União e Estado ao Município.

Art. 85 - O Município deverá tornar público os valores e a finalidade dos recursos recebidos da União e do Estado, transferidos dentro dos critérios estabelecidos pelo Sistema Nacional e pelo Sistema Estadual de Cultura.

Parágrafo único - O Município deverá zelar e contribuir para que sejam adotados pelo Sistema Nacional de Cultura critérios públicos e transparentes, com partilha e transferência de recursos de forma equitativa, resultantes de uma combinação de indicadores sociais, econômicos, demográficos e outros específicos da área cultural, considerando as diversidades regionais.

Art. 86 - O Município deverá assegurar a condição mínima para receber os repasses dos recursos da União, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura, com a efetiva instituição e funcionamento dos componentes mínimos do Sistema Municipal de Cultura e a alocação de recursos próprios destinados à Cultura na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Fundo Municipal de Cultura.

## CAPÍTULO III

### Do Planejamento e do Orçamento

Art. 87 - O processo de planejamento e do orçamento do Sistema Municipal de Cultura – SMC deve buscar a integração do nível local ao nacional, ouvidos seus órgãos deliberativos, compatibilizando-se as necessidades da política de cultura com a disponibilidade de recursos próprios do Município, as transferências do Estado e da União e outras fontes de recursos.

Parágrafo único - O Plano Municipal de Cultura será à base das atividades e programações do Sistema Municipal de Cultura e seu financiamento será previsto no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 88 - As diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Cultura serão propostas pela Conferência Municipal de Cultura e pelo Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC.

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 89 - O Município de Presidente Nereu está integrado ao Sistema Nacional de Cultura – SNC por meio do Acordo de Cooperação Federativa, número do Processo: 01400.01993/2013, com vigência por tempo indeterminado a partir da data da celebração em 07/11/2013, assinado com o Ministério da Cultura.

Art. 90 - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, constitui crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas, previsto no artigo 315 do Código Penal, a utilização de recursos financeiros do Sistema Municipal de Cultura – SMC em finalidades diversas das previstas nesta lei.

Art. 91 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto, no que for necessário.

Art. 92 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 30 de novembro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL



**LEI 1549/2017**

Publicação Nº 1442015

LEI Nº 1549/2017, DE 30/11/2017.

Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal - SIM e sobre os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam bebidas e alimentos de origem animal e vegetal para comercialização e dá outras providências.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Esta Lei fixa normas de inspeção sanitária no Município de Presidente Nereu- SC, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal - SIM e dá outras providências.

Art. 2º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM será prestado de acordo com esta Lei e com os princípios e regras da sanidade agropecuária, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em conformidade com a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, Lei Federal nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Lei Federal nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006, Lei nº 8.078/1990 e outras normas e regulamentos provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia e do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI.

Art. 3º A inspeção sanitária das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final.

Art. 4º A responsabilidade pelas atividades de inspeção sanitária e atenção à sanidade agropecuária do Serviço de Inspeção Municipal - SIM, no âmbito de sua jurisdição, caberá a Secretaria Municipal da Agricultura.

§ 1º Para facilitar o desenvolvimento das atividades em consonância com o SUASA, o Município poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com outros Municípios através do CIM-AMAVI, com o Estado de Santa Catarina e com a União.

§ 2º O Município e os estabelecimentos interessados deverão promover adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI individualmente, por meios próprios, ou através do CIM-AMAVI, quando então os procedimentos adotados no âmbito local deverão estar em consonância com as deliberações tomadas no âmbito do CIM-AMAVI.

§ 3º Após a adesão do Serviço de Inspeção Municipal - SIM ao SUASA os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º São princípios a serem observados nos serviços de inspeção sanitária:

- I - promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural familiar de pequeno porte;
- II - ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;
- III - promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço.

Art. 6º Estão sujeitos à inspeção prevista nesta lei:

- I - carnes e derivados;
- II - leite e derivados;
- III - produtos de abelhas e derivados;
- IV - ovos e derivados;
- V - pescado e derivados;
- VI - frutas, hortaliças e seus subprodutos;
- VII - cereais e seus subprodutos;
- VIII - bebidas;
- IX - outros produtos de origem animal e vegetal.

Art. 7º A inspeção sanitária se dará:

- I - nos estabelecimentos que recebem matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos e bebidas para comercialização, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;
- II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

Art. 8º O Serviço de Inspeção Municipal - SIM poderá ser executado de forma permanente ou periódica.

§ 1º A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

§ 2º Entende-se por espécies de animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiro ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 3º Nos demais estabelecimentos previstos nesta lei a inspeção será executada de forma periódica.

§ 4º Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

Art. 9º A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por servidor público concursado e devidamente habilitado do quadro da Secretaria de Agricultura do Município.

§ 1º Os servidores públicos designados para integrar a equipe responsável pela inspeção terão suas funções estabelecidas na forma desta lei, de seu regulamento, de normativas do CIM-AMAVI e da Legislação Federal e Estadual vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas em lei.

§ 2º Nos casos de vacância do cargo efetivo de médico veterinário, em caráter de emergência pelo risco à saúde pública pela falta de responsável pelo serviço de inspeção, poderá ser contratado profissional em caráter temporário para atender o serviço de inspeção, por tempo não superior a 12 (doze) meses, na forma da lei.

Art. 10. Para acesso ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM o estabelecimento interessado deverá apresentar requerimento dirigido ao responsável da Secretaria Municipal de Agricultura, solicitando a inspeção e apresentando toda documentação exigida pelo processo de registro, definido em decreto regulamentar.

§ 1º Os estabelecimentos já existentes, para se adequarem a esta lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no Serviço de Inspeção Municipal - SIM, definidos em decreto regulamentar.

§ 2º Deverá ser submetido à aprovação do Serviço de Inspeção Municipal - SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

Art. 11. As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação será estabelecida em decreto regulamentar e de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei.

Art. 12. A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamentos técnicos de identidade e qualidade, portarias, instruções normativas, manuais e normas federais, estaduais ou municipais especificadas em decreto regulamentar e de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei.

Art. 13. Todas as ações da inspeção e da vigilância sanitária serão executadas visando à segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e regulamentos, para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo único. O Serviço de Inspeção Municipal - SIM e o trabalho da Vigilância Sanitária serão desenvolvidos em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade.

Art. 14. As infrações às normas previstas nesta Lei serão apuradas em processo administrativo próprio, juntamente as sanções e penalidades, sem prejuízo da responsabilidade de natureza cível e penal cabível.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM e terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 15. Serão considerados responsáveis por infrações as pessoas físicas ou jurídicas fornecedores de matérias-primas ou de produtos de origem animal, proprietários/locatários ou arrendatários de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Municipal - SIM ou que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal.

Parágrafo único. A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias primas.

Art. 16. Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o Serviço de Inspeção Municipal - SIM deverá adotar isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:

- I - Apreensão do produto;
- II - Suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas; e
- III coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais.

§ 1º Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.

§ 2º A retomada do processo de fabricação ou a liberação do produto sob suspeita será autorizada caso o Serviço de Inspeção Municipal - SIM constate a inexistência ou a cessação da causa que motivou a adoção da medida cautelar.

§ 3º O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.

Art. 17. Sem prejuízo da responsabilidade cível e penal, a infração à legislação referente ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - advertência escrita, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, nos casos não compreendidos no inciso anterior;

III - apreensão e perda das matérias-primas ou dos produtos de origem animal e vegetal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam ou forem adulterado;

IV - Suspensão das atividades, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitárias ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V - interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;

VI - cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento do estabelecimento.

§ 1º O valor da multa referida no inciso II do caput será fixado pela autoridade competente para inspecionar e fiscalizar, não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário, sendo que:

I - Na fixação da pena de multa deve-se atender, principalmente, a situação econômica do infrator e se o ato foi praticado mediante artil, simulação, desacato e embaraço à ação fiscal;

II - a multa pode ser aumentada até o triplo, se a autoridade competente considerar que, em virtude da situação econômica do infrator, é ineficaz, embora aplicada no máximo;

III - o valor da multa será atualizado, quando da cobrança, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, índice de correção monetária oficial do governo federal.

§ 2º As multas a que se refere a presente lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

§ 3º A interdição de que trata o inciso V do caput poderá ser levantada, após atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 4º Se a interdição não for levantada, será efetuada a cassação do Alvará de Licença de Localização e Funcionamento, no prazo de:

I - 10 (dez) dias, quando a autuação ocorrer em virtude de adulteração do produto;

II - 30 (trinta) dias, quando a autuação ocorrer pelo não atendimento das condições higiênico-sanitárias exigidas.

§ 5º As multas não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro do estabelecimento ou da ação cível ou criminal, quando tais medidas couberem.

Art. 18. Caracterizam embaraço à ação fiscalizadora, sem prejuízo de outras previsões desta lei, quando o infrator:

I - Embaraçar a ação de servidor no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - Desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor;

III - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

IV - Simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

V - Construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal; (ACRESCENTAR)

VI - Utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;

VII - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou cometer qualquer sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM e ao consumidor;

VIII - fraudar documentos oficiais;

IX - Fraudar registros sujeitos à verificação pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

X - Não cumprir os prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações; ou

XII - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 19. Ficam instituídas as taxas de inspeção e fiscalização e de serviços públicos constantes do Anexo Único desta Lei, decorrentes da atuação institucional do Serviço de Inspeção Municipal - SIM.

Parágrafo único. O valor das taxas será reajustado, anual e automaticamente, na primeira quinzena do mês de dezembro, pela variação acumulada do período de 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou na falta deste, por outro índice que o substitua.

Art. 20. As taxas instituídas têm como fato gerador:

I - a prática de atos em razão do exercício do poder de polícia;

II - a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos que compõem o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Art. 21. O valor da taxa deverá ser pago em postos bancários, devidamente autorizados a receber os valores dos tributos e multas pelo órgão ou entidade competente pela inspeção e fiscalização sanitária.

Parágrafo único. A autoridade competente pode, em casos ou situações excepcionais, autorizar o recebimento do valor da taxa em locais

ou por estabelecimentos ou pessoas diversas daqueles compreendidos nas disposições do caput.

Art. 22. O contribuinte da obrigação tributária é a pessoa jurídica ou física beneficiária do serviço prestado, e o responsável tributário pelo pagamento a pessoa que o solicitou.

Art. 23. Competem aos agentes do Serviço de Inspeção Municipal - SIM os atos típicos de lançamento, arrecadação, controle e fiscalização das taxas, sem prejuízo do exercício da competência originária dos fiscais da Tributação Municipal para a prática dos atos de lançamento e fiscalização dos demais tributos de competência do Município.

Parágrafo único. A competência dos agentes do Serviço de Inspeção Municipal - SIM compreende, inclusive, a aplicação de penalidades pelo inadimplemento da obrigação tributária ou pelo descumprimento desta Lei.

Art. 24. Os recursos financeiros arrecadados em decorrência da cobrança de taxas, preços públicos e multas no âmbito do Serviço de Inspeção Municipal - SIM:

I - Devem ser aplicados exclusivamente na melhoria, modernização, expansão, realização dos serviços de inspeção e fiscalização e de outras atividades do SIM;

II - podem ser destinados a fundos ou reservas financeiras para a aquisição de infraestrutura para o serviço.

Art. 25. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR será a instância local de discussão, sugestão e definição de assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e sobre a criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Parágrafo único. No âmbito do CIM-AMAVI será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar com a participação de representantes das Secretarias Municipais da Agricultura, da Saúde ou equivalentes, para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Art. 26. Os recursos financeiros necessários à implementação da presente lei e do Serviço de Inspeção Municipal - SIM serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no orçamento do Município e ou no contrato de rateio do CIM-AMAVI, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos e de recursos das demais instâncias do SUASA.

Art. 27. Fica autorizado o Município a firmar contrato de programa e de rateio com o CIM-AMAVI para implementação dos serviços de inspeção sanitária em consonância com o SUASA, ficando ainda autorizado a firmar gestão associada com o CIM-AMAVI para a prestação dos serviços de inspeção e fiscalização sanitária e outras atividades, e exercer outras competências relativas ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM, de acordo com as disposições da Lei Federal nº 11.107 de 2007 e sua regulamentação vigente.

Art. 28. Os casos omissos ou duvidosos na execução da presente lei, bem como de sua regulamentação, serão resolvidos através de normativas da Secretaria de Agricultura e/ou do CIM-AMAVI, desde que estejam de acordo com as normas citadas no art. 2º desta lei e tenham sido discutidas no âmbito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 30. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 30 de novembro de 2017.

ISAMAR DE MELO

PREFEITO MUNICIPAL

"ANEXO ÚNICO"

Taxas do Serviço de Inspeção Municipal - SIM

1 - FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA PRODUÇÃO DE:	UNIDADE	VALOR
Bovinos e Bufalino:	Cabeça	R\$ 10,00
a) Para abate	Cabeça	R\$ 10,00
b) Para cria e recria (confinamento)	Cabeça	R\$ 10,00
c) Para leite		
Suínos:	Cabeça	R\$ 10,00
a) Para abate	Cabeça	R\$ 10,00
b) Para cria e recria (confinamento)		
Ovinos e Caprinos:	Cabeça	R\$ 10,00
a) Para abate	Cabeça	R\$ 10,00
b) Para cria e recria (confinamento)	Cabeça	R\$ 10,00
c) Para leite		
Aves:	centena ou fração	R\$ 20,00
a) Para abate	centena ou fração	R\$ 20,00
b) Para cria e recria (confinamento)	centena ou fração	R\$ 20,00
c) Para postura (confinamento)		
Peixes:	centena ou fração	R\$ 20,00
a) Para abate	centena ou fração	R\$ 20,00
b) Para cria e recria (confinamento)	milheiro ou fração	R\$ 20,00
c) Alevinos		

Coelhos:		
a) Para abate	cabeça	R\$ 5,00
b) Para cria e recria (confinamento)	cabeça	R\$ 5,00
Animais exóticos (javali, ema, outros):		
a) Para abate	cabeça	R\$ 25,00
b) Para cria e recria (confinamento)	cabeça	R\$ 25,00
<b>2 - FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS:</b>		
a) Carnes e seus derivados	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
b) Leite e seus derivados	centena de litros ou fração	R\$ 0,50
c) Mel e seus derivados	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
d) Ovos e seus derivados	centena ou fração	R\$ 0,50
e) Pescado e seus derivados	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
f) Frutas, hortaliças e seus subprodutos	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
g) Cereais e seus subprodutos	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
h) Bebidas	centena de litros ou fração	R\$ 0,50
i) Outros produtos de origem animal e vegetal	centena de quilos ou fração	R\$ 0,50
<b>3- FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DO ESTABELECIMENTO</b>		
a) Emissão de certificado de inspeção sanitária	unidade	R\$ 5,00
b) Aprovação de projetos não residenciais, sujeitos à aprovação do SIM	por metro quadrado de área construída	R\$ 0,40
c) Vistoria para encerramento de atividade de estabelecimento registrado ou alteração de registro ou de endereço	unidade	R\$ 80,00
d) Registro do estabelecimento	unidade	R\$ 50,00
e) Registro de produtos, rótulos ou embalagens	unidade	R\$ 140,00

#### JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI 38/2017

O projeto de lei que ora submetemos a apreciação dessa Egrégia Câmara de Vereadores, tem por objeto a alteração da lei que instituiu o Serviço de Inspeção Municipal – SIM e os procedimentos para acesso ao serviço de inspeção sanitária de estabelecimentos que produzam bebidas e alimentos para comercialização de origem animal e vegetal visando a sua equivalência à legislação federal.

A alteração inclui penalidades para as infrações que venham a ser cometidas por aqueles que não cumpram a legislação e normas vigentes do Serviço de Inspeção. A existência de legislação, normativas e regulamentos técnicos asseguram e orientam para que se obtenha qualidade e inocuidade dos produtos, dessa forma evitando a existência de doenças que possam ser veiculados por esses alimentos, e consequentemente protegendo o consumidor final (população).

Ademais, trata-se de uma exigência do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA, para que o Município seja auditado com vistas a adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI, e dessa forma, se cumprir todos os requisitos legislação, infraestrutura técnica e administrativa, ações de educação sanitária e de combate a clandestinidade, conseguirá a equivalência de Serviço, sendo então permitida a comercialização de produtos com registro no SIM para todo o Brasil. Tal adesão será solicitada através do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI – CIM-AMAVI, que intermediará e apoiará os Municípios Consorciados para integração ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.

Diante do exposto, solicitamos aos Edis, a aprovação do presente Projeto de Lei.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### LEI 1550/2017

Publicação Nº 1442019

LEI Nº 1550/2017, DE 30/11/2017.

DISPÕE SOBRE REGRAS DO ESTÁGIO ESTUDANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O estágio prestado nos órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes do Município reger-se-á pelas disposições da presente Lei e, no que couber pelo disposto na Lei Federal 11.788, de 25 de setembro de 2008.

Art. 2º Os órgãos que tenham condições de proporcionar experiência prática, preferencialmente na linha de formação específica de cada curso, poderão aceitar, como estagiários, educandos que, regularmente matriculados, estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º Para a concessão de estágio é obrigatório a celebração de convênio com a instituição de ensino, no qual se explicita o processo educativo compreendido nas atividades programadas para o educando, devendo o estágio ser realizado no órgão da entidade concedente.



§ 2º Somente poderão ser aceitos estudantes de cursos cujas áreas estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos desenvolvidos pelo órgão onde se realiza o estágio.

Art. 3º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, devendo haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, consideram-se:

- I - Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;
- II - Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Art. 4º O estagiário somente será admitido após aprovação prévia em processo seletivo simplificado público de provas ou de provas e títulos, que atenda aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da Administração Pública.

Parágrafo único. A entidade concedente deverá dar publicidade ao processo seletivo nas instituições de ensino, possibilitando o acesso mais amplo possível às informações.

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – Identificar oportunidades de estágio;
- II – Ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – Encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – Cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Art. 6º O local de estágio pode ser selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino ou pelos agentes de integração.

Art. 7º A realização do estágio ocorrerá mediante termo de compromisso celebrado entre o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando for absoluta ou relativamente incapaz, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, no qual deverá estar mencionado pelo menos:

- I - Os dados de identificação das partes, inclusive cargo e função do supervisor do estágio da parte concedente e do orientador da instituição de ensino;
- II - As responsabilidades de cada uma das partes;
- III - o objetivo do estágio;
- IV - A definição da área do estágio;
- V - O plano de atividades com vigência, na forma do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 11.788/2008;
- VI - A jornada de atividades do estagiário, nos horários de funcionamento do órgão e compatível com o horário escolar;
- VII - a definição do intervalo na jornada diária;
- VIII - a vigência do termo de compromisso;
- IX - Os motivos de rescisão;
- X - A concessão do recesso dentro do período de vigência do termo de compromisso;
- XI - o valor da bolsa, quando concedida;
- XII - o valor do auxílio-transporte, quando concedido;
- XIII - a advertência do que dispõe o parágrafo sexto do art. 8º desta Lei;
- XIV - o número da apólice e a companhia de seguros;
- XV - a menção de que o estágio não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza;
- XVI - a obrigação do estagiário de cumprir as normas disciplinares de trabalho e preservar sigilo referente às informações que tiver acesso;
- XVII - a menção do convênio a que se vincula.

§ 1º O estágio, seja qual for sua modalidade, não caracteriza vínculo de emprego de qualquer natureza, não sendo devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.

§ 2º A instituição de ensino conveniada deverá comprovar, semestralmente, a matrícula e frequência regular do estagiário contratado através de atestado.

§ 3º O estagiário deve residir no Município de Presidente Nereu - SC.



§ 4º A unidade concedente deverá ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultura.

§ 5º A parte concedente deverá manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

Art. 8º Fica autorizada a criação de 06 (seis) vagas para estagiários na educação superior, 02 (duas) vagas para estagiários na educação profissional, 06 (vagas) vagas para estagiários no ensino médio, não podendo o número de vagas destinadas a estágio exceder a 20% (vinte por cento) do número total de servidores públicos da entidade concedente.

§ 1º Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.

§ 2º Não se aplica o limite disposto no caput deste artigo aos estágios de nível superior e de nível médio profissional.

Art. 9º A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno/estagiário ou seu representante ou assistente legal, devendo constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular, tendo como carga horária mínima 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais;

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 10 O estagiário poderá receber bolsa e auxílio-transporte na hipótese de estágio obrigatório, sendo compulsória a concessão quando não obrigatório o estágio.

§ 1º O valor da bolsa-auxílio para os beneficiados por esta Lei são os seguintes:

- I - Estudante do ensino médio regular: R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) por hora efetivamente realizada;
- II - Estudante do ensino profissional de nível médio: R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) por hora efetivamente realizada;
- III - estudante do ensino superior: R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos) por hora efetivamente realizada;

§ 2º A eventual concessão de bolsa-auxílio e de benefícios relacionados a transporte não caracteriza vínculo empregatício.

§ 3º Será considerado para efeito de cálculo do pagamento da bolsa e do auxílio-transporte, além da proporcionalidade da jornada de atividades a que estiver submetido, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de falta não justificada e a parcela de salário diária proporcional aos atrasos, ausências injustificadas e saídas antecipadas.

§ 4º A despesa decorrente da concessão só poderá ser efetuada se houver prévia e suficiente dotação orçamentária constante do orçamento da entidade onde se realizar o estágio.

§ 5º O estagiário deverá assinar recibo de pagamento de bolsa e auxílio-transporte, quando percebidos.

§ 6º Caso o estagiário não informe de imediato à entidade concedente, por escrito, qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele sua matrícula, deverá ressarcir o valor total recebido a título de bolsa ou auxílio-transporte no período em que esteve irregular com a instituição de ensino.

Art. 11 O valor da bolsa e do auxílio-transporte será reajustado na data e no mesmo percentual atribuído pela revisão geral anual aos vencimentos dos servidores públicos municipais de Presidente Nereu – SC.

Art. 12 A parte concedente deverá indicar servidor de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.

Parágrafo único. A unidade concedente deverá enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com visto obrigatório do supervisor e do estagiário, incluindo, por ocasião, menção de aprovação final.

Art. 13 É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 14 Para execução do disposto nesta Lei caberá à unidade de Recursos Humanos:

- I - participar da elaboração dos convênios a serem celebrados com as instituições de ensino;
- II - lavrar o Termo de Compromisso a ser assinado pelas partes;
- III - receber das unidades onde se realizar o estágio, os relatórios, avaliações e frequência do estagiário.

Art. 15 A parte concedente deverá contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino, de acordo com o avençado entre esta e a entidade concedente.

Art. 16 Em nenhuma hipótese poderá ser cobrada do estagiário qualquer taxa referente às providências administrativas para a obtenção do estágio curricular.

Art. 17 Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Art. 18 A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Parágrafo único. A prorrogação, respeitado o limite disposto no caput deste artigo, sempre se dará a critério da entidade concedente.

Art. 19 Ocorrerá a rescisão do termo de compromisso:

- I - Automaticamente, ao término do estágio;
- II - A qualquer tempo no interesse da entidade concedente, mediante decisão motivada;
- III - se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho na entidade concedente ou na instituição de ensino;
- IV - A pedido por escrito do estagiário, com a anuência da instituição de ensino;
- V - em decorrência do descumprimento de qualquer obrigação assumida no termo de compromisso;
- VI - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de 05 (cinco) dias, consecutivos ou não, no período de um mês, ou por trinta dias durante todo o período do estágio;
- VII - pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário ou falta de frequência deste;
- VIII - por motivo que configure falta grave no âmbito da administração pública, nos termos do estatuto do servidor público municipal, ou contrariedade aos princípios e normas que regem a Administração Pública.

Art. 20 Por ocasião do desligamento do estagiário, a parte concedente deverá entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Nereu, 30 de novembro de 2017.

ISAMAR DE MELO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Princesa

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 227 DE 30.11.2017

Publicação Nº 1442522

PORTARIA Nº. 227, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o artigo 132 da Lei 109, de 28 de dezembro de 2004.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, conforme período aquisitivo e período de gozo abaixo relacionado:

Servidora	Cargo	Período aquisitivo	Períodos de gozo
BERENICE S. R. HOFFMANN	PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL-ES-PANHOL	01.02.2016 a 31.01.2017	26.12.2017 à 24.01.2018

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26.12.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 30 de Novembro de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

### PREGÃO 56/2017-PM - VASOS DE FLORES

Publicação Nº 1442299

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 98/2017-PM

Pregão Presencial 56/2017-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de VASOS DE FLORES". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 13 de dezembro de 2017, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail [compras@princesa.sc.gov.br](mailto:compras@princesa.sc.gov.br) ou no endereço eletrônico [www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br). Princesa/SC, 30 de novembro de 2017. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### DECRETO 3.888 - SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 1443001

DECRETO Nº 3888, de 30 de novembro de 2017

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.122, de 25 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 242.060,29( duzentos e quarenta e dois mil, sessenta reais e vinte e nove centavos )

Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Aquisição de Veículos	06.002.0012.0361.0006.1030.34490000000000.01640424	242.060,29

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		01640424	242.060,29

Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 30 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp  
Secretário de Administração e Finanças

### LOA 2018

Publicação Nº 1441837

LEI Nº. 2.179, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Rio do Campo para o Exercício de 2018".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais. Faço saber a todos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Rio do Campo para o exercício de 2018, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 25.030.618,20 (Vinte e cinco milhões, trinta mil, seiscentos e dezoito reais e vinte centavos). Para a Administração Direta (Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fundo de Saúde) o valor de R\$ 20.456.587,77 (Vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos) e para a Administração Indireta (Regime Próprio de Previdência Social), o valor de R\$ 4.574.030,43 (Quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, trinta reais e quarenta e três centavos).

DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (Prefeitura, Câmara e Fundos)

Art. 2º O Orçamento da Administração Direta para o exercício de 2018 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 20.456.587,77 (Vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos)

§ 1º A receita da Administração Direta será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
RECEITAS	4000000000000000	S	23.090.571,56	0,00
Receitas Correntes	4100000000000000	S	20.406.207,55	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4110000000000000	S	2.200.380,64	0,00
Contribuições	4120000000000000	S	329.567,33	0,00
Receita Patrimonial	4130000000000000	S	152.361,55	0,00
Receita de Serviços	4160000000000000	S	134.349,90	0,00
Transferências Correntes	4170000000000000	S	17.539.556,23	0,00
Outras Receitas Correntes	4190000000000000	S	49.991,90	0,00
Receitas de Capital	4200000000000000	S	2.684.364,01	0,00
Operações de Crédito	4210000000000000	S	743.071,66	0,00
Alienação de Bens	4220000000000000	S	184.742,11	0,00
Transferências de Capital	4240000000000000	S	1.756.550,24	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	9000000000000000	S	(2.633.983,79)	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	9100000000000000	S	(2.633.983,79)	0,00
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	9110000000000000	S	(48.884,44)	0,00
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	9170000000000000	S	(2.585.099,35)	0,00
Total:			20.456.587,77	100,00

§ 2º A despesa da Administração Direta será realizada, segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – Classificação Institucional

01 – Poder Legislativo	R\$	1.010.000,00
02 – Poder Executivo Municipal	R\$	558.392,45
03 – Secretaria de Administração e Finanças	R\$	3.018.856,46
04 – Sec. Transportes , Obras e Serv.Públicos	R\$	2.041.447,55
05 – Secretaria de Serviços Urbanos	R\$	2.414.866,96
06 – Secretaria de Educação	R\$	5.411.362,12
07 – Secretaria de Cultura e Turismo	R\$	384.918,08
08 – Secretaria de Esporte e Lazer	R\$	249.171,00
09 – Sec.Agricult.Desenv.Econ.Meio Ambie	R\$	618.015,55
10 – Fundo de Assistência Social de RC	R\$	583.446,73
11 – Fundo de Saúde	R\$	4.160.630,87
13 – Plano Local de Habitac. Interess.Social	R\$	5.480,00

TOTAL R\$ 20.456.587,77

#### II – Classificação por Função

01 – Legislativa	R\$	1.010.000,00
04 – Administração	R\$	3.452.522,06
06 – Segurança Pública	R\$	126.661,31
08 – Assistência Social	R\$	164.201,58
10 – Saúde	R\$	4.160.630,87
12 – Educação	R\$	5.411.362,12
13 – Cultura	R\$	381.756,08
15 – Urbanismo	R\$	1.532.405,11
16 – Habitação	R\$	5.480,00
17 – Saneamento	R\$	337.798,75

20 – Agricultura	R\$	618.015,55
23 – Comércio e Serviços	R\$	3.162,00
24 – Comunicações	R\$	2.700,00
25 – Energia	R\$	415.301,79
26 – Transportes	R\$	2.041.447,55
27 – Desporto e Lazer	R\$	249.171,00
28 – Encargos Especiais	R\$	525.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	18.972,00

TOTAL R\$ 20.456.587,77

III – Classificação por Programa – Está demonstrado através do Anexo 07 - Programa de Trabalho por Função/Subfunção/Programa/Ação, o qual é parte integrante desta Lei.

IV – Classificação segundo a natureza - Administração Direta:

3000000000000000	DESPESAS CORRENTES	17.074.219,17
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.752.728,22
3200000000000000	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	118.000,00
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.203.490,95
4000000000000000	DESPESAS DE CAPITAL	3.363.396,60
4400000000000000	INVESTIMENTOS	3.033.396,60
4600000000000000	AMORTIZACAO DA DIVIDA	330.000,00
9000000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	18.972,00
9900000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	18.972,00
	TOTAL	20.456.587,77

#### DO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (RPPS)

Art. 3º O Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio do Campo - RIOPREV, para o exercício de 2018, estima a receita em R\$ R\$ 4.574.030,43 (Quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, trinta reais e quarenta e três centavos), e fixa a despesa em igual valor.

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições estimadas para 2018, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
RECEITAS	4000000000000000	S	4.574.030,43	0,00
Receitas Correntes	4100000000000000	S	2.414.866,12	0,00
Contribuições	4120000000000000	S	633.745,75	0,00
Receita Patrimonial	4130000000000000	S	1.568.209,07	0,00
Outras Receitas Correntes	4190000000000000	S	212.911,30	0,00
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	4700000000000000	S	2.159.164,31	0,00
Receita de contribuições - intra-orçamentárias	4720000000000000	S	2.159.164,31	0,00



Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Total:			4.574.030,43	100,00

§ 2º A despesa da Administração Indireta será realizada, segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – Classificação Institucional

12 – Regime Próprio de Previdência R\$ 4.574.030,43  
TOTAL R\$ 4.574.030,43

§ 3º A Despesa do RPPS, será realizada segundo apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza, distribuída da seguinte forma:

II - Classificação por função		
09 – Previdência Social	R\$	3.047.159,80
99 – Reserva de Contingência	R\$	1.526.870,63
TOTAL	R\$	4.574.030,43
III – Classificação segundo a natureza		

3000000000000000	DESPESAS CORRENTES	3.047.159,80
3100000000000000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.002.931,06
3300000000000000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.228,74
9000000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.526.870,63
9900000000000000	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.526.870,63
	TOTAL	4.574.030,43

Art. 4º Os recursos da reserva de contingência são destinados ao atendimento passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, sendo R\$ 18.972,00 (dezoito mil, novecentos e setenta e dois reais) para a Prefeitura e R\$ 1.526.870,63 (Um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e setenta reais e sessenta e três centavos) para o RPPS.

§ 1º A utilização dos recursos da reserva de contingência será feita através de Lei Municipal, observando o limite para cada evento de riscos específicos neste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como “outros riscos e eventos fiscais imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não previstas.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar e abrir créditos adicionais suplementares, por ato próprio, nas dotações no mesmo grupo de natureza de despesa ou de um grupo de natureza de despesa para outro dentro do orçamento de cada Órgão e Unidade Orçamentária, nos termos do Inciso I do Art. 7º combinado com o art.43 da lei Federal nº 4.320/94.

§ 1º - Consideram-se recursos e limites, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I – o superávit financeiro apurado do exercício anterior, até o limite de 100%;

II - os provenientes do excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, até o limite de 100%;

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de Créditos Adicionais, autorizados em lei, até o limite de 40%.

§ 2º - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, programas, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos atividades ou operações especiais.

Art. 8º Os Orçamentos do Fundo Municipal de Saúde, Câmara Municipal de Vereadores e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais serão contabilizados separadamente, e seus programas farão parte do Orçamento Geral.

Art. 9º Comprovado o interesse Público Municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 10 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal e Estadual, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 11 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 30 de novembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp  
Secretário de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017**

Publicação Nº 1442182

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRITAS NO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO-SC.

Nº INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	CARGO
01	ELIANE CARVALHO	AG. SERVIÇOS GERAIS
02	CLEIDIANE MALINOSKI ELLER	AG. SERVIÇOS GERAIS
03	LOURDES APARECIDA SILVERIO	AG. SERVIÇOS GERAIS
04	BRUNA MANFRINI	AG. SERVIÇOS GERAIS
05	ROSANGELA APARECIDA RECH FLORENTINO DA SILVA	AG. SERVIÇOS GERAIS
06	CLAUDIA ANDERSEN	AG. SERVIÇOS GERAIS
07	PATRICIA APARECIDA DUBIELA	AG. SERVIÇOS GERAIS
08	ALZIRA TAMBOZI	AG. SERVIÇOS GERAIS
09	EZILDA RIBEIRO DA SILVA	AG. SERVIÇOS GERAIS
10	LUCIA VERGELINO	AG. SERVIÇOS GERAIS
11	SIMONE LEPCHAK	AG. SERVIÇOS GERAIS
12	ALVINA TAMBOSI	AG. SERVIÇOS GERAIS
13	REGIANE ZANELATO	AG. SERVIÇOS GERAIS
14	CLAUDIA APARECIDA BARBOSA	AG. SERVIÇOS GERAIS
15	CRISTIANE PINZEGHER	AG. SERVIÇOS GERAIS
16	SILVANA APARECIDA DE OLIVEIRA	AG. SERVIÇOS GERAIS
17	CLAUDINEIA SALVADOR FERNANDES	AG. SERVIÇOS GERAIS
18	ALEXANDRA CRUZ DE OLIVEIRA	AG. SERVIÇOS GERAIS
19	ISABEL PAWLACK	AG. SERVIÇOS GERAIS
20	LAÍS FORMIGARI	AG. SERVIÇOS GERAIS
21	CELIA SEMIANO MATCHACK	AG. SERVIÇOS GERAIS
22	LIDIANE MARAFON	AG. SERVIÇOS GERAIS
23	DORALINA DA COSTA	AG. SERVIÇOS GERAIS
24	KARINE APARECIDA CORREIA	AG. SERVIÇOS GERAIS
25	REGIANE ESTER CLAUDINO	AG. SERVIÇOS GERAIS
26	SOLANGE PEREIRA DOS SANTOS	AG. SERVIÇOS GERAIS

Rio do Campo-SC, em 01 de dezembro de 2017.

Antonio Carlos Contezini

Presidente

## Rio do Sul

## PREFEITURA

**ATA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES**

Publicação Nº 1442009

**REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO  
DOS VALORES BÁSICOS DO METRO QUADRADO  
DO TERRENO E DAS EDIFICAÇÕES**

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se na Sala de Licitações, localizado no térreo da Prefeitura Municipal, sita a Praça 25 de Julho, nº 01, os membros que compõem a Comissão para Avaliação e Definição dos Valores Básicos do Metro Quadrado dos Terrenos e Edificações nomeada através do Decreto Municipal nº 1.533, datado de vinte e nove de novembro de 2010, e alterações posteriores conforme Decreto nº 3531, de 07 de agosto de 2013; Decreto 4068, de 21 de maio de 2014; Decreto nº 4155, de 27 de junho de 2014; Decreto 4607, de 19 de março de 2015; Decreto Nº 5413, de 14 de julho de 2016; Decreto Nº 6513, de 13 de setembro de 2017; composta pelos seguintes membros: Representando a Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEAVI, o Sr. Valdemiro Avi Filho, como membro titular e o Sr. Antonio Carlos de Oliveira, membro suplente; representando a Associação Empresarial de Rio do Sul – ACIRS, o Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, como membro titular e o Sr. Volir José Correia, membro suplente; como representantes dos corretores de imóveis, os senhores: Juliano Ohf Dalfovo e Valdecir Luchtenberg como membros titulares. Levi Ernani Dalfovo e Leonardo Deola, como membros suplentes; sendo representantes da Secretaria de Planejamento o Sr. Marcelo Slomp, como membro titular e o Sr. Thomas Henry Grandberg, como membro suplente; como representantes da Secretaria de Administração, a Sra. Iara Paladino Maia como membro titular e a Sra. Maisa da Luz, como membro suplente. Tendo como representantes da Secretaria da Fazenda, do Departamento de Arrecadação, o Sr. Jonny

Schmidt, como membro titular e a Sra. Patricia Raquel Mayr como membro suplente; e do Departamento de Fiscalização Tributária, o Sr. José Luiz do Nascimento, como membro titular e o Sr. Rafael Irineu Fachini, como membro suplente. Sob a presidência do Sr. Sandro Renato Sofka, Diretor do Departamento de Cadastro Multifinalitário, contando com a presença dos seguintes membros: Sr. Juliano Ohf Dalfovo, Sr. Marcelo Figueiredo Luciano, Sr. Valdemiro Avi Filho, Sr. Valdecir Luchtenberg, Sr. José Luiz do Nascimento, Sr. Jonny Schmidt, Sra. Iara Paladino Maia e a Sra. Lisiane França, que secretariou os trabalhos. Dando início aos trabalhos apresentou-se a pauta para processar, analisar e julgar os seguintes protocolos de revisão de valor venal: Protocolo 166982/2017, em que é requerente ALFM SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA, que em seu requerimento solicita a não incidência do imposto sob a transmissão de bens "inter vivos" (ITBI), devido ao fato de a referida transmissão ocorrer por motivo de integralização de capital não gerando receita relacionada à venda ou locação, dos imóveis: 1) cadastro imobiliário 39923, localizado na Rua Dos Vereadores, no bairro Valada Itoupava, cujo valor estabelecido é de R\$ 403.600,81; 2) matrícula 33.078, localizado na Rodovia BR 470, no bairro Rainha, cujo valor estabelecido é de R\$ 1.129.981,13; 3) cadastro imobiliário 59978, localizado na Avenida Governador Ivo Silveira, no bairro Canta Galo, cujo valor estabelecido é de R\$ 793.092,00; 4) cadastro imobiliário 35984, localizado na Estrada Da Penha, no bairro Rainha, cujo valor estabelecido é de R\$ 207.071,91; 5) cadastro imobiliário 15606, localizado na Rua Dos Vereadores, no bairro Valada Itoupava, cujo valor estabelecido é de R\$ 405.089,58; 6) cadastro imobiliário 61156, localizado na Rua Dos Vereadores, no bairro Valada Itoupava, cujo valor estabelecido é de R\$ 1.183.201,76; por força da incidência de ITBI na transação supracitada e por unanimidade dos membros presentes, resolve-se ajustar o valor venal do imóvel de cadastro 13835, aplicando-se ao metro quadrado do terreno o valor de 182,00 UFMs (unidade fiscal municipal), uma vez que o valor aplicado à área territorial deste imóvel está dissonante ao seu valor de mercado; quanto aos demais imóveis supraditos, os seus valores venais estão em conformidade com os seus valores de mercado e, portanto, mantêm-se os valores; Protocolo 167650/2017, em que é requerente Joel Fronza, que em seu requerimento de revisão de IPTU solicita a reavaliação de valor venal do imóvel de cadastro imobiliário 35804, localizado na Rua Guanabara, no bairro Boa Vista, para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, com base no parecer exarado por esta comissão em reunião realizada no dia 19 de setembro de 2017, onde concedeu-se uma redução de 40% (quarenta por cento) ao referido imóvel por entender que o valor estabelecido está dissonante ao valor de mercado, por unanimidade dos membros presentes, vota-se pela concessão da redução para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, desde que haja amparo legal para tal concessão retroativa. Na sequência, o presidente apresentou para discussão e julgamento os novos tipos de edificação incluídos no cadastro imobiliário para a correta classificação e caracterização das edificações. Além disso, a Comissão estabeleceu o valor básico do metro quadrado para estes novos tipos de edificação e corrigiu os valores dos tipos já existentes que não estavam adequados à realidade do município, ficando definido o que segue: a) Edícula: valor corrigido para 250 UFMs/m²; b) Hotel e motel: valor equiparado ao tipo de edificação "apartamento", ficando estabelecido em 350 UFMs/m²; c) Garagem Multifamiliar/Box: estabelecido em 350 UFMs/m²; d) Garagem Unifamiliar: estabelecido em 150 UFMs/m²; e) Container: estabelecido em 200 UFMs/m²; e) Sala/Loja: valor corrigido para 250 UFMs/m². Nada mais havendo, o presidente encerrou a reunião e eu, Lisiane França, digitei a presente ata, que após lida e aprovada será pelos presentes assinada. Cumpre-se registrar que na reunião ocorrida no dia 20 de outubro de 2017, na qual analisou-se e julgou-se o requerimento protocolado sob número 168587/2017, em nome de Construtora e Incorporadora Ayla Ltda Epp, o Sr. Marcelo Slomp ficou impedido de votar, uma vez que possui parentesco de 1º grau com o vendedor do referido imóvel.

Sandro Renato Sofka  
Presidente da Comissão  
Rio do Sul, 24 de novembro de 2017

Nome: Valdemiro Avi Filho	Nome: Marcelo Figueiredo Luciano
Entidade: AEAVI	Entidade: ACIRS

Nome: Juliano Ohf Dalfovo	Nome: Valdecir Luchtenberg
Entidade: CORRETORES	Entidade: CORRETORES
Nome: Iara Paladino Maia	Nome: José Luiz do Nascimento
Entidade: ADMINISTRAÇÃO	Entidade: FAZENDA
Nome: Jonny Schmidt	Nome: Lisiane França
Entidade: FAZENDA	SECRETARIA DA COMISSÃO

**DECRETO 6727**

Publicação Nº 1442977

DECRETO Nº 6xxx, de 30 de novembro de 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.789, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.884, de 30 de novembro de 2017;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	400.000,00
	TOTAL	R\$	400.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	300.000,00
4.0.00.00	Despesas Capital		
4.4.00.00	Outras Despesas Capital		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	400.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
30 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6702, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442683

DECRETO Nº 6702, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DO VEÍCULO CHEV/SPIN 1.8, PLACAS MJV9827, E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO, FMD, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Desporto o veículo, conforme segue; Veículo CHEV/SPIN 1.8 – Placas MJV9827 – Cor Branca – Frota 378 – Chassi 9BGJB75Z0DB170307 – Ano 2012/2013 – Renavam 492659249 – Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, pelo prazo determinado, no dia 15 de novembro de 2017, com saída às 12h, para levar atletas no aeroporto de Florianópolis, com retorno no mesmo dia.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do servidor, motorista Sebastião Amaral, matrícula nº 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.  
28 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6709, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442518

DECRETO Nº 6709, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA A SEADES, PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social o veículo, conforme segue: Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2010/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 323 – Chassi 9532882W7AR011863, Renavam 96451353, Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, no período vespertino do dia 21 de novembro de 2017, para o transporte de grupos de crianças das Unidades do CRAS, dentro do município.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião do Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEADES.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.  
28 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul



**DECRETO Nº 6710, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442524

DECRETO Nº 6710, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA A SEADES, PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social o veículo, conforme segue: Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2010/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 323 – Chassi 9532882W7AR011863, Renavam 96451353, Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, no período matutino e vespertino do dia 22 de novembro de 2017, para o transporte de grupos de crianças das Unidades do CRAS, dentro do município.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião do Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEADES.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6712, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442525

DECRETO Nº 6712, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DO VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC, POR PRAZO DETERMINADO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º- Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Educação o veículo, conforme segue: Veículo VW/17210 NEOBUS MEGA – Placas MCH6798 – Cor Branca – Frota 231 – Chassi 9BWRF82W82R214051 – Ano 2002/2002 – Renavam 790653737 – Patrimônio 1478, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, no dia 23 de novembro de 2017, para transportar as turmas do 9º ano do Centro Educacional Pedro dos Santos e o Centro Educacional Roberto Machado, para uma viagem ao Beto Carrero World, na cidade de Penha SC, com saída às 06h e retorno previsto para as 19h.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretária.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo e motorista, o servidor Márcio de Souza, matrícula nº 74535, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6713, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442528

DECRETO Nº 6713, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DO VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, À SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO – SEDEC, POR PRAZO DETERMINADO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Concede-se por tempo determinado à Fundação Municipal de Educação o veículo, conforme segue: Veículo VW/17210 NEOBUS MEGA – Placas MCH6798 – Cor Branca – Frota 231 – Chassi 9BWRF82W82R214051 – Ano 2002/2002 – Renavam 790653737 – Patrimônio 1478, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Econômico, nos dias 08 a 10 de dezembro de 2017, para o transporte de alunos da Escola Ella Kuth, para participação no Concurso de Fanfarras de Barra Velha - SC.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social antes do prazo por solicitação do Prefeito ou da Secretária.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo e motorista, o servidor Clébson Custódio Conceição, matrícula 109835, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6714, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442530

DECRETO Nº 6714, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO - FMD, PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Concede-se por tempo determinado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, o veículo conforme segue:

Veículo DUCATO MULTI JAEDI T – Placas MDF0155 – Cor Branca – Frota 270 – Chassi 93W245H3362007459 – Ano 2006/2006 – Renavam 890387737 – Patrimônio 9729, com saída no dia 24 de novembro do corrente ano, para conduzir servidores para participação em Seminário de Autismo, no município de Taió. Com retorno no mesmo dia após o término do evento.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Fundação Municipal de Desporto, por solicitação do Prefeito ou da FMD.

Art. 2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor Dauri Casatti, Matrícula número 75817, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6715, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442534

DECRETO Nº 6715, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, por tempo determinado, no dia 29 de novembro do corrente ano, o servidor Cacildo João Furlani, motorista, matrícula nº 99392, para transportar os alunos das Unidades Educacionais deste município até o Parque Universitário Norberto Frahn – PUNF, em Evento de Mostra Empreendedora / MOSTRA JEEP.

Art.2º - As despesas com diária do servidor, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6716, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442539

DECRETO Nº 6716, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA A SEADES, PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, o veículo, conforme segue: Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2010/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 323 – Chassi 9532882W7AR011863, Renavam 96451353, Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, No dia 30 de novembro de 2017, das 13h às 18h, para o transporte de grupos de crianças das Unidades do CRAS, dentro do município.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Cacildo João Furlani, Matrícula número 99392, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEADES.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6717, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442543

DECRETO Nº 6717, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA A SEADES, PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art.1º - Concede-se por tempo determinado a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, o veículo, conforme segue: Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2010/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 323 – Chassi 9532882W7AR011863, Renavam 96451353, Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, no dia 02 de dezembro de 2017, das 13h às 18h, para o transporte de grupos de crianças das Unidades do CRAS, dentro do município.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião do Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEADES.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6718, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442547

DECRETO Nº 6718, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA A SEADES, PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art.1º - Concede-se por tempo determinado a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, o veículo, conforme segue: Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2010/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 323 – Chassi 9532882W7AR011863, Renavam 96451353, Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, do dia 12 de dezembro de 2017, às 08h, para o transporte de grupos de crianças das Unidades do CRAS, dentro do município, com retorno no mesmo dia.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião do Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEADES.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**DECRETO Nº 6719, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442548

DECRETO Nº 6719, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA A SEADES, PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art.1º - Concede-se por tempo determinado a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADES, o veículo, conforme segue: Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2010/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 323 – Chassi 9532882W7AR011863, Renavam 96451353, Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, do dia 05 de dezembro de 2017, às 13h, para o transporte de grupos de crianças das Unidades do CRAS, dentro do município, com retorno no mesmo dia.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Cacildo João Furlani, Matrícula número 99392, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEADES.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.  
28 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## DECRETO Nº 6720, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442551

DECRETO Nº 6720, de 28 de novembro de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA A SEADES, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES o veículo, conforme segue:

Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2009/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 380 – Chassi 9532882W7AR011863 – Renavam 196451353

Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, no dia 04 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.  
28 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

## LEI 5884

Publicação Nº 1442976

LEI Nº 5.884, de 30 de novembro de 2017.

“SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ANULA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.078	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		

3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	400.000,00
	TOTAL	R\$	400.000,00

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente da Câmara Municipal de Rio do Sul:

01.00	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
01.01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	300.000,00
4.0.00.00	Despesas Capital		
4.4.00.00	Outras Despesas Capital		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	400.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
30 de novembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito de Rio do Sul

## PORTARIA Nº 1517/DGP

Publicação Nº 1441826

PORTARIA Nº. 1517/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

### RESOLVE:

Art.1º Remover para o CE Pedro dos Santos, a partir de 02/01/2017, a servidora MARIA NADIR DE MOURA, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Serviços Gerais Feminino, lotada no CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

## RESUMO DO CONTRATO Nº 124/2017

Publicação Nº 1442194

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 124/2017

Pregão Presencial nº 085/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: IPM Sistemas LTDA

Objeto: fornecimento de software de gestão pública, em ambiente web, provimento de data center, com manutenção de cópia do banco de dados em ambiente de informática do município, por meio de redundância ou download, incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico.



Valor: R\$ 983.000,00 (novecentos e oitenta e três mil reais);

Prazo de Fornecimento: 12 meses;

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 30 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 1021/2017

Publicação Nº 1442973

PORTARIA No 1021, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza o Gozo remanescente de Férias ao Servidor Luis Fernando Schweder

A DIRETORA GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizado o gozo remanescente de férias, do dia 04 a 13 de dezembro de 2017, ao servidor Luis Fernando Schweder, Técnico Legislativo – Área Informática da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente (10 dias) referente a 2016 – 2017, de acordo com a Portaria nº 933, de 05 de dezembro de 2016.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 125 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2017.

HELIANA DUARTE PRIM

Diretora Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

### RESOLUÇÃO Nº 930, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442266

RESOLUÇÃO No 930 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a vereador membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Itajaí.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de ½ (meia) diária ao Vereador James Rides da Silva, no valor de R\$ 185,32 (cento e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos), para participar da 37ª Assembléia Geral Ordinária do Comitê do Itajaí, conforme Convocação do Presidente do Comitê do Itajaí Cleber Andrei Seemann Stassum, a ser realizada no dia 14 de dezembro do corrente ano, às 12h45min, em 1ª convocação, às 13h15min, em 2ª convocação, no Auditório da Associação Empresarial de Indaial – ACIDI, situado na Rua Vereador Alvin Rauh Junior, 100 – Nações, Indaial – SC, uma vez que o vereador é membro titular que representa a Câmara de Vereadores de Rio do Sul no Comitê do Itajaí.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Indaial, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

Presidente da Mesa

CARISO SÁVIO GIACOMINI

Vice-Presidente

MARCOS NORBERTO ZANIS  
1º Secretário

MÁRIO SÉRGIO STRAMOSK  
2º Secretário

### **RESOLUÇÃO Nº 931, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442267

RESOLUÇÃO Nº 931, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Homologa resultado do Processo Licitatório nº 15/2017, representado pelo Pregão Presencial nº 10/2017.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/2010.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 15/2017, representado pelo Pregão Presencial nº 10/2017, referente aos Lotes 1 e 2, de acordo com decisão da Pregoeira, nomeado pela Portaria nº 953, de 16 de janeiro de 2017, cujo resumo está representado no Termo de Adjudicação incluído nos autos e vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, ficando autorizada a contratação.

Parágrafo único. Para o Lote 3, não houveram licitantes classificadas, restando o referido Lote como fracassado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN DE LIMA

# Romelândia

## PREFEITURA

### LEI 2.257/2017

Publicação Nº 1442781

LEI MUNICIPAL Nº 2.257/2017	Altera a Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, que autoriza o ingresso do Município de Romelândia no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei.

Art. 1º A ementa da Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Romelândia no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Romelândia, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005

Art. 4º O artigo 3º, da Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 4º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$ , onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$ , onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina

e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$ , onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, passa a ter a seguinte redação:

Art. 32 .....

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.991, de 15 de abril de 2012, passa a ter a seguinte redação:

Art. 39 .....

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, da unidade regional ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Romelândia (SC), 30 de novembro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## LEI 2.258/2017

Publicação Nº 1442782

LEI MUNICIPAL Nº 2.258/2017	

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.196/97, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1997 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica inserido o artigo 153-A na Lei nº 1.196/97, de 22 de dezembro de 1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 153-A. A cobrança da dívida ativa do município será procedida pela via administrativa extrajudicial, protesto da CDA – Certidão de Dívida Ativa junto ao Tabelionato de Notas e Protestos ou pela via judicial.

§ 1.º As três vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a administração proceder simultaneamente a dois tipos de cobrança.

§ 2.º Caso já tiver sido ajuizada a Execução Fiscal, a CDA não poderá ser encaminhada a protesto.

§ 3.º Caso a CDA já tenha sido encaminhada a protesto, não obstará o ajuizamento da Execução Fiscal, podendo a mesma permanecer protestada.

§ 4.º O encaminhamento da CDA a protesto, terá que, no mínimo, aguardar o transcurso de 1 (um) exercício financeiro, incluindo-se àquele que deu origem ao débito, para ser encaminhado a protesto.

§ 5.º O município poderá, através do protesto da CDA junto ao Tabelionato de Notas e Protestos, tentar reaver seu crédito, desde que o devedor seja previamente notificado, através de uma das possibilidades a seguir elencadas:

I – envio do carnê;

II – notificação pessoal do devedor;

III – publicação de edital contendo o nome do devedor e o respectivo valor a ser pago.

§ 6.º O município não poderá levar a CDA a protesto, caso a exigibilidade da dívida esteja suspensa.

§ 7.º Em caso de pronto pagamento ou não após a notificação pelo Tabelionato de Notas e Protestos, as despesas cartorárias correrão por conta do devedor.

§ 8.º Fica expressamente proibido o parcelamento administrativo dos débitos constantes na certidão de dívida ativa no período compreendido entre o envio e a lavratura do protesto.

§ 9.º O devedor poderá parcelar administrativamente o débito, após a lavratura do protesto, nos moldes da legislação de regência.

§ 10. É prescindível a informação ao devedor de que o débito será encaminhado para cobrança judicial ou protesto.

§ 11. A CDA deverá, se possível, ser encaminhada de modo eletrônico a protesto.

§ 12. A CDA poderá permanecer protestada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

Art. 2º O parágrafo único do artigo 155 da Lei nº 1.196/97, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 155. [...]

Parágrafo único. A Certidão Negativa de Débito (CND) será expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias da data da entrada do requerimento.



Art. 3º O caput do artigo 156 da Lei nº 1.196/97, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 156. Possui os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa (CPD-EN) que conste a existência de débitos com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151 da Lei nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de regularidade fiscal.

Art. 4º O caput e incisos do artigo 220 da Lei nº 1.196/97, de 22 de dezembro de 1997, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 220. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio

do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXV, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Tabela de Serviços;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da Tabela de Serviços;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Tabela de Serviços;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Tabela de Serviços;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Tabela de Serviços;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Tabela de Serviços;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Tabela de Serviços;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Tabela de Serviços;

X – (Vetado);

XI – (Vetado);

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Tabela de Serviços;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Tabela de Serviços;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Tabela de Serviços;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Tabela de Serviços;

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Tabela de Serviços;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Tabela de Serviços;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Tabela de Serviços;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da Tabela de Serviços;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Tabela de Serviços;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Tabela de Serviços;

XXII – do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Tabela de Serviços;

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; e,

XXV – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

Art. 5º Os subitens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.04, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 221 da Lei nº 1.196/97, de 22 de dezembro de 1997, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes

13.04 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 6º Ficam inseridos os subitens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05 na Lista de Serviços instituída pelo artigo 221 da Lei nº 1.196/97, de 22 de dezembro de 1997, passando a ter as seguintes redações:

	Descrição dos serviços	Alíquotas sobre o preço dos serviços (faturamento)	Alíquotas fixas importâncias em UFRM (por ano)
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).	3%	-
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	3%	-
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	3%	-
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	3%	-
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	3%	-
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	3%	-

Art. 7º O inciso II, do § 2º, do artigo 234 da Lei nº 1.196/297, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 234. [...]

§ 1º – [...]

§ 2º – [...]

I – [...]

II – a pessoa física ou jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.04, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 16.02, 17.05, 17.10, 20.01, 20.02, 20.03 e 22.01 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 221.

Art. 8º O artigo 271 da Lei nº 1.196/297, de 22 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 271. Para cálculo do montante da obrigação principal referente a taxa devida utilizar-se-á o valor constante no ANEXO XIX, que integra a presente Lei.

Art. 9º Fica pela presente Lei inserida nova redação ao Capítulo X da Lei Municipal nº 1.196/97, de 22 de Dezembro de 1997 que regulamenta a Licença para Atividade Eventual ou Ambulante, artigos 288 ao 291 e 291-A ao 291-G, que passam a vigorar com as seguintes redações:

## CAPÍTULO X

### LICENÇA PARA ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

#### SEÇÃO I

#### FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

Art. 288. A Taxa de Licença para a Atividade Eventual ou Ambulante, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade ambulante, eventual e feirante.

Parágrafo único. O fato gerador da taxa de licença para o exercício do comércio ou serviço eventual ou ambulante considera-se ocorrido em qualquer exercício, mês, dia ou hora em que der início ou reinício da atividade.

Art. 289. Considera-se atividade:

- I – ambulante, a exercida, individualmente ou não, de modo habitual, com localização fixa ou não;
- II – eventual, a exercida, individualmente ou não, em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos, exposições, feiras, comemorações e outros acontecimentos, em locais autorizados pela Prefeitura;
- III – feirante, a exercida, individualmente ou não, de modo habitual, nas feiras livres, em locais previamente determinados.

Parágrafo único. A atividade ambulante, eventual e feirante é exercida, sem estabelecimento, podendo ser em instalações removíveis, colocadas nas vias, nos logradouros ou nos locais de acesso ao público, como veículos, como “trailers”, como

“stands”, como balcões, barracas, mesas, tabuleiros e como as demais instalações congêneres, assemelhadas e similares.

Art. 290. É obrigatória a inscrição, na repartição competente, dos comerciantes ou prestadores de serviços eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria, conforme modelo fornecido pela Prefeitura.

§ 1º Não se incluem na exigência deste artigo, os comerciantes ou prestadores de serviços com estabelecimento fixo que, realizem atividades consideradas de ambulante ou as explore por ocasião de festejos ou comemorações.

§ 2º A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante ou prestador de serviço eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por ele exercida.

§ 3º Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante, os vendedores cujas mercadorias sejam encontradas em seu poder, mesmo que pertençam a outros contribuintes que já tenham pago a respectiva taxa.

§ 4º Quando o disposto de que trata este artigo referir-se-á duas ou mais modalidades especificadas no Anexo VIII desta Lei, o tributo será calculado pela taxa mais elevada, acrescendo-se 10% (dez por cento), sobre a taxa referente a cada uma das restantes modalidades.

§ 5º Não se inclui na exigência deste artigo os comerciantes com estabelecimentos fixos dentro do Município, que, por ocasião de festejos e comemorações, ou ainda representantes do comércio local em situação regular que explorem o comércio ou serviço eventual e ambulante.

Art. 291. Não é considerada atividade eventual ou ambulante a exercida por estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços legalmente estabelecidos no território do município, desde que cumpram as normas municipais vigentes.

Art. 291-A. A renovação da licença para comércio ou serviço ambulante implicará em nova petição, sujeitando-se o requerente a novo pagamento na forma prevista neste capítulo.

## SEÇÃO II

### SUJEITO PASSIVO

Art. 291-B. O sujeito passivo da taxa de licença para o exercício do comércio ou serviço eventual ou ambulante é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e a permanência da taxa de licença para o exercício do comércio ou serviço eventual ou ambulante, no território do Município, em observância às normas municipais sanitárias e de posturas.

§ 1º Ao requerer a licença, o contribuinte terá que fornecer à Prefeitura os elementos e as informações necessárias para sua inscrição no cadastro fiscal.

§ 2º Os Municípios, enquanto residentes no Município, e comercializarem produtos/mercadorias não produzidas ou fabricadas por ele próprio, serão enquadrados na “Tabela VIII”.

## SEÇÃO III

### BASE DE CÁLCULO

Art. 291-C. A base de cálculo da taxa é o custo da atividade de seu poder de polícia, será determinada, para cada atividade, para cada licença requerida ou concedida, conforme o caso, de acordo com o Anexo VIII desta Lei.

## SEÇÃO IV DAS ISENÇÕES

Art. 291-D. São isentos de pagamento de taxas de licença:

- I – o exercício do comércio ou serviço eventual, ambulante ou feirante e/ou ocupação de áreas em terrenos ou vias e logradouros públicos por:
  - a) engraxates ambulantes;
  - b) vendedores de artigo de artesanato doméstico e arte popular, de sua fabricação, sem auxílio de empregados;
  - c) cegos, mutilados e incapazes que exerçam o comércio eventual e ambulantes;
  - d) feiras de livros, exposições, concertos, retrates, palestras, conferências e demais atividades de caráter cultural ou científico;

- e) exposições, palestras, conferências, pregações e demais atividades de cunho notoriamente religioso;
- f) Os feirantes cadastrados na Secretaria de Agricultura do Município e que apresentarem bloco de produtor rural do Município de Romelândia, desde que comercializar produtos ou mercadorias por ele produzidas ou fabricadas;
- g) As associações legalmente constituídas que promoverem feiras e/ou exposições, devidamente registradas nas Secretarias Municipais da Fazenda e Agricultura do Município de Romelândia;
- h) As associações de classe, associações religiosas, escolas sem fins lucrativos, orfanatos e asilos.

## SEÇÃO V PROIBIÇÕES

Art. 291-E. Fica proibido o exercício do comércio eventual, ambulante ou feirante de produtos ou mercadorias amplamente disponíveis no mercado local.

## SEÇÃO VI

### DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E PROVIDÊNCIAS

Art. 291-F. As infrações às disposições deste capítulo serão punidas com as seguintes penalidades:

- I – multa de 20 (vinte) UFRM no caso da não comunicação ao fisco, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência do evento, sobre a alteração da razão social, alteração de endereço ou do ramo de atividade e sobre as alterações físicas sofridas pelo estabelecimento;
- II – multa de 50 (cinquenta) UFRM pelo exercício de qualquer atividade a ela sujeita, sem a respectiva licença, por estabelecimento, ou por cada um dos stands instalados, quando se tratar de feiras;
- III – suspensão de licença pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos casos de reincidência;
- IV – cassação da licença, a qualquer tempo, quando deixarem de existir as condições exigidas para sua concessão; quando, após a suspensão de licença deixarem de ser cumpridas as intimações expedidas pelo fisco, ou quando a atividade for exercida de maneira a contrariar o interesse público no que diz respeito à ordem, à saúde, a segurança e aos bons costumes.

Art. 291-G. Em caso de omissão ou recusa de pagamento da taxa de licença de que trata o artigo 288 desta Lei, serão retidas as mercadorias e ficarão sob guarda pelo prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 1º Findo o prazo estipulado no caput deste artigo e não tendo sido quitado o débito, as mercadorias serão doadas a entidades filantrópicas.

§ 2º Em caso de mercadorias com prazo de validade inferior ao tempo de que trata o caput deste artigo e perecíveis, as mesmas serão doadas imediatamente às escolas, APAE ou entidades filantrópicas do município, independentemente do adimplemento da dívida.

§ 3º As mercadorias retidas com prazo de validade e perecíveis serão vistoriadas e atestadas em condições de consumo pela Vigilância Sanitária, para serem doadas e/ou destruídas/incineradas.

§ 4º Para o bom e fiel cumprimento da execução de que trata o caput deste artigo, poderá ser solicitada a força policial, caso haja necessidade.

Art. 10. Fica pela presente Lei inserida nova redação ao Capítulo XII da Lei Municipal nº 1.196/97, de 22 de Dezembro de 1997 que regulamenta a Contribuição de Melhoria, artigos 293 ao 309 e 309-A ao 309-D, que passam a vigorar com as seguintes redações:

## CAPÍTULO XII

### DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

#### SEÇÃO I

##### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 293. A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite o percentual de até 50% (cinquenta por cento) do total da despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, a ser fixado via Decreto do Poder Executivo para vigorar no ano seguinte.

#### SEÇÃO II

##### SUJEITO PASSIVO

Art. 294. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

#### SEÇÃO III

**FATO GERADOR E INCIDÊNCIA**

Art. 295. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.

Art. 296. Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas municipais:

I – obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás e instalações de comodidade pública;

II – proteção contra secas, inundações, erosão, saneamento e drenagem em geral, retificação e/ ou regularização de cursos d'água e irrigação;

III – abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgoto pluvial e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

IV – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

V – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

§ 1.º As obras definidas neste artigo são classificadas em:

I – prioritárias: quando de relevante interesse público, justificado pelo Poder Executivo Municipal;

II – secundárias: quando de menor interesse público e solicitadas por pelo menos 2/3 (dois terços) dos titulares dos imóveis, situados na área de influência da obra;

III – comunitárias: organizadas em programas deliberados em assembleia geral, convocada por entidade comunitária do local, com acompanhamento do Poder Público Municipal, para o atendimento das necessidades de obras públicas destinadas à melhoria de determinada região ou bairro do município, com aprovação de no mínimo 80% (oitenta por cento) dos titulares dos imóveis situados na área da influência da obra.

§ 2.º Os programas referidos nos incisos II e III do § 1º deste artigo deverão ser aprovados pelo Poder Público Municipal.

**SEÇÃO IV****BASE DE CÁLCULO**

Art. 297. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria a ser exigida pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas, será cobrada adotando-se como critério o benefício resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência.

§ 1.º A apuração da base de cálculo, dependendo da natureza da obra, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na Zona de Influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2.º A determinação da base de cálculo da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas Zonas de Influência.

§ 3.º A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis do domínio privado, situados nas áreas direta e indiretamente beneficiadas pela obra.

§ 4.º Para a apuração da base de cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão responsável, auxiliado por comissão especial, com base no benefício resultante da obra – calculado através de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência no Custo Total ou Parcial da Obra, no Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra e em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§ 5.º Para a apuração do Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra, e dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização, a Administração Pública Municipal adotará os seguintes procedimentos:

I – delimitará, em planta, a Zona de Influência da obra;

II – dividirá a Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de Hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

III – individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa;

IV – obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

Art. 298. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

§ 1.º Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência da obra.

§ 2.º A percentagem do custo da obra a ser cobrada mediante Contribuição de Melhoria considerará a natureza da obra, os benefícios para os usuários, às atividades econômicas preponderantes e o nível de desenvolvimento da área beneficiada.



Art. 299. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel, será determinada pelo rateio do Custo Total ou Parcial da Obra, pelo Número Total de imóveis Beneficiados, situados na Zona de influência da Obra, em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

Parágrafo único. Os Fatores Relativos e Individuais de Valorização é a determinação do fator de absorção de benefício da valorização para toda a zona e para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

Art. 300. O Custo Total ou Parcial da Obra, os respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização e o número total de imóveis beneficiados deverão ser demonstrados em Edital específico próprio.

Art. 301. A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte de forma que a sua Parcela Anual não exceda a 3% (três por cento) do Valor Venal do Imóvel, atualizado à época da cobrança em atendimento a legislação federal vigente, exceto

quando o contribuinte requerer formalmente forma de pagamento diferenciada, objetivando saldar o débito em prazo inferior ao previsto neste artigo.

## SEÇÃO V SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

Art. 302. Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto:

- I – o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;
- II – o espólio, pelos débitos do “de cujus”, existentes à data da abertura da sucessão;
- III – o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do “de cujus” existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;
- IV – a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos;
- V – a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1.o Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§ 2.o O disposto no inciso III deste artigo aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

## SEÇÃO VI

### LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

Art. 303. Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, Edital

Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento, que conterà os seguintes elementos:

- I – memorial descritivo do projeto;
- II – custo total ou parcial da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;
- III – delimitação, em planta, da Zona de Influência da obra, demonstrando as áreas, direta e indiretamente, beneficiadas, e a relação dos imóveis que a integram e respectivas medidas lineares das testadas, que serão utilizadas para o cálculo do tributo;
- IV – a divisão da Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;
- V – número total de imóveis beneficiados, situados na Zona de Influência da obra;
- VI – determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis situados na área de sua influência.

Art. 304. O contribuinte definido no artigo 294 da presente Lei poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.

Art. 305. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

Art. 306. A autoridade competente para julgar a impugnação é aquela definida nesta Lei Complementar que dispõe sobre as normas gerais em administração tributária, que proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

Art. 307. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.



Art. 308. Da decisão proferida em primeira instância, caberá recurso à Segunda instância, a ser interposto no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência, sob pena de preclusão.

§ 1.º O julgamento em segunda instância obedecerá ao prazo estabelecido no artigo 141 da presente Lei.

§ 2.º A forma de comunicação ao impugnante obedece ao estabelecido no artigo 108 da presente Lei.

Art. 309. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Art. 309-A. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja regulamentado em edital e/ou Decreto.

Art. 309-B. Poderá conceder descontos limitados aos custos financeiros considerados no orçamento da obra, para o pagamento em cota única ou em prazo menor do que o fixado no edital.

Art. 309-C. A repartição fazendária competente notificará pessoalmente, via postal ou por edital o sujeito passivo, devendo a notificação conter os seguintes requisitos:

- I – do valor da Contribuição de Melhoria lançada;
- II – do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;
- III – dos descontos, se os houver concedidos, para o pagamento nas formas referidas no artigo anterior;
- IV – do prazo para a impugnação do lançamento;
- V – o local do pagamento da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo único. Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial de publicação do Município ou jornal de circulação local, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

Art. 309-D. Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, com um valor mínimo de 30 (trinta) UFRM por parcela, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da parcela.

§ 1.º No requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas;

§ 2.º Deferido o parcelamento, a autoridade fazendária procederá a emissão do carnê de pagamento, expresso em UFRM, cuja transformação em moeda se dará no dia do efetivo pagamento da parcela.

Art. 11. Fica pela presente Lei alterado o seguinte Anexo da Lei nº 1.196/97, de 22 de Dezembro de 1997:

- ANEXO VIII: TAXA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

ANEXO VIII

De que trata o Artigo 288 da Lei Municipal nº. 1.196/1997

TAXA DE LICENÇA PARA ATIVIDADE EVENTUAL OU AMBULANTE

	Atividades	Valor em UFRM/DIA
1	Alimentos preparados, churros, crepes, doces e salgados, inclusive sucos, refrescos e similares.	35
2	Frutas, verduras, legumes e flores:	15
	2.1 Carrinho de mão	30
	2.2 Veículos porte médio (camionetes)	50
	2.3 veículos maiores (caminhões)	50
3	Jornais, revistas, livros (bancas e outros).	50
4	Tecidos, calçados e Confecções (bancas e outros).	50
5	Jóias e outros artigos de luxo (bancas e outros).	50
6	Utensílios de uso doméstico, panelas, filtros (bancas e outros).	50
7	Brinquedos, enfeites, armarinhos, miudezas e outros.	50
8	Gêneros e produtos alimentícios (bancas e outros).	50
9	Compra de cabelo para fins estéticos (bancas e outros).	50
10	Bebidas alcoólicas, refrigerantes, vinhos e similares.	50
11	Redes, tapetes, esteiras, chapéus, cintos, botas, cuias, capa para acento veículo e similares.	35
12	Insumos, medicamentos veterinários, ração, dedetização, Pets e similares.	50
13	Produtos limpeza, vassouras, alvejantes, detergentes, ceras e similares.	50
14	Brinquedos infláveis, trenzinhos e similares.	35
15	Cadeiras, bancos, sofás, produtos jardinagem e similares.	50
16	Máquinas e equipamentos agrícolas, veículos.	50
17	Treilers e similares.	50

18	Circos, parques diversões, espetáculos teatrais, e afins.	50
19	Vacinas, tratamentos saúde, beleza e estética.	50
20	Feiras Intinerantes, feirões -eventos temporários – com até 05 standers.	150
21	Feiras Intinerantes, feirões -eventos temporários – de 05 à 10 standers.	300
22	Feiras Intinerantes, feirões -eventos temporários – acima de 10 standers.	500
23	Outros, que por sua natureza não se enquadrem nos itens acima.	50

Art. 12. Fica pela presente Lei alterado o seguinte Anexo da Lei nº 1.196/97, de 22 de Dezembro de 1997:

- ANEXO XIX: ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E/OU PERMANÊNCIA.

#### ANEXO XIX

De que trata o Artigo 271 da Lei Municipal nº. 1.196/1997

#### TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E/OU PERMANÊNCIA

ATIVIDADES	Valor em UFRM	Valor em UFRM	Valor em UFRM
Tipo de Empresa	Normal	ME/EPP	MEI
13 – PROFISSIONAIS LIBERAIS SEM RELAÇÃO DE EMPREGO		AUTÔNOMOS	
a ) [...]		-	
b) [...]		-	
c) [...]		-	
d) [...]		-	
e) [...]		-	
f) [...]		-	
g) [...]		-	
h) [...]		-	
i) [...]		-	
j) Outros profissionais autônomos com curso de 1o. grau		20	

Art. 13. Os demais artigos da Lei nº 1.196/97, de 22 de Dezembro de 1997, permanecem inalterados.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Romelândia, SC, 30 de novembro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e publicado em data supra.

Adriane Terezinha Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.615 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442138

lei nº 1.615 de 29 de novembro de 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.300,00 (quarenta e cinco mil e trezentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.028 – MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE  
Modalidade de Aplicação: 3390.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 45.300,00  
Fonte: 1102.00000  
RED: 11

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão anuladas as seguintes dotações especificadas:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 1.003 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE  
Modalidade de Aplicação: 4490.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 15.000,00  
Fonte: 1102.00000  
RED: 1

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 1.004 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA SAÚDE  
Modalidade de Aplicação: 4490.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 300,00  
Fonte: 1102.00000  
RED: 4

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2.021 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
Modalidade de Aplicação: 3190.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 1

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 29 de novembro de 2017.  
ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0016/2017

Publicação Nº 1442208

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO  
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º ..... : 0016/2017.  
CONTRATANTE ..... : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.  
CONTRATADO ..... : MARIA LUISA CESCA  
OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.  
VIGÊNCIA ..... : 08/11/2017 A 07/11/2018.

AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.  
FUNÇÃO ..... : FISIOTERAPEUTA.  
LOCAL ..... : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
CARGA HORÁRIA...: 20 HORAS.  
SALÁRIO BASE .....: R\$ 2788,13

## DECRETO MUNICIPAL Nº 139/2017

Publicação Nº 1442094

DECRETO Nº139/2017 – DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA Prefeita do Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal 1613/2017 de 29.11.2017:

### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e Vinte Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2022 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 90.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 07

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 0000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 100.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 04

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Projeto/Atividade: 2028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE  
Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1102.00000  
RED: 11

Art. 2º Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentarias:

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES  
Projeto/Atividade: 1001 – INFRA-ESTRUTURA LEGISLATIVA  
Modalidade de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 220.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 01

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 29 de Setembro de 2017.  
ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

## DECRETO MUNICIPAL Nº 140/2017

Publicação Nº 1442095

DECRETO Nº140/2017 – DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA Prefeita do Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal 1613/2017 de 29.11.2017:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 45.300,00 (quarenta e cinco mil e trezentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.028 – MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE  
Modalidade de Aplicação: 3390.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 45.300,00  
Fonte: 1102.00000  
RED: 11

Art. 2º. Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão anuladas as seguintes dotações especificadas:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 1.003 – AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA DA SAÚDE  
Modalidade de Aplicação: 4490.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 15.000,00  
Fonte: 1102.00000  
RED: 1

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 1.004 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DA SAÚDE  
Modalidade de Aplicação: 4490.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 300,00  
Fonte: 1102.00000  
RED: 4

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO  
Projeto/Atividade: 2.021 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
Modalidade de Aplicação: 3190.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 30.000,00  
Fonte: 1100.00000  
RED: 1

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 29 de Setembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 141/2017**

Publicação Nº 1442125

DECRETO Nº 141/2017 DE 29 NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA DE SALTO VELOSO, ESTA DO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.581/2016 de 29/09/2016;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 68.500,00 (sessenta e oito mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE  
Modalidade de Aplicação: 3191.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 65.000,00  
Fonte: 1102.000000  
RED: 09

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Projeto/Atividade: 2.032 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EM SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA  
Modalidade de Aplicação: 3390.00 - APLICAÇÕES DIRETAS  
Valor: R\$ 3.500,00  
Fonte: 1138.000000

RED: 37

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão anuladas as seguintes dotações especificadas:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE

Modalidade de Aplicação: 3191.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 65.000,00

Fonte: 1102.000000

RED: 08

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.032 – MANUTENÇÃO VIGILÂNCIA EM SAÚDE EPIDEMIOLÓGICA

Modalidade de Aplicação: 4490.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 3.500,00

Fonte: 1138.000000

RED: 38

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita.

Salto Veloso - SC, 29 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

## **LEI Nº 1.613 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442129

LEI Nº 1.613 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA Prefeita do Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e Vinte Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2022 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 90.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 07

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 0000 – AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 100.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 04

Órgão: 03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 2028 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAUDE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 30.000,00

Fonte: 1102.00000

RED: 04

Art. 2º Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação das seguintes Dotações Orçamentarias:

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES

Projeto/Atividade: 1001 – INFRA-ESTRUTURA LEGISLATIVA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 220.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 01



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 28 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

## LEI Nº 1.614 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442134

LEI Nº 1.614 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita do Município de Salto Veloso – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e sanciona a seguinte Lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Salto Veloso, para exercício de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 23.560.000,00 (Vinte e três milhões e quinhentos e sessenta mil reais).

### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

Art. 2º - O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 18.048.000,00 (dezoito milhões e quarenta e oito mil reais) e a Despesas Orçamentária em R\$ 12.929.950,00 (doze milhões, novecentos e vinte e nove mil e novecentos e cinquenta reais), e Despesa Financeira de R\$ 5.118.050,00 (cinco milhões, cento e dezoito mil e cinquenta reais).

§1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminados quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 – RECEITAS CORRENTES	18.024.000,00
1.1- Receita Tributária	1.315.000,00
1.2- Receitas de Contribuições	160.000,00
1.3- Receita Patrimonial	144.200,00
1.4- Receita Agropecuária	6.500,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	22.500,00
17-Transferências Correntes	16.188.000,00
1.9- Outras Receitas Correntes	187.800,00
2 – RECEITAS DE CAPITAL	24.000,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	24.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
TOTAL	18.048.000,00

§2º - A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a seguinte classificação:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3– DESPESAS CORRENTES	12.592.650,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	6.916.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	5.500,00
3.3- Outras Despesas Correntes	5.671.150,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	327.300,00
4.4- Investimentos	321.800,00
4.5- Inversões Financeiras	5.500,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00
9.9- Reserva de Contingência	10.000,00
– TRANSF. FINANCEIRAS AS FUNDOS MUNICIPAIS	5.118.050,00
- Fundo Municipal da Saúde	3.568.050,00
- Ipresvel	600.000,00

- Câmara Municipal de Vereadores	950.000,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>18.048.000,00</b>

Art. 3º - O orçamento dos Fundos Municipais e Instituto de previdência social dos servidores públicos do Município de Salto Veloso para o exercício de 2018 estima a Receita e Fixa a Despesa conforme quadros abaixo descritos:

#### I – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
<b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>	<b>946.000,00</b>
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	0,00
1.3- Receita Patrimonial	9.900,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	931.000,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	5.100,00
<b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.000,00</b>
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	4.000,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	3.568.050,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	3.568.050,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.518.050,00</b>

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
<b>3– DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.386.050,00</b>
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	2.456.900,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	1.929.150,00
<b>4 - DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>132.000,00</b>
4.4- Investimentos	132.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
<b>9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>
9.9- Reserva de Contingência	0,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>4.518.050,00</b>

#### I I – FUNDO DE ASSIST. MÉDICA DO SERVIDOR PÚBLICO

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
<b>1 – RECEITAS CORRENTES</b>	<b>770.000,00</b>
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	530.000,00
1.3- Receita Patrimonial	240.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	0,00
<b>2 – RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	0,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>770.000,00</b>

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	700.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	0,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	700.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	0,00
4.4- Investimentos	0,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	70.000,00
9.9- Reserva de Contingência	70.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	770.000,00

### III- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
1 - RECEITAS CORRENTES	2.260.000,00
1.1- Receita Tributária	0,00
1.2- Receitas de Contribuições	600.000,00
1.3- Receita Patrimonial	1.400.000,00
1.4- Receita Agropecuária	0,00
1.5- Receita Industrial	0,00
1.6- Receita de Serviços	0,00
17-Transferências Correntes	0,00
(-) Dedução de Receitas Correntes	0,00
1.9- Outras Receitas Correntes	260.000,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1- Operações de Crédito	0,00
2.2- Alienação de Bens	0,00
2.3- Amortização de Empréstimos	0,00
2.4- Transferências de Capital	0,00
2.5- Outras Rec. De Capital	0,00
-RECEITA INTRA - ORÇAMENTÁRIA	1.532.000,00
-Receita Intra-orçamentária	1.532.000,00
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	600.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	600.000,00
TOTAL	4.392.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	1.950.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	1.800.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	150.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00
4.4- Investimentos	20.000,00
4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.422.000,00
9.9- Reserva de Contingência	2.422.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	4.392.000,00

### IV - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

DESCRIÇÃO DAS RECEITAS	VALORES R\$
- TRANSF. FINANCEIRAS DA PREFEITURA	950.000,00
- Transferências financeiras da Prefeitura	950.000,00
TOTAL	950.000,00

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	VALOR R\$
3- DESPESAS CORRENTES	600.000,00
3.1- Pessoal e Encargos Sociais	520.000,00
3.2- Juros e Encargos da Dívida	0,00
3.3- Outras Despesas Correntes	80.000,00
4 - DESPESAS DE CAPITAL	350.000,00
4.4- Investimentos	350.000,00

4.5- Inversões Financeiras	0,00
4.6- Amortização da Dívida	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00
9.9- Reserva de Contingência	0,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	950.000,00

Art. 4º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de intempéries da natureza, conforme anexo IX da LDO, conforme demonstração abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUN. SALTO VELOSO

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	20.000,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	0,00
TOTAL	20.000,00

UNIDADE GESTORA: SIMA

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	70.000,00
TOTAL	70.000,00

UNIDADE GESTORA: IPRESVEL

I – Passivo Contingente	0,00
II – Intempéries	0,00
III – Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos	0,00
IV – Obtenção de Resultado Primário	0,00
V – Reforço de dotações Orçamentárias	2.422.000,00
TOTAL	2.422.000,00

§1º - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando-se o limite para cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, por ato próprio, nos termos do Art. 7º da Lei federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30 % da Despesa consolidada estimada para o orçamento de 2018, utilizando como fontes de recursos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único – Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício e o excesso de arrecadação das receitas de capital.

Art. 6º - As despesas por conta de dotação vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

Art. 7º – Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 8º – Comprovando o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeios de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º – Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10º – A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 29 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 394/2017**

Publicação Nº 1442198

PORTARIA Nº 394 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO – SC, no uso

de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a Licença Para Tratamento de Saúde para o servidor EDUARDO MAURÍCIO SONDA, matrícula funcional nº 1279, pelo período de 16/10/2017 a 16/04/2018, correspondente a 183 dias conforme perícia da Previdência Social, parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 18 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 395/2017**

Publicação Nº 1442200

PORTARIA Nº. 395 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Nº 016/2010 de 23/12/2010 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º Conceder a Função Gratificada – FG-4, para a servidora JULIANA PAULA CAMÍCIA BARBOZA, para ser responsável pela matrícula e controle de frequência dos alunos nas oficinas culturais da Casa da Cultura Abel Abati de Salto Veloso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 01/11/2017.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 22 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 396/2017**

Publicação Nº 1442201

PORTARIA Nº. 396 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º. Autoriza a readaptação do servidor municipal NADIR ZANESCO, Operário Braçal, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo perito médico do Município, na data de 23 de novembro de 2017, o qual continua atuando na função de Motorista na Secretaria de Educação, nos termos do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 23 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 397/2017**

Publicação N° 1442203

PORTARIA N° 397 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeito Municipal de Salto Veloso- SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º Alterar carga horária do servidor EDIVAR ANTÔNIO DONADEL, Secretário de Administração e Finanças, nomeado pela Portaria nº 001 de 01 de janeiro de 2017, de 30 horas semanais para 40 horas semanais, a partir de 06 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 06 de novembro de 2017.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 23 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

**PORTARIA N° 398/2017**

Publicação N° 1442205

PORTARIA N° 398 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. ELAINE DE LOURDES LOCATELLI, pelo período de 29/11/2017 a 05/01/2018, correspondente a 38 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, em 29 de novembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 001/2017**

Publicação Nº 1441961

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Processo administrativo n. 01/2017

Do Objeto: Contratação de empresa para compra de 42 troféus em acrílico, dimensão 250 x180 mm e espessura 4,0 mm, para homenagem aos servidores públicos aposentados pelo IPRESVEL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, em conformidade com a Resolução Legislativa n. 019, de 21 de novembro de 2017.

Do Contratado: Empresa COLOMBO ACRÍLICO LTDA ME, com sede Av. XV de Novembro, 674, Subsolo, Centro, Joaçaba –SC, inscrita no CNPJ n. 03.409.052/0001-04 e Inscrição Estadual n. 253.984.718.

Do Valor e do Pagamento: A presente contratação importa em R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) o que corresponde ao valor unitário de R\$50,00(cinquenta reais) e serão pagos mediante transferência bancária.

Dos recursos orçamentários e financeiros - As despesas decorrentes na execução do contrato relativo ao presente edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017:

Órgão 01 – Poder Legislativo  
Projeto/atividade 2.019 – Manutenção das atividades legislativas  
Elemento 3.3.9030.99.00.00.00.1100

Da Justificativa: A motivação principal da escolha deve-se ao fato da empresa possuir notória especialização e experiência na área, além de tratar-se da empresa que apresentou o menor preço para o produto solicitado.

Do Fundamento Legal: Art. 24, II da Lei n.8.666/93, e em consonância com o Parecer Jurídico incluso ao presente processo, exigência do art.38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

**RATIFICAÇÃO**

IVAINER MENEGHEL, presidente da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, RATIFICA a Dispensa de Licitação em consonância com as informações acima, nos termos do Artigo 26, II e III, da Lei n. 8.666/93 e suas atualizações, para a contratação dos serviços constantes neste edital a serem prestados pela empresa COLOMBO ACRÍLICO LTDA ME.

Salto Veloso –SC, 30 de novembro de 2017.  
IVAINER MENEGHEL  
Presidente Câmara Vereadores de Salto Veloso.

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 061 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442195

DECRETO Nº 061, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nomeia Membros da Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Senhores: ALDOIR CONSTANTE DE SOUZA, Diretor de Obras, JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS, Secretário de Viação, Obras e Serviços Públicos, ANTONIO ALCEU DE SOUZA, Motorista, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão de Avaliação de bens inservíveis que serão leiloados na forma das Leis citadas.

Parágrafo único. A Comissão acima exercerá as funções até 31/12/2017.

Art. 2º O relatório da Comissão será anexado ao Processo Licitatório correspondente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 17 de novembro de 2017.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 062 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442204

DECRETO Nº 062, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre declaração de bens móveis inservíveis do Município para efeito de alienação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis ao Município, conforme Termo de Inservibilidade 001/2017, e parecer emitido pela Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, em 20 de novembro de 2017, os seguintes bens móveis, para efeito de alienação:

LOTE 01: 01 (Um) Ônibus MB 1620, Ano/Mod. 1997/1997, diesel, placas JNW 9902, RENAVAL 676253679, cor branca, 44 lugares. - AVALIAÇÃO: R\$ 12.000,00.

LOTE 02: 01 (Um) Micro-ônibus, Marcopolo/Volare, Ano/Modelo 2000/2000, Placas MBO 0647, RENAVAL 743817931, Cor amarela, 24 lugares. AVALIAÇÃO: R\$ 2.000,00.

LOTE 03: 01 (Um) Ônibus MB 1314, Ano/Mod. 1992/1992, Placas MDN9860, RENAVAL 541066749, Cor amarela, 46 lugares. AVALIAÇÃO: R\$ 12.000,00.

LOTE 04: 01 (Um) Ônibus Rodoviário Volvo B58, Ano/Mod. 1987/1987, Placas AFV 7588, RENAVAL 521214912, Cor branca. AVALIAÇÃO: R\$ 12.000,00.

LOTE 05: 01 (Um) Automóvel Vectra, Ano/Mod. 1999/1999, Placas KEA 6575, RENAVAL 718538579, Cor branca. AVALIAÇÃO: R\$ 1.000,00.

LOTE 06: 01 (Um) Automóvel Celta Life, Ano/Mod. 2009/2010, Placas MFX9215, RENAVAL 149569645, Cor branca. AVALIAÇÃO: R\$ 10.000,00.

LOTE 07: 01 (Um) Automóvel Classic LS, Ano/Mod. 2012/2013, Placas MJW6045, RENAVAL 478686803, Cor branca. AVALIAÇÃO: R\$ 15.000,00.

LOTE 08: 01 (Um) Automóvel Classic LS, Ano/Mod. 2011/2012, Placas MLD6659, RENAVAM 417064772, Cor branca. AVALIAÇÃO: R\$ 14.000,00.

LOTE 09: 01 (Uma) Retroescavadeira NEW HOLAND LB90, Ano 2008, Cor amarela. AVALIAÇÃO: R\$ 25.000,00.

LOTE 10: 01 (Uma) Retroescavadeira NEW HOLAND LB90.2, Ano 2008, Cor amarela. AVALIAÇÃO: R\$ 25.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 21 de novembro de 2017.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer  
Secretário de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 063 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442211

Decreto nº 063, de 21 de novembro de 2017.

Nomeia Comissão para fins de avaliação de imóveis inservíveis do Município de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais de acordo com Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem a Comissão para Fins de Avaliação de Bens Imóveis inservíveis do Município de Santa Rosa do Sul, os seguintes senhores:

- Pedro Paulo de Bitencourt – Engenheiro Civil e Agrimensor – CREA nº 036964/6
- Leonardo R. da Silva – Advogado – OAB/SC 26.210-B
- Francisco dos Santos Farias – Corretor de Imóveis – CRECI nº 010968

Parágrafo único: A Comissão acima exercerá as funções até 31/12/2017.

Art. 2º Os laudos de avaliação deverão ser apresentados de forma individualizada.

Parágrafo único: Serão somadas as avaliações e divididas pelo número de avaliadores, chegando-se ao valor médio que será considerado o valor final.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de novembro de 2017.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:  
Wilfried Hemmer  
Secretário da Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 064 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442216

DECRETO Nº 064, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre declaração de bens imóveis inservíveis do Município para efeito de alienação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL no uso das atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal e da Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados inservíveis ao Município, conforme Termo de Inservibilidade 002/2017 e parecer emitido pela Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis, em 23 de novembro de 2017, o seguinte bem imóvel, para efeito de alienação:

LOTE 01: 01 (Um) terreno localizado na Rua Ferminio Pedro Raupp, Bairro Centro, Quadra 05, Lote 02, matrícula nº 11.837, medindo área de 437,85m², escriturado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 24 de novembro de 2017.  
Nelson Cardoso de Oliveira  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer  
Secretário de Administração e Finanças

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 114/2017 TP**

Publicação Nº 1442974

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 114/2017 – TP Nº 114/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para execução de fechamento com muro da Escola Gov. Pedro Ivo Campos, localizada no Bairro de Vila Albina, com extensão de 286,90 metros. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h30min do dia 15 de Dezembro de 2017, com abertura da documentação às 13h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (048) 3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 30 de Novembro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 115/2017 TP**

Publicação Nº 1442975

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 115/2017 – TP Nº 115/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para execução de fechamento com muro da Escola Gov. Pedro Ivo Campos, localizada no Bairro de Vila Albina, com extensão de 285,90 metros. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17h15min do dia 15 de Dezembro de 2017, com abertura da documentação às 17h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (048) 3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 30 de Novembro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 572/2017

Publicação Nº 1442517

DECRETO Nº 0572, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Cristian Cristofolini, Jocemari Telma Teixeira, Larissa Juliane Jablonski, Edemilson Benedito de Assis e Daniele Ehrat para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Concorrência Pública nº 216/2017, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 8 de janeiro de 2018, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

### DECRETO Nº 580/2017

Publicação Nº 1442519

DECRETO Nº 0580, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 0850/2015 QUE NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DA EDUCAÇÃO PARA DISCUSSÃO, ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO, REVISÃO E REELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 0850, de 12 de fevereiro de 2015, que nomeia os membros da Comissão Permanente da Educação para discussão, acompanhamento, avaliação, revisão e reelaboração do Plano Municipal de Educação do Município de São Bento do Sul – SC, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

III - Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) Antonio Alcioni Cardoso - titular
- b) sem representante – suplente

(...)

VI - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo:

- a) Adelino Denk - titular
- b) sem representante - suplente

VII - Representantes da Gerência de Educação;

- a) Mayza de Lima Borges – titular
- b) Luciana Pschidt - suplente

VIII - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas:

- a) Patricia Borges Ramos– Titular
- b) Rejane Beckett – Suplente

IX - Representantes dos Professores da Rede Municipal de Ensino:

- a) Juliana de Fátima Tavares - titular

b) Geizi Largura - suplente

X - Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

a) Mara Adriana Slomecki – titular

b) Tatiane Schroeder Alves - suplente

XI - Representantes dos Diretores das Escolas Particulares:

a) Joel Antonio Tauchen - titular

b) Estefânia Zemmann – suplente

XII - Representantes dos Alunos do Ensino Fundamental:

a) Luana Mara Koscianski - titular

b) Guilherme Alexandre Rank – suplente

c) Samuel Rocha Capareli - suplente

XIII - Representantes dos Alunos do Ensino Médio:

a) Caio Nunes da Silveira - titular

b) David Tadeu Schmidt - suplente

XIV - Representantes das Instituições que atendem Educação Especial:

a) Mariléia do Rocio Prestes Gonçalves – titular

b) Solange Nunes da Silva - suplente

XV - Representantes das Instituições de Ensino Superior:

a) Eduardo Silva – titular

b) Delcio Pereira – suplente

XVI - Representantes das Associações de Pais e Professores (APP):

a) Laércio Rodrigues de Oliveira - titular

b) Fabiano Boiko - suplente

XVII - Representantes dos Conselhos Escolares:

a) Roselaine Ester Rambo – titular

b) Roseli D' Aparecida Alves da Silva - suplente

XVIII - Representantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

a) Maíse Maria Schreiner Pokriwieski - titular

b) Mari Teresinha Pickocz Campolino - suplente

XIX - Representantes do Conselho Tutelar:

a) Sandro Tschöke - titular

b) Filipe Weihermann - suplente

XX - Representantes da Procuradoria Municipal:

a) Elaine Deunio – titular

b) Scheila Buscoski Varella – suplente

XXI - Representantes das Associações de Moradores;

a) Gilmar Pacheco - titular

b) Élcio Antonio Gottardo - suplente

XXII - Representantes de Clubes de 3ª Idade:

a) Vilma Eiselt - titular

b) Idalina Rosá - suplente

XXIII - Representantes de outras entidades Não Governamentais:

a) Ernesto João Wielewski - titular

b) Paulo Siqueira - suplente

XXIV - Representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) Claudineia Andrzejewski – titular

b) Dirce Grein – suplente

XXV – Representantes da Câmara de Vereadores:

a) Nivaldo Bogo – titular

b) Thiago Felipe Piccinini - suplente

Parágrafo único .....



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## EDITAL Nº 04/2017-COMDIM

Publicação Nº 1442104

EDITAL Nº 04/2017

DISPÕES SOBRE A DIVULGAÇÃO FINAL DAS ENTIDADES CANDIDATAS QUE PARTICIPARÃO DO FÓRUM DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral para o Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Bento do Sul, com base no Art. 5º do Edital Nº 02/2017 do referido Conselho, torna pública a divulgação final das entidades candidatas que participarão do Fórum de Escolha das Entidades Não Governamentais do COMDIM para o biênio 2017/2019, sendo:

- I – Cube Soroptimista Internacional de São Bento do Sul;
- II – Instituto de Desenvolvimento Integral – IDI;
- III – JCI São Bento do Sul;
- IV – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção São Bento do Sul;
- V – Rede Feminina de Combate ao Câncer; e
- VI – Rotary Club de São Bento do Sul – Cidade dos Móveis.

Art. 2º – Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2017.

Ataíze Scharmach

Presidente da Comissão Eleitoral

## EXTRATO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº 200/2017

Publicação Nº 1442676

EXTRATO DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO Nº 200/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Permissão de Uso que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA – ME.

DO OBJETO: Dispensa Emergencial para Permissionária de Serviço Público Municipal Funerário, FSB Serviços Póstumos Ltda - ME - CNPJ 80.105.679/0001-12 (Lei 817/2003), pelo período de 180 dias a contar de 11 de novembro de 2017 até 09 de maio de 2018, conforme Dispensa de Licitação nº 211/2017.

DO VALOR: A PERMISSONÁRIA será remunerada através de pagamento efetuado diretamente pelo Contratante dos serviços, cujos preços obedecerão rigorosamente à tabela fixada pela PERMITENTE por Decreto, para cada tipo de serviço ou bem à venda.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 11/11/2017.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2017.

ASS: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município e como Permitente.

FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA – ME, como Permissionária.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2017 - FMS

Publicação Nº 1442691

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa IPM SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado de Gestão para Prefeitura Municipal, Fundações, Autarquias e Câmara Municipal, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 168/2017, o qual fica

fazendo parte integrante deste contrato como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito e conforme Inexigibilidade de Licitação nº 76/2017 de 26 de outubro de 2017 do Fundo Municipal de Saúde.

DO VALOR: R\$ 14.903,04 - valor total.

Parágrafo Único: Pelos serviços de diagnóstico, migração, configuração, habilitação, treinamento inicial e acompanhamento operacional durante a implantação, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 1.915,00 (hum mil, novecentos e quinze reais).

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de outubro de 2017.

São Bento do Sul, 26 de outubro de 2017.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

IPM SISTEMAS LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 034/2017 - FMS

Publicação Nº 1442680

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 034/2017

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 009/2017, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 06 de fevereiro de 2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 6/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 009/2017 que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) para os funcionários do Fundo Municipal de Saúde, pelo período de fevereiro a dezembro de 2017, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 6/2017 de 06 de fevereiro de 2017.

Considerando aumento das passagens intermunicipais conforme Resolução nº 001/2017 do Conselho de Administração do Departamento de Transportes e Terminais – DETER, publicado em 21 de julho de 2017 em anexo ao Termo Aditivo, no percentual de 6,94%, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 009/2017, nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores unitários das passagens conforme abaixo, a partir de 23 de julho de 2017:

Item	Unid.	Especificação	Valor Anterior	Valor Atual
1	unid.	Passagens Campo Alegre x São Bento do Sul.	R\$ 5,33	R\$ 5,70
2	unid.	Passagens São Bento do Sul x Campo Alegre.	R\$ 5,33	R\$ 5,70
3	unid.	Passagens Mafra x São Bento do Sul.	R\$ 17,67	R\$ 18,90
4	unid.	Passagens São Bento do Sul x Mafra.	R\$ 17,67	R\$ 18,90
4	unid.	Passagens Rio Preto x São Bento do Sul.	R\$ 7,85	R\$ 8,39
4	unid.	Passagens São Bento do Sul x Rio Preto.	R\$ 7,85	R\$ 8,39

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 06 de fevereiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 10 de agosto de 2017.

Ass: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

REUNIDAS TURISMO S.A., como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 144/2017

Publicação Nº 1442627

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 144/2017

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 007/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 09 de janeiro de 2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 1/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 007/2017, que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) sem seguro, para as cidades de Campo Alegre, Mafra e Rio Negrinho para os Servidores Públicos Municipais pelo período de janeiro à dezembro de 2017 e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 1/2017 de 09 de janeiro de 2017.

Considerando aumento das passagens intermunicipais conforme Resolução nº 001/2017 do Conselho de Administração do Departamento de Transportes e Terminais – DETER, publicado em 21 de julho de 2017 em anexo ao Termo Aditivo, no percentual de 6,94%, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 007/2017, nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores unitários das passagens conforme abaixo, a partir de 23 de julho de 2017:

Item	Especificação	Valor Anterior	Valor Atualizado
1	Passagens SBS x Rio Negrinho	R\$ 5,05	R\$ 5,40
2	Passagens SBS x Campo Alegre	R\$ 5,33	R\$ 5,70
3	Passagens SBS x Mafra	R\$ 17,67	R\$ 18,90

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 09 de janeiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 02 de agosto de 2017.

Ass: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 149/2017**

Publicação Nº 1442631

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 149/2017**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 116/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 21 de junho de 2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 119/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 116/2017, que consiste no fornecimento de passes (vale transporte) para profissionais da Rede Municipal de Ensino - Educação Infantil, pelo período de julho à dezembro de 2017 de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 119/2017 de 21 de junho de 2017.

Considerando aumento das passagens intermunicipais conforme Resolução nº 001/2017 do Conselho de Administração do Departamento de Transportes e Terminais – DETER, publicado em 21 de julho de 2017 em anexo ao Termo Aditivo, no percentual de 6,94%, faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 116/2017, nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores unitários das passagens conforme abaixo, a partir de 23 de julho de 2017:

Item	Unid.	Especificação	Valor Anterior	Valor Atual
1	Unid.	Passagem Mafra x São Bento do Sul (Bela Aliança).	R\$ 20,48	R\$ 21,90
2	Unid.	Passagem Mafra x São Bento do Sul.	R\$ 17,67	R\$ 18,90
3	Unid.	Passagem Rio Negrinho x São Bento do Sul.	R\$ 5,05	R\$ 5,40
4	Unid.	Passagem de Campo Alegre x São Bento do Sul.	R\$ 5,33	R\$ 5,70
5	Unid.	Passagem Joinville x São Bento do Sul.	R\$ 25,22	R\$ 26,80
6	Unid.	Passagem São Bento do Sul x Joinville.	R\$ 22,72	R\$ 24,30

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 21 de junho de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 08 de agosto de 2017.

Ass: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.

REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 161/2017**

Publicação Nº 1442639

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 161/2017**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento de Passagens de nº 033/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A, em 03 de fevereiro de 2017, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 26/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 033/2017, que consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) para os Municípios de Monte Castelo, Rio Negrinho, Campo Alegre, Piçarras, Papanduva, Joaçaba, Barra Velha, Canoinhas, Balneário Camboriú, Joinville, Mafra, Caçador e Florianópolis, auxílio de passagens para famílias carentes referenciadas pelos CRAS da Secretaria de Assistência Social, de São Bento do Sul – SC conforme Lei Municipal nº 322/1998 e Decretos Municipais nº 151/1997 e nº 077/2013, pelo período de fevereiro a dezembro de 2017, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 26/2017 de 31 de janeiro de 2017.

Considerando aumento das passagens intermunicipais conforme Resolução nº 001/2017 do Conselho de Administração do Departamento de Transportes e Terminais – DETER, publicado em 21 de julho de 2017 em anexo ao Termo Aditivo, no percentual de 6,94% faz-se necessário alterar o valor unitário das passagens do Contrato nº 033/2017, nos seguintes termos:

Ficam alterados os valores unitários das passagens conforme abaixo, a partir de 23 de julho de 2017:

Item	Unid.	Especificação	Valor Anterior	Valor Reajustado
1	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Monte Castelo	R\$ 40,21	R\$ 42,84
2	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Rio Negrinho	R\$ 6,35	R\$ 6,70
3	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Campo Alegre	R\$ 6,63	R\$ 7,00
4	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Piçarras	R\$ 43,88	R\$ 46,79
5	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Papanduva	R\$ 35,72	R\$ 38,04
6	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Joaçaba	R\$ 117,82	R\$ 125,64
7	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Barra Velha	R\$ 39,39	R\$ 41,99
8	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Canoinhas	R\$ 36,72	R\$ 42,89
9	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Balneário Camboriú	R\$ 50,49	R\$ 58,64
10	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Joinville	R\$ 22,63	R\$ 26,15
11	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Mafra	R\$ 18,01	R\$ 20,75
12	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Caçador	R\$ 75,73	R\$ 87,95
13	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Florianópolis	R\$ 72,12	R\$ 84,13

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 03 de fevereiro de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2017.

Ass: FLORINDA IVETE ROSÁ ROHRBACHER, pela Secretaria de Assistência Social do Município.  
REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 188/2017

Publicação Nº 1442645

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 188/2017

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 171/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 01 de agosto de 2016, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 171/2016 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Albertina Telma, portadora do CPF nº 558.268.499-11 e Sra. Matilde Pachewsky, portadora do RG nº 765.528/SC idosas referenciadas no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificadas como Item 3 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau III, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de outubro de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento das idosas Sra. Albertina Telma, e da Sra. Matilde Pachewsky, atendendo requisições do Ministério Público conforme Ofício nº 0922/2015/1PJ/SBS e Ofício 62/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social (Sra. Albertina Telma) e Ofício nº 0226/2015/01PJ/SBS e Ofício 61/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social (Sra. Matilde Pachewsky), documentos estes em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de novembro de 2017 e com término em 31 de março de 2018. Permanecem os valores mensais de R\$ 2.584,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais) para a Sra. Matilde Pachewsky e R\$ 2.895,01 (dois mil, oitocentos e noventa e cinco reais e um centavo) para a Sra. Albertina Telma, totalizando o valor de R\$ 27.395,05 (vinte e sete mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinco centavos) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 01 de agosto de 2016, Termo Aditivo nº 293/2016 de 12 de dezembro de 2016 e Termo Aditivo nº 099/2017 de 31 de maio de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.

Ass: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social Interino do Município.  
INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 189/2017

Publicação Nº 1442646

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 189/2017

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 105/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 31 de maio de 2017, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 105/2017 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para o idoso, Sr. Cide Nei Marafago, portador do CPF nº 832.725.939-34 e RG nº 4.779.244-1, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 2 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau II, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de outubro de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento do idoso Sr. Cide Nei Marafago visto que o mesmo não possui parentes ou familiares próximos para lhe prestar atendimento, e conforme Ofício 0117/2017/01PJ/SBS e Ofício 59/2017 emitido pela Secretaria de Assistência Social, documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de novembro de 2017 e com término em 31 de março de 2018. Permanece o valor mensal de R\$ 2.384,00 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 11.920,00 (onze mil, novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 31 de maio de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.

Ass: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social Interino do Município.  
INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 190/2017**

Publicação Nº 1442647

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 190/2017**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 112/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 13 de junho de 2017, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 112/2017 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Regina Finke, portadora do CPF nº 890.086.009-78 e RG nº 608.846/SC, idosa referenciada no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificada como Item 3 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau III, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição..

Considerando o término de Contrato no dia 31 de outubro de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento da idosa Sra. Regina Finke, visto que a mesma não possui parentes ou familiares próximos para lhe prestar atendimento, conforme Parecer Social nº 41/2017 e Ofício nº 65/2017 emitidos pela Secretaria de Assistência Social, documentos estes em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de novembro de 2017 e com término em 31 de março de 2018. Permanece o valor mensal de R\$ 2.584,00 (dois mil, quinhentos e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 12.920,00 (doze mil, novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de junho de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.

Ass: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social Interino do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 191/2017**

Publicação Nº 1442652

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 197/2017**

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Permissão de Uso e Prestação de Serviços de nº 331/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CALICO TRANSPORTE LTDA - EPP, em 10 de novembro de 2014, conforme Edital de Concorrência Pública nº 259/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 331/2014, que consiste na escolha de PERMISSIONÁRIA para outorga de serviços e equipamentos necessários ao transporte, guarda e depósito de veículos apreendidos e retirados de circulação pela polícia militar e civil no Município de São Bento do Sul, nos termos da Lei Municipal nº 1007 de 10 de agosto de 2004, alterada pela Lei Municipal nº 2973 de 06 de março de 2012. Considerando o término do referido Contrato no dia 09 de novembro de 2017, e devido que os serviços prestados são de natureza contínua e passíveis de prorrogação, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato, conforme previsto na Cláusula Terceira – Do Prazo, com base no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 10 de novembro de 2017 e com término em 09 de novembro de 2018. Permanecem os valores conforme Termo Aditivo nº 273/2016 e demais condições conforme Cláusula Oitava - Da Remuneração da Permissão nos seguintes termos:

- Pelos serviços de Guincho será cobrado o valor de R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais);

- Pelos serviços de Guarda do Veículo será cobrado o valor de R\$ 23,90 (vinte e três reais e noventa centavos) por dia.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 10 de novembro de 2014, Termo Aditivo nº 297/2015 de 09 de novembro de 2015, Termo Aditivo nº 320/2015 de 01 de dezembro de 2016, Termo Aditivo nº 237/2016 de 27 de outubro de 2016 e Termo Aditivo nº 273/2016 de 05 de dezembro de 2016, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2017.

Ass: LUIZ CLÁUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

CALICO TRANSPORTE LTDA - EPP, como Permissionária.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 192/2017**

Publicação Nº 1442654

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 192/2017**

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 004/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 02 de janeiro de 2017, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 004/2017 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para o idoso, Sr. Clovis Irineu Stuber, portador do CPF



nº 193.758.599-91 e RG nº 249.158, idoso referenciado no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 1 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau I, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de outubro de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento do idoso Sr. Clovis Irineu Stuber, conforme determinação do Ministério Público através dos Autos nº 0900303-10.2016.8.24.0058 e Parecer Social emitido em 23 de outubro de 2017 pela Secretaria de Assistência Social, documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de novembro de 2017 e com término em 31 de março de 2018. Permanece o valor mensal de R\$ 2.184,00 (dois mil, cento e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 10.920,00 (dez mil, novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de janeiro de 2017 e Termo Aditivo nº 103/2017 de 31 de maio de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.

Ass: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 193/2017

Publicação Nº 1442656

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 193/2017

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Atendimento ao Idoso e Serviço de Residência para Pessoas com Deficiência de nº 005/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa INSTITUTO SANTÉ, em 02 de janeiro de 2017, conforme Edital de Credenciamento nº 51/2016.

Considerando o objeto do Contrato de nº 005/2017 que consiste na contratação de empresa/entidade/instituição de natureza privada sem fins econômicos para realizar ações previstas na política de Assistência Social, no âmbito da proteção social especial, de acordo com a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais - resolução 109/2009-CNAS para a prestação de serviço referenciado no CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, tendo como finalidade a hospedagem para a idosa, Sra. Erna Buchinguer Stuber, portadora do CPF nº 016.661.959-01 e RG nº 3.610.164, idosa referenciada no Programa "Garantindo Política do Idoso em Situação de Vulnerabilidade Social", classificado como Item 2 - Execução de Serviço de Atendimento ao Idoso em Instituição de Longa Permanência Grau II, conforme Termo de Referência em anexo ao Edital de Credenciamento nº 51/2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Considerando o término de Contrato no dia 31 de outubro de 2017 e a necessidade da continuidade de internamento da idosa Sra. Erna Buchinguer Stuber, conforme determinação do Ministério Público através dos Autos nº 0900303-10.2016.8.24.0058 e Parecer Social emitido em 23 de outubro de 2017 pela Secretaria de Assistência Social, documentos em anexo ao Termo Aditivo;

Diante do exposto, faz-se necessário prorrogar a vigência do referido Contrato com base no Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Cláusulas Terceira – Da Vigência, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 01 de novembro de 2017 e com término em 31 de março de 2018. Permanece o valor mensal de R\$ 2.384,00 (dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais), totalizando o valor de R\$ 11.920,00 (onze mil, novecentos e vinte reais) para o período prorrogado e pagamentos de acordo com o Contrato original:

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de janeiro de 2017 e Termo Aditivo nº 104/2017 de 31 de maio de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 23 de outubro de 2017.

Ass: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

INSTITUTO SANTÉ, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 194/2017

Publicação Nº 1442657

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 194/2017

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 150/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, em 22 de maio de 2015, conforme Edital de Concorrência Pública nº 61/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 150/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Papanduva, Bairro Cruzeiro, conforme memorial descritivo, projetos e Contrato de Repasse nº 791370/2013/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1009071-48/2013;

Considerando que a obra encontra-se parada, tendo sido verificada a existência de solos moles entre as estacas 0+11,30m e 10 e entre as estacas 31+15m e 36+11,62m, de modo que o projeto de pavimentação da via em questão encontra-se em revisão pela AMUNESC – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina desde fevereiro de 2017;

Considerando que o Contrato de Repasse nº 791370/2013/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº SR.2626.1009071-48/2013 tem sua vigência até 30 de junho de 2018 conforme documento em anexo ao Termo Aditivo, faz-se necessária a prorrogação dos prazos de execução e de vigência do referido contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso I, II e III da Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 01 de novembro de 2017 e com término em 28 de



fevereiro de 2018.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 06 (seis) meses, a contar de 01 de janeiro de 2018 e com término em 30 de junho de 2018.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 22 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 334/2015 de 11 de dezembro de 2015, Termo Aditivo nº 063/2016 de 24 de março de 2016, Termo Aditivo nº 155/2016 de 25 de julho de 2016, Termo Aditivo nº 259/2016 de 25 de novembro de 2016, Termo Aditivo nº 070/2017 de 24 de março de 2017 e Termo Aditivo nº 119/2017 de 23 de junho de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de outubro de 2017.

Ass: LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHÉLIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, como Contratada.

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 198/2017

Publicação Nº 1442662

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 198/2017

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 156/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA, em 16 de agosto de 2017, conforme Edital de Tomada de Preços nº 138/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 156/2017, que constitui na contratação de empresa para fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para a reforma na Escola Básica Municipal Pref. Henrique Schwarz, situada à Rua Schramm, nº 1500 - Bairro Schramm em São Bento do Sul/SC, com área total a ser reformada de 288,07m2 conforme descritivos em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 138/2017, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos;

Considerando o término do prazo de vigência do referido Contrato no dia 15 de novembro de 2017, sendo que o prazo de execução da obra vai até 09 de dezembro de 2017 conforme assinatura da Ordem de Serviço em anexo ao Termo Aditivo, ultrapassando o prazo estipulado para vigência, se faz necessário prorrogar a mesma para que a obra possa ser executada e finalizada, conforme Art. 57, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 16 de novembro de 2017 e com término em 15 de dezembro de 2017.

Mantém-se o prazo de execução com vencimento em 09 de dezembro de 2017.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 16 de agosto de 2017, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 06 de novembro de 2017.

Ass: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 016/2017

Publicação Nº 1442758

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL – EMHAB

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 016/2017

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 002/2016, firmado entre a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL – EMHAB e a empresa J.D.I. CONSTRUTORA LTDA. EPP, em 02 de março de 2016, conforme edital de concorrência pública nº 017/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 002/2016, que consiste na contratação de empresa do ramo da construção civil para prestação de serviços para reformas e melhorias em 24 (vinte e quatro) unidades habitacionais localizadas na Vila Schwarz, Bairro Serra Alta, neste município, conforme projetos, memoriais descritivos, orçamentos estimativos, cronograma físico-financeiro e demais informações anexas, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações. O empreendimento é parte integrante do programa de regularização fundiária serra alta - FNHIS - termo de compromisso nº 301.579-56/2009, convênio Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e Município de São Bento do Sul.

Considerando que o pedido de prorrogação de prazo apresentado pela Contratada foi ratificado e referendado pelo Fiscal do Contrato e Engenheiro Civil, Rodrigo Schreiner (CREA/SC n. 107.384-2), no Parecer Técnico datado de 28.11.2017, o qual atestou que diante das peculiaridades deste tipo de obra (REFORMAS) é comum ocorrer alterações técnicas nos projetos e na execução das obras, que no caso em tela as dificuldades de cumprir integralmente os cronogramas, em especial no que se refere aos prazos, são ainda maiores, por se tratarem de residências em estado precário de conservação e construídas de forma irregular, sem a mínima observância de padrões técnicos, além do fato de que a presença dos moradores nas residências em reforma, apesar de previstas desde o início, causam empecilhos diferentes conforme a características dos trabalhos a serem realizados e/ou conforme o perfil das moradores, vistos que alguns criam situações embaraçosas que dificultam e atrasam os trabalhos de reforma, sendo necessária a prorrogação do prazo de execução da obra por mais 120 (cento e vinte) dias corridos, a fim de garantir a perfeita execução e conclusão dos serviços, a contar 05 de dezembro de 2017 e com término em 04 de abril de 2017;

Considerando que todas as formalidades e trâmites burocráticos referentes à vistoria final da obra, medição final dos serviços, tramitação e liberação da respectiva fatura e seu pagamento possam ser obedecidos, será necessária a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de 24 de janeiro de 2018 e com término em 24 de maio de 2018, faz-se necessário aditar o referido contrato nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução da obra por 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de 05 de dezembro de 2017 e com término em 04 de abril de 2017.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar de 24 de janeiro de 2018 e com término em 24 de maio de 2018.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 02 de março de 2016 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de novembro de 2017.

Ass.:

Teodósio Kachuba pela Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como contratada

## RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 1442443

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			39.582.347,00	31.438.640,59	79,43	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			13.276.300,00	12.033.811,35	90,64	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			2.981.750,00	1.504.267,65	50,45	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			14.281.480,00	10.776.002,40	75,45	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			4.838.900,00	4.502.172,13	93,04	
Imposto Territorial Rural - ITR			0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			102.000,00	79.463,60	77,91	
Divida Ativa dos Impostos			3.134.017,00	1.916.516,70	61,15	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			967.900,00	626.406,76	64,72	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			94.162.100,00	77.353.354,63	82,15	
Cota-Parte FPM			30.069.400,00	24.489.786,86	81,44	
Cota-Parte ITR			41.400,00	42.861,18	103,53	
Cota-Parte IPVA			9.335.300,00	7.792.222,20	83,47	
Cota-Parte ICMS			53.645.600,00	44.243.399,87	82,47	
Cota-Parte IPI-Exportação			844.600,00	626.588,31	74,19	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			225.800,00	158.496,21	70,19	
Desoneração ICMS (LC 87/96)			225.800,00	158.496,21	70,19	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>		<b>133.744.447,00</b>	<b>133.744.447,00</b>	<b>108.791.995,22</b>	<b>81,34</b>	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		23.967.135,00	23.967.135,00	16.745.411,45	69,87	
Provenientes da União		23.498.935,00	23.498.935,00	16.513.661,45	70,27	
Provenientes dos Estados		468.200,00	468.200,00	231.750,00	49,50	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		4.543.917,00	4.543.917,00	2.790.403,47	61,41	
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>		<b>28.511.052,00</b>	<b>28.511.052,00</b>	<b>19.535.814,92</b>	<b>68,52</b>	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES		60.809.535,00	63.247.454,00	52.916.570,78	83,67	
Pessoal e Encargos Sociais		28.625.382,00	28.798.521,40	23.536.280,07	81,73	
Outras Despesas Correntes		32.184.153,00	34.448.932,60	29.380.290,71	85,29	
DESPESAS DE CAPITAL		4.287.600,00	4.725.109,23	716.173,20	15,16	
Investimentos		4.287.600,00	4.725.109,23	716.173,20	15,16	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	4.287.600,00	4.725.109,23	716.173,20	15,16	315.738,38	6,68
Investimentos	4.287.600,00	4.725.109,23	716.173,20	15,16	315.738,38	6,68
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	65.097.135,00	67.972.563,23	53.632.743,98	78,90	49.704.461,96	73,12
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	26.298.635,00	29.020.563,79	19.780.501,14	36,88	17.349.779,36	34,91
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	24.298.635,00	27.015.563,79	19.775.555,05	36,87	17.344.833,27	34,90
Recursos de Operações de Crédito	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	5.000,00	4.946,09	0,01	4.946,09	0,01
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	26.298.635,00	29.020.563,79	19.780.501,14	36,88	17.349.779,36	34,91
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	38.798.500,00	38.961.999,44	33.852.242,84	63,12	32.354.882,60	65,09
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4e5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶</b>						
16.035.883,32						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS					
Inscritos em 2016	992.303,07	20.374,65	586.358,55	405.944,52			0,00
Inscritos em 2015	610.181,06	0,00	0,00	610.181,06			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.602.484,13</b>	<b>20.374,65</b>	<b>586.358,55</b>	<b>1.016.125,58</b>			<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00			0,00			0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00			0,00			0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26				LIMITE NÃO CUMPRIDO			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
-	-						-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)				DESPESAS EMPENHADAS			
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
Atenção Básica	44.285.632,00	34.312.675,92	63,98	32.978.235,75	66,35		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.246.728,00	18.919.052,84	35,28	16.478.863,34	33,15		
Vigilância Sanitária	49.000,00	40.589,73	0,08	36.828,78	0,07		
Vigilância Epidemiológica	515.775,00	360.425,49	0,67	210.534,09	0,42		
<b>TOTAL</b>	<b>65.097.135,00</b>	<b>53.632.743,98</b>	<b>100,00</b>	<b>49.704.461,96</b>	<b>100,00</b>		<b>100,00</b>

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+l)] - (15 \times IIIb)/100]$ 

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

SAO BENTO DO SUL, 30/11/2017

MAGNO BOLLMANN PREFEITO MUNICIPAL	ROSILANE ZELIA DOS SANTOS SECRETÁRIA DE FINANÇAS	RICARDO ANTONIO HOMER Contador CRC/SC 029937/O
--------------------------------------	---	---



## RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 1442119

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>340.130.030,00</b>	<b>340.130.030,00</b>	<b>42.604.931,84</b>	<b>12,53</b>	<b>223.662.116,25</b>	<b>116.467.913,75</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>289.012.406,00</b>	<b>289.012.406,00</b>	<b>41.320.824,51</b>	<b>14,30</b>	<b>220.189.670,58</b>	<b>68.822.735,42</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	41.402.330,00	41.402.330,00	5.131.156,19	12,39	33.831.719,47	7.570.610,53
IMPOSTOS	35.327.130,00	35.327.130,00	4.231.583,28	11,98	28.796.787,78	6.530.342,22
TAXAS	6.071.400,00	6.071.400,00	899.045,29	14,81	5.032.260,96	1.039.139,04
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.800,00	3.800,00	527,62	13,88	2.670,73	1.129,27
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.263.678,00	12.263.678,00	1.940.832,77	15,83	9.392.464,78	2.871.213,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	8.055.678,00	8.055.678,00	1.264.715,33	15,70	6.121.438,81	1.934.239,19
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	4.208.000,00	4.208.000,00	676.117,44	16,07	3.271.025,97	936.974,03
RECEITA PATRIMONIAL	52.593.709,00	52.593.709,00	4.486.736,27	8,53	30.648.563,25	21.945.145,75
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	110.000,00	110.000,00	10.473,07	9,52	48.607,46	61.392,54
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	49.314.209,00	49.314.209,00	4.465.365,24	9,05	30.530.914,35	18.783.294,65
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.169.500,00	3.169.500,00	10.897,96	0,34	69.041,44	3.100.458,56
RECEITA DE SERVIÇOS	20.908.957,00	20.908.957,00	4.007.237,65	19,17	18.270.570,66	2.638.386,34
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	152.944.945,00	152.944.945,00	24.468.166,76	16,00	122.971.999,87	29.972.945,13
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	152.778.945,00	152.778.945,00	24.467.231,55	16,01	122.902.587,50	29.876.357,50
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	19.000,00	19.000,00	935,21	4,92	18.760,30	239,70
TRANSF. DE PESSOAS	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	50.652,07	-15.652,07
TRANSF. DE CONV.	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.898.787,00	8.898.787,00	1.286.694,87	14,46	5.074.352,55	3.824.434,45
MULTAS E JUROS DE MORA	3.939.580,00	3.939.580,00	547.848,97	13,91	2.516.332,94	1.423.247,06
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.083.994,00	1.083.994,00	355.546,28	32,80	466.448,64	617.545,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.799.687,00	3.799.687,00	382.777,84	10,07	2.085.036,31	1.714.650,69
RECEITAS DIVERSAS	75.526,00	75.526,00	521,78	0,69	6.534,66	68.991,34
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>51.117.624,00</b>	<b>51.117.624,00</b>	<b>1.284.107,33</b>	<b>2,51</b>	<b>3.472.445,67</b>	<b>47.645.178,33</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	0,00	48.589,62	17.951.410,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	18.000.000,00	18.000.000,00	0,00	0,00	48.589,62	17.951.410,38
ALIENAÇÃO DE BENS	1.243.419,00	1.243.419,00	0,00	0,00	99.980,00	1.143.439,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	363.419,00	363.419,00	0,00	0,00	99.980,00	263.439,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	880.000,00	880.000,00	0,00	0,00	0,00	880.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	590.000,00	590.000,00	76.965,71	13,05	340.238,24	249.761,76
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.756.205,00	30.756.205,00	1.206.610,50	3,92	2.960.950,72	27.795.254,28

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>340.130.030,00</b>	<b>340.130.030,00</b>	<b>42.604.931,84</b>	<b>12,53</b>	<b>223.662.116,25</b>	<b>65,76</b>	<b>116.467.913,75</b>
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.748.450,00	20.748.450,00	68.960,00	0,33	533.323,55	2,57	20.215.126,45
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.007.755,00	10.007.755,00	1.137.660,50	11,37	2.427.627,17	24,26	7.580.127,83
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	528.000,00	528.000,00	531,12	0,10	22.687,09	4,30	505.312,91
REC D.ATIVA DE AMORT EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTO	528.000,00	528.000,00	531,12	0,10	22.687,09	4,30	505.312,91
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>3.004.431,96</b>	<b>16,72</b>	<b>14.536.208,08</b>	<b>80,92</b>	<b>3.426.999,92</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>45.609.363,80</b>	<b>12,74</b>	<b>238.200.324,33</b>	<b>66,52</b>	<b>119.894.913,67</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizatória	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>45.609.363,80</b>	<b>12,74</b>	<b>238.200.324,33</b>	<b>66,52</b>	<b>119.894.913,67</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>45.609.363,80</b>	<b>12,74</b>	<b>238.200.324,33</b>	<b>66,52</b>	<b>119.894.913,67</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>—</b>	<b>8.487.470,24</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4.412.507,44</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	8.487.470,24	—	—	4.412.507,44	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>340.001.454,00</b>	<b>347.348.023,96</b>	<b>42.599.645,05</b>	<b>205.698.799,22</b>	<b>141.649.224,74</b>	<b>36.192.077,83</b>	<b>181.099.028,94</b>	<b>166.248.995,02</b>	<b>178.951.627,62</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>221.693.370,00</b>	<b>227.358.208,11</b>	<b>31.371.561,54</b>	<b>183.944.223,93</b>	<b>43.413.984,18</b>	<b>34.545.519,39</b>	<b>173.242.898,92</b>	<b>54.115.309,19</b>	<b>171.493.257,93</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	137.928.601,00	138.166.106,48	21.531.363,25	110.477.059,96	27.689.046,52	21.544.763,25	110.366.530,80	27.809.575,68	109.887.935,79
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	913.637,00	703.637,00	113.633,35	593.263,52	110.373,48	113.633,35	593.263,52	110.373,48	593.263,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	82.851.132,00	88.488.464,63	9.726.564,94	72.873.900,45	15.614.564,18	12.887.122,79	62.293.104,60	26.195.360,03	61.012.058,62
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>65.971.035,00</b>	<b>67.652.766,85</b>	<b>11.228.083,51</b>	<b>21.754.575,29</b>	<b>45.898.191,56</b>	<b>1.646.558,44</b>	<b>7.856.130,02</b>	<b>59.796.636,83</b>	<b>7.458.369,69</b>
INVESTIMENTOS	59.759.835,00	63.390.566,85	10.561.786,86	18.418.999,08	44.971.567,77	978.052,16	4.534.868,41	58.855.698,44	4.137.108,08
INVERSOES FINANCEIRAS	303.200,00	303.200,00	1.815,76	41.466,14	261.733,86	4.025,39	27.151,54	276.048,46	27.151,54
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	5.908.000,00	3.959.000,00	664.480,89	3.294.110,07	664.889,93	664.480,89	3.294.110,07	664.889,93	3.294.110,07
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>52.337.049,00</b>	<b>52.337.049,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.337.049,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.337.049,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	52.337.049,00	52.337.049,00	0,00	0,00	52.337.049,00	0,00	0,00	52.337.049,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>18.093.784,00</b>	<b>19.391.684,28</b>	<b>2.996.832,03</b>	<b>14.874.903,26</b>	<b>4.516.781,02</b>	<b>3.051.890,48</b>	<b>14.763.445,33</b>	<b>4.628.238,95</b>	<b>13.558.917,29</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>366.739.708,24</b>	<b>45.596.477,08</b>	<b>220.573.702,48</b>	<b>146.166.005,76</b>	<b>39.243.968,31</b>	<b>195.862.474,27</b>	<b>170.877.233,97</b>	<b>192.510.544,91</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas									
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>366.739.708,24</b>	<b>45.596.477,08</b>	<b>220.573.702,48</b>	<b>146.166.005,76</b>	<b>39.243.968,31</b>	<b>195.862.474,27</b>	<b>170.877.233,97</b>	<b>192.510.544,91</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>17.626.621,85</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>42.337.850,06</b>	<b>—</b>	<b>45.689.779,42</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>366.739.708,24</b>	<b>45.596.477,08</b>	<b>238.200.324,33</b>	<b>—</b>	<b>39.243.968,31</b>	<b>238.200.324,33</b>	<b>—</b>	<b>238.200.324,33</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>—</b>

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>Receitas (Intra-Orçamentárias)</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>3.004.431,96</b>	<b>16,72</b>	<b>14.538.208,08</b>	<b>80,92</b>	<b>3.426.999,92</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>17.965.208,00</b>	<b>3.004.431,96</b>	<b>16,72</b>	<b>14.538.208,08</b>	<b>80,92</b>	<b>3.426.999,92</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	97.840,00	97.840,00	1.973,08	2,02	34.899,68	35,67	62.940,32
Impostos	51.300,00	51.300,00	0,00	0,00	19.465,75	37,94	31.834,25
Taxas - Operações Intra-Orçamentárias	46.540,00	46.540,00	1.973,08	4,24	15.433,93	33,16	31.106,07
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	17.140.568,00	17.140.568,00	2.943.670,34	17,17	14.129.018,22	82,43	3.011.549,78
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.140.568,00	17.140.568,00	2.943.670,34	17,17	14.129.018,22	82,43	3.011.549,78
RECEITA DE SERVIÇOS	665.800,00	665.800,00	23.884,87	3,59	227.017,97	34,10	438.782,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.000,00	61.000,00	34.903,67	57,22	147.272,21	241,43	-86.272,21
Multas e Juros de Mora	61.000,00	61.000,00	34.903,67	57,22	147.272,21	241,43	-86.272,21

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>18.093.784,00</b>	<b>19.391.684,28</b>	<b>2.996.832,03</b>	<b>14.874.903,26</b>	<b>4.516.781,02</b>	<b>3.051.890,48</b>	<b>14.763.445,33</b>	<b>4.628.238,95</b>	<b>13.558.917,29</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.140.568,00	18.652.657,34	2.956.846,22	14.299.067,40	4.353.589,94	2.955.577,91	14.297.799,09	4.354.858,25	13.093.271,05
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	61.000,00	75.500,00	13.152,31	61.822,23	13.677,77	13.152,31	61.822,23	13.677,77	61.822,23

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>Despesas Intra-Orçamentárias</b>	<b>18.093.784,00</b>	<b>19.391.684,28</b>	<b>2.996.832,03</b>	<b>14.874.903,26</b>	<b>4.516.781,02</b>	<b>3.051.890,48</b>	<b>14.763.445,33</b>	<b>4.628.238,95</b>	<b>13.558.917,29</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	763.640,00	534.950,94	5.404,26	406.867,43	128.083,51	61.731,02	296.677,81	238.273,13	296.677,81
AMORTIZACAO DA DIVIDA	128.576,00	128.576,00	21.429,24	107.146,20	21.429,80	21.429,24	107.146,20	21.429,80	107.146,20

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 32.496.072,36

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO BENTO DO SUL, 29/11/2017



Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
<b>RECEITAS</b>				
Previsão Inicial		358.095.238,00		
Previsão Atualizada		358.095.238,00		
Receitas Realizadas		238.200.324,33		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		4.412.507,44		
<b>DESPESAS</b>				
Dotação Inicial		358.095.238,00		
Créditos Adicionais		8.644.470,24		
Dotação Atualizada		366.739.708,24		
Despesas Empenhadas		220.573.702,48		
Despesas Liquidadas		195.862.474,27		
Despesas pagas		192.510.544,91		
Superavit Orçamentário		42.337.850,06		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		220.573.702,48		
Despesas Liquidadas		195.862.474,27		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		259.595.156,19		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		48.965.714,07		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		16.469.641,71		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		32.496.072,36		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-4.783.271,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-62.196.115,00	15.401.621,41	-24,76
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.003.048,53	536.743,23	2.615.798,11	850.507,19
EXECUTIVO	4.003.048,53	536.743,23	2.615.798,11	850.507,19
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	9.454.739,15	4.296.148,74	2.847.344,93	2.311.245,48
EXECUTIVO	9.454.739,15	4.296.148,74	2.847.344,93	2.311.245,48
<b>TOTAL:</b>	<b>13.457.787,68</b>	<b>4.832.891,97</b>	<b>5.463.143,04</b>	<b>3.161.752,67</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		30.073.882,34	25%	27,36
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		28.085.897,38	60%	76,43
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		48.589,62	17.951.410,38	
Despesa de Capital Líquida		7.963.276,22	59.818.066,63	

Continua 1/2

Município de SAO BENTO DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	30.614.635,30	40.139.088,51	52.356.468,42	70.430.426,84
Despesas Previdenciárias (V)	14.407.550,42	33.063.776,20	48.668.915,29	62.443.152,51
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	16.207.084,88	7.075.312,31	3.687.553,13	7.987.274,33

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	99.980,00	1.143.439,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	82.096,81	483.312,40

  

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	31.781.431,60	15,00	29,21

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RRR – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)										R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			Até o Bimestre (b)			Até o Bimestre (d)				
			No Bimestre	% (b/Total b)		No Bimestre	% (d/Total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)	340.001.454,00	347.348.023,96	42.599.645,05	205.698.799,22	93,26	141.649.224,74	181.099.028,94	92,46	166.248.995,02	
Legislativa	3.519.000,00	3.516.000,00	262.760,47	2.422.935,85	1,10	1.093.064,15	310.645,08	1,16	1.236.062,89	
Ação Legislativa	3.519.000,00	3.516.000,00	262.760,47	2.422.935,85	1,10	1.093.064,15	310.645,08	1,16	1.236.062,89	
Essencial à Justiça	2.568.500,00	2.568.500,00	260.689,06	1.931.648,25	0,88	636.851,75	1.930.394,63	0,99	638.105,37	
Representação Judicial e Extrajudicial	2.568.500,00	2.568.500,00	260.689,06	1.931.648,25	0,88	636.851,75	1.930.394,63	0,99	638.105,37	
Administração	15.781.720,00	15.948.821,70	1.865.759,96	10.511.781,33	4,77	5.437.040,37	9.855.554,07	5,03	6.093.267,63	
Administração Geral	9.819.250,00	9.979.044,11	1.495.324,21	8.286.332,84	3,76	1.692.711,27	7.690.784,26	3,93	2.288.259,85	
Administração Financeira	2.222.470,00	2.222.470,00	294.497,27	1.674.638,77	0,76	547.831,23	1.667.037,16	0,85	555.432,84	
Normalização e Fiscalização	17.000,00	17.000,00	1.635,00	13.228,69	0,01	3.771,31	10.159,96	0,01	6.840,04	
Tecnologia da Informática	2.000,00	2.000,00	0,00	120,00	0,00	1.880,00	0,00	0,00	1.880,00	
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	1.980,00	0,00	20,00	0,00	0,00	20,00	
Administração de Receitas	3.300.500,00	3.288.500,00	44.100,14	248.885,17	0,11	3.039.614,83	221.749,35	0,11	3.066.750,65	
Comunicação Social	283.500,00	233.500,00	6.996,84	162.497,63	0,07	71.002,37	52.665,46	0,08	78.733,68	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	135.000,00	204.307,59	23.206,50	124.098,23	0,06	80.209,36	108.957,02	0,06	95.390,57	
Segurança Pública	1.018.560,00	1.237.328,48	67.320,98	709.943,58	0,32	527.384,90	607.672,91	0,31	629.655,57	
Policimento	566.560,00	785.328,48	35.758,66	471.161,03	0,21	314.167,45	418.258,63	0,21	367.069,85	
Defesa Civil	452.000,00	452.000,00	31.562,32	238.782,55	0,11	213.217,45	48.646,69	0,10	262.585,72	
Assistência Social	7.830.885,00	8.250.762,01	955.788,65	6.113.839,27	2,77	2.136.922,74	1.081.918,70	2,88	2.611.122,19	
Administração Geral	3.106.430,00	3.103.430,00	548.539,73	2.601.124,91	1,18	502.305,09	5.627.955,51	1,29	575.835,89	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.057.500,00	1.228.715,84	145.274,17	984.804,98	0,45	243.910,86	902.497,86	0,46	326.217,98	
Assistência Comunitária	3.666.955,00	3.918.616,17	261.974,75	2.527.908,38	1,15	1.390.706,79	2.209.547,85	1,13	1.709.068,32	
Previdência Social	24.733.000,00	24.733.000,00	3.907.185,52	19.392.342,36	8,79	5.340.657,64	3.882.747,14	9,85	5.432.677,93	
Administração Geral	2.259.000,00	2.259.000,00	172.992,84	775.052,22	0,35	1.483.947,78	148.554,46	0,35	1.575.968,07	
Previdência do Regime Estatutário	22.474.000,00	22.474.000,00	3.734.192,68	18.617.290,14	8,44	3.856.709,86	18.617.290,14	9,51	3.856.709,86	
Saúde	60.662.135,00	63.439.455,83	9.565.874,89	50.094.054,30	22,71	13.345.401,53	9.683.451,06	23,58	17.254.688,81	
Atenção Básica	40.054.632,00	41.219.730,62	6.327.796,81	30.956.246,28	14,03	10.263.482,34	6.879.296,33	15,13	11.594.623,29	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.049.728,00	21.298.162,53	3.031.762,37	18.739.944,57	8,50	2.558.217,96	2.703.533,58	8,33	4.983.266,25	
Vigilância Sanitária	47.000,00	122.833,34	11.172,91	39.588,73	0,02	83.243,61	12.529,85	0,02	86.450,25	
Vigilância Epidemiológica	510.775,00	798.729,94	195.142,80	358.271,72	0,16	440.457,62	88.091,50	0,11	590.349,02	
Educação	64.744.130,00	65.502.953,35	9.610.755,88	52.639.347,82	23,86	12.863.605,53	51.602.618,29	26,35	13.900.335,06	
Alimentação e Nutrição	2.197.740,00	2.297.740,00	435.623,65	2.183.591,98	0,99	114.148,02	337.798,06	0,90	544.434,14	
Ensino Fundamental	34.103.580,00	34.249.580,00	4.601.242,65	26.983.656,15	12,23	7.265.923,85	4.932.034,43	13,65	7.522.684,24	
Ensino Médio	430.830,00	430.830,00	0,00	429.323,84	0,19	1.506,16	34.063,20	0,22	1.506,16	
Ensino Superior	138.200,00	138.200,00	38.700,00	91.939,98	0,04	46.260,02	19.350,00	0,04	65.610,02	
Educação Infantil	27.873.780,00	28.386.603,35	4.535.189,58	22.950.835,87	10,41	5.435.767,48	4.862.513,05	11,55	5.766.100,50	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	340.001.454,00	347.348.023,96	42.598.645,05	205.698.799,22	93,26	36.192.077,83	181.099.028,94	186.248.995,02
Cultura	2.575.000,00	2.331.343,71	265.044,42	1.419.254,62	0,64	263.589,73	1.348.369,37	982.974,34
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	380.000,00	396.780,54	2.389,88	70.371,65	0,03	11.168,72	58.000,06	338.780,48
Difusão Cultural	2.195.000,00	1.934.563,17	262.654,54	1.348.882,97	0,61	252.421,01	1.290.369,31	644.193,86
Direitos da Cidadania	77.000,00	77.000,00	688,00	60.385,09	0,03	10.576,83	43.723,37	33.276,63
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	77.000,00	77.000,00	688,00	60.385,09	0,03	10.576,83	43.723,37	33.276,63
Urbanismo	35.749.331,00	37.394.513,39	2.097.227,68	21.329.710,66	9,67	16.084.802,73	16.489.825,80	20.904.687,59
Administração Geral	3.218.220,00	3.491.220,00	475.928,44	2.551.350,71	1,16	939.869,29	2.462.946,43	1.028.273,57
Infra-Estrutura Urbana	19.841.551,00	17.906.766,42	462.342,72	7.462.570,36	3,38	10.444.196,06	4.123.188,23	13.783.578,19
Serviços Urbanos	12.889.560,00	15.996.526,97	1.158.956,52	11.315.789,59	5,13	4.680.737,38	9.903.691,14	6.092.835,83
Habitação	6.202.995,00	6.554.716,42	200.857,27	1.300.850,07	0,59	248.948,23	1.102.803,70	5.451.912,72
Administração Geral	1.242.000,00	1.187.000,00	194.023,71	831.140,70	0,38	186.633,62	779.795,09	407.204,91
Habitação Urbana	4.960.995,00	5.367.716,42	6.833,56	469.709,37	0,21	4.898.007,05	323.008,61	5.044.707,81
Saneamento	35.460.052,00	38.810.052,00	11.135.166,73	23.825.906,71	10,80	14.984.145,29	11.605.531,13	27.204.520,87
Administração Geral	4.688.483,00	354.413,39	354.413,39	3.584.824,89	1,63	604.243,03	3.111.090,65	1.577.392,35
Saneamento Básico Urbano	30.771.569,00	34.069.569,00	10.780.753,34	20.240.082,82	9,18	1.747.622,36	8.493.417,48	25.576.151,52
Preservação e Conservação Ambiental	52.000,00	52.000,00	0,00	1.023,00	0,00	0,00	1.023,00	50.977,00
Gestão Ambiental	367.070,00	322.070,00	28.914,17	173.262,38	0,08	28.738,67	173.086,88	148.983,12
Preservação e Conservação Ambiental	367.070,00	322.070,00	28.914,17	173.262,38	0,08	28.738,67	173.086,88	148.983,12
Agricultura	1.630.840,00	1.537.765,21	206.442,69	1.363.549,65	0,62	240.520,44	1.327.002,27	210.762,94
Recursos Hídricos	106.000,00	106.000,00	0,00	82.269,48	0,04	12.874,73	68.479,70	37.520,30
Extensão Rural	1.524.840,00	1.431.765,21	206.442,69	1.281.280,17	0,58	227.645,71	1.258.522,57	173.242,64
Indústria	6.464.040,00	6.644.540,00	163.492,66	957.752,42	0,43	5.686.787,58	905.196,07	5.739.343,93
Promoção Industrial	6.464.040,00	6.644.540,00	163.492,66	957.752,42	0,43	5.686.787,58	905.196,07	5.739.343,93
Comércio e Serviços	806.130,00	908.105,86	32.037,20	526.676,75	0,24	50.889,80	277.468,88	630.636,98
Turismo	806.130,00	908.105,86	32.037,20	526.676,75	0,24	50.889,80	277.468,88	630.636,98
Energia	4.238.580,00	4.237.580,00	638.724,75	3.255.377,80	1,48	591.565,14	2.995.243,92	1.242.336,08
Serviços Urbanos	4.238.580,00	4.237.580,00	638.724,75	3.255.377,80	1,48	591.565,14	2.995.243,92	1.242.336,08
Desporto e Lazer	4.453.000,00	4.481.000,00	335.156,59	1.966.200,51	0,89	428.151,70	1.822.752,89	2.658.247,11
Administração Geral	1.572.000,00	1.585.000,00	148.735,39	1.059.012,52	0,48	191.479,93	950.491,79	634.508,21
Desporto de Rendimento	1.198.000,00	1.198.000,00	186.421,20	879.199,99	0,40	236.671,77	844.273,10	353.726,90
Desporto Comunitário	1.683.000,00	1.698.000,00	0,00	27.988,00	0,01	0,00	27.988,00	1.670.012,00
Encargos Especiais	8.782.437,00	6.515.467,00	996.757,48	5.703.979,80	2,59	1.089.254,72	5.607.118,74	908.348,26
Serviço da Dívida Interna	6.821.637,00	4.662.637,00	778.114,24	3.887.373,59	1,76	778.114,24	3.887.373,59	775.263,41
Outras Transferências	590.000,00	515.000,00	0,00	503.522,13	0,23	99.497,24	406.661,07	108.338,93
Outros Encargos Especiais	1.370.800,00	1.337.830,00	221.643,24	1.313.084,08	0,60	221.643,24	1.313.084,08	24.745,92

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	340.001.454,00	347.348.023,96	42.598.645,05	93,26	141.649.224,74	36.192.077,83	181.099.028,94	186.248.995,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
RESERVA DO RPPS	52.037.049,00	52.037.049,00	0,00	0,00	52.037.049,00	0,00	0,00	52.037.049,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.093.784,00	19.391.684,28	2.986.832,03	6,74	4.516.781,02	3.051.890,48	14.763.445,33	4.628.238,95
Legislativa	81.000,00	84.000,00	14.967,22	0,03	14.588,72	15.483,82	68.509,09	15.490,91
Ação Legislativa	81.000,00	84.000,00	14.967,22	0,03	14.588,72	15.483,82	68.509,09	15.490,91
Essencial à Justiça	45.600,00	45.600,00	8.856,15	0,02	3.925,45	8.856,15	41.674,55	3.925,45
Representação Judicial e Extrajudicial	45.600,00	45.600,00	8.856,15	0,02	3.925,45	8.856,15	41.674,55	3.925,45
Administração	1.635.278,00	1.564.778,00	273.847,96	0,56	323.735,67	280.159,62	1.224.747,45	340.030,55
Administração Geral	1.335.938,00	1.265.438,00	219.807,59	0,45	283.807,38	206.119,25	965.335,74	300.102,26
Administração Financeira	299.340,00	299.340,00	54.040,37	0,12	39.928,29	54.040,37	259.411,71	39.928,29
Assistência Social	682.360,00	685.360,00	114.013,37	0,25	141.358,66	114.013,37	544.001,34	141.358,66
Administração Geral	342.360,00	345.360,00	1.673,20	0,15	19.218,53	1.673,20	326.141,47	19.218,53
Assistência Comunitária	340.000,00	340.000,00	112.340,17	0,10	122.140,13	112.340,17	217.859,87	122.140,13
Previdência Social	53.000,00	53.000,00	3.312,05	0,01	23.374,24	3.312,05	29.625,76	23.374,24
Administração Geral	53.000,00	53.000,00	3.312,05	0,01	23.374,24	3.312,05	29.625,76	23.374,24
Saúde	4.300.000,00	4.328.799,81	713.226,01	1,55	914.208,36	713.256,22	3.410.737,92	918.061,89
Atenção Básica	4.231.000,00	4.239.000,00	686.842,76	1,52	882.572,36	686.872,97	3.353.128,42	885.871,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	62.000,00	82.799,81	16.383,25	0,02	27.789,77	16.383,25	55.010,04	27.789,77
Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	445,69	1.554,31
Vigilância Epidemiológica	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	2.846,23	0,00	2.153,77	2.846,23
Educação	8.245.890,00	9.335.069,53	1.386.108,14	3,25	2.156.734,87	1.464.721,38	7.100.798,59	2.234.270,94
Ensino Fundamental	4.348.100,00	5.027.123,20	753.386,85	1,79	1.081.301,34	783.971,84	3.905.855,62	1.121.267,58
Educação Infantil	3.897.790,00	4.307.946,33	644.721,29	1,47	1.075.433,53	680.749,54	3.194.942,97	1.113.003,36
Cultura	248.000,00	254.410,94	43.098,27	0,10	43.986,40	41.999,41	208.926,07	45.484,87
Diffusão Cultural	248.000,00	254.410,94	43.098,27	0,10	43.986,40	41.999,41	208.926,07	45.484,87
Urbanismo	1.287.410,00	1.279.910,00	188.596,54	0,44	315.230,74	193.966,60	955.135,00	324.775,00
Administração Geral	450.570,00	450.570,00	70.422,49	0,16	99.843,33	70.422,49	350.726,67	99.843,33
Infra-Estrutura Urbana	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	4.700,00	92,66	472,27	5.027,73
Serviços Urbanos	831.340,00	823.840,00	119.174,05	0,28	210.687,41	123.451,45	603.936,06	219.903,94
Habituação	52.500,00	107.500,00	15.141,19	0,03	31.913,89	15.141,19	75.586,11	31.913,89
Administração Geral	52.500,00	107.500,00	15.141,19	0,03	31.913,89	15.141,19	75.586,11	31.913,89
Saneamento	859.500,00	859.500,00	128.858,98	0,29	211.546,82	128.858,98	647.953,18	211.546,82
Administração Geral	307.100,00	307.100,00	47.590,10	0,11	68.738,27	47.590,10	238.361,73	68.738,27

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Saneamento	18.093.784,00	19.391.684,28	2.966.832,03	14.874.903,26	6,74	3.051.890,48	14.763.445,33	4.628.238,95
Saneamento Básico Urbano	859.500,00	859.500,00	128.858,98	647.953,18	0,29	128.858,98	647.953,18	211.546,82
Gestão Ambiental	552.400,00	552.400,00	81.268,88	409.591,45	0,19	81.268,88	409.591,45	142.808,55
Preservação e Conservação Ambiental	37.560,00	37.560,00	5.277,19	27.502,08	0,01	5.277,19	27.502,08	10.057,92
Agricultura	37.560,00	37.560,00	5.277,19	27.502,08	0,01	5.277,19	27.502,08	10.057,92
Extensão Rural	175.600,00	178.000,00	27.080,65	129.056,11	0,06	25.266,67	127.242,13	50.757,87
Indústria	175.600,00	178.000,00	27.080,65	129.056,11	0,06	25.266,67	127.242,13	50.757,87
Promoção Industrial	110.680,00	95.680,00	14.190,91	72.406,31	0,03	14.190,91	72.406,31	23.273,69
Comércio e Serviços	110.680,00	95.680,00	14.190,91	72.406,31	0,03	14.190,91	72.406,31	23.273,69
Turismo	11.410,00	10.910,00	1.597,04	8.824,90	0,00	1.726,56	8.799,35	2.110,65
Energia	11.410,00	10.910,00	1.597,04	8.824,90	0,00	1.726,56	8.799,35	2.110,65
Serviços Urbanos	7.420,00	8.420,00	1.233,16	6.035,40	0,00	1.233,16	6.035,40	2.384,60
Desporto e Lazer	7.420,00	8.420,00	1.233,16	6.035,40	0,00	1.233,16	6.035,40	2.384,60
Administração Geral	71.000,00	100.000,00	9.845,65	44.796,57	0,02	9.845,65	44.796,57	55.203,43
Encargos Especiais	71.000,00	100.000,00	9.845,65	44.796,57	0,02	9.845,65	44.796,57	55.203,43
Serviço da Dívida Interna	189.576,00	363.186,00	34.581,55	168.968,43	0,08	34.581,55	168.968,43	194.217,57
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>358.095.238,00</b>	<b>366.739.708,24</b>	<b>45.596.477,08</b>	<b>220.573.702,48</b>	<b>100,00</b>	<b>39.243.968,31</b>	<b>196.862.474,27</b>	<b>170.877.233,97</b>

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



**Município de SÃO BENTO DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017**

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Agô/2017	Set/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>		<b>21.421.338,30</b>	<b>20.502.699,83</b>	<b>22.202.073,20</b>	<b>24.240.873,54</b>	<b>23.230.730,25</b>	<b>26.595.889,51</b>	<b>21.090.355,14</b>	<b>21.699.490,10</b>	<b>26.490.750,71</b>	<b>23.760.235,92</b>	<b>22.802.920,55</b>	<b>21.587.300,27</b>	<b>286.584.558,32</b>	<b>305.884.526,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA		2.590.801,80	3.061.178,21	2.041.506,57	1.900.932,24	2.932.119,86	10.192.302,97	3.030.961,56	2.736.125,09	2.730.783,59	3.145.829,40	2.531.004,79	2.600.151,40	39.473.699,48	41.402.330,00
IPT.U.		375.587,53	109.556,57	5.039,95	1.221,09	915.215,03	8.105.980,89	565.436,11	494.786,95	470.224,59	526.260,45	465.094,29	465.087,25	12.499.499,70	13.225.000,00
I.R.R.F.		494.054,42	1.165.676,67	73.792,25	388.595,11	300.169,49	448.600,08	593.444,16	448.109,44	523.080,57	607.408,72	355.993,52	450.000,89	5.502.933,32	4.285.100,00
I.S.S.		1.049.099,57	1.084.535,91	1.017.555,52	931.124,65	1.006.613,02	1.069.613,48	1.214.069,84	1.106.586,66	1.068.449,32	1.156.186,66	1.130.645,17	1.074.186,84	12.906.627,88	14.281.480,00
I.T.B.I.		175.832,40	120.014,50	66.394,33	140.899,02	134.694,94	123.101,71	119.495,41	167.602,07	190.316,79	322.234,83	132.355,10	137.233,45	1.800.114,55	2.981.750,00
Outras Receitas Tributárias		489.237,88	581.384,56	878.727,52	439.123,37	525.432,38	445.997,51	535.516,04	508.088,73	508.712,32	531.738,74	446.995,71	473.862,97	6.361.538,03	6.629.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		940.357,78	1.556.008,84	910.590,20	831.700,15	875.053,59	952.103,30	909.055,06	967.405,99	945.814,38	969.005,24	970.789,46	970.063,31	11.888.841,40	12.263.678,00
RECEITA PATRIMONIAL		889.706,58	4.147.287,75	4.026.261,47	5.115.877,95	3.390.956,60	15.472.44,86	860.771,72	1.926.193,79	6.004.606,62	3.288.990,22	3.188.157,76	1.297.373,03	35.683.470,35	52.587.709,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		1.699.257,83	1.695.188,25	1.945.180,70	1.406.620,75	2.006.111,86	1.611.954,04	1.882.552,15	1.719.018,22	1.870.360,95	1.821.633,62	1.810.614,95	2.196.622,69	21.945.016,74	20.908.357,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		14.965.619,80	18.621.033,70	13.038.186,94	14.567.239,87	13.451.106,79	13.948.754,01	13.978.151,12	13.598.631,51	14.488.236,93	13.574.576,39	13.675.593,69	13.894.748,53	172.034.151,38	168.849.355,00
Cota-Parte do FPM		3.635.618,89	5.675.227,81	2.602.716,10	3.336.604,30	2.060.587,03	2.518.801,95	2.857.146,07	2.633.478,47	3.400.223,57	2.306.694,14	1.936.593,76	2.173.040,15	35.166.953,24	30.069.400,00
Cota-Parte do ICMS		4.197.082,45	4.619.216,72	4.558.485,68	4.139.264,61	4.340.900,92	4.504.421,60	4.121.158,19	4.328.464,65	4.329.956,93	4.419.398,80	4.898.595,26	4.594.714,33	53.069.699,04	53.645.600,00
Cota-Parte do IPVA		487.991,62	323.918,68	467.939,90	601.699,01	871.802,41	741.747,61	893.336,18	865.483,78	841.692,06	900.996,76	835.725,57	771.946,02	8.003.732,70	9.335.300,00
Cota-Parte do ITR		1.073,89	147,02	129,69	120,84	295,93	204,19	770,60	169,30	169,30	116,91	4.395,74	36.248,39	44.062,09	41.400,00
Outras Transferências Correntes		2.747.707,24	3.634.009,43	1.542.115,17	2.875.738,04	2.440.548,68	2.281.276,30	2.435.989,26	2.310.678,74	2.327.572,72	2.261.826,54	2.156.955,34	2.429.821,00	29.446.038,96	32.041.265,00
Transferências de LC 87/196		64.630,93	68.761,12	59.152,02	65.043,59	50.703,92	61.718,88	57.909,57	58.224,39	65.407,93	61.203,53	65.375,77	81.845,71	759.880,36	844.800,00
Transferências de LC 87/196		16.352,90	16.352,90	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.862,31	15.735,42	191.200,81	225.300,00
Transferências do FUNDEB		3.815.352,28	4.283.800,62	3.691.812,17	3.632.907,17	3.640.405,59	3.725.720,67	3.593.978,94	3.746.025,68	3.507.413,21	3.606.481,40	3.821.854,94	3.791.696,51	44.762.459,18	43.646.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		355.392,51	431.893,08	340.335,32	316.502,48	575.381,43	442.538,23	426.963,53	383.171,90	440.985,24	860.200,05	625.779,89	693.357,31	5.559.473,97	8.882.787,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>		<b>2.284.429,34</b>	<b>3.108.535,97</b>	<b>2.128.769,48</b>	<b>2.245.815,92</b>	<b>2.072.890,43</b>	<b>2.164.956,46</b>	<b>2.187.256,90</b>	<b>2.205.105,12</b>	<b>2.083.568,39</b>	<b>2.171.875,23</b>	<b>2.170.019,24</b>	<b>2.166.871,55</b>	<b>26.989.502,13</b>	<b>26.889.098,00</b>
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		603.679,47	1.223.826,89	567.915,78	614.097,18	596.622,59	596.044,30	598.019,67	624.692,74	626.114,91	631.216,34	631.087,95	633.647,37	7.948.945,17	8.035.678,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		1.680.549,87	1.884.709,08	1.560.853,70	1.631.718,74	1.474.237,87	1.568.551,16	1.588.236,33	1.580.412,38	1.457.453,48	1.590.658,89	1.536.951,28	1.533.224,18	19.040.555,96	18.832.420,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>		<b>19.137.108,96</b>	<b>26.394.163,86</b>	<b>20.073.303,72</b>	<b>21.995.057,62</b>	<b>21.157.889,82</b>	<b>26.431.294,05</b>	<b>18.903.099,14</b>	<b>19.494.384,98</b>	<b>24.397.182,32</b>	<b>21.588.361,69</b>	<b>20.632.901,31</b>	<b>19.420.428,72</b>	<b>259.595.156,19</b>	<b>279.006.726,00</b>

FONTE:

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	73.319.049,00	73.319.049,00	48.965.714,07	40.668.622,89
Recarga de Contribuições dos Segurados	8.055.678,00	8.055.678,00	6.121.438,81	35.704,74
Civil	8.055.678,00	8.055.678,00	6.121.438,81	35.704,74
Ativo	8.004.676,00	8.004.676,00	6.073.747,92	0,00
Inativo	31.945,00	31.945,00	31.977,21	22.330,42
Pensionista	19.057,00	19.057,00	15.713,68	13.374,32
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	11.926.521,56	11.926.521,56	10.176.775,85	4.969.674,51
Civil	11.797.945,56	11.797.945,56	9.079.316,18	4.793.074,61
Ativo	11.797.945,56	11.797.945,56	9.079.316,18	4.793.074,61
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	128.576,00	128.576,00	1.097.459,67	176.599,90
Recarga Patrimonial	47.132.659,00	47.132.659,00	28.556.037,82	36.310.694,03
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	47.132.659,00	47.132.659,00	28.556.037,82	36.310.694,03
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	5.214.046,44	5.214.046,44	3.952.242,37	0,00
Outras Recargas Correntes	990.144,00	990.144,00	159.219,22	352.549,61
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	919.144,00	919.144,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	71.000,00	71.000,00	159.219,22	352.549,61
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>73.319.049,00</b>	<b>73.319.049,00</b>	<b>48.965.714,07</b>	<b>40.668.622,89</b>

Continua 1/3

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	1.053.000,00	953.000,00	43.256,76	1.606.348,94	43.256,76	1.549.553,79
Despesas Correntes	53.000,00	53.000,00	29.625,76	1.558.705,14	29.625,76	1.501.909,99
Despesas de Capital	1.000.000,00	900.000,00	13.631,00	47.643,80	13.631,00	47.643,80
PREVIDÊNCIA (V)	20.229.000,00	20.329.000,00	16.518.405,24	14.707.839,03	16.426.384,95	14.707.839,03
Benefícios - Civil	17.900.000,00	17.920.000,00	14.798.590,14	14.707.839,03	14.798.590,14	14.707.839,03
Aposentadorias	13.000.000,00	13.000.000,00	11.275.399,95	10.643.725,21	11.275.399,95	10.643.725,21
Pensões	2.550.000,00	2.550.000,00	2.103.762,71	2.651.262,97	2.103.762,71	2.651.262,97
Outros Benefícios Previdenciários	2.350.000,00	2.370.000,00	1.419.427,48	1.412.850,85	1.419.427,48	1.412.850,85
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	2.329.000,00	2.409.000,00	1.719.815,10	0,00	1.627.794,81	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	2.329.000,00	2.409.000,00	1.719.815,10	0,00	1.627.794,81	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>21.282.000,00</b>	<b>21.282.000,00</b>	<b>16.561.662,00</b>	<b>16.314.187,97</b>	<b>16.469.641,71</b>	<b>16.257.392,82</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>52.037.049,00</b>	<b>32.404.052,07</b>	<b>24.354.434,92</b>	<b>32.496.072,36</b>	<b>24.411.230,07</b>
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						52.037.049,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
APORTES REALIZADOS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017		2016	
Caixa e equivalentes de caixa			2.600,25		8.431,66	
Investimentos e Aplicações			291.672.627,78		253.488.206,39	
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.605.440,60	8.024.401,04	7.359.920,15
DEDUÇÕES (II)	12.009.205,66	23.693.420,05	25.027.317,35
Disponibilidade de Caixa	12.009.029,14	23.677.287,14	25.019.168,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.462.599,25	29.037.250,19	30.586.248,55
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	9.453.570,11	5.359.963,05	5.567.080,41
Demais Haveres Financeiros	176,52	16.132,91	8.149,21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Out 2017 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-4.783.271,00</b>

FONTE:

Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>257.663.705,00</b>	<b>204.196.964,31</b>	<b>182.974.213,92</b>
Receita Tributária	41.500.170,00	33.866.619,15	31.593.688,50
I.P.T.U.	13.276.300,00	12.033.811,35	11.245.102,77
I.S.S.	14.281.480,00	10.776.002,40	10.678.856,74
I.T.B.I.	2.981.750,00	1.504.267,65	1.967.392,35
I.R.R.F.	4.838.900,00	4.502.172,13	3.289.638,41
Outras Receitas Tributárias	6.121.740,00	5.050.365,62	4.412.698,23
Receita de Contribuição	29.404.246,00	23.521.483,00	17.843.953,65
Receitas Previdenciárias	25.196.246,00	20.250.457,03	5.005.379,25
Outras Contribuições	4.208.000,00	3.271.025,97	12.838.574,40
Receita Patrimonial Líquida	3.279.800,00	117.648,90	143.828,29
Receita Patrimonial	52.593.709,00	30.648.563,25	37.382.697,67
(-) Aplicações Financeiras	49.313.909,00	30.530.914,35	37.238.869,38
Transferências Correntes	152.944.945,00	122.971.999,87	113.282.205,06
F.P.M.	24.055.520,00	20.953.764,45	17.739.469,00
I.P.V.A	7.468.240,00	6.233.836,97	5.913.434,42
I.C.M.S.	42.916.480,00	35.394.720,85	32.303.170,72
Convênios	112.000,00	0,00	13.371,52
Outras Transferências Correntes	78.392.705,00	60.389.677,60	57.312.759,40
Demais Receitas Correntes	30.534.544,00	23.719.213,39	20.110.538,42
Dívida Ativa	3.799.687,00	2.085.036,31	1.620.963,79
Diversas Receitas Correntes	26.734.857,00	21.634.177,08	18.489.574,63
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>51.117.624,00</b>	<b>3.472.445,67</b>	<b>5.144.970,77</b>
Operações de Crédito (III)	18.000.000,00	48.589,62	2.874.473,73
Amortização de Empréstimos (IV)	590.000,00	340.238,24	293.994,79
Alienação de Ativos (V)	1.243.419,00	99.980,00	225.359,25
Transferências de Capital	30.756.205,00	2.960.950,72	1.728.787,09
Convênios	10.007.755,00	2.427.627,17	237.436,36
Outras Transferências de Capital	20.748.450,00	533.323,55	1.491.350,73
Outras Receitas de Capital	528.000,00	22.687,09	22.355,91
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>31.284.205,00</b>	<b>2.983.637,81</b>	<b>1.751.143,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>288.947.910,00</b>	<b>207.180.602,12</b>	<b>184.725.356,92</b>

  

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>246.621.316,39</b>	<b>198.711.980,99</b>	<b>183.971.167,59</b>	<b>187.899.198,05</b>	<b>172.940.607,83</b>
Pessoal e Encargos Sociais	156.818.763,82	124.776.127,36	111.249.839,79	124.654.329,89	111.249.591,42
Juros e Encargos da Dívida (IX)	779.137,00	655.085,75	753.385,27	655.085,75	753.385,27
Outras Despesas Correntes	89.023.415,57	73.280.767,88	71.967.942,53	62.589.782,41	60.937.631,14
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>245.842.179,39</b>	<b>198.056.895,24</b>	<b>183.217.782,32</b>	<b>187.244.112,30</b>	<b>172.187.222,56</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>67.781.342,85</b>	<b>21.861.721,49</b>	<b>20.094.017,02</b>	<b>7.963.276,22</b>	<b>10.552.270,95</b>
Investimentos	63.390.566,85	18.418.999,08	16.490.092,41	4.534.868,41	7.011.251,82
Inversões Financeiras	303.200,00	41.466,14	105.690,20	27.151,54	42.784,72
Concessão de Empréstimos (XII)	200.000,00	41.466,14	105.690,20	27.151,54	42.784,72
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	103.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.087.576,00	3.401.256,27	3.498.234,41	3.401.256,27	3.498.234,41
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>63.493.766,85</b>	<b>18.418.999,08</b>	<b>16.490.092,41</b>	<b>4.534.868,41</b>	<b>7.011.251,82</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>300.000,00</b>	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>52.037.049,00</b>	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>361.672.995,24</b>	<b>216.475.894,32</b>	<b>199.707.874,73</b>	<b>191.778.980,71</b>	<b>179.198.474,38</b>



Município de SAO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-72.725.085,24</b>	<b>-9.295.292,20</b>	<b>-14.982.517,81</b>	<b>15.401.621,41</b>	<b>5.526.882,54</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	<b>5.572.367,94</b>	-	<b>4.412.507,44</b>	<b>0,00</b>
Superávit Financeiro	-	5.572.367,94	-	4.412.507,44	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-62.196.115,00</b>

RRREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

Município de SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES											RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+j) - (h)	Saldo Total L=(e+k)			
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)								
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	7.789.561,66	1.187.471,52	4.296.185,29	2.306.904,85	-	561,28	396,37	396,37	164,91	-	2.306.904,85			
EXECUTIVO	0,00	7.789.561,66	1.187.471,52	4.296.185,29	2.306.904,85	0,00	561,28	396,37	396,37	164,91	0,00	2.306.904,85			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	2.336.773,08	309.590,15	2.027.212,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Fundo Municipal de Saude	0,00	2.336.773,08	309.590,15	2.027.212,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	19.683,86	9.435.055,29	2.847.344,93	4.296.148,74	2.311.245,48	827.240,77	3.175.807,76	2.678.541,02	2.615.798,11	536.743,23	850.507,19	3.161.752,67			
PONTE:															

FONTE:

**MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	39.582.347,00	39.582.347,00	31.195.732,47	78,81
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	17.004.717,00	17.004.717,00	14.030.660,29	82,51
1.1.1- IPTU	13.276.300,00	13.276.300,00	12.033.811,35	90,64
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	3.728.417,00	3.728.417,00	1.996.848,94	53,56
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.985.750,00	2.985.750,00	1.506.414,33	50,45
1.2.1- ITBI	2.981.750,00	2.981.750,00	1.504.267,65	50,45
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	4.000,00	4.000,00	2.146,68	53,67
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	14.752.980,00	14.752.980,00	11.156.485,72	75,62
1.3.1- ISS	14.281.480,00	14.281.480,00	10.776.002,40	75,45
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	471.500,00	471.500,00	380.483,32	80,70
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.838.900,00	4.838.900,00	4.502.172,13	93,04
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	94.162.100,00	94.162.100,00	78.719.679,31	83,60
2.1- Cota-Parte FPM	30.069.400,00	30.069.400,00	25.856.111,54	85,99
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	30.069.400,00	30.069.400,00	24.489.786,86	81,44
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	1.366.324,68	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	53.645.600,00	53.645.600,00	44.243.399,87	82,47
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	225.800,00	225.800,00	158.496,21	70,19
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	844.600,00	844.600,00	626.588,31	74,19
2.5- Cota-Parte ITR	41.400,00	41.400,00	42.861,18	103,53
2.6- Cota-Parte IPVA	9.335.300,00	9.335.300,00	7.792.222,20	83,47
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>133.744.447,00</b>	<b>133.744.447,00</b>	<b>109.915.411,78</b>	<b>82,18</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	32.000,00	32.000,00	4.245,01	13,27
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	6.548.080,00	6.548.080,00	4.938.952,07	75,43
5.1- Transferências do Salário-Educação	4.632.500,00	4.632.500,00	3.826.760,97	82,61
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	1.181.740,00	1.181.740,00	1.056.020,00	89,36
5.4- Transferências Diretas - PNATE	61.200,00	61.200,00	21.795,62	35,61
5.5- Outras Transferências do FNDE	530.640,00	530.640,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	142.000,00	142.000,00	34.375,48	24,21
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	255.000,00	255.000,00	9.109,00	3,57
6.1- Transferências de Convênios	255.000,00	255.000,00	9.109,00	3,57
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	468.000,00	468.000,00	606.136,48	129,52
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>7.303.080,00</b>	<b>7.303.080,00</b>	<b>5.558.442,56</b>	<b>76,11</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	18.832.420,00	18.832.420,00	15.475.298,01	82,17
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	6.013.880,00	6.013.880,00	4.902.347,09	81,52
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	10.729.120,00	10.729.120,00	8.848.679,02	82,47
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	45.160,00	45.160,00	31.724,60	70,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	168.920,00	168.920,00	125.531,46	74,31
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	8.280,00	8.280,00	8.630,61	104,23
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.867.060,00	1.867.060,00	1.558.385,23	83,47
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	43.766.000,00	43.766.000,00	36.747.080,59	83,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	43.646.000,00	43.646.000,00	36.663.296,28	84,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	120.000,00	120.000,00	83.784,31	69,82
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>24.813.580,00</b>	<b>24.813.580,00</b>	<b>21.187.998,27</b>	<b>85,39</b>

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.672.000,00	32.658.823,35	28.085.897,38	86,00	28.085.897,38	86,00
13.1- Com Educação Infantil	10.163.620,00	11.150.443,35	10.911.018,16	97,85	10.911.018,16	97,85
13.2- Com Ensino Fundamental	21.508.380,00	21.508.380,00	17.174.879,22	79,85	17.174.879,22	79,85
14- OUTRAS DESPESAS	12.117.000,00	11.557.000,00	8.915.934,92	77,15	8.915.878,99	77,15
14.1- Com Educação Infantil	5.160.530,00	4.600.530,00	4.356.300,92	94,69	4.356.300,92	94,69
14.2- Com Ensino Fundamental	6.956.470,00	6.956.470,00	4.559.634,00	65,55	4.559.578,07	65,54
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	43.789.000,00	44.215.823,35	37.001.832,30	83,68	37.001.776,37	83,68
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						37.001.776,37
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						76,43
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						24,26
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-0,69
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 2						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	28.754.430,00	29.181.253,35	24.193.997,24	82,91	24.154.303,67	82,77
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	35.262.810,00	35.262.810,00	27.248.531,92	77,27	27.191.361,25	77,11
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	28.464.850,00	28.464.850,00	21.734.513,22	76,36	21.734.457,29	76,36
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.797.960,00	6.797.960,00	5.514.018,70	81,11	5.456.903,96	80,27
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	64.017.240,00	64.444.063,35	51.442.529,16	79,83	51.345.664,92	79,67
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						21.187.968,27
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						83.784,31
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						21.271.782,58
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						30.073.882,34
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						27,36
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.736.500,00	4.736.500,00	4.444.198,95	93,83	3.963.159,07	83,67
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.089.580,00	4.510.759,53	2.846.156,05	63,10	2.562.228,67	56,80
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	7.826.080,00	9.247.259,53	7.290.355,00	78,84	6.525.387,74	70,57
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	71.843.320,00	73.691.322,88	58.732.884,16	79,70	57.871.052,66	78,53
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)		
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		0,00		0,00		
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		0,00		0,00		
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.352.958,71	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	36.765.142,99	3.826.760,97
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	36.777.464,88	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	36.621.108,01	0,00
48.2 Restos a Pagar	156.356,67	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	83.784,31	30.830,07
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.424.421,33	3.857.591,04
51- (+) Ajustes	4.163,83	4.789,80
51.1. Retenções	0,00	4.789,80
51.2. Conciliação bancária	4.163,83	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.428.585,16	3.862.380,84

SAO BENTO DO SUL, 29/11/2017

MAGNO BOLLMANN  
PREFEITO MUNICIPAL

ROSILANE ZELIA DOS SANTOS  
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

RICARDO ANTONIO HOMECHEN  
Contador CRC/SC 029937/O-5

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.



# São Bonifácio

## PREFEITURA

### DECRETO CTB Nº 78/2017

Publicação Nº 1442536

Decreto CTB Nº 78/2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil reais)

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1400/2016, de 23 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Excesso de Arrecadação Financeiro um Crédito Suplementar no montante de \$ 286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01.12.365.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00.136 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

05.01.12.365.0002.2.007-3.3.90.00.00.00.00.123 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

05.01.12.365.0002.2.007-4.4.90.00.00.00.00.136 - Aplicações Diretas R\$ 15.200,00

05.01.12.365.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.136 - Aplicações Diretas R\$ 82.000,00

05.01.12.365.0002.2.008-4.4.90.00.00.00.00.136 - Aplicações Diretas R\$ 59.000,00

05.01.12.365.0002.2.008-4.4.90.00.00.00.00.123 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

05.01.12.365.0002.2.009-3.3.90.00.00.00.00.747 - Aplicações Diretas R\$ 72,800,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de novembro 2017

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 36/2017 - FMS

Publicação Nº 1441795

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 36/2017 - FMS

Processo ADM. nº 36/2017 - FMS  
Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 03/2017 - FMS  
Tipo: Menor Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS EM PLANTÃO E SOBREAVISO MÉDICO, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E DE DIAGNÓSTICO, EXAMES RADIOLÓGICOS, E EXAMES LABORATORIAIS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:30 horas – dia 18 de dezembro de 2017.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas – dia 18 de dezembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS, 29 de novembro de 2017.  
RUDI MIGUEL SANDER  
PREFEITO

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 251, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442849

DECRETO Nº 251, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) no Orçamento de 2017 da Entidade Município de São Domingos, na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
06.181.1009.2.041 – Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	69	01.0000	5.000,00

Para a Programação de Despesa:

07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
06.181.1009.2.041 – Manutenção das Atividades do Corpo de Bombeiros				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	68	01.0000	5.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

### DECRETO Nº 252, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442852

DECRETO Nº 252, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária no Orçamento de 2017 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795/2016;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) no Orçamento de 2017 da unidade Fundo Municipal de Saúde na seguinte programação de despesa:

Da Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	4	01.0002	50.000,00

Para Programação de Despesa:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal				

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	7	01.0002	50.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Eliéze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

## PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 153/2017 ATA II

Publicação Nº 1441805

No dia 30 de novembro de 2017, às 09:00 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 153/2017, Modalidade Tomada de Preços n. 003/2017 para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO E APOIO TÉCNICO COM O OBJETIVO DE QUALIFICAR A OFERTA DOS SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS SOCIOASSISTENCIAIS, GESTÃO DO SUAS, GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, EQUIPES TÉCNICAS E CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. A participante foi comunicada, porém, não se fez presente. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 – Proposta de Preços da proponente habilitada, sendo que esta apresentou o valor mensal de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). A proposta da licitante foi declarada válida por cumprir com todos os requisitos editalícios, sendo a proponente IRACI DE ANDRADE ME., declarada VENCEDORA do presente certame. A participante receberá, via e-mail, cópia da presente ata, ficando ciente de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.737/2017

Publicação Nº 1442077

DECRETO Nº 2.737, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento do corrente exercício, o vínculo de recurso 011.90000 - Transferências do FUNDEB 40% outras despesas na seguinte dotação orçamentária:

14.00 – Secretaria Municipal de Educação

14.001 - Gerencia de Ensino

2028 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

3191000.000 – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

Fonte de Recurso: 011.90000 – Transferências do FUNDEB 40% outras despesas

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o art. 6º da Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

14.00 – Secretaria Municipal de Educação

14.001 - Gerencia de Ensino

2028 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

3191000.000 – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos

Fonte de Recurso: 011.90000 – Transferências do FUNDEB 40% outras despesas

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 144.000,00

Art. 3º Como recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o Art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

14.00 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

14.001 - Gerencia de Ensino

2028 – Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

3190000.000 – Aplicações diretas

Fonte de Recurso: 011.90000 – Transferências do FUNDEB 40% outras despesas

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 144.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 27 de novembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO Secretário Municipal de Educação
--	--

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 2.737, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

O presente Decreto tem por finalidade alterar o orçamento do corrente exercício com abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil Reais), suprimindo a insuficiência de dotação para atender as despesas de recolhimento patronal do IPRESF.

São Francisco do Sul – SC, 27 de novembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO  
Secretário Municipal de Educação

## DECRETO Nº 2.738/2017

Publicação Nº 1442083

DECRETO Nº 2.738, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

ALTERA O DECRETO Nº 2.585, DE 31 DE MARÇO DE 2017, QUE DESIGNA E RATIFICA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - CMMA.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alteras as alíneas “a”, “b”, “d”, item 2, e “e”, item 2, todos do inciso II, do art. 1º, do Decreto nº 2.585, de 31 de março de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

I – Governamentais:

[...]

II – Não Governamentais:

a) AMECA:

1. Ana Paula Cortez (Titular); (NR)
2. Marco Aurélio Simões (Suplente). (NR)

b) UFEA:

1. Charles D’Aquino Fonseca (Titular); (NR)
2. David Jorge Schumacker (Suplente). (NR)

c) [...]

d) ASCOREDI:

1. [...];
2. Joelcio Flaviano Niels (Suplente); (NR)

e) ACISFS:

1. [...];
2. Luiz Felipe P. de Oliveira (Suplente); (NR)

f) [...]”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados as disposições em contrário

São Francisco do Sul – SC, 27 de novembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

GABRIEL DANIEL CONORATH

Secretário Municipal de Meio Ambiente



# São João Batista

## PREFEITURA

### DECRETO 3280/2017

Publicação Nº 1442320

#### DECRETO 3280/2017

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, incisos II e IX, da Lei Orgânica Municipal e, tendo em vista o disposto nos arts. 42 a 45 e arts. 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, DECRETA:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional; e,

II - ampliar a eficiência das políticas públicas.

III - o incentivo à inovação tecnológica;

IV - o fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais e associativismo.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, e as fundações públicas, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º Para fins do disposto neste Decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei Federal nº 11.326/2006, que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

§ 3º O Microempreendedor Individual – MEI é modalidade de microempresa, sendo vedado impor restrições no que concerne à sua participação em licitações em função de sua natureza jurídica.

Art. 2º. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.

§ 1º Para os efeitos deste artigo:

I – Poderá ser utilizada a licitação por item;

II - Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no “caput”, em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, essa circunstância deverá, obrigatoriamente, ser justificada no processo.

Art. 3º. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os órgãos ou entidades contratantes:

I- terão por objetivo estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

II – deverão padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos; e

III – deverão, na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região;

IV - sempre que possível, condicionar a contratação ao emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação.

Art. 4º. As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais.

§ 1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§ 2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 5º. Salvo razões preponderantes, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região.

Art. 6º. Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolvam produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

Art. 7º Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação (LC federal nº. 123/06).

Art. 8º. Para os fins do artigo anterior, os órgãos responsáveis pela licitação deverão celebrar convênios com as entidades referidas no "caput" para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação (LC federal nº. 123/06).

#### - DO ENQUADRAMENTO

Art. 9º. Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

V - sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§ 1º O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Art. 10 Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado por este Decreto, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme modelo de declaração.

#### - DA EXCLUSIVIDADE

Art. 11. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 12. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

§1º Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos neste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item. Assim, deve-se sempre observar os valores individualmente aplicando a exclusividade aos itens ou lotes que não excederem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

#### - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 13. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

§3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 14. A preferência de que trata o caput do artigo anterior será concedida da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §1º e 2º do art. 6, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §1º e 2º do art. 6, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§1º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§2º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será estabelecido pelo órgão ou pela entidade contratante e estará previsto no instrumento convocatório.

#### - DO SISTEMA DE COTAS

Art. 15. Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, ou apresentar risco à obtenção da proposta mais vantajosa, a Administração Pública deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresa e empresa de pequeno porte.

§1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 4º.

#### - DA SUBCONTRATAÇÃO DAS MPES

Art. 16. Nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços, a Administração Pública poderá estabelecer no instrumento convocatório a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I – o percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a subcontratação total;

II – que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III – que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no art. 2º;

IV – que a empresa contratada comprometa-se a substituir a subcontratada na hipótese de extinção da subcontratação, notificando a Administração Pública sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar inviabilidade de substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

§1º Não será admitida a subcontratação para fornecimento de bens.

§2º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§3º nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

Art. 17. A empresa contratada responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

Art. 18. Se constar no instrumento convocatório a exigência de subcontratação, a Administração Pública deverá alertar quanto a inaplicabilidade deste instituto quando o licitante for microempresa e empresa de pequeno porte; consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei Federal 8.666/93; e consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Art. 19. São vedadas:

I – a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no edital;

II – a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

III – a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

#### - DA REGIONALIDADE

Art. 20. Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I – local ou municipal: o limite geográfico do município;

II – regional: uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

a) o âmbito dos municípios constituintes das seguintes cidades: Nova Trento, Canelinha, Major Gercino, Tijucas, Brusque, Botuverá, Guabiruba, Gaspar, Ilhota, Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Blumenau, Itapema, Porto Belo, Bombinha, Biguaçu, São José, Antônio Carlos, Palhoça, Governador Celso Ramos e Florianópolis;

b) o âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios (GRANFPOLIS), a que pertence o Município São João Batista;

c) o âmbito dos municípios, dentro do Estado, existentes dentro de um raio de distância, definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do próprio Município;

d) outro critério superior aos limites geográficos do próprio Município, dentro do Estado, desde que justificado.

Art. 21. Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar Federal no 123/2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;

b) a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de São João Batista-SC;

c) não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de São João Batista, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto no caput, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região, conforme Art. 20, II;

d) para a modalidade de pregão o limite previsto neste parágrafo, será verificado após a fase de lances verbais;

e) nas licitações a que se refere o art. 16, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

f) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de vinte e cinco por cento estabelecido pela citada lei; e,

g) a aplicação do benefício previsto neste inciso e do percentual da prioridade adotado, limitado a dez por cento, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

#### - DA REGULARIDADE FISCAL

Art. 22. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar desde logo toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§1º Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito.

§2º A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para fins de assinatura do contrato, à ser regulamentado pelo edital de licitação.

§3º Para aplicação do disposto no §1º, como prazo para regularização fiscal, o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

§4º A prorrogação do prazo previsto no §1º poderá ser concedida, a critério da Administração Pública.

§5º A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os §1º a §4º.

§6º A não regularização da documentação no prazo previsto nos §1º a §4º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

#### - DA APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS

Art. 23. Não se aplica ao dispositivo da exclusividade e subcontratação, quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente identificadas no momento da construção do quadro referencial de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, ou onerar a proposta acima do valor de mercado, justificadamente no edital;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º. Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

#### - DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 24. Fica instituída a Sala do Empreendedor para a divulgação de editais, além dos exigidos em Lei, e atendimento aos empreendedores com relação a Compras Públicas realizadas pelo Município.

Art. 25. Fica instituído que os programas alimentares que o Município participe, sejam de verba própria ou conveniada, serão divulgados na Sala do Empreendedor, além dos exigidos em Lei, e os questionamentos apresentados neste local.

Art. 26. Fica instituída a Sala do Empreendedor como local específico, além dos exigidos em Lei, para publicação de credenciamento para empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, para atividades de tarefa descritos pela alínea "d" do inciso VIII do art. 6º da lei nº 8.666/93.

#### - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O disposto neste decreto aplica-se também, desde que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I - às sociedades cooperativas, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados (Lei federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, art. 34, conversão da MP nº 351, de 2007);

II - ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município (LC federal nº 123, de 2006, art. 3º-A, na redação da LC federal 147, de 2014).

Art. 28. Poderá a Secretaria Municipal de Finanças ou Secretaria da Administração (ou outra Secretaria que seja competente no organograma do Município) baixar instruções complementares relativamente ao disposto neste Decreto.

Art. 29. A Secretaria Municipal de Finanças ou Secretaria da Administração (ou outra Secretaria que seja competente no organograma do Município) elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por este Decreto.

Art. 30. Aplica-se supletivamente a este Decreto, a legislação federal pertinente.

Art. 31. Este Decreto entra a partir de 01 de janeiro de 2018.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste Decreto aos processos com instrumentos convocatórios publicados antes da data de sua entrada em vigor.

São João Batista, 29 de novembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 3.281/2017**

Publicação Nº 1442323

DECRETO nº 3.281/2017

"APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA SJB Nº. 004/2017, QUE DISPÕE SOBRE PROCEDIMENTOS PARA SISTEMA DE COMPRA DIRETA FUNDAMENTADA NO ARTIGO 24, INCISOS I E II DA LEI N. 8.666/93."

O Prefeito do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Art. 1º. - Fica aprovada a INSTRUÇÃO NORMATIVA SJB Nº. 004/2017, que segue anexa como parte integrante do presente decreto.

Parágrafo Único – A Instrução Normativa a que se refere o caput dispõe sobre procedimentos para sistema de compra direta fundamentada no artigo 24, incisos I e II da lei n. 8.666/93.

Art. 2º. - Todas as Instruções Normativas após sua aprovação e publicação deverão ser executadas e aplicadas pelas Unidades Administrativas.

Art. 3º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista/SC, 29 de novembro de 2017.

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

MINUTA DE INSTRUÇÃO NORMATIVA SJB N.º 004/2017.

"PROCEDIMENTOS PARA SISTEMA DE COMPRA DIRETA FUNDAMENTADA NO ARTIGO 24, INCISOS I E II DA LEI N. 8.666/93".

VERSÃO: 01.

DATA DE APROVAÇÃO: 29/11/2017.

ATO DE APROVAÇÃO: Decreto Municipal nº. 3281/2017.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Administração Direta e Indireta.

A ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA-SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 4º da Lei Municipal 2.631/2003, sem prejuízo das atribuições estabelecidas na lei de estrutura do município e demais leis atinentes ao assunto, recomenda a quem couber os procedimentos constantes desta Norma de Procedimentos na Prática de suas

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.631/2003 que estabelece a possibilidade de regulamentação sobre normas de controle interno através de Instruções Normativas de aplicabilidade a todos os órgãos da administração Municipal;

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Municipal;

Considerando que as ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência;

Considerando que a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece procedimentos rígidos para o processo de compras e contratação de obras e serviços;

Considerando que a economicidade, o planejamento e a coordenação são princípios norteadores dos atos da Administração Pública;

Considerando que a compra de bens e a contratação de obras e serviços devem preservar as metas e os projetos traçados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º. As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação". O regulamento geral das licitações, a Lei n.º 8.666/93, prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensada ou inexigível.

Art. 2º De acordo com Lei n.º 8.666/93, a licitação é dispensada (ou dispensável) no caso de alienação de bens móveis e imóveis, conforme disposto no art. 17, e também nas hipóteses descritas no art. 24. Em todos os casos, configura-se a viabilidade de competição, o que torna a licitação possível. As hipóteses previstas no art. 24 são taxativas, de forma que, caso o gestor contrate diretamente fora dos parâmetros e requisitos nele definidos, poderá configurar crime previsto na própria Lei n.º 8.666/93, art. 89, "dispensar licitação fora das hipóteses previstas em lei".

CAPÍTULO II

**DA BASE LEGAL**

Art. 3º. A presente Instrução Normativa tem por base legal as seguintes leis e decretos:

- a) Constituição Federal (Art. 31);
- b) Lei Complementar nº 101/00;
- c) Lei n. 4320/64;
- d) Lei n. 8666/93;
- e) Lei n. 10520/02;
- f) Lei Municipal nº 2.631/2003 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município; e,
- g) Decreto Municipal 2.153/2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços.

**CAPÍTULO III  
DOS PROCEDIMENTOS**

Art. 4º Prevista nos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, é permitida a contratação direta quando o valor do objeto for inferior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Nos casos de serviços e obras de engenharia, o limite é elevado a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Trata-se da hipótese de compra direta mais comum na rotina do administrador público, sendo um importante instrumento de gestão, pois permite atender às demandas de caráter e eventual, muitas vezes urgentes.

Art. 5º A correta caracterização da dispensa em razão do valor pressupõe uma criteriosa pesquisa de preços no mercado, como forma de combater a tendência de os preços se aproximarem do valor limite da contratação ou, em outras palavras, evitando que o procedimento, por ser menos formalista, induza o sobre preço.

Art. 6º Deverá se ter, na dispensa por baixo valor, o cuidado para não caracterizar fracionamento de despesa, o que caracteriza a dispensa indevida. O fracionamento ocorre quando são realizadas, no mesmo exercício, mais de uma compra direta de objetos de mesma natureza que, apesar de individualmente inferiores a R\$ 15.000,00 ou R\$ 8.000,00 (conforme o caso), ultrapassem o limite quando somadas.

Art. 7º Deve haver o planejamento prévio dos gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas da mesma natureza, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias é cumulativo ao longo do exercício financeiro, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, § 2º, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 8º Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra direta por dispensa de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica, tais como:

- I - a elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação. A descrição do objeto deve ser feita de forma precisa, suficiente e clara.
- II - a justificativa da contratação, a ser elaborada pela secretaria requisitante, deve contemplar as razões de fato e de direito que fundamentam a demanda dos produtos ou do serviço que se pretende contratar, apontando claramente os benefícios a serem alcançados pela contratação. A justificativa deve, por meio de argumentos concretos, demonstrar que a aquisição se encontra plenamente adequada ao seu objetivo, além de evidenciar que o objeto da compra direta seria a melhor (ou única) solução capaz de satisfazer as necessidades do setor.
- III - o setor responsável pela solicitação deve realizar ampla pesquisa de preços, de forma detalhada, considerando, inclusive, preços praticados em outros entes da Administração. Cada solicitação para compra direta, salvo motivo justificado, deverá ter no mínimo de 3 (três) orçamentos. Dessas, admite-se a utilização de propostas de preços obtidas em lojas virtuais na Internet, bem como propostas obtidas por consulta pessoal à loja física ou por telefone.

Art. 9º As compras diretas, fundamentadas nos incisos I e II do artigo 24 da Lei n. 8.666/93, deverão ser processadas da seguinte forma:

- I - Identificação das necessidades da Secretaria;
- II - Elaboração da solicitação de compra direta;  
Inclui, entre outros, elaboração das especificações técnicas mínimas, apresentação da justificativa da aquisição e juntada dos orçamentos.
- III - Instrução do pedido de compra pelo setor de Compras e Licitações;  
A instrução do processo de compra direta pelo setor de compras e licitações compreende, entre outros, os seguintes procedimentos:
  - a). Verificação dos documentos que comprovam:
    - 1) a criteriosa especificação do objeto, que deve se ater ao mínimo suficiente para caracterizar o produto ou serviço capaz de atender suas necessidades;
    - 2) a pesquisa de preços, em especial a quantidade de propostas obtidas e a metodologia adotada;
    - 3) as razões de indicação do fornecedor, se for o caso.
  - b) Verificação dos documentos que comprovam:  
Verificação do correto enquadramento da compra direta nos casos de dispensa ou inexigibilidade;
  - c) Verificação do limite de dispensa em razão do valor, pesquisando as aquisições semelhantes realizadas no mesmo exercício, a fim de evitar o fracionamento de despesa;
  - d) Verificação da regularidade fiscal do fornecedor ofertante do menor valor perante a Receita Federal, o FGTS e se for fornecedor sediado no Município de São João Batista também a regularidade municipal;
  - e) Elaboração de relatório de compra direta, contendo todas as informações do processo e providências adotadas;
- IV - Encaminhamento à autoridade competente para autorização da despesa; Encaminhamento para Secretaria de Fazenda e Planejamento, por delegação de competência, autorizar as dispensas em razão do valor (incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93). Nos demais casos de dispensa e nos casos de inexigibilidade, cabe a autorização Prefeito Municipal, mediante ratificação posterior.
- V - Publicação oficial do extrato de dispensa;  
A publicação do ato de dispensa de compras diretas cujo valor seja inferior aos valores contidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, deverá ser feita no site do Município. As demais dispensas e inexigibilidades seguem o rito normal disposto na Lei n. 8.666/93.
- VI- Emissão do empenho;



Autorizada a despesa e emitida a autorização de fornecimento, o processo seguirá para o Setor de Contabilidade para emissão da nota de empenho.

VII - Formalização do contrato;

Nos casos em que houver necessidade de formalização de instrumento contratual, o processo será encaminhado ao Setor de Contratos, para providências de sua alçada.

## CAPÍTULO V

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 10. Toda e qualquer compra direta deverá seguir os trâmites estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Os Fundos, que fizerem aquisição por compra direta, ficam sujeitas às rotinas e exigências acima.

Art. 12. Fica criado o Anexo I, parte integrante desta Instrução Normativa, a ser adotado pelo Setor de Compras e Licitações, denominado de "Solicitação de Compra Direta". Este procedimento deverá ser utilizado para aquisição de compras diretas.

Art. 13. Esta Instrução Normativa entrará em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista(SC), 29 de novembro de 2017.

Fernando Souza Dutra  
Coordenador de Controle Interno

Aprovado: Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal.

## ANEXO I

### SOLICITAÇÃO DE COMPRAS DIRETAS

#### SECRETARIA:

Itens a serem adquiridos:

Descrição	Qdade	Unid.	Valor UN R\$	Valor total R\$
Total R\$				

Justificativa da aquisição:

São João Batista (SC), \_\_\_\_\_

Secretário Carimbado e Assinado

## EXTRATO DO CONTRATO 037/SISAM/2017

Publicação Nº 1441740

Extrato do Contrato nº 037/SISAM/2017

Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista - SISAM; Contratada: MCHS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME – CNPJ nº 08.861.588/0001-80; Processo Licitatório 040/SISAM/2017 – Tomada de Preços 004/SISAM/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA ESTRADA GERAL DE ARATACA, MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, TERMO DE REFERÊNCIA, ESPECIFICAÇÃO PARA ASSENTAMENTO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, PROJETOS E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Valor global: R\$ 127.479,24 (cento e vinte e sete mil quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos); Despesa orçamentária: (3) 4.4.90.51.98.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 30/11/2017; Prazo de execução e vigência contratual: 140 dias consecutivos

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 040/PMSJB/2017**

Publicação Nº 1442065

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 040/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Eleandra Schloesser 90743458915 – CNPJ nº 17.048.081/0001-00; Processo Licitatório: 015/PMSJB/2017 – Pregão Presencial 014/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 040/PMSJB/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de serviços no valor R\$ 4.860,00 (quatro mil oitocentos e sessenta reais), que passa a ter a seguinte redação: "5.1 O preço global previsto neste contrato é de R\$ 43.955,00 (quarenta e três mil novecentos e cinquenta e cinco reais)"; Dotação orçamentaria: (44) 3.3.90.39.19.00.00.00.00.00 e 3.3.90.39.15.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 30/11/2017.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 137/PMSJB/2017**

Publicação Nº 1441974

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato nº 137/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Acesse Concursos LTDA – CNPJ nº 23.028.069/0001-29; Processo Licitatório: 159/PMSJB/2017 – Tomada de Preços 013/2017; Objeto: O presente instrumento tem por objetivo alterar a cláusula quinta, item 5.1, do Contrato nº 137/PMSJB/2017, diante da alteração dos valores pela ocorrência de acréscimo de serviços no valor R\$ 2.138,00 (dois mil cento e trinta e oito reais), que passa a ter a seguinte redação: "5.1 O preço global previsto neste contrato é de R\$ 12.828,00 (doze mil oitocentos e vinte e oito reais)"; Dotação orçamentaria: (36) 3.3.90.39.48.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 30/11/2017.

**LEI MUNICIPAL 3.762, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1442521

LEI MUNICIPAL 3.762, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

ACRESCENTA A EXPRESSÃO "NOVA ITÁLIA" AO NOME DO BAIRRO ATUALMENTE DENOMINADO "COLÔNIA".

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar a expressão "Nova Itália" ao nome do Bairro "Colônia", de modo que passará a ser denominado "Colônia Nova Itália".

Art. 2º A aprovação do presente projeto fica condicionada a anuência popular a ser colhida através de audiência pública, a ser realizada pela Comissão de Constituição, Legislação e Redação, conforme art. 28, § 2º, II, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º Poderão participar da audiência pública, além das entidades da Sociedade Civil estabelecidas no Município, os cidadãos que nasceram ou que atualmente residem no Bairro Colônia, bem como os cidadãos que são descendentes de família de italianos que residiram na "Colônia Nova Itália".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 23 de novembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 046/SISAM/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 030/2017**

Publicação Nº 1442636

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 046/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/SISAM/2017

O SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/SISAM/2017 – Pregão Presencial 030/SISAM/2017, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE COLETA SELETIVA, TRIAGEM, TRANSPORTE DE RESÍDUOS CLASSE II A, II B COM ENCAMINHAMENTO PARA DESTINAÇÃO FINAL DE LIXO RECICLÁVEL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Entrega dos envelopes: até às 14h15min do dia 14/12/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 14/12/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal 206 ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 30 de novembro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 170/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 126/2017**

Publicação Nº 1441785

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 170/PMSJB/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/PMSJB/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 170/PMSJB/2017 - Pregão Presencial 126/PMSJB/2017, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS, NÚCLEOS INFANTIS E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, ATENDENDO A LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 026 DE 17 DE JUNHO DE 2013. Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 14/12/2017. Abertura dos envelopes: 9h do dia 14/12/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou através do site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br), em dias úteis. São João Batista, 30 de novembro de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2017

Publicação Nº 1442054

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e NCR Equipamentos LTDA- ME  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 131/2017  
OBJETO: "Aquisição de diversos equipamentos agrícolas para a secretaria de agricultura do município de São João do Oeste."  
VALOR: R\$ 1.300,00  
PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 28 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2017

Publicação Nº 1442042

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Jean Pyer Vivian Eireli- Me  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 131/2017  
OBJETO: "Aquisição de diversos equipamentos agrícolas para a secretaria de agricultura do município de São João do Oeste."  
VALOR: R\$ 13.500,00  
PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 28 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2017

Publicação Nº 1442043

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Jhonny Máquinas e Implementos Eireli- EPP  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 131/2017  
OBJETO: "Aquisição de diversos equipamentos agrícolas para a secretaria de agricultura do município de São João do Oeste."  
VALOR: R\$ 6.690,00  
PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 28 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2017

Publicação Nº 1442039

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Guido Scheid- Me  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 12/2017  
OBJETO: "Aquisição de equipamentos, materiais de expediente e serviços fotográficos necessários para as atividades desenvolvidas pelo CRAS, Recurso IGD- Bolsa Família Cras/PAIF"  
VALOR: R\$ 1.528,60  
PRAZO: 30.11.2017 até 30.12.2017  
São João do Oeste – 30 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2017**

Publicação Nº 1442044

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e JV- Itech Informática Tecnol. Impressão LTDA- ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 12/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos, material de expediente fotográficos, materiais necessários para as atividades desenvolvidas pelo CRAS com Recurso IGD- Bolsa Família CRAS/ PAIF."

VALOR: R\$ 3.707,10

PRAZO: 30.11.2017 até 30.12.2017

São João do Oeste – 30 de Novembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2017**

Publicação Nº 1442047

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 15/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e LMV- Informática – Delta Informática.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 12/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos, material de expediente fotográficos, materiais necessários para as atividades desenvolvidas pelo CRAS. Recurso IGD- Bolsa Família CRAS/ PAIF."

VALOR: R\$ 1.346,20

PRAZO: 30.11.2017 até 30.12.2017

São João do Oeste – 30 de Novembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017**

Publicação Nº 1442055

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Potência Som e Informática LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 122/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos eletrônicos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para a diversas Secretarias do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 5.093,00

PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 29 de Novembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017**

Publicação Nº 1442040

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Informática Mondaí- LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 122/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos eletrônicos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para a diversas Secretarias do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 1.459,00

PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 29 de Novembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017**

Publicação Nº 1442046

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e JV- Itech Informática Tecnol. Impressão LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 122/2017

OBJETO: "Aquisição de equipamentos eletrônicos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para a diversas Secretarias do Município de

São João do Oeste.”  
VALOR: R\$ 600,00  
PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 29 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017**

Publicação N° 1442041

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Jackson Ubiratan Vargas- ME  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 122/2017  
OBJETO: “Aquisição de equipamentos eletrônicos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para a diversas Secretarias do Município de São João do Oeste.”  
VALOR: R\$ 1.725,00  
PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 29 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017**

Publicação N° 1442035

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Atual Informática e Assistência Técnica LTDA- ME  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 122/2017  
OBJETO: “Aquisição de equipamentos eletrônicos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para a diversas Secretarias do Município de São João do Oeste.”  
VALOR: R\$ 6.770,00  
PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 29 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017**

Publicação N° 1442050

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e LMV- Informática – Delta Informática.  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 122/2017  
OBJETO: “Aquisição de equipamentos eletrônicos para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros para a diversas Secretarias do Município de São João do Oeste.”  
VALOR: R\$ 2.580,00  
PRAZO: 29.11.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 29 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 195/2017**

Publicação N° 1442052

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 195/2017  
PARTES: Município de São João do Oeste e Marcelo Paulo Werle- Me  
ORIGEM: Pregão Presencial nº 134/2017  
OBJETO: “Reforma completa da cabine do caminhão Ford Cargo modelo 1622 ano 2001, da secretaria de transportes e Obras do Município de São João do Oeste”  
VALOR: R\$ 10.514,00  
PRAZO: 01.12.2017 até 31.12.2017  
São João do Oeste – 30 de Novembro de 2017  
Fernando Bisigo- Prefeito Municipal



**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 39/2017**

Publicação Nº 1442058

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 39/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e S&amp;R Comércio de Equipamentos Médicos e Hospitalares LTDA- ME

ORIGEM: Dispensa nº 12/2017

OBJETO: "Contratação de empresa para fornecimento e instalação de equipamento BIPAP para auxiliar na ventilação mecânica para paciente."

VALOR: R\$ 1.100,00

PRAZO: 01.11.2017 até 31.11.2017

São João do Oeste – 01 de Dezembro de 2017

Fernando Bisigo- Prefeito Municipal

**PP 143.17 AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE VIGILÂNCIA**

Publicação Nº 1441843

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0206/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0143/2017 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de sistema de vigilância de vídeo monitoramento para as dependências da Creche Kinder Haus.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 14 de dezembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 14 de dezembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 01 de dezembro de 2017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 70

Publicação Nº 1442170

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 96/2017

Pregão Presencial 70/2017

Objeto: Aquisição de carga de gás oxigênio medicinal para Fundo Municipal de Saúde e 2ª companhia de Bombeiros militar de São Joaquim.

Tipo: Menor preço global

Data: 13/12/2017 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 13.759,82

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 30 de novembro de 2017

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

### PROCESSO 30/2017 FMS

Publicação Nº 1442579

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 30/2017

Pregão Presencial 19/2017

Objeto: Aquisição de Equipamentos Hospitalares para as Unidades Básicas de Saúde e Unidade de Saúde Central.

Tipo: Menor Preço por Item

Data: 18/12/2017 14:30 horas

Valor estimado: 67.130,95

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 30 de novembro de 2017.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

### RESPOSTA AO RECURSO EMPRESA AP OESTE

Publicação Nº 1442271

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Ref.: Pregão Presencial nº 02/2017 - Processo Licitatório nº 02/2017.

Assunto: Recurso Administrativo referente a Penalidade Aplicada em relação ao Processo supramencionado, recebido em 22/11/2017, apresentado pela empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

O prazo para apresentação do recurso findou em 20/09/2017. O recurso recebido por e-mail em 22/11/2017 e o original 24/11/2017.

Portanto INTEMPESTIVO o recurso apresentado.

Diante do exposto a diretora de compras não conhece o recurso apresentado pela empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, conforme parecer jurídico anexo.

Tendo em vista o NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO, mantem-se a decisão da aplicação de penalidade e o chamamento da segunda colocada.

Publique-se no DOM/SC e site da prefeitura.

São Joaquim 30 de novembro de 2017.

RAQUEL MOREIRA HENRIQUE FERNANDES

Diretora de Compras

**São José****PREFEITURA****ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2017**

Publicação Nº 1442630

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8533/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 568/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE PONTE DE MADEIRA E CABECEIRA EM CONCRETO ARMADO, NO BAIRRO COLÔNICA SANTANA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica.

**EMPRESAS LICITANTES**

- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME.

É o relatório.

**1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:**

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura exarou despacho, qualificando tecnicamente as empresas participantes do certame.

**2 - ANÁLISE DA COMISSÃO**

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente atendidas pelas empresas participantes do Certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

**HABILITAR AS EMPRESAS**

- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 11/12/2017, às 17h00min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 30 de novembro de 2017.

Claudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva	
Membro da CPL	Membro da CPL	

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2017**

Publicação Nº 1442634

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8536/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 569/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2017.

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM PEDRA ARGAMASSADA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, NA RUA LEOPOLDO SCHIELSLER NO BAIRRO SÃO LUIZ NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.**

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica.

#### EMPRESAS LICITANTES

- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
  - AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
  - ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANEGEM EIRELLI ME;
  - FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELLI EPP;
  - KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
  - VINICIUS FOEDERT ME.
- É o relatório.

#### 1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura exarou despacho, qualificando tecnicamente as empresas participantes do certame.

#### 2 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente atendidas pelas empresas participantes do Certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

#### HABILITAR AS EMPRESAS

- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANEGEM EIRELLI ME;
- FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELLI EPP;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- VINICIUS FOEDERT ME.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 12/12/2017, às 17h00min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 30 de novembro de 2017.

Claudia Schweitzer		Paulo Dutra	
Presidente da CPL		Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL	Membro da CPL		

## CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1442704

#### CONVOCAÇÃO

O Prefeito em Exercício de São José, usando da competência que lhe confere o artigo 3º, § 3º da Lei nº 4.047, de 17 de novembro de 2003, resolve CONVOCAR os representantes das Entidades da Sociedade Civil, juridicamente constituída e em regular funcionamento, para participarem do Fórum Municipal Antidrogas, com vistas à eleição para compor o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD/SJ, para biênio 2018/2020, que será realizado no dia 12 de dezembro do corrente, às 14 horas, na Casa dos Conselhos de Direitos de São José, sito à Rua Coronel Américo, nº25, Barreiros, São José, fone (48)3249-3668.

São José, 28 de novembro de 2017.  
NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em Exercício

**FÓRUM DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – BIÊNIO 2018/2020**

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Data: 12 de dezembro de 2017

Local: Casa dos Conselhos de Direitos de São José

Endereço: Rua Coronel Américo, 25 – Barreiros – São José/SC.

Horário: 14h – Telefone: (48) 3249-3668

☐ Cada entidade participará com um Delegado;

☐ Somente poderão participar as entidades que estejam juridicamente constituídas e em regular funcionamento e atendam os requisitos legais, conforme Lei nº 4.047/2003, com sede no município de São José;

☐ A entidade deverá comprovar a forma de atendimento, através de declaração assinada pelo Representante Legal;

☐ O candidato indicado pela Entidade ao Conselho deverá ter disponibilidade e priorizar a atenção ao Conselho Municipal Antidrogas de São José – COMAD/SJ;

☐ Serão eleitos 01 (um) representante de Associações Comunitárias, 1 (um) representante de Comunidades Terapêuticas e 01 (um) representante de Entidades, Associações ou ONG's que trabalham com familiares de dependentes químicos, e seus respectivos suplentes.

☐ Cada delegado poderá votar no máximo em até 03 (três) entidades para compor o COMAD, sendo 1 voto em cada segmento.

**CRITÉRIOS PARA PARTICIPAR DO FÓRUM DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS DE SÃO JOSÉ – COMAD/SJ (2018/2020)**

Entregar até às 17h do dia 11 /12/2017 na Secretaria Executiva dos Conselhos de Direitos, sito à Rua Coronel Américo, 25 – Barreiros – São José/SC, os documentos abaixo relacionados:

I. Cópia do Estatuto da entidade devidamente registrado;

II. CNPJ atualizado com no máximo 30 dias;

III. Ata da última eleição;

IV. Ofício do Presidente da Entidade, indicando o representante desta. No caso da Entidade se candidatar, deverá ser mencionado no ofício à intenção desta candidatura para o COMAD.

**Observações:**

1) As entidades que compuseram o Conselho Municipal Antidrogas de São José no biênio 2013-2015, cujos documentos encontram-se arquivados na Secretaria Executiva e que não tenha ocorrido alteração em sua Diretoria e/ou no Estatuto, poderão encaminhar somente a Carta do Presidente da Entidade indicando o seu representante e/ou candidatura.

2) Não serão aceitas inscrições após às 17h do dia \_\_\_\_ /12/2017.

3) Informações no telefone: (48) 3249-3668, com Leandro de Oliveira – Secretário Executivo.

**DECRETO Nº 8947/17**

Publicação Nº 1442963

**DECRETO Nº 8947/17**

**ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 727.000,00 (setecentos e vinte e sete mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.1.219 – Construção de Unidades de Saúde

895 – 4.4.90.51.00.00.0082 – Obras e Instalações,  
 Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 100.000,00  
 Total deste Projeto ..... R\$ 100.000,00

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

938 – 3.3.90.30.00.00.0082 – Material de Consumo,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 30.000,00  
 954 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 250.000,00  
 940 – 3.3.90.30.00.00.0334 – Material de Consumo,  
 Recursos do PAB FIXO – FMS ..... R\$ 7.000,00  
 43420 – 3.3.90.34.00.00.0339 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de  
 Contratos de Terceirização,  
 Recursos PPI – FMS – ECD – MS ..... R\$ 120.000,00  
 43421 – 3.3.90.34.00.00.0341 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de  
 Contratos de Terceirização,  
 Recursos da Vigilância Sanitária – FMS – MS ..... R\$ 30.000,00  
 43422 – 3.3.90.34.00.00.0345 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de  
 Contratos de Terceirização,  
 Recursos de Serviços de Atendimentos Móvel – SAMU – FMS – MS ..... R\$ 90.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 527.000,00

25.01.10.301.0102.2.251 – Fornecimento de Fraldas Geriátricas e Outros – FMS

43360 – 3.3.90.32.00.00.0082 – Material de Distribuição Gratuita,  
 Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 100.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 100.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 727.000,00  
 Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 727.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 727.000,00 (setecentos e vinte e sete mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.304.0102.2.143 – Funcionamento e Manutenção da Vigilância Sanitária

1096 – 3.3.90.39.00.00.0341 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos da Vigilância Sanitária – FMS – MS ..... R\$ 30.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 30.000,00

25.01.10.305.0102.2.144 – Funcionamento e Manutenção da Vigilância  
 Epidemiológica – FMS

1112 – 4.4.90.52.00.00.0339 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos PPI – FMS – ECD – MS ..... R\$ 120.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 120.000,00

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

951 – 3.3.90.35.00.00.0334 – Serviços de Consultoria,  
 Recursos do PAB FIXO – FMS ..... R\$ 7.000,00  
 947 – 3.3.90.34.00.00.0082 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de  
 Contratos de Terceirização,  
 Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 480.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 487.000,00

25.01.10.302.0102.2.242 – Manutenção do SAMU – FMS

43460 – 4.4.90.51.00.00.0345 – Obras e Instalações,  
 Recursos de Serviços de Atendimentos Móvel – SAMU – FMS – MS ..... R\$ 90.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 90.000,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 727.000,00  
 Total da Anulação ..... R\$ 727.000,00



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2017.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 8948/2017

Publicação Nº 1442960

DECRETO Nº 8948/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

25.01.10302.0102.2.149 – Manutenção CAPS e Saúde Mental - FMS

1061– 3.3.90.39.00.00.0347 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos do Convênio MS – CAPS ..... R\$ 100.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 100.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 100.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do Convênio MS – CAPS, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, consignado no Orçamento vigente com o código 347.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2017.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 8954/2017

Publicação Nº 1442962

DECRETO Nº 8954/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 12.856,24 (doze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.1.227 – Construção de Policlínicas

3.3.90.93.00.00.0068 – Indenizações e Restituições,

Recursos do Convênio nº 1696 – SES – Equipamentos para Policlínicas..R\$ 12.856,24

Total desta Atividade ..... R\$ 12.856,24

Total do Órgão ..... R\$ 12.856,24  
Total do Crédito Adicional Especial ..... R\$ 12.856,24

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 12.856,24 (doze mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.302.0102.1.227 – Construção de Policlínicas

1811 – 4.4.90.52.00.00.0068 – Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos do Convênio nº 1696 – SES – Equipamentos para Policlínicas...R\$ 12.856,24  
Total desta Atividade ..... R\$ 12.856,24  
Total do Órgão ..... R\$ 12.856,24  
Total da Anulação ..... R\$ 12.856,24

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de novembro de 2017.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 8955/17

Publicação Nº 1442959

DECRETO Nº 8955/17

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 29 e 31 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 5.327.190,06 (cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e noventa reais e seis centavos), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

924 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos Ordinários – Saúde ..... R\$ 5.047.221,06  
926 – 3.1.90.11.00.00.0337 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos PSF – FMS – MS ..... R\$ 103.969,00  
954 – 3.3.90.39.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 126.000,00  
964 – 3.3.90.92.00.00.0082 – Despesas de Exercícios Anteriores,  
Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 50.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 5.327.190,06  
Total do Órgão ..... R\$ 5.327.190,06  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 5.327.190,06

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 5.327.190,06 (cinco milhões, trezentos e vinte e sete mil, cento e noventa reais e seis centavos), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

917 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação por Tempo Determinado,  
Recursos Ordinários - Saúde ..... R\$ 2.395.939,25

931 – 3.1.90.92.00.00.0082 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos Ordinários - Saúde .....	R\$ 1.842.755,72
929 – 3.1.90.13.00.00.0082 – Obrigações Patronais, Recursos Ordinários - Saúde .....	R\$ 808.526,09
919 – 3.1.90.04.00.00.0337 - Contratação por Tempo Determinado, Recursos PSF – FMS – MS .....	R\$ 53.969,00
933 – 3.1.90.92.00.00.0337 – Despesas de Exercícios Anteriores, Recursos PSF – FMS – MS .....	R\$ 50.000,00
934 – 3.1.90.94.00.00.0082 – Indenizações e Restituições Trabalhistas, Recursos Ordinários - Saúde .....	R\$ 110.000,00
952 – 3.3.90.36.00.00.0082 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, Recursos Ordinários - Saúde .....	R\$ 66.000,00
Total desta Atividade .....	R\$ 5.327.190,06
Total do Órgão .....	R\$ 5.327.190,06
Total da Anulação .....	R\$ 5.327.190,06

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de novembro de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 8958/2017

Publicação Nº 1442961

DECRETO Nº 8958/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 681.000,00 (seiscentos e oitenta e um mil reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

05.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01.04.123.0105.2.014 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Finanças

124 – 3.1.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários,

Recursos Próprios .....

R\$ 50,00

Total desta Atividade .....

R\$ 50,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

202 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Ordinários – Educação .....

R\$ 300.000,00

208 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios .....

R\$ 50.000,00

Total desta Atividade .....

R\$ 350.000,00

08.01.12.362.0103.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino Médio

255 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios .....

R\$ 50.000,00

257 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios .....

R\$ 100.000,00

Total desta Atividade .....

R\$ 150.000,00

08.01.12.363.0103.2.042 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Profissional

264 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,  
Recursos Próprios ..... R\$ 80.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 80.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 580.000,00

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria  
Municipal de Assistência Social

523 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 50.930,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 50.930,00  
Total do Órgão ..... R\$ 50.930,00

11.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
11.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01.11.334.0108.2.060 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de  
Desenvolvimento Econômico

548 – 3.1.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários,  
Recursos Próprios ..... R\$ 20,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 20,00  
Total do Órgão ..... R\$ 20,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.272.0105.2.310 – Inativos, Pensionistas e Salário Família

882 – 3.1.90.03.00.00.0080 – Pensões,  
Recursos Próprios ..... R\$ 50.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 50.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 50.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 681.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 681.000,00 (seiscentos e oitenta e um mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA  
02.02 – SECRETARIA EXECUTIVA DE PROJETOS ESPECIAIS

02.02.04.122.0105.2.455 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Projetos  
Especiais

16 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 101.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 101.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 101.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal  
de Educação

186 – 3.1.90.13.00.00.0080 – Obrigações Patronais,  
Recursos Próprios ..... R\$ 370.000,00  
187 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$ 100.000,00  
188 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,  
Recursos Próprios ..... R\$ 110.000,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 580.000,00  
Total do Órgão ..... R\$ 580.000,00  
Total da Anulação ..... R\$ 681.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2017

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 039/2017

Publicação Nº 1442920

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 039/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 07 de dezembro, às 11h, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	10.960/2016
Recorrente	ANTÔNIO CARLOS DUARTE
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	NARDI TEREZINHA KOERICH

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24h antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 30/11/2017.

JUNIOR SPIES Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017
--	---

### REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº \_\_\_\_\_

Interessado: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/OAB \_\_\_\_\_, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia \_\_\_\_\_, conforme Edital de Convocação nº \_\_\_\_\_.

São José, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:

CPF/OAB

### RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011227/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 1442970

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011227/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

OBJETO: Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

CONTRATANTE: Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI

CNPJ: 03.448.121/0001-99

ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA: Rua Pedro Buim, nº 637 – Jardim Cidade de Florianópolis.

Oferta do Serviço de Acolhimento para famílias em situação de rua, a ser absorvido no ano de 2018 pela Instituição Nurrevi, Novo Projeto de Vida II, com experiência no Acolhimento de homens e mulheres em situação de rua, com registro no CMAS e CMDCA.

VIGÊNCIA: de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O Serviço de Acolhimento é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abrigo institucional, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

O serviço de acolhimento destinado a pessoas e famílias em situação de rua, deve contemplar usuários na margem da pobreza extrema e inexistência de moradia convencional e regular, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

O serviço de acolhimento atua enquanto espaço de moradia excepcional provisória semelhante a uma residência que disponibiliza refeições diárias, acesso a produtos de higiene/limpeza, lazer e atendimento psicossocial.

Os atendimentos realizados nos acolhimentos institucionais devem priorizar a intervenção do Assistente Social e Psicólogo, objetivando essencialmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No sentido de preservação de vínculos, os acolhimentos ofertam serviços continuados e neste caso, o desligamento do serviço só é indicado mediante encaminhamento à família de origem, extensa ou substituta.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução, quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços especializados, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição onde se encontram e remanejá-los de locais acabaria por romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, comprometendo o principal objetivo do serviço de acolhimento: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na oferta de serviços de acolhimento destinados especificamente ao atendimento de pessoas adultas de ambos os sexos em situação de rua, com ou sem deficiência, inclusive com pactuação de convênios anteriores e em vigor.

**DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor mensal de R\$ 19.725,00 (dezenove mil e setecentos e vinte e cinco reais) e total anual de R\$ 236.700,00 (duzentos e trinta e seis mil e setecentos reais).

PARÁGRAFO ÚNICO – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023,

3.3.50.43.00.00.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.00.0080

São José, 27 de Novembro de 2017.

Rosemeri Bartucheski

Secretária Municipal de Assistência Social



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011228/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 1442968

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011228/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

OBJETO: Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

Oferta do serviço de acolhimento para idosos de ambos os sexos, com ou sem deficiência, atualmente ofertado pela instituição Lar dos Velinhos de Zulma para que a mesma possa dar continuidade no ano de 2018.

CONTRATANTE: Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Lar dos Velinhos de Zulma

CNPJ: 83.903.096/0001-25

ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA: Avenida Governador Irineu Bornhausen, nº 119 – Campinas, São José.

VIGÊNCIA: de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O Serviço de Acolhimento é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abrigo institucional, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

No tocante aos Serviços de Acolhimento destinados a idosos estes devem atender as pessoas acima de 60 anos, de ambos os sexos, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, demandando abrigo institucional, por não ter condições de prover seus cuidados ou tê-los providos por suas famílias.

O serviço de acolhimento atua enquanto espaço de moradia excepcional provisória semelhante a uma residência que disponibiliza refeições diárias, acesso a produtos de higiene/limpeza, lazer e atendimento psicossocial.

Os atendimentos realizados nos acolhimentos institucionais devem priorizar a intervenção do Assistente Social e Psicólogo, objetivando essencialmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No sentido de preservação de vínculos, os acolhimentos ofertam serviços continuados e neste caso, o desligamento do serviço só é indicado mediante encaminhamento à família de origem, extensa ou substituta.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução, quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços especializados, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição onde se encontram e remanejá-los de locais acabaria por romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, comprometendo o principal objetivo do serviço de acolhimento: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade Lar dos Velinhos de Zulma justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na oferta de serviços de acolhimento destinados especificamente ao atendimento de idosos de ambos os sexos, com ou sem deficiência, inclusive com pactuação de convênios anteriores e em vigor.

**DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor mensal de R\$ 49.312,50 (quarenta e nove mil e trezentos e doze e cinquenta centavos) e total anual de R\$ 591.750,00 (quinhentos e noventa e um mil e setecentos e cinquenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.0023,

3.3.50.43.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00080

São José, 27 de Novembro de 2017.

Rosemeri Bartucheski

Secretária Municipal de Assistência Social

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011229/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 1442964

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011229/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

OBJETO: Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

Oferta do serviço de acolhimento para pessoas adultas do sexo masculino, em situação de rua, com ou sem deficiência, atualmente ofertado pela instituição Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI Novo Projeto de Vida I, para que a mesma possa dar continuidade no ano de 2018.

CONTRATANTE: Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI

CNPJ: 03.448.121/0001-99

ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA: Rua Pedro Buim, nº 637 – Jardim Cidade de Florianópolis.

VIGÊNCIA: de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O Serviço de Acolhimento é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abrigo institucional, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

O serviço de acolhimento destinado a pessoas e famílias em situação de rua, deve contemplar usuários na margem da pobreza extrema e inexistência de moradia convencional e regular, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

O serviço de acolhimento atua enquanto espaço de moradia excepcional provisória semelhante a uma residência que disponibiliza refeições diárias, acesso a produtos de higiene/limpeza, lazer e atendimento psicossocial.

Os atendimentos realizados nos acolhimentos institucionais devem priorizar a intervenção do Assistente Social e Psicólogo, objetivando essencialmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No sentido de preservação de vínculos, os acolhimentos ofertam serviços continuados e neste caso, o desligamento do serviço só é indicado mediante encaminhamento à família de origem, extensa ou substituta.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução, quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços especializados, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição onde se encontram e remanejá-los de locais acabaria por romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, comprometendo o principal objetivo do serviço de acolhimento: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na oferta de serviços de acolhimento destinados especificamente ao atendimento de pessoas adultas do sexo masculino, em situação de rua, com ou sem deficiência, inclusive com pactuação de convênios anteriores e em vigor.

**DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor mensal de R\$ 69.037,50 (sessenta e nove mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e total anual de R\$ 828.450,00 (oitocentos e vinte e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023,

3.3.50.43.00.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.0080

São José, 27 de Novembro de 2017.

Rosemeri Bartucheski

Secretária Municipal de Assistência Social

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011232/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 1442965

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011232/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

OBJETO: Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

Oferta do serviço de acolhimento para crianças, com ou sem deficiência, atualmente ofertado pela instituição Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI Projeto A.M.A.R II, para que a mesma possa dar continuidade no ano de 2018.

CONTRATANTE: Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI

CNPJ: 03.448.121/0001-99

ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA: Rua Pedro Buim, nº 637 – Jardim Cidade de Florianópolis.

VIGÊNCIA: de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O Serviço de Acolhimento é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abrigo institucional, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

No tocante aos Serviços de Acolhimento destinados a Crianças e adolescentes estes são indicados quando há medida de proteção e/ou situação de risco pessoal e social (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

O serviço de acolhimento atua enquanto espaço de moradia excepcional provisória semelhante a uma residência que disponibiliza refeições diárias, acesso a produtos de higiene/limpeza, lazer e atendimento psicossocial.

Os atendimentos realizados nos acolhimentos institucionais devem priorizar a intervenção do Assistente Social e Psicólogo, objetivando essencialmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No sentido de preservação de vínculos, os acolhimentos ofertam serviços continuados e neste caso, o desligamento do serviço só é indicado mediante encaminhamento à família de origem, extensa ou substituta.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução, quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços especializados, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição onde se encontram e remanejá-los de locais acabaria por romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, comprometendo o principal objetivo do serviço de acolhimento: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na oferta de serviços de acolhimento destinados especificamente ao atendimento de crianças, com ou sem deficiência, inclusive com pactuação de convênios anteriores e em vigor.

**DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor mensal de R\$ 39.450,00 (trinta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais) e total anual de R\$ 473.400,00 (quatrocentos e setenta e três mil e quatrocentos reais).

PARÁGRAFO ÚNICO – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023,

3.3.50.43.00.00.00.00.00022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.00080

São José, 27 de Novembro de 2017.

Rosemeri Bartucheski

Secretária Municipal de Assistência Social

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011234/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 1442969

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011234/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

OBJETO: Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

CONTRATANTE: Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI

CNPJ: 03.448.121/0001-99

ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA: Rua Pedro Buem, nº 637 – Jardim Cidade de Florianópolis.

Oferta do serviço de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens, com ou sem deficiência, incluindo grupo de irmãos, atualmente ofertado pela instituição Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI Projeto A.M.A.R.I, para que a mesma possa dar continuidade no ano de 2018.

VIGÊNCIA: de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O Serviço de Acolhimento é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abrigo institucional, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

No tocante aos Serviços de Acolhimento destinados a Crianças e adolescentes estes são indicados quando há medida de proteção e/ou situação de risco pessoal e social (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

O serviço de acolhimento atua enquanto espaço de moradia excepcional provisória semelhante a uma residência que disponibiliza refeições diárias, acesso a produtos de higiene/limpeza, lazer e atendimento psicossocial.

Os atendimentos realizados nos acolhimentos institucionais devem priorizar a intervenção do Assistente Social e Psicólogo, objetivando essencialmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No sentido de preservação de vínculos, os acolhimentos ofertam serviços continuados e neste caso, o desligamento do serviço só é indicado mediante encaminhamento à família de origem, extensa ou substituta.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução, quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços especializados, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição onde se encontram e remanejá-los de locais acabaria por romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, comprometendo o principal objetivo do serviço de acolhimento: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na oferta de serviços de acolhimento destinados especificamente ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens, com ou sem deficiência, incluindo grupo de irmãos, inclusive com pactuação de convênios anteriores e em vigor.

**DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor mensal de R\$ 39.450,00 (trinta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais) e total anual de R\$ 473.400,00 (quatrocentos e setenta e três mil e quatrocentos reais).

PARÁGRAFO ÚNICO – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.0023,

3.3.50.43.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.0080

São José, 27 de Novembro de 2017.

Rosemeri Bartuchesi

Secretária Municipal de Assistência Social

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011239/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 1442972

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011239/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

OBJETO: Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

Oferta do serviço de acolhimento para adolescentes de ambos os sexos, com ou sem deficiência, atualmente ofertado pela instituição Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI Projeto A.M.A., para que a mesma possa dar continuidade no ano de 2018.

CONTRATANTE: Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI

CNPJ: 03.448.121/0001-99

ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA: Rua Pedro Buem, nº 637 – Jardim Cidade de Florianópolis.

VIGÊNCIA: de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O Serviço de Acolhimento é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abrigo institucional, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

No tocante aos Serviços de Acolhimento destinados a Crianças e adolescentes estes são indicados quando há medida de proteção e/ou situação de risco pessoal e social (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente), cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

O serviço de acolhimento atua enquanto espaço de moradia excepcional provisória semelhante a uma residência que disponibiliza refeições diárias, acesso a produtos de higiene/limpeza, lazer e atendimento psicossocial.

Os atendimentos realizados nos acolhimentos institucionais devem priorizar a intervenção do Assistente Social e Psicólogo, objetivando essencialmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No sentido de preservação de vínculos, os acolhimentos ofertam serviços continuados e neste caso, o desligamento do serviço só é indicado mediante encaminhamento à família de origem, extensa ou substituta.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução, quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços especializados, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição onde se encontram e remanejá-los de locais acabaria por romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, comprometendo o principal objetivo do serviço de acolhimento: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade Núcleo de Recuperação e Reabilitação de Vidas – NURREVI justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na oferta de serviços de acolhimento destinados especificamente ao atendimento de adolescentes, com ou sem deficiência, inclusive com pactuação de convênios anteriores e em vigor.

**DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor mensal de R\$ 39.450,00 (trinta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais) e total anual de R\$ 473.400.00 (quatrocentos e setenta e três mil e quatrocentos reais).

PARÁGRAFO ÚNICO – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023,

3.3.50.43.00.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.0080

São José, 27 de Novembro de 2017.

Rosemeri Bartucheski

Secretária Municipal de Assistência Social



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011242/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 1442967

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011242/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

OBJETO: Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

Oferta do serviço de acolhimento para adultos de ambos os sexos com deficiência, atualmente ofertado pela instituição Orionópolis Catarinense, para que a mesma possa dar continuidade no ano de 2018.

CONTRATANTE: Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADA: Orionópolis Catarinense

CNPJ: 80.670.631/0001-57

ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA: Rua Frederico Afonso, nº 5568 – Centro de São José.

VIGÊNCIA: de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O Serviço de Acolhimento é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abrigo institucional, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

O serviço de acolhimento destinado a pessoas adultas com deficiência deverá atender a ambos os sexos, quando na existência de vínculos familiares fragilizados ou rompidos, demandando abrigo institucional, por não ter condições de prover seus cuidados ou tê-los providos por suas famílias.

O serviço de acolhimento atua enquanto espaço de moradia excepcional provisória semelhante a uma residência que disponibiliza refeições diárias, acesso a produtos de higiene/limpeza, lazer e atendimento psicossocial.

Os atendimentos realizados nos acolhimentos institucionais devem priorizar a intervenção do Assistente Social e Psicólogo, objetivando essencialmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No sentido de preservação de vínculos, os acolhimentos ofertam serviços continuados e neste caso, o desligamento do serviço só é indicado mediante encaminhamento à família de origem, extensa ou substituta.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução, quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços especializados, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição onde se encontram e remanejá-los de locais acabaria por romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, comprometendo o principal objetivo do serviço de acolhimento: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade Orionópolis Catarinense justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na oferta de serviços de acolhimento destinados especificamente ao atendimento de pessoas de ambos os sexos com deficiência, inclusive com pactuação de convênios anteriores e em vigor.

**DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a execução do objeto deste convênio, os recursos somam o valor mensal de R\$ 69.037,50 (sessenta e nove mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos) e total anual de R\$ 828.450,00 (oitocentos e vinte e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023,

3.3.50.43.00.00.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.00.0080

São José, 27 de Novembro de 2017.

Rosemeri Bartucheski

Secretária Municipal de Assistência Social



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011244/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

Publicação Nº 1442971

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011244/2017 - EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**OBJETO:** Dispensa de Chamamento Público com fundamento na Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e no Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12.

Oferta do serviço de acolhimento para mulheres com ou sem deficiência e em situação de risco, violência ou situação de rua, com ou sem filhos, atualmente ofertado pela instituição ONG F.G.A. para que a mesma possa dar continuidade no ano de 2018.

**CONTRATANTE:** Município de São José / Fundo Municipal de Assistência Social

**CONTRATADA:** ONG F.G.A.

**CNPJ:** 14.782.603/0001-05

**ENDEREÇO DA SEDE CONTRATADA:** Rua Germano Gerlach, nº 02, Centro de São José.

**VIGÊNCIA:** de 1º de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2018.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal Nº 13.019, de 2014 e Decreto Municipal Nº 8623/2017, Art. 12 "Poderá ser dispensável a realização do chamamento público: IV – no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas no/pelo órgão gestor da respectiva política pública.

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO/RAZÕES PARA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

O Serviço de Acolhimento é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na modalidade abrigo institucional, previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009.

O serviço de acolhimento destinado a Mulheres adultas em situação de risco, violência ou situação de rua deve atender exclusivamente a mulheres, com ou sem filhos, que demandam abrigo institucional.

O serviço de acolhimento atua enquanto espaço de moradia excepcional provisória semelhante a uma residência que disponibiliza refeições diárias, acesso a produtos de higiene/limpeza, lazer e atendimento psicossocial.

Os atendimentos realizados nos acolhimentos institucionais devem priorizar a intervenção do Assistente Social e Psicólogo, objetivando essencialmente o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

No sentido de preservação de vínculos, os acolhimentos ofertam serviços continuados e neste caso, o desligamento do serviço só é indicado mediante encaminhamento à família de origem, extensa ou substituta.

§2º A hipótese de dispensa de chamamento público de que trata o inciso VI do art. 30 da Lei nº 13.019, de 2014, se aplicará àquelas entidades ou organizações de assistência social que cumprem cumulativamente os requisitos constantes nos incisos do art. 2º desta Resolução, quando: I – o objeto do plano de trabalho for a prestação de serviços socioassistenciais regulamentados; e II – a descontinuidade da oferta pela entidade apresentar dano mais gravoso à integridade do usuário, que deverá ser fundamentada em parecer técnico, exarado por profissionais de nível superior das categorias reconhecidas na Resolução nº 17, 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. (RESOLUÇÃO Nº 21, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2016).

São serviços especializados, que exigem oferta qualificada e dispensa de licitação, uma vez que as pessoas já acolhidas possuem vínculos firmados com os demais acolhidos e funcionários da instituição onde se encontram e remanejá-los de locais acabaria por romper com estes vínculos e com o trabalho da instituição, comprometendo o principal objetivo do serviço de acolhimento: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Tal justificativa de dispensa para fins de compactuar termo de colaboração com a entidade ONG F.G.A. justifica-se mediante o fato da referida instituição já atuar a anos no Município de São José, na oferta de serviços de acolhimento destinados especificamente ao atendimento de mulheres com ou sem deficiência e em situação de risco, violência ou situação de rua, com ou sem filhos, inclusive com pactuação de convênios anteriores e em vigor.

**DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a execução do objeto desta parceria, os recursos somam o valor mensal de R\$ 59.175,00 (cinquenta e nove mil e cento e setenta e cinco reais) e total anual de R\$ 710.100,00 (setecentos e dez mil e cem reais).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Correção as despesas à conta de dotação consignada ao Fundo Municipal de Assistência Social, no Orçamento Fiscal do Município para o ano de 2018, observadas as características abaixo discriminadas:

Órgão/Unidade Orçamentária: 2801

Projeto/Atividade: 2.426

Elementos de despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00.0023,

3.3.50.43.00.00.00.00.0022 e 3.3.50.43.00.00.00.00.0080

São José, 27 de Novembro de 2017.

Rosemeri Bartucheski

Secretária Municipal de Assistência Social

**RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2017**

Publicação Nº 1442345

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2017 – Processo nº 454/2017 – Proc. Adm. 6645/2017. Fornecedores: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI – EPP; L.M. – COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA – ME; COMP1 INFORMÁTICA LTDA.. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS, SMART TVS E PEDESTAIS PARA ATENDER A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 26.257,33 – vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e três centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2017**

Publicação Nº 1442337

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2017 – Processo nº 512/2017 – Proc. Adm. 7339/2017. Fornecedores: SCHEYLLA DE MENDONÇA ME; SERMEDICALL ARP EQUIP. HOSPITALARES LTDA; L.M. – COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BOLSAS DE ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADAS AO USO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS DA 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC E SUA FORÇA TAREFA. Valor Total: R\$ 30.905,00 – trinta mil, novecentos e cinco reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

**TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017**

Publicação Nº 1442910

TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2017, ORIUNDO DO PROCESSO DE COMPRAS Nº 157/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC  
Contratada: PERES MÜLLER LTDA.

Objeto do Contrato: "REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM, DIESEL S10, ETANOL, GNV E ARLA 32) DESTINADOS A FROTA VEICULAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC".

1. Considerando o aumento das alíquotas de impostos federais sobre os combustíveis utilizados pela Prefeitura Municipal de São José;
2. Considerando o §8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993;
3. Considerando a comunicação (anexo) do fornecedor acerca do aumento dos valores dos combustíveis pela PETROBRÁS;

O fornecimento de combustíveis para o Município de São José obedecerá os seguintes valores a partir de 14/11/2017:

Item	Produto	UN	VALOR ATUAL	VALOR REAJUSTADO
1	GASOLINA COMUM	LT	R\$3,899	R\$4,262
2	DIESEL S10	LT	R\$3,200	R\$3,701
3	ÁLCOOL COMUM	LT	R\$3,273	R\$3,661
4	GNV	M³	R\$1,993	R\$2,119
5	ARLA 32	UM	R\$71,60	R\$71,60 (INALTERADO)

Vera Suely de Andrade  
Secretária Municipal de Administração

PERES MÜLLER LTDA  
Representante Legal

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 274/2017/SF

Publicação Nº 1443035

DECRETO Nº. 274/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 254.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"141"3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 281/2017/SF

Publicação Nº 1443036

DECRETO Nº. 281/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"55"3.3.90.39.00.00.1.0055 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$1.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), Recursos Convênio Polícia Civil, Fonte 1.0055, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.007 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

"59"4.4.90.52.00.00.1.0055 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 283/2017/SF

Publicação Nº 1443039

DECRETO Nº. 283/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$63.000,00 (sessenta e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.018 ENSINO FUNDAMENTAL E VAL DO MAG – FUNDEB

“114”3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais ..... R\$33.000,00

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

“144”3.1.90.13.00.00.1.0018 Obrigações Patronais ..... R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FUNDEB 60%, Fonte 1.0018 no valor de R\$63.000,00 (sessenta e três mil reais reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 284/2017/SF

Publicação Nº 1443040

DECRETO Nº. 284/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

“143”3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$7.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 285/2017/SF

Publicação Nº 1443041

DECRETO Nº. 285/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR  
2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
"12"3.3.90.30.00.00.1.0066 Material de Consumo ..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos vigilância em saúde, Fonte nº 1.0066, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS  
01 DEPTO DE SAÚDE FAMILIAR  
2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
"13"3.3.90.39.00.00.1.0066 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 28 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 6134/2017

Publicação Nº 1443033

DECRETO Nº 6.134, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso VIII, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, por motivo de aposentadoria, a partir de 30 de novembro de 2017, a servidora pública municipal CLARA DIVA ANZOLIN, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1355, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 6135/2017

Publicação Nº 1443034

DECRETO Nº 6.135, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

“EXONERA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso VIII, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, por motivo de aposentadoria, a partir de 30 de novembro de 2017, a servidora pública municipal BEATRIZ DOS SANTOS KROHN, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 3373, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de novembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº282/2017/SF

Publicação Nº 1443037

DECRETO Nº. 282/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 37.195,29 (trinta e sete mil cento e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

"351"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$4.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

"245"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$11.000,00



## 08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

## 01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"194"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$10.600,00

## 04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

## 01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

## 2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"21"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$7.700,00

## 03 GABINETE DO VICE PREFEITO

## 01 GABINETE DO VICEPREFEITO

## 2.004 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO VICE PREFEITO

"15"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$1.895,29

## 02 GABINETE DO PREFEITO

## 01 GABINETE DO PREFEITO

## 2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"2"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 37.195,29 (trinta e sete mil cento e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

## 18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

## 01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## 2.103 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

"358"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$4.000,00

## 10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

## 03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

## 2.041 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

"251"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$11.000,00

## 08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

## 01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

## 2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"198" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..R\$10.600,00

## 04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

## 01 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

## 2.005 DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

"26"3.3.90.46.00.00.1.0000 Auxílio – Alimentação ..... R\$7.700,00

## 03 GABINETE DO VICE PREFEITO

## 01 GABINETE DO VICEPREFEITO

## 2.004 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO VICE PREFEITO

"18"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com Locomoção ..... R\$1.895,29

## 02 GABINETE DO PREFEITO

## 01 GABINETE DO PREFEITO

## 2.002 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO

"4"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 27 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**PORTARIA Nº 639/2017**

Publicação Nº 1442140

PORTARIA Nº 639/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060 de 13 de junho de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora pública municipal Cristina Battaglin, ocupante do cargo efetivo de Professor, Nível 03, Classe E, Matrícula 1538, o 6º (segundo) triênio, referente ao período de 16/11/2014 a 15/11/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 18% (dezoito por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 640/2017**

Publicação Nº 1442141

PORTARIA Nº 640/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Adriana Bueno, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 3004, referente ao período aquisitivo de 14/04/2015 a 13/04/2016, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 641/2017**

Publicação Nº 1442142

PORTARIA Nº 641/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Arlete Nielsson Schneider, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 1575, referente ao período aquisitivo de 09/07/2016 a 08/07/2017, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 642/2017**

Publicação Nº 1442143

PORTARIA Nº 642/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Cristiane Previdi Banfi, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 3039, referente ao período aquisitivo de 02/06/2016 a 01/06/2017, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 643/2017**

Publicação Nº 1442144

PORTARIA Nº 643/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal João Nelso de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 2787, referente ao período aquisitivo de 04/02/2016 a 03/02/2017, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 644/2017**

Publicação Nº 1442145

PORTARIA Nº 644/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Marisa Mayer, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 2785, referente ao período aquisitivo de 04/02/2016 a 03/02/2017, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 645/2017**

Publicação Nº 1442147

PORTARIA Nº 645/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Olirdes Mantelli, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 1358, referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 a 02/02/2016, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 646/2017**

Publicação Nº 1442149

PORTARIA Nº 646/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Osmar Luiz Cunha, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 1715, referente ao período aquisitivo de 03/10/2014 a 02/10/2015, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 647/2017**

Publicação Nº 1442150

PORTARIA Nº 647/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Rosalina Maria Simoni, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, Matrícula 3043, referente ao período aquisitivo de 03/06/2016 a 02/06/2017, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

### **PORTARIA Nº 648/2017**

Publicação Nº 1442151

PORTARIA Nº 648/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Vanusa Zini, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula 1530, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

### **PORTARIA Nº 649/2017**

Publicação Nº 1442152

PORTARIA Nº 649/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Daniel Augusto Dilli, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, matrícula 3119, referente ao período aquisitivo de 02/02/2016 a 01/02/2017, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.



Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 650/2017**

Publicação Nº 1442155

PORTARIA Nº 650/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Luiz Perondi, ocupante do cargo efetivo de Almoxarife S. T. O, matrícula 396, referente ao período aquisitivo de 03/11/2013 a 02/11/2014, para serem gozadas no período de 01 a 30 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 651/2017**

Publicação Nº 1442156

PORTARIA Nº 651/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Fabiane Maria da Rocha Smaniotto, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Saúde, Grupo SAU, Nível 03, Matrícula 1250, referente ao período aquisitivo de 08/04/2016 a 07/04/2017, para serem gozadas no período de 04 de dezembro de 2017 a 02 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 652/2017**

Publicação Nº 1442157

PORTARIA Nº 652/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à Servidora Pública Municipal Adeli Maria Nonneemacher, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro ESF, Matrícula 2569, referente ao período aquisitivo de 06/06/2015 a 05/06/2016, para serem gozadas no período de 05 a 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 653/2017**

Publicação Nº 1442158

PORTARIA Nº 653/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Márcia Simioni Gottardi, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Dentista, Grupo SAU, Matrícula 3187, referente ao período aquisitivo de 04/05/2016 A 03/05/2017, para serem gozadas no período de 08 de dezembro de 2017 a 06 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 08 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 654/2017**

Publicação Nº 1442160

PORTARIA Nº 654/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Daiane Rossetti, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, Matrícula 3201, referente ao período aquisitivo de 05/05/2016 a 04/05/2017, para serem gozadas no período de 05 de dezembro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

**PORTARIA Nº 655/2017**

Publicação Nº 1442161

PORTARIA Nº 655/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o § 2º, do Art. 4º, da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999, com redação alterada pela Lei Complementar nº 060 de 13 de junho de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao servidor público municipal Rodrigo Johner, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula 2615, o 2º (segundo) triênio, referente ao período de 10/11/2014 a 09/11/2017, junto à Prefeitura Municipal de São José do Cedro – SC, no percentual de 03% (três por cento), perfazendo um total de 06% (seis por cento) de adicional por tempo de serviço, calculado sobre o salário base, a partir de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 30 de novembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2017 - PR Nº 144/2017

Publicação Nº 1442866

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 13/12/2017, às 14h00min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 191/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2018. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 30 de novembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.802, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1442087

DECRETO Nº 5.802, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Anula o Processo Licitatório nº 182/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 136/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 49, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a exigência contida no item 07.1.3, alínea "b", do edital do Processo Licitatório nº 182/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 136/2017, fere as disposições contidas no Decreto Federal nº 90.922/85 a respeito do exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau;

CONSIDERANDO a ausência de tempo hábil para promover as adequações necessárias no edital para a sua republicação, de modo a cumprir com as disposições presentes junto ao art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que a anulação do certame não gera a obrigação de indenizar e que o processo encontra-se na fase anterior à abertura dos envelopes, não havendo prejuízo aos interessados em participar da licitação;

CONSIDERANDO a previsão contida no art. 49, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que autoriza Administração a anular seus próprios atos por ilegalidade;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 182/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 136/2017, cujo objeto consiste na "AQUISIÇÃO DE PEÇAS, TAMBOR DE GRAXA, BEM COMO MÃO DE OBRA, PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, E A SECRETARIA DE AGRICULTURA, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos ex tunc.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de novembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2017**

Publicação Nº 1442583

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 148/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 010/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXISTENTE POR NOVO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - ILUMINAÇÃO TIPO LED, EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: KOLF ENGENHARIA LTDA – ME - CNPJ: 07.555.412/0001-37.

VALOR: R\$ 9.279,40 (nove mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

TOTAL: R\$ 9.279,40 (nove mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 10/11/2017.

VIGÊNCIA: 10/11/2017 à 31/12/2017.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1441743

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 4/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

OBJETO: O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MEDICOS JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÃO DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, DIVIDIDOS EM PERIODOS DE 12:00, 6:00 E 2:00 DURANTE 24 HORAS ININTERRUPTOS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: RENAN PRIGOL & CIA LTDA - EPP

VALOR: R\$ 422.280,00

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON

ASSINA pela CONTRATADA: RENAN PRIGOL & CIA LTDA – EPP

São Miguel do Oeste, SC., 29 de novembro de 2017.

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1441745

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 35/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 4/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

OBJETO: O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MEDICOS JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÃO DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, DIVIDIDOS EM PERIODOS DE 12:00, 6:00 E 2:00 DURANTE 24 HORAS ININTERRUPTOS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: KLISMAN DRESCHER HILLESHEIN EIRELI - ME

VALOR: R\$ 422.280,00

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON

ASSINA pela CONTRATADA: KLISMAN DRESCHER HILLESHEIN EIRELI

São Miguel do Oeste, SC., 29 de novembro de 2017.

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2017 - SAÚDE

Publicação Nº 1441746

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 4/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

OBJETO: O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MEDICOS JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÃO DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, DIVIDIDOS EM PERIODOS DE 12:00, 6:00 E 2:00 DURANTE 24 HORAS ININTERRUPTOS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: FORGIARINI SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - ME

VALOR: R\$ 422.280,00

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON

ASSINA pela CONTRATADA: ELAINE APARECIDA FORGIARINI

São Miguel do Oeste, SC., 29 de novembro de 2017.



**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 6/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1441738

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 6/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 4/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

OBJETO: O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MEDICOS JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÃO DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, DIVIDIDOS EM PERIODOS DE 12:00, 6:00 E 2:00 DURANTE 24 HORAS ININTERRUPTOS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: MSC SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI - ME

VALOR: R\$ 422.280,00

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018

ASSINA pela CONTRANTANTE: LEONIR CARON

ASSINA pela CONTRATADA: MARINA SPRICIGO CROCETTA São Miguel do Oeste, SC., 29 de novembro de 2017.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 7/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1441741

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 7/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 4/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

OBJETO: O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MEDICOS JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÃO DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, DIVIDIDOS EM PERIODOS DE 12:00, 6:00 E 2:00 DURANTE 24 HORAS ININTERRUPTOS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: PRÓ-SAÚDE ATENDIMENTO MÉDICO S/S LTDA

VALOR: R\$ 422.280,00

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018

ASSINA pela CONTRANTANTE: LEONIR CARON

ASSINA pela CONTRATADA: GUSTAVO DE SOUZA SABIONI São Miguel do Oeste, SC., 29 de novembro de 2017.

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 8/2017 - SAÚDE**

Publicação Nº 1441742

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXT. 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 8/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 09/2017  
INEXIGIBILIDADE Nº 4/2017  
CREDENCIAMENTO Nº 1/2017

OBJETO: O CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA DESTINADA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÕES MEDICOS JUNTO A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISSHEIMER – UPA 24 HORAS, EM PLANTÃO DE SEGUNDA A DOMINGO, INCLUSIVE FERIADOS, DIVIDIDOS EM PERIODOS DE 12:00, 6:00 E 2:00 DURANTE 24 HORAS ININTERRUPTOS, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

CONTRATADO: EDUARDO PIAZZA EIRELI - EPP

VALOR: R\$ 422.280,00

PRAZO: Prorrogado até 31/12/2018

ASSINA pela CONTRANTANTE: LEONIR CARON

ASSINA pela CONTRATADA: EDUARDO PIAZZA EIRELI - EPP São Miguel do Oeste, SC., 29 de novembro de 2017.

**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1441748

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 17/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017

**TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO SANTA RITA, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

VIGÊNCIA: Prorrogado até 28/01/2018

ASSINA pela CONTRATANTE: MARTA REGINA SOTILLI ASSINA pela CONTRATADA: FÁBIO LUIZ SILVEIRA

São Miguel do Oeste, SC, 29 de novembro de 2017.

**CONTRATO 137/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1441754

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 137/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 203/2017

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2017

OBJETO: SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE RECEITA MUNICIPAL E CONTROLE TERRITORIAL E FISCAL URBANO.

CONTRATADO: GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AERÉOS ESPECIALIZADOS LTDA

VALOR: R\$ 1.646.097,98

VIGÊNCIA: 36 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: FLÁVIO GONÇALVES BOSKOVITZ e o Sr. ELTON DE SOUZA CAMPOS

São Miguel do Oeste, SC., 27 de novembro de 2017

**CONTRATO 138/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1442612

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 138/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 259/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 33/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA DE ILUMINAÇÃO NO CAMPO DO BAIRRO ANDREATTA, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E VESTIÁRIOS, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME CONVÊNIO Nº 2017TR000626, PROCESSO Nº SDR 01 00000624/2017 (AR01523178).

CONTRATADA: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA - EPP

VALOR: R\$ 117.248,83

VIGÊNCIA: 01 mês

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: ROBERTO CARLOS HOFFMANN

São Miguel do Oeste, SC., 30 de novembro de 2017

**CONTRATO 139/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1442613

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

CONTRATO 139/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 259/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 33/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS PARA IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA DE ILUMINAÇÃO NO CAMPO DO BAIRRO ANDREATTA, CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS E VESTIÁRIOS, DE ACORDO COM MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME CONVÊNIO Nº 2017TR000626, PROCESSO Nº SDR 01 00000624/2017 (AR01523178).

CONTRATADA: KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME

VALOR: R\$ 74.623,77

VIGÊNCIA: 01 mês

ASSINA pela CONTRATANTE: ALFREDO SPIER

ASSINA pela CONTRATADA: VANILDA MOHR

São Miguel do Oeste, SC., 30 de novembro de 2017

**PROC 277/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1441867

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 277/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 39/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para realização do Processo de Concurso Público para 4 (quatro) cargos, incluindo todas as etapas com software, questões, site de hospedagem, prova prática e demais despesas administrativas que serão realizadas no município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA - AMEOSC. Valor Total de R\$ 5.400,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 30 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

**PROC 278/2017 - PREFEITURA**

Publicação Nº 1442653

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 278/2017  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 40/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, para o período de janeiro a dezembro de 2018. Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA. Valor Total de R\$ 18.390,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 30 de novembro de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

**PROC 54/2017 ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Publicação Nº 1442486

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 54/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2017

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir da sua Gestora, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação por Inexigibilidade tendo como objeto Contratação de serviços para prestação de serviços para a permanência do adolescente Marcos da Silva Baldissera, na entidade Associação Beneficente Pella Bethânia, no município de Taquari-RS, para o período de 12 meses. Empresa: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE PELLA BETHANIA. Valor Mensal de R\$ 3.595,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 30 de novembro de 2017.

MARTA REGINA SOTILLI

Secretaria Municipal de Ação Social

**REVOGAR**

Publicação N° 1442381

**EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

Processo Licitatório nº 265/2017  
Edital Pregão Presencial nº 178/2017

O Senhor Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando do Departamento de Compras informando que não houve participantes no certame, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 30 de novembro de 2017.

Alfredo Spier

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO 2017

Publicação Nº 1442410

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Outubro  
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	363.451,46
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	363.451,46
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	292.605,79
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.797,62
		INVESTIMENTOS	41.048,05
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	389.333,33		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	389.333,33		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	943.293,76	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	972.046,26
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	54.598,85	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	35.019,77
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	368.970,83	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	514.855,00
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	10.388,45	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	10.388,45
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	509.335,63	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	411.783,04
SALDOS ANTERIORES	475.763,56	SALDOS ATUAIS	472.892,93
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	475.758,96	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	472.892,93
BANCO C/ MOVIMENTO	4,60		
TOTAL	1.808.390,65	TOTAL	1.808.390,65

SAO MIGUEL DO OESTE, 30/11/2017

Cláudio José Barp  
Presidente da Câmara

Simoni Aparecida Antunes  
Contador CRC/SC-031339/O-4

**RESUMO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 5º BIMESTRE 2017**

Publicação Nº 1442412

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
5º bimestre

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE**  
 Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)  
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2017	Bimestre Set/Out/2017	Total até Out/2017
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE				
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	3.712.000,00	2.934.777,77	724.516,07	3.659.293,84
Total da Entidade:	3.712.000,00	2.934.777,77	724.516,07	3.659.293,84
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>3.712.000,00</b>	<b>2.934.777,77</b>	<b>724.516,07</b>	<b>3.659.293,84</b>

SAO MIGUEL DO OESTE , 30/11/2017

Claúdio José Barp  
Presidente da Câmara

Simoni Aparecida Antunes  
Contador CRC/SC-031339/O-4



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO 27.2017

Publicação Nº 1441816

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro  
CEP: 88125-000 Contato: (48) 32770122  
www.pmspa.sc.gov.br –

#### CONTRATO nº 27/2017

Contrato que entre si celebram de um lado O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09 neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a pessoa DEBORA MARTINS GASPAS RUFINO, residente na Rua Vereadora Olivia Emilia Guedert Brum, nº 675, Apartamento 202- Bairro Pacheco, Palhoça/SC CEP: 88.134-120., inscrita no CPF sob o nº 084.257.549-92, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do Pregão Presencial nº 44/2017, homologado em 27 de Novembro de 2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e a Lei 10.520/02 e as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1. É objeto desta licitação a contratação de serviços especializados de nutricionista para trabalhar na área de educação de forma a promover e monitorar os requisitos básicos de alimentação dos alunos das Escolas Públicas Municipais, sendo, 02 Centros de Educação Infantil e 02 Escolas de Ensino Fundamental sendo responsável técnico pelo Programa de Alimentação Escolar do Município, visando operacionalização da merenda escolar de acordo com os padrões de alimentação estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Compete ao nutricionista, no exercício de atividades profissionais no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), programar, elaborar e avaliar os cardápios do Município, observando o seguinte:

- a) Adequação às faixas etárias e aos perfis epidemiológicos das populações atendidas
- b) Respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e à sua vocação agrícola.
- c) Utilização de produtos da região, com preferência aos produtos básicos e prioridade aos produtos semielaborados e aos in-natura. Na elaboração de cardápios, o nutricionista deverá desenvolver as seguintes atividades:
  - d) Calcular os parâmetros nutricionais para atendimento da clientela com base em recomendações nutricionais, avaliação nutricional e necessidades nutricionais específicas, definindo a quantidade e qualidade dos alimentos, obedecendo aos Padrões de Identidade e Qualidade (PIQ).
  - e) Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias.
  - f) Planejar e coordenar a aplicação de testes de aceitabilidade junto à clientela, quando da introdução de alimentos atípicos ao hábito alimentar local ou da ocorrência de quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados, observando parâmetros técnicos, científicos e sensoriais reconhecidos e realizando análise estatística dos resultados.
  - g) Estimular a identificação de crianças portadoras de patologias e deficiências associadas à nutrição, para que recebam o atendimento adequado no PAE.
  - h) Elaborar o plano de trabalho anual do Programa de Alimentação Escolar (PAE) municipal, contemplando os procedimentos adotados para o desenvolvimento das atribuições.
  - i) Elaborar o Manual de Boas Práticas de Fabricação para o Serviço de Alimentação.
  - j) Desenvolver projetos de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental.
  - k) Interagir com o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no exercício de suas atividades. São atividades complementares do nutricionista no PAE:
  - l) Coordenar, supervisionar e executar programas de educação permanente em alimentação e nutrição da comunidade escolar.
  - m) Articular-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades lúdicas com o conteúdo de alimentação e nutrição.
  - n) Assessorar o CAE no que diz respeito à execução técnica do PAE.
  - o) Participar do processo de avaliação técnica dos fornecedores de gêneros alimentícios, segundo os padrões de identidade e qualidade, a fim de emitir parecer técnico, com o objetivo de estabelecer critérios qualitativos para a participação dos mesmos no processo de aquisição dos alimentos.
  - p) Elaborar fichas técnicas das preparações que compõem o cardápio.
  - q) Orientar e supervisionar as atividades de higienização de ambientes, armazenamento de alimentos, veículos de transporte de alimentos, equipamentos e utensílios da instituição e dos fornecedores de gêneros alimentícios.
  - r) Participar de equipes multidisciplinares destinadas a planejar, implementar, controlar e executar políticas, programas, cursos, pesquisas e eventos.
  - s) Contribuir na elaboração e revisão das normas reguladoras próprias da área de alimentação e nutrição.
  - t) Colaborar na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, orientando estágios e participando de programas de treinamento e capacitação.
  - u) Comunicar os responsáveis legais e, no caso de inércia destes, a autoridade competente, quando da existência de condições do PAE impeditivas de boa prática profissional ou que sejam prejudiciais à saúde e à vida da coletividade.

v) Capacitar e coordenar as ações das equipes de supervisores das unidades da entidade executora. Parágrafo único. Compete ao nutricionista, no âmbito do PAE, zelar para que, na capacitação específica de merendeiros, assim entendidos os manipuladores de alimentos da merenda escolar, sejam observadas as normas sanitárias vigentes.

w) Estar inscrito/a junto ao Conselho de classe como responsável técnica.

Outras atribuições poderão ser desenvolvidas, de acordo com a necessidade, complexidade do serviço e disponibilidade da estrutura operacional do PAE.

1.2 – A execução dos serviços do contratado deverá ser cumprida de acordo com cronograma elaborado pela Secretaria da Educação.

1.3 – O serviço deverá ser prestado nas públicas municipais e consistirá em promover e acompanhar os requisitos básicos de alimentação dos alunos, com a elaboração do cardápio diário da merenda escolar para os dois períodos de aulas (matutino vespertino).

1.4- A CONTRATADA declara possuir condições de executar e concluir o objeto deste contrato dentre das normas técnicas com qualidade e segurança.

1.5- O objeto deste contrato será fornecido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, pelo regime de Menor Preço, conforme disposto no processo nº 44/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o processo nº 44/2017, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E PAGAMENTO:

3.1- O preço é aquele constante na proposta apresentada pela licitante no processo nº 44/2017, ou seja, R\$ 1.325,00 (um mil trezentos e vinte e cinco mil reais) mensais.

3.2- O pagamento será efetuado, sem atualização financeira, pelo Município até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, condicionado à apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviço expedida pelo Setor de Cadastro/Tributos do Município.

3.3- Para o reajustamento dos preços deste contrato, quando se reputar necessário, utilizar-se-á o índice INPC, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a CONTRATANTE, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO CONTRATUAL:

5.1- O prazo do contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até a data de 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado se houver interesse do Município e for devidamente justificado e autorizado pela Autoridade Competente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS E RECURSOS:

6.1- As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previstos para o exercício vigente, 04.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.03.0001 (132); 04.01.2.016.3.3.90.00.00.00.00.03.0001 (133)

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas em conformidade com o processo nº 44/2017.

7.3- Obriga-se também a CONTRATADA, quando do cumprimento do objeto deste contrato, de que é de sua obrigação a relação de trabalho havida com seus prepostos, mesmo aos que diretamente ligados a efetivação do objeto deste contrato, não se constituindo, assim, qualquer vínculo com a contratante, seja de ordem trabalhista, cível, administrativa, tributária e/ou penal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto/prestação de serviço ou, após seu início, paralisação imotivada, inferior a 30 (trinta) dias, de multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto/prestação de serviço ou, após seu início, paralisação imotivada, superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato e permitir a sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA CONTRATANTE:

- 9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:
- 9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.
- 9.1.2- Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

- 10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:
- 10.1.1- Por acordo das partes:
- 10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.
- 10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.
- 10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.
- 10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

- 11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:
- 11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.
- 11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da CONTRATANTE, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:
- 11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.
- 11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;
- 11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.
- 11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE, após regular consulta.
- 11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.
- 11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.
- 11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.
- 11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela CONTRATANTE, de caso fortuito ou de forma maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.
- 11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório e ampla defesa.
- 11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a CONTRATANTE, após regular processo administrativo:
- 11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;
- 11.1.4.2- Suprimir parte do objeto que acarrete modificação do valor inicial atualizado, superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total deste contrato.
- 11.1.4.3- Suspender a execução do objeto, por ordem escrita do Prefeito Municipal, por prazo superior a 60 (sessenta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal.
- 11.1.4.4- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.
- 11.1.4.5- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.
- 11.1.4.6- Fundamentada a rescisão em qualquer dos itens 11.1.4.1 à 11.1.4.5 acima, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.
- 11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

- 12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 12.2- A nulidade não exonera a CONTRATANTE do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à CONTRATANTE promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- 13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela CONTRATANTE ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.
- 13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:**

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José (SC) para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no processo nº44/2017.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara (SC), 27 de Novembro de 2017.

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	DEBORA MARTINS GASPAS RUFINO CPF 084.257.549-92
--	---

Testemunhas:

**DECRETO Nº 154/2017**

Publicação Nº 1441757

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº 154/2017**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1082/2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) por conta do Superávit Financeiro – recursos do PMAQ na dotação abaixo identificada:

**11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.01.10.301.0009.2.056 - Func. e Manutenção da Coordenação da Saúde R\$ 5.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0038- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 30 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº155/2017**

Publicação Nº 1442177

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº155/2017**

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 8º da Lei nº 1.082/2016.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 6.443,00 (seis mil, quatrocentos e quarenta e três reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos do FEP – Cota parte do Fundo Especial do Petróleo, na dotação abaixo identificada:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010-2.077 – Func. e Manutenção da  
Coordenadoria de Obras R\$ 6.443,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0039 – Aplicações Diretas R\$ 6.443,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 30 de novembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.328/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1443043

DECRETO Nº 4.328/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a abertura do Protocolo nº 26009/2017, do Município de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Karolline Lins de Carvalho Ananias;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Karolline Lins da C. Ananias	Professor A	Professor C	A-2-I	C-2-I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 29 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 4.329/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1443044

DECRETO Nº 4.329/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 156.258,40 (cento e cinquenta e seis mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 75.373,23

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxílio-Alimentação R\$ 2.543,64

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigações Patronais R\$ 60.758,83

05.04.12.365.3009.2.366 - Manutenção do Pré-Escolar Municipal FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 6.348,22

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigações Patronais R\$ 11.234,48

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de Novembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças



Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## **NOTIFICAÇÃO DO INADIMPLEMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016-PMS**

Publicação Nº 1442223

### **NOTIFICAÇÃO**

Ata de Registro de Preços nº 16/17-PMS

Processo de licitação nº. 41/17 - PMS

Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 18/17 – PMS

Empenho Ordinário 5761/17

Fica a empresa REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.373.103/0001/95, estabelecida na Rua Osvaldo Niebuhr, nº 56, Bairro Nova Brasília, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.325-190, NOTIFICADA do inadimplemento da Ata de Registro de Preços nº 16/2016-PMS, firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho nº 5761/17 não efetuou a entrega dos produtos do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações

Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobedecido
5761/17	Item 21 – Serviço de remanejo de ar condicionado Split novos ou não.	20/11/2017	26/11/2017.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 29 de novembro de 2017.

Marco Willians Rosa da Silva

Policial Civil

Responsável pelo Setor de compras da DPMu de Schroeder em convênio com o município de Schroeder.

Responsável pela DPMu de Schroeder

A

ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA-EPP

CNPJ sob o nº. 09.276.894/0001-11

(54) 3290 4615

## **PORTARIA Nº 7.277/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1443042

PORTARIA Nº 7.277/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

AUTORIZA PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE CONCLUSÃO DO PROCESSO DE SINDICÂNCIA Nº 003/2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE :**

Art. 1º Autorizar a prorrogação em até 60 (sessenta) dias, contados a partir de 30 de novembro de 2017, para o prazo de conclusão dos trabalhos concernentes ao Processo de Sindicância nº 003/2017, instaurado através da Portaria nº 7.010/2017, de 15 de fevereiro de 2017, de acordo com o Ofício nº 015/2017-PS 003/2017, de 29 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 29 de novembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## ATA PREGÃO PRESENCIAL 129/2017-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 1442227

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 129/2017 - PR</b>
	Processo Administrativo: 243/2017 Processo de Licitação: 14/11/2017 Data do Processo:
	Folha: 1/17

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 227/2017 (Sequência: 1)**

Ao(s) 30 de Novembro de 2017, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7270/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 243/2017, Licitação nº 129/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 129/2017 - PR**

**Processo Administrativo:**

**Processo de Licitação: 243/2017**

**Data do Processo: 14/11/2017**

Folha: 2/17

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas W.S INFORMÁTICA LTDA. - ME, NUVEMBIT INFORMÁTICA EIRELI - ME, LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - EPP, VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA., FT PETTRINI LTDA. - ME, ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE EOLETRÔNICOS EIRELI - EPP, TOP CENTER COMERCIAL LTDA. - ME, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP, INFOPLAN LTDA. - ME, HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP, CEK INFORMÁTICA EIRELI - EPP, WEIKAN TECNOLOGIA LTDA. - EPP, DATEN TECNOLOGIA LTDA. e TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas W.S INFORMÁTICA LTDA. - ME, NUVEMBIT INFORMÁTICA EIRELI - ME, LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - EPP, VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA., FT PETTRINI LTDA. - ME, ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE EOLETRÔNICOS EIRELI - EPP, TOP CENTER COMERCIAL LTDA. - ME, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP, INFOPLAN LTDA. - ME, HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP, CEK INFORMÁTICA EIRELI - EPP, WEIKAN TECNOLOGIA LTDA. - EPP, TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA. não apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial conforme exigência no edital no item 4.1.4, sendo assim o representante da empresa DATEN TECNOLOGIA LTDA. não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas W.S INFORMÁTICA LTDA. - ME, NUVEMBIT INFORMÁTICA EIRELI - ME, LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - EPP, VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA., FT PETTRINI LTDA. - ME, ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE EOLETRÔNICOS EIRELI - EPP, TOP CENTER COMERCIAL LTDA. - ME, DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP, INFOPLAN LTDA. - ME, HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP, CEK INFORMÁTICA EIRELI - EPP, WEIKAN TECNOLOGIA LTDA. - EPP, TELEJED TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - EPP, Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP para o lote 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa DURALINE TECNOLOGIA LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP retirou-se da sessão. Constatando vencedora a LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - EPP lote 03 sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa W.S INFORMÁTICA LTDA. - ME para o lote 04, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa W.S INFORMÁTICA LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa NUVEMBIT INFORMÁTICA EIRELI - ME retirou-se da sessão. Constatando vencedora a empresa CEK INFORMÁTICA EIRELI - EPP para o lote 08, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CEK INFORMÁTICA EIRELI - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa TOP CENTER COMERCIAL LTDA. - ME para o lote 11, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa TOP CENTER COMERCIAL LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa FT PETTRINI LTDA. - ME para o lote 12, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FT PETTRINI LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA. para o lote 17, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA. retirou-se da sessão. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02, adjudicando na forma da lei os objetos aos licitantes vencedores. Serão devolvidos os envelopes de habilitação das empresas INFOPLAN LTDA. - ME, CEK INFORMÁTICA EIRELI - EPP, WEIKAN TECNOLOGIA LTDA. - EPP e DATEN TECNOLOGIA LTDA. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 129/2017 - PR

Processo Administrativo:

Processo de Licitação:

Data do Processo:

243/2017

14/11/2017

Folha: 3/17

**LOTE: 1**

**Participante: 12325 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Computador Dual 3.5GHz, 4GB DDR, HD SSD Processador com 02 núcleos físicos e 04 threads, cada núcleo com clock interno 3,5 GHz, 3MB de Cache; Memória DDR4 2133MHz 1x4GB; Disco rígido 120GB SSD SATA III 6.0 Gbps; BIOS Plug & Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.	UN	1,00	Positivo	0,0000	1.905,48	1.905,48

Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; 06 portas USB 2.0 (2 frontais), 01 slot PCI-E X1 ou PCI-E X4, 01 slot PCI Express X16 V3.0, placa de rede 10/100/1000Mbps conector RJ45, placa de vídeo integrada saída VGA, DVI ou DisplayPort, placa de som integrada, suporte a Wake-on-LAN;  
Mouse Óptico do mesmo fabricante do microcomputador com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB;  
Teclado do mesmo fabricante do microcomputador padrão ABNT2, USB, com tecla silenciosa;  
Alimentação 110/220V automática, 50~60Hz, certificação 80 PLUS: eficiência energética mínima de 80%, PFC ativo Gabinete slim Tool-less padrão Micro-ATX, com apoios de instalação vertical e horizontal;  
Garantia de 03 anos da Fabricante

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 129/2017 - PR

Processo Administrativo: 243/2017

Processo de Licitação: 14/11/2017

Data do Processo:

Folha: 4/17

LOTE: 1

Participante: 12325 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	---------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

2	Computador Dual 3.5GHz, 4GB DDR, HD SSD, Windows	UN	28,00	Positivo	0,0000	2.384,09	66.754,52
---	--	----	-------	----------	--------	----------	-----------

Processador com 02 núcleos físicos e 04 threads, cada núcleo com clock interno 3,5 GHz; 3MB de Cache; Memória DDR4 2133MHz 1x4GB; Disco rígido 120GB SSD SATA III 6.0 Gbps; BIOS Plug & Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.

Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; 06 portas USB 2.0 (2 frontais), 01 slot PCI-E X1 ou PCI-E X4, 01 slot PCI Express X16 V3.0, placa de rede 10/100/1000Mbps conector RJ45, placa de vídeo integrada saída VGA, DVI ou DisplayPort, placa de som integrada, suporte a Wake-on-LAN;

Mouse Óptico do mesmo fabricante do microcomputador com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB;

Teclado do mesmo fabricante do microcomputador padrão ABNT2, USB, com teca silenciosa;

Alimentação 110/220V automática, 50~60Hz, certificação 80 PLUS: eficiência energética mínima de 80%, PFC ativo Gabinete slim Tool-less padrão Micro-ATX, com apoios de instalação vertical e horizontal;

Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits OEM na última versão, fornecida pelo fabricante junto com o equipamento, a licença deve estar registrada na BIOS e deverá constar na nota fiscal;

Garantia de 03 anos da Fabricante

Total do Participante -----> 68.660,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09

RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 129/2017 - PR

Processo Administrativo:

Processo de Licitação: 243/2017

Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 5/17

LOTE: 2

Participante: 12325 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	Notebook, Dual 2GHz, 4GB DDR, Tela 14", HD SSD Processador com 02 núcleos físicos e 04 threads, cada núcleo com clock interno 2GHz, 3MB de Cache; Memória DDR3 1600MHz 1x4GB; Disco rígido 120GB SSD SATA III 6.0 Gbps; BIOS Plug & Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante. Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; Tela de LED, 14"/14,1" (não poderá ser maior), Resolução 1366x768; Conectores/Portas: 02 portas USB 2.0, 01 porta USB 3.0, porta VGA, super vídeo ou HDMI, placa de rede 10/100Mbps conector RJ45, wireless 802.11b/g/n, placa de som integrada, teclado padrão ABNT2; Alimentação: Bateria Li-Ion com 4 células e fonte de energia 110/220V; Acessórios: cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do notebook; Maleta de couro ou semelhante específica para transporte do notebook e seus acessórios; Garantia de 03 anos da Fabricante.	UN	3,00	Positivo	0,0000	1.840,00	5.520,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 243/2017  
Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 6/17

**LOTE: 2**

**Participante: 12325 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	<p>Notebook, Dual 2GHz, 4GB DDR, Tela 14", HD SSD, Windows</p> <p>Processador com 02 núcleos físicos e 04 threads, cada núcleo com clock interno 2GHz, 3MB de Cache;</p> <p>Memória DDR3 1600MHz 1x4GB;</p> <p>Disco rígido 120GB SSD SATA III 6.0 Gbps;</p> <p>BIOS Plug &amp; Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante.</p> <p>Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações;</p> <p>Tela de LED, 14"/14,1" (não poderá ser maior), Resolução 1366x768;</p> <p>Conectores/Portas: 02 portas USB 2.0, 01 porta USB 3.0, porta VGA, super vídeo ou HDMI, placa de rede 10/100Mbps conector RJ45, wireless 802.11b/g/n, placa de som integrada, teclado padrão ABNT2;</p> <p>Alimentação: Bateria Li-Ion com 4 células e fonte de energia 110/220V;</p> <p>Acessórios: cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do notebook;</p> <p>Malleta de couro ou semelhante específica para transporte do notebook e seus acessórios;</p> <p>Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits OEM na última versão, fornecida pelo fabricante junto com o equipamento, a licença deve estar registrada na BIOS e deverá constar na nota fiscal;</p> <p>Garantia de 03 anos da Fabricante.</p>	UN	5,00	Positivo	0,0000	2.420,00	12.100,00

**Total do Participante —> 17.620,00**

**LOTE: 3**

**Participante: 13357 - LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	<p>Nobreak 600VA</p> <p>Tensão de entrada bivolt automático; Saída nominal 115~120v/600VA/250W; Bateria interna selada; 06 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda Semi-senoidal; Acionamento do inversor &lt; 0,8ms; Auto Teste ao ligar; Proteções: Curto-circuito no inversor, Descarga total das baterias, Sub/sobretensão da rede elétrica, Surtos; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; carga de bateria; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 1,4m; Botão Liga/Desliga com temporizado; Compatibilidade para utilização com grupo gerador; Gabinete Metálico. Garantia de 2 anos da Fabricante</p> <p>Modelo de Referência ou similar: NHS Mini III 600</p>	UN	56,00	NHS	0,0000	269,00	15.064,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 243/2017  
Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 7/17

**LOTE: 3**
**Participante: 13357 - LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Nobreak 1400VA Tensão de entrada bivolt automático; Saida nominal ~115v/1400VA/FP0,7; 02 Baterias 12v 7Ah internas seladas; 05 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda senoidal por aproximação; Auto Teste ao ligar; Proteções: sub/sobretensão da rede elétrica, surto de tensão entre fase e neutro, curto-circuito no inversor, sobreaquecimento no inversor e transformador, potencia excedida, descarga da gateria; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 0,95m; Botão Liga/Desliga com temporizador; Gabinete Metálico; Conector do tipo engate rápido para conexão de módulo de bateria externa. Garantia de 2 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: SMS NET 4+ ?SM 1400 Bi	UN	21,00	NHS	0,0000	578,00	12.138,00

**Total do Participante —> 27.202,00**
**LOTE: 4**
**Participante: 13776 - W.S INFORMATICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	Projtor Video XGA - Datashow Projtor Bivolt Automático, Resolução XGA (1024x768), 3000 ANSI Lumens, Aspecto de Imagem 4:3, Entradas(1xVGA, Video Composto RCA, S-Video, HDMI, USB B Display, USB A Memória), Vida útil da lâmpada de aproximadamente 5000 horas em Normal ou Alto Brilho, Correção Trapézio Vertical e Horizontal, Lente com regulagem de foco e zoom, controle remoto, Métodos de Projeção: Teto/Frontal/Traseiro, Idioma do Menu em Português, SinalDigital: 480, 720, 1080, Compatibilidade de Video: NTSC, PAL, Cabo VGA. Deve acompanhar maleta de transporte do projetor, feita de material para absorver impactos leves, com fechamento em velcro, bolso principal para projetor, e bolso frontal interno para cabos de vga, energia e controle remoto, alça de obro ajustável. Modelo de Referência ou Similar: Epson Powerlite X29, Epson Powerlite X36+	UN	2,00		0,0000	2.309,22	4.618,44
8	Suporte De Teto Universal para Projetores Com ajuste de altura para acima de 80cm, para fixação em teto, com inclinação vertical de 15°, rotação horizontal 360°, kit parafusos para fixação na parede e no projetor. A fixação do projetor ao suporte se dará através de parafusos entre o suporte e a parte inferior do projetor. Modelo de Referência ou Similar: Brasforma SBRP754, Visograf SUPPROSTD02, Gaia GSP-813	UN	1,00		0,0000	95,00	95,00
9	Tela Fixa Retrátil Branca para Datashow 2,4mx1,8m Tecido Matt White, enrolamento automático por mola, suportes de fixação do tubo do tecido com buchas, possibilidade de fixação em teto e parede, com sistema de trava tela após aberta, medindo 2,40m x 1,80m (permitida variação de +/-5cm). Modelos de Referência: Tecnomast TMR-2418, Telas Nardelli NR-007	UN	1,00		0,0000	571,32	571,32

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 243/2017  
Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 8/17

**LOTE: 4****Participante: 13776 - W.S INFORMATICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	Tela Tripé Branca para Datashow 2mx2m Tecido Matt White, sustentação por tripé, enrolamento automático por mola, com sistema de trava tela após aberta, portátil com alça para transporte, medindo 2,00m x 2,00m (permitida variação de +/-5cm). Modelo de Referência ou Similar: Tecnomast TM-T-2020, Telas Nardelli NRT-005	UN	4,00		0,0000	571,31	2.285,24

**Total do Participante —>** 7.570,00

**LOTE: 5****Participante: 12325 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Monitor LED 21,5" Com Regulagem de Altura e Pivô 21,5" LED Widescreen Brilho: 250 cd/m², Resolução: 1920x1080@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabo/adaptador para VGA, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V (fonte interna no monitor), Ângulo de Visão H170° V160°, Tela Anti-Reflexiva, com regulagem de altura com no mínimo 11cm de elevação e pivô de 90°; Modelo de Referência ou Similar: LG E2241VP	UN	39,00	Positivo	0,0000	617,00	24.063,00
12	Monitor LED 18,5" 18,5" LED Widescreen Brilho: 200 cd/m², Resolução: 1366x768@60Hz, Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabo/adaptador para VGA, Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W, Alimentação: 110/220V, Ângulo de Visão H90° V50°; Modelo de Referência ou Similar: AOC E970SWNL, AOC E2070SWNL, Samsung S19E310, Philips 193V5LHSB2, LG 20EN33SS	UN	46,00	AOC	0,0000	345,00	15.870,00
13	Monitor LED 29" Formato 21:9 LED Widescreen Brilho: 250cd/m², Resolução: 2560x1080, Tempo de resposta: 5ms, conector: HDMI e DisplayPort, Consumo de Energia(máx): 31W, Alimentação: 110~220V, Ângulo de Visão H178° V178°, Inclinação -5~20°, Saída de áudio 5W Modelo de Referência ou Similar: LG 29UM68	UN	1,00	LG	0,0000	1.357,00	1.357,00

**Total do Participante —>** 41.290,00

**LOTE: 6****Participante: 13776 - W.S INFORMATICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Memória DDR2-667/800 1x2GB em Blister Frequência preferencial de 800MHz, excepcionalmente será solicitado com 667MHz, Compatível com plataforma Intel e AMD, Garantia Vitalícia da Fabricante	UN	55,00		0,0000	119,00	6.545,00
15	Memória DDR3-1333/1600 1x4GB em Blister Frequência preferencial de 1600MHz, excepcionalmente será solicitado de 1333MHz, Compatível com plataforma Intel e AMD, com dissipador, altura máxima 33mm, Garantia Vitalícia da Fabricante	UN	21,00		0,0000	178,501	3.748,52
16	Memória DDR3-1333/1600 1x8GB em Blister Frequência preferencial de 1600MHz, excepcionalmente será solicitado de 1333MHz, Compatível com plataforma Intel e AMD, com dissipador, altura máxima 33mm, Garantia Vitalícia da Fabricante	UN	4,00		0,0000	307,55	1.230,20

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 243/2017  
Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 9/17

**LOTE: 6**
**Participante: 13776 - W.S INFORMATICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
17	Memória DDR4-2133 1x4GB em Blister Frequência preferencial de 2133MHz, Compatível com plataforma Intel e AMD, com dissipador, altura máxima 33mm, Garantia Vitalícia da Fabricante	UN	27,00		0,0000	238,01	6.426,27

**Total do Participante —> 17.949,99**
**LOTE: 7**
**Participante: 13776 - W.S INFORMATICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	Caixa de Som Amplificada Portátil COM BATERIA 60RMS Caixa de Som Portátil COM BATERIA, 60RMS - 60W RMS, Entrada USB(MP3), SD Card (MP3), FM, Auxiliar RCA, 2 Entrada P10 para microfone, violão; Conexão Bluetooth; Visor numérico; Equalizador 2 vias e Volume; Autofalante 8" coaxial; Bateria interna 12v; Carregador bivolt; Controle Remoto; Possibilidade em sustentação de pedestais; Botões Modo (BT,USB,SD,FM), Repetir, Play/Pause, Próximo, Anterior. Modelo de Referência ou Similar: FRAHM CL 200 APP - 12V	UN	2,00		0,0000	707,62	1.415,24
19	Microfone de Mão Profissional COM FIO Cabo de 5m, chave on/off, Resposta de Frequência: 50Hz a 15KHz, Corpo Metálico com pintura eletrostática, Globo em aço com pintura eletrostática, cabo coaxial blindado e balanceado, capsula dinâmica com ima de neodímio; filtro pop no globo, conector P10; Modelo de Referência ou Similar: LESON SM58 P4	UN	4,00		0,0000	235,87	943,48
20	Microfone de Mão Duplo Profissional SEM FIO Kit com 2 Base única com 2 microfones, sistema de multi frequências com 48 canais pré definidos, resposta de frequência 100Hz a 18kHz, Frequência de transmissão aprox. 460 ATÉ 970 MHZ, alcance de 50m; Transmissor: alimentação por pilhas ou bateria, display LCD com informações de configuração, botões para liga/desliga e configuração de configuração de frequência; Base: alimentação bivolt, com 02 canais independentes de recepção com display LCD com informações de configuração, volume do canal, antena de recepção, botões para configuração da frequência, led indicativo de operação; Modelo de Referência ou Similar: Karsect - KRU 362	UN	1,00		0,0000	841,28	841,28

**Total do Participante —> 3.200,00**
**LOTE: 8**
**Participante: 11212 - CEK INFORMATICA EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	Teclado USB 2.0 Padrão ABNT2 com teclado numérico, UBS, Cabo com 2m, com teclas silenciosas, teclas multimídia(Play/Payse, Volume +, Volume -, Mute), tecla calculadora, capacidade de digitação de até 1000 teclas por minuto, teclas com 20.000.000 toques de vida útil, Certificações: ISO 9001, ISO 14001, FCC, RoHS. Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Microsoft Wired Keyboard 600	UN	77,00	LOGITECH	0,0000	75,00	5.775,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 243/2017  
 Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 10/17

**LOTE: 8**
**Participante: 11212 - CEK INFORMATICA EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
22	Mouse USB 2.0 Mouse Óptico com dois botões com dispositivo de rolagem que pode ser utilizado como 3º botão, 800dpi, design confortável e ergonômico, para destros ou canhotos, Cabo com 1,8m, Botões Esquerda e Direita com 3.000.000 toques de vida útil, Dispositivo de rolagem com 250.000 toques e 100.000 rotações de vida útil. Certificações: ISO 9001, ISO 14001, FCC, RoHS. Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Microsoft Basic Optical Mouse	UN	107,00	LOGITECH	0,0000	47,00	5.029,00
23	Mouse Wireless Mouse Óptico com dois botões com dispositivo de rolagem que pode ser utilizado como 3º botão, 1000dpi, design confortável e ergonômico, Botões Esquerda e Direita com 3.000.000 toques de vida útil, Dispositivo de rolagem com 350.000 toques e 100.000 rotações de vida útil, Receptor Wireless 2.4 GHz tamanho nano com alcance de até 5m distancia. Alimentação por 01 Pilha tamanho AA (acompanha 01 unidade). Certificações: ISO 9001, ISO 14001, FCC. Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Microsoft Wireless Mobile Mouse 1850	UN	31,00	MICROSOFT	0,0000	55,00	1.705,00
24	Kit Teclado e Mouse USB Wireless Teclado - Padrão ABNT2 com teclado numérico, teclas multimídia(Play/Payse, Volume +, Volume -, Mute), capacidade de digitação de até 1000 teclas por minuto, teclas com 5.000.000 toques de vida útil. Mouse - Mouse Óptico com dois botões com dispositivo de rolagem que pode ser utilizado como 3º botão, 1000dpi, design confortável e ergonômico, Botões Esquerda e Direita com 3.000.000 toques de vida útil, Dispositivo de rolagem com 350.000 toques e 100.000 rotações de vida útil. Ambos: Wireless 2.4 GHz até 10m distancia, Mesma Fabricante, os dois dispositivos conectando em um único adaptador Wireless USB. Certificações: ISO 9001, ISO 14001, FCC. Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Teclado e Mouse Microsoft USB Wireless Desktop 2000 Preto M7J-00021	UN	23,00	MICROSOFT	0,0000	300,00	6.900,00
25	MousePad Ergonômico em Gel Cor predominantemente preta, ideal para mouse óptico, com apoio ergonômico preenchido em silicone gel (não líquido) e com base antiderrapante. Tamanho mínimo 200(l)x230(c)mm, punho em gel aprox 120(l)x60(c)mm. Modelo de Referência: Fortrek ERG101, Maxprint base para mouse com apoio em gel, TP2.com.br Mouse pad ergonômico com apoio/GEL - MA800	UN	203,00	C3TECH	0,0000	35,00	7.105,00

**Total do Participante —→ 26.514,00**
**LOTE: 9**
**Participante: 13776 - W.S INFORMATICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
26	Trava de Segurança para Notebook Em aço, com 1,8m, revestido com PVC, com 2 chaves de segurança. Modelo de Referência ou Similar: Leadership Trava para Notebook Black com Chave	UN	20,00		0,0000	39,49	789,80

**Total do Participante —→ 789,80**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 243/2017  
Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 11/17

**LOTE: 10****Participante: 13357 - LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
27	Pen Drive USB 3.0 Flash Drive 16GB Conector USB deverá ter proteção , plugado diretamente a memória Flash sem nenhum cabo. Garantia de 5 anos da Fabricante	UN	58,00	KINGSTON	0,0000	29,00	1.682,00
28	Pen Drive USB 3.0 Flash Drive 32GB Conector USB deverá ter proteção , plugado diretamente a memória Flash sem nenhum cabo. Garantia de 5 anos da Fabricante	UN	2,00	KINGSTON	0,0000	58,00	116,00
29	HD 2,5" SSD 120GB Interno SATA III 6.0Gbps Garantia de 3 anos da Fabricante	UN	64,00	SANDISK	0,0000	280,00	17.920,00
30	HD 2,5" SSD 240GB Interno SATA III 6.0Gbps Garantia de 3 anos da Fabricante	UN	5,00	SANDISK	0,0000	430,00	2.150,00
31	Gravador DVD+/-RW Externo USB	UN	2,00	FASTER	0,0000	70,00	140,00
32	HD Externo Portátil 1TB USB 3.0 HD com 5.400RPM, compatível com USB 2.0, alimentação de energia através de cabo USB.	UN	4,00	SEAGATE	0,0000	250,00	1.000,00
33	HD Interno 4TB 5.900RPM 64MB CACHE 24X7 SATA 6GB/S Otimizado para NAS, alto desempenho, taxa de transferência 180MB/s, utilização 24x7, Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Seagate ST4000VN008	UN	5,00	SEAGATE	0,0000	795,00	3.975,00
34	HD Interno 8TB 7.200RPM 256MB CACHE 24X7 SATA 6GB/S Otimizado para NAS, alto desempenho, taxa de transferência 210MB/s, utilização 24x7, Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Seagate ST8000VN002	UN	2,00	SEAGATE	0,0000	1.350,00	2.700,00
35	Placa PCIe 1x com 3 portas USB 2.0 LowProfile	UN	2,00	EMPIRE	0,0000	70,00	140,00
36	Placa PCI com 3 portas USB 2.0 LowProfile	UN	2,00	MD9	0,0000	65,00	130,00

**Total do Participante —>** 29.953,00

**LOTE: 11****Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
37	Fonte TFX12v 01 conector Placa mãe 20+4pin, 01 conector ATX 4pin 12V, 02 conectores IDE (Molex), 02 conectores SATA, 200W reais, 110/220V bivolt, 50~60Hz, Proteções: OVP(sobretensão), OPP(sobrecarga), SCP(curto-circuito), eficiência energética mínima de 70%; Modelo de Referência ou Similar: Seasonic Ss-300tfx	UN	13,00	SEASONIC	0,0000	178,692	2.323,00
38	Fonte ATX Fonte ATX, 01 conector Placa mãe 20+4pin, 01 conector ATX 4pin 12V, 02 conectores IDE (Molex), 02 conectores SATA, MTBF: 100.000h, 200W reais em operação contínua, 110/220V bivolt, 60Hz, Proteções: OVP(sobretensão), OPP(sobrecarga), SCP(curto-circuito), eficiência energética mínima de 70%; Modelo de Referência ou Similar: FAPT200	UN	63,00	PC TOP	0,0000	59,00	3.717,00

**Total do Participante —>** 6.040,00

**LOTE: 12****Participante: 13779 - FT PETTIRINI LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
39	Desumidificador de Papel 600 folhas A4 220v cor Cinza/Gelo Com termostato regulador de temperatura, tampa e base em polietileno de alto impacto, superfície em aço com pintura epóxi. Modelo de Referência ou Similar: Menno 175-323	UN	46,00	MENNO	0,0000	184,17	8.471,82



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 243/2017  
Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 12/17

**LOTE: 12****Participante: 13779 - FT PETTIRINI LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
40	Fragmentadora de Papel Fragmentadora de papel mínimo 12 folhas, tipo de fragmentação partícula 04 x 38 mm, abertura de inserção de 215mm, acionamento por botão e sensor eletrônico, 220v, capacidade de operação de até 30min ligada sem interrupção, com cesto de lixo de 22L. Modelo de Referência ou Similar: Menno FragmentadoraSecreta 1502X	UN	1,00	MENNO	0,0000	1.017,18	1.017,18

**Total do Participante ———>** 9.489,00

**LOTE: 13****Participante: 13779 - FT PETTIRINI LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
41	Placa de Rede 10/100/1000 PCI-E 1X com Perfil Normal e Low Profile	UN	5,00	VINIK	0,0000	78,29	391,45
42	Placa de Rede 10/100/1000 PCI com Perfil Normal e Low Profile	UN	2,00	TP LINK	0,0000	88,27	176,54
43	Placa de Rede 10/100 USB para RJ45 Compatível Windows XP até Windows 8. Conector do USB deve ser separado da placa. Modelo de Referência: Comtac Conversor USB 2.0 x RJ45, Empire JC-1192 2929	UN	2,00	IMM	0,0000	68,38	136,76
44	Placa de Rede Wifi PCI-E 1X com Perfil Normal e Low Profile Com antena externa Omni de no mínimo 2dBi, compatível com b/g/n. Midia de drivers para Windows XP/Vista/7/8 inclusa ou drivers disponíveis para download.	UN	5,00	TP LINK	0,0000	78,29	391,45
45	Placa de Rede Wifi PCI com Perfil Normal e Low Profile Com antena externa Omni de no mínimo 2dBi, compatível com b/g/n. Midia de drivers para Windows XP/Vista/7/8 inclusa ou drivers disponíveis para download	UN	2,00	TP LINK	0,0000	98,11	196,22
46	Adaptador Wireless USB 150Mbps Com antena externa Omni de no mínimo 2dBi, compatível com b/g/n. Midia de drivers para Windows XP/Vista/7/8 inclusa ou drivers disponíveis para download. Modelo de Referência ou Similar: TP-Link WN722N; Intelbras WBN241.	UN	2,00	TP LINK	0,0000	78,29	156,58

**Total do Participante ———>** 1.449,00

**LOTE: 14****Participante: 13779 - FT PETTIRINI LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	Bateria CR2032 3V	UN	100,00	IMM	0,0000	2,48	248,00

**Total do Participante ———>** 248,00

**LOTE: 15****Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
48	Pacote 500 Folhas A1 gramatura 75g/M² 841mmx594mm	UN	2,00	SYSLANSP	0,0000	268,70	537,40
49	Rolo Papel 610mm x 50m gramatura 75g/m2 para Plotter A1 HP T120	UN	10,00	SYSLANSP	0,0000	72,26	722,60

**Total do Participante ———>** 1.260,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 243/2017  
Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 13/17

**LOTE: 16**
**Participante: 13779 - FT PETTIRINI LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
50	WebCam USB Full HD 1080p Full HD 1080p, Correção automática de pouca luz, clipe de fixação universal para tripés, tela de notebook e monitor de lcd, cabo USB com 1,8m, rastreamento de rosto, detecção de movimentos, controle de inclinação e zoom, Compatível com Windows 7 e superiores. Garantia de 2 anos da Fabricante. Modelo de Referência ou similar: HD Pro Webcam C920	UN	1,00	GENIUS	0,0000	258,00	258,00

**Total do Participante —> 258,00**
**LOTE: 17**
**Participante: 13778 - VIRTUAL AUTOMACAO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
51	Licença 12 meses AutoCAD LT ÚLTIMA VERSÃO	UN	7,00		0,0000	974,142	6.818,99

**Total do Participante —> 6.818,99**
**LOTE: 18**
**Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
52	Licença T5D-02324 MICROSOFT OFFICE HOME AND BUSINESS 2016 ESD	UN	76,00	MICROSOFT	0,0000	759,2099	57.699,95

**Total do Participante —> 57.699,95**
**LOTE: 19**
**Participante: 12325 - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
53	Licença FQC-09131 MICROSOFT WINDOWS 10 PROFESSIONAL FULL ESD	UN	40,00	Microsoft	0,0000	750,00	30.000,00

**Total do Participante —> 30.000,00**
**LOTE: 20**
**Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
54	TV LED 43 Smart, Full HD, Suporte Articulado Tamanho 43", com Conversor Digital, Ajuste de contraste/brilho/cor/nitidez, Entrada de vídeo componente, áudio e vídeo, HDMI, USB Media Player, Leitura de arquivos de Vídeo, RF para TV a Cabo e TV Digital, Conexão de rede RJ45 e Wireless, Ângulo de Visão >170°, Controle Remoto, 220V, Aplicativos instalados Youtube, Netflix, Navegador de Internet. ACOMPANHA: Suporte articulado de parede para TV até LCD/LED 50" VESA 75x75 a 400x400, afastamento da parede 40cm, articulação horizontal 180°, inclinação vertical 10°; Em aço com pintura epóxi cor preta; Suporte de peso: 40kg. Modelo de Referência ou Similar: Philips 43PFG5100/78, LG 43LJ5500, Samsung UN43J5200AGXZD	UN	3,00	PHILIPS	0,0000	2.333,39	7.000,17

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 129/2017 - PR**
**Processo Administrativo:**
**Processo de Licitação: 243/2017**
**Data do Processo: 14/11/2017**
**Folha: 14/17**
**LOTE: 20**
**Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
55	Monitor LED 40 24/7, Full HD, Suporte Articulado Tamanho 40", utilização sem interrupção por 24 horas por dia, 7 dias por semana, tipo do painel LED, resolução 1920 x 1080, taxa de contraste 5000:1, ângulo de visão V178° H178°, tempo de resposta 8ms, montagem VESA, autofalante integrado, entradas VGA (D-SUB), DVI, Display Port, 2HDMI, USB, Audio, AV IN e SD Card, conexões de rede RJ45 e Wireless, alimentação bivolt. ACOMPANHA: Suporte articulado de parede para TV até LCD/LED 50" VESA 75x75 a 400x400, afastamento da parede 40cm, articulação horizontal 180°, inclinação vertical 10°; Em aço com pintura epóxi cor preta; Suporte de peso: 40kg. Modelo de Referência ou Similar: Samsung DM40E	UN	1,00	SAMSUNG	0,0000	3.504,70	3.504,70
56	Som Portatil CD SD USB FM Potência 20W RMS, Entrada para CD, CD RW, USB, Auxiliar, Display numero da faixa/frequência radio, Alça para Transporte, Botões (Modo Operação, Volume, Frequencia Radio, Pular Faixa Frente/Trás, Stop, Play/Pause. Modelo de Referência ou Similar: Philco PH229, Lennox BD 1250, Multilaser SP178	UN	1,00	PHILCO	0,0000	295,13	295,13

**Total do Participante ———> 10.800,00**
**LOTE: 21**
**Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
57	Tablet Preto com Android 6, 10.1", Capa, Película Vidro, 4" Configuração Mínima: Android 6, Processador Octa Core Clock 1,6 GHz, Memória RAM de 3 GB, capacidade de armazenamento interno de 16GB expansível até 256 com cartão micro SD, Wireless 802.11 a/b/g/n/ac dual band (2.4 e 5.8GHz), 4G LTE, USB 2.0, Bluetooth 4.2, Teclas físicas na lateral para ligar/desligar/bloquear e volume, Microfone e alto-falante integrados, câmera traseira de 8MP autofoco com flash e Frontal de 2M, com Geo-tagging, Tela com área de 10,1 polegadas capacitiva multitoque resolução 1920x1200, GPS, Glonass, carregador, com tensão de entrada 110/220 VAC e seleção automática de tensão de entrada, com bateria de no mínimo 7300mAh, peso máximo 558g, e acompanha: Capa case de proteção para Tablet, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor escura. Do tipo estojo, capa com proteção frente e verso, com 1 posição de inclinação do tablet, com fecho da proteção frontal, Película de vidro temperado, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen., As películas devem vir aplicadas perfeitamente. Não será aceito qualquer tipo de violação/alteração ao conteúdo do produto original. Modelo de Referência ou Similar: Samsung Galaxy Tab A 2016 10.1" LTE	UN	2,00	SAMSUNG	0,0000	1.852,53	3.705,06

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 243/2017  
 Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 15/17

**LOTE: 21**
**Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
58	Tablet Preto com Android 6, 10.1", Capa Case com Teclado, Película Vidro, 4G Configuração Mínima: Android 6, Processador Octa Core Clock 1,6 GHz, Memória RAM de 3 GB, capacidade de armazenamento interno de 16GB expansível até 256 com cartão micro SD, Wireless 802.11 a/b/g/n/ac dual band (2.4 e 5.8GHz), 4G LTE, USB 2.0, Bluetooth 4.2, Teclas físicas na lateral para ligar/desligar/bloquear e volume, Microfone e alto-falante integrados, câmera traseira de 8MP autofocus com flash e Frontal de 2M, com Geo-tagging, Tela com área de 10,1 polegadas capacitiva multitoque resolução 1920x1200, GPS, Glonass, carregador, com tensão de entrada 110/220 VAC e seleção automática de tensão de entrada, com bateria de no mínimo 7300mAh, peso máximo 558g, e acompanha: Capa Case com Teclado Bluetooth de proteção para o Tablet, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor vermelha. Do tipo estojo, capa com proteção frente e verso, com 1 posição de inclinação do tablet, com fecho da proteção frontal, Película de vidro temperado, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen,, As películas devem vir aplicadas perfeitamente. Não será aceito qualquer tipo de violação/alteração ao conteúdo do produto original. Modelo de Referência ou Similar: Samsung Galaxy Tab A 2016 10.1" LTE	UN	3,00	SAMSUNG	0,0000	1.911,39	5.734,17
59	Capa Case de Proteção para Tablet SamSung Galaxy Tab A 9.7" SM-P550 Capa case de proteção para Tablet, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor escura. Do tipo estojo, capa com proteção frente e verso, com 1 posição de inclinação do tablet, com fecho da proteção frontal.	UN	22,00	RECAPA	0,0000	76,45	1.681,90
60	Película de Vidro Temperado para Tablet SamSung Galaxy Tab A 9.7" SM-P550 Película de vidro temperado, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen	UN	30,00	RECAPA	0,0000	58,81	1.764,30
61	Capa Case de Proteção para Tablet SamSung Galaxy Tab A 2016 10.1" LTE Capa case de proteção para Tablet, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor escura. Do tipo estojo, capa com proteção frente e verso, com 1 posição de inclinação do tablet, com fecho da proteção frontal.	UN	2,00	RECAPA	0,0000	76,45	152,90
62	Película de Vidro Temperado para Tablet SamSung Galaxy Tab A 2016 10.1" LTE Película de vidro temperado, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen	UN	7,00	RECAPA	0,0000	58,81	411,67

**Total do Participante —> 13.450,00**
**LOTE: 22**
**Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
63	Kit Processador Dual Core 3.5GHz, Placa Mãe 1151 Processador 02 Nucleos, 04 Threads, 3,5Ghz, 3MB Cache, Socket 1151, Compatível com DDR4-2133/2400 Placa Mãe Padrão Micro ATX, Socket 1151, 02 Socket memória DDR4 2133MHz até 32GB Dual Channel, Vídeo integrado 1GB Full HD, saída D-SUB, Audio Integrado, Rede Integrada 10/100/1000, Slots internos PCI X1 e X16, 04 Conectores SATA 6.0Gb/s, Portas no painel traseiro: 02 USB 2.0, 02 USB 3.0, Mouse/Teclado PS/2, Entrada/Saída Audio Modelo de Referência ou Similar: Intel Pentium G4560, ASRock mATX H110M-HG4, GIGABYTE mATX GA-H110M-S2V	UN	27,00	INTEL/ASROCI	0,0000	620,00	16.740,00

**Total do Participante —> 16.740,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 243/2017  
 Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 16/17

**LOTE: 23**
**Participante: 13779 - FT PETTIRINI LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
64	Placa Mae 1155 Placa Mãe Padrão Micro ATX, Socket 1155, 02 Socket memória DDR3, Vídeo integrado, saída D-SUB, Áudio Integrado, Rede Integrada 10/100, 02 Conectores SATA 3.0Gb/s, Portas no painel traseiro: 02 USB 2.0, Mouse/Teclado PS/2, Entrada/Saída Áudio.	UN	6,00	AS ROCK	0,0000	340,50	2.043,00

**Total do Participante ———>** 2.043,00

**LOTE: 24**
**Participante: 13776 - W.S INFORMATICA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
65	Placa Mae 775 Placa Mãe Padrão Micro ATX, Socket 775, 02 Socket memória DDR2, Vídeo integrado, saída D-SUB, Áudio Integrado, Rede Integrada 10/100, 02 Conectores SATA, Portas no painel traseiro: 02 USB 2.0, Mouse/Teclado PS/2, Entrada/Saída Áudio.	UN	5,00		0,0000	369,80	1.849,00

**Total do Participante ———>** 1.849,00

**LOTE: 25**
**Participante: 13358 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
66	Telefone com fio e Identificação de Chamadas Telefone com fio, com identificador de chamadas DTMF/FSK, posição de uso mesa ou parede, display LCD luminoso com 2 linhas de caracteres com exibição da hora, dia e mês, controle de volume de campanha, led indicativo de chamadas, registro das 10 últimas chamadas originadas, atendidas, não atendidas, teclas numéricas 0 a 9, flash, mute, viva voz e rediscagem. Modelo de Referência ou Similar: Intelbras TC 60 ID, Elgin TCF 3000	UN	18,00	INTELBRAS	0,0000	81,90	1.474,20
67	Telefone sem fio e Identificação de Chamadas Telefone sem fio, com identificador de chamadas DTMF/FSK, display LCD luminoso com exibição do nível de sinal da base e da bateria, 5 Tipos de Toques, registro das 10 últimas chamadas recebidas, realizadas, não atendidas, teclas numéricas 0 a 9, e teclas de função de flash, mute, rediscar, viva voz e modo silencioso, controle de volume de campanha. Modelo de Referência ou Similar: Intelbras TS 3110, Elgin TSF 8001	UN	5,00	INTELBRAS	0,0000	84,96	424,80
68	Telefone com fio Telefone com fio, posição de uso mesa ou parede, 2 Níveis de campanha, teclas numéricas 0 a 9, flash, mute e rediscagem. Modelo de Referência ou Similar: Intelbras Pleno, Elgin TCF 2000	UN	45,00	INTELBRAS	0,0000	27,80	1.251,00

**Total do Participante ———>** 3.150,00

**Total Geral ———>** 402.043,73

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 129/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 243/2017  
 Data do Processo: 14/11/2017

Folha: 17/17

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 30 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samuleski	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Fabiane Heller	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Eloir José Wendt	- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

ANTÔNIO ADOLFO BELOLI	- ..... - Representante
LAURO RUBENS FUGII	- ..... - Representante
CARLOS EDUARDO KELLNER	- ..... - Representante
MÁRCIO JORGENSEN	- ..... - Representante
CESAR AUGUSTO DE PAULA	- ..... - Representante
MARCELO CUNHA GRENIER	- ..... - Representante
ROBERTO TROMM	- ..... - Representante
ALEXSANDRO DA SILVA	- ..... - Representante
ALEXSANDRO WAGNER DOS SANTOS	- ..... - Representante
ALTAIR AGUIAR	- ..... - Representante
MARCO AURÉLIO SANTOS	- ..... - Representante
HERIVELTO HERMENEGILDO	- ..... - Representante
EDUARDO HAMMES	- ..... - Representante
TAÍS REGINA HINING	- ..... - Representante
EVANDRO JOSÉ PASQUALI	- ..... - Setor Solicitante



ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 129/2017-PMS

Publicação Nº 1442237

Página: 1/27

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, impressoras, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Computador Dual 3,5GHz, 4GB DDR, HD SSD Processador com 02 núcleos físicos e 04 threads, cada núcleo com clock interno 3,5 GHz, 3MB de Cache; Memória DDR4 2133MHz 1x4GB; Disco rígido 120GB SSD SATA III 6.0 Gbps; BIOS Plug & Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante. Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante. NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; 06 portas USB 2.0 (2 frontais), 01 slot PCIe X1 ou PCI-E X4, 01 slot PCI Express X16 V3.0, placa de rede 10/100/1000Mbps conector RJ45, placa de vídeo integrada saída VGA, DVI ou DisplayPort, placa de som integrada, suporte a Wake-on-LAN; Mouse Óptico do mesmo fabricante do microcomputador com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB; Teclado do mesmo fabricante do microcomputador padrão ABNT2, USB, com tecla silenciosa; Alimentação 110/220V automática, 50~60Hz, certificação 80 PLUS, eficiência energética mínima de 80%, PFC ativo; Gabinete slim Tool-less padrão Micro-ATX, com apoios de instalação vertical e horizontal; Garantia de 03 anos da Fabricante	UN	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	Positivo	0	1.905,4800	1

Número do Registro de Preços: 112/2017			Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Computador Dual 3,5GHz, 4GB DDR, HD SSD, Windows Processador com 02 núcleos físicos e 04 threads, cada núcleo com clock interno 3,5 GHz, 3MB de Cache; Memória DDR4 2133MHz 1x4GB; Disco rígido 120GB SSD SATA III 6.0 Gbps; BIOS Plug & Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante. Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; 06 portas USB 2.0 (2 frontais), 01 slot PCIe X1 ou PCIe X4, 01 slot PCI Express X16 V3.0; placa de rede 10/100/1000Mbps conector RJ45, placa de vídeo integrada saída VGA, DVI ou DisplayPort, placa de som integrada, suporte a Wake-on-LAN; Mouse Óptico do mesmo fabricante do microcomputador com dois botões com dispositivo de rolagem, 800dpi, USB; Teclado do mesmo fabricante do microcomputador padrão ABNT2, USB, com tecla silenciosa; Alimentação 110/220V automática, 50-60Hz, certificação 80 PLUS: eficiência energética mínima de 80%, PFC ativo; Gabinete slim ToolLess padrão Micro-ATX, com apoios de instalação vertical e horizontal; Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits OEM na última versão, fornecida pelo fabricante junto com o equipamento, a licença deve estar registrada na BIOS e deverá constar na nota fiscal; Garantia de 03 anos da Fabricante	UN	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	Positivo	0	2.384,0900	1
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	HP	0	2.380,0000	2
			DATEN TECNOLOGIA LTDA (13781)	Daten / DC2D-	0	2.390,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	Notebook, Dual 2GHz, 4GB DDR, Tela 14", HD SSD Processador com 02 núcleos físicos e 04 threads, cada núcleo com clock interno 2GHz, 3MB de Cache; Memória DDR3 1600MHz 1x4GB; Disco rígido 120GB SSD SATA III 6.0 Gbps; BIOS Plug & Play, desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante. Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; Tela de LED, 14"/14,1" (não poderá ser maior), Resolução 1366x768; Conectores/Portas: 02 portas USB 2.0, 01 porta USB 3.0, porta VGA, super vídeo ou HDMI, placa de rede 10/100Mbps conector RJ45, wireless 802.11b/g/n, placa de som integrada, teclado padrão ABNT2; Alimentação: Bateria Li-Ion com 4 células e fonte de energia 110/220V; Acessórios: cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do notebook; Mala de couro ou semelhante específica para transporte do notebook e seus acessórios; Garantia de 03 anos da Fabricante.	UN	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	Positivo	0	1.840,0000	1

DATEN TECNOLOGIA LTDA (13781)	Daten / DCM2i	0	2.450,0000	2
TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13388)	HP	0	2.650,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 4/27

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017

Número do Registro de Preços: 112/2017 Data do Registro: 30/11/2017 Válido até: 30/11/2018

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças. Sec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Notebook, Dual 2GHz, 4GB DDR, Tela 14", HD SSD, Windows de Cache; Processador com 02 núcleos físicos e 04 threads, cada núcleo com dock interno 2GHz, 3MB de Cache; Memória DDR3 1600MHz 1x4GB; Disco rígido 120GB SSD SATA III 6.0 Gbps; BIOS Plug & Play, desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright) sobre essa BIOS, comprovados por meio de declaração fornecida pelo fabricante (anexar na proposta), vedado soluções em regime de OEM ou customizações de nomes, marcas ou inicialização. Os direitos (copyright) devem permitir ao fabricante alterações nas funcionalidades da BIOS, visando melhorias no desempenho e recursos do equipamento. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante. BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante. Placa Mãe: deve ser de desenho e propriedade do Fabricante, NÃO sendo aceitas soluções em regime OEM ou Customizações; Tela de LED, 14"/14,1" (não poderá ser maior), Resolução 1366x768; Conectores/Portas: 02 portas USB 2.0, 01 porta USB 3.0, porta VGA, super vídeo ou HDMI, placa de rede 10/100Mbps conector RJ45, wireless 802.11b/g/n, placa de som integrada, teclado padrão ABNT2; Alimentação: Bateria Li-Ion com 4 células e fonte de energia 110/220V; Acessórios: cabos, conectores e todos os acessórios necessários para o funcionamento do notebook; Mala de couro ou semelhante específica para transporte do notebook e seus acessórios; Sistema Operacional Microsoft Windows Professional (PT-BR) 32/64bits OEM na última versão, fornecida pelo fabricante junto com o equipamento, a licença deve estar registrada na BIOS e deverá constar na nota fiscal; Garantia de 03 anos da Fabricante.	UN	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	Positivo	0	2.420.0000	1

5	Nobreak 600VA Tensão de entrada bivolt automático; Saída nominal 115~120V/600VA/250W; Bateria interna selada; 06 tomadas (traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda Semi-senoidal; Acionamento do inversor < 0,8ms; Auto Teste ao ligar; Proteções: Curto-circuito no inversor; Descarga total das baterias; Subtensão da rede elétrica; Surto; Estabilizador Interno; Led (frontal) informativo das condições do nobreak; rede elétrica; modo inversor; carga de bateria; Alarme sonoro; nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Compimento do cabo de força mínimo de 1,4m; Botão Liga/Desliga com temporizador; Compatibilidade para utilização com grupo gerador; Gabinete Metálico. Garantia de 2 anos da Fabricante Modelo de Referência ou similar: NHS Mini III 600	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	NHS	0	269.0000	1
---	---	----	--	-----	---	----------	---

	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	HP	0	2.910.0000	2
--	--	----	---	------------	---

	DATEN TECNOLOGIA LTDA (13781)	Daten / DOM2i	0	3.091.0000	3
--	-------------------------------	---------------	---	------------	---

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 5/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017			Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Nobreak 1400VA Tensão de entrada bivolt automático; Saída nominal ~115v/1400VA/FP0,7; 02 Baterias 12v 7Ah internas seladas; 05 tomadas(traseiras) padrão NBR 14136; Forma de onda senoidal por aproximação; Auto Teste ao ligar; Proteções: sub/sobretensão da rede elétrica, surto de tensão entre fase e neutro, curto-circuito no inversor, sobreaquecimento no inversor e transformador; potência excedida, descarga da bateria; Estabilizador Interno; Led(frontal) informativo das condições do nobreak: rede elétrica; modo inversor; Alarme sonoro: nível de bateria no modo inversor; Função TRUE RMS; DC Start; Recarga automática da bateria, mesmo com nobreak desligado; Rede e inversor sincronizados; Rápido acionamento do Inversor; Aviso de quando a bateria precisa ser substituída; Comprimento do cabo de força mínimo de 0,95m; Botão Liga/Desliga com temporizador; Gabinete Metálico; Conector do tipo encaixe rápido para conexão de módulo de bateria externa; Garantia de 2 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: SMS NET 4+ 7SM 1400 Bi	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	NHS	0	300,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	NHS	0	315,0000	3
				NHS	0	578,0000	1
7	Projetor Vídeo XGA - Dataslow Projetor Bivolt Automático, Resolução XGA (1024x768), 3000 ANSI Lúmens, Aspecto de Imagem 4:3, Entradas(1xVGA, Vídeo Composto RCA, S-Vídeo, HDMI, USB B Display, USB A Memória), Vida útil da lâmpada de aproximadamente 5000 horas em Normal ou Alto Brilho, Correção Trapezo Vertical e Horizontal, Lente com regulagem de foco e zoom, controle remoto, Métodos de Projeção: Teto/Frontal/Traseiro, Idioma do Menu em Português, SinalDigital: 480, 720, 1080, Compatibilidade de Vídeo: NTSC, PAL, Cabo VGA, Deve acompanhar mala de transporte do projetor, feita de material para absorver impactos leves, com fechamento em velcro, bolso principal para projetor, e bolso frontal interno para cabos de vga, energia e controle remoto, alça de obo ajustável. Modelo de Referência ou Similar: Epson PowerLite X36+	UN	W/S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	2.309,2200	1
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	SMS	0	630,0000	2
			ELECTRONIX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	SMS	0	720,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Página: 6/27

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Suporte De Teto Universal para Projetores Com ajuste de altura para acima de 80cm, para fixação em teto, com inclinação vertical de 15°, rotação horizontal 360°, kit parafusos para fixação na parede e no projetor. A fixação do projetor ao suporte se dará através de parafusos entre o suporte e a parte inferior do projetor. Modelo de Referência ou Similar: Brasforma SBRP754, Visograt SUPPROSTD02, Gala GSP-813		FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	EPSON	0	2,312,3200	3
		UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	95,0000	1
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	BRASFORMA	0	95,0000	2
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	BRASFORMA	0	95,0000	3
9	Tela Fixa Retrátil Branca para Dataslow 2,4mx1,8m Tecido Matt White, enrolamento automático por mola, suportes de fixação do tubo do tecido com buchas, possibilidade de fixação em teto e parede, com sistema de trava tela após aberta, medindo 2,40m x 1,80m (permissão variação de +/-5cm). Modelos de Referência: Tecnomast TMA-R-2418, Telas Nardelli NR-007	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	571,3200	1
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	NARDELLI	0	570,0000	2
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	NARDELLI	0	572,0800	3
10	Tela Tripe Branca para Dataslow 2mx2m Tecido Matt White, sustentação por tripé, enrolamento automático por mola, com sistema de trava tela após aberta, portátil com alça para transporte, medindo 2,00m x 2,00m (permissão variação de +/-5cm). Modelo de Referência ou Similar: Tecnomast TMA-T-2020, Telas Nardelli NRT-005	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	571,3100	1
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	NARDELLI	0	572,0700	2
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	NARDELLI	0	590,0000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 7/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

11 Monitor LED 21,5" Com Regulagem de Altura e Pivô  
21,5" LED Widescreen Brilho: 250 cd/m². Resolução: 1920x1080@60Hz. Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabodaptador para VGA. Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W. Alimentação: 110/220V (fonte interna no monitor). Ângulo de Visão H170º V160º; Tela Anti-Reflexiva, com regulagem de altura com no mínimo 11cm de elevação e pivô de 90°.  
Modelo de Referência ou Similar: LG E2241VP

UN	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	Positivo	0	617,0000	1
CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	AOC	0	618,7600	2	
INFOPLAN LTDA - ME (12323)	AOC	0	625,4300	3	
LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	LG	0	627,0000	4	
WEIKAN TECNOLOGIA LTDA (10670)	AOC / E2270P	0	630,6300	5	
TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	LG	0	631,8300	6	
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP (13780)		0	645,0000	7	

12 Monitor LED 18,5"  
18,5" LED Widescreen Brilho: 200 cd/m². Resolução: 1366x768@60Hz. Tempo de resposta: 8ms, conector: VGA ou DVI, com cabodaptador para VGA. Consumo de Energia(máx): 30W, consumo em Standby(máx): 0,5W. Alimentação: 110/220V. Ângulo de Visão H90º V50º.  
Modelo de Referência ou Similar: AOC E970SVN1L, AOC E2070SVN1L, Samsung S19E310, Philips 193V6LHSB2, LG 20EN63SS

UN	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	AOC	0	345,0000	1
CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	AOC	0	343,7500	2	
INFOPLAN LTDA - ME (12323)	AOC	0	347,4600	3	
TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	AOC	0	347,7500	4	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 8/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Monitor LED 29" Formato 21:9 LED Widescreen Brilho: 250cd/m², Resolução: 2560x1080, Tempo de resposta: 5ms, conector: HDMI e DisplayPort, Consumo de Energia(máx): 31W, Alimentação: 110-220V, Ângulo de Visão H178º V178º, Inclinação -5-20º, Saída de áudio 5W, Modelo de Referência ou Similar: LG 29UM68		WEIKAN TECNOLOGIA LTDA (10870)	AOC / E970SV	0	349,2700	5
			LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER -ME (13357)	AOC	0	360,0000	6
			HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP (13780)		0	360,0000	7
		UN	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	LG	0	1,357,0000	1
			LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER -ME (13357)	LG	0	1,313,0000	2
			WEIKAN TECNOLOGIA LTDA (10870)	LG / 29UM68	0	1,339,0100	3
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	LG	0	1,352,1300	4
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	LG	0	1,355,8600	5
			INFOPLAN LTDA -ME (12323)	LG	0	1,370,0700	6
			HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP (13780)		0	1,380,0000	7
		UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	119,0000	1
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	KINGSTON	0	119,7900	2
		14	Memória DDR2-667/800 1x2GB em Blister Frequência preferencial de 800MHz, excepcionalmente será solicitado com 667MHz, Compatível com plataforma Intel e AMD, Garantia Vitalícia da Fabricante				

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 9/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018						
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec										
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
15	Memória DDR3-1333/1600 1x4GB em Blister Frequência preferencial de 1600MHz, excepcionalmente será solicitado de 1333MHz, Compatível com plataforma Intel e AMD, com dissipador, altura máxima 33mm, Garantia Vitalícia da Fabricante	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	123,0200	3			
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	KINGSTON	0	130,0000	4			
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	MARKVISION	0	130,0000	5			
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	178,5010	1			
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	KINGSTON	0	179,7000	2			
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	179,8400	3			
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	MARKVISION	0	190,0000	4			
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	KINGSTON	0	190,0000	5			
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	307,5500	1			
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	KINGSTON	0	309,6620	2			
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	331,2550	3			
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	KINGSTON	0	350,0000	4			
			16	Memória DDR3-1333/1600 1x8GB em Blister Frequência preferencial de 1600MHz, excepcionalmente será solicitado de 1333MHz, Compatível com plataforma Intel e AMD, com dissipador, altura máxima 33mm, Garantia Vitalícia da Fabricante	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	307,5500	1
						FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	KINGSTON	0	309,6620	2
						TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	331,2550	3
INFOPLAN LTDA - ME (12323)	KINGSTON	0				350,0000	4			

Página: 10/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	MARKVISION	0	350,0000	5
17	Memória DDR4-2133 1x4GB em Blister Frequência preferencial de 2133MHz, Compatível com plataforma Intel e AMD, com dissipador, altura máxima 33mm, Garantia Vitalícia da Fabricante	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	238,0100	1
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	227,1200	2
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	CRUCIAL	0	239,6000	3
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	KINGSTON	0	240,0000	4
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	MARKVISION	0	240,0000	5
18	Caixa de Som Amplificada Portátil COM BATERIA 60RMS Caixa de Som Portátil COM BATERIA, 60RMS - 60W RMS, Entrada USB(MP3), SD Card (MP3), FM, Auxiliar RCA, 2 Entrada P10 para microfone, violão, Conexão Bluetooth, Visor numérico; Equalizador 2 vias e Volume; Autofalante 8" coaxial; Bateria interna 12V; Carregador bivolt; Controle Remoto; Possibilidade em sustentação de pedestais; Botões Modo (BT, USB, SD, FM), Repetir, Play/Pause, Proximo, Anterior. Modelo de Referência ou Similar: FRAHM CL 200 APP - 12V	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	707,6200	1
			ELECTRONIX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	FRAHM	0	600,0000	2
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	FRAHM CL 20	0	899,9900	3
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	FRAHM	0	980,0000	4
19	Microfone de Mão Profissional COM FIO Cabo de 5m, chave on/off, Resposta de Frequência: 50Hz a 15KHz, Corpo Metálico com pintura eletrolítica, Globo em aço com pintura eletrolítica, cabo coaxial blindado e balanceado, capsula dinâmica com ímã de neodímio, filtro pop no globo, conector P10; Modelo de Referência ou Similar: LESSON SM68 P4	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	235,8700	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Página: 11/27

**Número do Registro de Preços: 112/2017 Data do Registro: 30/11/2017 Válido até: 30/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, impressoras, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Microfone de Mão Duplo Profissional SEM FIO Kit com 2 Base única com 2 microfones, sistema de multi frequências com 48 canais pré definidos, resposta de frequência 100Hz a 18kHz, Frequência de transmissão aprox. 460 ATE 970 MHz, alcance de 50m; Transmissor: alimentação por pilhas ou bateria, display LCD com informações de configuração, botões para ligar/desligar e configuração de frequência; Base: alimentação bivolt, com 02 canais independentes de recepção com display LCD com informações de configuração, volume do canal, antena de recepção, botões para configuração da frequência, led indicativo de operação; Modelo de Referência ou Similar: Karsect - KRU 362.	UN	ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	LESON	0	240,0000	2
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	LESON	0	250,0000	3
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	LESON	0	299,9900	4
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	841,2800	1
21	Teclado USB 2.0 Padrão ABNT2 com teclado numérico, USB, Cabo com 2m, com teclas silenciosas, teclas multimídia(Play/Pause, Volume +, Volume -, Mute), tecla calculadora, capacidade de digitação de até 1000 teclas por minuto, teclas com 20.000.000 toques de vida útil, Certificações: ISO 9001, ISO 14001, FCC, RoHS. Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Microsoft Wired Keyboard 600	UN	ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	KARSECT	0	1,050,0000	2
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	KARSEC	0	1,060,0000	3
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	KARSECT	0	1,069,9900	4
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	LOGITECH	0	75,0000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	LOGITECH	0	78,0000	2

Página: 12/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017			Data do Registro: 30/11/2017			Válido até: 30/11/2018		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
22	Mouse USB 2.0 Mouse Óptico com dois botões com dispositivo de rolagem que pode ser utilizado como 3º botão, 800dpi, design confortável e ergonômico, para destros ou canhotos, Cabo com 1,8m, Botões Esquerda e Direita com 3.000.000 toques de vida útil, Dispositivo de rolagem com 250.000 toques e 100.000 rotações de vida útil, Certificações: ISO 9001, ISO 14001, FCC, RoHS, Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Microsoft Basic Optical Mouse	UN	CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	LOGITECH	0	47,0000	1	
23	Mouse Wireless Mouse Óptico com dois botões com dispositivo de rolagem que pode ser utilizado como 3º botão, 1000dpi, design confortável e ergonômico, Botões Esquerda e Direita com 3.000.000 toques de vida útil, Dispositivo de rolagem com 350.000 toques e 100.000 rotações de vida útil, Receptor Wireless 2.4 GHz tamanho nano com alcance de até 5m distância, Alimentação por 01 Pilha tamanho AA (acompanha 01 unidade), Certificações: ISO 9001, ISO 14001, FCC, Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Microsoft Wireless Mobile Mouse 1850	UN	CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	MICROSOFT	0	55,0000	1	
24	Kit Teclado e Mouse USB Wireless Teclado - Padrão ABNT2 com teclado numérico, teclas multimídia(Play/Pause, Volume +, Volume -, Mute), capacidade de digitação de até 1000 teclas por minuto, teclas com 5.000.000 toques de vida útil, Mouse - Mouse Óptico com dois botões com dispositivo de rolagem que pode ser utilizado como 3º botão, 1000dpi, design confortável e ergonômico, Botões Esquerda e Direita com 3.000.000 toques de vida útil, Dispositivo de rolagem com 350.000 toques e 100.000 rotações de vida útil, Ambos: Wireless 2.4 GHz até 10m distância, Mesma Fabricante, os dois dispositivos conectando em um único adaptador Wireless USB, Certificações: ISO 9001, ISO 14001, FCC, Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Teclado e Mouse Microsoft USB Wireless Desktop 2000 Preto M7-100021	UN	CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	MICROSOFT	0	300,0000	1	
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	MICROSOFT	0	58,0000	2	
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	MICROSOFT	0	310,0000	2	



Página: 13/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

**Número do Registro de Preços: 112/2017      Data do Registro: 30/11/2017      Válido até: 30/11/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	MousePad Ergonômico em Gel Cor predominantemente preta, ideal para mouse óptico, com apoio ergonômico preenchido em silicone gel (não líquido) e com base antiderrapante. Tamanho mínimo 200(l)x230(c)mm, punho em gel aprox. 120(l)x60(c)mm. Modelo de Referência: Fortrek ERG101, Maxprint base para mouse com apoio em gel, TP2.com.br Mouse pad ergonômico com apoio/GEL - M4800	UN	CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	C3TECH	0	35,0000	1
26	Trava de Segurança para Notebook Em apo. com 1,6m, revestido com PVC, com 2 chaves de segurança. Modelo de Referência ou Similar: Leadership Trava para Notebook Black com Chave	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)	PISC	0	35,0000	2
27	Pen Drive USB 3.0 Flash Drive 16GB Conector USB deverá ter proteção, plugado diretamente a memória Flash sem nenhum cabo. Garantia de 5 anos da Fabricante	UN	FT PETTRINI LTDA - ME (13779)	FEASSO	0	39,9500	2
		UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	KINGSTON	0	29,0000	1
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	38,0000	2
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	MULTILASER	0	38,0000	3
28	Pen Drive USB 3.0 Flash Drive 32GB Conector USB deverá ter proteção, plugado diretamente a memória Flash sem nenhum cabo. Garantia de 5 anos da Fabricante	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	KINGSTON	0	58,0000	1
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	75,0000	2
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	MULTILASER	0	75,0000	3
29	HD 2,5" SSD 120GB Interno SATA III 6.0Gbps Garantia de 3 anos da Fabricante	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	SANDISK	0	280,0000	1

Página: 14/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017			Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018		
Objeto da Compra:			Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	HD 2,5" SSD 240GB Interno SATA III 6.0Gbps Garantia de 3 anos da Fabricante	UN	INFOPLAN LTDA - ME (12323)	MULTILASER	0	340,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	350,0000	3
			LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	SANDISK	0	430,0000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	MULTILASER	0	510,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	KINGSTON	0	520,0000	3
31	Gravador DVD+/-RW Externo USB.	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	FASTER	0	70,0000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	LG	0	110,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	LG	0	120,0000	3
32	HD Externo Portátil 1TB USB 3.0 HD com 5.400RPM, compatível com USB 2.0, alimentação de energia através de cabo USB.	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	SEAGATE	0	250,0000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	TOSHIBA	0	300,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	TOHIBA	0	320,0000	3
33	HD Interno 4TB 5.900RPM 64MB CACHE 24x7 SATA 6GB/S Otimizado para NAS, alto desempenho, taxa de transferência 180MB/s, utilização 24x7, Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Seagate ST4000VN008	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	SEAGATE	0	795,0000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	SEAGATE	0	790,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 15/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	SEAGATE	0	795,0000	3
34	HD Interno 8TB 7.200RPM 256MB CACHE 24X7 SATA 6GB/S Otimizado para NAS, alto desempenho, taxa de transferência 210MB/s, utilização 24x7, Garantia de 3 anos da Fabricante Modelo de Referência ou Similar: Seagate ST8000VN0022	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	SEAGATE	0	1,350,0000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	SEAGATE	0	1,630,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	SEAGATE	0	1,635,0000	3
35	Placa PCIe 1x com 3 portas USB 2.0 LowProfile	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	EMPIRE	0	70,0000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	STARTECH	0	130,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	DEX	0	130,0000	3
36	Placa PCI com 3 portas USB 2.0 LowProfile.	UN	LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME (13357)	MD9	0	65,0000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	STARTECH	0	130,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	DEX	0	130,0000	3
37	Fonte TFX12V 01 conector Placa mãe 20+4pin, 01 conector ATX 4pin 12V, 02 conectores IDE (Molex), 02 conectores SATA, 200W reais, 110/220V bivolt, 50~60Hz, Proteções: OVP(sobretensão), OPP(sobrecarga), SCP(curto-circuito), eficiência energética mínima de 70%; Modelo de Referência ou Similar: Seasonic Ss-300fx	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	SEASONIC	0	178,6920	1
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	SEASONIC	0	172,0460	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017

Página: 16/27

Número do Registro de Preços: 112/2017 Data do Registro: 30/11/2017 Válido até: 30/11/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Fonte ATX Fonte ATX, 01 conector Placa mãe 20+4pin, 01 conector ATX 4pin 12V, 02 conectores IDE (Molex), 02 conectores SATA, MTBF: 100.000h, 200W reais em operação contínua, 110/220V bivolt, 60Hz, Proteção: OVP(sobretensão), OPP(sobrecarga), SCP(curto-circuito), eficiência energética mínima de 70%, Modelo de Referência ou Similar: FAPT200	UN	NUVEMBIT INFORMATICA LTDA - ME (13777)	SEASONIC	0	179,0000	3
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	179,9900	4
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	Seasonic Ss-3	0	179,9900	5
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	SEASONIC	0	180,0000	6
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13388)	PC TOP	0	59,0000	1
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	KIMEX	0	59,0000	2
39	Desumidificador de Papel 600 folhas A4 220v, cor Cinza/Chão Com termostato regulador de temperatura, tampa e base em polietileno de alto impacto, superfície em aço com pintura epoxi, Modelo de Referência ou Similar: Memmo 175-323	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	59,0000	3
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	PCTOP	0	60,5300	4
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	FAPT200	0	64,0000	5
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	PCTOP	0	65,0000	6
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	MENNO	0	184,1700	1
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	MENNO	0	190,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 17/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018		Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
40	Fragmentadora de Papel Fragmentadora de papel mínimo 12 folhas, tipo de fragmentação partícula 04 x 38 mm, abertura de inserção de 215mm, abastecimento por botão e sensor eletrônico, 220v, capacidade de operação de até 30min ligada sem interrupção, com cesto de lixo de 22l. Modelo de Referência ou Similar: Manno FragmentadoraSecreta 1502X	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	MENNO	0	1.017,1800	1
41	Placa de Rede 10/100/1000 PCIe 1X com Perfil Normal e Low Profile	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	VNIK	0	78,2900	1
42	Placa de Rede 10/100/1000 PCI com Perfil Normal e Low Profile	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	TP LINK	0	88,2700	1
43	Placa de Rede 10/100 USB para RJ45 Compatível Windows XP até Windows 8. Conector do USB deve ser separado da placa. Modelo de Referência: Comtac Conversor USB 2.0 x RJ45, Empire JC-1192 2929	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	IMI	0	68,3800	1
44	Placa de Rede Wifi PCIe 1X com Perfil Normal e Low Profile Com antena externa Omni de no mínimo 2dBi, compatível com b/g/n. Mídia de drivers para Windows XP/Vista/7/8 inclusa ou drivers disponíveis para download.	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	TP LINK	0	78,2900	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 18/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	78,3500	2
45	Placa de Rede Wifi PCI com Perfil Normal e Low Profile Com antena externa Omni de no mínimo 2dBi, compatível com b/g/n. Midia de drivers para Windows XP/Vista/7/8 inclusa ou drivers disponíveis para download	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	TP LINK	0	98,1100	1
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	98,1800	2
46	Adaptador Wireless USB 150Mbps Com antena externa Omni de no mínimo 2dBi, compatível com b/g/n. Midia de drivers para Windows XP/Vista/7/8 inclusa ou drivers disponíveis para download. Modelo de Referência ou Similar: TP-Link WN722N; Intellbras WBN241.	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	TP LINK	0	78,2900	1
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	78,3500	2
47	Bateria CR2032 3V-	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	IMM	0	2,4800	1
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	2,4900	2
48	Pacote 500 Folhas A1 gramatura 75g/M² 841mmx594mm	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	SYSLANSP	0	288,7000	1
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	CHAMBRIL	0	285,0000	2
49	Rolo Papel 610mm x 50m gramatura 75g/m2 para Plotter A1 HP T120	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	SYSLANSP	0	72,2600	1
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	SILFER	0	70,0000	2



Página: 19/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
50	WebCam USB Full HD 1080p Full HD 1080p, Correção automática de pouca luz, clipe de fixação universal para tripés, tela de notebook e monitor de lcd, cabo USB com 1,8m, rastreador de rosto, detecção de movimentos, controle de inclinação e zoom; Compatível com Windows 7 e superiores. Garantia de 2 anos da Fabricante. Modelo de Referência ou similar: HD Pro Webcam C920	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	GENIUS	0	258,0000	1
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	259,0000	2
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	LOGITEC	0	355,0000	3
51	Licença 12 meses AutoCAD LT ÚLTIMA VERSÃO	UN	VIRTUAL AUTOMACAO LTDA (13778)		0	974,1420	1
			WEIKAN TECNOLOGIA LTDA (10670)	AutoCAD/2018	0	974,2850	2
			HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP (13780)		0	975,0000	3
52	Licença T5D-02324 MICROSOFT OFFICE HOME AND BUSINESS 2016 ESD	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	MICROSOFT	0	759,2099	1
			DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	Microsoft	0	759,7360	2
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	MICROSOFT	0	770,0000	3
53	Licença FQC-09131 MICROSOFT WINDOWS 10 PROFESSIONAL FULL ESD	UN	DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP (12325)	Microsoft	0	750,0000	1
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	MICROSOFT	0	762,0000	2
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	MICROSOFT	0	800,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 20/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

54	TV LED 43 Smart, Full HD, Suporte Articulado Tamanho 43", com Conversor Digital, Ajuste de contraste/brightness, Entrada de vídeo componente, áudio e vídeo, HDMI, USB Media Player, Leitura de arquivos de Vídeo, RF para TV a Cabo e TV Digital, Conexão de rede RJ45 e Wireless, Ângulo de Visão >170°, Controle Remoto, 220V, Aplicativos instalados Youtube, Netflix, Navegador de Internet. ACOMPANHAR: Suporte articulado de parede para TV até LCD/LED 50" VESA 75x75 a 400x400; afastamento da parede 40cm; articulação horizontal 180°; inclinação vertical 10°; Em aço com pintura epóxi cor preta; Suporte de peso: 40kg. Modelo de Referência ou Similar: Philips 43PFG5100/78, LG 43LJ5500, Samsung UN43J5200AGXZD	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	PHILIPS	0	2.333,3900	1
			HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP (13780)		0	2.070,0000	2
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	philipsbrasfor	0	2.100,0000	3
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	AOC	0	2.200,0000	4
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	SAMSUNG	0	3.504,7000	1
55	Monitor LED 40 24/7, Full HD, Suporte Articulado Tamanho 40", utilização sem interrupção por 24 horas por dia, 7 dias por semana, tipo do painel LED, resolução 1920 x 1080, taxa de contraste 5000:1, ângulo de visão V178° H178°, tempo de resposta 8ms, montagem VESA, autotranche integrado, entradas VGA (D-SUB), DVI, Display Port, 2-HDMI, USB, Audio, AV IN e SD Card, conexões de rede RJ45 e Wireless, alimentação bivolt. ACOMPANHAR: Suporte articulado de parede para TV até LCD/LED 50" VESA 75x75 a 400x400; afastamento da parede 40cm; articulação horizontal 180°; inclinação vertical 10°; Em aço com pintura epóxi cor preta; Suporte de peso: 40kg. Modelo de Referência ou Similar: Samsung DM40E	UN					
			HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP (13780)		0	4.300,0000	2
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	SAMSUNG	0	4.500,0000	3
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETROINICO (13722)	SAMSUNG	0	4.695,0000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 21/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

**Número do Registro de Preços:** 112/2017      **Data do Registro:** 30/11/2017      **Válido até:** 30/11/2018  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
56	Som Portátil CD SD USB FM Potência 20W RMS, Entrada para CD, CD RW, USB, Auxiliar, Display numero da faixa/frequência radio, Alça para Transporte, Botões (Modo Operação, Volume, Frequência Radio, Pular Faixa Frente/Trás, Stop, Play/Pause, Modelo de Referência ou Similar: Philco PH229, Lennox BD 1250, Multilaser SP178	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13388)	PHILCO	0	295.1300	1
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	MULTILASER	0	250.0000	2
			NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME (13777)	PHILCO	0	300.0000	3
			HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP (13780)		0	320.0000	4
57	Tablet Preto com Android 6, 10.1", Capa, Película Vidro, 4G Configuração Mínima: Android 6, Processador Octa Core Clock 1,6 GHz, Memória RAM de 3 GB, capacidade de armazenamento interno de 16GB expansível até 256 com cartão micro SD, Wireless 802.11 a/b/g/n/ac dual band (2,4 e 5,8GHz), 4G LTE, USB 2.0, Bluetooth 4.2, Teclas físicas na lateral para ligar/desligar/bloquear e volume, Microfone e alto-falante integrados, câmera traseira de 8MP autofoco com flash e Frontal de 2M, com Geo-tagging, Tela com área de 10,1 polegadas capacitiva multitoque resolução 1920x1200, GPS, Glonass, carregador, com tensão de entrada 110/220 VAC e seleção automática de tensão de entrada, com bateria de no mínimo 7300mAh, peso máximo 556g, e acompanha: Capa case de proteção para Tablet, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor escura. Do tipo estubo, capa com proteção frente e verso, com 1 posição de inclinação do tablet, com fecho de proteção frontal. Película de vidro temperado, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen, As películas devem vir aplicadas perfeitamente. Não será aceito qualquer tipo de violação/alteração ao conteúdo do produto original. Modelo de Referência ou Similar: Samsung Galaxy Tab A 2016 10.1" LTE	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13388)	SAMSUNG	0	1.852.5300	1
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	SAMSUNG	0	1.837.0000	2
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	SAMSUNG	0	1.900.0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

Página: 22/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, impressoras, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	Tablet Preto com Android 6.0, 10.1", Capa Case com Teclado, Película Vidro, 4G Configuração Mínima: Android 6.0, Processador Octa Core Clock 1.6 GHz, Memória RAM de 3 GB, capacidade de armazenamento interno de 16GB expansível até 256 com cartão micro SD, Wireless 802.11 a/b/g/n/ac dual band (2.4 e 5.8GHz), 4G LTE, USB 2.0, Bluetooth 4.2, Teclas físicas na lateral para ligar/desligar/bloquear e volume, Microfone e alto-falante integrados, câmera traseira de 8MP autofooco com flash e Frontal de 2MP, com Geo-tagging, Tela com área de 10,1 polegadas capacitiva multitoque resolução 1920x1200, GPS, Glonass, carregador, com tensão de entrada 110/220 VAC e seleção automática de tensão de entrada, com bateria de no mínimo 7300mAh, peso máximo 558g, e acompanha: Capa Case com Teclado Bluetooth de proteção para o Tablet, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor vermelha. Do tipo estojó, capa com proteção frontal e verso, com 1 posição de inclinação do tablet, com fecho da proteção frontal. Película de vidro temperado, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen, As películas devem vir aplicadas perfeitamente. Não será aceito qualquer tipo de violação/alteração ao conteúdo do produto original. Modelo de Referência ou Similar: Samsung Galaxy Tab A 2016 10.1" LTE	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	SAMSUNG	0	1,911,3900	1
59	Capa Case de Proteção para Tablet Samsung Galaxy Tab A 9.7" SMP550 Capa case de proteção para Tablet, em couro sintético/ecológico ou semelhante, em cor escura. Do tipo estojó, capa com proteção frontal e verso, com 1 posição de inclinação do tablet, com fecho da proteção frontal.	UN	CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	SAMSUNG	0	1,940,0000	2
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	SAMSUNG	0	1,960,0000	3
		UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	RECAPA	0	76,4500	1
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	MULTILASER	0	75,0000	2
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	MULTILASER	0	78,0000	3
60	Película de Vidro Temperado para Tablet Samsung Galaxy Tab A 9.7" SMP550 Película de vidro temperado, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	RECAPA	0	58,8100	1
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	HUSKY	0	58,0000	2
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	HUSKY	0	60,0000	3

Página: 23/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

61	Capa Case de Proteção para Tablet Samsung Galaxy Tab A 2016 10,1" LTE Capa case de proteção para Tablet, em couro sintético ecológico ou semelhante, em cor escura. Do tipo estôjo, capa com proteção frente e verso, com 1 posição de inclinação do tablet, com fecho de proteção frontal.	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	RECAPA	1
62	Película de Vidro Temperado para Tablet Samsung Galaxy Tab A 2016 10,1" LTE Película de vidro temperado, de material de alta transparência, sem afetar o touch screen	UN	CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	MULTILASER	2
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	MULTILASER	3
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	RECAPA	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	HUSKY	2
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	HUSKY	3
63	Kit Processador Dual Core 3,5Ghz, Placa Mãe 1151 Processador 02 Nucleos, 04 Threads, 3,5Ghz, 3MB Cache, Socket 1151, Compatível com DDR4-2133/2400 Placa Mãe Padrão Micro ATX, Socket 1151, 02 Socket memória DDR4 2133MHz até 32GB Dual Channel, Vídeo Integrado 1GB Full HD, saída D-SUB, Áudio Integrado, Rede Integrada 10/100/1000, Slots Internos PCI X1 e X16, 04 Conectores SATA 6.0Gb/s, Portas no painel traseiro: 02 USB 2.0, 02 USB 3.0, Mouse/Teclado PS/2, Entrada/Saída Audio Modelo de Referência ou Similar: Intel Pentium G4600, ASRock mATX H110M-HG4, GIGABYTE mATX GA-H110M-S2V	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	INTEL/ASROC	1
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	INTEL PENTIUM	2
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		3
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	INTEL AS ROC	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Página: 24/27

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017 Data do Registro: 30/11/2017 Válido até: 30/11/2018

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
64	Placa Mãe 1155 Placa Mãe Padrão Micro ATX, Socket 1155, 02 Socket memória DDR3, Vídeo integrado, saída D-SUB, Audio Integrado, Rede Integrada 10/100, 02 Conectores SATA 3.0Gb/s, Portas no painel traseiro: 02 USB 2.0, Mouse/Teclado PS/2, Entrada/Saída Audio.	UN	FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	AS ROCK	0	340.5000	1
			INFOPLAN LTDA - ME (12323)	BLUECASE	0	340.6660	2
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	342.5000	3
			CEK INFORMATICA EIRELI - ME (11212)	BLUECASE	0	355.0000	4
			TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	AS ROCK	0	370.0000	5
65	Placa Mãe 775 Placa Mãe Padrão Micro ATX, Socket 775, 02 Socket memória DDR2, Vídeo integrado, saída D-SUB, Audio Integrado, Rede Integrada 10/100, 02 Conectores SATA, Portas no painel traseiro: 02 USB 2.0, Mouse/Teclado PS/2, Entrada/Saída Audio.	UN	W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	369.8000	1
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	INTEL	0	369.9900	2
66	Telefone com fio e identificação de Chamadas Telefone com fio, com identificador de chamadas DTMF/FSK, posição de uso mesa ou parede, display LCD luminoso com 2 linhas de caracteres com exibição da hora, dia e mês, controle de volume de campainha, led indicativo de chamadas, registro das 10 últimas chamadas originadas, atendidas, não atendidas, todas numeradas 0 a 9, flash, mute, viva voz e rediscagem. Modelo de Referência ou Similar: Intelbras TC 60 ID, Elgin TCF 3000	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	INTELBRAS	0	81.9000	1
			ELECTRONIX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	ELGIN	0	64.0000	2
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	INTELBRAS	0	99.0000	3
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	99.0000	4



Página: 25/27

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017**

Número do Registro de Preços: 112/2017				Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, impressoras, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
67	Telefone sem fio e identificação de Chamadas Telefone sem fio, com identificador de chamadas DTMF/FSK, display LCD luminoso com exibição do nível de sinal da base e da bateria; 5 Tipos de Toques, registro das 10 últimas chamadas recebidas, realizadas, não atendidas, teclas numéricas 0 a 9, e teclas de função de flash, mute, rediscar, Viva voz e modo silencioso, controle de volume de campainha. Modelo de Referência ou Similar: Intelbras TS 3110, Elgin TSF 8001	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	INTELBRAS	0	84,9600	1
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	ELGIN	0	95,0000	2
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	INTELBRAS	0	119,0000	3
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	119,0000	4
68	Telefone com fio Telefone com fio, posição de uso mesa ou parede, 2 Níveis de campainha, teclas numéricas 0 a 9, flash, mute e rediscagem. Modelo de Referência ou Similar: Intelbras Pleno, Elgin TCF 2000	UN	TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME (13358)	INTELBRAS	0	27,8000	1
			ELECTRONOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO (13722)	ELGIN	0	34,0000	2
			FT PETTIRINI LTDA - ME (13779)	INTELBRAS	0	44,9900	3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, notebooks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			W.S INFORMATICA LTDA - ME (13776)		0	44,9900	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 112/2017

Número do Registro de Preços: 112/2017		Data do Registro: 30/11/2017		Válido até: 30/11/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de computadores, notebooks, nobreaks, monitores, licenças Windows e Office, projetores, tv e outros materiais de informática e suprimento para a Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Sec							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2017

PROCESSO Nº 243/2017

- (10670) - WEIKAN TECNOLOGIA LTDA
- (11212) - CEK INFORMATICA EIRELI - ME
- (12323) - INFOPLAN LTDA - ME
- (12325) - DURALINE TECNOLOGIA LTDA - EPP
- (13357) - LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER - ME
- (13358) - TOP CENTER COMERCIAL LTDA - ME
- (13722) - ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO
- (13776) - W.S INFORMATICA LTDA - ME
- (13777) - NUVEMBIT INFORMATICA EIRELI - ME
- (13778) - VIRTUALAUTOMACAO LTDA
- (13779) - FT PETTIRINI LTDA - ME
- (13780) - HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI - EPP
- (13781) - DATEN TECNOLOGIA LTDA

Schroeder, 30 de Novembro de 2017.

**ATA TOMADA DE PREÇOS 17/2017-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

Publicação Nº 1442516

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 17/2017 - TP</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 235/2017 Data do Processo: 26/10/2017
Folha: 1/2	

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 228/2017 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) reforma e ampliação na estrutura do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, localizada na Rua Guilherme Zastrow, neste Município de Schroeder/SC, com área toda de 454,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento as empresas FREITAS OBRAS DE ALVENARIA LTDA. - ME, ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. - EPP, CONSTRUTORA CRA EIRELI - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentou apenas envelopes de habilitação e proposta comercial, as empresas FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP, CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas FREITAS OBRAS DE ALVENARIA LTDA. - ME, ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. - EPP, CONSTRUTORA CRA EIRELI - ME e OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas FREITAS OBRAS DE ALVENARIA LTDA. - ME, ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. - EPP, CONSTRUTORA CRA EIRELI - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP, CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP e SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., cujos documentos foram rubricados pela presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. - EPP, CONSTRUTORA CRA EIRELI - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP, apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Constatou-se que a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. apresentou apenas a Proposta de Seguro Garantia sem autenticação, este documento é exigido no edital no item 8.1.20 e o mesmo deve ser apresentado de acordo com o edital no item 8.4, sendo assim a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Constatou-se que a empresa FREITAS OBRAS DE ALVENARIA LTDA. - ME apresentou apenas a Proposta de Seguro Garantia sem autenticação, este documento é exigido no edital no item 8.1.20 e o mesmo deve ser apresentado de acordo com o edital no item 8.4, e o Atestado de responsabilidade técnica acompanhado da CAT Especifica apresentado não é compatível com o objeto da licitação, este documento é exigido no edital no item 8.1.19, sendo assim a empresa FREITAS OBRAS DE ALVENARIA LTDA. - ME não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Não sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação por todos os participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, abre-se então o prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo o prazo até dia 07 de dezembro de 2017, às 16h30min, não havendo interposição de recurso, fica marcado para o dia 08 de dezembro de 2017, às 13h30min para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais, caso contrário será enviada ata com nova data. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser entregue cópia da ata às empresas participantes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 17/2017 - TP**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 235/2017  
Data do Processo: 26/10/2017

Folha: 2/2

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**  
**Número da ATA: 228/2017 (Sequência: 1)**

Schroeder, 30 de Novembro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	- ..... - Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	- ..... - Membro
Fabiane Heller	- ..... - Membro
Marlene Neumann	- ..... - Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro Suplente
Diego Guilherme Lasta	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

	- ..... - Representante
	- ..... - Representante
RUI JAN DOBNER	- ..... - Representante
	- ..... - Representante
	- ..... - Representante
JISLENE RODRIGUES GARCIA DE SOUZA	- ..... - Representante
CELSON ROCHA DE ABREU	- ..... - Representante

# Seara

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- DENTAL SHOW

Publicação Nº 1442814

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS

Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº 14/R- 2.468.693, CPF nº 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Dental Show Comércio de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda, CNPJ nº 11.776.334/0001-78, estabelecida na av. Luiz Antônio Faedo, 1810, bairro industrial, Francisco Beltrão, PR, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Guimarães, brasileiro, casado, RG nº 1.275.539-PR, CPF nº 225.171.209-78, residente e domiciliado na av. Francisco Perondi, nº. 435, centro, Flor da Serra do Sul, PR, para assinarem a presente Ata, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 8.833,84 (oito mil, oitocentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Luiz Carlos Guimarães  
Dental Show Com. de Produtos Odontológicos e Hospitalares Ltda,  
Contratada

### ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- ALTERMED

Publicação Nº 1442805

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS

Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na estrada Boa Esperança, nº. 2320, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo Sr. Maicon Cordova Pereira, brasileiro, casado, gerente, RG nº. 3.242.195, CPF nº. 015.886.939-70, residente e domiciliado na rua Henrique Munzfeld, nº. 130, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto



a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 11.045,80 (onze mil, quarenta e cinco reais e oitenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Maicon Cordova Pereira  
Altermed Material Médico Hospitalar Ltda  
Contratada

#### **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- AMARILDO**

Publicação Nº 1442807

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS  
Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS  
Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº 14/R- 2.468.693, CPF nº 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Amarildo Baseggio & Cia Ltda, CNPJ nº 82.291.311/0001-11, estabelecida na rua Santo Antônio, 151, bairro Cristo Rei, Francisco Beltrão, PR, neste ato representada pelo Sr. Amarildo Baseggio, brasileiro, casado, empresário, RG nº 3.473.15,9-4 CPF nº 453.313.169-72, residente e domiciliado rua Santo Antônio, 151, bairro Cristo Rei, Francisco Beltrão, PR, para assinarem a presente Ata, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 10.139,70 (dez mil, cento e trinta e nove reais e setenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Amarildo Baseggio  
Amarildo Baseggio & Cia Ltda  
Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- AZ**

Publicação Nº 1442808

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS  
Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS  
Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº 14/R- 2.468.693, CPF nº 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Medicamentos de AZ Eireli, CNPJ nº 09.676.256/0001-98, estabelecida na rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1132, centro, Francisco Beltrão, PR, neste ato representada pela Sra. Sirlei Fátima Follador, brasileira, casada, empresária, RG nº 13.961.473-9, CPF nº 465.988.800-25, residente e domiciliada na rua Octaviano Teixeira dos Santos, nº 1132, centro, Francisco Beltrão, PR, para assinarem a presente Ata, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:'

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 12.384,36 (doze mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Sirlei Fátima Follador  
Medicamentos de AZ Eireli  
Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- DAMEDI**

Publicação Nº 1442811

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS  
Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS  
Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº 14/R- 2.468.693, CPF nº 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Damedi Dambrós Comércio de Medicamentos Ltda, CNPJ nº. 95.368.320/0001-05, estabelecida na rua Paraná, nº 299, centro, Pato Branco, PR, neste ato representada pela Sra. Maria Rosangela Ronssen Dambros, brasileira, casada, empresária, RG nº 3.582.409-0, CPF nº 855.226.439-00, residente e domiciliada na rua Paraná, 299, centro, Pato Branco, PR, para assinarem a presente Ata, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 3.715,00 (três mil, setecentos e quinze reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Maria Rosangela Ronssen Dambros  
Damedi Dambrós Comércio de Medicamentos Ltda  
Contratada

## **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- DENTAL OESTE**

Publicação Nº 1442812

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS  
Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS  
Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº 14/R- 2.468.693, CPF nº 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Dental Oeste Eireli EPP, CNPJ nº 05.412.147/0001-02, estabelecida na rua das Flores, 549, centro, Iporã do Oeste, SC, neste ato representada pelo Sr. Jackson Luiz Berti, brasileiro, casado, empresário, RG nº 1.851.582, CPF nº 726.179.939-49, residente e domiciliado na rua das Flores, 326, apto. 02, centro, Iporã do Oeste, SC, para assinarem a presente Ata, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 18.438,40 (dezoito mil, quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Jackson Luiz Berti  
Dental Oeste Eireli EPP  
Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- METROMED**

Publicação Nº 1442815

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS  
Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS  
Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Metromed Com. Mat. Med. Hospitalar Ltda, CNPJ nº 83.157.032/0001-22, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº. 1918, fundos Canoas, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo Sr. Aristorides Mendes Filho, brasileiro, casado, vendedor, RG nº 1.437.134-0, CPF nº 498.207.619-72, residente e domiciliado na rua Frei Gabriel, nº 860, apto. 06, edifício Salésia, centro, Lages, SC, para assinarem a presente Ata, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 6.825,93 (seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Aristorides Mendes Filho  
Metromed Com. Mat. Med. Hospitalar Ltda  
Contratada

**ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- SC MED**

Publicação Nº 1442817

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS  
Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS  
Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa SC Med Distribuidora Médico Hospitalar Ltda, CNPJ nº 27.311.107/0001-07, estabelecida na av. Brasil, 1137, Palmitos, SC, neste ato representada pelo Sr. Douglas Luiz Conte, RG nº 5.117.359, CPF nº 088.994.699-03, residente e domiciliado na rua Fernando Otto, 45, centro, Palmitos, SC, para assinarem a presente Ata, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 915,70 (novecentos e quinze reais e setenta centavos), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da

presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Douglas Luiz Conte  
SC Med Distribuidora Médico Hospitalar Ltda  
Contratada

## **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017-CENTERMEDI**

Publicação Nº 1442809

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 010/2017-FMS

Pregão Presencial nº 020/2017 - FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ nº. 03.652.030/0001-70, estabelecida na BR 480, nº 795, Barão de Cotegipe, RS, neste ato representada pelo Sr. Ronaldo Giacomeli, brasileiro, solteiro, representante comercial, RG nº. 8081235148, CPF nº. 839.045.300-20, residente e domiciliado na rua Tancredo Neves, 274, Barão de Cotegipe, RS, para assinarem a presente Ata, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais de procedimento médico ambulatorial e atendimentos de urgência e emergência, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais), são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 29/11/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/11/2018.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 020/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/11/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Flávio Joel Zolet  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

Ronaldo Giacomeli  
Centermedi Com. de Produtos Hospitalares  
Contratada



**PORTARIAS 466/2017 A 467/2017**

Publicação Nº 1442747

Portaria nº. 466/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 129 da Lei Complementar nº. 18/2003, que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município de Seara, das fundações municipais e dá outras providências, resolve,

Conceder, Aos servidores públicos abaixo, 30 (trinta) dias de férias, com gozo nos seguintes períodos:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Alex Eduardo Freyer	01/06/2016 a 31/05/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Aneli Mior	07/10/2016 a 06/10/2017	04/12/2017 a 02/01/2018
Arival Cruz do Nascimento	09/02/2016 a 08/02/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Arnesto Oldoni	07/08/2015 a 06/08/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Carlos Antonio Berndt Schmidt	23/05/2016 a 22/05/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Daniel Dias	21/11/2016 a 20/11/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Daniela Vieira da Rocha	01/10/2016 a 30/09/2017	11/12/2017 a 09/01/2018
Darcio Mocellin	02/08/2016 a 01/08/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Elaine Fatima Aigner Benetti	01/07/2016 a 30/06/2017	11/12/2017 a 09/01/2018
Elfriede Marlene Freyer	01/10/2016 a 30/09/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Elisio Krutzman	17/09/2016 a 16/09/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Elizabeth Di Domenico Giombelli	16/11/2016 a 15/11/2017	01/12/2017 a 30/12/2017
Enio Santo Balbinot	02/02/2016 a 01/02/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Fabio Fernando Picco	06/04/2016 a 05/04/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Fiorindo Jose Martini	19/04/2016 a 18/04/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Flavio Rogerio Lazzarotti	01/12/2016 a 30/11/2017	04/12/2017 a 02/01/2018
Genuir Mariani	20/09/2015 a 19/09/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Gessica Vanderleia Kochem	19/12/2016 a 18/12/2017	01/12/2017 a 30/12/2017
Gilvair Ghidorsi	01/02/2015 a 31/01/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Itamar Sabino Scalco	19/09/2015 a 18/09/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Ivandro Roberto Novakowski	17/05/2016 a 16/05/2017	11/12/2017 a 09/01/2018
Ivete J. Camillo Debortoli	07/10/2015 a 06/10/2016	01/12/2017 a 30/12/2017
Ivo Freyer	27/06/2015 a 26/06/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Ivone Leonilda Lorscheitter	02/05/2016 a 01/05/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Jacir Celino Paludo	07/08/2016 a 06/08/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Jaime Pires da Silva	13/04/2016 a 12/04/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Jair Francisco Vieceilli Della Betta	02/08/2016 a 01/08/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Jair Santo Biassi	02/08/2016 a 01/08/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
James Renan Forner Beneti	17/08/2016 a 16/08/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Jose Gilmar da Rosa	01/07/2016 a 30/06/2017	11/12/2017 a 09/01/2018
Laudir Barotto	07/10/2015 a 06/10/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Lenir F. Fagundes Fantinelli	02/01/2016 a 01/01/2017	01/12/2017 a 30/12/2017
Manoel Pereira da Silva Neto	18/05/2016 a 17/05/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Marcos Antonio Pucci	01/12/2016 a 30/11/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Marcos Ferrari	16/11/2015 a 15/11/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Marina D. de Oliveira Poletto	02/05/2016 a 01/05/2017	04/12/2017 a 02/01/2018
Mario Elio Sendtko	17/06/2015 a 16/06/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Marivania P. Perreira Lorencetti	01/06/2016 a 31/05/2017	11/12/2017 a 09/01/2018
Michele Nardi	13/04/2016 a 12/04/2017	11/12/2017 a 09/01/2018
Moises Ruhmke	10/01/2016 a 09/01/2017	11/12/2017 a 09/01/2018
Neori Jose Barrionuevo	03/05/2016 a 02/05/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Neudir Boni	12/02/2016 a 11/02/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Osmar Dal Pozzo	01/06/2016 a 31/05/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Paulo Joceli de Jesus Naissinger	25/04/2016 a 24/04/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Paulo Miguel Braun	12/08/2016 a 11/08/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Pedro Valdomiro Bee	16/03/2016 a 15/03/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Rudolfo Evald Freyer	15/05/2015 a 14/05/2016	18/12/2017 a 16/01/2018
Santina Chaves Manfro	01/06/2016 a 31/05/2017	18/12/2017 a 16/01/2018
Valdir Burin	05/11/2015 a 04/11/2016	18/12/2017 a 16/01/2018

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 30 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração



Portaria nº. 467/2017. O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Demitir a pedido, Kamilla Goralski Bongiovani, contratada em caráter temporário para exercer a função de Médico – 40h, Anexo I, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 01 de dezembro de 2017.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara - SC, 30 de novembro de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 30 de novembro de 2017.

Neri Cosmann

Secretário da Administração.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- ALTERMED

Publicação Nº 1442819

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR Fornecedor: 6094      - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LT      Data da Homologação: 29/11/2017									
12	4373	LUA PLÁSTICA MULTI USO ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, TRANSPARENTE, ESPESSURA DE: 0,03 MICRAS, APROPRIADA PARA USO MEDICO HOSPITALAR, EMBALADA E ESTERILIZADAS INDIVIDUALMENTE UMA A UMA, E REEMBALDA EM SACO COM 100 UNIDADES.	Luplast	UN	100,000	0,0000	6,3000	630,00	Vencou
21	35307	DIU T. PRODUZIDO EM POLIETILENO, RADIOPAÇO, COM HASTES REVESTIDAS EM PURO COBRE, A SUPERFÍCIE EXPOSTA DE COBRE E DE APROXIMADAMENTE 380 MM/2 DIMENSÕES: 36 MM NA HASTE VERTICAL E 32 MM NA HASTE HORIZONTAL ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO. VIDA ÚTIL DE PRATELEIRA DE 7 ANOS, E APOS INSERIDO TEM UMA DURAÇÃO DENTRO DO ÚTERO DE 10 ANOS. DEVERA ACOMPANHAR TUBO GUIA E BULA EM PORTUGUÊS, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, APROVADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE	Cepeo	UN	50,000	0,0000	93,9000	4.695,00	Vencou
28	36378	GLICERINA LÍQUIDO 1000ML	Rioquímica	UN	4,000	0,0000	18,9000	75,60	Vencou
32	1408	SERINGA DESCARTÁVEL PARA INSULINA, CAPACIDADE DE 01 ML, ESCALA E NÚMEROS NÍTIDOS, MARCADO ÚNICA EVITANDO CONFUSÕES COMO EM ESCALAS DUPLAS, EXTREMIDADE DO EMBOLO EM CORTE RETO COM PROTETORES, SEM AGULHA, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	SR	UN	10,000,000	0,0000	0,1500	1,500,00	Vencou
43	3393134	MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA 2,10 x 1,40, PARA RESGATE DE PACIENTE	Resgate SP	UN	50,000	0,0000	5,3900	269,50	Vencou
68	35368	TESOURA IRIS RETA, CONFECCIONADA EM AÇO INOX DE 1ª QUALIDADE, MEDINDO 11,5 CM DE COMPRIMENTO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PLÁSTICO, COSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA NACIONAL. GARANTIA DE FABRICA: 10 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. SERVE PARA USO CIRÚRGICO GERAL.	Weldon	UN	30,000	0,0000	7,9100	237,30	Vencou
69	36388	PINÇA HEMOSTÁTICA MOSQUITO CURVA 12 CM EM INOX	Abc	UN	30,000	0,0000	17,3000	519,00	Vencou

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR Fornecedor: 6094      - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LT									
79	38000	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALAR-INFECTANTES, CONSTITUÍDO DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) VIRGEM COMPATIVEL COM OS PADRÕES DA ABNT E DO IPT (INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS). TAMANHO: 50 LITROS QUANTIDADE POR EMBALAGEM: 100 UNIDADES COR: BRANCO LEITOSO DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA 9191, A SOLDA DE FUNDO E DE TIPO ESTRELA, CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME VEDANDO COMPLETAMENTE E NÃO PERMITINDO A PERDA DO CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO, DIMINUINDO ASSIM, O RISCO DE CONTAMINAÇÃO OU INFECÇÃO DAS ÁREAS POR ONDE CIRCULA. OFERECE PERFEITA RESISTÊNCIA MECÂNICA E PROPORCIONA A OPACIDADE NECESSÁRIA A APLICAÇÃO.	Rava	UN	100,000	0,0000	18,0000	1.800,00	Venceu

Página: 3/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Prego Unitário	Prego Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR  Forneceador: 6094      - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LT      Data da Homologação: 29/11/2017</p>									
82	4336	SERINGA PLÁSTICA DESCARTÁVEL SEM AGULHA CAPACIDADE 3 ML ESPECIFICAÇÕES MATERIAL CILINDRO: POLIPROPILENO ATÓXICO E APIROGÊNICO. HASTE: POLIPROPILENO ATÓXICO E APIROGÊNICO. PISTÃO: BORRACHA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA E APIROGÊNICA. BICO: LUER LOCK. MARCAÇÃO COM ALTO GRAU DE PRECISÃO, TRACOS E NÚMEROS DE INSCRIÇÃO CLAROS, LIGÍVEIS E ISENTOS DE FALHAS ATÉ O MOMENTO DA UTILIZAÇÃO. SENDO A ESCALA NUMERADA EM TRACOS LONGOS A CADA 0,5ML E A SECUNDÁRIA A CADA 0,1ML; FEITAS COM TINTA ATÓXICA EM AZUL OU PRETA. AS SERINGAS APRESENTAM CAPACIDADE NOMINAL, RESIDUAL E DE VOLUME ÚTIL DENTRO DO DESCRITO EM NBR APLICÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIPROPILENO + PAPEL GRAU MÉDICO, SELADOS TERMICAMENTE (BLISTER), CONTENDO OS SEGUINTES DIZERES: FABRICANTE, CAPACIDADE NOMINAL DA SERINGA EM ML, INDICATIVO DE ARTIGO MÉDICO-HOSPITALAR DE USO ÚNICO, DATA E MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	SR	UN	10.000,000	0,0000	0,0990	990,00	Venceu
85	333398805	GARROTE Nº 201	Biosani	M	50,000	0,0000	1,3500	67,50	Venceu
86	3396736	PERA PARA ECG CONFECCIONADA EM LATEX JOGO COM 06 UNIÁDES	Missouri	UN	2,000	0,0000	13,2500	26,50	Venceu
88	37979	KIT PARTO BÁSICO: 01 BISTURI DESCARTÁVEL 01 ABSORVENTE HOSPITALAR 01 LENÇOL DESCARTÁVEL 2,00 x 0,90M 01 AVENTAL DESCARTÁVEL 02 CLAMPS UMBILICAL 01 COMPRESSA ALGODONADA 15 x 10CM 02 PARES DE LUVA 01 SACOS PLÁSTICO HOSPITALAR 01 PAR DE PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO	Resgate SP	UN	2,000	0,0000	57,7000	115,40	Venceu

Página: 4/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descot(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR      Data da Homologação: 29/11/2017									
Fornecedor: 6094      - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LT									
90	4369	AVENTAL DE PROCEDIMENTO DE USO ÚNICO, PRODUZIDO EM TECIDO NÃO TECIDO, ATÓXICO, ANTIALÉRGICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: AVENTAL ABERTO ATRÁS, COM CINTOS LATERAIS; FAIXA PRESA NA CINTURA PARA FECHAMENTO NAS COSTAS; DECOTE REDONDO PRÓXIMO AO PESCOÇO. COMPRIMENTO ABAIXO DO JOELHO, COM MANGAS LONGAS E PUNHO EM LÁTEX CONFECCIONADO EM POLIPROPILENO OU POLIÉSTER (100%), COM CAMADAS DE PROTEÇÃO RESISTENTES A PENETRAÇÃO DE FLUIDOS CONFERINDO TOTAL PROTEÇÃO A ROUPA INDIVIDUAL, TAMANHO: MÉDIO	Medgauze	UN	100,000	0,0000	1,2000	120,00	Venceu
					Total do Fornecedor →			11,045,80	

Seara, 29 de Novembro de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- AMARILDO

Publicação Nº 1442820

Página: 1/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017 Fornecedor: 12352 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA-DISPROBEL									
Licitação: 20/2017 - PR Data da Homologação: 29/11/2017									
1	37951	ALGODÃO HIDRÓFILO EM CAMADAS (MANTA) CONTINUAS EM FORMA DE ROLO, PROVIDO DE PAPEL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO, O ALGODÃO DEVERÁ APRESENTAR: ASPECTO HOMOGÊNEO E MACIO; BOA ABSORVENÇIA, INODORO, AUSÊNCIA DE GRUMOS OU QUAISQUER IMPUREZAS, COR BRANCA NO MÍNIMO 80% DE BRANCURA, PESO LÍQUIDO 500 GRAMAS, EMBALADO EM SACO PLÁSTICO INDIVIDUAL.	MELHORMED	UN	150,000	0,0000	8,4200	1.263,00	Vencou
3	42101	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA, CALIBRE 21, TUBO TRANSPARENTE, ATOXICO E APIROGENICO QUE PERMITE VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO DO SANGUE E DA INFUSÃO, COM ASAS FLEXÍVEIS QUE FACILITAM A PUNÇÃO E A FIXAÇÃO NA VEIA, AGULHA SILICONIZADA COM BISEL TRIFACETADO, CONEÇÃO LUER LOCK, CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	UN	2,000	0,0000	15,8000	31,60	Vencou
4	42104	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA, CALIBRE 27 G, TUBO TRANSPARENTE, ATOXICO E APIROGENICO QUE PERMITE VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO DO SANGUE E DA INFUSÃO, COM ASAS FLEXÍVEIS QUE FACILITAM A PUNÇÃO E A FIXAÇÃO NA VEIA, AGULHA SILICONIZADA COM BISEL TRIFACETADO, CONEÇÃO LUER LOCK, CAIXA COM 100 UNIDADES	EMBRAMAC	UN	2,000	0,0000	16,3000	32,60	Vencou
6	37963	COLETOR PERFURO CORTANTES EM PAPELÃO 13 LITROS	MEDIX	UN	250,000	0,0000	3,1400	785,00	Vencou
20	38002	COLETOR PARA PERFURO CORTANTES, ALÇA DUPLA PARA TRANSPORTE TAMANHO 13 LITROS, TRAVA E CONTRA-TRAVA DE SEGURANÇA PRODUZIDO DE ACORDO COM NBR 13853	MEDSONDA	UN	50,000	0,0000	35,9000	1.795,00	Vencou
		COLETOR URINA TIPO SACO COM CORDÃO 2000ML, SISTEMA ABERTO							
		COLETOR HOSPITALAR PLÁSTICO TIPO SACO 2000ML, COM CORDÃO, UNISSEX, NÃO ESTÉRIL COM 100 UNIDADES							



Página: 2/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo:</b> 48/2017      <b>Licitação:</b> 20/2017 - PR      <b>Data da Homologação:</b> 29/11/2017</p> <p><b>Fornecedor:</b> 12352 - AMARILDO BASEGGIO &amp; CIA LTDA-DISPROBEL</p>									
31	37950	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO) ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONIZADAS. POSSUEM CORPOS COM PAREDES FINAS EM AÇO INOX. O BISEL DE CADA AGULHA HIPODÉRMICA É TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS; RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO. FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. AS AGULHAS HIPODÉRMICAS SÃO EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITE ABERTURA EM PÉTIMA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSEPTICA. EM SUA EMBALAGEM CONTEM REGISTROS COMO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, TAMANHOS E CALIBRES: 30MM x 8MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	UN	200,000	0,0000	5,2000	1,040,00	Venceu

Página: 3/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Prego Unitário	Prego Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 48/2017</b>      <b>Licitação: 20/2017 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 29/11/2017</b>  <b>Fornecedor: 12352 - AMARILDO BASEGGIO &amp; CIA LTDA-DISPROBEL</b></p>									
34	37946	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL (DE USO ÚNICO) ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONIZADAS. POSSUEM CORPOS COM PAREDES FINAS EM AÇO INOX. O BISEL DE CADA AGULHA HIPODÉRMICA É TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO. FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO. COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. AS AGULHAS HIPODÉRMICAS SÃO EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITE ABERTURA EM PETALA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSEPTICA. EM SUA EMBALAGEM CONTEM REGISTROS COMO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO. DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. TAMANHOS E CALIBRES: 25MM x 7MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	UN	50,000	0,0000	5,3000	265,00	Vencou
36	42100	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA, CALIBRE 19G, TUBO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APIROGÊNICO QUE PERMITE VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO DO SANGUE E DA INFUSÃO, COM ASAS FLEXÍVEIS QUE FACILITAM A PUNÇÃO E A FIXAÇÃO NA VEIA, AGULHA SILICONIZADA COM BISEL TRIFACETADO, CONEXÃO LUER LOCK, CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	UN	1,000	0,0000	16,4000	16,40	Vencou
37	42103	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA, CALIBRE 25 G, TUBO TRANSPARENTE, ATÓXICO E APIROGÊNICO QUE PERMITE VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO DO SANGUE E DA INFUSÃO, COM ASAS FLEXÍVEIS QUE FACILITAM A PUNÇÃO E A FIXAÇÃO NA VEIA, AGULHA SILICONIZADA COM BISEL TRIFACETADO, CONEXÃO LUER LOCK, CAIXA COM 100 UNIDADES	EMBRAMAC	UN	1,000	0,0000	15,5000	15,50	Vencou

Página: 4/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 48/2017 Licitação: 20/2017 - PR Data da Homologação: 29/11/2017  
 Fornecedor: 12352 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA-DISPROBEL

47	37949	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL (DE USO ÚNICO) ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONIZADAS. POSSUEM CORPOS COM PAREDES FINAS EM AÇO INOX. O BISEL DE CADA AGULHA HIPODÉRMICA É TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS; RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO. FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO. TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. AS AGULHAS HIPODÉRMICAS SÃO EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITE ABERTURA EM PETALA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSEPTICA. EM SUA EMBALAGEM CONTEM REGISTROS COMO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, TAMANHOS E CALIBRES: 25MM x 8MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	UN	50,000	0,0000	5,1500	257,50	Venceu
48	35278	Agulha hipodérmica descartável calibre 20x5.5 , caixa com 100 unidades Especificações : Esterilizado em óxido de etileno CÂNULA em aço níquel, e biseil trifacetado e siliconizado para punção atraumática. Com parede fina para o bom escoamento de fluidos com alta viscosidade. CANHÃO: Tampa protetora de cânula transparente em polipropileno. Adaptador universal da seringa tipo "luer", com cor correspondente ao número do calibre. Em polipropileno em cores padronizadas, translúcidas, que permitem a visualização instantânea do fluxo interno. GARANTIA: Garantia de 05 anos EMBALAGEM: Individual, em blister de laminado de polipropileno e papel grau cirúrgico picotado. Caixa com 100 unid.	SOLIDOR	UN	30,000	0,0000	5,4000	162,00	Venceu

Página: 5/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR Fornecedor: 12352 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA-DISPROBEL      Data da Homologação: 29/11/2017									
49	40590	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL CALIBRE 25X6, CAIXA COM 100 UNIDADES ESPECIFICAÇÕES: ESTERILIZADO EM ÓXIDO DE ETILENO CÂNULA EM AÇO NÍQUEL, E BISEL TRIFACETADO E SILICONIZADO PARA PUNÇÃO ATRAUMÁTICA, COM PAREDE FINA PARA O BOM ESCOAMENTO DE FLUIDOS COM ALTA VISCOSIDADE. CANHAO: TAMPA PROTETORA DE CÂNULA TRANSPARENTE EM POLIPROPILENO. ADAPTADOR UNIVERSAL DA SERINGA TIPO "LUER", COM COR CORRESPONDENTE AO NÚMERO DO CALIBRE: EM POLIPROPILENO EM CORES PADRONIZADAS, TRANSLUCIDAS, QUE PERMITEM A VISUALIZAÇÃO INSTANTÂNEA DO FLUXO INTERNO. GARANTIA: GARANTIA DE 05 ANOS EMBALAGEM: INDIVIDUAL, EM BLISTER DE LAMINADO DE POLIPROPILENO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO PICOTADO, CAIXA COM 100 UNID.	SOLIDOR	UN	30,000	0,0000	5,3000	159,00	Vencou
51	42102	CATETER INTRAVENOSO PERIFÉRICO DE CURTA PERMANÊNCIA, CALIBRE 23G, TUBO TRANSPARENTE, ATOXICO E APIROGENICO QUE PERMITE VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO DO SANGUE E DA INFUSÃO, COM ASAS FLEXÍVEIS QUE FACILITAM A PUNÇÃO E A FIXAÇÃO NA VEIA, AGULHA SILICONIZADA COM BISEL TRIFACETADO, CONEXÃO LUER LOCK, CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	UN	1,000	0,0000	15,0000	15,00	Vencou
53	42116	EQUIPO MACRO GOTAS BICO RETO	LAMEDID	UN	1,000,000	0,0000	0,5900	590,00	Vencou
55	35315	LAMINA BISTURI DESCARTÁVEL Nº 10, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADAS, CAIXA COM 100 UNIDADES.	SOLIDOR	UN	2,000	0,0000	19,9000	39,80	Vencou
56	35316	LAMINA BISTURI DESCARTÁVEL Nº 11, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADAS, CAIXA COM 100 UNIDADES.	SOLIDOR	UN	2,000	0,0000	19,9000	39,80	Vencou
65	2432	TERMOMETRO COM CABO EXTENSOR 2,5M, TAMANHO DE 46 X 26 MM, NA COR BRANCA COM ESCALA DE TEMPERATURA DE -50 + 70° C	JPROLAB	UN	10,000	0,0000	56,0000	560,00	Vencou
70	4323	LUVAS DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BOA QUALIDADE LEVEMENTE TALCADA, TAMANHO EXTRA PEQUENO, CAIXA COM 100 UNIDADES	MEDIX	UN	150,000	0,0000	13,1500	1.972,50	Vencou

Página: 6/7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR      Data da Homologação: 29/11/2017 Fornecedor: 12352 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA-DISPROBEL									
81	4337	SERINGA PLÁSTICA DESCARTÁVEL SEM AGULHA CAPACIDADE 5 ML ESPECIFICAÇÕES MATERIAL CILINDRO: POLIPROPILENO ATÓXICO E APIROGÊNICO. HASTE: POLIPROPILENO ATÓXICO E APIROGÊNICO. PISTÃO: BORRACHA TERMOPLÁSTICA ATÓXICA E APIROGÊNICA. BICO: LUER LOCK. MARCAÇÃO COM ALTO GRAU DE PRECISÃO, TRAÇOS E NÚMEROS DE INSCRIÇÃO CLAROS, LEGÍVEIS E ISENTOS DE FALHAS ATÉ O MOMENTO DA UTILIZAÇÃO. SENDO A ESCALA NUMERADA EM TRAÇOS LONGOS A CADA 0,5ML E A SECUNDÁRIA A CADA 0,1ML; FEITAS COM TINTA ATÓXICA EM AZUL OU PRETA. AS SERINGAS APRESENTAM CAPACIDADE NOMINAL, RESIDUAL E DE VOLUME ÚTIL DENTRO DO DESCRITO EM NBR APLICÁVEL. EMBALAGEM EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM FILME DE POLIPROPILENO + PAPEL GRAU MÉDICO, SELADOS TERMICAMENTE (BLISTER), CONTENDO OS SEGUINTE DIZERES: FABRICANTE, CAPACIDADE NOMINAL DA SERINGA EM ML, INDICATIVO DE ARTIGO MÉDICO-HOSPITALAR DE USO ÚNICO, DATA E MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO, Nº DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, Nº DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	DESCARPACK	UN	5,000,000	0,0000	0,1100	550,00	Venceu
84	3396450	TUBO DE SILICONE NUMERO 204 6X12MM ROLO CONTENDO 15 METROS	KINNER	UN	1,000	0,0000	126,0000	126,00	Venceu
91	333397600	SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML BICO C/ ROSCA SEM AGULHA	DESCARPACK	UN	2,000,000	0,0000	0,2000	400,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 777

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR Fornecedor: 12352 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA-DISPROBEL      Data da Homologação: 29/11/2017									
99	3171	FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO, NYLON PRETO, INABSORVÍVEL DE POLIAMIDA, MONO-FILAMENTO, DIÂMETRO 2-0CM, COM AGULHA 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR CORTANTE DE 2,0 CM, COMPRIMENTO DO FIO 45 CM. EMBALADO EM CAIXA COM 24 ENVELOPES, FABRICANTE PROCEDENCIA NACIONAL.	PROCARE	UN	1,000	0,0000	24,0000	24,00	Venceu
					Total do Fornecedor →		8,983,000	10.139,70	

Seara, 29 de Novembro de 2017.



## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- AZ

Publicação Nº 1442824

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR Fornecedor: 10385 - MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME      Data da Homologação: 29/11/2017									
7	37973	FITA AUTOCLAVE ROLO, NAS DIMENSÕES DE 19MM X 30 METROS DE COMPRIMENTO ESPECIFICAÇÃO: PARA IDENTIFICAÇÃO DE PACOTES DE TECIDO OU PAPEL DESCARTÁVEL A SEREM ESTERILIZADOS EM AUTOCLAVES A VAPOR. APÓS A EXPOSIÇÃO AO CICLO AS LISTRAS TORNAM-SE CINZA ESCUROS. COMPOSIÇÃO: PAPEL CREPADO, TINTA SENSÍVEL AO VAPOR A BASE DE RESINA E BORRACHA. PRODUTO DECLARADO ISENTO DE REGISTRO. SONDA URETRAL Nº 12. ESPECIFICAÇÕES: CONFECIONADO EM PVC ATÓXICO TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, ESTERILIZADO POR PROCESSO DE ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	MASTERFIX	UN	50,000	0,0000	2,4000	120,00	Vencou
14	37993	BOBINA DE PAPEL GRAU PARA ESTERILIZAÇÃO TAMANHO 150MMX 100M, COM INDICADORES QUÍMICOS, PARA USO EM ESTERILIZAÇÃO A VAPOR OU GAS ÓXIDO DE ETILENO	BIOSANI	UN	5,000,000	0,0000	0,3900	1.950,00	Vencou
15	42114	BOBINA DE PAPEL GRAU PARA ESTERILIZAÇÃO TAMANHO 150MMX 100M, COM INDICADORES QUÍMICOS, PARA USO EM ESTERILIZAÇÃO A VAPOR OU GAS ÓXIDO DE ETILENO	ESTERILCARE	UN	50,000	0,0000	54,3000	2.715,00	Vencou
22	4252	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG, COMPRIMIDO	GEOLAB	UN	500,000	0,0000	0,2500	125,00	Vencou
27	333398132	ATADURA RAYON TAMANHO MINIMO 7,5CMX 4,5METROS, CONFECIONADA EM FIBRAS SINTÉTICAS 100% RAYON, LIVRE DE IMPUREZAS, RASGOS, FIOS SOLTOS E MANHAS, ATÓXICA E APIROGENICA, ESTERILIZADA A GAS ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, COM REGISTRO NA ANVISA, VALIDADE MINIMA 24 MESES.	MEDIHOUSE	UN	300,000	0,0000	7,0000	2.100,00	Vencou
29	37999	VASELINA LIQUIDA, EMBALAGEM COM 1000 ML	FACILIMPE	UN	4,000	0,0000	18,5900	74,36	Vencou
30	4355	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL COR BRANCO EMBALADO EM BOBINAS COM 50 METROS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: COR: BRANCO ALVISSIMO; COMPOSIÇÃO: 100% CELULOSE VIRGEM; APRESENTAÇÃO: BOBINA COM 70CM DE LARGURA X 50 METROS DE COMPRIMENTO.	STA PAPEIS	UN	500,000	0,0000	7,6500	3.825,00	Vencou

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR      Data da Homologação: 29/11/2017									
Fornecedor: 10385 - MEDICAMENTOS DE AZ LTDA - ME									
59	4332	LÂMINA DE VIDRO LAPIDADO COM EXTREMIDADE FOSCA ESPECIFICAÇÕES CONFECCIONADA EM VIDRO COM EXTREMIDADE FOSCA TAMANHO 26X76MM ESPESSURA 1,09 A 1,2 MM EMBALADAS EM CAIXA 50 UNIDADES	CRAL	UN	50,000	0,0000	2,8600	143,00	Venceu
60	38985	LANCETAS PARA OBTERENÇÃO DE AMOSTRA DE SANGUE CAPILAR COM AGULHA DE CALIBRE ENTRE 25G OU 30 G, COM PROFUNDIDADE ENTRE 1,5MM OU 1,8MM, COM DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE SEURANCA RETRATIL, ESTERIL POR RADIAÇÃO GAMA, DESCARTAVEL, NÃO NECESSITA USO DE CANETA LANCETADORA, E ATAEENDER AS NORMAS DO MINISTERIO DA SAUDE, CONFORME NORMA NR 32.	CRAL	UN	5.000,000	0,0000	0,1900	950,00	Venceu
83	3396446	FRASCO COLETOR DE URINA UNISEX ESTERIL CAPACIDADE 80ML COM TAMPÃO VERMELHA, SEM PA.	CRAL	UN	500,000	0,0000	0,2500	125,00	Venceu
97	36363	AGULHA DESCARTAVEL 40 X 12 CAIXA COM 100 UNIDADES	SOLIDOR	UN	50,000	0,0000	5,1400	257,00	Venceu
					Total do Fornecedor —>			12.384,36	

Seara, 29 de Novembro de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- DAMEDI

Publicação Nº 1442827

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 48/2017</b>      <b>Licitação: 20/2017 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 29/11/2017</b>  <b>Fornecedor: 7993</b>      <b>- DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA</b></p>									
9	37976	GEL PARA MEIOS DE CONTATO INCOLOR PARA UTILIZAÇÃO EM APARELHOS DE ULTRA-SOM TENSIFES CORRENTES ELETROCARDIOGRAMA. APRESENTAÇÃO: GALÃO COM 5KG COMPOSIÇÃO: POLÍMERO CARBOXIVINILICO, IMIDAZOLIDIL URÉIA; METIL PARABENO, 2.ÁMINO; 2 METIL, 1 PROPANOL (AMP) E ÁGUA DEIONIZADA DEVERÁ CONSTAR EXTERNAAMENTE OS DADOS DE NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA CRF FARMACEUTICO RESPONSÁVEL.	MULTIGEL	UN	4,000	0,0000	14,9000	59,60	Venceu
23	4321	ESPATULA DE AYRES DE MADEIRA; RESISTENTES, PONTAS ARREDONDADAS DESCARTÁVEIS, UTILIZADA PARA COLETA DE EXAMES GINECOLÓGICOS; MEDINDO APROXIMADAMENTE 181 MM DE COMPRIMENTO; 18 MM DE LARGURA; 1,9 MM DE ESPESSURA; EMBALADAS EM PACOTES COM 100 UNIDADES BOBINA DE PAPEL GRAU PARA ESTERILIZAÇÃO TAMANHO 80MMX 100MM, COM INDICADORES QUÍMICOS, PARA USO EM ESTERILIZAÇÃO A VAPOR OU GAS OXÍDEO DE ETILENO.	ESTILO	UN	15,000	0,0000	4,6000	69,00	Venceu
35	42112	CATETER NASAL TIPO OCULOS ADULTO	HOSPIFLEX	UN	50,000	0,0000	23,4900	1,174,50	Venceu
38	38983	DETERGENTE ENZIMÁTICO A BASE DE ENZIMAS AMILÁZE, PROTEÁSE E LIPÁSE, SOLUBILIZANTE TENSOATIVO NÃO IÔNICO, SOLVENTE ORGÂNICO, CORANTE ESSENCIA E ÁGUA DEIONIZADA, FRASCO 1000 ML CADA	BIOBASE	UN	100,000	0,0000	0,5800	58,00	Venceu
40	37700	ABAIXADOR DE LINGUA (ESPATULA DE MADEIRA), DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENIONAL LISO SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA SUA EXTENSÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14 CM DE COMPRIMENTO E 0,5 MM DE ESPESSURA EMBALADO EM PACOTE COM 100 UNIDADES. DEVERÁ CONSTAR EXTERNAAMENTE NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO	KELDRIN	UN	50,000	0,0000	16,5000	825,00	Venceu
46	4344	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL MODELO BIO FRASCO, CAPACIDADE 300ML BANDEJA EM AÇO INOX RETANGULAR TAMANHO 45X32X1,5CM, AUTOCLAVEL	TALGE	UN	100,000	0,0000	2,5700	257,00	Venceu
54	37974	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL MODELO BIO FRASCO, CAPACIDADE 300ML	BIOBASE	UN	200,000	0,0000	0,6700	134,00	Venceu
87	333398863	BANDEJA EM AÇO INOX RETANGULAR TAMANHO 45X32X1,5CM, AUTOCLAVEL	ABC	UN	5,000	0,0000	217,5000	1,087,50	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017			Licitação: 20/2017 - PR			Data da Homologação: 29/11/2017			
Fornecedor: 7993			- DAMIEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA						
102	333398864	CLOREXIDINE SOLUÇÃO AQUOSA 2% EMBALAGEM 1 LITRO	RIO QUIMICA	UN	6,000	0,0000	8,4000	50,40	Venceu
Total do Fornecedor →					530,000			3.715,00	

Seara, 29 de Novembro de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- DENTAL OESTE

Publicação Nº 1442828

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017 Fornecedor: 12220 - DENTAL OESTE EIRELI									
Licitação: 20/2017 - PR Data da Homologação: 29/11/2017									
2	42111	BOBINA DE PAPEL GRAU PARA ESTERILIZAÇÃO TAMANHO 50X 100M, COM INDICADORES QUÍMICOS, PARA USO EM ESTERILIZAÇÃO A VAPOR OU GAS OXIDO DE ETILENO.	Hospflex	UN	50,000	0,0000	180,5000	9.025,00	Vencou
41	38993	INDICADOR BIOLÓGICO PARA TESTE DE CONTROLE DE QUALIDADE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR 48 HORAS.	Maquira	UN	500,000	0,0000	3,1200	1.560,00	Vencou
61	37984	O INDICADOR DEVERA SER COMPATIVEL COM MINI INCUBADORA MARCA CRISTOFOLLI OU O FORNECEDOR VENCEDOR DEVERA COMODATAR 08 UNIDADES DE MINI INCUBADORA COMPATIVEL COM O INDICADOR BIOLÓGICO COTADO.	Supemax	UN	20,000	0,0000	0,9200	18,40	Vencou
71	4325	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL NÚMERO 6.5 EMBALADAS EM PAR LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BOA QUALIDADE LEVEMENTE TALCADA, TAMANHO MEDIO, CAIXA COM 100 UNIDADES	Supemax	UN	300,000	0,0000	13,0000	3.900,00	Vencou
72	4324	LUVA DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM LÁTEX DE BOA QUALIDADE LEVEMENTE TALCADA, TAMANHO PEQUENO, CAIXA COM 100 UNIDADES	Supemax	UN	250,000	0,0000	12,9300	3.232,50	Vencou
80	3395758	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA SEM PÓ, AMBIDESTRA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES TAMANHO PEQUENO, COR AZUL, INDICADAS PARA PROFISSIONAIS COM ALERGIA A LATEX	Descarpack	UN	50,000	0,0000	14,0500	702,50	Vencou
Total do Fornecedor					1.170,000			18.438,40	

Seara, 29 de Novembro de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- DENTAL SHOW

Publicação Nº 1442830

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtdde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 48/2017</b>      <b>Licitação: 20/2017 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 29/11/2017</b>  <b>Fornecedor: 12162</b>      <b>- DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E</b></p>									
8	4334	FIXADOR CITOLÓGICO, SOLUÇÃO DE PROPYLENOGLICOL E ÁLCOOL ABSOLUTO, EMBALAGEM FRASCO COM 100 ML	CRAL	UN	50,000	0,0000	4,6900	234,50	Vencou
18	36584	EQUIPO 2 VIAS POLIFIX C/ CLAMP	VITAL GOLD	UN	1,500,000	0,0000	0,5700	855,00	Vencou
24	333398823	ESPEÚLO VAGINAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL TAMANHO M	CRAL	UN	2,000,000	0,0000	0,6000	1,200,00	Vencou
25	333398824	ESPEÚLO VAGINAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL TAMANHO P	CRAL	UN	1,500,000	0,0000	0,5800	870,00	Vencou
26	38973	ESPEÚLO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO GRANDE, ESPEÚLO VAGINAL DESCARTÁVEL, PRODUZIDO EM POLIESTIRENO CRISTAL TAMANHO GRANDE, PERMITE EXCELENCIA TRANSPARENCIA E TRANSMISSÃO LUMINOSA, VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FORNICES VAGINAIS, DISPOSITIVO DE ABERTURA, PARAFUSO BORBOLETA, FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL, FORMATO ANATÔMICO.	CRAL	UN	200,000	0,0000	0,7100	142,00	Vencou
33	42115	EQUIPO ALIMENTAÇÃO ENTERAL	DESCARPACK	UN	200,000	0,0000	0,8600	172,00	Vencou
39	37962	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO 2000ML CAPACIDADE 2000 ML (APROXIMADO), GRADUADO A CADA 100ML, FABRICADO EM PVC PNEUMÁTICO ESPECIAL SISTEMA FECHADO	LABOR IMPORT	UN	200,000	0,0000	2,3600	472,00	Vencou
		VALVULA DUPLA (PATENTEADA) ANTI-REFLUXO MANGUEIRA DE PVC ATÓXICO ESPECIAL CLAMPS DE TRAVAMENTO NA PARTE SUPERIOR CONECTOR NA PARTE SUPERIOR DOTADO DE PONTO LATERAL PARA RETIRADA DE AMOSTRA PINÇA JACARÉ PARA FIXAÇÃO NO LENÇOL ALÇA PLÁSTICA PARA TRANSPORTE OU FIXAÇÃO NO LEITO							
		ALÇA DE FIXAÇÃO DO TUBO DE DRENAGEM EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO ESTERILIZADO A GAS OXÍDO DE ETILENO							



Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR      Data da Homologação: 29/11/2017 Fornecedor: 12162 - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E									
44	37948	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL DE USO ÚNICO) ATÓXICAS, APIROGÊNICAS E SILICONIZADAS. POSSUEM CORPOS COM PAREDES FINAS EM AÇO INOX. O BISEL DE CADA AGULHA HIPODÉRMICA É TRIFACETADO, AFIADO, SEM REBARBAS, RESÍDUOS OU SINAIS DE OXIDAÇÃO. FIXAÇÃO PERFEITA AO CANHÃO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RÍGIDO, TRANSPARENTE E ATÓXICO, COM ENCAIXE TIPO LUER, CAPAZ DE GARANTIR CONEXÃO SEGURA E SEM VAZAMENTO. AS AGULHAS HIPODÉRMICAS SÃO EMBALADAS INDIVIDUALMENTE E EM BLISTER DE PLÁSTICO E PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM SELAGEM EFICIENTE QUE GARANTE A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DE SUA UTILIZAÇÃO E PERMITE ABERTURA EM PÉTIMA E TRANSFERÊNCIA COM TÉCNICA ASSEPTICA. EM SUA EMBALAGEM CONTEM REGISTROS COMO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA E VALIDADE DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO E/OU PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, TAMANHOS E CALIBRES: 13MM x 4,5MM. CAIXA COM 100 UNIDADES	LABOR IMPORT	UN	200,000	0,0000	0,0600	12,00	Venceu
45	4353	FITA HIPOALÉRGICA MICROPOROSA EM ROLO, TAMANHO 5 CM X 4,5M, COR BRANCO EMBALADA EM ROLO COM CAPA PROTETORA. CONFECCIONADA COM SUBSTRATO DE NÃO-TECIDO À BASE DE FIBRAS DE VISCOSE, RESINA ACRILICA E MASSA ADESIVA À BASE DE POLIACRILATO HIPOALÉRGICO. DE FINÍSSIMA ESPESURA E EXCELENTE FIXAÇÃO, NÃO MACHUCA A PELE AO SER REMOVIDA, SENDO INDICADA PARA CURATIVOS EM REGIÕES DO CORPO COM ALTA SENSIBILIDADE, PRINCIPALMENTE EM CRIANÇAS E IDOSOS.	MISSNER	UN	2.000,000	0,0000	1,5800	3.160,00	Venceu
50	37958	BANDAGEM HIPO-ALÉRGICA PARA USO APÓS COLETA DE SANGUE TAMANHO 12,5 M X 2,5 CM EMBALAGEM COM 500 UNIDADES	CIEX	UN	50,000	0,0000	9,2900	464,50	Venceu
64	37986	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL NÚMERO 8.5 EMBALADAS EM PAR	MAXITEX	UN	100,000	0,0000	0,9200	92,00	Venceu
66	38988	TESOURA SPENCER CIRÚRGICA PARA RETIRADA DE PONTOS 9CM	GOLGRAN	UN	30,000	0,0000	21,8000	654,00	Venceu
73	3395769	TALAS DE PAPELÃO PARA IMOBILIZAÇÃO/RESGATE TAMANHO GRANDE	FIBRA RESGATE	UN	20,000	0,0000	1,7800	35,60	Venceu

Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR      Data da Homologação: 29/11/2017</p> <p>Forneceador: 12162 - DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E</p>									
74	3395768	TALAS DE PAPELÃO PARA IMOBILIZAÇÃO/RESGATE TAMANHO MEDIO	FIBRA RESGATE	UN	20,000	0,0000	1,0200	20,40	Venceu
75	3395767	TALAS DE PAPELÃO PARA IMOBILIZAÇÃO/RESGATE TAMANHO PEQUENO	FIBRA RESGATE	UN	20,000	0,0000	0,7600	15,20	Venceu
78	3395755	FIO SUTURA MONONYLON NUMERO 5-0, COM AGULHA 1,5CM, CAIXA CONTENDO 24 UNIDADES	PROCARE	UN	1,000	0,0000	24,9500	24,95	Venceu
89	3395745	FIO DE SUTURA MONONYLON NUMERO 3.0 COM AGULHA DE 2CM, CAIXA CONTENDO 24 UNIDADES COR PRETO	PROCARE	UN	1,000	0,0000	23,2400	23,24	Venceu
94	3395746	Fio de Sutura Catgut Simples 3-0 C/ Agulha 2cm Cx. C/24 unidades	TECHNOFIO	UN	1,000	0,0000	65,0000	65,00	Venceu
95	3395747	Fio de Sutura Catgut Simples 4-0 C/ Agulha 2cm Cx. C/24 unidades	TECHNOFIO	UN	1,000	0,0000	68,0000	68,00	Venceu
96	3395744	FIO DE SUTURA MONONYLON NUMERO 6.0 COM AGULHA DE 2CM, CAIXA CONTENDO 24 UNIDADES	PROCARE	UN	1,000	0,0000	23,9500	23,95	Venceu
98	37972	FIO DE SUTURA AGULHADO NYLON MONOFILAMENTO PRETO, FIO 4/0, 45 CM COM AGULHA 20MM 3/8 DE CIRCULO TIPO TRIANGULAR, CAIXA COM 24 UNIDADES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE, MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO RAIO GAMA	PROCARE	UN	10,000	0,0000	22,9500	229,50	Venceu
					Total do Fornecedor →		8,105,000	8,833,84	

Seara, 29 de Novembro de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- METROMED

Publicação Nº 1442831

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR      Data da Homologação: 29/11/2017 Fornecedor: 6043      - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LT									
10	2474	SWAB DE HASTE PLÁSTICA, ESTÉRIL, ACONDICIONADO INDIVIDUALMENTE DE ACORDO COM NORMAS DE EMBALAGEM E ESTERILIZAÇÃO, GARANTINDO ABERTURA E TRANSFERÊNCIA, COM TÉCNICA DE ASSEPSIA	CRAL	UN	10,000	0,0000	0,9800	9,80	Vencou
11	41347	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTAS DE ALGODÃO CAIXA COM 75 UM	HIGIE TOPP	UN	100,000	0,0000	1,0500	105,00	Vencou
13	3393133	SONDA NASOGÁSTRICA DESCARTAVEL LONGA Nº 18	BIOSANI	UN	500,000	0,0000	0,6500	325,00	Vencou
52	35290	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA MASCULINA Nº 6, SEM EXTENSÃO, CONFECCIONADO EM LÁTEX NATURAL	BIOSANI	UN	1,000,000	0,0000	0,8500	850,00	Vencou
76	3393647	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL CALIBRE: 12, ESTÉRIL, FABRICADO EM PVC ATÓXICO SILICONIZADO. EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES.	BIOSANI	UN	1,000	0,0000	4,6800	4,68	Vencou
77	3393646	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL CALIBRE: 14, ESTÉRIL, FABRICADO EM PVC ATÓXICO SILICONIZADO. EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES.	BIOSANI	UN	1,000	0,0000	4,9000	4,90	Vencou
92	40579	SERINGA PLÁSTICA DESCARTAVEL SEM AGULHA 20 ML BICO LISO LATERAL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ATENDENDO A LEGISLAÇÃO VIGENTE NO PAÍS.	DESCARPACK	UN	1,000,000	0,0000	0,2500	250,00	Vencou
100	40586	SUPORTE EM METAL PARA FIXAR EM PAREDE COLETOR DE PERFURANTES DE PAPELÃO 13 LITROS	DESCARBOX	UN	3,000	0,0000	18,8500	56,55	Vencou

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR Fornecedor: 6043      - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LT      Data da Homologação: 29/11/2017									
101	36151	SELADORA ELETRONICA MANUAL, PARA SELAGEM DE EMBALAGEM PROPRIA PARA ESTERILIZACAO, PAPEL/PLASTICO, CIRCUITO ELETRONICO COM O CONTROLE DE TEMPERATURA PARA MAIOR PRECISAO SUPORTE PARA BOBINAS PAPEL/PLASTICO, ESPECIFICACOES VOLTAGEM 220V POTENCIA 500W AREA DE SELAGEM (COMPRIMENTO) 25CM ESPESURA DE SELAGEM 9MM DESCRICAO DOS COMPONENTES BARRA DE PRESSAO BARRA DE SELAGEM/RESISTENCIA CHAVE LIGA/DESLIGA SISTEMA INTEGRADO DE CORTE INDICADOR DE AQUECIMENTO BOTAO CONTROLE DE TEMPERATURA BRACO DE SELAGEM ROTULO DE IDENTIFICACAO CONECTOR DE ENERGIA SUPORTE DO TUBULAR ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO UM CABO DE ENERGIA UMA FITA DE MATERIAL ISOLANTE DUAS LAMINAS DE CORTE UMA CHAVE ALLEN 4MM PARA MANUTENCAO O EQUIPAMENTO DEVERA APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA	SELAPACK/SM 300 PLUS	UN	3,000	0,0000	1.740,0000	5.220,00	Vencou
						Total do Fornecedor →		2.618,000	6.825,93

Seara, 29 de Novembro de 2017.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017- SC MED

Publicação Nº 1442832

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Data da Homologação: 29/11/2017									
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR									
Fornecedor: 12353      - SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA									
5	42106	CATETER PERIFERICO DE LONGA PERMANECIA CALIBRE 24, CAIXA COM 100 UNIDADES	TKL	UN	4,000	0,0000	58,0000	232,00	Venceu
16	42108	CATETER PERIFERICO DE LONGA PERMANECIA CALIBRE 18,CAIXA COM 100 UNIDADES	TKL	UN	1,000	0,0000	56,5000	56,50	Venceu
17	42105	CATETER PERIFERICO DE LONGA PERMANECIA CALIBRE 22, CAIXA COM 100 UNIDADES	TKL	UN	2,000	0,0000	53,6000	107,20	Venceu
19	42118	COLETOR RIGIDO PARA PERFUCORTANTE 15 LITROS Fabricados em plástico rígido (poliuretano)de alta resistência, que evita perfurações e vazamentos, composição que permite a visualização do conteúdo descartado. Previne acidentes percutâneos entre profissionais, desde o momento do descarte até seu acondicionamento final. Contém: alça integrada ou apoio lateral para transporte, tampa com abertura específica para descarte de agulhas e trava para descarte definitivo, capacidade de 15 litros , tampa do descartador de agulha desenvolvida para o ambiente hospitalar e para unidades básicas de saúde, salas de vacinação, devera atender as normas da NR-32 e RDC-302, conforme portaria CVS nº21, de 10/09/2008.	LABOR	UN	10,000	0,0000	22,0000	220,00	Venceu

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descdo(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nº do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR      Data da Homologação: 29/11/2017 Fornecedor: 12353      - SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA									
93	37968	EQUIPO MACRO GOTAS PARA SORO, DISPOSITIVO PARA INFUSÃO CONTROLE DE FLUXO E DOSAGEM DE SOLUÇÕES PARENTERAIS CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUÇÕES, FRASCOS OU BOLSAS AO DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO (SCALP, CATETER INTRAVENOSO OU AGULHA). FICHA TÉCNICA: LANCETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CAMERA PARA VIABILIZAÇÃO DE GOTEJAMENTO, EXTENSÃO EM PVC; CONTROLA O FLUXO GOTEJAMENTO; TIPO PINÇA ROLETE; CONEXÃO LUER PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO, ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO	LAMEDID	UN	500,000	0,0000	0,6000	300,00	Venceu
Total do Fornecedor →					517,000			915,70	

Seara, 29 de Novembro de 2017.



## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 020/2017-FMS - PL 48/2017-CENTERMEDI

Publicação Nº 1442825

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/1

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 48/2017      Licitação: 20/2017 - PR      Data da Homologação: 29/11/2017 Fornecedor: 6487      - CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA									
42	4329	LUA CIRURGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL NÚMERO 7,5 ESPECIFICAÇÕES: AMBIDESTRA CONFECCIONADA EM LATEX PURO, SUPER RESISTENTE POSSUIR PUNHO LONGO E ANTIDERRAPANTE; BAINHA ULTRA RESISTENTE E HIPOALÉRGICA ESTÉRIL (ESTERILIZADAS A GÁS OXIDO DE ETILENO) EMBALADAS EM ENVELOPE COM UM PAR	DESCARPACK	UN	100,000	0,0000	0,8400	84,00	Venceu
62	4328	LUA CIRURGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL NÚMERO 7,0 ESPECIFICAÇÕES: AMBIDESTRA CONFECCIONADA EM LATEX PURO, SUPER RESISTENTE POSSUIR PUNHO LONGO E ANTIDERRAPANTE; BAINHA ULTRA RESISTENTE E HIPOALÉRGICA ESTÉRIL (ESTERILIZADAS A GÁS OXIDO DE ETILENO) EMBALADAS EM ENVELOPE COM UM PAR	DESCARPACK	UN	100,000	0,0000	0,8400	84,00	Venceu
63	37985	LUA CIRURGICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL NÚMERO 8,0 EMBALADAS EM PAR	DESCARPACK	UN	100,000	0,0000	0,8400	84,00	Venceu
Total do Fornecedor →								252,00	

Seara, 29 de Novembro de 2017.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 193/2017

Publicação Nº 1442888

DECRETO Nº 193/2017, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO DA ESCOLHA DA RAINHA, 1ª E 2ª PRINCESAS DA CULTURA ITALIANA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 40 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída a Comissão Organizadora do Concurso da escolha da Rainha, 1ª e 2ª Princesas da Cultura Italiana do Município de Serra Alta/SC, com o objetivo de eleger as melhores candidatas para representar o Município, de forma transparente, honesta e digna, oferecendo à todas as jovens a mesma oportunidade de se tornar a representante da beleza da mulher Serraltense, valorizando a Cultura Italiana.

Presidente: REGINA CELINA VANZETTO LINDEMANN

Coordenadora: ROSMARI CERIZOLLI

Secretária: ORDETE SELIG

**Membros:**

ELENICE CRESTANI DE CARLI

JAQUELINE NOAL DONIDA

MARILEI LUBENOW SENHOR

SUELI TERESINHA RUCKS SENHOR

**Subcomissão do Desfile:**

ANDREIA DONIDA DOS SANTOS

CARLA SENHOR

FABIANA PANDOLFO BÃO

JUCILEI BERNARDI

PATRÍCIA GIARETTA

**Subcomissão de Ornamentação:**

ARLETE MARISTELA TREVIZAN

DANIELA SENHOR GIRELLI

DILCE CERIZOLLI BENEDET

LIANE TERESINHA DE ALMEIDA

MARLI BOTTEGA

**Subcomissão de Divulgação:**

CLAIR FÁTIMA ANDREIS

KATIANA DE SOUZA

MARINA RITA CHAGAS

Art. 2º O serviço da Comissão Organizadora será considerado de caráter relevante, não lhe sendo atribuída qualquer remuneração, e não caracteriza qualquer vínculo empregatício.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 29 de novembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 35/2017 FMS PREGÃO OXIGÊNIO

Publicação Nº 1442549

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 35/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 10/2017

1. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de OXIGÊNIO MEDICINAL (RECARGA), visando a manutenção da demanda de consumo nas Unidades de Saúde do Município de Siderópolis, durante o exercício de 2018.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 21/12/2017 às 08h15 min (protocolo)
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br)
6. Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.  
Siderópolis, 29 de novembro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 35/207 FMS PREGÃO - COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 1442553

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 36/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 11/2017

1. Objeto: Fornecimento parcelado de combustíveis, para consumo nos veículos e equipamentos que compõem a frota oficial do Fundo Municipal de Saúde e que sejam fornecidos nos POSTOS DE ABASTECIMENTO do licitante vencedor, para o exercício de 2018.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 21/12/2017 às 10h15 min (protocolo)
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br)
6. Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.  
Siderópolis, 30 de novembro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 70/2017 AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Publicação Nº 1442121

AVISO DE RESULTADO DA HABILITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº 70/2017  
TOMADA DE PREÇOS PMS Nº 06/2017

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços técnicos, com implantação e operacionalização de sistema de informática na modalidade ASP, transferência de conhecimento em gestão de tributo municipal, com vistas à disponibilização e utilização de Nota Fiscal Eletrônica, Declaração Mensal de Serviços Eletrônica e apoio técnico especializado.

O Município de Siderópolis, através da Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados, o Resultado da Habilitação do Edital acima epigrafado, declarando HABILITADA a proponente IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal – CNPJ nº 33.645.482/0001-96. Sendo assim, abre-se o prazo previsto em lei para interposição de recursos, ficando franqueada a vista dos autos a todos os interessados. Fica designado o dia 07/12/2017 às 09h00min a data e horário de abertura das propostas da licitante habilitada.

Siderópolis, 30 de novembro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO FMC COMPETÊNCIA 11/2017**

Publicação Nº 1442343

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDERÓPOLIS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 01/2017  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDERÓPOLIS  
Contratada...: JANIO VENTURINI - ME  
Valor ..... : 8.547,00 (oito mil quinhentos e quarenta e sete reais)  
Vigência ..... : Início: 23/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.022.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 94.100,00  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais diversos de decoração natalina, para as festividades de final de ano no município.

Contrato Nº.: 02/2017  
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SIDERÓPOLIS  
Contratada...: PATRICIA FRITZEN - ME  
Valor ..... : 10.098,00 (dez mil e noventa e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 23/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais diversos de decoração natalina, para as festividades de final de ano no município.

Siderópolis, 30 de Novembro de 2017

**EXTRATO DE CONTRATO FMS COMPETÊNCIA 11/2017**

Publicação Nº 1442340

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 50/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
Contratada...: ALESSANDRA MARTINS LEMOS BETTIOL - ME  
Valor ..... : 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 07/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 11/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de Empresa especializada em serviços de assistência técnica, consertos e manutenções de equipamentos médicos e odontológicos pertencentes às Unidades de Saúde do Município, durante o exercício de 2017.

Contrato Nº.: 51/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
Contratada...: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS SIDERÓPOLIS LTDA  
Valor ..... :  
128.822,16 (cento e vinte e oito mil oitocentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/11/2017 Término: 13/11/2018  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),  
2.031.3.3.90.00.00.00.00 (31)  
Objeto ..... : Prestação de serviços de exames laboratoriais com recursos oriundos do Sistema Único de Saúde/SUS, conforme Tabela SUS (sigtap.datasus.gov.br) incluindo complementação orçamentária do Município de Siderópolis, em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 03/2017 - Processo nº 28/2017.

Contrato Nº.: 52/2017  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
Contratada...: LABORATÓRIO CESA ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

Valor ..... : 128.822,16 (cento e vinte e oito mil oitocentos e vinte e dois reais e dezesseis centavos)  
Vigência ..... : Início: 13/11/2017 Término: 13/11/2018  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 7/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),  
2.031.3.3.90.00.00.00.00 (31)  
Objeto ..... : Prestação de serviços de exames laboratoriais com recursos oriundos do Sistema Único de Saúde/SUS, conforme Tabela SUS (sigtap.datasus.gov.br) incluindo complementação orçamentária do Município de Siderópolis, em conformidade com o Edital de Credenciamento nº 03/2017 - Processo nº 28/2017.

Aditivo Nº ..... : 1-03/2017 - Contrato Nº: 03/2017  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA  
Valor ..... : 1.115,40 (um mil cento e quinze reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2016  
Recursos ..... : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (32)  
Objeto ..... : Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de OXIGÊNIO E GASES MEDICINAIS (RECARGA), visando a manutenção das Unidades de Saúde do Município de Siderópolis, durante o exercício de 2017.

Aditivo Nº ..... : 1-43/2017 - Contrato Nº: 43/2017  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: GRÁFICA FRASSETTO LTDA - ME.  
Valor ..... : 11.381,50 (onze mil trezentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),  
2.030.3.3.90.00.00.00.00 (28), 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (40)  
Objeto ..... : Fornecimento parcelado de materiais gráficos para atendimento as Unidades de Saúde do município, durante o exercício de 2017.

Aditivo Nº ..... : 1-40/2017 - Contrato Nº: 40/2017  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: GRÁFICA E PAPELARIA FRASSETTO LTDA ME  
Valor ..... : 6.552,80 (seis mil quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),  
2.027.3.3.90.00.00.00.00 (20)  
Objeto ..... : Fornecimento parcelado de materiais de expediente para atendimento as Unidades de Saúde do município, durante o exercício de 2017.

Aditivo Nº ..... : 1-17/2017 - Contrato Nº: 17/2017  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: FARMACIA DOMINGOS E ROSSA LTDA - ME  
Valor ..... : 9.000,00 (nove mil reais)  
Vigência ..... : Início: 24/11/2017 Término: 31/01/2018  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00 (13),  
2.025.3.3.90.00.00.00.00 (14), 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (32)  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoques do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

Aditivo Nº ..... : 1-18/2017 - Contrato Nº: 18/2017  
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS  
Contratada...: AMBROFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA -

ME

Valor ..... : 9.000,00 (nove mil reais)

Vigência ..... : Início: 24/11/2017 Término: 31/01/2018

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 3/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (13),  
2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (14), 2.032.3.3.90.00.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE FARMÁCIAS e/ou DROGARIAS para fornecimento de medicamentos constantes no guia de farmácia (disponível no site da ANVISA) destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoques do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos no instrumento convocatório e seus anexos.

-----  
Aditivo Nº ..... : 1-34/2017 - Contrato Nº: 34/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: FUFA SC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA

Valor ..... : 9.390,00 (nove mil trezentos e noventa reais)

Vigência ..... : Início: 28/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8),  
2.027.3.3.90.00.00.00.00.00 (20), 2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 (42)

Objeto ..... : Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de: MEDICAMENTOS DE USO CONTROLADO; MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES; MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, visando a manutenção das Unidades de Saúde do Município de Siderópolis, durante o exercício de 2017.

-----  
Siderópolis, 30 de Novembro de 2017.**EXTRATO DE CONTRATO PMS COMPETÊNCIA 11/2017**

Publicação Nº 1442336

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Aditivo Nº ..... : 1-42/2017 - Contrato Nº: 42/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: HELIA DA SILVA BROGNI ME

Valor ..... : 9.248,00 (nove mil duzentos e quarenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 06/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 (9)

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de plotagem, comunicação visual e encadernação, dentre outros serviços da mesma categoria durante o exercício de 2017.

-----  
Aditivo Nº ..... : 3-34/2017 - Contrato Nº: 34/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 03/11/2017 Término: 03/01/2018

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem de Ruas localizadas no município de Siderópolis/SC, conforme contrato de repasse nº 819668/MINISTÉRIOS DAS CIDADES/CAIXA, através do processo nº 2624.1024683-13/2015 entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela CEF, e o Município de Siderópolis-SC.

-----  
Aditivo Nº ..... : 11-73/2014 - Contrato Nº: 73/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 06/11/2017 Término: 05/01/2018

Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014



Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica na localidade ALTO RIO MAINA no município de Siderópolis, numa extensão de 1700,00m conforme Programa de Transferência: 2013000640 - Pacto pelos Municípios/FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios.

Contrato Nº.: 94/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada.: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Valor ..... : 258.363,83 (duzentos e cinquenta e oito mil trezentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos)

Vigência ..... : Início: 16/11/2017 Término: 16/03/2018

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2017

Recursos ..... : Dotação: 1.005.4.4.90.00.00.00.00 (91),  
1.005.4.4.90.00.00.00.00 (117)

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da Rua Itaúna, localizada no município de Siderópolis/SC, conforme contrato de repasse nº 830665/2016/MCIDADES/CAIXA, através do processo nº 2624.1029416-10/2016, entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pelo CEF, e o Município de Siderópolis-SC.

Contrato Nº.: 95/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada.: SIDEROPOLIS COMERCIO E CONSTRUTORA LTDA - EPP

Valor ..... : 44.706,76 (quarenta e quatro mil setecentos e seis reais e setenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 20/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 8/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para prestação de serviços com fornecimento de materiais, compreendendo a instalação de diversos itens (portas, venezianas, divisórias, etc), conforme exigência do Ministério da Educação - FNDE, e não executados durante a gestão administrativa 2009-2012, conforme análise conclusiva de contas da obra de Construção da Creche Olírio Cesa, referente ao processo 23400.000306/2007-33.

Aditivo Nº ..... : 1-13/2017 - Contrato Nº: 13/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada.: ESET ENGENHARIA E TOPOGRAFIA

Valor ..... : 14.700,00 (quatorze mil setecentos reais)

Vigência ..... : Início: 14/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2017

Recursos ..... : Dotação: 2.015.3.3.90.00.00.00.00 (102)

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada em serviços técnicos para regularização fundiária de áreas de propriedade do município, localizadas no perímetro urbano, objetivando a implantação de parcelamento para 01 área industrial e 01 área destinada à loteamento habitacional, conforme memorial descritivo.

Contrato Nº.: 96/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada.: ANA COMIN BRESSAN - EPP

Valor ..... : 38.388,00 (trinta e oito mil trezentos e oitenta e oito reais)

Vigência ..... : Início: 16/11/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de materiais elétricos e artigos de iluminação para a manutenção da rede de iluminação pública e manutenção das repartições públicas.

Contrato Nº.: 97/2017

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada.: ARAUJO CONSTRUÇÕES EIRELI

Valor ..... : 311.385,70 (trezentos e onze mil trezentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos)

Vigência ..... : Início: 24/11/2017 Término: 26/03/2018  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na execução de serviços de melhoramento de estradas rurais no município de Siderópolis/SC, conforme Convênio nº 732/2015 entre o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Infraestrutura por meio do programa SC Rural e o Município de Siderópolis.

Contrato Nº.: 98/2017  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS  
Contratada.: MARTINELLI AUDITORES - UHY  
Valor ..... : 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)  
Vigência ..... : Início: 27/11/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 38/2017  
Recursos ..... : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)  
Objeto ..... : Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados para revisão e levantamento das verbas trabalhistas indenizatórias para fins de tributação da contribuição previdenciária, do período de julho de 2013 e junho de 2017, bem como análise dos reajustes salariais aplicados na legislação municipal aos servidores da educação nos últimos 5 anos, conforme justificativas e exposição de motivos descrita nos autos do Processo em epígrafe.

Siderópolis, 30 de Novembro de 2017

### **FMS 32/2017 - PREGÃO MATERIAL ODONTOLÓGICO/2018**

Publicação Nº 1442064

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 32/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 07/2017

1. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS e demais produtos relacionados, visando à manutenção das Unidades Odontológicas do município de Siderópolis, durante o exercício de 2018.
  2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
  3. Data da sessão pública: 14/12/2017 às 08h15 min (protocolo)
  4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
  5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br)
  6. Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 28 de novembro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### **FMS 33/2017 - PREGÃO MATERIAL MÉDICO/2018**

Publicação Nº 1442068

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 33/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 08/2017

1. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES e demais produtos relacionados, visando à manutenção das Unidades de Saúde do município de Siderópolis, durante o exercício de 2018.
  2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
  3. Data da sessão pública: 18/12/2017 às 08h15 min (protocolo)
  4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
  5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br)
  6. Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900.
- Siderópolis, 28 de novembro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

**FMS 34/2017 - PREGÃO MEDICAMENTO CAPS/2018**

Publicação Nº 1442071

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO FMS 34/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 09/2017

1. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS DE USO CONTROLADO, visando a manutenção do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS do Município de Siderópolis, durante o exercício de 2018.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 19/12/2017 às 08h15 min (protocolo)
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br)
6. Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900. Siderópolis, 28 de novembro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

**PMS 83/2017 - PREGÃO MERENDA/2018**

Publicação Nº 1442075

MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS 83/2017  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PMS Nº. 21/2017

1. Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios para a merenda escolar e produtos para a Secretaria de Administração durante o exercício de 2018.
2. Fundamentação Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93.
3. Data da sessão pública: 20/12/2017 às 08h15 min (protocolo)
4. Local: Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Siderópolis (Rua Presidente Dutra, nº01 – Centro, Siderópolis).
5. Obtenção do Edital: O edital na íntegra e demais disposições referente a este pregão, estarão disponíveis no site do Município: [www.sideropolis.sc.gov.br](http://www.sideropolis.sc.gov.br)
6. Maiores informações: e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br); telefone: (48) 3435-8900. Siderópolis, 28 de novembro de 2017.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 133/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017. NOMEIA O GRUPO TÉCNICO DE APOIO PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1442383

DECRETO Nº 133/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA O GRUPO TÉCNICO DE APOIO PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo Único do Art. 4º, e o Art. 5º do Decreto n.º 133/2017, que estabelece o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará;

CONSIDERANDO o que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Plano Diretor do Município, para a sua adequação às diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano estabelecidas pela Constituição Federal art. 182 e 183, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade e observando as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades – Ministério das Cidades (n.º 13, de 2004; n.º 25, de 2005; n.º 34, de 2005, n.º 22, de 2006 e n.º 83, de 2009), dentre outras normas;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Cidade também prevê a necessidade de elaboração de lei que vise instrumentalizar a política de desenvolvimento urbano, sendo a este, necessário a sua revisão a cada 10 (dez) anos, nos termos do art. 40, §3º.

CONSIDERANDO que Revisão do Plano Diretor Lei 048/2009 é a grande oportunidade de ampliar a participação social nas discussões de políticas públicas, elaboração e implementação das ações do Poder Público visando a melhoria ambiental e da qualidade de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como representantes do Poder Executivo para compor o Grupo Técnico de Apoio (GTA), na condição de titulares:

I – Camila Bruns (Fiscal de Tributos);

II – Larissa Vendruscolo (Engenheira Civil);

III – Jurandir Pedro Cherubini (Secretário de Administração, Planejamento e Finanças);

IV – André Luis Simioni (Assessor Jurídico);

V – Thiago de Souza Pereira (Engenheiro Agrônomo).

Parágrafo único. Cada membro titular disporá de um suplente, que deverá ser servidor efetivo lotado na respectiva secretaria, cuja indicação dar-se-á pelo titular por meio de ato específico para representá-lo sempre que necessário, exercendo todas as atribuições inerentes à função.

Art. 2º - Os membros do Grupo Técnico de Apoio (GTA) não farão jus a qualquer remuneração extra advinda do presente Decreto.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tangará (SC), 28 de novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 134/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017. NOMEIA O GRUPO DE TRABALHO MUNICIPAL PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1442386

DECRETO Nº 134/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA O GRUPO DE TRABALHO MUNICIPAL PARA ATUAR NO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o que dispõe o Parágrafo Único do Art. 4º, e o Art. 5º do Decreto n.º 134/2017, que estabelece o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará;

CONSIDERANDO o que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Plano Diretor do Município, para a sua adequação às diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano estabelecidas pela Constituição Federal art. 182 e 183, Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade e observando as Resoluções do Conselho Nacional das Cidades – Ministério das Cidades (n.º 13, de 2004; n.º 25, de 2005; n.º 34, de 2005, n.º 22, de 2006 e n.º 83, de 2009), dentre outras normas;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Cidade também prevê a necessidade de elaboração de lei que vise instrumentalizar a política de desenvolvimento urbano, sendo a este, necessário a sua revisão a cada 10 (dez) anos, nos termos do art. 40, §3º.

CONSIDERANDO que Revisão do Plano Diretor Lei 048/2009 é a grande oportunidade de ampliar a participação social nas discussões de políticas públicas, elaboração e implementação das ações do Poder Público visando a melhoria ambiental e da qualidade de vida da população;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados como representantes do Poder Executivo para compor o Grupo de Trabalho Municipal (GTM), na condição de titulares:

- I – Jurandir Pedro Cherubini (Secretário de Administração, Planejamento e Finanças);
- II – Marisa Silveira Dávila Kochann (Secretária de Saúde, Assistência Social e Habitação);
- III – Mauri da Costa (Secretario de Transporte, Obras e Urbanismo);
- IV – Marlene Valesan (Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer);
- V – Roberto Bohnemberger (Secretario de Desenvolvimento Econômico e Turismo);
- VI – Aldair Biasiolo (Secretario de Agricultura e Meio Ambiente);
- VII – Camila Bruns (Fiscal de Tributos);
- VIII – Larissa Vendruscolo (Engenheira Civil).

Parágrafo único. Cada membro titular disporá de um suplente, que deverá ser servidor efetivo lotado na respectiva secretaria, cuja indicação dar-se-á pelo titular por meio de ato específico para representá-lo sempre que necessário, exercendo todas as atribuições inerentes à função.

Art. 2º - Os membros do Grupo de Trabalho Municipal (GTM) não farão jus a qualquer remuneração extra advinda do presente Decreto.

Art. 3º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Tangará (SC), 28 de novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 136/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017. ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1442387

DECRETO Nº 136/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Tangará está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento geral, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Revisão;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Tangará (SC), 28 de novembro de 2017.  
NADIR BAÚ DA SILVA  
Prefeito Municipal

## REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TANGARÁ/SC

### CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS, FINALIDADES E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO

Art. 1º - O presente regimento tem por finalidade regulamentar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Tangará de forma a garantir:

- I - A promoção de instâncias e mecanismos de diálogo e participação social;
- II - O estabelecimento de regras claras, validadas coletivamente e que vigorem durante todo o processo de revisão;
- III - A disponibilização e a produção de informações sobre a realidade do Município;
- IV - A combinação de estudos técnicos com a visão da sociedade sobre o Município por ela desejado, resultante do processo de participação social, regulamentando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, respeitada a legislação aplicável.

§1º - Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal, integrador das políticas públicas, especialmente ordenamento territorial, moradia e regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, proteção e defesa civil.

§2º - O projeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo do Município de Tangará é matéria de iniciativa do Poder Executivo Municipal, contando com participação e controle social em todas as fases do processo de Revisão.

### CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PROCESSO

Art. 2º - O processo de revisão do Plano Diretor do Município de Tangará tem por objetivo:

- I - Criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos sociais;
- II - Tornar transparentes, inclusivos e acessíveis os processos de planejamento e gestão da política urbana;
- III - Promover ações de capacitação de representantes da sociedade, para que possam atuar nos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão da política urbana;
- IV - Contribuir para identificar as prioridades da sociedade civil aplicáveis ao planejamento urbano;
- V - Acompanhar, avaliar e articular projetos, programas e políticas públicas, na revisão do Plano Diretor de Tangará, especialmente verificando limites e possibilidades de articulação com programas e políticas públicas aplicáveis ao planejamento urbano;
- VI - Buscar a continuidade entre o processo de planejamento e de implementação, de forma a impedir a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município que serão estabelecidas.

### CAPÍTULO III - DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 3º - No âmbito do Poder Executivo municipal, o processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Tangará será dividido nas seguintes etapas:

- I - Etapa 1, denominada "Preparação do Processo de Planejamento Participativo";
- II - Etapa 2, denominada "Leitura e Diagnóstico da Realidade Municipal – Técnica e Comunitária";
- III - Etapa 3, denominada "Definição dos Eixos Estratégicos e Formulação de Propostas";
- IV - Etapa 4, denominada "Elaboração e Apresentação da Versão Preliminar da Proposta de Plano Diretor";
- V - Etapa 5, denominada "Consulta Pública, Conferência Final e Consolidação do Projeto de Lei do Plano Diretor".

§1º - A Etapa 1 compõe-se de providências iniciais de sensibilização, mobilização e capacitação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o território do Município, através das seguintes ações:

I - Instituição, definição de atribuições e nomeação de integrantes titulares e suplentes, por ato do Prefeito municipal:

- a) Do Grupo Técnico de Apoio (GTA);
- b) Do Grupo de Trabalho Municipal (GTM);
- c) Do Colegiado de Representação Popular (CRP);

- II - Divisão territorial e estabelecimento do calendário de eventos, voltados ao processo;
- III - Comunicação com os órgãos de imprensa local, para fins de colaboração na divulgação do processo de revisão do Plano Diretor;
- IV - Intercâmbio com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de revisão do Plano Diretor;
- V - Realização de audiência pública para instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de revisão do Plano Diretor.

§ 2º - A Etapa 2 constitui na elaboração do diagnóstico, da realidade do Município de Tangará, com base na leitura técnica pelos profissionais responsáveis pelo desenvolvimento da revisão do Plano Diretor e pela comunidade. Compreende em uma análise e avaliação do Plano Diretor vigente, e da composição de pontos negativos e potencialidades da cidade. Este documento compõe-se de levantamento, sistematização



e avaliação de dados e informações, sendo considerado:

- I – Fatores condicionantes da Mobilidade Urbana;
- II - Condicionantes Ambientais;
- III - Infraestrutura Urbana;
- IV – Projeções Populacionais;
- V - Características gerais da Zona Urbana e Rural;
- VI - Morfologia Urbana;
- VII - Levantamento de Uso e Ocupação do Solo;
- VIII - Características histórico-culturais;
- IX - Consolidação da realidade municipal, através de Relatório, resultante da união das leituras técnica e comunitária;
- X - Realização das Oficinas Estratégicas, capacitando os membros do Colegiado de Representação Popular para sua atuação no processo de revisão do Plano Diretor;
- XI - Estruturação e revisão de propostas decorrentes das oficinas, especialmente os conteúdos que embasarão o Macrozoneamento;
- XII - Definição das regras para a instituição e funcionamento do sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor Participativo de Tangará.

§ 3º - A Etapa 3 definirá as bases para a formulação dos objetivos, diretrizes e eixos estratégicos do desenvolvimento municipal e da expansão urbana, através das seguintes ações:

- I - Construção de Cenários, estudos e propostas;
- II - Elaboração de Mapas Temáticos;
- III - Elaboração da Proposta do Projeto de Lei.

§ 4º - A Etapa 4 consolidará, apresentará e disponibilizará a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do plano diretor participativo, através das seguintes ações:

- I - Definição do conteúdo mínimo do plano diretor, na forma estabelecida pelo Estatuto da Cidade e seguindo orientações das resoluções aplicáveis, emitidas pelo Conselho Nacional das Cidades, ou CONCIDADES;
- II - Elaboração da versão preliminar do anteprojeto de lei complementar, a partir do conteúdo mínimo definido e das bases estabelecidas na Etapa 2 e 3;
- III - Definição das regras da consulta pública, a serem validadas pelo Município de Tangará, sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar;
- IV - Apresentação, em audiência pública, do anteprojeto de lei complementar e das regras da consulta pública.

§ 5º - A Etapa 5 consiste na elaboração da versão final do anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo e no seu encaminhamento ao Prefeito Municipal, para consequente encaminhamento, já na qualidade de Projeto de Lei Complementar, à Câmara Municipal, através das seguintes ações:

- I - Início da consulta pública, que deverá observar o prazo estabelecido nas regras referidas no inciso III do parágrafo quarto deste artigo;
- II - Sistematização, análise e validação das sugestões recebidas durante a consulta pública;
- III - Realização de uma Audiência Pública para abertura oficial e apresentação das regras da Audiência Pública Final;
- IV - Realização da Audiência Pública Final para deliberação sobre as sugestões validadas;
- V - Consolidação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo, com base nas deliberações da Audiência Pública Final;
- VI - Encaminhamento ao Prefeito Municipal, para, ato contínuo, submissão à tramitação legislativa.

#### CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4º - O Poder Executivo municipal garantirá a participação da população, a plena realização dos trabalhos necessários ao processo, a ampla publicidade e o acesso às informações, na forma dos incisos I a III do § 4.º do art. 40 e do art. 43 do Estatuto da Cidade, e de acordo com as recomendações do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, em especial a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005.

Parágrafo Único - O Poder Executivo municipal nomeará o Grupo Técnico de Apoio (GTA).

Art. 5º - O Grupo Técnico de Apoio garantirá a disponibilização de dados e informações ao CIMACATARINA ao Colegiado de Representação Popular e a qualquer interessado.

§1º - O Grupo Técnico de Apoio é composto por 5 (cinco) integrantes.

§2º - Para cada integrante do Grupo Técnico de Apoio haverá um respectivo suplente.

§ 4º - O Grupo Técnico de Apoio se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

Art. 6º - São atribuições do Grupo Técnico de Apoio:

- I - Acompanhar e supervisionar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo municipal, incluindo-se a participação nos eventos, reuniões, oficinas, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes ao processo;
- II - Coletar, repassar e promover todos os atos necessários o acesso às informações relacionadas ao planejamento urbano e territorial

acessíveis ao município, para a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA;

III - Supervisionar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;

IV - Elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais e cargos e funções de seus integrantes;

V - Organizar e manter atualizado um cadastro para contato com as organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil interessados no processo;

VI - Realizar todos os atos internos e externos necessários ao levantamento de informações junto aos órgãos públicos, especialmente as empresas concessionárias;

VII - Redigir e fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;

VIII - Garantir a entrega de convites e convocações, bem como manter e organizar os avisos de recebimento;

IX - Promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;

X - Apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, conferência, oficinas, consultas públicas e audiências pertinentes ao processo;

XI - Providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata da Audiência Pública Inicial, das Conferências Públicas e da Audiência Pública Final;

XII - Convocar, participar e coordenar as reuniões e ações do Grupo de Trabalho Municipal;

XIII - Definir a divisão territorial preliminar do Município em áreas para a realização de eventos comunitários;

XIV - Estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de revisão do Plano Diretor;

XV - Prestar apoio ao Executivo e Legislativo municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;

XVI - Auxiliar a chefe do Poder Executivo municipal na resposta e no encaminhamento das demandas dos munícipes no tocante às reivindicações que não forem referentes ao processo de revisão do Plano Diretor Participativo.

Art. 7º - O Grupo de Trabalho Municipal (GTM) será formado por representantes das Secretarias, Autarquias e Fundações da Prefeitura Municipal de Tangará, e possui o objetivo de facilitar o levantamento de dados e informações para serem remetidos ao Grupo Técnico de Apoio.

§1º - O Grupo de Trabalho Municipal possui 6 (seis) membros integrantes.

§2º - Para cada integrante do Grupo de Trabalho Municipal deve ser indicado um respectivo suplente.

§ 3º - O Grupo de Trabalho Municipal se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

Art. 8º - São atribuições do Grupo de Trabalho Municipal:

I - Atender às convocações demandas do Grupo Técnico de Apoio, relacionadas ao processo;

II - Apoiar administrativa e operacionalmente as ações demandadas pelo Grupo Técnico de Apoio;

III - Participar das reuniões convocadas pelo Grupo Técnico de Apoio;

IV - Representar o Poder Executivo municipal no Colegiado de Representação Popular, juntamente com o Grupo Técnico de Apoio;

V - Coletar e repassar os dados e informações solicitadas para o processo, especialmente estudos, levantamentos, projetos, cadastros e mapeamentos;

VI - Prestar esclarecimentos, elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as respectivas atribuições profissionais, cargos e funções;

VII - Auxiliar na articulação das diversas políticas públicas executadas e por executar, relacionadas ao processo.

## CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 9º - Fica assegurada a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de revisão do Plano Diretor, mediante os seguintes instrumentos de gestão democrática e participação social:

I – Conselho de Desenvolvimento Urbano;

II - Colegiado de Representação Popular;

III - Eventos:

a) Municipais;

b) Comunitários ou Territoriais;

c) Setoriais ou por Segmentos Sociais;

IV - Audiência Pública Inicial;

V - Conferências Públicas;

VI – Oficinas Estratégicas;

VII - Consulta Pública;

VIII – Audiência Pública Final do Plano Diretor Participativo.

§ 1º - Será garantido o respeito à diversidade, especificamente pela realização de debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, bem como, pela alternância dos locais de discussão.

§ 2º - Será garantido, a qualquer interessado, o amplo acesso aos documentos e informações especialmente por meio da:

- I - Ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social disponíveis;
- II - Ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias;
- III - Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

§ 3º - Poderão ser criados ambientes virtuais de interação social, em especial por meio da Internet, cuja metodologia e prazo de duração serão validados pelo Grupo Técnico de Apoio.

#### Seção I - Do Conselho de Desenvolvimento Municipal

Art. 10 – O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará é um órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, que tem como objetivos:

- I - Supervisionar o processo participativo de revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará;
- II - Garantir a criação e regulamentação do Conselho da Cidade de Tangará.

Art. 11 - Compete ao Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará:

- I - Garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de revisão do Plano Diretor;
- II - Fiscalizar o cumprimento de determinações legais sobre conteúdo mínimo do Plano Diretor;
- III - Validar:
  - a) O plano de trabalho;
  - b) O cronograma das ações;
  - c) As regras de participação e controle social do processo, especialmente as que regularão a consulta pública, a conferência final e as audiências públicas, referidas nesta norma.
- IV - Validar a divisão territorial do Município em áreas, para realização de eventos comunitários e de escolha do Colegiado de Representação Popular referidos nesta norma;
- V - Validar o calendário de eventos do processo de revisão;
- VI - Acompanhar, e validar, durante todo o processo de revisão do Plano Diretor, o cadastro das organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil, referido nesta norma;
- VII - Acompanhar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de revisão do Plano Diretor, em especial os eventos e as audiências públicas, referidos nesta norma;
- VIII - Fiscalizar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IX - Promover o incremento dos mecanismos de participação e controle social;
- X - Propor critérios para decidir prioridades na garantia do cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;
- XI - Apoiar a divulgação de produtos gerados por estudos e projetos que possam ser utilizados como subsídios ao processo de revisão do Plano Diretor;
- XII - Promover ações de apoio à instituição do Conselho da Cidade de Tangará e garantir, em todas essas ações, a participação do Colegiado de Representação Popular;
- XIII – Acompanhar, no âmbito Câmara Municipal, a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo de Tangará e de proposições que impactem no ordenamento físico-territorial;
- XIV - Emitir Resoluções, especialmente para regular seu regimento interno e demais atos necessários à execução da própria rotina de atividades e para orientar decisões em casos omissos na presente norma.

Art. 12 - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará se organiza seguindo critérios de representação, sendo composto, de acordo com o previsto no art. 177 a 178 do Plano Diretor da Lei Complementar 048/2009 e Lei Complementar 1.979/2010.

§1º - Para cada integrante titular do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará será garantido um respectivo suplente.

§ 2º - Nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará não será permitido:

- I - A representação ou voto mediante procuração;
- II - O acúmulo de representações.

§ 3º - Com exceção das representações do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipais, a indicação de cada representação deverá:

- I - Considerar a diversidade, a heterogeneidade, a pluralidade e a capacidade de auto-organização de cada setor ou segmento da sociedade civil;
- II - Evitar o excesso de formalismo;
- III - Atender os princípios democráticos, a razoabilidade e a proporcionalidade.

§ 4.º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

§ 5º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará buscará estabelecer contatos com representantes do Poder Público, em especial do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, a fim de estabelecer tratativas necessárias ao acompanhamento do processo.

§ 6º - O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Tangará se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

## Seção II - Do Colegiado de Representação Popular

Art. 13 - Compete ao Colegiado de Representação Popular, auxiliar, acompanhar e fiscalizar as rotinas de revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará, em conformidade com os artigos 42 e seguintes do Estatuto da Cidade e orientações da Resolução n.º 34, de 1.º de julho de 2005, emitida pelo Conselho das Cidades do Ministério das Cidades.

Parágrafo Único - O Colegiado de Representação Popular acompanhará a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo de Tangará e de outros relativos aos instrumentos complementares na Câmara Municipal, buscando colaborar com a elucidação de questões relativas ao processo de pactuação social e quanto aos conteúdos definidos.

Art. 14 - O Colegiado de Representação Popular será organizado seguindo critérios de representação setorial e territorial, sendo composto por até 41 (quarenta e um) membros, observada a seguinte composição:

I - 11 (onze) membros representantes do Poder Executivo Municipal, correspondentes aos integrantes do Grupo Técnico de Apoio e do Grupo de Trabalho Municipal;

II - 9 (nove) Vereadores, representando o Poder Legislativo Municipal;

III - 11 (onze) membros comunitários ou territoriais, observada a divisão do município (bairros) e conforme a proporção da população local, segundo Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2010, consoante a seguinte distribuição:

IV - 10 (dez) Membros do Colegiado de Representação Popular, representantes de setores ou segmentos sociais, assim distribuídos:

a) 4 (quatro) representantes de entidades empresariais;

b) 2 (dois) representantes de entidades de trabalhadores;

c) 2 (dois) representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa;

d) 2 (dois) representantes de organizações não-governamentais, especialmente Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, fóruns e redes de cidadãos, clubes de serviço, entidades ambientais, entre outros.

§1º - Cada membro deve possuir um respectivo suplente.

§2º - Na presença do titular, o suplente não terá direito a voz nem ao voto.

§3º - Nas reuniões do Colegiado de Representação Popular não será permitido:

I - A representação ou voto mediante procuração;

II - O acúmulo de representações.

§ 4º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os membros do Colegiado de Representação Popular, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

§ 5º - No Colegiado de Representação Popular, é vedado o acúmulo de representação territorial e setorial por uma mesma pessoa.

§ 6º - O Colegiado de Representação Popular se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

## Seção III - Dos Eventos

Art. 15 - Os Eventos são partes integrantes do processo de revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Tangará, constituem em espaços públicos para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social e são divididos em:

I - Eventos municipais;

II - Eventos comunitários ou territoriais;

III - Eventos setoriais ou por segmentos sociais.

§1º - Os eventos municipais terão status de Conferência Pública e objetivo de dar publicidade a cada etapa do processo de revisão, especialmente:

I - Instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de revisão do Plano Diretor;

II - Apresentar os resultados e produtos da leitura da realidade municipal referida nesta norma;

III - Apresentar as regras da consulta pública e da Audiência Pública Final;

IV - Apresentar a versão preliminar de anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo;

V - Submeter à aprovação pelos membros do Conselho de Desenvolvimento Municipal as eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo.

§ 2º - Os eventos comunitários ou territoriais terão como objetivos:

I - A realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista das comunidades sobre questões relativas às suas respectivas realidades locais e ao Município como um todo.

#### Seção IV - Das Conferências Públicas

Art. 16 - No processo de revisão do Plano Diretor, as Conferências Públicas fundam-se no inciso I do parágrafo quarto do art. 40 do Estatuto da Cidade, e tem por objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor Participativo, e atender aos seguintes requisitos:

- I - Regulação por meio de regimento, elaborado em estrita observância à presente norma e validado pelo Município de Tangará;
- II - Convocação por edital e anúncio pela imprensa local;
- III - Realização em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- IV - Serem dirigidas pelo Poder Público municipal, que garantirá a exposição, pela equipe técnica do CIMCATARINA, sobre os temas que serão abordados e abrirá as discussões aos presentes;
- V - Garantia da participação de todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;
- VI - Garantia de registro de presença dos participantes, através de ficha de inscrição individual;
- VII - Garantia de registro em vídeo e áudio para subsidiar a lavratura da respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

#### Seção V - Das Oficinas Estratégicas

Art. 17 - As Oficinas Estratégicas são eventos consultivos e deliberativos direcionados aos integrantes do Grupo Técnico de Apoio, Grupo de Trabalho Municipal, Conselho de Desenvolvimento Municipal e Colegiado de Representação Popular, bem como a toda a população, tendo por objetivos:

- I - A elaboração da visão estratégica, dos eixos estratégicos e de propostas para ações que deverão compor o Plano Diretor e garantir sua efetiva implementação;
- II - A definição das bases para elaboração do macrozoneamento do Município;
- III - Definição de regras para a instituição do sistema de acompanhamento e controle, inclusive o Conselho da Cidade, consoante art. 42, III, do Estatuto da Cidade.

#### Seção VI - Da Consulta Pública

Art. 18 - A Consulta Pública constitui mecanismo participativo, de caráter consultivo, com prazo definido e aberta a qualquer interessado.

§1º - A Consulta Pública tem por objetivo receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo ou aspecto específico no processo de revisão, devendo observar, no mínimo, os seguintes requisitos mínimos:

- I - Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, regras e o prazo de realização;
- II - Disponibilização prévia, a qualquer interessado:
  - a) Dos documentos que serão objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva;
  - b) Dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a versão preliminar do anteprojeto;
- III - Sistematização das contribuições recebidas;
- IV - Publicidade de seus resultados;
- V - Compromisso de resposta às propostas recebidas.

§2º - A Consulta Pública será regida por regras próprias, que deverão estar de acordo com os requisitos mínimos previstos no parágrafo primeiro deste artigo e serem previamente aprovadas pelo Município de Tangará.

#### Seção VII - Da Audiência Pública Final do Plano Diretor Participativo

Art. 19 - A Audiência Pública final do Plano Diretor Participativo é o evento que tem como objetivo a aprovação de eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor Participativo.

§1º - A Audiência Pública Final será regida por regras próprias, previamente estipuladas.

§ 2º - A Audiência Pública Final é evento público e aberto a qualquer interessado.

§ 3º - A Audiência Pública Final deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

- I – Registro das emendas apresentadas nos anais da conferência; e
- II – Publicação e divulgação dos anais do evento.

#### CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - Na implementação e execução do novo Plano Diretor Participativo, entre outras, serão observadas:



I - A efetivação do sistema de acompanhamento e controle previsto no inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade, especialmente com o início do funcionamento do Conselho da Cidade de Tangará;

II - A incorporação das diretrizes e prioridades do Plano Diretor no planejamento da gestão municipal, especialmente no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, conforme parágrafo 1º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 21 - Constitui anexo a este Regimento o diagrama ilustrativo com a descrição de cada uma das etapas do processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará.

Art. 22 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

Tangará (SC), 28 de novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 137/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017. ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1442389

DECRETO Nº 137/2017, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANGARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Tangará está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento das Conferências, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Revisão;

DECRETA:

Art. 1.º - Fica estabelecido o Regimento Interno Das Conferências Públicas Regionais de Revisão do Plano Diretor Participativo de Tangará, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2.º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Tangará (SC), 28 de novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

**REGIMENTO INTERNO DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS**

As Conferências Públicas Regionais possuem caráter consultivo e não vinculante e tem por finalidade informar, dirimir dúvidas, bem como, obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas e propostas sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Tangará, com recorte espacial na respectiva Região ora em análise, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na Revisão do Plano Diretor.

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - A As Conferências Públicas Regional, doravante denominada CPR, será aberta a todos que queiram participar, não havendo qualquer tipo de restrição.

Art. 2º - Os espaços a serem realizadas as CPRs serão definidos pelo Município de Tangará e deverão comportar no mínimo 120 pessoas.

Art. 3º - A responsabilidade pela locação/reserva do espaço selecionado pelos Município de Tangará para realização das CPRs será da Prefeitura Municipal de Tangará - PMT.

Art. 4º - O local deverá ser dotado de estrutura adequada de acomodações aos participantes e organizadores, bem como, equipado com estruturas de som e imagem, de modo a proporcionar condições adequadas de exposição, participação e gravação dos fatos ocorridos, respeitando as normas de acessibilidade universal.

Art. 5º - A divulgação da CPR será de responsabilidade da PMT e deverá ocorrer de acordo com o Plano de Mobilização e Divulgação



aprovado.

#### DA CONDUÇÃO DA CONFERÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Art. 6º- O público presente deverá assinar lista de presença, que ficará disponível durante toda a CPR em local acessível. Esta lista deverá conter:

- a) Nome legível e endereço;
- b) Nº do documento de identificação;
- c) Instituição ou Bairro que representa (se for o caso);
- d) Telefone e e-mail para contato;
- e) Assinatura.

Art. 7º- A coordenação dos trabalhos será feita pelo Consórcio CIMCATARINA, sendo que a direção da CPR caberá aos presidentes do Conselho ou por um representante do CIMCATARINA, devidamente indicado por este.

Art. 8º- São prerrogativas do diretor (a) da CPR:

- a) Designar um ou mais secretários (as) para assisti-lo;
- b) Realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da CPR, ordenando o curso dos debates;
- c) Indicar os expositores;
- d) Orientar sobre a pertinência das intervenções orais;
- e) Orientar sobre a pertinência das questões formuladas;
- f) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da CPR, em como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante.

Art. 9º- São atribuições do(s) Secretário(s) (as):

- a) Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;
- b) Controlar o tempo das intervenções orais;
- c) Registrar o conteúdo das intervenções;
- d) Sistematizar as informações;
- e) Elaborar a ata da Sessão;
- f) Encaminhar a documentação produzida na CPR ao CIMCATARINA para a guarda da mesma.

#### DOS PARTICIPANTES

Art. 10 - Será considerado participante da CPR qualquer cidadão ou cidadã presente, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão no âmbito da CPR.

Art. 11 - São direitos dos participantes:

- a) Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da CPR, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- b) Debater as questões tratadas no âmbito da CPR;
- c) Fazer propostas e sugerir alterações sobre o objeto da discussão.

Art. 12 - São deveres dos participantes:

- a) Respeitar o regimento desta CPR;
- b) Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- c) Tratar com respeito e civilidade os participantes da CPR e seus organizadores.

#### DA REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Art. 13 - O tempo de duração da CPR será de 03 (três) horas, com início às 19:00 horas e término às 21:00 horas. Caso este tempo seja insuficiente, a sessão poderá ser prorrogada por um prazo não superior a 60 (sessenta) minutos.

Art. 14 - A CPD terá a seguinte ordem:

- a) 19:00 horas – Abertura, com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da CPD;
- b) 19:10 horas – Exposição, por parte do CIMCATARINA, da importância da Revisão do Plano Diretor e deliberações sobre o recorte espacial na respectiva Região ora em análise e demais materiais de base pertinentes;
- c) 19:40 horas – Manifestação (facultativa) da representação das Associações dos Bairros;
- d) 20:10 horas – Intervalo para inscrição de participantes na manifestação pública;
- e) 20:20 horas – Debate e manifestação pública;
- f) 21:00 horas – Encerramento.

Art. 15 - Na abertura da CPR a direção da mesa procederá a esclarecimentos quanto aos objetivos da mesma e as regras gerais segundo as quais se processarão os trabalhos.

Art. 16 - Após a abertura, a direção da mesa passará a palavra aos expositores.

Art. 17 - A CPR será suspensão pela direção da mesa, por um intervalo de 10 (dez) minutos, para que os interessados em participar do debate possam se inscrever através da ficha de inscrição.

Art. 18 - É condição indispensável para a participação nos debates e manifestação pública o preenchimento prévio da ficha de inscrição, que será disponibilizada com antecedência, sendo que a ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores. As fichas serão numeradas no ato da entrega à mesa.

Art. 19 - A ficha de inscrição deverá conter os seguintes tópicos:

- a) Instruções gerais;
- b) Identificação do proponente (Nome, CPF, Endereço, Telefone, E-mail, Residente no Município: sim ou não, Entidade que representa – se for o caso);
- c) Tipo de proposta (esclarecimento, alteração, inclusão ou exclusão);
- d) Justificativa da proposta;
- e) Indicação de anexação de documentos (se for o caso);
- f) Indicação se a participação será oral, lida pela mesa, ou mera entrega de proposta.

Art. 20 - Durante a CPR, técnicos do CIMCATARINA ficarão à disposição dos participantes para auxiliar na formulação dos questionamentos e preenchimento da ficha de inscrição, caso seja necessário;

Art. 21 - As inscrições poderão ser realizadas a partir da abertura da CPR e serão encerradas às 20:20 horas. Após este horário, apenas serão aceitas entregas de formulários para posterior análise e retorno do CIMCATARINA.

Art. 22 - Na retomada da CPR, serão iniciados os debates, de acordo com o que segue:

- a) Indicação de encaminhamentos das propostas apresentadas pelos representantes das Associações de Bairros, por meio de manifestação;

I. A mesa fará a leitura da sistematização das propostas apresentadas pelos Bairros, conforme documento entregue ao CIMCATARINA pelo representante dos Bairros, com no mínimo 05 dias de antecedência;

II. A plenária fará a indicação de encaminhamento por aclamação, sendo a análise qualitativa (alta, média ou baixa adesão), a análise deverá ser manifestada no momento da exposição pelo coordenador dos trabalhos e registrada em ata.

- b) Abertura da palavra para a plenária em geral:

I. O uso da palavra será por ordem de inscrição, para aqueles que optarem por exposição oral ou leitura pela mesa.

II. Cada participante terá o prazo de 02 (dois) minutos para a manifestação;

III. Os esclarecimentos e/ou respostas, quando solicitados, deverão ter duração máxima de 02 (dois) minutos.

IV. O participante inscrito não poderá ceder o seu tempo para somar, ou mesmo, transferi-lo para outra pessoa;

V. Somente será permitida a repetição do uso da palavra, após o esgotamento da lista de inscrições, desde que haja tempo hábil, de acordo com o expresso no item 13.

VI. Manifestações ofensivas, personalizadas ou que desvirtuem do escopo da Conferência Pública Regional serão cerceadas e o inscrito perderá o direito à fala.

Art. 23 - Concluída a fase de debate e manifestações públicas, a direção da mesa procederá o encerramento da CPR;

Art. 24 - A gravação,, lista de presença e fichas de inscrição serão publicados no site da Revisão do Plano Diretor Participativo da PMT, no prazo máximo de 10 dias úteis.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro por parte dos participantes da CPR.

Art. 26 - A ata a ser lavrada será subscrita pela direção da mesa e pelo (a) secretário(a) responsável, e submetida à análise e subscrição, facultativa, pelos membros dos Conselhos que estiverem presentes na CPR. A esta será anexada a lista de presença.

Art. 27 - Todas as inscrições efetuadas serão respondidas pela equipe técnica do CIMCATARINA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a CPR. As respostas serão publicadas no site da Revisão do Plano Diretor Participativo vinculado a PMT.

Art. 28 - O CIMCATARINA deverá encaminhar para Prefeitura Municipal de Tangará um relatório síntese com todas as demandas surgidas nas Conferências Regionais, assim como as justificativas técnicas para os encaminhamentos.

Tangará (SC), 28 de novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
Prefeito Municipal

#### REGIMENTO INTERNO DAS OFICINAS ESTRATÉGICAS

As Oficinas Estratégicas têm por finalidade capacitar, informar, dirimir dúvidas, bem como, obter dados, subsídios, informações, sugestões,

críticas e propostas sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Tangará, com temas específicos a serem abordados, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na Revisão do Plano Diretor.

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As Oficinas ocorrerão em locais a serem disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Tangará sendo aberta a toda a população. Os espaços nos quais serão realizadas as oficinas deverão comportar no mínimo 30 (trinta) pessoas.

Art. 2º - A responsabilidade pela locação/reserva do espaço para realização das Oficinas será da Prefeitura Municipal de Tangará.

Art. 3º - O local deverá ser dotado de estrutura adequada de acomodações aos participantes e organizadores, bem como, equipado com estruturas de som e imagem, de modo a proporcionar condições adequadas de exposição, participação e registro dos fatos ocorridos, respeitando as normas de acessibilidade universal.

Art. 4º - A divulgação das Oficinas será de responsabilidade da Prefeitura Municipal e deverá ocorrer de acordo com o Plano de Mobilização e Divulgação aprovado.

#### DA CONDUÇÃO DAS OFICINAS ESTRATÉGICAS

Art. 5º - O público presente deverá assinar lista de presença, que ficará disponível durante toda a Oficina em local acessível. Esta lista deverá conter:

- a) Nome legível e endereço;
- b) Nº do documento de identificação;
- c) Instituição ou Bairro que representa (se for o caso);
- d) Telefone e e-mail para contato;
- e) Assinatura.

Art. 6º - A coordenação dos trabalhos será feita pelo Consórcio CIMCATARINA.

#### DOS PARTICIPANTES

Art. 7º - Será considerado participante qualquer cidadão ou cidadã presente, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão no âmbito das Oficinas.

Art. 8º - São direitos dos participantes:

- a) Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito do tema abordado na Oficina, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- b) Debater e contribuir com as questões tratadas na Oficina;
- c) Fazer propostas, sugestões sobre o tema em discussão.

Art. 9º - São deveres dos participantes:

- a) Respeitar o presente regimento;
- b) Respeitar o tempo e a ordem estabelecidos para cada tarefa ministrada da Oficina;
- c) Tratar com respeito e civilidade os participantes das Oficinas e seus organizadores.

#### DA REALIZAÇÃO DAS OFICINAS ESTRATÉGICAS

Art. 10 - O tempo de duração será de 03 (três) horas. Quando realizada pela manhã com início às 9:00 horas e término às 12:00 horas. E, quando a tarde, com início às 13:00 horas e término às 16:00 horas.

Art. 11 - As Oficinas serão ministradas da seguinte ordem:

- a) Abertura, com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento;
- b) Distribuição dos papéis coloridos para identificação das cores de acordo com os grupos a que representam;
- c) Cores distintas para: GTA, GTM, CRP e Comunidade;
- d) Distribuição das Fichas para preenchimento da consulta pública;
- e) Apresentação dos Técnicos do CIMCATARINA sobre o Tema correspondente;
- f) Após a apresentação do tema abordado, será dado um intervalo para o debate e preenchimento das Fichas para contribuição;
- g) Exposição das Fichas para debate de opiniões dos representantes;
- h) Serão dados 10 minutos para cada representante dos grupos presentes para a manifestação das opiniões geradas em grupo;
- i) Os Técnicos do CIMCATARINA responderão as dúvidas decorrentes dos assuntos abordados;
- j) Encerramento.

Art. 12 - A ficha de consulta pública será entregue a cada participante, contendo os seguintes tópicos a serem preenchidos a título de contribuição:

- a) Tema da Oficina correspondente;
- b) Grupo a que representa (se for o caso);
- c) Local em que esta ocorrendo a oficina;
- d) Identificação do participante (Nome);
- e) Problemas do Município;
- f) Potencialidades do Município;
- g) Diretrizes;
- h) Ações Prioritárias a serem adotadas;
- i) Ameaças para o Município;
- j) Oportunidades para o Município.

Art. 13 - Durante a Oficina os técnicos do CIMCATARINA ficarão à disposição dos participantes para auxiliar na formulação dos questionamentos e preenchimento da ficha, caso seja necessário;

Art. 14 - As fotos, lista de presença e fichas de consulta pública serão publicados no site da Revisão do Plano Diretor Participativo, no prazo máximo de 10 dias úteis.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 - Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro por parte dos participantes.

Art. 16 - Todas as dúvidas inerentes ao tema da Oficina e a Revisão do Plano Diretor serão respondidas pela equipe técnica do CIMCATARINA.

Art. 17 - O CIMCATARINA deverá encaminhar para Prefeitura Municipal de Tangará um relatório síntese com todas as demandas surgidas nas Oficinas Estratégicas.

Tangará (SC), 28 de novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

#### PR 026/2017

Publicação Nº 1442860

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 026/2017, a qual tem por objeto registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE HIDROTERAPIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 18/12/2017, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 30 de Novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### PR 106/2017

Publicação Nº 1442674

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 106/2017, a qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO DE FEIRAS MULTISETORIAIS OU SETORIAIS, OBJETIVANDO A COMERCIALIZAÇÃO DE ESPAÇOS EXPOSITIVOS DA 5ª FECAUVA. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 14/12/2017, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 30 de Novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PR 111/2017**

Publicação Nº 1441791

MUNICÍPIO DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2017  
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 111/2017, a qual tem por objeto registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇO DE BORRACHARIA REMOÇÃO, CONSERTO, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS) NA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, OBRAS, GABINETE, SAÚDE, FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 15/12/2017, com abertura às 14h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 30 de Novembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 056-2017

Publicação Nº 1441789

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE LEILÃO Nº. 005/2017.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 056/2017.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, com objetivo de alienação dos seguintes bens Móveis: UM VEICULO GM/MONTANA CONQUEST, ANO E MODELO 2008, COR BRANCA, 02 PORTAS, POTENCIA 105CV, CAPACIDADE 0,70 TONELADAS, PLACAS MEZ8333 E 01 VEÍCULO RENAULT MASTER AMBULÂNCIA, ANO 2008, MODELO 2009, DIESEL, 114CV, COR BRANCA, PADRÃO AMBULANCIA, PLACAS MFZ5986, 01 TANQUE DE FABRICAÇÃO MANUAL DE QUEIJOS EM AÇO INOX, CAPACIDADE 3000LT, 01 PRENSA PNEUMÁTICA PARA QUEIJO 120 FORMAS/0,800GRAMAS, 01 MATURADOR PARA IOGURTE/BEBIDAS LACTEAS EM AÇO INOX, CAPACIDADE 2000LT. Fica determinado o dia 19/12/2017, às 09hs00min no auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos para o recebimento dos envelopes de propostas e habilitação. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou no site [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br) Tigrinhos (SC) 01 de Dezembro de 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 216/2017

Publicação Nº 1441953

PORTARIA Nº. 216/2017.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A CONTROLE INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Controle Interno Sra. LUCIANE PISSATTO, adiantamento do equivalente a 02 (duas) diárias, no valor R\$ 558,06 cada, totalizando o valor de R\$ 1.116,12 (Hum mil cento e dezesseis reais e doze centavos), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 05 a 07 de Dezembro de 2017, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DO CURSO DE COMO FAZER ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de novembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

### PORTARIA 217/2017

Publicação Nº 1441955

PORTARIA Nº. 217/2017.  
CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A DIRETORA GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Diretora Geral Sra. CLEISE HONAISSER, adiantamento do equivalente a 02 (duas) diárias, no valor R\$ 639,88 cada, totalizando o valor de R\$ 1.279,76 (Hum mil duzentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), para sua viagem á Florianópolis/SC, no



período de 05 a 07 de Dezembro de 2017, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DO CURSO DE COMO FAZER ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de novembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

## PORTARIA 218/2017

Publicação Nº 1441957

PORTARIA Nº. 218/2017.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA A CONTADORA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Contadora, Sra. LILIAN SANTIN, adiantamento do equivalente a 02 (duas) diárias, no valor de R\$ 1.082,32 cada, totalizando o valor de R\$ 2.164,64 (dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta quatro centavos), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 05 a 07 de Dezembro de 2017, COM OBJETIVO DE PARTICIPAR DO CURSO DE COMO FAZER ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de novembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

## PORTARIA 219/2017

Publicação Nº 1441958

PORTARIA Nº. 219/2017.

CONCEDE ADIANTAMENTO DE DIÁRIAS PARA O PREFEITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a lei Municipal nº. 011/97 e decreto Municipal nº. 043/00.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Prefeito Municipal Sr. DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, adiantamento do equivalente a 04 (quatro) diárias, no valor R\$ 1.500,00 cada, totalizando o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para sua viagem á Florianópolis/SC, no período de 05 a 08 de Dezembro de 2017, COM OBJETIVO DE VIABILIZAR A LIBERAÇÃO DE RECURSOS JUNTO AO GOVERNO DE ESTADO, DEPUTADOS E DEMAIS REPARTIÇÕES, PARA O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em trinta de novembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PORTARIA Nº 030/2017**

Publicação Nº 1442066

PORTARIA Nº 030/2017

Concede adiantamento de diária (s) para vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao vereador, CLEITON DA SILVA, matrícula nº. 71, adiantamento equivalente a 4 (quatro) diárias no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 05, 06, 07 e 08 de dezembro, para participar do Congresso Estadual de Vereadores promovido pela Uvesc – União dos Vereadores de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER  
Presidente da Câmara de Vereadores

### **PORTARIA Nº 031/2017**

Publicação Nº 1442079

PORTARIA Nº 031/2017

Concede adiantamento de diária (s) para Servidor da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor, VOLMAR DE OLIVEIRA, matrícula nº. 30, adiantamento equivalente a 4 (quatro) diárias no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 05, 06, 07 e 08 de dezembro, para participar do Congresso Estadual de Vereadores promovido pela Uvesc – União dos Vereadores de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**PORTARIA Nº 032/2017**

Publicação Nº 1442084

PORTARIA Nº 032/2017

Concede adiantamento de diária (s) para vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao vereador, SILVENIO JOÃO SCHNEIDER, matrícula nº. 07, adiantamento equivalente a 4 (quatro) diárias no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 05, 06, 07 e 08 de dezembro, para participar do Congresso Estadual de Vereadores promovido pela Uvesc – União dos Vereadores de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara de Vereadores

**PORTARIA Nº 033/2017**

Publicação Nº 1442090

PORTARIA Nº 033/2017

Concede adiantamento de diária (s) para vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos e dá outras providências.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Resolução Nº 008/2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao vereador, DEJALMA SANTOS MIORANDO, matrícula nº. 01, adiantamento equivalente a 4 (quatro) diárias no valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), com o objetivo de participar da viagem a Florianópolis – SC, nos dias 05, 06, 07 e 08 de dezembro, para participar do Congresso Estadual de Vereadores promovido pela Uvesc – União dos Vereadores de Santa Catarina.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

SILVÊNIO JOÃO SCHNEIDER

Presidente da Câmara de Vereadores

# Tijucas

## PREFEITURA

### EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 153/PMT/17 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 115/PMT/17

Publicação Nº 1441790

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 153/PMT/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 115/PMT/2017

Objeto: Aquisição de material de construção para manutenção e reparos nas escolas e creches da rede municipal de ensino, da Secretaria Municipal de Educação, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA - EPP, foi vencedora do Lote 01 no valor de R\$ 134.079,00 (cento e trinta e quatro mil e setenta e nove reais).

Empresa Vencedora do Processo: MALU MAURICIO - ME, foi vencedora dos Lotes: 02 no valor de R\$ 159.120,00 (cento e cinquenta e nove mil, cento e vinte reais); 04 no valor de R\$ 46.700,00 (quarenta e seis mil e setecentos reais); 05 no valor de R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais) e 06 no valor de R\$ 38.595,00 (trinta e oito mil, quinhentos e noventa e cinco reais).

Empresa Vencedora do Processo: COMERCIO DE MATERIAL DE CNSTRUÇÃO ZONTA NETO LTDA, foi vencedora do Lote 03 no valor de R\$ 32.665,00 (Trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e cinco reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 158/PMT/17 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 118/PMT/17

Publicação Nº 1441811

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 158/PMT/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 118/PMT/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de caminhão hidrojato, com bomba de hidro, com no mínimo 3556PSI e 250bar para desobstrução da rede pluvial no município de Tijucas/SC. Incluindo materiais, equipamentos e mão de obra devidamente habilitados, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: FALCÃO SANEAMENTO LTDA ME, foi vencedora do Item 01 no valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 017/FMS/2017

Publicação Nº 1441825

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 017/FMS/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/FMS/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FMS/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ERON FAUSTINO & CIA LTDA - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MECÂNICA LEVE, PESADA, FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E OU/ PARALELAS DE 1º LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO A TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto de toda frota mecanizada, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$ 20.030,25 (VINTE MIL, TRINTA REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)

TIJUCAS/SC, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO Nº 020/FMS/2017**

Publicação Nº 1441965

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 020/FMS/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/FMS/17- PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/FMS/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADA: SABINO WIETCOVSKY - EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE FUNILARIA E PINTURA AUTOMOTIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS E/OU PARALELAS DE 1ª LINHA, COM DESCONTO EM RELAÇÃO À TABELA DO FABRICANTE, PARA CONserto DE TODA FROTA MECANIZADA, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS – SC. VENCEDOR DOS LOTES: 10 E 11.  
TIJUCAS/SC, 27 DE MARÇO DE 2017.

**EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO E REAJUSTE DO CONTRATO Nº 003/PMT/2017**

Publicação Nº 1441663

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO REAJUSTE DO CONTRATO Nº 003/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/PMT/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

CONTRATADA: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

.OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM TIPO C, COM INSTALAÇÃO DE TANQUES PARA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 10 MIL LITROS, COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO DO PRESENTE EDITAL, PARA A FROTA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

VALOR: R\$: 7,05% - VALOR UNITÁRIO PASSA A SER DE 3,55 PARA 3,80.

TIJUCAS/SC, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

# Timbó

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 159.2017 PMT

Publicação Nº 1443003

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP, CNPJ nº. 22.621.552/0001-50, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 08/12/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 30 de novembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118.2017 PMT

Publicação Nº 1443004

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ nº. 04.724.655/0001-63, a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 118/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 08/12/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 30 de novembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### DECISÃO PENALIDADES PREGÃO PRESENCIAL N.º 35 2017 PMT- FRANCISCO MATOS DE LARA

Publicação Nº 1443005

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017 PMT  
DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL  
Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa FRANCISCO MATTOS DE LARA ME, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 - PMT, especialmente no que tange ao não cumprimento de serviços.

Conforme consta dos autos, a empresa vencedora do certame pactuou com o município que prestaria o serviço de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital de Pregão SRP nº 35/2017- PMT, sob pena de aplicação de penalidades pela inexecução parcial ou total da obrigação inadimplida.

Vislumbra-se que, através da proposta apresentada, Vossa Senhoria comprometeu-se a executar os serviços de acordo com as especificações e condições previstas no Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 - PMT, bem como a cumprir o prazo de execução dos serviços previsto no item 10.2 do Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 - PMT.

Entretanto, insta esclarecer que aludido prazo não foi respeitado por vossa empresa, visto que apesar de convocada via correio eletrônico e ligações, comprometeu-se a comparecer na sede do Procon Municipal, contudo isto não ocorreu, conforme consta do Memorando nº 07/2017, da Coordenação Geral do PROCON Municipal:

Diante de tais circunstâncias, entramos em contato com o Sr. Chico, que informou que passaria no PROCON na data de 06/10/2017 para fazer orçamento, porém não compareceu e nem mesmo atende nossas ligações.

Diante deste fato, fora instaurado o presente procedimento administrativo, notificando a empresa para que, no prazo legal, apresentasse suas razões pelo descumprimento do contrato, procedesse o orçamento e a substituição das lâmpadas e conserto da descarga defeituosa e da sanção cabível pelo ilícito cometido, conforme fls. 02/04.

A empresa, regularmente notificada da instauração do presente processo administrativo (fls. 05/06), respondeu, através de correio eletrônico



(fls. 06) na data de 20/10/2017 o que segue:

Bom dia devido ao serviço para festa do imigrantes estava sobre carregado de serviço e assim não pude ir atender ao Procon e nem fazer o orçamento na segunda feira logo de manha estarei passando na sala do Procon para fazer orçamento de horas nessessaria e lista de matérias para a realização do serviço da.

Tal panorama foi passado ao PROCON Municipal, que aguardou a realização dos serviços solicitados, e o mesmo, sequentemente, informou que os serviços foram realizados na data de 27/10/2017, conforme teor do Memorando 08/2017 abaixo:

Através desse, viemos comunicar que tal empresa, veio a cumprir com suas obrigações, nessa Coordenadoria de Proteção do Consumidor, como trocar lâmpadas, problemas na descarga do banheiro, no dia 27/10/2017.

Isto posto, informa essa Coordenadoria que tal situação já está resolvida.

Sendo este, em suma, o relatório, passamos a fundamentar nossa Decisão.

Vistos e examinados os autos do presente procedimento instaurado, constata-se que não há dúvidas acerca do descumprimento do Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 - PMT acerca da inexecução do pactuado por parte da empresa.

A Notificada estava ciente das especificações apresentadas no Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 - PMT, conforme traz o item 10 - DOS PRAZOS, PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E PAGAMENTO, que:

10.2 - O prazo de execução dos serviços deverá ser iniciado em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo Município através do Setor de Compras e, em caso de urgência, no prazo de 02 (duas) horas após a solicitação da Secretaria requisitante.

10.2.1 - Fica considerada no prazo acima exposto a apresentação de orçamento prévio/estimativo para emissão da respectiva Ordem de Compra para início dos serviços.

Ressalta-se que com a demora no cumprimento das obrigações por parte da empresa Contratada o Município restou prejudicado, tendo em vista que o serviço deixou servidores trabalhando em más condições.

O Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 - PMT prevê em seu item 14, em consonância com o disposto na Lei 8.666/93, as penalidades previstas no caso de inexecução, vejamos:

14.1 - O proponente vencedor estará sujeito por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

a) Advertência por escrito;

b) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor da Ata de Registro de Preço por dia de atraso na entrega e/ou por dia de atraso na adequação do produto fornecido;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;

d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

14.1.1 - Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município de Timbó ou Secretaria requisitante.

Sendo este, em suma, o relatório, passamos para a Decisão.

Vistos e examinados os autos do presente procedimento instaurado, constata-se que não há dúvidas acerca dos atos praticados pela empresa, mesmo justificados, não se exclui a responsabilidade da mesma, uma vez que descumpriu com as características do Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 – PMT.

Diante do exposto, considerando que houve prática de infração administrativa às obrigações assumidas, imputando ao município a necessidade de instauração deste Procedimento Administrativo; considerando que a Notificada posteriormente procedeu à realização dos serviços, mesmo que com atraso; utilizando dos princípios de razoabilidade e proporcionalidade; e buscando zelar pelo cumprimento correto das obrigações dos editais de licitação, para que não ocorram novamente os mesmos erros quanto ao cumprimento do pactuado, determina-se: A aplicação à FRANCISCO MATTOS DE LARA ME, das penalidades estabelecidas no Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 - PMT, Ata de Registro de Preço de fls.322/330 e no artigo 87, inciso I da Lei n.º 8.666/93, qual seja de ADVERTÊNCIA, conforme item 14.1, alínea 'a', do Edital de Pregão Presencial SRP nº 35/2017 – PMT, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 29 de novembro de 2017.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 041.2017 - FMS**

Publicação Nº 1443006

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 041/2017  
AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Saúde.  
AUTORIZADO: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó.  
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução/vigência até 31/12/2018.  
DATA DA ASSINATURA: 21/11/2017.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Secretária de Saúde e Assistência Social

**LEI Nº 2932, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442093

LEI Nº 2932, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a concessão de auxílio financeiro para manutenção de atividades do CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Timbó.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a conceder auxílio financeiro no montante total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) à Câmara de Dirigentes Lojistas de Timbó – CDL (CNPJ nº. 82.775.644/0001-16).

§1º O valor deverá ser destinado exclusivamente ao custeio das despesas de manutenção de seus objetivos, atividades e finalidades, repassados por intermédio de depósito em conta específica aberta pela entidade beneficiada.

§2º Os valores serão repassados em parcela única.

§3º A entidade terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados do recebimento do recurso para utilizar os valores e realizar a prestação de contas.

§4º O presidente da entidade beneficiada é responsável pelos recursos repassados, devendo prestar contas nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie.

§5º A liberação dos valores fica condicionada à apresentação do processo de concessão, nos termos do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie.

§6º A não utilização dos valores no prazo de 180 (cento e oitenta dias) contados a partir da data de recebimento do recurso, assim como a ausência da apresentação do processo de concessão de que trata o Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, alterações e demais normas aplicáveis à espécie, implicará no ressarcimento do numerário ao Poder Executivo.

Art. 2º A despesa com a concessão do auxílio previsto no art. 1º desta lei correrá a conta do Orçamento-Programa 2017:

07.01.011.334.0032.2066. Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente  
07.01.011.334.0032.2066. Planejamento Urbano  
07.01.011.334.0032.2066. Manutenção e Apoio ao Ensino Profissional  
300000.00 Despesas Correntes  
330000.00 Outras Despesas Correntes  
335000.00 Transf. A Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de dezembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017**

Publicação Nº 1442625

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13 de dezembro de 2017 (quarta-feira), às 9 horas.

LOCAL DA SESSÃO: Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC) - [Auditório – no TÉRREO]

PREGOEIRO: AILTON BERTOLDI

EQUIPE DE APOIO: Everton Bica Pedroso

Ruben Parno

Ana Paula Manfrini

(Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 028/2017).

Objeto: Constitui objeto desta licitação fornecer conexão com a Internet através de "link internet ip dedicado", para a conexão da rede local de computadores e desta à Internet com velocidade e banda garantida de 60 mbps – velocidade de download e 60 mbps de velocidade de upload. Internet Banda Larga 35 mbps de download e de 03 mbps de upload exclusiva para conexão sem fio com o objetivo de permitir maior controle e segurança no uso da rede interna além da melhoria na qualidade da internet para usuários para acesso de internet sem fio e a hospedagem de website, incluídos materiais para a instalação.

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

<http://camaratimbo.sc.gov.br/licitacoes.php>

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ****PORTARIA NO SAMAE - 189 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442224

PORTARIA No SAMAE - 189 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017

Exonera a Servidora Pública Municipal Ana Lucia Silveira Gomes contratada temporariamente para cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, a contar desta data.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora Pública Municipal ANA LUCIA SILVEIRA GOMES, contratada temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 115, de 29 de Junho de 2017, a contar de 13 de Novembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente

**PORTARIA NO SAMAE -191 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442226

PORTARIA No SAMAE -191 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Exoneração ao Servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista a contar de 30 de novembro do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 49 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal MÁRIO SERGIO FERNANDES, do cargo de provimento efetivo de Motorista do Quadro de Pessoal do SAMAE, nomeado pela Portaria nº 305, de 18 de Setembro de 2009, a contar de 30 de Novembro de

2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 185, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442219

PORTARIA N. SAMAE- 185, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
Dispensa da Função Gratificada servidor lotado no SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002 e pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

NOME	PORTARIA QUE DESIGNOU
ANDREY HENRIQUE WANSEER	097, de 15/05/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### **PORTARIA N. SAMAE- 186, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442220

PORTARIA N. SAMAE- 186, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017  
Autoriza a contratação de Servidores, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AUXILIAR OPERACIONAL				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ANTONIO MARCOS NASCIMENTO SOUZA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	18/10/1988	003.711.502-21	44 horas	06.11.2017 a 30.11.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 187, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442221

PORTARIA N. SAMAE- 187, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ANTONIO DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	08/10/1952	345.341.139-00	44 horas	07.11.2017 a 30.11.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 188, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442222

PORTARIA N. SAMAE- 188, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	19/05/1995	097.746.529-24	44 horas	08.11.2017 a 30.11.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 190 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442225

PORTARIA N. SAMAE- 190 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Viviane Aparecida Machado

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora VIVIANE APARECIDA MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Operacional I, por quarenta e sete (47) dias, a contar de 15.11.2017 (período de 15.11.2017 a 31.12.2017), com remuneração equivalente à de contribuição, a título de auxílio-doença, conforme Processo RH 138/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 193, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442229

PORTARIA N. SAMAE- 193, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Contador				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ALINE LANGA BENECKE (em substituição a servidora efetiva Luciane Zenke, em Licença para Tratamento de Saúde)	16/09/1986	054.588.279-61	35 horas	21.11.2017 a 31.12.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 194 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442231

PORTARIA N. SAMAE- 194 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Luciane Zenke

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com fundamento nos arts. 170 e 172 da Lei Complementar n. 01, de 22/10/93

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora LUCIANE ZENKE, ocupante do cargo efetivo de Contadora, por oitenta e cinco (85) dias, a contar de 27.11.2017 (período de 27.11.2017 a 19.02.2018), com remuneração equivalente à de contribuição, a



título de auxílio-doença, conforme Processo RH 141/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

## **PORTARIA N. SAMAE- 195, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442232

PORTARIA N. SAMAE- 195, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Retifica nome de Servidor constante das Portarias n. SAMAE-168/2017 e n. SAMAE-177/2017 que alteram a data de término do período de contratação de servidores temporários.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

### **RESOLVE:**

Art.1º Retificar o nome do Servidor constante da Portaria n. SAMAE-168, de 22 de Setembro de 2017 e da Portaria n. SAMAE-177, de 20 de Outubro de 2017, que alteram a data do término do período de contratação de servidores temporários, onde se lê Maicon Steffen leia-se MAICO STEFFEN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

## **PORTARIA N. SAMAE- 197, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442234

PORTARIA N. SAMAE- 197, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a contratação de Servidores, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, Decreto n. 4425, de 02/01/2017, alterado pelo Decreto n. 4456, de 01/03/2017;

### **RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
MARIA DE LOURDES DE LIMA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	15/10/1976	007.962.179-12	44 horas	01.12.2017 a 31.12.2017
CLAUDIONOR SILVA DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	25/05/1962	923.168.169-91	44 horas	01.12.2017 a 31.12.2017
OSMAIR WAGNER DE LIMA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	19/04/1988	065.381.459-30	44 horas	01.12.2017 a 31.12.2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### PORTARIA N. SAMAE- 198 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442235

PORTARIA N. SAMAE- 198 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Concede Auxílio Escolar ao servidor Guilherme Diego Cunha Dalla Lasta

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012 e com fundamento no artigo 66, §3º, inciso II da Lei Complementar n. 01, de 22/10/930, com redação dada pela Lei Complementar n. 110, de 16/04/97, regulamentado pelo Decreto n. 89, de 11/08/98;

RESOLVE

Art.1º CONCEDER AUXÍLIO ESCOLAR ao Servidor ocupante de cargo efetivo de Auxiliar Operacional I, referente ao 1º semestre de 2017 – matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	CURSO	PERCENT.%	PROCESSO N.
GUILHERME DIEGO CUNHA DALLA LASTA	Tecnologia em Gestão Ambiental	80	144/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

### PORTARIA NO SAMAE 192, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1442228

PORTARIA No SAMAE 192, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Designa Servidor para exercício de Função Gratificada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002 e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR EM FUNÇÃO GRATIFICADA, e com base no Art. 11, § 3º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, acrescentado pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, combinado com o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 212, de 21/12/01, o servidor abaixo relacionado:

NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA	A CONTAR
RAFAEL CISNEIROS NETO	FG	30	Coordenação e responsabilidade das atividades de engenharia do SAMAE e Coordenação do planejamento de melhorias para expansão do setor de coleta, tratamento, reserva e distribuição de água tratada	01/11/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de Novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº SAMAE –196, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442233

PORTARIA Nº SAMAE –196, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera Portaria referente à data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, e Decreto n. 4456 de 01/03/2017;

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria referente à data do término do período de contratação dos servidores abaixo relacionados:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
ROSENILDA DALLABONA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
RAFAEL TEIXEIRA DA SILVA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
VANIA DE FATIMA MACHADO DOS SANTOS	177, de 20.10.2017	31.12.2017
JOEL OLIVEIRA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
MARCIO CARDOSO	177, de 20.10.2017	31.12.2017
ADRIANO OLIVEIRA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
DAVI RODRIGUES	177, de 20.10.2017	31.12.2017
MAICO STEFFEN	177, de 20.10.2017	31.12.2017
JEAN CARLO KLOEHN	177, de 20.10.2017	31.12.2017
JAIR BILK	177, de 20.10.2017	31.12.2017
RICARDO SILVA DOS SANTOS	177, de 20.10.2017	31.12.2017
REGINA APARECIDA DOS PRAZERES	177, de 20.10.2017	31.12.2017
DOUGLAS LUCIANO STEFFEN	177, de 20.10.2017	31.12.2017
FABIOLA DOS ANJOS	177, de 20.10.2017	31.12.2017
RODRIGO DE LIMA PEREIRA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
GRACIELA TALIA AVANCINI	177, de 20.10.2017	31.12.2017
CAROLAINÉ DRABZINSKI FERREIRA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
CARLA ROEDER LACERDA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
BRENDO GABRIEL DA SILVA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
RODRIGO RODRIGUES	177, de 20.10.2017	31.12.2017
DANILO CRISTIANO DE RAMOS LACERDA	181, de 20.10.2017	31.12.2017
IRENE AMARANTE PADILHA	177, de 20.10.2017	31.12.2017
JANAINA DE FATIMA DA CRUZ GOMES DE CAMARGO	177, de 20.10.2017	31.12.2017
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	181, de 20.10.2017	31.12.2017
SUZANA MORAIS	181, de 20.10.2017	31.12.2017
MARCIA VANDERLEIA DOS SANTOS PINHEIRO	182, de 20.10.2017	31.12.2017
ANTONIO MARCOS NASCIMENTO SOUZA	186, de 01.11.2017	31.12.2017
ANTONIO DA SILVA	187, de 01.11.2017	31.12.2017
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA	188, de 01.11.2017	31.12.2017
MARCOS STEFFEN	180, de 20.10.2017	31.12.2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente

# Timbó Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 23/ 2017 FMS

Publicação Nº 1442621

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ GRANDE  
CONTRATO 23/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO 13/2017

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que firmou contrato com a empresa THV VEÍCULOS ESPECIAIS EIRELI ME, no valor de até R\$ 149.900,00 (Cento e quarenta e nove mil, novecentos reais), com o objetivo de adquirir um veículo Renaul Master L2H2 equipado com ambulância para simples remoção.

Timbó Grande, 30 de novembro de 2017.

Ari José Galeski  
Prefeito Municipal

# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 98/2017.

Publicação Nº 1442720

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 98/2017 - Edital Pregão nº. 81/2017.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 15 de dezembro de 2017, proposta para contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado de gestão, em ambiente web, provimento de data-center, com manutenção de cópia do banco de dados em ambiente de informática do contratante, por meio de redundância ou download, incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico relacionados a cada módulo de programas, destinado ao gerenciamento administrativo da Prefeitura Municipal e seus Fundos.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 15 de dezembro de 2017.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 27 de novembro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA N. 595/2017

Publicação Nº 1441774

PORTARIA N. 595, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR

LAUDECIROS JOSÉ GONÇALVES, Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

#### RESOLVE:

CONCEDER ao servidor, Max Marcial Müller, brasileiro ocupante do cargo Motorista Oficial Legislativo, Padrão CM-07 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores de Três Barras, 20(vinte) dias de férias regulamentares, referente período de aquisição de 2017/2018, de acordo com o requerimento, protocolado sob o n. 354/2017, sendo 20 (vinte) dias para serem gozados e 10 (dez) dias convertidos em abono pecuniário e abono de férias de 1/3 (um terço) com base na legislação vigente, prevista no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal, § 3º do artigo 19 da Lei Orgânica Municipal e do § 1º do artigo 70 da Lei Complementar n.138/2009, com período de gozo a contar de 27 de Dezembro de 2017.

Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 30 de Novembro de 2017.

LAUDECIROS JOSÉ GONÇALVES

Presidente

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 1º de Dezembro de 2017.

Joel Antonio Voigt

Gestor Legislativo e Contábil

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 111/2017

Publicação Nº 1441998

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 111/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de empresa especializada em organização, realização de feiras multisetoriais ou setoriais, objetivando a comercialização de espaços expositivos da Expotílias 2018, de acordo com as especificações constantes no presente edital e seus anexos.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 08h00 min do dia 13/12/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 113/2017

Publicação Nº 1441845

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 113/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa (s) especializadas para prestação de serviços de jardinagem nas áreas de domínio público compreendendo toda parte de manutenção, fornecimento de mudas de flores e demais itens, em conformidade com as especificações do Anexo I.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 13/12/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### AVISO DE RETIFICAÇÃO TP 114/2017

Publicação Nº 1443062

TOMADA DE PREÇOS nº 114/2017 – RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração da publicação da referida tomada de preços.

Onde se lê;

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 113/2017 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Aquisição de uniformes escolares para os alunos matriculados na Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander do município de Treze Tílias, para o ano letivo de 2017, conforme Anexo I, integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 14/12/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.



Leia-se;

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 114/2017 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Aquisição de uniformes escolares para os alunos matriculados na Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grandier do município de Treze Tílias, para o ano letivo de 2018, conforme Anexo I, integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 14/12/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

Treze Tílias, 01 de Dezembro de 2017.

Mauro Dresch

Prefeito

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 112/2017**

Publicação Nº 1442012

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41  
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25  
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 112/2017 - DL**

**Processo Nr.: 112/2017**  
**Data: 24/11/2017**

Folha: 1/2

Fornecedor: IND. FOGOS ALVORADA LTDA  
Endereço: RUA FLORIANÓPOLIS, 463  
Cidade: Nova Trento - SC  
CNPJ: 85.395.655/0001-69

Código: 1014

Inscrição Estadual: 252541162

**Objeto da Compra:** Aquisição de show de fogos com acionamento eletrônico, duração aproximada de 9 minutos destinados a na realização do réveillon às 00h00 de 01 de janeiro de 2018, no Município de Treze Tílias.

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	UN	Aquisição de show de fogos com acionamento eletrônico, duração aproximada de 9 minutos destinados a na realização do réveillon às 00h00 de 01 de janeiro de 2018, no Município de Treze Tílias. (12656)

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Treze Tílias, 24 de Novembro de 2017

MAURO DRESCH  
PREFEITO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41  
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25  
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 112/2017 - DL

**Processo Nr.:** 112/2017  
**Data:** 24/11/2017

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

**Valor da Despesa:**

7.850,00 (sete mil oitocentos e cinquenta reais)

**Pagamento.....:**

Conforme apresentação da NF

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### LEI 1991

Publicação Nº 1442947

LEI 1991 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA RECEBER ÁREA DE TERRAS A TÍTULO DE DOAÇÃO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber a título de DOAÇÃO, 02 (duas) áreas de terras no perímetro urbano com 390,00 m² (trezentos e noventa metros quadrados) cada, denominadas Lote nº 118 e Lote nº 119, localizadas no Lotamento Lorenal, Localidade de Km 05, neste Município, inscritas no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Trombudo Central sob matrícula nº 4.760, de propriedade de Ingredion Brasil Ingredientes Industriais Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 01.730.520/0017-80, sito a Rua Adolfo Konder, 725, Bairro Centro, neste Município e Comarca.

Art. 2º - A Doação de que trata o Artigo 1º se dá para fins de regularização, por serem áreas consolidadas, tendo como benfeitorias o Centro de Educação Básica Eginolf Bell, uma quadra poliesportiva e Um Centro Social.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições e contrário.

Trombudo Central, 30 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

### LEI 1992

Publicação Nº 1442949

LEI 1992 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

FIXA A DATA BASE, PARA REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES E VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - A revisão Geral Anual das remunerações dos Servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Legislativo, e dos Subsídios dos Agentes Políticos do Poder Legislativo Município de Trombudo Central, será realizada no mês de fevereiro de cada ano.

Art. 2º - O índice a ser utilizado, será sempre oficial e fornecido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de novembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

**LEI 1993**

Publicação Nº 1442950

LEI 1993 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.  
PROMOVE ALTERAÇÕES NA LOA 2017

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a Suplementar as Seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade 1 – Município de Trombudo Central  
Órgão 03.00 – Secretaria Administração e Finanças  
Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração e Finanças  
Func.Progr. - 04.122.0003 – Administração Geral

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0117 (12)	2.003 <input type="checkbox"/> Manuten. Estrut. Burocrática	105.000,00	00.01.0000

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
Unidade 04.04 – CEB Erica Hasse  
Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0146 (65)	2.007 – Manuten. Do CEB Erica Hasse	11.000,00	00.01.0001
3.1.90.00.00.00.00.00.0161 (66)		100.000,00	00.01.0018

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
Unidade 04.05 – CEB Arthur Bruno Jandt  
Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0161 (73)	2.008 – Manuten. Do CEB Arthur Bruno Jandt	18.000,00	00.01.0018

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
Unidade 04.06 – CEB Eginolf Bell  
Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0146 (78)	2.009 – Manuten. Do CEB Eginolf Bell	4.000,00	00.01.0001
3.1.90.00.00.00.00.00.0161 (79)		47.000,00	00.01.0018
3.3.90.00.00.00.00.00.0162 (83)		4.000,00	00.01.1300

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
Unidade 04.07 – CEI Cinderela  
Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0161 (85)	2.010 – Manuten. Do CEI Cinderela	16.000,00	00.01.0018

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
Unidade 04.08 – CEI Gente Miúda  
Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0146 (90)	2.011 <input type="checkbox"/> Manuten. Do CEI Gente Miúda	144.000,00	00.01.0001
3.1.90.00.00.00.00.00.0161 (91)		19.000,00	00.01.0018
3.3.90.00.00.00.00.00.0162 (95)		10.000,00	00.01.1300

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
Unidade 04.09 – CEI Pinguinho de Gente  
Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0146 (96)	2.012 – Manuten. Do CEI Pinguinho de Gente	50.000,00	00.01.0018

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
Unidade 04.11 – CEI Johanne Schutte  
Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
----------	-------------------	-------	------------------

3.1.90.00.00.00.00.00..0146 (102)	2.014 – Manuten. Do CEI Johanne Schutte	2.500,00	00.01.0001
-----------------------------------	---	----------	------------

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
 Unidade 04.14 – CEI Arthur Kroenke  
 Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.00.0146 (120)	2.022 – Manuten. Do CEI Arthur Kroenke	96.000,00	00.01.0001

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e Esporte  
 Unidade 04.16 – CEB – Balduino Barchfeld  
 Func. Progr. – 12.361.0004 – Educação Para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0146 (126)	2.058 – Manuten. Do CEB Alberto Balduino Barchfeld	5.000,00	00.01.0001

Órgão 08.00 – Secretaria de Assistência Social  
 Unidade 08.01 – Departamento de Assistência  
 Func. Progr. – 08.243.0012 – Promoção Assistencial

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0117 (167)	2.057 – Manuten. Do Conselho Tutelar	10.000,00	00.01.0000

Órgão 09.00 – Secretaria de Planejamento  
 Unidade 09.01 – Departamento de Planejamento Urbano  
 Func. Progr. – 04.127.0013 – Planejamento Urbano

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0117 (221)	2.043 – Manuten. Secretaria de Planeja- mento	14.000,00	00.01.0000

Órgão 10.00 – Secretaria da Cultura e do Turismo  
 Unidade 10.01 – Recuperação, Preservação e Resgate Cultural  
 Func. Progr. – 13.391.0011 – Cultura e Turismo

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0117 (223)	2.039 - Recuperação, Preservação e Resgate Cultural	10.000,00	00.01.0000

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a Suplementar as Seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade 3 – Fundo Municipal da Saúde  
 Órgão 07.00 – Fundo Municipal da Saúde  
 Unidade: 07.01 – Departamento de Atenção Básica  
 Func.Progr. -

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00..0147 (12)	2.027 <input type="checkbox"/> Manuten. Das Unidades de Saúde	165.000,00	00.01.0001

Art. 3º - Por conta das alterações promovidas no Orçamento de que trata os arts. anteriores, fica o poder executivo autorizado a promover o reequilíbrio orçamentário da seguinte forma:

§ 1º - Anulação das seguintes Dotações Orçamentárias:

Entidade 01: Prefeitura Municipal de Trombudo Central  
 Órgão 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.01 – Secretaria de Administração e Finanças  
 Func.Progr. – 24.722.0003 – Administração Geral

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.3.90.00.00.00.00.00..0117 (18)	2004 <input type="checkbox"/> Manutenção do Sinal de Tele- visão	4.500,00	00.01.0001

Órgão 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças  
 Unidade: 03.01  
 Func.Progr. – 28.846.0003 – Administração Geral

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.3.90.00.00.00.00.00..0117 (04)	0.001 <input type="checkbox"/> Regime de Pagamento de Precatórios	31.900,00	00.01.0001
4.4.90.00.00.00.00.00.0117 (05)	1.003 <input type="checkbox"/> Reequipamento e Atualização tecnológica	28.000,00	00.01.0001

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e do Esporte



Unidade: 04.01 - Secretaria da Educação  
Func.Progr. - 12.361.0004 – Educação para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0161 (40)	2.019 – Transporte Escolar	29.000,00	00.01.0018
3.3.90.00.00.00.00.00.0117 (41)		17.000,00	00.01.0000
3.3.90.00.00.00.00.00.0146 (42)		50.000,00	00.01.0001

Órgão 04.00 – Secretaria da Educação e do Esporte  
Unidade: 04.02 - Departamento de Educação Básica  
Func.Progr. – 12.361.004 – Educação para Todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.1.90.00.00.00.00.00.0161 (53)	2.021 <input type="checkbox"/> Manutenção do Centro Administrativo	40.000,00	00.01.0018
3.1.90.00.00.00.00.00.0162 (54)		5.000,00	00.01.1300
3.3.90.00.00.00.00.00.0162 (57)		140.000,00	00.01.1300

Órgão 05.00 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos  
Unidade: 05.01 - Departamento de Serviços Urbanos  
Func.Progr. - 15.452.0006 – Cidade para todos

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
4.4.90.00.00.00.00.00.0117 (132)	1.007 – Estr. Reestr. E Reequip. Urbano	40.000,00	00.01.0000
3.1.90.00.00.00.00.00.0117 (147)	2.030 <input type="checkbox"/> Manut. Cemitério Municipal	32.000,00	00.01.0000
3.3.90.00.00.00.00.00.0117 (148)		7.000,00	00.01.0000

Órgão 08.00 – Secretaria de Assistência Social  
Unidade: 08.05 - Fundo da Infância e do Adolescente  
Func.Progr. - 14.422.0009 – Criança Assistida

Elemento	Projeto/Atividade	Valor	Fonte de Recurso
3.3.50.00.00.00.00.00.0117 (204)	2.037 <input type="checkbox"/> Manutenção do Fundo da Infância e do Adolescente	30.000,00	00.01.0000
3.3.90.00.00.00.00.00.0117 (205)		59.000,00	00.01.0000
4.4.50.00.00.00.00.00.0117 (206)		10.000,00	00.01.0000
4.4.90.00.00.00.00.00.0117 (207)		10.000,00	00.01.0000

§2º - Provável excesso de arrecadação da seguinte fonte de recurso:

Fonte de Recurso	Valor do provável excesso de arrecadação
00.01.0000	297.100,00

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de novembro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI 1994

Publicação Nº 1442951

LEI 1994 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO E TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Fomento e transferir recursos financeiros a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede na Avenida Arthur Müller, 670, Bairro Botafogo, no Município e Comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 79.369.310/0001-38, o valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), distribuídos em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para atendimento a pessoas portadores de necessidades especiais.

Art. 2º - O Termo de Fomento de que trata o art. Primeiro dar-se-á no período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro

de 2018.

Art. 3º - As disposições complementares para consecução do plano de trabalho proposto pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, serão discriminadas nas cláusulas do termo de fomento a ser firmado entre as partes.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correm por conta de dotação orçamentária específica consignada no orçamento:

Órgão: 08.00 – Secretaria da Assistência Social e Habitação  
08.03 – Departamento de Proteção Social Especial  
Projeto/Atividade: 2.034 – Serviço de Proteção Social Especial  
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0117 – Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.  
Trombudo Central, 30 de novembro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI 1995

Publicação Nº 1442952

LEI 1995 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO E TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS AO HOSPITAL TROMBUDO CENTRAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Fomento e transferir recursos financeiros ao Hospital Trombudo Central, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com endereço à Rua Paulo Skowach, 210, Bairro Centro, Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 86.404.597/0001-55, o valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) mensais, objetivando a manutenção do plantão médico.

Art. 2º - O Termo de Fomento de que trata o art. Primeiro dar-se-á no período compreendido entre 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 3º - As disposições complementares para consecução do plano de trabalho proposto pelo Hospital Trombudo Central, serão discriminadas nas cláusulas do termo de fomento a ser firmado entre as partes.

Art. 4º - O valor do repasse de que trata o Art. 1º será condicionado ao atendimento regular, sendo que, quando em algum período, quais sejam, noturno entre (19h00min as 07h00min) durante a semana, feriados e finais de semana não houver plantão, será efetuado o desconto proporcional do mesmo, mediante comprovação de relatório enviado aos órgãos competentes, sendo eles o Poder Executivo, Poder Legislativo ou Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 5º - As despesas decorrentes deste convênio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Fundo Municipal da Saúde  
07.01 – Departamento de Atenção Básica  
Projeto/Atividade: 2.044 – Assistência Básica de Saúde  
Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.0147 – Transf. Inst. Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 30 de novembro de 2017.  
GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER  
Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 132/2017 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 132/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS E A EMPRESA GAIA RODOVIAS LTDA.**

Publicação Nº 1442609

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 132/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 132/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS E A EMPRESA GAIA RODOVIAS LTDA.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Duque de Caxias, 626, sala 101, centro, no Município de Maravilha/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 03.527.777.00001-24, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente o TERMO ADITIVO referente Contratação de empresa especializada para pavimentação asfáltica da Rua SANTA CRUZ, em decorrência da Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2017 e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, com suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo referente os serviços decorrentes do objeto do contrato referente PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA SANTA CRUZ CONTRATO N º 132/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O prazo de vigência do contrato fica prorrogado até o dia 31/12/2017, nos termos da nº 8.666/93 e respectivas alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em decorrência da prorrogação de vigência ora ajustada, o prazo de duração do contrato passa a corresponder ao período de 01/12/2017 a 31/12/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO Fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, § 8º da Lei nº. 8.666/93.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC., 30 de novembro de 2017.

RENATO PAULATA GAIA RODOVIAS LTDA

Prefeito Municipal CONTRATADA

CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Karine Epping

CPF:009.815.549-03

Sheila InêsBieger

CPF:020.226.259-60

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 51/2017

Publicação Nº 1441684

DECRETO Nº 051/17, de 28 de Novembro de 2017.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.293/16 (Lei Orçamentária Anual), de 23.12.2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), assim classificados:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e SF e ACS

3.1.90.00.00.00.00.0002 (004) – Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recursos 0002 por excesso de arrecadação de Recursos Próprios no valor de R\$ 300.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 28 de Novembro de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

### LEI 2327/2017

Publicação Nº 1441681

LEI Nº 2.327/17, de 23 de Novembro de 2017.

“INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA CULTURA CRISTÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Município de TURVO, a Semana da Cultura Cristã, a ser realizada na primeira semana do mês de Setembro de cada ano.

Art. 2º - A semana a que se refere esta lei tem por finalidade divulgar a cultura evangélica e católica, mediante a realização das diversas atividades e será um evento de conagração de todas as igrejas evangélicas e católica, independentemente da ordem denominacional.

Art. 3º - São instituídos, durante a Semana da Cultura Cristã, os seguintes dias de homenagens:

I – aos músicos evangélicos e católicos;

II – aos atores evangélicos e católicos;

III – aos escritores evangélicos e católicos;

IV – aos movimentos de jovens evangélicos e católicos;

V – aos movimentos de senhoras evangélicas e católicas;

VI – aos homens e mulheres que se dedicam à difusão dos princípios cristãos;

VII – aos grupos de crianças e adolescentes evangélicos e católicos.

Art. 4º - A semana de que trata esta lei será constituída de atividades, manifestações artísticas e culturais além de trabalhos evangelísticos e católicos desenvolvidos pela comunidade evangélica e católica do Município de TURVO, podendo ter a colaboração dos Poderes Legislativo e Executivo.

Parágrafo Único. Entende-se por trabalhos evangelísticos e católicos e manifestações artísticas e culturais:

I - Apresentação de corais e músicos com arranjos de hinos de louvor e adoração;

II - Apresentação de peças de teatro e demais encenações de temas bíblicos;

III - Gincanas desportivas e intelectuais, visando à integração de membros da igreja com a comunidade;

IV - Feira do livro evangélico e católico;

V - Demais manifestações que não sejam contrárias aos princípios cristãos.

Art. 5º - Para a realização dos eventos constantes nessa Lei, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com Igrejas e Entidades evangélicas e católicas no Município de TURVO.

Art. 6º - A comemoração ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Datas e Eventos do Município de TURVO.

Art. 7º - O evento poderá contar com a participação de todas as instituições evangélicas e católicas situadas no Município de TURVO.

Art. 8º - Será formada uma Comissão Organizadora, cujos integrantes serão representantes os pastores e padres ou representantes das diversas Entidades Evangélicas e Católicas existentes no município, e a esta Comissão caberá a elaboração da programação para a semana.

Art. 9º - As Secretarias Municipais de: Educação; Assistência Social; Cultura e Esporte e, Saúde, poderão participar da Comissão Organizadora, e de todas as atividades voltadas para a realização da Semana Municipal da Cultura Cristã.

Art. 10º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, caso seja necessário.

Art. 11º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de verba própria consignada no orçamento vigente.

Art. 12º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo (SC), 23 de Novembro de 2017.

EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

## PORTARIA 276/2017

Publicação Nº 1441686

PORTARIA Nº 276/17, de 17 de Novembro de 2017.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO E CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a partir do dia 20 de Novembro de 2017 e prorrogar a contratação até o dia 19 de Março de 2018, a servidora JANAINA RICARDO DE CANDIDO, CPF nº 073.969.309-36, matrícula nº 3797, nomeada através do Processo Seletivo nº 004/2016-SME, exercendo a Função Pública de Auxiliar de serviços Gerais I, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de novembro de 2017.

EDSON JAIR DAGOSTIN  
Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO N. 3600/2017

Publicação Nº 1442099

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.600, De 30 de Novembro de 2017.  
Dispõe sobre nomeação de Servidor Municipal aprovado em concurso público.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 73. Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar N.º 023, de 21 de setembro de 2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar Municipal N.º 090 de 27 de agosto de 2015 e alterações posteriores – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais e, de acordo com o resultado da classificação final do Concurso Público N.º 001/2017,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Servidor Público Municipal do Município de União do Oeste, o Senhor WILIAN MATEUS FOIATTO, para o Cargo de Médico Clínico Geral, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, carga horária de 40 horas semanais e vencimento base constante no nível 60, do quadro de cargos e vagas do Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 30 de novembro de 2017.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

### INEXIGIBILIDADE 79/2017

Publicação Nº 1442098

Estado de Santa Catarina  
Município de União do Oeste

#### EXTRATO:

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 79/2017  
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

#### OBJETO:

Contratação de oficinas de aprendizagem destinadas ao público do Bolsa Família do Município de União do Oeste/SC.

#### CONTRATADO:

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL  
SENAI/SC – PINHALZINHO  
CNPJ: 03.774.688/0070-87  
VALOR R\$ 9.565,00 (nove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais).

União do Oeste, 29 de novembro de 2017.

CELSO MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL



# Urussanga

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 265/2017

Publicação Nº 1441725

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Extrato do Contrato: 265/2017

Data de assinatura: 28/11/2017

Processo de Licitação: 67/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: INSTITUTO BARRIGA VERDE

CNPJ/CPF: 08.072.361/0001-55

Objeto: prestação de serviços de planejamento, organização, realização, processamento e resultado final para homologação de Concurso Público e Processo Seletivo para seleção de candidatos para provimento de vagas na Prefeitura de Urussanga/SC.

Valor inscrição para cargo de nível superior: R\$ 100,00

Valor inscrição para cargo de nível médio: R\$ 80,00

Valor inscrição para cargo de nível fundamental: R\$ 50,00

Valor inscrição para cargo de nível fundamental incompleto: R\$ 40,00

Valor inscrição para cargo de nível ensino alfabetizado: R\$ 40,00

### EDITAL PL 03 2017 FMAS PR 03 2017

Publicação Nº 1442610

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017/FMAS

Objeto: aquisição PARCELADA de cestas básicas. Entrega dos envelopes: até as 10h30 do dia 19/12/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 10h30 do dia 19/12/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone da página principal "LICITAÇÕES". Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br)

### EDITAL PL 74 20174 PMU PR 57 2017

Publicação Nº 1442709

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2017/PMU

Objeto: Aquisição parcelada de água mineral. Entrega dos envelopes: até as 10h30 dia 19/12/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 10h30 dia 19/12/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone LICITAÇÕES, situação "aberta". Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 3465-1188.

### EDITAL PL 75 2017 PMU PR 58 2017

Publicação Nº 1442718

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017/PMU

Objeto: Aquisição parcelada de gás de cozinha. Entrega dos envelopes: até as 14h dia 19/12/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 14h dia 19/12/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), no ícone LICITAÇÕES, situação "aberta". Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 3465-1188.

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/171/2017**

Publicação N° 1441783

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Contrato: 30/11/2017

Processo de Licitação: 33/2017

Data de assinatura: 30/11/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: BORRACHARIA NOVA ITÁLIA LTDA ME

CNPJ/CPF: 07.318.511/0001-03

Objeto: fornecimento parcelado de conserto de pneus.

Valor aditivo: R\$ 4.279,86

# Videira

## PREFEITURA

### ATA 056/2017/CMI

Publicação Nº 1441820

ATA 056/2017/CMI – Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às 08h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, nº 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se ordinariamente os membros do Conselho Municipal do Idoso com a seguinte pauta: 1. Fundo Municipal do Idoso; 2. Comissão para elaboração de Regimento Interno do Programa de Atenção à Pessoa Idosa; 3. Ofícios recebidos; 4. Definição de data para a elaboração de relatório de visita; 5. Cronograma de visitas para 2018; 6. Cronograma de reuniões para 2018; 7. Assuntos gerais. Instalado o quórum, iniciou-se a reunião, foram cumprimentados todos os presentes e apresentada a pauta. Dando início, a Presidente Sra. Gláucia Perazzoli informou que a Administração Municipal já emitiu a resposta sobre a reformulação da Lei do Conselho, bem como sobre a instituição do Fundo Municipal do Idoso, o qual está com a Diretora do Departamento de Ação Social. Porém, a dificuldade é referente a prestação de contas, pois o Fundo deveria ser vinculado ao Gabinete, pois o público atendido no Programa de Atenção a Pessoa Idosa não se enquadra na Política de Assistência Social (SUAS), não se tratando de pessoa em estado de vulnerabilidade. Logo, serão buscadas informações com outros municípios que possuem o Fundo Municipal do Idoso. Em sequência, a Presidente expôs que está ocorrendo alguns problemas com os idosos do Programa de Atenção à Pessoa Idosa. A Presidente informou que a Diretoria da Associação da Terceira Idade, Programa de Atenção à Pessoa Idosa e a Gestora do Departamento de Ação Social decidiram suspender por 06 (seis) meses a participação dos dois idosos envolvidos, nas atividades do Programa. Dessa forma, é necessário Regimento Interno para determinar deveres e obrigações dos participantes e Diretoria do referido programa. Sendo assim, foi definido para as Conselheiras Carla Santin Manenti, Rosana Barichello, Keli Dal Pizzol, Mirian de Miranda Girardi, Gláucia Perazzoli e ainda solicitar um representante do Departamento de Ação Social e da Procuradoria Jurídica, para estar elaborando este Regimento no início do ano de 2018. No tocante aos ofícios, foi informado que não houve recebimento. Em sequência, foi definida para a data de 07/12/2017 no CEVI, para a comissão composta pelos Conselheiros João Batista da Rocha, Carla Santin Manenti, Terezinha Rosseti, Gláucia Perazzoli e a Secretária Francislaine Ribeiro dos Santos estarem elaborando o relatório de visita no Lar O Bom Samaritano. No tocante a visitas ao CRAS De Carli, CRAS Amarante e CEVI ficou definido para o início de 2018 estar confirmando as datas destas visitas. Após, quanto ao calendário de reuniões de 2018, este será definido após a análise da Reformulação da Lei do Conselho e da instituição do Fundo Municipal do Idoso e posteriormente será apresentado ao Conselho. No tocante aos assuntos gerais, a Presidente informou que o Conselho Estadual do Idoso disponibilizou o material das duas web conferências que ocorreram neste ano, os quais serão encaminhados aos Conselheiros e posteriormente será explanando nas próximas reuniões. Reiterou-se que a próxima reunião será no dia 26/02/2018. Eu, Francislaine Ribeiro dos Santos \_\_\_\_\_, Secretária Executiva dos Conselhos Municipais, digitei, procedi à leitura e assino esta Ata. Eu, Gláucia Perazzoli \_\_\_\_\_, Presidente do CMI, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

### ATA 245-2017/CMAS

Publicação Nº 1442592

ATA 245-2017/CMAS – Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 13h30min, nas dependências do Departamento de Ação Social, situado à Rua Lauro Muller, 288, Centro, neste município de Videira, Santa Catarina, reuniram-se extraordinariamente os membros do Conselho Municipal de Assistência Social com a seguinte pauta: 1. Apresentação dos relatórios de visitas às Entidades e Equipamentos da Assistência Social; 2. Comissões: 2.1 Apresentação do Parecer da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação sobre a inscrição de entidades no CMAS; 3. Assuntos gerais. Instalado o quórum, a Presidente do CMAS, iniciou a reunião e cumprimentou todos os presentes. Em sequência, foi apresentado o relatório de visitas realizada pelos Conselheiros com as suas recomendações nas seguintes entidades e equipamentos da Assistência Social: Abrigo Institucional Lar Menino Jesus, Departamento de Ação Social, Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Amarante, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Centro de Referência em Assistência Social - CRAS De Carli, Associação Sorria Criança – ASCRI, Escola de Pais do Brasil - EPB, Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, Lar O Bom Samaritano, Pastoral da Criança, Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS, Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC. Quanto a RVCC, o Conselho sugere que seja comunicado formalmente a Diretora do Departamento de Ação Social acerca da profissional que está sendo cedida a Entidade, haja vista que há falta de profissional de serviço social neste equipamento. Da mesma forma, o Conselho recomenda para que a Diretora do Departamento de Ação Social articule junto ao Conselho Administrativo do Lar O Bom Samaritano, visando a alteração do Estatuto da Entidade para que este preveja o acolhimento de idosos cujos vínculos familiares tenham sido rompidos. Em sequência à pauta, quanto as inscrições das Entidades, foi apresentado o Parecer 002/2017 da Comissão de Normas e Regulamentação, o qual foi aprovado em unanimidade. Após, foi discutido sobre a falta dos Conselheiros nas reuniões, e foi constatado que o representante da Administração Municipal está faltando nas reuniões devido a compromissos profissionais. Deliberado para estar oficiando a Administração Municipal para a indicação de titular e suplente para estar representando no Conselho. Registre-se a retirada da Conselheira Francieli Vizzoli de Souza às 15h20min da reunião. Reiterou-se que a próxima reunião do CMAS está designada para a data de 14/12/2017. Encerradas as discussões, às 15h45min, nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMAS agradeceu a presença de todos. Eu, Jussara Zambom, \_\_\_\_\_ Presidente do CMAS, após a leitura e a aprovação da redação, assim como os demais presentes em lista própria, assino esta Ata.

**AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA 01/2017-PMV**

Publicação Nº 1442033

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2017 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações torna pública a data de 01 de Dezembro de 2017 às 15:30 horas para a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A ETAPA 02 DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO: COBERTURA METÁLICA (ITEM 01), ESPAÇO CENTRO TECNOLÓGICO, FUNDAÇÕES E PPCI (ITEM 02) E PADRÃO ELÉTRICO DE ENTRADA DE ENERGIA (ITEM 03), COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 3.423,66M<sup>2</sup>, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Videira, 30 de novembro de 2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**DECRETO Nº 14.441/17**

Publicação Nº 1441839

DECRETO Nº 14.441/17, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia Diretor de Oficina Central e Máquinas e Equipamentos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RAFAEL DE LIMA, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Oficina Central e Máquinas e Equipamentos, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 3 de novembro de 2017.

Videira, 8 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 8 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2017 - PMV**

Publicação Nº 1442659

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2017 – PMV

PROCESSO Nº 231/2017

HOMOLOGAÇÃO: 30/11/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO RESTAURANTE E ANCHONETE GIREH LTDA ME, PARA FORNECIMENTO DE 840 REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTA), PARA A POLICIA MILITAR DE VIDEIRA.

VIGÊNCIA: 30 de Novembro de 2017 até 31 de janeiro de 2018.

VALOR: R\$ 13.440,00 (treze mil quatrocentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV e atentando também ao Art. 26 ambos da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 30 de Novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0523/17**

Publicação Nº 1442523

Extrato do Contrato n. 0523/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: KETLYN TRINDADE DO ROSARIO

CPF: 089.819.549-76

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO Á SERVIDORA MARIA MARGARIDA RAMBO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2017 a 06 de fevereiro de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0528/17**

Publicação Nº 1442546

Extrato do Contrato n. 0528/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: TATIANA APARECIDA MORAES

CPF: 036.265.159-07

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO Á SERVIDORA MARCIA WALBER QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0534/17**

Publicação Nº 1442535

Extrato do Contrato n. 0534/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MARINES DA SILVA

CPF: 894.423.429-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO Á SERVIDORA MARIBEL GUSI DAY QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.

VIGÊNCIA: de 04 de outubro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0536/17**

Publicação Nº 1442510

Extrato do Contrato n. 0536/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EUCLERIA ALVES DUARTE

CPF: 051.406.909-00

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO Á SERVIDORA MARILDES SALETE BIAVA QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.

VIGÊNCIA: de 18 de outubro de 2017 a 06 de fevereiro de 2018

FUNÇÃO: PROFESSOR – Educação Infantil

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.633,89 (dois mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0537/17**

Publicação Nº 1442527

Extrato do Contrato n. 0539/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LUCIANA FRANQUI

CPF: 041.108.229-98

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA SANDRA REGINA TESTA QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 16 de outubro de 2017 a 06 de fevereiro de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0539/17**

Publicação Nº 1442505

Extrato do Contrato n. 0539/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: CARLA CRISTIANE BOROSKI

CPF: 005.989.669-86

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE EXISTÊNCIA DE VAGA NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2017 a 21 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0540/17**

Publicação Nº 1442501

Extrato do Contrato n. 0540/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANDRESSA APARECIDA CORREIA

CPF: 074.948.339-35

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARILUCY FATIMA ANDRADE LOPES, TRANSITORIAMENTE AFASTADA DE SUA FUNÇÃO EFETIVA PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.

VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2017 a 21 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: PROFESSOR – Séries Finais

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.370,50 (dois mil e trezentos e setenta reais e cinquenta centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0545/17**

Publicação Nº 1442511

Extrato do Contrato n. 0545/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: IVANI DO NASCIMENTO

CPF: 433.578.490-20

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA LUCÉLIA PONTES QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 18 de outubro de 2017 a 06 de fevereiro de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)



**EXTRATO DO CONTRATO N. 0548/17**

Publicação Nº 1442532

Extrato do Contrato n. 0548/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: LIDIA BOTIN DA SILVA

CPF: 892.170.399-34

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO Á SERVIDORA MARCIA APARECIDA MARTINAZZO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 23 de outubro de 2017 a 06 de fevereiro de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0550/17**

Publicação Nº 1442541

Extrato do Contrato n. 0550/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: SIRLENE MARIA TURCO

CPF: 665.740.809-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO Á SERVIDORA MARLENE SALETE DALPOSSO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 23 de outubro de 2017 a 04 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**INEXIGIBILIDADE Nº 54/2017 - PMV**

Publicação Nº 1442564

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2017 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 54/2017

PROCESSO Nº 230/2017

HOMOLOGAÇÃO: 30/11/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO CURSO "AUTOCAD", COM DURAÇÃO DE 20 (VINTE) HORAS, QUE SERÁ MINISTRADO A PARTIR DO DIA 29/11/2017 ATÉ 12/12/2017, QUE SERÁ MINISTRADO PELA EMPRESA OTIMIZA CURSOS.

CONTRATADO: OTIMIZA EMPREGOS E CAPACITAÇÃO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II c/c art. 13, e atentando também com o Art. 26 todos da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 30 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1122/17**

Publicação Nº 1441848

PORTARIA nº 1122/17

Revoga a Portaria nº 0183/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0183/17, que designa ELTON CARVALHO DOS ANJOS, Pedreiro, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2017.

Videira, 3 de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1124/17**

Publicação Nº 1441842

PORTARIA nº 1124/17

Designa Walmir Lyra para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

### **RESOLVE**

Art. 1º Designar WALMIR LYRA, Motorista IV – Caminhões e Caminhonetes, para sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Equipe de Trabalho de Manutenção de Obras, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 3 de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 3 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## **PORTARIA Nº 1154/17**

Publicação Nº 1442624

PORTARIA nº 1154/17  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 32268/2017,

### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor NELSON SCHULTZ, Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, a partir de 2 de março de 2018 até 2 de junho de 2018, referente ao quinquênio de 1º de julho de 2004 até 30 de junho de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 2 de março de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 27 de novembro de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de novembro de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**RESOLUÇÃO Nº 022/2017-CMAS**

Publicação Nº 1442596

**RESOLUÇÃO Nº 022/2017-CMAS**

Dispõe sobre o acolhimento, em sua integralidade, do Parecer 002/2017 - Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira - SC, o qual trata da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/16, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira - SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/16, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS; e,

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 21/11/2017, do Parecer 002/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira - SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho.

**RESOLVE:**

Art. 1º - ACOLHER, nos termos da Ata 245/2017-CMAS, da Reunião Extraordinária realizada na data de 21/11/2017 em sua integralidade, o Parecer 002/2017, da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira - SC, o qual trata da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Proceda-se com as recomendações da Comissão.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2017.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira - SC

**PARECER 002/2017-COMISSÃO PERMANENTE DE NORMAS E REGULAMENTAÇÃO DO CMAS DE VIDEIRA/SC****AValiação ANUAL DAS INSCRIÇÕES DE ENTIDADES NO CONSELHO**

A Comissão Permanente de Normas e Regulamentação - CPNR, do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso de suas atribuições legais, conforme o Regimento Interno do Conselho e a Resolução 008/2017-CMAS, apresenta seu Parecer, conforme a reunião realizada em 14/11/2017, em relação à avaliação anual da inscrição das entidades:

I - Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

II - Associação Sorria Criança - ASCRI;

III - Centro de Integração Empresa Escola - CIEE;

IV - Escola de Pais do Brasil - EPB;

V - Lar O Bom Samaritano;

VI - Pastoral da Criança; e,

VII - Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC.

Vale salientar primeiramente, os critérios elencados no art. 6º da Resolução 021/2016-CMAS para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social:

Art. 6º Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Por sua vez, o art. 8º da Resolução 021/2016-CMAS estabelece o rol de documentos para a obtenção da inscrição:

Art. 8º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

- I - requerimento, conforme anexo I;
- II - cópia do estatuto social (atos constitutivos) registrado em cartório;
- III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;
- IV - plano de ação, com assinatura de profissional de serviço social;
- V - cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- VI - relatório Financeiro do Exercício anterior;
- VII - parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis, caso houver.

Neste sentido, a fim de se possibilitar a avaliação anual das inscrições das entidades inscritas no Conselho, nos termos do art. 13, da Resolução 021/2016-CMAS, é necessária a apresentação de:

Art. 13. As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):

- I - plano de ação do corrente ano, com assinatura de profissional de serviço social, nos termos do inciso III, do artigo 3º, desta Resolução;
- II - relatório de atividades do ano anterior, com assinatura de profissional de serviço social, que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução.

Nessa esteira, o art. 3º, incisos III e IV, também da Resolução 021/2016-CMAS, estabelecem que:

Art. 3º As entidades ou organizações de Assistência Social, no ato da inscrição, demonstrarão:

[...]

III - elaborar plano de ação anual, com assinatura de profissional de serviço social, contendo:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projetos e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:
  - 1) público alvo;
  - 2) capacidade de atendimento;
  - 3) recursos financeiros a serem utilizados;
  - 4) recursos humanos envolvidos;
  - 5) abrangência territorial;
  - 6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV - ter expresso em seu relatório de atividades, com assinatura de profissional de serviço social:

- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projetos e benefícios socioassistenciais executado, informando respectivamente:
  - 1) público alvo;
  - 2) capacidade de atendimento;
  - 3) recurso financeiro utilizado;
  - 4) recursos humanos envolvidos;
  - 5) abrangência territorial;
  - 6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

Dessa forma, recebida a documentação protocolada pelas entidades inscritas no Conselho, e diante do prazo estabelecido nos termos da Ata 241/2017-CMAS a comissão constata e entende que:

I - Quanto à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, diante da análise da documentação apresentada, a comissão sugere a manutenção da inscrição da entidade de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS.

II - Quanto à Associação Sorria Criança - ASCRI, diante da análise da documentação apresentada, a comissão sugere a manutenção da inscrição da entidade de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS e, salienta que conforme o Plano de Trabalho apresentado à entidade oferece atividades voltadas na área da educação e saúde. Dessa forma, sugere ainda que sendo interesse da Entidade em manter a inscrição no Conselho, para que no próximo ano inscreva projeto específico voltado à Política de Assistência Social.

III - Quanto ao Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, diante da análise da resposta da Entidade, a Comissão entende para a emissão de comprovante de inscrição, de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS. Entretanto, salienta para que no próximo ano a Instituição intensifique e demonstre através de dados o trabalho voltado aos adolescentes da Rede Socioassistencial, com a apresentação de relatório trimestral ao Conselho.

IV - Quanto à Escola de Pais do Brasil - EPB, diante da documentação e do projeto apresentado, a Comissão sugere a emissão do comprovante de inscrição de acordo com a Resolução 021/2017-CMAS. Para tanto, sugere ainda para que no próximo ano a Entidade faça a inclusão

em seu projeto com o público alvo de usuários da Rede Socioassistencial.

V - Quanto ao Lar O Bom Samaritano, diante da análise da documentação apresentada, a comissão sugere a manutenção da inscrição da entidade de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS.

VI - Quanto à Pastoral da Criança, diante da análise da documentação apresentada, a comissão sugere para a emissão do comprovante de inscrição da entidade de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS. Entretanto, a comissão sugere que sendo interesse da Entidade em manter a inscrição no Conselho, para que no próximo ano inscreva projeto específico voltado à Política de Assistência Social ou ainda, proceda a adequação do público alvo para a área da Assistência Social.

VII - Quanto à Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC, a comissão constatou a falta dos documentos solicitados de acordo com o art. 8º da Resolução 021/2016-CMAS e do Parecer 001/2017 da Comissão de Normas e Regulamentação aprovado sob a Ata 241/2017-CMAS, dos seguintes documentos: cópia do estatuto social, registrado em cartório; cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório; cópia do Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); relatório financeiro do exercício anterior; parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis, caso houver, e ainda projeto na área de Assistência Social ao Conselho ou à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação. Dessa forma, a Comissão sugere o cancelamento da inscrição da Entidade no Conselho.

Ante o exposto, sugere-se ao CMAS:

I - que se mantenha a inscrição da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS;  
II - que se mantenha a inscrição da Associação Sorria Criança - ASCRI, de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS. Entretanto, sugere que sendo interesse da Entidade em manter a inscrição no Conselho, para que no próximo ano inscreva projeto específico voltado à Política de Assistência Social;

III - que seja emitido ao Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, o comprovante de inscrição de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS. Entretanto, sugere para que no próximo ano a Instituição intensifique e demonstre através de dados o trabalho voltado aos adolescentes da Rede Socioassistencial com a apresentação de relatório trimestral ao Conselho.

IV - que seja emitido à Escola de Pais do Brasil - EPB, o comprovante de inscrição de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS. Entretanto, sugere para que no próximo ano a Entidade faça a inclusão em seu projeto no público alvo usuários da Rede Socioassistencial.

V - que se mantenha a inscrição do Lar O Bom Samaritano, de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS;

VI - que seja emitido à Pastoral da Criança, o comprovante de inscrição de acordo com a Resolução 021/2016-CMAS. Entretanto, a comissão sugere que sendo interesse da Entidade em manter a inscrição no Conselho, para que no próximo ano inscreva projeto específico voltado à Política de Assistência Social ou ainda, proceda a adequação do público alvo para a área da Assistência Social.

VII - que seja realizado o cancelamento de inscrição da Rede Videirense de Combate ao Câncer, haja vista que a entidade não apresentou ao Conselho no prazo determinado os seguintes documentos: cópia do estatuto social, registrado em cartório; cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório; cópia do Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); relatório financeiro do exercício anterior; parecer do Conselho Fiscal da Entidade com assinatura dos responsáveis, caso houver, e ainda projeto na área de Assistência Social ao Conselho ou à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, nos termos do art. 8º da Resolução 021/2016-CMAS e Parecer 001/2017.

Esse é o Parecer da Comissão de Normas e Regulamentação do CMAS no tocante à avaliação anual da inscrição das entidades Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Associação Sorria Criança - ASCRI, Centro de Integração Empresa Escola - CIEE, Escola de Pais do Brasil - EPB, Lar O Bom Samaritano, Pastoral da Criança e Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC.

Encaminha-se ao Conselho para deliberação.

JUSSARA ZAMBOM  
Assessoria

PATRICK FERRÃO CUSTÓDIO  
Membro da Comissão

ROSANA DE FÁTIMA SOMENSI  
Membro da Comissão

ROSA MARIA DOS SANTOS  
Membro da Comissão

VÂNIA URBANO DOS SANTOS  
Membro da Comissão

Videira, 14 de novembro de 2017.

**RESOLUÇÃO Nº 023/2017-CMAS**

Publicação Nº 1442594

**RESOLUÇÃO Nº 023/2017-CMAS**

Dispõe sobre a manutenção da inscrição da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira-SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 21/11/2017, do Parecer 002/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 022/2017-CMAS; e,

Considerando que a entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE apresentou ao CMAS os documentos elencados na Resolução 021/2016-CMAS, eis que de acordo com o Parecer 001/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 017/2017-CMAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º - MANTER, nos termos da Ata 245/2017-CMAS e da Resolução 022/2017-CMAS, ambas de 21/11/2017, a inscrição da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2017.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

**RESOLUÇÃO Nº 024/2017-CMAS**

Publicação Nº 1442597

**RESOLUÇÃO Nº 024/2017-CMAS**

Dispõe sobre a manutenção da inscrição da entidade Associação Sorria Criança - ASCRI no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão



Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 21/11/2017, do Parecer 002/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente nos termos da Resolução 022/2017-CMAS; e,

Considerando que a entidade Associação Sorria Criança - ASCRI apresentou ao CMAS os documentos elencados na Resolução 021/2016-CMAS, eis que de acordo com o Parecer 001/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 017/2017-CMAS.

**RESOLVE:**

Art. 1º - MANTER, nos termos da Ata 245/2017-CMAS e da Resolução 022/2017-CMAS, ambas de 21/11/2017, a inscrição da entidade Associação Sorria Criança - ASCRI no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2017.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

## **RESOLUÇÃO Nº 025/2017-CMAS**

Publicação Nº 1442600

### **RESOLUÇÃO Nº 025/2017-CMAS**

Dispõe sobre a aprovação da inscrição da entidade Escola de Pais do Brasil - EPB no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 21/11/2017, do Parecer 002/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente nos termos da Resolução 022/2017-CMAS; e,

Considerando que a entidade Escola de Pais do Brasil - EPB apresentou ao CMAS os documentos elencados na Resolução 021/2016-CMAS, eis que de acordo com o Parecer 001/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 017/2017-CMAS e diante da análise do projeto apresentado;

**RESOLVE:**

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata 245/2017-CMAS e da Resolução 022/2017-CMAS, ambas de 21/11/2017, a inscrição da entidade Escola de Pais do Brasil - EPB no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Expeça-se o competente Comprovante de Inscrição, nos moldes da Resolução 021/2016-CMAS.

Art. 3º - Cientifique-se à entidade.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2017.  
Jussara Zambom  
Presidente do CMAS de Videira-SC

## RESOLUÇÃO Nº 026/2017-CMAS

Publicação Nº 1442598

### RESOLUÇÃO Nº 026/2017-CMAS

Dispõe sobre a aprovação da inscrição do Centro de Integração empresa-Escola - CIEE no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 21/11/2017, do Parecer 002/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente nos termos da Resolução 022/2017-CMAS; e,

Considerando que o Centro de Integração Empresa-Escola CIEE apresentou ao CMAS os documentos elencados na Resolução 021/2016-CMAS, eis que de acordo com o Parecer 001/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 017/2017-CMAS e diante da apresentação de sua defesa no tocante a solicitação de projeto voltado à Assistência Social;

#### RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata 245/2017-CMAS e da Resolução 022/2017-CMAS, ambas de 21/11/2017, a inscrição do Centro de Integração Empresa-Escola CIEE no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Expeça-se o competente Comprovante de Inscrição, nos moldes da Resolução 021/2016-CMAS.

Art. 3º - Cientifique-se à entidade.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2017.  
Jussara Zambom  
Presidente do CMAS de Videira-SC

## RESOLUÇÃO Nº 027/2017-CMAS

Publicação Nº 1442603

### RESOLUÇÃO Nº 027/2017-CMAS

Dispõe sobre a manutenção da inscrição do Lar O Bom Samaritano no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar

os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 21/11/2017, do Parecer 002/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente nos termos da Resolução 022/2017-CMAS; e,

Considerando que o Lar O Bom Samaritano apresentou ao CMAS os documentos elencados na Resolução 021/2016-CMAS, eis que de acordo com o Parecer 001/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 017/2017-CMAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º - MANTER, nos termos da Ata 245/2017-CMAS e da Resolução 022/2017-CMAS, ambas de 21/11/2017, a inscrição do Lar O Bom Samaritano no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2017.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

## **RESOLUÇÃO Nº 028/2017-CMAS**

Publicação Nº 1442602

### **RESOLUÇÃO Nº 028/2017-CMAS**

Dispõe sobre a aprovação da inscrição da Pastoral da Criança no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competem à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 21/11/2017, do Parecer 002/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente nos termos da Resolução 022/2017-CMAS; e,

Considerando que a Pastoral da Criança apresentou ao CMAS os documentos elencados na Resolução 021/2016-CMAS, eis que de acordo com o Parecer 001/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 017/2017-CMAS;

**RESOLVE:**

Art. 1º - APROVAR, nos termos da Ata 245/2017-CMAS e da Resolução 022/2017-CMAS, ambas de 21/11/2017, a inscrição da Pastoral da Criança no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Expeça-se o competente Comprovante de Inscrição, nos moldes da Resolução 021/2016-CMAS.

Art. 3º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2017.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

## RESOLUÇÃO Nº 029/2017-CMAS

Publicação Nº 1442605

### RESOLUÇÃO Nº 029/2017-CMAS

Dispõe sobre o cancelamento da inscrição da Rede Videirense de Combate ao Câncer no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e pela Lei Municipal 162, de 20 de novembro de 1996, com suas alterações,

Considerando a redação do art. 2º, VII, da Lei Municipal 162/1996, o qual trata da competência do Conselho de acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;

Considerando a redação do art. 2º, VII, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações, o qual dispõe que "respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social: [...] VII - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência, prestadas à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas inscritas no CMAS";

Considerando a Resolução 021/2016-CMAS, a qual "dispõe sobre os parâmetros de inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Videira/SC";

Considerando a redação do art. 30, I, do Decreto Municipal 13.147/2016, com suas alterações; o qual reza que "competete à Comissão Permanente de Normas e Regulamentação: I - analisar os pedidos de inscrição, atestado de funcionamento e renovação de atestado de funcionamento das entidades não-governamentais com sede no Município, em conformidade com a legislação vigente, emitindo parecer ao CMAS";

Considerando, ainda, a apresentação ao Conselho, em 21/11/2017, do Parecer 002/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação do CMAS de Videira-SC, acerca da avaliação anual das inscrições de entidades do Conselho, o qual foi acolhido integralmente nos termos da Resolução 022/2017-CMAS; e,

Considerando que a Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC não apresentou ao CMAS todos os documentos elencados na Resolução 021/2016-CMAS, eis que de acordo com o Parecer 001/2017 da Comissão Permanente de Normas e Regulamentação, o qual foi acolhido integralmente, nos termos da Resolução 017/2017-CMAS;

#### RESOLVE:

Art. 1º - CANCELAR, nos termos da Ata 245/2017-CMAS e da Resolução 022/2017-CMAS, ambas de 21/11/2017, a inscrição da Rede Videirense de Combate ao Câncer - RVCC no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Videira - SC.

Art. 2º - Cientifique-se à entidade.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de novembro de 2017.

Jussara Zambom

Presidente do CMAS de Videira-SC

**TERMO ADITIVO 197/2017 - FMS**

Publicação Nº 1441822

Termo Aditivo nº 197/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 148/2015

Processo: PR nº 15/2015- FMS

Contratada: SOUZA E MENEGASSO ENGENHARIA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA ME

Objeto: Prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato de prestação de serviço nº 148/2015, com efeitos a partir do dia 30 de novembro de 2017 até 28 de fevereiro de 2018, conforme solicitação da Secretaria de Planejamento.

Data: 28/11/2017.

**TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017 - PMV**

Publicação Nº 1442163

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 06/2017 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DO C.E.M.E.I. WELLESLEY ANTÔNIO GAIO, LOCALIZADO NA RODOVIA LINEU BONATO (SC 303), KM 04, BAIRRO CAMPO EXPERIMENTAL, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.344,11M<sup>2</sup>, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 09:00:00h do dia 19 de dezembro de 2017. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras/Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 30 de novembro de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 058/2017

Publicação Nº 1441015

Processo de Licitação 058/2017  
Modalidade: Pregão 046/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 13 de dezembro de 2017 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 01 de dezembro de 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

### PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 CÂMARA

Publicação Nº 1442712

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vitor Meireles torna público que se acham abertas, no período de 6 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017, as inscrições ao Processo Seletivo para preenchimento de vaga no cargo de Agente de Serviços Gerais para Admissão em Caráter Temporário, conforme item 1 deste Edital:

#### 1 – DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E FORMAÇÃO.

Cargo	Habilitação Mínima	Carga Horária Semanal	Vagas	Salário R\$
Agente de Serviços Gerais	Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação	20 horas	01	757,85 + auxílio alimentação

1.1. A vaga especificada no quadro será ocupada de acordo com a necessidade de preenchimento do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Vitor Meireles. Os demais candidatos aprovados comporão a lista de espera, que poderá vir a ser utilizada, conforme vacância ou existência de novas vagas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo nº 001/2017.

1.1.1. A vaga especificada é destinada para atuação na sede da Câmara Municipal de Vitor Meireles.

1.1.2. O candidato que assumir a vaga deverá cumprir sua carga horária de 20 horas semanais de segunda-feira à sexta-feira.

#### 2 - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo será feita através de publicação nos seguintes locais:

2.1 – Mural Público da Câmara Municipal de Vitor Meireles, Rua Santa Catarina, n.º 2193 – Centro.

2.2 – No endereço eletrônico: [www.camaravitormeireles.sc.gov.br](http://www.camaravitormeireles.sc.gov.br).

2.3 – Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC no endereço: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

#### 3 - DA INSCRIÇÃO

3.1 - Período, Horário e Local:

As inscrições serão efetuadas na sede da Câmara Municipal de Vitor Meireles, na Secretaria, sita à Rua Santa Catarina, n.º 2193, Centro em Vitor Meireles - SC, no horário do expediente, das 8h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, pessoalmente, no período de 6 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017.



**3.2 - Procedimento para realizar a inscrição pessoalmente:****3.2.1 - Para inscrever-se o candidato deverá:**

a) preencher todos os campos da Ficha de Inscrição (Anexo I);

b) anexar à ficha de inscrição, cópias legíveis dos seguintes documentos: fotocópia do CPF, fotocópia (frente e verso) de documento de identidade expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos, ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia); fotocópia do comprovante de escolaridade. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato;

c) entregar, no local da inscrição, a Ficha de Inscrição devidamente preenchida e assinada.

**3.3 - O candidato terá sua inscrição homologada após avaliação feita pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, e publicação feita no Mural Público da Câmara Municipal.**

**3.4 – Das condições para inscrição:**

a) Ser brasileiro ou gozar das prerrogativas do Decreto Federal n.º 70.436;

b) Ter 18 (dezoito) anos completos no mínimo, na data da posse e exercício;

c) Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas no Edital;

d) Não serão aceitas inscrições por qualquer outro modo que não o especificado neste Edital;

e) O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento;

f) O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição, declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para o Processo Seletivo n.º 001/2017 e sua plena concordância com as mesmas;

g) – Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato;

h) – A adulteração de qualquer elemento da cópia da Cédula de Identidade em relação ao original da mesma ou a não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Processo Seletivo, se a inscrição já estiver homologada.

**3.5 - A homologação das inscrições será feita no dia 21 de dezembro de 2017 e divulgada através do Mural da Câmara Municipal, no Diário Oficial dos Municípios no endereço [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e endereço eletrônico [www.camaravitormeireles.sc.gov.br](http://www.camaravitormeireles.sc.gov.br) após avaliação feita pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo. Da não-homologação caberá recurso, que deverá ser formulado e protocolado, conforme o previsto no item 9 deste Edital.**

**4 – DO CARGO**

**4.1 – Os habilitados e classificados no Processo Seletivo, nos termos deste edital vincular-se-ão como segurados do Regime Geral da Previdência Social.**

**5 - DO PROCESSO SELETIVO**

**5.1 - O Processo Seletivo N.º 001/2017 será constituído de prova escrita.**

**5.1.1 - A prova escrita (PE) será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas diferentes, sendo apenas uma correta, conforme segue:**

CONTEÚDO	QUANTIDADE DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Língua Portuguesa	05	0,4
Matemática	05	0,4
Conhecimentos Gerais	05	0,4
Conhecimentos Específicos	10	0,4

**5.1.2 - Todas as questões da prova escrita serão elaboradas por uma Banca Examinadora composta por profissionais graduados.**

**5.1.3 – Os membros da Banca Examinadora terão seus nomes resguardados para evitar possível assédio por parte dos candidatos.**

**5.1.4 – O conteúdo programático da prova escrita objetiva de múltipla escolha encontra-se no Anexo V deste Edital.**

**6 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

#### 6.1 - Da prova escrita:

6.1.1 - A prova escrita será realizada nas dependências do Auditório da Câmara Municipal de Vitor Meireles, sito à Rua Santa Catarina, 2193, Bairro Centro, Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no dia 4 de fevereiro de 2018, (domingo), iniciando às 09 horas, com duração de 02 (duas) horas.

6.1.2 - O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade com foto, ficha de inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

6.1.3 - O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar a ficha de inscrição juntamente com documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícias Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

6.1.4 - Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, de candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

6.1.5 - Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

6.1.6 - Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, Pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

6.1.6.1 - O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no Item 6.1.6, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Processo Seletivo vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos citados no Item 6.1.6.

6.1.7 - O candidato deverá assinalar suas respostas na grade de respostas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

6.1.8 - Não serão computadas as questões objetivas que não forem assinaladas na grade de respostas; as que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, mesmo que legíveis; e as que forem assinaladas com material diverso daquele constante do item 6.1.7 deste Edital.

6.1.9 - Serão de inteira responsabilidade do candidato eventuais erros e omissões cometidos no preenchimento da grade de respostas.

6.1.10 - Será excluído do Processo Seletivo N.º 001/2017 o candidato que durante a realização da prova:

6.1.10.1 - Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Seletivo N.º 001/2017.

6.1.10.2 - Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os expressamente, permitidos no Edital.

6.1.10.3 - Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, sendo por necessidades fisiológicas, devidamente acompanhado de um fiscal do Processo Seletivo N.º 001/2017.

6.1.10.4 - Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos.

6.1.10.5 - Não assinar a Lista de Presença.

6.1.11 - O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

6.1.12 - O candidato, ao término da prova, entregará ao fiscal da sala, o Caderno de Provas e a Grade de Respostas.

6.1.13 - Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo N.º 001/2017 nas dependências dos locais de aplicação da prova.

6.1.14 - A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

6.1.15 - Ao findar o tempo de duração para realização da prova, será esta encerrada e lacrada pelo fiscal, na presença de no mínimo 02 (dois) candidatos, devendo ser colhida assinatura destes, para fins de possíveis comprovações.

#### 7 - DA NOTA FINAL, APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

7.1 - A nota final será calculada através da média aritmética simples da prova escrita.

7.2 - A classificação dos candidatos aprovados será realizada, depois de esgotadas todas as fases de recursos, na ordem decrescente levando-se em consideração a nota final do candidato, apresentada com duas casas decimais.

7.3 - A classificação no Processo Seletivo N.º 001/2017 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades.

7.4 - Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

## 8 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

Parágrafo Único - Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, para fins de classificação:

- a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste processo seletivo (Lei 10.741/2003, Art. 27, parágrafo único e alterações);
- b) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos da Profissão;
- c) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa;
- d) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) Maior número de acertos na prova de Matemática;
- f) Maior idade;
- g) Sorteio público.

## 9 - DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

9.1 - A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou poder, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

9.2 - O gabarito provisório será divulgado 01 (um) dia após a realização das provas e o resultado da classificação final do Processo Seletivo N.º 001/2017 será divulgado no dia 12 de fevereiro de 2018, ambos publicados no mural oficial e no site oficial da Câmara Municipal de Vitor Meireles.

9.3 - O candidato poderá interpor recurso, que deverá ser fundamentado e apresentado digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo N.º 001/2017, entregue e protocolado no setor de protocolo da Câmara Municipal de Vitor Meireles, conforme o formulário do Anexo III, contra:

9.3.1 - A inscrição não-homologada, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de publicação do Ato de homologação das inscrições.

9.3.2 - A formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito provisório no prazo de 01 (um) dia útil, a contar da data de publicação do gabarito provisório.

9.3.3 - Os pontos obtidos na prova escrita, classificação final, para revisão dos pontos obtidos na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação final, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de divulgação do respectivo resultado.

## 10 - DO INGRESSO

10.1 - A contratação dos candidatos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o item 7 deste Edital.

10.2 - No ato da contratação o convocado deverá apresentar os documentos exigidos para ingresso no cargo, solicitados pelo setor de recursos humanos da Câmara Municipal.

10.3 - A convocação dar-se-á através de ofício e os convocados terão 5 (cinco) dias para se apresentarem na Secretaria da Câmara Municipal, bem como, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas, para assinarem seus respectivos termos de contratação no Serviço Público Municipal.

10.4 - Caso o candidato convocado para assumir a vaga por qualquer motivo não se interesse pela mesma, passará seu nome para o final da listagem para uma futura chamada.

10.5 - Na hipótese de desistência do candidato, notificado para assumir a vaga, o mesmo deverá assinar declaração abdicando da vaga.

10.6 - Na rescisão por término de contrato, o candidato volta a ocupar a colocação que se encontrava no momento da classificação, para uma futura chamada, caso necessário.

## 11 - DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

O prazo de validade do Processo Seletivo ao qual se refere este Edital será de um ano, contado a partir da data de publicação da homologação de seu resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.

## 12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de

sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, de acordo com a legislação vigente.

Vitor Meireles (SC), em 1 de dezembro de 2017.

AIRTON ARI ZONTA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

#### ANEXO I

CÂMARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

FICHA DE INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO N. 001/2017

N.º DE INSCRIÇÃO (para uso da Comissão)		
Nome do Candidato:		
Cargo Pretendido:	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	
FILIAÇÃO		
Pai:		
Mãe:		
Data do Nascimento		
Naturalidade:	Estado:	
N.º filhos:	Sexo:	Estado Civil:
Endereço Residencial:	Nº:	
Cidade:	Estado:	
CPF N.º	Fone:	
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor.:	

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos em anexo.

VITOR MEIRELES (SC), .....de ..... de 2017.

Assinatura do Candidato Assinatura da recebedor/responsável

Protocolo para o candidato:

Nome do candidato:	N º de inscrição
Cargo pretendido: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	

#### ANEXO II

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES E HABILITAÇÃO

ATIVIDADES ESPECÍFICAS

E HABILITAÇÃO

PROFISSIONAL: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS
REQUISITOS PARA ADMISSÃO: Portador de Certificado de Conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental e/ou experiência na área da atuação
ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS: Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de cozinha, limpeza e outras atividades correlatas, inclusive atividades administrativas

#### ANEXO III

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO 001/2017 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

NOME CANDIDATO: \_\_\_\_\_

N.º. DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ CARGO: \_\_\_\_\_

TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ( ) CONTRA o indeferimento da inscrição;  
( ) CONTRA a pontuação atribuída na classificação final;  
( ) CONTRA a classificação final.

Fundamentação do Recurso:

Obs: Preencher a máquina ou digitar e entregar este formulário em 2 (duas) vias, na Câmara Municipal de VITOR MEIRELES. Uma via será devolvida com protocolo.

VITOR MEIRELES (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Assinatura do(a) Candidato(a)	Assinatura do Recebedor/Responsável
-------------------------------	-------------------------------------

#### ANEXO IV

CÂMARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO 001/2017  
SUJEITO A ALTERAÇÕES

01/12/2017	Publicação do Edital
04 a 05/12/2017	Prazo para impugnação do Edital
06 a 15/12/2017	Período de inscrições
18/12/2017	Homologação provisória das inscrições
19 a 20/12/2017	Prazo para recurso contra não homologação das inscrições
21/12/2017	Homologação definitiva das inscrições
04/02/2018	Data da prova escrita
05/02/2018	Divulgação do gabarito da prova escrita
07/02/2018	Divulgação da classificação provisória dos candidatos
08 a 09/02/2018	Prazo para recurso contra a classificação
12/02/2018	Divulgação da classificação definitiva dos candidatos

#### ANEXO V

CÂMARA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PROCESSO SELETIVO 001/2017

CONHECIMENTOS GERAIS (a complexidade das questões serão de acordo com o grau de instrução exigido para o cargo)

Grandes eventos populares, Manifestações públicas, Atualidades, Cultura, Generalidades e conceitos do Brasil, Santa Catarina e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil, de Santa Catarina e do Município de Vitor Meireles; Notícias publicadas na mídia escrita ou falada; o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Ecologia e meio ambiente.

LÍNGUA PORTUGUESA (a complexidade das questões serão de acordo com o grau de instrução exigido para o cargo)

Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe, estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira, gêneros literários.

MATEMÁTICA (a complexidade das questões serão de acordo com o grau de instrução exigido para o cargo)

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três simples e composta. Juros simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Graus. Logaritmos. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadrática. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico. Estatística.

ESPECÍFICOS

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Atividades específicas teóricas inerentes ao cargo; Boas Maneiras; Comportamento no ambiente de trabalho; Organização do local de trabalho; Noções básicas de preparação de alimentos; Coleta e armazenamento e tipos de recipientes; Materiais utilizados na limpeza em geral; Trabalho de Cozinha: preparo de café, lanches e refeições em geral; Guarda e conservação de alimentos; Controle de Estoque de Material de Limpeza e de cozinha; Relatório de pedidos de materiais de consumo, limpeza e gêneros alimentícios; Higiene Pessoal, ambiental e de materiais de consumo; Noções básicas de limpeza de prédios públicos. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Limpeza de vias públicas e praças municipais. Tarefas de construção. Instrumentos agrícolas. Serviços de lavoura. Aplicação de inseticidas e fungicidas. Lavagem de máquinas e veículos. Limpeza de peças e oficinas. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros.



## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PP 041/2017

Publicação Nº 1442568



## MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 52 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
 Registro de Preço: 25 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 52 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 1 / 5

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.25/2017

Pregão Nº 41/2017

Validade: 30/11/2018

30 de novembro de 2017, o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES por meio do(a) MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, situado na RUA SANTA CATARINA, Nº 2266, CENTRO, cidade de Vitor Meireles - SC, inscrito no CNPJ Nº. 79.372.520/0001-85, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para RECAPE E VULCANIZO PARA VEÍCULOS DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame.

## CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. **CONTRATAÇÃO: RECAPE E VULCANIZO PARA VEÍCULOS DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL**, em um prazo que se estende 30/11/2018 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 6998 - BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA - EPP						
Lote 1: PNEU 1000X20						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1000X20 BORRACHUDO 22MM	UN	TIPLER	10	600,00	6.000,00
2	VULCANIZACAO DE PNEU 1000X20	UN	TIPLER	10	140,00	1.400,00
Total por Lote:						7.400,00
Lote 2: PNEU 275/80 R22,5						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 275/80 R22,5 MISTO COM NO MINIMO 18MM DE SULCO	UN	TIPLER	30	500,00	15.000,00
2	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 275/80 R22,5 BORRACHUDO 22MM	UN	TIPLER	20	600,00	12.000,00
3	VULCANIZACAO DE PNEU 275/80 R22,5	UN	TIPLER	50	140,00	7.000,00
Total por Lote:						34.000,00
Lote 3: PNEU 1400X24						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 BORRACHUDO	UN	RUBBERNEW	20	1.150,00	23.000,00
2	VULCANIZACAO DE PNEU 1400X24	UN	TIPLER	40	250,00	10.000,00
Total por Lote:						33.000,00
Lote 4: PNEU 16.9X24						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 16,9X24	UN	RUBBERNEW	8	1.250,00	10.000,00
2	VULCANIZACAO DE PNEU 16,9X24	UN	TIPLER	16	250,00	4.000,00
Total por Lote:						14.000,00
Lote 5: PNEU 12.5/80 R18						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80R 18	UN	RUBBERNEW	8	750,00	6.000,00
2	VULCANIZACAO DE PNEU 12,5X80 R18	UN	TIPLER	16	230,00	3.680,00
Total por Lote:						9.680,00
Lote 6: PNEU 19,5L 24						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU TRASEIRO 19,5L 24	UN	RUBBERNEW	2	1.400,00	2.800,00
2	VULCANIZACAO DE PNEU 19,5 L24	UN	TIPLER	10	250,00	2.500,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-NEXNS-249749599 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

30/11/2017 14:53

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 52 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
 Registro de Preço: 25 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 52 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 2 / 5

<b>Fornecedor: 6998 - BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA - EPP</b>						
<b>Lote 6: PNEU 19,5L 24</b>						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
Total por Lote:						5.300,00
<b>Lote 7: PNEU 14 X 17,5</b>						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU DIANTEIRO 14-17,5	UN	RUBBERNEW	2	750,00	1.500,00
2	VULCANIZACAO DE PNEU 14 X R17.5	UN	TIPLER	10	250,00	2.500,00
Total por Lote:						4.000,00
<b>Lote 8: PNEU 215/75 R17,5</b>						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 215/75 R17,5 BORRACHUDO COM NO MINIMO 18MM DE SULCO	UN	TIPLER	30	400,00	12.000,00
2	VULCANIZACAO DE PNEU 215/75 R17.5	UN	TIPLER	10	120,00	1.200,00
Total por Lote:						13.200,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>120.580,00</b>

**1.1. CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de **R\$ 120.580,00** (cento e vinte mil e quinhentos e oitenta reais).

## CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 30/11/2018, a partir da sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

## CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Nº. 41/2017**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Nº. 41/2017** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

## CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Código	Descrição
2017	
349	Referência
07	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2033	MANUTENCAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
333903919000000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
01000000	Recursos Ordinários
2017	
388	Referência
04	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Impressão Ata Registro Preço Origem

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 52 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
 Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
 Registro de Preço: 25 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
 Preço: 52 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 3 / 5

Código	Descrição
2017	
388	Referência
001	Secretaria de Agricultura, Silv. Pec. e Meio Ambie
2006	MANUTENCAO DA SEC. DE AGRICULTURA, SILV. PEC. E ME
333903919000000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
01000000	Recursos Ordinários
2017	
420	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2023	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
333903919000000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
01010000	Receitas de Impostos - Educação
2017	
431	Referência
06	Secretaria de Educacao
001	Secretaria de Educacao
2023	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
333903919000000	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS
01625500	Transf.Convênio -Estado/Educação

4.2 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

**CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5. Os itens licitados deverão ser entregues dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidade solicitada.

5.1. A entrega dos produtos será parcelada sendo que o prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Ordem de Compra.

5.2 Local de entrega: conforme definido em ordem de compra pela Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

**CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES**

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO1171201-006-NEXNS-249749599 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

30/11/2017 14:53

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 52 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
Registro de Preço: 25 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
Preço: 52 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 4 / 5

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.2 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

7.3 A PMVM, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

7.4 A PMVM convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

7.5. No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

**CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

**Impressão Ata Registro Preço Origem**

Código Cliente: 94 Ano Minuta: 2017 Número Minuta: 52 Sequência Ata: 1 Código Único: 0 Ata  
Única: 0 Sequência - Ata Registro de Preço: 1 Ano - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Ata  
Registro de Preço: 25 Ano - Minuta - Ata Registro de Preço: 2017 Número - Minuta - Ata Registro de  
Preço: 52 Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Ata Registro de Preço: 94

Pág 5 / 5

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

**CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos solicitados.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

**CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12. Integram esta Ata, o Edital de RECAPE E VULCANIZO PARA VEÍCULOS DA FROTA RODOVIÁRIA MUNICIPAL Nº. 41/2017, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Presidente Getúlio (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Vitor Meireles (SC), 30 de novembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDELI JOSE SEBASTIAO  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
CAROLINE APARECIDA MAZOTI  
WACHHOLZ  
Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
LUIS CARLOS BOING  
Equipe de Apoio

\_\_\_\_\_  
BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS  
LTDA - EPP  
CONTRATADA

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PP 41-2017**

Publicação Nº 1442565

**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número - Minuta - Licitação: 52 códigoCliente: 94 anoMinuta: 2017 cotaCredenciamento: 1

Pág 1 / 2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**Pregão**  
**Para Contratação de Serviços**  
**41/2017**  
**Processo Administrativo: 52/2017**

Ao Sr(a). BENTO FRANCISCO SILVY tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela Portaria nº 38/2017.

**Homologo**

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 41/2017, o(s) participante(s):

6998 - BONIN RECAUCHUTADORA DE PNEUS LTDA - EPP							
Lote: 1 - PNEU 1000X20							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1000X20 BORRACHUDO 22MM	UN	TIPLER	10	R\$600,00	R\$6.000,00	
2	VULCANIZACAO DE PNEU 1000X20	UN	TIPLER	10	R\$140,00	R\$1.400,00	
Lote: 2 - PNEU 275/80 R22,5							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 275/80 R22,5 MISTO COM NO MINIMO 18MM DE SULCO	UN	TIPLER	30	R\$500,00	R\$15.000,00	
2	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 275/80 R22,5 BORRACHUDO 22MM	UN	TIPLER	20	R\$600,00	R\$12.000,00	
3	VULCANIZACAO DE PNEU 275/80 R22,5	UN	TIPLER	50	R\$140,00	R\$7.000,00	
Lote: 3 - PNEU 1400X24							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400 X 24 BORRACHUDO	UN	RUBBERNEW	20	R\$1.150,00	R\$23.000,00	
2	VULCANIZACAO DE PNEU 1400X24	UN	TIPLER	40	R\$250,00	R\$10.000,00	
Lote: 4 - PNEU 16.9X24							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 16,9X24	UN	RUBBERNEW	8	R\$1.250,00	R\$10.000,00	
2	VULCANIZACAO DE PNEU 16,9X24	UN	TIPLER	16	R\$250,00	R\$4.000,00	
Lote: 5 - PNEU 12.5/80 R18							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12,5/80R 18	UN	RUBBERNEW	8	R\$750,00	R\$6.000,00	
2	VULCANIZACAO DE PNEU 12,5X80 R18	UN	TIPLER	16	R\$230,00	R\$3.680,00	
Lote: 6 - PNEU 19,5L 24							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU TRASEIRO 19,5L 24	UN	RUBBERNEW	2	R\$1.400,00	R\$2.800,00	
2	VULCANIZACAO DE PNEU 19,5 L24	UN	TIPLER	10	R\$250,00	R\$2.500,00	
Lote: 7 - PNEU 14 X 17,5							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU DIANTEIRO 14-17,5	UN	RUBBERNEW	2	R\$750,00	R\$1.500,00	
2	VULCANIZACAO DE PNEU 14 X R17,5	UN	TIPLER	10	R\$250,00	R\$2.500,00	
Lote: 8 - PNEU 215/75 R17,5							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
1	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 215/75 R17,5 BORRACHUDO COM NO MINIMO 18MM DE SULCO	UN	TIPLER	30	R\$400,00	R\$12.000,00	
2	VULCANIZACAO DE PNEU 215/75 R17,5	UN	TIPLER	10	R\$120,00	R\$1.200,00	
					Total do Fornecedor: R\$120.580,00		

**Valor Total:** 120.580,00

Vitor Meireles, 30 de novembro de 2017

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO561201-006-FPSKXS-249748819 - Emitido por: VALDELI JOSE SEBASTIAO

30/11/2017 14:40



**MUNICIPIO DE VITOR MEIRELES**

Compras e Contratos

Termo Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 94 Ano - Minuta - Licitação: 2017 Número -  
Minuta - Licitação: 52 codigoCliente: 94 anoMinuta: 2017 cotaCredenciamento: 1

Pág 2 / 2

**BENTO FRANCISCO SILVY**  
Prefeito

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0105/2017

Publicação Nº 1441752

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0105/2017, tendo como objeto o Registro de Preços para contratações futuras e parceladas de até 1.320 (um mil trezentos e vinte) horas de Trator Agrícola de Pneu com Potência mínima de 80 CV, equipado com Ensiladeira e Carreta Basculante destinados aos Agricultores do Município de Xanxerê, na prestação de serviços de ensilagem de milho e aveia para o gado leiteiro, de acordo com o Programa instituído pela Lei Complementar Municipal nº BLB 3157/2009, nas quantidades e localidades constantes no Anexo I do Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 19 de Dezembro de 2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 29 de Novembro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0106/2017

Publicação Nº 1442611

#### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PROCESSO Nº 0171/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0106/2017

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0106/2017, DO TIPO MAIOR OFERTA, tendo como objeto a outorga de permissão de uso de espaço público para realização, organização e exploração da área da Arena de Shows, durante a realização da XVIII Edição da EXPO FEMI - 2018, no período de 28 de abril a 06 de maio do ano de 2018 com autorização de direito de exploração, com o uso de bens públicos a ela afeitos, em conformidade com o Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 14 de Dezembro de 2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 30 de Novembro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0103/2017

Publicação Nº 1441813

#### Extrato de Contrato nº 0103/2017

Contratante: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARITATIVA

Objeto: Realização de Cirurgias Eletivas, de média complexidade nas especialidades de Cirurgia Geral, Vascular, Ortopedia e Urologia, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Valores dos procedimentos:

Procedimentos	Valor Unitário SUS	Valor Contrapartida	Valor Total estimado R\$ 200.000,00
Cirurgias de Média complexidade na especialidade de: Cirurgia Geral, Vascular, Ortopedia e Urologia	AIH do Sisreg (AIH normal)	R\$ 800,00	
Cirurgias de Média complexidade na especialidade de: Cirurgia Geral, Vascular, Ortopedia e Urologia	AIH de campanha	R\$ 400,00	
Materiais utilizados por Procedimentos na Especialidade de Ortopedia (Lâmina de Shaver e Equipo Quatro Vias)			R\$ 550,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 24 de Novembro de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº RH-AM 523/2017

Publicação Nº 1443015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 523/2017  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78..

RESOLVE

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. ADRIANA DOS SANTOS TELES DE LIMA pelo período de 18.12.2017 a 16.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 04.04.2016 a 03.04.2017.

Ao Sr. ALEJANDRO SANTIAGO BENITEZ MARIN pelo período de 07.12.2017 a 05.01.2018, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 21.11.2016 a 20.11.2017.

A Sra. ALESSANDRA GABRIELE NIEDERLE pelo período de 16.11.2017 a 30.11.2017, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 23.11.2015 a 22.11.2016.

A Sra. CLAUDETE MARIA GRANOSKI MOLLMANN pelo período de 15.12.2017 a 29.12.2017, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 02.05.2016 a 01.05.2017.

A Sra. DANIELA SGUISSARDI INVITTI pelo período de 14.12.2017 a 12.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 13.05.2016 a 12.05.2017.

A Sra. DANIELLE ZABOT pelo período de 11.12.2017 a 09.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 06.10.2016 a 05.10.2017.

A Sra. DILENE MARIA FELIPPI pelo período de 27.11.2017 a 11.12.2017, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 14.07.2014 a 13.07.2015.

A Sra. DIRLEI KOSERSKI DE SAIBRO pelo período de 04.12.2017 a 02.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 03.01.2016 a 02.01.2017.

A Sra. ELLEN SOFIA CARDOSO pelo período de 18.12.2017 a 16.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 17.04.2015 a 16.04.2016.

A Sra. ELIZANGELA RAMOS STVEKMANNNS pelo período de 20.11.2017 a 03.12.2017, totalizando 14(quatorze) dias, referente ao período de: 09.09.2015 a 08.09.2016.

A Sra. FRANCIELE BRUNONI pelo período de 27.11.2017 a 08.12.2017, totalizando 12(doze) dias e 26.12.2017 a 12.01.2018, totalizando 18(dezoito) dias, referente ao período de: 03.10.2015 a 02.10.2016.

A Sra. JANDIRA MARIA ARNO pelo período de 11.12.2017 a 09.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2016 a 02.11.2017.

Ao Sr. JHON FISCHER BERMUDEZ pelo período de 21.12.2017 a 04.01.2018, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 05.07.2016 a 04.07.2017.

A Sra. JOSIANE OLIVEIRA MALLMAN CASAGRANDA pelo período de 11.12.2017 a 09.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2016 a 02.11.2017.

A Sra. KATIA DANIELA IOP PEDROTTI pelo período de 18.12.2017 a 16.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 01.12.2014 a 30.11.2015.

A Sra. LUANA AGNOLETO REIS pelo período de 17.11.2017 a 16.12.2017, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 24.01.2016 a 23.01.2017.

A Sra. LUCIMAR BALLERINI pelo período de 18.12.2017 a 01.01.2018, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 22.09.2016 a 21.09.2017.

Ao Sr. MARCOS FERNANDO AMARO pelo período de 21.12.2017 a 19.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 02.05.2016 a 01.05.2017.

A Sra. MARISANGELA PAULA BASSO GAVA pelo período de 14.12.2017 a 22.12.2017, totalizando 09(nove) dias, referente ao período de: 22.11.2015 a 21.11.2016.

A Sra. MARIVONE FÁTIMA MORESCO pelo período de 26.12.2017 a 09.01.2018, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 02.05.2016 a 01.05.2017.

A Sra. MARLI ISABEL PEZZINI ZAFFARI pelo período de 18.12.2017 a 16.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 03.11.2016 a 02.11.2017.

A Sra. MARILDE RODRIGUES VICENTE pelo período de 11.12.2017 a 09.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 04.11.2016 a 03.11.2017.

Ao Sr. MOACIR ROCHA CARVALHO FILHO pelo período de 24.11.2017 a 23.12.2017, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 05.10.2016 a 04.10.2017.

A Sra. RAQUEL MADALENA MARTINS UGOLINI pelo período de 11.12.2017 a 09.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 03.08.2016 a 02.08.2017.

A Sra. REJANE GUBERT pelo período de 08.11.2017 a 07.12.2017, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 01.12.2015 a 30.11.2016.

A Sra. SAMARA LAZZARI pelo período de 27.12.2017 a 10.01.2018, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 02.06.2015 a 01.06.2016.

A Sra. SARA CRISTINA DO AMARAL pelo período de 26.12.2017 a 24.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 12.04.2016 a 11.04.2017.

A Sra. SUZANNE CRISTINA ABIDO pelo período de 28.12.2017 a 12.01.2018, totalizando 16(dezesseis) dias, referente ao período de: 02.02.2016 a 01.02.2017.

A Sra. YVEL MARA ANELI pelo período de 04.12.2017 a 18.12.2017, totalizando 15(quinze) dias e 19.12.2017 a 17.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 07.08.2015 a 06.08.2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 24 de Novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº RH-AM 524/2017**

Publicação Nº 1443018

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 524/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78..

RESOLVE

CONCEDE férias aos Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. ANDREIA PEDROSO pelo período de 04.12.2017 a 23.12.2017, totalizando 20(vinte) dias, referente ao período de: 19.03.2016 a 18.03.2017.

Ao Sr. ARI PEDRO CALEGARI pelo período de 20.12.2017 a 19.01.2018, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 08.08.2015 a 07.08.2016.

A Sra. CRISTIANE GUADAGNIN SPAGNOL pelo período de 17.11.2017 a 06.12.2017, totalizando 20(vinte) dias, referente ao período de: 02.01.2016 a 01.01.2017.

A Sra. FRANCIANE MARIA SCHMITZ pelo período de 06.11.2017 a 05.12.2017, totalizando 15(quinze) dias, referente ao período de: 07.10.2016 a 06.10.2017.

Ao Sr. IVALDIR BUSAQUERA pelo período de 15.12.2017 a 13.01.2018, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.03.2016 a 06.03.2017.

Ao Sr. JOAO DA SILVA pelo período de 06.12.2017 a 15.12.2017, totalizando 10 (dez) dias, referente ao período de: 02.01.2015 a 01.01.2016.

Ao Sr. JOSE CLAUDIR CAMARGO pelo período de 04.12.2017 a 18.12.2017, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período de: 05.07.2016 a 04.07.2017.

Ao Sr. LEODIR SIMIONATTO pelo período de 21.12.2017 a 19.01.2018, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 14.03.2016 a 13.03.2017.

Ao Sr. LUCAS ALVES DE MELLO ROSA pelo período de 04.12.2017 a 18.12.2017, totalizando 15 (quinze) dias, referente ao período de: 10.01.2016 a 09.01.2017.

Ao Sr. MIGUEL SYCHOCKI pelo período de 04.12.2017 a 02.01.2018, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 21.07.2015 a 20.07.2016.

Ao Sr. MORECY JORGE ALVES pelo período de 14.11.2017 a 05.01.2018, totalizando 53 (cinquenta e três) dias, referente ao período de: 15.05.2016 a 14.05.2017.

A Sra. OLIVIA TEREZINHA ELIAS CANDIOTTO pelo período de 04.12.2017 a 03.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 19.03.2016 a 18.03.2017.

A Sra. SANDRA MARA ALBUQUERQUE pelo período de 02.01.2018 a 31.01.2018, totalizando 30(trinta) dias, referente ao período de: 05.12.2015 a 04.12.2016.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 24 de Novembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA 021/2017 ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Publicação Nº 1441814

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.802.002/0001-02, nesta Ata representada pelo seu administrador, Sr. ANACLETO FERRARI, portador do CPF nº 523.140.819-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	2,00	UN	Água oxigenada líquida 10 volumes, embalagem contendo de 1 litro.	Farmax-Amaral	3,60	7,20
6	1,00	UN	Aparelho de eletrocardiografia ECG para pacientes pediátricos de baixo peso a pacientes adultos obesos; compacto e portátil; modo manual e automático; Análise das 12 derivações simultâneas com sensibilidade mínima de 10 mm/mV com $\pm 2\%$ . Tela LCD de no mínimo 4,8 polegadas; Peso máximo 2,0 kg; Visualização simultânea das 12 derivações na tela em no máximo 3 segundos; sinal de calibração de pelo menos 1mV; resposta de frequência de no mínimo 0,05 a 150Hz; impedância de entrada maior do que 40m $\Omega$ ; filtro de ruídos e tremores musculares; identificação automática de todas as derivações;; Deve possuir detecção ou registro de marcapasso; Proteção contra desfibrilação; Impressora térmica mínimo 200 dpi, em 60mm em 3 canais e 12 derivações; Porta de comunicação de rede RJ-45; Corrigir automaticamente a linha de base e de interferência; Velocidade de impressão na faixa de 10 -50mm/s; Deve possuir sensibilidade entre 5-20 mm/mV; Bateria de no mínimo 100 minutos de monitorização sem necessidade de recarga; Memória de 40 arquivos, expansível para ao menos 3000 exames; Alimentação bivolt automático; NBR IEC 60601-1-2; NBR IEC 60601-2-25. Possibilidade futura de Impressão através de software em PC, no formato A4 em 12 canais. Acessórios 01 carrinho com rodízios; 01 cabo de paciente 10 vias para uso com eletrodos descartáveis; 01 Cabo de paciente de 10 vias pino banana de ao menos 3.4 mts; 01 conjunto de eletrodos precordiais com seis pêras; 01 conjunto de eletrodos de extremidades tipo clip; 01 Tubo de gel; 01 Papel para impressora; 01 Manual de Operação. Registro na ANVISA; Garantia mínima de 2 anos. Assistência técnica para manutenções dentro do prazo de garantia do equipamento.	Alfamed	5.437,5003	5.437,50
21	8,00	UN	Andador adulto articulado, produzido em alumínio resistente, dobrável, articulado e altura regulável. altura mínima: 76cm, altura máxima: 90cm, largura: 50cm.	AG	93,3333	746,67
34	2,00	UN	Autoclave para esterilização a vapor sob pressão, manômetro digital com barra de leds; programa único de esterilização; desaeração e despressurização automática; capacidade 21 litros; câmara em aço inox ou alumínio anodizado, que facilita a limpeza; câmara com 3 bandejas em alumínio anodizado com espaço para 4ª bandeja opcional; secagem com porta entreaberta, com tubulação para drenagem de água, possui 13 sistemas de segurança e sistema microcontrolador.	Ecel	2.885,00	5.770,00
45	8,00	UN	Caixa de isopor com tampa, branca capacidade 10 litros.	Invicta	14,50	116,00

53	4,00	UN	Colar cervical stifnrck reutilizável suporte mentoniano, orifício frontal para análise do pulso carotídeo e procedimentos de traqueostomia, lavável. Tamanho G.	Resgate SP	13,12	52,48
54	4,00	UN	Colar cervical stifnrck reutilizável suporte mentoniano, orifício frontal para análise do pulso carotídeo e procedimentos de traqueostomia, lavável. Tamanho M.	Resgate SP	13,12	52,48
76	6,00	UN	Fita métrica de 1,5 metros com largura de 16,0 mm para avaliação de medidas. Composição 95% poliéster 5% fibra de vidro. Tamanho 1,50m.	MD	4,6736	28,04
96	8,00	UN	Lixeiras com pedal em inox 30l.	Mor	140,00	1.120,00
104	10,00	PAR	Muleta tipo canadense, articulada hastes leves em alumínio anodizado, braçadeira articulada em aço inox com regulagem, apoio de mão anatômico, pino de segurança de latão regulável, ponteira aderente resistente e flexível, confeccionada em poliuretano.	Sequencial	64,1082	641,08
107	4,00	UN	Otoscópio com cabo de metal, para 2 pilhas médias, com 5 espéculos permanentes de plástico com diâmetro de 2,5mm, 3,0mm, 4,0mm e 8,0mm, com regulador de intensidade de luz, com estojo e registro na anvisa.	MD	264,00	1.056,00
112	20,00	UN	Pinça adson com serrilho 12 cm - stark.	Abc	9,80	196,00
113	20,00	UN	Pinça anatômica 12 cm.	Abc	8,513	170,26
114	20,00	UN	Pinça anatômica 14 cm.	Abc	9,1866	183,73
119	10,00	CX	Protetor ocular para curativos em geral na área de oftalmologia e, em tratamentos onde seja necessária a oclusão dos olhos.	Cral	6,666	66,66
121	100,00	UN	Saco para lixo hospitalar capacidade para 100 litros, embalagem com 100 unidades.	Rava	28,90	2.890,00
127	6.000,00	UN	Seringa descartável insulina com agulha 13 mm x 0,40mm estéril, uso único. Bico liso central.	SR	0,1481	888,60
131	600,00	UN	Soro fisiológico 0,9% frasco com 100 ml, tampa com rosca.	Farmax-Amaral	1,1627	697,62
132	700,00	UN	Soro fisiológico 0,9% frasco com 250 ml, tampa com rosca.	Farmax-Amaral	1,4133	989,31
139	50,00	UN	Teste de gravidez que detectam a presença do hormônio chamado gonadotrofina coriônica humana (hcg) na urina.	Alamar	3,72	186,00
TOTAL						21.295,63

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JÉSSICA PAULA PINSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA

ANACLETO FERRARI - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata



**ATA 022/2017 METROMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA**

Publicação Nº 1441817

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 83.157.032/0001-22, nesta Ata representada pela sua administradora, Srª. HELENA MARIA WOITEXEN, portador do CPF nº 684.532.649-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
35	50,00	PCT	Avental manga curta branco, confeccionado em TNT e 100% poli-propileno, produto de uso único, pacote com 10 Un.	Jarc	10,30	515,00
41	8,00	UN	Cadeira de rodas higiênica, para banho fixa confeccionada em aço carbono ideal para uso sanitário e chuveiro, apoio de braços removíveis, apoio para pés fixo, assento sanitário removível, freios bilaterais rodas traseiras aro 6" giratórias com pneus maciços rodas dianteiras aro 06" com pneus maciços. para usuários até 100 kg.	Baxmann	213,00	1.704,00
56	10,00	PCT	Compressa campo operatório nítida 45cm x 50cm pacote com 50 un, não estéril, com fios 100% algodão em tecido quádruplo, 4 camadas com cadarço.	MDA	45,90	459,00
137	5,00	UN	Termômetro tipo capelinha com indicação de temperatura mínima e máxima.	J Prolab	27,63	138,15
138	20,00	UN	Tesoura íris 12 cm, reta, ponta fina para retirada de pontos.	Richards	9,21	184,20
145	9,00	UN	Travesseiro com capa em couro.	Arktus	36,80	331,20
TOTAL						3.331,55

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
HELENA MARIA WOITEXEN - Representante

VAGNER GROLI – Fiscal da ata

## ATA 023/2017 AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA

Publicação Nº 1441819

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 82.291.311/0001-11, nesta Ata representada pela sua administradora, Srª. MARIA STELLA PICOLLI BASEGGIO, portador do CPF nº 628.077.149-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOL- VEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
9	10,00	CX	Filme médico para raios-x, tamanho 35 X 43, caixa com 100 Fls, compatível com a marca Ibf.	IBF	239,00	2.390,00
18	25,00	RL	Algodão hidrófilo com 500g o algodão hidrófilo é confeccionado em fibras 100% algodão, macio e com alta absorção de líquidos.	MELHORMED	8,25	206,25
40	25,00	UN	Bolsa coletora de urina 2000ml unidade com sistema fechado, estéril, com clamp corta fluxo, Conector Universal.	ADVANTIVE	2,40	60,00
50	25,00	UN	Cateter nasal tipo óculos p/ o2 infantil.	BIOSANI	0,90	22,50
73	1.000,00	UN	Especulo descartável, não lubrificado tamanho pequeno.	GYNUS	0,58	580,00
75	20,00	UN	Fita adesiva para autoclave.	CIEX	2,45	49,00
77	500,00	UN	Fita micropore branca carretel com capa 05 cm x 10m, de boa qualidade, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Hipoalergenica sem Latex.	CIEX	3,15	1.575,00
78	500,00	UN	Fita micropore branca carretel com capa, 2,5 cm x 10m, de boa qualidade, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Hipoalergenica sem Latex.	CIEX	1,76	880,00
88	30,00	CX	Indicador biológico auto-contido para esterilização a vapor, com tempo de resposta de no máximo 48 horas, composto por uma tira de papel contendo uma população microbiana mínima de 100.000(cem mil) esporos secos e calibrados de geobacillus stearothermophilus (atcc 7953, com certificado de qualidade assegurada), para controle biológico dos processos de esterilização a vapor saturado. Caixa com 10 unidades.	MAQUIRA	28,00	840,00
97	15,00	PAR	Luva cirúrgica estéril n 7,5.	MAXITEX	0,92	13,80
98	15,00	PAR	Luva cirúrgica estéril n 8,0.	MAXITEX	0,92	13,80
110	70,00	UN	Papel Térmico Milimétrado para Eletrocardiógrafo ECG - 216mm x 30m, com matéria prima (celulose) de alta qualidade, indicado para uso nos eletrocardiógrafos CardioCare 2000 e CardioTouch 3000 da Bionet.	DARU	18,50	1.295,00
120	10,00	UN	Pvpi tópico com 1.000 ml.	RIOQUIMICA	16,90	169,00
123	500,00	UN	Seringa descartável 10 ml bico central com rosca, em polipropileno, cilindro transparente com anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo, estéril, uso único.	SR	0,20	100,00
125	500,00	UN	Seringa descartável 3 ml bico central com rosca, em polipropileno, cilindro transparente com anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo, estéril, uso único.	DESCARPACK	0,095	47,50

128	12,00	UN	Sonda de Alimentação Enteral para adulto, com fio guia, tubo da sonda em poliuretano radiopaco com escala e graduação, estéril, dupla entrada em Y, permite acesso separado para nutrição ou medicação com tampas, Fio guia em aço inox pré-lubrificado.	SOLUMED	9,00	108,00
135	6,00	UN	Termômetro digital interno/externo máximo/mínimo com alarme fabricado em plástico, com sensor com ponteira plástica em cabo de 1,80cm, que permite a monitoração simultânea de duas temperaturas. Possui função de memorizar as leituras máximas e mínimas, internas e externas da temperatura em um período de tempo.	INCOTERM	56,45	338,70
136	6,00	UN	Termômetro Digital Rígido, mede a temperatura por via oral, retal ou axilar com segurança e precisão. Sua tecnologia digital elimina qualquer tipo de preocupação com vidro quebrado ou com os perigos de intoxicação por mercúrio. Resistente à água. Com aviso sonoro. Com memória da última leitura. Verificado e aprovado pelo INMETRO.	SOLIDOR	8,85	53,10
TOTAL						8.741,65

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
MARIA STELLA PICOLLI BASEGGIO - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata

#### **ATA 024/2017 LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**

Publicação Nº 1441821

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Sr<sup>a</sup>. JÉSSICA PAULA PINSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa LIMED COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.208.730/0001-21, nesta Ata representada pelo seu administrador, Sr. NELSON JOSE DE LIMA, portador do CPF nº 612.638.349-49, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
22	2,00	UN	Aparador de pelos com bateria recarregável 12W, portátil, com precisão 20 mm. Resistente à água.	Philips Serles 3000	160,00	320,00
24	25,00	UN	Aparelho de pressão adulto com velcro, de alta precisão para medir pressão arterial, braçadeira confeccionada em tecido antialérgico resistente e flexível, manômetro de alta resistência dotado de blindagem protetora contra desregulagens ou choques, certificado pelo Inmetro, pêra e válvula promovem um perfeito controle do enchimento e esvaziamento do ar, registro anvisa.	Diasyst EF1502	185,00	4.625,00
37	5,00	UN	Bengala em t. em alumínio com regulagem de altura, cabo em poli-propileno rígido, anatômico.	Ortoprox	24,00	120,00
42	5,00	UN	Cadeira de rodas em alumínio com pintura epoxy, dobrável em x, eixo de desmontagem rápida nas rodas traseiras (quick release), apoio para braços escamoteável, apoio para pés removível, almofada em espuma injetada, indicada para usuários acima 100 kg largura do assento: 50 cm.	Ortobras	1.000,00	5.000,00
43	5,00	UN	Cadeira de rodas em alumínio com pintura epoxy, dobrável em x, eixo de desmontagem rápida nas rodas traseiras (quick release), apoio para braços escamoteável, apoio para pés removível, almofada em espuma injetada, indicada para usuários até 100 kg largura do assento: 44 cm.	Ortobras	1.000,00	5.000,00
103	3,00	PAR	Muleta axilar em alumínio, hastes leves em grafite, apoio axilar anatômico com alma de nylon revestida com poliuretano, apoio de mão anatômico, alma de ferro, revestido com poliuretano, regulagem de altura, ponteira aderente, resistente e flexível em poliuretano.	Ortoprox	98,00	294,00
TOTAL						15.359,00

### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JÉSSICA PAULA PINSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA

NELSON JOSE DE LIMA - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata

**ATA 025/2017 ODONTOESTE LTDA**

Publicação Nº 1441823

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa ODONTOESTE LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.632.841/0001-09, nesta Ata representada pelo seu administrador, Sr. GELSON TADEU MOHR, portador do CPF nº 029.064.769-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
15	30,00	FR	Álcool espuma antisséptica, refil 600ml, dimensões do produto na embalagem axlpx 120mm x 100mm x 80mm.	MEGHA	20,00	600,00
19	10,00	UN	Almotolia 250 ml branca; graduado em alto relevo com bico reto, confeccionado em polietileno.	JP	1,80	18,00
20	10,00	UN	Almotolia 500 ml branca; graduado em alto relevo com bico reto, confeccionado em polietileno.	JP	2,00	20,00
23	60,00	UN	Aparelho de HGT, avançado, com sistema de monitorização, para pacientes ativos e de uso frequente, para 1 microlitro de sangue, com 2 operações, resultado em 10 segundo. On call pluss.	ON CALL PLUS	34,00	2.040,00
25	8,00	UN	Aparelho de pressão arterial digital automático de pulso com memória.	BIOLAND	63,90	511,20
33	400,00	UN	Atadura de rayon 7,5cm x 5 metros não estéril. Composição: 100% rayon.	POLARFIX	5,45	2.180,00
36	11,00	UN	Balança Digital Pessoal indicada para uso doméstico com capacidade até 150kg, pesa de 100 em 100g, com 1 bateria de lítio incluída, com vidro temperado de 6mm.	BIOLAND	47,00	517,00
46	6,00	UN	Caixa térmica 34l com alça externa para facilitar o transporte. Composição do produto: parede interna e externa: polipropileno isolamento térmico em poliestireno expandido, tampa em polietileno medidas aproximadas: comprimento: 46cm largura: 30cm altura: 41cm. adequado para transporte de vacinas.	MOR	119,00	714,00
55	6,00	UN	Colchão piramidal impede o desenvolvimento de escaras e melhora a circulação sanguínea, confeccionado em espuma de poliuretano, tamanho solteiro.	JB	43,00	258,00
59	1,00	UN	Concentrador De Oxigênio Everflo, com Indicador de porcentagem de oxigênio, estacionário, que produz oxigênio concentrado a partir do ar ambiente com baixo consumo de energia, com Registro na ANVISA, Bivolt, incluso tubo de conexão umidificador e Filtro. Concentração de oxigênio: 93% ± 3% de 0,5 a 5 l/min.	EVERFLO	3.101,00	3.101,00
60	3,00	UN	Detector fetal portátil, botão liga/desliga e controle de volume, design ergonômico e compartimento para transdutor, com sensibilidade a partir de 10-12 semanas, com registro na anvisa.	MEDPEJ	288,99	866,97
62	200,00	UN	Eletrodo descartável Espuma, para utilização em aparelhos de monitoração cardíaca, uso adulto; com dorso em espuma, recoberto em adesivo acrílico, etiqueta frontal de polietileno, pino em aço inox 316, contra-pino de polímero ABS com fibra de vidro e coberto com prata/cloreto de prata, anel de não tecido de polipropileno, linear de papel recoberto com polietileno e silicone, descartável, pode ficar até 3 dias com o paciente. Caixa com 50 unidades.	SOLIDOR	12,40	2.480,00
86	60,00	UN	Haste flexível c/ 75un. Possuem pontas em 100% algodão e com tratamento antigerme, tornando-as livres de impureza. Pontas que não se desprendem e não soltam fiapos.	coton line	0,75	45,00



92	8,00	UN	Lanterna de alta performance com iluminação led de 3v, confeccionada em metal leve, de alta qualidade, iluminação brilhante para melhor visualização, led de alta potência com vida útil de 10000 horas, acionamento através do botão liga/desliga, alimentação através de duas pilhas aa.	md	23,79	190,32
95	5,00	UN	Lençol em 100% algodão branco com elástico.	anadona	15,00	75,00
124	500,00	UN	Seringa descartável 20 ml bico central com rosca, em polipropileno, cilindro transparente com anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo, estéril, uso único.	sr	0,31	155,00
126	500,00	UN	Seringa descartável 5 ml bico central com rosca, em polipropileno, cilindro transparente com anel de retenção que impede o desprendimento do êmbolo, estéril, uso único.	sr	0,11	55,00
129	12,00	UN	Sonda Foley duas vias, número 16 com balão, Fabricada em Látex, atóxica, descartável e estéril.	advantive	2,10	25,20
130	12,00	UN	Sonda Foley duas vias, número 18 com balão, Fabricada em Látex, atóxica, descartável e estéril.	advantive	2,10	25,20
144	900,00	CX	Tiras para teste de glicose, caixa com 50 unidades compatíveis com o aparelho on call pluss.	on call plus	20,80	18.720,00
149	4,00	UN	Umificador 250ml para oxigênio, desenvolvido para atividades de umidificação gerados por passagem de Oxigênio ou Ar Comprimido medicinal, Copo translúcido com indicação de nível mínimo e máximo.	protec	10,30	41,20
150	2,00	UN	Válvula reguladora para cilindro com fluxômetro oxigênio, Escala de pressão do manômetro: 0 à 31,5 Mpa (0 à 315 Kgf/cm²), com corpo em latão cromado, saída do gás calibrado: 3,5 + 0,3 Kgf/cm² para entrada de 100 Kgf/ cm², conexões de entrada e saída, conforme as normas ABNT.	protec	150,00	300,00
TOTAL						32.938,09

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
GELSON TADEU MOHR - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata



**ATA 026/2017 LA DALLA PORTA JUNIOR**

Publicação Nº 1441827

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa LA DALLA PORTA JÚNIOR, inscrita no CNPJ nº 11.145.401/0001-56, nesta Ata representada pelo seu administrador, Sr. LUIZ ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR, portador do CPF nº 016.047.580-58, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Prego Unit.	Prego Total
69	300,00	UN	Esparadrapo tamanho 5cm x 4,5m. Esparadrapo Impermeável é composto de tecido 100% algodão com tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfiamento. Nele é aplicada massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resina. É de excelente fixação, flexibilidade, resistência e impermeabilidade.	MISSNER	2,59	777,00
80	50,00	PCT	Fralda infantil. Pacote com 100 unidades, tamanho p para crianças até 05 kg, descartáveis. Apresentar o Certificado de Autorização de Funcionamento, ou Certificado AFE, emitido pela ANVISA para o correspondente produto cotado pela licitante.	DESCARPACK	32,00	1.600,00
TOTAL						2.377,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
LUIZ ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata

**ATA 027/2017 MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA**

Publicação Nº 1441828

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017  
 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV  
 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.184.520/0001-02, nesta Ata representada pela sua administradora, Srª. ROSIMARI BORIN BADIN, portador do CPF nº 017.937.549-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
90	30,00	UN	Lâmina para microscopia 26 X 76 mm, com ponta fosca, caixa com 50 unidades.	PRECISION	3,55	106,50
91	15,00	CX	Lancetas para glicemia capilar 28G, caixa com 100 Unidades, uso único, ultra fina.	PONTURA	4,50	67,50
102	6,00	UN	Maleta para primeiros socorros com matéria-prima 100 virgem, estojo com 2 bandejas articuladas, 15 divisões e tampa na bandeja superior. Possui alça para transporte, dimensões 44 x 24 x 22 cm.	EMIFRAN	90,00	540,00
106	2,00	UN	Oftalmoscópio Com Estojo, para avaliação do fundo de olho, retina e outras estruturas oculares, com 19 lentes de -20 a +20 dioptrias com marcador iluminado, com registro na Anvisa.	MD- OMNI3000	583,00	1.166,00
108	6,00	UN	Oxímetro de pulso de dedo portátil com iluminação backlight e índice de perfusão, leve e portátil, exibição de oximetria e frequência cardíaca, desligamento automático após inatividade, liga automaticamente após colocação do dedo.	CONTEC 50DL	114,00	684,00
115	20,00	UN	Pinça kelly 14 cm reta.	ABAC - 231	21,00	420,00
116	20,00	UN	Pinça Kelly 16 cm reta.	ABC - 233	24,75	495,00
133	4,00	UN	Tala aramada em EVA 4mm, jogo com 4 unidades de diferentes tamanhos, Colorida para identificar o seu tamanho, nas cores padrão para resgate.	MARIMAR	43,00	172,00
134	2,00	UN	Termômetro digital Infravermelho a distância com mira a laser, com medição instantânea, com display que muda de cor de acordo com a temperatura indicada, proporcionando fácil leitura, com alarme de febre.	BIOLAND - E127	105,99	211,98
140	10,00	UN	Tipóia imobilizadora dupla almofadada. Tamanho extra g.	GLC	35,00	350,00
141	10,00	UN	Tipóia imobilizadora dupla almofadada. Tamanho g.	GLC	35,00	350,00
142	5,00	UN	Tipóia imobilizadora dupla almofadada. Tamanho m.	GLC	31,59	157,95
143	2,00	UN	Tipóia imobilizadora dupla almofadada. Tamanho p.	GLC	31,59	63,18
146	4,00	CX	Tubo para coleta a vácuo descartável com Edta. 4 ml, caixa com 100 unidades.	VACUPLAST/ PLÁSTICO	48,90	195,60
148	3,00	CX	Tubos para coleta de sangue com edta k2 jateado na parede interna do tubo e aprovados pelo fda para serem utilizados em bancos de sangue. tamanho 13 x 75 capacidade de 4 ml. Caixa com 100 unidades.	VACUPLAST K3	66,00	198,00
152	8,00	UN	Vaselina líquida de 1000ml.	CINORD	18,50	148,00
TOTAL						5.325,71

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
ROSIMARI BORIN BADIN - Representante

VAGNER GROLI – Fiscal da ata

## ATA 028/2017 POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Publicação Nº 1441829

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.040.912/0001-48, nesta Ata representada pelo seu administrador, Sr. NICOLAS EUFRAZIO KONKEWICZ, portador do CPF nº 969.728.079-72, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
7	5,00	CX	Filme médico para raios-x, tamanho 18 X 24, caixa com 100 fls, compatível com a marca ibf.	FUJIFILM	69,12	345,60
8	9,00	CX	Filme médico para raios-x, tamanho 24 X 30, caixa com 100 fls, compatível com a marca Ibf.	FUJIFILM	115,20	1.036,80
TOTAL						1.382,40

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
NICOLAS EUFRAZIO KONKEWICZ - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata

## ATA 029/2017 DAMEDI-DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Publicação Nº 1441831

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa DAMEDI – DAMBROS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 95.368.320/0001-05, nesta Ata representada pela sua administradora, Srª. MARIA ROSANGELA RONSSSEN DAMBROS, portador do CPF nº 855.226.439-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
14	250,00	UN	Álcool 70%, frasco de 1l.	CICLOFARMA	3,39	847,50
16	200,00	UN	Álcool gel 500 mls. gel sanitizante para as mãos, ideal para manter as mãos livres de germes matando 99,9% dos germes frasco plástico com bico dosador.	CICLOFARMA	3,81	762,00
17	200,00	UN	Algodão em bolas 95 g, 100% algodão, as bolas de algodão isentas de impurezas, macias e extra absorventes, devido ao tratamento especial dado às fibras do algodão, peso: 95g; dermatologicamente testado.	MELHOR MED	2,29	458,00
44	10,00	CX	Caixa coletora para perfuro cortantes 7lxc com 20 und de fácil montagem, possui bocal aberto para facilitar o descarte dos materiais, sem necessidade de abrir e fechar tampa, acompanha com saco plástico com espesso conjunto de revestimento interno, evitando perfurações e vazamentos, com trava de segurança garantem que, após o fechamento do coletor, a tampa não se abra durante o transporte.	DESCARBOX	47,00	470,00
49	25,00	UN	Cateter nasal tipo óculos p/ o2 adulto.	BIOBASE	0,65	16,25
68	100,00	UN	Esparadrapo tamanho 10cm x 4,5m. Esparadrapo Impermeável é composto de tecido 100% algodão com tratamento especial para proporcionar facilidade de rasgo sem desfiamento. Nele é aplicada massa adesiva à base de borracha natural, óxido de zinco e resina. É de excelente fixação, flexibilidade, resistência e impermeabilidade.	ADPELE	4,82	482,00
85	10,00	UN	Gel para ultrassonografia transparente, embalagem com 5 kg.	MULTIGEL	16,00	160,00

87	10,00	UN	Inalador nebulizador compacto, prático e de visual harmonioso; recomendado por médicos. Indispensável no tratamento de problemas respiratórios, gripes, resfriados e rinites; descongestiona as vias respiratórias proporcionando alívio imediato; acompanha conjunto completo para inalação, com máscara adulto e infantil de silicone.	DARU	102,00	1.020,00
122	50,00	UN	Saco para lixo hospitalar capacidade para 50 litros, embalagem com 100 unidades.	DESCARBOX	18,29	914,50
TOTAL						5.130,25

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
MARIA ROSANGELA RONSSEN DAMBROS - Representante

VAGNER GROLI – Fiscal da ata

**ATA 030/2017 DENTAL SHOW - COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA**

Publicação Nº 1441833

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa DENTAL SHOW – COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 11.776.334/0001-78, nesta Ata representada pela sua administradora, Srª. JULIANA PAULA GUIMARAES, portador do CPF nº 030.364.169-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:



Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
12	50,00	UN	Água destilada, para autoclave não injetável, não estéril e quimicamente pura, embalagem: 5 litros.	2I	5,27	263,50
30	500,00	UN	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 10 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 21,86 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056.	BIOTEXTIL	0,39	195,00
32	600,00	UN	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 20 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 42,8 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056.	BIOTEXTIL	0,86	516,00
38	4,00	CX	Blood Stop - rolo com 500 unidades, infantil com desenhos, redondo, adesivo termoplástico, papel siliconado, de uso único.	CIEX	10,97	43,88
39	4,00	CX	Blood Stop - rolo com 500 unidades, redondo, adesivo termoplástico, papel siliconado, de uso único.	CIEX	10,31	41,24
61	10,00	LT	Detergente enzimático para desincrustação e limpeza de instrumentos médicos e odontológicos, subtilinase (liquanase) - protease - amilase - lipase volume 5000 ml.	KELLDRI	74,45	744,50
67	50,00	UN	Escova ginecológica pacote com 100 und.	CRAL	11,66	583,00
71	500,00	UN	Especulo descartável, não lubrificado tamanho Grande.	CRAL	0,69	345,00
72	1.000,00	UN	Especulo descartável, não lubrificado tamanho médio.	CRAL	0,61	610,00
89	8,00	CX	Indicador químico modelo sil-250 classe 4. Coberto por uma substância química que muda de cor quando exposta às condições mínimas de tempo e temperatura necessárias ao processo de esterilização. Embalagem com 250 tiras (com duplicação em 500 tiras).	CRISTOFOLI	97,78	782,24
111	2,00	PAR	Pedais em polietileno para cadeira de rodas (o par). Utilizada em praticamente todos os modelos de cadeiras de roda.	PROLIFE	32,40	64,80
TOTAL						4.189,16

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSETTA – Gestora FMS



EMPRESA DETENTORA DA ATA  
JULIANA PAULA GUIMARAES - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata

### ATA 031/2017 JARDIM COSMÉTICOS LTDA

Publicação Nº 1441835

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa JARDIM COSMÉTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.720.752/0001-22, nesta Ata representada pela sua administradora, Srª. DENISE CIMA SZYMANSKI, portador do CPF nº 969.379.980-15, nos termos das Leis nºs. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
79	50,00	PCT	Fralda infantil. Pacote com 100 unidades, tamanho m para crianças, descartáveis. Apresentar o Certificado de Autorização de Funcionamento, ou Certificado AFE, emitido pela ANVISA para o correspondente produto cotado pela licitante.	JARDIM BABY	35,35	1.767,50
82	300,00	PCT	Fralda uso adulto diurno e noturno, descartável, formato anatômico, com barreiras protetoras mais altas com mais segurança contra vazamentos laterais, indicada para casos de incontinência urinária e fecal intensa, com capacidade acima de 90 kg. pacotes com 07 unidades. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno, com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. Tamanho extra g. Apresentar o Certificado de Autorização de Funcionamento, ou Certificado AFE, emitido pela ANVISA para o correspondente produto cotado pela licitante.	JARDIM PREMIUM	6,00	1.800,00
83	50,00	PCT	Fralda uso adulto diurno e noturno, descartável, formato anatômico, com barreiras protetoras mais altas com mais segurança contra vazamentos laterais, indicada para casos de incontinência urinária e fecal intensa, com capacidade até 40 kg. pacotes com 12 unidades. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno, com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. Tamanho p. Apresentar o Certificado de Autorização de Funcionamento, ou Certificado AFE, emitido pela ANVISA para o correspondente produto cotado pela licitante.	JARDIM PREMIUM	7,90	395,00
84	200,00	PCT	Fralda uso adulto diurno e noturno, descartável, formato anatômico, com barreiras protetoras mais altas com mais segurança contra vazamentos laterais, indicada para casos de incontinência urinária e fecal intensa, com capacidade até 70 kg. pacotes com 10 unidades. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno, com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes (dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. Tamanho m. Apresentar o Certificado de Autorização de Funcionamento, ou Certificado AFE, emitido pela ANVISA para o correspondente produto cotado pela licitante.	JARDIM PREMIUM	7,00	1.400,00
TOTAL						5.362,50

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
DENISE CIMA SZYMANSKI - Representante

VAGNER GROLI – Fiscal da ata

### ATA 032/2017 SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 1441838

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 93.726.446/0001-89, nesta Ata representado pelo seu administrador, Sr. RICARDO PEDROSO, portador do CPF nº 478.029.600-53, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
105	4,00	UN	Óculos de proteção com visor incolor filtra 99,9 % todos raios ultra-violeta, com tratamento Anti-Risco.	SUPERMEDY	2,90	11,60
151	2,00	UN	Cinto tira aranha modelo adulto, confeccionado em fitas de poliamida 100% preta e colorida em 50 mm de largura com fecho de regulagem em velcro e regulador plástico preto para colocação em prancha rígida onde fixará a vítima a ser socorrida ou transportada da melhor forma possível.	ORTOCENTER	38,50	77,00
TOTAL						88,60

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
RICARDO PEDROSO - Representante

VAGNER GROLI – Fiscal da ata

### ATA 033/2017 JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA

Publicação Nº 1441840

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ nº 85.081.446/0001-40, nesta Ata representado pelo seu administrador, Sr. JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 042.398.139-05, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
3	1,00	UN	Chassi em alumínio s/janela tamanho 18 X 24cm com ecran - conjunto.	Lumax	640,00	640,00
4	1,00	UN	Chassi em alumínio s/janela tamanho 24 X 30cm com ecran - conjunto.	Lumax	835,00	835,00
5	1,00	UN	Chassi em alumínio s/janela tamanho 35 X 43cm com ecran - conjunto.	Lumax	1.495,00	1.495,00
10	9,00	CX	Fixador automático para raios-x médico, para o preparo de 38 litros em caixa de papelão contendo: 02 embalagens plásticas contendo parte B(endurecedor),e uma embalagem plástica contendo parte A, compatível com a marca Ibf.	DPC	100,00	900,00

11	10,00	CX	Revelador automático para raios-x médico, para o preparo de 38 litros em caixa de papelão contendo: uma embalagem plástica contendo parte B, uma embalagem contendo parte C, uma embalagem contendo parte A, compatível com a marca Ibf.	DPC	186,00	1.860,00
TOTAL						5.730,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
JOHNNY FELIPE CONTESINI DE OLIVEIRA - Representante

VAGNER GROLI – Fiscal da ata

**ATA 034/2017 TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI**

Publicação Nº 1441846

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELI, inscrita no CNPJ nº 12.069.550/0001-46, nesta Ata representado pelo seu administrador, Sr. REGIS LUAN CARDOSO DE SOUZA, portador do CPF nº 018.117.790-00, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
29	500,00	UN	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 06 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 13,35 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056.	POLARFIX	0,31	155,00
31	500,00	UN	Atadura de crepe 13 fios tipo i, 15 cm de largura x 1,80 mt de comprimento (em repouso) e elasticidade de 50%, confeccionada em tecido 100% algodão ou misto composto de 69% algodão/23% poliéster/8% elastano, com peso 32,7 gramas, bordas devidamente acabadas evitando desfiamento, enrolada uniformemente em forma cilíndrica, embalado individualmente em material que garanta a integridade do produto, o produto devera estar de acordo com a NBR 14056.	POLARFIX	0,62	310,00
57	500,00	UN	Compressa de gaze 7,5 x 7,5 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm 2, 15 cm x 30 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 7,5 x 7,5 cm quando dobrada, 500 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para parte interna e sem fios soltos. A compressa deverá ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes ópticos, ou substâncias alergênicas. Pacotes com 500 unidades, não estéril. Com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica. ABNT NBR 13843 e possuir registro MS e RDC 59.	HOSPITEX	17,50	8.750,00
58	20,00	RL	Compressa de gaze rolo tipo queijo hidrófila 13 fios, alto poder de absorção 100 % algodão, não estéril, 91cm x 91m , 8 camadas.	HOSPITEX	24,00	480,00
64	25,00	RL	Embalagem tubular para autoclave 12cmx100mt.	POLLITEX	40,00	1.000,00
65	15,00	RL	Embalagem tubular para autoclave 15cmx100mt.	POLLITEX	45,00	675,00
66	15,00	RL	Embalagem tubular para autoclave 20cmx100mt.	POLLITEX	50,00	750,00
81	250,00	PCT	Fralda uso adulto diurno e noturno, descartável, formato anatômico, com barreiras protetoras mais altas com mais segurança contra vazamentos laterais, indicada para casos de incontinência urinária e fecal intensa, com capacidade 70 a 90 kg. Pacotes com 08 unidades. Composição: camada interna de não tecido de fibras de polipropileno, com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorventes ( dry gel), barreiras protetoras de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos e fitas adesivas para fixação. Tamanho g. Apresentar o Certificado de Autorização de Funcionamento, ou Certificado AFE, emitido pela ANVISA para o correspondente produto cotado pela licitante.	CONFIANÇA	6,13	1.532,50
109	100,00	UN	Papel lençol produzido com papel celulose virgem; rolos embalados individualmente; embalagem com data de fabricação, lote e validade; vantagem de ausência de contaminantes que podem ser encontrados em papel reciclado, por ser produzido com celulose virgem, não corre este risco. cor: branco; não estéril; tam.: 50cm x 50m; registro na anvisa.	CLEAN	5,40	540,00
TOTAL						14.192,50

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
REGIS LUAN CARDOSO DE SOUZA - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata

### ATA 035/2017 SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA

Publicação Nº 1441850

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.311.107/0001-07, nesta Ata representado pelo seu administrador, Sr. DIOGO SCUTA FAGLIARI, portador do CPF nº 333.824.408-81, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
13	20,00	CX	Agulha descartável 40x12 caixa com 100 und.	LABOR IMPORT	5,60	112,00
93	50,00	UN	Leite em pó aptamil ou nan. Número 1 - lata de 800gr.	DANONE	54,85	2.742,50
94	50,00	UN	Leite em pó aptamil ou nan. Número 2 - lata de 800gr.	DANONE	51,00	2.550,00
99	100,00	CX	Luva procedimento Látex (g) caixa c/100.	DESCARPACK	13,00	1.300,00
100	100,00	CX	Luva procedimento Látex (m) caixa c/100.	DESCARPACK	12,95	1.295,00
101	30,00	CX	Luva procedimento Látex (p) caixa c/100.	DESCARPACK	12,99	389,70
TOTAL						8.389,20

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.



3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
DIOGO SCUTA FAGLIARI - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata

### ATA 036/2017 SC BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Publicação Nº 1441856

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2017 FMSXV  
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017 FMSXV

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 10.441.099/0001-10, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Xavantina SC, neste ato representado pela sua Gestora, Srª. JÉSSICA PAULA PINSSETTA, inscrita no CPF/MF nº 083.099.419-00, e a empresa BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.103.122/0001-90, nesta Ata representado pelo seu administrador, Sr. LAERTE ANTONIO COPETTI, portador do CPF nº 979.590.060-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 008/2017 FMSXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 A presente Ata tem por objeto assegurar a possível aquisição de materiais e equipamentos hospitalares para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
28	3,00	UN	Assento sanitário para cadeira de banho de rodas, confeccionada em plástico rígido branco, com parafusos de fixação em nylon.	ASTRA	28,06	84,18
52	2,00	FR	Clorexidina 0,12% a 0,2%.	RIOQUIMICA	7,68	15,36
63	2,00	JOG	Eletrodos Cardiológico Précordial adulto completo com pera de silicone jogo com 6 unidades. (Sucção + Pera de ECG).	BALLKE	67,68	135,36
117	10,00	UN	Ponteira em borracha com anel de aço para muletas 3/4, indicado para reposição das ponteiros gastas pelo tempo de uso. Cor preto.	PERBOR	2,93	29,30
118	30,00	UN	Ponteira em borracha com anel de aço para muletas 7/8, indicado para reposição das ponteiros gastas pelo tempo de uso. Cor preto.	PERBOR	3,14	94,20
TOTAL						358,40

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

2.2 Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4 A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 008/2017 FMSXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Vagner Grolli.

3.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.5 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
JÉSSICA PAULA PINSETTA – Gestora FMS

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
LAERTE ANTONIO COPETTI - Representante

VAGNER GROLLI – Fiscal da ata

## ATA 051/2017 DANIOR ISRAEL ZILIO ME

Publicação Nº 1442407

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2017PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 042/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa DANIOR ISRAEL ZILIO ME, inscrita no CNPJ nº 27.154.638/0001-33, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. DANIOR ISRAEL ZILIO, portador do CPF nº 040.677.449-86, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 042/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de Transportes de Máquinas Pesadas para o Município de Xavantina, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	10.000,00	KM	SERVIÇO DE CAMINHÃO PRANCHA PARA O DESLOCAMENTO DE MÁQUINAS PESADAS, CONFORME AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CAMINHÃO BITRUCK 8X4, COM CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE 20 TONELADAS, PRANCHA DE NO MÍNIMO 2,60 METROS DE LARGURA E NO MÍNIMO 9 METROS DE COMPRIMENTO. COM RAMPA COM ACIONAMENTO HIDRÁULICO.	5,45	54.500,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 042/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Givanildo de Biasi.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 29 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
DANIOR ISRAEL ZILIO - Representante

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Fiscal da ata

## ATA 052/2017 CLINICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA

Publicação Nº 1442586

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 050/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa CLÍNICA VETERINÁRIA CAMPESTRE LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.310.472/0001-27, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. JOSINO RODRIGUES PAIM FILHO, portador do CPF nº 311.242.590-15, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de material genético e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	500,00	DS	SEMEN BOVINO RAÇA HOLANDESA SEXADO PARA FÊMEA, COM PROVA OFICIAL NÃO INFERIOR A AGOSTO DE 2017, COM BASE AMERICANA (USDA, HÁ, INTERBULL), COM HABILIDADE TRANSMISSORA PREDITA (PTA) PARA LEITE IGUAL OU SUPERIOR A +400 LIBRAS, PTA GORDURA IGUAL OU SUPERIOR A + 0,01% PTA PROTEÍNA IGUAL OU SUPERIOR A + 0,01%, COM CONFIABILIDADE DE PROVA DE PRODUÇÃO SUPERIOR A 95%; COMPOSTO DE PERNAS E PÉS SUPERIOR A +0,30; COMPOSTO DE ÚBERE SUPERIOR A +1,80; VIDA PRODUTIVA SUPERIOR A + 8,0; CONTAGEM DE CÉLULA SOMÁTICA INFERIOR A 2,60; ESTATURA NEGATIVA.	CRI 1HO10853	65,00	32.500,00
3	50,00	CX	LUVA CIRÚRGICA LÁTEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO MÉDIO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	UNIGLOVES	23,00	1.150,00
4	30,00	CX	LUVA CIRÚRGICA LÁTEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO GRANDE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	UNIGLOVES	23,00	690,00
TOTAL						34.340,00

### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 050/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugenio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 30 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
JOSINO RODRIGUES PAIM FILHO – Representante

EUGENIO FRANA – Fiscal da ata

**ATA 053/2017 SEMENTEC GENÉTICA LTDA**

Publicação Nº 1442589

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 050/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa SEMENTEC GENÉTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.674.029/0001-63, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. MAURICIO ANDOLFATTO, portador do CPF nº 069.780.499-21, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 050/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A Ata tem por objeto o Registro de preço para possível contratação de empresa objetivando a aquisição de material genético e materiais de uso veterinário para inseminação artificial em bovinos, conforme especificações abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
2	50,00	CX	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL COM CINCO (05) DEDOS, CANO LONGO 90 CM, PARA A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL. CAIXAS COM 100 UNIDADES.	TNB	25,00	1.250,00
TOTAL						34.340,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 050/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugenio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 30 de novembro de 2017.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
MAURICIO ANDOLFATTO – Representante

EUGENIO FRANA – Fiscal da ata

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 122/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2017

Publicação Nº 1442601

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 122/2017

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 069/2017

TIPO: Menor Preço/Por Item

OBJETO: Registro de Preços para a Aquisição de Luminárias Públicas de LED para manutenção da iluminação nas ruas do Município de Xaxim/SC.

Entrega dos Envelopes: até às 14h00min do dia 13 de Dezembro de 2017

Abertura dos Envelopes: 14h30min do dia 13 de Dezembro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim (SC), 01 de Dezembro de 2017. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 124/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 007/2017

Publicação Nº 1442464

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº. 124/2017

EDITAL: Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº. 007/2017

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Contratação de Empresa para a implantação de Academias de Ginástica ao ar livre, com fornecimento de Materiais e Mão de Obra.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 18 de Dezembro de 2017

Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 18 de Dezembro de 2017

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na pagina eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim (SC), 01 de Dezembro de 2017. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 001/2017-B

Publicação Nº 1442051

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 001/2017-B

CONTRATANTE:MUNICIPIO DE XAXIM

CONTRATADO: TRR GILIOLI LTDA

Objeto: aquisições futuras e parceladas de Gasolina Aditivada com abastecimento na bomba do proponente vencedor, Óleo Diesel BS 500 e óleo Diesel S10, entregues no tanque fornecido pelas licitantes vencedoras através de regime de comodato, o pátio da garagem municipal, destinados à manutenção da frota oficial e suas Secretarias e órgãos da Prefeitura Municipal.

Aditivo: 1º Termo Aditivo de quantitativo de 25%, com fundamento legal em inciso I, "b" do art. 65 e §1º, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 0141/2016, Tomada de Preço nº 0017/2016

Xaxim/SC, 29 de Novembro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO LICITAÇÃO PREGÃO 03**

Publicação Nº 1442595

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO 14/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

01.1- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, faz público para o conhecimento dos interessados, que se encontra aberta nesta Câmara a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 03/2017, do tipo menor preço global, Processo nº. 014/2017, para serviços de Textura, Pintura Interna e Externa e revestimento cerâmico na Cozinha, com fornecimento de material e mão-de-obra, destinada à Câmara Municipal de Vereadores do Município De Xaxim, localizada na Rua Rio Grande, nº 685, Centro, conforme Anexo I – Termo de Referência – do Edital.

01.2- A sessão pública de abertura do certame terá início às 14h30min, do dia 13 (treze) de dezembro de 2017, e será realizada na Sala de Comissões da Câmara Municipal de Xaxim, localizada na Rua Rio Grande – Centro – Xaxim/SC, e será conduzida pela Pregoeira, assessorada por sua equipe de apoio.

01.3- A licitação será processada e julgada em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006, e suas alterações, bem como pelas deste Edital e de seus anexos.

01.4- O edital com os dados completos encontra-se disponível aos interessados no endereço acima especificado, gratuitamente ou pelo site <http://www.camaraxaxim.sc.gov.br>. Os interessados poderão dirimir dúvidas pelo telefone (49)3353-1311 ou 3353-2840, no horário das 13h30min às 18h, de segunda a sexta feira.

Xaxim, SC, 30 de novembro de 2017.

Agenor Junior Maier,  
Presidente da Câmara de Vereadores

Flávia Lazarotto,  
Pregoeira.

# Zortéa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 103/2017 - REGULAMENTA LEI Nº 572/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1443045

DECRETO Nº 103/2017 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

REGULAMENTA LEI Nº 572/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017 - ANULA E SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e na forma da Lei nº 0572/2017 de 24 de novembro de 2017:

#### DECRETA

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal de Zortéa, a seguir mencionadas, no valor total de R\$ 326.285,00 (Trezentos e vinte e seis mil e duzentos e oitenta e cinco reais).

Reduzido	Projeto/Atividade	Despesa	Fonte	Valor
006	2004 – Manutenção da Segurança Pública	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	10.000,00
012	2005 – Contribuições ao Corpo de Bombeiros	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	2.000,00
024	1005 – Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Educ-Infantil	44900000 – Despesas de Capital	00.01	5.000,00
025	1006 – Aquisição de Equipamentos e Mat. Permanente – Infantil	44900000 – Despesas de Capital	00.01	785,00
040	2015 – Ensino Profissionalizante	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	1.000,00
042	2017 – Manutenção da Educação Infantil	33900000 – Despesas de Custeio	00.01	100.000,00
045	2018 – Alfabetização de Jovens e Adulto	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	500,00
055	1007 – Construção, Ampliação e Reformas de Poços, Reservatórios	44900000 – Despesas de Capital	00.00	2.000,00
056	1008 – Construção, Ampliação e Reformas em Sistemas de Saneamento	44900000 – Despesas de Capital	00.00	190.000,00
069	1013 – Construção do Centro de Evento	44900000 – Despesas de Capital	00.00	10.000,00
081	2029 - Manutenção da Diretoria de Ind. e Comércio	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	5.000,00
	TOTAL DE ANULAÇÕES			326.285,00

Artigo 2º - Com os recursos da anulação objeto do Art. 1º, fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, em sua modalidade de aplicação:

#### Prefeitura Municipal:

Reduzido	Projeto/Atividade	Despesa	Fonte	Valor
014	2006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	33900000 – Despesas de Capital	00.00	60.000,00
030	2011 – Manutenção do Ensino Fundamental	33900000 – Despesas de Custeio	00.01	69.400,00
036	2013 – Transporte Escolar	33900000 – Despesas de Custeio	00.01	40.000,00
053	2022 – Festividades Municipais	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	35.000,00
060	2025 – Manutenção da Diretoria de Meio Ambiente, Água e Esgoto	31900000 – Despesas de Custeio	00.00	6.000,00
080	1017 – Construção, Ampliação e Reformas de Espaços à Agricultura	44900000 – Despesas de Capital	00.00	50.000,00
106	2039 – Manutenção da Assistência Social Geral	31900000 – Despesas de Custeio	00.00	20.000,00
	TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES			276.785,00

#### Fundo Municipal de Saúde

Reduzido	Projeto/Atividade	Despesa	Fonte	Valor
013	2042 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde	3390000 – Despesas de Capital	00.02	49.500,00
	TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES			49.500,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Zortéa, 27 de novembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente Decreto em 27 de novembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## **EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017- CONSTRUCAO DE PARQUE DE ARREMATES E LEILAO DE GADO**

Publicação Nº 1443026

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0068/2017 Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 002/2017

### **LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**

O Município de Zortéa, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados em apresentar proposta para a tomada de preços para obras e serviços de engenharia com o objeto:

Contratação de empresa especializada para fornecimentos de materiais e mão de obra para a construção do Parque de Remates e Leilão de Gado no Município de Zortéa/SC, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Projetos, Cronograma.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:00 horas do dia 18/12/2017 para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

#### **INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

Sala de Licitações, Rua Otaviano Francheshi, nº 53, Centro, Zortéa/SC

Horário: Das 7:00 às 13:00 horas .

Telefone: (049) 3557-2019

No sítio: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

Zortéa, SC, 01 de Dezembro de 2017

Alcides Mantovani

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 569/2017 - ESTABELECE A DELIMITAÇÃO DA ÁREA URBANA CONSOLIDADA, APROVA OS MAPAS E DEFINE OS PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EXISTENTES NAS FAIXAS MARGINAIS DOS CURSOS D'ÁGUA SITUADOS EM ZONA URBANA MUNICIPAL**

Publicação Nº 1442063

LEI Nº 569/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

ESTABELECE A DELIMITAÇÃO DA ÁREA URBANA CONSOLIDADA, APROVA OS MAPAS E DEFINE OS PROCEDIMENTOS PARA O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EXISTENTES NAS FAIXAS MARGINAIS DOS CURSOS D'ÁGUA SITUADOS EM ZONA URBANA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### **Capítulo I**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei delimita a Área Urbana Consolidada do Município de Zortéa/SC, aprova os mapas de delimitação das áreas urbanas consolidadas e estabelece medidas para a regularização ambiental e/ou fundiária de imóveis situados às margens de cursos d'água naturais em tais locais.

Parágrafo único. As medidas de que trata esta Lei abrangem edificações já existentes, com ou sem a emissão de Habite-se ou Alvará de Construção, e a realização de futuras edificações.

Art. 2º Para os fins desta Lei considera-se:

I – área de preservação permanente (APP): área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, cuja função ambiental é preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

II – área rural consolidada: área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pouso;

III – área urbana consolidada: parcela da área urbana definida no mapa do anexo I com malha viária implantada e que tenha, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados:

- a) drenagem de águas pluviais urbanas;
- b) esgotamento sanitário;
- c) abastecimento de água potável;
- d) distribuição de energia elétrica; ou
- e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos;

IV – Área Urbana Não Consolidada, aquela integrante do perímetro urbano municipal, mas não inserida nos incisos III deste artigo;

V – área verde urbana: espaços, públicos ou privados, com predomínio de vegetação, preferencialmente nativa, natural ou recuperada, previstos no Plano Diretor, nas Leis de Zoneamento Urbano e de Uso do Solo do Município, indisponíveis para construção de moradias, destinados aos propósitos de recreação, lazer, melhoria da qualidade ambiental urbana, proteção dos recursos hídricos, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais;

VI - Utilidade pública: a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária; b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte, sistema viário (inclusive aquele necessário aos parcelamentos de solo urbano aprovados pelos Municípios), saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, radiodifusão, instalações necessárias à realização de competições esportivas estaduais, nacionais ou internacionais, bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho; c) atividades e obras de defesa civil; d) atividades que comprovadamente proporcionem melhorias na proteção das funções ambientais; e) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo.

VII - Interesse Social: a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como prevenção, combate e controle do fogo, controle da erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas; b) a exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área; c) a implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas, observadas as condições estabelecidas na legislação vigente; d) a regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas, conforme Lei nº 11.977/09; e) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e de efluentes tratados para projetos cujos recursos hídricos são partes integrantes e essenciais da atividade; f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente; g) outras atividades similares devidamente caracterizadas e motivadas em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional à atividade proposta, definidas em ato do Chefe do Poder Executivo.

VIII - Canalização (seção aberta e fechada): modificação ou alteração da seção de um curso d'água (rio, ribeirão, córrego etc.), podendo ser a céu aberto (canais) ou de contorno fechado (galerias), normalmente com seções geométricas trapezoidal, retangular ou circular, e revestidos com terra, enrocamento (rachão), pedra argamassada, concreto, gabião, terra armada, entre outros.

IX - Curso d'água: fluxo de água natural, não exclusivamente dependente do escoamento superficial da vizinhança imediata, com a presença de uma ou mais nascentes, correndo em leito entre margens visíveis, com vazão contínua, desembocando em curso de água maior, lago ou mar, podendo também desaparecer sob a superfície do solo, sendo também considerados cursos de água a corrente, o ribeirão, a ribeira, o regato, o arroio, o riacho, o córrego, o boqueirão, a sanga e o lageado.

X - Retificação de curso d'água: alteração geométrica do traçado do curso d'água.

XI - Atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental: a) abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias à travessia de um curso d'água, ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água ou à retirada de produtos oriundos das atividades de manejo agroflorestal sustentável; b) implantação de instalações necessárias à captação e condução de água e efluentes tratados, desde que comprovada a outorga do direito de uso da água, quando couber; c) implantação de trilhas para o desenvolvimento do ecoturismo; d) construção de rampa de lançamento de barcos e pequeno ancoradouro; e) construção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais em áreas rurais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dos moradores; f) construção e manutenção de cercas na propriedade; g) pesquisa científica relativa a recursos ambientais, respeitados outros requisitos previstos na legislação aplicável; h) coleta de produtos não madeireiros para fins de subsistência e produção de mudas, como sementes, castanhas e frutos, respeitada a legislação específica de acesso a recursos genéticos; i) plantio de espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produtos vegetais, desde que não implique supressão da vegetação existente nem prejudique a função ambiental da área; j) exploração agroflorestal e manejo florestal sustentável, comunitário e familiar, incluindo a extração de produtos florestais não madeireiros, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal nativa existente nem prejudiquem a função ambiental da área; k) outras ações ou atividades similares, reconhecidas como eventuais e de baixo impacto ambiental em ato do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ou do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA.

Art. 3º As áreas de preservação permanente existentes às margens de cursos d'água naturais perenes e intermitentes, excluídos os

efêmeros, localizados em áreas urbanas consolidadas, serão delimitadas de acordo com o Anexo I desta Lei, observando-se, no mínimo, as seguintes metragens:

I – quinze (15) metros

II – trinta (30) metros

§1º Excetuam-se do disposto nos incisos I e II, deste artigo:

I - os loteamentos aprovados onde a APP da faixa marginal mínima é definida em 15,00m (quinze metros);

II - os imóveis localizados ao longo de cursos d'água, com edificações já aprovadas com APP de 15,00m (quinze metros);

III - nos imóveis situados ao longo de cursos d'água com via pública oficial localizada entre estes e o imóveis, hipótese em que será considerada como APP a faixa marginal mínima verificada até o alinhamento da via pública.

Art. 4º - Não são consideradas APPs, as áreas cobertas ou não com vegetação:

I – no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais e nos formados preponderantemente por acumulação de água de chuva;

II – no entorno de acumulações naturais ou artificiais de água que tenham, isoladamente consideradas, superfície inferior a 1 ha (um hectare), sendo vedada nova supressão de áreas de vegetação nativa, salvo autorização do órgão ambiental estadual;

III – nas faixas marginais de canais, valas, galerias de drenagem ou de irrigação e talvegues de escoamento de águas da chuva;

IV – nas faixas marginais de cursos d'água não naturais, devido à realização de atividades de canalização, tubulação ou incorporação de cursos d'água a sistemas produtivos ou de drenagem urbana ou rural; e

V – nas várzeas, fora dos limites previstos pelo Código Florestal.

## Capítulo II

### DAS MEDIDAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E/OU FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA

Art. 4º O reconhecimento de área urbana consolidada e a autorização para regularização ambiental somente se dará nos imóveis que estejam inseridos na área passível de consolidação verificada em 31 de dezembro de 2016 e identificada no Mapa que constitui o Anexo I desta Lei.

Art. 5º O interessado na regularização ambiental de área de preservação permanente deverá protocolar pedido, junto ao Município, acompanhado dos seguintes documentos e informações:

I – cópia da consulta para construir;

II – certidão de inteiro teor do imóvel atualizada;

III – número do cadastro ou da inscrição cadastral do imóvel no Município;

IV – planta de situação, assinada por profissional habilitado, contendo:

a) dimensões do terreno em suas medidas lineares;

b) a faixa de APP, observado o art. 3º, com indicação da sua área e largura;

c) distância de qualquer uma das divisas do imóvel, incluindo localização dos confrontantes e das vias públicas mais próximas;

d) distância dos cursos d'água, tubulados ou não, mais próximos ou que atravessem o imóvel;

V - tipo de uso e ocupação do solo pretendido.

Art. 6º Recebido o pedido, este será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, que através do Departamento de Tributos, Fiscalização e Arrecadação e da Engenharia do Município, após exame dos dados previstos no art. 5º, instruirá o processo com informações relativas à especificação da ocupação consolidada existente na área, utilizando-se como base as informações disponíveis nas plantas cartográficas do Município, como sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados, e outros serviços e equipamentos públicos.

Art. 7º Após a manifestação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o processo seguirá para análise e identificação, caso houver, dos perigos e a estimativa dos riscos da ocupação para a integridade física dos ocupantes ou de terceiros, considerando a suscetibilidades da área a movimentos gravitacionais de massa, inundação brusca (enxurrada) ou processo geodinâmicos e hidrodinâmicos correlatos, de conformidade com o Mapa de Restrições de Ocupação (Mapa de Riscos).

Parágrafo único. Fica dispensada a manifestação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças na hipótese do imóvel estar localizado em área sem restrições geológicas, conforme mapeamento específico.

Art. 9º Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças a análise do processo de regularização ambiental da APP, baseada nos seguintes elementos:

I - a caracterização físico-ambiental e a avaliação dos riscos ambientais da área;

II - a identificação dos recursos ambientais, dos passivos e fragilidades da área;

III - a identificação das unidades de conservação e das áreas de proteção de mananciais na área de influência direta da ocupação;

IV - a indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente com a devida proposta de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização, quando couber;

V - a demonstração de garantia de acesso livre e gratuito pela população ao rio e aos demais cursos d'água, quando couber.

Art. 10. O Município poderá condicionar o deferimento para regularização ambiental à apresentação, pelo interessado, de Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. Na hipótese de deferimento, o Município emitirá Certidão de Regularização Ambiental de Área de Preservação Permanente (CRA), contendo o número do respectivo processo administrativo, a faixa da APP a ser preservada e eventuais condicionantes.

Parágrafo único. A certidão a que se refere este artigo terá validade de doze (12) meses e deverá ser averbada na matrícula do imóvel junto ao cartório de registro de imóveis competente.

Art. 12. Na hipótese da regularização ambiental incidir sobre imóvel edificado, a emissão da certidão a que se refere o art. 11 ficará condicionada ao compromisso do requerente para protocolo, no prazo máximo de 12 (doze) meses, do projeto para aprovação das edificações indicadas no processo.

Art. 13. Não poderão ser objeto de consolidação urbanística as áreas:

I – de risco geológico ou geotécnicos, enchentes e inundações definidas em legislação específica;

II – atingidas por projetos de prolongamento, alargamento ou projeção de vias públicas;

III – inseridas na faixa de domínio estadual ou federal ou nos locais onde existam restrições municipal, estadual ou federal;

IV – identificadas como unidades de conservação ou de interesse ecológico relevante;

V – de proteção de mananciais.

Art. 14. O Município fica compromissado em acompanhamento e verificação do cumprimento do acordo firmado por meio do termo de compromisso.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Zortéa, 24 de novembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 24 de novembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## **LEI Nº 570/2017 - ESTABELECE NORMAS SOBRE A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES DESTINADAS À REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA**

Publicação Nº 1442069

LEI Nº 570/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

ESTABELECE NORMAS SOBRE A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES DESTINADAS À REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS TEMPORÁRIOS NO MUNICÍPIO DE ZORTÉA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A realização de feiras e eventos de caráter temporário, somente poderá acontecer com a prévia licença do Poder Público Municipal,



que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta lei e demais normas aplicáveis à matéria.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, consideram-se como feiras ou eventos de caráter temporário aqueles que se instalam de maneira transitória, destinados à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo ou atacado, de produtos industrializados ou manufaturados, em espaço unitário ou dividido em estandes individuais, com a participação de um ou mais comerciantes.

§ 2º - Ficam excluídas da presente lei as feiras e mostras anexas a congressos, convenções ou exposições de caráter científico, cultural, artístico, religioso ou aquelas promovidas ou apoiadas pelo município.

§ 3º - As promoções especiais, intituladas como feiras, feirão, feirão de ofertas e assemelhados, realizados por empresas sediadas no município, e que utilizam espaço diverso da sua sede não estão obrigados a requerer a licença constante do caput.

§4º - Não poderão ser realizadas as feiras e eventos mencionados no caput e §3º em até 30 dias anteriores a datas especiais do comércio, a saber, páscoa, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças e natal.

Art. 2º - A realização das feiras ou eventos comerciais itinerantes ficará condicionada ao atendimento dos requisitos previstos na presente lei e demais normas aplicáveis à matéria, bem como à concessão de licença emitida pelo Município.

Art. 3º - No exame do pedido de licença, observar-se-ão os princípios que regem a atividade econômica indutora do desenvolvimento no âmbito municipal, devendo ser assegurados principalmente:

I - a garantia das normas de proteção e defesa do consumidor, atendendo-se à ordem pública e ao interesse social;

II - a garantia dos interesses econômicos e financeiros do Município;

III - o respeito às ações municipais de promoção e desenvolvimento industrial, comercial e de serviços,

IV - a observância das responsabilidades fiscais e recolhimento dos tributos.

V - o enquadramento nas convenções coletivas de trabalho entre as entidades sindicais.

Art. 4º - As feiras e os eventos de que trata o art. 1º poderão ser realizados:

I - Nos locais públicos determinados pelo Poder Executivo Municipal por meio de Decreto.

II - Em quaisquer espaços privados, desde que não localizados nos zoneamentos do Município como zonas exclusivamente residenciais, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

Parágrafo Único - A feira ou evento de caráter temporário somente poderão ser realizados por empresa privada devidamente registrada na Junta Comercial do estado de origem; entidade beneficente; organização não-governamental ou órgão público municipal, estadual ou federal, o qual será responsável direto pela feira ou evento.

Art. 5º - A concessão de licença para a realização das feiras ou eventos comerciais itinerantes dar-se-á mediante a apresentação, pela parte promotora do evento, de requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

I - referente à pessoa jurídica ou natural promotora do evento:

a) comprovação de inscrição na Prefeitura do Município de origem (Alvará de Localização), bem como cópia do comprovante de inscrição e situação cadastral, previsto no art. 5º-A do Anexo 5 do RICMS/SC-01.

b) certidão negativa de débitos expedida pela Prefeitura do Município de origem;

c) relação das pessoas jurídicas que participarão da feira como comerciantes;

d) cópia autenticada do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);

e) cópia autenticada do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) da(s) pessoa(s) física(s) responsável(is) pela empresa promotora do evento;

f) comprovante de comunicação mediante protocolo físico aos órgãos locais da Receita Federal, Receita Estadual, Ministério do Trabalho e Emprego e as entidades representativas de classes econômicas, patronais e de empregados envolvidas quanto à realização da feira itinerante para obtenção do alvará junto as prefeituras, com 30 (trinta) dias de antecedência a realização do evento.

g) comprovante de solicitação de apoio da Polícia Militar;

h) contrato com empresa de segurança privada devidamente registrada no Departamento de Polícia Federal, bem como relação com o nome dos Vigilantes que irão atuar no evento, com cópia da Carteira Nacional de Vigilante de cada um.

i) contrato com profissional e/ou equipe médica que deverá permanecer à disposição dos participantes e do público em geral durante todo

o período de realização da feira, exposição ou evento similar.

j) comprovante de plano de destinação de resíduos, aprovado pelo órgão municipal competente, acompanhado de documento comprobatório de sua viabilidade e realização.

k) seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas;

l) havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma do local, o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva;

m) prova de locação e instalação de espaço físico destinado ao funcionamento de um posto de atendimento local para eventuais reclamações dos consumidores e para troca de produtos com vícios ou defeitos, bem como para intermediação de relações entre fornecedor e consumidor, pelo prazo de 30 (trinta) dias, em se tratando de produtos não duráveis e 90 (noventa) dias em se tratando de produtos duráveis, após a conclusão da feira ou evento de caráter transitório, em conformidade ao disposto no artigo 26, I e II do Código de Defesa do Consumidor.

n) declaração de que manterá um representante da empresa para o atendimento de que trata a alínea m.

II - referente ao local de realização do evento:

a) atestado fornecido por um engenheiro civil inscrito no CREA de que as instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias do local de realização da feira atendem às normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);

b) Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio expedido pelo Corpo de Bombeiros, para o prédio onde será realizada a feira e projeto de prevenção especial para o evento, devidamente aprovado;

c) certidão negativa de débitos expedida pela Prefeitura de Zortéa/SC;

d) Alvará de Localização compatível com a atividade a ser desenvolvida (prevendo a realização de eventos ou feiras);

e) Alvará de Saúde expedido pela Secretaria Municipal de Saúde;

f) croqui do local com a denominação da localização e disposição dos estandes com a reserva de espaço gratuito ao PROCON, à Polícia Militar, ao Juizado de Menores, às Secretarias Municipais da Saúde (Vigilância Sanitária) e Desenvolvimento Econômico e Receita e Posto Médico.

III - referente às empresas expositoras:

a) comprovação do recolhimento dos tributos referente à realização da feira ou evento comercial;

b) comprovante de inscrição no Município de origem (Alvará de Localização), bem como cópia do comprovante de inscrição e situação cadastral, previsto no art. 5º-A do Anexo 5 do RICMS/SC-01.;

c) certidão negativa de débitos expedida pela Prefeitura do Município de origem;

d) comprovante de inscrição na Secretaria da Fazenda do Estado de origem;

e) cópia autenticada do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) de cada expositor;

f) cópia autenticada do CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) da(s) pessoa(s) física(s) responsáveis pelas empresas Expositoras.

g) nota(s) fiscal(is) de aquisição da(s) mercadoria(s) à venda, exceto produtos alimentícios artesanais de fabricação caseira.

Art. 6º - Quando forem realizadas feiras ou eventos em área privada, além das exigências elencadas no art. 3º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I – autorização ou contrato de locação específico do proprietário do imóvel particular para a realização da feira ou evento;

II - certidão atualizada (com no máximo 15 dias) da matrícula do imóvel no respectivo Cartório de Registro de Imóveis para fins de comprovação da propriedade;

III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial caso haja relação locatícia.

Art. 7º - O organizador/promotor deverá requerer a licença para funcionamento do evento, junto ao Poder Executivo local, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data marcada para o seu início, indicando, no requerimento, o período, o endereço completo do local onde pretende realizar o evento e o ramo/natureza do comércio e/ou serviço a ser exercido, bem como o horário de funcionamento, que deverá ser o mesmo do comércio local.

§ 1º - A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

§ 2º - A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria "in loco" das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta lei.

Art. 8º - O pagamento das mercadorias comercializadas em feiras eventuais ocorrerá no próprio estande da pessoa jurídica expositora, com emissão de cupom fiscal (ECF) homologada na Fazenda Estadual ou mediante a emissão da respectiva nota fiscal, salvo os que estejam legalmente dispensados da ECF.

Parágrafo Único - Os promotores e organizadores de feiras, exposições e eventos similares responderão solidariamente pelos danos decorrentes das relações de consumo havida entre os participantes e os consumidores, ficando, desde já, definido que o Foro para dirimir quaisquer pendências oriundas daquelas relações será o da Comarca de Campos Novos/SC.

Art. 9º - É vedada a comercialização dos seguintes produtos:

I - Tabaco, fumo ou cigarros de qualquer procedência;

II - Bebidas alcoólicas, no atacado ou no varejo;

III - Armas de fogo e munições;

IV - Produtos originários de contrabando ou descaminho, bem como aqueles falsificados ou "pirateados" ou sem origem fiscal;

Parágrafo Único - Os produtos descritos nos incisos desde artigo que forem encontrados nos locais de realização de feiras, exposições ou eventos similares serão apreendidos pela fiscalização e destruídos na forma da legislação em vigor, sem prejuízo da representação criminal contra os responsáveis;

Art. 10 - O funcionamento de feiras e eventos que não tiverem cumprido as exigências, documentos, ou que sejam realizados em desacordo com esta lei sujeitará o infrator à imediata interdição do local, apreensão dos bens e pagamento de multa prevista Código Tributário do Município, ficando, o infrator, impedido da realização de novos eventos pelo prazo de dois (2) anos contados a partir da constatação da infração.

Art. 11 - Caso não sejam cumpridas as exigências da presente lei, o pedido de licença será indeferido pelo Poder Executivo Municipal, bem como será cassada a licença, a qualquer tempo, em caso do descumprimento de qualquer das normas constantes desta lei ou da legislação vigente.

Art. 12 - Para exploração da atividade regulamentada por essa Lei, o interessado deverá recolher aos cofres municipais, taxas e demais encargos previstos no Código Tributário Municipal - Lei n.º 087/1998, de 16 de dezembro de 1998.

Art. 13 - A instalação e o funcionamento dos eventos serão supervisionados e fiscalizados pelo Poder Executivo local e pelo Poder Executivo Estadual, no limite de suas competências.

Art. 14 - Ficam revogados os artigos de lei que divirjam dos aprovados nesta lei.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Zortéa, 24 de novembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 24 de novembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**LEI Nº 571/2017 - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 0509/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE TRATA DAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO À EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC.**

Publicação Nº 1442074

LEI Nº 571/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 0509/2015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015, QUE TRATA DAS FESTIVIDADES DE COMEMORAÇÃO À EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º: O artigo 1º da Lei n.º 0509/2015, de 12 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica criada no Município de Zortéa – Estado de Santa Catarina, como Festa Tradicional alusiva aos festejos comemorativos de Aniversário de Emancipação Política-Administrativa a “Festa do Boi no Rolete ou de Comidas Tradicionais da Região”, sendo que a mesma se realizará no Mês de Dezembro de cada ano, devendo ser incluída anualmente no Calendário Oficial de Eventos do Município, organizado pelo Departamento de Cultura Municipal.

Artigo 2º: O parágrafo único do artigo 4º da Lei n.º 0509/2015, de 12 de fevereiro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Paragrafo Único – Ficará o Executivo Municipal desincumbido de realizar a Festa do Boi no Rolete ou de Comidas Tradicionais da Região, quando demonstrar fundamentadamente ao Poder Legislativo Municipal que o Município não se encontra em condições financeiras de realizá-la, mesmo que em parceria com a iniciativa privada.

Artigo 3º: Revogam-se as disposições em contrário e mantêm-se intactos os demais dispositivos da Lei n.º 0509/2015, de 12 de fevereiro de 2015.

Artigo 4º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Zortéa, 24 de novembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 24 de novembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## LEI Nº 572/2017 - ANULA E SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO

Publicação Nº 1442076

LEI Nº 572/2017 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTÉA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal de Zortéa, a seguir mencionadas, no valor total de R\$ 329.900,00 (Trezentos e vinte e nove mil e novecentos reais).

Reduzido	Projeto/Atividade	Despesa	Fonte	Valor
006	2004 – Manutenção da Segurança Pública	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	10.000,00
012	2005 – Contribuições ao Corpo de Bombeiros	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	2.000,00
024	1005 – Construção, Ampliação e Reformas de Espaços Educ-Infantil	44900000 – Despesas de Capital	00.01	5.000,00
025	1006 – Aquisição de Equipamentos e Mat. Permanente – Infantil	44900000 – Despesas de Capital	00.01	4.400,00
040	2015 – Ensino Profissionalizante	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	1.000,00
042	2017 – Manutenção da Educação Infantil	33900000 – Despesas de Custeio	00.01	100.000,00
045	2018 – Alfabetização de Jovens e Adulto	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	500,00
055	1007 – Construção, Ampliação e Reformas de Poços, Reservatórios	44900000 – Despesas de Capital	00.00	2.000,00
056	1008 – Construção, Ampliação e Reformas em Sistemas de Saneamento	44900000 – Despesas de Capital	00.00	190.000,00
069	1013 – Construção do Centro de Evento	44900000 – Despesas de Capital	00.00	10.000,00
081	2029 - Manutenção da Diretoria de Ind. e Comércio	33900000 – Despesas de Custeio	00.00	5.000,00
	TOTAL DE ANULAÇÕES			329.900,00

Artigo 2º - Com os recursos da anulação objeto do Art. 1º, fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, em sua modalidade de

aplicação:

Prefeitura Municipal:

Reduzido	Projeto/Atividade	Despesa	Fonte	Valor
014	2006 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças	3390000 – Despesas de Capital	00.00	60.000,00
030	2011 – Manutenção do Ensino Fundamental	3390000 – Despesas de Custeio	00.01	69.400,00
036	2013 – Transporte Escolar	3390000 – Despesas de Custeio	00.01	40.000,00
053	2022 – Festividades Municipais	3390000 – Despesas de Custeio	00.00	35.000,00
060	2025 – Manutenção da Diretoria de Meio Ambiente, Água e Esgoto	3190000 – Despesas de Custeio	00.00	6.000,00
080	1017 – Construção, Ampliação e Reformas de Espaços à Agricultura	44900000 – Despesas de Capital	00.00	50.000,00
106	2039 – Manutenção da Assistência Social Geral	3190000 – Despesas de Custeio	00.00	20.000,00
	TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES			280.400,00

Fundo Municipal de Saúde

Reduzido	Projeto/Atividade	Despesa	Fonte	Valor
013	2042 – Manutenção da Atenção Básica de Saúde	3390000 – Despesas de Capital	00.02	49.500,00
	TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES			49.500,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Zortéa, 24 de novembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 24 de novembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Consórcios

## AGIR

### DECISÃO Nº 022/2017 DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 041/2017

Publicação Nº 1442305

DECISÃO Nº 022/2017

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 041/2017.

OBJETO: Apreciação do pedido de reajuste da taxa de coleta do lixo, prestada pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE.

SOLICITANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE.

INTERESSADO: SAMAE e o município de Gaspar.

#### 1 RELATÓRIO

Através do Ofício nº 083/2017, de 07 de novembro de 2017, essa Agência de Regulação recebeu em mesma data, o pedido de reajuste da taxa de coleta de lixo do Consorciado Município de Gaspar, e, por essa razão foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 041/2017. A cobrança da Taxa de Lixo foi instituída pelo município de Gaspar através da Lei nº 1.330/1991, o denominado Código Tributário. Aquele texto legal aponta a fórmula a ser aplicada e possui como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços, em razão do número de frequências mensais de coleta, que compreendem a coleta, o transporte, a destinação final dos resíduos e as atividades administrativas e técnicas decorrentes da prestação do serviço. A apuração do valor é obtido de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

Quadro 1 – Fórmula taxa de lixo.

TL = CUP X NPMU		
TL = Taxa de lixo	CUP = Custo unitário por passada	NPMU = Nº de passadas no mês por unidade edificada

Fonte: Adaptado de SAMAE Gaspar (2017).

Já o custo unitário é assim representado (como já demonstrado no Parecer Administrativo nº 037/2017, que integra o presente Procedimento e ali está assim representado:

Quadro 2 – Custo unitário por passada.

CUP = CTSM/NTPM		
CUP = Custo unitário por passada	CTSM = Custo total do serviço no mês	NPM = Nº Total de passadas no mês (é a soma total de passadas nas unidades do Município)

Fonte: Adaptado de SAMAE Gaspar (2017).

Paralelamente, a Autarquia apresenta planilha com a composição de custos, considerando a base de outubro de 2017. Da mesma forma, apresenta a totalidade das economias atendidas, tanto as unidades quanto o percentual, como demonstrado no Quadro 3 – Economias e unidades, do acima já citado Parecer Administrativo. Já o Quadro 4, apresenta o cálculo das chamadas passadas e o Quadro 5 daquele Parecer demonstrado nesta Decisão como Quadro 3, demonstra os custos dos serviços por tonelada.

Quadro 3 – Custo dos serviços.

CUSTOS DOS SERVIÇOS (por tonelada)		
Contrato emergencial 20/2016	Contrato emergencial 54/2016	Contrato 07/2017
R\$ 177,00	R\$ 158,66	R\$ 137,01

Fonte: Adaptado de SAMAE Gaspar (2017).

Com muita propriedade, o presente relatório aponta para uma redução dos preços por tonelada e que a Autarquia, por sua vez está procedendo uma atualização cadastral, cujo resultado já aponta para um aumento de contribuintes. Destaca ainda que também está agilizando ações no sentido de buscar, pelas vias próprias e legais, os valores inadimplentes.

É necessário, por outro lado, destacar que apesar destas ações relevantes e necessárias, o serviço da coleta seletiva, até o momento ainda não se acha contemplado no cálculo da taxa de lixo, que deve ser objeto de alteração, sob a ótica regulatória e em atendimento à Lei nº 11.445/2007 e da Lei nº 12.305/2010, que prevê a necessidade/obrigatoriedade do equilíbrio econômico/financeiro destes serviços.

Registra-se ainda que o Procedimento Administrativo nº 041/2017, ora em apreciação, veio instruído com o Ofício nº 83/2017 de 07/07/2017 do SAMAE/Gaspar e seus anexos, cópia da Decisão do ano anterior e cópia do Decreto Municipal nº 7.254 de 01/12/2016. Acompanha ainda o Parecer Administrativo nº 037/2017 e o Parecer Jurídico nº 073/2017, e ambos opinam no sentido de ser o pleito atendido, sem qualquer restrição.

Este o breve e necessário relatório.

#### 2 DECISÃO



O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, por intermédio de seu representante legal trouxe para a Agência Reguladora, o seu pleito anual de reajuste da Taxa de Coleta dos Resíduos Sólidos, sem, contudo, apresentar qualquer índice. No caso em tela, como já observado em anos anteriores, como trata-se de taxa e não de tarifa, o assunto ingressa na esfera dos tributos municipais, fugindo por isso, a competência da AGIR e seu posicionamento é tão somente como apoio consultivo.

Por outro lado, não se furta a Agência, até por ser de sua competência, adentrar em outros assuntos, que demandam a função reguladora, como a necessidade do equilíbrio econômico/financeiro deste serviço e todas as suas consequências daí decorrentes.

Por ser tributo, qualquer alteração deve, efetivamente, ser submetida ou ao Poder Legislativo ou ser diretamente decidido, por meio próprio e legal, pelo Executivo Municipal. Mais uma vez a Agência destaca, que a sua posição neste Procedimento é meramente consultiva, e por isso, não está obrigado o SAMAE/Gaspar em acatar o Parecer e o índice adotado.

Como já é de praxe, na falta de um indicador, a AGIR adota o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado de 2,70% (dois vírgula setenta por cento), como demonstra o quadro abaixo já apresentado no Parecer Administrativo:

Quadro 4 – Evolução do IPCA novembro/2016 até outubro/2017.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA			
Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice	Percentual Acumulado
nov/16	0,18	1,001800	0,180000
dez/16	0,3	1,004805	0,480540
jan/17	0,38	1,008624	0,862366
fev/17	0,33	1,011952	1,195212
mar/17	0,25	1,014482	1,448200
abr/17	0,14	1,015902	1,590227
maio/17	0,31	1,019052	1,905157
jun/17	-0,23	1,016708	1,670775
jul/17	0,24	1,01948	1,914785
ago/17	0,19	1,021084	2,108423
set/17	0,16	1,022718	2,271797
Out/17	0,42	1,027013	2,701338

Fonte: Adaptado IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Índice de Preços, Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor

A adoção deste índice é a recuperação inflacionária, que, em nosso entendimento e diante dos números apresentados e analisados, traduz com muita clareza a modicidade tarifária, além de manter o equilíbrio econômico-financeiro do prestador, considerando a data base do IPCA acumulado do período de novembro de 2016 até outubro de 2017.

Referido reajuste, deve observar a chamada “noventena”, ou seja, deve observar o lapso temporal de 90 (noventa) dias para sua validade e aplicação.

Por outro lado, deverá a Autarquia SAMAE/Gaspar, emitir o ato normativo cabível, em tempo hábil, para cumprimento de seus efeitos legais, nos termos da legislação municipal pertinente, inclusive com a comunicação e publicação prévias de modo a atingir todos os usuários.

Publicados os atos, sejam os mesmos encaminhados para a Agência, inclusive a tabela com os valores reajustados, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação.

Encaminhe-se a decisão ao SAMAE/Gaspar, bem como ao Executivo Municipal, para as medidas legais necessárias, como de praxe.

A presente decisão entra em vigor à partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM-SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja, [www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br), respeitados os prazos legais aplicáveis. Essa a Decisão.

Blumenau (SC), em 29 de novembro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

## DECISÃO Nº 023/2017 DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 042/2017

Publicação Nº 1442196

DECISÃO Nº 023/2017

Procedimento Administrativo nº 042/2017.

**OBJETO:** Reajuste tarifário anual do Contrato de Concessão nº 003/2003 firmado entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o município de Guabiruba/SC, o qual possui como objeto a concessão da exploração do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os oriundos dos serviços de saúde no município de Guabiruba/SC.

**SOLICITANTE:** Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.

INTERESSADO: Município de Guabiruba/SC.

## 1. RELATÓRIO:

Em data de 13/11/2017, a Agência de Regulação tomou ciência que a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., que opera no município de Guabiruba, os serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os derivados do serviço de saúde, em razão da vigência do Contrato de Concessão nº 003/2003, e pede por isso, reajuste.

Em seu pedido, aponta a necessidade de se manter o mesmo preço dos serviços, aquele praticado no decorrer do corrente ano, tendo em vista que o Contrato acima citado, da referida Concessão, finda no mês de janeiro do próximo ano (2018).

Argui em suas justificativas, que em razão da alteração dos preços dos diversos insumos que são necessários para a execução dos serviços, não caberia agora, aplicar um reajuste negativo, como está apontando o índice a ser utilizado para recomposição do valor contratual.

Aberto regularmente o processo de reajuste, com a instauração do Procedimento Administrativo nº 042/2017, foi elaborado o Parecer Administrativo nº 038/2017 e também o Parecer Jurídico nº 074/2017. Posteriormente foram juntados ao Procedimento, o documento de 20/11/2017, no qual a Concessionária apresenta pedido de indenização de ativos, que em tese, teriam sido investidos em razão da manifestação inicial (Ofício nº 005/2017/AJ, de 31.01.2017) do município concedente em ter interesse na prorrogação do referido Contrato. Por outro lado, em agosto de 2017, mais uma vez o município de manifesta, expondo as suas razões de direito, de que não existe a possibilidade de prorrogação, como deixou expresso na notificação extrajudicial, cuja cópia acha-se nos autos do Procedimento. Tal Ofício foi acostado (cópia) nesse Procedimento, como elemento de prova do término da Concessão.

Esse o breve e necessário relatório.

## 2. DECISÃO:

Por iniciativa da Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., que detém a Concessão, através do Contrato n.º 003/2003, dos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os derivados do serviço de saúde do município consorciado de Guabiruba, foi, diga-se de passagem, a destempo, o pleito para a análise do reajuste do referido Contrato.

Inicialmente ratifico e convalido, para todos os seus efeitos legais, os Pareceres Administrativo nº 038/2017 e o Jurídico nº 074/2017, que fazem parte deste Procedimento e que também são instrumentos para sustentação técnica da presente Decisão.

É necessário, antes de ingressar na análise e fundamentação propriamente dita do mérito, recordar que o reajuste contratual se acha pactuado na Cláusula 7.1 e 7.2 e ali, não se acha ajustado qual o índice a ser utilizado.

O índice utilizado se originou em Decisão do Judiciário, como já demonstrado em decisões anteriores proferidas no mesmo sentido, ou seja, os reajustes de anos anteriores, passaram a aplicar o IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado.

Assim, em observância ao artigo 37, da Lei Federal nº 11.445/2007 e considerando o então em vigor Decreto nº 788/2016, o reajuste em tela pleiteado aplica-se aos 12 (doze) meses entre novembro 2016 até Outubro de 2017, como demonstra o Quadro 1, - Evolução do IGP-M Novembro/2016 até Outubro/2017, do Parecer Administrativo nº 038/2017 e que ora é reproduzido:

Quadro 1 – Evolução do IGP-M Novembro/2016 até Outubro/2017.

ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DO MERCADO – IGP-M			
Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice	Percentual
nov/16	-0,03	0,9997	-0,03
dez/16	0,54	1,005098	0,509838
jan/17	0,64	1,011531	1,53100963
fev/17	0,08	1,012340	1,23402344
mar/17	0,01	1,012441	1,244146846
abr/17	-1,1	1,001305	0,130461231
maio/17	-0,93	0,991992	-0,800752058
jun/17	-0,67	0,985346	-1,46538702
jul/17	-0,72	0,978252	-2,174836233
ago/17	0,1	0,979230	-2,077011069
set/17	0,47	0,983832	-1,616773021
out/17	0,2	0,985800	-1,420006567

Fonte: Adaptado do Portal Brasil. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

É necessário destacar, que o resultado do IGP-M do período é negativo, acarretando em um índice de -1,42% (um vírgula quarenta e dois por cento negativo), e esse deve ser respeitado em sua totalidade, vez que, como bem apontando no Parecer Jurídico, esse também é o entendimento da jurisprudência e da doutrina aplicável à espécie.

Por outro lado, caso a Agência Reguladora, em seus comentários, análises e ponderações concluísse pela manutenção dos valores do reajuste de 2016/2017, o Procedimento instaurado seria o de REVISÃO, que por sua natureza e complexidade, requer outras metodologias e prazos. Mas não é essa a situação, até porque a Concessionária não disponibilizou quaisquer documentos para tal. Trata-se, efetivamente, tão somente de REAJUSTE.

Isto posto e sem outras considerações, conclui-se que o procedimento está suprido em todas as suas formalidades, para aplicar, à título de REAJUSTE do Contrato de Concessão nº 003/2003, vigente entre o MUNICÍPIO DE GUABIRUBA (Concedente) e a empresa RECICLE

CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. (Concessionária), para a execução dos serviços de serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os derivados do serviço de saúde, por entender ser obrigatória a obediência aos termos contratuais e, que por outra banda, garante de modo inquestionável, a modicidade tarifária e o respeito à capacidade econômica do usuário, sem comprometer o equilíbrio econômico/financeiro do Contrato.

Por isso, aplica-se o reajustamento tarifário aos serviços prestados pela Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., o percentual de - 1,42% (um vírgula quarenta e dois por cento negativo), com base no IGP-M dos últimos 12 (doze) meses, ou seja, de novembro/2016 até outubro/2017, conforme o demonstrado no Quadro 1 desta Decisão.

Subsidiariamente, determina-se também:

1) Ao Executivo Municipal de Guabiruba que emita o ato normativo correspondente, em tempo hábil, para cumprimento de seus efeitos legais.

2) Que a presente Decisão seja divulgada e publicitada pela Concessionária, aos seus usuários de forma ampla e oficial, num período não inferior a 30 (trinta) dias, para início da cobrança do novo regime tarifário e em observação ao disposto no Artigo 39 da Lei Federal nº 11.245/2007, que estabelece: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à sua aplicação" (grifo nosso).

Extraia-se cópia desta Decisão, bem como dos demais documentos pertinentes e, ENCAMINHE-SE ÀS PARTES (leia-se Executivo Municipal de Guabiruba e Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.) para conhecimento e providências legais cabíveis.

A presente Decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja [www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br).

Não havendo manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste Procedimento Administrativo, uma vez recebidas as publicações.

Fica desde já a Gerência de Estudos Econômico-Financeiros da AGIR ciente para que no decorrer dos próximos 12 (doze) meses faça-se o acompanhamento e cumprimento das condicionantes elencadas nesta Decisão.

Essa a nossa Decisão.

Blumenau (SC), em 28 de novembro de 2016.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

## DECISÃO Nº 025/2017 DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 036/2017

Publicação Nº 1442979

DECISÃO Nº 025/2017

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 036/2017.

OBJETO: Reajuste para a tabela de tarifa de água e serviços prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE.

SOLICITANTE: SAMAE de Blumenau.

INTERESSADO: SAMAE e o município de Blumenau.

### 1. RELATÓRIO

Em data de 09 de outubro de 2017, através do Ofício nº 214/2017/PRES., de 05 de outubro de 2017, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE, formula o pedido anual de seu reajuste tarifário, para aplicação à nova tabela do valor da água e dos serviços por ele prestados para o município de Blumenau. Requer em seu pleito, um reajuste linear dos preços, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses, contemplando o período de novembro/2016 até outubro/2017.

Assim, clarificado está que o pleito veio formulado nos termos legais e temporais, como previsto no artigo 37 da Lei Federal nº 11.445/2007, onde: "Art. 37. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais".

O Parecer Administrativo nº 039/2017, anexo ao presente Procedimento, muito bem delinea os limites do que é um reajuste e o que é uma revisão e ainda, ingressa com muita propriedade os fundamentos e reflexos do IPCA, sendo que tais considerações passo a entender como parte deste relatório. Com a análise de quadros e outros elementos, o Parecer acima mencionado aponta que o reajuste, então, deve ter seu índice fixado no percentual de 2,70% (dois vírgula setenta por cento), com base no IPCA dos últimos 12 (doze) meses, ou seja, de novembro/2016 até outubro/2017.

Na mesma linha, o Parecer Jurídico nº 077/2017, faz uma breve sinopse dos fatos, analisa o pedido de reajuste e converge ao mesmo índice do Parecer Administrativo. Avança de maneira bastante peculiar e firme nas interpretações sobre reajuste e revisão e para consolidar os entendimentos, junta jurisprudências e doutrinas sobre o tema. Conclui o seu Parecer, chamando a atenção sobre a demora, por parte do SAMAE, em remeter os documentos solicitados para averiguação e convalidação das informações mínimas para a análise do pedido. Fato também ressaltado no Parecer Administrativo nº 039/2017.

Manuseando o Procedimento, verifica-se, efetivamente que existe ainda uma certa resistência em se obter respostas mais céleres quanto aos pedidos de informações mínimas necessárias para a interpretação do pleito em si. Essa demora na remessa das informações, como no caso em tela, vem em prejuízo aos serviços da Agência Reguladora, e que, ao fim e ao cabo, desencadeiam atrasos e dificuldades para todos os atores envolvidos.

Mesmo assim, a Agência, tenta de todas as formas, fazer o possível para que os prazos sejam observados e assim, consegue atender, com enorme desprendimento de esforços, um de seus pilares que é a celeridade nas Decisões, sem desmerecer a tecnicidade.

Esse o breve e necessário relatório.

## 2. DECISÃO

O SAMAE/Blumenau, Autarquia do município de Blumenau, ente consorciado da AGIR, apresentou seu pedido anual de reajuste para o valor da água e dos serviços por ele prestados para o município de Blumenau. Requer em seu pleito, um reajuste linear dos preços, tendo como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado do período de novembro/2016 até outubro/2017 (doze meses). Vem assim, a Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, com amparo nos termos da Lei nº 11.445/2007, Decreto nº 7.217/2010 e ainda em conformidade com o Protocolo de Intenções da AGIR, e ainda por força da Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/07, proferir a sua Decisão ao pedido de reajuste anual tarifário de água e dos serviços públicos prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau – SAMAE.

Assim, nos termos do Artigo 22 da mencionada lei, onde:

Art. 22. São objetivos da regulação:

[...]

IV – definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Tal artigo é combinado ainda para melhor base com o Artigo 29, Inciso I da mesma lei, onde:

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

[...]

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

[...]

Por tudo que acima foi exposto, DEFERE-SE o REAJUSTE considerando-se o período de novembro/2016 até outubro/2017 (em razão do último reajuste concedido pela Autarquia ter compreendido o período de novembro/2015 até outubro/2016, conforme atesta a Decisão do Procedimento Administrativo nº 018/2016 desta Agência de Regulação, de 29 de novembro de 2016), acarretando em um índice de 2,70% (dois vírgula setenta por cento).

Assim, para melhor demonstração do índice acumulado, trazemos ao presente Parecer a composição do IPCA acumulado de novembro/2016 até outubro/2017:

Quadro 9 – Evolução do IPCA novembro/2016 até outubro/2017.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA			
Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice	Percentual Acumulado
nov/16	0,18	1,001800	0,180000
dez/16	0,30	1,004805	0,480540
Jan/17	0,38	1,008624	0,862366
fev/17	0,33	1,011952	1,195212
mar/17	0,25	1,014482	1,448200
abr/17	0,14	1,015902	1,590227
maio/17	0,31	1,019052	1,905157
jun/17	-0,23	1,016708	1,670775
jul/17	0,24	1,019148	1,914785
ago/17	0,19	1,021084	2,108423
set/17	0,16	1,022718	2,271797
out/17	0,42	1,027013	2,701338

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de índices de preços, Sistema Nacional de Índices de preços ao consumidor. Acesso em: 20 nov. 2017.

Ainda, dentro das competências regulatórias da AGIR, fica determinado que a Autarquia:

a) Não aplique o reajuste acima citado ao item da Tabela de Serviços Complementares: "Ligação de água nova de ½ e ¾", por ser este objeto de análise em Procedimento específico (Procedimento de Ouvidoria nº 050/2017) para revisão do seu preço;

b) Que atente-se ao prazo do envio das informações solicitadas para a concessão de futuros reajustes/revisões, registrando que quando estas informações não chegam à Agência em tempo hábil, sofrem prejuízo a realização de uma análise mais qualificada do objeto do Procedimento em tela;

c) Por fim, observe a Autarquia à necessidade de comunicação aos seus usuários de forma ampla e oficial, num período não inferior a 30 (trinta) dias, para início da cobrança do novo regime tarifário e que seja encaminhado a esta Agência cópia da nova tabela tarifária, assim como das publicações realizadas pelo Município de Blumenau/SC e pelo SAMAE de Blumenau, em observação ao disposto no Artigo 39 da Lei Federal nº 11.245/2007, que estabelece: "Art. 39. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à sua aplicação" (grifo nosso).

Todas as exigências complementares acima serão objeto de avaliação e de análise no próximo pedido de revisão e/ou reajuste e o não atendimento e/ou cumprimento, poderá servir como redutor do índice a ser solicitado, salvo situações consensadas ou reconhecidas como não aplicáveis, após análise da AGIR.

Extraia-se cópia desta, bem como dos demais documentos pertinentes e, encaminhe-se para as partes (leia-se: SAMAE-Blumenau e Executivo Municipal) para conhecimento e providências legais cabíveis.

A presente Decisão entra em vigor a partir de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão oficial de publicidade da AGIR, além de também ser publicado no site da AGIR, qual seja [www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br).

Não havendo manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo, uma vez recebidas as publicações.

Essa a nossa Decisão.

Blumenau (SC), em 30 de novembro de 2017.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

## ARIS

### **DELIBERAÇÃO Nº 36/2017 - REAJUSTE DAS TARIFAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADOS PELO SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL**

Publicação Nº 1442580

DELIBERAÇÃO n. 036/2017

Dispõe sobre a autorização para reajuste das tarifas dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos prestados pelo SAMAE de Jaraguá do Sul.

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando o Ofício encaminhado pelo SAMAE de Jaraguá do Sul conforme protocolos 173/2017 e 172/2017, no qual a Autarquia requer autorização para reajuste da tabela tarifária para os serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos; considerando a fórmula paramétrica definida na Deliberação nº 15/2015 e considerando o PA-RECER TÉCNICO da Diretoria de Regulação da ARIS, vem:

1. Conceder o reajuste tarifário em até 2,94% na estrutura tarifária da Autarquia, com base nos índices oficiais aplicados considerando a fórmula paramétrica estabelecida para o reajuste tarifário do SAMAE de Jaraguá do Sul;
2. Fica também autorizado à autarquia, reajustar os preços públicos dos demais serviços prestados ao usuário;
3. Os novos valores vigentes desta estrutura tarifária serão fixados de forma clara e objetiva, sendo aplicáveis 30 dias após dada publicidade aos usuários do município;
4. Os novos preços públicos terão sua cobrança a partir de 30 (trinta) dias contados da publicação e divulgação pela autarquia aos usuários;
5. A autarquia deve encaminhar à ARIS, cópia da estrutura tarifária atualizada e tabela de serviços atualizada devidamente calculada e publicada, bem como cópia da publicação da nota explicativa do reajuste veiculada aos usuários.

Florianópolis, 30 de novembro de 2017.

ADIR FACCIO

Diretor-geral da ARIS

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017 - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Publicação Nº 1442120

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Luciano José Bulligon, no uso de suas atribuições legais e visando atender às disposições do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público denominado ARIS,

CONVOCA:

Os(as) senhores(as) Prefeitos(as) dos municípios consorciados ao consórcio público denominado Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC, com a seguinte ordem do dia:

Data: 18 de dezembro de 2017

Horário: 16h30 (1ª convocação) e 17h00 (2ª convocação)

Local: Auditório da ARIS

R. General Liberato Bittencourt, nº 1885-A, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC

Ordem do dia:



- 1) Análise e aprovação do Relatório Anual de Atividades – anuênio 2017;
- 2) Análise e aprovação do Plano de Trabalho para 2018;
- 3) Análise e aprovação do Orçamento para 2018;
- 4) Eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal - anuênio 2018;
- 5) Assuntos diversos.

Florianópolis, 28 de novembro de 2017.

Luciano José Bulligon

Presidente da ARIS

Prefeito de Chapecó

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2017 - CONSELHO DE REGULAÇÃO DA ARIS

Publicação Nº 1442139

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2017

O Presidente interino do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os(as) senhores(as) Conselheiros(as) do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 18 de dezembro de 2017, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 18 de dezembro de 2017

Horário: Início às 13:30

Local: Sede da ARIS (Rua Gal. Liberato Bittencourt, n. 1885, 12º andar, Canto, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no Processo Administrativo Punitivo nº 069/2015. Auto de Infração nº 069/2015. Autuada: CASAN. Município de Balneário Piçarras. Conselheiro relator: Gilberto Valente Canali;
- 2) Julgar o recurso interposto pela CASAN contra a sanção aplicada no Processo Administrativo Punitivo nº 014/2016. Auto de Infração nº 014/2016. Autuada: CASAN. Município de Bandeirante. Conselheira relatora: Michele Batista Correia de Mello;
- 3) Deliberar sobre o projeto de resolução normativa que dispõe sobre os procedimentos a serem observados na revisão tarifária ordinária dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos prestados no Município de Itapoá e dá outras providências. Conselheira relatora: Stefânia Martins Hoffmann Mohedano;
- 4) Distribuição dos Processos Administrativos Punitivos;
- 5) Distribuição dos Projetos de Resoluções Normativas;
- 6) Apresentação do Relatório de Ouvidoria;
- 7) Apresentação das atividades da Coordenadoria de Fiscalização; e
- 8) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 30 de novembro de 2017.

Afonso Veiga Filho

Presidente interino do Conselho de Regulação da ARIS

## CIGA

### AVISO Nº 01/2017 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

Publicação Nº 1442790

AVISO Nº 01/2017

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições legais, considerando a deliberação da Décima Sétima Assembleia Extraordinária do CIGA, realizada em 10 de outubro de 2017, bem como o Processo Administrativo nº 19/2017 do CIGA,

Torna público que tem interesse na aquisição de um imóvel para a ampliação e instalação da sede administrativa do CIGA.

O imóvel deverá atender requisitos mínimos inerentes as atividades do CIGA, quais sejam:

- Área aproximada de 500m², com, pelo menos, 350m² de área privativa;
- O imóvel deve ter, no máximo, 10 (dez) anos de idade construtiva e possuir estado de conservação classificado como novo;
- Em caso de salas comerciais, as mesmas deverão estar no mesmo edifício e, preferencialmente, no mesmo pavimento;
- Possuir, pelo menos, 5 (cinco) vagas de garagem disponíveis privativas ou rotativas no imóvel para aquisição ou aluguel;
- Possuir, no mínimo, 6 (seis) banheiros, sendo pelo menos 1 compartilhado seguindo as normas de acessibilidade NBR 9050 da ABNT;
- Possuir tubulação para cabeamento estruturado;
- Estar localizado em área com passagens de sistema de fibra óptica e telefonia;
- Possuir estrutura para climatização (Split);



- Possuir rede de telefonia/fibra implantada ou que permita a implantação sem necessidade de obras e serviços de engenharia;
- Localização na área continental de Florianópolis/SC, para fácil acesso aos visitantes que chegam de viagem;
- Possuir área privativa segura, independente de sistemas de vigilância;
- Possuir a salubridade necessária para o desempenho das atividades funcionais;
- Possuir acessibilidade para pessoas com deficiência;
- Possuir elevadores caso não se localize no térreo.
- Imóvel com Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Imóvel com Alvará de habite-se da Prefeitura Municipal;
- Áreas adquiridas deverão ter registros individuais;

Concede-se aos interessados o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de suas propostas de venda e compra, que deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo do CIGA, ou enviados eletronicamente para o email [ciga@ciga.sc.gov.br](mailto:ciga@ciga.sc.gov.br) acompanhadas da seguinte documentação:

- a) Documentação comprobatória de que o imóvel que se pretende vender pertence ou está à disposição do vendedor para fins de alienação (Certidão Negativa de Ônus para imóveis registrados em Cartório. Não havendo registro, outro documento que comprove a posse/propriedade do vendedor);
- b) Documentação comprobatória de que o imóvel se encontra adimplente relativamente a impostos, às prestadoras de serviços de água, luz e telefone, bem como os documentos pessoais (cópia de RG e CPF) e o comprovante de regularidade fiscal do vendedor (artigos 27 a 29 da Lei nº 8.666/1993);
- c) Planta baixa do imóvel com a divisão das salas e as respectivas matrículas descritivas;
- d) Memorial descritivo da edificação, fotos e informações pertinentes, benfeitorias a serem realizadas, enfim, conjunto de informações aptas a dotar a decisão administrativa de elementos suficientes à sua motivação.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito de Lebon Régis

Presidente do CIGA

## Extrato de Contrato n. 378 - Prefeitura Municipal de Saudades

Publicação Nº 1442668

EXTRATO DE CONTRATO Nº 378/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Saudades

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Saudades

CNPJ: 83.021.881/0001-54

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 001/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 8.085,00 (oito mil e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**PORTARIA N.º 27/2017, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1442463

Portaria n.º 27, de 1º de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de gratificação por titulação, a empregado público permanente do quadro de pessoal do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, e dá outras providências.

Considerando a deliberação de expedição de Portarias pela Diretoria Executiva, para a promoção e execução das ações necessárias ao integral e efetivo cumprimento da Resolução n.º 116, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre a aplicação imediata de todas as alterações realizadas no Contrato de Consórcio Público, bem como do novo Estatuto, ambos do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, publicada na Edição de n.º 2286 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, em 30 de junho de 2017;

Considerando, então, a previsão, na estrutura organizacional do CIGA, de gratificações por titulação, decorrentes da contínua atualização, especialização e aperfeiçoamento do empregado para o aprimoramento do desempenho de suas atividades, forte no artigo 28, §4.º, do Contrato de Consórcio Público e no artigo 70 do Estatuto, ambos do CIGA;

Considerando que, o direito à gratificação por titulação é devido a partir do mês seguinte à comprovação, pelo empregado público, da titulação auferida, em harmonia com o §3.º do artigo 70 do Estatuto do CIGA;

Considerando a comprovação de titulação auferida, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público;

Considerando que a Resolução n.º 126, de 09 de novembro de 2017, adequou e retificou o conteúdo do §2.º do artigo 70 do Estatuto do CIGA vigente, aprovado e instituído pela Resolução CIGA n.º 112, de 29 de março de 2017, publicada no Diário oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, imprensa oficial do CIGA, em 30 de março de 2017, Edição n.º 2222, páginas 1761-1776, o qual divergia da redação efetiva deliberada pela Décima Quinta Assembleia Geral Ordinária do CIGA, conforme consta de sua Ata;

Considerando que, diante da inexatidão mencionada no item anterior, os entes consorciados ao CIGA, em sua Décima Sétima Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2017, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, deliberaram, de forma unânime, adequar e retificar o §2.º do artigo 70 do Estatuto do CIGA, para que passe a constar o decidido pela Décima Quinta Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Ata redigida à época;

Considerando que o §2.º do artigo 70 do Estatuto do CIGA, com a publicação da Resolução CIGA n.º 126, de 09 de novembro de 2017, publicada no Diário oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, imprensa oficial do CIGA, em 13 de novembro de 2017, Edição n.º 2383, páginas 1072-1086, foi retificado para constar a seguinte redação:

'Art. 70 [...] §2º. Considera-se titulação aquela que o empregado venha a obter em acréscimo ao nível de escolaridade para o qual prestou concurso público, em qualquer área, para os cursos de graduação; e que guarde afinidade com as atribuições de seu emprego e contribua significativamente para o aperfeiçoamento das tarefas desempenhadas, para os cursos de pós-graduação.'

Considerando que, preenchidos os requisitos fixados pelo Estatuto, compete à Diretoria Executiva a concessão de gratificação por titulação, com base no §4.º do artigo 70 do Estatuto do CIGA;

Considerando que a Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIGA, a quem compete promover a execução das atividades e gestão do Consórcio, consoante disposto nos artigos 25 e 26 do Contrato de Consórcio Público do CIGA, bem como nos artigos 16 e 36 de seu Estatuto;

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**RESOLVE:**

Art. 1.º. Conceder retroativamente, desde o mês de agosto do ano corrente, ao Senhor Leandro Rateke Ramos, matrícula n.º 12, ocupante do emprego público permanente de Técnico em T.I., do quadro de pessoal do CIGA, gratificação por titulação, por uma única vez, por ter concluído, curso de nível superior em 'Educação Física', nos termos do artigo 70, inciso II e parágrafos, do Estatuto do CIGA, e em conformidade com o requerimento e o certificado apresentado e validado.

Parágrafo Único. A gratificação por ter concluído curso de nível superior equivale a 100% da Gratificação por Titulação atribuída à Graduação, qual seja, Valor de Graduação R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

Art. 2.º. A concessão de gratificação por titulação está condicionada à disponibilidade orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, conforme o §8.º do artigo 70 do Estatuto do CIGA.

Art. 3.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2017, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 1º de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE/2017

Publicação Nº 1442395

## Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>582.588,25</b>	<b>20,09</b>	<b>3.533.962,13</b>	<b>121,86</b>	<b>-633.962,13</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>582.588,25</b>	<b>20,09</b>	<b>3.533.962,13</b>	<b>121,86</b>	<b>-633.962,13</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>25.000,00</b>	<b>25.000,00</b>	<b>43.915,72</b>	<b>175,66</b>	<b>240.756,17</b>	<b>963,02</b>	<b>-215.756,17</b>
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>2.875.000,00</b>	<b>2.875.000,00</b>	<b>538.672,53</b>	<b>18,74</b>	<b>3.293.195,96</b>	<b>114,55</b>	<b>-418.195,96</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3

## Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PRÉCIO – ANEXO 1 (LRF, ART. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										Em Reais
	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	-10,00
	Indenizações e Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recicla da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	-10,00
	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO									
	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ALIENAÇÃO DE BENS									
	Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS									
	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL									
	Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recitas da Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>582.588,25</b>	<b>20,09</b>	<b>3.533.962,13</b>	<b>121,86</b>	<b>-633.962,13</b>
	<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)</b>									
	Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>2.900.000,00</b>	<b>582.588,25</b>	<b>20,09</b>	<b>3.533.962,13</b>	<b>121,86</b>	<b>-633.962,13</b>

Continua 2 / 3

## Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

CONTE: Sistema e-Pública (1612-9924-013). Unidade Responsável: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Data da emissão: 16/11/2017 e hora de emissão: 14:40.



## Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		2.900.000,00			
Previsão Atualizada		2.900.000,00			
Receitas Realizadas		3.533.962,13			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		413.227,10			
DESPESAS					
Dotação Inicial		2.900.000,00			
Créditos Adicionais		413.227,10			
Dotação Atualizada		3.313.227,10			
Despesas Empenhadas		2.566.453,82			
Despesas Liquidadas		2.341.643,34			
Despesas Pagas		2.268.980,47			
Superávit Orçamentário		1.192.318,79			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		2.566.453,82			
Despesas Liquidadas		2.341.643,34			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		4.307.406,46			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00	
Resultado Primário		0,00	951.562,62	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		5.070,99	252,91	4.818,08	0,00
Poder Executivo		5.070,99	252,91	4.818,08	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		784.298,27	53.973,65	30.324,62	700.000,00
Poder Executivo		784.298,27	53.973,65	30.324,62	700.000,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		789.369,26	54.226,56	35.142,70	700.000,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		0,00	25,00	0,00	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60,00	0,00	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		0,00	15,00	0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE: Sistema e-Pública (1314-0469-770). Unidade Responsável: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Data da emissão: 16/11/2017 e hora de emissão: 14:54.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.





# Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

PROCESO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

PREÇO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	Em Reais
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
ADMINISTRAÇÃO	2.900.000,00	3.313.227,10	351.507,38	2.566.453,82	100,00	746.773,28	517.826,28	2.341.643,34	971.583,76
Administração Geral	1.165.213,02	1.265.213,02	127.357,29	938.851,59	36,62	325.361,43	181.911,72	862.238,09	402.974,93
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.165.213,02	1.265.213,02	127.357,29	938.851,59	36,62	325.361,43	181.911,72	862.238,09	402.974,93
Tecnologia da Informação	1.705.786,98	2.019.014,08	224.150,09	1.626.602,23	63,38	392.411,85	335.914,56	1.479.405,25	539.608,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.705.786,98	2.019.014,08	224.150,09	1.626.602,23	63,38	392.411,85	335.914,56	1.479.405,25	539.608,83
Reserva de Contingência	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	29.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	29.000,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.900.000,00	3.313.227,10	351.507,38	2.566.453,82	100,00	746.773,28	517.826,28	2.341.643,34	971.583,76



Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2057-9185-218). Unidade Responsável: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Data de emissão: 16/11/2017 e hora de emissão: 14:46.

# **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

### **ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

**R\$ 1,00**

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Novembro/2016	Dezembro/2016	Janeiro/2017	Fevereiro/2017	Março/2017	Abril/2017	Mai/2017					
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	439.750,30	333.694,03	248.127,66	230.416,70	492.686,85	447.702,16	447.772,82					
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Patrimonial	22.362,63	26.206,02	24.995,81	20.413,21	26.179,07	20.859,30	26.273,63					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	417.387,67	307.488,01	223.131,85	209.993,49	466.507,78	426.842,86	421.499,19					
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
<b>DEDUÇÕES (II)</b>												
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência												
Compensação Financ. entre Regimes Previdência												
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB												
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	439.750,30	333.694,03	248.127,66	230.416,70	492.686,85	447.702,16	447.772,82					

# **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

### **ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação  
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2017
	Junho/2017	Julho/2017	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Total Últimos 12 Meses	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	470.878,27	297.834,15	315.955,27	291.346,38	291.241,87	4.307.406,46	2.900.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	24.851,37	26.293,84	26.974,22	21.963,13	21.952,59	289.324,82	25.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	446.026,90	271.540,31	288.981,05	269.383,25	269.289,28	4.018.071,64	2.875.000,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>							
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	470.878,27	297.834,15	315.955,27	291.346,38	291.241,87	4.307.406,46	2.900.000,00

FONTE: Sistema e-Pública (1732-8954-315). Unidade Responsável: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Data da emissão: 16/11/2017 e hora de emissão: 14:47.



# **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## **DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

### **ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

**Em Reais**

FONTE: Sistema e-Pública (2193-4919-181). Unidade Responsável: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Data da emissão: 16/11/2017 e hora de emissão: 14:48.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



## Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

Em Reais

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2016 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
Deduções (II)	2.499.312,07	3.724.758,00	3.828.733,37
Disponibilidade de Caixa	2.499.312,07	3.698.971,14	3.796.738,51
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.504.383,06	3.698.971,14	3.796.738,51
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	5.070,99	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	25.786,86	31.994,86
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-----	-----	-----
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	0,00	0,00	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência			0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1365-8537-335). Unidade Responsável: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Data da emissão: 16/11/2017 e hora de emissão: 14:49.



# **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## **RESULTADO PRIMÁRIO**

### **ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	2.875.000,00	3.293.205,96		0,00
Recitas Tributárias	0,00	0,00		0,00
IPTU	0,00	0,00		0,00
ISS	0,00	0,00		0,00
ITBI	0,00	0,00		0,00
IRRF	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00		0,00
Recitas de Contribuições	0,00	0,00		0,00
Recitas Previdenciárias	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00		0,00
Recita Patrimonial Líquida	0,00	0,00		0,00
Recita Patrimonial	25.000,00			0,00
(-) Aplicações Financeiras	25.000,00	240.756,17		0,00
Transferências Correntes	0,00	240.756,17		0,00
FPM	0,00	0,00		0,00
ICMS	0,00	0,00		0,00
Convênios	0,00	0,00		0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00		0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00		0,00
Dívida Ativa	2.875.000,00	3.293.205,96		0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	3.293.205,96		0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00		0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00		0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00		0,00
Convênios	0,00	0,00		0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00		0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00		0,00
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	2.875.000,00	3.293.205,96		0,00





# **Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## **DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2017/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b) (b)=(f+g)-(t+i)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2016 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	5.070,99	4.818,08	252,91	0,00	0,00	784.298,27	30.324,62	30.324,62	53.973,65	700.000,00	700.000,00
EXECUTIVO												
CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública M	0,00	5.070,99	4.818,08	252,91	0,00	0,00	784.298,27	30.324,62	30.324,62	53.973,65	700.000,00	700.000,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	5.070,99	4.818,08	252,91	0,00	0,00	784.298,27	30.324,62	30.324,62	53.973,65	700.000,00	700.000,00

ONTE: Sistema e-Pública (2060-1574-863). Unidade Responsável: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Data da emissão: 16/11/2017 e hora de emissão: 14:52.

FONTE: Sistema e-Pública (2060-1574-863). Unidade Responsável: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal. Data da emissão: 16/11/2017 e hora de emissão: 14:52.

**CISAM****PREGÃO PRESENCIAL CISAM - MO Nº 03/2017 - AQUISIÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO MENSAL DE VALES-ALIMENTAÇÃO**

Publicação Nº 1441964

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-MEIO OESTE, com sede no Município de Capinzal/SC, torna público para o conhecimento de interessados, que fará licitação na modalidade Pregão (presencial), do tipo menor preço por item (menor taxa de administração ou maior desconto/abatimento), no dia 18/12/2017, às 13:30 horas, no escritório do CISAM-MO, situado na Rua Lourenço Coas Neto, 140, Lot. Universitário, Capinzal/SC, objetivando a contratação de empresa especializada na administração e fornecimento mensal de vales-alimentação, através do sistema de cartão eletrônico, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital, de acordo com as normas da Lei Federal nº 10.520/02, subsidiária à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como da Lei Complementar nº 123/2006.

O referido edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, bem como no site do CISAM-MO: [www.cisam.sc.gov.br](http://www.cisam.sc.gov.br).

Outros esclarecimentos, pelo telefone (49) 3555-6972.

Capinzal/SC, 30 de novembro de 2017.

LEOMAR EGGERS

Presidente da Comissão de Licitação

**CONSAD****PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2017**

Publicação Nº 1442540

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2017, Processo Licitatório nº 11/2017

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – De Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD torna público que estará realizando licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, destinado a “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, PARA VIABILIZAR APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 820456/2015/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA, PROCESSO Nº 2623.1026695-99/2015.” sendo regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993 consolidada, e Lei Complementar nº 123/2006. O credenciamento, os envelopes contendo a proposta e a habilitação serão recebidos pela pregoeira e equipe de apoio, na sede do CONSAD, situada na Rua Almirante Tamandaré, nº 221, Centro, São Miguel do Oeste/SC até as 08:30 horas do dia 15 de dezembro de 2017. Cópia do edital e maiores informações poderão ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (0xx49) 3622-2739, ou ainda pelo endereço eletrônico [www.consadextremo.org.br](http://www.consadextremo.org.br). São Miguel do Oeste/SC, 01 de dezembro de 2017. Marco Aurélio Zandoná – Presidente do CONSAD